

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



A Censura e as Publicações Periódicas Infanto-Juvenis no Estado Novo : o papel da  
Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil e da Comissão para a Literatura e  
Espectáculos para Menores(1950-1968)

Volume I

Ricardo Luís Leite Pinto

Orientador :Prof.Doutor Ernesto Saturnino Dá Mesquita Castro Leal

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História , na  
especialidade de História Contemporânea

2019

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



A Censura e as Publicações Periódicas Infanto-Juvenis no Estado Novo : o papel da  
Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil e da Comissão para a Literatura e  
Espectáculos para Menores(1950-1968)

Volume I

Ricardo Luís Leite Pinto

Orientador :Prof.Doutor Ernesto Saturnino Dá Mesquita Castro Leal

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História , na  
especialidade de História Contemporânea

Júri:

Presidente: Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático e  
Director da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutor Paulo Alexandre Cardoso Pereira, Professor Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro;
- Doutor João Luís da Costa Campos Vieira Lisboa, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutor Paulo Fernando de Oliveira Fontes , Professor Auxiliar da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa;
- Doutor Sérgio Carneiro Campos Matos, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutor Ernesto Saturnino Dá Mesquita Castro Leal, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientador.



## **Resumo :**

A presente investigação procura trazer à luz do dia “ um fragmento de história perdida” do Estado Novo ocorrido nos anos 50 e 60 do século passado : a colisão entre o jornalismo infanto-juvenil, nascido da iniciativa privada e a acção da Censura , no quadro autoritário do regime político salazarista. Trata-se de determinar o momento em que o Estado Novo ganhou consciência de necessidade em domesticar as “histórias em quadrinhos”, como se designavam na altura as “ bandas desenhadas” , que de forma avassaladora tomaram conta dos periódicos infanto-juvenis a partir dos anos 40. A estratégia assentou em dois pilares : o primeiro a criação de estruturas especializadas de censura infanto-juvenil , a Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil, entre 1950 e 1952 e a Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores , entre 1953 e 1974 e o segundo , a definição de “códigos”- “Instruções sobre Literatura Infantil”- e orientações com natureza jurisprudencial que procuraram dar coerência aos actos censórios. Mas a campanha de moralização levada a cabo pelo Estado Novo ganha outro significado se olharmos para o contexto internacional , com particular relevo para os EUA, o Reino Unido , a França e a Espanha. Essa perspectiva dará outra dimensão ao censor português que pode ser visto e se vê a si próprio como um censor universal. Os dados mais significativos apontam para uma estratégia que procurou funcionar a dois tempos : intimidação para as publicações nacionais e repressão para as importações estrangeiras. Mas o objectivo de deslegitimação das “ histórias em quadrinhos” não teve o sucesso desejado já que um dos mais importantes parceiros da campanha de moralização, a Mocidade Portuguesa, funcionou em contraciclo acabando por ajudar ao reconhecimento cultural da BD. O balanço final permite dizer que o momento censório infanto-juvenil acabou por ter, entre nós, uma expressão contida que não impediu a gradual afirmação cultural da banda desenhada nos anos 60 e 70, à semelhança aliás do que ocorreu no resto do Mundo.

Palavras chave: Estado Novo, Censura , Banda Desenhada, Publicações periódicas infanto-juvenis

## **Abstract:**

The present investigation seeks to bring to light "a fragment of lost history" in the “Estado Novo” that occurred in the 1950s and 1960s: the collision between child and youth journalism, born of private initiative and “Censura” 's action, within the authoritarian framework of the salazarist political regime. It is a question of determining the moment when the Estado Novo became aware of the need to domesticate "comics", which overwhelmingly took over the children's and youth periodicals .The strategy was based on two pillars: the first was the establishment of specialized structures for child and youth censorship, the “ Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil” 1950 and 1952 and the “ Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores” between 1953 and 1974, and the second, the definition of "codes" - "Instruções sobre Literatura Infantil" - and guidelines with jurisprudential nature that sought to give coherence to censorial acts. But the campaign of moralization carried out by the “Estado Novo” takes on another meaning if it looks at the international context, with particular emphasis on USA, UK, France and Spain. This perspective will give another dimension to the Portuguese censor who can be seen and sees himself as a universal censor. The most significant data points to a strategy that sought to work in two directions: intimidation for national publications and repression for foreign imports. But the aim of delegitimizing "comics" was not as successful as one of the most important partners in the moralization campaign, “Mocidade Portuguesa”, worked as eventually helping comics cultural recognition. The final balance allows us to say that the child and youth censorship moment ended up having among us a contained expression that did not prevent the gradual cultural affirmation of comics in the 60s and 70s, similarly to what happened in the rest of the world.

Keywords: “Estado Novo”, Censorship, Comics, Children and Youth Publications



## Índice

<b>Nota Prévia</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo 1</b>	<b>20</b>
<b>Apresentação</b>	
<b>Capítulo 2</b>	<b>26</b>
<b>Estado da Arte e Questões metodológicas</b>	
<b>2.Introdução</b>	<b>26</b>
<b>2.1. O Estado da Arte : referência aos estudos sobre Censura e publicações periódicas infanto-juvenis em Portugal e os limites cronológicos da investigação</b>	<b>26</b>
<b>2.2. Os estudos sobre a censura no Estado Novo</b>	<b>31</b>
<b>2.3. Banda Desenhada, História Cultural e Cultura Popular : a menorização académica das “ histórias em quadrinhos”</b>	<b>33</b>
<b>2.4. Questões metodológicas</b>	<b>55</b>
<b>2.4.1. As fontes</b>	<b>55</b>
<b>2.4.2. O contributo da micro-história</b>	<b>58</b>
<b>Capítulo 3 O ambiente internacional favorável à moralização e ao policiamento da imprensa infanto-juvenil</b>	<b>78</b>
<b>3. Introdução : o “grande pânico”</b>	<b>78</b>
<b>3.1. Estados Unidos da América : o caminho para “Comics Code”, a “Comics Code Authority” e a auto-regulação</b>	<b>81</b>
<b>3.2. Reino Unido : a campanha contra os “horror comics” e a “Children and Young Persons ( Harmful Publications) Act” de 1955</b>	<b>98</b>
<b>3.3. França : a “Comission de Surveillance et de Controle des Publications Destinées à L’enfance et à L’adolescence”(CSC) entre moralismo laico e moralismo religioso</b>	<b>105</b>
<b>3.4. Espanha: o percurso da censura franquista, do “tebeo” tolerado ao “ tebeo” orientado .</b>	<b>136</b>

<b>3.5.Conclusão</b>	<b>167</b>
<b>Capítulo 4</b>	<b>169</b>
<b>As publicações periódicas infanto-juvenis no Estado Novo : Cultura Popular e sociedade civil</b>	
<b>4. Introdução: As publicações periódicas infanto-juvenis em Portugal como um sucesso da sociedade civil</b>	<b>169</b>
<b>4.1. A recepção das histórias em quadrinhos em Portugal e o seu apogeu</b>	<b>171</b>
<b>4.2. O sucesso de “ O Mosquito” : o papel de Raul Correia e Cardoso Lopes na criação do paradigma do periódico de BD em Portugal</b>	<b>178</b>
<b>4.3. O crepúsculo de Cardoso Lopes : O caso “ Gafanhoto”</b>	<b>183</b>
<b>4.4. A Agência Portuguesa de Revistas, as aventuras americanas e o papel de Roussado Pinto</b>	<b>186</b>
<b>4.5. O “Cavaleiro Andante” e a persistência de Adolfo Simões Muller</b>	<b>191</b>
<b>4.6. As outras publicações: “Titã”, “Flecha” e “Valente”</b>	<b>195</b>
<b>4.7. Os anos 60 : Foguetão, Zorro, a emergência da escola “franco-belga” e o surgimento dos albúns</b>	<b>200</b>
<b>4.8. Os protagonistas: criadores, empresários e intermediários.</b>	<b>205</b>
<b>4.8.1. Um exemplo : O Mosquito( 2ª série) 1960-1961</b>	<b>206</b>
<b>4.9. Trabalhar e criar no Estado Novo : uma escola de BD portuguesa ?</b>	<b>216</b>
<b>4.10. Conclusão</b>	<b>218</b>
<b>Capítulo 5</b>	<b>222</b>
<b>O lugar das publicações periódicas infanto-juvenis na política educativa do Estado Novo</b>	
<b>5. Introdução</b>	<b>222</b>
<b>5.1. As organizações de juventude do Estado Novo e as suas publicações : “Os quadrinhos do regime”</b>	<b>225</b>
<b>5.2. A Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina : origens e propósitos</b>	<b>228</b>
<b>5.3. As publicações da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina</b>	<b>238</b>
<b>5.3.1." Camarada" 1ª série ( 1947-1951)</b>	<b>241</b>
<b>5.3.2. A consciência da importância da BD , a I Exposição de Ilustradores Portugueses ( 1952) e o projecto abortado do “ Lidador”</b>	<b>248</b>

<b>5.3.3. " Camarada" 2ª série ( 1957-1965) e a abertura à escola de BD franco-belga: Tintin, Blake e Mortimer e o universo Dupuis</b>	<b>250</b>
<b>5.3.4. " Pisca-Pisca" (1968-1970)</b>	<b>262</b>
<b>5.3.5. O contributo da MP na criação de uma “escola portuguesa de BD”</b>	<b>265</b>
<b>5.4. Conclusão</b>	<b>267</b>
<b>Capítulo 6</b>	<b>273</b>
<b>O momento da especialização censória infanto-juvenil</b>	
<b>6. Introdução: momento da especialização censória</b>	<b>273</b>
<b>6. 1. O enquadramento legal, institucional e político da Censura infanto-juvenil</b>	<b>275</b>
<b>6.2. Nas origens da campanha anti-comics em Portugal: as “Instruções para a Literatura Infantil” e a criação da Comissão Especial para a Literatura Infanto-Juvenil ( 1950-1952)</b>	<b>282</b>
<b>6.2.1. Edmundo Curvelo : a verosimilhança e a moralidade nas histórias para crianças</b>	<b>312</b>
<b>6.2.2. João Serras e Silva e o combate ao “modo de vida americano”: da higiene do corpo e da alma à " invasão dos bárbaros"</b>	<b>339</b>
<b>6.3. A Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores: as suas origens, o seu enquadramento legal e a sua composição ao longo dos anos(1953-1968)</b>	<b>350</b>
<b>6.3.1. A presidência de Serras e Silva e o apogeu da CLEM (1952-1956)</b>	<b>361</b>
<b>6.3.2. A relevância de Monsenhor Moreira das Neves : evitar nas crianças a “ morfinomania sensorial e mental”</b>	<b>366</b>
<b>6.3.3. Adolfo Simões Muller e o " Cavaleiro Andante" ( 1952- 1960) : um equilíbrio precário</b>	<b>372</b>
<b>6.3.4. Os constrangimentos criados às publicações da Agência Portuguesa de Revistas : "Mundo de Aventuras" , “Colecção Audácia”, “Colecção Condor”, “Condor Popular”, “ Colecção O Grilo”” Colecção Tigre”</b>	<b>375</b>
<b>6.3.5. Os " pequenos independentes " : Titã ( 1954-1955), " Flecha" ( 1954-1955) Valente ( 1956-1957) e o " Pimpão" ( 1955)</b>	<b>397</b>
<b>6.3.6. O caso das “ Selecções Juvenis”</b>	<b>409</b>
<b>6.3.7. As publicações estrangeiras sob escrutínio severo</b>	<b>410</b>
<b>6.4. A presidência de Fernanda de Castro e o declínio da CLEM ( 1957-1968)</b>	<b>413</b>



<b>6.4.1. A desilusão de Fernanda de Castro : “ Folhear revistas na sua maioria bastante más”</b>	<b>416</b>
<b>6.4.2. O ataque vindo de dentro do regime : o “ abandono em que vivemos neste sector da Educação Nacional”</b>	<b>425</b>
<b>6.4.3. A Assembleia Nacional como palco da campanha contra a CLEM : “Tantas vezes tem vindo a público este grito de alarme e afinal tudo continua na mesma “</b>	<b>430</b>
<b>6.5. Conclusão</b>	<b>438</b>
<b>Capítulo 7</b>	<b>441</b>
<b>Estratégias censórias e procedimentos de controlo: as orientações, os temas , as práticas e as ritualizações numa perspectiva comparada</b>	
<b>7. Introdução</b>	<b>441</b>
<b>7.1. O funcionamento e competência das comissões infanto-juvenis: a ausência do “ lápis azul”.</b>	<b>442</b>
<b>7.2. O estatuto dos censores</b>	<b>456</b>
<b>7.3 . A natureza da censura infanto-juvenil: o horror à confusão</b>	<b>459</b>
<b>7.4. O controlo político-económico na criação das publicações</b>	<b>465</b>
<b>7.5. O "super-homem" como "exaltação do sub-homem": “as mais das vezes limita-se a soltar gritos guturais”</b>	<b>471</b>
<b>7.6. O mito de Tarzan: um "super animal" em " absurdas aventuras"</b>	<b>479</b>
<b>7.7. Os " romance comics " e o erotismo precoce: “ livre camaradagem entre rapazes e raparigas no estilo a que o cinema americano de há muito nos vem habituando”</b>	<b>489</b>
<b>7.8. Disney : “ obra para adultos não para crianças”</b>	<b>501</b>
<b>7.9. Os perigos da americanização</b>	<b>504</b>
<b>7.10. O combate à “ desnacionalização” : “ que as crianças portuguesas sejam cultivadas não como cidadãos do Mundo, em preparação , mas como crianças portuguesas que mais tarde já não serão crianças mas continuarão a ser portuguesas</b>	<b>506</b>
<b>7.11 . As mensagens propagandísticas e moralizadoras</b>	<b>513</b>
<b>7.12. Os temas religiosos : o combate à perspectiva racionalista</b>	<b>515</b>
<b>7.13. A " higiene visual": “ o tipo é tão miúdo que mal se consegue ler”</b>	<b>519</b>

<b>7.14. “Evitar histórias de banditismo ou de conflitos sociais”: não ao crime, à violência e ao conflito social e racial</b>	<b>528</b>
<b>7.15. “ Não abusar do sistema de ilustrações em quadrinhos”</b>	<b>537</b>
<b>7.16. “Não poderão ministrar-se às crianças conhecimentos científicos (...) errados ou inconvenientes”</b>	<b>542</b>
<b>7.17. Auto-censura</b>	<b>544</b>
<b>7.18. O Estado Novo fiscaliza o Estado Novo : a censura às publicações periódicas infanto-juvenis da MP e da MPF</b>	<b>546</b>
<b>7.19. A restante Literatura Infanto-Juvenil de natureza não periódica</b>	<b>552</b>
<b>7.20. Conclusão</b>	<b>556</b>
<b>Capítulo 8</b>	<b>560</b>
<b>Conclusões</b>	
<b>Fontes e Bibliografia</b>	<b>574</b>



### **Nota Prévia**

São inúmeras as pessoas e instituições a quem devo uma palavra ( ou muitas palavras) de agradecimento por me terem auxiliado nesta tarefa e pela forma como o fizeram, ao longo dos últimos quatro anos . Sem algumas delas a presente investigação não teria sequer existido. Sem outras o trabalho teria sofrido de inúmeras incompletudes, para além das que obviamente tem. Espero não me ter esquecido de ninguém.

Começo pelos responsáveis que à frente de prestigiadas instituições públicas foram incansáveis para me facultar os elementos documentais que solicitei e muitos outros que só a sua competência e dedicação permitiram descobrir . É o caso do Dr.Paulo Tremoceiro do Arquivo Nacional da Torre do Tombo(ANTT) sempre disponível para me guiar no labirinto das fontes do Arquivo Nacional. E também da Dra. Teresa Saraiva, técnica do ANTT e filha do Dr. Álvaro Saraiva que me disponibilizou parte do espólio de seu Pai mesmo antes do mesmo dar entrada no ANTT.

Na Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros(PCM) foi-me concedida uma oportunidade, rara admito, para consultar e pesquisar, na medida do possível, os fundos documentais e arquivísticos do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social depositados nos Arquivos do Pendão/Queluz e dos Inválidos do Comércio e que terão transitado em tempos do Palácio Foz. Tal oportunidade só foi possível pela autorização que me foi concedida pelos dois secretários Gerais da Presidência do Conselho de Ministros que se sucederam na pendência da investigação, Dr. José Maria de Sousa Rego e Mestre David Xavier, particularmente sensíveis às exigências da conservação do património arquivístico mas também ao direito de acesso por parte dos investigadores a tal património.

Na execução das referidas pesquisas tudo teria sido bem mais difícil , complexo e moroso do que na realidade foi , não fosse a disponibilidade da Dra. Teresa Paiva , chefe da Divisão de Arquivo da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros a qual , no meio de inúmeros outros compromissos, deu sempre resposta facilitadora . Uma palavra de agradecimento também à Dra. Teresa Resende que fugazmente exerceu as funções de Chefe de Divisão do referido Arquivo substituindo a Dra. Teresa Paiva, e que

no pouco tempo que aí permaneceu não deixou nunca de ajudar na minha pretensão. Agradeço também ao Dr. Francisco de Sousa, técnico da mesma Divisão de Arquivos da PCM, que me acompanhou com total disponibilidade na pesquisa e identificação de arquivos e pastas e cuja dedicação profissional é de enaltecer .

Agradeço outrossim à Dra. Fátima Mendes, Directora de Serviços de Estratégia, Inovação e Comunicação da Inspeção Geral das Actividades Culturais. Não fosse a sua pronta disponibilidade para acudir às minhas dúvidas e nunca poderia ter tido acesso a um conjunto documental que transitou do Palácio Foz para a Torre do Tombo e que acabou por me ser disponibilizado nesta última instituição.

Ao Dr. Francisco Lopes, Director da Biblioteca Municipal António Botto de Abrantes , agradeço a prontíssima disponibilização do Espólio do Doutor Edmundo Curvelo. Uma palavra também à Dra. Teresa Saramago, directora da Biblioteca da Reitoria da Universidade de Lisboa que me facilitou a consulta da Biblioteca do Doutor Edmundo Curvelo aí depositada.

Agradeço à Dra. Cândida Silva , técnica da Bedeteca/Centro Nacional de Ilustração e Banda Desenhada/ Biblioteca Fernando Piteira Santos / Amadora, sempre disponível para localizar as edições e exemplares das publicações mais raras .

Agradeço ao Dr. Eduardo Farrajota, técnico e responsável pela Bedeteca de Lisboa/ Biblioteca de Santa Maria dos Olivais / Lisboa, atento também às minhas solicitações bibliográficas.

As consultas aos Arquivos estrangeiros beneficiaram também de intervenções dedicadas que permitiram aceder ao que em princípio estaria vedado ou obter reproduções de documentos em tempo útil para a ultimação deste trabalho . Agradeço assim a Jean Charles Bédague , Chef du Bureau des Études e des Partenariats Scientifiques dos Archives Nationales em França , a Evelia Vega, Directora dos Serviços de Referencia dos Archivos Generales de la Administración em Alcalá de Henares em Espanha e a Gregory Shaw do Centre Belge de La Bande Dessinée.

Uma palavra muitíssimo especial ao Mestre José Ruy Pinto, um dos poucos sobreviventes da época de ouro da BD portuguesa, artista emérito e cidadão de muitas qualidades, de quem me tornei amigo. A sua permanente disponibilidade e a sua prodigiosa memória foram fundamentais.

Ao Prof. António Martinó de Azevedo só posso manifestar o testemunho da minha gratidão por me ter permitido o acesso ao seu pioneiríssimo ensaio sobre o tema deste trabalho.

Agradeço ao Prof. José António Alves , da Universidade do Minho, que me colocou na pista certa acerca do papel de Edmundo Curvelo em toda esta história.

Aos Doutores António Araújo e Luís Bigotte Chorão uma palavra de reconhecimento pelas valiosas sugestões quanto ao percurso investigativo.

Alguns dos temas que constam no presente trabalho começaram como relatórios para as várias unidades curriculares e seminários do Curso de Doutoramento em História Contemporânea que frequentei e conclui na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa entre 2014 e 2017. Da discussão que se produziu nos momentos avaliativos dos citados relatórios colhi sugestões e ensinamentos que ajudaram a melhorar a versão agora concluída. Agradeço, pois, às Professoras Maria de Fátima Reis, Maria Leonor Garcia da Cruz, Julieta Araújo e Teresa Nunes e aos Professores António Ventura, Sérgio Campos Matos e Amílcar Guerra. Agradeço também ao Prof. Paulo Fontes, da Universidade Católica Portuguesa, que leu e comentou um dos relatórios discutidos dos referidos seminários.

Ao orientador, como dizia Umberto Eco, não se agradece. Mas seria injusto deixar passar em claro a permanente disponibilidade intelectual, o cuidado académico e a exemplaridade de trato em todo este processo, que traduzem no fundo as “ virtudes do coração” do Prof. Ernesto Castro Leal.

Mas como é forçoso concluir nestes pórticos, pelos erros e omissões que certamente existirão neste trabalho apenas o seu Autor responde.

Lisboa, Setembro de 2018



Abreviaturas mais utilizadas:

AGA-Archivos Generales de la Administración( Espanha)

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APR-Agência Portuguesa de Revistas

BD- Banda Desenhada

CELIJ- Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil

CIPIJ – Comisión de Información y Publicaciones Infantiles y Juveniles( Espanha)

CLEM- Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores

CSC- Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à l'enfance et à l'adolescence ( França)

DSC- Direcção dos Serviços de Censura

ENP-Empresa Nacional de Publicidade

HQ-Histórias em Quadrinhos

MP- Mocidade Portuguesa

SNI- Secretariado Nacional de Informação

Quando se tornou necessário reproduzir o texto de fontes documentais respeitou-se a grafia original. A tradução para português de textos ( citações bibliográficas ou documentos ) em língua estrangeira é da nossa responsabilidade.





## Capítulo 1

### Apresentação

O presente estudo confronta-se à partida com um número assinalável de dificuldades e interrogações, umas e outras decorrentes do tema, das fontes e da metodologia a utilizar. O tema cruza várias áreas do saber. A “censura” é matéria de apreensão histórica, mas também sociológica e sobretudo não é ignorada nos estudos de comunicação social e do jornalismo. As “publicações periódicas infanto-juvenis” e nelas as “histórias em quadrinhos” ou “histórias em quadradinhos” como se designavam no período cronológico em estudo - as “bandas desenhadas”, os “comics”, os “tebeos” ou os “fumetti” - que invadem as primeiras desde os anos 30, são objecto de análise nos estudos de comunicação social e nos estudos de cultura popular, mas também a Educação, a Didáctica e mesma a Psicologia por eles se interessam. E tudo se circunscreve a um período temporal determinado, balizado fundamentalmente pelos anos 50 e 60 do século passado. Com incursões algumas décadas antes e uma década depois, mas fundamentalmente nos anos 50 e 60. E embora, no essencial, centrado na realidade portuguesa, em pleno Estado Novo, o estudo não deixa de peregrinar pelo resto do Mundo. As fontes, ou a ausência delas, constituíram seguramente a maior das dificuldades. Na verdade, está bem documentada a década de 50 e muito mais esparsa documentalmente a de 60. A procura de fontes e o seu resultado é parte essencial desta pesquisa. Aliás, só ela constituiria um outro e distinto ensaio. E necessariamente a fonte de uma fulcral interrogação: se com fontes incompletas a História fica coxa, não estaremos a trabalhar no semivazio e a reduzir as hipóteses de sustentação para as definitivas ou provisórias conclusões?

A resposta a esta interrogação empurrou a investigação para duas opções metodológicas, discutíveis sem dúvida, mas essenciais para se entender a abordagem que percorre todo o trabalho. Por um lado optámos por discutir a censura infanto-juvenil portuguesa no contexto da censura mundial. Ou seja, comparando a realidade portuguesa com a de quatro países que considerámos paradigmáticos no modo como historicamente lidaram com a questão: Estados Unidos da América, Reino Unido, França e Espanha. Mas a verdade é que do ponto de vista metodológico essa abordagem suscitava não poucas dificuldades. A dúvida insinuava-se logo de início: análise de conteúdos das publicações ou identificação da estratégia censória, pelo recurso à exemplificação? Depois nem

sempre é fácil encontrar as verdadeiras razões das campanhas censórias . Em certo sentido porque se movem sob um permanente disfarce <sup>1</sup>. Essa situação complexifica-se ainda mais no caso em estudo porque não existe uma motivação explicitamente política para a movimentação dos principais protagonistas, mas sim preocupações do domínio da moralidade, dos costumes e em geral da” protecção dos menores”. Pareceu então adequado abandonar a análise de conteúdos e concentrarmo-nos nas estratégias censórias que constituem assim o principal objecto do presente trabalho.

Falta identificar a segunda opção metodológica. Na presença de fontes desigualmente distribuídas para todo o período escolhido , não daria melhor resultado uma abordagem assente na pesquisa de indícios , na busca de sinais ocultos e na valorização das personagens historicamente “menores” ? Talvez essa abordagem, diríamos micro-histórica , nos permitisse dar maior nitidez à fotografia e superar a incompletude das fontes . Isto sem suspender as hipóteses macro-históricas, que não são incompatíveis com as primeiras, se elas permitirem uma compreensão mais afinada do papel e do labor prático dos nossos censores.

O tema não tem merecido a atenção da academia, quer na vertente da “Banda Desenhada” quer da “ Censura” . Ou seja os trabalhos académicos em ambas as matérias são escassos. E, em rigor, não conhecemos nenhum que cruze ambos.

E a omissão alarga-se aos estudos sobre Educação e Política de Educação no Estado Novo. Não se tem prestado suficiente atenção à censura da literatura infanto-juvenil designadamente quanto a determinadas exclusões do âmbito das leituras escolares, onde naturalmente as “ histórias em quadrinhos” não são um acidente historiográfico. E não o são porque as publicações infanto-juvenis invadiam as nossas escolas, quantas vezes escondidas- sendo certo que a sua portabilidade será um dos seus sucessos- e não deixavam de provocar um rasto de perplexidade e de reprovação por parte do professores e educadores. Como Adolfo Simões Muller constatava ao propor no início dos anos 60 uma revista “ para rapazes” com um formato similar aos jornais tabloides para evitar que a mesma possa ser levada “ para as aulas juntamente com os livros e os cadernos escolares, deixando que os alunos leiam as histórias do Capitão X enquanto o professor explica o teorema de Pitágoras...” <sup>2</sup> .

---

<sup>1</sup> Vide Martin Baker, *Haunt of Fears, The Strange History of the British Horror Comics Campaign*, Mississippi , University Press of Mississippi, 1992, p. 6

<sup>2</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*. Pasta Comissão para a Literatura e Espectáculos para

Ou seja “ os estudos existentes abundam mais no que se obrigava a ler do que no que se “proibia” de ler”<sup>3</sup>

Ora tratando-se de um trabalho de investigação histórica, ou pelo menos assim deve ser entendido, em que terreno ele se move? No da História da Cultura Popular, no da História Social, no da História Política ou no da História da Educação ?

Por heterodoxo que possa parecer supomos que é difícil deixar de pedir ajuda a todas elas para compreender , por exemplo, como as “ histórias em quadrinhos” invadiram as nossas escolas e liceus , como por detrás disso estava uma pujante e bem sucedida vida empresarial privada, como viviam e criavam no Estado Novo desenhadores e argumentistas, como a Mocidade Portuguesa se rendeu à linha clara franco-belga ou como Salazar, apesar de tudo, se constituiu num quase ausente nesta história<sup>4</sup>...

A censura está inevitavelmente ligada ao poder. E a “história da leitura ilumina-se como uma fileira aparentemente interminável de fogueiras acendidas pelos censores dos rolos de papiro mais antigos aos livros do nosso tempo”<sup>5</sup>

Alguns dos episódios deste ensaio bem que poderiam ser ilustrados por essa inquietante fogueira que é o título, o tema e o símbolo do clássico da ficção científica- também ele um tema, como a BD, a exigir atenção académica- “ Fahrenheit 451” de Ray Bradbury : “ Somos queimadores de livros também. Lemos os livros e queimamo-los com receio de que possam ser descobertos. Microfilmá-los não resultou : estávamos sempre a ir de um lado para o outro, não queríamos esconder o filme e voltar a procurá-lo quando regressássemos. E havia sempre a possibilidade de eu fosse descoberto também. Era mulher guardar tudo nas nossas cabeças, aonde ninguém concede aceder facilmente. Somos todos bocados e pedaços de história, literatura, direito internacional, de Byron, Tom Payne, Maquiavel ou Cristo. Está tudo aqui dentro”<sup>6</sup>

---

Menores(1960-1961) . Carta de Adolfo Simões Muller ao Presidente da Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores, 28 de Abril de 1961.

<sup>3</sup> Vide sobre a situação em Espanha Pedro Cerrillo, “ Presentación”. *Censuras e LIJ em el siglo XX ( em Espana e 7 países latino-americanos*. Edição Pedro Cerrillo y M<sup>a</sup> Victoria Sotomayor. Cuenca. Ediciones de la Universidad Castilla-La Mancha, 2016, p. 11

<sup>4</sup> Na verdade, mais do que uma curiosidade da " vida privada" do Ditador saber se Oliveira Salazar, na sua infância, na sua juventude, ou mesmo, quem sabe, em adulto, folheou jornais ou revistas com " histórias em quadrinhos" e que opinião sobre elas tinha, poderia iluminar algumas das incógnitas desta investigação. Dos seus depoimentos , das memórias dos que com ele conviveram ou do labor de investigação dos seus biógrafos, nada encontramos que pudesse dar resposta à curiosidade.

<sup>5</sup> Vide Alberto Manguel . *Una historia de la lectura*, Madrid, Alianza, 1998, p. 316

<sup>6</sup> Vide Ray Bradbury, *Fahrenheit 451* . Prefácio de Jaime Nogueira Pinto. Posfácio de João Seixas.Tradução de Casimiro da Piedade. Porto Salvo. Saída de Emergência, 2018, p. 168

Queimadores de livros, censores eclesiásticos, civis e policiais, essas têm sido, se quisermos olhar em perspectiva panorâmica, as expressões mais comuns na história pátria quando falamos de leitura. Em oito séculos de história apenas alguns momentos, todos coincidentes com o constitucionalismo, permitem afirmar a ausência de censura e nesse sentido de verdadeira liberdade de expressão ou de imprensa e ainda assim com muitas exceções, interregnos e regimes especiais. Seguramente só após a entrada em vigor da Constituição de 1976 podemos dizer, sem hesitações, que a censura morreu. Mas a verdade é que a censura que aqui estudamos, e que é parte do sistema censório mais amplo do Estado Novo, não é mais do que uma das muitas censuras que o poder (político ou eclesiástico) instalou e colocou a funcionar para ter a “última palavra” sobre palavras, imagens, músicas ou gestos. Ou seja para poder escrever-se que era “digno da luz pública” como os censores pombalinos o faziam. Justamente, Pombal merece ser convocado para esta discussão. É que, entre muitas outras coisas, também na censura foi pioneiro. Criou a Real Mesa Censória, unificando as várias censuras anteriores. Em 1532 a censura inquisitorial instalou-se entre nós, mas durante os dois séculos posteriores e para além do Santo Ofício, existia a censura chamada de “Ordinário” realizada pelos bispos e a censura da Coroa através do Desembargo do Paço. No fundo três sistemas censórios a funcionar que foram momentaneamente derogados para dar lugar a uma censura única que paradoxalmente é impulsionada com base em pretensões “iluministas”. E se é verdade que a Constituição de 1822, na linha da revolução francesa, veio consagrar a liberdade de expressão e essa mais moderna “liberdade de imprensa”, muitas foram as exceções censórias dos últimos 200 anos, mesmo colocando de lado o período da Ditadura Militar e do Estado Novo.

Devemos, porém, precaver-nos para alguns maniqueísmos fáceis e aparentemente instituídos. A censura, como reino da escuridão, é normalmente oposta ao reino da luz<sup>7</sup>. Mas este entendimento do fenómeno é redutor e não ajuda à boa hermenêutica histórica. Alguma censura pode estar do lado da razão e da luz: na proteção da criança à exposição à violência ou à pornografia, a censura dos anos 50 não difere da ecologia cultural dos nossos dias. Editar a “internet” e combater as “fake news” pode ser necessário para garantir o pluralismo e a liberdade. Uma censura contra a superstição e o fanatismo ajudou, no sec. XVII, o país a caminhar para a “luz”. E devemos acreditar que os censores

---

<sup>7</sup> Nesse sentido vide Robert Darnton, *De la censure, Essai d'histoire comparée*, Éditions Galimard, Paris, 2014, pp. 293 e 296, que entende ser errado interpretar simplesmente a censura como um combate entre a criação e a opressão, já que, por exemplo, vista do ponto de vista do censor a censura poder parecer uma dimensão da literatura (e portanto da criação).

profissionais à força de tanto censurarem acabam por se tornar tolerantes e sábios como imaginou Italo Calvino nos seus “Generais na Biblioteca” ? <sup>8</sup>

Esta prevenção não ilude que na esmagadora maioria dos casos a leitura está do lado da liberdade como a censura está do lado da ausência de liberdade, chame-se ela ditadura, autocracia, totalitarismo ou mesmo democracia( porque em algumas democracias também falta liberdade). Os censores, que julgam interpretar os interesses da comunidade<sup>9</sup>, vêm na leitura um perigo porque desconfiam que ler pode mudar a vida e o pensamento dos leitores <sup>10</sup>. Assim , como os rapazes e as raparigas o faziam durante o Estado Novo , levando para as escolas o fruto proibido, os “ Mosquitos” os “ Mundos de Aventuras” os “ Cavaleiros Andantes” havia nisso um particular consolo : “ uma forma subtil de resistência”<sup>11</sup>.

Qual o papel das publicações periódicas infanto-juvenis na vida portuguesa da segunda metade do século XX na parte coincidente com o consulado salazarista ? Porque mereceram elas a particular atenção do Estado Novo a partir de certa data ? Os ecos das campanhas internacionais anti-“comics” terão tido algum papel nessa decisão ?

Foi eficaz , do ponto de vista das políticas "estado-novistas" o mecanismo criado para policiar tais revistas ? Que estratégias foram seguidas para alcançar tal desiderato ?

Que dimensão tiveram elas na formação dos jovens portugueses e que papel cumpriram no contexto dos anos 50 e 60 ? Será que , na triste sociedade portuguesa da época, cumpriram elas um factor de compensação sociológico, ou se se quiser " de resistência da sociedade civil ao programa estatal"<sup>12</sup>, como corolário do seu próprio sucesso<sup>13</sup> ?

Estas algumas das perguntas que estiveram na origem deste trabalho. Mas as verdadeiras motivações, de natureza pessoal , foram outras.

---

<sup>8</sup> Vide Italo Calvino , *Romanzi e racconti*, Milão , Mondadori, 2010, pp. 934 -939

<sup>9</sup> Vide J.M. Coetzee, *Giving Offense, Essays on Censorship*, Chicago, London, The University of Chicago Press, 1996, p. 9

<sup>10</sup> Daí que a censura pressuponha “ um debate interpretativo “ onde um dos pontos de referência será sempre , do ponto de vista do censor, a “ reacção dos leitores”, vide Robert Darnton, *De la censure,[...]p. 292*

<sup>11</sup> Vide Juan Mata, *El rastro de la voz y otras celebraciones de la lectura*, Granada, Universidad de Granada, 2004, p. 73. Actos de resistência são também aqueles que decorrem das estratégias dos que escrevendo em ambiente de censura se especializam em “ writing between the lines” vide Leo Strauss, *Persecution and the Art of Writing*, Chicago, London, The University of Chicago Press, 1988( 1º ed. 1952), p. 24

<sup>12</sup> Na expressão de Daniel Melo, *Salazarismo e Cultura Popular*, Lisboa , Instituto de Ciências Sociais, 2001, p. 18 que a aplica em relação ao " associativismo popular"

<sup>13</sup> Hipótese suscitada também para a realidade espanhola . Vide António Martín, *Apuntes para una historia de los tebeos*, Barcelona, Glenat España , 2000, p. 94

“ Coleccionismo, nostalgia e revisão histórica”<sup>14</sup>, são três tópicos que podem explicar a motivação para esta investigação. Não será necessário enfatizar , como razão para a escolha do tema, termos crescido lendo , como muitos, as revistas com “ histórias em quadrinhos” dos anos 60 e do início dos anos 70, que, mais tarde, quando quisemos dá-las a conhecer a novas gerações as muitas lacunas na “bedoteca” pessoal forçaram, em feiras e alfarrabistas, a completar as colecções e, finalmente, semi-completadas aquelas, faltaria a revisão histórica. Esta última procura responder à pergunta : como explicar a persistência e o fascínio na nossa memória de todas estas extraordinárias personagens , imagens e cores ? Só a revisão histórica poderá dar um sentido a essa interrogação.

---

<sup>14</sup> Vide *Los Tebeos de Posguerra*, Catálogo da Exposição, Ministério da Cultura, Madrid, 2011, p.14

## Capítulo 2

### Estado da Arte e Questões metodológicas

#### 2. Introdução

No presente capítulo abordaremos questões que se apresentam no contexto deste trabalho com prolegómenos ao seu objecto e ao modo como a investigação foi conduzida. A primeira delas , remete-nos para o “ estado da arte” quer em matéria de trabalhos sobre a censura da imprensa infanto-juvenil na Ditadura Militar e no Estado Novo quer em investigações sobre os outros tipos de censura no mesmo período histórico, a segunda para o ponto da situação acerca dos estudos académicos( e sobretudo não académicos) sobre Banda Desenhada em Portugal , já que são as assinaladas “ histórias em quadrinhos” que constituem o essencial do “corpus” perseguido pela Censura nas publicações periódicas, o terceiro para as preocupações metodológicas relacionadas com as fontes utilizadas no presente trabalho e finalmente a quarta questão, que é ainda uma questão metodológica, e tem que ver com a estratégia de investigação histórica seguida e que pediu de empréstimo alguns instrumentos da apelidada “micro-história”.

#### 2.1. O Estado da Arte : referências aos estudos sobre censura e publicações periódicas infanto-juvenis em Portugal e os limites cronológicos da investigação

Os estudos sobre a Censura durante a Ditadura Militar e o Estado Novo em Portugal ignoram quase por completo a temática das publicações periódicas infanto-juvenis e nelas das “ histórias em quadrinhos” ou, como hoje se designam, as “ bandas desenhadas”.<sup>15</sup> Em rigor, estudar as relações da Censura com as publicações infanto-juvenis é estudar as relações daquela com a Banda Desenhada considerando que a maior parte ( em alguns casos a quase totalidade ) dos seus conteúdos sempre foram constituídos por bandas

---

<sup>15</sup> A título exemplificativo as entradas sobre “ Censura”, “ Secretariado da Propaganda Nacional” “ Educação Nacional” e “Ensino” no *Dicionário de História do Estado Novo* , Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito , dir. 2 vols. Venda Nova, Bertrand Editora, 1996 e bem assim a entrada “ Censura” no *Suplemento do Dicionário da História de Portugal* , António Barreto e Maria Filomena Mónica, orgs. , vol. 7, Lisboa, Figueirinhas ,2001, não contém a menor referência ao tema. O mesmo se diga das principais obras generalistas sobre a Censura como são os casos de Cândido de Azevedo, *A Censura de Salazar e Caetano*, Lisboa, Caminho, 1999 ou Arons de Carvalho, *A Censura na Imprensa na época marcelista*, Coimbra, Edições Minerva Coimbra, 1999.



desenhadas<sup>16</sup>. E sendo certo que os raros ensaios sobre a história dos "comics" em Portugal não deixam de sublinhar esse particular momento censório não é menos verdade que as referências são esparsas e laterais aos respectivos objectos de estudo <sup>17</sup>. O mesmo se diga dos trabalhos virados para as políticas educativas ou culturais do Estado Novo, que não aludem à problemática das publicações periódicas infantis ou juvenis e à banda desenhada<sup>18</sup>. Em boa verdade, mesmo os projectos a várias vozes de natureza

---

<sup>16</sup> A expressão, hoje largamente adoptada, é a tradução do francês "bande dessinée" significando a actividade criativa que se reporta às sequências narrativas em que desenho e texto se interligam através de regras e códigos específicos e que constituem um todo coerente. Contudo no período histórico aqui considerado tal técnica narrativa era designada, entre nós, por "histórias aos quadrinhos", "histórias em quadrinhos" ou "histórias em quadrados", vide Direcção dos Serviços de Censura, *Instruções sobre Literatura Infantil*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1950, p. 6. Vide também Leonardo de Sá, "Banda Desenhada" *Dicionário Universal de Banda Desenhada, Pequeno Léxico disléxico*, Caldas da Rainha, Pedra no Charco, 2010, pp. 19-20. A expressão "Bande dessinée", parece remeter para a realidade dos "strips", ou seja das "bandas" publicadas em jornais com sequências narrativas desenhadas que surgiram nos E.U.A. e depois na Europa no princípio do sec. XX. Sabe-se que a expressão "bande dessinée" foi utilizada pela primeira vez em França nos anos 30. A designação comum até então era "série illustrée" ou "Histoire Illustrée". Em Portugal a designação de banda desenhada também é tardia. Utilizaremos indistintamente quaisquer dos termos, embora com mais frequência o de "histórias em quadrinhos" por ser a expressão utilizada nos anos 50. Ao abordarmos as realidades nos EUA, Espanha, Itália ou Brasil será comum a utilização dos originais "comics", "tebeos" ou "historietas", "fumetti" ou "gibis". Por outro lado, passou a ser hoje comum falar da BD como "Nona Arte". A origem do qualificativo é identificada por Thierry Groensteen: "A iniciativa de etiquetar a banda desenhada de "nona arte" vem justamente de um crítico e historiador do cinema Claude Beyle. Foi o primeiro a propor a famosa designação, no segundo artigo de uma série de cinco publicados de Janeiro a Setembro de 1964 em *Lettres et Médecins*, sob o título genérico de "A Banda Desenhada é uma arte?". É pois num número datado de Março de 1964 na página onze que a expressão faz a sua primeira aparição, de uma forma muito discreta e entre parênteses: "a Banda desenhada" escreve Beyle " (que eu proponho, de passagem, chamar nona arte em homenagem a Phil Corrigan dito X-9 e dado que o oitavo lugar já está reservado)". Beyle pensava na rádio-televisão, mas o referente da oitava arte manteve-se flutuante, com outros autores atribuindo-o à fotografia e mesmo à canção". vide Thierry Groensteen, "Neuvième art" <http://neuviemeart.citebd.org/spip.php?article451> (consultado a 25/5/2018). Poucos meses depois surgirá uma rubrica no "Journal de Spirou" intitulada "Neuvième art: Musée de la Bande dessinée" em 17/12/1964.

<sup>17</sup> Vide a título exemplificativo António Dias de Deus, *Os Comics em Portugal, Uma história da banda desenhada*, Lisboa, Edições Cotovia & Bedeteca de Lisboa, 1997, pp. 202 e 234-235 e Leonardo de Sá "Censura", *Dicionário Universal de Banda Desenhada*[...] p.34. Contudo merecem especial relevo os estudos de Carlos Gonçalves, os únicos, até hoje que especificamente analisaram o tema, vide Carlos Gonçalves, "A censura e a Banda Desenhada em Portugal" *Boletim do Clube Português de Banda Desenhada*, nº 21, Novembro de 1979, pp. 12-15. *Boletim do Clube Português da Banda Desenhada*, recolha dos nºs 1 a 25 (1977-1980), policopiado[s.l.][s.d.] e do mesmo Autor "BD Portuguesa, A Censura- Para a história da Banda Desenhada Portuguesa" in *História* Ano IX nº 102 Novembro de 1987. pp. 4-19. Ver também de Carlos Gonçalves uma série de 6 artigos publicados, no "Correio da Banda Desenhada" nº 70, 71, 72, 100, 101 3 102 todos do 2º ano, suplemento do "Correio da Manhã" entre 21/11/1981 e 23/7/1982. Deve também registar-se o estudo levado a cabo pelo Prof. Azevedo Martinó Coutinho intitulado "Censura e BD, Legislações"(inédito), que nos foi facultado gentilmente pelo Autor.

<sup>18</sup> Vide a título exemplificativo a entrada "Política de Educação", *Suplemento do Dicionário da História de Portugal*, António Barreto e Maria Filomena Mónica, orgs., vol.7,[...], p. 591.

enciclopédica sobre a História de Portugal , que contém usualmente capítulos sobre cultura popular, educação ou literatura , ignoram o tema <sup>19</sup>.

E contudo o estudo desse tema permitirá iluminar alguns aspectos menos conhecidos ou mais nebulosos da História do regime autoritário anterior ao 25 de Abril , sobretudo no que diz respeito às políticas culturais e educativas que tiveram como destinatárias as crianças, os adolescentes e os jovens adultos e o papel da Censura nessas políticas.

Paralelamente a investigação permitirá avaliar a recepção e desenvolvimento em Portugal das “ histórias em quadrinhos” , que tem origem na I República mas que alcança o seu apogeu no Estado Novo nos anos 40 e 50.

O tema deve desde logo ser balizado cronologicamente - 1950-1968- e explicadas as razões de tal opção.

A data de 1950 não suscita quaisquer hesitações . Corresponde ao momento em que o " problema" das publicações com “ histórias em quadrinhos” ganha especial relevância para os detentores do poder a ponto de a ela terem dedicado parte substancial do seu esforço censório, quer do ponto de vista doutrinário quer institucional. Datam de 1950 quer a publicação das “Instruções sobre Literatura Infantil” quer a criação de uma “Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil “(de ora em diante CELIJ ) e de 1952 a consagração legal da “Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores”(de ora em diante CLEM) com composição e competências específicas. Por outro lado, o período da investigação encerra em 1968 . Haverá que dizer que tal data não traduz um verdadeiro ponto de viragem na política censória . A existir um momento de viragem , como adiante veremos, ele é o 1956 que marca o fim do mandato à frente do Secretariado Nacional de Informação, que integrava os Serviços da Censura , de José Manuel Costa . Um ano antes havia entretanto ascendido a Ministro da Presidência Marcello Caetano em substituição de Costa Leite ( Lumbrals) . E muito mais relevante que isso, 1956 significa o falecimento de Serras e Silva primeiro e único presidente da CELIJ e presidente da CLEM até falecer. Com o seu desaparecimento e um ano mais tarde com a nomeação da viúva de António Ferro para Presidente da CLEM, tudo muda. A fase censória mais activa coincide com a presidência de Serras e Silva. Depois, Fernanda de Castro assumirá um papel

---

<sup>19</sup> Em rigor apenas uma obra que é sobretudo uma mostra iconográfica do Portugal do sec. XX dedica várias páginas ao " esplendor da Banda Desenhada" vide Joaquim Vieira , *Portugal . Século XX, Crónica em Imagens, 1950-1960*, Lisboa , Círculo de Leitores, 2000, pp. 128-147 . Daniel Melo referindo-se à imprensa dos anos 30-60 nota que as " revistas de banda desenhada como o Mundo de Aventuras (1949-1987) e Cavaleiro Andante( 1952-1963) faziam as delícias da petizada" vide " Cultura" António Costa Pinto e Nuno Goncalves Monteiro,dir. *História Contemporânea de Portugal*, volume 4, 1930-1960,José Luís Cardoso , coord. Lisboa, Fundación Mapfre, Objectiva,2015,

muito mais discreto para não dizermos invisível. E, contudo, manter-se-á até ao 25 de Abril de 1974 ligada à referida instituição como Presidente até 1968 e como Vice Presidente até à revolução abrilista . A data de 1968 como referência no âmbito cronológico desta investigação tem que ver com o fim do consulado salazarista e a subida ao poder de Marcello Caetano e também com a alteração legal no estatuto da CLEM, que passa a ser presidida, por inerência , pelo Director da Cultura Popular e Espectáculos. Mas não será só por essa razão- e apesar de tudo seria um critério aceitável- que encerramos a pesquisa em 1968. A matéria das fontes ( ou falta delas) é também responsável por essa opção , como veremos. Mas como em qualquer estudo histórico é impossível, e tantas vezes errado, tudo balizar entre duas datas ignorando o que ocorreu antes ou desvalorizar o que aconteceu depois. Não encapsularemos a investigação nesses contidos 18 anos , sendo certo que há razões mais do que suficientes para, ainda que pontualmente e com justificação bastante, recuarmos aos anos 30 e 40 e avançarmos até aos anos 70.

O presente ensaio não deixa de ter como pano de fundo a problemática da banda desenhada como específica linguagem criativa e narrativa.

Quanto a este último aspecto é de relevar o específico contexto histórico em que ocorre a acentuação dos constrangimentos censórios às publicações para menores em Portugal . Nos anos 40 e 50 do século passado a banda desenhada transformou-se num fenómeno de massas junto dos jovens que varreu as principais democracias ocidentais atingindo expressões multitudinárias . As tiragens e as circulações dos periódicos atingiram números absolutamente impensáveis apenas uma década antes. O fenómeno foi universal : nos E.U.A. e na Grã Bretanha os " comics" venderam-se aos milhões e em França ou Itália as " bande dessinées" ou os " fumetti" de igual sorte atingiram tiragens de centenas de milhares de exemplares. Mas é justamente perante esta explosão de uma nova e pouco estudada linguagem narrativa , acusada de promover e veicular o terror , a violência, e o sexo, que os poderes políticos reagem de forma alarmada impondo restrições e procedimentos censórios mais ou menos ostensivos. Uns de natureza informal, como nos E.U.A., em que as editoras se autocensuraram à luz de um código ético de natureza corporativa, outros através a aprovação de legislação específica para as publicações infantis e juvenis como na França ou na Grã – Bretanha. A campanha de Fredric Wertham

nos EUA contra a "Sedução dos Inocentes"<sup>20</sup> é apenas a expressão mais emblemática desse momento histórico .

Não será pois por mero acaso que também em Portugal, justamente na década de 50 , o regime político toma consciência do impacto das publicações periódicas que contêm bandas desenhadas junto dos jovens portugueses e procura responder a essa "ameaça". Isto sem embargo do Estado Novo não ignorar o papel relevante da banda desenhada na missão doutrinadora dos jovens como o comprovam as publicações juvenis da Mocidade Portuguesa que desde cedo surgiram como o "Camarada", "Lusitas" e mais tarde "Fagulha". Acresce que também por essa época se viverá entre nós a "idade de ouro" da banda desenhada<sup>21</sup> com as publicações a atingirem vendas de 60.000 exemplares semanais , como foi o caso, nos anos 40, de "O Mosquito"<sup>22</sup> e, já nos anos 50, a bipolarização entre "Mundo de Aventuras" e do "Cavaleiro Andante" , a traduzir-se em "tiragens que oscilavam entre os 25.000 e os 50.000 exemplares semanais"<sup>23</sup> A coincidência temporal permite especular quanto à recepção pelo Estado Novo de alguns ecos do assinalado debate internacional , sendo certo que a natureza ditatorial do regime acrescenta à lógica censória das publicações juvenis uma dimensão específica por comparação com as "democracias ocidentais".

Alguns esclarecimentos prévios para que se perceba o sentido, alcance e limites do presente ensaio.

O tema em estudo cruza várias áreas temáticas, como se intui das considerações iniciais. Desde logo releva da política do Estado Novo e dos instrumentos preventivos e repressivos que colocou ao seu serviço quer para reprimir as manifestações oposicionistas contrárias à filosofia política do regime quer sobretudo para doutrinar os jovens portugueses. Depois decorre , em certa medida , do estudo das políticas educativas e culturais levadas a cabo pelo Estado Novo. E ,finalmente ,não deixa de lidar com a banda desenhada como linguagem narrativa e expressão criativa . Quanto a este último aspecto poderíamos substituir a expressão banda desenhada por jornalismo infanto-juvenil, sendo certo que esta última é bem mais ampla. Contudo não parecerá desadequada a utilização

---

<sup>20</sup> Título da polémica obra de Fredric Wertham , *The Seduction of the Innocent* , cuja primeira edição foi dada à estampa em 1954 mas que foi o corolário de uma campanha contra os "comics" iniciada já nos fim dos anos 40. A última edição conhecida é Fredric Wertham , *The Seduction of the Innocent*, [s.l.] Main Road Books, 2004.

<sup>21</sup> Vide António Dias de Deus, *Os Comics em Portugal* [...] p. 170.

<sup>22</sup> Vide Manuel Caldas, org. , *De como nasceu e viveu O Mosquito*, Porto , Edições Emecê, 1993, p. 33.

<sup>23</sup> Vide António Dias de Deus , *Os Comics em Portugal* [...],p. 215.

da expressão " banda desenhada" considerando que o objecto de estudo são os jornais ou revistas portuguesas infanto-juvenis publicados durante os anos 50 e 60 do século XX e estes , como a seguir se verá, são esmagadoramente compostos por bandas desenhadas ( quer em continuação quer em histórias completas) . É claro que a banda desenhada constitui , como se disse, uma forma de expressão com uma gramática própria . Mas esse é justamente um dos pontos a ter em consideração na sua dialética com a prática censória. Contudo, não deixaremos de analisar para o propósito da investigação os textos ( contos, relatos históricos ou religiosos, notícias de natureza científica e demais informação pedagógica ou lúdica). Ficará de fora deste texto , pelo menos em termos de centralidade analítica, toda a restante literatura infanto-juvenil<sup>24</sup> que se traduziu quer em livros quer em espectáculos cinematográficos , musicais ou teatrais ( independentemente da forma de expressão utilizada ) . Apesar de tudo o acesso a fontes que permitem observar o exercício da censura à literatura infanto-juvenil ajudar-nos-á a densificar melhor as estratégias censórias da CLEM.

## 2.2. Os estudos sobre censura no Estado Novo

---

<sup>24</sup> Há muitos casos documentados de intervenção censória nas edições para crianças e adolescentes da Editorial Majora, da Clássica Editora ou da Figueirinhas. Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex- Gabinete para os Meios de Comunicação Social*. Pasta. Ofícios. Editoras; Arquivador . Contos para aprovação e Arquivador. Processos de livros infantis. Processos vários ( 1956-1965).

Sobre Literatura Infanto-Juvenil portuguesa em geral ver, entre muitos, Raquel Patriarca, "O livro Infanto-Juvenil em Portugal entre 1870 e 1940 " ,Tese de Doutoramento em História , Porto, FLUP, 2012, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/67247/2/70465.pdf> , consultado a 18/6/2016 ; António Garcia Barreto, *Dicionário de Literatura Infantil Portuguesa*, Porto,Campo das Letras, 2002; Garcia Barreto, *Literatura para crianças e jovens em Portugal*, Porto,Campo das Letras, 1998 ) ; Glória Bastos, *Literatura Infantil e Juvenil*, Lisboa: Universidade Aberta, 1999,; José António Gomes *Literatura para crianças e jovens. Alguns percursos*,Lisboa, Caminho. 1991 ; José António Gomes, *A Poesia na Literatura para a Infância*, Porto ,ASA Editores.1993 ; José António Gomes ,*Para uma história da Literatura Portuguesa para a Infância*, Lisboa, Instituto do Livro e das Bibliotecas, 1998 ; Natércia Rocha , *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*, Lisboa, ICALP,1984 , Natércia Rocha , *Bibliografia geral da Literatura Portuguesa para Crianças*, Lisboa, Editorial Comunicação.1987 .

Têm vindo a lume nos últimos anos um conjunto de obras e artigos em revistas que abordam a temática da Censura durante o Estado Novo<sup>25</sup>. Importa identificar esses estudos. Quanto mais não seja porque a censura infanto-juvenil é parte da estrutura censória mais ampla do Estado Novo. Ou seja, não é despendendo olharmos para a censura generalista de natureza política, por exemplo, para estabelecermos pontos de contacto e separação com a actividade censória infanto-juvenil. Algumas das dimensões daquela estão presentes nesta, pese embora a especialização. As obras de referências que de forma global tratam da Censura durante a Ditadura Militar e o Estado Novo são , desde logo o trabalho pioneiro de Arons de Carvalho saído antes do 25 de Abril " A censura e as leis de Imprensa"<sup>26</sup> e as de Cândido de Azevedo , respectivamente " A Censura de Salazar e Caetano"<sup>27</sup> e " Mutiladas e Proibidas"<sup>28</sup> . Devem também ser referidas as entradas no Dicionário de História do Estado Novo de J.M. Brandão de Brito e no Dicionário de História de Portugal, sobre coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, de José Barreto, sobre Censura <sup>29</sup>Existem depois estudos que focam aspectos particulares do regime censório ou períodos históricos precisos. É o caso de Joaquim Cardoso Gomes cuja dissertação de Mestrado analisa a relação entre os Militares e a Censura entre 1926 e 1945<sup>30</sup> , dos ensaios coordenados por Ana Cabrera e dos seus próprios estudos sobre a Censura , o Teatro e o Cinema<sup>31</sup>, da obra de Arons de Carvalho sobre a censura no

---

<sup>25</sup> Ainda em 1992 data da 1ª edição do vol. XII da *Nova História de Portugal, Portugal e o Estado Novo*, vol. XII, sob a direcção de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques , Lisboa, Editorial Presença, 1992 , se dava conta de que " a concretização destas práticas repressivas( censura) não foi ainda objecto de qualquer análise" p.443.

<sup>26</sup> Vide Alberto Arons de Carvalho, *A Censura e as Leis de imprensa*, Lisboa, Seara Nova, 1973. Ver também o capítulo sobre Censura em João Medina, dir. *História Contemporânea de Portugal, Ditadura : o " Estado Novo" do 28 de Maio ao Movimento dos Capitães*, Tomo II, Camarate, Amigos do Livro Editores, 1985, pp.11-32

<sup>27</sup> Vide Cândido de Azevedo, *A Censura de Salazar e Caetano, Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão , Livro*, Lisboa, Editorial Caminho, 1999.

<sup>28</sup> Vide Cândido de Azevedo, *Mutiladas e Proibidas, Para a história da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997.

<sup>29</sup> Vide J.M. Brandão de Brito " Censura" in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito ,dir. *Dicionário de História do Estado Novo [...]* , pp.139-141 e António Barreto e Maria Filomena Mónica ( orgs.) *Dicionário da História de Portugal, Suplemento [...]*

<sup>30</sup> Vide Joaquim Cardoso Gomes, *Os militares e a Censura, A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo ( 1926-1945)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

<sup>31</sup> Vide Ana Cabrera ,coord. *Censura Nunca Mais. A censura ao Teatro e ao Cinema no Estado Novo*, Lisboa, Aletheia Editores, 2013 e idem, *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, tese de doutoramento que no seu primeiro capítulo estuda " A censura e as leis de imprensa , 1926-1968) , idem, " A censura ao teatro no período marcelista" in *Media & Jornalismo*, nº 12, 2008, pp. 27-58.

consulado marcelista<sup>32</sup>, entre outros <sup>33</sup>. Devem ainda registar-se os estudos multidisciplinares sobre a televisão<sup>34</sup> e o cinema <sup>35</sup> durante o Estado Novo, que não podem deixar de analisar o papel da Censura.

Em termos de documentação a Comissão do Livro Negro do Fascismo publicou dois volumes sobre Censura<sup>36</sup>.

Contudo em nenhuma destas obras a problemática específica da censura ao jornalismo infanto-juvenil e das relações entre BD e Censura são tratadas de forma expressa e desenvolvida. As referências esparsas limitam-se a assinalar as preocupações do Estado Novo com a literatura e os espectáculos para menores por volta dos anos 50 e a criação da CLEM.

### **2.3. Banda Desenhada, História Cultural e Cultura Popular : a menorização académica das “ histórias em quadrinhos”**

A presente investigação trata da Censura e da Banda Desenhada. Ao abordar a primeira num contexto histórico preciso cruza com a segunda no mesmo contexto histórico. Não é possível falar de uma e ignorar a outra . Nem conveniente isolá-las em compartimentos

---

<sup>32</sup> Vide Arons de Carvalho, *A censura à Imprensa na Época marcelista*, [...]

<sup>33</sup> Sem pretender ser exaustivo ver Isabel Forte, *A censura de Salazar no Jornal de Notícias: da actuação da Comissão de Censura do Porto no Jornal de Notícias durante o governo de António de Oliveira Salazar*, Coimbra, Edições Minerva Coimbra, 2000; pp. 105-117; Joaquim Cardoso Gomes, " Os censores do 25 de Abril : o pessoal político da censura à imprensa" *Jornalismo e Jornalistas*, nº 57, Jan/ Jun 2014, pp.6-34.; Ana Cabrera ( coord.) *Censura Nunca Mais. A censura ao Teatro e ao Cinema no Estado Novo*, Lisboa, Aletheia Editores, 2013 e idem, *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, António Tavares Proença, *A Censura durante o " Estado Novo" e a sua execução : A imprensa periódica na região tradicional, histórica e cultural da " Beira Baixa" segundo os documentos existentes no Arquivo da Censura*, Dissertação de Mestrado, FCSH/UNL, 1992 , Lisboa , policopiado, vol.I e II ; Álvaro Costa de Matos e Pedro Bebianio Braga, " Jornalismo Gráfico e Censura no Estado Novo. Uma aproximação ao problema a partir do bissemanário humorístico " Os Ridículos" , *Jornalismo e Jornalistas*, nº 49 Abr/ Jun, 2009, pp.51-65. Gonçalo Pereira Rosa , *O Inspector da Pide que Morreu Duas Vezes e outras gaffes, triunfos e episódios memoráveis do século XX na imprensa portuguesa*, Lisboa, Editorial Planeta, 2017.

<sup>34</sup> Vide Francisco Rui Cádima, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996

<sup>35</sup> Vide Luís Reis Torgal, coord, *O Cinema sob o olhar de Salazar*, Maia, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011

<sup>36</sup> Vide Comissão do Livro Negro do Fascismo, *A política de Informação no regime fascista*, 2 vols. Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1980.

estanques . Mas se os estudos históricos sobre a censura em Portugal seguem o seu caminho e ganharam carta de alforria, o mesmo não ocorre com a BD. Não é uma simples curiosidade historiográfica ou um acidente de percurso. É um aspecto essencial com refrações relevantes em matéria de fontes, da interpretação das mesmas, da bibliografia disponível e em geral no modo como podemos trazer à luz do dia uma faceta da cultura popular que ajuda a explicar, à sua escala , um ou outro ponto mais controvertido ou menos estudado da História de Portugal do século XX .

Num campo tão difuso como o da história da BD em Portugal, ocorre perguntar do que foi realizado e por quem. E do mesmo passo interrogar do sentido e resultados dessas avulsas empreitadas. Uma história sem protagonistas ? Uma história apolítica ? Uma meta-narrativa de densidade corporativa e alcance microscópico?

Desde logo impõe-se registar a existência de um conjunto extenso, complexo, desigual e diversificado de estudos sobre a BD em Portugal. E nem por esses estudos serem dificilmente localizáveis , se lhes pode retirar mérito e relevância.

Os estudos históricos de referência em História da Cultura em Portugal , quer apontem para a Literatura quer para a Pintura , quer mesmo para as Artes Gráficas só incidentalmente aludem ao tema<sup>37</sup>. Os ensaios de referência de história política e social , ou de forma mais ampla de História “geral” de Portugal, não têm uma linha sobre o assunto<sup>38</sup>. E mesmo os dicionários de História de Portugal, gerais ou sectoriais, só muito incidentalmente referem circunstâncias ou protagonistas ligados à Banda Desenhada<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Contudo investigações sobre ilustração e sobre ilustradores portugueses com sugestivas reflexões sobre iconografia e iconologia e aproximações à conexão texto/imagem, que é uma das dimensões da Banda Desenhada, podem encontrar-se em António Ventura , *O Imaginário Seareiro, Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova(1921-1927)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, pp. 149 e ss " e em José Augusto França , *A Arte em Portugal no Séc. XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009 e *Rafael Bordallo Pinheiro, O português Tal e Qual*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007

<sup>38</sup> Vide as obras recentes de Bernardo Vasconcelos, Nuno Monteiro e Rui Ramos , *História de Portugal* , Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013 e António Costa Pinto e Nuno Goncalves Monteiro, dir. , *História Contemporânea de Portugal* , 5 vols, Lisboa, Objectiva, 2012-2015.

<sup>39</sup> Vide António Barreto e Maria Filomena Monica, cord. *Dicionário da História de Portugal , Suplemento*. vol. 8, Porto , Livraria Figueirinhas , 1999 onde a entrada sobre "Imprensa de Educação e Ensino" tem uma vaga referência ao "Mosquito", "Senhor Doutor" e "Papagaio", e o único ilustrador com colaboração em publicações infanto-juvenis considerado é Stuart Carvalhais . A história da caricatura tem um estatuto similar, pese embora os esforços de Osvaldo de Sousa no sentido de a resgatar do esquecimento sejam notáveis. A " magnum opus " na matéria são os 5 volumes da História da Arte da Caricatura de Imprensa em Portugal, vol. I ( Na Monarquia 1847/1910), 1998, vol. II( Na República, 1910/1933),1999, vol. III ( No Estado Novo, 1933/1974),1999, vol. IV ( Na democracia 1974/2002) , 2002, vol. V (Cronologia, Dicionário Biográfico, Índices) 2002 ,Lisboa, Humorgrafe, SECS, Edição integrada nas Comemorações Nacionais dos 150 anos da caricatura em Portugal. Alguns dos caricaturistas identificados nestas obras são também autores de BD razão pela qual a sua consulta se revela útil para quem pretenda estudar a 9ª Arte em Portugal.



As palavras introdutórias de um dos raríssimos trabalhos académicos sobre Banda Desenhada , escritas vão para 30 anos mantêm-se , no essencial , actuais :

" A história da banda desenhada portuguesa está por fazer. Com excepção de referências em algumas obras e de artigos publicados em revistas e jornais, não existe um corpus dedicado exclusivamente à banda desenhada"<sup>40</sup>.

Nessa mesma obra ,em nota de apresentação, A.H. Oliveira Marques, centrava o estudo da história da Banda Desenhada no âmbito da História da Arte e alertava para a urgência em " publicar um *corpus* completo da banda desenhada portuguesa"<sup>41</sup>

O ilustre historiador dava conta, nos anos 80, da relevância da História da BD infantil e não infantil porque através dela " encontramos a história dos temas, dos "tropos", tão reais na banda desenhada como na literatura clássica do passado e do presente" . E acrescentava : " Apercebemo-nos dos variados objectivos que com essas histórias se pretendiam : objectivos moralizadores, religiosos, políticos, sociais ou simplesmente de mera distração. Verificamos a sua evolução ao longo dos tempos e o marco importante que em tal evolução representou a proclamação da República"<sup>42</sup>.

Ora, apesar do apelo de Oliveira Marques, que , num passo ousado para a época , não receou comparar a Banda Desenhada com a Literatura Clássica, o certo é que a comunidade científica portuguesa pouco cuidou do seu alvitre.

Uma das razões para este prolongado eclipse, tem que ver, justamente, com o afastamento da academia do objecto de estudo. Em Portugal são escassas as dissertações ou teses que tenham directa ou indirectamente como tema a Banda Desenhada . Desde logo há um pressuposto que decorre da tardia recepção académica do tema, mesmo a nível internacional . Só para dar um exemplo, a primeira tese de doutoramento sobre " comics" foi submetida em 1958 na New York University<sup>43</sup>. E só a partir dos anos 80 do sec. XX os estudos sobre " comics" , " Bande dessinées" ou " fumetti" passaram a ter estatuto próprio nos EUA, na Grã Bretanha , em França ou em Itália, registando-se, todavia, desde essa época um crescendo de relevância investigativa que cruza várias áreas de saber, da Literatura às Artes, passando pela História.

---

<sup>40</sup> Vide João Pedro Ferro, *História da Banda Desenhada Infantil Portuguesa, Das origens ao ABCzinho*, Prefácio de A.H. Oliveira Marques , Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 13.

<sup>41</sup> Vide João Pedro Ferro, *História da Banda Desenhada Infantil Portuguesa [...]* p. 12

<sup>42</sup> Vide João Pedro Ferro, *História da Banda Desenhada Infantil Portuguesa,[...]* p. 11

<sup>43</sup> Vide Jean Paul Gabilliet, *Of comics and men, A cultural history of American Comic Books*, Mississippi , University Press of Mississippi, 2010, p. 297

A história cultural da Banda Desenhada e o debate acerca do seu estatuto enquanto objecto histórico-cultural é uma discussão em aberto com inúmeros pontos controvertidos .

Alguns desses pontos servirão de tema para as considerações que se seguem, a saber : a sua difícil consagração como objecto cultural, a complexa afirmação de um discurso historiográfico sobre a BD e a rarefacção da sua legitimidade académica .

Em suma o que se pretende não é uma reflexão estética e artística da Banda Desenhada, das suas obras ou autores- embora essa apreciação possa incidentalmente ter lugar - mas antes uma aproximação histórico-cultural da BD em Portugal , ou melhor qual o seu lugar, enquanto manifestação artística e cultural e com refacções sociais e políticas , na História Contemporânea de Portugal.

Por outro lado a reclamação de Oliveira Marques formulada vai para 30 anos, quanto à exigência de um " corpus" da BD portuguesa, acabou por ter eco<sup>44</sup>. Não foi a academia, a " universidade portuguesa", a dar-lhe resposta, é certo. Mas não podemos regatear elogios aos que nas últimas décadas construíram esse "corpus" material e sobre ele trabalharam<sup>45</sup> . Falamos da republicação de obras perdidas nas páginas amarelecidas de vários revistas e jornais, que viram a luz do dia em versões graficamente recuperadas e em alguns casos reelaboradas<sup>46</sup>. E sobretudo dos ensaios, estudos, entrevistas ou índices que contribuíram para interpretar e catalogar esse "corpus" documental .

As tentativas de inventariar essa realidade têm sido bem sucedidas, ainda que contemplem suportes os mais variados<sup>47</sup>. De início as notas biobibliográficas de autores e

---

<sup>44</sup> O acesso às " fontes" primárias pode concretizar-se desde logo na Biblioteca Nacional onde muitas ( embora não todas) publicações periódicas infanto-juvenis estão acessíveis. Complementarmente são importantes a Bedeteca da Câmara Municipal da Amadora e nela o Centro Nacional de Banda Desenhada e Ilustração ( que contém vários Arquivos particulares de criadores e coleccionadores como Eduardo Teixeira Coelho , José Ruy Pinto ou Geraldino Lino) , a Bedeteca da Câmara Municipal de Lisboa e a Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>45</sup> Aliás as tentativas da "Universidade" nos domínios da Banda Desenhada nem sempre tiveram a melhor recepção : veja -se o texto muito crítico de António Dias de Deus, " Os relativos universitários" *Diário Popular*, 9/11/1990, p. 27

<sup>46</sup> Muitos dos clássicos da BD portuguesa, viram a luz do dia ainda nos anos 80 através da colecção " Clássicos da BD portuguesa" da Editorial Futura. Também algumas publicações periódicas nos anos 80 e 90 republicaram essas obras, como é o caso, a título exemplificativo, das "Lendas Japonesas" de José Ruy reeditadas nos *Cadernos de Banda Desenhada*, nº 1, Janeiro de 1987 e originariamente publicadas na 2ª série de "O Papagaio" em 1949/1950 . Aliás, no caso de José Ruy, um dos seus maiores sucessos editoriais e uma das obras de referência da BD portuguesa " A Peregrinação", inspirada em alguns episódios da obra de Fernão Mendes Pinto, veio a ser editada em álbum em 1982 com alterações por reporte à versão original publicada em 1957-59 no Cavaleiro Andante, vide João Paulo de Paiva Boléo e Carlos e Carlos Bandejas Pinheiro, *Das Conferencias do Casino*, cit. p. 145

<sup>47</sup> Veja-se a bibliografia constante em António Dias de Deus, *Os Comics em Portugal, Uma história da Banda Desenhada*, Lisboa, Cotovia, Bedeteca de Lisboa, 1999, pp. 346- 350, que é constituída quase

heróis surgem discreta e anonimamente nas páginas das revistas da especialidade <sup>48</sup>. Depois vão-se tornando mais regulares e sobretudo mais informadas. Surgem já nos anos 80 do século passado, em paralelo com as primeiras feiras e exposições de BD, com destaque para as organizadas pelo Clube Português da Banda Desenhada<sup>49</sup> e pelas Câmaras de Lisboa e Amadora<sup>50</sup>, traduzindo-se em estudos temáticos sobre desenhadores, argumentistas ou revistas sobre forma de catálogos das exposições. É por essa época que nasce a Bedoteca de Lisboa, que agregando o seu propósito bibliográfico ao da divulgação, dá corpo a um conjunto de publicações relevantes na matéria. Do mesmo passo a criação do Centro Nacional da Banda Desenhada e Ilustração e mais tarde a Bedoteca, ambos na Amadora, constituem-se como pontos fundamentais de irradiação da produção ensaística da BD entre nós. Paralelamente a criação de Suplementos dedicados às Histórias em Quadrinhos nos jornais, como são os casos de "A Capital" e do "Correio da Manhã", de par com a multiplicação de "fanzines", o mais importante dos quais ( e o mais antigo à data de hoje) o Boletim do Clube Português da Banda Desenhada, deram impulso decisivo aos estudos sobre a BD. Surgem depois várias exposições, cujas catálogos são obras de referência imprescindíveis, a saber as duas promovidas pela Fundação Calouste Gulbenkian/ Centro de Arte Moderna, respectivamente sobre os anos 1914-1945 e Anos 40-Anos 80, a promovida no "Centre Belge de la Bande Dessinée", no ano 2000 organizada pela Bedoteca de Lisboa. E finalmente importa referir a actividade editorial das Edições Época de Ouro, na recuperação do valioso património "bedéfilo" das revistas periódicas infanto-juvenis, no quadro de um revivalismo associado

---

exclusivamente por artigos em jornais, revistas e fanzines. Aliás pela nota introdutória de Leonardo de Sá fica a saber-se que " Os Comics em Portugal" tiveram a sua origem em artigos na secção Quadrinhos do jornal "A Capital" ( entre os nºs 449 de 7/4/88 e 617 de 1/7/91).

<sup>48</sup> No início dos anos 50 o " Mundo de Aventuras" ensaia breves apresentações dos seus autores e desenhadores e mais tarde já no início dos anos 70 quer o "Tintin" quer o " Jornal do Cuto" dão espaço às " histórias e técnicas da Banda Desenhada"

<sup>49</sup> De referir a primeira grande exposição de BD em Portugal " 100 anos de Histórias aos Quadrinhos em Portugal. Um panorama da Banda Desenhada Portuguesa, Catálogo da Exposição na FIL, 10- 10 de Fevereiro de 1978 ( texto de A. Dias de Deus ). Ainda *A Banda Desenhada e a sua acção pedagógica*, catálogo da exposição na Sociedade de Belas Artes, 10-13 de Abril, 1978

<sup>50</sup> A primeira exposição do que é hoje o mais relevante evento de BD em Portugal o Festival Internacional de BD da Amadora, realizou-se a 8 de Novembro de 1990. Mas não é o mais antigo. Em 1985 no Porto nasceu o Salão Internacional da BD no Porto promovido pela Associação com o mesmo nome. O Festival BD/ Sobreira marcou o calendário bedéfilo nos anos 80 e 90. Em Lisboa o Salão Lisboa BD teve a sua primeira edição em 1998 e mais recentemente Beja realiza um Festival de dimensão internacional que vai conquistando cada vez mais relevância no panorama nacional. Registe-se ainda que o mais importante evento de BD na Europa , O Festival Internacional de BD de Angoulême em França , decidiu convidar os criadores portugueses pela primeira vez em 1998. Vide Carlos Pessoa, *Roteiro Breve da Banda Desenhada em Portugal*, Lisboa, CTT, 2005 pp. 120-121

à revista " O Mosquito " e ao legado que deixou na geração nascida nos anos 30 e 40 entre nós.

Importa não esquecer, porque também são fontes relevantes de estudo para a BD portuguesa, os inúmeros "fanzines"<sup>51</sup> que no imediato pós 25 de Abril viveram a sua época de ouro mas que ofereceram assinalável resistência nos últimos 40 anos. Se é certo que o seu propósito foi e é o de revelar novos autores, não deixaram de publicar estudos e ensaios sobre a História e as técnicas da BD<sup>52</sup>

E já na transição do século e sobretudo nos últimos anos multiplicaram-se os " sites" e " blogs" que na " net" vão dando voz a desenhadores e argumentistas e a seu modo reconstruindo a história da BD em Portugal .

Nesse contexto é fácil entender o papel residual, para não dizer quase inexistente, da produção académica , ou seja, a que oriunda das universidades procura investigar e reflectir sobre a história da BD entre nós. Esta situação não deixa de ser paradoxal. Na verdade, o volume de informação sobre BD é hoje muito significativo, como vemos, espalhado por inúmeros meios e fontes, sendo possível afirmar-se que o levantamento dos principais autores portugueses de BD está feito e as características e história das mais relevantes publicações também está razoavelmente estudado . Mas nesse labor a Universidade está ( quase) ausente .

É um facto que na última década a BD constituiu tema para algumas abordagens universitárias . Mas apesar de tudo muito residuais.

E a generalidade dos poucos trabalhos académicos sobre o tema não são de História. É o caso da tese em "Estudos Portugueses", defendida por Rui Zink na Universidade Nova <sup>53</sup> e que terá sido o primeiro Doutoramento que teve a Banda Desenhada em Portugal como tema central. Mas, ao invés , é em História , a primeira dissertação de Mestrado sobre a BD portuguesa, da autoria de João Pedro Ferro e já referida . Depois têm sido apresentados vários trabalhos de investigação em que a Banda Desenhada se estuda na perspectiva pedagógica , didáctica ou dos estudos de política educativa<sup>54</sup>. E podem

---

<sup>51</sup> " Aglutinação anglo-saxónica das palavras "fan" e "magazine" , termo internacional aplicável a qualquer publicação amadora mais ou menos especializada num aspecto particular da cultura popular, realizada geralmente com pouco meios por apaixonados altruístas" Vide Leonardo de Sá , *Dicionário Universal da Banda Desenhada, Pequeno Léxico Disléxico*, Lisboa, Pedra no Charco, 2010, p. 81

<sup>52</sup> Vide Carlos Pessoa, *Roteiro Breve [...]* pp. 90-91

<sup>53</sup> Vide Rui Zink, *Literatura Gráfica, A Banda Desenhada Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Celta, 2000.

<sup>54</sup> Vide, entre as duas dezenas de teses e dissertações sobre o tema, Cristina Manuela Branco Fernandes Sá, *A Banda Desenhada: Uma linguagem narrativa ao Serviço do Ensino do português ( Língua Materna)* . Tese doutoramento em Didáctica na Universidade de Aveiro, 1995, policopiado, 3 vols.

também arrolar-se dissertações e teses que abordam directa ou indirectamente a BD , não necessariamente em Portugal , em Antropologia , Ciências da Informação e Documentação, Literatura Comparada, Estudos Americanos, Estudos Feministas etc<sup>55</sup>

O ensaio de Rui Zink até pela sua natureza pioneira merece destaque. Não se trata de uma obra que tenha como objecto a história da BD em Portugal. Delimita a sua intervenção entre 1968 e 1994, recorrendo a algumas obras seleccionadas para reflectir sobre a natureza da Banda Desenhada e a sua inserção no campo da literatura gráfica, procurando salvar a BD do seu estatuto de minoridade procurando associá-la a uma forma de expressão artística colada à narrativa literária.

Na verdade o autor procura demonstrar que " a escrita é um aspecto fundamental de um texto de BD, tanto na sua criação como na sua fruição" concluindo que o estatuto da BD é o de literatura gráfica<sup>56</sup>

Será certamente um esforço que vem sendo percorrido por vários autores que no próprio campo da BD procuram realçar produtos diversos : um associado a uma cultura popular de massas de baixa qualidade e outra mais erudita e com caução de qualidade. Um exemplo do segundo seriam as " narrativas gráficas" , cujos exemplos paradigmáticos citados são os das obras de Will Eisner, Robert Crumb ou Taniguchi. Os últimos 20 anos assistiram ao paulatino desenvolvimento das obras de BD catalogadas como " narrativas gráficas", com a entrada de editoras literárias clássicas neste campo.

Ora pese embora os sinais, mais evidentes na última década, de uma lenta penetração da BD na Universidade portuguesa, a verdade é que os estudos históricos não lhes têm dado particular atenção.

Não é possível avançar para a História da BD em Portugal, traçar-lhes os contornos e iluminar a sua influência em outros campos da História, designadamente na História da Cultura e das Artes e mesmo na História Política e Social, sem meia dúzia de obras de referência e o sem número de pequenos estudos e ensaios deixados de forma dispersa em jornais, revistas, catálogos, fanzines e "blogs"<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> Consulta realizada ao Repositório Científico de Acesso Aberto Em Portugal [www.rcaap.pt](http://www.rcaap.pt). em Julho de 2018

<sup>56</sup> Vide Rui Zink, *Literatura Gráfica [...]*.p. 267

<sup>57</sup> São pioneiros os estudos relativos aquela que pode considerar-se a primeira BD portuguesa , Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre e Picaresca Viagem do Imperador de Rasilb pela Europa*, edição facsimilada , 1996 , Leonardo de Sá, *Raphael Bordalo Pinheiro : Aos Quadradinhos* , Catálogo da Exposição, Lisboa, Bedoteca de Lisboa, 1996

As primeiras e ainda hoje impressionantes tentativas de historiar a BD portuguesa de forma global, valorizando particularmente os aspectos iconográficos, são os álbuns editados nos anos 90 pela editora Época de Ouro<sup>58</sup>. Os cinco álbuns editados, coordenados por Carlos Costa e Sousa Santos, recuperaram antigas aventuras sobretudo publicadas em "O Mosquito" e dois dos álbuns são dedicados, justamente, aos 60 anos do famoso "insecto". Mas fizeram-se acompanhar por um conjunto de textos assinados por muitos especialistas da BD, a saber António Dias de Deus, Sousa Santos, Jorge Magalhães, Leonardo de Sá, Carlos Costa, A.J. Ferreira. Muito relevantes são as entradas que nos permitem uma visão global das principais publicações infanto-juvenis: "ABC zinho", "Senhor Doutor", "Papagaio", "O Mosquito", "Diabrete", "Cavaleiro Andante", "Foguetão", "Mundo de Aventuras", "Titã", "Flecha", "Valente", "O Falcão", "Pisca-Pisca", "Visão", "Seleções BD", "Tintin", "Camarada", entre muitos outros, de editores, como o ensaio sobre a Agência Portuguesa de Revistas<sup>59</sup> ou mesmo de personalidades relevantes para a História da BD, directores das publicações, como Cardoso Lopes ou Roussado Pinto. Paralelamente estas obras integram tabelas exaustivas que permitem identificar todas as aventuras publicadas nos 16 anos de vida de O Mosquito (1ª série) e bem assim todas as separatas, suplementos e novelas do mesmo<sup>60</sup>. Estes álbuns são ainda importantes por outras duas razões: a referência, com sucintos apontamentos biográficos, aos desenhadores de "O Mosquito" que constituíram o que pode considerar-se a "escola portuguesa de Banda Desenhada", como Eduardo Teixeira Coelho, José Garcez, José Ruy, Vítor Péon, Artur Correia<sup>61</sup> e os depoimentos de actuais coleccionadores e nos anos 30 e 40 leitores de O Mosquito que retratam o ambiente da época do ponto de vista cultural, social e político<sup>62</sup>.

Posteriormente, a propósito de exposições comemorativas individuais ou colectivas, realizadas a maioria delas no âmbito do Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora, a maioria dos criadores da apelidada escola portuguesa foram objecto de catálogos e estudos exaustivos, que para além da reprodução de originais e trabalhos

<sup>58</sup> Vide Sousa Santos, ed. *A História da BD publicada em Portugal, 1ª parte*, Lisboa, Edições Época de Ouro, 1995, Carlos Costa, ed. *História da BD Publicada em Portugal, 2ª parte*, Lisboa, Edições Época de Ouro, 1996; Carlos Costa, ed. *O Mosquito, 60º Aniversário*, Lisboa, Edições Época de Ouro, 1996 e Carlos Costa, ed. *O Mosquito, Aventuras e Curiosidades*, Lisboa, Edições Época de Ouro, 1997 e Carlos Costa, ed. *Um século de Banda Desenhada Portuguesa*, Lisboa, Edições Época de Ouro, 1998

<sup>59</sup> Mas cujo ensaio mais completo é de João Manuel Mimoso intitulado a "Agência Portuguesa de Revistas" disponível em <http://www.historia.com.pt/APR/APRindex.htm>.

<sup>60</sup> Vide também Manuel Caldas, ed. *O Mosquito: de como Nasceu e Viveu*, Edições Emecê, Porto, 1993

<sup>61</sup> Vide Carlos Costa, ed. *O Mosquito*, [...] pp.20-27

<sup>62</sup> Vide o depoimento de Américo Coelho, Carlos Costa, ed. *O Mosquito*, [...] pp. 225 e ss

preparatórios oferecem completíssimos índices das obras de BD publicadas, as apelidadas "quadrículografias"<sup>63</sup>.

Devem ainda ser referidas, por se tratarem de obras de alcance global com pretensões a se afirmarem como verdadeiras Histórias da Banda Desenhada portuguesa ou Histórias da BD em Portugal, as seguintes : "Os Comics em Portugal" de António Dias de Deus e Leonardo de Sá <sup>64</sup>, "Das Conferencias do Casino à Filosofia de Ponta " de João Paulo Paiva Boléo e Carlos Bandeira Pinheiro<sup>65</sup> e " Roteiro Breve da Banda Desenhada em Portugal" de Carlos Pessoa"<sup>66</sup>. Acrescente-se um muito completo Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal " de Leonardo de Sá e António Dias de Deus<sup>67</sup>.

Tratam-se, todas elas, de obras exaustivas, assentes na imagem, mas que apresentam um panorama global da História da BD em Portugal com abundância de pormenores e particular atenção aos aspectos estéticos e artísticos<sup>68</sup>.

E não deixam aliás de, logo à partida, serem palco de uma divergência historiográfica : qual a primeira BD portuguesa ? São ambas inegavelmente de Raphael Bordalo Pinheiro, a quem ninguém nega o pioneirismo, mas enquanto António Dias de Deus e Leonardo de Sá sustentam que se trata de " Apontamentos de Raphael Bordalo Pinheiro sobre a Picaresca Viagem do Imperador de Rabis pela Europa" de 1872<sup>69</sup>, João Paiva Boléo e Carlos Bandeira Pinheiro optam pelas cinco tiras intituladas " Conferencias Democráticas" publicadas na última folha de "A Berlinda" de Janeiro de 1871<sup>70</sup>. O facto é que, tal

---

<sup>63</sup> Vide João Paulo de Paiva Boléo, *E tudo Fernando Bento Sonhou*, Amadora CNBDI, , 2010; Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *José Garçês, As fases diversas*, Amadora CNBDI, , 2002; João Miguel Lameiras, "Vítor Péon " in *BDJornal*, nº 28, Outubro de 2011, pp.10 e ss. ; Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *José Ruy, Riscos ao Natural*, Lisboa; Âncora Editora, 2001; Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *E.T. Coelho ; A Arte e a Vida*, Amadora, Edições Época de Ouro, CNBDI, 1998

<sup>64</sup> Vide António Dias de Deus, *Os Comics em Portugal, Uma história da Banda Desenhada*, Lisboa, Cotovia, Bedeteca de Lisboa, 1997( Leonardo de Sá é responsável do último capítulo)

<sup>65</sup> Vide João Paulo Paiva Boléo e Carlos Bandeira Pinheiro, *Das Conferencias do casino À Filosofia de Ponta, Percurso histórico da banda desenhada portuguesa*, Lisboa, CML / Bedeteca de Lisboa, 2000, obra que segue de perto outras duas obras dos mesmos autores *A Banda Desenhada Portuguesa, 1914-1945*, Lisboa, FCG, 1997 e *Banda Desenhada Portuguesa Anos 40 anos 80*, Lisboa, FCG, 2000

<sup>66</sup> Vide Carlos Pessoa, *Roteiro Breve da Banda Desenhada em Portugal*, Lisboa, CTT, 2005

<sup>67</sup> Vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*, Amadora, CNBDI, 1999

<sup>68</sup> Ver ainda João Miguel Lameiras, João Paiva Boléo e João Ramalho Santos, *Uma revolução desenhada, O 25 de Abril e a BD*, Porto Afrontamento, 1999; Carlos Bandeira Pinheiro, " Livros aos Quadrinhos bibliografia ilustrada dos autores portugueses de banda desenhada e cartoon( A-O) " *Biblioteca : Revista das Bibliotecas Municipais de Lisboa*, nº 3-4

<sup>69</sup> Vide António Dias de Deus, *Os Comics em Portugal*,[...] p. 38

<sup>70</sup> Vide João Paiva Boléo e Carlos Bandeira Pinheiro, *Das Conferencias do casino À Filosofia de Ponta*,[...] p. 15

divergência não apaga um facto incontestável: ter sido Raphael " o pai da BD portuguesa"<sup>71</sup>

Por seu lado o "Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal" apresenta mais de 500 entradas de ilustradores, argumentistas, editores e directores de publicações do séc. XIX e XX ligados à BD portuguesa.

Finalmente há ainda a referenciar uma obra absolutamente indispensável , que são os ficheiros da BD portuguesa que A.J. Ferreira publicou inicialmente no " Mundo de Aventuras" (1982-1987) e que em versões policopiadas e encadernadas podem ser consultados na Biblioteca Nacional <sup>72</sup>. Trata-se de um inventário completo de todas as publicações periódicas infanto-juvenis do séc. XIX até aos nossos dias, apresentadas cada uma delas com indicações pormenorizadas das suas características técnicas e do seu conteúdo ao longo do tempo.

Um dos aspectos mais relevantes destes estudos prendem-se com a indicação precisa dos autores das histórias publicadas nas várias publicações periódicas até aos anos 70 do século passado . Recorde-se a regra da ausência de qualquer identificação dos autores das aventuras, quer desenhadores quer argumentistas. As traduções das aventuras também não primavam pelo rigor e davam asas à fantasia. Acresce que, como está amplamente documentado, muitas das histórias começavam a ser publicadas entre nós com desfasamentos em relação às suas publicações originárias, significando que o início da versão portuguesa não acompanhava o original . O mesmo se passava com a sua conclusão, tantas vezes inopinada. Ora muitos destes estudos alcançam o objectivo de identificar os autores, as origens e a correcta designação das aventuras ou dos seus heróis, o local da sua publicação originária entre outros aspectos de natureza quantas vezes enciclopédica.

Muito do conteúdo das obras de fôlego referidas antes nasceram nas páginas de jornais diários ou de outras publicações e "fanzines". Outras, infelizmente, não saíram dessas mesmas páginas o que significa procurá-las e dá-las a conhecer.

Não andaremos longe da verdade se afirmarmos que os suplementos que surgiram desde os anos 70 e até aos inícios dos anos 90 em alguns jornais diários, são herdeiros, sem

---

<sup>71</sup> Vide Carlos Pessoa, *Roteiro Breve da Banda Desenhada em Portugal* [...] p. 13

<sup>72</sup> Vide A.J. Ferreira , *O jornal infantil português Ilustrado 1874-1975*, 2ª ed. Lisboa, [s.n.] 1998 e *O ficheiro da BD Portuguesa*, 2 vols. , edição do Autor, policopiado,[s.l.][s.d.] Ver ainda ainda os 78 números da publicação policopiada " Nº 13, Informações e Estudos sobre Jornais Infantis, Literatura Popular e Histórias aos Quadrinhos" , editada entre Maio de 1991 e Abril de 1997 de A.J. Ferreira ( todas as obras estão disponíveis na Biblioteca Nacional).



solução de continuidade, dos suplementos infanto-juvenis como a “Nau Catrineta” do “Diário de Notícias” ou o “Pim-Pam-Pum” de “O Século”<sup>73</sup>. A diferença é de não pouca importância é que enquanto estes últimos se dedicavam a publicar aventuras em continuação de heróis da BD os primeiros acrescentaram a isso textos sobre a História da BD mundial e portuguesa . Isso significará uma alteração relevante nos interesses dos leitores e mesmo na faixa etária dos que passaram a consumir este tipo de produtos .

Um dos diários que mais atenção deu à Banda Desenhada foi "A Capital". Iniciou a publicação um suplemento semanal de 8 páginas em formato tablóide intitulado "Quadrinhos" não numerado em 11/10/1971, no essencial composto por histórias em quadrinhos que se prolonga até 14/2/1972. O referido suplemento renasce 15 dias depois a 28/2/1972 em formato A4 e com 24 páginas, com a indicação do nº1. Manter-se-á sem interrupções e no mesmo formato até ao nº 100 de 5/2/1974. Retoma a publicação no dia 24/2/1974 regressando ao formato tablóide para encerrar esta sua primeira vida nas vésperas do 25 de Abril de 1974. Esta I série é um típico suplemento infanto-juvenil sem qualquer outro tipo de preocupação didáctica.

Mais tarde ,em Fevereiro de 1979, começou por consagrar uma página semanal intitulada "Especial Quadrinhos" inaugurando no pós 25 de Abril a presença regular na imprensa de textos de análise sobre BD<sup>74</sup>

É ainda na “Capital” que assistimos a uma II série do " Quadrinhos" inaugurada a 24/5/1980 e terminada no nº 127 de 27 /11/1982. O seu principal interesse como " fonte" da história da BD prende-se com a circunstância de ter publicado um conjunto de artigos de Jorge Magalhães , António Dias de Deus, Leonardo de Sá, entre outros, sobre clássicos da BD, figuração narrativa, a par com HQ de autores portugueses, como Eduardo Teixeira Coelho, Fernando Bento, Augusto Trigo ou Catherine Labey .

A 9 de Março de 1990, o “Diário Popular” inaugurava um espaço intitulado " Comix" coordenado por Ferreira da Silva. O espaço manteve-se com periodicidade semanal até ao nº 81 de 27 de Setembro 1991. Deu relevo aos " fanzines" que se publicaram na altura e inseriu fichas biográficas de Eugénio Silva , Augusto Trigo, Vítor Péon, José Baptista . José Garcês , Jorge Magalhães , Cardoso Lopes, José Ruy e Catherine Labey,

---

<sup>73</sup> Entre outros, como por exemplo , o suplemento infantil do jornal "Época", diário próximo do regime político caetanista, intitulado "Mini Época" e que se publicou de 24/12/1971 ao nº 113 de 20 /4/1974. Inclui ilustrações de Zé Manel e histórias em quadrinhos de Artur Correia, entre outros. Trata-se de um suplemento infanto-juvenil praticamente ignorado na historiografia da BD em Portugal.

<sup>74</sup> Vide António Dias de Deus, *Os Comics em Portugal*,[...] p. 326-327

Merece também referência o suplemento coordenado pelo Clube Português da Banda Desenhada publicado no " Correio da Manhã" nos anos 80 intitulado " Correio da Banda Desenhada"<sup>75</sup>

O Clube Português de Banda Desenhada ( CPBD) foi fundado em 1976 e assumiu um papel relevante na divulgação e estudo da Banda Desenhada em Portugal. Desde logo porque foi responsável pela primeira exposição de fôlego sobre a Banda Desenhada portuguesa, em 1978 , nas instalações da antiga FIL, intitulada " 100 anos de Histórias aos Quadrinhos em Portugal" e cujo catálogo da autoria de António Dias de Deus marcou o início de uma série de estudos sobre BD entre nós . Depois porque deu início à publicação regular de um " fanzine" onde os principais especialistas na matéria multiplicaram os estudos e ensaios , resgatando do esquecimento todo um amplo e diversificado conjunto de autores de BD , sem esquecer de dar lugar aos novos que nos pós 25 de Abril quiseram chegar à ribalta e ver as suas obras publicadas e avaliadas pelo público.

Na verdade, uma das fontes bibliográficas fundamentais da História da BD em Portugal são os mais de 150 números do Boletim do Clube Português de Banda Desenhada, o mais antigo fanzine português em publicação contínua. O seu primeiro número data de 5 de Março de 1977 continuando a publicar-se . Por esses números perpassam páginas e páginas de textos e imagens sobre autores de BD , personagens de BD e revistas de BD portuguesas e estrangeiras do sec. XIX e XX. Aí se congregaram alguns dos nomes que são hoje referência inultrapassável nos estudos críticos e na investigação histórica da BD portuguesa. Referimo-nos, entre outros, a Leonardo de Sá, António Dias de Deus, Carlos Pessoa, Carlos Bandeira Pinheiro ou João Paulo Boléo.

Muito importantes são os depoimentos memorialistas de quem , como criador e directo interveniente no mundo da BD portuguesa dos últimos 70 anos, mantêm um notável registo biográfico, muito rigoroso e detalhado como é o caso do artista José Ruy Pinto( que assina também como José Ruy) . De assinalar, por exemplo e entre muitos outros contributos, um pioneiro ensaio sobre a obra de Eduardo Teixeira Coelho publicada no " Mundo de Aventuras"<sup>76</sup> nos anos 80 ou a recriação gráfica das instalações de " O Mosquito" , acompanhada das minúcias do dia a dia da redacção<sup>77</sup>.

---

<sup>75</sup> Vide António Dias de Deus, *Os Comics em Portugal*, [...] .p . 327

<sup>76</sup> Vide *Mundo de Aventuras*, II série, entre o nº 389 ( 26/3/1981) e o nº 470 ( 14/10/1982)

<sup>77</sup> Vide José Ruy " Tiotónio , Meu Amigo" in Sousa Santos, ed. *História da BD publicada em Portugal*, 1ª parte, Lisboa, Época de Ouro, 1995, pp. 46-51

Muitas outras publicações periódicas especificamente ligadas à BD incluem textos sobre a história e técnicas da Banda Desenhada. Estão nesse caso três das mais significativas revistas de HQ de fins dos anos 60 e princípios dos anos 70 , como são o "TinTin", o "Jornal do Cuto" e o Mundo de Aventuras".

A revista " TinTin" nascida em 1968, incorporando quase integralmente material da escola franco-belga originário do "Tintin" belga e do francês " Pilote", manteve um espaço de história e técnica da BD alimentada sobretudo por Vasco Granja, que foi o principal responsável editorial da publicação. Por seu lado o " Jornal do Cuto", lançado em 1971, traduziu-se numa tentativa nostálgica de recuperar o fascínio dos anos 30 e 40 de " O Mosquito" republicando muitas das suas HQ . Nessa linha preocupou-se em contar a " história" dessa célebre publicação e dos seus criadores , designadamente dos desenhadores portugueses.

O "Mundo de Aventuras" , na sua segunda reencarnação, iniciada a 4 de Outubro de 1973( designada por V série, e com nova numeração) <sup>78</sup> inicialmente dirigido por Vitoriano Rosa e mais tarde por António Verde , acompanhado por Jorge Magalhães como coordenador, começou a publicar notas históricas dos heróis que ia publicando<sup>79</sup> e mais tarde começou a inserir de forma não sistemática textos sobre autores portugueses e as suas criações, a par da republicação de HQ que décadas antes o mesmo “Mundo de Aventuras” havia imprimido.

Por exemplo, o mais popular herói da BD portuguesa , " Tomahawk Tom" desenhado por Vítor Péon , com argumentos de Roussado Pinto( sob pseudónimo de Edgar Caygill) , é republicado várias vezes, acompanhado de ensaios históricos sobre as origens da série<sup>80</sup>

Os textos são da autoria de Jorge Magalhães e José de Matos Cruz , este último com uma secção própria intitulada " Mundo aos Quadrinhos", que iniciam uma verdadeira cruzada de divulgação dos clássicos da BD portuguesa , entrevistando entre outros Artur Correia, Fernando Bento, José Ruy, Vítor Péon, Marcelo de Moraes<sup>81</sup>, Fernandes Silva e Catherine Labey que no fim dos anos 70 procuravam retomar as suas actividades como criadores de BD num contexto cultural, político e social em substancial mudança. Na

---

<sup>78</sup> Vide Carlos Bandeira Pinheiro( org.) *Mundo de Aventuras: Bibliografia Ilustrada das Bandas Desenhadas de Autores Portugueses( 1949-1987)*, Lisboa, Estudos de Aventura Gráfica 1, 1999, p. 5 .

<sup>79</sup> Vide Jose de Matos Cruz " Rip Kirby Anatomia de um Detective" in *Mundo de Aventuras* nº 47 V série 22/8/1974 pp. 30-31

<sup>80</sup> Vide Roussado Pinto " ... E assim nasceu " Tomahawk Tom" in *Mundo de Aventuras*, nº 64 19/12/1974, pp. 20-21. Ver também entrevista com Vítor Péon in *Mundo de Aventuras*, nº 78, 27/3/1975, pp.34-37

<sup>81</sup> Vide *Mundo de Aventuras* nº 387, 12/3/1981.pp. 28-29. Marcelo de Moraes foi director e editor do Semário Camarada ( 1951/1953) e do Pisca Pisca( 1966-1970) ambos ligados à Mocidade Portuguesa.

revista houve mesmo a preocupação em ouvir Adolfo Simões Muller, na altura já afastado das andanças infanto-juvenis.<sup>82</sup>

De registar na secção " Arquivos da Banda Desenhada" uma história de "O Mosquito" por Orlando Marques<sup>83</sup>.

Mas um dos documentos mais importantes é o conjunto de depoimentos memorialistas sobre Eduardo Teixeira Coelho da autoria de José Ruy que se estendem por 8 números, como já referimos <sup>84</sup>.

Finalmente importa registar um meio de divulgação de estudos e também de novas criações de BD que são os "fanzines" . Estas publicações de carácter irregular e cunho amador têm o seu terreno privilegiado de criação e circulação entre os entusiastas da BD. Existe um catálogo que identifica os principais fanzines de BD em Portugal, até 1997 <sup>85</sup>. Entre muitos , o fanzine "Nemo" , editado na Póvoa do Varzim por Manuel Caldas, entre 1986 e 1998, constitui um dos mais úteis pela profusão de estudos sobre a BD em geral e sobre aspectos da criação da BD nacional<sup>86</sup>.

A concluir , deve chamar-se a atenção para o facto das publicações periódicas editadas nos anos 80 e 90, designadamente as "Seleções de BD" ou o "BD Jornal" inserirem quase sempre , estudos e ensaios sobre a história da BD.

Do resumo historiográfico acabado de fazer avulta , estamos em crer, uma aproximação micro-histórica à História da BD em Portugal. Mais do que o grande retrato, orientado no sentido de fornecer as grandes tendências , as escolas artísticas , as várias épocas - o que também tem acontecido embora de forma menos impressiva - , o que prevalece é abordagem microscópica. O estudo das publicações infanto-juvenis, identificando os seus percursos e as suas características e a aproximação biográfica aos principais criadores ( desenhadores, argumentistas, directores, editores) parece marcar o ritmo dos trabalhos que recenseámos e das preocupações dos seus autores. Em parte, também, parece verificar-se um investimento nos instrumentos metodológicos dessa corrente historiográfica : a redução da escala de observação, o paradigma indiciário, a narrativa como modo

---

<sup>82</sup> Vide *Mundo de Aventuras*, nº 332, 14/2/1980, pp. 38-39

<sup>83</sup> Vide *Mundo de Aventuras*, nº 373 de 4/12/1980, pp. 28-29 e 375 de 18/12/1980, pp.29-30

<sup>84</sup> Vide *Mundo de Aventuras* nºs 389, 26/3/1981, pp. 2-4, 397 de 21/5/1981. pp. 3-5- , 400 de 11/6/1981, pp.2-5, 31, 414 de 17/9/1981, pp. 2-4, 425 de 3/12/1981, pp.6-8, 32, nº 435 de 11/2/1982, pp.2.4, nº 445, de 22/4/1982 pp. 2-31-32, nº 470 de 14/10/1982, pp.2-3, 32

<sup>85</sup> Vide Leonardo de Sá e Geraldino Lino, *Dédalo de Fanzines : Publicações Amadoras de Banda Desenhada em Portugal*, Edições Temporárias, [s.l.] 1997

<sup>86</sup> Vide António Dias de Deus, *Os Comics em Portugal*, cit. p. 324

específico da escrita histórica e um particular especificidade nas fontes e na sua interpretação<sup>87</sup>.

Desses instrumentos será de realçar o paradigma indiciário pelo modo como o trabalho do historiador se compara ao do detective , do médico ou do psiquiatra, quando através dos indícios fragmentários ou de sinais avulsos e ocultos que acabam revelados , consegue reconstituir e interpretar a realidade objecto do estudo. Na verdade muita da pesquisa tendente a encontrar explicações para aspectos menos claros das vicissitudes das publicações infanto-juvenis dos últimos 100 anos, a rastrear o percurso artístico de muitas criadores da chamada escola portuguesa de BD, como Eduardo Teixeira Coelho ou Cardoso Lopes, parecem filiar-se no paradigma micro-histórico da procura indiciária. Para esse resultado concorre alguma dificuldade de acesso às fontes impressas .É que sendo certo que boa parte delas se encontram na Biblioteca Nacional, nem todas estão devidamente inventariadas e menos ainda catalogadas. Para isso também contribui a ausência do enquadramento dos trabalhos de investigação que lançasse as bases a uma tarefa sistematizada de identificação do "corpus" material onde as HQ nasceram , viveram e morreram . E finalmente a ausência de um projecto de história oral que preserve a memória dos que viveram as várias épocas da história da BD entre nós designadamente da chamada época de ouro (anos 40 e 50)<sup>88</sup> também acentua a natureza fragmentária da historiografia em análise .

E na realidade isso explica que a esmagadora maioria da bibliografia histórica sobre a BD em Portugal tenha nascido em suportes os mais variados a começar pelos jornais, pelas revistas da especialidade, pelos "fanzines" e mais recentemente pelos " blogs" na internet. E mesmo as obras de referência que identificámos nasceram nesses mesmos suportes, transitando depois para a maior dignidade do livro.

Em qualquer caso a Banda Desenhada em Portugal, graças ao esforço historiográfico assinalado, responde pelo nome e consegue identificar-se e ser identificada enquanto objecto histórico. Que para esse resultado o percurso tenha sido em boa parte prosseguido fora dos carris da "academia", muito provavelmente porque nela permanecem alguns dos

---

<sup>87</sup> Vide entre outros Carlo Ginzburg, " Microhistory: Two or Three Things That I Know about it" *Critical Inquiry*, 20, Autumn , 1993, pp. 10-35. Ver ainda de Carlo Ginzburg, *À distance. Neuf essais sur le point de vue en histoire*, Paris, Gallimard, 2001, *Le fil, et les traces. Vrai faux fictif*, Paris, Verdier, 2010 e *Mythes, emblèmes , traces.Morphologie et histoire*, Paris, Verdier, 2010. E ainda Giovanni Levi " Sobre Microhistoria" , Peter Burke ( ed.). *Formas de Hacer Historia*, 2ª ed. Madrid, Alianza Editorial, 2014, p. 139 e Ronaldo Vainfas, *Micro-história Os protagonistas anónimos da história*, Rio de Janeiro, Campus, 2002,

<sup>88</sup> Vide Leonardo de Sá, *Dicionário Universal da Banda Desenhada, Pequeno Léxico Disléxico*, Lisboa, Pedra no Charco,2010, p. 65

" handicaps" simbólicos que apontam para a sua menorização cultural, é uma realidade inegável, como tentámos identificar neste texto.

Mas isso não lhe retira qualquer legitimidade enquanto objecto de investigação histórica.

As origens da BD e a evolução da BD está relativamente estudada. Embora a referência ao artista suíço Rodolfe Topffer e às suas narrativas desenhadas aparecidas nos jornais nos anos 30 do sec. XIX possam ser consideradas como os primórdios da BD<sup>89</sup>, a verdade é que o surgimento deste meio de expressão coincide com o desenvolvimento da imprensa no fim do sec. XIX e nele com aparecimento das tiras de BD inicialmente publicadas nos suplementos a cores de domingo - os "comic strips"- dos jornais diários . Após esse impulso inicial , contemporâneo de uma indústria de publicação massificada, a BD transita para as revistas periódicas e só mais tarde para os álbuns . Esta sinalização histórica não facilita a definição de BD, já que estamos perante um objecto dificilmente catalogável, que importa técnicas e conteúdos de outros modos de expressão, como a pintura, o desenho, a literatura ou cinema e os confronta num "continuum" histórico nem sempre reconhecível.

Essa dificuldade é ilustrada pelas próprias designações que este modo de expressão tem nas várias línguas e países<sup>90</sup>. Enquanto que a designação "comics" ( e anteriormente "funnies") remete para o conteúdo cómico dessas ilustrações publicadas em tiras na imprensa, os alemães falam de histórias em imagens ( "Bildergeschichte") , os italianos aludem aos balões com texto ( "fumetti") , os espanhóis em " tebeos" do nome de uma das primeiras revistas ilustradas(TBO) e os franceses a " bande dessinée" que terá sido a tradução de " comic strip" e que acabou por se institucionalizar nos anos 50 do sec. XX. Mas mesmo entre nós a expressão banda desenhada , como tradução do francês " bande dessinée" só se impõe tardiamente sendo a expressão mais comum durante os anos 40 e 50 " histórias em quadrinhos" ou " histórias em quadrinhos", como vimos já.

Podemos assentar que a expressão banda desenhada se aplica a narrativas construídas com imagens ( desenhadas, gravadas, fotografadas ou pintadas...) que são caracterizadas pela possibilidade de uma interacção entre a mensagem icónica e a mensagem escrita ,

---

<sup>89</sup> Topffer foi não só pioneiro das HQ como deixou uma seminal reflexão teórica sobre a arte que criou , "Essai de Physiognomie" ( 1845), onde escreveu: " Podem escrever-se histórias através de capítulos, linhas, palavras: é a literatura propriamente dita. Podem escrever-se histórias com uma sucessão de cenas representadas graficamente: é a literatura em estampas" vide Thierry Groensteen,*La Bande Dessinée mode d'emploi*. Liège, Les Impressions Nouvelles, 2007, p. 7

<sup>90</sup> E por uma não menor dificuldade por parte dos próprios criadores na definição da sua profissão. Hergé descrevia a sua actividade nos seguintes termos : "uma série de desenhos com texto na boca das personagens" citado em Thierry Groensteen, *Un Object culturelle non identifié*, Paris , Éditions de L'An 2, 2006, p. 21

mas onde a imagem assume a natureza de um elemento indispensável da narrativa . Acresce que esta actividade é produzida no contexto da publicação massiva desde 1830<sup>91</sup>. Com este critério ficam de lado as simples ilustrações para textos e do ponto de vista histórico torna-se claro que a BD traduz a forma de expressão de histórias em imagens que nasce e evolui no contexto da industrialização da imprensa e do universo editorial dos inícios do sec. XIX.

Questão bem mais complexa é a de apurar do estatuto cultural da BD. Em meados dos anos 60 os meios universitários franceses inauguraram a expressão “ 9ª Arte” para cunhar a Banda Desenhada por reporte às restantes Artes. A verdade é que essa designação está longe de concitar a unanimidade e significou sobretudo o rótulo para a uma particular reivindicação : abrir as portas da “ grande arte”<sup>92</sup>.

Uma aproximação à BD enquanto cultura popular é a protagonizada por M. Barker, por exemplo, através da análise dialógica <sup>93</sup> . Segundo o seu ponto de vista a BD pode ser entendida como um contrato entre o leitor e o texto o qual traduz um determinado diálogo. O sentido do texto resulta desta relação social . E a força ou o poder da BD decorre dessa relação dialógica que está relacionada com vida social dos leitores. Um ponto essencial desta abordagem é, pois, a produção das HQ que assentam na relação directa da técnica narrativa com a audiência<sup>94</sup>.

Ora este discurso , que está relativamente consolidado , remete a BD para o domínio mais ou menos explícito da "Cultura Popular" . Os “ comic books” correspondem a uma fase histórica que começa no sec. XIX e vem até aos nossos dias , como vimos antes. Desse ponto de vista a emergência dos “ comic books” inscreve-se numa fase de transição entre a “ proto mass culture” e a “ Mass culture” sendo caracterizada pela “ popular culture”<sup>95</sup>.

Esta ideia de associação da BD à cultura popular decorreria sobretudo de dois pressupostos : a massificação dos produtos impressos, quer pela via dos “ comics strips” quer pela dos “ comic books”, os quais , com a industrialização editorial, as grandes redes de distribuição e o acesso à leitura de grandes massas da população, passaram a ser

<sup>91</sup> Vide Jean-Paul Gabilliet, *op.cit.* pp. XV e XVI.

<sup>92</sup> Vide Thierry Groensteen, “ Petite Histoire d’une appellation non contrôlée”, *Neuvième Art*, nº 1, Jan. 1996, p. 4

<sup>93</sup> Vide M.Barker, *Comics : Ideology, power and critics*, Manchester, Manchester University Press, 1989

<sup>94</sup> Vide Domic Strinati, *An introduction to theories of popular culture*, London, Routledge, 1995 , pp. 252 e ss.

<sup>95</sup> Vide Michael Kammen, *American Culture. American Tastes : Social Change and the 20<sup>th</sup> Century*,[s.l.] Basic Books, pp. 70-71

consumidos por milhões de jovens e a sua degradação cultural, por referência ao padrão da "grande cultura" .

Há várias formas de definir a cultura popular, tema que tem sido abundantemente estudado nas últimas décadas pela Sociologia e pela História. Não é nosso propósito neste texto discutir o tema . Valerá a pena contudo alguns apontamentos.

O conceito de cultura popular gira em torno de dois eixos : a quantidade e a qualidade. Um ponto é pacífico, julgamos nós: a filiação da BD no universo da "cultura popular" , corresponde aos momentos históricos da industrialização e da urbanização. Mas tudo o resto é mais volátil.

Por um lado, podemos associar a cultura popular a tudo aquilo que, do domínio da "cultura", resultasse da preferência expressa e do consumo de " muitos". Por outro lado, seria também aquilo que, numa determinada escala " cultural" apontasse para um patamar inferior dessa escala . No primeiro caso a cultura popular estaria associada aos meios de comunicação de massa, no segundo estaria associada a um processo segundo o qual , definido um padrão cultural, poderíamos arrumar e graduar as diversas manifestações culturais <sup>96</sup>.

Como é evidente um e outro dos pressupostos, sobretudo quando aplicados ao objecto do nosso estudo , apresentam sérias dificuldades metodológicas . O critério da quantidade é manifestamente insuficiente. Se é verdade que o conceito de cultura popular terá de envolver uma certa dimensão quantitativa- é óbvio que o " popular" da "cultura popular" tem que ter a sua expressão - um "index" quantitativo não resolve o problema da BD. Se nos anos 50 e 60 os milhões de consumidores de " comics" nos EUA e depois na Europa satisfaziam esse alegado " index", já o mesmo não se verifica mais recentemente com residuais edições e com consumos minoritários, tantas vezes associados a fenómenos marginais de " contra-cultura".

Mas a abordagem qualitativa também não tem resposta satisfatória . Na definição de critérios para a "alta ou grande cultura" sobrar sempre espaço, residual é certo, para a pequena ou baixa cultura . A verdade é que centrada a discussão nestes termos é inevitável fazermos apelo as considerações de Pierre Bourdieu quando este defende que " critérios " desta natureza suportam sempre distinções sociais ". Poderá sempre dizer-se que o gosto é

---

<sup>96</sup> Vide sobre esta discussão John Storey, *Cultural Theory and Popular Culture: an introduction*, 4ª ed. Essex. Pearson Education, 2005, pp. 4 e ss que assinala vários sentidos para " cultura popular": da associação aos "mass media", passando pela cultura do " folclore popular", até às concepções estruturalistas, marxistas e pós modernas.



uma categoria ideológica e em certo sentido um marcador social<sup>97</sup>. Mas se assim é, colocada a questão em termos sociais, há quem veja o sucesso da banda desenhada como um das proezas da pequena burguesia, que em meados do sex. XX detinha o poder simbólico. E terá sido ela ao fim e ao cabo a favorecer a promoção da cultura dita fracamente legitimada ( como a banda desenhada, a ficção científica e o romance policial) , justamente porque o seu credo em matéria cultural se agarrava à recusa em distinguir artes menores de artes maiores"<sup>98</sup>

Ora essa é a discussão que importa travar. Saber se a captura da BD pelos estudos de “cultura popular” não acelerou a sua deslegitimação e , por essa via , não terá contribuído para a desvalorização da BD como objecto histórico cultural .

A Banda Desenhada difunde-se durante o século XIX através dos jornais, torna-se muito popular nos EUA pelos " comic strips" , acaba por dominar a imprensa infantil na Europa já nos anos 30 e alcança o seu apogeu em ambos os continentes nos anos 40 , 50 e 60, no preciso momento em que sofre os mais demolidores ataques.

Esses ataques têm que ver com o seu estatuto como objecto de cultura, à vez produto de massas , em oposição à cultura dita legítima, que adopta o pressuposto elitista e em sério “ deficit” de reconhecimento cultural. Ambas as razões terão ajudado a criar condições para a subalternidade em que foi colocada nos anos 50 e a modelar um padrão de desconfiança dos poderes públicos em relação à BD , levando, por exemplo, à censura. Mas ambas as realidades devem ser estudadas de forma separada. Censura e ausência de reconhecimento cultural não andam de braço dado. Daí que se imponha um estudo autónomo das políticas e estratégias censórias surgidas um pouco por todo o lado nos anos 40 e 50 , designadamente em Portugal . Mas não será tema a tratar aqui.

É um facto que a ausência de reconhecimento cultural ou a sua minorização se atenuou nas últimas décadas<sup>99</sup>. Mas pouco duvidarão que se mantêm ainda hoje.

Num ensaio estimulante de Thiery Groensteen, já citado , <sup>100</sup> este elencou cinco razões simbólicas - porque delas é sempre possível esperar uma evolução positiva- para o “deficit” de reconhecimento cultural da BD nos dias de hoje :

---

<sup>97</sup> Ver Pierre Bourdieu, *Distinction: A social Critique of the Judgment of Taste*, Cambridge, Havard University Press, 1984 citado em Storey, *Cultural Theory and Popular Culture*, cit. p. 5

<sup>98</sup> Vide Pierre Bourdieu, *Distinction: A social Critique of the Judgment of Taste*, citado em Storey, *Cultural Theory and Popular Culture* [...] p. 9

<sup>99</sup> Já não constituem raridade os números temáticos dedicados à Banda Desenhada entre as revistas culturais de referência em França. Vide *Le Débat*, nº. 195- Mars-Aout 2017 “ Le Sacre de la bande dessinée”. Mas um dos sinais mais significativos foi a Exposição sobre Hergé no Grand Palais ( Paris), em 2016 vide AAVV, *Hergé*, Catálogo da Exposição ( Grand Palais, Paris), [s.l.] Editions Moulinsart, 2016

- a) tratar-se-ia de um género atípico , caracterizado por uma aliança contranatura entre texto e imagem;
- b) embora podendo destinar-se aos adultos envolve uma narrativa e uma " mensagem " essencialmente infantil ;
- c) terá nascido de um ramo das artes visuais, sem atestado de "nobreza", a caricatura, considerada arte menor;
- d) não soube ou não pode acompanhar a evolução histórica das outras artes no séc. XX;
- e) imagens reduzidas e multiplicadas em grande número não ajudam a conferir-lhe um estatuto de respeitabilidade <sup>101</sup>.

Vale a pena peregrinar por estes temas porque eles estão verdadeiramente no centro do debate acerca da falta de centralidade histórica da BD.

Tendo nascido ao mesmo tempo que a fotografia e muito antes que o cinema a BD não forçou ainda as portas da " Grande Cultura". Um homem ou uma mulher do nosso tempo e que se <sup>102</sup>pretenda culto e informado pode ignorar tudo sobre Brecia, Spiegelman, Franquin ou Tezuka sem que ninguém o critique.

Ora não temos dúvida alguma que uma arte que deu o mundo nomes como Hergé e Tardi, Windor McCay e Moebius, Crumb e Matotti, Cuvelier e Harold Foster, só para citar alguns, não tem nada a provar. O que se deve interrogar é pois da ausência de unanimidade nesse aspecto. De onde vem essa maldição que a mantém sob suspeita de infantilismo, insignificância e vulgaridade ?

Crise de legitimidade, censura e infantilismo. Não deixa ser curioso constatar que a BD começou por ser, nos seus primórdios e durante todo o sec. XIX uma arte / forma de expressão para os adultos, para se tornar em grande parte do sec. XX uma realidade para crianças e jovens. A BD dita para adultos só emerge nos anos 70. Ora a verdade é que as soluções que nos anos 40 e 50 procuram policiar através de modelos censórios ou auto-censórios as publicações de BD assumiram-se como protectoras das crianças . E ainda hoje a lei em vigor em França- a Lei 16/7/1949- com o objectivo de controlar as publicações para os jovens, e esse foi o seu propósito original, não deixa de ser utilizada para interditar publicações reservadas aos adultos. Este fenómeno contribui para o rótulo de infantilismo que se cola à BD.

---

<sup>100</sup> Vide T. Groensteen, *Un Object culturel non identifiés* [...]

<sup>101</sup> Vide Fred Paltani- Sargologos, *Le Roman Graphique, Une bande dessinée prescrite de légitimation culturelle*, 2011, in [www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/56772-le-roman-graphique-une-bande-dessinée-prescriptive-de-legitimation-culturelle.pdf](http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/56772-le-roman-graphique-une-bande-dessinée-prescriptive-de-legitimation-culturelle.pdf)

<sup>102</sup>Vide Fred Paltani- Sargologos, *Le Roman Graphique* [...], p. 8

Um dos aspectos emblemáticos da desvalorização da BD tem que ver com o lugar da imagem e do texto na lógica do paradigma cultural dominante. Como vimos antes a BD assume-se identitariamente como uma realidade onde texto e imagem são indissociáveis mas onde a imagem tem um peso específico. Ora a inclusão do texto no interior da imagem , como aconteceu com praticamente todas as BDs desde os anos 40/50, deram ao texto um papel subalterno e à imagem uma força intolerável que potencia todos os temores. Não é só a desvalorização do texto , como sinal do incómodo da filosofia da linguagem, é também uma verdadeira "iconofobia" como se a imagem estivesse ligada aos " mass media" e a um certo primitivismo sensorial típico das crianças, por exemplo.<sup>103</sup>

Esta última referência reintroduz o tema do infantilismo da BD: uma arte menor para os menores ? A questão que assim é colocada é a seguinte : agora que a BD se dirige aos adultos o seu imaginário e a sua estética não serão regressivos, engolidos por um certo tipo de infantilismo próprio dos media ? A resposta não poderia ser mais óbvia: a BD mantém um laço privilegiado com a infância ( embora claramente cada vez menos exclusivo)<sup>104</sup>, mas isso não a desqualifica como forma artística , nem a empurra para a insignificância<sup>105</sup>. Claro que o pecado do infantilismo, parece decorrer de uma concepção puritana da vida que odeia a ficção e advoga a realidade. Curiosamente outra não era a preocupação dos poderes censórios quer em ditadura quer em democracia- aí o discurso era igual - quando acusavam as " histórias em quadrinhos" de fazer sonhar: isso desmoralizava os jovens que ignoravam a realidade quotidiana"<sup>106</sup>.

Um terceiro "handicap" simbólico filia-se directamente num dos mais extraordinários mitos da cultura ocidental: que o riso se oporia à harmonia e ao belo. Trata-se de um tropo bem enraizado que nasce na cultura helénica e que se projecta regularmente na História da Arte. Ora como a BD recebe uma significativa herança da caricatura e cultiva a sátira acabou por tomar assento ao lado do divertimento, do cómico e do lúdico. Claro que este "handicap" não é específico da BD mas, para os seus detractores , encontra nela argumentos suplementares. A verdade é que , respondemos, mesmo no caso da BD

<sup>103</sup> Vide T.Groensteen, *Un Object culturel non identifiés [...]* pp-25-27

<sup>104</sup> Veja-se a emergência das " graphic novels", como dissémos, que alguns qualificam como novo género literário, associando a BD à Literatura vide Thierry Smolderen" *Graphic Novel/ roman graphique: la construction d'un nouveau genre littéraire*" *Neuvième Art*, Nº 12, Jan. 2006, pp. 11-18

<sup>105</sup> Vide T. Groensteen, *Un Object culturel non identifiés [...]*, p. 39

<sup>106</sup> Escrevia o Padre Moreira das Neves, membro da Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores analisando o " Cavaleiro Andante " nos anos 50 : " A parte directa ou indirectamente formativa reduz-se a pouco , desenrolando-se a quase totalidade das páginas em histórias de quadrinhos sobre temas estranhos, meramente provocadores de fantasia, sem qualquer relação com a vida e os seus valores autênticos (...) " Vide Relatório do Padre Moreira das Neves " Sobre Revistas Infantis" de 25/11/1953. PT/ANTT. *Arquivo Álvaro Dias Saraiva*

humorística ela não sofre desta "capitis deminutio" : o humor que passa pelo exagero gráfico não visa mascarar a realidade, mas antes exacerbá-la<sup>107</sup>.

Um dos aspectos mais curiosos e a vários títulos surpreendente do criticismo anti- BD poderia ser encimado por uma particular sigla : a indiferença à Arte. Ou seja a BD não teria acompanhado o tempo histórico da Arte , designadamente da Arte Contemporânea. Por exemplo , enquanto outras Artes Plásticas avançaram para abstração , a BD continuou no refúgio do figurativo. É claro que esta observação amarra a BD às artes plásticas, sem o qual não faria sentido o postulado teórico de uma arte contra a " história da Arte". Mas a verdade, como vimos antes, é que existe uma especificidade constitutiva da BD que é a um tempo literatura e arte visual. Escreve Thierry Groensteen : " A imagem na banda desenhada não é nunca um puro jogo de formas, já que ela deve responder a um investimento narrativo e é faz parte de uma continuidade discursiva(...) e isso explica que ela não tenha conhecido- ou conheceu apenas de forma incidental e minoritária - essa insubmissão da forma que foi a grande aventura da arte moderna"<sup>108</sup>.

O último ponto resulta de uma particularidade da BD na sua forma de acesso ao público: trata-se de imagens em série, de pequeno formato e impressas. A questão que aqui se coloca contrapõe a contemplação à participação. A BD arruinaria a dignidade da imagem autónoma na qual o destinatário se demoraria em atitude contemplativa. Em certo sentido a BD subverte o sistema clássico das Belas Artes, que reservava para a pintura o domínio da permanência e para a literatura o da continuidade. Ora como vimos, a BD afasta esta dicotomia justamente porque cumula " a ambição narrativa e a representação gráfica"<sup>109</sup>.

Estes cinco postulados simbólicos assentam, pois em acusações não fundadas e em preconceitos do pensamento académico. Não existe qualquer inferioridade constitutiva da BD em relação a outras formas de expressão mas apenas um conjunto de características específicas, miscigenando as artes gráficas e a literatura, que colocam em causa " certas hierarquias esclerosadas"<sup>110</sup>.

A verdade porém é que este argumentário desvalorizou o estudo da BD entre nós, e sobretudo afastou-o da Universidade. Tê-la-á afastado de muitas áreas do saber, mas sobretudo tornou-a invisível, ou quase, para os estudos históricos<sup>111</sup>.

---

<sup>107</sup> Vide T. Groensteen, *Un Object culturel non identifiés [...]* p. 49

<sup>108</sup> Vide T. Groensteen, *Un Object culturel non identifiés [...]* p. 51

<sup>109</sup> Vide T. Groensteen, *Un Object culturel non identifiés [...]* p. 53

<sup>110</sup> Vide T. Groensteen, *Un Object culturel non identifiés [...]* p. 54

<sup>111</sup> Em ensaio recente, que procura fazer um balanço mais actualizado do estado da Arte, o mesmo Autor reconhece que hoje ( 2017) “ a banda desenhada vive um novo momento de viragem da sua história que afecta positivamente a sua imagem social, a sua recepção e a sua legitimidade” vide.

## 2.4. Questões metodológicas

### 2.4.1. As fontes

Tem sido assinalado que o estudo da Censura em Portugal durante a Ditadura Militar e o Estado Novo tem um sério problema de fontes. Na verdade , as fontes quer internas quer externas são esparsas, ou muito incompletas ou de acesso difícil . Como assinala Joaquim Cardoso Gomes em artigo recente : a sede da Censura " em Lisboa foi sendo ao longo dos anos sucessivamente transferida e já no marcelismo a quantidade de material acumulado em arquivo ditou o expurgo da maior parte da documentação anterior a 1955 (...) nas comissões e delegações a situação foi ainda mais precária porque não possuindo , na sua quase totalidade de instalações próprias o material foi sendo destruído ao longo do tempo " <sup>112</sup> <sup>113</sup> E continua " A nível externo as condicionantes começaram nos próprios jornais e revistas que não cuidaram no geral de organizar ou conservar por se terem perdido ou detiorado os "dossiers" de recortes e confluem na destruição ou dispersão da sede de Lisboa e da comissão do Porto nos dias seguintes ao 25 de Abril"<sup>114</sup>.

As fontes arquivísticas relativas à Censura a que foi possível aceder para a elaboração do presente estudo resumem-se ao Arquivo do Secretariado Nacional de Informação / Direcção dos Serviços de Censura ( SNI/DSC) existente no ANTT e ao Arquivo do Ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social da Secretaria Geral do Conselho de Ministros, em grande parte depositado nas instalações à guarda daquela Secretaria Geral no Pendão/ Queluz e no Edifício dos Inválidos do Comércio. O Arquivo do SNI/ DSC , no que concerne às publicações periódicas infanto- juvenis, é maioritariamente composto por processos de autorização de publicações novas de mistura com alguns poucos processos de natureza contra-ordenacional , disciplinar ou criminal levantados

---

Thierry Groensteen, *La Bande Dessinée au tournant*, Paris, Les Impressions Nouvelles, La Cité internationale de la bande dessinée et de l'image, 2017, p. 7

<sup>112</sup> Vide Joaquim Gomes Cardoso , " Os Censores do 25 de Abril ..." [...] p. 8 .

<sup>113</sup> O Director Geral da Informação deu ordem no dia 18 de Dezembro de 1970 ( Circular nº18) para que toda a documentação anterior a 1955 fosse inutilizada, vide António Tavares Proença, *A Censura durante o " Estado Novo" e a sua execução : A imprensa periódica na região tradicional, histórica e cultural da " Beira Baixa" segundo os documentos existentes no Arquivo da Censura*, Dissertação de Mestrado, FCSH/UNL, 1992 , Lisboa , policopiado, vol.I, pp. 25 e 29. Contudo na nossa pesquisa, circunscrita, é claro, à censura infanto-juvenil encontramos bastante documentação anterior a 1955 e sobretudo muito pouca posterior a 1960.

<sup>114</sup> Vide António Tavares Proença, *A Censura durante o " Estado Novo" e a sua execução* [...] p. 8

pelos serviços de censura ou pelas autoridades judiciais. Contudo muitas das publicações infanto-juvenis que se publicaram em Portugal durante o Estado Novo não estão sequer referenciadas nas bases de dados dos arquivos e fundos. Por exemplo são raros, os processos relativos a publicações infanto- juvenis anteriores a 1950 <sup>115</sup>.

Acresce que os processos identificados não contêm provas de censura, se bem que mantenham o essencial da correspondência entre os directores e proprietários das publicações e a Direcção dos Serviços de Censura ou a CLEM.

Já o Arquivo do Ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social depositado no Pendão/ Queluz e no edifício dos Inválidos do Comércio , contíguo à Presidência do Conselho de Ministros em Lisboa, constituído por milhares de processos, não está sequer inventariado e menos ainda tratado arquivisticamente, o que quase impossibilitou a identificação e acesso aos documentos. Daí que as referências para o efeito das citações e da localização exacta das fontes utilizadas reproduzam o teor das inscrições constantes das pastas e arquivadores nas condições em que foram acedidos. Não será certamente um exercício rigoroso que respeite os mais exigentes critérios da metodologia arquivística e da investigação histórica, mas foi o único método possível. É que este último Arquivo revelou-se absolutamente decisivo para um retrato mais focado das estratégias censórias das Comissões Especializadas ( CELIJ e CLEM) e do nascimento da especialização censória infanto-juvenil em Portugal . A primeira pela recuperação dos processos de controlo das publicações periódicas infanto-juvenis estrangeiras , que se mostra razoavelmente documentado para toda a década de 50. E o segundo pelo acesso à documentação governamental que testemunha a criação da CELIJ.

Outro Arquivo, o da Mocidade Portuguesa, depositado no ANTT, mostrou-se também muito útil para entender as orientações editoriais da Mocidade Portuguesa Masculina, através das suas publicações periódicas. Mas já não de idênticas publicações da Mocidade Portuguesa Feminina, sobre as quais nada foi possível localizar.

---

<sup>115</sup> Apesar de tudo estão disponíveis alguns processos de autorização de novas publicações infanto - juvenis surgidas em datas mais recuadas, como " O Faísca" vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 87 ( Processo nº 228 " O Faísca)., " O Papagaio" vide PT/ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* . Cx. 709( processo nº 716 " O Papagaio" ), o "Diabrete" vide ANTT *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* . Cx. 731 ( Processo nº 1014/4-I " Zorro", sendo certo que este processo contém informação sobre o " Cavaleiro Andante" , o " Diabrete" e o " Zorro"), o " Senhor Doutor" vide ANTT *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* . Cx. 746 ( Processo nº 823 " Senhor Doutor" ), mas contêm essencialmente documentação comprovativa do estado civil , residência , habilitações literárias e registo criminal dos propostos Directores e Editores.

Desconhecemos, inclusive , o paradeiro das Actas das reuniões quer da CELIJ quer da CLEM, que se sabe terem existido, e que constituiriam um auxiliar fundamental para o estudo das duas referidas instituições. Em rigor apenas foi possível localizar um único livro de Actas da CELIJ e no local mais improvável: no espólio de Edmundo Curvelo depositado hoje na Biblioteca António Botto em Abrantes. O singelo livro de Actas regista, pelo punho de Edmundo Curvelo, as primeiras quinze reuniões da CELIJ , começando com a Acta nº 1 de 16 de Dezembro 1950 e terminando abruptamente na acta nº 15 de 4 de Abril de 1951.

Como dissemos já a definição cronológica da presente empreitada ficou em boa parte condicionada pelos avatares ligados à procura , localização e disponibilização das fontes relacionadas com a censura. O documento mais recente que identificámos corresponde a uma leitura prévia do livro de Sophia de Melo Breyner Andresen “ O Cavaleiro da Dinamarca” editado pela Livraria Editora Figueirinhas com o voto favorável “ de aprovar” e corresponde a uma reunião da CLEM realizada seguramente no mês Julho de 1965, mas cujo dia exacto não foi possível apurar <sup>116</sup>.

Apesar desse constrangimento não deixámos de tentar uma aproximação à actividade censória da CLEM na década de 60, alertando sempre para a maior fragilidade dessa tentativa. Mas por outro lado a incursão pelos anos 60 mostra-se essencial para podermos entender o “aggiornamento “ do Estado Novo através da renovação dos conteúdos editoriais dos jornais da Mocidade Portuguesa, editados justamente na década de 60.

Já quanto às restantes fontes, designadamente as principais publicações periódicas portuguesas infanto-juvenis do período em referência já antes sinalizámos a sua relativa facilidade de acesso. Quanto às publicações estrangeiras , umas efectivamente autorizadas outras proibidas de circular , procurámos consultá-las sempre que possível em versão em papel , como foi o caso das revistas francesas ( disponíveis Bibliothèque Nationale de France- François Miterrand em Paris) . Nos restantes casos utilizámos colecções particulares ou as bases de dados existentes na internet sendo que para as publicações norte-americanas a maior e mais completa é a “grand comics database”( [www.comics.org](http://www.comics.org))

---

<sup>116</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*. Arquivador . Processos de Livros Infantis. Processos vários ( 1956-1965).Processo nº 1319. Carta da Livraria Figueirinhas ao Presidente da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores datada de 12/7/1965 submetendo para apreciação da CLEM o livro de Sophia de Mello Breyner Andresen “ O Cavaleiro da Dinamarca”. Decisão “ De aprovar” aprovado em reunião da CLEM ( data e assinaturas ilegíveis) .

) e para as publicações brasileiras o “guia dos quadrinhos”( [www.guiadosquadrinhos.com](http://www.guiadosquadrinhos.com) ).

Uma última palavra para o anexo documental-volume II- que acompanha este estudo.

Um trabalho desta natureza e com este objecto não prescinde da apresentação e reprodução de documentos, quer os produzidos pelas estruturas censórias quer sobretudo as próprias publicações infanto-juvenis ( ou pelo menos alguns dos seus conteúdos essenciais, ou seja as “ histórias em quadrinhos”) ambas na qualidade de fontes históricas. Procurando evitar transformar o apêndice documental num “ álbum de estampas” a intenção básica foi que a ilustração /documento servisse de apoio e complemento do texto, reforçando o valor didático deste pelo exemplo das imagens. Por outro lado , tratando-se de imagens que reproduzem capas de revistas ou jornais e páginas dos seus interiores , a sua reprodução está obviamente condicionada ao tamanho das páginas A4 que suportam este trabalho. Mas é fundamental que se dê nota da exacta e real dimensão do anexo documental, tratando-se de jornais ou revistas, tal como ele foi editado e consultado por quem, na época, o leu. Daí que se indique sempre que possível a real dimensão da edição original<sup>117</sup>

#### **2.4.2. O contributo da micro-história**

Afirmámos antes que boa parte do esforço de elaboração de uma História da BD em Portugal resulta de uma aproximação micro-histórica . E acrescentámos que mais do que o grande retrato, orientado no sentido de fornecer as grandes tendências , as escolas artísticas , as várias épocas o que prevalece é abordagem de pormenor assente nos autores, nas publicações, nas personagens. E em parte, também, parece verificar-se um investimento nos instrumentos metodológicos dessa corrente historiográfica : a redução da escala de observação, o paradigma indiciário, a narrativa como modo específico da escrita histórica e uma particular especificidade nas fontes e na sua interpretação. Demos aliás alguns exemplos dessa utilização.

Chegou o momento de levar essa intuição a sério. Talvez que essa aproximação e sobretudo a utilização de alguns dos seus instrumentos metodológicos permitam entender melhor como nasceu e funcionou o momento censório infanto-juvenil no Portugal do Estado Novo.

---

<sup>117</sup> Vide António Martín, *Apuntes para una Historia de los Tebeos*, Barcelona, Glénat., 2000, p. 15



O mundo das publicações periódicas infanto-juvenis , das histórias em quadrinhos é sem dúvida o mundo da cultura popular, como vimos . Como o cinema, a televisão ou a literatura popular ( a “pulp fiction”, por exemplo ) são fontes da chamada história social e projectam-se de formas mais ou menos intensas nas sociedade e culturas onde são consumidos. O chamado “ historical turn” nos estudos culturais colocou o assento tónico nas relações entre cultura popular e contextos históricos. De um lado a cultura popular é vista como um instrumento de controlo social através do qual os membros da sociedade aprendem valores, atitudes e comportamentos . Mas também reflecte a sociedade na medida em que é o espelho dos gostos culturais e dos valores . O facto de lidarmos com consumos relativos a menores, e é um facto que a BD foi historicamente consumida por menores , torna os “ comics” numa manifestação ainda mais potente de cultura popular <sup>118</sup>

Um dos tópicos da abordagem deste ensaio e não seguramente o menos relevante é perceber de que modo as “ histórias em quadrinhos” veiculadas pelas publicações periódicas em análise tiveram algum papel na configuração imaginativa das crianças portuguesas do séc. XX. E isto na formulação retocada ou diminuída resultante das intervenções censórias que estudaremos. Ou se quiser e colocando o problema em outra perspectiva : conseguiu a cultura popular das “ histórias em quadrinhos” prevalecer sobre as estratégias censórias ? E com isso que uso dar a este “fragmento de história perdida”<sup>119</sup> na evolução do Estado Novo nos anos 50 e 60 ? Esta parte do debate talvez possa ganhar com a aproximação micro-histórica.

Comecemos por colocar a questão fundamental que a não ser respondida satisfatoriamente pode encerrar a discussão . Como pode um paradigma historiográfico relativamente datado ( anos 70 e 80 do sec. XX) no contexto das teorias da História, manter-se actual ? Importa não esquecer que os textos e as obras de referência da responsabilidade de Carlo Ginzburg, Giovanni Levi , Natalie Zenon Davis , Gene Brucker , Judith Brown entre outros nascem nessa época .

A resposta talvez possa começar por ser dada reconhecendo na mais recente investigação de Jill Lepore intitulada " The Secret History of Wonder Woman" <sup>120</sup>- justamente um contributo para a história dos “ comics” e nessa medida da Cultura Popular norte-

<sup>118</sup> Assim James Chapman, *British Comics a Cultural History* , London Reaktion Books, 2011, p. 12

<sup>119</sup> Vide Martin Baker, *Haunt of Fears, A Strange History of the British Horror Comics Campaign*, Mississippi, Mississippi University Press, 1992, p. 2

<sup>120</sup> Vide *The Secret History of Wonder Woman*, New York, Knopft, 2014, vencedor em 2015 do American History Book Prize

americana - a recuperação do paradigma da micro-história e sobretudo a utilização dos seus principais contributos teórico-práticos.

Ao lado do "Super-homem", de "Batman", do "Homem Aranha" e de mais alguns super-heróis, "Wonder Woman" constitui uma personagem de referência da história norte-americana da banda desenhada. Uma história de verdadeira cultura popular que tem merecido dos historiadores contemporâneos um tratamento cada vez mais dedicado e intenso. A personagem surgiu em 1941, em versão "comics" mensal e depois em "strips" nos jornais e foi desde logo um grande sucesso comercial e de público (mantendo-se ininterruptamente até hoje).

Sabia-se até agora de uma vaga ligação desta heroína ao mito das Amazonas, povo de mulheres guerreiras, que entroncava bem na necessidade em oferecer às raparigas norte-americanas um bem sucedido e popular modelo de valentia e afirmação feminina. Sabia-se também do criador da série, William Moulton Marston (1893-1947), que assinava Charles Moulton e que terá escrito todos os argumentos da série até falecer em 1947.

Mas muitas outras particularidades ficavam por explicar. Algumas destas interrogações vieram recentemente a receber uma nova interpretação pela revelação de aspectos desconhecidos da vida de Marston. A responsável por estas revelações é conceituada e multipremiada uma professora de História da Universidade de Harvard, Jill Lepore<sup>121</sup>.

A autora é considerada uma especialista em História americana dos séculos XVII e XVIII, com dezenas de livros publicados e não menor número de prémios e distinções, sendo esta a sua primeira incursão na História do sec. XX.

O que importa ver é se, no essencial, esta escavação histórica das origens de "Wonder Woman" e o surpreendente resultado que dele se alcança, se obteve pela aproximação ainda que parcial dos pressupostos da micro-história.

A ideia fundamental em "The Secret History" é a de que a criação de Wonder Woman se deveu a um propósito eminentemente político. E que a jovem amazona foi pura e

---

<sup>121</sup> Jill Lepore é actualmente "David Woods Kemper '41 Professor of American History" na Universidade de Harvard. Obteve um Ph.D em Estudos Americanos pela Universidade de Yale em 1995. É membro da "American Academy of Arts and Sciences", da "American Philosophical Society" e vice presidente da "Society of American Historians". Algumas das suas obras, todas elas premiadas, incidem sobre a História da América dos secs. XVIII e XIX: "*The Name of War: King Philip's War and the Origins of American Identity*", New York, Knopf, 1998, vencedor do Bancroft Prize, do The Ralph Waldo Emerson Award e do Berkshire Prize; "*New York Burning: Liberty, Slavery and Conspiracy in Eighteenth-Century Manhattan*", New York, Knopf, 2005 vencedor do Anisfield-Wolf Award "for the best no-fiction book on race" e finalista do Pulitzer Prize; "*Book of Ages: The Life and Opinions of Jane Franklin*", Nova Iorque, Knopf, 2013, vencedor do Mark Lynton History Prize e finalista em 2013 do National Book Award for Nonfiction. Vide <http://scholar.harvard.edu/jlepore/home>.

simplesmente inspirada em Margaret Sanger<sup>122</sup>. O propósito político foi o da reafirmação do feminismo na sociedade norte americana, que havia esmorecido , pelo recurso à imagem da mais importante feminista do seu tempo , justamente Margaret Sanger . Esta foi responsável pela fundação da primeira clínica de controlo da natalidade nos EUA , em Brooklyn, e activíssima divulgadora dos métodos contraceptivos e da medicina reprodutiva. A sua aventureira vida, que envolveu nos anos 20 do século passado, uma passagem pela prisão por distribuir publicamente contraceptivos, terá servido de modelo para " Wonder Woman".

Segundo Jill Lepore a mensagem explicitamente feminista de “Wonder Woman” permitirá preencher um vazio histórico no movimento feminista norte-americano que se registaria entre os anos 20 e os anos 60 do sec. XX . Escreve a Autora: " A história de “Wonder Woman” permaneceu secreta. Esse secretismo levou a uma distorção não só de “Wonder Woman” mas também do curso da história das mulheres e da sua luta por iguais direitos. “Wonder Woman” não começou em 1941 quando William Moulton Marston entregou o seu primeiro argumento ao editor Sheldon Mayer . (...). A luta pelos direitos das mulheres não evoluiu em ondas. Wonder Woman é o produto do sufrágio, do feminismo e dos movimentos pelo controlo da natalidade de 1900 e 1910 e tornou-se uma fonte dos movimentos feministas e pela libertação da mulher nos anos 60 e 70. A luta pelas direitos das mulheres tem sido um rio(...) "<sup>123</sup>

Mas qual terá sido a conexão que Jill Lepore encontrou para associar Margaret Sanger a Wonder Woman ? Aí só o brilho dedutivo da historiadora- cuja caução académica é indiscutível- e o seu exaustivo trabalho de pesquisa nos podem convencer.

Reconstruindo a vida pessoal e o percurso profissional de Marston pela mão de Lepore , encontramos um retrato fascinante.

Marston formou-se em Direito mas acabou por se doutorar em Psicologia na Universidade de Harvard e foi aí que tomou contacto com a literatura feminista e as

---

<sup>122</sup> Margaret Sanger ( 1879-1966) é considerada uma das figuras máximas do movimento feminista dos EUA particularmente activa na defesa dos direitos ligados à reprodução feminina e ao controlo da natalidade( interrupção voluntária da gravidez, métodos anti-concepcionais , planeamento familiar). Fundou a " American Birth Control League", actual " Planned Parenthood Federation of America"e o seu activismo feminista é responsável por profundas alterações legislativas e jurisprudenciais que consagraram direitos fundamentais da mulher ( talvez o momento mais significativo e simbólico seja a decisão do Supremo Tribunal dos EUA , Griswold v. Connecticut de 1965 que legalizou a utilização de métodos anti-concepcionais) . Vide para uma biografia recente Jean H. Baker, *Margaret Sanger. A Life of Passion* , Hill and Wang, 2012

<sup>123</sup> Vide Jill Lepore, *The Secret History of Wonder Woman*,[...] p. 296

ideias de Emmeline Pankhurst e Margaret Sanger, a que desde logo aderiu<sup>124</sup> . Estudou depois com o famoso psicólogo alemão Hugo Munsterberg, que curiosamente defendia a inferioridade das mulheres... o que só reforçou as suas convicções feministas ( e que Lepore sustenta ser a inspiração do arquirrival de "Wonder Woman", o perverso Dr. Psycho)<sup>125</sup>. Enquanto estudava com Munsterberg inventou o teste da pressão arterial sistólica que constituiu a base do mais tarde famoso detector de mentiras ( invenção da qual não chegou a obter qualquer proveito material)<sup>126</sup> .

Mas na academia Martson ensaiou um sem número de experiências no campo da psicologia sensorial, escreveu livros sobre a emoções humanas e defendeu a ideia de que os impulsos da vida sexual considerados desviantes , como por exemplo o apetite sexual pela dominação ou pela submissão , são não só normais, como "neurais", ou seja, resultam do funcionamento regular do sistema nervoso<sup>127</sup> .

A fama de "guru" da psicologia levou-o a trabalhar para as Forças Armadas americanas, a ser contratado por Hollywood como consultor especializado quanto aos aspectos emocionais dos argumentos cinematográficos - sustentando a superioridade da mulher no relacionamento amoroso- . Até que , após ter elogiado o papel dos "comics" na educação das crianças norte-americanas- em entrevista conduzida por Olive Byrne que já então era sua amante, como a seguir se verá - veio a ser convidado pelo então fundador da DC Comics como um espécie de relações públicas da Editora.

Não tardou a propor a criação de um "super mulher" que se tornou desde logo um sucesso de vendas.

Mas o mais curioso provém da vida pessoal de Marston e é isso que permite a Lepore encontrar o " missing link" com Margaret Sander .

Após a sua graduação em Harvard, Marston casou-se com uma mulher muito pouco convencional chamada Sadie Elizabeth Holloway . Mais tarde quando dava aulas na Universidade de Tufts encontrou uma estudante de nome Olive Byrne por quem se apaixonou e que era sobrinha de Margaret Sanger . Apresentou então à sua mulher um ultimato : "ou Olive vive connosco ou o casamento acabou". Acabou por ter filhos das duas mulheres , todos vivendo na mesma casa. As crianças tinham três pais : " Both mommies and poor old Dad " como dizia Marston<sup>128</sup>. E quando alguém, mais curioso,

---

<sup>124</sup> Vide Jill Lepore, *The Secret History of Wonder Woman* [...], pp. 8 e ss

<sup>125</sup> Vide Jill Lepore, *The Secret History of Wonder Woman* [...]pp. 24 e ss

<sup>126</sup> Vide Jill Lepore, *The Secret History of Wonder Woman* [...],pp. 161 e ss.

<sup>127</sup> Vide Jill Lepore, *The Secret History of Wonder Woman* [...], pp. 134

<sup>128</sup> Vide Jill Lepore, "The Last Amazon," *The New Yorker*, 22 September 2014, p. 53

perguntava acerca desta estranha combinação conjugal na casa de Marston dizia que Olive era sua cunhada. Este trio doméstico, que hoje chamaríamos de " poliamoroso", manteve-se até à morte de Marston . Mas depois disso Sadie e Olive viveram juntas com os filhos de ambas e de Marston até ao fim das suas vidas .

É esta complexa e estranha mistura de ideologia , vida pessoal e circunstâncias de tempo e lugar , que estão na origem da "Wonder Woman" segundo Jill Lepore. Por um lado, um contexto geográfico e temporal ( II Guerra) propício ao surgimento de uma personagem feminina com super poderes , dando continuidade a “Superman” e “Batman” , surgidos em 1938 e 1939 respectivamente , por outro as convicções feministas de Marston , alimentadas por um misto de admiração por Margaret Sander ( cuja sobrinha era sua amante) e pela sua convicção quanto à superioridade da mulher do ponto de vista emocional e afectivo . Mas a tudo isso se somou a sua própria experiência pessoal "poliamorosa" e as características dos que com ele conviviam . A esse respeito Lepore identifica vários aspectos que caracterizam a personagem de “Wonder Woman” directamente inspirados na vida e nas ideias de Marston : a) um dos super poderes de “Wonder Woman”, o famoso laço que obriga os inimigos a falarem verdade, será uma variante do detector de mentiras) ; b) os braceletes de metal que evitam o fogo inimigo , outro dos super poderes, são idênticas às que Olive usava; c) as expressões típicas de “Wonder Woman” como " suffering Sappho!" emulam a adoração de Sadie Holloway pela poetisa grega<sup>129</sup>;

Persiste, contudo, um ponto controvertido e que não deixa de poder ser considerado contraditório. Como compatibilizar as situações em que “Wonder Woman” surge nas suas aventuras amarrada e confinada como uma visão feminista de libertação e de defesa dos direitos das mulheres ? A verdade é que Marston era muito preciso com os ilustradores acerca do modo como as cordas e as correntes deveriam prender Wonder Woman ou os seus adversários : " This whole panel will lose its point and spoil the story unless these claims are drawn *exactly* as described here" <sup>130</sup> .

Lepore interroga-se e responde que toda a iconografia feminista- que estava bem presente nas marchas , nos protestos e nos panfletos ilustrados - exibiam a mulher aferrolhada, presa a grilhetas e cadeados . Seria a expressão teatralizada da ideia de que

---

<sup>129</sup> Vide Jill Lepore, *The Secret History of Wonder Woman*[...],pp.210 e ss

<sup>130</sup> Vide Jill Lepore, *The Secret History of Wonder Woman*[...]p. 235

sem direito a voto a mulher é escrava do homem. Muitas feministas do início do século representavam a luta das sufragistas como quebrando as correntes que as amarravam.<sup>131</sup>

Quando Marston morreu, apesar de Olivia se ter oferecido à DC Comics para continuar a assegurar as histórias de Wonder Woman, a série acabou por ser entregue a outros argumentistas<sup>132</sup>.

E rapidamente se transformou numa caricatura daquilo que tinha sido a ideia original de Marston: juntaram-na à poderosa Justice Society of America, com “Batman”, “Green Lantern” e outros super-heróis mas a sua missão deixou de ser a luta pelos direitos da mulher para aspirar a ser modelo ou estrela de cinema<sup>133</sup> !

Chegados aqui importa ver de que forma esta investigação se filia na micro-história. E não parece difícil concluir afirmativamente.

Desde logo porque há um ponto comum em todas obras de Jill Lepore : serem excelentes paradigmas da apelidada "micro-história". Foi aliás a própria quem, num artigo de 2001<sup>134</sup> - apresentou um manifesto em defesa da micro-história por confronto com o género histórico da "biografia" assente em 4 pontos : a) ao contrário da biografia o pressuposto da micro-história quanto à história de vida individual reside na sua força alegórica para representar a cultura no seu todo; b) o interesse da micro-história reside na resolução de pequenos mistérios na vida de certa personalidade como meio para explorar dada cultura; c) a biografia tem que ver com proteção da intimidade, enquanto que na micro-história todo o esforço é empregue para ressuscitar a vida dos que não deixaram registos abundantes( ou que deliberadamente apagaram esses registos); d) os biógrafos tendem a identificar-se com os biografados enquanto que os micro-historiadores tendem a julgá-los .

Ora a verdade é que a história da vida de Marston e os avatares de uma personagem de banda desenhada, bem que poderiam caber numa nota de pé de página de qualquer ensaio sobre a História dos "Comics" nos EUA. E contudo a forma como Jill Lepore acedeu e interpretou as fontes a que teve acesso - muitas delas totalmente inéditas- permite-nos ver com outros olhos a história do feminismo norte-americano no século XX . E é esse passo historiográfico que dá asas à fascinante biografia de Marston . E nesse labor de escavação histórica Jill Lepore acolheu-se à lareira dos instrumentos metodológicos que

---

<sup>131</sup> Vide Jill Lepore, *The Secret History of Wonder Woman*[...]p. 234

<sup>132</sup> Vide Jill Lepore, *The Secret History of Wonder Woman*, [...]p.260

<sup>133</sup> Vide *The Secret History of Wonder Woman*, [...], p. 271

<sup>134</sup> Vide Jill Lepore " Historians who love too much : Reflections on Microhistory and Biography" *The Journal of American History*, vol. 88, nº 1, (Jun 2001), p.130

há mais de 30 anos Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e outros teorizaram e puseram em prática . Designadamente a redução da escala, o paradigma indiciário - que em Jill Lepore assume uma dimensão verdadeiramente "sherlockiana" - e o cuidado colocado na narrativa histórica, que balança sempre entre o relato cronológico dos factos e o seu enquadramento contextual, fazendo de " The Secret History of Wonder Woman" um digno sucessor dos clássicos da micro-história <sup>135</sup>.

A micro-história tem sido identificada como uma corrente historiográfica surgida essencialmente nos meios universitários italianos nos anos 70 e 80 do século passado, embora com refrações mais tardias em França, na Alemanha e nos EUA, caracterizada pela redução e aproximação da escala de observação dos fenómenos históricos, concentrando-se em personagens, locais, acontecimentos secundários e marginais, por confronto com a "Grande História" ou a "História Total". Contudo, esta definição peca por simplista , já que quer os casos concretos que correspondem a investigações paradigmáticas da " micro-história" como por exemplo "Il formaggio e i vermi"( 1976) de Carlo Ginzburg ou a " L'Eredità Imantteriale" "( 1985) de Giovanni Levi, quer a densificação teórica que os cultores da micro-história vêm fazendo, são muito mais do que exercícios de aproximação óptica. Há nesta inovadora aproximação à História , muito particularmente à história cultural e social , um reflexo e uma resposta à crise das ciências sociais no último quartel do século XX que ao pressuporem a generalização , ela própria o resultado das grandes e abstractas narrativas, ignoravam ou distorciam as realidades observadas a nível individual, sobretudo quando essas realidades escapavam ao padrão das assinaladas generalizações.

Nessa perspectiva , a aproximação da micro-história às fontes foi desenvolvendo um arsenal muito próprio de utensílios metodológicos , propostas analíticas e métodos específicos de investigação: o paradigma indiciário , a insistência no contexto ou o recurso à narração como método de escrita histórico, são alguns exemplos.

---

<sup>135</sup> A rede de historiadores que adoptam a metodologia da " micro-história" mostra-se hoje em dia dinâmica e activa, como o comprovam, entre outros , o "Center for Microhistorical Research" na Reykjavik Academy , ligado à Universidade Nacional da Islândia que alimenta um bem informado portal - [www. microhistory.eu](http://www.microhistory.eu) - e a muito recente edição da revista italiana " Contesti- Rivista di Microstoria". Ver o ensaio de, Sigurdur Magnusson & M. Istvan Szijarto, *What is Microhistory ? Theory and practice*. London, Routledge, 2013 e ainda Giovanni Levi, " Sulla historia . Interviste" , *Contesti, Rivista di microstoria*, nº 2( 2014)

Ou seja, mais do que ter nascido de textos teóricos- o que não impede a existência de algumas reflexões teóricas de referência<sup>136</sup>- a micro-história foi e é sobretudo uma prática historiográfica que produziu um número significativo de obras. Essas obras, escritas por historiadores muito distintos, nas suas formações e origens geográficas e cujos objectos de estudo são também muito variados, permitem determinar pontos comuns.

Giovani Levi identifica, entre outras, como principais questões comuns as seguintes : "redução da escala (...) o pequeno indício como paradigma científico, o papel do particular( sem se opor ao social) , atenção à recepção e ao relato, uma definição específica do contexto e a rejeição do relativismo"<sup>137</sup>.

Ainda que os trabalhos de micro-história sejam hoje comuns a verdade é que o impulso inicial se deve fundamentalmente a um grupo de historiadores italianos , entre os quais são de destacar Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Logo de seguida a historiografia francesa e a norte americana acompanharam este movimento<sup>138</sup>.

Importa contudo não perder de vista o contributo dos historiadores alemães nos anos 80 , agrupados no "Max Plack Institute for History" que se envolveram no projecto de "protoindustrialização" concentrado no estudo de pequenas comunidades rurais na Suábia e Westafília , em época anterior à Revolução Industrial e que se filiam claramente na micro-história ou como os alemães a qualificam a " Alltagsgeschichte" ( a história de todos os dias )<sup>139</sup>

A micro-história pode fazer mais sentido, pelo menos do ponto de vista da sua abordagem prática, quando contraposta à História Total<sup>140</sup>. Esta tem o seu ímpeto inicial quando um grupo de historiadores franceses , ligados à revista "Annales", desenvolve uma aproximação da História a outras ciências sociais( demografia, economia, cultura ,

---

<sup>136</sup> Vide entre outros Carlo Ginzburg, " Microhistory: Two or Three Things That I Know about it" *Critical Inquiry*, 20, Autumn , 1993, pp. 10-35. Ver ainda de Carlo Ginzburg, *À distance. Neuf essais sur le point de vue en histoire*, Paris, Gallimard, 2001, *Le fil, et les traces. Vrai faux fictif*, Paris, Verdier, 2010 e *Mythes, emblèmes , traces.Morphologie et histoire*, Paris, Verdier, 2010

<sup>137</sup> Vide Giovanni Levi " Sobre Microhistoria" , Peter Burke ( ed.). *Formas de Hacer Historia*, 2ª ed. Madrid, Alianza Editorial, 2014, p. 139

<sup>138</sup> Vide Ronaldo Vainfas, *Micro-história Os protagonistas anónimos da história*, Rio de Janeiro, Campus, 2002, p. 108 que refere " parece ser na França que a micro-história(...) tem encontrado abrigo preferencial, sem contar a Itália".

<sup>139</sup> Vide Georg. G. Iggers, *Historiography in the Twentieth Century, From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*, Middeltown , Wesleyan University Press, 2005, pp. 106 e ss

<sup>140</sup> " Todas as formas de História Nova -ou que como tal se consideram- e que se alistam na bandeira etiquetada de aparentemente parcial ou sectorial (...) são na realidade uma tentativa de história total , hipótese global de explicação das sociedades grega ou romana da Antiguidade ou da Rússia dos século XIX ou mesmo XX " Vide Jacques Le Goff " A História Nova" in Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel( dir.) , *A História Nova*, Coimbra, Almedina, 1990, p. 255



política) por forma a fornecer um panorama " total" da história humana, retratada em grandes tendências, impressivas generalizações e aproximações de escala gigantesca , de que o clássico de Fernand Braudel sobre o Mundo do Mediterrâneo constitui ainda o melhor exemplo.

Por seu lado a micro-história percorre um caminho diferente- resta saber se em oposição à História Total- reduzindo a escala a uma personagem , uma situação, um momento cronológico, um território. E nesse sentido a micro-história tem uma capacidade cinemática notável, não sendo por acaso que alguns dos seus relatos - por exemplo "The Return of Martin Guerre"- acabaram adaptados ao cinema . Em certo sentido a micro-história tem a mesma relação com o cinema como as narrativas históricas do sec. XIX tinham com o romance <sup>141</sup>.

A História Total não decorre de um único guião e fio condutor. Se Braudel iluminou a civilização do Mediterrâneo juntando um impressionante arsenal estatístico apelando aos dados da economia, da geografia e da política a verdade é que , já nos anos 50 e 60 um quarto elemento, a " mentalités" foi agregado. A história das mentalidades, incorporando no esquema geral a cultura, a religião ou as tradições populares, ofereceu uma nova e aliciante perspectiva historiográfica, de que o melhor exemplo será " The Peasant of Languedoc " ( 1966) de Emmanuel Le Roy Ladurie. E se é certo que esta nova corrente historiográfica , ao permanecer fiel aos pressupostos de Braudel e da História Total, poderia ainda afirmar-se como a verdadeira " aventura na história total" a verdade é que este feito só foi possível porque a redução da escala de observação se impôs. Ou seja , era necessário reduzir e estudar o microcosmo , para poder alcançar a tela maior onde tudo fazia sentido. Nos anos 70 a investigação em França aproximou-se das pequenas cidades, dos grupos isolados, dos eventos particulares. Só que nada disso se afastou dos "Annales" : as pequenas e concretas realidades não resultavam por si só motores da história. Eram a tradução em pequena escala das grandes tendências . O que continuava a determinar as mudanças históricas eram os longos ciclos económicos, demográficos e geográficos.

A mudança de paradigma só se consolida quando os historiadores repelem a ideia de que o microcosmos repete o macrocosmos<sup>142</sup>

Mas para lá chegar é necessário identificar os vários aspectos que levaram a este desencanto historiográfico <sup>143</sup>:

---

<sup>141</sup> Vide David A. Bell, " Total History and Microhistory : The French and Italian Paradigms" in *A Companion to Western Historical Thought* , Lloyd Kramer e Sara Maza, eds, Blackwell Publishing, 2006, p. 263

<sup>142</sup> Vide David A. Bell, " Total History and Microhistory [...]p. 266

- a) uma desilusão metodológica com a ciência social quantitativa : a aplicação em larga escala de categorias estatísticas concebidas para uma sociedade industrial contemporânea seria adequada para sociedades passadas completamente distintas ?
- b) uma desilusão política associada a um certo desencanto com um rígido pressuposto marxista que impregnava a maioria da comunidade de historiadores europeus de acordo com o qual " leis históricas" com carácter determinista moldavam os destinos dos povos e das sociedades ;
- c) uma desilusão profissional , de acordo com a qual a profissionalização e expansão dos historiadores dentro e fora das Universidades, levou a uma acréscimo de competição em relação às fontes históricas e a uma inevitável hiperespecialização temática.

É nesse contexto que o caminho para a micro-história se tornou apelativo. Duas obras surgem então e que marcam o terreno para o género. Ambas analisam casos que na lógica da História Total não passariam de sucintas notas de pé de página. Em 1975 Le Roy Ladurie publica "Montaillou"<sup>144</sup> , a história de uma pequena aldeia no sul de França onde a heresia albigense floresce e se vê brutalmente reprimida pela Inquisição. Mas em vez de se centrar na heresia e na sua perseguição, Ladurie analisa os relatos e depoimentos constantes dos processos inquisitoriais para nos dar um retrato vivo da aldeia e dos seus habitantes . Não se tratará ainda de um mergulho integral na "pequena escala" mas trata-se de uma obra pioneira . Contudo, um ano depois, Carlo Ginzburg publica outro trabalho, esse sim decisivo e da maior importância para afirmação da micro-história: " O Queijo e os Vermes" <sup>145</sup> Analisando também os registos inquisitoriais da Friulia italiana do sec. XVI descobre o caso de um moleiro com uma originalíssima visão do Universo: um cosmos relativista e materialista, que mistura elementos cristãos, islâmicos e pagãos. A investigação permite validar a existência naquela comunidade de uma cultura camponesa autónoma, antiga e não escrita, muito longe do paradigma cultural que era suposto encontrar-se por uma generalização apressada de modelos globais e totalizantes aplicáveis aquela região e tempo histórico.

Após estas, outras obras se seguirão, sendo de referir a coleção " Microstorie" levado a cabo pela Editora italiana Einaudi , que editou dezenas de ensaios nos anos 80 . Duas

---

<sup>143</sup> Vide David A. Bell, " Total History and Microhistory[...] pp. 266-269

<sup>144</sup> Vide Emmanuel Le Roy Ladurie, *Montaillou, Village occitan de 1294 à 1324*, Gallimard, Paris, 1991 ( edição de 1982 revista, 1ª ed. 1975)

<sup>145</sup> Vide Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes, O Cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*, tradução de Maria Betânia Amoroso, tradução dos poemas de José Paulo Paes, São Paulo. Companhia das Letras, 1987

correntes então se afirmaram : a micro-história do mundo "extraordinário" e a micro-história do mundo "ordinário" <sup>146</sup>. Ou seja, pela primeira o objecto são fontes , eventos ou personagens extraordinários, no sentido em que se estudam pessoas ou eventos incomuns. Inspirada na antropologia cultural de Clifford Geertz, os historiadores usam as fontes para escavar o que o tempo fez apagar e esquecer e revelar culturas assomáticas e marginais. Pelo segundo a aproximação é feita em relação ao que é comum e mundano , mas praticamente desconhecido , por forma a que as relações normais, banais, das relações interpessoais nos ofereçam um padrão validamente histórico - a " normal exception" <sup>147</sup>.

A primeira das aproximações da micro-história, ou seja a da busca e interpretação de eventos ou personagens extraordinárias , teve grande repercussão não só em Itália, através do jornal "Quaderni Storici" como nos EUA , onde os historiadores procuraram a reinvenção da história com vista ao grande público , desenvolvendo as suas técnicas narrativas. Mas do mesmo passo que o faziam, e a narração - em alguns casos mesmo a qualidade literária da narração- se tornou um elemento metodológico fundamental da micro-história, várias críticas surgiram . Por um lado o confronto entre a narração e as fontes nem sempre poderia ficar bem resolvido . Na verdade o entusiasmo em contar uma "história" legível e atrativa poderia levar a analisar acriticamente as fontes . E por outro, até que ponto o estilo narrativo não acabava por anacronisticamente valorar comportamentos e atitudes do passado de acordo com valores do presente ? <sup>148</sup>

Sinalizemos alguns exemplos destes dois modos de conceber e praticar a micro-história. No primeiro grupo temos os casos de Gene Bruckner com " Giovanni e Lusanna , Judith C. Brown com " Immodest Acts: The life of a lesbian nun in Renaissance Italy" ou de Natalie Zenon Davis com "The return of Martin Guerre" . No segundo grupo o exemplo mais referenciado será a obra de Giovani Levi " L'Eredità Immateriale ". Neste último caso o Autor dando particular atenção às estratégias de famílias e grupos da pequena vila de Santena no Piemonte setecentista , enfatiza as mudanças lentas, negociadas e incertas que se operam na economia local, sempre protagonizadas pelos intervenientes no processo . E com isto afasta-se de uma concepção de História Total que visse essas mudanças determinadas por movimentos em larga escala que se produziriam como "leis históricas" desgarradas dos actores humanos daquela comunidade.

---

<sup>146</sup> Vide David A. Bell, David A. Bell, " Total History and Microhistory [...]p. 269

<sup>147</sup> Vide Carlo Ginzburg" Microhistory : Two or Three things that I know about it" cit. p. 33

<sup>148</sup> Vide David A. Bell, David A. Bell, " Total History and Microhistory [...], pp. 270-271

Parece ter existido ainda uma determinada especificidade, de natureza ideológica, nas origens da micro-história em particular da corrente italiana. Na verdade quase todos os historiadores como Carlo Ginzburg ou Giovanni Levi começaram como marxistas e acabaram por reagir às concepções marxistas. Por um lado desacreditando da concepção macro-histórica que o marxismo partilhava com as concepções não marxistas acerca do crescimento económico e por outro apelando à urgência em dar à História uma face humana. Isso levou-os a reagir contra o modelo marxista tradicional da mesma forma que reagiram contras as ciências sociais analíticas e aos "Annales"<sup>149</sup>.

Os cultores da micro-história sempre estiveram conscientes das críticas que ao longo dos anos se foram produzindo :

- a) que a redução das escala conduziu a História a dar relevo a particularismos anedóticos dignos de antiquários e não de historiadores ;
- b) que ficcionaram e romantizaram as culturas populares do passado;
- c) que a sua aproximação historiográfica não consegue lidar satisfatoriamente com as realidades do mundo contemporâneo em permanente mutação ( ao invés da estabilidade da cultura dos mundos pré modernos );
- d) e que , por tudo isso, a micro-história ignora a política e os conflitos políticos<sup>150</sup>;

Quanto a estes dois últimos pontos a realidade desmentiu o discurso crítico dos adversários da micro-história. Recentemente, vários têm sido as tentativas de analisar com recurso aos utensílios da micro-história realidades do mundo contemporâneo com claro enfoque político. Os estudos relativos às vítimas do Holocausto ou das perseguições estalinistas ou as investigações com base na História oral junto dos operários da indústria nos últimos anos da República Democrática Alemã , comprovam-no <sup>151</sup>.E o estudo de Jill Lepore que antes vimos caminha no mesmo sentido.

Um dos problemas de mais insatisfatória resolução na micro-história é justamente a sua integração em outras escalas da análise histórica. De que modo o modo de vida de Santena, para tomarmos como referência a investigação de Giovanni Levi, é típica ? Poderemos generalizar e dizer que ela corresponde a um padrão ou é apenas uma excepção ? É aqui que o paralelo com as ciências exactas vem à discussão. Na Física , por exemplo, podemos contar com a uniformidade das suas leis quer olhemos para "quarks" ou "quasars". Mas tal não acontece nas ciências sociais e humanas onde a teia de relações

<sup>149</sup> Vide Georg. G. Iggers, *Historiography in the Twentieth Century* [...]p. 107

<sup>150</sup> Vide Georg. G. Iggers, *Historiography in the Twentieth Century* [...]p. 113

<sup>151</sup> Vide Georg. G. Iggers, *Historiography in the Twentieth Century* [...] p. 115

sociais não responde a tais leis. Ultrapassar essa dificuldade é ainda hoje o grande desafio da micro-história<sup>152</sup>

Do que vimos até agora impõe-se analisar os instrumentos metodológicos que os historiadores adeptos da micro-história utilizam. Sem essa análise dificilmente se entenderiam os inegáveis contributos históricos e o manifesto fascínio que esta correntes historiográfica tem registado . São eles , de forma resumida , os seguintes : a redução da escala de observação, o paradigma indiciário, a narrativa como modo específico da escrita histórica e um particular especificidade nas fontes e na sua interpretação.

Dissemos antes que a micro-história enquanto prática historiográfica se baseia na redução da escala de observação , o que significa uma análise microscópica e um estudo intensivo do material documental. Contudo a redução da escala de observação só por si não explica tudo. Fundamentalmente o que releva é a escala de observação para fins experimentais. O princípio unificador de toda a investigação micro-histórica é a crença de que a observação microscópica revelará factores que não haviam sido observados antes . Por exemplo, na obra "L'Eredità immateriale" de Giovanni Levi <sup>153</sup>, a redução de escala permitiu investigar os negócios fundiários no contexto de uma pequena aldeia por forma a revelar as regras do intercâmbio comercial num mercado que já funcionava de forma despersonalizada<sup>154</sup> . Ou seja, certos fenómenos que se consideravam cabalmente descritos e definitivamente interpretados, revelam novos significados quando se altera a escala de observação. Nessa tarefa redefine-se a análise histórica, a estratégia social, o contexto e mesmo as hierarquias das problemáticas históricas <sup>155</sup>.

Num dos textos fundadores da micro-história , " Sinais : raízes de um paradigma indiciário" de Carlo Ginzburg<sup>156</sup> o historiador italiano utilizando uma " linguagem distantes dos cânones historiográficos"<sup>157</sup> comparou o trabalho do historiador ao do detective , do médico ou do psiquiatra, quando através dos indícios fragmentários ou de sinais avulsos e ocultos que acabam revelados , consegue reconstituir e interpretar a realidade objecto do estudo. Sendo a história a ciência do particular essencialmente dedutiva , em que a evidências esparsas , avulsas e incompletas não permitem formular

---

<sup>152</sup> Vide Georg. G. Iggers, *Historiography in the Twentieth Century*[...], pp. 273-274

<sup>153</sup> Vide Giovanni Levi, *Le Pouvoir au village: Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVII<sup>e</sup> siècle*, Paris , Gallimard, 1989

<sup>154</sup> Vide Giovanni Levi, "Sobre Microhistória" [...] p. 124

<sup>155</sup> Ver sobre este tema, Jacques Revel ( dir.) *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*, EHESS/ Gallimard, Seuil, 1996

<sup>156</sup> Vide Carlo Ginzburg, Enrico Castelnovo e Carlo Poni, *A Micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel, 1991

<sup>157</sup> Vide Ronaldo Vainfas, *Micro-história* [...] p. 109

conclusões globais e definitivas, não pode ela evitar de todo um certo subjectivismo . Contrapõe assim o paradigma de Morelli ao de Galileu. Ou seja enquanto Morelli na crítica de arte procurava adivinhar da autenticidade de um quadro pelos temas e pormenores periféricos e secundários, assim a História devia assentar numa pesquisa de indícios mais do que numa ciência de abstrações e generalizações de tipo galileano . É nestes pontos de Ginzburg se atreveu a falar de uma alternativa historiográfica que correspondia ao paradigma da micro-história candidata a opor-se ao modelo da história-síntese de matriz braudeliana ou marxista<sup>158</sup>.

O enfoque micro-histórico coloca na verdade o problema de aceder ao conhecimento do passado através de indícios , de signos ou de sinais . Ao tomar o particular como ponto de partida visa alcançar o seu significado à luz de um certo contexto. A verdade é que o contexto como algo estável e coerente, de acordo com a versão mais comum do funcionalismo, é constantemente interpelada pelos micro-historiadores. São eles quem , através das suas investigações viradas para o particular e com a redução da escala de observação, questionam a coerência dos sistemas normativos e revelam a fragmentação e as contradições desses mesmos sistemas<sup>159</sup>

Em 1979 Lawrence Stone publicou o artigo " The Return of Narrative" na revista "Past and Present"<sup>160</sup>, advertindo os historiadores do interesse do público por uma história mais descritiva do que analítica, mais centrada nos homens e menos nas circunstâncias. E acrescentava que provavelmente tal se deveria ao desencanto por um tipo de história científica que tanta popularidade havia alcançado após a II Guerra Mundial e que ficou conhecida como " Nova História". Mas já antes, como vimos , o historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie , autor justamente de uma obra de referência que pode considerar-se na fronteira da " micro-história" , havia advertido que " a historiografia de hoje com a sua preferência pelo quantificável , pelo estatístico e pelo estrutural... condenou praticamente à morte a historiografia narrativa baseada em factos e a biografia individual "<sup>161</sup>

É neste contexto que a questão da valorização da narrativa , como um dos aspectos e não pouco importante, da micro-história se deve colocar. Um dos cultores do género Gene Brucker salienta : " para além do emprego da narrativa como forma de exposição, as

---

<sup>158</sup> Vide Ronaldo Vainfas, *Micro-história* [...]p. 110

<sup>159</sup> Vide Giovanni Levi, " *Sobre Microhistoria*" [...] pp. 135-138

<sup>160</sup> Vide Georg G. Iggers, *Historiography in the Twentieth Century, From scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*, Wesleyan University Press, 2005, pp. 97

<sup>161</sup> Citado por Gene Brucker, *Giovanni e Lusanna*, [...] pp. 10-11

micro-histórias caracterizam-se em primeiro lugar por um finca pé nas pessoas e nos factos individuais, não nos grupos e nas estruturas"<sup>162</sup>

Mas o problema da narrativa não é uma simples questão retórica. Os historiadores desta corrente historiográfica têm insistido num ponto que se revela muito importante: a investigação histórica não coincide apenas com a comunicação dos seus resultados. Trata-se de uma questão de relacionamento do historiador com o leitor que ao entrar no processo de comunicação não fica alheio ao problema da recepção. Ou seja, os problemas de prova e demonstração em História com base em realidades e exemplos concretos têm uma relação próxima com as técnicas de exposição. Os clássicos da micro-história que antes sucintamente referenciámos exemplificam de forma exemplar o que aqui se sustenta. Não é pois uma mera questão literária, embora a questão literária não deva ser indiferente aos historiadores. É bem mais do que isso. É, por um lado, demonstrar num relato consistente o verdadeiro funcionamento de certas aspectos da sociedade ( eventualmente por referência a um caso, uma situação, um personagem) no momento histórico considerado. Por outro incorporar no texto o próprio processo de investigação do historiador sem deixar de assinalar as limitações das fontes , as dificuldades de análise e as construções interpretativas <sup>163</sup>

O problema das fontes ocupou boa parte das discussões historiográficas dos últimos anos. A emergência da "nova história" envolveu uma discussão sobre novos tipos de fontes ou de novas formas de interrogar e interpretar as mesmas fontes. A micro-história tem contribuído de forma relevante para esse debate. Não tanto pela descoberta de novas fontes mas pela forma como fontes tradicionais passaram a ser utilizadas. " Os historiadores da cultura popular ,por exemplo, fizeram grande uso dos registos judiciais , em especial os interrogatórios dos suspeitos"<sup>164</sup>

O problema das fontes históricas ganha especial relevância nos estudos micro-históricos. E não é por acaso que a mais rica das fontes para os estudos são registos dos tribunais , quer civis quer eclesiásticos . " Nessa reserva de actas judiciais em grande parte desaproveitada , o investigador paciente e cuidadoso pode reconstruir imagens concretas do mundo que perdemos e dos seres humanos que o habitavam"<sup>165</sup>

---

<sup>162</sup> Vide Gene Brucker, *Giovanni e Lusanna*, [...], p. 11

<sup>163</sup> Vide Giovanni Levi " Sobre Microhistoria"[...] . p. 134

<sup>164</sup> Vide Peter Burke " Obertura:: la nueva historia sua pasado e su futuro" Peter Burke (ed.) *Formas de Hacer Historia*, 2ª ed. Madrid, Alianza Editorial, 2014, p. 26

<sup>165</sup> Vide Gene Brucker, *Giovanni y Lusanna*, , *Amor y Matrimonio en el Renacimiento*, tradução de Fernando Villaverde, Madrid, Nerea, 1991 pp. 11-12

É claro que este tipo de fontes suscita problemas complexos. Assinala Peter Burke : " Os historiadores da cultura popular procuram reconstruir as ideias ordinárias e quotidianas partindo de registo de acontecimentos que foram extraordinários nas vidas dos acusados: interrogatórios e julgamentos. Procuram reconstruir o que as pessoas pensavam em função do que os acusados que podiam formar um grupo típico estavam dispostos a dizer numa situação pouco usual ( para não dizer aterrorizante) . É, portanto, necessário ler os documentos nas entrelinhas. Este método de leitura "entre linhas" é perfeitamente correcto , sobretudo quando o levam a cabo historiadores da subtilidade de Ginzburg ou Le Roy Ladurie"<sup>166</sup>

E isso bastará para afastar a crítica de que a micro-história assentaria em documentos de baixa densidade por forma a desqualificar a investigação arquivística.

Pelo contrário é pela pesquisa exaustiva de documentos que a micro-história logra narrar os factos e os pormenores da "vida de todos os dias". E não é porque a narrativa evita propositadamente inundar o texto de evidências eruditas que o micro-historiador ignora as fontes . " A micro-história , na verdade não inventa fatos, embora especule muito passando ao leitor as dúvidas do historiador e os dilemas miúdos da pesquisa, contribuindo para adensar o clima novelesco de mutos enredos. Mas se for bem feita, como todo o trabalho de história de história bem feita, não inventa nada"<sup>167</sup>

Muitas das obras que constituem referência da micro-história, relevam da história cultural ou da história da cultura popular . E não é por acaso que assim é. Tudo indica que a micro-história terá tido condições favoráveis para nascer e progredir no contexto da história da cultura , se bem que acabando por se alargar para outros campos, como a história social.

" O percurso que vimos de reconstituir da história das mentalidades à história cultural é de suma importância para localização da génese da micro-história. Em primeiro lugar porque surgida na década de 1980 ela constituiu em muitos aspectos um dos refúgios que abrigou as temáticas correntes na história das mentalidades. À medida que esta começou dar sinais evidente de desgaste em especial diante das críticas quanto à ambiguidade ou fragilidade teórica muitos autores até então dedicados às mentalidades migraram para o novo campo de estudos"<sup>168</sup>

Assim a micro-história teve que ver com crise do paradigma marxista e de outros modelos de história totalizante. Os propósitos da micro-história tinham que ver mais do que com a

---

<sup>166</sup> Vide Peter Burke, Obertura:: la nueva historia sua pasado e su futuro" [...] . p. 27

<sup>167</sup> Vide Ronaldo Vainfas, *Micro-historia* [...] p. 103

<sup>168</sup> Vide Ronaldo Vainfas, *Micro-historia* [...], p. 68



correção da historiografia académica que parecia não funcionar, mas com a refutação do trabalho do historiador " limitada a interpretar os textos e não os próprios acontecimentos"<sup>169</sup>

Eis porque nascendo no ambiente da História Cultural esta corrente historiográfica acabou por a ultrapassar. Vale a pena reproduzir aqui a reflexão de Ronaldo Vainfas que neste aspecto nos oferece uma síntese conclusiva do lugar na História Cultural na genealogia da micro-história : " Definida muitas vezes como prática historiográfica a micro-história acabaria se afirmando como um género de fazer e contar a história. Um género muito diferente em aspectos substantivos do melhor da história das mentalidades à moda francesa e isto exactamente por renunciar - vale repetir- à história total, à história síntese dos Annales. E um género que se de facto surgiu no âmbito da história cultural superou-a e não vai aqui nenhum juízo de valor- à medida que ao longo da última década do sec. XX foi capaz de formulações teóricas e metodológicas mais nítidas "<sup>170</sup>

Um dos pontos que alguma historiografia discute é a da assimilação da micro-história na corrente da História das Mentalidades, protagonizada entre outros em França por Michel Vovelle. A redução da escala também terá acontecido nos temas protagonizados pela " mentalités". Mas o enfoque continua a ser distinto. Quando a micro-história recorreu aos micro-temas , eles caracterizam-se por traduzir personagens, comunidades ou acontecimentos sem qualquer relevância na História, e não apenas temas menos estudados ou menos difundidos nos estudos históricos como o medo, a morte ou a doença. Assim como a micro-análise incide sobre aspectos periféricos da história global e não ao aprofundamento das mentalidades no quadro da História Global<sup>171</sup>

É claro que no seu propósito de transformar a micro-história na " verdadeira História" Carlo Ginzburg e Giovanni Levi pediram de empréstimo os valores da antropologia e das ciências sociais, por forma a admitir que ela não poderia existir sem a interdisciplinaridade . E quando reconhecem este ecletismo acabam por constatar que o grande denominador comum dos que recorrem às metodologias da micro-história acaba por ser a redução da escala de observação , a microanálise , mais do que a escolha de um tema banal ou minúsculo<sup>172</sup>.

Curiosamente uma das obras que está na fronteira entre a História das Mentalidades e a Micro-história é " Montaillou" de Ladurie. O autor " evita contextualizar o tema de

---

<sup>169</sup> Vide Giovanni Levi " Sobre Microhistoria" [...]/p. 121

<sup>170</sup> Vide Giovanni Levi " Sobre Microhistoria"[...], p. 74-75

<sup>171</sup> Vide Ronaldo Vainfas, *Micro-historia* [...],p. 111

<sup>172</sup> Vide Ronaldo Vainfas, *Micro-historia* [...],p. 113

maneira convencional, preferindo explorar a narrativa e o potencial etnográfico das fontes inquisitoriais , recusando analisar o feudalismo em geral , a Igreja , o catarismo- assuntos que só implicitamente aparecem no livro. Talvez por isso Montaigne seja dos raros livros de história das mentalidades que pela forma de concepção e estilo etnográfico se aproxime mais na escola francesa, do gênero micro-histórico"<sup>173</sup>

António de Oliveira Marques a propósito da História genealógica faz o elogio da pequena escala nos estudos históricos. Diz ele : " parente da prosopografia a história genealógica do "uomo qualunque" não atende só às elites nem aos "cursus honorum" dos indivíduos, embora os deseje reconstituir se para tal encontrar elementos. A carreira de um plebeu pode ser tão esclarecedora como a de alto funcionário. (...) a biografia é sem contestação muito importante para a história genealógica desde que na habitual pobreza das fontes se encontrem os elementos para ela. Mas sob o ponto de vista metodológico a biografia deve ser alargada ao pequeno independente da respectiva condição social . Mesmo que na maior parte dos casos a biografia do camponês do artesão ou até do pedinte tenha pouco interesse e inclua diminutas variações há que tentar fazê-la para a compreensão integral de uma época"<sup>174</sup>

E realça mesmo no labor do historiador da genealogia a " trama policial", um pouco à imagem do paradigma indiciário de Ginzburg : " A descoberta um a um dos actores em cena neste caso os nossos antepassados faz-se pouco a pouco e quando as fontes o permitirem (...) as pistas revelam-se com frequência falsas conduzindo a becos sem saída"<sup>175</sup>

E acrescenta: " Tal como o cientista que por baixo de aparências visíveis a olho nu descobre átomos estruturadores e pujantes de movimento assim o historiador encontra o pequeno indivíduo que constituiu o elemento básico da vida em sociedade. Queixava-se há já muitos anos Virginia Rau que a nova historiografia então a dos Annales perdendo-se na invenção das estruturas esquecia o homem, que quase desaparecia da história. E eram muito os historiadores - e eu também com eles alinhei- que aspiravam a escrever o tratado onde não houvesse cabimento para um índice de antropónimos. Pois bem a história genealógica do homem de todos os dias é em certa medida o modelo oposto"<sup>176</sup>

---

<sup>173</sup> Vide Ronaldo Vainfas, *Micro-história* [...],p. 50

<sup>174</sup> Vide A.H. Oliveira Marques, " História genealógica do homem comum : micro-história ou macro-história" *Revista da Faculdade de Letras História Universidade do Porto*, III Série, vol .4, 2003 pp. 184-185

<sup>175</sup> Vide A.H. Oliveira Marques, " História genealógica do homem comum" [...],pp. 182-183

<sup>176</sup> Vide A.H. Oliveira Marques, " História genealógica do homem comum"[...], p. 184

E conclui" micro-história e macro-história confundem-se assim como de certa maneira se confundem estruturas e conjunturas, categorias da mente que se veem submersas e se tornam ininteligíveis pelo vasto oceano dos nomes e das relações que entre eles existem. As imponentes árvores da história que nos orgulhamos de plantar e de ver crescer desaparecem ante a charneca povoada de pequenos arbustos e tímidas flores que surge em sua substituição"<sup>177</sup>

Estas reflexões de Oliveira Marques ecoam a velha querela histórica entre conhecimento individualizante e conhecimento generalizador. E a verdade é que a micro-história procura não sacrificar o conhecimento de elementos individuais a uma generalização mais ampla, mas do mesmo passo procura não afastar todas as formas de abstração já que os casos mínimos e os fenómenos individuais podem ser também indicadores de tendências mais gerais. É o que alguns autores apelidam de " excepcionalmente normal" <sup>178</sup> como já vimos . De certo modo o que o A.H. Oliveira Marques propõe é uma espécie de novo paradigma em " torno do conhecimento particular sem renunciar a uma descrição formal e ao conhecimento científico desse mesmo particular"<sup>179</sup>

Numa actualização bibliográfica e temática ao texto clássico de Giovanni Levi sobre Micro-História que citámos antes, Peter Burke<sup>180</sup>, referencia a profusão de novas obras - fim do século XX e século XXI - que se podem filiar nesta corrente historiográfica e pergunta se não é chegado o momento de parar. E responde : depende da utilidade deste tipo de investigação para resolver problemas históricos. Há efectivamente problemas históricos que não dispensam um microscópio histórico o único que pode identificar a causa dos acontecimentos: trata-se de uma "estratégia de conhecimento". Essa estratégia de conhecimento pode ajudar a encontrar respostas ali onde uma análise macro ou totalizante falharia: " vistos ao microscópio os seres humanos parecem mais livres do que o normal(...) mas também menos idealistas"<sup>181</sup>E conclui : " Pode ser que os historiadores, como os médicos, tenham que aprender a conviver com estes conceitos alternativos e na aparência incompatíveis, em que as partículas da micro-história coexistem com as ondas amplas da macro- história"<sup>182</sup>

---

<sup>177</sup> Vide A.H. Oliveira Marques, " História genealógica do homem comum"[...], p. 185

<sup>178</sup> Vide Edoardo Grendi " Microanalise e storia sociale" *Quaderni Storici*, 7 , 1972, pp. 506-520 citado em Giovanni Levi " *Sobre Microstoria*" [...] p. 138

<sup>179</sup> Vide idem, *ibidem* , p. 138

<sup>180</sup> Vide Peter Burke, " El Debate de la Microhistoria" Peter Burke ( ed.). *Formas de Hacer Historia. cit.* pp. 141-142

<sup>181</sup> Vide Peter Burke, " El Debate de la Microhistoria"[...], p. 142

<sup>182</sup> Vide Peter Burke, " El Debate de la Microhistoria"[...], pp. 142-143

## **Capítulo 3**

### **O ambiente internacional favorável à moralização e ao policiamento da imprensa periódica infanto-juvenil**

#### **3. Introdução : o grande pânico**

A banda desenhada- que ganhou a partir dos anos 60 do século passado o estatuto de "nona arte" - é uma forma de expressão artística que nasce na primeira metade do século XIX<sup>183</sup>.

Sabemos que a banda desenhada, como forma de expressão muito particular, associando a imagem e o texto, ganhou carta de alforria e desenvolveu-se em ambiente democrático.

Como fenómeno da cultura popular, tal como antes referimos, a banda desenhada no momento em que se afirma ( anos 20 e 30 do séc.XX ) associa técnicas do folhetim e do cinema as quais surtem particular efeito entre o seu público consumidor, em geral crianças ou adultos fracamente “aculturados” ou com baixos índices de instrução. Os folhetins e o cinema oferecem a um preço muito acessível um produto que não sendo sofisticado tem condições para tocar a sensibilidade e a imaginação dos consumidores. O herói das histórias de BD sustenta-se num paradigma muito simples : ele próprio sem outros auxílios tem condições objectivas para mudar a realidade . E é muitas vezes a técnica do folhetim em que se mecaniza atenção do leitor levando-o de emoção em emoção até à última página e, no fundo, a deixá-lo comprometido com o desenlace da aventura , que acaba por estar presente e se desenvolve no período áureo dos “comics”. Do mesmo modo a técnica de planos , de enquadramentos, as sequências e os próprios temas e

---

<sup>183</sup> Os aluns de Rodolphe Topffer em 1830 terão sido os primeiros a poderem ser considerados como "Bandas desenhadas". Ver para um resumo das origens da BD na Europa e nos EUA , João Pedro Ferro, *História da Banda Desenhada Infantil Portuguesa [...]* Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp.21-46.

ambientes do cinema, não deixam de influenciar a BD e a produção de periódicos infanto-juvenis<sup>184</sup>. Ou seja, a especificidade do meio e a sua força é decisiva para a projecção que acaba por ganhar.

Sem preocupações de exaustão e olhando apenas para os momentos de afirmação da banda desenhada no tempo e no espaço, evidencia-se que os períodos de maior dinamismo ocorreram a partir dos anos 30/40, quer nos EUA quer na Europa e ocorreram em países com regimes democráticos. É o caso dos EUA com o desenvolvimento dos "super heróis" no fim dos anos 30 e início dos anos 40, da França e em geral nos países francófonos a seguir à II Guerra Mundial, que deram origem à chamada escola franco-belga caracterizada pela "linha clara", no Reino Unido no fim dos anos 40. Dir-se-á que qualquer expressão artística ou criativa se dá bem com a democracia e é nela que encontra as condições ideais para prosperar. E que, por contraste, as ditaduras ou os regimes autoritários criam manifestas dificuldades ao desenvolvimento livre dessas expressões da natureza humana.

Acontece, porém, que certas formas de expressão ou certas específicas formas criativas convivem pior com as ditaduras que pura e simplesmente as eliminam ou seriamente as limitam ou censuram. A banda desenhada está neste caso<sup>185</sup>.

Mas o que não deixa de ser surpreendente é ter começado justamente nas democracias o particular clima que levou depois as ditaduras a adoptarem procedimentos específicos para policiar a literatura infanto-juvenil e nelas as "histórias em quadrados".

Repita-se : não deixa de ser paradoxal que assim tivesse acontecido, mas os factos históricos falam por si. Cronologicamente o alarme provocado pela difusão dos "comics" junto dos jovens como eventual potenciador da delinquência juvenil nasceu no fim dos anos 40 nos E.U.A e só depois, já nos anos 50, as ditaduras portuguesa e espanhola acordaram para o assunto. Entretanto, outras democracias como a Inglaterra e a França não deixaram, cada uma à sua maneira, de considerar formas de policiamento e controlo das publicações periódicas infanto-juvenis sensivelmente na mesma década de 50.

Quando falamos de BD não falamos apenas de um particular meio de expressão. Temos de associar os destinatários, durante largos anos exclusivamente crianças e jovens, sem que

---

<sup>184</sup> Vide Antonio Marín, *Apuntes para una historia de los tebeos [...]* pp. 56-57

<sup>185</sup> Para o caso alemão ver Sylvain Farge. "BD et dictature : Vater und Sogn, soumission à la censure ou révolte discrète ?" *Germanica*, 47, 2010, pp. 37-50, para o fascismo italiano ver Isabelle Antonutti, "Fumetto et Fascisme : La naissance de la bande dessinée italienne" *Comicalités*. Graphic culture within space and time. disponível em <http://comicalites.revues.org/1306>.

se imaginasse sequer poder tal "literatura" interessar aos adultos. A verdade é que os "comic strips" publicados nos jornais diariamente, originariamente nos E.U.A. mas depois um pouco por toda a Europa, não se destinavam exclusivamente ao público juvenil. Não admira que os conteúdos tivessem sofrido uma transformação significativa com apelo a imagens e a enredos não necessariamente infantis e sequer juvenis e que a reacção tivesse surgido, muito por pressão da Igreja Católica e dos meios a ela afectos. Assim se explica a criação de legislação tendente a velar preventiva ou repressivamente pela "saúde" dos jovens contra os alegados perigos da banda desenhada. Ao mesmo tempo a opinião pública não deixou de reagir amplificando o tom alarmista com que algumas organizações privadas ( que agregavam pais, professores, educadores, ligas de moralidade, etc.) promoveram campanhas de alerta contra os "comics" que "desmoralizavam" os jovens e que potenciavam a sua alegada deriva criminosa.

Um pouco por todo o mundo o fenómeno fez-se sentir : E.U.A., França, Reino Unido, Espanha, Canadá, Austrália, Alemanha, Itália<sup>186</sup> ou Brasil, todos eles assistiram à emergência de campanhas anti-"comics" ou deram ao tema uma relevância significativa motivando, quase sempre, a intervenção do poder político<sup>187</sup>.

Para a economia do presente trabalho releva o conhecimento de quatro casos : EUA, Reino Unido, França e Espanha.

Todos eles são relevantes a títulos diversos. Os EUA por serem pioneiros e por terem adoptado uma solução de autorregulação, a França por ter implementando um controlo administrativo "à posteriori", o Reino Unido por ter privilegiado uma solução exclusivamente judicial e a Espanha, porque sendo uma ditadura, manifesta afinidades com a situação que se regista em Portugal nos anos 50 e 60. Deve desde já dizer-se que o

---

<sup>186</sup> Vide Joaquim Vieira, *Portugal no Século XX Crónica em Imagens, 1950-1960*, s.l. Círculo de Leitores, 2000, p. 122.

<sup>187</sup> A única obra que procura oferecer uma visão de conjunto das medidas de censura anti-"comics", adoptadas em alguns países (EUA, Canadá, Austrália, Alemanha, Filipinas e Reino Unido) trata-se de John A. Lent( eds.), *Pulp Demons: International Dimensions of the Postwar Anti-Comics Campaign*, Fairleigh Dickinson University Press, 1999. Vide também Christian Staebler, "La Grande aventure de la BD, Les années 1950: la bande dessinée morale et pour les enfants. Chapitre 3". *Les Cahiers de la BD*, nº3 Avr-Juin 2018, p. VI, que refere concretamente no caso do Québec o reforço do dispositivo legislativo anti-comics e a intervenção do Senado para estudar os malefícios da BD e na Alemanha a criação em 1954 de uma autoridade federal de controlo da "literatura perigosa para a juventude". Vide também os apontamentos sobre a História da BD na Alemanha, Austrália, Nova Zelândia ou Itália com referências aos "momentos censórios" ou auto-censórios, Patrick Gaumer, *Dictionnaire Mondiale de la BD*[...], caderno central "Chic Planète". Vide também Ignacio Fernandez Sarasola "Las lecturas perigosas. Bandes dessinées, Libertad de prensa y derechos de los Menores em Francia( 1930-1960) *Derechos Y Libertades*, Nº 26, II época, Enero 2012, p. 254 que alude a uma profunda reforma do Código Penal no Canadá em 1949 por forma a acautelar medidas contra as publicações periódicas infanto-juvenis reputadas inimigas dos menores.

estudo académico ou extra-académico sobre a censura aos “comics” nos países seleccionados é absolutamente residual. Tal como ocorre com Portugal são raros os estudos centrados no tema embora se registem referências avulsas em trabalhos generalistas e em enciclopédias sobre BD.

### **3.1. Estados Unidos da América : o caminho para o “Comics Code” , a “Comics Code Authority” e a auto-regulação<sup>188</sup>**

É possível identificar quatro vagas na campanha anti-“comics” que levou à aprovação em 1954 do “Comics Code”, o documento que estabelece orientações a acatar pelos editores de “comics” quanto aos conteúdos das suas publicações . Cada uma delas com motivações diversas mas complementares no desiderato de alertar para os alegados perigos que a leitura de “comics” representava para a educação das crianças norte-americanas .

A primeira campanha acompanha a publicação nas páginas do “Chicago Daily News”, em meados de 1949, de uma análise muito crítica do jornalista Sterling North sobre as aventuras de “ Superman” . Até então insuspeito o mais conhecido super-herói apresentava-se em aventuras repletas de crueldades, mal desenhadas, publicadas em papel de má qualidade e que afastavam os jovens da leitura de livros<sup>189</sup>. Quando North deu publica nota do seu criticismo , os “comics” enquanto tal, ou seja jornais ou revistas especificamente para jovens , não tinham mais do que meia dúzia de anos de vida. Esta primeira campanha teve como alvos preferenciais os educadores e os bibliotecários, junto de quem as crianças mostravam um inusitado interesse por este novo meio de comunicação ou de expressão artística. O tom pedagógico adequado quanto às leituras dos menores, nesta época, andava próximo da ideia de que fantasia a mais quer em livros, quer em filmes, não seria a receita ideal para a formação dos jovens os quais, circundados por realidades alternativas, teriam mais dificuldade em preparar-se para a

---

<sup>188</sup> A obra de referência sobre o “Comics Code” , o período histórico que a ele conduziu e a sua aplicação até aos anos 90, é a tese de doutoramento de Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval, The history of the Comics Code*, The University Press of Mississippi , 1998. Vide também David Hadju, *The Ten-cent plague , The great Comic-Book Scare and how it changed America*, New York, Picador, 2008 e William W. Savage Jr, *Commies, Cowboys and Jungle Queens, Comic Books and America, 1945-1954* , Wesleyan University Press, 1998 e Marc Jetté, *Censure et Bande dessinée americaine*, Quebec, Montréal, Roussan, 1997

<sup>189</sup> Vide Richard J. Arndt, “ Tales from the Code. How the Comics Code Authority Changed Comics Books-Literally- from 1954 to 2011 “ *Alter Ego*, nº 105, Oct. 2011, p. 4

“vida real”. Acresce a transformação do meio , ou seja os “comic books” apresentavam-se com características físicas bem distintas das tiras desenhadas( “strips”) que surgiam nos jornais , destinadas sobretudo a um público adulto. Nas características deste novo “media” insinuava-se um perigo complementar. Até então, mesmos os suplementos infantis e juvenis dos jornais diários eram adquiridos pelos pais , o que permitia naturalmente o seu controlo. Mas os “comic books” escapavam ao controlo parental. Vendiam-se a “ ten cents”- daí a expressão “ Ten cent plague” , título de uma obra já citada <sup>190</sup>- e começaram rapidamente a ser objecto de colecção e de troca entre os menores.

Foi já em plena II Guerra Mundial que o debate sobre a delinquência juvenil no contexto do notório mal estar social associado à desintegração familiar por força da incorporação de muitos pais de família no esforço de guerra, ganha expressão. Contudo o próprio papel dos "comics" durante a guerra, tema que não poderá se aqui estudado, como uma espécie de braço interno psicológico no esforço de guerra , terá dissipado eventuais repercussões desse criticismo <sup>191</sup>.

A campanha ficou marcada, como momento mais mediático, pelas iniciativas públicas em vários Estados de queima de "comic books"- verdadeiros autos de fé - em Dezembro de 1948 e Janeiro de 1949. Para atingir esse ponto de verdadeira histeria dois factores se conjugaram. Por um lado o surgimento de alguns casos de delinquência juvenil aparentemente relacionados com o consumo de "comic books" a que a imprensa deu extraordinária projecção e, por outro lado, a não menor projecção mediática que Fredric Wertham, um psiquiatra de origem alemã, que se lançou numa campanha obsessiva de defesa da infância e de ataque aos “comics” como principal causa da delinquência juvenil. A argumentação inicial de Wertham, orientou-se no sentido de denunciar os psicólogos e psiquiatras seus colegas citados pelas editoras quanto à defesa destes da inocuidade dos "comics" denunciando o facto de serem pagos para sustentarem esse ponto de vista.

A exploração de casos de delinquência ou criminalidade juvenil por forma a sobrevalorizar a negativa influência no comportamento de menores de factores culturais, com as “ más leituras” , não era um tópico novo. A Inglaterra vitoriana discutiu

---

<sup>190</sup> Vide David Hadju, *The Ten-cent plague*[...]

<sup>191</sup> Vide Jean-Paul Gabilliet, " Le Comics Code : La Bande dessinée américaine sous surveillance" in Thierry Crépin e Thierry Groensteen , eds. " *On tue à chaque page!" La Loi de 1949 sur les publications destinées à la jeunesse*", Editions du Temps, Musée de la Bande Dessinée, Paris , 1999, p. 199



acaloradamente a influência negativa dos “ penny dreadful”- romances populares de aventuras- no comportamento dos jovens .

Na verdade três dramáticos incidentes ocorridos em 1947 e 1948 , podem exemplificar o aproveitamento de comportamentos criminais de menores para alimentar a campanha anti-comics. No primeiro um jovem de 12 anos ao pretender imitar uma cena de enforcamento que havia lido num “comic book” acabou por morrer com esse mesmo “comic” aberto a seus pés. Mais tarde, dois rapazes de 11 e 12 anos roubaram um avião deslocando-se de Oklahoma para Cheyenne e ao serem detidos disseram ter aprendido a pilotar um avião num "comic book". E, finalmente , três rapazes entre 6 e 8 anos ensaiaram o enforcamento de um outro de 7 anos recreando uma cena de um dos jornais infanto-juvenis que colecionavam. Ainda que, em rigor, nenhum destes casos excluísse outros factores no comportamento dos jovens , a verdade é que a sua sistemática apresentação pública em registo monocórdico, como é próprio das campanhas , acentuou o já tenso ambiente.

Entre 1947-1949 com a explosão dos “ crime comics” na modalidade iniciada ainda na II Guerra Mundial por Lev Gleason e Charles Biro que fundaram a revista “ Crime Does Not Pay” acentuaram-se os esforços em relacionar acriticamente o aumento da criminalidade juvenil e a leitura de “crime comics”. A verdade é que, no rescaldo da emoção pública gerada, pesquisas realizadas por algumas universidades na tentativa de comprovar e dar consistência científica à alegação da necessária ligação entre “ comics “ e criminalidade arrastaram-se sem resultados conclusivos. Para mais a assimilação das queimas públicas de “comics” com idênticos procedimentos utilizados no regime nazi criaram manifesto incómodo o que acabou por dissuadir a prossecução da campanha.

No contexto desta situação algumas empresas editoras constituíram a “Association of Comics Magazine Publishers” (ACMP ) no seio do qual definiram um código de regras editoriais , com seis artigos, contra a representação da nudez, do crime, do sadismo, do divórcio e ainda velando pela linguagem e proibindo ataques a grupos raciais ou religiosos<sup>192</sup>. Dos 24 editores em actividade apenas 12 aderiram à ACMP enquanto que outras duas adoptaram o código sem aderir à Associação. O objectivo foi o de evitar que autoridades políticas estaduais em resposta à pressão da opinião pública adoptassem medidas mais gravosas para a sua actividade. Isso não impediu que a cidade de Los Angeles tivesse editado em Setembro de 1948 um decreto municipal criminalizando a

---

<sup>192</sup> Vide o texto desde Código em Jean -Paul Gabillet, *Of Comics and Men[...]* p. 313

edição e venda de “comic” com cenas de violência. E rapidamente cerca de 50 cidades americanas tomaram medidas idênticas.

Na segunda metade de 1949 a campanha anti-comics começou a declinar, considerando que o alvo principal até então haviam sido os " crime comics" . Por um lado os editores começaram a mudar os títulos das suas publicações ou a substituí-los por " love/romance comics" . Entretanto o senador Estes Kefauver, democrata pelo Tennessee , que presidia à Comissão senatorial Especial para o Crime Organizado , que tinha como objecto a delinquência juvenil solicitou a Wertham que supervisionasse um inquérito dirigido a especialistas e a editores sobre os efeitos dos “comics” no comportamento dos jovens. As respostas não deixaram de ser surpreendentes , já que concluíram tratar-se de uma causa absolutamente secundária no contexto da delinquência juvenil <sup>193</sup>

A acalmia foi temporária dado que a emergência dos " love comics" ficou na linha de mira da Comissão Especial da Câmara dos Representantes sobre pornografia presidida por Ezekiel Gathings, deputado democrata do Arkansas.

Em 1952 o panorama dos “comics books” havia mudado : ao lado dos “comics books” generalistas , surgiram os " horror comics" e os " war comics" , estes últimos catapultados pela Guerra da Coreia.

Assim, foi criada em 1 de Junho de 1953 no seio da Comissão sobre o Crime Organizado uma sub comissão dedicada a analisar a delinquência juvenil presidida por senador Robert Hendrickson. O detonador da acusação contra os “comic books” terá sido um artigo publicado por Frederic Wertham , que se manteve sempre activo neste período , no "Ladie’s Home Journal" em Novembro de 1953 intitulado " What parents don’t know about comic books " . Nesse artigo, abundantemente ilustrado, Wertham condensava os elementos aparentemente mais sugestivos da sua investigação, direccionado o alarme para os pais, o que criou impacto significativo entre os leitores. É na sequencia destes acontecimentos que o Senador Kefauver anuncia em Fevereiro de 1953 audições públicas sobre a controvertida questão dos “comics books”.

Adiante-se desde já que as audições no Congresso sobre o tema da delinquência juvenil, a que adiante regressaremos, tiveram projecção nacional mas não apontaram para qualquer tipo de intervenção legislativa federal como forma de resolver o problema. Se é certo que alguns Estados federados avançaram para legislação proibitiva de venda a menores de certos “ comics”, o recuo quanto a um solução legislativa nacional, como alguns queriam,

---

<sup>193</sup> Vide Jean-Paul Gabillet, “ *Le Comics Code*” [...] p. 201

acabou por ser o reflexo do receio de que qualquer restrição legal à edição e venda de “comics” pudesse ser considerada inconstitucional . Abriu-se então o caminho para a auto-regulação.

Apresentada assim , desta forma quase telegráfica, a mãe de todas as campanhas “anti-comics” deixa na sombra alguns dos momentos mais interessantes<sup>194</sup> que atravessaram o Atlântico e que chegaram a França e ao Reino Unido podendo ter deixado algum eco em Portugal.

Em primeiro lugar qual o real impacto e as verdadeiras dimensões da bravata anti "comics" de Fredric Wertham um psiquiatra nascido na Alemanha mas naturalizado norte-americano.

A sua arremetida inicial não chegou longe. Segundo o próprio, o racismo, a exploração sexual das mulheres , a homossexualidade e a glorificação das armas constituíam a maior ameaça resultante das histórias em quadrinhos. Contudo não será por influência das ideias ou dos medos de Wertham que no fim dos anos 40 vários Estados aprovaram leis restringindo a venda de "comic books" com o fundamento de que os mesmos promoviam a delinquência juvenil. Wertham limitou-se a cavalgar o ambiente de pânico recorrendo , já nos anos 50 , à tribuna do Congresso dos EUA, onde foi chamado a depor em conjunto com outros psicólogos, pedagogos e os principais representantes da indústria de "comic books". As conclusões das audições parlamentares , sem embargo da repercussão pública nacional e internacional que tiveram, não produziram os resultados que Wertham pretendia, ou seja não foram concludentes na comprovação da relação directa entre "comics" e delinquência juvenil. É só após esta frustrada tentativa que nasce o ensaio "Seduction of innocent". O livro, é um exercício de propaganda e marketing. Dir-se-ia que parte do seu sucesso se deveu à utilização da BD para demonizar essa mesma BD. Ou seja, recheando o livro de dezenas de vinhetas e partes de histórias de BD , cuidadosamente seleccionadas e montadas, o objectivo foi contrariar os resultados inconclusivos resultantes do inquérito realizado pela Comissão Senatorial Especial para o Crime Organizado, ironicamente supervisionado pelo próprio Wertham . O livro foi publicado em 1954 e a sua repercussão foi significativa, é inegável.

O trabalho é uma versão ampliada do artigo de 1953 publicado na “ Ladies Home Journal”, que referimos antes . Abundam as ilustrações relativas às representações gráficas da violência, do sexo e drogas acompanhadas da evidência de que o meio – os “comics”-

---

<sup>194</sup> Ver sobre os momentos críticos da banda desenhada norte-americana nos anos 40 e 50, entre muitos, Jill Lepore, *The Secret history of Wonder Woman*, Alfred A. Knopf, 2014, pp. 264 -272.

pela rapidez da acção atraem as crianças. Os principais exemplos são retirados das publicações editadas pela Entertainement Comics, de William Gaines, que se havia especializado nos “crime and terror comics”. Mas são também apresentados exemplos de outras publicações, cerca de uma trintena, sendo certo que se publicavam à época perto de 700 títulos. Um dos pontos mais extensamente desenvolvidos são as relações entre a sexualidade e os comics. A tese de Wertham é a de que os “comics”, ou pelo menos alguns deles, estimulam sexualmente as crianças. Uma e outra vez tanto nas imagens como no texto e inclusive nos anúncios o propósito é dirigir atenção para caracteres ou actos sexuais. É claro que a relação entre sexo e “comics” é intermediada pela representação da mulher, que é representada de forma sexualmente sugestiva, na perspectiva do psiquiatra<sup>195</sup>

É sobretudo em torno da sexualidade e da violência que o discurso de Wertham se estrutura. E é nesse contexto que se devem entender as suas críticas aos três mais famosos super-heróis à época, “Superman”, “Batman”( com o seu parceiro “Robin”) e “Wonder Woman”. O primeiro por provocar nas crianças “fantasias de satisfação sádica pela sistemática e continuada punição de outros enquanto o próprio fica imune” e os restantes por sugerirem comportamentos homossexuais<sup>196</sup>.

Impõe-se aqui um parêntese. Muito recentemente, mais exactamente em 2010, o acesso público aos documentos de Wertham depositados na Biblioteca do Congresso, permitiram uma outra análise da realidade e confirmar várias quebras de rigor científico no estudo em questão. Estão hoje documentadas várias situações em como Wertham manipulou dados, designadamente os que decorreram da pesquisa clínica psiquiátrica com jovens e que servem de suporte alegadamente científico para as teses que defende em “Seduction of the Innocent”<sup>197</sup>.

A questão que se coloca, à luz do que sabemos hoje, é o de encontrar uma explicação para a quase total ausência de vozes dissonantes ao trabalho e às conclusões de Wertham, designadamente por parte dos seus colegas de profissão.

Essa resposta pode ser dada se atentarmos no trajecto profissional de Frederick Wertham cujas credenciais científicas eram, à época, impecáveis. Nascido em Munique em 1895, graduou-se na Universidade de Wurzburg em 1921, tendo como referências intelectuais Kraepelin, Freud e Ktretchmer, todos arautos da psicanálise. Trabalhou na clínica do

<sup>195</sup> Vide Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval*[...]pp. 85 e ss.

<sup>196</sup> Vide Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval*[...]pp- 60-61

<sup>197</sup> Vide Carol Tilley, "Seducing the Innocent : Fredric Wertham and the Falsifications that helped condemn comics" *Information & Culture*, vol. 47, N° 4, 2012, pp. 383- 413 em especial 393-401

primeiro de quem terá acolhido a ideia que as principais patologias psicológicas são o produto de um mau ambiente social. Acabou por ser convidado para trabalhar nos Estados Unidos na Clínica Phipps e obteve a nacionalidade americana em 1927 contraindo casamento com a escultora Florence Hesketh. Em 1929 associou-se ao National Research Council em Washington como especialista em neuropatologia e neuropsiquiatria. O seu prestígio académico cresceu e foi contratado pelo Departamento de Saúde Pública de Nova York como consultor psiquiátrico, cargo que também exerceu junto da Polícia da mesma cidade. A criminalidade juvenil e a psiquiatria forense passaram a ser domínios da sua predileção, intervindo frequentemente em tribunais. Foi aliás a sua intervenção no processo criminal do “serial killer” Albert Fish, como perito forense, com ampla cobertura mediática, que o transformou numa figura pública<sup>198</sup>. E se é verdade que hoje, tal como antes assinalámos, a sua integridade científica é contestada, à época Wertham gozava de inegável prestígio.

O efeito mais imediato da publicação do livro foi a convocação pelo Subcomité do Senado sobre Delinquência Juvenil de uma nova ronda de audiências públicas sobre o tema dos “comics” e criminalidade juvenil. Wertham voltou assim ao Congresso 4 anos depois. Com ele compareceram muitos outros especialistas de psicologia e pedagogia infanto-juvenil. Desta feita o impacto das audições foi mais significativo e a comunicação social não deixou de repercutir a mais demagógica das bravatas de Wertham: “Hitler é um principiante comparado com a indústria dos “comics”<sup>199</sup>

As sessões realizar-se-ão em três dias ( 21 e 22 Abril e 4 de Junho de 1954) e tiveram repercussão<sup>200</sup>.

O seu objectivo era o de “determinar os possíveis efeitos criminógenos sobre as crianças de certas revistas ilustradas policiais e fantásticas” e de examinar se essas revistas estavam sob a alçada das leis federais relativas à difusão das publicações obscenas. Mas a verdadeira razão era transmitir à opinião pública a ideia de que o Senado não ficava indiferente ao “problema” dos “comic books” e dessa forma forçar os editores a fazer a escolha da autorregulação<sup>201</sup>. No momento em que as audições se operacionalizam poucas dúvidas existiam já entre os congressistas quanto a qualquer vaga tentativa de censura

---

<sup>198</sup> Vide Francisco Pérez Fernández, “Psiquiatria y censura del comic estadounidense. Frederic Wertham y la seducción del inocente”. *Revista de Historia de la Psicología*, vol. 30, nºs 2 -3 ( Junio-Septiembre). 2009, pp. 303 e 304.

<sup>199</sup> Vide Jill Lepore, *The Secret History of Wonder Woman*[...] p. 269.

<sup>200</sup> Vide a reprodução integral das audências no Senado em Maurice Horn, ed. *The World Encyclopedia of Comics*,[ s.l.], 1999, pp. 692

<sup>201</sup> Vide de Jean-Paul Gabillet, “Le Comics Code” [...], p. 203

pela via legislativa. A mesma haveria sempre de frontalmente chocar com o sentido do Primeiro Aditamento da Constituição norte-americana , pairando no ar o cutelo da inconstitucionalidade.

Os depoimentos foram cuidadosamente escolhidos por forma a colocar os editores e os seus advogados na defensiva. Após o segundo dia o sentido da inquirição visou confundir a questão da delinquência juvenil com a perspectiva comercial por forma a acusar os editores de imporem aos distribuidores e vendedores os seus produtos. Sob a álea do comercialismo e do incitamento à delinquência o depoimento de William Gaines , o dono da Entertainment Comics ( EC), acabou por ficar famoso pelas piores razões . O senador Kefauver exibiu a imagem de capa de um das suas publicações “Crime SuspensionStories ” e questionou : “ isto parece ser um homem com um machado ensanguentado segurando a cabeça de uma mulher que acaba de ser severamente separada do corpo. Considera isto bom gosto? “. Tendo acabado de dizer que publicaria tudo o que considerasse no seu critério de “bom gosto” Gaines não hesitou “ Sim considero, para uma capa de uma “ horror comic”! ”<sup>202</sup>

O “New York Times” deu grande destaque a este depoimento na edição do dia seguinte reproduzindo na primeira páginas as declarações de Gaines.

Na véspera das sessões e justamente para coincidir com elas, de acordo com a estratégia do editor , Frederic Wertham publicou o livro " Seduction of the Innocent".

Ficou assim criado o clima favorável à tese da natureza criminógena dos "comic books".

O depoimento de Wertham terá sido também decisivo para criar o referido clima. Ainda que os historiadores da censura aos “comics” nos EUA, caracterizem a sua intervenção como “anedótica”<sup>203</sup> dada a ausência de referências objectivas e dados concretos da alegada investigação levada a cabo pelo psicólogo – recorde-se que para valorizar o impacto das suas conclusões falou de um estudo com mais de 300 crianças e acentuou tratar-se de um estudo “ laborioso , penoso e complexo” mas refugiou-se em generalidades ficando sem se saber quantos casos analisou efectivamente, qual a sua equipa, que metodologias, etc. – a verdade é que o seu contacto com os jovens delinquentes de Nova York e a constatação de que quase todos eles liam “ comics” permitiu-lhe construir um discurso com referências impressivas de como dessas leituras os menores desembocavam no crime.

---

<sup>202</sup> Vide Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval*[...]p. 63-64

<sup>203</sup> Vide Vide Francisco Pérez Fernández, “ Psiquiatria y censura del comic estadounidense [...] p. 304

Ainda que caucionados por um reputado cientista e aparentemente por estudos empíricos que visavam ligar os “comics” à criminalidade juvenil, a verdade é que as evidências não eram definitivas e existiam muitos profissionais de saúde mental que não viam nada de condenável nos “comics”. Daí que no essencial as sessões do Senado traduziram-se em discussões sobre estética, moral ou bom gosto. Tudo do domínio subjectivo. Os debates encerraram e as conclusões do subcomité limitaram-se a sugerir aos editores que moderassem os conteúdos das suas publicações.

No rescaldo das audições a " Comics Magazine Association of America" adoptou um Código, formalmente ainda em vigor os dias de hoje, de acordo com o qual , entre outros aspectos considera que : " todas as cenas de horror, as cenas excessivamente sanguinolentas, os crimes cruéis, a depravação, o sadismo, o masoquismo não serão permitidos(... ) sexo ilícito não pode ser retratado. Cenas de amor violento assim como aberrações sexuais são inaceitáveis(... ) o tratamento dos romances de amor devem enfatizar o valor do lar e a santidade do casamento(...) perversões sexuais ou inferências do mesmo estão estritamente proibidas"<sup>204</sup>. Muitos dos " super heróis " não resistiram a este código e os que sobreviveram tiveram que sofrer significativas edulcorações nos enredos em que se viram envolvidos . E todo o debate gerado pela " ameaça" dos " comics " à integridade dos jovens viajou até à Europa.

Na ressaca das audições parlamentares e durante o Verão de 1954 cerca de 15 editores encerraram a sua actividade . E dos que permaneceram, 24 reuniram-se em 7/9/1954 criando a Comics Magazine Association of America ( CMAA) organismo profissional que pretendia fazer a ligação com os distribuidores e grossistas da imprensa. Cada um dos editores pagando a sua contribuição comprometia-se a fazer aplicar um código de censura interna que evitasse que os comic “books” caissem nos excessos que as audições parlamentares e a obra de Wertham teriam mostrado ao país.

Esse código de auto-censura chamado “Comics Code” , era vigiado pela “Comics Code Authority”, uma organização interna a quem competia efectuar, na prática, o controlo dos comic . A ela competia analisar as páginas de todas as publicações dos associados da CMAA ordenando as alterações ou supressões adequadas. As pranchas aprovadas ganhavam um carimbo no verso. A partir de Janeiro de 1955 todas as publicações dos editores da CMAA começaram a inserir na capa um sinal da conformidade com o Comics Code, um selo apelidado de " Comics Stamp" .

---

<sup>204</sup> Vide Jill Lepore, *The Secret History of Wonder Woman*[...]p. 270-271.

Nem todos os editores se associaram à CMAA. O caso mais significativo foi a Dell que na altura editava cerca de 1/3 de todos os “comics” publicados nos EUA .Tornando-se relevante encontrar uma personalidade credível e exterior ao mundo da edição para presidir à “Comics Code Autorithy” foi convidado o próprio Wertham que recusou alegando que a associação não passava de um artifício para caucionar os abusos que ele próprio havia denunciado<sup>205</sup>. Acabou a escolha por recair em Charles Murphy, um magistrado de Nova York e membro activo na luta contra a delinquência juvenil . Murphy foi o principal autor do “Comics Code”, ainda que na sua elaboração tivessem participado vários membros de confissão católica, protestante e judaica assim como de associações de pais.

Charles Murphy exerceu o seu mandato durante dois anos, acabando por renunciar , após um processo de progressiva detioração no relacionamento com a direcção da CMAA. Há quem diga que a excessiva intransigência com que Murphy exerceu o seu cargo, pago pela Associação embora com garantias de independência na avaliação dos materiais gráficos propostos pelos Editores, terá levado à sua não recondução<sup>206</sup>

Analisemos agora as principais disposições do Comics Code. Importa dizer que o Comics Code para além da sua versão originária aprovada em 1954 sofreu ainda duas alterações em 1971 e 1989. A versão inicial que vigorou durante 17 anos, ter-se-á inspirado de forma significativa no chamado “ Hays Code”, discutido e aplicado desde os anos 20 pela indústria cinematográfica norte americana. E na verdade uma comparação entre os dois textos permite concluir que o “comics code” se mostra organizada de acordo com a mesma lógica do “Hays Code” e muita da linguagem do código cinematográfico é transportada para os “ comics”<sup>207</sup>. Não surpreende que as duas principais preocupações do Code sejam o crime e o horror, justamente os dois grandes temas presentes na opinião pública à data da sua aprovação e que decorriam inclusive da exposição mediática das audiências do Senado e da campanha de Wertham. Os outros temas , como religião, casamento ou sexo mostram-se em plano secundário. Contudo o capítulo sobre “ Casamento e sexo” não podia deixar de se considerar como dirigido aos chamados “ romance comics” ou “ love comics” que mereceram a atenção de Wertham . Mas a verdade é que o documento analisado na sua globalidade não deixa de assumir um tom

---

<sup>205</sup> Wertham continuou até ao fim da vida a defender que os “comics” deveriam ser proibidos em atenção à saúde mental das crianças. Vide Francisco Pérez Fernández, “ *Psiquiatria e censura en el cómic estadounidense*”[...].p.307

<sup>206</sup> Vide Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval*[...]p. 111

<sup>207</sup> Vide Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval*[...]p. 112



moralizador na justa medida em que se condena o desrespeito pelas autoridades ou que o mal deve subordinar-se ao bem e se aquele prevalecer é apenas porque existe uma mensagem moral a transmitir. O Código Hays não foi a única fonte. Como vimos , desde os anos 40, que várias editoras aprovaram os seus próprios códigos de conduta. Muitas das suas regras acabaram por ser transportadas para o “ Comics Code”.

O sistema posto em prática pelo Juiz Murphy foi , na prática, um modelo de censura prévia. A integralidade dos conteúdos de qualquer publicação a editar pelas empresas associadas da CMAA teriam de passar previamente pela sede da organização em Nova York, afim de obterem o “ Seal of Approval”-uma espécie de vinheta que todas revistas que passassem no exame ostentavam na capa- para poderem ser impressas e posteriormente vendidas. No exercício dessas funções , trabalhosas e exigentes<sup>208</sup>, Murphy selecionou apenas mulheres , cinco no início das actividades, com base na dupla ideia de que eram mais sensíveis para levarem a cabo a tarefa e sobretudo por poderem dar um contributo mais certo da defesa dos interesses das crianças<sup>209</sup> Se o conteúdo era aprovado os revisores inseriam o selo que acreditava a publicação e em qualquer caso as alterações propostas eram controladas dado que todas as páginas objecto de proibição ou alteração eram fotografadas por forma a controlar o produto final.

O Código, com uma sistematização confusa e em alguns pontos com repetições , dividia-se em duas grandes partes, a primeira que abordava as questões editoriais e a segunda sobre os conteúdos publicitários. A primeira , a mais importante para o nosso propósito , procurava abordar quer os aspectos de conteúdo, quer a linguagem , quer a apresentação gráfica. Importa reproduzir o essencial das referidas provisões, já que elas não podem deixar de ser confrontadas com regras , códigos e leis similares que na mesma época foram divulgados, entre outros , no Reino Unido, França , Espanha e Portugal.

Assim<sup>210</sup> :

“ Determinações gerais-Parte A

---

<sup>208</sup> Nos primeiros três meses de actividade Murphy, em conferência de imprensa, informou que haviam sido analisados 5656 pranchas de desenho e rejeitadas 126 histórias. Vide Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval*[...]p. 114

<sup>209</sup> A ideia estará certamente ligada ao paradigma prevalecente após a II Guerra Mundial da mulher associada à maternidade e nessa medida vista como cuidadora e educadora das crianças. Vide Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval*[...]p. 115

<sup>210</sup> Os textos integrais do “Comics Code” na sua versão originária de 1954 e nas posteriores alterações de 1971 e 1989 podem ver-se em Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval*[...]pp. 166-179

1. Os crimes jamais devem mostrados de forma a criar empatia com criminosos, promover descrédito sobre a lei e a justiça ou inspirar o desejo de imitar os criminosos.
2. Nenhuma revista em quadrinhos deve mostrar de forma explícita detalhes e procedimentos específicos de um crime.
3. Polícias, juízes, autoridades do governo e instituições respeitáveis jamais devem ser apresentadas de modo a fomentar desrespeito pela autoridade estabelecida.
4. A representação de crimes em desenhos deve figurar como uma actividade sórdida e desagradável.
5. Os criminosos não devem ser apresentados de maneira “glamorosa” ou que provoque desejo de imitação.
6. Em toda e qualquer situação , o bem deve triunfar sobre o mal e os criminosos devem ser punidos pelos seus delitos.
7. Cenas de excessiva violência devem ser evitadas. Cenas de tortura brutal , uso excessivo e desnecessário de facas e armas de fogo , agonias físicas, crimes sangrentos e hediondos devem ser eliminados .
8. Nenhum método para esconder armas deve ser mostrado, seja ele original ou usual.
9. Situações em que oficiais cumpridores da lei morrem em decorrência de actividades criminosas devem ser desencorajadas.
10. O crime de sequestro não deve ser mostrado em nenhum detalhe, nem deve resultar em benefício do sequestrador ou raptor. Em qualquer caso o criminoso ou sequestrador deve ser punido .
11. As letras da palavra crime na capa de uma revista em quadrinhos não devem ter dimensões maiores que as outras palavras do título . A palavra crime jamais deverá aparecer sozinha na capa.
12. Deve restringir-se o uso da palavra crime em títulos e subtítulos.

#### Determinações gerais-Parte B

1. As revistas em quadrinhos jamais devem usar as palavras “ Horror” ou “ terror” nos seus títulos.
2. Cenas de horror , sangramentos em excesso, crimes sangrentos e hediondos, depravação , luxúria, sadismo e masoquismo não são permitidos.
3. Polícias, juízes , autoridades do governo e instituições de respeito jamais devem ser mostradas de forma a fomentar o desrespeito pela autoridade estabelecida.

4. Histórias sobre o mal devem ser usadas ou publicadas apenas quando o objectivo for ilustrar uma discussão moral e em nenhum caso o mal deve ser apresentado de forma sedutora ou que ofenda a sensibilidade do leitor.
5. Cenas ou instrumentos relacionados com mortos-vivos, tortura, vampiros e vampirismo, profanação de cadáveres, canibalismo e licantropia são proibidas.

#### Determinações Gerais –parte C

Todos os elementos ou técnicas não mencionadas especificamente aqui, mas que sejam contrários ao espírito e intenções deste código, e sejam considerados violação do bom gosto e decência estão proibidos.

#### Diálogos

1. Palavras profanas, obscenidades, vulgaridades ou palavras ou símbolos que tenham significado indesejável estão proibidos.
2. Devem tomar-se precauções especiais para evitar referências a sofrimento físico e a deformidades.
3. Embora gírias e coloquialismos sejam aceitáveis, o seu uso excessivo deve ser desestimulado e , sempre que possível, deve empregar-se correctamente a gramática.

#### Religião

1. Ridicularizar ou atacar qualquer religião ou grupo racial é terminantemente proibido.

#### Vestimentas

1. Nenhuma forma de nudez é permitida, por ser uma exposição indecente e indevida.
2. Ilustrações sugestivas ou lascivas e posições sugestivas são inaceitáveis.
3. Todas as personagens devem ser retratadas em trajes de acordo com os padrões sociais.
4. As mulheres devem ser desenhadas de forma realista , sem exageros nos atributos físicos.

Nota: Devem observar-se as proibições relativas a costumes sociais, diálogos e ilustrações tanto na capa como no conteúdo das revistas

#### Casamento e sexo

1. O divórcio não deve ser tratado com humor nem deve ser representado como algo sedutor.

2. Relações sexuais ilícitas não devem ser insinuadas nem representadas. Cenas violentas de amor são inaceitáveis, bem como aberrações sexuais.
3. O respeito dos pais, às normas morais e ao comportamento honrado deve ser encorajado. Uma visão compreensiva dos problemas amorosos não permite distorções mórbidas.
4. As histórias sobre amor romântico devem enfatizar o lar como valor e carácter sagrado do casamento.
5. Paixões ou interesses românticos jamais devem ser representados de modo que estimulem sentimentos inferiores e vulgares .
6. Sedução e estupro jamais devem ser mostrados ou sugeridos.
7. Perversões sexuais ou quaisquer referências a perversões sexuais estão estritamente proibidas.”

É um facto que o número de publicações infanto-juvenis editadas em 1955 foi metade do de 1954. Ou seja de cerca de 650 passou-se para pouco mais de 300 , mas essa realidade não está apenas ligada ao surgimento do "Comics Code". Uma das razões que contribui para isso foi a aprovação pelo Estado de Nova Iorque de legislação destinada a proibir a venda de "comics" com determinadas características aos menores.<sup>211</sup> Na verdade, a 1/7/1955 entrou em vigor legislação que criminalizou a publicação de “comics” que envolvessem referências a crimes, sexo, horror ou terror e a venda de publicações obscenas aos menores. É claro que esta medida legislativa contribuiu para abalar a resistência dos editores, sendo que quase todos eles tinham sede em Nova York<sup>212</sup>. Contudo, o facto de os poderes legislativos dos Estados federados procurarem dar respostas à situação teve efeitos contraditórios. Aparentemente a necessidade em legislar traduzia a desconfiança do poder político quanto à eficácia do “Code”. Mas a aprovação de legislação veio a ser desafiada pelos tribunais com base em questões de natureza constitucional , o que teve como consequência uma revalorização desse mesmo “Code”. Quer o Estado de Washington quer o Los Angeles County aprovaram disposições normativas regulando a venda de “ comic books” a menores, criminalizando mesmo alguns deles como os “ crime comics”. Contudo quer o Supremo Tribunal de Washington quer idêntica instância da Califórnia consideraram tais disposições normativas

---

<sup>211</sup> Vide Jean-Paul Gabillet, " *Le Comics Code*[...]. p. 206

<sup>212</sup> Vide Jean-Paul Gabillet, " *Le Comics Code*[...] p. 206

inconstitucionais quer por ofensa à liberdade de expressão quer por ofensa ao princípio “due process of law”. Tais insucessos legislativos reforçaram a ideia de que um procedimento auto-regulatório forte e coerente seria a melhor forma de sobreviver<sup>213</sup>. E assim aconteceu. Quatro anos depois da entrada em vigor do “Code” as tiragens totais anuais de todas as publicações do género ascendiam a 150 milhões de exemplares. Isso significou uma profunda readaptação da indústria e sobretudo uma adequada resposta à procura do mercado e de novos leitores ( ou antigos leitores que haviam deixado de ser crianças) . E curiosamente a experiência que levou ao ressurgimento dos “comics” nos EUA no início dos anos 60 foram as mesmas personagens que lhe haviam dado força nos anos 30 e 40: os super-heróis. Um mudança que se deve muito ao sentido de oportunidade dos editores e à qualidade de argumentistas e desenhadores e que forçou mesmo à primeira revisão do Code em 1971. Em outubro de 1956 a empresa National Comics reintroduziu a sua personagem nascida em 1940 “ Flash” , um super-herói que havia ficado pelo caminho nas refregas que deram origem ao “Comics Code”. Na mesma linha e na lógica do revivalismo a editora Marvel solicitou a Stan Lee que propusesse uma nova série. Em 1961 surgirão os “ Fantastic Four” que se revelarão um imenso sucesso de vendas. Um cientista, uma adolescente que se inflama, uma rapariga invisível e um colosso monstruoso com aparência humanóide eis a receita para o renascimento dos “ comics” norte-americanos. Mas num aspecto porém estas novas personagens e as que se seguirão nos anos 60 afastam-se do modelo dos anos 40 : em vez de se apresentarem como super-heróis que se parecem a humanos, são seres humanos, com as suas fraquezas , contradições e debilidades que pontualmente se libertam dessa condição. Este novo contexto em que as personagens sendo super-heróis não se desligam da sua condição humana, associado aos novos ventos que sopravam na cultura e na sociedade-liberalização nos costumes, sobretudo no sexo, cultura da droga e os impactos da guerra do Vietnam, dos movimentos feministas e das campanhas a favor da igualdade racial- transformam o “ Comics Code” num documento obsoleto e cego aos novos tempos. Vários casos ilustram essa realidade. De um lado a emergência dos “ comics” alternativos, ou “ underground comics”, produzidos e editados pelos próprios autores ou por pequenas e marginais casas editoras e que começaram a ganhar espaço, com temas da cultura “underground”, num tom de permanente desafio à autoridade. Embora os “underground comics” não se dirigissem aos menores mas sim a um público adulto, o certo é que a indústria agrupada

---

<sup>213</sup> Vide Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval[...]*pp. 132-133

na ACMA começou a olhar para essa nova dimensão da BD com preocupação comercial. E estava de mãos atadas para tentar entrar nas áreas dos “underground comics” se as regras do “Comics Code” fossem respeitadas. Ou pura e simplesmente se afastavam desses temas ou tentava encontrar estratégias, nem sempre bem sucedidas, para ultrapassar as proibições definidas.

Por exemplo o “Comics Code” impedia histórias que envolvessem lobisomens, zombies, vampiros. Ora Marv Wolfman, argumentista de histórias de horror para a “Detective Comics” no fim dos anos 60 colaborava em “House of Secrets” viu-se confrontado com essa proibição. Questionado se essa proibição abrangia o próprio nome do autor das histórias, foi respondido que nesse caso seria permitido. Assim no nº 83 de “House of Secrets” as histórias de lobisomens começaram a ser introduzidas por um narrador que avisava o leitor de que a aventura que iria ler lhe havia sido contada por um “wandering wolfman” e logo a seguir o argumento surgia assinado por Marv Wolfman (em português Lobisomem)<sup>214</sup>.

Outra forma de tornear o “Comics Code” registou-se com as aventuras de “X Men” cujos criadores Neal Adams e Roy Thomas na impossibilidade de criarem vampiros inventaram um vilão intitulado “Sauron”, um mutante que se transformava numa espécie de pterodactilo que hipnotizava as pessoas e sugava a “força da vida”<sup>215</sup>.

Até que uma questão específica veio apressar a revisão do código. No princípio dos anos 70 o Departamento Federal da Saúde, Educação e Bem Estar contactou Stan Lee e a Editora Marvel por forma a que fosse concebida uma história de “Spider Man” que transmitisse uma mensagem anti-droga para as crianças e adolescentes. A dificuldade resultava da expressa proibição constante do “Comics Code” quanto à exibição de drogas ou ao seu consumo qualquer que fosse a situação. Stan Lee contactou a CCA e a resposta foi negativa. Foi o próprio editor Martin Goodman que assumiu a responsabilidade em publicar os fascículos de “Amazing Spider Man”( nºs 96 a 98 de 1971) incluindo uma aventura encomendada pelo Governo americano no contexto de uma campanha anti-drogas sem inserir o selo de aprovação da CCA. Terá sido o primeiro caso de uma publicação da responsabilidade de um editor membro da Associação publicado sem o selo desde que o Código entrou em vigor. O sucesso de vendas foi grande ainda que com as

---

<sup>214</sup> Vide Brian Cronin, *Was Superman a Spy ?*, New York, A Plume Book, 2009, pp. 67-69

<sup>215</sup> Vide, Brian Cronin, *Was Superman a Spy ?*[...] p. 148

limitações decorrentes da ausência de selo: muitos pontos de venda recusaram-se a vender o referidos exemplares .<sup>216</sup>

Na sequência deste episódio o “Comics Code” foi alterado . A nova versão entrou em vigor em Fevereiro de 1971e muitas das restrições relacionadas com a apresentação do crime e do horror foram atenuadas. E passaram a permitir-se histórias contendo a apresentação de cenas de consumo ou venda de drogas se bem que críticas ou condenatórias .Mas mais : “ Fantasmas, vampiros e homens lobos , proibidos na versão original do Código ficaram autorizados desde que “contextualizados na tradição clássica de Frankenstein , Drácula e outras obras literárias de alta qualidade... lidas nas escolas do mundo inteiro”. Adicionalmente regras relacionadas especificamente com narcóticos forma acrescentadas. As revisões relacionadas com o sexo reflectem a liberalização das restritas regras de moralidade impostas pela versão dos anos 50 do Código. Ainda que actos sexuais ilícitos não pudessem ser apresentados poderiam ser sugeridos . Ainda que a violação não pudesse ser mostrada , a sedução podia ser indiciada”<sup>217</sup>

No início do sec. XX apenas 4 editores, ainda assim dos mais significativos, se mantinham na CMAA( “Archie”, “Dark Horse”, “Detective Comics” e “Marvel”). Mas em 2011 , o último dos editores, retirou-se deixando a CMAA de ter qualquer efectiva actividade.

Não deixa de ser irónico o destino da campanha levada a cabo por William Wertham :

“ a ultima ironia da sua campanha “anti-comics” resulta do facto dos específicos exemplares que citava para provar os seus argumentos serem hoje altamente cotados pelos coleccionadores”<sup>218</sup>

Acrescentem-se contudo alguns outros corolários que resultam da projecção do “Comics Code” desde a sua criação até ao fim do anos 60 e que permitem, no fundo, formular um balanço restrito, já que o documento vigorou até 2011, mas ainda significativo para o período cronológico desta investigação.

A aprovação do “Comics Code” em 1954 e a nomeação de um “ czar” para a observância e implementação do mesmo constituiu aos olhos de Wertham uma vitória para a indústria dos “ comics”. Temos que reconhecer que teve razão. O efeito da aplicação do Código traduziu-se de forma imediata no fim dos “ crime e horror comics” que praticamente desapareceram dos quiosques norte-americanos. Mas ao contrário do que alguns

---

<sup>216</sup> Vide Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval*[...]p.139

<sup>217</sup> Vide Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval*[...]p. 140

<sup>218</sup> Vide William W. Savage , Jr. *Commies, Cowboys, and Junglequeens, Comic Books and America, 1945-1954*, Middletown, Connecticut, Wesleyan University Press, 1998, p.102

vaticinaram a indústria não desapareceu. Adaptou-se, evoluiu e ao fim e ao cabo teve sucesso, projectando uma entrada nos anos 70 de forma robusta. Mas esse sucesso teve muito pouco a ver com o “Comics Code” mas sim com as estratégias necessárias para ganhar a guerra do tempo livre das crianças e adolescentes perante a ameaça da televisão<sup>219</sup>

### **3.2. Reino Unido : a campanha contra os “ horror comics” e a “Children and Young Persons ( Harmful Publications) Act” de 1955 <sup>220</sup>**

Os contornos daquilo que se apelidou na Grã Bretanha de campanha contra os “ horror comics” exigem cautelas metodológicas. A verdadeira campanha não foi a campanha oficial, ou seja a que desembocou nos Comuns com a aprovação da Children and Young Persons ( Harmful Publications ) Act de 1955. Os fundamentos oficiais da iniciativa legislativa afastam-se da agitação mediática que a precedeu. E existem profundas contradições ideológicas em todo o processo. Uma coisa porém parece certa: de todas as manifestações internacionais que vimos sinalizando de pânico anti-comics parece ser aquela cuja influência final mais deve a Wertham e ao debate americano. De qualquer forma acabou por se dirigir apenas contra um único tipo de “ comics” os que publicavam histórias de terror/horror, sobretudo de origem americana.

Não deixa de ser contraditório constatar que na pátria da democracia, inspiradora dos ideias liberais e constitucionalistas e sobretudo a defensora histórica da liberdade de

---

<sup>219</sup> Vide Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval*[...]p. 156-157

<sup>220</sup> A bibliografia sobre a censura aos periódicos infanto-juvenis no Reino Unido centra-se nos trabalhos de Martin Baker, em primeiro lugar *A Haunt of Fears, The Strange History of the British Horror Comics Campaign*, University Press of Mississippi, 1992 ( a edição original inglesa é de 1984) e depois *Comics: Ideology, Power and the Critics*, Manchester, 1989. Sobre a história da BD no Reino Unido ou em geral sob o seu lugar na História da Cultura Popular a bibliografia não é abundante , vide James Chapmam, *British Comics, A Cultural History*, London ,Reacton Books, 2011, Denis Gifford, *The Complete Catalogue of British Comics*, Exeter, 1985, Alan Clark, *Dictionary of British Comics Artists, Writers and Editors*, London, 1998.



imprensa, no sentido moderno , tenha acolhido uma pretensão que para alguns foi entendida como censura. É certo que o modelo aprovado e posto em prática não se compara com os implementados em Portugal ou Espanha, o que desde logo decorre da profunda diferença de regimes políticos, mas não deixa de traduzir uma intervenção do Estado na esfera da liberdade individual dos cidadãos ( e das empresas) .

Por outro lado a Grã Bretanha é pátria das primeiras manifestações históricas das narrativas desenhadas em “quadrinhos” , certamente a par de outras manifestações europeias e americanas, mas com indubitável prioridade. É o caso daquela que a maioria dos historiadores do tema considera como a primeira publicação periódica de BD moderna, com autonomia , estabelecendo o formato e o “ médium” para uma geração, surgida na época vitoriana,” Ally Sloers’s Half-Holiday”( 1884-1914)<sup>221</sup> . E é também na Grã Bretanha que as publicações infanto-juvenis essencialmente constituídas por “ comics” se revelaram as mais resistentes ao tempo: “Beano”, por exemplo, surgida 1938 continua ainda hoje a publicar-se disputando o palmarés da mais antiga revista de BD em papel ainda em circulação à belga “ Spirou” e à francesa “ Journal de Mickey”. Mas outros aspectos merecem ser referidos quanto à importância deste sector da cultura popular na “velha albion” e alguns deles, como veremos, com directa repercussão em Portugal. Para além do número significativo de publicações com razoável longevidade , “ Dandy” ( 1932-2012), “Topper” ( 1953-1990) “Tiger”( 1954-1985) “Beezer”( 1956-1990) ou “Bunty” ( 1958-2001), são muitas as personagens e as aventuras britânicas que ficaram para a história da BD, em registos tão variados que vão da ficção científica ao humor, como “Roy of the Rovers”, “Dennis the Menace” , “Garth”, “Jeff Arnold” ou “Dan Dare”. Para a nossa doméstica história importa não esquecer que o mercado britânico foi um das fontes essenciais de importação de BDs , apenas interrompido pela “ invasão americana” dos anos 50. Muitos jovens portugueses terão certamente acompanhado com entusiasmo nas páginas de “ O Mosquito” dos anos 30 e 40 as aventuras de “ Rob the

---

<sup>221</sup> Vide James Chapman, *British Comics, A Cultural History*[...]p. 11 e 19-22. Trata-se evidentemente de uma paternidade contestada, na justa medida em que há quem dê prioridade nessa cronologia a publicações de natureza humorística, a mais célebre das quais a “ Punch” (1841) . Mas a verdade é que as publicações específicas e autónomas de banda desenhada, que acabam por se especializar no público jovem, são uma realidade britânica, que não tem comparação à época quer nos EUA quer em qualquer outro país europeu. Nos EUA o caminho foi outro com o surgimento no fim do sec. XIX e princípio do sec. XX de tiras( “strips”) de BD nos jornais com as personagens hoje históricas de “Yellow Kid”, “Krazy Cat”, “Little Nemo in Slumberland”ou “Katzenjammer Kids” . Nada disto perturba a paternidade atribuída a Topffer, Bush ou Doré como inventores da BD, como acima se referiu, num diálogo em que o nosso Rafael Bordallo Pinheiro também quer entrar. Vide para um ponto da situação actualizado , Christian Staebler, “ La Grande Aventure de la BD, Des origines à 1928: naissance multiples et variées”. *Les Cahiers de la BD*, nº1 , Oct-Déc.2017,pp. 186-201

Rover” de Walter Booth ( 1892-1971) e “ Chang the yelow Pirate” de Collin Merritt ( 1912-2005 ) . E aqueles que já nos anos 50 e 60 procuraram as revistas “Titã” , “Flecha” ou “Foguetão” dificilmente deixariam de ficar fascinados com o desenho sumptuoso de Frank Hampson para a sua mais famosa criação “ Dan Dare”<sup>222</sup> . Esta série de ficção científica foi seguramente uma das mais populares da BD britânica tendo surgido em 1950 no primeiro número da revista “Eagle”.

Esta última pode considerar-se historicamente como a mais significativa publicação infanto-juvenil inglesa. Foi fundada pelo voluntarioso Marcus Morris um vicário da igreja anglicana no subúrbio de SouthPort empenhado na promoção dos ideais cristãos através dos “mass media” modernos, transformando o boletim da paróquia , que já de si primava pela originalidade, abrindo as suas páginas ao desenho e à caricatura, num semanário para rapazes repleto de BD. Para o efeito mobilizou a criatividade de Frank Hampton, um notável desenhador, hoje considerado uma referência na BD mundial de todos os tempos<sup>223</sup> e estabeleceu uma estratégia a que deu voz em artigo publicado no fim dos anos 40 no “Sunday Dispatch” onde criticou os “comics” britânicos e os americanos publicados à época associando-os, aparentemente sem estatísticas fiáveis , ao aumento da criminalidade juvenil<sup>224</sup>. A relevância do projecto que subjaz à revista “ Eagle” é manifesta se a considerarmos o contexto histórico em que nasceu, ou seja, no início da campanha anti-comics .

A história da campanha foi escrita pelo historiador Martin Baker com abundância de detalhes e a ele se deve a distinção entre a campanha oficial levada a cabo pela “Comics Campaign Council” e a verdadeira campanha dinamizada pelo Partido Comunista da Grã Bretanha <sup>225</sup>. Formalmente o “Comics Campaign Council” (CCC) , com representantes da Igreja Anglicana, de pais , educadores e professores liderou a campanha tendo em George Pumphrey, um professor de Sussex que em 1954 publicou “ Comics and Your Children” a figura liderante desse combate. Contudo terá sido o Partido Comunista sobretudo através da “Bristish National Council of Teatchers for Peace” que se terá mostrado decisivo através de reuniões públicas, panfletos e artigos na imprensa nacional e local. O objectivo central do CCC formado em 1953 era tríplice :

---

<sup>222</sup> Vide Patrick Gaumer, *Dictionnaire Mondiale de la BD*[...] “Chic Planète” caderno central p. 69

<sup>223</sup> Vide Patrick Gaumier, *Dictionnaire Mondiale de la BD* [...] pp. 401-401 “ Frank Hampson( 1918-1985) salientando a preocupação do desenho realista e as “ espectaculares” utilizações das cores.

<sup>224</sup> Vide James Chapman, *British Comics, A cultural history*. [...] p. 46

<sup>225</sup> Vide Martin Baker, *A Haunt of Fears* [...],p. 18 e ss.

- a) tornar público e de forma cada vez mais alargada a variedade e os perigos dos tipos de “ comics” mais perniciosos para os jovens, designadamente os “ horror comics”;
- b) desencorajar a produção , venda e distribuição dessas publicações ;
- c) encorajar a produção de uma literatura para crianças mais atractiva, quer na versão de “comics” quer de qualquer outra.

De que forma o Partido Comunista acaba por liderar o processo ? Importa contextualizar no tempo e no espaço geográfico a actuação da referida organização que nunca teve expressão significativa em termos da adesão popular. O resultado eleitoral mais expressivo havia sido em 1945, logo após o fim da Guerra em que quase alcançou os 100.000 eleitores não elegendo contudo nenhum deputado. Após o fim da Guerra os partidos comunistas na lógica da sua proximidade com Moscovo ficaram de novo sob a tutela do Cominform reclamando-se de cada um como prioridade, a luta pela independência nacional em cada país onde laborassem, o que significava no contexto da guerra fria , uma clara postura anti-americana. Escreve Baker que os comunistas britânicos tinham uma visão absolutamente homogénea da cultura americana, o que os levava a rejeitar tudo o que fosse americano do cinema ao teatro, da literatura aos “ comics”<sup>226</sup> . Essa campanha alimentada por uma estratégia geral de “abaixo os yankees!” veio a ser massivamente concretizada à porta das fábricas, nos transportes públicos , cartas à imprensa , conferências, etc. Os “ american style comics” passaram a estar no centro desta campanha para evitar a entrada do invasor e expulsá-lo. Não só os “american style comics” promovem a violência, glorificam o poder, divulgam fantasias de sociedades futuras essencialmente “ fascistas” na sua natureza como acabam por condicionar e influenciar as permeáveis mentes das crianças britânicas. Os “comics” eram a forma e o instrumento do novo imperialismo americano . Contudo, assinala ainda Baker, esta tónica anti-americana vai alterar-se a partir de 1953 . É ela que faz o seu caminho até à aprovação da lei dois anos depois. As intervenções dos militantes comunistas , professores e educadores, abandonam o tópico do imperialismo americano para analisar os “comics” na perspectiva “ guerra-paz” . Trata-se da sobrevivência da tradicional decência britânica na sociedade complexa e conflitual em que se vive ( Guerra da Coreia). É uma visão moralista e despolitizada do tema, insusceptível de ser testada empiricamente. Daí a

---

<sup>226</sup> Vide Martin Baker, *A Haunt of Fears*[...] p. 21

qualificação dos “horror comics” como uma perigosa ameaça às mentes das crianças. Não por serem politicamente perigosos mas sim pela sua natureza desmoralizadora. Essa tónica anti-política e cada vez mais moral alargou o consenso na campanha mas não deixou de criar reservas no Governo e na maioria conservadora no poder que havia ganho as eleições de 1951. A ministra da educação Florence Horsburgh avisou que havia em toda a campanha um exagero e “há duvidas se esses “comics” fazem realmente o mal que alguns supõe”<sup>227</sup>. E a verdade é que o Governo resistiu inicialmente a soluções que eram lidas, pela opinião pública e pela opinião publicada, como “censura”. Por um lado, vivendo numa democracia parlamentar e constitucionalmente protectora dos direitos fundamentais, a proibição de certas leituras poderia assim ser entendida. Por outro, dado que prevalecia o entendimento que a regulação dos hábitos de leitura das crianças pertencia aos pais e aos professores e não ao Estado, legislar nesta matéria tinha riscos. E finalmente porque qualquer legislação seria dificilmente praticável para separar as leituras nocivas das neutras ou mesmo aconselháveis. Essa foi a posição oficial até 1954 altura em que o “Home Office” ressuscitou o tema, provavelmente por pressão da opinião pública. Mas mesmo nessa altura, revelam os documentos internos agora tornados públicos, reconhecendo embora o eventual efeito nefasto de alguns “comics” não se mostrava categórico quanto à extensão e perigosidade desses efeitos: “as publicações usualmente conhecidas como “american style comics” compreendem várias categorias que têm como ponto comum a ausência(...) de qualquer elemento cómico. E embora produzidas de forma grosseira e mal impressas, algumas dessas publicações são inofensivas. Isso é verdade na maioria dos “Western” (como as aventuras de Roy Rogers) e algumas das publicações de “Tarzan”(…) Mas a grande maioria tem muitas particularidades objectáveis. Muitas têm fortes componentes de crueldade sádica e exagerada ênfase na violência. Outras apresentam tonalidades eróticas e abundam em representações de mulheres escassamente vestidas. Algumas das cenas retratadas são horríveis – cenas sobrenaturais macabras com zombies, apavorantes imagens de viciados na droga, aspectos mais sombrios da guerra moderna e cenas de tortura e assassinato(...) É difícil estimar até que ponto os “american type comics” têm alguns efeitos sociais permanentes mas essa influência a existir está longe de ser benéfica”<sup>228</sup>

Sabe-se que na sequência desta inconclusivo relatório, o primeiro ministro Winston Churchill, que raras vezes se interessava por assuntos de política doméstica, se terá

---

<sup>227</sup> Vide James Chapman, *British Comics, A Cultural History* [...] p. 49

<sup>228</sup> Vide James Chapman, *British Comics, A Cultural History* [...]p. 50

mostrado curioso em ler algumas das publicações em discussões. Levaram-lhe então entre outros, exemplares de “Frakenstein Comics”, “Black Magic”, “Captain Marvel”, “Jesse James”, “Rod Cameron Western.” Não se sabe se os terá apreciado ou não . O que se sabe é que as razões do seu súbito interesse se terão prendido com a informação que lhe teria sido erroneamente dada de que tais publicações eram distribuídas pela firma D.C. Thompson. O primeiro ministro havia tido nos anos 20 um sério conflito com Thompson, dono da referida editora, a quem culpava de ser o responsável, ao publicar certos artigos de opinião, pela perda de um lugar de deputado pelo círculo de Dundee em 1922. Mas o interesse de Churchill desvaneceu-se quando o informaram que Thompson e a sua empresa não era responsável pela circulação dos controvertidos “comics”.

Parece pois que terá sido a pressão exterior a partir do Outono de 1954, pela intensificação da campanha da “Comics Campaign Commission”, ainda que activamente apoiada nos termos já identificados pelo Partido Comunista, a que se somou a intervenção formal da Assembleia da Igreja de Inglaterra e do próprio Arcebispo de Cantuária e sobretudo a divulgação de uma sondagem da Gallup que sugeria o apoio de 71% dos pais ao banimento dos “ horror comics”, que levou a desencadear o processo legislativo no Parlamento britânico. Ainda que os membros do Governo que trabalharam na iniciativa legislativa , como o Ministro da Educação Sir David Eccles, tivessem confessado que “ é muito difícil apurar quem e quantos lêem tais publicações (...) quais são objectivamente os comics objectáveis” e que todo o debate é “ sobretudo uma questão de opinião e não de facto” , reconheceram que “ no presente estado da opinião pública não é possível lidar com a situação a não ser através de legislação”<sup>229</sup>

Curiosamente no debate parlamentar a referência ao “ american style comics” desapareceu e a medida legislativa sob a forma de “Private Members Bill” obteve o apoio da esmagadora maioria dos deputados quer do partido Conservador quer do partido Trabalhista num ambiente de quase unanimidade quanto à “ violência cruel” e os “ tons sádicos” dos “horror comics”. Entre os opositores da iniciativa encontravam-se dois jovens deputados do Partido Trabalhista que anos depois terão posições de relevo na vida política britânica e europeia : Michael Foot, que foi leader dos Trabalhistas entre 1980 e 1983 e Roy Jenkins, presidente da Comissão Europeia entre 1977 e 1981.

---

<sup>229</sup> Vide James Chapman, *British Comics, A Cultural History* [...]pp. 51-52

A “Children and Young Persons ( Harmful Publications) Act” entrou em vigor a 6 de Junho de 1955, sofreu várias alterações ao longo dos anos , mas mantém-se hoje em vigor . A moldura penal nela prevista é a seguinte :

- a) Constitui infracção penal a publicação (periódica ou não ) destinada a menores ou que por estes possa ser consultada , que contenha na totalidade ou maioritariamente histórias contadas em imagens ( com ou sem conteúdos escritos) e que retratem : i- a realização de crimes; ii-actos de violência ou crueldade; iii-incidentes de natureza repulsiva ou horrível; de forma a que no seu conjunto tendam a corromper uma criança ou um jovem menor ;
- b) As penas aplicáveis pelos tribunais são de 4 meses de prisão e/ou multa de 100 libras( actualmente 1000 libras) por quem imprimir, publicar ou vender tais publicações.

Apenas em 1970 se registou a primeira acusação ao abrigo da referida lei e até hoje o número de condenações é muito reduzido<sup>230</sup>.

Voltando à revista “Eagle”, não deixa de ser irónico constatar que tendo sido em boa medida, as opiniões do seu fundador, o reverendo Marcus Morris , as primeiras a acenderem o rastilho moralizador, se tenha visto ele, aprovada a lei em 1955, no lado oposto da barricada, quando começaram a surgir críticas ao conteúdo do semanário. Mas tal não apaga a constatação de que a “Eagle” nasceu como alternativa aos “ horror comics” e em certa medida uma promotora dos valores britânicos. Marcus Morris não desvalorizava os “ comics” enquanto instrumentos mediáticos para fazer passar às crianças “ o tipo correcto de “standards”, valores e atitudes, combinados com o exacta quantidade de excitação e aventura” . Mas , como conclui James Chapman , o projecto da revista “ Eagle” formou-se no contexto histórico e no centro dos discursos ideológicos da Inglaterra do pós guerra - o período do crepúsculo do império e da fundação do “welfare state”- e estava imbuído de um forte sentido de identidade nacional e responsabilidade social” <sup>231</sup>. Convirá não perder de vista esta referência porque a ela voltaremos quando analisarmos a realidade portuguesa . Ver-se-á então que significado podem ter as importações de “histórias em quadrinhos” da “Eagle” .

---

<sup>230</sup> Vide Jean-Paul Gabilliet “ La criminalization des “Crime comics”: le Canada et la Grande-Bretagne “ Thierry Crépin e Thierry Groensteen, “ *On tue a chaque page!*” *La Loi de 1949 sur les publications destinées à la jeunesse*, Paris, Editions du Temps , Musée de la Bande dessinée, 1999, p.196

<sup>231</sup> Vide James Chapman, *British Comics. A cultural History* [...]p. 53

### 3.3. França : a “Comission de Surveillance et de controle des publications destinées à l’enfance et à l’adolescence”(CSC) entre moralismo laico e moralismo religioso <sup>232</sup>

A 3 de Julho de 1949 a Assembleia Nacional francesa aprovou por 422 votos a favor e 181 contra, uma lei sobre publicações destinadas à infância e juventude . A referida lei foi promulgada a 16 de Julho do mesmo ano e criou uma Comissão de Vigilância e Controle- “ Comission de Surveillance et Controle des publications destinées à l’enfance et à l’adolescence”, ( de ora em diante CSC) presidida por um Conselheiro de Estado e composta por duas dezenas de membros com um mandato de dois anos. A sua função era a de verificar a conformidade das publicações periódicas e dos livros destinados à juventude e infância que não poderiam ter " qualquer ilustração, narrativa ou crónica, rubrica ou inserção que apresentasse numa perspectiva favorável ao banditismo, à mentira,

---

<sup>232</sup> A bibliografia sobre a Banda Desenhada em França e na Bélgica é muito ampla . São dezenas as dissertações e teses académicas sobre o respectivo meio de expressão e criação, considere-se ou não o mesmo do domínio da Arte ou da Cultura Popular , e mais ainda sobre os seus principais personagens e autores. Sem dúvida que o objecto mais tratado são as aventuras de “ Tintin” e o seu autor Hergé, mas em geral a “escola franco-belga” é objecto da atenção da Universidade e dos inúmeros meios e fóruns não estritamente académicos. O mesmo não ocorre com o tema da Censura e Banda Desenhada/publicações periódicas infanto-juvenis. Os raros trabalhos académicos são a tese de doutoramento em História Contemporânea de Thierry Crépin, “*Haro sur le Ganster !*” *La moralisation de la presse infantine 1934-1954*. Paris, CNRS Edditions, 2001, e as dissertações de Anne Crétois, *L’encadrement de la presse pour la jeunesse par la Comission de surveillance et de controle des publications destinées à l’enfance et à l’adolescence(1955-1962)*, mémoire de maîtrise Université Paris I.Panthéon Sorbonne, 2000 e *L’encadrement des publications par la Comission de surveillance et de controle des publications destinées à l’enfance et à l’adolescence( 1950-1974)*, mémoire de DEA, Université Paris I-Panthéon Sourbonne, 2002 . Destes dois autores destacam-se ainda Thierry Crépin e Anne Crétois. “L’Encadrement de presse infantine para la Comission de surveillance et de controle des publications destinées à l’enfance et à l’adolescence ( 1950-1952)” *Quaderni* n°44, Printemps 2001, pp. 77-88 e Thierry Crépin e Anne Crétois, “La presse et la loi de 1949, entre censure et autocensure” *Le Temps des Médias*, 2003/1 (n°1) pp. 55-64. Ver ainda Vide Thierry Crépin e Thierry Groensteen , orgs. *On tue à chaque page ! La Loi de 1949 sur les publications destinées à la jeunesse*, [s.l.]Éditions du Temps/ Musée de la Bande Dessinée, 1999 e o número temático da revista on line “ Neuvième art 2.0 “<http://neuviemeart.citebd.org/spip.php?rubrique24> ( consultado a 25/5/2018) que por sua vez retoma, com actualizações, os textos publicados na versão em papel da revista “9ième Art” n° 4 , Janvier 1999. Ver ainda de Bernard Joubert “ Refouillez la censure”, *Les Cahiers de la BD*, n° 88, Mars, 1990, pp.52-57 e “ Elvifrance” *Le Collectionneur de Bandes Dessinées*, n° 78, Automne 1995, pp.10-15. Ver também sobre o controlo dos livros e álbuns para menores Michèle Piquard “ La Loi du 16 Juillet er production de livres et albuns pour la jeunesse” Annie Renonciat, org. *L’Image pour enfants: partiques, normes , discours( France et Pays fancophones, XVI e –XX e siècles)*. La Licorne. UFR Langue Littératures Poitiers. Maison des Sciences de l’homme et de la Societé, , 2003, pp.219-235 onde se conclui que “ ao contrário dos editores de periódicos , designadamente os que importavam séries americanas, os editores de livros e álbuns para a juventude raramente serão inquietados pela Lei de 1949” *op.cit.* p. 227

à violação, à preguiça, ao ódio, ao deboche ou qualquer acto qualificado como crime ou delito de natureza a desmoralizar a infância ou a juventude", como se previa no seu art. 2º . Todas as publicações periódicas e também os " álbuns " de banda desenhada, deveriam depositar no Ministério da Justiça dois exemplares no momento da sua distribuição que eram posteriormente remetidos à supra citada Comissão para verificação do cumprimento dos requisitos referidos<sup>233</sup>.

Um dos alvos da lei - e daí a sua intenção proteccionista -foi a importação de bandas desenhadas de origem americana, que em França eram sobretudo o negócio de Paul Winkler o patrão da empresa "Opera Mundi" e o criador do "Journal du Mickey"<sup>234</sup> . Essa intenção contribuiu a prazo para o desenvolvimento de uma indústria de banda desenhada em França e na Bélgica , conseguida à custa de artistas de ambos os países que se tornaram mundialmente famosos, como Hergé, E.P.Jacobs, Goscinny , Uderzo, Morris, Bob de Moor, Jean Graton, Paul Cuvelier e muitos outros.

Mas o efeito mais imediato da lei<sup>235</sup> traduziu-se no acréscimo de BDs educativas, em particular históricas, patentes nas publicações periódicas entre 1949 e 1954 . E , por outro lado, numa manifesta redução da presença de " comics" norte americanos junto dos jovens franceses .

Mas a comissão não deixou , diga-se desde já e a título introdutório, de aplicar cortes em alguns dos grandes clássicos da BD belga e francesa : vários títulos da editora belga Dupuis como "Buck Danny" e "L'Épervier Bleu" foram alvos da censura, o primeiro por colocar o seu herói a combater na Coreia e o segundo pela ideia absurda de enviar homens à Lua ! Em 1952 Morris autor de "Lucky Luke" desenha um fim cruel para Bob Dalton numa das aventuras do célebre "cow boy", mas acabou por censurar o seu próprio argumento com receio do parecer da Comissão. Nesse mesmo ano a Comissão descobriu que Marsupilami era " uma criatura absurda e imaginária que dá gritos desarticulados". E mesmo E.P. Jacobs na aventura de "Blake e Mortimer" " O Enigma da Atlântida é forçado a alterar uma imagem " de pesadelo" por outra menos " assustadora" . E voltando a Morris em "Lucky Luke contra Billy the Kid" , o desenhador é advertido porque que

---

<sup>233</sup> Vide Thierry Crépin e Thierry Groensteen , orgs. *On tue à chaque page ! La Loi de 1949 sur les publications destinées à la jeunesse*, [s.l.]Éditions du Temps/ Musée de la Bande Dessinée, 1999 .

<sup>234</sup> Os "comics" norte-americanos chegam à Europa no início dos anos 30 prenhes de mensagens redentoras e personagens imortais como se quisessem contrariar a grande depressão que assolava a vida dos norte-americanos e europeus. Vide Michéle Piquard " *La Loi du 16 Juillet et la production de livres et álbuns pour la jeunesse*"[...], p 220 citando A. Fourment, *Histoire de la presse des jeunes et des journaux d'enfants( 1768-1988)* Eole, 1987, p. 219

<sup>235</sup> Vide Thiery Crépin, *Haro sur le gangster ! La moralisation de la presse infantine ( 1934-1954)*, CNRS, 2001, p. 45.



não pode colocar " Billy the Kid " a chuchar numa pistola como em um biberão. Também os simpáticos "Boule & Bill" de Roba são criticados por crueldade contra os animais, "Gil Jourdain et le gang de trois doigts" é acusado de "racismo", "Alix et la Griffé Noir" de Jacques Martin por incitamento à violência e Pierre Chott é criticado por fazer aparecer "uma série ininterrupta de cenas de morte, de pilhagens e violências de todo o tipo" <sup>236</sup>.

Mas França, muito mais do que os EUA e o Reino Unido, é o país onde as “ histórias em quadrinhos” se colocam no centro do debate e da própria competição político-ideológica. Ou seja, os “ comics” , vistos como um meio novo e poderoso, para veicular e transmitir uma mensagem político-ideológica junto dos jovens foram desde cedo valorizados pelos extremos do espectro político. Dois casos , bem estudados pelo historiador Pascal Ory, comprovam o que vimos dizendo. Durante a ocupação alemã da França e já na sua fase final ( 1943-1944) é editado em Paris, com o indispensável apoio das autoridades alemãs, o semanário “ Le Téméraire”,concebida com fins propagandísticos e sobretudo veiculando evidentes mensagens racistas e antisemitas, num pano de fundo ideológico nacional-socialista <sup>237</sup>.

Mas também do lado oposto do espectro político se ganhou consciência da importância da BD como portadora de mensagens políticas militantes e partidarizadas. É o caso dos vários periódicos infanto-juvenis de inspiração ideológica marxista , alguns com proximidade ao Partido Comunista francês outros associados a movimentos de resistência anti-nazi na II Guerra<sup>238</sup>. Ou seja, a expressa partidarização e ideologização da BD fora do quadro específico da estrutura e das medidas de censura só terá paralelo, no casos estudados, na ditadura franquista com os jornais próximos da Falange e em Portugal com a imprensa da Mocidade Portuguesa.

---

<sup>236</sup> Vide Bernard Jouvert e Yves Frémion, *Images Interdites*, Syros, 1999

<sup>237</sup> Vide Pascal Ory, *Le Petit Nazi Illustré. Vie et survie du Téméraire*, Paris, Nautilus,2002 e Gilles Ragache, “ Un illustré sous l’occupation : Le Téméraire” *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, Octobre-Décembre, 2000. O caso do “ Téméraire encerra ainda um outro não dispiciendo pormenor, o de que quase todos os desenhadores do semanário filo-nazi terem transitado , passados apenas alguns meses da Libertação , para outros jornais infantis, a maioria de inspiração comunista. Ou seja ao invés dos escritores colaboracionistas como Brasilach ou Dieu La Rochelle, estes “nazificadores de almas adolescentes” escaparam por completo aos processos de depuração em 1944-1945. Pascal Ory, *Le Petit Nazi illustrée [...] prefácio de Léon Poliakov*, p. 9 e ainda pp. 92-93

<sup>238</sup> Pascal Ory analisou um ano de produção editorial de “Vaillant”, justamente o ano de 1951, de alguma forma paradigmático da “ Guerra fria” e descobriu discretas afinidades com um discurso “estalinista” utilizado pelo PCF na época . Vide Pascal Ory, “ L’Enfance stalinienne”.Natacha Dioujeva e François George, orgs. *Staline à Paris*, Paris, Editions Ramsay,pp. 201-217

Os estudos na matéria têm-se concentrado num período cronológico específico , meados dos anos 30 até ao início dos anos 60, considerados de particular interesse pela inusitada reacção moralizadora que se verificou existir em relação à imprensa periódica infanto-juvenil.

Trata-se de uma abordagem de História cultural que colheu o interesse de estudos pioneiros mas que sobretudo se concentraram nos conteúdos das publicações raras vezes efectuando a ligação ao contexto político, económico, social e cultural do tempo<sup>239</sup>.

É claro que o alarme contra as histórias ilustradas não nasce nos anos 30. Mas é em meados dos anos 30 com a chegada dos "comics" americanos e concretamente com o "Journal du Mickey " que o movimento se acentua e ganha consciência dos alvos a abater. Contudo , está abundantemente documentado que já no início do sec. XX quer os pedagogos laicos quer a opinião católica se mostrava incomodada dos perigos dessas " folhas corruptoras nascidas da mais perversa atracção da imagem ilustrada"<sup>240</sup>. É claro que a razão da crítica dos meios católicos por forma a evitar a “perdição das almas jovens” é diferente das dos pedagogos laicos. Aqueles criticam, por exemplo, as edições de Arthème Fayard de que seria exemplo a revista " Les Belles Images" por " matarem tanto como a escola ateia"<sup>241</sup> e colocavam na lista negra todas as publicações do grupo Offenstadt, então no centro do debate entre o laicismo da III República francesa e a religião. Na verdade, antes do aparecimento da vaga norte-americana com o “Journal du Mickey” a guerra fez-se entre as publicações confessionais dos grupos Fleurus e Bonne Presse ligados à Igreja Católica e o grupo Offenstadt, em particular as revistas “L’Épatant”( onde se publicavam as aventuras dos “Pieds Nickelés”) , “Fillete” ou “L’Intrépide”. A campanha levada a cabo pelos meios católicos acusava essas publicações de linguagem grosseira e de alusões sexuais e escatológicas ( no caso concreto dos “Pieds Nickelés”) . Thierry Groensteen chama a atenção para a origem judaica dos irmãos Offenstadt, donos do grupo com o mesmo nome, e a para idêntica origem de Paul Winkler fundador da “Revue du Mickey” e interroga-se

---

<sup>239</sup> Vide Thierry Crépin, " *Haro sur le Ganster!* [...]p. 10

<sup>240</sup> Vide Thierry Groensteen, " C'était le temps où la bande dessinée corrompait l'âme enfantine..." , 9<sup>ème</sup> Art , Janvier, 1999, pp. 14-19 citando Annie Renonciat, *Les Livres d'enfance et de jeunesse en France dans les années vingt( 1919-1931). Années charnières, Années pionnières*, Thèse de Doctorat en Histoire, Paris 7, 1997, p. 63

<sup>241</sup> Vide Thierry Groensteen, " C'était le temps..." [...]

se não há aqui uma subliminar consideração do " partido estrangeiro" como a causa da corrupção dos jovens franceses.<sup>242</sup>

Mas não terá sido apenas a preocupação moralizadora que comandou este particular momento histórico. É inegável que o desígnio proteccionista destinado a valorizar o " desenho francês" prevalece em muitos aspectos, quer por iniciativa dos próprios desenhadores organizados em estruturas para-sindicais quer pelas manifestações do próprio poder político.

O que o "Journal du Mickey" e a nova geração de publicações periódicas infanto-juvenis como "Robinson", "Hurrah !", "Hop-lá !" ou "Jumbo" trazem aos jovens leitores franceses é uma mudança radical quer na linguagem utilizada na narração com a sistemática apresentação dos textos em balões e já não em texto corrido como legenda da imagem( didascálias) , quer sobretudo nos conteúdos das personagens e histórias ( "Superman", "Tarzan", "Flash Gordon", "Mandrake," etc) . Confrontados com esta realidade todas as histórias em quadrinhos que se publicavam e vinham do passado pareciam rapidamente manifestações arcaicas e ultrapassadas. A isso se associou uma hostilidade contra a invasão bárbara de novos meios de comunicação como o cinema ou a rádio, exemplos da cultura de massa pós II Guerra Mundial .

A isso devemos associar uma dimensão pedagógica que não tem comparação com os dias de hoje. Para evitar qualquer anacronismo importa recordar que não havia chegado ainda o tempo dos direitos das crianças. Estas eram assimiladas às camadas menos instruídas da população. O próprio conceito de adolescência não estava ainda sequer divulgado . Crianças e povo eram a mesma categoria de gente não esclarecida e nada instruída onde a emoção prevalecia sobre a razão<sup>243</sup>. A Banda Desenhada torna-se intrinsecamente daninha porque concorre com o " verdadeiro livro": o confronto entre o mundo da imagem e o da escrita é entre o divertimento e a educação. A imagem é sempre mais perigosa porque é mais sedutora.

Cinco anos após a entrada em vigor da Lei " moralizadora" de 1949, que adiante estudaremos, a revista "Enfance", de orientação comunista escrevia " todos os efeitos ( das

---

<sup>242</sup> Vide Thierry Groensteen, " C'était le temps..." cit. Vide também Sylvie Prémisler " Les Frères Offenstadt, enquête sur des citoyens accablés de soupçons" *Le collectionneur de bandes dessinées*, nº 35, 1982, pp. 13-16

<sup>243</sup> Thierry Groensteen chama a atenção para um discurso similar do inventor da Banda Desenhada, Alvin Topffer, quando este em 1845 no seu "Essai de Physiognomie " que considerando a especificidade da " literatura em estampas" como ideal para crianças e povo , ambas fáceis de perverter mas também de moralizar . A diferença está em que Topffer entendia que a literatura em estampas poderia exercer efeitos moralizadores nas crianças. Vide "C'Était le temps..." "[...] de Thierry Groensteen e Benoit Peeters, *Topffer, Invention de la Bande Dessinée*, Paris, Hermann , Savoir : sur l'art, 1994

bandas desenhadas) são aumentados ao extremo, quer na expressão verbal quer na representação gráfica. As cores ( ...) as expressões (...) as caras(...) tudo deve falar à imaginação da forma mais brutal ,tudo deve ser evocador e sugestivo"<sup>244</sup>

Este discurso não mudou substancialmente entre os anos 30 e os anos 60. E quem o teorizou não deu sequer conta de que , entre os autores que criticou, censurou ou banuiu se encontrava alguns das referências fundamentais da que hoje é considerada a 9ª Arte. Em certo sentido , pois, independentemente das especificidades dos países estudados e dos momentos cronológicos, sustentamos que foi mesmo a banda desenhada enquanto tal, como meio ou forma de expressão , que constituiu o alvo fundamental das estruturas de fiscalização, controlo ou censura.

A Paul Winkler se deve a introdução em França dos “ comics” americanos e é ele também o destinatário da campanha : “ Mickey: go home!” <sup>245</sup>. Alguma atenção , pois, é devida a esta paradigmática personagem da Cultura Popular francesa.

Paul Winkler era um húngaro de confissão judaica que se instalou em Paris em 1922 . Até ao surgimento, em Outubro de 1934, do “Journal du Mickey” a presença de BDs americanas era esparsa e pouco valorizada. O clássico “Little Nemo in Slumberland” havia sido publicado em 1907 no “La Jeunesse Moderne”, nos anos 20 alguns obras de Martin Branner ( “Winnie Winkl”) e Sidney Smith ( “The Gumps”) viram a luz do dia na revista “Excelsior” e pouco mais. Winkler conseguiu obter para França os direitos exclusivos de publicação de um dos principais “ sindicatos” norte-americanos, a King Features Syndicate, que identificámos já no ponto anterior sobre a auto-regulação norte-americana, ligado ao empresário de imprensa William Hearst. O referido “syndicate” representava os direitos, entre outras, das seguintes personagens do universo de “comics” norte americanos : “Flash Gordon”, “Brick Bradford”, “Mandrake”, “Jungle Jim”, “Prince Vaillant” ou “The Katzenjammer Kids” . Winkler após várias tentativas mal sucedidas de vender essas personagens a vários jornais decidiu criar uma publicação que acabou por titular, com o prévio acordo de Walt Disney , de “ Journal du Mickey”. Esta designação, numa altura em que o rato preto alcançava grande sucesso nos cinemas, foi determinante para o imediato sucesso da empresa. O sucesso do jornal levou Winkler a multiplicar as iniciativas editoriais com o lançamento de “Robinson” em 1936 e “Hop-lá” em 1937.

---

<sup>244</sup> Vide *Enfance* nº 5 “Les Journaux pour enfants”, Paris, PUF, 1954, p. 403

<sup>245</sup> Expressão que se pede de empréstimo ao ensaio de Pascal Ory “ Mickey go home! La désaméricanisation de la bande dessinée( 1945-1950) . Thierry Crépin e Thierry Groensteen ( dir.) “ *On tue à chaque page*” , Editions du Temps, Musée de la Bande Dessinée, 1999, pp. 71-86

Perante esta avalanche de novos personagens , aventuras e desenhadores do outro lado do Atlântico, a que se juntaram alguns criadores italianos, espanhóis e ingleses, os desenhadores franceses ficaram alarmados . As suas organizações sindicais como a “Société des Dessinateurs Humoristiques” e o “Syndicat des dessinateurs de journaux d’enfants” conseguiram fazer chegar as suas preocupações junto do poder. O Ministro da Educação Jean Zay levou ao conhecimento dos seus colegas do Comércio e dos Negócios Estrangeiros a situação difícil em que se encontravam os desenhadores franceses " na sequência da invasão de jornais ilustrados por “clichés” estrangeiros" <sup>246</sup> . O assunto não tem seguimento e só será retomado após a II Guerra Mundial mas aí contudo num contexto bem mais complexo e em plena histeria anti-americana <sup>247</sup>

Mas não se julgue que Paul Winckler desanimou ou baixou a guarda. Este tipo de ataques não representava novidade para si. Já antes havia estado sob fogo . No fim dos anos 30 Claude Renaudy colaborador do "Temps Présent" abriu as hostilidades . E foi o próprio Winkler que se encarregou nas páginas do “Journal du Mickey” de defender os seus pontos de vista. A sua linha de defesa foi clara : denunciar o ataque pessoal quanto à sua origem húngara e judia e protestar a sua ligação ao solo e à cultura francesa. Do ponto de vista da qualidade das suas publicações alegou que nenhum outro em França com a tiragem e circulação dos seus jornais se preocupava tanto com a educação e formação da juventude. E concluía deixando cair um argumento económico irrefutável: lembrou que do ponto de vista financeiro qualquer desenho americano era muito mais barato do que um francês de idêntico formato.

O “Journal du Mickey” interromperá a sua publicação em Julho de 1944, após se ter mantido na zona livre da França ocupada pelos alemães na II Guerra. E só em 1952 reaparecerá chegando a alcançar vendas de 600.000 exemplares o que nenhum outro periódico havia atingido jamais.

Quando os projectos que levaram à Lei de 1949 foram discutidos na Assembleia , Paul Winkler não escapou a críticas. Organizou então a sua defesa através do seu parceiro empresarial as Edições Hachette. Uma defesa hábil, haverá que reconhecer. Alegou que

---

246 Vide Thierry Crépin " Defense du dessin Français. Vingt ans de protectionisme corporatif". *Le Collectionneur de Bandes Dessinnées* n° 80, 1996, p. 28

247 Por exemplo um manifesto divulgado pela União das Mulheres Francesas , próxima do Partido Comunista , datado de Junho de 1949 reflecte bem o estado de espírito anti-americano: " Solicitamos que nossos écrans sejam depurados dos filmes perniciosos de gansters do outro lado do Atlântico e que os nosso livreiros sejam desambaraçados das publicações imundas da América e que ameçam tirar a frescura e a pureza da nossa juventude" vide Thierry Groensteen. " La mise en cause de Paul Winkler" in Crépin e Groensteen, *On tue à chaque page* [...] pp. 53-60

no momento, ou seja em 1949, os desenhos franceses eram distribuídos em mais de 20 países estrangeiros com base em séries inspiradas em Victor Hugo, Alexandre Dumas e Jules Verne sendo muito apreciadas em todo o mundo. Ora se o proteccionismo que inspirava o projecto de lei em discussão viesse a prevalecer em França “veríamos surgir nos outros países medidas similares impedindo a aquisição de desenhos franceses” sustentava . Mas o argumento da reciprocidade não convenceu os deputados. A bancada comunista e a socialista criticaram Winkler por assumir no contexto editorial francês uma posição dominante e de fazer “dumping” revendendo a outros grandes quantidades de material adquirido às agências norte-americanas . Mas é claro que este argumento era instrumental, no sentido em que o que verdadeiramente se pretendia era impedir a " penetração ideológica americana(...) destinada a desmoralizar as nações vassalas"<sup>248</sup>.

Os debates na Assembleia Nacional francesa são particularmente ilustrativos desta orientação anti-americana, dinamizada sobretudo pela bancada comunista . Em primeiro lugar a constatação de que o mercado estaria invadido por conteúdos americanos: “ O mercado francês da imprensa infantil é americano na proporção de 80%” . E depois a conclusão de que “ todas as publicações malsãs para os nossos jovens vêm da América e exclusivamente da América”<sup>249</sup>. A ligação entre a criminalidade juvenil e a “ invasão americana” é referida formalmente nos debates, ecoando, por paradoxal que possa parecer , as campanhas norte-americanas que na mesma época se desenrolavam. Assim : “ Não podemos negar a relação entre esta invasão americana e o desenvolvimento da criminalidade e da delinquência. Eis um exemplo que nos mostra até que ponto esta influência nociva pode penetrar. Um jornal da noite publicou no mês de Junho passado os factos seguintes : crianças constituíram um gang com o nome “ Os do Far West” . O general chamado “ Far West” tinha onze anos e o mais velho treze. Os “ cow boys” roubaram os pais, a caixa da escola, as carteiras de viaturas estacionadas e depois passaram a assaltos e roubos nas Igrejas e vivendas. Preso, o “ general Far West”

---

<sup>248</sup> Vide intervenção do Deputado comunista André Pierrard na sessão de 27/1/1949 . *Journal Officiel de la republique francaise , Debats parlementaires . Assemblée Nationale*, Vendredi 28 Janvier 1949, 1er Séance di Jeudi 27 Janvier 1949, p. 181 . ANF/CAC. *Archives Nationales de France. Centre des Archives Contemporains*, Justice. Direction des affaires criminelles et des grâces. 19950317/28. Vide também Thierry Groensteen " La mise en cause..."[...] pp. 60

<sup>249</sup> Vide intervenção do Deputado comunista André Pierrard na sessão de 21/1/1949 . *Journal Officiel de la republique francaise , Debats parlementaires . Assemblée Nationale*, Vendredi 21 Janvier 1949, 1er Séance di Jeudi 21 Janvier 1949, p. 92 . ANF/CAC. *Archives Nationales de France. Centre des Archives Contemporains*, Justice. Direction des affaires criminelles et des grâces. 19950317/28

denunciou o seu gang compreendo os seus imediatos que se chamavam “La Cassure” “Zorro” e “Red Rider”. Esta é a situação”<sup>250</sup>

E , adiante-se desde já , pese embora a persuasão comunista a versão final da lei não acolheu a proibição de importação nem tão pouco a obrigação de inserir uma certa percentagem de material francês. E mesmo mais tarde quando em 1950 e em 1956 foram apresentadas propostas de lei para obrigar à edição de 75% de material gráfico de origem francesa todas foram rejeitadas.

Vejamos agora o específico contexto em que decorreu o debate e a aprovação da Lei 49.956 de 1949 .

Devemos começar por alertar para o facto de que o acto legislativo que criou a CSC e todo o sistema de controlo das publicações periódicas infanto-juvenis não visava e não visa ainda hoje apenas a banda desenhada. Mas, na realidade, foi ela que os seus mentores, no momento originário , tinham em mente. Era esse , com efeito, o tema que mobilizava as diferentes organizações ligadas umas à Igreja Católica e a movimentos de pais e professores católicos outras próximas do Partido Comunista. E era isso que subjazia ao verdadeiro o coro a favor da moralização da imprensa infanto-juvenil.

A lei em estudo veio a ser alterada em 1954,1958,1967 e 1987 mas mantêm-se em vigor. O Partido Socialista francês no contexto da eleição de François Mitterrand em 1981 apresentou como compromisso a revogação da mesma. Tal não veio a acontecer<sup>251</sup>. A título informativo dado que extravasa o âmbito deste ensaio, a disposição mais controversa era e continua a ser o art. 14º que alarga a jurisdição da lei a todas as publicações ( para jovens ou não) que representem um perigo para os jovens em " razão do seu carácter licencioso ou pornográfico". Ou seja, visa proteger os jovens das publicações destinadas aos adultos. Esta norma permitiu , por exemplo, no período gaulista , a interdição de órgãos considerados subversivos como “Hara-Kiri” ou “Charlie Hebdo” <sup>252</sup>. O contexto em que a iniciativa, aprovação e aplicação da referida lei operou em França, pelo menos na década de 40 e início de 50 também não pode ignorar outros factores . O

---

<sup>250</sup> Vide intervenção do Deputado comunista André Pierrard na sessão de 21/1/1949 . *Journal Officiel de la republique francaise , Debats parlementaires . Assemblée Nationale*, Vendredi 21 Janvier 1949, 1er Séance di Jeudi 21 Janvier 1949, p. 92 . ANF/CAC *Archives Nationales de France. Centre des Archives Contemporains* Justice. Direction des affaires criminelles et des grâces. 19950317/28

<sup>251</sup> Vide Thierry Groensteen, “ C’était le temps où la bande dessinée corrompait l’âme enfantine[...]” p.19

<sup>252</sup> Vide Christophe Chavdia. " Il était une fois Hara-Kiri " *Journal Bête et Méchant* " et ses interdictions" in Thierry Crépin e Thierry Groensteen( dir.) *On tue à chaque page!" La loi de 1949 sur les publications destinées à la jeunesse*, Paris, Ed. du Temps, Angoulême / Musée de La Bande Dessinée, 1999, pp. 137-148

recrudescimento da delinquência juvenil<sup>253</sup> e a ideia da reconstrução moral do país estão nesse caso.

A 17 de Março de 1948 o Governo presidido por Robert Schuman( 1947-1948 ) , uma coligação entre democratas cristãos ( “Mouvement Républicain Populaire” ) , socialistas( “Sección Française de l’Internationale Ouvrière”) e radicais, apresentou na Assembleia Nacional o projecto de lei nº 3838 sobre as publicações infanto-juvenis. Antes, porém, várias iniciativas se sucederam todas com o mesmo propósito , moralizar a imprensa juvenil. Contudo o processo não é linear e sobretudo não é possível afirmar-se que existiu unanimidade nos fundamentos e nas soluções propostas para almejar o referido propósito moralizador. É certo que a solução final assenta no resultado do grupo de trabalho criado pelo Governo em 1945 sobre a matéria, mas o debate público ocorrido e o próprio debate parlamentar afasta a ideia de uma " frente comum " <sup>254</sup>.

São três as orientações e os grupos de pressão que estão na origem da Lei de 1949 : as ligas de moralidade , os educadores católicos, laicos e comunistas e as organizações profissionais de desenhadores. As ligas de moralidade são um produto do fim do sec. XIX criadas por militantes protestantes com vista a regulamentar a prostituição. Com o fim da II Guerra a sua presença moderniza-se e a sua actuação alarga-se a vários campos onde o tópico da moralidade pública se discute. Será o caso da imprensa infantil. Este movimento acaba por ter a sua expressão mais dinâmica no contexto das preocupações dos prelados católicos reunidos em torno do “Comité Catholique de l’enfance” cujo líder é o abade Pihan. Uma das publicações dessa estrutura católica é a revista “Éducateurs” que consagrará largo espaço aos problemas da imprensa infantil. Também os educadores laicos e comunistas se mostram vivamente interessados na análise das publicações que contém bandas desenhadas. Quase todos eles se mostram influenciados pelas ideias de Mathilde Leriche bibliotecária da Heure Joyeuse, a primeira biblioteca para crianças em França, criada em 1935. As organizações de jovens ligadas ao Partido Comunista francês são particularmente activas nesta matéria. George Sadoul, Madeleine Bellet, Raoul Dubois ou Pierre Ménard, todos educadores próximos do Partido Comunista terão papel destacado na crítica à " literatura ilustrada". E finalmente os desenhadores agrupados em

---

<sup>253</sup> O aumento da criminalidade assume proporções preocupantes: 31 000 menores são julgados em 1946 pelos tribunais de menores ou seja três vezes mais do que em 1936. Vide P. Charbonnel, “ Comment a été votée la loi du 16 Juillet 1949 organisant le controle des publications destinées à la jeunesse”, *Enfance* nº 5, tome 6, Novembre-Décembre, 1953, p. 433

<sup>254</sup> Vide Thierry Crépin " Le Mythe d’un front commun " , Thierry Crépin e Thierry Groensteen ( dir.) On tue à chaque page.[...] pp. 43-52



organizações de defesa da sua actividade, as mais relevantes a “Union des artistes et dessinateurs français” ( UADF) animada por André Galland, e o “Syndicat des dessinateurs de journaux d’enfants” ( SDJE) cuja presidência foi confiada ao mais prestigiados dos seus membros, o desenhador Alan Saint-Ogan , assumem o combate pelo protecționismo da profissão.

Os discursos destes três grupos e mesmo dentro deles não é uniforme. Se todos assumem uma preocupação moralizadora denunciando as publicações periódicas, cada mais invadidas por bandas desenhadas, as razões desse veto são diferentes de grupo para grupo. Os comunistas atacam as BD americanas , portadoras de mensagens fascizantes e alimentadas por potentados económicos capitalistas que apenas visam o lucro, na veste de “super-homens” com força invencível, os educadores e movimentos católicos, vêem também nos super heróis uma ameaça à formação moral dos jovens e uma potencial deformação da imaginação levando a falsear a realidade e sobretudo objectam às referências sexuais perturbantes para um sadio crescimento dos jovens . Importa aliás não desvalorizar o facto de muitos destes interventores no espaço público serem eles próprios responsáveis de publicações periódicas de campos ideológicos opostos. A abade Pihan é director das revistas “Âmes Vaillants” e “Coeurs Vaillants” e Pierre Menard ou Madeleine Bellet são responsáveis pelas edições de “Vaillant” e de “Francs-Jeux”, só para citar os casos mais significativos.

As iniciativas legislativas e o debate parlamentar traduzem esta pluralidade de pontos de vista.

Daí que como escreve Thierry Crépin : “Uma só preocupação comum aparece nos discursos( destes três grupos) : a moralização da imprensa infantil e juvenil. Estes grupos são motivados por interesses diferentes e levam a cabo acções sem coesão. Após vários e sucessivos insucessos encontram sintonia nos parlamentares que partilham as suas divergências (...) só após a adopção da lei é que verdadeiras aproximações se fizeram ao abrigo da “Comission de surveillance et de controle des publications destinées à l’enfance et à l’adolescence”<sup>255</sup>

Antes do concreto processo legislativo que leva à aprovação da Lei de 1949 há registo de várias tentativas todas sem sucesso<sup>256</sup>. Tais são os casos, no fim dos anos 30, quando o grupo da moralidade pública e o respectivo cartel se dirige ao Ministro da Educação Nacional do governo da Frente Popular Jean Zay no sentido de apresentar um projecto de

<sup>255</sup> Vide Thierry Crépin " Le Mythe d'un front commun [...] p. 52

<sup>256</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro sur le Ganster* [...] pp.269-282

decreto sob a matéria. Com a invasão alemã e a transição política operada na zona livre para o Governo de Vichy será a este que a Liga irá apresentar um projecto de lei . Mas a iniciativa não tem qualquer desenvolvimento, até por razões políticas mais imediatas que são a invasão e ocupação alemãs e o Governo de Vichy que não tem nas suas preocupações mais imediatas a questão da imprensa infanto-juvenil. Com a Libertação, um segundo projecto é preparado no Ministério da Educação Nacional e no âmbito do Governo Provisório da República Francesa. Também sem sucesso. Uma terceira tentativa ocorre no contexto do primeiro governo da IV República francesa, em 1947, quando o Ministro da Juventude , Artes e Letras toma a iniciativa de solicitar à União Patriótica das Organizações de Juventude ( UPOJ), que reúne a totalidade das organizações de juventude saídas da Libertação, um projecto de lei na matéria. Contudo, ou porque entre as organizações católicas e as comunistas o desentendimento se faz sentir ou porque a solidez desse primeiro governo da IV República não é suficiente para levar a cabo o projecto a verdade é que a iniciativa de Bourdan é encerrada.

Contudo , no rescaldo deste novo insucesso a bancada parlamentar comunista da Assembleia Nacional acaba por apresentar dois projectos de lei a 20 de Maio de 1947. O primeiro , o projecto nº 1374 , que visa proteger a moralidade das crianças e jovens relativamente à imprensa infanto-juvenil e o segundo, o projecto nº 1375 tratando das publicações oriundas do estrangeiro. O Partido Comunista ensaia um conjunto de iniciativas em vista do apoio aos seus projectos quando o Presidente da República Vicent Auriol , num registo de preocupação pelo aumento da criminalidade juvenil lança um apelo ao Conselho Superior da Magistratura para que a questão da influência do cinema e da imprensa nos jovens seja tida em consideração. A intervenção da mais alta autoridade do país na questão acelera o processo já que a Ministra da Justiça em resposta à preocupação presidencial dá nota da criação de um grupo de trabalho interministerial com o propósito preparar um projecto de lei que regule as condições em que a imprensa infanto-juvenil deverá exercer a sua actividade. A comissão trabalhou depressa e entre a sua nomeação e o resultado transmitido ao Conselho de Ministros não demoram sequer 15 dias. A 17 de Março de 1948 o projecto é apresentado na Assembleia . Na sua discussão os grupos de pressão antes assinalados fazem-se ouvir através dos Deputados das mais variadas origens partidárias. Se o cartel da moralidade pública tem representantes no Movimento Republicano Popular ( MRP) passando pelo Partido Republicano da Liberdade e pelos Radicais, os movimentos católicos têm como porta voz o Deputado Philippe Farine do MRP e dirigente do grupo “Coeurs Vaillants” e “Ames Vaillants”. Por

seu lado os educadores laicos ecoam pela voz dos deputados socialistas da SFIO e os desenhadores pelos do Partido Comunista. O debate demonstra profundas divergências. Mas uma , em concreto, merece especial consideração. Já dela falámos, mas vale a pena regressar ao tema. Tem que ver com o sentido negativo do voto final do Partido Comunista, tanto mais surpreendente quanto havia sido ele a tomar a iniciativa legislativa. Na verdade a lei foi aprovada com os votos favoráveis de 422 votos de todos os partidos excepto da bancada comunista que toda ela votou contra no total de 181 votos. As razões dos comunistas residem fundamentalmente em dois pontos: na ausência de disposições especificamente proteccionistas em defesa dos criadores franceses , assim dificultando a importação dos " comics" estrangeiros e a constituição da futura Comissão de Vigilância e Controle a ser criada pela própria lei, a qual deixa o monopólio da representação dos pais à União Nacional das Associações de Família, excluindo, critica o PCF, a União das Mulheres francesas , de influência comunista.

Importa dar conta dos aspectos principais da referida lei, ao menos na sua versão original que , como se disse, veio a ser alterada posteriormente e até hoje, em quatro ocasiões.

O eixo ideológico da nova lei encontra-se no seu art. 2º . Aí se definem os "sete pecados capitais" <sup>257</sup> que ficam interditos de serem apresentados sob um aspecto favorável por qualquer publicação infanto-juvenil : banditismo, mentira, roubo, preguiça, covardia , ódio e deboche . Acresce ainda uma fórmula aberta que estende ao infinito o tipo penal: " ou todos os actos qualificados de crimes ou delitos ou de natureza a desmoralizar a infância ou a juventude". O quadro é complementado com um normativo- art. 13- º dirigido à importação e exportação de publicações que violem as prescrições do citado art. 2º . Aí se prevê que a importação para venda ou distribuição gratuita de publicações destinadas à juventude que não obedeçam às prescrições do art. 2º será proibida . O mesmo acontece com a exportação de tais publicações quando sejam editadas em França. Em qualquer caso a importação para venda ou distribuição gratuita de publicações estrangeiras destinadas à juventude está dependente de autorização do Ministro com a tutela da Informação após parecer favorável da CSC.

Por seu lado , o art. 14º confere competência ao Ministro do Interior para interditar todos as publicações de qualquer natureza que representem um perigo para a juventude em razão do seu carácter licencioso ou pornográfico . A simples exposição na via pública destas publicações e a sua publicitação fica também sob a alçada de interdição prevista na

---

<sup>257</sup> Vide Thierry Crépin, " *Haro sur le Ganster*"[...]. p. 289

lei. Na realidade a lei, por via deste art. 14º, não tutelava apenas as publicações infanto-juvenis mas também todas as outras designadamente as para adultos <sup>258</sup>.

A lei cria no seu art. 3º uma Comissão para verificar o cumprimento da lei por parte dos editores, autores, responsáveis editoriais, importadores, etc. A ela caberá naturalmente interpretar e fazer aplicar os princípios fundamentais que garantam a não desmoralização das crianças e jovens franceses. Daí a importância da sua composição, que suscitou, como vimos, reservas por parte da bancada comunista. A comissão integra numa lógica grupal que marcou a sua nascença, designadamente quanto ao debate que o antecedeu, representantes de estruturas e órgãos do Estado e de grupos de interesse diversos : Conselho de Estado, Conselho Superior da Magistratura, seis ministérios, quatro comissões da Assembleia Nacional, organizações sindicais do ensino público e do ensino privado, organizações profissionais da imprensa de juventude, movimentos e organizações de juventude, a União Nacional de Associações de Família e organizações sindicais de autores e desenhadores. A prática dos primeiros anos da Comissão revelou que nela se afirmavam, quer pela actuação mais intensa quer pelo desinteresse ou absentismo, cinco grupos : os representantes do Estado, com particular destaque para o representante do Conselho de Estado que preside, dois magistrados ou antigos magistrados com experiência nos tribunais de menores e seis delegados de tantos outros ministérios ( Justiça, Interior, Informação, Educação Nacional, Saúde Pública e População e Ensino, Juventude e Desportos), quatro deputados designados pelas Comissões parlamentares ( Informação, Justiça, Educação e Saúde) cujo absentismo se foi acentuando com o correr dos tempos, os delegados das organizações de juventude e da Família, os editores e os desenhadores <sup>259</sup>.

As funções desta Comissão, instalada no Ministério da Justiça, consiste no essencial em assinalar junto do Ministro da Justiça, pela via de decisões colegiais registadas em actas, com vista a posterior procedimento judicial, os editores acusados de violarem o art. 2º, de propor avisos sobre a importação de publicações estrangeiras junto do Ministro da Informação e de avisar o Ministro do Interior sob todas as publicações que lhe pareçam justificar as interdições previstas na lei. Todas as suas decisões são a título consultivo, já que os diferentes ministros não são obrigados a seguir as suas recomendações.

Para sabermos da sua actuação prática nos anos 50 e 60 haverá que consultar os relatórios produzidos pela Comissão para o período temporal em referência, e que foram

---

<sup>258</sup> Vide Thierry Crépin e Anne Crétois, La presse et la Loi de 1949, entre censure et autocensure, *Le Temps des Médias*, 2003/1 ( nº1) p. 56 . Também em <http://www.cairn.info. / revue-le-temps-des-medias-2003-1-page -55.htm>

<sup>259</sup> Vide Thierry Crépin, " Haro sur le Ganster" [...] p. 304

apenas quatro : em 1951<sup>260</sup>, 1955<sup>261</sup>, 1958<sup>262</sup> e 1963<sup>263</sup>. Para o complementar haverá que consultar as actas das reuniões plenárias da CSC<sup>264</sup>. Adiante-se à laia de balanço introdutório que a actuação da CSC assentou sobretudo numa campanha de moralização<sup>265</sup>. A prova são os casos dos editores belgas “Le Lombard” e “Dupuis” que conseguiram ter sucesso com as suas publicações adaptando-se, com um ou outro percalço, ao espírito da nova legislação.

Na sua tese de doutoramento em História Contemporânea dedicada a estudar a moralização da imprensa infantil francesa entre 1934 e 1954, o historiador Thierry Crépin, que dedica parte substancial da sua investigação a analisar o funcionamento e a doutrina da CSC, nos seus primeiros 4 anos de vida, conclui que o essencial da sua prática balanceou entre a intimidação e a repressão.

Na verdade, na sua sessão inaugural realizada com pompa e circunstância no salão nobre do Tribunal de Contas em Paris a 2 de Março de 1950 o Ministro da Justiça aconselhou a Comissão a actuar com moderação. Essa recomendação seria levada a cabo com particular imaginação através de um exercício prático de intimidação programada por parte dos conselheiros magistrados que rapidamente se constituíram em mestres da referida estratégia. Assim a estratégia pode resumir-se da forma que segue. A Comissão transmite as suas recomendações e opiniões aos editores após análise das publicações. Essas recomendações tomam aspectos gradativamente ameaçadores consoante a nocividade dos conteúdos : recomendação, aviso simples e aviso com a ameaça de retirar de circulação os exemplares ainda em venda. Os editores, por seu lado, têm a

---

<sup>260</sup> Vide *Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à l'enfance et à l'adolescence au cours de l'année 1950*, Mélnun, Imprimerie Administrative, 1952

<sup>261</sup> Vide *Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à l'enfance et à l'adolescence au cours de l'année 1955* (policopiado) ANF/CAC. Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/2

<sup>262</sup> Vide *Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à l'enfance et à l'adolescence 1 er Juin 1958*, Mélnun, Imprimerie Administrative, 1958

<sup>263</sup> Vide *Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à l'enfance et à l'adolescence 1963* (policopiado) ANF/CAC. Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1

<sup>264</sup> Vide ANF/CAC. Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias 19920181/1 e 19920181/2 e Justice.Direction de la protection judiciaire de la jeunesse. Bureau des affaires judiciaires et de la législation. 19910258/159

<sup>265</sup> Vide Thierry Crépin e Anne Crétois, “L'encadrement de la presse para la Commission de controle des publications destinées à l'enfance et à l'adolescence( 1950-1952)” *Quaderni*, nº 44, printemps 2001. Les industries de l'évasion, p.86. Vide também Thierry Crépin, “Haro sur le Gangster [...]pp. 375-389

possibilidade de solicitar audiências ao secretariado da Comissão por forma a receber os conselhos necessários às transformações das suas publicações, quando a Comissão não é ela a tomar a iniciativa de os convocar o acontecerá com frequência. E deve dizer-se que esta estratégia resultará. No essencial os editores conformaram-se às exigências da Comissão, sendo comuns as adaptações ou mesmo a supressão das aventuras que poderiam pôr em causa, na interpretação da CSC, a saúde moral dos jovens. Estão nesse caso as aventuras policiais, da selva, fantásticas ou de ficção científica que são em regras acusadas de todos os males. Particularmente visados são os relatos de super-heróis ou de personagens com possibilidade físicas exageradas por confronto com um psiquismo reduzido ou nulo e que sejam a tradução da apoteose da força física e da animalidade. Estes serão dois casos que adiante desenvolveremos, até pela sua projecção na análise da realidade portuguesa. A verdade é que na história da lei de 1949 e até hoje apenas um único caso levou a uma decisão judicial condenatória : a do empresário de Lyon Pierre Mouchot<sup>266</sup>. O que não significou que no essencial os objectivos concretos prosseguidos pela Lei e pela Comissão não tivessem sido alcançados.

A formulação imprecisa das regras previstas no art. 2º da Lei e sobretudo a sua parcial não tipificação pareceu aos comissários exigir um esforço de concretização de modo a que editores e autores pudessem antecipar os limites exactos das infracções previstas na Lei. A questão assim colocada não foi contudo de tratamento pacífico na sua formulação inicial. A iniciativa nasceu a 15 de Julho de 1950 quando um projecto da autoria do magistrado Potier em representação do Ministério da Justiça circulou pelos comissários com a designação de "Thèmes Généraux inspirant des representations et des recommandations aux éditeurs de journaux pour enfants". Na sessão plenária de 27 de Outubro de 1950 ficou decida a constituição de um grupo de trabalho para a redacção final

---

<sup>266</sup> O episódio Mouchot contribuiu para que em torno do mesmo e da sua herança se desenvolvesse uma literatura apologética transformando-o no único resistente à censura da CSC. Thierry Crépin salienta que o editor de Lyon "com inteireza de carácter" afrontou a Comissão acabando por claudicar perante "um engrenagem impiedosa" Vide *Haro sur le Gangster* "[...]p. 389. Mas o caso Mouchot tem um outro significado : a interpretação que o tribunal de recurso – Tribunal de Apelação de Angers- fez sobre o alcance do art. 2º da Lei de 1949 reforçou o papel da Comissão, ao dar-lhe razão, quanto esta defendia o ponto de vista de que não era pelo facto de um relato aventuroso terminar "com a condenação dos maus e o sucesso dos bons" que ele deixa de desmoralizar os menores. Lê-se no acórdão "no espírito maleável e imitador das crianças, a obsessão que resulta de um conjunto de publicações saturadas de actos de banditismo e visões de horror " (...) tem uma acção patogénica, sugestionando-os perigosamente e compelindo-os a agir com maldade" vide Michèle Piquard, "La Loi du 16 Juillet et la production de livres et albums pour la Jeunesse" "[...]p. 226. Sobre Pierre Mouchot, que assinava Chott, vide L.Cance " "Chott avant Fantax" 1ª partie, *HOP, Revue d'informations et d'études sur la BD*, nº 127, Septembre 2010, pp. 29-39 e "Chott avant Fantax," 2ª partie, *HOP, Revue d'informations et d'études sur la BD*, 129, Mars, 2011, pp.39-50

do texto . Era constituído , para além de Potier, por Pierre Dominjon jurista também e por dois representantes de editores, J. Chapelle e o abade Pihan. O texto ,que suscitou viva controvérsia nas sessões de 16 de Novembro de 1950 e 13 de Fevereiro de 1951, acabou por ser aprovado . A controvérsia nasceu sobretudo das preocupações de alguns comissários que receavam que um texto com estas características pudesse traduzir um modo dirigista e indirectamente censório da actuação da CSC, que de algum modo poderia fazer recordar um passado recente de censura nazista e "vichista". Contudo ainda que com a expressa indicação de que as " recomendações" não teriam outro valor que não "indicativo"<sup>267</sup> os " Thèmes" não só foram aprovados como passaram a constituir " a Bíblia da concepção de um jornal para crianças"<sup>268</sup> na medida em que foram a partir 1951 enviados a todas as Editoras que pudessem relacionar-se com a CSC.

Convirá dar nota de alguns aspectos das referidas recomendações, considerando até a existência de instrumentos similares, nos restantes países que referenciámos e em concreto em Portugal.

O texto imbuído de um moralismo extremo e de preocupações supostamente pedagógicas e educativas , contém reflexões de pendor filosófico supostamente da lavra de Potier sem deixar de ir ao pormenor dando indicações precisas aos editores sobre aspectos de conteúdo e até gráficos, aspectos estes que terão sido inseridos por iniciativa dos representantes dos editores.

O texto inicia-se com duas advertências aos editores :

- a) que as crianças não são os únicos juízes do que é bom e do que é mal, tanto no plano moral como no plano alimentar, por exemplo, e que as responsabilidades de quem dá educação não se partilham com quem as recebe;
- b) que a favor do apaziguamento do mercado da imprensa infantil pertence a todos os editores de boa vontade assumir honestamente as suas responsabilidades educativas e renovar as suas publicações.

Após estas duas recomendações que dão o tom ao documento identificam-se ponto por ponto e devidamente articulados os aspectos da " efabulação" " das personagens em geral" dos " heróis" das " personagens desonestas" do " texto" e do " conjunto da publicação" . A parte mais extensa ( e mais densa) é justamente a da efabulação, domínio onde as principais armas da CSC estavam direccionadas, em vista do sucesso da ficção científica,

---

<sup>267</sup> Vide *Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à l'enfance et à l'adolescence au cours de l'année 1950* [...]. p. 34

<sup>268</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro Sur le Ganster* [...] p. 326.

dos " super-heróis" e das aventuras na selva. Algumas indicações<sup>269</sup> que resumem o essencial da filosofia do documento nessa parte :

- a) evitar , no domínio do sonho, do maravilhoso ou do fantástico, o excesso de inverosimilhança e os mistérios desconcertantes, por forma a não confundir o real com o imaginário e desorientar o espírito do leitor;
- b) fazer de sorte a que o resultado feliz não seja obtido sem esforço, trabalho e inteligência;
- c) evitar o emprego abusivo da força;
- d) não limitar a acção à luta entre dois grupos opostos: heróis ou bandidos. Deve haver lugar para o labor, a procura de um ideal, à luta contra os elementos, ao trabalho;
- e) evitar as cenas de horror, as torturas, as cenas sangrentas, as personagens odiosas, monstruosas ou disformes, as cenas problemáticas entre homens e mulheres, as mulheres com vestes ou atitudes provocantes ou equívocas;
- f) misturar na acção as descrições , as viagens, as pesquisas, as descobertas, evocando na ocasião circunstâncias da vida retiradas da realidade nacional;
- g) nas histórias " coloniais" ter a dupla preocupação de não ofender os leitores do ultramar e de inspirar , em relação a eles, aos leitores metropolitanos , um sentimento de solidariedade e simpatia;

Quanto às personagens em geral :

- a) não reduzir as personagens ao estado de autómatos: dar-lhes um mínimo de vida psicológica de maneira a representá-los verdadeiramente como homens.
- b) na medida em que o argumento o não excluir introduzir personagens no meio profissional, familiar ou social;

A parte dos " heróis" contem também um número significativo de recomendações :

- a) estes não devem cometer actos repreensíveis; são sempre leais mesmo perante adversários desleais;
- b) devem abster-se em geral de efectuar justiça sumária, preferindo entregar os culpados às autoridades legítimas;
- c) retiram o seu prestígio das qualidades de espírito e do coração tanto quanto da força física ;
- d) não devem ter o mesmo aspecto bestial e equívoco como os " maus";

---

<sup>269</sup> Vide *Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à l'enfance et à l'adolescence au cours de l'année 1950 [...] pp. 30-34*



Quanto às personagens desonestas as recomendações são as seguintes :

- a) não devem ser apresentadas como perspectivas favoráveis e os seus actos não devem ser expostos de tal forma que o interesse da acção e da narrativa seja deslocado a seu favor;
- b) devem inspirar piedade , mas não simpatia ( reserva feita a uma certa apresentação cômica) ;

Depois as considerações sobre o texto e sobre o aspecto geral da publicação :

- a) o texto deverá ser bem composto ou caligrafado e sem falhas de sintaxe, de gramática ou de ortografia;
- b) fazer preceder ou seguir o " balão" sempre que possível de um texto explicativo ou descritivo afim de dar à criança o gosto pela leitura;
- c) tanto quanto possível dividir o interesse da publicação no geral por várias narrativas de carácter diferente, de maneira a equilibrar uns pelos outros e a evitar os efeitos negativos do que foi menos conseguido;
- d) fazer de modo a que a criança não guarde após a leitura do seu jornal a impressão de um mundo inteiramente pervertido , deixado nas mãos de gente desonesta;
- e) aplicar-se ao invés a inspirar um mínimo de optimismo e de alegria de viver ; não renunciar a fazer rir;
- f) preocupar-se com a impressão que se liberta de cada página; evitar as linhas tortuosas, tensas , as cores gritantes, sem equilíbrio nem descanso, de onde resulta uma impressão violenta e desagradável.

O documento termina com a necessário cautela e os avisos necessários , para que as recomendações não possam ser entendidas como orientações “totalitárias” promanadas do Estado : “ as recomendações que precedem não têm mais que valor indicativo; elas não tendem a formular o que deve ser uma publicação infantil ideal , já que o ideal não poderá ser uniforme nesta matéria e que imprensa infantil não poderá ser submetida a qualquer dirigismo mesmo oficioso”

Alguns dos casos mais significativos desse procedimento tiveram como alvo os chamados " super-heróis". Mas a eles acresce um outro caso muito particular, que não pode ser subsumido inteiramente naquele, e que envolve a personagem literária criada por Edgar Burroughs, “Tarzan “ . Ambas as situações merecem desenvolvimento até porque, como adiante se verá, também em Portugal serão discutidas nos anos 50.

Para além destes casos importa verificar uma situação muito específica , até por se tratar de um editor que em princípio escaparia pelo critério territorial à acção da CSC , a editora belga da família Dupuis, mais conhecida pela revista que editava , de seu nome “ Spirou”. Já vimos que o género de aventuras designada de “super-heróis” nasce os EUA com a estreia do “Superman” em 1938, a que se seguirá logo de seguida “Batman” e “Wonder Woman”. A sua época de ouro vai até ao fim da II Guerra Mundial , considerada também pelos historiadores como a idade de ouro dos “comic books” mas sofre um refluxo significativos nos anos 50, por força da irrupção da campanha anti-“comics” que vimos no ponto anterior e só no início da década de 60 voltará a recrudescer . Por “super-heróis” entendem-se as aventuras em que as personagens principais , uma ou várias, por vezes actuando em conjunto, exercem poderes e manifestam características não humanas, ou seja, poderes extraordinários , de natureza psíquica ou física. A CSC identifica nos super-heróis uma ameaça para a integridade moral das crianças e jovens franceses. Num relatório da CSC publicado no seu primeiro ano de vida , em 1950, faz-se a apreciação dessa categoria de histórias. É verdade que os relatos de ficção científica porque afastados da realidade e apontando para mundos futuros irreais são vistos criticamente pelos membros da Comissão . Mas os super-heróis acentuam os aspectos negativos: " A moral sendo o conjunto de regras práticas do comportamento humano, pode dizer-se que tudo aquilo que desinsere o individuo do quadro normal do seu comportamento é de natureza a desmoralizar, no sentido amplo do termo; a improbabilidade moral tende a desmoralizar o leitor; a não credibilidade física e biológica tendem indirectamente. No limite o exagero da não credibilidade podem conduzir à infracção do art. 2º da Lei de 16 de Julho de 1949" . A Comissão desconfia pois de tudo o que é graficamente excessivo ao nível do dinamismo, das cores, da dinâmica na página, do “lay out”<sup>270</sup> . Ora a questão dos super heróis só tardiamente chama a atenção dos membros da Comissão. Na verdade é só nos anos 60 que ele assume maior agudeza. No início dos anos 60 as “Editions Artima” “introduzem discretamente alguns super heróis como “Green Arrow”, “Flash” e mais tarde “Superman”. A verdade é que o empreendimento não terá muito sucesso . Em 1962 todas as histórias de super-heróis terminam. Mas até lá os esforços de auto-censura destinados certamente a agradar aos membros da CSC transformam “Superman” em “Atomic” com um reactor nas costas. Ainda nos anos 60 as “Editions Odhams” são proibidas de importar um semanário britânico com vários super-heróis ( “Thor”, “Iron-man”, “X-men”) sob

---

<sup>270</sup> Vide Jean Paul Jennequin e Bernard Joubert " Superhéros contre supercenseurs" . 9ème Art. Janvier 1999, pp. 38-41

pretexto de que " se afigura prejudicial para os jovens leitores pelo carácter quase sempre traumatizante destas históricas- cujas ilustrações misturam frequentemente a violência e horror- e que o estilo geral é particularmente desagradável" . O mesmo acontecerá em 1968 com revista "Spectre" que contém aventuras de super-heróis da DC Comics como "Spetcre", "Eclipse", "Ra-man" e "Challengers of Unkwon" , "Flash" e muitos outros. Um ano depois as edições Lug que iniciam uma colaboração com a editora norte-americana Marvel para publicar em França sob a designação genérica de "Fantask" as séries de "Fantastic Four" , "Silver Surfer" e "Spider Man" , terminam ao fim de sete números . Um dos números da revista Marvel chega mesmo a ser objecto de um procedimento de interdição de venda a menores ao abrigo do art. 14º da Lei . Após a interrupção das importações da Marvel as edições Lug procederão a um exercício de auto-censura que atinge foros de patético : "as onomatopeias mais berrantes, as linhas de força que sublinham o impacto de um murro ou de um raio laser, as faces mais expressivas , as personagens monstruosas são sistematicamente retocadas quando não pura e simplesmente suprimidas. E as séries que não se adaptam a estes exercícios de auto-censura são suprimidas <sup>271</sup> . Em ambos os casos os pareceres da CSC são taxativos : " ficção científica aterrorizante, combates entre monstros traumatizantes, argumentos de climas angustiantes recheados de desenhos de cores violentas" <sup>272</sup> E ainda no início dos anos 70 outras publicações , como as Editions Arédit, que tencionavam prosseguir a divulgação em França das aventuras de "Aquaman" e de "Bat Lash" , mal recebem as advertências da CSC acabam por pôr fim aos seus projectos .

Se os super-heróis, pelas suas características-excesso de fantasia- e origem- EUA- estavam no centro das razões que levaram à aprovação da Lei de 1949, como vimos, não deixa de ser estranho que a personagem criada por Burroghs nos anos 20 e só depois transladado para a BD , tenha sido um dos alvos preferidos daquela estrutura. É certo que partilha , em certo sentido , das características dos super -heróis e em concreto uma extraordinária força física, mas tudo o resto o afasta. Uma criança que nasce na selva e que se habitua ao convívio com os animais a ponto de serem eles a sua verdadeira família e que se transforma, em adulto, num defensor dos animais "avant la lettre" afasta-se das narrativas que produziram "Superman" ou "Batman", sensivelmente no mesmo tempo. A verdade é que as suas aventuras em versão BD e algumas constituem verdadeiras obras primas do género, como são os casos das pranchas desenhadas por Hogarth , por

<sup>271</sup> Vide Thierry Crépin e Anne Crétois , " La presse et la Loi de 1949" [...] p. 60

<sup>272</sup> Vide Jean Paul Jennequin e Bernard Joubert " Superhéros contre supercenseurs"[...] p. 39

exemplo, serão objecto de medidas intimidatórias e mesmo repressivas, que levaram ao seu prematuro desaparecimento da cena editorial infanto-juvenil francesa .

Mesmo antes da aprovação da Lei de 1949 a primeira vítima da "moralização" reclamada pelos meios católicos e comunistas e em geral pelos vários grupos que se digladiavam no terreno da cruzada anti-"comics" foi justamente "Tarzan". Como vimos antes a polémica em torno dos "comics" também se projectou na Bélgica e não deixou de ter refracções quer nas Edições du Lombard quer na Dupuis. Na Bélgica no início de 1949 e no contexto das Edições Dupuis, cujo mercado não se circunscrevia ao "plat pays" mas procurava chegar ao muito mais numeroso mercado dos leitores franceses, as aventuras do homem da selva publicadas nas páginas centrais da "Spirou" desapareceram para surgirem de forma mais recatada a preto e branco no "Moustique", que não circulava em França e apenas na Bélgica<sup>273</sup>.

Mas os episódios mais tormentosos ocorreram tendo como protagonista uma figura extravagante, o editor italo-francês Cino del Duca, apelidado pelos seus inimigos como o "Napoleão da imprensa do coração" dono do grupo editorial "Éditions Mondiales"<sup>274</sup>. Entre as publicações por si editadas, muitas delas "petits formats" com histórias completas<sup>275</sup>, estavam justamente o semanário "Tarzan" e o periódico "Collection Tarzan", de periodicidade mensal. O primeiro tratava-se de uma revista com várias histórias em continuação sendo que uma delas eram as aventuras de "Tarzan" e a segunda uma publicação de histórias completas exclusivamente do herói da selva. Importa referir que uma e outras das publicações sobretudo a primeira alcançavam imenso sucesso junto dos jovens franceses. "Tarzan" em fins de 1947 era o semanário mais vendido em França com uma tiragem média por número de 288.600 exemplares deixando a alguma distância os semanários católicos "Coeurs Vaillant" e "Fripounet et Marisette"<sup>276</sup>. Contudo quando a revista cai sobre a atenção da CSC, a sua tiragem havia decrescido para cerca de 180.000

<sup>273</sup> Vide Thierry Martens, "Dupuis à l'ombre de la censure" [...] p. 34

<sup>274</sup> Vide Isabelle Antonutti, *Cino del Duca, De Tarzan à Nous Deux itinéraire d'un patron de presse*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2012, pp. 118 e ss

<sup>275</sup> Sobre os "petits formats" e os "récits complets" nos anos 50 ver o "dossier" publicado por ocasião de uma exposição sobre o tema no Centre Georges Pompidou em 1988, "Le Temps des récits complets" *Le Collectionneur de Bandes Dessinées*, nº 57/58, Été, 1988, pp.4-45

<sup>276</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro sur le Gangster*, [...] p. 131. Importa notar que a circulação das publicações infanto-juvenis no período imediato ao fim da II Guerra, em concreto em fins de 1948, atingia cerca de 2.700.000 exemplares todas as semanas, um número "considerável" quando comparada com a circulação dos quotidianos parisienses que pouco ultrapassava os 3.000.000, vide Thierry Crépin, *ibidem*, p. 130. Vide também Gabriel Venaissan e Gabriel Soumill, *La Presse Enfantine*. [...] p. 23

exemplares<sup>277</sup>. É discutível, contudo se esse decréscimo não terá sido provocado pela campanha que já nessa altura se fazia contra “Tarzan”, o que terá levado os pais a controlar melhor as leituras dos filhos. A revista “Tarzan” foi lançada em 19 de Setembro de 1946 compostas por 8 páginas a cores de grande formato (28,5x38,5 cm) . O herói que dava nome à publicação aparecia sem interrupção na primeira e última páginas . Tratava-se de aventuras desenhadas quer pelos desenhadores mais prestigiados como Forster e Hogarth, quer por desenhadores menores como Maxon, Letti, Reinman. Como se tratava de importações dos Estados Unidos que surgiam como tiras diárias na imprensa publicadas a preto e branco eram retocadas e colorizadas nas Editions Mondiales . A proveniência das histórias criava óbvios lapsos nas sequências e na própria coerência dos argumentos<sup>278</sup>. Ora entre muitas outras "Tarzan" e "Collection Tarzan" serão analisadas pela CSC no 2º Semestre de 1950 e a conclusão é radical : os dois títulos estão entre mais nocivos para as crianças. Estão mesmo em primeiro lugar de uma lista como " protótipo das más publicações "que inclui aliás várias cópias ou variantes de “Tarzan” como “Targa” ou “Youmbo Magazine”. Quais as razões da crítica ? Tarzan traduz a exaltação das qualidades físicas extraordinárias de um sobre -homem"<sup>279</sup> sendo um protótipo que influencia mais ou menos directamente as restantes publicações para crianças". A CSC terá oportunidade de aprofundar as reflexões sobre Tarzan. Na sua sessão plenária de 27 de Junho de 1951 sustenta o seguinte : " as histórias que têm Tarzan como herói ( ...) são construções inverosímeis . Tarzan é mesmo o tipo de um personagem prodigioso, de musculatura anormal e que triunfa sobre todos os obstáculos" <sup>280</sup>A apreciação realizada sobre o semanário “Tarzan”, e se bem que concentrada sobre o seu personagem principal já que os restantes não oferecem qualquer reserva à CSC, repete-se na “Collection Tarzan” e aí de forma ainda mais evidente, no entendimento da Comissão , dado tratarem-se de " histórias completas" : " Os elementos nocivos encontram-se aqui com uma densidade bem mais forte. É assim que se encontra nestes relatos uma acumulação de violências e inverosimilhanças a presença de personagens monstruosas e de animais horríveis"<sup>281</sup>.

---

<sup>277</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro Sur le Gangster*, [...], p. 135

<sup>278</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro sur le Gangster*[...] p. 135

<sup>279</sup> Vide Acta da sessão de 9 de Novembro de 1950 da subcomissão encarregue de examinar as publicações objecto de moratória ou de uma advertência da Comissão em plenário, citado por Thierry Crépin, *Haro sur le Gangster*, [...].p. 337

<sup>280</sup> Vide Acta da Sessão Plenária da CSC de 27 de Junho de 1951 citada em Thierry Crépin, *Haro Sur le Ganster*[...] p. 339

<sup>281</sup> Vide idem, *ibidem*. p. 340

Se no contexto da campanha anti-comics norte americana os casos de polícia vieram agitar a opinião pública e a alimentar a ideia de que a criminalidade juvenil era provocada pela leitura de tal literatura também em França o percurso não foi muito diferente. Em dois ou três casos de agressões entre jovens que chegaram a tribunal , um deles aliás muito mediático em que um rapaz de 12 anos matou outro com 5 anos, acabaram por ser encontrados em casa colecções completas da revista Tarzan<sup>282</sup>.

A estratégia da Comissão seguiu à risca as orientações que logo na sua primeira reunião ouviu do representante do Governo.

De acordo com o discurso inaugural do Ministro da Justiça René Mayer na instalação do organismo a 2 de Março de 1950 a eficácia da CSC dependia essencialmente do seu poder de " sugestão e persuasão" <sup>283</sup>. E é isso que passará a fazer convidando os editores a " modificarem a apresentação, o texto , as ilustrações , o espírito geral das publicações de forma a as colocar de harmonia com as disposições do art. 2"<sup>284</sup> da Lei de 1949 .

Cairá nesta recomendação a revista "Tarzan" e a "Collection Tarzan" que foram convidada a efectuar alterações<sup>285</sup> na sequência de uma análise aos seus conteúdos. Uma nova apreciação mais ampla das revistas na sequência dessas iniciativas é tomada em 1951 onde são analisadas os nºs 206 a 235 da revista "Tarzan" e os nºs 79 a 88 da "Collection Tarzan". A tarefa é atribuída a uma sub comissão e nesta a um relator , no caso Raoul Dubois, que como dirigente comunista do movimento laico "Francs et Franches Camarades"<sup>286</sup> , havia sido designado para a Comissão no grupo dos representantes dos movimentos e organizações de juventude . Aí se caracteriza a personagem " com musculatura anormal e que triunfa sobre todos os obstáculos". E refere que as aventuras de Tarzan apenas ocupam uma página do total da revista e que as restantes histórias não são nocivas para os jovens. Ora " O problema reside na personagem mesmo de Tarzan. Sente-se pela leitura que a natureza do personagem é nociva ela própria , residindo tal

---

<sup>282</sup> Vide Gabriel Venaissan e Gabriel Soumill, *La Presse Enfantine... cit, p. 15-16*

<sup>283</sup> Vide Acta da 1ª reunião da CSC de 2/3/1950 ANF/CAC. *Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains*. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1

<sup>284</sup> Vide Acta da 2ª reunião da CSC de 31/3/1950 ANF/CAC. *Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains*. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1

<sup>285</sup> Vide Acta da 5ª reunião da CSC de 29/6/1950 ANF/CAC. *Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains*. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1

<sup>286</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro sur le Gangster...cit. pp. 209-210*

nocividade no clima, na atmosfera" <sup>287</sup>. Quanto à "Collection Tarzan", oriunda da mesma Editora ,analisaram-se os nºs 79 a 88, e conclui-se que os elementos nocivos encontram-se numa dimensão ainda mais forte. Aqui encontram-se relatos que acumulam violências e inverosimilhanças e a presença de personagens monstruosas e animais horríveis . Conclui assim que esta publicação tem textos e ilustrações que desmoralizam as crianças propondo um acompanhamento mais vigilantes contra ela. Na reunião seguinte assinala-se que as " melhorias constatadas foram passageiras" pelo que se deve manter a vigilância, ou seja a ameaça de procedimentos judiciais<sup>288</sup>. Nesse sentido a Comissão dá a conhecer ao Ministro da Informação das suas deliberações tendo em vista o teor do art. 2º da Lei de 1949 : " a comissão entendeu manter a notificação/ aviso prévio e" o aviso de procedimento contra a Colecção Tarzan ( e o "Fantasma de Bengala") " enquanto que renova o aviso prévio contra a revista Tarzan( semanal) <sup>289</sup>.

Na reunião de 12 de Junho de 1952 a Comissão toma nota do desaparecimento do semanário "Tarzan" mas regista a ausência de melhorias no seu irmão "Collection Tarzan" que continuava a publicar-se . Na verdade, o semanário "Tarzan" terminaria, embora temporariamente , a sua publicação certamente pressionado pelas orientações da CSC mas sobretudo por uma decisão de outra entidade a "Comission Paritarie des Papiers de Presse" encarregue de decidir de determinados facilidades fiscais e postais, a qual cancelou à publicação o certificado de inscrição impedindo-a de beneficiar das citadas vantagens<sup>290</sup>

O responsável das "Editions Mondiales" enviou uma carta a um dos membros da Comissão, M. Desfourges solicitando a opinião deste a uma nova maquete da série Tarzan . A Comissão decide que " tal exame seria na realidade um acto de censura prévio, contrário aos princípios da nossa legislação na matéria. A publicação Tarzan terá apenas

---

<sup>287</sup> Vide Acta da 11ª reunião da CSC de 27/6/1951 ANF/CAC. *Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains*. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1

<sup>288</sup> Vide Acta da 12ª reunião da CSC de 1/2/1952 ANF/CAC. *Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains*. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1

<sup>289</sup> Vide carta do Secretariado da CSC ao Ministro da Informação de 14/2/1952 ANF/CAC. *Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains*. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1

<sup>290</sup> Vide Thierry Crépin , *Haro sur le Gangster[...]* p. 366, que sustenta não ter sido alheia à decisão tomada pela Commission Paritaire de Papiers de Presse todo o ambiente criado pela Commission em torno do " caso Tarzan". A verdade é que o mercado dos semanários franceses infanto-juvenis era dominado nessa altura por Tarzan com uma tiragem de 220.000 exemplares semanais.

que se conformar no futuro às prescrições da lei"<sup>291</sup>. Contudo e apesar de não poder ignorar o reaparecimento da revista “Tarzan “ o facto suscitou a maior indignação na CSC . Um dos membros da Comissão, M. Finkelstein anunciou que " nos meios da educação católica ficaram escandalizados pelo reaparecimento de Tarzan"<sup>292</sup>. Contudo a Comissão não nega a existência de melhorias "apreciáveis" no novo Tarzan convidando, contudo, o Editor a fim de lhe " solicitar para acentuar ainda os esforços de melhoria"<sup>293</sup> Mas o editor decide pôr fim a “Tarzan” substituindo pela revista “Hurrah”. Aparentemente mais não fez do que antecipar novo aviso prévio da Comissão. Na verdade esta assinala que a nova fórmula se bem que tenha evoluído no bom sentido, registou " depois do nº25 novas histórias inferiores às antecedentes e que deixam cada vez menos lugar aos autores -desenhadores franceses"<sup>294</sup> .

O resultado destas orientações da CSC acaba por ser mitigado, já que as propostas da Comissão dirigidas ao Ministro da Justiça para interromper a publicação de “Tarzan” e da “Collection Tarzan” não mereceram apoio. É verdade que o semanário acabará por interromper a sua publicação em 24 de Outubro de 1953 ( a “Collection Tarzan” continuará a publicar-se ), mas tudo leva a crer por alteração da estratégia editorial de Cino Del Duca . Por um lado, o semanário registava quebra de leitores , por outro o negócio mais rentável do Grupo estava cada vez mais na imprensa do coração e menos na imprensa infanto-juvenil. E em qualquer caso a salvar algo da aventura editorial infanto-juvenil das Editions Mondiales seria sempre o "L'Intrépide" que com o desaparecimento do seu irmão “Tarzan” acabaria por beneficiar aumentando as suas tiragens que atingiriam cerca de 240.000 exemplares<sup>295</sup>. É também possível que o encanto das aventuras de Tarzan entre os jovens franceses tenha esmorecido e ainda que Cino del Luca , após ter sido condecorado em 24 de Março de 1953 por George Bidault, como Cavaleiro da Legião de

---

<sup>291</sup> Vide Acta da 15ª reunião da CSC de 18/12/1952 ANF/CAC. *Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporaines*. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1

<sup>292</sup> Vide Acta da 17ª reunião da CSC. 28/5/1953 ANF/CAC. *Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporaines*. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1

<sup>293</sup> Vide Acta da 18ª Reunião da CSC 25/6/ 1953 ANF/CAC. *Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporaines*. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1

<sup>294</sup> Vide Acta da 19ª reunião da CSC 15/10/1953 ANF/CAC. *Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporaines*. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1 19901181/1

<sup>295</sup> Vide sobre o " L'Intrépide" ( 2ª série, 1949-1962) , Michel Deni, “ L'Intrépide 2 ème série ou la littérature d'évasion au service de la BD”. *Le Collectionneur de Bandes Dessinées*, nº 31. Janvier-Fevrier 1982, pp. 10-18 .



Honra, uma das mais altas distinções do Estado francês, tenha abandonado Tarzan por um súbito "apelo de respeitabilidade"<sup>296</sup> .

Em qualquer caso Cino del Duca ficará para a história da imprensa francesa associado à "imprensa cor de rosa" mas também no domínio dos periódicos infanto-juvenis, pela revista " Tarzan" .

Para a história fica também a defesa que Cino del Duca fez do seu herói . Nas páginas da revista lê-se : " (Tarzan) encarna todas as belas qualidades do herói moderno, o vigor físico mas também o amor da vida sã e em plena natureza, mas também a inteireza, a franqueza a defesa generosa dos fracos e oprimidos"<sup>297</sup> Uma voz isolada. Escassos dias antes o escritor Armand Lanoux analisando o mito de Tarzan tal como se apresentava no cinema escreve que se trata da " nostalgia da animalidade primitiva" e que há boas razões para os educadores o terem como suspeito <sup>298</sup>.

Parecerá desajustada esta referência um pouco mais extensa à personagem de Tarzan como objecto da senha persecutória da CSC em França. Contudo estas considerações ajudarão certamente a contextualizar, alguns capítulos adiante, a intervenção dos censores portugueses sobre o mesmíssimo personagem .

A editora Dupuis, mais conhecida pelo seu mais perdurável e histórico sucesso editorial , a personagem "Spirou" que deu nome a uma revista semanal com o mesmo nome fundada em 1938, está nas origens da BD belga e por essa via da escola franco-belga de banda desenhada. O criador da empresa Jean Dupuis, nasceu numa família católica conservadora impregnada de ideias maurrasianas. Ele próprio era um católico de missa diária adepto do chamando catolicismo social, que investia parte dos seus rendimentos na construção de igrejas . Criou na sua empresa , as Editions Dupuis, um fundo de seguro para a doença e " quando o trabalho se prolongava pela noite não hesitava em levar uma chávena de café aos seus empregados" <sup>299</sup>.

Ora é neste contexto que a Lei de 1949 e a actuação da CSC se projectará na actividade da Dupuis. Embora o conservadorismo da editora e a sua estrita moralidade religiosa ficasse à prova da CSC a verdade é que a escola de Marcinelle, pequena cidade a sul de Bruxelas onde estava instalada a sede da empresa, não deixou de sofrer alguns constrangimentos

---

<sup>296</sup> Vide Thierry Crépin , *Haro Sur Le Ganster*[...]. p. 367

<sup>297</sup> Vide "Tarzan", nº 188, 29 Avril 1950, p. 2 citado por Thierry Crépin, *Haro sur le Ganster*, [...] p. 365

<sup>298</sup> Vide Armand Lanoux, " Le Mythe de Tarzan" , *L'Education Nationale*, 27 Avril 1950 , p. 1

<sup>299</sup> Vide Philipe Delisle, *Petite Histoire Politique de la BD Belge de langue Française*, Paris, Karthala, 2016, pp. 17, 18 e 29

criativos. A família Dupuis havia trazido para o convívio da sua principal publicação “Spirou” o padre jesuíta Philippe Sonet que arbitrava as discussões quando se tratava de temas religiosos. A primeira vítima foi “Tarzan” não por qualquer consideração religiosa, mas por se saber da animosidade da Comissão francesa contra o rei da selva. As magníficas pranchas desenhadas por Hogarth desapareceram do “Spirou” e passaram para revista do mesmo grupo “Moustique” que não circulava em França. Ou seja, reforçou-se durante toda a década de 50 um critério de auto-censura por forma a evitar contratempos que no caso de publicações estrangeiras importadas para França, como era o caso, se traduzia em pura e simples proibição de venda. A referida auto-censura não evitou proibições de importações se bem que as versões dos álbuns para serem vendidas em França se apresentassem mais edulcoradas, sem armas, com menos violência e nenhum vestígio de assassinatos. Mesmo um animal inexistente, inventado por Franquin, o “marsupilami”, foi sujeito a fortes críticas, pelos gritos inarticulados e o mínimo de vocabulário<sup>300</sup>. Ou seja mesmo um editor aparentemente insuspeito para a CSC do ponto de vista dos valores morais, culturais e religiosos, não deixou de sentir o impulso intimidatório daquela.

Analisado nos seus traços gerais o modelo francês de controlo e vigilância da literatura infanto-juvenil no período considerado no presente estudo (anos 50 e 60), em concreto dos periódicos da “literatura desenhada” para crianças e jovens, constatamos que o seu modelo legal se pode definir como de tutela repressiva mista a um tempo administrativa e judicial. Ficou afastado, ao menos do ponto de vista estritamente legal, um modelo de censura prévia operando a intervenção “moralizadora” após a publicação dos jornais, revistas ou livros e ainda assim com a palavra definitiva a ter de ser dada por um tribunal com todas as garantias de defesa para os editores e responsáveis editoriais. Nem de outra forma poderia ser considerando a plena consolidação de uma democracia constitucional em França com a Constituição de 1946, que garantia de forma muito ampla a liberdade de expressão, a liberdade de opinião, a livre criação artística, o direito de propriedade e em certo sentido também a liberdade das actividades económicas. Tanto assim é que os vários responsáveis e integrantes da CSC, que nos anos 50 e 60 manteve uma assinalável estabilidade da sua composição, sempre afastaram a ideia de exercerem uma actividade censória<sup>301</sup>. Acresce o próprio contexto histórico que presidiu à aprovação da lei, no

---

<sup>300</sup> Vide Thierry Martens, “Dupuis à l’ombre de la censure”[...]p. 35

<sup>301</sup> Discurso esse que se manteve sempre até aos dias de hoje. Vide a entrevista de Jacqueline de Guillenchmidt, conselheira de Estado que exerceu as funções de Presidente da CSC já no sec. XXI: “

rescaldo o fim da ocupação alemã em verdadeiro processo de libertação e de profunda democratização de instituições e de mentalidades. O facto também de alguns dos membros da CSC terem sido resistentes e participado activamente na luta clandestina contra o nazismo e contra o Estado de Vichy, fazia-os ter bem presentes a realidade da censura e da eliminação de qualquer manifestação verdadeira de liberdade de expressão<sup>302</sup>. Contudo, como se indicou, a prática acabou por fazer prevalecer um procedimento de vigilância prévia, por iniciativa muitas vezes dos editores, com receio de desbaratarem os significativos investimentos financeiros que efectuavam para o lançamento de novos "ilustrés". Daí que muitas deles enviavam previamente "maquetas" dos seus futuros jornais para que a CSC pudesse dar a entender "oficiosamente" se tudo estava no bom caminho...<sup>303</sup>

Ora não deixa de ser interessante referir, a benefício de futuro inventário e tendo presente o estatuto da Banda Desenhada no contexto da História da Cultura Popular a que aludimos em capítulo introdutório, como é que a doutrina francesa vê o papel da CSC, sobretudo nos seus alvares, ou seja anos 50 e primeira metade dos anos 60. Vimos já que o estatuto cultural da BD tem evoluído ao longo de décadas e a sua exacta localização tem sido pressionada quer por discursos muito hostis quer por aproximações quase canonizantes<sup>304</sup>. Ora a aprovação da Lei de 1949 e a prática da CSC nos anos em referência ajudaram a inclinar esse debate para o campo da desqualificação. E se na transição em meados dos anos 60 se pode dizer que esse papel se alterou algum resíduo terá ficado do debate anterior.

Importa recuperar aqui algumas manifestações mais interessantes dos princípios da Lei e da prática da CSC. Os "ilustrés" são perigosos para os jovens porque são deseducativos. Assim um herói como Tarzan, tornado popular por estes jornais, é um "meio selvagem" que tem mais de "besta" do que de humano. Mas não é só o conteúdo das personagens e

---

todos aqueles que pretendem exhibir-nos como uma comissão de censura fazem um mau trabalho" "La Commission de Surveillance aujourd'hui, entretien avec Mme Jacqueline de Guillenchmidt para Thierry Groensteen " *9<sup>ème</sup> Art*, Janvier, 1999 n° 4 p. 41

<sup>302</sup> Vimos acima que não foi sem alguma resistência e sobretudo com alguma má consciência que em Julho de 1950 a CSC adoptou um texto a enviar aos Editores "Thèmes généraux inspirant des représentations et des aus éditeurs de Journaux pour enfants" Vide *Compte Rendu(...)* l'année 1950" cit. pp. 30-34. Alguns comissários mostrarem resistências à preparação e difusão de tais indicações com receio de uma acusação de dirigismo, certamente devido à recordação viva das "recomendações" da censura alemã de Vichy dirigidas aos jornais durante a ocupação. Vide Thierry Crépin, *Haro sur le Gangster*, [...]p. 326.

<sup>303</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro Sur le Gangster*. [...]p. 320

<sup>304</sup> Vide Jean-Mathieu Méon, "L'illégitimité de la bande dessinée et son institutionalisation: le rôle de la loi du 16 Juillet 1949". *Hermès*, 54. 2009, p.45

das situações que está em causa, é também a forma das bandas desenhadas : fealdade das ilustrações , insuficiência dos textos, expressões gráficas chocantes .

Todo este discurso é acompanhado de uma teoria dos efeitos nocivos e multiplicativos das bandas desenhadas. Como objecto constituído por imagens fixas que se podem guardar , coleccionar e ver uma e outra vez ela acaba por ter um resultado comportamental e moral negativo para os jovens. Mais do que o cinema: a imagem do cinema agride mas passa, a do jornal fica ! Sobre o plano moral a imagem dos " ilustrés", exposta no quiosque fica , persiste e pode ficar recortada na memória dos jovens " a imagem do "gangster" de corpo espesso e cabeça minúscula impondo a ditadura da metralhadora"<sup>305</sup> . Ora é também o meio de expressão que é objecto da crítica da CSC : a narração com pouco ou nenhum texto em que a imagem prevalece e acaba por dominar tem um efeito desmoralizador e é um elemento essencial da imprensa infanto-juvenil. Ora este discurso poderia ter apenas um efeito simbólico não fosse o caso da CSC ter instrumentos persuasivos e sancionatórios que efectivamente utilizou para fazer prevalecer o seu entendimento na matéria. Pelas instruções que divulgou pelos editores , as " Thèmes" que referimos antes, pela convocatória dos seus responsáveis , pelas ameaças de interdição que fez prevalecer sobre muitos , induziu efectivamente a comportamentos auto-censórios que conduziram objectivamente à institucionalização de um discurso crítico sobre a Banda Desenhada<sup>306</sup>.

Que esse discurso tenha sido revertido nos anos 70 e 80 não apaga a influência deletéria da CSC , sobretudo no seu decénio inaugural.

Mas existe uma outra conclusão, não desprovida de real importância, que decorre da colisão jurídica entre a liberdade de imprensa e a protecção dos menores e que tem refrações do ponto de vista constitucional que alguns autores vêm assinalando. Como vimos, a intervenção da CSC ao longo dos anos, mas sobretudo nos anos 50 foi muito para além do que o art. 2º da Lei de 1949 lhe permitia, interferindo claramente com a liberdade criativa de autores e editores<sup>307</sup> . Na realidade exigia dos editores das revistas

---

<sup>305</sup> Vide Jean- Mathieu Méon, " L'illégitimité de la bande dessinée[...]. p. 47

<sup>306</sup> Assim Jean-Mathieu Méon, " L'illégitimité de la bande dessinée [...] " p. 49

<sup>307</sup> Importa não esquecer o teor do art. 14º da Lei de 1949 que permitia e permite estender a jurisdição da lei e da Comissão às " publicações de qualquer natureza que representem um perigo para a juventude" em razão entre outros aspectos do " seu carácter licencioso ou pornográfico". Com as alterações legislativas subsequentes o espectro das ameaças à juventude alargou-se ao " crime, violência, à discriminação ou ódio racial e ao incentivo ao uso , porte e tráfico de estupefacientes". Em rigor este preceito que autorizava ( e autoriza repita-se) o Ministro do Interior, sob parecer da Comissão a interditar a venda, exposição ou a publicitação de todas as publicações e não apenas as destinadas a crianças e adolescentes como refere o art. 1º, que caíssem na previsão da citada norma.

que assumissem o compromisso de educar os jovens compartilhando responsabilidades educativas com a família ou a escola. Ou seja “ com base num motivo legítimo que era protecção da infância o Estado dava conteúdo valorativo à liberdade de imprensa, que por essa via se encontrava em boa parte privada da sua condição de direito fundamental”<sup>308</sup>. Ora tal valoração implicaria, pelo menos na prática da CSC na década de 50 um juízo de inconstitucionalidade por ofensa à protecção constitucional da liberdade de imprensa consagrada na Constituição de 1946 e mais tarde na de 1958.

Na verdade o modelo francês se assim se pode catalogar, criando uma autoridade administrativa com poderes repressivos e grande capacidade de influência junto dos editores,<sup>309</sup> não visou apenas proteger os menores de “ leituras perigosas”. Teve em consideração três dimensões as quais sempre estiveram presentes desde a sua aprovação, mas que foram evoluindo nas suas relações recíprocas ao longo das décadas. O aspecto económico tinha que ver com a visão protecionista do mercado francês de BD, o aspecto de ordem pública, visava diminuir a criminalidade juvenil e o aspecto ideológico , tinha em mente a formação dos menores no quadro do novo espírito francês. Se nos ativésemos aos dois primeiros aspectos seria sempre difícil acusar a lei de contrária aos princípios constitucionais que protegem a liberdade de imprensa. Importa não esquecer que a França era e é ainda uma democracia constitucional. Uma adequada ponderação de direitos, princípios e valores acomodaria sempre o espírito da lei. Assim, a principal preocupação , pelo menos nas décadas de referência 50-60, era formar cidadãos responsáveis e conscientes à luz de uma nova França renascida das cinzas da II Guerra Mundial . Não pode interpretar-se de outra forma a previsão de um novo tipo penal “ a desmoralização da juventude” que permitiu à CSC, em seu nome, orientar e em alguns casos forçar mesmo pela via da auto-censura o conteúdo das publicações<sup>310</sup>. E para alguns mesmos mudar o panorama da BD franco-belga com a afirmação de uma escola com essa designação que foi progredindo com cada vez maior sucesso desde meados dos anos 50.

---

Mas se a ratio da norma era impedir a venda a menores de publicações para adultos, na realidade como refere Thierry Groensteen “ durante o período gaulista este artigo foi instrumentalizado pelo poder na luta contra órgãos de imprensa considerados subversivos como “ Hara-Kiri” ou “ Charlie Hebdo””. Vide Thierry Groensteen, “ *C’était le temps où la bande dessinée corrompait l’âme enfantine*[...] p.19

<sup>308</sup> Vide Ignacio Fernandez Sarasola “ Las lecturas peligrosas”[...]p. 254

<sup>309</sup> “ O poder da Comissão foi imenso e chegará- por paradoxal que possa parecer- a impor à produção de bandas desenhadas normas que reflectiam na realidade preconceitos de educadores hostis ao género e que conduziram a verdadeiros desastres narrativos e iconográficos” Harry Morgan, “Les discours sur la bande dessinée, Bilan historique, 1830-1970 “ Actes de l’université d’été de la Bande dessinée. *Neuvième Art*, Hors –série, Juillet 2007, p.19

<sup>310</sup> Ignacio Fernandez Sarasola entende mesmo que , no seu funcionamento prático a CSC actuava “ como um autêntico órgão censor”, vide “ *Lecturas prohibidas*[...], p. 252

A comissão, sendo um órgão do Estado, não evitou pronunciar-se sobre o conteúdo de revistas destinadas ao público jovem, sobre super-heróis, os reis da selva ou relatos de ficção científica – num misto de moral laica do PCF e moral religiosa do MRP<sup>311</sup> - criticando os valores subjacentes convertendo-se num instrumento fiscalizador da moral pública. Nessa perspectiva, e apenas nessa, é legítimo comparar a sua actividade com a actividade de idênticas estruturas criadas nas ditaduras espanhola e portuguesa, e assim, no capítulo final deste trabalho chamar à colacção algumas das suas considerações e conclusões.

### **3.4. Espanha : o percurso da censura franquista, do “tebeo ” tolerado ao “tebeo ” orientado<sup>312</sup>.**

Merece algum desenvolvimento a situação em Espanha durante o consulado franquista. Por um lado, porque permite uma comparação com Portugal de modo mais eficaz dado que se tratavam de dois regimes políticos similares que evoluíram cronologicamente a par. Por outro, porque é possível surpreender algumas interessantes afinidades, não só quanto às preocupações nas temáticas censuradas e nas orientações ideológicas como nas estruturas criadas para dar resposta à nova realidade das publicações periódicas infanto-juvenis.

A censura infanto-juvenil em Espanha, no período franquista, pode dividir-se em três períodos : a) primeira etapa chamada de “ indiferenciação “ , entre 1936 e 1952; b) segunda etapa de “regulação” entre 1952 e 1962;c)e terceira etapa de “ intervenção “

---

<sup>311</sup> Vide Michèle Piquard” *La Loi du 16 Juillet 1949 et la production de livres et alnuns pour la Jeunesse*”[...]p. 222

<sup>312</sup> A obra de referência sobre a censura aos periódicos infanto-juvenis em Espanha é a de Josep Vicent Sanchis, *Els assassins d’El Capitán Trueno. La censura de les publicacions infantils i juvenils durant el franquisme. Estudi de l’evolució del marc legal e del seu impacte em els contiguts publicats(1936-1982)*. Tese de Doutoramento em Comunicação e Relações Internacionais .Universitat Ramón Lull, Barcelona, 2016, disponível em <http://hdl.handle.net/10803/371462>. Do mesmo autor também relevantes *Tebeos Mutilados, La Censura Franquista contra la editorial Bruguera*, Barcelona, Ediciones B, 2010 e *Franco contra Flash Gordon*, Valência, Tres i quatre S.L., 2009. Complementarmente é de muito interesse porque estuda o enquadramento jurídico-político da censura aos “ tebeos” o ensaio de Ignacio Fernandez Sarasola, *La Legislación sobre Historieta em Espana* , 2ª edición revisada,Sevilha , ACT Ediciones, 2017. Sobre a Censura em geral durante o franquismo vide Justino Sinova , *La censura de prensa durante el franquismo*, Madrid, Espasa-Calpe, 1989 e Miguel Delibes, *La censura de prensa em los anos 40 (y outros ensayos)*, Valladolid, Âmbito, 1985.

entre 1963 e 1975<sup>313</sup>. Esta periodização não corresponde inteiramente às fases em que o franquismo se divide segundo a maioria dos historiadores , mas tem evidentes proximidades. Assim é usual dividir-se o franquismo em três fases : a) 1936-1945 , fase pseudo-fascista e potencialmente imperialista; b) 1945-1959, fase do nacional-catolicismo corporativo e c) 1959-1975, fase do “ desenvolvimentismo tecnocrático “ com evolução para o autoritarismo burocrático<sup>314</sup>.

Entre 1936, data do “ alzamiento” ou seja do golpe militar nacionalista e 1975, fim do regime franquista sempre existiu censura em Espanha. Em rigor nos primeiros anos da guerra civil e em boa parte durante a mesma a censura nacionalista prevaleceu nas zonas que iam sendo ocupadas pelas suas forças militares. Mas não é de afastar que tenha existido censura nas zonas republicanas, considerando o regime de guerra instalado, estudo que está por fazer. A censura abrangia todas as publicações e as publicações periódicas infanto-juvenis não escapavam a tal. Essas publicações, preenchidas à semelhança das suas congéneres americanas e europeias , por bandas desenhadas ou “histórias em quadrinhos”, intitulavam-se na linguagem popular, e ainda hoje são assim conhecidas por “tebeos”<sup>315</sup>.

E é justamente no início dos anos 30 , tal como ocorre em França, como vimos, que um novo tipo de “ tebeos” invade Espanha: os “comics” norte americanos: “ os tebeos de maior importância entre 1930 e 1936 compostos geralmente à base de “comics” ingleses e

---

<sup>313</sup> Vide Vicent Sanchís , *Els assassins d'El Capitán Trueno*[...] p. 337. O autor regista a presença da censura infanto-juvenil mesmo após a transição democrática, referindo que só no Governo socialista de Filipe Gonzalez, em 1982 , tal prática terá cessado. Vide idem, *ibidem*, pp. 324-325 . Não muito diversa é a periodização proposta por Ignacio Fernández Sarasola, *La Legislación sobre la Historieta em Espana*[...] que considera um primeiro período de “ comic tolerado” ( 1936-1952), um segundo de “comic regulado”( 1952-1966) e um terceiro de “ comic orientado” (1966-1975) .

<sup>314</sup> Vide Stanley G. Paine, *Em defesa de España, Desmontando mitos y leyendas negras*, Barcelona, Espasa, 2017, p. 229

<sup>315</sup> A designação decorre do nome daquela que poderá considerar-se a mais famosa publicação do género em Espanha , publicada entre 1917-1998 e intitulada justamente “TBO” . Vide Jesús Cuadrado, *Atlas español de la cultura popular: De la historieta y su uso 1873-2000*, Madrid: Ediciones Sinsentido/Fundación (2000). Germán Sánchez Ruipérez e José María Delholm *Catálogo del tebeo en España. 1865/1980*, Barcelona: Círculo de Amigos del Cómic y el Coleccionismo. 1989 e Antoni Guiral , *100 años de TBO. La revista que dió nombre a los tebeos*. Barcelona: Ediciones B, 2017. A transformação do título num substantivo comum de uso genérico que passou a denominar e a definir um tipo de publicações infanto-juvenis compostas principalmente por “ histórias em quadrinhos”, constitui um caso típico de “ deslizamento semântico”- similar ao ocorrido no Brasil com “gibi”- , levada a cabo pelo público leitor durante um largo período de tempo até se converter numa palavra de uso comum e como tal aceite pela Real Academia Espanhola através da sua Comissão de Dicionários da Academia que em 28 de Novembro de 1967 comunicou à empresa editora da revista “TBO” a admissão do substantivo “ tebeo” com a seguinte definição “ revista infantil cujo assunto se desenvolve em séries de desenhos” . Vide António Martín , *Apuntes para una historia de los tebeos*[...] p. 74

americanos começam em 1934 e correspondem a editoras barcelonesas: Marco, Hispano-Americana de Ediciones e Molino com Yumbo, Aventurero, La revista de Tim Tulyer, Cine Aventuras e Mickey. Trata-se de um momento comum a toda a Europa ao ponto de se editarem vários destes títulos simultaneamente em Itália, França e Espanha”<sup>316</sup>

Ora durante a guerra civil e até 1952 , prevalece um controlo indistinto de toda a imprensa ao abrigo da Lei de Imprensa de 18/3/1938, de tal forma que “ cada exemplar de cada revista destinada a este tipo de público requeria a autorização da Delegação de Censura e suportava as mesmas obrigações , restrições e sanções que sofria o resto da imprensa”<sup>317</sup>. Ou seja, não havia chegado ainda a Espanha o pânico internacional contra os “ comics”. Os mesmos valores serviam a adultos e a crianças. Se é certo que a Censura se vai deslocando lentamente da Falange para o Ministério da Educação Nacional , mantém-se a preocupação generalista sem cuidar das especificidades infanto-juvenis.

Entre 1936 e 1952 não existiu legislação específica sobre as publicações infantis e juvenis. Os “tebeos” ficaram sujeitos a uma censura que na realidade foi de baixa intensidade ou praticamente ausente. Apenas interessados no acatamento das bases políticas da ditadura e no respeito dos mandamentos da Igreja Católica o Estado franquista não manifestou particular preocupação com a especificidade da literatura infantil . Contudo o controlo do papel, escasso e sujeito a um regime de autorizações político-administrativas<sup>318</sup> e o registo das publicações como periódicas, que sendo geral também se aplicava aos “tebeos”, funcionou indirectamente como condicionante da vida dessas publicações<sup>319</sup>. Assim “ a

---

<sup>316</sup> Vide Antonio Martín, *Apuntes para una historia de los tebeos*[...]p. 68, que acrescenta : “ Estes países ( França, Itália e Espanha) conhecem nos anos 30 um auge espectacular do “comic”, propiciada pelo estabelecimento em Paris da agência “Opera Mundi”, fundada em 1929 por Paul Winckler com base na ideia da distribuição em toda a Europa do “comic” norte americano( sobretudo o da King Features Syndicate) “. Itália foi o primeiro país em que as publicações infanto-juvenis assentes em material inglês e americano têm sucesso ( “Jumbo”, “Topolino”, “L’Aventuroso”, “L’Audace”) e daí passam para França e Espanha. “ Podemos dar como exemplo os “comics” de Mickey de Walt Disney Productions que são primeiro editados em Itália pela Nerbini ( 1932) na revista “Topolino”, depois em França por Paul Winckler no “Journal du Mickey”( 1934) e finalmente em Espanha pela Molino com o “tebeo” Mickey”(1935)”, vide, idem, *ibidem*.

<sup>317</sup> Vide Vicent Sanchis, *Tebeos Mutilados*[...] p. 35

<sup>318</sup> Vide Antonio Martín, *Apuntes para una Historia de los Tebeos*[...],p. 98 e Ignacio Fernández Sarasola, *La legislación sobre la historieta em España*[...]pp.50-55

<sup>319</sup> O racionamento do papel , particularmente durante a II Guerra Mundial e nos subsequentes anos de crise após o fim da guerra , colocava nas mãos do Estado franquista um poderoso mecanismo de condicionamento e limitação da liberdade de imprensa. Para beneficiaram de papel as publicações teriam de garantir uma licença que garantisse a sua natureza periódica de acordo com uma decisão arbitrária do Governo e na lista das prioridades franquistas, nesse campo, as publicações de conteúdo infanto-juvenil eram as últimas a ser consideradas . Não admira que apenas alguns jornais sobretudo alinhados com o poder político( como “Pelayos”, “Flecha” e mais tarde “Chicos”) tenham conseguido impôr-se. Vide Ignacio Fernandez Sarasola “ El Régimen Jurídico de la Historieta em la Espana franquista (1938-1949) . *Revista de estudios sobre la historieta “ Historietas ”* nº 3, 2013, p. 30



despreocupação do franquismo pelas publicações infantis alargar-se-ia até à década de cinquenta”<sup>320</sup>. A consequência dessa circunstância vem sendo assinalada como permitindo maior liberdade criativa<sup>321</sup> entre autores e responsáveis pelas publicações. E inclusive muitas das preocupações que deram corpo ao pânico internacional “anti-comics”, designadamente a violência e o erotismo, tenham passado quase incólumes aos olhos dos censores nesta fase da censura franquista aos “tebeos”.

Isso explica que os mais populares personagens de BD espanhola dos anos 40 e 50 como “ Roberto Alcazar y Pedrin”<sup>322</sup> e “ El Guerrero del Antifaz” se multiplicassem em violências de todos os tipos e em alguns casos exibindo mesmo manifestações de sadismo. Curiosamente a mesma permissividade verificou-se nas cenas eróticas que abundavam nos “ tebeos” da época “ A castidade imposta a todas as ordens sociais por uma Igreja Católica conservadora que se erigiu em pilar do regime não transcendeu para as “historietas”. Pelo menos com o grau e intensidade que se notou em outros campos, começando pelo educativo. Talvez que o peso maior da Falange nos órgãos censores durante os primeiros anos do franquismo, em prejuízo do grupo nacional-católico, contribua para explicar que os censores se ocupassem mais em evitar qualquer propaganda política e de promover o totalitarismo do que vetar imagens de conteúdo sexual. Apenas os ataques mais visíveis contra o “ dogma e a moral” ( aspecto sobre o qual os censores deviam pronunciar-se) pareciam despertar o aparelho de censura do regime”<sup>323</sup>. Na verdade, os primeiros anos da ditadura o controlo esteve longe de ser tão tenaz como aconteceria nas décadas seguintes: “ não havia censores da imprensa infantil(...) não havia qualquer preocupação com a

---

<sup>320</sup> Vide Ignacio Fernandez Sarasola “ El Régimen Jurídico de la Historieta em la Espana franquista [...] p.38

<sup>321</sup> Vide Ignacio Fernandez Sarasola “ Viñetas truncadas. El control sobre las historietas durante el franquismo”, *International Journal of Iberian Studies*, Volume 30, Number 1, 1 March 2017,

<sup>322</sup> Alguns autores sustentam a proximidade destes personagens, cujos argumentos foram escritos pelo editor Juan Bautista Puerto Belda e desenhados por Eduardo Vanó Pastor- Vide Vicent Sanchís, *Tebeos Mutilados*[...], p. 39- e que constituíram um êxito editorial, publicando-se ininterruptamente entres 1941 e 1976, com valores do regime franquista, César Sanchez Ortiz, “La Censura em tebeos e historietas” , Pedro C. Cerrillo Y Maria Victoria Sotomayor, eds. *Censura y LIJ em el siglo XX ( em Espana y 7 países latino-americanos)*. Cuenca. Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2016, p.173 e de forma mais taxativa Lucas E. Lorduy, “ Roberto Alcázar y Pedrín como paradigma sociológico del período de la autarquia em Espana(1939-1959). CuCo, Cuadernos de Cómic, nº 7 (2016),pp. 66-86, que defende a permeabilidade da série à ideologia franquista e por esta via a sua capacidade de influenciar os jovens e as classes sociais mais baixas e com menores níveis de instrução. Mas também há quem sustente que não faz sentido confundir os lugares comuns da narrativa de acção com o franquismo, vide Pedro Porcell Torrens, *Superhombres ibéricos*, Alicante, Edicions de Ponent, 2014, pp. 87-88

<sup>323</sup> Vide Ignacio Fernandez Sarasola “ El Régimen Jurídico de la Historieta em la Espana franquista (1938-1949)[...]pp. 33 e 34 e *La Legislacion sobre Historieta en España*[...]pp.58-62

apresentação da violência(...) podendo desenhar-se os mais atrozes suplícios e as mais bárbaras torturas”<sup>324</sup>. Neste aspecto e pelo menos quanto à primeira fase do regime de censura aos “ tebeos” que vai até ao início da década de 50 o paradigma espanhol é diverso de outros países que , quer num contexto de democracia quer de ditadura regulamentaram o conteúdo das vinhetas tendo as crianças como referência . Em Espanha “ pesou muito mais a salvaguarda dos valores falangistas e nacional católicos que sustentavam o regime”<sup>325</sup>.

Ao invés os “ tebeos” estrangeiros , ainda que por vezes se ocultasse a sua origem eram objecto de feroz perseguição, quase sempre devido ao “ conteúdo fantástico” que ostentavam<sup>326</sup>. Essa realidade teve como consequência a interrupção da entrada de “comics” americanos , importados sobretudo pelo editor italiano Lotario Vecchi, que se viu obrigado a reeditar as aventuras publicadas antes da guerra civil com os nomes dos personagens espanholizados : “ Flas Gordon ( sem h para parecer melhor), Merlín o mágico moderno( “Mandrake”), Juan o intrépido ( “Johnny Hazard”) Carlos o intrépido ( “Brick Bradford”) , Jorge e Fernando ( “Tim Tyler and Spud”)”<sup>327</sup>. Em face das publicações estrangeiras foram intensos os cortes da censura sobretudo quanto a qualquer indício de sexualidade. Escreve Ignacio Fernández Sarasola : “ Os exóticos vestidos de Dale Arden e da princesa Aura foram amplamente retocados para se converterem em recatados hábitos; os fatos de banho de Diana Palmer a eterna noiva de The Phantom sofreram a mesma sorte. E se os personagens secundários tinham que sujeitar-se a tais câmbios estéticos que dizer dos protagonistas. Vítima propiciatória foi a “ Pantera Rubia” nome que recebeu em Espanha a personagem criada pelos italianos Gian Giacomo Dalmaso e Enzo Magni, “ Pantera Bionda”, imitação das rainhas da selva dos comics estadunidenses como Sheena, Princess Pantha ou Nyoka. O biquíni de pele de leopardo da selvática rapariga converteu-se na sua versão espanhola, numa blusa e numa larga saia, ambas em pelo de leopardo. Corte e confecção selvagem ao serviço do regime”<sup>328</sup>. Este zelo censório em relação aos produtos estrangeiros, especialmente dos EUA, foi contudo atenuada pelo aparecimento de personagens indígenas que não eram mais do que

---

<sup>324</sup> Vide César Sanchez Ortiz “ La censura em tebeos e historietas”Pedro C. Cerrillo Y Maria Victoria Sotomayor, eds. *Censura y LIJ em el siglo XX ( em Espana y 7 países latino-americanos)*. Cuenca. Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2016, p. 165

<sup>325</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La legislación sobre historieta em España[...]*pp. 13-14

<sup>326</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La legislación sobre historieta em España[...]*p. 63

<sup>327</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La legislación sobre historieta em España[...]*p. 63. Acrescentem-se as designações de Ciclón( Superman ) e Alas de Acero ( Batman)

<sup>328</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La legislación sobre historieta em España[...]*p. 64

imitações dos “comics” do outro lado do Atlântico. Sósias de “Mandrake” (“ El Murciélago”), de “Tarzan” ( “Sindhu”, “Ultus”, “Silac”, etc) , de “Flash Gordon” ( “Jaime Bazán”, “Ray de Astur” , “Red Dixon”) multiplicaram-se. Mas por arrastamento , a influência do “comic” norte-americano , projectou-se nos temas ( western, ficção científica) e sobretudo no modelo narrativo em que a presença dos balões e a integração da imagem e do texto substituíram os modelos mais arcaicos .

Esta primeira época da realidade censória infanto-juvenil na Espanha franquista que justifica o epíteto de “comic tolerado” ou de tempo de indiferenciação, compreende também com raras excepções<sup>329</sup> um significativo silêncio relativamente a estudos que dessem corpo a uma doutrina acerca da imprensa infanto-juvenil.

As primeiras normas visando os “ tebeos” apenas surgem com a remodelação governamental de 1951 onde é criado o Ministério da Informação e Turismo que fica na responsabilidade de Gabriel Arias Salgado jornalista de proveniência falangista que desde os anos 40 havia exercido vários cargos na Administração Pública e que ficou conhecido em função do seu fanatismo ideológico como “Torquemada cultural do franquismo”<sup>330</sup>. O Ministro Gabriel Arias Salgado cria em 21 de Janeiro de 1952 a "Junta Assessora de la Prensa Juvenil" com o encargo de informar sobre a orientação e conteúdo geral de todas as publicações periódicas destinadas a crianças e promover as disposições que a esse propósito<sup>331</sup> . A referida Junta veio a ser composta por personalidades " provenientes de instâncias católicas, falangistas" sendo de destacar o papel do Justo Perez de Urbel, monje de Santo Domingo de Silos e historiador medievalista" <sup>332</sup>que exerceu funções de Presidente da Junta, e que havia sido director de publicações infantis falangistas, designadamente da mais conhecida delas “ Flechas Y Pelayos”. Com ele, outros membros alargarão a composição da Junta que em 1955 atingirá o total de 13 membros , ligados a

---

<sup>329</sup> A excepção mais significativa é a preocupação de Frei Perez de Urbel, o qual como director da revista falangista “ Flechas Y Pelayos” exigia do Estado uma particular atenção do Estado à imprensa infantil pressupondo a utilização dos “tebeos” como veículos de propaganda, “ onde o desenho devia ser preponderante” Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La legislación sobre historieta em España*[...]p.71

<sup>330</sup> Vide Vicent Sanchis, *Franco contra Flash Gordon*[...]p. 160

<sup>331</sup> Vide Vicent Sanchis, *Tebeos Mutilados, La Censura Franquista contra la editorial Bruguera*, [...] p. 84

<sup>332</sup> Vide idem, *ibidem*, pp. 85. Vide Ordem de 21/171952 , Boletim Oficial do Estado nº 32 /1/2/1952 e Ordem 25/4/1952 , Boletim Oficial do Estado nº 132, 11/5/1952. Justo Perez de Urbel exerceu desde o início da implantação da ditadura franquista , ainda que informalmente , um papel relevante na esfera da imprensa infanto-juvenil a ele cabendo no início dos anos 40 e na vigência da Lei Serrano Suñer a palavra decisiva em matéria de autorização de publicações periódicas nesse campo. Vide António Martín, *Apuntes para a la Historia de los Tebeos*[...] p. 98

maioria à imprensa infanto-juvenil franquista, à Igreja Católica ou a associações próximas da mesma ( e de nítida inspiração Opus Dei) e a Associações de Pais.

Terá sido da mentalidade do " frade integrista" Perez de Urbel que saíram as primeiras normas que consagram a orientação e as proibições para as publicações juvenis, ainda em 1952 . As referidas normas foram em 1954 e 1955, alteradas, mas o essencial da doutrina manteve-se . Finalmente acabou por ser aprovado o Decreto de 24 de Junho de 1955, que criou um quadro legal amplíssimo relativo ao controlo e censura das publicações infantis e juvenis<sup>333</sup>. Aí se previa que as " publicações infantis deveriam adaptar os textos e gráficos à especial sensibilidade dos seus leitores, devendo acentuar o devido respeito aos princípios religiosos, morais e políticos que fundamentam o Estado espanhol " e em caso algum poderão conter” ideias ou descrições que possam induzir em erro ou perturbação a formação das crianças e jovens que as leiam"

Dividia depois as publicações em vários grupos , " revista infantil", " revista juvenil" e "revista juvenil feminina", devendo todas elas consagrar na capa tais indicações. As revistas não podiam circular se não fossem autorizadas pela "Direccion General de Prensa", cumprindo-se um conjunto de requisitos na pessoa do responsável editorial ( espanhol, chefe de família, plenitude de direitos cívicos, não ter sido condenado e ser aprovado pela "Direccion General de Prensa"). O diploma definia a composição e funções da "Junta Assessora de Publicaciones Infantiles " . Formavam-na um representante da Comissão Episcopal de Ortodoxia e Moralidade, dois do Ministério da Educação Nacional e quatro vogais, cabeças de família e com reconhecida competência na matéria , nomeados pelo Ministério da Informação e Turismo . As suas competências ficavam definidas assim : " informar sobre tudo o que esteja relacionado com as publicações , sobre as petições de autorização de novas publicações infantis periódicas e a circulação das estrangeiras , assim como elaborar anteprojectos de normas e instruções que se refiram às referidas publicações". Contudo o Ministério reservava para si o controlo dos mecanismos de censura encarregados da vigilância das publicações infantis e salientava a obrigatoriedade do " trâmite de consulta prévia" " eufemismo que pretendia designar a censura<sup>334</sup>. O diploma continha ainda disposições de natureza doutrinária quanto ao que deveria ser proibido nas publicações infanto-juvenis. Um ano depois, em 1956, um novo

---

<sup>333</sup> Vide idem, *ibidem*, p. 93-98. Decreto de 24 de Junho de 1955 , *Boletim Oficial do Estado*, nº 204 de 23/7/1955. O referido diploma é complementado pela Orden do Conselho de Ministros de 24/6/1955, *Boletim Oficial do Estado*, nº 33 , 2/2/1956

<sup>334</sup> Vide Vicent Sanchis, *Tebeos Mutilados, La Censura Franquista contra la editorial Bruguera*, [...] idem, *ibidem*, p. 94.

diploma legal cometeu à "Junta Assessora de Publicaciones infantiles" o encargo de elaborar um documento que permitiria " orientar as publicações infantis no sentido positivo e marcar caminhos para o seu constante aperfeiçoamento ". Daqui saíram as " Instruções para a Orientação das Publicações Familiares " que se manterão em vigor durante os anos 50 e boa parte dos anos 60<sup>335</sup> , pelo menos até à implementação das reformas na lei de imprensa pelo novo ministro da Informação Manuel Fraga Iribarne. Como quer que seja a pauta de conduta da censura espanhola nos anos 50 começou por obedecer às supracitadas regras que terão sido elaboradas em 1952 pelo Frade Justo Perez de Urbel, e que pela sua relevância reproduzimos parcialmente .

Quanto às publicações infantis ficavam proibidos:

- "1. Contos de crimes, suicídios e todos aqueles em que apareçam entes repulsivos que possam prejudicar o sistema nervoso das crianças;
2. Contos em que se convoque o diabo para obter algo.
3. Devem evitar-se os contos em que seja protagonista triunfante o tipo de criança aparentemente bom , mas de bondade falsa ou fingida, que torna antipática a virtude;
4. Separar fadas e anjos, porque podem trazer confusão nas mentes das crianças.
5. Historietas e contos em que se exalte e apresenta como simpático a criança díscola ou desobediente sem confundir com o rebelde, quando esta rebeldia seja para opor-se à injustiça ou à sem razão que pretenda impor-se pela força.
6. Historietas que tratam com realismo excessivo ou impróprio a relação dos sexos tanto de personagens humanos como de animais;
7. Fugir do naturalismo de fundo panteísta.
8. Contos populares que apresentam certa crueza e que devam qualificar-se como imorais.
9. Historietas ou contos em que o amor seja tratado sem o conveniente idealismo e delicadeza.
10. Historietas ou contos em que fique mal colocada a autoridade dos pais , mestres ou sacerdotes em geral e pessoas maiores e aqueles que se abuse do tópica da madastra.
11. Os que advogam os maus actos : por exemplo a mentira .

---

<sup>335</sup> Vide Vicent Sanchis, *Tebeos Mutilados, La Censura Franquista contra la editorial Bruguera*, [...], p. 97.

12- historietas que coloquem em ridículo a vida familiar, como as que se sinalizam enganos matrimoniais, a mulher que faz trabalhar o marido nos ofícios caseiros enquanto ela descansa." <sup>336</sup>:

Para as publicações destinadas ao público juvenil as proibições ou limitações compreendiam-se em três categorias : morais, religiosas e familiares e sociais . Assim quanto às limitações de ordem moral :

- "1. Imagens ou descrições que podem excitar a sensualidade;
2. Novelas de trama amorosa em que apareçam com vivacidade as efusões ou entrem no argumento os deslizes ou adultério;
3. Apresentar as coisas proibidas dentro da moral e de forma tão sensível que os rapazes pensem que não há nelas mal nenhum;
4. A exaltação do divórcio, do suicídio e da eutanásia;
5. As descrições que podem despertar a curiosidade malsã em torno dos mistérios da gestação;
6. As novelas policiais em que se exalte o ódio, a vingança e em que apareça atraente e figura do criminoso. As ilustrações terroríficas e indecorosas. As cenas de duelos. Tudo quanto apresente favoravelmente o banditismo, a fraude e os factos deste género que podem ser escolas de roubo.
7. As historietas que fomentem os maus hábitos ou os vícios: a preguiça, o alcoolismo
8. Relatos ainda que bem intencionados e excelentes para um país determinado, mas que reflectem costumes não adaptados ao nosso, como por exemplo, beijos entre jovens de diferente sexo, as disputas religiosas entre protestantes e prosélitos de outra religião.

Proibições de ordem religiosa:

1. Erros mais ou menos velados sobre as verdades da Fé e sobre os relatos da Sagrada escritura: por exemplo o mito do Paraíso terreno e a serpente; a eucaristia, símbolo do corpo de Cristo;
2. Ataques à Igreja Católica aos seus sacramentos, ao culto dos Santos, aos ministros da religião, e imagens depreciativas ou grotescas deles.
3. Contos em que o diabo invocado proporcione o triunfo definitivo na vida da personagem.

---

<sup>336</sup> Vide Vicent Sanchis, *Tebeos Mutilados, La Censura Franquista contra la editorial Bruguera*, [...]p. 88-89.

- 4.Descrições de sessões espiritistas se não for para denunciar a mistificação, etc
5. Histórias em que a trama contenha exemplos muito destacados de laicismo impróprios de um país católico.
- 6.Descrições de cerimónias de culto protestante, que podem confundir as crianças, detalhes que os escandalizem, p. ex. o vigário, sem especificar que não é católico, que se apaixonou por uma mulher e que namora com ela, etc.

Proibições familiares e sociais:

1. Os que coloquem em causa o desprestígio da autoridade dos pais, mestres, autoridades civis ou da pátria; o derrotismo.
2. Os que despertem os sentimentos de inveja, rancor, vingança e ódio entre classes.
3. Tudo quanto atente contra os princípios fundamentais do Movimento Nacional , o conceito de vida e da história que deve ter o espanhol, inspirado naqueles princípios e ao sentido católico da existência que deve informar toda a vida espanhola."<sup>337</sup>

Acresciam a estas orientações doutrinárias uma pauta de preocupações “literárias”. Assim :

1. Todos os temas que tratem as publicações infantis devem pertencer fundamentalmente ao mundo da criança, rejeitando por inadequação aqueles que saiam da sua esfera , glosando tipos, situações, problemas e ambientes afastadas da sua compreensão e da sua mentalidade(por exemplo, as sogras ferozes, as trapalhadas conjugais, os apuros monetários ...) A educação deverá ajustar-se a cada uma das classificações de idade, concedendo uma margem maior de fantasia à primeira infância e uma dose de maior realismo à segunda.
2. O estilo de linguagem será sensível, claro, directo, poético e ingénuo , desterrando o alambicado, o conceituoso e retórico e sobretudo o chocarreiro e grosseiro:
3. A redacção ajustar-se-á sempre à mais pura e estrita gramática castelhana, evitando cuidadosamente as expressões e gírias estrangeiras e os modismos impróprios de um conhecimento elementar da nossa língua.

---

<sup>337</sup> Vide Vicent Sanchis, *Tebeos Mutilados, La Censura Franquista contra la editorial Bruguera*, [...] pp.89-90

4. A ortografia será objecto de um especialíssimo cuidado nas publicações infantis”<sup>338</sup>

Em 1955 um diploma datado de 24 de Junho haveria de ampliar estas orientações alargando também quer os poderes quer a composição da Junta Assessora da Prensa Juvenil<sup>339</sup>. Começa por alegar que as publicações infantis deverão adaptar os textos e os gráficos à especial psicologia dos leitores e acentuar o devido respeito aos princípios religiosos, morais e políticos que fundamentam o Estado espanhol e fixa depois o âmbito da actuação da Junta, que dependendo da Direcção Geral da Imprensa e Informação deverá informar sobre tudo relacionado com as publicações, sobre as petições de autorização de novas publicações infantis periódicas e da circulação de estrangeiras. O Ministério conservava, contudo, o controlo dos mecanismos de censura e acentuava a obrigatoriedade do tramite da “consulta prévia”. Entretanto uma nova determinação normativa datada do mesmo dia 24 de Junho mas apenas publicada a 2/2/1956, e a que já fizemos referência<sup>340</sup> voltava a definir os grupos por idades em que teriam de se dividir as publicações, enumerava novos requisitos para o editor –gerente da publicação e fixava regras idênticas às de 1952 acompanhadas de outras mais pormenorizadas ou mesmo novas. As publicações passavam agora a dividir-se em “revistas para todos” “revistas para jovens” e “revista juvenil feminina” e proibiam-se, entre outros aspectos, as descrições que possam excitar morbidamente, os relatos que aludam a amores ilegítimos ou que apresentem o divórcio como natural, os relatos em que o amor seja tratado com excessivo realismo, as “novelas ou relatos policiais e de aventuras em que se exalte o ódio, a agressividade ou a vingança, a exaltação do “suicídio, da entanásia, do alcoolismo, da vagabundagem, da toxicomania e demais pragas sociais” e o “desvio do humorismo para a ridicularização da autoridade dos pais, da santidade da família e do lar”. Ficavam ainda proibidas cenas de horror de qualquer índole que possam afectar o equilíbrio psicológico das crianças”, os relatos que apresentem a uma luz favorável as reacções anti-sociais, as “narrações que evidenciem uma concepção de vida como sucessão constante de perigos quase sempre sinistros, sem lugar para o optimismo e a esperança, o “sentido de humor demasiado cerebral e céptico para ser infantil” “assuntos que pertençam ao mundo das crianças” “como a infidelidade” “toda a construção da fantasia imbuída de superstição

<sup>338</sup> Vide Vicent Sanchis, *Franco contra Flash Gordon*[...]pp. 171-172

<sup>339</sup> Vide Decreto de 24 de Junho de 1955, Boletim Oficial do Estado, nº 204 de 23/7/1955.

<sup>340</sup> Ordem do Conselho de Ministros de 24/6/1955, Boletim Oficial do Estado, nº 33, 2/2/1956



científica , que sobrestime o papel e significado da técnica frente aos valores espirituais”. As publicações deveriam ainda evitar “ridicularizar as instituições sociais e políticas que sustentam a convivência nacional “ não “ fomentar sentimentos de ódio, inveja, rancor ou vingança entre classes sociais “ e “ tudo aquilo que atente contra os valores que inspiram a tradição a história e a vida espanhola”. E finalmente aconselhava também a evitar o” o tipo de letra excessivamente pequeno(...) e as ilustrações “sem o sentido da beleza” . Consagravam-se ainda regras sobre penas e sanções , a obrigatoria fiscalização das publicações estrangeiras e limitava-se a 25% os originais de ilustrações ou “ histórias em quadrinhos” estrangeiras” nas publicações espanholas. <sup>341</sup>

Alguns autores sustentam que este estatuto da imprensa infanto-juvenil com a designação de “Ordenación de las Publicaciones Infantiles e Juveniles” de 24 de Junho de 1955 “ são adaptados da lei francesa de 1949 sobre o controlo das publicações para a juventude<sup>342</sup>. E que inclusive a Junta Assessora fazia recordara a Comissão gaulesa. Algumas disposições estariam inspiradas mesmo no art. 4º da Lei de 1949 <sup>343</sup>que vimos antes ao estudar a realidade histórica em França.

O decreto de 1955 fixava a obrigatoriedade de todas as publicações se sujeitarem à “consulta prévia “proibindo todas as publicações infantis de serem posta circular sem que “ as provas do seu texto e ilustrações hajam sido devidamente autorizadas”. Fixava ainda a especialização dos censores função “ que recairá em pessoas de reconhecida capacidade em ordem à psicologia, educação e literatura de crianças e adolescentes”. No sentido de fixar princípios complementares por forma a “ orientar as publicações infantis no sentido positivo” o diploma atribuía à Junta poderes para redigir as orientações que entender convenientes e com a periodicidade que julgue também oportuna. Em 1956 o organismo renovou-se passando a ser presidido pelo Director Geral da Imprensa Juan Aparicio Peres, mantendo-se contudo Frei Perez Urbano como vogal adjunto. Os novos vogais eram representantes da Comissão Episcopal da Ortodoxia e Moralidade, da Comissão Católica Nacional dos Pais de Família, da Falange e da própria administração. E foram efectivamente aprovadas umas “ Instruções para a Orientação das Publicações familiares “ que consagravam entre outras as seguintes prédicas : um contributo “ positivo”

---

<sup>341</sup> Vide Vicent Sanchis, *Franco contra Flash Gordon*[...]pp. 176-179. Vide também Pedro Porcel, “ La historieta española de 1951 a 1970” *Arbor. Ciencia, Pensamiento y Cultura*, CLXXXVII, Extra, 2011, p. 131, que alude a uma “ clara intenção protecionista” ao obrigar os editores espanhóis a não incluírem mais de 25% de originais literários ou ilustrações de procedência estrangeira.

<sup>342</sup> Vide António Martín, *Apuntes para la historia de los tebeos*[...]p. 153

<sup>343</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La legislación sobre historieta em España*[...]p.102

revigorando os “ sentimentos religiosos” com o “ heroísmo dos santos”, divulgando os ensinamentos dos evangelhos de Cristo, colocar na alma dos adolescentes “ o espelho da pureza suma” que é o da Virgem Maria, inspirar-se nos valores éticos mais altos, eludir os riscos nas relações entre sexos, evitar o “ acto supremo da perfídia intelectual que é aplicar a ironia na ridicularização dos grandes valores “ praticar a poesia, robustecer o princípio da autoridade e colaborar no desaparecimento dos ódios entre classes estimulando “ teologicamente “ os demais<sup>344</sup>

Na verdade se as indicações constantes do Decreto de 1956 ou mesmo as orientações do Padre Perez Urbano tivessem sido tomadas ao pé da letra não se teriam publicado muitos dos “ tebeos” que encheram os quiosques da época. Ou seja, a aplicação prática do novo quadro legal e a actuação da Junta Assessora de la Prensa Infantil conteve-se num perfil muito discreto, mantendo no fundo os mesmos critérios de actuação do período anterior . Assim desde que se respeitasse a Igreja Católica, o regime franquista e as suas pessoas e instituições não havia lugar a nenhuma restrição ou prevenção.

Escreve António Martín: “ todo o aparato legislativo serviu de pouco aos efeitos que o Estado pretendia, já que a sua aplicação foi caprichosa, casual e tão irregular como o antes o havia sido a aplicação da lei de imprensa de 1938. Ocasionalmente se proibiu a circulação de um “tebeo” – mais se era estrangeiro do que espanhol- ou se censurava parcialmente o seu conteúdo mas sem que a aplicação das normas tivesse maior transcendência”<sup>345</sup>

A censura até final dos anos 50 manterá os mesmos critérios que nos anos 40 apesar de “ tanta declaração, tanta Junta, tanta ordem e tanto decreto”<sup>346</sup>.

É por esta época , mais exactamente em 1956 que a Editorial Bruguera de Barcelona, lança as aventuras do “ Capitán Trueno” desenhadas por Miguel Ambrosio com argumento de Victor Mora, que obterão um extraordinário sucesso e se transformarão num campeão de vendas nos anos 50 e 60 <sup>347</sup>. E é também em 1958 que a mesma casa editora apresenta nas páginas do seu mais popular jornal infantil “ Pulgarcito” o inclassificável

---

<sup>344</sup> Vide Vicent Sanchis, *Tebeos Mutilados, La Censura Franquista contra la editorial Bruguera*,[...] p. 97

<sup>345</sup> Vide António Martín, *Apuntes para la historia de los tebeos*[...] p.190

<sup>346</sup> Vide Vicent Sanchis, *Tebeos Mutilados, La Censura Franquista contra la editorial Bruguera*,[...]p. 100

<sup>347</sup> Vide Pedro Porcel, *La historieta española de 1951 a 1970* [...]pp. 135-137. A versão portuguesa do “Capitán Trueno” publicar-se-á entre 1959 e 1960 com o nome de “ Capitão Trovão” pela Editorial Ibis e no formato original dos “ cuadernos de historietas” espanhóis (16,5 cmx24, 5 cm)

humor de “ Mortadelo y Filemon” de Francisco Ibanez destinado a obter enorme popularidade<sup>348</sup>.

Quer “ Capitán Trueno” quer “ Mortadelo y Filemon” serão directa ou indirectamente afectados pelo novo clima que se instala em Espanha no fim dos anos 50 e início dos anos 60. O primeiro atenuará os seus traços mais violentos, no contexto do paradigma da “historieta de aventuras” e o segundo o mais ilustre representante de um novo tipo de “ tebeos” que conquista jovens e adultos em Espanha, o “ tebeo” humorístico, começa a ser alvo da atenção da Censura.

Mas é também na década 50 que a televisão faz a sua aparição, mais exactamente em 1956, dois anos antes de Portugal. Nos anos 60 mercado de “ tebeos” de aventuras entra em crise. Aliás o seu formato mais popular, os já referidos “ quadernos de historietas” praticamente desaparecerão em 1964. Mas a verdade é que o contexto político e legal relativo ao policiamento destas publicações mudará de novo.

Em 1962 Manuel Fraga Iribarne chega à titularidade do cargo de Ministro da Informação e Turismo com o propósito de reformar o regime “ por dentro”. Nesse sentido fez aprovar um conjunto de medidas legislativas que acabarão por desembocar na Lei de Imprensa de 1966 que substituiria a de Serrano Surer datada de 1938. É nesse contexto que logo em 1962 a Junta Assessora é substituída nas suas tarefas de fiscalização e policiamento da imprensa infanto-juvenil por uma “Comisión de Información y Publicaciones Infantis y Juveniles”, de ora em diante CIPIJ <sup>349</sup>. Será presidida pelo presidente do Conselho Nacional da Imprensa integrando um conjunto de vogais representantes de várias entidades : Comissão Episcopal de Imprensa e Informação, Ministério da Educação Nacional, Tribunal Tutelar de Menores, Gabinete Santa Teresa Acción Catolica, Associação Nacional Católica de Pais de Família. Iniciou as suas funções em Dezembro de 1962 e entre as suas competências contavam-se as seguintes : a) informar sobre os pedidos de autorização para a publicação de novos periódicos infanto-juvenis ;b) informar sobre as publicações existentes e propor medidas acerca da sua perfeita adequação aos fins a que estão destinadas; c) informar sobre a circulação em Espanha das publicações estrangeiras dessa natureza;d) propor as medidas necessárias para fomentar a criação de publicações infantis e juvenis estimular a sua melhoria e informar sobre a adjudicação de prémios. Se bem que a transição democrática , com a aprovação da Lei da Reforma

---

<sup>348</sup> Vide Pedro Porcel, *La historieta española de 1951 a 1970 [...]*pp. 145-147. Vide também Antonio Guiral, *El universo de Ibanez, Dele 13 Rue del Percebe a Rompetechos*, Barcelona, Ediciones B, 2009, p. 16

<sup>349</sup> Vide Decreto 2551/1962 de 27/7. *Boletim Oficial do Estado*, nº 245 de 12/10/1962

política de 18/11/1976 tenha encaminhado Espanha para o restabelecimento dos direitos fundamentais e designadamente a garantia da liberdade da imprensa, com o fim da censura à imprensa , a qual formalmente veio a ser decretada antes mesmo da aprovação da Constituição de 1978 por um Decreto de 1/4/1977, o certo é que as actuações da referida CIPIJ não deixaram de se projectar , já após a sua extinção e já entrados na fase de transição pactuada que levou à consolidação da democracia espanhola.

Entre os membros da Comissão um deve ser destacado pela importância doutrinária que virá a ter. Tratou-se de outro membro da Igreja Católica, o dominicano Jesus Maria Vasquez, que havia sido assessor pessoal de Fraga Iribarne e que , como director do Instituto de Sociologia Aplicada dos Dominicanos se havia especializado na literatura infanto-juvenil , educação dos jovens e suas relações com a comunicação social. Enquanto membro da Comissão publicou vários livros sobre o tema, a saber “ La prensa Infantil em Espana”, “Los Ninos y la television” e Los dibujos animados em television” .Algumas das suas opiniões expressas recordam Fredrick Wertham , sob um pano de fundo doutrinário ultramontano e a coberto de uma retórica pseudo sociológica: “ estes desenhos para crianças não são propriamente a escola do social. Existem frequentes taras próprias da patologia social. Assim “Conego Buggs”(“ Buggs Bunny”) tem as características próprias do videirinho , do ser associal e marginal” “ A série de “ Picapiedra”( segundo o juízo dos peritos são unânimes em assinalar as taras de forma e de fundo que fazem com que os seus episódios sejam inadequados aos pequenos. O seu guião é de uma intencionalidade dirigida ao mundo adulto , que caricaturiza temas tão sérios como a vida familiar, a natalidade, as relações humanas , a juventude, o trabalho... é a todas as luzes uma série de desenhos animados à margem dos esquemas mentais para crianças”<sup>350</sup>. E referindo-se à imprensa infanto-juvenil do início dos anos 60, quando começa a exercer funções na Comissão , na parte relativa ao juízo crítico sobre a legislação espanhola sobre a imprensa infantil espanhola e a sua aplicação conclui : “ mais difícil é qualificar devidamente o segundo ponto da questão: saber se se conseguiu o objecto que as mentes legisladoras pretendiam . Digamos que a este respeito não basta a lei , ainda que a mesma seja perfeita. A lei é letra morta se não se pode ou não se sabe levar à prática. A prova está aí : o mercado actual dos periódicos infantis”. E mais adiante : “É preciso contudo que o espírito que animou os legisladores continue em alta. Que os censores e as pessoas responsabilizadas na alta missão fiscalizadora na leitura recreativa das nossas crianças

---

<sup>350</sup> Vide Vicent Sanchis, *Tebeos Mutilados, La Censura Franquista contra la editorial Bruguera*,[...]p. 107

tenham sempre presente o espírito e a norma das nossas normas jurídicas para as publicações infantis. Só assim podemos desterrar de nós o terrível mal que já há décadas cravou as suas garras na adolescência e na infância de outros países”.<sup>351</sup>.

As reflexões do padre Jesus Maria Vasquez faziam justiça ao retrato antes assinalado de que a legislação em vigor desde 1952 pouco ou nada contribuiu para os propósitos que o legislador pretendia. Mas será justamente por sua iniciativa que a “alta missão fiscalizadora” iria ganhar asas no contexto da acção da Comissão de que era vogal.

O paradoxo reside no facto da tentativa “aperturista” de Fraga ter redundado quanto ao nosso tema num agravamento da censura infanto-juvenil sem precedentes. Entre 1962 e o início dos anos 70 registou-se o período mais duro da repressão censória franquista.

E contudo a 18 de Março de 1966 Manuel Fraga Iribarne culminará a sua obra legislativa aprovando a lei de imprensa sob a égide formal de “liberdade de imprensa”<sup>352</sup>. O preâmbulo do diploma não poderia ser mais enfático: “Liberdade de expressão, liberdade de empresa e livre designação do director são postulados fundamentais desta lei”. Mas logo a seguir acrescentava que a liberdade trazia responsabilidades e estas limitações: “o respeito da verdade e da moral, o acatamento da Lei de Princípios do Movimento Nacional e demais Leis Fundamentais; as exigências da defesa nacional; a segurança do Estado e a manutenção da ordem pública e paz exterior; o devido respeito às instituições e às pessoas na crítica da acção política e administrativa; a independência dos tribunais e a salvaguarda da intimidade e da honra pessoal e familiar”. Acrescentava ainda que a censura prévia era abolida “salvo nos estados de excepção”. Mas não apenas nesses. Uma outra e relevantíssima excepção se abria: a especificidade da imprensa infanto-juvenil exigiria um estatuto especial. Tal estatuto foi aprovado já no ano de 1967<sup>353</sup> e consagrou a manutenção da censura prévia sob a formula de “prévia autorização administrativa” para tais publicações<sup>354</sup>.

Este normativo genericamente designado por “Estatuto de Publicaciones Infantiles e Juveniles” era mais severo e limitador do que resultava da legislação de 1955. Constituiu

---

<sup>351</sup> Vide Vicent Sanchis, *Tebeos Mutilados, La Censura Franquista contra la editorial Bruguera*, [...] p. 110

<sup>352</sup> Vide Ley 14/1966 de 18/3. Boletim Oficial do Estado, nº 67, 19/3/1966

<sup>353</sup> Vide Estatuto de Publicaciones Infantiles y Juveniles, Decreto 195/1967 de 19/1, Boletim Oficial do Estado nº 37 de 13/2/1967 que derogava expressamente o Decreto de 24/6/1955 e a ordem ministerial da mesma data

<sup>354</sup> Neste sentido vide Eloísa Santos Recuenco, “Legislación y documentación”, *Censura y LIJ en el siglo XX(en Espana y 7 países latino-americanos*. Edição de Pedro C. Cerrillo Y M<sup>a</sup> Victoria Sotomayor, Cuenca, Ediciones Universidade Castilla-La Mancha, 2016, p.52 que acrescenta: “Portanto a *Ley de Prensa e Imprensa* de 1966 suprimia no seu artigo 3º a censura prévia, contava com uma única excepção: as publicações infantis e juvenis”

a pauta de conduta da censura infanto-juvenil até à transição de 1975/1977. O novo Estatuto classificava as publicações em três categorias : publicações infantis , destinadas a menores de catorze anos, publicações juvenis, destinadas a maiores de catorze anos e publicações infantis e juvenis , indistintamente a todos os menores de idade. As publicações teriam que identificar na capa em letras visíveis uma destas três categorias sob pena de sanções administrativas . O Estatuto dispunha quanto a restrições de natureza vária, desde as que se reflectiam na proibição a exaltação ou apologia das condutas criminosas ou da descrição de crimes, até às que apresentassem condutas associas ou consideradas imorais ( alcoolismo, violência, terror, sadismo , erotismo) ou ao tratamento de temas por forma inadequada ( sensacionalismo) , até à garantia de que os valores tradicionais da tradição, história e vida espanholas não eram postas em causa ou precauções religiosas de modo a proibir o estímulo ao ateísmo ou o desvio do correcto sentido religioso. Nestas últimas incluía-se a interdição das narrações fantásticas comumente associadas aos relatos de ficção científica, com um alvo muito claro: o género de ficção científica e os super-heróis providos dos EUA. E se bem que semelhantes objecções tivessem circulação corrente em França ,como já vimos, as cautelas franquistas eram qualitativamente diferentes dado que pretendiam tutelar a religião católica, na justa medida em que tais historietas sobrestimassem o valor da técnica por confronto com os valores espirituais<sup>355</sup> O Estatuto continha ainda regras formais quanto ao uso adequado do castelhano e a formação estética do leitor.

Vejamos as interdições e proibições :

- a) Exaltação ou apologia de factos ou condutas imorais ou que possam ser constitutivas de delito;
- b) Apresentação escrita ou gráfica de cenas ou argumentos que suponham exaltação ou justificação de comportamentos negativos, os defeitos ou vícios individuais ou sociais, ou que ressalte o terror, a violência, o sadismo, o erotismo, o suicídio, a eutanásia, o alcoolismo, a toxicomania e demais taras sociais, o tratamento de temas de forma doentia ou sensacionalista ou que de qualquer forma possa originar perturbação ou desvio psicológico ou educacional dos leitores;
- c) Exposição, admissão ou estímulo ao ateísmo tratamento ou apresentação de temas que podem supor ou sugerir erro, equívoco ou menosprezo acerca de qualquer religião ou confissão religiosa, o seu culto, os seus ministros ou os seus fiéis;

---

<sup>355</sup> Vide Fernandez Sarasola, *La Legislación sobre historieta em España [...]* p. 127

- d) Exaltação ou valorização de qualquer emulação ou estímulo que possa suscitar sentimentos de ódio, inveja, rancor, desconfiança, falta de solidariedade, desejo de vingança, ressentimentos, falsidade, injustiça ou culto desproporcionado ou ambicioso da própria personalidade;
- e) Atentado aos valores que inspiram a tradição, a história ou a vida espanhola ou tergiversação do seu sentido, assim como os de índole humana, patriótica, familiar e social em que se baseia a convivência de todos os espanhóis;
- f) Inadequação dos espaços publicitários ao carácter especial do público leitor;
- g) Apresentação de assuntos que pelo seu fundo e forma não pertençam ao mundo dos menores;
- h) Narrações fantásticas imbuídas de superstição científica que podem conduzir a sobrestimar o valor da técnica frente aos valores espirituais;
- i) Desvio do uso correcto do idioma;<sup>356</sup>

O controlo levado a cabo para o cumprimento destas condições ficava a cargo de uma estrutura que sob a formal presidência do Director Geral da Imprensa, instalado no Ministério de Informação e Turismo, contava com o labor da “Comission de Informations e Publicaciones Infantiles e Juveniles” , secretariada pelo Padre Jesus Maria Vasquez. A CIPIJ dava o seu parecer prévio sobre qualquer publicação periódicas infanto-juvenil, espanhola ou estrangeira que pretendesse circular no mercado. Os editores teriam de apresentar em quadruplicado as publicações periódicas que pretendiam editar no Ministério da Información y Turismo ou em qualquer delegação provincial deste, tendo a Direção Geral um prazo curto ( 8 a 24 horas) para emitir a sua vinculativa opinião. Devido às significativas condicionantes legais a amplitude dos poderes censórios tornou-se grande . Tal situação projectou-se numa realidade que não deixa de ser paradoxal. No momento em que a imprensa generalista se havia libertado da censura prévia a imprensa infanto-juvenil viveu o seu período mais vigiado e mais censurado. Os alvos foram praticamente todas as publicações independentemente da tipologia, embora se assinalem , como objecto de particular atenção os “ comics “ humorísticos de lavra espanhola e as importações de publicações do México , de França ou de Itália.

---

<sup>356</sup> Vide Vicent Sanchís, *Franco contra Flash Gordon*[...] pp. 199-200

A actuação da CIPIJ foi desde o primeiro momento intensa, não esperando sequer por indicações, para actuar com o zelo e o empenho que havia faltado aparentemente à Junta Assessora: “ Entre editores , desenhadores e argumentistas instalou-se a prevenção e o medo. A auto-censura agravou-se “ <sup>357</sup>

Duas das mais famosas personagens dos “tebeos” castelhanos o “Capitán Trueno”<sup>358</sup> e “El Jabato” foram um dos principais alvos do zelo censório da Comissão secretariada pelo Padre Jesus Vasquez<sup>359</sup> .

A partir do Outono de 1964 o processo de censura aos “ tebeos” espanhóis e estrangeiros endureceu assim como as exigências para autorização de novos títulos . O sinal mais evidente dessa evolução é a proibição da importação de uma série de “comics” norte-americanos sob apresentação mexicana e trazidos pela mão da sociedade distribuidora Novaro. Alguns destes títulos como “Superman” ou “Batman “ já haviam no passado estado presentes nas mãos dos jovens espanhóis pela via da Hispano Americana de Ediciones sob as designações de “ Ciclón “ e “ Alas de Acero”. Mas agora tratava-se de os dar a conhecer em edições originais, a cores, graficamente cuidadas que rapidamente se popularizaram. Se já antes a Junta Assessora havia teorizado acerca da “ violência” desses personagens, sem que contudo tenha impedido a sua circulação, agora a CIPIJ na sequência de vários pareceres de psicólogos , educadores, sociólogos e moralistas , propôs ao Director Geral da Imprensa a negação da autorização de importação de oito títulos “ mexicanos” , por violação reiterada das normativas sobre Publicações infantis e juvenis, a saber: “Batman”, “Cuentos de Mistério”, “El Halcón de Oro”, “Historias Fantasticas”, “Mi gran Aventura”, “Relatos Fabulosos”, “ Superman “e “Titanes Planetarios”<sup>360</sup>.

No fim dos anos 60 e princípios dos anos 70 as importações continuaram a ser sujeitas a um policiamento muito rigoroso. Já nos anos 50 as importações sobretudo procedentes do México foram aumentando, levadas a cabo pela Sociedad Americana SA e pela Queromón Editores. Alguns dos títulos incluíam “Superman”, “Batman”, “Taomajauk”, “Red Ryder”, “Tom y Jerry” ou “El Lallero Solitário”. O sucesso destas importações que fundamentalmente se traduziam em traduções castelhanas de personagens originariamente publicadas nos EUA decorria do conteúdo, da qualidade técnica e da forma dos “comics”

<sup>357</sup> Vide Vicent Sanchís, *Tebeos Mutilados*[...]p. 115

<sup>358</sup> “ Não é de estranhar que nos fins dos anos sessenta muitas “ historietas” consolidadas como “El Capitán Trueno” comessem a enlanguescer fruto da nova regulação e do excessivo rigor das autoridades”Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La Legislación sobre la historieta en Espana*[...]p. 131

<sup>359</sup> Vide Vicent Sanchís , *Els assassins d’El Capitán Trueno*[...] pp. 284-295

<sup>360</sup> Vide Antonio Martín, *Apuntes para la historia de los tebeos*[...] pp. 192-193 e Ignacio Fernández Sarasola, *La Legislación sobre la historieta en Espana*[...]pp. 110-111



importados: novas histórias , mais páginas, mais cor. A presença dos importadores consolida-se quando em 1963 a Queromóm Editores e a Sociedad Editora Americana se unificam na Organización Editorial Novaro S A.

Mas o clima de rigoroso controlo dos “ tebeos” estrangeiros, com estrita aplicação do clausulado previsto no Estatuto das Publicações Infanto-Juvenis manter-se-á durante todos esses anos . O resultado final não será contudo tão radical em termos de proibição de circulação de certos títulos , porque a decisão final na matéria competindo ao Director Geral da Imprensa, este , em muitos casos, não acompanhava a opinião do CIPIJ, quase sempre negativa e concedia a licença de distribuição em Espanha das publicações estrangeiras .

Nestes casos estarão a maioria das edições do “Tintin” ( edições francesa e belga), do “Spirou” e do “Pilote” , para falarmos apenas de publicações que representando a banda-desenhada franco-belga eram à época lidas em Portugal sem impedimentos através da edição portuguesa do “ Tintin” .Sobre estas a CIPIJ suscita inúmeras objecções quer porque “ as passagens de pânico e medo, as cenas sangrentas e o clima de violência ”<sup>361</sup> são impróprios para crianças quer porque se multiplicam as cenas de “ violência contra a autoridade” ,” ataques, burlas e desprezo pela autoridade”, crueldades no guião gráfico e literário”<sup>362</sup> quer ainda porque por esta ou aquela razão as publicações ofendiam o disposto nos arts. 8ª e 9º do Estatuto que reunia as restrições antes assinaladas. Sem embargo de algumas proibições formais a maioria recolhia as seguintes considerações conclusivas “ se considera autorizable com reparos” ou “com muy graves reparos”. Para ultrapassar o veto do CIPIJ o Chefe da Secção das Publicações Infantis e Juvenis da Direcção Geral de Imprensa que informava sobre o parecer apresentado pelo organismo secretariado pelo Padre Jesus Maria Vasquez e procurava atenuar as críticas alegando por exemplo que “ as histórias de ficção científica bem como as outras chamadas de oeste são normais para este tipo de revistas” esforçando-se por agregar razões instrumentais tais como o “número reduzido de exemplares a distribuir” , “o preço e o limitado âmbito de

---

<sup>361</sup> Vide Informação da CIPIJ de 20/11/70 sobre o nº 1124 do TinTin ( edição belga). AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa Caixa 57311*

<sup>362</sup> Vide Informação da CIPIJ de 18/12/1967 sobre o nº 524 da revista mexicana “ Aventuras”. AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa Caixa 57320*

difusão “ dado que a importação se circunscreve à época turística”<sup>363</sup>. Contudo vale a pena passar em revista as apreciações sobre alguns dos principais expoentes da BD franco-belga que sofrem significativo acosso no fim dos anos 60 e princípios dos anos 70 onde a omnipresença de José Maria Vasquez como secretário geral da CIPIJ se faz notar. Estão neste caso as revistas belgas “Spirou” e “Tintin” e a francesa “Pilote”<sup>364</sup>. Embora a CIPIJ não consiga em nenhum dos casos analisados fazer valer o seu ponto de vista, sistematicamente virado para a proibição, acabando por prevalecer a decisão da “Dirección General de la Prensa” não deixa de ser interessante constatar o debate que se trava entre ambos os pontos de vista por vezes radicalmente opostos. Por exemplo o nº 1669 de “Spirou” de 10/4/1970 é apreciada desta forma pela CIPIJ : “ a presente publicação francesa costuma incluir como sucede com o número que agora se informa várias aventuras de “ comics” mais próprias para leitores adultos do que para o público menor para onde está dirigida. Neste exemplar preferentemente as intituladas “ Sandy et Hoppy”(pag. 30) “ Les casseurs de 500” ( pags. 39-40) e “ La Momie” ( pags. 47-48 são de um tom marcadamente negativo . Em especial a última delas oferece inconveniências de um assassinato com arma de fogo reproduzido em P.P. assim como perseguições e violências nas suas páginas”<sup>365</sup>. A opinião do Chefe da Secção de Publicações Infantis e Juvenis é radicalmente oposta e até parece não pertencer à mesma estrutura censória montada pelo Estado franquista: “ Esta secção mostra-se em desacordo com a Comissão, já que leu atentamente o número e constata-se que a imensa maioria das suas 52 páginas resultam ser de uma qualidade muito aceitável para menores. Em torno das páginas 30, 39 e 40 que a Comissão qualifica de marcadamente negativo não é predominante nem chega aos graves extremos encontrados em outros títulos e números que obtiveram decisão favorável à sua distribuição. No que toca às páginas 47-48 encontra-se nelas uma única

---

<sup>363</sup> Vide Informação do Jefe de Sección Publicaciones Infantiles e Juveniles de 8/7/1972 relativo à revista francesa “ Apaches”.AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Información y Turismo. Dirección General de Prensa* Caixa 57315

<sup>364</sup> A revista “Journal du Mickey “ não pode considerar-se como pertencendo ao núcleo da BD franco-belga, divulgando antes “ comics” norte-americanos , mas não deixou contudo ser alvo de críticas pontuais. Um dos casos , o do nº 909 de 8/11/1969 a CIPIJ propõe a recusa de circulação “ especialmente pelo conteúdo insidioso da narração a “La Fille de Montezuma” (página 11) em que se desvirtua a acção colonizadora dos espanhóis na América fazendo passar os conquistadores do México como homens sem escrúpulos que tratavam selvaticamente os nativos”. Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Información y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 53317*. Informação da CIPIJ de 12/11/1969 .

<sup>365</sup>Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Información y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57304* . Informação da CIPIJ sobre o nº 1669 da “Spirou” de 10/4/1970 com a concordância do Secretário Geral da Comissão José Maria Vasquez

vinheta censurável pela representação de um assassinato se bem que não exactamente em primeiro plano, mas num plano médio e num rápido desenlace (...) “<sup>366</sup>.

Em outras situações a CIPIJ identifica mesmo em concreto personagens em certas aventuras que merecem condenação. São os casos de Buck Danny<sup>367</sup> ou de Yoko Tsuno que se consideram hoje património histórico da BD belga. No caso da personagem de Hubinon e Charlier escreve o censor : “ A temática imprópria para menores a historieta “ Buck Danny : la vallée de la mort verte” e o comentário imediato a ela em torno da máfia. Além disso também é inadequada em várias das suas passagens que se inserem entre as páginas 46 a 49 (violência contra mulher, etc.) “<sup>368</sup>. Já quanto à heroína oriental criada por Roger Leloup<sup>369</sup> : “ Aparte outros conteúdos objectáveis veja-se o episódio “ Yoko Tsuno. L’orgue du diable” ( pags. 10, 11 etc) onde uma tentativa de assassinato é seguida da sua consumação friamente narrada em várias vinhetas”<sup>370</sup>.

Também a revista “Tintin” não deixou de ser alvo de reparos, sobretudo pelas temáticas próprias para adultos como seria o caso da aventura de Blake e Mortimer “ Les trois formules du professeur Sato” que constitui o último dos capítulos dessa verdadeira ópera de papel concebida por Edgar Pierre Jacobs<sup>371</sup>.

Se a católica “ Spirou” e a conservadora “Tintin” era alvo das preocupações da CIPIJ por maioria de razão o semanário “Pilote” que procurou introduzir uma orientação muito mais adulta e contestatária no seu projecto editorial , abrindo caminho a uma verdadeira renovação da BD francesa nos anos 60 e 70, não poderia escapar à férula censória . Lê-se

---

<sup>366</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administracion. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57304* . Parecer do Jefe Seccion Publicaciones Infantiles y Juveniles 13/4/1970 com o voto de confirmação do Director General de la Prensa, da qual resulta que a revista foi autorizada

<sup>367</sup> Buck Danny personagem que se estreou nas páginas do Spirou nº 455 de 2/2/1947 desenhada por Victor Hubinon com argumento de Jean Michel Charlier e George Troifontaines. A aventura objecto de atenção por parte da censura espanhola “La Valé de la Morte Verte” constituiu a 38ª aventura do personagem. Vide Patrick Gaumier , *Dictionnaire Mondiale de la BD [...]* pp. 126 e 127

<sup>368</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57307* Informação da CIPIJ sobre “Spirou” nº 1773 de 6/4/1972 , “ visto bueno” do secretário geral da Comissão 6/4/1972

<sup>369</sup> Yoko Tsumo foi criada por Roger Leloup , que começou por trabalhar dos Studios Hergé , tendo surgido pela primeira vez na revista Spirou nº 1693 de 24/9/1970. As aventuras misturam o registo policial e de ficção científica sendo publicadas ainda hoje . A história objecto da apreciação do CIPIJ foi a segunda a ser publicada nas páginas do semanário belga. Patrick Gaumier , *Dictionnaire Mondiale de la BD [...]*pp. 929-930

<sup>370</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57307* . Informação da CIPIJ sobre o Spirou nº 1767 , de 24/2/1972 “visto bueno” do Secretário Geral da Comissão 24/2/1972

<sup>371</sup> Vide AGA: Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57306* . Informação da CIPIJ sobre o nº 42 da revista Tintin , 18/10/1971 “visto bueno” do Secretário Geral da CEPIJ

na apreciação do nº 587 de 9/2/1971 : “ O tratamento humorístico da maior parte dos conteúdos do exemplar ultrapassa o nível lectivo dos jovens dos 14 aos 18 anos. Com frequência se procura comicidade recorrendo a temas como o divórcio , política, costumes nudistas do homem pré-histórico, passagens bíblicas, etc. e por sua vez nos espaços de “comics” se produzem sequências “de amor” , figuras de mulheres excitantes, homens atravessados por uma lança e outras inconveniências de fundo e de forma(...) <sup>372</sup>

Mas se em todos estes casos não foi a opinião da CIPIJ que prevaleceu, mas sim a da do Director Geral, certamente industriado quanto à necessidade de uma abertura aos novos tempos em matéria de liberdade de imprensa tal como Fraga Iribarne propagandeava<sup>373</sup>, o mesmo não se poderá dizer das aventuras de “Superman”, “Batman” ou “Tarzan” que já desde meados de 60 vinham sendo policiadas e a dada altura proibidas . Vejamos alguns dos casos que adiante nos poderão ajudar na caracterização comparada da estratégia da censura portuguesa.

Muitas edições mexicanas do homem morcego importadas pela Organizacion Editorial Novaro, no início dos anos 70, não resistem à bateria de críticas da estrutura censória franquista que aqui funciona em registo de unanimidade. A edição de “ Batman” nº 674 de Janeiro de 1973 é proibida com base na argumentação de que “ particularmente a sucessão gráfica- e correlativo guião literário da primeira narração ( “Prognóstico de um assassinato”) permite apreciar em pags. 1 a 17 que o conteúdo em nada evita inconveniências de tom violento, vingativo, macabro em graus diversos e com frequência extremos. As duas narrações restantes correspondem a personagens alheios ao título da colecção ( não autorizados) e também apresentam aspectos objectáveis, uma mescla de

---

<sup>372</sup> Vide AGA: Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57316* . Informação da CIPIJ de 10/2/1971 com acordo do Secretário Geral da Comissão

<sup>373</sup> Essa abertura também chegava ao mais famoso “ cowboy” italiano, Tex, que numa importação inicial de 3 números avulso (nºs 51, 61 e 101 todos de 1973) procura permissão para circular em Espanha. Obterá essa autorização do Director General de la Prensa”ainda que a pretexto de que se “ trata de uma importação para zonas de turismo(costas)”, mas não deixará de ser sumariamente liquidada neste caso pela própria Secção de Publicações Infantis e Juvenis, que tantas vezes se opôs à CIPIJ: “ pode resumir-se o juízo sobre os três números em um só , que responde genericamente pela tónica da colecção: - extremos de violência com riqueza de variantes , que em cada episódio se oferecem são de óbvia explicitude”? a respeito da falta de adequação da série (...) enquanto leitura dirigida a menores- a possível consideração de que se trate de uma versão em italiano elimina a evidência gráfica de passagens( muito reiteradas em cada volume) não aconselhável para leitores menores de idade- textos e ilustrações convergem num ambiente inequivocamente não pensado para leitores não adultos- como anotação marginal mas não isenta de útil significação os títulos iniciais de sucessivos volumes , expressivos de algum modo da tónica (“...sangue, duelo, morte, terror, drama...” etc) indicada” Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57313* . Informação de 19/5/1973 da Seccion de Publicaciones Infantiles y Juveniles da Direccion General de Prensa, sobre a revista “Tex” nºs 51,61 e 101,

fantástico e criminoso”<sup>374</sup>. A tónica em relação a Batman e às suas aventuras ora se identifica com “ argumento confuso com equívocos entre faculdades de robots e seres humanos e com, o prevalente centro de interesse de uma constante tensão de perigos mortais”<sup>375</sup> ora se acentua “ o confucionismo da série que tem a motivação na vingança, se apresentam cenas continuadas de violência de todo o tipo e por parte de todos os personagens” ora ainda se critica “ a narração que joga com a maioria dos tópicos negativos em séries desta índole em que se dá indiscriminadamente lugar à suspensão terrorífica, ao vampirismo e outras superstições e confucionismo, a violências sem paliativo e à componente erótica como fundo complementar”<sup>376</sup>. Mas também se encontram considerações críticas de conteúdo político : “que se pretende, para menores, a mistura de personagens ou pseudo-heróis sobre-humanos nem exemplares nem imitáveis ? há ou não um pano de fundo simbólico de sublimação dos Estados Unidos em algumas figuras? Que sentido aceitável , também para menores, pode encontrar-se no confuso recurso à utilização de violências, perfis supersticiosos e combinação de tudo isso com o histórico( Gengis Kan) e a fantaciência ? ”<sup>377</sup>.

As aventuras de “Tarzan “ também são objecto de extenso rol de críticas . Vejam-se as seguintes : “ referências diversas à escravatura; emoções , sentimentos e outras faculdades humanas atribuídas a animais irracionais; situações, não necessárias para o desenvolvimento do argumento, de enorme perigo para o protagonista com o único fim de poder atrair a atenção do leitor; ambição e ódio em mulher; tónica de exibicionismo físico em ilustrações ; vários combates, suicídios e outras cenas violentas” .<sup>378</sup>

A série “Superman” que havia sido proibida em meados dos anos 60 voltou a circular no fim da década . Contudo a apreciação dos censores não deixa de a castigar em vários e sucessivos números. Em rigor a verdadeira intenção , pelo menos da CIPIJ liderada pelo

---

<sup>374</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57302*. Informação “Lectura previa” CIPIJ de 2/1/1973 relativa ao nº 674 da revista Batman

<sup>375</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57319* . Informação “ Lectura previa” de 12/4/1973 da CIPIJ do nº 633 de Batman, edição mexicana

<sup>376</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57302* Informação “ Lectura previa” da CIPIJ de 6/2/1973 sobre o nº 675 de “Batman” edição mexicana

<sup>377</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57302*. Informação “Lectura previa” da CIPIJ datada de 6/2/1973 sobre o nº 676 de “ Batman” edição mexicana

<sup>378</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57302*. Informação “lectura previa” da CIPIJ datada de 7/2/1973 sobre o nº 339 de Tarzan, edição mexicana

António Maria Vasquez é claramente voltar à sua interdição. Lê-se num parecer de 1973 : “esta série “Superman” não melhora ( através de sucessivos episódios) nem há nada que nos faça esperar que mude a sua tónica de inadequação. Se joga topicamente (...) com os mesmos recursos de situações de tensões extremas para desembocar na sublimação de um herói inimitável ( por ser sobre humano) através de passagens de pressão, situações extrassociais, violências em nada dissimuladas e sugestões ou referências contra-indicadas para jovens desde diversos planos de reflexão ( educativo, social, político, moral, etc.)”<sup>379</sup>

No caso de “Superman” muitas das suas aventuras procuram no início dos anos 70 colocar-se a par da nova cultura entre os jovens, fazendo apelos ao movimento “hippie”. Ora isso não é bem visto pela estrutura censória: “ a primeira história do número constitui uma exaltação dos “hippies” e das suas comunas, que se apresentam como formas perfeitas de vida, conseguindo vencer graças ao amor e à paz dentro de uma tónica que pode resultar deformadora para os jovens do nosso tempo”<sup>380</sup>

A termos de adoptar três temas referenciais para resumir as objecções censórias às aventuras de “Superman” do período tardio do “tebeo controlado” que vimos analisando elas seriam : “ transformismo mágico-científico”, “violência” e “erotismo”. Os arquivos censórios espanhóis que consultámos perderam ( se é que alguma vez o tiveram) as publicações objecto de “ lectura previa”. Com uma única excepção das centenas de processos consultados. Justamente um exemplar da revista “Superman” de Junho de 1972 na importação mexicana da Novaro. Por sinal trata-se de um processo censório que reúne o principal do argumentário contra a personagem matricial dos “comics” norte-americanos . O acesso à revista permite resolver alguns mistérios. Os censores na sua tarefa de “ lectura previa” assinalavam na publicação, sublinhando, riscando, destacando os aspectos que constituíam o corpo de delito se assim nos podemos expressar. Muitos desses rabiscos não têm correspondência expressa no texto censório, mas não deixam de iluminar a estratégia censória, e são sobretudo muito úteis para o investigador actual que os vê quase 50 anos depois tal como ficaram registados no papel . Por exemplo : o erotismo que o censor no seu " informe" identifica de forma inexpressiva e sumária ganha

<sup>379</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57302*. Informação “ lectura previa” da CIPIJ datada de 6/2/1973 sobre a revista Superman nº 907, edição mexicana

<sup>380</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57302*. Informação de 29/1/1973 da Seccion de Publicaciones Infantiles y Juveniles da Direccion General de Prensa, sobre “Superman”, nº 906 edição mexicana

outra dimensão e significado quando observamos em concreto as ilustrações ( as vinhetas e as pranchas) que o próprio assinalou. E este pormenor será útil , algumas páginas adiante, para o podermos comparar com os rituais dos censores portugueses.

A edição nº 876 da revista “ Superman” (Documento A ) na sua edição mexicana compreende duas aventuras do seu principal herói uma intitulada “ El Arbol Humano” desenhada por Vince Colleta e argumento de Cary Bates e Werner Roth e outra a primeira parte da aventura “ el secreto de Superman” desenhada por Jurt Shafenberger. Entre ambos publica a 2ª parte uma “historieta” da personagem “ Rosa Espina” intitulada “ Resgate em el Mar” desenhada por Dick Giordano e argumento de Robert Kanigher. A “ lectura previa “ da CIPIJ sustenta que a publicação não deve circular : “ Transformismo mágico-científico, violência e erotismo : são os motivos em geral que abundam no conteúdo de este exemplar que inclui aliás outro episódio das aventuras e Rosa y Espina já repetidamente objectadas. Os graves inconvenientes estão em diverso grau e forma espalhadas por todo o caderno de modo que não é necessário indicar páginas concretas”<sup>381</sup> (Documento B) . E na realidade o referido exemplar evidencia as intervenções do censor na p. 4 a expressão “A árvore domina o homem de krypton com os seus poderes mentais” e na p. 14 a expressão proferida por Lois Lane “ A minha vida não tem sentido. Morrerei”. Mas é na aventura de “Rosa y Espina” onde algumas das representações gráficas da personagem principal na sua versão de amazona vingativa e atleticamente arrojada são identificadas como exemplos de “erotismo” p. 16,17 ,19, 24 ( Documentos A.19 a A.24) . Mas também as frases da p. 22 proferidas no contexto de um espectáculo musical “Amem ao próximo” e “Amor e Paz sim “ são sublinhadas . O mesmo com “ São pior que a polícia” Acabem com essa rapariga”.

A Secção de publicações infantis e juvenis da Direcção Geral da Imprensa valida o parecer da CIPIJ e acrescenta (Documento C ) : “História de um personagem feminino não autorizada na colecção equívoco e baseado na vingança, com cenas de violência e concepção e descrição da personagem inconveniente”<sup>382</sup>.

No dia 8 de Julho de 1972 a Editorial Novaro, como empresa importadora interpõe aquilo que hoje chamaríamos uma reclamação ou um recurso para que a publicação pudesse

---

<sup>381</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57319* . Informação “ lectura previa” da CIPIJ datada de 20/6/1972

<sup>382</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 57319*. Decisão da Seccion de Publicaciones infantiles y juveniles datada de 20/6/1972 que propõe a recusa de circulação ao Director Geral

circular e ser vendida em Espanha (Documento D )<sup>383</sup> . Alega entre outros aspectos que comunicou à empresa editora de “Superman” que “se abstenha de nos entregar os números da referida revista em que se insiram historietas de “ Rosa Espina” , sugerindo inclusive a sua supressão . E isto porque lhe parecendo não existir nenhuma razão destacada que pudesse justificar a proibição da circulação da revista , terão “ conhecimento indirecto de que a personagem Rosa Espina “ resulta pouco tolerável no juízo da Comissão”. Contudo, dado a grave quebra que representará para a distribuidora não poder vender o nº 876 de Superman “ suplica que tenha em conta que para além de não figurar na mencionada revista nenhuma passagem decididamente intolerável, se tenha em conta o nosso ó bom desejo de colaborar com a Administração, renunciando , como ficou dito a importar (...) aqueles números da revista que incluem temas não gratos ao critério da Censura como são as histórias de “Rosa Espina”I

O Chefe de Secção das Publicações Infantis e Juvenis obtém novo parecer da CIPIJ (Documento E )<sup>384</sup> o qual sustenta que :

“ a informação que no seu dia ( 20 Junho 72) se emitiu era acertadamente desfavorável à autorização do citado exemplar , uma vez que em todo ele abundam motivos de grave objecção , não apenas no episódio de “ Rosa y Espina” que inclui, mas também com o protagonista central e habitual da série.

- o escrito solicitação apresentado pela OE Novaro em nada afecta o juízo sobre a grave falta de adequação do conteúdo do referido exemplar para o público juvenil em função do Estatuto , para além de que fragiliza desde um ponto de vista exclusivamente comercial ( ainda quando a Distribuidora conhece de sobra que com a antecipada apresentação de três exemplares piloto fica nas suas mãos prever qualquer quebra por acumulação de revista que possam não obter autorização)”.

Com a nova informação da CIPIJ o Chefe de Secção reafirma a natureza condenável dos conteúdos “ principalmente cenas de violência e ilustrações erotizadas” que violam os art. 8º e 9º als. a)b)d) e g) do Estatuto ratificando a informação negativa anterior. Contudo

---

<sup>383</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 5731. Recurso da Novaro, S A 8/7/1972*

<sup>384</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 5731. Parecer da CIPIJ de 21/7/1972*



como as alegações da Novaro “excedem o âmbito de aplicação do Estatuto” remete a decisão definitiva para o Director Geral de Imprensa (Documento F)<sup>385</sup>.

Este último confirma a primitiva decisão condenando definitivamente os exemplares do nº 876 de Superman a ficar nos armazéns da Novaro ou a serem devolvidos à origem (Documento G)<sup>386</sup>.

Mas se as importações, sobretudo as mexicanas, por serem em língua espanhola são severamente policiadas, a verdade é que algumas das mais populares personagens dos “comics” espanhóis, e seguramente as que melhor identificam uma muito particular escola de banda desenhada castelhana, os “tebeos” humorísticos, transformam-se no alvo preferencial da censura de Fraga Iribarne,

São os casos das pícaras personagens criadas e desenhadas por Escobar, Ibanez ou Manuel Vasquez, entre outros, constrangidos a suavizar as histórias que “atentavam contra a sagrada instituição familiar”<sup>387</sup>. Este particular aspecto, ou seja os efeitos da censura se terem sentido de forma mais evidente nos “tebeos humorísticos” merece referência um pouco mais desenvolvida. Importa salientar que muitas das “historietas” deste género nos anos 50, sobretudo produzidas em Barcelona pela Editorial Bruguera “havam reflectido as penúrias de uma sociedade espanhola submersa no pós guerra, decadente, inculta, pobre e desencantada”. Os temas das “historietas” retratavam essa realidade: “o atraso do mundo real ( “Agamenón”), os abusos da autoridade nas relações laborais ( “Petra”, “Apolonio Tarúñez”, “Pascual Criado Leal”, “Blasa portera de su casa”), as discrepâncias na família ( “Don Pío”, “Casildo Calasparra”, “La Familia Cebolleta”, “La Familia Ulises”, “Las hermanas Gilda”, “Dña Tula”, “Zipe y Zape”, “La terrible Fifi”) os excluídos sociais( “Doña Urraca”, “El doctor Cascarrabias”, “Don Berrinche”) os infelizes que sonhavam com aquilo que nunca chegariam a ser ( “Heliodoro”, “Morfeu Perez”), as desventuras e incompetências dos profissionais( El “Dr. Cataplasma”, “Sisebutto Dectetive astuto”, “El professor Tragacanto”), o difícil acesso a casa própria( “Maripili y Gustavito”), a repressão sexual ( “Calixto”, “Cucufato Pi”, “Golondrino Perez”, “Rigoberto Picaporte”) e a fome( “Carpanta”) “<sup>388</sup>. Ou seja

<sup>385</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 5731*. Informação do Chefe de Secção da Direccion general de Prensa de 15/7/1972

<sup>386</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administración. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Dirección General de Prensa. Caixa 5731*. Decisão final do Director General de Prensa de 28/7/1972

<sup>387</sup> Vide Vicent Sanchís, *Tebeos Mutilados*[...], p. 101.

<sup>388</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La Legislación sobre la Historieta em Espña*[...]pp. 141-142

utilizando a anedota e a caricatura – e apresentando homens e mulheres vulgares sem qualquer atractivo, ao invés das personagens esbeltas, musculadas e atrativas dos “cuadernos de aventuras” - o “tebeo” humorístico soube utilizar como nenhum outro meio a crítica social<sup>389</sup>. Não admira que estes “tebeos” formalmente destinados às crianças também passassem a ser lidos pelos pais. Que assim ocorreu parece claro ao constarmos a preocupação da Editorial Bruguera quando através de circular interna datada de 1964<sup>390</sup> chama a atenção para os seus argumentistas e desenhadores para criarem produtos exclusivamente para crianças e não que possam ser consumidos indistintamente por crianças e adultos. Na verdade e tomando a revista “Pulgarcito” como exemplo, esta passou a ter entre os adultos grande adesão a que não será alheia a percepção de que a coberto dos “tebeos” se exibia uma muito ácida crítica social. Não admira pois que a CIPIJ passasse a ter como alvo estas “historietas” as quais punham em causa e ridicularizavam a autoridade dos pais, a centralidade do lar e da família e mesmo alguns dogmas do catolicismo<sup>391</sup>. Esta actividade está bem documentada, quer pela via da actuação directa da censura<sup>392</sup> quer sobretudo pela constatação de que a auto-censura exerceu papel decisivo na mutação de muitas destas personagens : sobrinhos que substituíam os filhos nas pelepas familiares, para que a sacro santo autoridade paternal não ficasse em causa, substituição do marido pelo irmão para que não viessem ao de cima os dramas conjugais<sup>393</sup>.

---

<sup>389</sup> O escritor Manuel Vasquéz Montalbán assinala que nos anos 50 e 60 a revista “Pulgarcito” se converteu na “crónica mais verdadeira da vida espanhola”. *Crónica Sentimental de España*, Barcelona, Lumen, 1971, p. 137 citado por Ignacio Fernández Sarasola, *La Legislación sobre la Historieta em España[...]* p. 152

<sup>390</sup> Vide Vicent Sanchís, *Tebeos Mutilados[...]* p.115

<sup>391</sup> Um dos casos mais curiosos foi o ocorrido com a série “13, Rué del Percebe” verdadeira enciclopédia dos personagens humorísticos de Francisco Ibanez, iniciada na revista “Tío Vivo” em 1961, onde uma das caricaturas, um cientista louco com o seu monstro Frankenstein, foi desalojado do prédio por um incompetente (mas religiosamente correcto) alfaiate. Razão para o despejo : só Deus pode criar vida” Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La Legislación sobre la Historieta em España[...]* p. 146. Vide também Antonio Guiral, *El Universo de Ibanez[...]* p. 46, que acrescenta “após mais de trinta semanas sem inquilino fixo, o piso acaba por ser arrendado por um alfaiate incompetente, que se manterá até ao final da série”

<sup>392</sup> Vide Antonio Guiral, *Cien Años de Bruguera. De El Gato Negro a Ediciones B*, Barcelona, Ediciones B, 2010, pp. 83-85

<sup>393</sup> Zipe y Zape passaram de filhos de Don Pantuflo para “sobrinhos”, por exemplo, assim transformando a desobediência filial em algo muito menos grave, aos olhos dos censores. Vide de Ignacio Fernández Sarasola, *La Legislación sobre la Historieta em España[...]* p. 144. Também o núcleo familiar da “Familia Trapisonada” outra das mais populares séries de Ibanez sofreu alterações a meio do percurso : “o núcleo familiar original – um matrimónio, um filho e um sobrinho- desintegra-se num ápice um ano após o seu nascimento, os cônjuges passaram a irmãos e as crianças seus sobrinhos” (...) “A “Familia Trapisonada” foi inicialmente uma desafio constante à hierarquia paterna, já que Pancrácio o chefe de família, era objecto constante de partidas e piadas que punham em causa a sua autoridade. Assim em 1959 Pancrácio e Leonor converteram-se em irmãos, enquanto que as

Mesmo no campo do erotismo os “tebeos” humorísticos não escaparam ao zelo censório nos anos 60. Conquanto as heroínas das histórias de aventuras exibissem corpos esculturais ( ainda que tapados) e as mulheres do “ comic” de humor se apresentassem grotescamente caricaturadas , nem por isso deixaram de ser objecto de crítica, como no caso de certa personagem cujas tranças apresentavam natureza provocatória<sup>394</sup> .

Os anos 60 assistiram também a um acréscimo do relevo da teorização sobre a imprensa infantil e o lugar dos “ tebeos” na mesma. Os estudos dados à estampa , resultaram , de um lado de iniciativas oficiais sob a égide do poder político que organizou cursos de “ periodismo infantil” ou conferencias sobre “ teoria e técnica da prensa infantil e juvenil” e por outro lado pela curiosidade que o tema começou a despertar entre bibliotecários, pedagogos e universitários<sup>395</sup>. É curioso que justamente no momento em que os “ tebeos” começaram a entrar na sua fase de declínio em Espanha se tivessem multiplicado as análises e os estudos sobre esse fenómeno. Explica Fernández Sarasola: “ ... é lógico : se os “comics” se haviam imposto e sobrevido apesar da penúria , foi graças a passarem em bicos dos pés entre os olhos fiscalizadores das autoridades e os críticos. No momento em que passaram a chamar a atenção, o próprio sistema de repressão , estatal e social, acabou por torpedeá-los”<sup>396</sup>

Entre os estudos e para além dos escritos do Padre Jesus Maria Vasquez, na qualidade de secretário da CIPIJ, a que já fizemos alusão importa identificar Carmén Bravo Villasante<sup>397</sup> e Maria de La Concepción Pérez Montero<sup>398</sup>. Deve também sinalizar-se a obra colectiva “ Curso de Prensa Infantil” promovido pela Escuela Oficial de Periodismo<sup>399</sup>. Todos os textos, revelando manifesta e ostensiva antipatia pelos “ tebeos” reflectem em traços gerais as orientações que já antes vimos sinalizadas nas campanhas ocorridas nos EUA, Reino Unido ou França. Mas acrescentam , naturalmente ,

---

crianças acabaram por ser seus sobrinhos, sem ficar muito claro o que aconteceu aos respectivos pais “  
Vide Antonio Guiral, *El Universo de Ibanez* [...] p. 24

<sup>394</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La Legislación sobre la Historieta em España*[...]p. 147

<sup>395</sup> Embora só em meados dos anos 70 se registem as primeiras teses doutorais sobre o tema . Juan António Ramirez, conseguiu defender em 1975 na Universidade Complutense de Madrid a sua tese doutoral dedicada ao estudo dos “tebeos” desde o fim da guerra civil até aos anos sessenta e , pouco antes de falecer, revelou o esforço que teve que realizar para “ convencer o estabelecimento académico de que o “comic” ( tebeo, historieta) era uma manifestação estética tão digna e respeitável como qualquer outra”. *Los Tebeos de Pos Guerra* ,Catálogo de Exposición, Luis Conde Marín , org., Madrid, Ministerio da Cultura , 2011

<sup>396</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La Legislación sobre la Historieta em España*[...]p. 156

<sup>397</sup> Vide Carmén Bravo Villasante, *Historia de la literatura infantil española*, Madrid, Doncel, 1963( 1º ed. 1959).

<sup>398</sup> Vide Maria de la Concepción Pérez Montero, *Consideraciones en torno al problema de la prensa infantil*. Madrid. Dirección General de Enseñanza Media, 1965

<sup>399</sup> Vide AAVV, *Curso de prensa Infantil*, Madrid, Escuela Oficial de Periodismo, 1964

preocupações e orientações ligadas ao contexto específico do regime político franquista e do momento , anos 60, em que o mesmo navega. E um dos pontos mais interessantes é a quase omissão da ligação entre os “ tebeos” e a delinquência juvenil , que constituía um dos mais fortes e reafirmados argumentos nos três países antes referidos. É verdade que o tom “anti-comics” foi menos hostil em Espanha e em qualquer caso dificilmente a ditadura poderia reconhecer a existência de delinquência juvenil razão pela qual a ligação com os “ comics” seria difícil de concretizar-se<sup>400</sup>.

Outro aspecto que parece traduzir uma especificidade espanhola , senão em termos absolutos pelo menos com uma ênfase que não se regista em outros países é a crítica ao género humorístico, como vimos antes. Também aqui a moral cristã vem à superfície para alertar que “ a presença da ironia, a ridicularização da família, a perpetuação dos tópicos ou enfim a ausência de condutas generosas que eram características do género humorístico o tornavam inadequado para crianças”<sup>401</sup>

Como em outros países vimos a produção teórica procura caucionar as decisões do poder, conferindo-lhe uma fundamentação técnico-científica. Daí que a análise dessa produção não se deve desligar , por um lado das orientações regulamentares ou legais que foram fixadas em 1955/56 e depois em 1967 para o policiamento das “ historietas” e por outro lado da prática que as estruturas de censura levaram a cabo intervindo de forma directa nos conteúdos ou na simples decisão de autorizar ou não a circulação e venda das publicações periódicas. Algum deste corpo teórico será utilizado com mais proveito em capítulo próprio destinado a estudar as estratégias censórias no salazarismo , na justa medida em que estas revelem afinidades ou mesmo contaminação transfronteiriça, no caso com o franquismo.

Do exposto parece meridianamente evidente que a prevalência da cultura católica é manifesta quer na composição das comissões censórias infanto-juvenis quer nos documentos que as enquadram. Não é por acaso que as duas personalidades chaves em todo o processo de policiamento infanto-juvenil dos anos 50 aos anos 70, são elementos da estrutura da Igreja Católica com forte marca conservadora ou mesmo com ligações à Opus Dei. Na Junta Assessora nos anos 50 pontificará o beneditino Frei Justo Perez de Urbel e na CIPIJ o dominicano Jesus Maria Vasquez, secretário da mesma desde 1962. O projecto político de Franco sempre fez prevalecer “ uma relação estreita entre a Igreja e o Estado. Confiava em instaurar uma cultura católica e tradicional , o que , de facto

---

<sup>400</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La Legislación sobre la Historieta em España*[...]p. 160

<sup>401</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La Legislación sobre la Historieta em España*[...]p. 163

conseguiu depois da Guerra civil “<sup>402</sup>. Não admira que consistindo um dos traços mais originais do franquismo a restauração de tradicionalismo cultural e religioso ele se tenha também projectado no modelo criado para controlar os “tebeos”.E tal modelo ganhou condições favoráveis para prosperar quando os católicos próximos da Opus Dei substituíram no poder os radicais falangistas vencedores da guerra civil . A grande contradição , voltemos a assinalá-lo , resulta justamente da contraposição de dois movimentos contrários. Quando a sociedade espanhola, nos anos 60 se moderniza e sobretudo se “ seculariza” com a concomitante mudança de atitudes a respeito da Igreja Católica e da própria moral cristã <sup>403</sup> o “ autoritarismo burocrático” no controlo dos “ tebeos” acentua a sua acção orientadora. É isto que explica que ao arrepio da situação em Portugal, por exemplo, que vive nos anos 60 em clima de maior tolerância em matéria de censura aos periódicos infanto-juvenis e onde as próprias estruturas do Estado, como é o caso da Mocidade Portuguesa, se mostram atentas e interessadas ao que se produz na Europa em matéria de BD, Espanha registe um momento particularmente intenso no zelo censório.

### 3.5. Conclusão

A referência ao ambiente e às principais correntes de opinião que se observam entre os anos 50 a 70 nos EUA, Reino Unido, França e Espanha, em defesa da moralização e do policiamento das publicações infanto-juvenis , permite identificar um denominador comum : a manifesta hostilidade perante os “ comics”, as “ bandes dessinées” ou os “ tebeos” consoante a expressão utilizada nos diferentes países estudados . Mas tudo o resto é de análise comparativa mais complexa. Ou seja, quer as motivações subjacentes às campanhas “anti-comics”, quer as estratégias utilizadas , quer os sujeitos intervenientes, quer a reacção do poder político ,quer , em concreto, as soluções de controlo ( e de efectiva censura) adoptados, exigem uma análise mais fina. Escusado será dizer que essas dissemelhanças, algumas delas qualitativamente profundas, decorrem das diferenças de regimes e sistemas políticos. Mas ainda assim , mesmo quando existe alguma afinidade de regimes e sistemas, o específico contexto histórico nacional e internacional e a diversidade do meio sócio-cultural ( não esquecendo que estamos no domínio da Cultura Popular) introduz divergências.

---

<sup>402</sup> Vide Stanley G. Payne, *Em defesa de España [...]*pp.222-223

<sup>403</sup> Vide Stanley G. Payne, *Em defesa de España [...]*. p. 237

Assinalemos desde já algumas linhas de afastamento . Enquanto que a temática da “ delinquência juvenil “ parece ter sido central na campanha norte-americana , e em muito menor grau na França, ela esteve praticamente ausente nos restantes dois países. Ao invés, em todas as outras realidades que não a americana, há uma motivação explícita que é justamente a “ invasão americana”. Que a mesma tenha tido na sua raiz razões de protecionismo económico , como em França, de preconceito ideológico-cultural como no Reino Unido, ou de moralismo doutrinário como em Espanha, a verdade é que o inimigo foram os “ comics “ vindos do outro lado do Atlântico. Mas mesmo essa linha fracturante mostra-se atravessada por uma outra , a das afinidades do moralismo laico e do moralismo religioso. Só isso explica o sucesso da campanha francesa e , em parte, da campanha britânica. Por outro lado se as estruturas de controlo postas em prática pelo poder político nos vários países divergem em pontos significativos- auto-regulação nos EUA, “judicialização” no RU, “ administrativização “ em França e censura prévia em Espanha- não deixa de ser surpreendente constatar a afinidade de muitas estratégias censórias e sobretudo a identidade de alguns “ discursos moralizadores” mesmo entre democracias e ditadura.

Estes pontos de contacto e de separação estarão presentes no capítulo conclusivo deste trabalho. Eles permitirão, julgamos, identificar melhor a natureza e a estratégia da censura infanto-juvenil do Estado Novo.

## Capítulo 4

### **As publicações periódicas infanto-juvenis no Estado Novo : iniciativa privada, cultura popular e sociedade civil**

#### **4. Introdução :as publicações periódicas infanto-juvenis em Portugal como um sucesso da sociedade civil**

Neste capítulo não se pretende traçar a história da BD em Portugal ou sequer das revistas infanto-juvenis que se publicaram no nosso País entre 1950 e 1968<sup>404</sup>. O propósito é identificar historicamente algumas das principais publicações infanto-juvenis que atravessaram a época em apreço. Essas e não outras em função de três critérios: a sua relevância como modelo de jornalismo infantil , a sua capacidade de atracção do público infanto-juvenil e o facto de terem sido alvos de expressa atenção da Censura de acordo com que estudaremos nos capítulos 6 e 7. Nem sempre os três critérios se cumulam. Por vezes um deles apenas prevalecerá. Como parte de um fenómeno à escala planetária-embora mais especificamente circunscrita à Europa e América - a recepção da banda desenhada entre nós fez-se, em tempos diferentes, misturando importações e criação indígena. Na maior parte do tempo as importações dominaram, mas houve momentos( e publicações) de quase monopólio de autores nacionais. Paralelamente também se fez sentir entre nós, nem sempre a par e passo como o ocorria no resto do mundo, discretas mas relevantes alterações no discurso e na gramática das " histórias em quadrinhos". Não foi só a mudança dos temas ( as “historietas” pueris para crianças passaram a dar lugar aos relatos aventureiros de capa e espada ou a movimentados "westerns" e estes a dada a altura a conviver com as batalhas intergalácticas e com os poderes extraordinários dos

---

<sup>404</sup> O repositório global mais completo das publicações periódicas portuguesas para a infância e juventude que conhecemos é A.J. Ferreira , *O Jornal Infantil português Ilustrado*, 10 volumes , Lisboa, Edição do autor ( policopiada,)[s.l.] [s.d.]. Muito útil também, do mesmo Autor, o "Ficheiro da BD Portuguesa" composto por verbetes de " autores"" revistas" e " histórias" , foi originalmente publicado a revista " Mundo de Aventuras" de 1982 a 1987 e interrompido pela extinção da revista, vide A.J.Ferreira, *O Ficheiro da BD portuguesa*, edição de autor, policopiado, [s.l.][s.d.]. E ainda os 78 números da publicação policopiada " Nº 13, Informações e Estudos sobre Jornais Infantis, Literatura Popular e Histórias aos Quadrinhos" , editada entre Maio de 1991 e Abril de 1997 de A.J. Ferreira ( todas as obras estão disponíveis na Biblioteca Nacional).

super-heróis). Foi também a mudança das técnicas narrativas( a substituição das legendas didascálias pelos dinâmicos "balões", a superação do desenho estático pela aceleração do ritmo narrativo que deixa tudo em " continuação" para o número seguinte, das estratégias de fidelização dos jovens( concursos, jogos de armar, espectáculos e programas de rádio) e dos próprios suportes e técnicas de edição ( das reproduções em papel de jornal às sofisticadas quadricromias em rotogravura , das revistas semanais aos álbuns cartonados com histórias completas).

Tudo isso se desenrola num contexto político autoritário e num quadro económico proteccionista e regulador, no qual procuram prosperar iniciativas empresariais privadas com mais ou menos fulgor e capacidade económica. O jornalismo infantil português não pode desligar-se dos seus "Citizen Kane". Este capítulo dará conta dos projectos de mais largo calado, e que por isso mais tempo navegaram, como a Agência Portuguesa de Revistas ou a Empresa Nacional de Publicidade, sem esquecer as dinâmicas discretas e isoladas, concebidas entre o quarto e a sala de estar, como a que levou José Ruy Pinto a fazer renascer o "Mosquito" em 1961 e que nos servirá de referência para tentarmos perceber a "economia" da banda desenhada no período em estudo. E tal como por detrás do sucesso da revista "Tintin" esteve o dinheiro e o sentido empresarial de Raymond Leblanc, também entre nós por detrás de " O Mosquito" esteve Cardoso Lopes e Raul Correia, do " Mundo de Aventuras" Roussado Pinto e do " Cavaleiro Andante" Adolfo Simões Muller<sup>405</sup>. E qual o mercado para os desenhadores portugueses ? Um mercado limitado, reduzido, que nos anos 50 sorriu a alguns mas que se foi estreitando ao longo dos anos 60.

Conhecer ainda que de forma resumida e indiciária algumas das dimensões dos vários fenómenos indicados pode ajudar-nos a encontrar resposta para as relações entre o Estado Novo e o universo do jornalismo infantil.

Neste capítulo, como facilmente se compreende, não há lugar a determo-nos nas publicações do regime, ou seja da Mocidade Portuguesa. Elas não são produto da sociedade civil. São concebidas e pagas pelo Estado. Mas as afinidades entre , por

---

<sup>405</sup> Ou como sustenta António Dias de Deus de forma mais ampla “ se a figuração narrativa teve o seu arquitecto em Cottinelli Telmo , o seu pintor em Júlio Resende, o seu poeta em Raul Correia, o seu pedagogo em Adolfo Simões Muller, falta referir um derradeiro actor conclusivo-jornalista. Esse papel , doa a quem doer, só podemos atribuí-lo a António Cardoso Lopes Júnior(...) “ vide António Dias de Deus “ A roda da fortuna, Titónio” Sousa Santos, coord. *História da BD publicada em Portugal*, 2ª parte[...] p. 5



exemplo “ Camarada” e o “Cavaleiro Andante”, são bem mais numerosas do que à partida se suspeitaria. A seu tempo no capítulo 5 teremos oportunidade de as escrutinar.

Finalmente não há “ histórias em quadrinhos” sem criadores que as desenhem, argumentistas que as escrevam, directores que as seleccionem e concretizem num projecto editorial , empresários que as publiquem, pagando os custos da edição e procurando ter lucro com a actividade e no fim leitores que as comprem , leiam, comentem e divulguem. E esse é um ponto, em que as questões da metodologia da investigação histórica vêm ao de cima sobretudo quando as fontes são escassas e os dados disponíveis de difícil interpretação.

#### 4.1. A recepção das “ histórias em quadrinhos” em Portugal e o seu apogeu

A primeira manifestação do que hoje consideramos uma história de banda desenhada em Portugal serão " As aventuras sentimentais e Dramáticas do Senhor Simplício Baptista" atribuídas a António Nogueira e Silva publicadas em 1850 na Revista Popular . Mas parece consolidada a ideia de ter sido Bordalo Pinheiro um dos pioneiros da banda desenhada portuguesa multiplicando as suas histórias por diversas publicações durante a segunda metade do século XIX. Também por essa ocasião surgem as primeiras publicações destinadas ao público infanto-juvenil onde as histórias aos quadrinhos ganham cada vez mais importância<sup>406</sup>. " Quim , Manecas e o Seu Cão Piloto" de Stuart Carvalhais pode considerar-se ao lado de Bordalo e do seu "Zé Povinho" , uma das expressões pioneiras da banda desenhada de origem lusa.

A BD portuguesa e a publicação de BDs estrangeiras desenvolve-se no início do sec. XX com publicações como o "Tic-Tac", "Senhor Doutor" ou "Abc-zinho"<sup>407</sup>. Mas o verdadeiro impulso no desenvolvimento das publicações periódicas destinadas aos jovens incorporando maioritariamente bandas desenhadas , dá-se em meados dos anos 30 e

<sup>406</sup> As revistas o Jornal da Infância ( 1883), O Jornal das Crianças( 1884) ou o Gafanhoto ( 1903) publicam várias histórias em banda desenhada. Vide João Pedro Ferro, *op.cit.* pp. 46-56.

<sup>407</sup> Vide A. Dias de Deus, “ ABC-zinho”” O Senhor Doutor”” Mickey e Papagaio”, Sousa Santos, coord. *História da BD publicada em Portugal, 1ª parte[...]* p.5-9; Carlos Pessoa, *Roteiro Breve da Banda Desenhada em Portuga[...]* pp. 24-43. Para o papel de Cottinelli Telmo na concepção do “ ABC-zinho” como modelo de jornalismo infanto-juvenil nos anos 20 vide João Paulo Paiva Boléo e Carlos Bandeiras Pinheiro, *Das Conferências do Casino à filosofia de ponta[...]*pp- 41-45

prolonga-se até aos anos 60. Costuma considerar-se esse período histórico como a " época de ouro da BD" em Portugal <sup>408</sup>. Uma das publicações que contribuiu decisivamente para esse momento de apogeu terá sido " O Mosquito" que se iniciou em 1936 e se prolongou ininterruptamente até 1953<sup>409</sup>.

No essencial o referido período pode ser dividido da seguinte forma :

- a) nos anos 30 o " Tic-Tac"( 1932-1937) "Senhor Doutor" ( 1933- 1944) , o "Papagaio"<sup>410</sup> ( 1935-1949) e os suplementos infantis dos jornais ( "Notícias Miudinho" do Diário de Notícias, "PimPam-Pum" de O Século e "Comércio Infantil" do Comércio do Porto) são as publicações de referência , se bem que com o surgimento de "O Mosquito" em 1936( terminará em 1953) comecem a perder relevância e audiência;
- b) nos anos 40 "O Mosquito", sob o impulso de António Cardoso Lopes e Raul Correia, marca a sua indiscutível liderança ( chegará a ter uma tiragem de 60.000 exemplares por semana, somadas as duas edições, à quarta e ao sábado<sup>411</sup>) e sofre a concorrência do "Diabrete" ( 1941-1951) de Adolfo Simões Muller<sup>412</sup>;

---

<sup>408</sup> Vide Sousa Santos , coord. *História da BD publicada em Portugal*, Lisboa, Editora Época d'Ouro, 2 vols. 1ª parte, 1995 e 2ª parte, 1996 ; António Dias de Deus, *Os comics em Portugal*, [...]pp. 169-181 ; João Paulo Paiva Boléo e Carlos Bandejas Pinheiro, *Das Conferências do Casino à filosofia de ponta*[...]p. 76

<sup>409</sup> Vide Manuel Caldas( org.) *O Mosquito de como nasceu e viveu*, [...]

<sup>410</sup> A publicação editada pela empresa católica Renascença, recebeu o impulso dinamizador de Adolfo Simões Muller mas terá sido " o grafismo e filosofia desenvolvidos por Tom ( Thomaz de Melo ) e José de Lemos" ambos herdeiros da tradição modernista, que a transformaram numa das publicações graficamente mais elogiadas pelas " suas ternas , elegantes e divertidas BDs" e as suas" atraentes capas, esteticamente muito conseguidas e cheias de bom gosto" vide João Paulo Paiva Boléo e Carlos Bandejas Pinheiro, *Das conferências do Casino à Filosofia de Ponta*[...] p. 99. O "Papagaio" será ainda referência na História da BD em Portugal por publicar em estreia internacional ( de países francófonos) as aventuras de Tintin ( a cores) e sobretudo pela criação portuguesa que foi o "Boneco Rebelde" de Sérgio Luiz, cujo personagem central se revolta permanentemente contra o seu criador num " registo surrealista e fantástico que depois será passada para o cinema de animação naquela que foi um das primeiras experiências do género realizada em Portugal " vide Carlos Pessoa , *Roteiro Breve da Banda Desenhada em Portugal*[...]p. 43

<sup>411</sup> Um dos fundadores Raul Correia recorda : " A tiragem inicial de 5000 exemplares subiu para 7000...para 10.000...havia de chegar anos depois aos 30.000 quando o Mosquito passou a publicar-se duas vezes por semana(...) assim e por volta de 1938 a capacidade de produção da litografia onde se imprimia o jornal já não comportava a tiragem de O Mosquito" " Sobem do fundo da memória, lentos... de como nasceu e viveu o Mosquito" in Manuel Caldas ,org. *De como viveu e Nasceu o Mosquito*,[...] p. 33.

<sup>412</sup> Adolfo Simões Muller ( 1909-1989) , jornalista, escritor, pedagogo, esteve sempre ligado às publicações periódicas juvenis e em geral à literatura infantil, começando por dirigir o "Papagaio" em 1935, após o que assegurou idênticas funções no "Diabrete" ( 1941), "Cavaleiro Andante"( 1952), "Foguetão" ( 1960), "Zorro" ( 1962) e "Nau Catrineta" ( suplemento do Diário de Notícias) ( 1963) , entre outros. vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, , " Muller, Adolfo Simões" ,*Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...]pp. 92-93.

c) nos anos 50 o aparecimento da Agência Portuguesa de Revistas<sup>413</sup> e do "Mundo de Aventuras" ( 1949- 1959, quanto à sua 1ª fase), dirigido por José de Oliveira Cosme<sup>414</sup> e tendo por chefe de redação Roussado Pinto<sup>415</sup> entre 1950 e 1954 , marcará de forma indelével o panorama das publicações infanto-juvenis a que só o " Cavaleiro Andante", da Empresa Nacional de Publicidade proprietária do "Diário de Notícias" , e dirigido por Adolfo Simões Muller , conseguirá rivalizar;

d) os anos 60, designados por “período convulsivo” por António Dias de Deus ( embora o considere nessa designação o período que vai até 1985) marca o início da agonia das revistas infanto-juvenis, muito por culpa da emergência da televisão<sup>416</sup>, mas sobretudo pela alteração do paradigma de edição da BD entre nós que transita lentamente para o “ álbum”<sup>417</sup>; neste período e até 1968 há contudo algumas publicações a referenciar , desde logo o projecto editorial de Adolfo Simões Muller e da ENP que procurou dar continuidade ao “Cavaleiro Andante” chamado “ O Foguetão “ , durante 3 meses no ano

---

<sup>413</sup> Vide Jorge Magalhães, "O Império Editorial da Agência Portuguesa de Revistas" , *História da BD publicada em Portugal* , 1ª parte,[...] pp. 30-42 e João Manuel Mimoso , " A Agência Portuguesa de Revistas" acessível em [www.historia.pt/APR/APRindex.htm](http://www.historia.pt/APR/APRindex.htm).

<sup>414</sup> José de Oliveira Cosme ( 1906-1973) colaborou e dirigiu várias publicações infantis e juvenis , designadamente "O Senhor Doutor", "Rim-Tim-Tim", "ABCzinho" e "Mundo de Aventuras". Foi contratado nos anos 40 como director literário da Agência Portuguesa de Revista e o seu nome surge ligado a grande número de publicações do grupo, com particular destaque para o " Mundo de Aventuras" que dirigirá praticamente desde o primeiro número ( 1949) até falecer. Antes porém a sua participação como autor e realizador de vários programas de rádio ( na Emissora Nacional e no Rádio Clube Português) e em concreto as " aventuras do menino cábula Tonecas" granjearam-lhe vasta popularidade, vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, " Cosme, José de Oliveira " *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...] , " pp. 48-49.

<sup>415</sup> José Augusto Roussado Pinto ( 1926-1985) que esteve presente, ora como Director, ora como chefe de redação , ora como simples colaborador e tantas vezes a coberto de uma miríade de pseudónimos, em praticamente todas as publicações juvenis ( e de banda desenhada) publicadas em Portugal após o fim da II Guerra Mundial e até aos anos 80 . Mas foi também jornalista no efémero "Diário Ilustrado", escritor de centenas de obras de ficção policial ( muitas com o seu pseudónimo mais conhecido : Ross Pynn.) e terminou os seus dias à frente desse “insólito, impossível, fantástico, espantoso” “Jornal do Incrível” . vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, " Roussado Pinto" *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...]p. 114. Faleceu prematuramente em 1986 e anos antes decidiu escrever as suas memórias intituladas " Notas de 30 anos de Banda Desenhadas" no "Jornal do Cuto " . Terá sido dos mais novos directores da imprensa juvenil entre nós, estreando-se em 1945 : " Tinha 18 anos , fazia o "Pluto" e naquela segunda feira quando fui à Direcção dos Serviços de Censura buscar as provas do jornal e saber se havia algum corte a fazer..." " Notas de 30 Anos de Banda Desenhada" *Jornal do Cuto, Jornal do Cuto*, 17 de Setembro de 1975, Ano 3, nº 111, [...]. Fascinado pelas " histórias em quadrados" e sobretudo pelo " Mosquito" terá decidido aventurar-se na publicação de um semanário juvenil : " De facto o "Pluto" tinha sido feito dentro da linha do Mosquito , embora sem sofisma. Os meus 18 anos e toda a ternura que sentia por ele levaram-me a fazer quase o Mosquito apenas com a preocupação de que o material a utilizar fosse português" " Notas de 30 Anos de Banda Desenhada" *cit.* p. 34.

<sup>416</sup> Vide António Dias de Deus, *Os comics em Portugal* [...] pp. 258-259

<sup>417</sup> Vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *Cavaleiro Andante*, Lisboa, Edições Época de Ouro e Notícias Editorial, 1999 que referem : “A quebra do jornalismo infantil no fim dos anos 50 deve-se àquela modalidade dos aluns belgas” pp. 8 e 9

de 1961 e depois outros dois projectos cuja efemeridade não nos deve impedir de os referir , a saber o “Zorro” ( 1962-1966) e em particular a 2ª série de “O Mosquito”, esforço quase solitário de José Ruy Pinto , que sobreviveu 30 números entre Novembro de 1960 e Junho de 1961;o período encerra no fim dos anos 60 com a chegada do porta voz da BD franco-belga, já então implantada entre nós, a revista " Tintin" (1968-1982) ;

Os anos 50 são sem dúvida a década que traduzirá com maior rigor e abundância de manifestações iconográficas " o esplendor da banda desenhada"<sup>418</sup> em Portugal. Uma imagem das bancas de jornais e revistas em qualquer das cidades portuguesas ou as andanças dos jovens ardinas e dos seus pregões, dá conta da cor e do movimento que resultam das capas das várias publicações infantis e juvenis, portuguesas e estrangeiras em contraste com um certo cinzentismo político , social e cultural reinante. A rádio e a imprensa são agora confrontadas com uma nova realidade que entra nas casas e nas escolas pelas mãos dos mais novos, interrogando pais, professores e claro, o poder político. Em 1936 "O Mosquito" havia constituído a grande revolução com aventuras de origem inglesa e espanhola, construções de armazém, suplementos para as "meninas" e uma extraordinária capacidade de aliciar os jovens no seu imaginário. Como recorda um dos desenhadores que mais tarde com ele viria a colaborar José Ruy Pinto <sup>419</sup>: " esse jornalinho funcionou para mim como uma janela aberta ao mundo e à fantasia ; equivalia ao que hoje representa o ecrã de televisão. As histórias em quadrinhos faziam-me viajar e viver aventuras onde aprendia coisas, voando no sonho que nascia em mim a cada episódio , número a número ao longo da minha infância sedenta de saber"<sup>420</sup> Essa extraordinária capacidade de atracção das histórias em quadrinhos, a que se somavam um conjunto de actividades de enquadramento e promoção em torno das revistas ( sorteios, espectáculos de música e teatro e programas na rádio) manteve-se em nível muito alto nos anos 50 com a chegada ao mercado das bandas desenhadas norte americanas, publicadas em " strips" nos jornais dos E.U.A. e entre nós pela mão do "Mundo de Aventuras". Muitas das séries começaram a ser publicadas em Portugal a meio da sua sequência original <sup>421</sup>. Curiosamente, como vimos antes , a evolução dos "

<sup>418</sup> Vide Joaquim Vieira , *Portugal Século XX Crónica em Imagens, 1950-1960* [...] p. 128 .

<sup>419</sup> Vide entrevista nos *Cadernos de Banda Desenhada*, Director A.A. Castro ( Jorge Magalhães) , Cascais, nº 1, Janeiro de 1987 .

<sup>420</sup> Vide José Ruy, " Tiotónio, meu amigo" Sousa Santos , coord., *História da BD publicada em Portugal*, 1ª parte, [...] p. 46.

<sup>421</sup> Vide Joaquim Vieira, *Portugal no Século XX Crónica em Imagens 1950-1960, [...] p. 121*

comics" em Portugal assumiu nos anos 40 e 50 numa lógica bipolarizadora. Se o contraponto de " O Mosquito" era " O Diabrete" criado pela imprensa do Diário de Notícias e que terá adoptado uma atitude de " não buscar o conflito de gerações mas a conciliação através de históricas mais conformes às normas dominantes"<sup>422</sup> o competidor do " Mundo de Aventuras " foi o "Cavaleiro Andante" da mesma Empresa Nacional de Publicidade que detinha o DN. Curiosamente o director de "O Diabrete" e do "Cavaleiro Andante" foi o mesmo Adolfo Simões Muller, como vimos, sendo que ambas as revistas se sucederam quase sem interrupção e mantendo a mesma similar linha editorial agora mais " resolutamente antiamericana e alimentando- se de Hergé ( autor de TinTin ) e de outras histórias de moral ortodoxa que a escola-franco belga tinha para oferecer"<sup>423</sup>

O certo é que esta competição permitiu introduzir em Portugal desenhadores e argumentistas de referência quer da escola norte-americana quer da escola franco-belga quase ao mesmo tempo em que nos respectivos países eram publicados. Um jovem nos anos 50 em Portugal tanto podia ler Milton Cannif , Alex Raymond, Frank Miller, V.T. Hamlin ou Mc Raboy como Hergé , E.,P. Jacobs, Paul Cuvellier, Bob de Moor ou Jean Graton, isto para não esquecer os britânicos Ron Embleton ,Frank Hampson , Graham Cotton, George Heath , Derek Hayles, Harry Farrugia , Bruce Cornwell, Frank Humphris, o espanhol Jesus Blasco<sup>424</sup> ou o italiano Lino Landolfi.

Ao mesmo tempo o sucesso das publicações de BD levou ao aparecimento de um conjunto de desenhadores portugueses de grande qualidade mas que não tiveram o sucesso que o brilho da sua figuração narrativa vaticinaria . Há quem lhe chame a " escola portuguesa" de BD<sup>425</sup>. Embora com estilos diversos, desenhadores ( e simultaneamente argumentistas, alguns deles) como Eduardo Teixeira Coelho<sup>426</sup>, Fernando Bento<sup>427</sup>, António Barata<sup>428</sup>,

---

<sup>422</sup> Vide idem, *ibidem*, p. 121.

<sup>423</sup> Vide idem, *ibidem*, p. 121 .

<sup>424</sup> Jesus Blasco ( 1919-1995) , autor conhecido em Portugal pelas "Aventuras de Cuto" merece especial referência. As "aventuras de Cuto", para muitos uma réplica ibérica de "TinTin", iniciadas no "Mosquito" nos anos 40 ganharam grande popularidade entre nós. Jorge Magalhães chama-lhe mesmo o " herói de uma geração" vide " Cuto- herói de uma geração, O ardina dectective" *Quadrinhos*, ( Suplemento de "A Capital") II Série , nº 15 de 30 /8/1980 p. 15 .

<sup>425</sup> Vide António Dias de Deus, *Os comics em portugal* [...] p. 192

<sup>426</sup> Eduardo Teixeira Coelho( 1919-2005) foi um dos mais importantes desenhadores de BD portugueses, pese embora tenha realizado grande parte da sua carreira no estrangeiro, fixando-se em Florença nas últimas décadas da sua vida. Premiado em muitos certames e competições internacionais" alcançou mestria total na ilustração de novelas com carácter histórico, moderno ou fantástico" vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, " Coelho, Eduardo Teixeira" *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*, Nonarte, Cadernos do Centro Nacional de Banda Desenhada e Imagem, Edições Época de Ouro, Costa da Caparica , 1999, p.42.

<sup>427</sup> Fernando Bento( 1910-1996) ,colaborou no "Diabrete" e no "Cavaleiro Andante" entre muitos outras publicações tendo alcançado " o seu melhor quando começou a ilustrar os argumentos de

José Rodrigues das Neves<sup>429</sup>, José Ruy Pinto<sup>430</sup>, Vítor Péon,<sup>431</sup> José Garcez<sup>432</sup>, Carlos Alberto<sup>433</sup> ou Jaime Cortez<sup>434</sup> tiveram como ponto comum terem-se afastado das histórias cómicas e enveredado pelas aventuras sérias a maior parte delas de conteúdo histórico . Eduardo Teixeira Coelho será de todos eles o que mais marcará a referida " escola

---

Adolfo Simões Muller e Maria Amélia Barcia , muitas vezes adaptações de Jules Verne, Stevenson, Conan Doyle ou outros clássicos da Aventura" vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, " Bento, Fernando" ,*Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...]p. 24.

<sup>428</sup> António Barata( 1920- ) Estreou-se no "Senhor Doutor "em 1940 e colaborou no "Papagaio", "Pluto" e "Mundo de Aventuras". As suas histórias aos quadrinhos não constituindo a "parte mais importante da sua obra" foram de facto " as primeiras experiências correctamente conseguidas de figuração narrativa realista" vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, " Barata, António" *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...]p. 22.

<sup>429</sup> José Rodrigues das Neves( 1921-1983). Colaborou no " Diabrete" " Faísca" e " Papagaio", mas o seu melhor " encontra-se em três histórias em quadrinhos que ilustrou para livros do Ensino Técnico de Virgílio Couto- " Odisseia", " Marco Polo", e " e De Angola à Contra-Costa"- " vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, " Rodrigues das Neves, José " *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...], p. 113.

<sup>430</sup> José Ruy Pinto ou José Ruy( 1930- ) . Colaborou no " Papagaio", " Mosquito", , " Gafanhoto" " Cavaleiro Andante" " Camarada" " Mundo de Aventuras" entre outras , sendo " o artista português com maior número de albuns produzidos ( mais de três dezenas) com muitas realizações igualmente no campo da banda desenhada publicitária". " Mais à vontade na composição de vinhetas , no espraiair de personagens e nos instantâneos da vida animal do que na reprodução da anatomia e movimentos do corpo humano é de notar a sua capacidade de colorista" vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, " Ruy, José",*Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...]p. 116.

<sup>431</sup> Vítor Péon ( 1923- 2003) começou a colaborar para " O Mosquito "nos anos trinta e passou depois pelo "Diabrete", pelo "Mundo de Aventuras", " Titã" e por muitas outras revistas, deixando uma obra numerosa , da qual sobressaem as aventuras de "Tomawak Tom" e o policial " A Casa da Azenha". Trabalhou no estrangeiro em cinema de animação, ilustração e publicidade. Ver a entrevista no "Jornal do Cuto", ano I, nºs 33 a 37 ( 16/2/1971 a 8/3/1971) e Leonardo de Sá e António Dias de Deus, " Péon, Victor", *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...]pp.101-102.

<sup>432</sup> José Garcez ( 1928- ). Colaborou em grande parte das publicações periódicas juvenis da segunda metade do sec. XX , iniciando-se profissionalmente no "Mosquito", após o que passou pelo "Pluto", " Camarada" " Lusitas" " Cavaleiro Andante" " Titã" " Papagaio" " Fagulha" " Girassol" e muitas outras, onde evidenciou as suas características " traço minucioso, apresentação cuidada e as atitudes gélidas ( ...) burilando preciosisticamente as imagens" vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, "Garcez, José" *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...], p. 63.

<sup>433</sup> Carlos Alberto( 1933- ) . Trabalhou para o " Camarada" e o " Mundo de Aventuras". Na Agência Portuguesa de Revistas executou inúmeras capas, ilustrações e cromos para as várias publicações da empresa. Colaborou depois na Portugal Press como director artístico e como autor dos quadros da " História de Portugal " publicados mais tarde em álbum . vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, " Carlos Alberto Santos", *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...]p. 34

<sup>434</sup> Jaime Cortez( 1926-1987). inciou a carreira no "Mosquito" publicando nos anos 40 duas histórias que constituem uma referência na BD portuguesa, " Os 2 amigos na cidade dos monstros marinhos" e " Os Espíritos assassinos", sendo que esta se pode considerar como " a primeira e a única de temática realista que apareceu em Portugal". Cedo emigrou para o Brasil onde se naturalizou e veio a falecer. Aí exerceu uma actividade de relevo como criador de histórias em quadrinhos e divulgador da BD sendo que " os historiadores de quadrinhos brasileiros dão ( com razão) grande ênfase ao papel que teve na evolução dos " comics" sérios, quando artistas brasileiros seguiram a sua escola , muitos deles com o seu apoio" vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus," Cortez, Jaime" *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...]p. 48.

portuguesa" assinando o que para muitos é considerada a " obra prima da banda desenhada portuguesa" : "O caminho do Oriente" , publicada em 1946-48 em O Mosquito<sup>435</sup>.

Contudo ,alguns destes autores acabarão já nos anos 50 por abandonar o país . O caso mais significativo será justamente o de Eduardo Teixeira Coelho que trabalhará em Itália, Espanha, Inglaterra e França e constituirá uma obra que hoje é objecto de particular apreço no mundo académico da BD<sup>436</sup> .

Não é possível dizer que as razões políticas , os desmandos censórios e o clima de controlo ideológico, moral e cultural vividos na década terão sido o factor determinante para essas migrações. Seguramente os aspectos económicos , a ausência de estabilidade laboral e a fraca consideração social e cultural dos autores de BD terão também contribuído para isso . É um facto que no período em análise, e ver-se-á isso adiante, os autores portugueses especializaram-se nas aventuras históricas. E também é verdade que nos anos 40 temos exemplos notáveis de " comics" realistas ao estilo " americano" publicados no Mosquito, como são os casos da " Casa da Azenha " de Vítor Péon<sup>437</sup> ou " Os espíritos assassinos " de Jaime Cortez <sup>438</sup>, ambos em discurso de verismo que nos anos 50 jamais será repetido. Mas daí não se pode concluir que tenha sido essa a razão decisiva ou sequer principal para a debandada de tantos nomes ilustres da " escola portuguesa".

Não há aliás qualquer evidência do regime político ter marginalizado ou ostracizado os autores que referimos. Muitos deles como Eduardo Teixeira Coelho , Vítor Péon , Fernando Bento, José Garçês desenharam para a imprensa da Mocidade Portuguesa e não deixaram de trabalhar para instituições ou personalidades ligadas ao regime, como veremos nos capítulos seguintes.

É pois neste contexto que " o esplendor da banda desenhada" se confronta logo no início dos anos 50 com uma acção de controlo da censura de novo tipo , respirando , é certo, o " ar do tempo" que se fazia sentir em outros países , mesmo em democracias consolidadas , como vimos, mas assumindo uma natureza específica no Portugal salazarista. Um dos desafios que se coloca ao enquadrar historiograficamente este confronto é determinar até

---

<sup>435</sup> Vide António Dias de Deus, *Os "comics" em Portugal*.[...] p. 189.

<sup>436</sup> A revista francesa de cultura e investigação histórica de Banda Desenhada " Hop !", Paris, nº 142, Juin 2014, consagrou-lhe recentemente um número temático , vide " Hop !", *Revue d'informations et d'études sur la B.D.*, Paris, nº 142, Juin 2014.

<sup>437</sup> Com claras influência de Will Weiner vide António Dias de Deus, *Os comics em Portugal*, [...]p. 197.

<sup>438</sup> Vide António Dias de Deus " Jaime Cortez" in *Cadernos de Banda Desenhada*, nº 2, Março de 1981, p. 4 que salienta " os traços de veracidade são de deixar pasmado: apresentam-se-nos miúdos de pé descalço, ou quase, criados na miséria, crescidos na gazeta à escola , fortalecidos na bordoadada entre o Bairro da Bica e o Bairro Alto, usando-se linguagem colorida...".

que ponto a sociedade civil resistiu às estratégias censórias postas em prática pelo Estado Novo. Mas para isso haverá que dar nota dos momentos simbólicos e das personagens marcantes do jornalismo infanto-juvenil em Portugal entre os anos 30 e 60 do século passado.

#### **4.2. O sucesso de “ O Mosquito” : o papel de Raul Correia e Cardoso Lopes na criação do paradigma do periódico de BD em Portugal.**

Entre os estudiosos do fenómeno da banda desenhada em Portugal há unanimidade quanto ao facto de “ O Mosquito” ( 1936-1953)<sup>439</sup> constituir o paradigma do periódico infanto-juvenil entre nós . A. Dias de Deus fala do “ alfa e ómega do jornalismo infantil português”<sup>440</sup> e Carlos Pessoa alude a “ referência eterna”<sup>441</sup>. A revista passou por vários ciclos e formatos e chegou a editar-se duas vezes por semana ,à quarta e ao sábado, entre 1942 e 1948. É inegável que do ponto de vista das audiências e da sua circulação terá sido dos casos mais bem sucedidos entre nós. Mas já quando se trata de encontrar uma justificação para tal circunstância, para além de meras considerações afectivas de quem cresceu a ler o jornalinho, as opiniões dividem-se. Há quem coloque o acento tónico nas séries inglesas com textos didascálicos como ” Pelo Mundo Fora” de Walter Booth, ” Serafim e Malacueco” de Percy Cocking ou “ Através do continente negro” de Colin Merritt, entre outras, que foram presença constantes nos primeiros anos, há quem realce a presença dos autores espanhóis como Jesus Blasco, Cabrero Arnal ou Arturo Moreno, há quem refira as construções de armar de António Velez ( comboios, aviões,casas. etc) , há quem não esqueça as novelas de grande qualidade literária de Raul Correia, José Padinha ou Orlando Marques e há quem finalmente realce a estreia daqueles que, na altura em princípio de carreira , se afirmaram pela valia dos seus desenhos e argumentos como Eduardo Teixeira Coelho , José Garcez, Jayme Cortez ou José Ruy. Mas talvez que a

---

<sup>439</sup> A história de " O Mosquito" acompanhada de estudos da autoria de Leonardo de Sá, António Dias de Deus, Jorge Magalhães e A.J. Ferreira com índices, depoimentos memorialistas e reprodução de várias aventuras pode ver-se nos álbuns Sousa Santos, coord. *O Mosquito, Aventuras e Curiosidades*, Costa da Caparica, edições "Época de Ouro", 1997 e Sousa Santos, coord. , *O Mosquito, 60º Aniversário*, Costa da Caparica, Edições Época de Ouro, 1996. A eles se deve boa parte da recuperação da memória histórica associada ao referido jornal.

<sup>440</sup> Vide A. Dias de Deus “ O Mosquito” . Sousa Santos, coord. *História da BD publicada em Portugal*[...]p. 10

<sup>441</sup> Vide Carlos Pessoa , *Roteiro Breve da Banda desenhada em Portugal*[...]p. 48



razão possa estar um pouco em todos esses factores sem excluir nenhum e sobretudo na capacidade humana e profissional de dois dos mais geniais jornalistas infanto-juvenis portugueses , Cardoso Lopes e Raul Correia, para agregando tudo isso construírem um produto único e adequado ao público infanto-juvenil da época. Raul Correia atento aos aspectos literários e culturais do projecto e Cardoso Lopes, também criador de BD e com a rica experiência trazida de anteriores jornais infantis, formaram uma dupla criativa e empresarial de sucesso.

Mas a este último, se deve talvez a parte mais relevante da criação da revista infantil portuguesa por excelência “ O Mosquito” mas também, ironicamente, o seu fim.

António Cardoso Lopes, mais conhecido pelos leitores de " O Mosquito" e mesmo entre os amigos por Tiotónio ( nome com que assinava as suas criações ) foi uma figura única na Banda Desenhada portuguesa. Estreou-se no ABCzinho nos anos 20<sup>442</sup> mas foi em " O Mosquito" que com Raul Correia , a partir de 1936 , formou uma dupla de sucesso. " Homem de grande engenho e iniciativa, bom desenhador humorístico e bom técnico de impressão em litografia e “offset”<sup>443</sup> a ele se deve grande parte do êxito comercial e de conteúdo dessa publicação que ainda hoje é sinónimo de Banda Desenhada ( ou histórias em quadrinhos) em Portugal.

Mas talvez quem melhor nos possa dar o retrato de Cardoso Lopes e Raul Correia seja o desenhador e argumentista José Ruy Pinto que ingressou na equipa de “ O Mosquito” em 1947 para desenhar e litografar as cores da revista e que conviveu de perto com todos os que colaboravam no projecto e bem assim com os muitos que circulavam na redação instalada na Travessa de São Pedro no centro desse bairro de jornais e jornalistas que foi o Bairro Alto<sup>444</sup>.

Recorda ele : " o Tiotónio transmitia um fluído que nos fazia sentir bem, termos confiança, eram os seus modos delicados e a determinação do seu olhar inteligente”<sup>445</sup>.

A restante parte do sucesso é devida a Raul Correia " um poeta extraordinário(...) homem fino, culto e que sabia escrever bem em português”<sup>446</sup> que não terá sido menos importante em todos os 17 anos de vida da revista.

---

<sup>442</sup> Vide Leonardo de Sá " Presença Portuguesa n' O Mosquito" *O Mosquito uma máquina de fazer histórias*, Catálogo da Exposição, Centro Nacional de Banda Desenhada e de Imagem, Amadora, 2006, p. 21 e Leonardo de Sá e António Dias de Deus " Cardoso Lopes, António" *Dicionário dos Autores de Banda Desenhada e Cartoon Em Portugal*. Edições Época de Ouro, Amadora , 1999, p. 33

<sup>443</sup> Vide Raul Correia, " Sobem do fundo da memória, lentos...de como nasceu e viveu " O Mosquito", *Manuel Caldas Apresenta O Mosquito de como nasceu e viveu*, Porto Edições Emecê, 1993. p. 31

<sup>444</sup> Vide Paulo Martins , *O Bairro dos Jornais, As histórias que marcaram o Bairro Alto e os seus jornais*, Lisboa, Quertzal, 2018, p.295

<sup>445</sup> Vide José Ruy, " Tiotónio, Meu Amigo" . *cit.* p. 46

Cardoso Lopes não tendo educação formal em artes gráficas terá sido encorajado pelo pai a desenhar regularmente tendo como referência " Raphael Bordallo Pinheiro, cujo Zé Povinho daria o arquétipo para os personagens saloias de aventuras picarescas criados pelo jovem artista"<sup>447</sup> . Desde cedo começou a colaborar em jornais infantis, como foi o caso de uma história aos quadrinhos publicada em 1924 no ABC-zinho com apenas 16 anos. Seguiram-se depois colaborações , quer como desenhador quer como argumentista no " PimPam-Pum" suplemento infantil do jornal O Século, no suplemento infantil " O Bêbé" do jornal " A semana Ilustrada" até assumir a co-direcção das duas séries do " Tic-Tac" em 1931-1932. No fim dos anos 20 e princípios dos anos 30 o jornais infanto-juvenis eram realizados essencialmente por autores nacionais e Cardoso Lopes teve nesse contexto a oportunidade e a sabedoria de " inventar uma pequena mas colorida galeria de personagens sobretudo através de muitos pacóvios provincianos cujas aventuras descreveu e ilustrou como a Estrudes do Altinho que depois se tornou noiva do Manuel Grilinho grande amigo de Zé Pacóvio- todos exemplos modelares da proverbial esperteza saloia"<sup>448</sup>. Por seu lado a revista "Tic-Tac", sob o impulso de Cardoso Lopes foi a primeira publicação entre nós a apresentar autores estrangeiros de permeio com nacionais. Mas mais relevante do que isso " foi também a primeira a fazer activamente a sua promoção através da organização de festas, emissões de TSF, etc. " <sup>449</sup> . No "Tic-Tac" Cardoso Lopes conhecerá Raul Correia que colaborava com novelas para a publicação. Dessa ligação nasceria uma amizade e uma parceria que dois anos depois , em 1936 , estaria na origem do " Mosquito" " a mais importante revista de quadrinhos portuguesa"<sup>450</sup>. A breve experiência acumulada e a capacidade de reinvenção à frente do novo jornal infanto-juvenil , com uma " engenhosa mistura de autores nacionais e estrangeiros"<sup>451</sup> teve sucesso , a tal ponto que três anos depois os dois sócios investiram na compra de uma moderna máquina "offset", única à época em Portugal que imprimia sete mil exemplares por hora. E o sucesso da iniciativa permitiu a criação das " Edições O Mosquito" que daí em diante multiplicou as iniciativas editoriais algumas delas também pioneiras como a edição de álbuns de BD em capa cartonada.

---

<sup>446</sup> Vide José Ruy " Tiotónio, Meu Amigo" . *História da BD publicada em Portugal* ( Sousa Santos, org. ), 1ª parte, , Lisboa, Época de Ouro, 1995, p. 47

<sup>447</sup> Vide Leonardo de Sá, *Tiotónio uma vida aos quadrinhos*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2008 p. 7

<sup>448</sup> Vide Leonardo de Sá, *Tiotónio* [...]p. 9

<sup>449</sup> Vide Leonardo de Sá, *Tiotónio* [...]p. 19

<sup>450</sup> Vide Leonardo de Sá, *Tiotónio* [...] p. 19

<sup>451</sup> Vide Leonardo de Sá, *Tiotónio* [...]p. 19

Cardoso Lopes a partir de 1939-40 terá abandonado a sua actividade como criador de BD para se dedicar à produção editorial e à administração das Edições "O Mosquito". E aí se manteve até 1948 em conjunto com Raul Correia até que ambos decidiram terminar a parceria acordando que " Raul Correia continuaria O Mosquito propriamente dito noutras paragens enquanto Cardoso Lopes guardava o nome das "Edições O Mosquito", as instalações e as máquinas da Travessa de São Pedro, que pouco aproveitou"<sup>452</sup>. Ou seja , durante 12 anos , Cardoso Lopes e Raul Correia , marcaram o mercado nacional das publicações infanto-juvenis praticamente sem concorrentes.

Analizados hoje os velhos exemplares da revista é possível constatar a estreia de vários jovens talentos nacionais como Vítor Péon, Jaime Cortez, Servais Trigo, José Ruy , José Garçês, António Velez, Orlando Marques ou Roussado Pinto em equilíbrio com " comics" ingleses , sobretudo, e algumas importações espanholas. Se adicionarmos a isso as construções de armar , os suplementos " para meninas" , os anuários, os romances em fascículos e toda a estratégia de divulgação que vinha do "Tic-Tac" encontra-se em parte explicada a razão do sucesso. Mais difícil é explicar as razões do insucesso que levou a que a revista após a separação dos dois fundadores entrasse em declínio até acabar em 1953 .

Se compararmos o famoso insecto com os conteúdos e sobretudo a dinâmica gráfica dos seus concorrentes no fim dos anos 40 como por exemplo o " Mundo de Aventuras" talvez se entenda a sensível mudança que entre nós se operava no mercado das " histórias em quadrinhos" . Lidos hoje em roteiro comparado parecem dois mundos diferentes : a "ordem",a " tranquilidade", " a inocência" que dimanam das páginas do "Mosquito" não se encontram no " Mundo de Aventuras". Neste tudo é sensação, movimento, ruído e confusão. Os temas e sobretudo as técnicas gráficas são profundamente diversas. As legendas didascálias em mais de 50% das BDs de "O Mosquito" são substituídos por balões com textos mínimos e frequentes onomatopeias no " Mundo de Aventuras". Ora esta mudança se sugestionou o público infanto-juvenil não deixou de assustar o poder político.

É possível que os fundadores do Mosquito tivessem consciência das mudanças que se aproximavam. Mas certamente não poderiam antecipar a situação em que ambos se viram colocados pela convergência quase simultânea de dois factores : a emergência dos " comics " americanos trazidos pela Agência Portuguesa de Revistas e reação do Estado

---

<sup>452</sup> Vide Leonardo de Sá, *Tiotónio [...]*p. 27

Novo a essa realidade, para a qual as estruturas censórias não estavam preparadas . Isso explica o destino dos dois mais acérrimos defensores do velho e tradicional jornalismo infanto-juvenil, Raul Correia e Cardoso Lopes, que acabaram prematuramente sacrificados, embora por razões distintas, por quem tinha poucas razões para deles desconfiar. Antecipando um pouco o que a seguir se retomará quer Raul Correia quer Cardoso Lopes sempre se afirmaram convictos adversários das “ aventuras americanas” que invadiam o país e que o “ Mundo de Aventuras” personificará. Raul Correia dirá : “Estamos convencidos de que as narrativas baseadas em jornais americanos – ou se o preferires os jornais baseados em narrativas americanas- não são aconselháveis... nem uma escolha muito cuidadosa. As histórias género super homens parecem-nos uma ofensa à inteligência de quem as lê”<sup>453</sup> E Cardoso Lopes , no mesmo registo do seu ex-sócio, criticará a “publicação entre nós sem mais análise de material condenável feito para um público cuja mentalidade é absolutamente diferente da nossa ou onde os editores sem escrúpulos em plena liberdade procuram apenas um êxito fácil com a publicação de histórias onde se busca por todos os meios prender o público , sem curar da forma como esse objectivo é conseguido. Onde este caso se verifica é com o material de origem norte-americana(...)” . Ora por aqui se vê em que posição exacta se encontravam Raul Correia e Cardoso Lopes no momento em que nasce a discussão acerca da estratégia moralizadora anti-americana que mobilizará o Estado Novo no início da década de 50. O que terá mudado para que a posição de um e outro se alterasse sensivelmente no seu relacionamento com o Estado Novo ?

Para responder importa regressar à dissolução da parceria entre Raul Correia e Cardoso Lopes e ver o que ocorreu depois. Quer do lado de Cardoso Lopes quer, no capítulo 7, do lado de Raul Correia.

Como vimos, após mais de 10 anos de boa convivência e de sucesso editorial e de público, a dupla Raul Correia e Cardoso Lopes dissolveu-se. Dessa dissolução saiu ainda uma tentativa de reinventar o “ Mosquito” , uma espécie de émulo intitulado “ O Gafanhoto”. Sem sucesso . E ao insucesso deste seguiu-se o exílio voluntário de Cardoso Lopes no Brasil . Do seu rasto brasileiro , durante muito tempo um verdadeiro mistério, tratou Leonardo de Sá de o esclarecer<sup>454</sup>. Sobre o caso “ Gafanhoto” não sendo hoje

---

<sup>453</sup> Vide *O Mosquito*, nº 1124, 1/4/1950

<sup>454</sup> Vide Leonardo de Sá, *Tiotónio [...]*pp.89-90

conhecidos os seus contornos<sup>455</sup> parece contudo ter ficado a memória de um acto persecutório levado a cabo pela Censura contra Cardoso Lopes motivado por razões políticas<sup>456</sup>. Um caso em que o subjectivismo da memória pode não ajudar à investigação histórica, ou mesmo ser por esta contrariada. Um tema que recuperaremos no capítulo 6 a propósito do filósofo e também censor Edmundo Curvelo. Mas não parece que tal memória possa prevalecer , pelo menos nos seus fundamentos mais imediatos.

### 4.3. O crepúsculo de Cardoso Lopes : O caso “ Gafanhoto”

Na história da BD em Portugal cabe à revista " O Gafanhoto" (1948-1949) algum protagonismo : ter sido uma publicação integralmente apreendida ( ou quase) . Não foi a única publicação apreendida, note-se. Como veremos adiante alguns dos números de títulos editados pela “ Agência Portuguesa de Revistas” também sofreram semelhante tratamento. Os fautores da apreensão foram a Direcção dos Serviços de Censura e a PIDE, mas a verdade é que não há a aparência da menor coloração política nos episódios que se sucederam . Tudo teve que ver com a exigência legal da " prova suficiente dos meios financeiros da respectiva empresa". Ou seja, entendia-se na letra da lei, que tal prova não estaria feita se a " empresa por meio de depósito, fiança ou aval bancário não preste a garantia suficiente dos salários e ordenados ou correspondentes despesas de colaboração, composição, revisão e impressão durante o prazo de seis meses" . Cardoso Lopes não terá cumprido a referida exigência legal. E foi isso e não qualquer animosidade

---

<sup>455</sup> Vide Ricardo Leite Pinto “ A atribulada história de “ O Gafanhoto” <http://malomil.blogspot.com/2016/01/a-atribulada-historia-de-o-gafanhoto.html> ( consultado a 14/8/2018). Sobre o tema as fontes podem consultar-se em PT/ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 700 . Proc. nº 665 e PT/ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 700 . Proc. nº 664 .

<sup>456</sup> Nesse sentido Leonardo de Sá levanta a hipótese de na apreensão do “ Gafanhoto” poder existir uma razão política " ... porque a revista portuguesa ousava publicar os quadradinhos oriundos do semanário Vaillant , editado pelo Partido Comunista francês..." vide Leonardo de Sá, *Tiotónio , uma vida aos quadradinhos[...]* p. 27 .É um facto que o jornal publicava autores franceses com histórias divulgadas no “ Vaillant”, jornal, que em Junho de 1945 daria continuidade ao clandestino ( durante a II Guerra Mundial) “ Le Jeune Patriote” das Juventudes Republicanas , e que poderia ser considerado próximo do Partido Comunista francês , vide Patrick Gaumer” Vaillant” . *Dictionnaire Mondiale de la BD [...]*p.883

política que determinou a apreensão das revistas um pouco por todo o País. Das razões( ou da falta delas) de Cardoso Lopes e dos argumentos da Censura pensamos ter feito alguma luz na investigação já referida<sup>457</sup>. Por ora o que releva é que quando, numa última tentativa, Cardoso Lopes tenta legalizar a revista recebe da Censura a seguinte resposta : " indeferido tanto mais que não é de interesse publicações infantis com a orientação que de um modo geral lhes têm sido dadas"<sup>458</sup>. De imediato elabora uma extensa carta onde vem defender-se da insinuação de que as suas orientações em sede de literatura infanto-juvenil não seriam , aos olhos do regime, adequadas. Reflecte ainda sobre o panorama da imprensa infantil em Portugal e no mundo introduzindo o tema dos " comics" norte-americanos . E conclui solicitando o fim da suspensão do jornal e a venda dos números apreendidos.

Por essa razão e porque é um dos raros textos que se lhe conhece onde essa temática é aflorada, vale a pena reproduzir alguns extractos :

" Há mais de 20 anos que o signatário tem dedicado especial cuidado aos assuntos que se relacionam com a literatura infantil ( jornais e livros). A criação das Edições O Mosquito e o jornal infantil que lhe deu nome são obra sua. Embora sem directrizes definidas superiormente, sempre encarou esse género de actividade como extremamente delicado, sobretudo pelos inconvenientes que uma má orientação podem trazer ao público a que se destina. Também não lhe passou despercebida como não podia deixar de ser a evolução constante das preferências desse público. Não se pode sob pena de fracasso cotejar a mentalidade das crianças de hoje até mesmo com as da geração passada. A dificuldade da selecção de assuntos - para o caso dos jornais-reside sobretudo na publicação entre nós sem mais análise de material condenável feito para um público cuja mentalidade é absolutamente diferente da nossa ou onde os editores sem escrúpulos em plena liberdade procuram apenas um êxito fácil com a publicação de histórias onde se busca por todos os meios prender o público , sem curar da forma como esse objectivo é conseguido. Onde este caso se verifica é com o material de origem norte-americana que os brasileiros copiam servilmente. E são às centenas os

---

<sup>457</sup> Vide Ricardo Leite Pinto “ A atribulada história de “ O Gafanhoto” <http://malomil.blogspot.com/2016/01/a-atribulada-historia-de-o-gafanhoto.html> ( consultado a 14/8/2018).

<sup>458</sup> Vide despacho manuscrito do Director dos Serviços de Censura , sem data, aposto na carta de António Cardoso Lopes referida na nota anterior. PT/ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 700 . Proc. nº 665

jornais brasileiros que invadem o nosso mercado escritos num português absurdo inteiramente constituídos por esse material . Melhor do que nós poderão V.Exas a perniciosa influencia desse género de literatura que de infantil apenas tem o título. De uma maneira geral tem o signatário dado preferência nas suas edições aos assuntos de origem latina ( espanhóis, italianos e franceses) por serem os que melhor correspondem á índole do nosso público . Já em vários países tem sido levantada uma intensa campanha contra determinados géneros de histórias. Recentemente em França foi proibida a publicação de certos jornais de características vincadamente políticas. Por outro lado, também se procurou evitar a invasão de material americano original ou traduzido. Para contrapor a essa influência são dadas todas as facilidades oficiais ás publicações nacionais criando por concorrência um autentico dique a essa influência. Isto se verifica não só no campo jornalístico como no cinematográfico e em todos aqueles que têm contacto com o público"<sup>459</sup> .

Este texto não deixa de ser surpreendente. Revela uma particular sensibilidade de Cardoso Lopes para as mudanças que no mundo estavam a ocorrer, e que estudámos no capítulo anterior , quer quanto à literatura infanto-juvenil quer quanto à mentalidade dos jovens. E uma profissão de fé no jornalismo infanto-juvenil clássico desconfiado da invasão dos "comics" americanos.

E a verdade é que por esta ocasião o panorama da literatura infanto-juvenil em Portugal estava a mudar de forma acelerada e nele , de forma ainda mais impressiva , a atitude do Estado Novo perante essa realidade. Alguns meses depois destes eventos, em fins de 1950, haveriam de ser publicadas as " Instruções sobre Literatura Infantil " e criada a primeira Comissão que verdadeiramente introduziu no regime salazarista uma censura especializada : a Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil . Não admira pois o despacho de Armando Larcher sobre esta última tentativa de Tiotónio : " Deverá aguardar a publicação do diploma relativo aos jornais infantis e deve esclarecer-se os motivos determinantes da apreensão do Gafanhoto".

Não deixa de ser interessante notar neste episódio uma extraordinária coincidência : ter sido uma das referências da imprensa infanto-juvenil portuguesa , Cardoso Lopes, a assistir aos primeiros passos da especialização censória infanto-juvenil entre nós. E se ,

---

<sup>459</sup> Vide carta de António Cardoso Lopes ao Director dos Serviços de Censura de 27/2/1950. PT/ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura..* Cx. 700 . Proc. nº 665

como antecipámos, não parece que o móbil político tenha estado na origem da apreensão da revista não é menos verdade que tudo ocorre num preciso momento em que em Portugal se punha de pé o momento moralizador infanto-juvenil . Daí que Cardoso Lopes não tenha tido a oportunidade por ele exigida para colocar o seu “insecto” de novo a voar. E se a sorte de Cardoso Lopes ficou assim selada não muito diversa foi a de Raul Correia, confrontado com a primeira vaga censória infanto-juvenil.

#### **4.4. A Agência Portuguesa de Revistas , as “ aventuras americanas” e o papel de Roussado Pinto**

A " Agência Portuguesa de Revistas " foi fundada em 1948 por Mário de Aguiar e António Joaquim Dias que formaram a sociedade Aguiar & Dias Lda que cedo se transformou num império editorial de grandes dimensões<sup>460</sup>. Nos anos 60 e início dos anos 70 do sec.XX quando a Agência vivia o seu apogeu editava cerca de 50 títulos diferentes cuja tiragem total alcançava um milhão de exemplares mensais<sup>461</sup> ! O sucesso das publicações deveu-se a um misto de capacidade de inovação, de aposta na qualidade gráfica e numa verdadeira revolução na distribuição que conseguiu cerca de 2000 pontos de venda no país. Ao contrário de outras publicações as da APR ultrapassam o limitado circuito das livrarias e vendiam-se nas tabacarias, bancas, capelistas e até pelos ardinhas... Os sucessos das vendas do " Mundo de Aventuras", por exemplo, que chegou a tiragens de 35.000 exemplares semanais não pode explicar-se sem esta rede de distribuição única no país .

Como escreve João Manuel Mimoso “ a história das suas primeiras décadas de existência da Agência(...) é um extraordinário exemplo de sucesso à americana em terras portuguesas em que se misturou a capacidade de inovação, a orientação para o mercado, uma certa

---

<sup>460</sup> Neste como em muitos outros casos estão por realizar os trabalhos de investigação que permitam dar a conhecer a vida e a obra dos empresários portugueses da cultura popular . Um caso similar ao da dupla Mário de Aguiar e António Dias foi o de Cino Del Duca em França a que aludimos no capítulo 3. Vide Isabelle Antonutti, *Cino del Duca , De Tarzan à Nous Deux, itinéraire d'un patron de presse[...]*

<sup>461</sup> O mais completo e documentado ensaio sobre a Agência Portuguesa de Revistas é de João Manuel Mimoso intitulado a "Agência Portuguesa de Revistas "disponível em <http://www.historia.com.pt/APR/APRindex.htm>. ( consultado em 22/6/2018) Ver também Jorge Magalhães " O Império Editorial da Agência Portuguesa de Revistas" in *História da BD publicada em Portugal*, 1ª parte [...] pp.30-43.



visão da qualidade, a aceitação do risco e a capacidade de vencer crises através de soluções de recurso”<sup>462</sup>.

Dos dois sócios fundadores da Agência Mário de Aguiar assumia as funções de director editorial enquanto que António Dias ficou encarregado da parte administrativa. O primeiro foi decisivo ao rodear-se de colaboradores que ajudaram a pôr de pé o projecto e que mais tarde se revelaram decisivos para o seu sucesso: José de Oliveira Cosme, Roussado Pinto, Vítor Péon, Carlos Alberto Santos, José Baptista, José Antunes e outros. A APR começou por actuar no campo para onde tinha sido criada : a distribuição de publicações nacionais e estrangeiras. A ela continuaria ligada mas o certo é que nos primeiros tempos tal actividade não terá corrido da melhor forma. No campo da BD os títulos que poderiam ter maior adesão popular em função da língua seriam as traduções brasileiras de “ comics” americanos mas estavam aparentemente sob outras representações. A revista da MP “ Camarada” que se havia estreado em 1947 , foi objecto de contrato de distribuição com a APR , contrato esse que terá cessado no início de 1949. Assim, não restou grande alternativa, no campo das publicações infanto-juvenis e por forma a sustentar a principal razão de ser da APR que não avançar com um projecto próprio. No dia 18 de Agosto de 1949 saíria o nº1 de “ O Mundo de Aventuras” em grande formato (41x29 cm) , oferecendo 12 páginas com oito histórias em continuação , com capa e contracapa a cores por 1\$50<sup>463</sup>. As histórias eram escolhidas entre as que se publicavam com mais sucesso nos Estados Unidos e no mundo inteiro através das representações que as vendiam , sendo que a sua apresentação aos leitores portugueses se fazia com intervalos curtos da sua publicação original nos EUA. De uma assentada numa única publicação e sem intervalos <sup>464</sup>surgem aos olhos dos jovens portugueses aventuras

<sup>462</sup> Vide <http://www.historia.com.pt/APR/APRindex.htm>. ( consultado em 22/6/2018)

<sup>463</sup> Recorda Roussado Pinto : “ ( O Mundo de Aventuras ) foi iniciado segundo uma ideia de Júlio Dias da Silva ( ...) o qual sendo grande apaixonado pela Banda Desenhada propôs ao Mário de Aguiar seu grande amigo e Joaquim Dias (...) o lançamento de tal tipo de publicação. Mário de Aguiar e Joaquim Dias haviam formado recentemente a Agência Portuguesa de Revistas para a distribuição da revista “ Mãos de Fada” que era propriedade do primeiro. Júlio Dias da Silva sem experiência começou o jornal com as histórias tal como as recebeu da América, isto é, iniciando-as , na sua maioria a meio do episódio em curso. Desta maneira o Mundo de Aventuras deve ter sido o único jornal no mundo cujo nº1 incluía histórias já começadas...” vide “ O “ Mundo de Aventuras” e as suas quatro fases” *Jornal do Cuto*, Ano 2, nº 72, , 18/11/1972, p. 22.

<sup>464</sup> O única excepção seria uma BD portuguesa “ A História Maravilhosa de João dos Mares “ cuja original foi encomendado ao atelier gráfico de José David onde trabalhava Carlos Alberto Santos, que já havia colaborado com o “ Camarada”- vide Jorge Magalhães” Camarada uma revista portuguesa”, Sousa Santos, coord. *História da BD publicada em Portugal*, 2ª parte [...]p. 58- , e que se revelaria posteriormente um prolífico e conceituado autor de capas e colecções de cromos .vide Jorge Magalhães “ O Império Editorial da Agência Portuguesa de Revistas” in *História da BD publicada em Portugal*, 1ª parte [...] p. 31

de Rip Kirby, Brick Bradford, Barmey Baxter, Jonhy Hazard, Flash Gordon, entre muitos e desenhadores como Alex Raymond, Milton Caniff, Frank Robbins ou Mac Raboy. E na realidade “ era tão grande o contraste entre o figurino do novo jornal e o dos seus congéneres- representados pelo “ Mosquito”, “ Diabrete” “ Lusitas” “ Camarada” ou “Gafanhoto”- que os jovens receberam-no com natural curiosidade”<sup>465</sup>. O projecto foi antecedido por uma campanha publicitária que justamente anunciava um projecto diferente dos demais : “ a primeira e única revista juvenil portuguesa em moldes essencialmente americanos com as mais modernas e trepidantes aventuras , de palpitante interesse e dinamismo, escritas e desenhadas pelos nomes mais famosos da literatura do género no novo continente”. Na realidade “ O Mundo de Aventuras” dos primeiros números não tinha sequer a tradicional apresentação ou sequer espaço para contos , cartas de leitores ou outras rubricas. Apenas bandas desenhadas em série umas atrás das outras. Alguns dos clássicos americanos já haviam sido publicados em Portugal – "Príncipe Valente", "Tommy o rapaz do circo" e "Little Annie Rosie" no “ Mosquito” "Cora" no “ Gafanhoto” "Jim das Selvas" no "Mickey" em 1936 , "Lone Ranger", "Agente Secreto X-9", "Brick Bradford" ou o "Fantasma" no “ Pirilau” e Tarzan, desenhado por Bruce Hogarth, no “ Diabrete” em 1942. Não era, portanto, virgem o contacto do público infanto-juvenil português com os “ comics” norte-americanos. A novidade era sobretudo a apresentação gráfica e a linguagem visual e narrativa, tão próxima do cinema, que de forma impressionante em formato gigante e a cores ilustraria nos anos 50 o “ esplendor da Banda Desenhada” entre nós. Na sua primeira fase “ O Mundo de Aventuras” teve como director Mário de Aguiar até ao nº20. Contudo necessitou recorrer a José de Oliveira Cosme, com larga experiência no campo do jornalismo infanto-juvenil desde o tempo do “Senhor Doutor” para assumir a direcção da publicação. Oliveira Cosme não era na altura um desconhecido entre o público infanto-juvenil . Pelo contrário as charlas radiofónicas do Menino Tonecas e as múltiplas colaborações literárias tinham-lhe dado merecido prestígio e reconhecimento popular . Mas era sobretudo , e esse aspecto pesou seguramente na decisão de Mário de Aguiar em o convidar, um fiel adepto do regime salazarista. Esta decisão não deixaria de revelar-se rica em consequências para o futuro de boa parte das iniciativas editoriais da AGP. Voltaremos ao tema com abundância de pormenores no capítulo 6.

---

<sup>465</sup> Vide Jorge Magalhães " O Império Editorial da Agência Portuguesa de Revistas" in *História da BD publicada em Portugal*, 1ª parte [...]p. 30

Curiosamente o prematuro fim do “Mundo de Aventuras” esteve em cima da mesa e não foi evitado como resultado da assinalada troca de directores. Ao invés, a revista teria claudicado ainda no seu primeiro ano de vida, mesmo com troca de directores, se não se tivesse levado a sério uma questão aparentemente prosaica que era a da dimensão/portabilidade das publicações infanto-juvenis. Como Adolfo Simões Muller o comprovará dez anos depois com a falência do seu “Foguetão”, quanto maior a dimensão do periódico menor o sucesso entre o público infanto-juvenil. O mesmo terá acontecido com o inovador jornal da Agência. A portabilidade do formato foi seguramente posta em causa pelos jovens que nele viram um incómodo para o transporte, a leitura, a troca dos exemplares do jornal e mesmo, não é de excluir, para o fazerem sumir dos olhos de professores e pais.

A partir do nº47 de 6/7/1950 o MA impresso em “offset” na Bertrand & Irmãos reduziu o seu formato para uma escala similar à do “Mosquito” aumentando contudo para 16 as suas páginas ( mais 4 que a anterior ) das quais quatro impressas a uma cor, assim se permitindo poupar 25 % do papel e no total reduzir custos. A essa novidade acrescentaram-se as ofertas de separatas de ídolos do cinema, do desporto e da canção. O verdadeiro responsável por esta revolução foi Roussado Pinto<sup>466</sup> que entretanto, com a experiência do “Mosquito”, “Papagaio” e “Faísca” chega ao Mundo de Aventuras, na companhia de Vítor Péon “pleno de ideias e de entusiasmo(...) transformou o Mundo de Aventuras por completo desde o cabeçalho à paginação geral, introduzindo-lhe inúmeras inovações...”<sup>467</sup>. Acresce que os anos seguintes as “aventuras americanas” se multiplicaram com a sua chegada. Foram os casos de “Mandrake”, “Cisco Kid”, “Tim Tyler”, “Big Ben Bolt”, “Princípio Valente”, “Fantasma”, “Popeye”, “Dick Tracy”, “Red Canyon”, “Rusty Riley”, “Superman”, “Hopalong Cassidy” ou “Roy Rogers”. Muitas destas personagens, assumiram de um dia para o outro patronímico português, como veremos. Mas isso não impediu a multiplicação dos leitores. O sucesso do “Mundo de Aventuras” permitiu diversificar a produção no campo das publicações periódicas infanto-juvenis ( e também em outras áreas onde o sucesso foi ainda mais significativo

---

<sup>466</sup> “Aqui Roussado Pinto demonstra uma espantosa pujança desdobrando-se em múltiplas personalidades, a mais notável das quais a de Edgar Caygill famoso novelista americano especializado em temas africanos e de mistério, contratado especialmente pelo Mundo de Aventuras. E em colaboração com Péon cria então aquele que foi seguramente o mais famoso “westerner” de todos os tempos da BD portuguesa. Tomahawk Tom”, vide José Pires, “O Génio dentro da Garrafa, Roussado Pinto” *História da BD publicada em Portugal*, 2ª parte [...]p. 13

<sup>467</sup> Vide Jorge Magalhães “O Império Editorial da Agência Portuguesa de Revistas” in *História da BD publicada em Portugal*, 1ª parte [...]p. 32

com a “ Crónica Feminina” “ Plateia” “ Colecção Cinema” “ Mamãs e Bébés” “ TV Magazine”, “Detective”, Búfalo” “ FBI” etc.) com o surgimento de jornais em formato reduzido e com histórias completas como a “Colecção Condor”, “ Colecção Audácia” , “ Colecção Condor Popular” “Colecção Tigre” ou “Colecção Grilo”. Todos estes títulos inspiraram-se nos “ petit formats” que justamente no início dos anos 50 se multiplicarão em França e que não deixarão de ser policiados pela CSC francesa, como vimos. As publicações tinham como ponto comum assumirem um formato reduzido, em alguns casos de “ bolso”( 17x12cm). Algumas assumiam sob forma de fascículos a publicação de histórias em continuação enquanto outras publicavam apenas narrativas completas. De uma maneira geral a redução dos custos na produção destes títulos permitiu preços de capa únicos : por exemplo, \$20 na “Colecção Grilo” por comparação com os 1\$50 do MA. Do ponto de vista dos seus conteúdos não será desajustado dizer que replicam, com algumas excepções, os heróis, argumentistas e desenhadores de “ O Mundo de Aventuras”, ou seja, publicam maioritariamente “ aventuras americanas”<sup>468</sup> . Quase todas estas publicações acabaram por ter um fim prematuro ( em rigor a única que viverá até aos anos 70 será a “ Condor Popular” ) por razões que se prendem com a intervenção da censura infanto-juvenil .E nunca ficaremos a saber se a essas razões se somaram ou não outras de natureza comercial.

O sucesso das actividades da APR motivou , em 1954, a mudança da empresa de um modesto andar na Rua do Arsenal na Baixa lisboeta para um pavilhão industrial de grandes dimensões contruído de raiz no Bairro de Campo de Ourique também em Lisboa, onde funcionaria até encerrar as suas actividades no fim dos anos 80 do sec. XX. Contudo a mudança de instalações coincidiu com a saída de Roussado Pinto e Vítor Péon que ingressaram na Fomento de Publicações para publicarem no fim do Verão desse mesmo ano de 1954 dois títulos competidores do MA, as revistas “ Titã” e “ Flecha”, ambas de curta existência.

Mas por esta época o sobressalto causado pelas “ histórias americanas” já havia motivado uma reacção do Estado Novo . Em meados dos anos 50 a estratégia censória infanto-juvenil caminhava em velocidade de cruzeiro e vivia o seu período mais activo. As publicações infanto-juvenis da APR serão as mais policiadas e aquelas que mais sofrerão como decorrência dessa actuação. José Oliveira Cosme terá certamente atenuado alguns dos efeitos mais deletérios da Censura , mas não evitou, antes terá contribuído, pela via

---

<sup>468</sup> Vide Jorge Magalhães, “ O Império editorial da Agência Portuguesa de Revistas” , Sousa Santos, coord. *História da BD publicada em Portugal*[...]p. 35

da auto-censura ,para desmandos significativos em muitos originais e desta forma para que a publicação de que era director fosse perdendo as características iniciais. O certo é que a publicação se manterá até ao nº 511 de 25/6/1959 no registo de histórias em continuação para , a partir daí e até ao seu fim já em 1987 , se transformar , com periodicidades, dimensões, preços, características e audiências muito variadas , num colecionável de histórias completas<sup>469</sup>

#### **4.5.O “ Cavaleiro Andante” e a persistência de Adolfo Simões Muller**

O " Cavaleiro Andante" veio à luz no dia 5 de Janeiro de 1952 e insere-se numa linha editorial com antecedentes. Sucede praticamente sem interrupções ao " Diabrete" e dá continuidade às publicações juvenis do " Diário de Notícias" que são propriedade , como o jornal, da Empresa Nacional de Publicidade. O director será aliás o mesmo, Adolfo Simões Muller, como vimos, uma personalidade ligada aos meios católicos , que havia sido antes da sua passagem pelo " Diabrete ", editor e director do jornal infantil "O Papagaio" uma publicação detida pela "A Renascença" ( mais tarde Rádio) muito próxima da Igreja Católica. Simões Muller foi além disso um prolífico e multipremiado escritor de literatura infantil da qual se destaca a colecção, pela lembrança que deixou ,“ Gente grande para gente pequena” em cujos livros são retratadas personalidades nacionais e internacionais de renome ,ilustradas por desenhadores portugueses como Fernando Bento, Vítor Péon, José Ruy ou Júlio Resende, entre outros. Como jornalista infanto-juvenil é reconhecido por ter introduzido em Portugal “ o que de melhor se publicava na altura na Europa e no que dizia respeito principalmente à escola franco-belga e italiana, com actualidade notável pois os trabalhos dos desenhadores destas escolas e de outros países como a Espanha, eram publicados cá , ou quase simultaneamente ou com pouco atraso aquando da sua publicação nos países de origem(...)”<sup>470</sup>

---

<sup>469</sup> Vide Carlos Bandeiras Pinheiro, *Mundo de Aventuras, Bibliografia ilustrada das Bandas Desenhadas de Autores Portugueses(1949-1987)[...]p.31 e ss.*

<sup>470</sup> Vide Sousa Santos , coord. *História da BD publicada em Portugal[...]*p. 18

Quando o "Cavaleiro Andante" surge o "Mundo de Aventuras" estava já nas bancas há 3 anos , com todo o alarme provocado nas hostes governamentais como acabámos de ver . A " Empresa Nacional de Publicidade reunia as condições para apresentar um competidor forte , sendo certo que o ciclo de "O Mosquito" se aproximava do fim. No fundo tratava-se de actualizar " O Diabrete" sendo certo que tinha já " o director adequado, perfeitamente integrado no clima de hostilidade contra os " comics" americanos e à sua violência desmedida"<sup>471</sup>

Ora, das histórias surgidas no Cavaleiro Andante , para a fase em estudo, todas elas " colhidas nas melhores fontes católicas ( belgas, francesas e italianas)"<sup>472</sup> destacam-se as aventuras de Tintin, em continuação do ciclo do " Papagaio" e do " Diabrete" o aparecimento dos heróis de E.P. Jacobs " Blake e Mortimer" naquela que muitos consideram a sua obra mais importante " O Mistério da Grande Pirâmide" e ainda muitos outros autores belgas ou franceses como François Craenhals, Bob de Moor , Jean Graton, Tibet ou Morris todos eles saídos dessa extraordinária oficina de sonhos que foi a revista TinTin ( com edições na Bélgica e em França).

Mas surgem também desenhadores italianos provenientes da também muito católica revista juvenil "Il Vitorioso", que como veremos constituirá fonte importante para as independentes " Titã " e " Flecha" e , muito pontualmente, criadores americanos. Estes, contudo, limitados aos relatos históricos , como foi o caso de Kreigh Collins que surge nas páginas do " Cavaleiro Andante" com a história " Pela Cruz e pela Espada" <sup>473</sup>.

Dos autores portugueses colaboraram na revista, entre outros, Fernando Bento, José Garçês, José Ruy, José Manuel Soares e Artur Correia, em registos invariavelmente históricos ou excepcionalmente humorísticos ( como aconteceu com Artur Correia e os seus "contos" cómicos).

Contudo era manifesto que a muita pretendida colaboração portuguesa escasseava. Se nos argumentos as dificuldades não seriam inultrapassáveis já no desenho, pelas suas especificidades técnicas os requisitos eram mais complexos e não abundavam desenhadores portugueses e ainda menos os que dominassem a técnica da banda desenhada. A tal ponto que o Director do “ Cavaleiro Andante” teve que vir publicamente alertar para tal circunstância. No nº2 do Cavaleiro Andante<sup>474</sup> em nota intitulada " Aos jovens artistas portugueses" dava-se conta de que o projecto teria de

<sup>471</sup> Vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *Cavaleiro Andante*[...], p. 5 .

<sup>472</sup> Vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *Cavaleiro Andante*[...] p. 6.

<sup>473</sup> " Muito censurada" informam Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *Cavaleiro Andante* [...]p 6.

<sup>474</sup> Vide “ Cavaleiro Andante” nº 2, 12/1/1952, p. 3

envolver um número significativo de artistas portugueses de molde a " se não a totalidade das páginas desenhadas e dos restantes desenhos- o que seria o ideal- pelo menos uma razoável percentagem" pudessem resultar de produção nacional. A verdade é que o resultado , queixava-se o Director, havia sido desanimador : " além das páginas admiráveis desse grande artista que é Fernando Bento, apenas podemos contar por enquanto com as contruções desenhadas por Velez e com os trabalhos de António Silva, um jovem de reais qualidades..." Chega mesmo a referir ter Stuart Carvalhais<sup>475</sup> prometido a sua colaboração , que por razões de saúde não tinha ainda sido possível e que se traduziria no renascimento do Quim e Manecas que " fez as nossas delícias há trinta anos". É claro que este proclamado regresso nunca se concretizará se bem que Stuart tenha ainda por alguns anos continuado a desenhar e até a recriar o Quim e o Manecas mas não nas páginas do Cavaleiro Andante . Ora de tudo resultava o constrangimento de recorrer " à colaboração estrangeira, adquirindo o exclusivo para o nosso país dos melhores trabalhos de desenhadores espanhóis, franceses, belgas, italianos . holandeses e ingleses". Note-se a expressa omissão de qualquer desenhador norte-americano ! E explicava: " Houve como se vê o cuidado de optar pela colaboração latina ou pelo menos europeia, para que os argumentos e das histórias e as ilustrações estivessem mais de acordo com a nossa maneira de ser, do que a maioria dos magníficos " copyrights" que nos vêm do outro lado do Atlântico"<sup>476</sup>. O que Adolfo Simões Muller não dizia é que por esta altura fazia parte da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil criada justamente para , entre outras missões, evitar que os " copyrights" do outro lado do Atlântico cá chegassem. É necessário contextualizar esta intervenção, aparentemente desgarrada, de Adolfo Simões Muller. Mas ela é bem reveladora da persistência dos seus pontos de vista, não só nas orientações gerais que entendia imprimir ao jornalismo infanto-juvenil e que vinham do tempo do "Papagaio" e do " Diabrete" como nas suas reservas à ideia de que os jornais infantis deveriam ter colaboração essencialmente portuguesa. Quanto a este aspecto Muller falava na qualidade de membro da CELIJ, na qual havia sido empossado em Dezembro de 1950 e com a particular autoridade de ter criticado , nesse ponto<sup>477</sup>, as

---

<sup>475</sup> Assinalando as discontinuidades políticas de Stuart Carvalhais no campo da caricatura vide António Ventura, *O Imaginário Seareiro, Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989. pp. 91-92

<sup>476</sup> Vide " Cavaleiro Andante" nº 2, 12/1/1952 p. 3

<sup>477</sup> Vide Alguns Comentários a propósito das "instruções" da Direcção dos Serviços de Censura acerca da edição e circulação das publicações de literatura infantil", Adolfo Simões Muller, Director do " Diabrete", 18/9/1950 , pp. 4 e 5 . Biblioteca Municipal de Abrantes António Boto, *Espólio Edmundo Curvelo, Caixa 12, Pasta C 1201*

“Instruções para a Literatura Infantil” divulgadas também nesse ano de 1950 . Fê-lo , como seria normal à época, de forma reservada, em carta dirigida ao Director dos Serviços de Censura. A verdade é que se o “ constrangimento de recorrer à colaboração estrangeira” era ditado pela rarefação de criadores portugueses, faria sentido que se definissem metas ( 75% de colaboração nacional) inatingíveis? Era a pergunta que deixava.

Mas neste particular não existia ( nem nunca existiu) qualquer rivalidade entre o “ Cavaleiro Andante” e “ O Mundo de Aventuras” . Ambas deram à produção nacional espaço irrisório . E desse espaço o que é possível dizer é que enquanto Fernando Bento marcou o “ Cavaleiro Andante”, Vítor Péon significou o mesmo para “ O Mundo de Aventuras”, até 1954, assim como, na década de 40 Eduardo Teixeira Coelho assumiria idêntico estatuto em “ O Mosquito”.

O " Cavaleiro Andante" foi das publicações portuguesas para o público infanto juvenil mais marcantes e com longevidade apreciável, acabando em 1960 e dando lugar a outras segundo a convicção de Simões Muller de que o prazo de vida médio destas publicações era de dez anos. Terminada o prazo de validade de um dos jornais logo outra se preparava sempre economicamente sustentado pela ENP .A seguir ao " Cavaleiro Andante" surgiu o efémero " Foguetão" e acabado este foi lançado o " Zorro".

A revista manteve no essencial as mesmas características de dimensão, grafismo - impressa a cores na capa e contra-capas o recheio a preto e branco e bicromia e conteúdo. E até na fixação das aventuras de "TinTin" na última página.

Mas o que deve ser valorizado para o contexto deste trabalho tem que ver com os conteúdos da publicação. Ela marca o início da divulgação de forma sistemática e alargada das personagens publicadas no " TinTin " belga , ou seja das BDs da escola da " linha clara" cujos enredos, discursos, temas e preocupações iminentes pareciam , à medida que se foram impondo, passar melhor pelo crivo das estruturas censórias infanto-juvenis .



#### **4.6. As outras publicações : ”Titã “ , “ Flecha” e “Valente”**

Nos anos 50 Roussado Pinto estará presente em quase todos os projectos de jornalismo infanto-juvenil. A excepção será o “ Cavaleiro Andante”. Após a sua decisiva intervenção na reformulação do “Mundo de Aventuras” abandonará com Vítor Péon a Agência Portuguesa de Revistas e lançará dois jornais “ Titã” e “ Flecha” ambos produtos da mesma casa editora a “ Fomento de Publicações” . Mais tarde regressará com “ Valente”. Só na aparência todos estes projectos são similares. “Titã” e “Flecha”, como se fossem pai e filho, nascem em 1954 e morrem em 1955 com pouco mais de uma semana de intervalo e têm conteúdos muito similares . Já “ Valente” surgiu no fim de 1956 e terminou dezasseis semanas depois a 27 de Março de 1957 e traduziu-se na primeira e assumida recriação do defunto “ Mosquito”.

Valerá a pena, ainda que de forma sucinta, dar nota do conteúdo dos semanários. Isso permitirá verificar que a publicação buscou em outros universos de " histórias em quadrados", que não as “ aventuras americanas” alicerçar a natureza do seu projecto editorial. Isso não seria certamente por acaso. Quando Roussado Pinto abandona o “ Mundo de Aventuras” em meados de 1954 fazia-se sentir um activo policiamento das estruturas censórias infanto-juvenis . Roussado Pinto não o podia ignorar , não só por o ter vivenciado como sobretudo por ter sido o responsável editorial que havia reforçado essa coloração “ americana” na revista. O que parece assente é a tentativa de liderar um projecto que se acomodasse às orientações moralizadoras da CLEM. Quanto isso temos poucas dúvidas já que será o inicial director da revista José da Costa Pessoa ( Vinhais) , logo substituído por Roussado Pinto, mas certamente articulado com este, a anunciar na sua carta de intenções junto da Censura, a aposta nas "histórias" europeias onde havia " censura católica"<sup>478</sup>. A referência à "censura católica" não poderia deixar de ser entendida como uma espécie de argumento de autoridade para tentar obter livre trânsito por parte dos censores.

Na realidade a “Titã” e a “Flecha” foram buscar à Grã-Bretanha- e ironicamente a uma publicação cristã mas não católica- boa parte dos seus " comics" a que somaram autores espanhóis, italianos e da escola franco-belga.

---

<sup>478</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 Processo nº 795 “ Titã” Carta da Fomento de Publicações Lda assinada por José da Costa Pessoa ( Vinhais) dirigida ao presidente da CLEPM datada de 19 de Outubro de 1954.

A publicação caracterizou-se , na sua primeira fase, pelo aspecto gráfico . Quer a dimensão da revista, quer sobretudo a qualidade da impressão e da reprodução da capa, contra-capas e páginas interiores conferiam-lhe um especial atractivo. O sucesso estava ligado à técnica de impressão , a rotogravura<sup>479</sup> que permitia " a reprodução de meios tons e séries aguareladas " com muito qualidade<sup>480</sup>. Vítor Péon, que teve participação activíssima nas ilustrações e no grafismo da revista , recorda cerca de 20 anos depois : " Ainda me lembro do processo da cor que era dada pelo pintor e bom amigo Fortunato Anjos.(...) ( A Fomento Publicações) foi uma firma criada para criar trabalho para uma rotativa de quatro cores que a Neogravura tinha comprado no estrangeiro." <sup>481</sup>

Um dos esteios da BD importada, foi justamente a britânica "Eagle"<sup>482</sup>. Os avanços nas tecnologias de impressão conferiram à "Eagle", que foi uma revista precursora no campo da banda desenhada, um extraordinário sucesso. A sua primeira série publicou-se entre 1950 e 1969. A iniciativa da revista deveu-se a Marcus Morris um clérigo da Igreja anglicana da cidade de Lancashire, que transformou a revista da paróquia , com a ajuda do desenhador Frank Hampton, numa histórica publicação de banda desenhada. O seu propósito visava claramente divulgar um código de valores morais de inspiração cristã entre os jovens britânicos . Ainda que tais valores tivessem que recorrer ao contexto aventureiro das batalhas espaciais e dos conflitos entre índios e "cow-boys". O primeiro número vendeu quase um milhão de exemplares. A sua personagem de referência acabou por ser o piloto "Dan Dare" uma espécie de astronauta de ficção científica em luta contra o " terrível Mekon". Depois temos os autores italianos e os espanhóis. A totalidade dos autores italianos publicado na revista eram colaboradores do semanário "Il Vitorioso". Entre 1937 e 1966 por iniciativa da "Azione Catolica" e com o propósito de conferir aos jovens italianos uma visão da vida e da sociedade impregnada de valores católicos veio a ser publicada a revista "Il Vitorioso". Transformou-se num grande sucesso, chegando a vender cerca de 200.000 exemplares por semana, se bem que beneficiando da ampla rede de distribuição da Igreja Católica. Temos por seguro que os responsáveis da "Titã"

---

<sup>479</sup> A rotogravura é uma técnica de impressão cujo nome deriva da forma cilíndrica das rotativas que permitem a aplicação de tinta de forma uniforme nos suportes impressos. Se bem que se trate de um processo relativamente mais dispendioso que o mais moderno "offset" permite uma gama de tonalidades( a preto e branco e a cores ) mais rica e com mais qualidade. As cores parecem aguareladas o que potenciou o efeito estético das criações do principal ilustrador das capas que foi Vítor Péon.

<sup>480</sup> Cfr. António Amaral, "Titã, Flecha e os demais"*História da BD Publicada em Portugal*, 2ª parte, Edições Época de Ouro, Vila Real de Santo António, 1996, p. 18

<sup>481</sup> Cfr. *Jornal do Cuto*, nº35, Ano 1 ( 1/3/1972) p. 23

<sup>482</sup> Vide Ricardo Leite Pinto, " Titã , Uma aventura gráfica singular". *Boletim do Clube Português de Banda Desenhada*, nº 143 , Fevereiro, 2017, p.12

adquiriram vários trabalhos ao " Il Vitorioso" e não apenas séries em banda desenhada. O exemplo mais interessante é a reportagem ilustrada sobre as " novas e modernas soluções de salvamento de náufragos em alto mar" que foi reproduzida no nº 22 da revista portuguesa e que inclusive constitui a sua capa, com desenho de Corrado Caesar<sup>483</sup>.

E finalmente o "Titã" e "Flecha" apostaram na divulgação da banda desenhada franco-belga publicada no semanário belga " Journal de TinTin". São os casos de " L'Extraordinaire Odyssé de Corentin Faldoe" de Paul Cuvelier, "Le Secret de Mahukitah" e " Le triangle Blue " de Albert Weinberg e "Le Secret du Espadon" de E.P. Jacobs, " Clorophile contre les rats noirs" de Macherot , " L'Énigmatique Monsieur Bareli" de Bob de Moor. Para além de E.P. Jacobs, que haveria de figurar ao lado de Hergé entre os grandes criadores da história da BD mundial o caso de Paul Cuvelier não deixa de ser significativo por poder considerar-se um desenhador de excepção, mas que acabou por deixar uma obra pouco divulgada entre nós. Mérito para Roussado Pinto por o ter introduzido aos jovens leitores portugueses. Infelizmente em completo anonimato . Na verdade as aventuras de Corentin transformam-se em "Aventuras de Grifo" e a série, ao contrário da sua publicação originária na revista belga, não identifica a sua autoria. Mas não é essa a única peculiaridade da versão estreada entre nós.

Ao lermos com 60 anos de distância esta criação de Paul Cuvelier , depois de a termos lido na sua versão original na revista " Tintin" e mais tarde em álbum, são desde logo identificáveis várias diferenças quer puramente gráficas, quer na sequência narrativa quer nas traduções dos textos( no caso dos "balões"). A hipótese de poder tratar-se de intervenções auto-censórias não poderia à partida ser excluída. Na realidade teremos oportunidade de constatar bom número de tais tropelias no capítulo 7. Contudo não será esse o caso. Em rigor as intervenções lesivas do trabalho original eram comuns à época, não apenas por preocupações moralizadoras, mas por mezinhas questões de economia no papel, ritmo das histórias ou aparente adaptação às características dos jovens portugueses. O tema decorre naturalmente da deslegitimação em que a BD e os seus criadores se viam envolvidos nas décadas em referência. O simples facto da maioria das "histórias em quadrinhos" não se apresentarem sequer com identificação da autoria remete-nos para a pré-história dos direitos de autor em Portugal . Só muito mais tarde tais

---

<sup>483</sup> Vide *Il Vitorioso*, Ano 18 Nº50 de 12 de Dezembro de 1954. Corrado Caesar foi um desenhador alemão que se radicou em Itália nos anos 30 tendo colaborado com o " Il Vitorioso" após a II Guerra Mundial . Entre nós e para além do "Titã" foi também publicado pelo " Cavaleiro Andante". Vide Leonardo Sá e António Dias de Deus , *Cavaleiro Andante*,[...] p. 73 .

preocupações, associadas aliás à remuneração dos criadores e em geral ao seu estatuto profissional merecerão a devida atenção.

Nesta linha de desrespeito do direito de autor encontramos traduções<sup>484</sup>.

Na prancha nº 3, vinheta nº 6, por exemplo, quando o cozinheiro do brigue no qual Corentin inadvertidamente embarca exclama " Foi de cuistot ,un petit coup de vin ne fait jamais de mal" , a liberdade criativa do tradutor coloca-o a dizer : " Por minha fé! Estou a suar como um camelo fora do deserto! Um copo de vinho não fará mal ao meu estômago!".

As soluções gráficas nem sempre respeitam o original. Não falamos, é claro, da compressão das pranchas quando a revista passou do formato grande para um formato mais reduzido. A configuração original mantém-se, ou seja 3 linhas horizontais que acomodam entre 6 a 12 vinhetas por prancha, mas a sua proporção reduz-se em quase 50% perdendo-se boa parte do impacto visual do desenho de Cuvelier. Falamos sim do desaparecimento de alguns desenhos. Logo na prancha inaugural as três primeiras casas desaparecem e são substituídas por um título em grandes dimensões " As extraordinárias aventuras de Grifo" e por uma caixa de texto compacto onde se pretende explicar as origens do herói. Tudo textos que não existem no original.

A "Fomento de Publicações" terá acabado nas seguintes condições ,na versão de Vítor Péon: " ( A Fomento Publicações) foi uma firma criada para dar trabalho para um rotativa de quatro cores que Neogravura tinha comprado no estrangeiro. Essa rotativa acabou por ser cedida a outra firma e Neogravura só viria a recebê-la muitos anos depois. Então a Fomento acabou porque não justificava que estivesse a alimentar a concorrência, já que os trabalhos tinham de ser dados a fazer a outras oficinas"<sup>485</sup>

---

<sup>484</sup> Vide João Paiva Boléo, " Uma tira exemplar de Steve Canyon ou de como se "traduz" banda desenhada". *Aventura Gráfica*, nº 17, 2ª série, Suplemento do "Jornal de Arganil", nº 3625, 28/5/1998, pp. I e IV, que analisa uma tira de Steve Canyon de Milton Caniff publicada originariamente no "Mundo de Aventuras" nº 42 de 1/6/1950, comparando-a, no que diz respeito à tradução do conteúdo dos balões, com o original e uma versão francesa, concluindo que " Quanto à "tradução" portuguesa no Mundo de Aventuras... é outra história com os mesmos desenhos e revela uma postura muito generalizada( com diferentes gradações e excepções) nas nossas publicações de BD, em que a preocupação de distrair não implicava qualquer respeito pelo autor, censurando e "adaptando" segundo preconceitos morais e ideológicos primários que até ignoravam os valores subjacentes a muitas das histórias publicadas"

<sup>485</sup> Vide *Jornal do Cuto*,[...] p. 23.

O fim da publicação , ainda que fundamentalmente tenha sido motivado pela redução das vendas, também não terá sido alheia à “ quebra de compromissos na entrega de uma rotativa que baixaria os elevados custos de produção com que a revista se debatia”<sup>486</sup> .

A verdade é que a Fomento de Publicações , que se havia lançado em força no mercado editorial-uma das suas mais simbólicas colecções foi a “ Mosaico”, livros de “ bolso “ baratos, de reduzido formato e de Autores prestigiados – acabaria por soçobrar pouco tempo depois.

Menos de um ano após estes insucessos, Roussado Pinto , de novo com Vítor Péon , desta feita como director artístico, regressou ao jornalismo infanto-juvenil com “ Valente” um jornalinho de 8 páginas ao preço de 1\$00. As suas características não iludiam ninguém : “ O Valente imitava sem complexos o Mosquito da 1ªsérie , desde o formato, o número de páginas, as novelas de aventuras, as rubricas –como o correio , os passatempos, os concursos- até a própria qualidade do papel , que dir-se-ia proveniente da mesma fábrica”<sup>487</sup> . E na verdade, parte significativa dos conteúdos traduziram-se na reedição de alguns dos grandes êxitos do Mosquito dos anos 30 e 40 : “ Capitão Bill, Grumete Bell e Cozinheiro Ball” de Roy Wilson, “Serafim e Malacueco” de Percy Cocking e “ Pelo Mundo fora” de Walter Booth. Ou seja após uma investida, sem sucesso , na BD italiana, inglesa e franco-belga Roussado Pinto tentou um regresso ao paradigma de referência do jornalismo infanto-juvenil português mas com uma década pelo menos de atraso. Mas a verdade é que no segundo quinquénio dos anos 50 apenas dois modelos de “ histórias em quadrinhos” e por arrastamento de jornalismo infantil se mantinham em competição : os “ comics “ americanos e a escola franco-belga. Uma delas impor-se-á, ao longo dos anos 60 nos gostos dos jovens portugueses. Mas o que falta saber é se nesse percurso e sobretudo na linha de chegada, a influência da estratégia censória infanto-juvenil iniciada nos anos 50 não terá sido relevante. Numa sociedade livre e democrática a resposta dependeria do funcionamento do mercado no qual , naturalmente, os padrões culturais do gosto e do consumo ditariam as suas leis. Mas não numa sociedade civil vigiada pelo poder político de cariz autoritário em que os gostos e as preferências dos jovens estavam não só policiados como sujeitos a uma campanha moralizadora . Supomos estar em condições de responder a essa pergunta no fim dos dois capítulos subsequentes.

---

<sup>486</sup> Vide José Pires, “ O Génio dentro da Garrafa, Roussado Pinto” *História da BD Publicada em Portugal, 2ª parte* [...] p. 14.

<sup>487</sup> Vide Jorge Magalhães, “ Valente” , Sousa Santos, coord. *História da BD Publicada em Portugal, 2ª parte* [...]p. 21

#### **4.7. Os anos 60 : “Foguetão”, “Zorro”, a consolidação da escola “franco-belga” e o surgimento dos álbuns**

Os anos 60, sobretudo o seu primeiro quinquénio, registaram mudanças significativas nas práticas sociais e nos hábitos de consumo do lazer entre os jovens. Uma das razões prende-se seguramente com novas ocupações dos tempos livres , onde o fenómeno televisivo vai conquistando cada vez mais espaço. Mas outras particularidades especificamente ligadas ao mercado das “histórias em quadrinhos” ocorrem: “ Perdera-se o prazer da leitura páginas a página, semana após semana e perdera-se também irremediavelmente o hábito de ler histórias extensas, fossem ou não desenhadas <sup>488</sup>”, escreve Jorge Magalhães. Os aparecimentos dos álbuns cartonados com histórias completas como resposta aos novos hábitos de consumo dos jovens marcam o mercado editorial, o que dará o tom para os anos 60 . Em matéria de publicações periódicas “ reinou uma certa desolação”<sup>489</sup> é a constatação mais lida entre quem tem investigado este período do jornalismo infantil.

Assim pode dizer-se que os anos 60 são marcados por duas tendências fundamentais : a consolidação da banda desenhada franco-belga e a prevalência do meio e formato do “ álbum” para a divulgação das “histórias em quadrinhos”. Se a primeira não teria em teoria reflexos directos no mercado editorial das publicações periódicas já a segunda revelou-se decisiva nesse aspecto. Ou seja os meios clássicos de divulgação da BD pela via de jornais e revistas infantis e juvenis entraram em declínio<sup>490</sup>. Contudo a prevalência da BD franco-belga também não deixou de ter reflexos no mercado editorial e no reduzido universo de criadores portugueses. Por um lado, com a excepção das publicações da Agência

---

<sup>488</sup> Vide Jorge Magalhães, “ O Império da Editorial Agência Portuguesa de Revistas”. Sousa Santos, coord. *História da BD publicada em Portugal, 1ª parte*[...]p. 39

<sup>489</sup> Vide Jorge Magalhães, “ O Império da Editorial Agência Portuguesa de Revistas”. Sousa Santos, coord. *História da BD publicada em Portugal, 1ª parte*[...]p. 41

<sup>490</sup> Vide Carlos Pessoa, *Roteiro Breve da Banda Desenhada em Portugal*[...]p. 66

Portuguesa de Revistas que continuaram a abastecer-se nos mercados norte-americanos e inglês , mas com cada vez menor capacidade de atração junto do público juvenil e da fugaz tentativa revivalista do “Mosquito” por parte de José Ruy que veremos adiante, todas as outras , muito rarefeitas e de curto fôlego , como era o caso das edições da ENP, como o “Foguetão” ou “Zorro”, publicaram histórias basicamente franco-belgas. Essa tendência terá o seu desenlace natural em Junho de 1968 quando a referência jornalística e gráfica da escola franco-belga aterra entre nós com a versão portuguesa de “Tintin” . Esta publicação, que escapará por razões cronológicas ao nosso radar, e que foi orientada fundamentalmente por Dinis Machado e por Vasco Granja, atravessou o marcelismo em velocidade de cruzeiro terminando já depois do 25 de Abril em 1982. O acervo da revista reunia o essencial da escola franco-belga ( Hergé, Jacobs, Hermman, Mézieres, Giraud, Martin, Morris, Uderzo, Goscinny e tantos outros) , constituindo-se mesmo num caso de estudo ao reunir material proveniente das três revistas francófonas de referência “ Tintin”, “ Spirou” e “ Pilote”. Como escreve Carlos Pessoa “ à incontestável qualidade gráfica da revista e dos seus conteúdos pode contrapor-se uma responsabilidade muito directa na conformação de um gosto e de uma sensibilidade do público português às criações franco-belgas em detrimento de outras escolas e correntes”<sup>491</sup>. Isso significou, por um lado uma ausência quase total de colaborações portuguesas, nos projectos editoriais lançados nos anos 60. O “ Foguetão” não tinha colaboração alguma nacional e o seu sucessor “ Zorro” contemplou apenas histórias de José Garções , Fernando Bento e José Pires. Até mesmo as publicações de referência da MP como era o caso da revista “O Camarada”, na sua 2ª série , que procurava ser fiel ao ditame de só publicar material nacional , acabou convertida às preferências franco-belgas enquanto que o seu sucedâneo em 1968 a “Pisca-Pisca” acentuou ainda mais essa tendência.

Muitas dessas tendências surgem logo no início da década. É o caso do “ Foguetão” editada pela ENP, um dos grupos editoriais que nunca deixou de apostar no público-infanto –juvenil , quer pela criação de revistas quer pela dinamização de suplementos semanais ao “Diário de Notícias” como foi o caso da “ Nau Catrineta” , sob a batuta de Simões Muller , iniciada em 1963 e que se prolongou para lá do 25 de Abril.

Aliás deve recordar-se aqui o que já fizemos notar no capítulo 2 , a emergência nos anos 60 de suplementos infanto-juvenis( ou em qualquer caso a presença significativa de BD nas suas páginas) em praticamente todos os jornais diários, uns dando continuidade a

---

<sup>491</sup> Vide Carlos Pessoa, *Roteiro Breve da Banda Desenhada em Portugal*[...]p. 73

projectos mais antigos outros criando-os de raiz : “Pim Pam Pum” com “ O Século” “ Quadrinhos” com “A Capital” “ A Mosca” com o Diário de Lisboa.

A revista Foguetão , sub-intitulada " Semanário Juvenil para o ano 2000" iniciou a sua publicação a 4 de Maio de 1958 e terminou no nº 13 a 27 de Julho do mesmo ano. Foi seu director Adolfo Simões Muller, que fazendo justiça ao lema da renovação da imprensa infanto-juvenil em ciclos de 10 anos, preparou propósito o sucedâneo do “ Cavaleiro Andante” da mesma empresa editorial .

O interesse deste projecto jornalístico não decorre da sua circulação , que foi reduzida e da sua duração que foi meteórica, em sintonia aliás , com o tom espacial do título escolhido. A sua relevância decorre para nós de ser revelador da manifesta desadequação entre o projecto editorial e o público alvo. Acresce que ao ter à sua frente uma das referências do jornalismo infantil merece ser convocado para esta narrativa.

Como dissemos já Adolfo Simões Muller viria a fazer parte da CELIJ entre 1950 e 1952, a primeira e provisória estrutura de censura infanto-juvenil . Ora como antigo membro da CELIJ cuidou de dar a conhecer à CLEM, sucessora da primeira, dos aspectos essenciais do novo projecto com vista a “ obter o mais cedo possível o valioso parecer de V.Exa e da Ex.mas Comissão a que preside a fim de me orientar com a sua crítica os seus conselhos e as suas sugestões na elaboração dos futuros números”<sup>492</sup>. Na carta salienta o “ caracter acentuadamente formativo” do jornal, de tal modo que o aspecto recreativo, ou seja as “ histórias em quadrinhos” “ não é mais do que um pretexto para interessar o leitor levando-o à leitura de outras páginas de carácter acentuadamente formativo”. Visava além disso “ acompanhar e solucionar os problemas da juventude propondo-lhes caminhos de honra, da virtude , da alegria e do respeito das tradições”. E concluía explicando da escolha do formato do jornal “ habituar os jovens de mais de 12 anos às dimensões de um jornal de adultos” e “ evitar que o semanário como tantas vezes vem sucedendo com outras publicações possa ser levado para as aulas juntamente com os livros e os cadernos escolares , deixando que os alunos leiam as histórias do Capitão X enquanto o professor explica o teorema de Pitágoras” .

Insistindo no tom pedagógico e didáctico do projecto Muller escrevia no primeiro número que a " juventude de hoje , a " nova vaga" que já não se satisfaz apenas com histórias de cow boys" e " peles vermelhas" pois quer que lhe dêem a par de aventuras em

---

<sup>492</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*. Pasta Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores(1960-1961) . Carta de Adolfo Simões Muller ao Presidente da Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores, 28 de Abril de 1961.



quadrinhos uma informação sobre os mais variados assuntos- da cultura ou de recreio, de reportagem ou de antecipação- reclamava há muito o seu jornal (...) com esse objectivo se fez este " semanário juvenil para o ano 2000".

Talvez por isso a revista apresentava-se em formato pouco usual para as revistas juvenis de banda desenhada até então . Um formato de jornal tabloide ( 43x 33 cm) de generosas dimensões para o tipo de publicação, impressa a cores em 4 das suas 12 páginas , a saber a capa e contracapa e as páginas centrais , por sinal impressas na horizontal ocupando toda a largura das mesmas.

Talvez porque o propósito ultrapassava a divulgação de aventuras aos quadrinhos , como se exprimia o Director, a verdade é que o conteúdo da revista estava maioritariamente preenchido por textos de divulgação cultural e científica , relatos históricos, contos policiais, enigmas matemáticos, testes e jogos, secções policiais e de filatelia e mesmo uma coluna " futebolística" assinada pela já então glória benfiquista José Águas. Nessa linha todas as contra-capas da revista continham uma magnífica e muita colorida ilustração com um propósito educativo ( a Babilónia, a cidade de Lahssa no Tibete, o correio no Oeste americano, o Circo máximo de Roma , etc.).

O espaço para a Banda Desenhada ficou reduzido. Mas isso não significou que a revista não tivesse ficado na história , entre outros aspectos, pelas séries que publicou. Desde logo porque foi a primeira publicação portuguesa a publicar as aventuras de Astérix ( Gosciny e Uderzo) , depois porque foi também a primeira a publicar entre nós as aventuras de Tanguy ( e mais tarde Tanguy e Leverdure) , desenhadas por Uderzo e com argumento de Charlier. E ainda porque dá continuidade à publicação de duas das mais famosas séries da BD franco-belga , justamente Tintin e Blake e Mortimer, e para mais em duas das suas mais simbólicas aventuras : "Tintin no Tibet" e "SOS meteoros". Acresce que a publicação conjunta de três dos expoentes da BD franco-belga como são Astérix, TinTin e Blake e Mortimer é só por isso significativa. Que só anos mais tarde será repetido na revista "TinTin" versão portuguesa .

Outras das particularidades da publicação do "Tintin" no "Foguetão", e ao que sabemos com carácter único na História da BD publicada entre nós , foi a manutenção do texto no original francês, acompanhado de uma tradução em português inserida no fim de cada prancha. Numa ocasião em que o francês era a língua estrangeira dominante no nosso ensino secundário, Adolfo Simões Muller, sustentava as vantagens pedagógicas de tal solução. Com ela os nossos rapazes" mais facilmente se familiarizariam com a língua de Molière . Que a solução tenha ajudado efectivamente na aprendizagem do francês, é

provável, mas do mesmo passo não é de excluir que também tenha criado algum afastamento da leitura de "TinTin no Tibet". A publicação terminou ao fim de 13 números. Adolfo Simões Muller, no último número, revela que a revista pese embora tivesse 30.000 leitores desde o primeiro número tal se revelou insuficiente para os encargos de "uma edição tão dispendiosa" . E conclui afirmando que parte do público juvenil não está ainda suficientemente amadurecida para as viagens siderais dos foguetões" e que prefere contentar-se com foguetes".

Este fracassado "Foguetão", sem embargo de Adolfo Simões ter sustentado anos depois e após o 25 de Abril ter sido o "melhor jornal juvenil " por ele imaginado<sup>493</sup> confirma os limites do jornalismo infanto-juvenil nos anos 50 e 60 entre nós.

Boa parte do êxito das revistas infanto-juvenis tiveram que ver com a emergência das técnicas narrativas que a BD introduziu e desde cedo conquistaram os jovens portugueses . Mas perante uma reacção reticente de pais, professores e educadores , a questão da portabilidade funcionou como estratégia decisiva. Vimos isso em casos precedentes como a primeira fase do " Mundo de Aventuras" e posteriormente o projecto " Titã" tiveram de lidar com o assunto . Mas o caso de o " Foguetão" é talvez o mais simbólico . A pedagogia de Simões Muller, apesar de tudo no início de uma década em que as campanhas moralizadoras entrarão em sensível recuo, de " habituar os jovens de mais de 12 anos às dimensões de um jornal de adultos" só teria condições para prosperar, independentemente de juízos de " gosto" ou de " mercado" , num quadro de legitimação cultural da BD. Os anos 60 estão ainda longe disso . Até lá a portabilidade não será um aspecto menor para empresários, editores e directores em toda esta aventura. Simões Muller, atento como sempre, arrepiou caminho desde logo e o sucedâneo do "Foguetão" voltou à dimensão adequada para poder ser " levado para as aulas juntamente com os livros e os cadernos escolares". Chamou-se " Zorro" , publicou-se entre 1962 e 1966, com periodicidade semanal e deu sequência aos gostos de Simões Muller quanto às BDs francófonas " de inspiração católica" e no que sobrava deu espaço a autores italianos e espanhóis.

Uma outra tendência deste período foi , como dissemos, a multiplicação de álbuns com aventuras completas. A estratégia havia sido iniciada na sua encarnação moderna, a seguir à II Guerra Mundial com a editora belga Le Lombard e depois pela família Dupuis que editava a revista " Spirou" na cidade de Marcinelle no sul da Bélgica. Em meados dos

---

<sup>493</sup> Vide *Correio da Manhã*, 16/1/1982, p. 29 e ss

anos 60, e entre nós, a Editorial Ibis e a Bertrand Editora lideraram esse mercado, que teve como consequência uma quase total ausência de jornais infanto-juvenis nas bancas. Mas o que de mais relevante nesta matéria deve ser assinalado é o papel da Mocidade Portuguesa e portanto de uma editora estatal, na afirmação e consolidação desse mercado, com o que significou de alteração do paradigma moralizador dos anos 50 em matéria de "histórias em quadrinhos". Veremos no próximo capítulo essa inflexão estratégica que teve na edição em álbum da obra de André Franquin "O Feiticeiro de Vila Nova de Milfontes" o seu momento mais simbólico.

#### **4.8. Os protagonistas: criadores, empresários e intermediários.**

A actividade de conceber, produzir e vender uma revista ou jornal infanto-juvenil é uma actividade comercial que vive paredes meias com a criação artística e intelectual. Como actividade comercial o objectivo dos empresários individuais ou colectivos é naturalmente a obtenção de lucro. É verdade que quase todos os envolvidos na edição periódica infanto-juvenil, quer em Portugal quer no estrangeiro, colocam muitas vezes os aspectos de satisfação pessoal acima de todas as outras considerações. É verdade que se trata de uma actividade muito específica cuja paixão ultrapassa em muito um simples saldo entre vendas e sobras. E isto porque nela está envolvida uma componente criativa única que pese embora na época em estudo estivesse claramente infravalorizada, (no que diz respeito aos criadores, desenhadores e argumentistas) não deixava de ser a bússola de toda a actividade. Ou seja para entendermos as condições de existência e sobrevivência deste minúsculo sector da vida empresarial e criativa do Estado Novo é fundamental darmos a voz aos protagonistas. Eles são desde logo os criadores, autores portugueses de BD as mais das vezes fazendo dessa actividade um "part-time". Depois os responsáveis das publicações, directores e editores que seleccionavam os conteúdos e tantas vezes tinham de recorrer a material estrangeiro. Ainda os empresários, quando não eram os mesmíssimos directores ou editores que funcionavam como empresários, que financiavam o projecto na expectativa do seu sucesso comercial. Também os intermediários que entre nós se apresentavam como representantes de agências estrangeiras que vendiam os direitos de autor para a publicação de BDs. E finalmente os

leitores que compravam, liam e discutiam as publicações , com isso contribuindo para a sua divulgação.

Não há muitas fontes disponíveis para que este retrato ofereça consistência. Certamente que podemos saber qual era o processo de produção de um número de “ O Mosquito” , por exemplo, já que as próprias publicações se encarregavam de ilustrar esse procedimento técnico<sup>494</sup>. Sabemos também dos depoimentos de um ou outro responsável editorial , obtido já após ter abandonado as funções de Director, como Adolfo Simões Muller ou Roussado Pinto relativamente às revistas de que foi director . Também estão disponíveis os depoimentos de alguns autores de BD portuguesa como Eduardo Teixeira Coelho, José Garcez , Vítor Péon ou Artur Correia. Tudo isso ajuda , sem dúvida a compor o retrato dos protagonistas neste período. Mas faltam-nos muitos dados e alguns deles importantes. As tiragens e circulação das publicações, não vão além de referências vagas sem qualquer confirmação factual, por exemplo. Utilizamo-las , mas com essa advertência. A gramática económica-financeira da actividade também no essencial nos escapa. Custos de produção em tipografia e artes gráficas associadas, valores pagos aos desenhadores e argumentistas, despesas com o pagamento de direitos de autor estrangeiros, tudo isso escasseia ou não existe. Daí que tenhamos optado por ilustrar algumas das questões essenciais deste ponto tomando como referência um autor/ director e um jornal : José Ruy Pinto e “ O Mosquito “ ( 2ª série) . As razões são simples . É uma referência ímpar na BD portuguesa , tendo iniciado a sua actividade nos anos 40 no " Mosquito", foi fundador e director de uma revista infanto-juvenil publicada no período cronológico em referência e mantém um arquivo privado e um registo memorial escrito particularmente significativo .

#### **4.8.1. Um exemplo : “ O Mosquito” ( 2ª Série) 1960-1961**

O acesso a parte do arquivo da revista “ O Mosquito” que se publicou durante 30 números entre Novembro de 1960 e Julho de 1961 e o depoimento do seu fundador e director José Ruy Pinto, uma das referências da geração de ouro da BD portuguesa , permite esclarecer alguns pontos menos claros do circuito económico-financeiro associado

---

<sup>494</sup> Nesse aspecto a memória de José Ruy Pinto no texto e nas ilustrações de “ Titónio meu Amigo” , Sousa Santos, coord. *História da BD publicada em Portugal*, 1ª parte[...]pp. 46 e ss., é exemplar na recriação do dia a dia de “ O Mosquito”

às publicações infanto-juvenis e dos constrangimentos deste tipo de publicações nos anos 50 e 60 entre nós.

Segundo Dias de Deus tratou-se de uma publicação “com conteúdo essencialmente estrangeiro , geralmente “comics” ingleses e americanos, com recurso a algumas reposições”<sup>495</sup>. Assim foi na verdade , ficando a colaboração portuguesa reduzida às capas e algumas HQ do próprio José Ruy Pinto e à pontual participação de José Garçez .A ideia de retomar o título e o projecto de “ O Mosquito” constituía um sonho para todos os que , como era o caso de José Ruy que havia começado trabalhar no histórico “O Mosquito” em 1947 na litografia das cores e aí havia iniciado uma amizade histórica com Eduardo Teixeira Coelho, ficaram marcados pelo jornalinho criado por Cardoso Lopes e Raul Correia em 1936. ” Foi também em “O Mosquito” que José Ruy Pinto haveria de publicar vários trabalhos de BD e entre eles o clássico “ O Reino Proibido”, com apenas 22 anos. Como o próprio José Ruy Pinto, que havia descoberto a publicação aos 5 anos, recorda “ Esse jornalinho funcionou para mim como uma janela aberta ao mundo e à fantasia; equivalia ao que hoje representa o ecrã de televisão”<sup>496</sup> . “ Por isso a razão do meu deslumbramento ao ver histórias em quadrinhos de origem inglesa acompanhadas de desenhos rigorosos e exactos, bem como as de construção mais linear, mas plena de peripécias, dos artistas espanhóis Arnal e Moreno e também Zé Pacóvio & Grilinho criação do Tiotónio.” (...) “ O que mais me fascinou no Mosquito para além do conteúdo foi o jornal em si. Senti efectivamente a descoberta da Arte Gráfica e de como com umas dobras numa folha de papel se conseguia chegar à base para construir aquele mundo de histórias que se explicavam por si próprias” <sup>497</sup>

A reaparição de “ O Mosquito” foi a primeira de 3 tentativas e sem dúvida a mais bem sucedida das réplicas. Ultrapassou os seis meses de vida entre 1960 e 1961, bem mais do que a terceira série, que se traduziu em 4 números publicados em 1961 e a última já depois do 25 de Abril consistindo num único número publicado em 1974.

Porque o registo da propriedade industrial da marca “ O Mosquito “ estaria livre Ezequiel Carradinha , à época redactor desportivo do Diário Popular , registou-o em seu nome. Em conjunto com José Ruy que conhecia Carradinha do meio tipográfico e jornalístico, e ambos saudosos leitores do jornal infanto-juvenil, decidiram avançar com o projecto. Explica José Ruy : “ Eu ficava a cargo da parte artística e técnica, fazia a montagem, o

<sup>495</sup> Vide Dias de Deus, *Os comics em Portugal*[...] p. 260. Vide também Carlos Pessoa, *Roteiro Breve da Banda Desenhada em Portugal*[...] p. 67

<sup>496</sup> Vide *História da BD publicada em Portugal, 1ª parte* [...] p.

<sup>497</sup> Vide *Memória do que vivi e de quem comigo partilhou a vivência profissional* ( inédito)

desenho das cores(...) desenhava e escrevia histórias e ilustrações . O Ezequiel Carradinha era o Director Literário e o Editor. Convidei o José Garçês para colaborar primeiro com ilustrações até para uma novela do Jorge Magalhães e depois com uma História em quadrinhos para as páginas centrais, logo que acabou uma de cowboys feita por mim. Pedi ao Mário Correia, especialista em desenho de letra, para fazer as legendas dos balões nas histórias importadas, estas através do Ilídio Matos que nessa altura tinha como sócio o Dias da Silva e que representavam em Portugal as agências inglesas e norte-americanas” . O projecto editorial assumia um nítido tom saudosista procurando sete anos depois do fim da publicação infanto-juvenil mais famosa em Portugal recuperar alguns dos seus antigos leitores e interessar os mais novos que não tiveram contacto com a edição originária. Isso mesmo se revela da correspondência chegada ao jornal e da própria confissão de José Ruy Pinto, que adiante reproduzimos, ao referir que os potenciais leitores da revista eram os jovens que com o início da guerra de África em 1961 para lá se deslocaram . Na verdade o tom saudosista dos leitores é a nota dominante : “ Admirador sincero do velho “ Mosquito” e seu assinante nos primeiros passos da sua vida e por obra da amizade que unia o meu Pai ao seu fundador Cardoso Lopes, foi com grande emoção que o vi reaparecer apesar de hoje já contar 32 anos de existência “<sup>498</sup> (Documento H ) , ou “ fala-vos um velho amigo de “O Mosquito” pois tenho algumas centenas de números da primeira série e hoje com 24 anos embora não seja um assinante directo do actual Mosquito digamos que possuo todos desde o nº1 e hei-de continuar a comprá-lo todas as semanas aqui em Portalegre até que viva e Deus queira que seja por muitos anos”<sup>499</sup> ou ainda “com os meus sinceros votos de prosperidade para o novel Mosquito venho em meu nome e de um grupos de antigos leitores da 1ª série aplaudir a feliz ideia de servirem-se da capa e contra-capas para recordarem os eternos desenhos completos com fins cómicos que na nossa modesta opinião ainda não tinham sido suplantados por outros jornais infantis saídos de ter acabado a 1ª série” (Documento I ) <sup>500</sup>

A revista tinha um formato similar ao velho “O Mosquito” dos tempos da “ guerra” ( 17x 12) ou seja quando por causa das restrições do papel a publicação reduziu o seu formato. Saía às quartas-feiras , tinha 12 páginas “ imprimindo as capas e as centrais a três cores ,

---

<sup>498</sup> Vide carta à Administração do jornal “ O Mosquito” de José Alfredo de Castro Oliveira e Silva Tapada , 20/4/1961. Arquivo privado de José Ruy Pinto. A assinatura foi realizada em nome do filho que “ apesar de não saber ler ( tem apenas 3 anos e meio) já vê com muito interesse os bonecos do jornal” .

<sup>499</sup> Vide Carta ao “ Sr. José Ruy Pinto” de 14/4/1961, ass. ilegível . *Arquivo privado de José Ruy Pinto*

<sup>500</sup> Vide Carta datada de 19/4/1961 ( ass.ilegível ). *Arquivo privado de José Ruy Pinto*

com preto e sobre ele o verde e o vermelho tirando igualmente partido da sobreposição para conseguir o castanho”<sup>501</sup>

Na realidade a publicação chamava-se “ Colecção de O Mosquito”. Cada número era designado por “ fascículo”. Um dado número de fascículos formavam volumes que por sua vez fechavam cada ano. A razão para tal decisão teria que ver, relata José Ruy, com a possibilidade de assim se evitar o depósito à ordem da Direcção dos Serviços de Censura do valor equivalente de seis meses com despesas previsíveis em trabalhos gráficos e gastos com colaboradores . Na realidade o referido depósito estava previsto no art. 2º do Dec. Lei no 26.589 de 14/5/1936 que estipulava que “ nenhuma publicação periódica ou não mas sujeita por lei ao regime de censura prévia, poderá ser fundada sem que seja reconhecida a idoneidade intelectual e moral dos responsáveis da publicação e sem que tenha sido feita prova suficiente dos meios financeiros da respectiva empresa. Entender-se-á que os não possui a empresa que, por meio de depósito , fiança ou aval bancário, não preste a garantia suficiente dos salários e ordenados ou correspondentes despesas de colaboração , composição, revisão e impressão, durante o prazo de seis meses “ . Aparentemente a lei não permitira qualquer excepção à prova dos meios financeiros da empresa , sendo certo que a publicação não poderia deixar de estar sujeito ao regime de censura . É, todavia, possível ter ficado afastada da censura prévia e nessa decorrência , até por ser uma publicação em “ fascículos”, também não ter ficado obrigada ao referido formalismo . Como veremos adiante nem sempre as disposições legais eram seguidas à risca criando a administração censória as suas próprias “ regras”. José Ruy garante que a publicação “ não ia à Censura(...) embora a gráfica enviasse exemplares à censura no acto de impressão, sem esperar por qualquer autorização”<sup>502</sup>.

O conteúdo da revista procurou aproximar-se das histórias em quadrinhos que “O Mosquito” havia publicado nos anos 30 e 40 , ou seja , colaboração inglesa, da particular predilecção de José Ruy Pinto “ gostava desse género de narrativa com o texto independente do desenho” . Publicou também histórias americanas , alguma colaboração espanhola, recuperou as muito populares séries cómicas de “ O Mosquito” da 1ª série , inclusive a criação de Cardoso Lopes “ Zé Pacóvio e Grilinho” e até mesmo o clássico “ A Guerra dos Insectos” do espanhol C. Arnal, outro êxito da primeira geração de “ O Mosquito” viria a ser republicada , embora de forma incompleta dado o abrupto fim do jornal.

<sup>501</sup> Vide *Memória do que vivi e de quem comigo partilhou a vivência profissional* ( inédito)

<sup>502</sup> Depoimento de José Ruy Pinto em correio electrónico , 22/4/2018

Para além do contributo de José Ruy Pinto a única colaboração portuguesa de relevo é a de José Garçês que desenha a história “ O Capitão Meia Noite” uma aventura de “ capa e espada” que dá continuidade a uma série britânica do mesmo nome e ícone do “Mosquito” originário “ pois não havia a possibilidade de importar a série original “ <sup>503</sup>. As restantes BDs com marca portuguesa são a aventura policial “ Rudy Carter no caso do Invento secreto” desenhada por José Ruy Pinto com argumento de Roussado Pinto e o “ Assalto dos Índios” com argumento e desenhos de José Ruy Pinto. Das restantes aventuras muitas delas haviam sido já publicadas na 1ª série de “ O Mosquito” como “ Ho Feng e o pirata amarelo”” O Tubarão Negro” , “Jim Oeste”” Os diamantes do Mar de Java” e o na altura o já clássico “ As aventuras de Rob, Pelo Mundo Fora” . Todas esses exemplos de “ histórias em quadrinhos” tinham em comum a ausência de “balões “ ou de filacteras” fazendo-se acompanhar por texto ou legendas fora da ilustração ao gosto dos anos 30 e 40. Na verdade nenhum dos concorrentes da “ Colecção O Mosquito” , como eram os casos do “Cavaleiro Andante” ou de “ O Mundo de Aventuras” publicava já BDs com essas características nos anos 60. Talvez a personagem mais apelativa possa ter sido Brick Bradford, criação de William Ritt e Clarence Gray e considerado uma das três grandes séries de ficção científica dos anos 30 , conjuntamente Flash Gordon e Buck Rodgers<sup>504</sup> . A versão publicada no jornal de José Ruy Pinto era desenhada por Paul Norris que a partir de 1952 passou a assegurar a tira diária nos jornais e desde 1957 e até à interrupção da série em 1987, a totalidade da produção relativa à popular personagem. E logo atrás, sem considerar as reposições ou as histórias ao “ estilo” de “O Mosquito originário”, as peripécias policiais do inspector da Scotland Yard Buck Ryan que foi repabtizado com o nome de James Donald<sup>505</sup>. A série criada em 1937 por Jack Monk e Don Freeman, veio a ser publicada em “strips” diários no jornal londrino “Daily Mirror” quase sem interrupções até 1962<sup>506</sup>

A revista arrancou com uma tiragem de 8000 exemplares e a partir do nº 26 baixou para 6000 exemplares. “ As vendas orçavam os 6600 exemplares , contando com as assinaturas “<sup>507</sup>. Três meses após o lançamento da revista “ que estava a vender bem, pelo menos dava para a despesa”, José Ruy Pinto teve um sobressalto. O proprietário do título Ezequiel

<sup>503</sup> Depoimento de José Ruy Pinto em correio electrónico , 30/4/2018

<sup>504</sup> Vide Patrick Gaumer, *Dictionnaire Mondial de la BD [...]*, entrada Brick Bradford, p. 118

<sup>505</sup> José Ruy Pinto assume essa alteração : “ gostava desse nome e resolveu-se mudar , mesmo sendo uma série já conhecida da anterior edição de “ O Mosquito””. Depoimento em correio electrónico, 30/4/2018

<sup>506</sup> Vide Patrick Gaumer, *Dictionnaire Mondial de la BD [...]*, entrada Buck Ryan, p. 128

<sup>507</sup> Depoimento de José Ruy Pinto em correio electrónico 22/4/2018



Carradinha envolveu-se em outro projecto editorial muito popular à época , a edição de cromos de jogadores de futebol, o qual acabou por não ter o sucesso esperado forçando o então director da Colecção O Mosquito a abandonar o projecto, sob pena do desastre financeiro dos “ cromos” contaminar a recente publicação e propôs a cedência do título a José Ruy Pinto ficando este com a responsabilidade integral da edição. “ Se por um lado a proposta era tentadora por outro punha-se o problema do dinheiro necessário para as primeiras impressões, até receber o produto das vendas que eram liquidadas dois meses após a saída. E capital era o que eu não tinha...”<sup>508</sup>. E continua José Ruy Pinto : “ O sonho desfazia-se ali, ou...E a alternativa surgiu, como se uma fada apontasse a sua varinha na minha direcção, o momento certo. Ao descer do eléctrico nos Restauradores e a caminho da Estação do Rossio dou de caras com o Roussado Pinto que me fez uma grande festa(...) desolado contei-lhe a situação e a dolorosa necessidade de terminar. Ficou ele em sobressalto e convidou-me a tomar um café para falarmos. Fez-me uma proposta com tanto de aliciante como de surpreendente. Ele ajudar-me-ia na parte literária se eu arranjasse um empréstimo de 20 mil escudos (...)”<sup>509</sup> para traçarmos a estratégia editorial. Com esse capital compraríamos papel em grande quantidade directamente aos armazéns o que ficava mais barato. Também pagaríamos tudo a pronto, mesmo às oficinas conseguindo com isso uma boa redução do orçamento global. O que poupássemos investiríamos no jornal melhorando tanto em histórias como no número de páginas. O lucro seria dividido por nós dois depois de pagarmos o empréstimo”(...) Mas o problema subsistia . Como arranjar esse dinheiro. Os meus amigos e colegas eram todos tesos como eu. Falando nisto em família um cunhado (...) confiando na minha honestidade e capacidade de trabalhar no que sabia e gostava ofereceu-se para me emprestar a quantia sem condições e pagando-lhe quando e como pudesse e sem juros”.

É assim que o nº 15 da revista surge a 22/2/1961 com 16 páginas e novas histórias. José Ruy Pinto apresenta-se como director, editor e proprietário e reivindica expressamente a herança de Cardoso Lopes e Raul Correia, inserindo-as na ficha técnica como fundadores do jornal . Por seu lado encontraram-se melhores soluções e mais baratas de impressão que passou para a “Casa Portuguesa “ onde era impresso o Diário Ilustrado que passou a imprimir dois números de cada vez e num formato de papel mais amplo, o que permitia

---

<sup>508</sup> Vide *Memória do que vivi e de quem comigo partilhou a vivência profissional* ( inédito)

<sup>509</sup> Nessa ocasião José Ruy Pinto trabalhava na Neogravura auferindo cerca de 3000\$00 por mês , o que seria , nas suas próprias palavras, considerado um salário acima da média para um técnico especializado em artes gráficas. *Memória do que vivi e de quem comigo partilhou a vivência profissional* ( inédito)

poupanças . E mudaram também a distribuidora que passou a ser a Agência Portuguesa de Revistas de Mário de Aguiar e António Dias velhos conhecidos de José Ruy Pinto e Roussado Pinto. Como a produção da revista assentava quase exclusivamente em José Ruy Pinto que conciliava o seu trabalho na Neogravura com a produção da “ Coleção O Mosquito” importa registar a sua rotineira mas exigente tarefa na matéria : “ As montagens dos planos eram entregues na oficina Casa Portuguesa de duas em duas semanas. Durante esse período eu fazia o desenho de algumas histórias e legendas, ilustrações e as cores em películas . Tudo entre o após o jantar e a noite-fora. Continuava a passar pela oficina agora na Rua de São Roque, depois de sair da Neogravura para trazer o material fotografado e de composição. UM dia de quinze em quinze tinha de fazer as cores( só possível depois de ter todo o material na mão) montá-las durante a noite até o Sol raiar tendo apenas tempo para me barbear , tomar banho, comer o pequeno almoço à pressa e levar de manhazinha numa pasta grande à Casa Portuguesa antes de entrar na Neogravura às oito horas. Ao fim dessa tarde ia buscar os exemplares impressos que trazia para casa e que eram cintados com os nomes e moradas dos assinantes previamente escritos. A seguir ao jantar metia-me outra vez no comboio ia à estação dos CTT dos Restauradores que estavam abertos até às 23 horas para enviar os exemplares um dia antes da saída, beneficiando assim do preço especial dos CTT a que na altura os editores tinham direito”.

Como se constata o processo de produção da publicação da revista assentava exclusivamente no esforço de José Ruy Pinto que contava apenas com a ajuda da sua mulher. Não será certamente caso inédito nas revistas de menor dimensão que se publicaram nos anos 50 e 60.

Até que “ inesperadamente a Agência Portuguesa de Revistas começou a devolver exemplares das distribuições cujas contas já estavam fechadas. Fiquei espantado mas o António Dias explicou que eram sobras que vinham de África e que por isso demoravam mais a chegar. Não me tinham prevenido isso. A margem de lucro que era muito justa mas garantia a continuação da edição começou por isso a reduzir. Depois chegavam mais umas mas de Portugal Continental. Chamei a atenção mas disseram que eram de bons clientes e que não iam levantar problemas por isso. Fiquei preocupado. Sabia entretanto que era hábito dos vendedores dos quiosques emprestarem ou alugarem exemplares das revistas a gente conhecida que devolviam um ou dois dias mais tarde, depois de lidas. Quando a recolha da Agência chegava esses exemplares não se encontravam presentes e eram dados como vendidos. Mas na próxima recolha apareciam com a desculpa de terem

ficado esquecidas por baixo de umas caixas. A distribuidora nestes casos não devia aceitar. Contratos são contratos. Mas era fácil atirar o prejuízo para o editor . Como a prestação de contas era feita de dois em dois meses e nesse período já estavam editadas oito ou nove números da revista mais duas já em oficina de repente constatei um prejuízo de cento e tal escudos em cada edição. Era coisa pouca mas com a multiplicação estava a atingir números preocupantes(...) Também a Guerra que deflagrara na Colónias havia deslocado muita juventude para a África os potenciais compradores do Mosquito . Apercebi-me disso pelos assinantes que pediam constantemente para enviar os seus exemplares para Angola e Moçambique”

De nada valeu uma publicidade que a revista ainda obteve nos últimos números: “ comecei a fazer contas e o dinheiro que pedira emprestado dava para saldar todas as despesas desde a colaboração portuguesa à impressão passando pela Agência do Ilídio Matos . O papel que havia ainda para imprimir a Casa Portuguesa ficou com ele descontando na verba dos fotolitos e da impressão” Restava da devolução dos vinte mil escudos ao meu cunhado e amigo totalmente consumidos no prejuízo. Combinei fazer pagamentos pontuais de três em três meses e tomei como ponto de honra acrescentar-lhe os juros que teria rendido se estivesse depositada no Banco. (..) A partir daí instalou-se no nosso núcleo familiar uma política de austeridade. Tudo era poupado não se comprava nada supérfluo ou que se podia dispensar e fomos cumprindo os pagamentos estipulados até ao último escudo . Passou de um ano nessa situação” <sup>510</sup> .

Uma revista com estas características sobreviveria com cerca de 6500 exemplares vendidos por semana, de acordo com o testemunho de José Ruy Pinto. Procuremos aproximarmo-nos dos custos de produção de cada número.

Cada exemplar custava 1\$00 ( anunciado aliás pela forma mais popular de “dez tostões”) mantendo-se inalterado tal valor do primeiro ao último número da curta vida da publicação. A agência distribuidora, do nº 1 até ao nº 14 a cargo da Editorial Organizações Lda ” que pertencia ao Homem Cristo” e do nº 15 em diante à Agência Portuguesa de Revistas, ficava com 40% do preço de cada número de vendido, mas os exemplares estragados eram devolvidos aos editores <sup>511</sup>. Os restantes 60% visavam compensar o editor dos gastos de oficina, papel e colaboração e , naturalmente , retirar daí o lucro do projecto.

---

<sup>510</sup> Vide *Memória do que vivi e de quem comigo partilhou a vivência profissional* ( inédito)

<sup>511</sup> Depoimento de José Ruy Pinto 22/4/2018

As colaborações portuguesas foram raras na publicação em análise . José Garcês foi o único , para além de José Ruy, é claro, a colaborar na revista. Cada página era paga a 250\$00, tabela idêntica à que o “Cavaleiro Andante”<sup>512</sup> aplicava na altura à colaboração portuguesa e que pelos vistos se manteve estável desde a década de 50.<sup>513</sup> Por comparação as pranchas adquiridas às agências eram substancialmente mais baratas. Apesar de tudo os exclusivos norte americanos da “King Features Syndicate” representados em Portugal por Fernando Maia Henriques, eram mais onerosos do que as importações britânicas. Por exemplo, as aventuras de Brick Bradford custavam 200\$00 por página. Já as histórias que têm como personagens Jim Oeste, Gil Martin, Capitão Fantasma, Pelo Mundo Fora, Os Diamantes de Java , Jack Tubb ou Robin dos Bosques, entre outros , vendidos pela inglesa “Fleetway Publications” , representada entre nós por Ilídio da Fonseca Matos oscilavam entre os 25\$00 e os 30\$00 por página. Deve contudo ter-se em consideração na análise comparativa dos custos com as importações que as aventuras de Brick Bradford publicados na “Colecção Mosquito” correspondiam às tiras diárias publicadas nos jornais norte-americanos, como vimos , sendo que cada página corresponderia a seis vinhetas , que aliás eram numerados, enquanto que as importações britânicas se calculavam página a página independentemente do número de “ quadrados”. Assim, enquanto que duas páginas centrais da revista com as aventuras do “Capitão Fantasma” custavam a José Ruy Pinto 60\$00 uma única página da revista com o herói espacial “Brick Bradford” composta por três tiras sendo que cada uma compreendia três quadrados nunca ficava em menos de 100\$00.

Tomemos como referência um dos números da revista , a saber o nº 20 de 29 de Março de 1961 (Documento J ) e confrontemos as séries publicadas com as facturas que se reportam ao mesmo<sup>514</sup> (Documentos K e L) :

---

<sup>512</sup> Depoimento de José Ruy Pinto 22/4/2018

<sup>513</sup> José Ruy Pinto recorda que “ Em 1946 cada página de BD era paga a 20\$00 e a ilustração avulsa- por exemplo para um conto- a 7\$50. Daí que muitas vezes as páginas de BD compreendiam apenas 4 vinhetas em vez de 6 que seria o normal para uma sequência com ritmo narrativo regular .Era uma forma de tornar os 20\$00 menos penalizadores por comparação com a ilustração avulsa.Em 1954 a Fomento Publicações passou a pagar 250 \$00 por página o que levou a que o Cavaleiro Andante que pagava 200 \$00 aumentasse para esse valor. Os desenhadores não tinham contrato, ao invés dos argumentistas. Isto porque o texto, no entendimento dos editores, era mais relevante que o desenho. Veja-se o texto em O Caminho do Oriente de EPC, da autoria do próprio EPC, mas que se torna tantas vezes redundante em relação ao desenho. “ Entrevista a José Ruy Pinto, 28/5/2015

<sup>514</sup> Vide Factura nº 5118 de 15/3/1961 de Fernando Maia Henrique, e Factura nº 2046 de 31/3/1961 de Ilídio da Fonseca Matos, *Arquivo privado de José Ruy Pinto*

- a) As BDs da capa e contra-capas, intituladas “ O presente de D. Triquetraque” e o “ Elefante Polícia” , haviam já sido publicadas em “ O Mosquito” 1ª série, vieram pela mão de Roussado Pinto e não significaram qualquer encargo complementar, segundo José Ruy Pinto;
- b) Jim Oeste contra o Máscara Negra, 30\$00
- c) Nas Linhas Inimigas , conto de Luís de Sousa ( pseudónimo de Roussado Pinto);
- d) As desventuras do Sr. Gordinho, 15\$00
- e) O homem-Morcego em o segredo terrível, 30\$00
- f) Capitão Fantasma, O homem dos mil disfarces , 60\$00;
- g) James Donald ( Buck Ryan) em a Seita do Checkmate, cada página tinha um custo de 30\$00 a que acrescia a tradução, que neste caso concreto, foi debitada a 25\$00 por 12 páginas inteiras e 2/3 de outra página, correspondentes à publicação da série entre os números 17 e 20.
- h) Batú o rei dos Pigmeus, conto de Luís de Sousa
- i) Os diamantes do mar de Java, 25\$00
- j) Jack Tubb O justiceiro, 30\$00
- k) Capitão Relâmpago, 200\$00

O exercício está longe de ser rigoroso mas permite-nos avaliar das condições do sucesso ou de insucesso empresarial de um projecto editorial infanto-juvenil individual , isolado e assente numa estrutura quase familiar, no início dos anos 60 em Portugal . O custo de um número da revista apenas com colaborações importadas andaria em torno dos 400\$00 a 500\$00 . É claro que a colaboração de José Garçês, que se verificou em alguns números , aumentaria significativamente os encargos que assim se aproximariam dos 750\$00 por número. A estes valores haveria naturalmente que acrescentar os gastos com as legendagens, despesas com tipografia e papel e os encargos de correio com assinaturas. Recorde-se que o projecto que girava em torno de José Ruy Pinto e mais tarde também de Roussado Pinto, que nada auferiam , e ainda do facto de não ter sede ( que funcionava na prática em casa de José Ruy Pinto) e assim não ter as despesas a ela associadas. Uma receita proveniente da venda de 5.900 exemplares, que era o número que José Ruy Pinto aponta como a média das vendas da “ Coleção O Mosquito”<sup>515</sup> , significaria um valor pouco superior a 3000\$00 . Ora esse valor dificilmente chegaria para cobrir a totalidade

---

<sup>515</sup> Vide Depoimento de José Ruy Pinto em correio electrónico 22/4/2018

dos encargos pelo que o ponto de equilíbrio do projecto ficaria comprometido se ,mantendo-se o preço em “ dez tostões” , se não conseguisse subir a fasquia das vendas semanais em conjugação com a angariação de mais assinaturas.

Estas referências, ainda que desgarradas e dificilmente comparáveis , podem trazer luz sobre as condições de exercício da actividade empresarial e sobretudo sobre a ausência de estatuto profissional e até de legitimação sócio-cultural dos criadores portugueses de BD . Importa relembrar a natureza muito específica do projecto, que visava recuperar o sucesso do mítico “ Mosquito dos anos 30 e 40. Mas também as condições políticas, sociais e culturais vigentes no início da década de 60 em Portugal. Como vimos antes havia terminado a fase de ouro da BD em Portugal e a passos largos caminhava-se para a crise das publicações periódicas infanto-juvenis, substituídas pelos novos e atractivos media o principal deles a televisão . A guerra de África não deixou de ter influência neste mercado , pela deslocação territorial de largos milhares de jovens adultos, que no caso concreto constituíam parte importante dos destinatários da publicação. A recuperação do jornalismo clássico inspirada no paradigma de “ O Mosquito” , que de alguma forma havia sido originariamente tentada por Roussado Pinto no “ Valente” evidenciou os limites de tal estratégia. E permitiu confirmar as fragilidades da economia do jornalismo infanto-juvenil .

#### **4.9 . Trabalhar e criar no Estado Novo : uma escola de BD portuguesa ?**

Não sendo a produção de “ histórias em quadrinhos” entre nós uma actividade particularmente significativa , quer pelo número quer sobretudo pela ausência de estatuto dos criadores , como acabámos de ver, ainda assim alguns dos investigadores da história da BD em Portugal não deixam falar de “ escola portuguesa” e alguns mesmo em várias escolas de BD entre nós. António Dias de Deus, na sua pioneira “ Os comics em Portugal” refere-se a uma impropriamente falada “ escola portuguesa” onde arruma vários desenhadores portugueses nos anos 40 e 50 com um ponto comum : a criação de histórias em quadrinhos sérias<sup>516</sup> . Entende que “ com a aparência de escola portuguesa” devemos considerar um grupo de desenhadores ligados à esfera de influência de Eduardo Teixeira Coelho e de modo mais isolado por não compreender seguidores , Fernando Bento. Seriam eles os menos conhecidos António Barata, nascido em 1920 que se iniciaria nos

---

<sup>516</sup> Vide António Dias de Deus, *Os comics em Portugal*[...]p. 192

anos 40 no “Senhor Doutor” e José Rodrigues, nascido em 1921 e colaborador , entre outros no “Papagaio”, no “Faísca” e no “Diabrete” e os renomados José Ruy Pinto, Vítor Péon, José Garçês, Jaime Cortez e Fernandes Silva. Não por acaso quase todos eles participaram na primeira exposição de ilustradores portugueses promovida pela MP, como veremos de seguida .

Outros falam em várias escolas de BD , embora alargando consideravelmente o espectro cronológico <sup>517</sup>: uma escola de humor infantil em que as qualidades dos desenhadores como Stuart Carvalhais ou José de Lemos os fazia circular entre o cartoon e a caricatura para adultos e a banda desenhada humorística para crianças, uma escola realista de recorte histórico didáctico ou histórico-ficcional a que se associam nomes como Fernando Bento, Eduardo Teixeira Coelho , Vítor Péon, José Ruy , Carlos Alberto Santos, José Antunes, Basptista Mendes , José Manuel Soares e Eugénio Silva e uma escola da Mocidade Portuguesa que incluirá uma vertente humorística com Ricardo Neto e Carlos Roque e uma vertente histórica e de aventuras cujo principal representante seria o multifacetado Júlio Gil.

A admissibilidade de um grupo de criadores portugueses entre os anos 40 e 60 que evidenciavam características técnicas e temáticas afins com suficiente densidade e projecção para poderem constituir uma " escola artística" não apaga a natureza precária do empreendimento, fustigado pela precariedade<sup>518</sup>, o estreitamento de oportunidades, a concorrência " barata" das importações e a evolução dos gostos do público infanto-juvenil polarizado, a partir de meados de 50 , entre os " comics" americanos e a BD franco-belga.

---

<sup>517</sup> Vide João Paulo Paiva Boléo e Carlos Bandejas Pinheiro, *Das Conferências do Casino à Filosofia de Ponta*, [...], pp. 101, 103, 145 e 149

<sup>518</sup> Aspectos relativos à vivência dos criadores podem ser recuperados graças aos depoimentos dos principais personagens da época. Por exemplo , o retrato dado por Roussado Pinto acerca do panorama dos autores de BD do seu tempo ( anos 40 e 50) é elucidativo : " um dos desenhadores a ter condições mais vantajosas ( ?) foi o Eduardo Teixeira Coelho (...) porque quanto aos outros - Péon , José Ruy, Stuart, Garçês e tantos mais - esses recebiam a conta gotas ( como era tradição da maioria dos jornais) e quem aparecia primeiro tinha melhores possibilidades" " Posição igual à do Coelho que eu saiba teve-o o Fernando Bento nas edições juvenis do Diário de Notícias e mais tarde o Vítor Péon quando comecei a dirigir o Mundo de Aventuras, consegui para ele um salário semanal certo baseado numa determinada quantidade de trabalhos" " No entanto o Coelho que trabalhava - como ainda trabalha- aturadamente em BD não perdia a oportunidade de fazer horas extras ( lembro-me da campanha dos licores Ancora, os trabalhos de investigação para o Leitão de Barros, capas para a Portugália, etc.) enquanto o Bento paralelamente ocupava um emprego e Péon passava sucessivamente pela execução de montras, cartazes, publicidade, cerâmica, miniaturas, pintura, cinema de animação " , " Qual o futuro dos desenhadores de histórias aos quadrinhos em Portugal ? in *Boletim do Clube Português de Banda Desenhada* nº 8 , 1978, p. 9.

#### 4.10. Conclusão

O exercício da actividade empresarial no domínio do jornalismo infantil mostrava-se bem mais acessível do que seria à partida de supor considerando o regime político e os condicionalismos económico-financeiros. Isso permitiu o arranque de vários projectos individuais nos anos 50 e 60 em torno da tentativa de recuperação do paradigma jornalístico infanto-juvenil de o “ Mosquito”. Nos casos estudados vimos que a existência de um desenhador associado ao projecto garantiria o mínimo de colaboração portuguesa, para além das tarefas gráficas essenciais . O restante , com um serviço de tradução minimalista, poderia ser fornecido pelas agências de representação de “ comics” estrangeiros a preços módicos. Mas a verdade é que, para a dimensão do mercado nacional e o universo disponível de criadores, nunca seria possível dar resposta às solicitações de mais produção nacional , sem perigar o equilíbrio económico financeiro dos projectos. Quer o voluntarismo de Roussado Pinto com “ Valente” quer a paixão de José Ruy Pinto com o “ Mosquito” quer mesmo os ensaios apoiados em estruturas empresariais de pequena ou média dimensão, como a "Fomento de Publicações" , permitem validar a ideia que de a sustentação económico-financeira dos projectos editoriais, mais do que o seu sucesso comercial estava relacionada com a dimensão e sustentabilidade das empresas . Não é certamente por acaso que as duas grandes entidades que ganham relevo e se mantêm com indiscutível presença nos 18 anos objecto deste estudo são a Empresa Nacional de Publicidade e a Agência Portuguesa de Revistas. Desde logo por não fazerem do jornalismo infanto-juvenil a actividade exclusiva.

Por outro lado e independentemente das condições de viabilidade económico-financeira dos projectos e se tivéssemos que referenciar os jornalistas infanto-juvenis mais relevantes entre os anos 30 e 60 em Portugal eles seriam , sem dúvida, Cardoso Lopes, Raul Correia e Adolfo Simões Muller. E em plano mais discreto embora com um envolvimento significativo numa multiplicidade de projectos é difícil não falar de Roussado Pinto.

Cardoso Lopes, como sabemos, não atravessará a década de 50, mas deixa um registo único ligado ao “ Mosquito” ( e antes ao “Tic-Tac” e ao “ ABC-zinho” entre outros) . Raul Correia, mais interessado na ficção e na poesia, formará com ele até 1948 uma dupla de sucesso no jornalismo infanto-juvenil, procurando já nos anos 50 remar , sem sucesso, contra a invasão dos " comics" americanos. Ironicamente os dois comprovados defensores de um modo clássico de exercitar o jornalismo infanto-juvenil e os mais que prováveis aliados da campanha moralizadora do Estado Novo, desistirão prematuramente, acabando



por se colocar no outro lado da barricada. Adolfo Simões Muller estará na fase mais original do “ Papagaio” e depois na ENP criará o “ Diabrete” o “ Cavaleiro Andante “ o “ Foguetão”, o “ Zorro” , os últimos já entrados nos anos 60. E finalmente Roussado Pinto que criará com Vítor Péon o “ Pluto” , com apenas 18 anos, para depois colaborar no “ Mosquito”, marcar a fase mais “ americana” do Mundo de Aventuras como chefe de redacção e envolver-se-á durante toda a década de 50 em inúmeros se bem que fugazes projectos como “ Titã” “ Flecha” ou “ Valente”. O seu regresso como jornalista infanto-juvenil apenas se dará já na década de 70 com um projecto saudosista assente na recuperação de aventuras publicadas no “ Mosquito“ ( em particular as de Eduardo Teixeira Coelho) através do “Jornal do Cuto”.

De tudo o que se vem expondo importa reter a título conclusivo algumas linhas de força que atravessam a actividade e o mercado das publicações infanto-juvenis nos anos 50 e 60 , como emanção da iniciativa privada ( no capítulo 5 veremos a iniciativa estatal) . Esse balanço permitirá caracterizar as virtudes e as patologias do seu funcionamento, no momento em que o Estado Novo ensaia uma estratégia de especialização censória que tem como alvo todo esse universo. O propósito é determinar, a final, se o “ esplendor da banda desenhada”, expressão que achamos particularmente feliz para descrever a realidade dos anos 50 , sobreviveu e em que medida , às campanhas moralizadoras que replicaram em Portugal o ambiente internacional.

Do sucinto recorrido pela história do jornalismo infanto-juvenil e nele das publicações periódicas mais relevantes entre os anos 40 e 60 é possível identificar algumas linhas de força com manifesta relevância para explicarmos o alcance e os limites das estratégias censórias postas em prática entre nós a partir de 1950.

Assinale-se desde logo a dependência dos editores e directores dos jornais infanto-juvenis dos intermediários, representantes de agências ou “ sindicatos” internacionais , sobretudo americanos e ingleses , para a publicação de séries populares entre os jovens .

Depois e ligada ao ponto anterior registre-se a manifesta desproporção entre os custos( honorários) do labor de um criador de banda desenhada nacional, muito mais elevados, por comparação com os valores das importações, o que somada à rarefacção dos autores portugueses, transformava o jornalismo infanto-juvenil, numa colagem de trabalhos importados (com excepção dos jornais da MP) .

Por outro lado constatou-se a facilidade com que, perante séries estrangeiras e para além das exigências censórias ou dos receios auto-censórios, se adaptavam ou alteravam os textos , os desenhos, as designações e as sequências dos originais o que demonstra a

irrelevância dos direitos autorais e a desvalorização do trabalho criativo . Neste último campo assinalaram-se várias realidades: séries que se iniciam entre nós a meio das respectivas histórias originais no país de origem, designadamente as que resultavam de importação de “strips” diários, alteração das identificações das principais personagens, nuns casos aportuguesando-as mas em outros substituindo-as por outras designações estrangeiras, redução e cortes das pranchas e das vinhetas por forma a ajustá-las às dimensões das publicações e ao ritmo da publicação e traduções de fraquíssima qualidade com a inevitável degradação dos conteúdos originais .

Do ponto de vista da economia interna das publicações editores e directores aprenderam que a revista ideal deveria incluir no mesmo número “western”, policial, guerra, ficção científica, capa e espada e relato histórico. Mas aprenderam também- vejam-se os casos do “ Mundo de Aventuras”, do “Titã” ou do “ Foguetão” - que o sucesso comercial não era independente da portabilidade das publicações e que esta poderia ajudar a uma estratégia de resistência do jornalismo infanto-juvenil às campanhas moralizadoras.

Do ponto de vista da evolução histórica, após uma década ( anos 40) marcada de forma indiscutível pelo jornal infanto-juvenil português de referência “ O Mosquito”, assistiu-se à emergência dos “ comics “ americanos pela mão do “ Mundo de Aventuras” no primeiro quinquénio dos anos 50 os quais concorreram com as aventuras de importação franco-belga , a apelidada “linha clara”.

A contraposição entre o jornalismo clássico protagonizado pelo “ Mosquito”, marcado no conteúdo e na forma pela “inocência”, a “ tranquilidade” e a “ ordem” e a emergência do “ risco”, da “ velocidade” da “ confusão” trazidas pela vertigem dos “ comics” do outro lado do Atlântico, colocaram o Estado Novo na contingência de ter de improvisar uma resposta que acentuasse a deslegitimação da banda desenhada.

A resposta foi arquitectada a dois tempos, como analisaremos nos capítulos posteriores : uma campanha moralizadora vigorosa e estrategicamente orientada contra as “ aventuras americanas” com tradução portuguesa e contra as importações brasileiras, americanas ou francesas e um discreto apoio ao jornalismo infanto-juvenil que privilegiava a narrativa do escutismo católico de Tintin e restantes parceiros francófonos.

O resultado de tal estratégia, foi-se tornando claro ao longo da década de 60 quando o mercado se tornou cada vez mais rarefeito em termos de publicações periódicas , os álbuns tomaram o lugar daquelas e as “ histórias em quadrinhos” deixaram de ser uma ameaça para o poder político.

Curiosamente, como veremos no capítulo seguinte, a Mocidade Portuguesa teve um papel decisivo nesta última fase pela progressiva legitimação cultural da BD e pelo contributo que deu na formação do que alguns apelidam de “escola portuguesa de banda desenhada”.

## Capítulo 5

### O lugar das publicações periódicas infanto-juvenis na política educativa do Estado Novo

#### 5. Introdução

A análise da política e práticas censórias no Estado Novo<sup>519</sup> no que tange às publicações periódicas infanto-juvenis não prescinde de uma aproximação às políticas educativas e de

---

<sup>519</sup> A bibliografia sobre o Estado Novo e em particular sobre os consulados de Oliveira Salazar e Marcello Caetano é extensa, ampliando-se todos os anos com novos estudos e ensaios . Indicamos algumas obras de referência para enquadramento geral : Ernesto Castro Leal , *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos. 1999 ; António Ventura, «A oposição ao Estado Novo», Parte II, «Resistências ao regime ditatorial» in João Medina (dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIII, Alfragide, Ediclube, s. d. [1993], pp. 146-205; *Estudos sobre História e Cultura Contemporâneas de Portugal*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004; Sérgio Campos Matos , *História, mitologia, imaginário nacional. A História no curso dos liceus (1895-1939)*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990 ; Manuel de Lucena, " António de Oliveira Salazar", in António Barreto e Maria Filomena Mónica ( coordenadores) , *Dicionário de História de Portugal* , , vol.9 Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 283 -390 ; Manuel de Lucena, *O Regime salazarista e a sua evolução*, Matosinhos, 1995; Maria de Fátima Bonifácio, " Historiografia do Estado Novo", in António Barreto e Maria Filomena Mónica( coordenadores). *Dicionário de História de Portugal*, 8ª vol. Suplemento F/O, Porto, Figueirinhas, 1999, pp.187-198; Helena Matos, *Salazar, vol. 1 , A construção dos mitos, vol. 2 A propaganda.* , Lisboa, Temas & Debates, 2003/2004; António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*. Lisboa, 1992; António Costa Pinto, *Os camisas azuis e Salazar : Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*, 2ª ed. Lisboa, Edições 70, 2016;; Luís Reis Torgal, " Sobre a História do Estado Novo: Fontes, Bibliografia, áreas de abordagem e problemas metodológicos" in *Revista de História das Ideias*, vo. 14, 1992, pp. 529-554; Fernando Rosas " O Estado Novo( 1926-1974) , José Mattoso( direcção) *História de Portugal* , 7º volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994; Fernando Rosas, " Salazar" in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito ( Orgs.) , *Dicionário do Estado Novo*. II volume, Lisboa, Bertrand, 1996, pp. 861-876; Fernando Rosas, " O marcelismo ou a falência da política de transição do Estado Novo" in J.M. Brandão de Brito, ( org. ) *Do marcelismo ao fim do Império*, Lisboa, 1999, pp. 15-59; Fernando Rosas , *Salazar e o Poder, A Arte de Saber durar*, Lisboa, Tinta da China, 2015; Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira ( orgs.) *A Transição Falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo ( 1968-1974)*, Lisboa, 1974; Jaime Nogueira Pinto, *António de Oliveira Salazar: o outro retrato*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Editorial Presença, GIS, Lisboa, 1980, Manuel Braga da Cruz , *O partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, Lisboa, 1988;; Goffredo Adinolfi, *Ai confini del fascismo Propaganda e Consenso nel Portogallo salazarista ( 1932.1944)*, Milão,2007; António José Telo, " A obra financeira de Salazar : a ditadura financeira como caminho da unidade política" *Análise Social*, nº 128 , 1994, pp. ; Philipe Schimtter, *Portugal do autoritarismo à democracia*, Lisboa, 1999; Valentim Alexandre; *O Roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os totalitarismos*, Lisboa, Dom Quixote, 2006; Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano: as desventuras da razão*, Lisboa, 2002; Rui

propaganda levadas a cabo no referido período histórico. Acompanhamos a ideia de que as instituições mais importantes do salazarismo na capacidade que tiveram de divulgar "intra muros" uma determinada concepção de Portugal e do Mundo foram o SPN/ SNI e o Ministério da Educação Nacional ( MEN)<sup>520</sup>. O primeiro por tutelar a Censura e a Informação e o segundo , para além da afirmação por via da " educação oficial" dos valores do Estado Novo, por articular as actividades extra-curriculares com a Mocidade Portuguesa. Não é clara a distinção entre educação e propaganda no Estado Novo, tal o caldo de cultura em que as duas realidades se apresentam quando se trata de abordar o " Homem Novo" <sup>521</sup> salazarista. Neste texto analisaremos a natureza e propósitos da principal organização criada pelo regime para enquadrar e formar os jovens de acordo com os parâmetros doutrinários do Estado Novo: a Mocidade Portuguesa (MP). Não deixaremos, contudo, de referir, embora com menor desenvolvimento, a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) <sup>522</sup>. Centrar-nos-emos especificamente na política editorial da Mocidade Portuguesa masculina e nela nas publicações infanto-juvenis, a saber o jornal " Camarada", com as suas duas séries nos anos 40, 50 e 60 e a revista "Pisca- Pisca", já no fim dos anos 60. Referenciaremos também, embora de forma sucinta as revistas "Lusitas" e "Fagulha" que se sucederam uma à outra sem interrupções desde 1947, de forma a que bem poderíamos falar de uma única revista que se prolonga até ao 25 de Abril de 1974. Antes, porém, é mister referenciar a política de educação no Estado Novo, de uma forma necessariamente perfunctória, identificando as suas linhas orientadores e as fases em que se subdivide. O aspecto que mais sinalizará a política educativa , a quem o Estado Novo dá grande importância, é o esforço de integração simbólica do universo ideológico nacionalista através da doutrinação interna e de propaganda a realizar na escola. A sala de

---

Ramos, " Os intelectuais e Estado Novo" in António Barreto e Maria Filomena Mónica( coord.) , *Dicionário de História de Portugal*, cit. vol. 8 , Suplemento F/O pp. 181-289;Filipe Ribeiro de Menezes, *Salazar : Biografia Política*, Lisboa, D. Quixote, 2010 João Medina, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo, a História de Um Conflito, 1932/1935*, Venda Nova-Amadora, Livraria Bertrand, 1979;Jorge Ramos do Ó .*Os anos de Ferro, o dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-1949, Ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa. 1999

<sup>520</sup> Vide Daniel Melo, " A Cultura" , António Costa Pinto e Nuno Gonçalves Monteiro, *História Contemporânea de Portugal. volume 4[....]* p. 179

<sup>521</sup> Vide Marcelo Caetano, *A Missão dos Dirigentes*, Lisboa, Serviço de Publicações da Mocidade Portuguesa, 4ª ed. 1966, p. 11

<sup>522</sup> Sobre a Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina ver Irene Flunser Pimentel , *A Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, 2007 ; Simon Kuin, " A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude" in *Análise Social*, nº 122, 1993, pp. 555-588; sobre a Acção Escolar Vanguarda, como antecedente da Mocidade Portuguesa vide António Costa Pinto e Nuno Ribeiro" A Acção Escolar Vanguarda, 1933-1936" in AAVV *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, 1982, pp. 229-258

aula é portanto o centro desta estratégia<sup>523</sup>. Apesar da continuidade da política educativa no Estado Novo a verdade é que é possível surpreender fases nessa política marcadas até pelas figuras dos titulares da pasta da educação. Para o período cronológico deste trabalho assumiram a pasta da Educação, Fernando Andrade Pires de Lima ( 1947-1955), Francisco de Paula Leite Pinto( 1955-1961), Manuel Lopes de Almeida( 1961-1962) e Inocêncio Galvão Telles ( 1962-1968). José Hermano Saraiva( 1968-1970) será o último Ministro da Educação escolhido por Salazar já após a queda no Estoril e acabou por ser mantido por Marcelo Caetano quando este sucedendo a Salazar escolheu o seu Governo em Setembro de 1968<sup>524</sup>. As grandes fases da política educativa do Estado Novo são quatro<sup>525</sup>: a) 1926-1936, em que arrancam as preocupações ainda pouco definidas da ideologia educativa do Estado Novo ; b) 1936-1947 marcada pela chamada de Carneiro Pacheco para a pasta da Educação e a sua dinâmica da “ educação nacional” , da imposição do livro único e da criação da Mocidade Portuguesa; c) a terceira fase ( 1947-1961) procura responder às novas realidades económicas e sociais e que se desenrolam em torno de três eixos: reforma do ensino liceal ( 1947) e do ensino técnico( 1948) e do Plano de Educação Popular virado para a erradicação do analfabetismo<sup>526</sup>; d) finalmente a quarta fase ( 1961-1974) corresponde à tentativa de resposta à expansão escolar , com o prolongamento da escolaridade obrigatória para seis anos em 1964 e a criação do ciclo preparatório em 1967.

---

<sup>523</sup> Vide António Nóvoa.” Política de Educação” António Barreto e Maria Filomena Mónica( orgs.) *Dicionário de História de Portugal*, Vol VII, Suplemento A/E, Lisboa, Figuerinhas, 1999, p. 591

<sup>524</sup> Vide Paulo Drumond Braga” Os Ministros da Educação Nacional ( 1936-1974). Sociologia de uma função”. *Revista Lusófona de Educação*, nº 16, 2010, p. 28

<sup>525</sup> Vide António Nóvoa.” Política de Educação”[...]p. 593-594

<sup>526</sup> A historiografia que analisa este período da política de Educação no Estado Novo parece concordar na ideia de que o investimento político e financeiro se fez sobretudo ao nível do ensino primário para as crianças em idade escolar. Apesar de tudo foi uma aposta gradual : " só em 1960 se almejou ter devidamente inseridas em estabelecimentos apropriados todas as crianças em idade escolar. Apesar de tais esforços a queda constante do analfabetismo não evitou que Portugal continuasse com a maior taxa europeia ainda em 1950. Daí que só no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial de forte estímulo à industrialização e ao crescimento se fomentará mais resolutamente a melhoria das qualificações da mão de obra. Esse esforço implicou uma Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos (1952-1956) ensino até então subalternizado em virtude de ser potencialmente mais problemático em termos de consciencialização e mobilidade social" vide José Luís Cardoso, " As chaves do período" António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, dir. *História Contemporânea de Portugal- 1808-2010 volume 4 , Olhando para Dentro, 1930-1960* , Lisboa, Fundación Mapfre, Objectiva, 2010, p. 31. Rómulo de Carvalho, por seu lado refere que os 3 anos de execução do Plano de Educação de Adultos lançado pelo Ministro Pires de Lima, que é substituído em 1955 por Leite Pinto " foram três anos bem aproveitados numa conjuntura programada de esforços com resultados positivos embora dado o nosso atraso ainda ficassemos permanecendo bastante aquém do objectivo desejado que era a extinção total do analfabetismo". Vide Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 5ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 791

Uma das linhas de continuidade da política educativa nestes anos reside nas práticas de doutrinação , quer quanto à obrigatoriedade de fixar certos pensamentos paradigmáticos da ideologia estadonovista em determinados trechos dos livros escolares, quer sobretudo a prática do “ livro único” . E se os programas escolares estão cheios de “ nacionalismo” , há espaço para novas áreas curriculares ( Educação Moral e Cívica, Organização Política e Administrativa da Nação ou Religião e Moral) e para actividades circum –escolares dinamizadas pela Mocidade Portuguesa.

Ora foi precisamente para o âmbito das actividades circum-escolares a cabo da Mocidade Portuguesa, que boa parte do enquadramento doutrinário dos jovens foi remetido. E é nesse contexto que devemos discutir a relevância das publicações periódicas infanto-juvenis e nelas da importância dada à estratégia narrativa das “ histórias em quadrinhos” . Embora essa temática se afaste das preocupações do presente trabalho, não deixa de fazer sentido interrogarmos se a escola pública portuguesa no Estado Novo compreendia nos seus planos de estudo a hipótese de livros de estudo ou manuais com bandas desenhadas .Não se traria de manuais com ilustrações porque essas são indiscutíveis e abundantes quer nos livros “únicos” da instrução primária quer nos restantes níveis de ensino, mas sim de verdadeiras “ histórias em quadrinhos” com propósitos explicitamente pedagógicos. Temos conhecimento de um ou outro caso, já nos anos 60<sup>527</sup>, mas não parece que a essa tenha sido uma solução generalizada.

Em qualquer caso, repita-se , as publicações periódicas infanto-juvenis, enquanto instrumentos de divulgação do seu “corpus” doutrinário não foram ignoradas pelo Estado Novo. Antes pelo contrário tiveram o seu importante lugar no contexto das actividades extra-curriculares da Mocidade Portuguesa. É o que passaremos agora a analisar.

### **5.1. As organizações de Juventude do Estado Novo e as suas publicações periódicas : “ os quadrinhos do regime”**

---

<sup>527</sup> Por exemplo Pedro de Carvalho , *Lições de História Pátria*, 3ª classe, Porto Editora, Empresa Literária Fluminense,1967, totalmente preenchido com bandas desenhadas curtas de duas pranchas/páginas cada e legendas didascálias, da autoria de Eugénio Silva, que aborda personalidades da História de Portugal e de acontecimentos especiais ( Terramoto de 1755, 1ª Dezembro de 1640, etc.) .

A essas publicações e aos seus conteúdos apelidou António Dias de Deus " os quadrinhos do regime"<sup>528</sup>. Na verdade parte importante do que lá se lê são bandas desenhadas e daí a referência aos " quadrinhos"<sup>529</sup>. Aliás essa consideração só por si merecerá comentário adequado. Mas é duvidoso, como veremos, que os conteúdos dessas publicações possam ser reconduzidos todos eles, sem excepções e sem uma análise mais fina, às ideias de propaganda do regime salazarista / caetanista ou de inculcação do ideário do Estado Novo. E em qualquer caso a expressão " quadrinhos do regime", que se aceita com as reservas assinaladas, em caso algum poderá arrastar consigo a ideia de "criadores ( ilustradores ou argumentistas) do regime". Como veremos muitos dos colaboradores portugueses dessas publicações dificilmente poderiam ser considerados " desenhadores do regime".

Em ensaio sobre o discurso icónico da " Seara Nova" António Ventura suscita a questão de saber se " a presença de um artista plástico numa publicação periódica traduz o seu empenhamento, a sua solidariedade para com os homens e os princípios que a animam "<sup>530</sup>. E responde dando nota do percurso de alguns ilustradores- um deles, Stuart Carvalhais também criador de bandas desenhadas- cuja mobilidade os conduziu a colaborarem em páginas com princípios políticos e ideológicos muito divergentes . A explicação pode passar pela " liberdade inerente à arte da caricatura, mais irreverente e isenta de responsabilidade"<sup>531</sup>. Seguramente que estas razões se podem aplicar aos criadores de Banda Desenhada da reduzida escola portuguesa que colaboraram nas publicações da MP e em quase todas as outras. Talvez mesmo que , pela especificidade da técnica narrativa e sobretudo pelos temas em que se especializaram, a referida liberdade dos caricaturistas lhes possa aproveitar.

Escusado será enfatizar a relevância desta análise para uma correcta percepção do fenómeno censório que se especializa no que diz respeito à literatura infanto-juvenil nos anos 50 e que tem como ponto nodal o policiamento das revistas infanto-juvenis. Também por isso nos aproximaremos fundamentalmente da produção editorial infanto-juvenil , até

<sup>528</sup> Vide António Dias de Deus, *Os comics em Portugal, uma história da banda desenhada [...]* p. 202 e ss..

<sup>529</sup> O autor não se detém apenas nas publicações da MP ou da MPF, refere também os suplementos infantis do jornal "Acção" de 1941 dirigido por Manuel Maria Múrias e de um outro título também "Acção" de 1936, ambos ideologicamente de "extrema direita", com colaboração de ilustradores e escritores que depois se tornarão conhecidos como José de Lemos, Guy Manuel, Alfredo de Moraes, Júlio Gil ou Adolfo Simões Muller.

<sup>530</sup> Vide António Ventura, *O Imaginário Seareiro, Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p.91

<sup>531</sup> Vide António Ventura, *O Imaginário Seareiro, Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)[...]*, p. 93



por confronto com a própria actuação da Comissão Especial para a Literatura Infanto-Juvenil( CELIJ) e da Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores ( CLEM) . Estas Comissões representam o momento mais significativo e solene daquilo que poderemos apelidar de especialização censória infanto-juvenil no Estado Novo. Existem três etapas neste processo. A primeira, em meados de 1950, com a publicação das Instruções para a Literatura Infantil . A segunda, ainda em 1950, com a criação da Comissão Especial para a Literatura Infanto-Juvenil (CELIJ), na esfera do Secretariado Nacional da Informação e da Presidência do Conselho, com a posse dos seus membros . E finalmente, em 1952, com a formalização legal da referida estrutura, embora com outra designação, a Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores( CLEM).

A Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores sobreviverá até ao 25 de Abril de 1974, sempre na esfera da Direcção dos Serviços de Censura e da Presidência do Conselho. Acabará, contudo, por transitar, já em pleno “marcelismo”, e com a extinção do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo para a tutela da Secretaria de Estado da Informação e do Turismo (o presidente da CLEM passou então a ser por inerência o Director Geral da Cultura Popular e Espectáculos) mantendo-se contudo na órbita da Presidência do Conselho. A CLEM registou períodos de maior actividade ( sobretudo anos 50) e outros de quase irrelevância ( anos 60 ) mas nunca deixou de estar presente no universo da literatura infanto-juvenil e em concreto das suas publicações periódicas.

No capítulo anterior vimos que a partir de meados dos anos 30 as publicações infanto-juvenis , progressivamente preenchidas por histórias em BD, constituem projectos editoriais e empresariais bem sucedidos o que significa uma significativa adesão do público, em concreto os jovens, aos seus conteúdos e respectivos formatos . Nesse aspecto Portugal não difere do que ocorreu no resto da Europa. A popularidade do meio de comunicação trouxe consigo algumas das preocupações que alimentaram as campanhas anti-comics no resto do mundo e que sinalizámos no capítulo 3. Contudo se é verdade que o Estado Novo procurará reagir a essas preocupações com a criação das estruturas da especialização censória infanto-juvenil, de acção essencialmente negativa, resta saber se existiu alguma estratégia positiva de combate à “desmoralização dos menores” e a afirmação da “ boa banda desenhada”. Nesse contexto a primeira questão é saber se o meio comunicativo , ou seja a estratégia de figuração narrativa específica da BD foi ou não acolhida pelo Estado Novo, neste caso pela Mocidade Portuguesa . Em segundo lugar

que conteúdos alimentaram essa estratégia comunicacional . E finalmente que orientações presidiram à acção da MP ao longo dos anos 50 e 60 nessa matéria.

Ou seja as questões que se colocam no presente capítulo são as seguintes : as orientações doutrinárias que determinaram a criação da MP e que à sua maneira decorrem dos pressupostos ideológicos do Estado Novo, têm tradução nas suas publicações infanto-juvenis ? Renderam-se essas publicações à popularidade entre os jovens da estratégia narrativa da BD ? Qual o relevo , o significado e que características apresentam nessas publicações as “ histórias em quadrinhos” como veículos dessas mensagens ? Como circulavam, num mercado não aberto e rigidamente vigiado, os criadores portugueses (argumentistas, mas especialmente desenhadores) neste contexto? São algumas das questões a que procuraremos dar resposta.

Parte dessa resposta passa naturalmente por analisar o conteúdo das referidas publicações, ainda que de forma avulsa , pontual e não sistemática , compatível com a natureza embrionária deste texto, e sobretudo pela identificação dos projectos, ideias e em geral pelas próprias condições de existência dos jornais e revistas em apreço, procurando reconstituir o seu dia a dia . Se para o primeiro tópico o acesso às fontes é fácil, para o segundo as dificuldades são de monta. Isto porque as fontes disponíveis, essencialmente os Arquivos da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo são amplamente lacunares na matéria. Se , por exemplo, existem fontes relativamente amplas da 2ª série do “Camarada” o mesmo não acontece com a sua 1ª série. Se existem fontes que permitem reconstituir alguma da vida do “Pisca-Pisca” pouco ou nada existe sobre a “Lusitas” e a sua sucedânea “Fagulha”.

Também por isso o objecto principal do presente texto valorizará a análise da história e conteúdos das publicações da MP, a saber “ Camarada” ( 1ª e 2ª séries) e “Pisca-Pisca”. As publicações da MPF, se bem que referidas pontualmente, necessitarão de uma análise mais profunda e sistemática que não foi possível concretizar.

Antes porém importa identificar o “corpus” doutrinal que deveria ser divulgado entre os jovens em vista da sua moralização.

## **5.2. A Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina : origens e propósitos**

A Mocidade Portuguesa nasce em 1936 , por impulso do Ministro da Instrução Pública Carneiro Pacheco, com o propósito, consagrado na lei que a institui, de " estimular o

desenvolvimento integral da capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar " de toda a juventude portuguesa , escolar ou não<sup>532</sup>. Tratava-se de uma organização paramilitar, que se inspirou em organizações de juventude estatais criadas pelos regimes autoritários da época, designadamente o fascismo italiano. Para esse perfil inicial , mais do que Salazar, terão contribuído as manifestas simpatias fascistas e hitlerianas quer de Carneiro Pacheco quer do primeiro Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Nobre Guedes<sup>533</sup>. Contudo a Mocidade Portuguesa ao longo dos seus quase 40 anos de vida, assumiu características diversas: uma primeira fase de expansão e de consolidação ( 1936-1945) em que o papel do Comissário Marcello Caetano teve um papel relevante como organizador e principal ideólogo, uma segunda de redefinição do seu papel no quadro do Estado ( 1945-1966) e uma terceira fase , com a reforma legal introduzida pelo Ministro da Educação Galvão Telles<sup>534</sup>, que retirou algumas das suas características paramilitares ( 1966-1971) e que poderá ser caracterizado pelo seu declínio <sup>535</sup>. Finalmente a reforma de 1971<sup>536</sup>, já no governo de Marcello Caetano, consagrando a adesão facultativa à organização e retirando-a praticamente de qualquer actividade nas escolas esvaziou por completo a sua razão de ser. Os rapazes da Mocidade Portuguesa eram enquadrados para efeitos de organização interna e progressão em 4 categorias correspondentes a outras tantas faixas etárias : lusitos ( 7 -10 anos), infantes( 11-14) , vanguardistas ( 15-17) e cadetes ( mais de 17) . Um dos aspectos essenciais da actividade da MP prende-se com a sua integração na Escola, como responsável por todas as actividades extracurriculares. Esse será ,aliás, ao longo dos tempos um dos factores de conflito entre a estrutura da MP e as estruturas das Escolas públicas e privadas, na definição dos seus programas e actividades.

---

<sup>532</sup> Vide art. 40º Decreto-lei 26.611 de 19 de Maio de 1936

<sup>533</sup> O relacionamento da Mocidade Portuguesa com organizações congéneres , como a Juventude Alemã hitleriana, suscitou sérias reservas entre algumas das figuras próximas de Salazar. É o caso do Cardeal Cerejeira que em 1938 manifestou a sua apreensão pela presença de membros da juventude nazi no grande acampamento da Mocidade Portuguesa de 28 de Maio desse ano. Vide Helena Matos, Salazar, vol. 2 *A propaganda, [...]* , p. 248 . Vide também Paulo de Oliveira Fontes, *Elites Católicas em Portugal : O papel da Acção Católica(1940-1961)*.Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, FCT, 2001, p.243

<sup>534</sup> Vide Decreto-Lei nº 47.311 de 12/11/1966

<sup>535</sup> Cfr. " Mocidade Portuguesa" Simon Kuin in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M, Brandão de Brito, vol .II , Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 608. Ver também do mesmo autor " Mocidade Portuguesa" in *Dicionário da História de Portugal*. dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Suplemento , vol. 8 , Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 499 e ss.

<sup>536</sup> Vide Decreto-lei nº 486/71 de 8/11, cuja autoria é do Ministro da Educação Veiga Simão

Já a Mocidade Portuguesa Feminina, totalmente independente da sua congénere masculina do ponto de vista institucional e organizatório, surgiu em 1937 por iniciativa da Obras das Mães para a Educação Nacional.(OMEN)<sup>537</sup> Contudo, do ponto de vista formal a MPF dizia-se " a secção feminina da organização nacional da Mocidade Portuguesa a cargo da Obra das Mães Pela Educação Nacional ..." <sup>538</sup> Esta última haveria de ser uma iniciativa do Ministro da Instrução Carneiro Pacheco destinada a " estimular a acção educativa da família" e " preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais". Entre as suas prioridades encontrava-se a " habilitação das mães para educação familiar" e " para o embelezamento da vida rural", o " desenvolvimento nos filhos do gosto pelos trabalhos domésticos e manuais " e pela cultura física", contribuir para a educação nacionalista da juventude portuguesa" e " organizar a secção Feminina da Mocidade Portuguesa". Assim a MPF ficaria dependente da OMEN, da qual só se autonomizaria em 1951. Ao contrário da sua congénere masculina, que foi liderada por vários Comissários Nacionais ao longo da sua existência, os destinos da MPF ficaram durante décadas entregues a Maria Guardiola<sup>539</sup>, que exerceria o cargo de Comissária Nacional praticamente desde o início até 1968. O seu mando foi todavia objecto de vicissitudes várias que em termos cronológicos se podem arrumar da seguinte forma, um pouco em registo similar ao da sua congénere masculina : a) 1938-1950, fase de implantação de vocação essencialmente totalitária, que teve como referências expressa quer a Falange Feminina espanhola quer a Juventude Hitleriana, nesta fase assistiu-se a uma progressiva integração das estruturas das escolas com os serviços da MPF; b) 1950-1960, a propaganda ideológica atenua-se dando lugar à formação e educação das raparigas

---

<sup>537</sup> " A OMEN inspirou-se principalmente na menos politizada das organizações fundadas pelo Fascismo Italiano, a Opera Nazionale per la protezione della maternità e dell'infanzia ( OMNI) fundada em 1926 e colocada sob dependência do Ministério do Interior" vide Anne Cova e António Costa Pinto, O Salazarismo e as Mulheres. Uma abordagem comparativa" in *Penélope*, 17, 1997, p. 81. Vide Manuela de Sousa Barbas, *Mocidade Portuguesa Feminina(1937-1945)*. Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, ISCTE, 1998( policopiado) p. 9 e Maria Inês Pires Soares da Costa Queiroz, *A Mocidade Portuguesa na "Era dos Fascismos". O enquadramento da Juventude no Estado Novo(1936-1945)*. Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,2008 ( policopiado)p. 20

<sup>538</sup> Vide art. 1º do Regulamento da Mocidade Portuguesa Feminina em anexo ao Decreto nº 28262 de 8 /12/1937

<sup>539</sup> Maria Baptista dos Santos Guardiola( 1895-1987). Tirou o curso do Magistério primário e depois licenciou-se em Ciências Matemáticas pela Universidade de Coimbra. Foi professora liceal em vários liceus femininos entre 1920 e 1941. Reitora do Liceu Maria Amália em 1946. Inspectora do ensino liceal e inspectora superiora. Foi uma das três primeiras deputadas, com Domitília de Carvalho e Cândida Parreira, na I Legislatura da Assembleia Nacional ( 1935-1936), reeleita em posteriores legislaturas. Exerceu o cargo de Comissária Nacional da MPF durante 41 anos.Vide Irene Flunser Pimentel " Guardiola, Maria Baptista dos Santos" in Fernando Rosas e J.M Brandão de Brito ( dir.). *Dicionário do Estado Novo*, vol I, [...] p. 409

procurando alargar-se a sua acção a todas as jovens portuguesas<sup>540</sup>; c) 1960-1971, com a reforma de Galvão Telles a acção da MPF nas escolas foi paulatinamente transferida para os Centros de Actividades Circum-Escolares , o que desvalorizou a acção da MPF no seu campo privilegiado ,justamente as Escolas; d) 1971-1974, finalmente o Ministro Veiga Simão, à semelhança do aconteceu com a MP, tornou voluntária a adesão à MPF no que representou em termos práticos o fim da relevância da estrutura<sup>541</sup>. Tal como os rapazes o critério etário definia uma pirâmide organizativa que compreendia as lusitas( 7-10), as infantas( 11-14), as vanguardistas( 15- 17) e as lusas( 17-25) .

Passemos agora a assinalar, ainda que de forma resumida, alguns dos pressupostos ideológicos e doutrinários que enquadravam as duas organizações, concentrando a análise na Mocidade Portuguesa masculina. Constituindo-se em estruturas de enquadramento dos jovens em contexto específico do Estado autoritário <sup>542</sup> é relevante perceber como operava esse enquadramento e quais eram as principais orientações doutrinárias.

Para a identificação dos respectivos pressupostos doutrinários importa desde logo ver se existe algo de específico na missão das Mocidades por referência aos valores do Estado Novo . Depois teremos de ter por referência as orientações definidas pelos órgãos das Mocidades ou sustentadas por algumas das personalidades que as marcaram. Nesse aspecto a MP realizou dois Congressos de âmbito nacional com conclusões publicadas e os seus principais dirigentes publicaram em livro as suas concepções sobre a instituição. Diferentemente a MPF vê-se circunscrita às intervenções de algumas das suas

---

<sup>540</sup> Importa considerar que a intervenção da MPF incidia essencialmente nas raparigas escolarizadas que em 1940, por exemplo, representavam 14. 600 mulheres ( versus 21.800 do sexo masculino) pelo que parece " operacional a hipótese segundo a qual a MPF visada sobretudo o controle das jovens da classe média urbanas, mais sensíveis a movimentos de dissidência da moral oficial" in Anne Cova e António Costa Pinto, *O Salazarismo e as Mulheres. Uma abordagem comparativa [...]* p. 83

<sup>541</sup> Cfr. " Mocidade Portuguesa Feminina" Irene Flunser Pimentel, in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, vol .II , Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 610 e da mesma Autora, " A mocidade Portuguesa Feminina nos primeiros dez Anos de vida (1937-47) in *Penélope*, 19-20, 1998, pp. 161-187, " Mocidade Portuguesa Feminina" " in *Dicionário da História de Portugal*. dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Suplemento , vol. 8 , Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 501 e ss. e Irene Flunser Pimentel , *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas & Debates, 2001.

<sup>542</sup> A discussão historiográfica acerca da natureza do regime é ampla e controvertida . Vide por todos Maria de Fátima Bonifácio" A Historiografia do Estado Novo", António Barreto e Maria Filomena Mónica( coordenadores). *Dicionário de História de Portugal* , cit. Vol. 8 , pp.187- 198 : " Fernando Rosas diz que o salazarismo foi um fascismo pelas características tendencialmente totalitárias que lhe atribui. Braga da Cruz e Costa Pinto negam a existência delas e concluem que não houve tal coisa. Lucena diz que os outros baralham objectos teórica e empiricamente distintos" p. 198. Vide Manuel Lucena , *A evolução do sistema corporativo Português, vol I-O Salazarismo vol.II - O Marcelismo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976; Fernando Rosas, " Estado Novo( 1926-1974) in José Matoso ( dir.). *História de Portugal*, 7º vol. cit. p 281 e ss.

responsáveis de topo, na ausência de Congressos ou outras iniciativas de debate e definição de ideias e estratégias.

Um opusculo de 1955 faz o roteiro histórico das origens da MP, criada na sequência da revolução nacional , como movimento de juventude , não se sobrepondo à acção educativa da Igreja, da Família e da escola " os três grandes agentes naturais da educação reconhecidos pelos Estado português "<sup>543</sup>

As reestruturações operadas nos anos 60 não alteram estes pressupostos doutrinários<sup>544</sup>.

O I Congresso da Mocidade Portuguesa realizado em Lisboa entre 21 e 28 de Maio de 1939 é relevante da definição dos seus objectivos. O Congresso foi presidido pelo Comissário Nacional Francisco Nobre Guedes e encerrou com um discurso de Carneiro Pacheco . Da lista dos mais de 200 congressistas surgem os nomes de Humberto Delgado, Marcello Caetano, Francisco Leite Pinto e José Manuel Costa, entre outros <sup>545</sup>. O Congresso organizou-se em 3 secções: educação física da juventude, educação moral da juventude e a juventude na vida nacional. Em todas elas houve debate e aprovação de conclusões . Na primeira , presidida por Francisco Leite Pinto a discussão girou em torno dos jogos, do campismo, das colónias de férias e da educação física; a segunda presidida por Marcello Caetano abordou os temas da obediência, da disciplina e da colaboração. A terceira envolvia vários subtemas : a preparação da juventude para a Defesa Nacional , para a actividade cívica e para o serviço social e era presidida pelo major Frederico Vilar. As conclusões da parte relativa à educação moral <sup>546</sup> identificam os aspectos fundamentais da sua doutrina e merecem ser destacados para o propósito das presentes linhas.

A esse propósito a educação moral a ministrar nas organizações de juventude, e aqui não se destriça a MP da MPF, deveria visar :

" a ) dar ao rapaz consciência dos seus deveres para com Deus , para com a sociedade , para com os outros e para consigo próprio ; b) procurar criar em cada filiado uma coordenação espontânea entre a acção na vida e os deveres morais cuja consciência se lhes forma; c) adestrar a vontade para vencer obstáculos que encontre no desempenho dos seus deveres morais e para perseverar nele através de tudo"

---

<sup>543</sup> Vide *Mocidade Portuguesa. Objectivos e Actividades*, s.l. 1955, p.9

<sup>544</sup> Vide Ministério da Educação Nacional . *Mocidade Portuguesa Reestruturação da Mocidade Portuguesa*,. Lisboa, Serviço de Publicações da Mocidade Portuguesa, 1966, p. 14

<sup>545</sup> Vide *I Congresso da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa*, realizado em Lisboa, de 21 a 28 de Maio de 1939, Discursos, Teses, Discussões e Conclusões , Lisboa, s.d.( 1939) , pp.13 a 19

<sup>546</sup> Vide *I Congresso*,[...] pp. 236 e ss.

Para tal a educação moral deve ser guiada considerando que o homem foi criado para alcançar certos fins uns naturais outros sobrenaturais e que as acções hão de ser julgadas de harmonia com a aptidão maior ou menor para conduzir a esses fins. O ensino deve ser activo de modo a doutrina ser apreendida pela vivência dos rapazes tendo em vista a transformação cristã do meio ambiente. A educação moral deve ser individualizada, mas o primeiro instrumento é o exemplo do dirigente. A obediência é a escola de disciplina e colaboração. Mas não deve ser imposta, assim como não deve impedir o desenvolvimento da personalidade. A obediência passiva pode suscitar o sentimento de revolta. Daí que o espírito de iniciativa deve ser estimulado para que o filiado e os pequenos grupos possam resolver os problemas em qualquer emergência<sup>547</sup>.

O II Congresso realizado em Abril de 1956 sob impulso de Baltazar Rebello de Sousa e Francisco Leite Pinto como Ministro da Educação sendo Ministro da Presidência Marcello Caetano<sup>548</sup> reafirma o essencial dos postulados do I Congresso, embora abrindo caminho a novas soluções .

Na verdade as orientações que resultam destes II Congresso , procuram dar resposta aos problemas que manifestamente afectaram a acção da MP nos anos anteriores. Vinte anos depois e num contexto nacional e internacional diverso, a MP equaciona as suas relações com a Escola , reconhecendo que Escola e MP têm esferas próprias , mas encontram-se na formação integral da juventude, devendo acautelar-se a " duplicação das tarefas" , a sua organização territorial , o problema da obrigatoriedade de inscrição " que deve ser substituído por um sistema misto de obrigatoriedade e voluntariado" mas devendo alargar a sua acção a todos os sectores da juventude portuguesa e não apenas a população escolar ( reconhecendo que os meios disponíveis não permitem que fosse satisfatório a organização extra-escolar), a reorganização dos centros universitários reconhecendo-se também que a intervenção a esse nível não é eficaz.

A base de recrutamento dos dirigentes deverão ser " os professores de todos os graus de ensino, os sacerdotes do clero católico e os oficiais das forças armadas"<sup>549</sup>. Do ponto de vista doutrinário o pensamento de Marcelo Caetano, que à data já não exercia funções da MP , continua a ser a referência, acentuando-se que o papel da Mocidade na formação moral dos filiados implica colaboração da Igreja, Família e Escola. Daí os apelos ao

---

<sup>547</sup> Vide *I Congresso*,[...] .pp. 237-239

<sup>548</sup> Vide *II Congresso Nacional da Mocidade Portuguesa*, Lisboa, 1956,

<sup>549</sup> Vide *II Congresso*, cit. p. 155

reforço da acção dos Assistentes religiosos e da Família " chamando-a sempre que possível a participar na vida dos centros"<sup>550</sup>.

Outra preocupação teve que ver com os métodos de instrução que não conduzem à formação integral " não sendo aconselhável um esquema de tipo para militar". A Mocidade só pode adoptar os métodos próprios de um movimento juvenil"<sup>551</sup>

Não admira pois que continue a sustentar-se como três vectores fundamentais da acção da MP a formação patriótica, a formação nacional e a formação político-social.

A formação patriótica por forma a incutir o amor à Pátria e o orgulho de ser português implica como meios adequados " o culto dos símbolos da Pátria e da MP, as comemorações das grandes datas nacionais, a exaltação das figuras dos grandes portugueses e dos locais onde se enraíza a tradição e a história"<sup>552</sup>. A formação nacional e a formação político-social devem incutir a missão de Portugal no mundo de hoje como Império e cabeça da Lusitanidade. Essa consciência decorre da História Pátria e do seu papel na História da Humanidade e do rumo de oito séculos de vida autónoma. A didáctica específica para alcançar aqueles desideratos deverá encontrar meios adequados sugerindo-se o recuso "ao cinema, rádio, exposições itinerante, missões de elucidação e apoio" e a elaboração de um plano editorial que sirva instrutores e filiados<sup>553</sup>.

O sentido imprimido por Marcelo Caetano ao seu mandato de Comissário Nacional entre 1940 e 1944 está reunido no livro "A Missão dos Dirigentes" <sup>554</sup>. Não exageramos se dissermos que a obra se transformará em guia da acção da MP e também da MPF , durante praticamente toda a sua existência. Não propriamente do ponto de vista institucional e organizatório, porque aí a organização alterará o seu modelo ao longo dos anos , como vimos, sendo sensíveis as alterações nas relações com as Escolas e sobretudo no vínculo com os jovens ( filiação obrigatória ou facultativa) .

Sinal dessa relevância prova-se nos escritos dos responsáveis políticos que tutelaram a MP nos anos subsequentes . Baltazar Rebello de Sousa , que foi o primeiro Director da revista "Camarada", publicou em 1958 um livro que reúne alguns discursos como Subsecretário de Estado da Educação Nacional a propósito da Mocidade Portuguesa. Neles se evidenciam várias referências ao livro de Marcello Caetano " Missão dos

---

<sup>550</sup> Vide idem, *ibidem*, p. 157

<sup>551</sup> Vide idem, *ibidem*, p. 160

<sup>552</sup> Vide idem , *ibidem*, p. 158

<sup>553</sup> Vide idem , *ibidem*, p. 160

<sup>554</sup> Vide Marcello Caetano, *A missão dos Dirigentes, Reflexões e Directivas sobre a Mocidade Portuguesa*, Serviço de Publicações da Mocidade Portuguesa, Lisboa, 1966 , 4ª edição



Dirigentes “ , começando logo na definição da organização : não é um partido político, nem clube desportivo, nem associação religiosa, nem organização militarista e está aberta a todos <sup>555</sup>

Recorde-se ainda que o II Congresso de 1956 refere que as linhas gerais da didática da MP encontram-se fixadas em a " Missão dos Dirigentes". E a verdade é que o livro continuará a ter sucessivas edições , a quarta ainda em 1966 .

Marcelo , no seu estilo professoral , em prosa simples e directa, identifica os aspectos fundamentais da MP. Em primeiro lugar apresenta uma definição da MP : " um movimento de formação integral da juventude que procura dar à gente moça vigor físico, saúde moral e consciência cívica inspirada no mais alto ideal patriótico e traduzida com sentido prático"<sup>556</sup>. O que significa formação integral da juventude ? Fazer homens na plena acepção da palavra, bons portugueses capazes de contribuir para o progresso moral e material da Pátria, bons cristãos que pelo amor de Deus elevem a Humanidades. Homens de carácter. A formação integral não é educação totalitária. A que se arroga o exclusivo da formação da juventude é totalitária. Mas a MP não esquece que para essa formação integral necessita da Família, da Escola e da Igreja. A Família é a primeira autoridade educativa. A escola trata da preparação intelectual ( a MP do carácter) . E a MP reconhece a missão docente da Igreja. Cria um ambiente cristão para o desenvolvimento das virtudes dos filiados , é complementar da Igreja , mas respeita as crenças de todos os seus filiados" o seu regulamento lhe impõe a aceitação de todos os que professem uma religião" <sup>557</sup>

Quais os ideais da Mocidade Portuguesa, para Marcello Caetano ?

Resumem-se a quatro palavras: Deus, Império, Autoridade e Justiça. Ou explicitado de outra forma : Cristandade, Lusitanidade e Ordem Social<sup>558</sup>

Já quanto à MPF a sua especificidade prendia-se com a concepção e função da mulher no ideário salazarista .

Consulte-se a título de exemplo a agenda da MPF de Outubro de 1960 a Setembro de 1961 : " a MPF é um ideal , o sentido do dever, o culto da verdade e amor ao trabalho, é um apoio na realização da rapariga portuguesa, virtuosa e culta e um estímulo para que a

---

<sup>555</sup> Vide Baltazar Rebelo de Sousa, *A Chama da Mocidade* , Lisboa, Serviço de Publicações da Mocidade Portuguesa, 1958, pp. 134 e ss

<sup>556</sup> Vide Baltazar Rebelo de Sousa, *A Chama da Mocidade*[...] , p. 38

<sup>557</sup> Vide Marcello Caetano, *A missão dos Dirigentes*, [...] p. 47

<sup>558</sup> Vide Marcello Caetano, *A missão dos Dirigentes*, [...] pp. 54-55

mulher seja no lar e em sociedade inteligente e sensata companheira do homem, a educadora e orientadora dos filhos"<sup>559</sup>

Já nos anos 60 os novos desafios quanto ao papel da mulher na sociedade portuguesa levam a novas interrogações quanto ao papel da MPF.

Em 1963 Maria Leonor Carvalhão Buescu fazia o balanço entre a mulher de ontem, " votada unicamente às tarefas do lar e da maternidade" e a mulher de hoje " que sem deixar se ser Esposa e Mãe é também profissional e cidadã"<sup>560</sup>

Buescu faz o elogio dos planos de actividades ( formação moral e religiosa , formação nacionalista, canto coral, educação física, economia doméstica, higiene, primeiros socorros, puericultura e trabalhos manuais femininos ) . No fundo um ideal português ( reconsciencialização do passado histórico) cristão e feminino. Mas os novos tempos trazem novos perigos. O cinema , a rádio as revistas de divulgação, discos, reportagens e entrevistas de personagens em relevo e vedetas internacionais são o veículo de difusão que vai ser adaptado por uma juventude impreparada.O adolescente consome esses produtos que lhe são fornecidos , por interesse comercial pelas empresas a que soma o ambiente dispersivo e centrífugo da família: os pais fecham os olhos.

A idade da esperança transformou-se na idade do desespero. O afrouxamento dos laços familiares provém do traço mais específico da juventude de hoje a independência precoce<sup>561</sup>

Qual a solução ? Haverá que reforçar os laços entre pais e filhos , educadores e educandos. Eis o novo papel da MPF em meados dos anos 60 e já no crepúsculo do salazarismo <sup>562</sup>

As orientações doutrinárias antes sumariadas e em geral os valores apregoados ou subjacentes ao salazarismo enquanto doutrina e regime têm sido objecto de várias abordagens. Uma , por exemplo , é a de Fernando Rosas que fala em sete categorias e outros tantos " mitos"<sup>563</sup>do salazarismo : Mito Palingenético , Mito da Essência Ontológica do regime, Mito da Novo Ruralidade, Mito da Pobreza Honrada, Mito da Ordem Corporativa, Mito imperial e Mito da Religião Católica. A afirmação desde

---

<sup>559</sup> Vide *Agenda* , Mocidade Portuguesa Feminina 1960-1961, Editado pela MPF para o serviços de todas as raparigas portuguesa do 4º ao 7º ano do liceu e cursos de formação das escolas técnicas. Lisboa, ENP.p. 11

<sup>560</sup> Vide Maria Leonor Carvalhão Buescu, *A Mocidade Portuguesa Feminina em face da juventude actual*, s.l. / s.d. ( 1963) p. 8

<sup>561</sup> Vide Maria Leonor Carvalhão Buescu, *A Mocidade Portuguesa Feminina*[...] p. 19

<sup>562</sup> Vide Maria Leonor Carvalhão Buescu, *A Mocidade Portuguesa Feminina*,[...] p. 21

<sup>563</sup> Vide Fernando Rosas, " O salazarismo e o homem novo: ensaios sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo" *Análise Social*, vol. XXV, 2001, pp. 1031-1054

projecto ideológico foi particularmente marcante nos anos 30 e 40 mas , no essencial, manteve a sua presença até ao fim do consulado salazarista e mesmo com Marcello Caetano. A cada um destes mitos se agregam descritores operativos sob forma de indicadores que permitem confirmar ou infirmar a presença das respectivas categorias nos textos e imagens seleccionados para um determinado período de tempo, objecto da análise, quando se pretendem avaliar os conteúdos das publicações infanto-juvenis ou outros suportes informativos <sup>564</sup>. Os mitos ideológicos fundadores do Estado Novo, assim enunciados no Ano X ( 1936) da Revolução Nacional, alimentam na lógica do Autor que citamos , uma " apetência totalizante"<sup>565</sup>. Isto porque as Mocidades constituíam-se como pilares, ao lado do Secretariado de Propaganda Nacional , das estruturas corporativas ou da Agência Nacional das Colónias, do sistema salazarista de inculcação ideológica e de propaganda. Por maioria de razão a missão de propaganda e inculcação haveria de traduzir-se nos conteúdos das referidas publicações infanto-juvenis. Importa não esquecer que a lógica das Mocidades na sua estrutura orgânica as fazia inserir na política de educação nacional de que Cordeiro Ramos como Ministro terá sido o pioneiro.

Como proposta de trabalho o catálogo proposto por Fernando Rosas é compatível, no essencial , com as especificidades das Mocidades e com os seus dogmas doutrinários, tal como Marcello Caetano o fixou e que antes resumimos.

Dá que partindo dessa hipótese se possa simplificar e reduzir a quatro palavras, tal como Marcello Caetano o enfatizou, o projecto das Mocidades : Deus, Império, Autoridade e Justiça. Ou seja , o mito cristão, o mito imperial , o mito nacionalista e o mito corporativo. O mito cristão radica na essência católica da identidade nacional, traduzindo uma vocação religiosa, cristã e católica da nação portuguesa<sup>566</sup> que assenta na Família e que nela se acrisola como primeiro "locus" do espírito e da prática cristãs <sup>567</sup>.

O mito do Império traduziria a vocação imperial da Nação que assim se apresentava como pluricontinental, plurirracal, una, indivisível e inalienável <sup>568</sup>

---

<sup>564</sup> Exemplo deste procedimento pode ver-se na tese de Helena Quintela, *A revista "Lusitas" e a ideologia do Estado Novo*, cit. pp. 260 e ss. que constitui , tanto quanto sabemos, o único trabalho sistemático que analisa uma das publicações da MPF , justamente a revista "Lusitas".

<sup>565</sup> Vide Fernando Rosas, *Salazar e o Poder*, [...] p. 328

<sup>566</sup> Vide Fernando Rosas, *Salazar e o Poder*, [...]pp. 325-326

<sup>567</sup> O mito cristão que o salazarismo e o Estado Novo acolhem é sobretudo inspiração do movimento social católico e democrata cristão a que Salazar esteve ligado. Vide Manuel Braga da Cruz , *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, [...] p. 385

<sup>568</sup> Vide Fernando Rosas, *Salazar e o Poder*, [...]p. 324

O mito nacionalista, identifica-se com a lusitanidade e traduz a afirmação do destino nacional como uma essencialidade histórica mítica<sup>569</sup> que responde ao apelo " tudo pela Nação, nada contra a Nação, ".

E finalmente o mito corporativo, que olha a Nação como algo orgânico e intemporal como ordem natural das coisas, fonte de legitimidade do Estado , vocação de ordem, de hierarquia e de autoridade moral <sup>570</sup>.

Esta última dimensão, a do respeito pela ordem e hierarquia é particularmente valorizada no quadro da organização das Mocidades , materializado no respeito e acatamento das ordens dadas pelos superiores.

E se estas são as referências das Mocidades, e aqui incluímos claramente ambas as organizações , valerá a pena salientar uma específica dimensão quanto ao estatuto da mulher propugnado pela Mocidade Portuguesa Feminina , o da " mulher / mãe" esteio da família e da ordem social<sup>571</sup> . Que este conceito tenha incorporado , já nos anos 60, outras dimensões da mulher como trabalhadora, como vimos antes, sinal de que o Estado Novo não ignorava as transformações da sociedade portuguesa , não anula contudo o estatuto inicial .

### **5.3. A imprensa periódica infanto-juvenil da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina**

A imprensa infanto-juvenil parece ter tido melhor sorte da parte da Mocidade Portuguesa Feminina do que da Mocidade Portuguesa. Desde logo pela coerência e continuidade das publicações. A MPF alimentou sem interrupções e basicamente sob a mesma orientação, sem grande alterações de colaboração, durante quase 30 anos uma revista para "lusitas" e "infantas" . Por seu lado a MP começou tarde e nunca encontrou verdadeiramente um projecto editorial com coerência que pudesse estabilizar e manter uma edição sem interrupções.

A MPF foi responsável por várias publicações. Desde logo o “Boletim da MPF” ( 1939-1947), destinado às dirigentes e com um conteúdo marcadamente ideológico. Saliente-se que o Boletim integrava um secção intitulada “página das Lusitas” destinada a esse grupo

---

<sup>569</sup> Vide Fernando Rosas, *Salazar e o Poder*, [...], p. 322

<sup>570</sup> Vide Fernando Rosas, *Salazar e o Poder*, [...]pp. 325-326

<sup>571</sup> Vide Fernando Rosas, *História de Portugal* , vol VII,( José Matoso, dir.), [...]p. 282

etário e que autonomizaria mais tarde. Mais tarde esse órgão dividiu-se em dois : “Boletim para Dirigentes” ( até 1952) e “Menina e Moça” ( 1947-1974). Este último traduziu-se numa revista mensal de grande divulgação e de conteúdos muito diversos, predominando " a defesa dos valores maternos e domésticos"<sup>572</sup> . Nessa linha vieram a ser criados mais tarde "Mãos Dadas" (1961-1974) e "Lares e Trabalhos Manuais"( 1968-1974). Contudo a publicação periódica destinada especificamente ao público infanto-juvenil foi a revista “Lusitas” ( 1943-1957) , que mudou de nome para “Fagulha” ( 1958-1974). A associação de um grupo etário da estrutura da MPF à designação da revista na sua fase inicial levará a supor que os destinatários seriam as raparigas entre os 7 e 10 anos. Contudo o conteúdo da publicação desde logo evidenciou um público mais amplo que se estenderia até a adolescência ( 7- 14 anos) . Lugar ainda para referir o jornal "Ad lucem", editado pelo centro universitário de Lisboa e várias publicações internas essencialmente viradas para as filiadas com conteúdos formativos <sup>573</sup>.

O número inaugural do Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina datado de 13 de Maio de 1939 ostentava na capa uma fotografia de uma estátua da Rainha D. Leonor, que se afirmava padroeira da Mocidade Portuguesa Feminina. Tratava-se de uma revista mensal com 16 páginas inteiramente a duas cores. A publicação não indica director mas sabemos que essa escolha terá recaído em Maria João de Mendes Leal , que a partir do número 23 passará a constar como Editora. A partir do nº2 a revista passou a consagrar uma página às "lusitas" da responsabilidade de Maria Paula de Azevedo: " Página das Lusitas" constituída basicamente por contos e algumas ilustrações de Guida Ottolini .

No nº 45 de Janeiro de 1943 anuncia-se às “lusitas” que brevemente "tereis um jornal só para vós"

Esse jornal chamar-se-á justamente “ Lusitas” e mudará de nome para “Fagulha” em 1957, sem qualquer alteração significativa de forma ou conteúdos. Será apenas interrompido a 25 de Abril de 1974 <sup>574</sup>.

Alguns dos mais relevantes colaboradores destas publicações serão o Padre Moreira das Neves, que mais tarde integrará a Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores

---

<sup>572</sup> Cfr. Irene Flunser Pimentel, "Mocidade Portuguesa Feminina " Dicionário , [...]p. 610

<sup>573</sup> Cfr. Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas*, [...] p. 338

<sup>574</sup> O seu último número com data justamente de 25 de Abril de 1974 não chegou a ser distribuído e constitui hoje uma raridade entre os coleccionadores.

e o Padre Gustavo de Almeida, o único homem a trabalhar na MPF e que assinou muitos editoriais quer do Boletim , quer do “Menina e Moça” até falecer em 1965<sup>575</sup>

A " Lusitas" foi dirigida por Maria Teresa Andrade Santos e a "Fagulha" pela sua irmã Maria Alice Andrade Santos. Mas na realidade a verdadeira directora de ambas as publicações foi sempre Maria Alice, ou seja, quem na prática determinava o seu conteúdo era esta última, dado que a primeira se mostrava ocupada quer na direcção do Instituto de Educação Infantil quer no Colégio O Beiral<sup>576</sup>

Um dos grandes contributos das revistas da MPF foi afirmação, por contraditória que possa parecer, de uma " banda desenhada feminina" que se pode considerar o esteio de uma escola de " linha clara portuguesa"<sup>577</sup> . Os casos mais influentes terão sido os de Guida Ottolini , de Maria Antónia Cabral (sob pseudónimo de Bixa)<sup>578</sup> , de Maria Alice e Maria Teresa ( Mitza) Andrade Santos <sup>579</sup>, Maria Isabel Mendonça Soares<sup>580</sup> ou de Maria João Lopes<sup>581</sup>

No essencial as duas revistas cuidaram de projectar nas suas jovens leitoras os valores que acima identificámos como constituindo paradigma da função da mulher na sociedade salazarista. A guardiã de família, carinhosa, moralizadora e responsável pela educação dos filhos vê-se projectada no quadro dos conteúdos das publicações<sup>582</sup>.

---

<sup>575</sup> Sobre o papel do padre Gustavo de Almeida no contexto da Mocidade Portuguesa Feminina ver Irene Flunser Pimentel, *História das organizações femininas*, [...]pp. 241-242

<sup>576</sup> Cfr. Helena Quintela, *A revista Lusitas e a ideologia do Estado Novo*, dissertação de Mestrado em Teoria da Arte, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, Lisboa, 2004, policopiado, 2º volume, p. 408,

<sup>577</sup> Assim ver João Paulo Paiva Boléo e Carlos Bandeira Pinheiro, *Das Conferencias* [...]pp. 150-151

<sup>578</sup> Ver entrevista em Helena Quintela, *A revista Lusitas e a ideologia do Estado Novo* [...]3º vol. pp. 235 e ss.

<sup>579</sup> Vide entrevista de ambas em Helena Quintela, *A revista Lusitas e a ideologia do Estado Novo* 3º vol.[...] pp. 116 e ss

<sup>580</sup> Autora de " histórias mais fantasiosas ou de aventuras com um grande fascínio e respeito por outras culturas, nomeadamente a muçulmana e sempre com um maravilhoso próximo de um mundo que se queira solidário com os pobres e o sofrimento, educando para o altruísmo, a partilha, a disciplina e generosidade mas sem deixar de ser de alguma modo um mundo familiar feliz ,como que dentro de uma redoma que o 25 de Abril quebraria" vide João Paiva Boléo e Carlos Bandeira Pinheiro, *Conferencias*,[...]p. 151 . Vide entrevista de Maria Isabel Mendonça Soares in Helena Quintela, *A revista Lusitas e a ideologia do Estado Novo* 3º vol. [...]pp. 146 e ss

<sup>581</sup> Assinalam João Paiva Boléo e Carlos Bandeira Pinheiro o seguinte : " As grandes animadoras do projecto ( Lusitas e Fagulha) que duraria 30 anos foram Maria Alice e Maria Tereza ( Mitza) Andrade Santos que além de diversos argumentos nos deixaram algumas páginas cheias de beleza, inocência e maravilhoso dentro de um determinado espírito em que a formação cristã se sobrepunha à politização, o que não excluía uma identificação com a situação" , páginas essas, escrevem os autores , " muito próximas das vivências quotidianas das próprias leitoras ( ou leitores) ", vide *Conferencias*, [...]p. 150-151

<sup>582</sup> As colaboradoras das revistas tinham bem consciência para quem escreviam e qual o sentido . Como refere uma das colaboradoras Isabel Cottineli Telmo: " o modelo de mulher era a menina em casa com os filhos preparada para o marido" vide Helena Quintela, op.cit. 2º volume , p. 434 ; como vimos antes

### 5.3.1." Camarada" 1ª série ( 1947-1951)

A Mocidade Portuguesa publicou o “Jornal da MP” cujo primeiro número saiu em 1937. A primeira fase desde jornal ( até 1940) desconhece praticamente as histórias em quadrinhos e dá pouco destaque à ilustração . Depois, com a nomeação de Marcelo Caetano para Comissário Nacional, o “Jornal da MP” passa a incluir um suplemento infantil "Lusito" que publica várias histórias em quadrinhos , acolhendo a colaboração de Júlio Gil<sup>583</sup>. Arquitecto de formação, mas promissor desenhador e argumentista, assumirá depois na MP funções de responsabilidade nas quadros da Organização, mas nunca deixou de estar ligado às publicações infanto-juvenis . A Júlio Gil juntam-se os desenhadores Nuno Sampayo<sup>584</sup>, Bastos Coelho<sup>585</sup> e Marcello Morais<sup>586</sup>. Durante cerca de 10 anos a MP não resolveu o problema das suas publicações infanto-juvenis, enquanto que a MPF navegava já em velocidade de cruzeiro na matéria.

Esta indefinição talvez possa ser explicada pela proliferação de jornais nas organizações escolares da MP. Na verdade a organização dinamizou a criação de verdadeiros jornais escolares nos centros da MP. Os modelos foram vários desde os jornais de parede, edições manuscritas e estencilados até revistas impressas de grande qualidade e assinalável frescura gráfica<sup>587</sup>.

---

a tese de Helena Quintela, *A revista "Lusitas" e a ideologia do Estado Novo*, [...]pp. 260 e ss. constitui , tanto quanto sabemos, o único trabalho sistemático que analisa uma das publicações da MPF , justamente a revista "Lusitas". A conclusão resultante de uma análise de 25 números da revista ( nºs 25 a 50, ano de 1947) confirma a presença dos Mitos/ categorias propostos por Fernando Rosas na identificação dos valores matriciais do Estado Novo constituindo-se assim como exemplo de veículo da ideologia do Estado Novo.

<sup>583</sup> Júlio Gil ( 1924- 2004 ) arquitecto formado na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa esteve profundamente ligado à Organização Nacional da Mocidade Portuguesa e às suas publicações infanto-juvenis, vide " Júlio Gil " Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *Dicionário dos Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal* , Lisboa, Edições Época de Ouro, 1999, p. 64

<sup>584</sup> Nuno SamPayo ( 1926-2014 ) nasceu no Brasil , formou-se em Arquitectura na Escola de Belas Artes do Porto tendo sido discípulo de Cristino da Silva, pintor , realizou cenários e figurinos para cinema e teatro e fez histórias em quadrinhos para Os Sports, Diário de Notícias, Camarada, Luistas e Diabrete, Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *Dicionário dos Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...] p. 118

<sup>585</sup> Bastos Coelho , arquitecto e autor de histórias em quadrinhos para o "Jornal da MP " e na 1ª série do "Camarada" vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *Dicionário dos Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...] p. 22

<sup>586</sup> Marcelo de Moraes ( 1928 -) formou-se em Arquitectura nas Belas Artes de Lisboa, as suas primeiras histórias em quadrinhos surgiram no “Camarada” e “Diabrete”, e trabalhou depois para o cinema e televisão , vide " Moraes, Marcello de" Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *Dicionário dos Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal* [...] p. 90

<sup>587</sup> Entre as centenas de jornais escolares que se foram publicando sob a égide da MP no âmbito dos centros escolares que funcionavam nas escolas e liceus do país, alguns como por exemplo "O Corvo" (

Finalmente a 1 de Dezembro de 1947 os serviços centrais encarregaram Baltazar Rebelo de Sousa <sup>588</sup>de preparar uma revista infanto-juvenil a que deram o nome de " Camarada" . Rebelo de Sousa, cuja paixão política de juventude foi , sem dúvida, a MP, havia já estado envolvido no " Jornal da MP" e assumiria na organização , por esta época , funções de Director dos Serviços Culturais <sup>589</sup>. O projecto foi concebido com a participação de António Manuel Couto Viana na chefia da Redacção e Júlio Gil como director artístico. E pese embora a dificuldade em se afirmar comercialmente- tendo de competir com os "comics" ingleses, espanhóis e belgas do "Mosquito" , do "Diabrete" e do "Mundo de Aventuras"- a verdade é que nele se estrearam artistas de carreira promissora . Do "Jornal da MP" transitaram Marcelo de Moraes, Nuno Sampayo e Bastos Coelho e novos nomes surgiram : Carlos Alberto<sup>590</sup>, António Alfredo, Ribeiro Modesto, José Leal, J. Matoso e António Vaz Pereira<sup>591</sup>. E juntaram-se a esses dois ilustradores já então conhecidos por trabalhos no "Mosquito", no "Diabrete" ou no "Pluto", se bem que muito jovens ainda : Vítor Péon e José Garcez. No caso de Péon acabaram por ser publicadas duas aventuras de registo aventureiro situadas no Oeste americano " Sangue Aventureiro" e " Audaz Cow-Boy solitário", que traduzem a transição da sua arte para voos mais altos

---

Centro Escolar nº1 do Liceu Nacional de Évora) , "Asas" ( do centro Escolar do Liceu de Viana de Castelo) ou "Rataplan" ( do Centro Escolar do Liceu de Bragança) oferecem qualidade gráfica acima da média. Os conteúdos reportam-se a orientações e relatos da vida dos Centros Escolares e dos Liceus, com referências a celebrações nacionais em que a MP está envolvida e terá presença ( comemorações do Infante D. Henrique p.ex.), ou eventos relevante da vida nacional ou da escola. Textos didácticos sobre matérias dos curriculuns escolares e curiosidades várias sempre com tom pedagógico , colaborações dos alunos ( ficção, poesia, comentários ) , anedotas , completam os conteúdos. A ilustrações são raras. E raros têm conteúdo infanto-juvenis expresso com excepção de um ou outro que oferece suplementos infantis com raríssimas bandas desenhadas. Ver PT/ANTT/ *Mocidade Portuguesa*, Correspondência relativa aos Jornais da MP. Cx. 1858-mç.1, cx. 1916-mç.1, cx. 1907-mç.1, cx. 1852-mç. 1, cx. 1842-mç. 1, cx. 1737-mç. 1

<sup>588</sup> Baltazar Rebelo de Sousa percorreu todos os escalões da Mocidade Portuguesa acabando por conhecer Marcello Caetano nesse contexto de quem se tornou colaborador directo . Na MP " desempenhará com entusiasmo todos os lugares. Doutrinará como poucos , para além de Marcelo Caetano". vide Marcelo Rebelo de Sousa. *Baltazar Rebelo de Sousa, Fotobiografia*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1999, p. 25

<sup>589</sup> Vide Marta Carvalho Santos, " Sousa, Baltasar Leite Rebelo de " Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, dir. *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974, vol.II*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais e Assembleia da República,2005, p. 644

<sup>590</sup> Carlos Alberto( 1933- ) . Trabalhou para o " Camarada" e o " Mundo de Aventuras". Na Agência Portuguesa de Revistas executou inúmeras capas, ilustrações e cromos para as várias publicações da empresa. Colaborou depois na Portugal Press como director artístico e como autor dos quadros da " História de Portugal " publicados mais tarde em álbum . vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, " Carlos Alberto Santos", *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*[...]p. 34

<sup>591</sup> António Vaz Pereira (1929-) formado em Direito, " com um traçado etéreo e sinuoso formas alongadas e flutuantes proporcionou belas histórias aos quadradinhos nas duas séries de o Camarada. Seguiu a carreira diplomática exercendo funções de embaixador em Copenhaga, Maputo, NATO e Londres. Vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, " Vaz Pereira, António " *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*, [...] p. 132



que se revelarão anos mais tarde no " Mosquito" naquela que muitos consideram a sua obra -prima " A Casa da Azenha". Já quanto a José Garcez, que se tornaria um dos nomes mais relevantes da BD portuguesa publicou 3 histórias consideradas das melhores da sua carreira a saber " Rumo a Oriente", " A Princesa e o Mágico" e o " Terrível Espadachim " todas de sabor histórico.

Mas o autor de referência da 1ª série do Camarada seria o já identificado Júlio Gil cujo traço ágil e nervoso, enche páginas e páginas de aventuras quer em registo humorístico quer histórico : "O Ídolo", " Bres Ilha Afortunada", " Cid o Campeador", " O samovar de Prata" " O celebre encontro de Texas Jack e Buffalo Bill" ou as aventuras de Chico, entre outras.

Contudo outros autores, todos muito jovens, deram-se a conhecer no "Camarada" , aí exibindo os seus dotes gráficos e narrativos : Nuno Sam-Payo( " Hassan o Audaz" e o " Mistério de Castel Diabolo"), Bastos Coelho (" O estranho caso de Bula Ditadi e " Um plano tenebroso"), Ribeiro Modesto, (" O templo dos mil deuses" e " Taça de Honra"), J.Leal ( O Gato Azul e Zephir) , José Mattoso ( Trata-se de um caso estranho" Os demónios da Garuda"), António Alfredo ( Aventuras de Chincas e Camancéu " Descobri a Atlântida"), Monteiro Neves ( Assalto ao Banco) , entre outros.

A revista revelou sempre grande qualidade gráfica . Todas as suas páginas eram impressas a cores , para o que terá contribuído o facto de a partir do seu número 59 ( 1949) o trabalho tipográfico e de impressão ter passado para as oficinas das “Edições O Mosquito”, cujo parque gráfico era o que de mais sofisticado existia à época entre nós . Na verdade, aquando da cisão entre António Cardoso Lopes e Raul Correia, os dois fundadores de "O Mosquito"- aquele que pode considerar-se o mais famoso jornal infanto-juvenil português de todos os tempos - , o parque gráfico onde a célebre revista era concebida acabou alugado à Mocidade Portuguesa<sup>592</sup>

A colaboração literária da 1ª série do “ Camarada” foi assegurada , entre outros, por Mascarenhas Barreto, Armando Sereno Simões, Fernando Paços, José Henrique Pinto dos Santos, António João Pinto, Elmano Alves, Hermínio da Conceição, Noel de Arriaga,

---

<sup>592</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 700 . Proc. nº 665. Vide Leonardo de Sá, *Tiotónio: Uma Vida aos Quadrinhos*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2008 . Importa dar nota de que “ O Camarada” entre 1947 e 1949 foi distribuído pela Agência Portuguesa de Revistas,nas vésperas desta empresa se ter lançado nas edições infanto- juvenis com a edição do primeiro número de “ O Mundo de Aventuras” .

Vasco Hogan Teves, José António Ribeiro e António Manuel Couto Viana. Este último , a partir do nº 70 tornar-se-ia também director da revista.

A publicação revelava grande equilíbrio entre textos e ilustração e uma presença assinalável de histórias em quadradinhos que foi aumentando gradualmente até ao seu último número. Para isso rodeou -se de um grupo de jovens colaboradores que sem dúvida marcaram o início de uma produção própria de BD portuguesa , aberta ao modernismo e à inovação, justamente no momento em que no centro da Europa nascia uma outra escola, que se tornou célebre , a da BD franco-belga ou a " escola de Hergé". E isso num momento em que a concorrência, " Mundo de Aventuras", " Mosquito" ou " Diabrete" praticamente só publicavam material estrangeiro de proveniência essencialmente norte-americana, inglesa e espanhola.

Na verdade, a 1ª série do Camarada só publicou originais portugueses no que terá constituído um caso único no panorama das publicações infanto-juvenis da segunda metade do século XX.

Um dos aspectos que facilmente individualizam o “Camarada” na sua primeira encarnação, pela acentuação dos temas históricos, é justamente assumir o culto dos símbolos da pátria e a “ exaltação dos grandes portugueses” da mensagem salazarista. Mas fá-lo-á de forma discreta . Os temas da lusitanidade- com grande componente da gesta heróica da história pátria- , do cristianismo ou da família estão efectivamente presentes nos números da revista. Mais na colaboração literária do que nas histórias em quadradinhos, deve notar-se. Uma simples comparação entre o “Camarada” e a concorrência privada da época " Mosquito", Mundo de Aventuras" e Diabrete" permite facilmente identificar a matriz ideológica da revista da MP . As outras três publicações sobretudo o " Mundo de Aventuras", que começava a viver a sua fase áurea, estão quase por completo arredias de quaisquer referências à mensagem cristã ou aos temas nacionalistas. Uma ou outra colaboração de natureza histórica, aliás da autoria de Garcez, Péon ou Coelho que também desenhavam para a Mocidade Portuguesa e é tudo. Mas a verdade é que no caso do “ Camarada” esses valores/ mitos doutrinários acabam por ficar diluídos num produto jornalístico híbrido composto de aventuras, humor, história e passatempos.

António Manuel Couto Viana, que assumiria as funções de Director do “ Camarada” a meio do percurso da revista substituindo Baltazar Rebelo de Sousa, como dissemos ,

publica em 1950 no “Boletim da Mocidade Portuguesa”<sup>593</sup> uma reflexão sobre as publicações periódicas infantis. O artigo é uma espécie de “requiem” antecipado da revista, que terminaria pouco depois. Contudo merece referência pela sua importância histórica. Analisa o panorama editorial português, justifica a importância da publicação do “Camarada” e apresenta uma análise dos conteúdos da publicação marcada pela auto-crítica de alguma forma justificativa do desenlace que se aproximava. Assinale-se que o momento em que esta reflexão é divulgada coincide com a tomada de consciência do Estado Novo para a problemática do controlo das publicações infanto-juvenis. Nesse mesmo ano de 1950, no seu 2º semestre serão divulgadas as “Instruções sobre Literatura Infantil” e constituída a CELIJ.

Couto Viana começa por traçar um retrato catastrófico das publicações disponíveis em Portugal :

“Queira qualquer dar-se ao trabalho de entrar numa livraria e folhear uma revista ilustrada de nacionalidade americana ou europeia para crianças ou adolescentes. Em todas encontrará o mesmo gosto pelo banditismo organizado, no domínio do fantástico ou do real; a mesma apologia da força sem cérebro, na criação de certos heróis de músculos desmedidamente desenvolvidos, verdadeiros monstros, cuja razão vive nos pulsos fortes; o convite à rebeldia, à fuga à tutela paterna, à vida sem lei. Revistas profusas e ricamente ilustradas, todas as gravuras são elucidativas de tal gosto, na preocupação de documentar com nitidez o assassinio, o roubo, a luta, a tortura inverosímil, quando não se inclinam a excitar os sentidos (e fazem-no com uma alarmante frequência) no pormenor sinuoso das revistas femininas, quase sempre semi-nuas em atitudes equívocas e lânguidas”. E continua : “A que propósitos atribuir esta tendência para um materialismo grosseiro na maioria das revistas destinadas a jovens? Apenas a fins de ordem comercial, este aliciamento de baixos instintos este tirar partido, sempre vantajoso de uma idade ingrata em que as paixões e as tendências mais dispares se entrecrocaram na criação de uma mentalidade? Porque não atribuir também a fins políticos tal orientação se nos lembrarmos que as revistas infantis mantidas pelo Partido Comunista francês

---

<sup>593</sup> Vide António Manuel Couto Viana, “da Literatura Infantil, Publicações periódicas – “Camarada”” in *Boletim da Mocidade Portuguesa*, nº 2, Fevereiro de 1950, pp. 39-42 e nºs 3 e 4, Março-Abril de 1950, pp.38 -40

seguem idêntico processo , em quase nada diferindo quer no aspecto gráfico, quer na produção literária , das revistas infantis de todo o mundo ? “<sup>594</sup>

E apela para se “ meditar seriamente” e “ tomar rápidas medidas para neutralizar este mal que vai aumentando assustadoramente , a delinquência infantil , gerando revoltados sociais, povoando tutorias de infância e as cadeias” .

Quanto às revistas nacionais “ sofrem da natural influência das estrangeiras já porque todas visam fins primordialmente comerciais, já porque são na sua maioria constituídas por histórias de aventuras ilustradas adquiridas em agencias internacionais”. Mas a situação agravou-se porque “ inundam o nosso mercado publicações em língua portuguesa oriundas do Brasil cópias fiéis das revistas ilustradas americanas( e convém notar que o público dessas revistas nos EUA não é apenas composto por jovens) duma sensualidade intencional, nocivas em todos os aspectos ( até o artístico) cuja facilidade de preços e a atracção garrida das suas páginas convidam à aquisição e à leitura”<sup>595</sup>.

Para fazer frente a esta “ onda demolidora” o Comissariado Nacional da MP decidiu editar e manter um jornal infantil chamado “ Camarada”. Um dos propósitos da publicação era abrir à colaboração literária e artística de toda a juventude portuguesa . Escreve Couto Viana : “ seria fácil e aparentemente mais proveitoso ao Comissariado Nacional reunir um conjunto de escritores e artistas profissionais (...) capazes de lançar ao público uma revista infantil perfeita, ou quase perfeita , que cumprisse o programa educativo da Mocidade Portuguesa”. Mas a ideia terá sido outra : “ interessar os próprios leitores à realização do seu jornal ; leva-os a tomar parte activa nessa realização , como autores de histórias ou de ilustrações , preparando assim um escol de artistas e escritores conscientes das responsabilidades que lhes cabem de orientadores da juventude” . Para esse desiderato a direcção da revista assumiria um trabalho educativo “ nada se escreverá que não obedeça uma ideia, tenha um fim a atingir . Conto, poesia ou novela de aventuras terão a sua moralidade serão a lição a seguir apontarão caminhos, afastarão obstáculos , ensinarão a amar os mais nobres ideais . Mas tudo tão agradavelmente doseado tão habilmente atraente que o pequeno leitor não vá supor que lhe estão a impingir uma

---

<sup>594</sup> Vide António Manuel Couto Viana, “ da Literatura Infantil, Publicações periódicas – “ Camarada”” in *Boletim da Mocidade Portuguesa*, nº 2, Fevereiro de 1950, p.39

<sup>595</sup> Vide António Manuel Couto Viana, “ da Literatura Infantil, Publicações periódicas – “ Camarada”” in *Boletim da Mocidade Portuguesa*, nº 2, Fevereiro de 1950, p.40

fastidiosa lição de moral e volte a página apressado . Eis em brevíssimas palavras todo um vasto e árduo programa”<sup>596</sup>.

Perante este programa qual o grau de desenvolvimento do mesmo, interroga-se Couto Viana . E responde: “ Concordo que a rápida leitura de qualquer número (...) possa desiludir um pouco o pedagogo exigente, pela ingenuidade e incipiência com que são tratados alguns temas, pelo facto de se não repudiarem totalmente certas inclinações para as novelas de aventuras menos pacifistas; pelo aparente excesso até de armas de fogo e cenas de pugilato, pela preferência de contos fantásticos de ambiente de sonho com personagens irreais . No entanto e depois de uma leitura mais atenta o mesmo pedagogo verificará que todas as narrativas procuravam melhor ou pior ministrar uma lição , fazer a apologia da justiça e nunca do crime criar um amor saudável pela aventura condenar o mal revelar o Bem; tudo numa preocupação nitidamente nacionalista” . E quanto aos citados ambientes que podiam desiludir o “pedagogo exigente” Couto Viana reconhece que não é possível repudiar tais processos , de tal forma os jovens estão influenciados pelas más leituras da restante literatura e que “ não é sequer aconselhável que o repúdio total de determinados processos e ambientes caros aos pequenos leitores se faça rapidamente , pois teríamos como natural resultado o afastamento também brusco desses leitores : E sem eles como conseguir os objectivos da Mocidade Portuguesa? Por isso a conveniência de aparentemente transigir a favor do gosto da maioria”<sup>597</sup>.

Apesar de todos estes considerandos a verdade é que nem mesmo contemporizando a “favor da maioria” o Camarada crescia em leitores . Pelo contrário.

A constatação de Couto Viana é clara : “ apesar das inúmeras possibilidades de agrado que possui o “Camarada” tem uma venda limitadíssima, que o torna bastante dispendioso e lhe reduz o campo de acção “<sup>598</sup>.

Faria assim um último e aparentemente desesperado apelo , para que se reforce a propaganda de forma “persistente e cuidada”, porque o “Camarada” “ não pode estar sujeito a um fracasso”<sup>599</sup>.

---

<sup>596</sup> Vide António Manuel Couto Viana, “ da Literatura Infantil, Publicações periódicas – “ Camarada”” in *Boletim da Mocidade Portuguesa*, nº 2, Fevereiro de 1950,p.41

<sup>597</sup> Vide António Manuel Couto Viana, “ da Literatura Infantil, Publicações periódicas – “ Camarada”” in *Boletim da Mocidade Portuguesa*, nº 2, Fevereiro de 1950, p. 42

<sup>598</sup> Vide António Manuel Couto Viana, “ da Literatura Infantil,[...] *Boletim da Mocidade Portuguesa*, nºs 3e 4, Março-Abril 1950, p.39

<sup>599</sup> Vide António Manuel Couto Viana, “ da Literatura Infantil,[...] *Boletim da Mocidade Portuguesa*, nºs 3e 4, Março-Abril 1950,p. 40

Tal não evitou o encerramento da revista que terminou ao fim de 133 números em 1951, já em pleno exercício da CELIJ .

### **5.3.2. A consciência da importância da BD , a I Exposição de Ilustradores Portugueses ( 1952) e o projecto abortado do “ Lidador”**

O fim da primeira série de o “ Camarada” terá suscitado um rasto de incompreensão entre a equipa que o executava, designadamente nos que, como era o caso de Júlio Gil, mantinha um contacto próximo com os desenhadores e criadores da revista. Júlio Gil era também desenhador e além do mais o responsável gráfico da publicação como vimos. A revista terminou inopinadamente , “ por determinação superior” lê-se numa minuta de projecto que levará à criação da 2ª serie do “Camarada” em 1957<sup>600</sup>. Mas a semente terá ficado. A verdade é que os conteúdos gráficos e de texto do Camarada reflectiam o cuidado e o gosto colocados na sua execução. A colaboração de desenhadores, em começo de vida profissional, alguns que formarão a geração de ouro da Banda desenhada portuguesa, para isso terá contribuído.

E é assim que surgem dois projectos de relevo, que estão na transição das duas séries de o “Camarada”. Um concretizado com assinalável sucesso e o outro que ficou sepultado na memória dos que o conceberam , porque nunca chegou a ver a luz do dia.

O primeiro foi a realização da Exposição de Ilustradores e de " bibliografia infantil" <sup>601</sup> promovido pela Mocidade Portuguesa no Palácio da Independência em Novembro e Dezembro de 1952<sup>602</sup>. O evento reuniu trabalhos , entre outros, de Eduardo Teixeira Coelho, José Ruy, Fernando Bento, Vítor Silva, Vítor Péon, José Garcês, Meco<sup>603</sup> e

---

<sup>600</sup> Vide PT/ANTT, *Mocidade Portuguesa* .Cx. 5672. Documento dactilografado com alterações manuscritas “ Proposta para a realização de um quinzenário infantil levada a editar pela Organização Nacional da Mocidade Portuguesa”, sem assinatura e sem data , provavelmente de 1957

<sup>601</sup> Vide "Arte Para Crianças 3, Fernando Bento o Grande Mago do Sonho", Flama, 9/1/1953, p. 17

<sup>602</sup> Esse acontecimento vem colocar Portugal numa posição de destaque dado que como informa António Dias de Deus, *Os comics em Portugal, [...]* p. 207 " a primeira exposição mundial de comics decorrerá em 1951 em São Paulo e a primeira exposição europeia de Bordighera só se viria a efectuar em 1965". A exposição de São Paulo realizada no Centro de Cultura e Progresso a 18 de Junho 1951 , foi organizada por Alvaro de Moya, Rebelo de Oliveira e o português Jayme Cortez. Patrick Gaumer, *Dictionnaire Mondiale de la BD[...]* Caderno Central “ Chic Planète” p. 23

<sup>603</sup> Pseudónimo de António Serra Alves Mendes ( 1915-1957) " deixou-nos das mais belas ilustrações infantis portuguesas" e deixou obra gráfica em dezenas de publicações -Papagaio, Senhor Doutor, Joaninha, etc. Vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus " Meco" *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal[...]* p. 86

Fernandes Silva<sup>604</sup>. Ou seja o escol dos desenhadores portugueses à época, quase todos colaboradores da MP e das restantes revistas infanto-juvenis que então se publicavam . Esses nomes são, sem dúvida, a “geração de ouro” da BD portuguesa. O evento teve significativa cobertura jornalística. A revista "Flama" publicou entre 26/12/1952 e 13/3/1953 um conjunto de peças divulgando ilustrações dos artistas antes referenciados<sup>605</sup>, com sucintos apontamentos biográficos, concluindo com uma entrevista com Júlio Gil<sup>606</sup>. Também "O Século Ilustrado" publicou duas amplas e ilustradas páginas com referência à Exposição e reproduzindo inúmeras vinhetas de E.T. Coelho, Garcês, José Ruy, Méco, Vítor Silva, António Silva, Victor Péon e Fernando Bento<sup>607</sup>.

Para a realização desta pioneira exposição terá também contribuído o impulso que um conjunto de desenhadores e argumentistas, a saber, E.T. Coelho, José Ruy e José Padinha, fizeram chegar junto da Mocidade Portuguesa. Na verdade este grupo terá proposto à Mocidade Portuguesa, em concreto ao referido Júlio Gil, o projecto de realizar uma revista de " histórias em quadrinhos" realizada exclusivamente por artistas portugueses e para o qual haviam já escolhido o nome: " O Lidador". Não tendo o projecto ido avante, ficou a ideia de realizar uma exposição, patrocinada e organizada pela Mocidade Portuguesa com uma selecção dos melhores trabalhos dos desenhadores da altura<sup>608</sup>.

Porque havia então terminado de forma inopinada a 1ª série de o “Camarada” ?

Júlio Gil na entrevista antes referida ensaia uma explicação :

“ O problema do Camarada foi um tanto complexo. A colaboração constituiu uma das dificuldades pelos seu carácter particular, O Camarada tinha como sabe

---

<sup>604</sup> António Fernandes da Silva ( 1931-) passou pela Escola António Arroio e colaborou no Cavaleiro Andante, Diabrete e Flecha, cedo abandonando as histórias aos quadrinhos . " O seu traço fino e sinuoso delicadamente trabalhado como uma teia conta-nos por imagens transparentes em climas feéricos aventuras de humor subtil " vide Leonardo de Sá e António Dias de Deus, "Fernando Silva " *Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal [...]*cit. p. 58

<sup>605</sup> Vide " E.T. Coelho" *Flama*, 26/12/1952p. 23,"Fernando Bento", *Flama*, 9/1/1953, p.17," José Ruy Pinto e Vítor Silva" *Flama*, 16/1/1953, p.17," Vítor Péon e José Garçes" *Flama*, 6/2/1953, p. 17" Méco e Fernandes Silva", *Flama*, 20/2/1953

<sup>606</sup> Vide " Arquitecto Júlio Gil apoia a nossa campanha" *Flama*, 13/3/1953, p. 17

<sup>607</sup> Vide " Ilustradores Portugueses" *O Século Ilustrado*, Ano XV, nº 780, 13/12/1952, pp. 20-21. O texto destaca a qualidade dos desenhadores , ainda que " muito poucos" e contrariando a ideia enraizada de estarmos perante " uma arte menor, esta arte de ilustração do livro e mais ainda a as chamadas histórias de quadrinhos" destaca a "leveza e a imaginação" de um "punhado de artistas cuja obra em verdade nos honra e já merece ser conhecida de todos nós". O texto terá sido escrito por Leitão de Barros. *Entrevista José Ruy*, 27/5/2015

<sup>608</sup> Vide *Entrevista José Ruy*, 27/5/2015 que assinala este episódio. Temos consciência de que as fontes orais são subjectivas e intersubjectivas , ou seja "têm como base a memória individual e resultam de um encontro situado no tempo e no espaço, entre pelo menos dois sujeitos" vide Miguel Cardina " Subjectividade e fontes orais na escrita da História", José Neves ( org.) *Quem faz a História*, Lisboa, Tinta da China, 2016, p. 37 o que não significa ignorar a sua " credibilidade".

função dupla de jornal padrão e de jornal balão de ensaio-para os jovens com capacidade criadora literária e artística. Assim o nível desejado tinha por vezes de baixar com a publicação de trabalhos cujo único fito era estimular os próprios autores. No entanto as dificuldades maiores eram de ordem económica. A expansão do semanário deixava muito a desejar. Nenhuma propaganda, má distribuição... males de arrasar a constituição mais robusta, contribuíram para reduzir os efeitos do belo esforço do grupo de colaboradores que o Camarada revelou"<sup>609</sup>

Júlio Gil confirma o balanço que António Manuel Couto Viana havia feito 3 anos antes nas páginas do Boletim da Mocidade Portuguesa. Ocorre contudo perguntar se poderia ser de outra forma e se o projecto poderia ter sucesso entre os jovens portugueses. A admitir como boa a tese de Couto Viana , designadamente a ideia de que o “ Camarada” acabava nos seus conteúdos por transigir com o “ gosto da maioria” que gostava de aventuras “ menos pacifistas” admitindo até “ cenas de pugilato” e “ armas de fogo” porque escolheriam os jovens uma cópia se podiam comprar o original, ou seja o “ Mundo de Aventuras” , que reproduzia as aventuras “menos pacifistas” diretamente importadas dos EUA ?

### **5.3.3. " Camarada" 2ª série ( 1957-1965) e a abertura à escola de BD franco-belga: Tintin, Blake e Mortimer e o universo Dupuis**

Só em 1957 sob a direcção de Marcello de Moraes e tendo como Director Adjunto Fernando de Paços foi publicada a 2ª série de o “ Camarada” . A partir do nº 13 do 3º ano ( 25 de Junho de 1960) o director passa a ser Álvaro Parreira, o Director Adjunto Fernando de Passos o Chefe de Redacção Artur Anselmo, e o orientador gráfico , João Maria Pedroso. A revista tinha 12 páginas a cores, um custo de 1\$50 e periodicidade quinzenal. Embora a direcção inicial tenha pertencido a Marcello de Moraes a verdade é que Júlio Gil que havia exercido funções de direcção artística na 1ª série da revista , continua a ter papel relevante agora na qualidade de Director de Serviços de Publicações e Propaganda

---

<sup>609</sup> " O Arquitecto Júlio Gil apoia a nossa campanha" *Flama*, 13/3/1953, p. 19



da MP, sem deixar de colaborar como autor ( textos e desenhos)<sup>610</sup>. Para além das colaborações que se mantiveram da 1ª série, como eram os casos do próprio Marcello de Moraes ou de José Garcês<sup>611</sup>, aditaram-se desenhadores consagrados já , como Fernandes Silva, José Ruy, José Antunes e Artur Correia e sobretudo muitos novos desenhadores como Nuno Vieira, Eduardo Lemos, Ruy Mendes, Ricardo Neto, Nuno Simões Nunes, Hernâni Lopes, Carlos Fernando Baptista ou Carlos Roque.

A 2ª Série do "Camarada" deve ser salientada pelas características que evidencia. Marca uma ruptura significativa em vários aspectos com a 1ª série. Uma abertura muito significativa às " histórias em quadrinhos" , sobretudo quando comparada com a 1ª série e sobretudo o recurso a muito material estrangeiro, adquirido a publicações congéneres europeias e sobretudo aos grandes representantes da então florescente banda-desenhada franco-belga ( "Le Lombard/ Tintin" e "Dupuis/ Spirou") . Nesse aspecto , mesmo comparando com a concorrência , sobretudo com o " Cavaleiro de Andante" de Adolfo Simões Muller, que se havia caracterizado por introduzir em Portugal muitos desenhadores e heróis da escola franco-belga ( Tintin, Blake e Mortimer, Lefranc, etc.) o papel do "Camarada" não deixa de ser muito significativo.

É certo que haviam passado seis anos sobre o fim da primeira aventura editorial da MP e que estávamos em trânsito para a década de 60 , com tudo o que isso significava de mudanças do ponto de vista político, social e cultural. Ver-se-á adiante que a partir de 1957 as estruturas censórias infanto juvenis sob a presidência de Fernanda de Castro deixarão de ter um papel tão activo no policiamento das publicações nacionais e estrangeiras.

---

<sup>610</sup> Jorge Magalhães assinala o seguinte : “ Pode afirmar-se que Fernandes Silva juntamente com Marcello de Moraes e Júlio Gil foi um dos principais obreiros do encanto gráfico que distinguiu , do princípio ao fim , esta série do “ Camarada””. Jorge Magalhães, “ A 2ª série do “Camarada” ou a melhor revista infantil dos anos 60”. Sousa Santos, coord. *História da BD publicada em Portugal, 2ª parte[...]* p. 64

<sup>611</sup> José Garcês , assegurará parte significativa da produção desenhada histórica da revista, como já havia acontecido na 1ª série. Sobre José Garcês e a sua obra vide António Dias de Deus e Leonardo de Sá, *José Garcês , As fases diversas*, Centro Nacional de Banda Desenhada e Imagem, Edições Época de Ouro, 2002 . Uma carta ( 21/2/1959) do director dos serviços de publicações da MP solicita ao Director do Museu Militar autorização a Garcês a" a recolha de elementos no Museu Militar com vista a realização de trabalho ( que será explicado em pormenor pessoalmente) a publicar no nosso jornal infantil Camarada" Vide PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670. Supomos tratar-se de uma iniciativa " Modelos de fardas do Exército Português ao longo dos tempos, que foi publicada através da inserção de pagelas ilustradas em cada número da revista durante algum tempo.

E contudo no seu arranque o “Camarada” reflecte ainda a lógica de uma colaboração essencialmente portuguesa<sup>612</sup>

Deve dizer-se que os responsáveis do “Camarada”, nos anos 60, não só sabiam o que se publicava no estrangeiro em matéria de periódicos infanto-juvenis como procuraram através de uma política de permutas- e quando esta era rejeitada através da aquisição de números avulsos- organizar uma biblioteca dessas publicações <sup>613</sup>. Importa notar que nesta lista não faltava nenhuma das publicações infanto-juvenis de grande divulgação que circulavam pela Europa ocidental . Lá estão as fundamentais da escola franco-belga , “Tintin” , “Spirou” ou “Pilote” mas também a britânica “Eagle”, a francesa “Jornal du Mickey,” as católicas “Coeurs Vaillants” e “Friponet et Marisette”, da editora parisiense Fleurus, entre outras. E , é claro, a permuta era extensível às publicações concorrentes portuguesas.

Contudo cedo a Direcção da revista se preocupou em obter os direitos de reprodução de certas aventuras, jogos , textos biográficos ou rubricas de divulgação científica . E sobretudo, o que traduz uma atitude nova por parte da organização de juventude do Estado Novo , começou a mostrar-se interessada na aquisição das " vossas séries desenhadas"<sup>614</sup> . São vários os fornecedores a que recorreu. Basta acompanhar os exemplares dos 8 anos de vida da revista, para constatar a presença de alguns autores de referência da BD franco-belga , e dos seus mais conhecidos heróis. São os casos , entre outros de Franquin ou Macherot, de que adiante voltaremos a falar.

---

<sup>612</sup> O nº 2 ( 1957) tem colaboração literária de Lídia Nunes, Geraldês Lino, P. Virgílio Madureira, António Manuel Couto Viana e Luís Saraiva, e colaboração artística( ilustrações e BDs) de Eduardo de Lemos, Vítor Paiva, Ruy Mendes, Moreira Rijo, Ricardo Neto e Nuno Vieira. A folha de pagamento desse número permite concluir que as colaborações custaram no total 1.130\$00 , sendo as mais dispendiosas as ilustrações por comparação com os textos . Aliás uma página de José Garçez, que desenhava várias aventuras para esta 2ª série ( Cid o Campeador, M´Caru e Bancô, O Camaramuru, etc) , custava 200\$00, enquanto que um texto de Ricardo Alberty ( 100\$00) , Matilde Rosa Araújo( 50\$00 ) ou um poema de António Manuel Couto Viana ( 30 \$00) . Vide Mocidade Portuguesa , Notas de Colaboração/ comunicações internas, relativas às colaborações em o Camarada ( 1957, 1958, 1959) e exemplares do Camarada ( 1960-1964) com indicações manuscritas de valores a pagar/ ou pagos a colaboradores . PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5666.

<sup>613</sup> Tratava-se de publicações infanto-juvenis maioritariamente europeias , algumas delas que foram referência fundamental da chamada escola franco-belga, como o “Tintin”, “Spirou” ou “Pilote”. Mas também publicações de matriz católica espanholas , holandesas ou italianas e mesmo o na altura campeão de vendas em França “Journal de Mickey”- que, aliás, não viu interesse em permutar com o Camarada- . Vide PT/ANTT, *Mocidade Portuguesa*, Cx. 5670. Correspondência com os responsáveis das empresas editoras ou Directores da “Spirou”, “Tintin”, “Pilote”, “TinTan”, “Volad”, “Pancho Lopez”, “Taptoe”, “Okki”, “Perlin et Panpin”, “Il Piccolo Reporter”, “Eagle”, “Swift”, “Girl”, “Robinson”, etc.

<sup>614</sup> Vide ofício enviado am 4/2/1958 às revistas “Mickey”, “Bayard”, “Coeurs Vaillant”, “TinTin ( Bruxelas) e Spirou. PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*, Cx. 5670

E outros autores, heróis e aventuras não terão aparecido nas páginas do “Camarada” ou porque os direitos estavam já comprometidos em Portugal para outras publicações<sup>615</sup> ou porque a aquisição desses mesmos direitos estaria acima do orçamento para tal. Ou seja, não operou aqui nenhuma censura ideológica, ou sequer uma desconfiança perante os perigos das histórias em quadrinhos vindos do exterior.

O relacionamento com a Dupuis e com a Lombard, as duas grandes casas editoras belgas, é particularmente interessante. Menor, mas apesar de tudo significativo é a aquisição de direitos aos italianos da “Giornalino” e aos espanhóis da “Editorial Valenciana”<sup>616</sup>.

A escolha por essas editoras é relativamente óbvia: todas ilustram no mundo editorial europeu dos periódicos infanto-juvenis uma matriz conservadora e católica. E, por outro lado, essa escolha traduz uma não menos óbvia escolha anti-americana, ou melhor “anti-comics”, que enformava desde o início dos anos 50 a orientação das estruturas censórias especializadas para este tipo de literatura.

Os casos da Dupuis, editora da revista “Spirou” e da Lombard, da revista “TinTin” (na sua versão original belga), são curiosas. Na verdade, ainda que se tenham tornado nos anos 40, 50 e 60 “rivals” na disputa do eleitorado francófono jovem, ambas partilhavam a mesma comunidade de espírito nas opções filosóficas já que os dois semanários irão procurar grande parte dos seus leitores nas escolas de ensino católico<sup>617</sup>

---

<sup>615</sup> Por exemplo em 1958 a Dupuis informa o Serviços de Publicações da Mocidade Portuguesa que a série “Gaston” de André Franquin, que se havia estreado em 1957 na revista Spirou, se encontrava cedida quanto aos direitos de reprodução em língua portuguesa “à un de nos clients”. Carta de Maison d’Editions J. Dupuis de 15/7/1958 aos Serviços de Publicações da Mocidade Portuguesa. PT/ANTT, *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670. Em Maio de 1961 no nº 2 da revista “Foguetão” surge com a designação “Zacarias” a primeira publicação de Gaston Lagaffe em Portugal.

<sup>616</sup> A “Editorial Valenciana” foi criada em 1932 por Juan B. Puerto Belda que teve que interromper as suas actividades durante a guerra civil e decide retomá-las em 1940. Contudo ao não conseguir autorização para a publicação periódica de revistas orienta-se para o modelo dos “cadernos de historietas” que acabou por ser o formato de maior sucesso na Espanha dos anos 50 e 60. “A importância maior da Editorial Valenciana é ter sabido dar uma dimensão própria às suas publicações. Reduzida a uma dimensão de restrição que afectava todas as editoriais, reagiu criando equipas de desenhadores e guionistas próprios, tentando formas de edição e insistindo no mercado uma e outra vez até conseguir produtos comerciais. Graças ao facto de contar com desenhadores sumamente prolíficos e que conseguiram o favor do público infantil com relativa facilidade a Valenciana afirmou-se e cresceu até ao primeiro lugar. Inicia a publicação de cadernos no ano 1940 com uma obra nitidamente espanhola: “Roberto Alcazar y Pedrín” verdadeiro folhetim de profissão detectivesca, algo assim como um Nat Pinkerton castiço e que alcançou imediatamente um grande êxito entre os leitores infantis (...) Em Setembro de 1944 a Valenciana consegue outro sucesso importante com o lançamento do “Guerrero de Antifaz”(…) vide António Martín, *Apuntes para una historia de los tebeos[...]*. pp. 109-110, do mesmo autor ver “*La Historieta Española de 1900 a 1951*” [...] pp. 107-108

<sup>617</sup> Vide Hugues Dayez, *Le Duel Tintin-Spirou, Dix-Sept témoignages qui donnent un éclairage passionnant sur l’histoire du neuvième art*, Bruxelas, Editions Luc Pire, 1997, p. 8

A revista “TinTin” que tinha como farol o herói do mesmo nome, nasceu de uma parceria de sucesso , Hergé e Raymond Leblanc. O criador e o editor eram ambos católicos. E Hergé era ideologicamente conservador, chegando mesmo a ser acusado de colaboracionismo com o ocupante alemão <sup>618</sup> e nunca se libertou de um certo estigma "racial" e "ideológico" em relação a algumas das primeiras aventuras de “TinTin”. Em qualquer caso a orientação da nova casa editora era clara : divertir os jovens sem negligenciar os aspectos morais e educativos <sup>619</sup>

As Editions du Lombard, criadas por Leblanc , foram a consequência do sucesso imediato da revista "TinTin". O “Camarada” cedo se interessou pelas aventuras de “Quick et Flupke” , criação de Hergé, e por várias séries temáticas sobre a Geografia da Europa e a História do Mundo. E ainda por histórias curtas em BD surgidas nas páginas do “Tintin”<sup>620</sup>. Acabou por publicar a aventura "Clorophile et les Les Croquillards" de Macherot, que recebeu o nome entre nós de " O quebra ossos". A história haveria de ser editada mais tarde em álbum<sup>621</sup>. Esboçou-se mesmo a hipótese de um encontro em Lisboa a 14 ou 15 de Setembro de 1959 do director comercial da casa belga, de seu nome J. de Kezel e os responsáveis do Camarada , que acabou por se não concretizar<sup>622</sup>. É provável que o director comercial das Editions du Lombard se tenha encontrado em Lisboa com os responsáveis do " Cavaleiro Andante" e da firma que o editada, a Empresa Nacional de Publicidade, que por essa altura publicava vários autores da casa belga e entre eles o seu herói de referência “TinTin”<sup>623</sup> . Sem dúvida que a Empresa Nacional de Publicidade se traduzia, nesta época, num cliente significativamente mais interessante que a Mocidade Portuguesa.

---

<sup>618</sup> Como se sabe Hergé continuou a publicar Tintin, durante a ocupação alemã , no diário belga “Le Soir “ , ocupado então por simpatizantes nazis, a partir de 1941, o que lhe acarretou problemas na Libertação. E não fosse a influência de Raymond Leblanc que pelo contrário se alistou na resistência aos alemães, em obter um " certificado de civismo" para Hergé e este dificilmente teria podido logo em 1946 continuar a publicar . Vide Benoit Peeters, *Hergé, Filho de TinTin*, Lisboa, Verbo, 2007, pp.191 e ss. e Dominique Maricq, *Le Journal TinTin les Coulise d’une aventure*, Editions Moulinsart, 2006, pp. 6-9

<sup>619</sup> Vide Dominique Maricq, *Le Journal Tintin*, cit. p. 14 . Quanto à educação católica e a sua ligação ao escutismo ver as entrevistas, hoje históricas, de Numa Sadoul a Hergé, nos anos 70. Vide Numa Sadoul. *Tintin et moi, Entretiens avec Hergé*, Paris, Casterman, 2000, pp. 48 e ss.

<sup>620</sup> Vide carta do “Camarada” às Editions du Lombard de 11/11/1963 .PT/ANTT . *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

<sup>621</sup> Com uma tiragem de 2000 exemplares ao preço unitário de 30\$00, as Editions du Lombard cobraram 6.000 \$ 00 de direitos pela edição , ou seja 10% sobre o preço de venda vide carta de Les Editions du Lombard, 31/10/1961 ao “Camarada”. PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*, Cx. 5670

<sup>622</sup> Vide cartas de 31/8/1959 e 29/9/1959 das Les Editions du Lombard ao “Camarada”. ANTT . *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

<sup>623</sup> Em Setembro de 1959 " O Lótus Azul" concluíu iniciando-se nova aventura "O Carvão no Porão" no nº 405 de 3/10/1959

Com as edições Dupuis, que era detentora dos direitos das aventuras de “Spirou” e em geral da obra do desenhador Franquin<sup>624</sup>, o relacionamento começou justamente com a publicação da aventura de Spirou ( em português “Clarim e Fantasio”, “ Il y a un sorcier à Champignac”<sup>625</sup> . O “Camarada” mostrou interesse nas restantes aventuras de Spirou - e acabou por adquirir e publicar nos seus títulos portugueses “ A herança de um tio rico”<sup>626</sup> “Anda uma cabeça no ar”<sup>627</sup> “ Rapto no Jardim Zoológico”<sup>628</sup> e “ O vistante da Pré-História”<sup>629</sup>-. Mas também se mostrou interessado em publicar a obra “ Les Patrouilles des Castors”. Esta última, contudo no momento em que o jornal da MP pretendeu adquirir os direitos já o havia sido pelo “ Cavaleiro Andante”<sup>630</sup>.

Mais tarde , já o “Camarada” se encaminhava para o fim da sua 2ª e última série , a MP mostrou interesse em adquirir aventuras de “Boule et Bill” , do desenhador Roba e ainda a história curta “ Les Pirates du Silence”<sup>631</sup> Tal não se concretizaria já que a revista publicaria o seu último numero , o nº12 do ano de 1965.

As restantes iniciativas não viram a luz do dia. Contudo a pretensão em publicar um álbum do popular “Spirou” na sequência da publicação da respectiva história na revista, acabou por recair em “ Il ya un sorcier à Champignac” . A edição em álbum em Portugal , constituiria algo de inovador. É certo que Raul Correia e António Cardoso Lopes , através da editorial “Mosquito” já haviam publicado alguns álbuns nos anos 30 e 40 . Mas de forma esporádica e sem que obedecesse a um projecto coerente e sistemático. Não foi o caso dos álbuns do “Camarada”, de que a aventura de Spirou constituiu um dos vários exemplos.

---

<sup>624</sup> André Franquin ( 1920-1997) é considerado um dos autores de referência, com Hergé, Goscinny, E.P.Jacobs, Morris e alguns outros, da escola de BD franco-belga. Mas foi sobretudo ele quem transformou a figura de “Spirou” criada em 1936 por Rob Vel no personagem popular que foi nos anos 50, 60 e 70 a razão do sucesso da revista belga do mesmo nome, editada pelas Editions Dupuis. Foi ainda o criador, na mesma revista e depois em álbuns de várias personagens de referência, também para os leitores portugueses, como Gaston Lagaffe e Modeste e PomPom . Ver, entre muitos, Numa Sadoul, *Et Franquin créa la gaffe*, 1986 e Hugues Dayez, *Le Duel Tintin-Spirou*, Brixelles, Editions Luc Pire, 1997, pp. 237 e ss.

<sup>625</sup> A Dupuis cobrou a título de direitos pela publicação em continuação da aventura de Spirou 16.046 Francos belgas . Carta das Edições Dupuis ao “Camarada” de 25/3/1959 . PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

<sup>626</sup> “ Spirou et les heritiers” ( 1952)

<sup>627</sup> “ La Mauvaise Tête” ( 1954)

<sup>628</sup> “ Les voleurs du Marsupilami” ( 1954)

<sup>629</sup> “ Le voyageur du Mésozoïque” ( 1957)

<sup>630</sup> Vide Carta das Editions Dupuis ao “Camarada” de 1/9/1959 .PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

<sup>631</sup> Vide Carta do “Camarada” às Edições Dupuis, de 23/2/1965. PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

Pelo seu carácter pioneiro e pelo interesse histórico de que se reveste valerá a pena determo-nos nos avatares que antecederam a edição .

O "Camarada" mostrou interesse no projecto em Novembro de 1961 mas só em 1965 o álbum veio a ser publicado . O que se passou nesses 4 anos ? Pelo meio vieram a ser negociados dois contratos , o primeiro cedendo os direitos por 10.000 Frs. belgas que não chegou a ser assinado pela Mocidade Portuguesa e um segundo em 9/7/1963 pelo valor de 13.200 frs belgas que acabou por prevalecer(documento M ) . A dilação temporal terá forçado a Dupuis a renegociar os direitos. Mas , nesse aspecto, a responsabilidade não terá sido da casa editora belga. Recorde-se que a definição dos valores dos direitos estava dependente das tiragens ajustadas e, sobretudo, do preço de venda ao público previamente definido pela Mocidade Portuguesa, de acordo com as práticas contratuais da época . Em 1961 a MP considerou que o álbum se venderia por 30\$00 , mas 3 anos depois , provavelmente porque terá reconsiderado os custos de produção, fixou-a em 40\$00. Recorde-se que se tratava de álbum cartonado com a lombada de pano, similar às edições produzidas pela já então conhecida colecção das "Éditions du Lombard" , que as havia introduzido no fim dos anos 40 para divulgar os heróis da revista "TinTin". É esta a razão pela qual o segundo contrato , mantendo os 10% sobre o preço de venda ao público da tiragem definida , fixado em 2000 exemplares , apresenta um valor de direitos superior. A este episódio seguiu-se outro, que também contribui para o atraso na edição. Tratou-se da pretensão do "Camarada" em ter uma capa especialmente concebida para a edição portuguesa .

A verdade é que o atraso na edição do álbum levou a Dupuis a inquirir repetidas vezes acerca das intenções do "Camarada" invocando mesmo a preocupação do autor da série , André Franquin, " que perguntaria com insistência em que estado se encontram " os projectos<sup>632</sup>. Entretanto é só em meados de 1964 , que o "Camarada" regressa ao contacto, desta feita para " realizar uma capa diferente da original". Para tanto sugere à Dupuis :

" Neste sentido acabamos de escrever a um colaborador nosso que reside actualmente em Bruxelas ( Carlos Roque) a pedir contacto com o senhor André Franquin de modo a resolver o assunto".

Na carta que é entregue em mão pessoalmente por Carlos Roque a Franquin escreve-se que :

---

<sup>632</sup> Vide carta das edições Dupuis ao "Camarada" 14/11/1963 PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

“ (Carlos Roque) é o autor da maqueta da cobertura do álbum “ Il ya un sorcier a Champignac” de que estamos a preparar a edição em português ( em conformidade com o contrato celebrado com as Editions J. Dupuis) e sobre a qual solicitamos a sua aprovação”  
633

Franquin em resposta e confirmando o encontro com Carlos Roque começa por manifestar o apreço quanto ao talento do desenhador português que avaliou por alguns números do Camarada que pode ler. Mas não acompanha a sugestão dos responsáveis portugueses . Escreve (Documento N) :

“ (...) vi o muito bom projecto que ele preparou e estou certo que desenharia uma excelente capa mais decorativa do que eu poderia fazer; mas creio que para a eficácia comercial o estilo da capa deve ser da mesma mão do interior do álbum e é por isso que , de acordo com o senhor Roque, decidi fazer eu próprio o desenho”<sup>634</sup>

E para o efeito , considerando a tiragem reduzida, propõe um preço de 4000 francos belgas, para a concepção da capa, sendo certo que para este tipo de trabalhos a Dupuis lhe pagaria normalmente 6000 francos, segundo escreve. Cerca de 3 dias depois Franquin enviará a capa para a edição portuguesa acompanhada de uma carta manuscrita onde trata de dar indicações precisas sobre a reprodução gráfica e tipográfica do seu trabalho, aparentemente preocupado com a boa reprodução das cores utilizadas(Documento O )<sup>635</sup>.

Nessa mesma carta solicita que lhe enviem uma prova antes da impressão final e que “ segundo os usos solicito igualmente a devolução do original após a utilização”. Algumas semanas depois e no silêncio das autoridades portuguesas procura certificar-se se a sua capa concebida especialmente para a edição portuguesa havia chegado com as cartas de 15 e 18 de Novembro.

Assim se concluiria o processo que daria origem a uma das curiosidades da história das edições de Banda Desenhada em Portugal : uma capa do autor de “Spirou” concebida especialmente para a edição lusa, procedimento que não sendo inédito não era contudo comum no mercado editorial da época.

Da troca de correspondência entre a Dupuis e os responsáveis de o "Camarada" no ano de 1965 resulta que a editora belga questiona a MP acerca do seu interesse em dar continuidade à publicação de álbuns de Spirou, ao qual o autor Franquin “ está disposto a

---

<sup>633</sup> Vide carta do “Camarada” a André Franquin .PT/ANTT . *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

<sup>634</sup> Vide carta de André Franquin ao “Camarada” de 15/11/1964 . PT/ANTT . *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

<sup>635</sup> Vide carta manuscrita de André Franquin ao “Camarada “de 18/11/1964 PT/ANTT . *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

convosco concordar posto que a dilacção no aparecimento dos álbuns não seja muito longo"<sup>636</sup>. E isto porque “ um outro editor português acabou de contactar o senhor Franquin sobre esse assunto e nós não pretendemos dar-lhe resposta definitiva antes de vos ter consultado"<sup>637</sup>. E é só em 1966, já havia cessado a publicação da revista "Camarada" que o seu director informa a Maison d'Éditions Dupuis que “ no que diz respeito à execução dos álbuns do senhor Franquin não é possível executá-los em data próxima , pelo que nos vimos obrigados a renunciar aos direitos que nos haviam sido conferidos"<sup>638</sup>.

Outros dos fornecedores de histórias em quadrinhos da 2ª série de o “Camarada” foi a Editorial Valenciana que publicava a revista juvenil "Pumby "<sup>639</sup> com histórias do herói com o mesmo nome . Dessa revista o “Camarada” publicou várias originais : “El pozo de Manitu”, “la Habichuela Maravillosa”, “El Bano del Chiquitín”, “El Conejito y el Pollo”. Trava-se de páginas de divulgação científica ou adaptação de contos tradicionais<sup>640</sup>. O mesmo se diga da francesa Les Publications Infantines que publicava a revista “Francs-Jeux”. Desta o “Camarada” mostrou interesse em adquirir trabalhos " de biografias no género de “La Presse de Hans” assim como narrativas com ilustrações”<sup>641</sup>

Outro dos fornecedores fiéis da 2ªsérie de o “Camarada” seria o jornal italiano "Giornalino". São várias as histórias publicadas , normalmente de uma ou duas páginas. Trata-se de histórias em quadrinhos de conteúdo humorístico : “Anassagora e Romeu”, “Pirolin che Pirolava”, “Filippetto e Glesomina”, “Magrino”, entre outros<sup>642</sup>.

Um das áreas onde a revista necessitava de material com qualidade gráfica e suficiente inovação científica era a da divulgação de temas das ciências da natureza. A rubrica "

---

<sup>636</sup> Vide carta das Editions Dupuis ao “Camarada”, de 27/12/1965., PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*, Cx. 5670

<sup>637</sup> Vide carta das Editions Dupuis ao " Camarada" de 15/10/1965. PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*, Cx. 5670

<sup>638</sup> Vide carta do " Camarada" às Editions Dupuis , 22/5/1966 .PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

<sup>639</sup> O periódico “ Pumby” iniciou a sua publicação em 1955 como “ tebeo” baseado nas aventuras do personagem do mesmo nome e conseguiu com os anos tornar-se numa revista infantil “ de grande qualidade , recreando em tons humorísticos aventuras de todo o tipo, temas de folclore e de lendas, junto a outros que pareciam tirados do cinema de animação”. Vide António Marín. *Apuntes para la historia dos Tebeos*[...]p. 161

<sup>640</sup> Vide carta da Editorial Valenciana para o " Camarada" de 18/12/1963 , aí se refere que o valor dos direitos por cada páginas foi de 200 Pesetas. PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

<sup>641</sup> Vide carta da Alvaro Parreira ( Director do “Camarada”) a “Francs –Jeux”, de 27/1/1964 PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

<sup>642</sup> Vide cartas do “Camarada “ ao “Il Giornalino” de 17/11/1959 e 4/5/1964 , entre outras. Nesta última diz-se que " No caso de não possuírem provas ou desenhos originais para reprodução alvitramos que nos autorizem o decalque, estando certos que nesse caso, o vosso preço não deixaria de ser mais baixo". PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 560



Maravilhas da Natureza" procurou cumprir esse desiderato. Tratava-se no fundo de uma tradução serializada da obra de John S. Saunders intitulada " The Golden Book of Natures Craft", publicado em 1958 nos Estados Unidos <sup>643</sup>

Assinalámos antes o desabafo de José Gil, responsável gráfico de o "Camarada" , acerca das razões pelas quais a 1ª série da revista foi interrompida : a "situação económica , má distribuição, nenhuma propaganda" afirmava.

Ora o acesso a alguma informação sobre as " contas" da 2ª série , as condições de distribuição e os problemas que suscitou poderá trazer alguma luz sobre o assunto.

Sendo a Mocidade Portuguesa de filiação obrigatória entre os jovens e visando o enquadramento ideológico da juventude os responsáveis de o "Camarada" não teria quaisquer dificuldades em identificar os seus potenciais leitores, posto que se afirmava uma revista destinada aos "lusitos" e aos "infantes" , na sua própria classificação. No fundo destinava-se aos seus filiados, o que significaria teoricamente a todos os jovens portugueses , entre os 7 e os 14 anos. A verdade é que nunca resolveu bem a questão do modo como as revistas deveriam chegar às mãos dos jovens. É certo que a Direcção Geral do Ensino Primário " comprava" 8500 exemplares que distribuía depois pelas Bibliotecas das Escolas e pelas escolas primárias de acordo com uma selecção realizada pelos próprios serviços . Esse valor foi reduzido para 3500 em 1962, o que obrigou a redução de custos na revista que passou a apresentar entre outros aspectos menos páginas a cor" <sup>644</sup>. Ou seja , e esse é um ponto a salientar, a manutenção quinzenal de uma revista para jovens, que envolvia colaborações externas e colaborações permanentes ( desenhadores, sobretudo) , significava um encargo significativo para os Cofres do Estado. A opção foi procurar o maior número de assinaturas pagas entre os jovens estudantes das escolas portuguesas<sup>645</sup>. Para isso e em termos de distribuição, a 2ª série do "Camarada" valorizou

---

<sup>643</sup> Vide Carta de Golden Press Inc. para " Camarada" de 1/12/1960. O preço pela serialização completa foi fixado em 500 dólares. Vide PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

<sup>644</sup> Tal constatação deduz-se da troca de correspondência entre o Director do "Camarada" , o Director de Serviços Júlio Gil e o Comissário Nacional em Março 1962 onde se alude às restrições impostas pelo Ministério da Educação Nacional nas ofertas da revista. Vide PT/ANTT, *Mocidade Portuguesa* . Caixa 5663.

<sup>645</sup> Em Janeiro de 1960 uma circular de divulgação convidava os professores a entregar " a crianças das relações de V.Exa" mas que se preveja venha a ser assinante , o primeiro número do ano de 1960 com um postal de assinatura. Vide PT/ANTT . *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5663. Também em meados de 1961 Júlio Gil toma a iniciativa de promover uma maior divulgação do jornal no Ultramar, o que merece a concordância do Ministro do Ultramar . Tal iniciativa traduzir-se-ia na realização de uma assinatura da revista " que permita anular , ou pelo menos atenuar os efeitos das leituras mal orientadas nas crianças das nossas Escolas Primárias ultramarinas". Estas leituras a que se referia Júlio Gil resultava " a difusão de publicações de outros países , especialmente brasileiras cujos inconvenientes são manifestos" E acrescentava : " Circunstâncias várias e evidentes do conhecimento de V.Exa não

os canais internos promovendo a circulação gratuita junto das Escolas da Metrópole e Ultramar e não deixou de tentar a via comercial pela venda junto dos jovens. Comparativamente com a 1ª série terá tido mais sucesso, é o que se deduz do esforço aparentemente mais planeado das soluções de distribuição da publicação.

Mas esse sucesso também se deveu a outras razões que se prenderam , não apenas com os avatares da sua publicação periódica , mas também com uma actividade editorial compreensiva e mais diversificada virada para o público infanto-juvenil .

Dois aspectos devem ser destacados na actividade editorial da MP na década de 60. Por um lado a publicação de álbuns com histórias completas , alguns reproduzindo aventuras publicadas na revista ( a imagem do que acontecia em França) .Este projecto é absolutamente inédito entre nós " na linha da tradição franco-belga que moldaria decisivamente a BD europeia e também a portuguesa" <sup>646</sup>

Por outro o "Camarada" abre via à publicação de autores estrangeiros: "Spirou" e "Chorophylle" respectivamente de Franquin e Macherot, estrearam-se em Portugal nas páginas do "Camarada", em 1959<sup>647</sup>.

O catálogo das Edições da Mocidade Portuguesa para a Feira do Livro de 1969 refere vários álbuns de BD a saber o " Quebra Ossos " de Macherot, "O Feiticeiro de Vila Nova de Mil fungos" de Franquin, " Guerra do País dos Insectos" de C. Arnal<sup>648</sup> " O Cruzeiro do Caranguejo" de Carlos Roque " e " O Barão Aventureiro" de Domenico Natoli<sup>649</sup>

---

permitem pôr cobro à entrada de tais publicações no nosso território, as quais sem sombra de dúvida vêm influenciando extraordinariamente na criação de uma mentalidade infantil e juvenil que pode afirmar-se põe em perigo a boa formação do carácter dos homens de amanhã" Carta de 21/12/1960 de Júlio Gil ao Comissário Nacional Adjunto para o Ultramar . PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5663

<sup>646</sup> Vide João Paulo Paiva Boléo e Carlos Bandeira Pinheiro, *Das Conferencias*, [...].p. 103

<sup>647</sup> Vide António Dias de Deus, *Os comics em Portugal*, [...], p. 207

<sup>648</sup> A publicação em álbum desta história , originariamente editada em 1936 pelas edições de "O Mosquito", por iniciativa de Raul Correia e António Cardoso Lopes , também em álbum a cores com 24 páginas, terá implicado em 1968 a aquisição dos respectivos direitos cuja propriedade estaria nas mãos de Raul Correia. A MP propôs 3.000\$00 " considerando a tiragem que pretendemos realizar ( ... ) e ainda que todo o original tem de ser redesenhado". Carta do "Camarada" a Raul Correia , 5/7/1968. PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

<sup>649</sup> A troca epistolar entre o autor de o "Barão Aventureiro " Domenico Natoli,- desenhador italiano com abundante obra ilustrada publicada em Itália e na altura já com 78 anos,- uma aventura publicada no suplemento infantil do "Corriere della Sera" o " Corrieri dei Piccoli" ( entre os nºs 27 a 40 de 1960) - e o Director do Camarada permite perceber o processo negocial para a divulgação entre nós da referida história. O Director do Camarada começou por propor um valor de 30.000 libras para uma tiragem de 3000 exemplares , considerando 8% sobre o preço de capa fixado em 15\$00 e um adiantamento de 30.000 libras quando a assinatura do contrato, acertando-se posteriormente com contas semestrais. Natoli respondeu que cederia completamente a propriedade para Portugal ao Camarada com uma única compensação de 50.000 libras. O Director do Camarada aceitou esta última contra-proposta mas as negociações arrastaram-se e só passado quase um ano do início da troca de missivas é que a obra veio publicada e o autor pago do valor referido. Vide PT/ANTT . *Mocidade Portuguesa* Cx. 5670. Cartas de Domenico Natoli para o Director do "Camarada" e respostas deste ( 16/9/1963 a 2

A conciliação destes dois factores dá à política editorial da Mocidade Portuguesa no fim dos anos 50 e princípios de 60 uma coloração de indiscutível modernidade.

Um outro aspecto deve ser considerado a crédito do Camarada na sua 2ª série é a "renovação da história humorística portuguesa" cujo principal responsável será o seu director Marcello de Moraes<sup>650</sup>. Na verdade, nomes como Ricardo Neto, Eugénio Roque, Nuno Vieira e Carlos Roque contribuíram decisivamente para essa particularidade<sup>651</sup>

Ao fim de 8 anos incompletos a revista terminou.

Duas razões poderão ter contribuído para isso. Uma de natureza económico-financeira e a outra, que poderá ser a causa da anterior, pela indefinição quanto ao público alvo : crianças ou adolescentes, lusitos ou infantes ? Como vimos as publicações da MP eram custeadas pelo Orçamento do Estado. Não é fácil com os dados disponíveis saber o que significava o Orçamento da revista no contexto da MP e em geral no mais amplo Orçamento do Ministério da Educação Nacional. O que parece inegável é que as revistas jamais se pagaram a si próprias quer pela venda, quer em assinaturas quer em publicidade paga, sobrevivendo pela via dos subsídios do Estado. Ou seja, a receita não deveria cobrir a despesa. A título exemplificativo e de acordo com a informação recolhida, os custos de edição ( tipografia, composição, impressão etc) para uma tiragem de 15.000 exemplares rondariam por número cerca de 20.000\$00, as colaborações literárias e artísticas nunca baixavam dos 1.000\$00, sendo que as colaborações estrangeiras assumiam igual valor. Ora as receitas que provinham essencialmente dos subsídios do Ministério da Educação, eram de 9.000 \$00 por número em 1957<sup>652</sup>.

---

/6/1964) . Importa contudo, acrescentar que a negociação não prescindiu de uma prévio ajuste de direitos com o "Corriere della Sera", onde originalmente a história havia sido publicada, o qual se fez pagar " delle 14 tavole di " Le avventure del Barone di Munchhausen" a 100 dollari".( valor que seria equivalente, com encargos bancários, e segundo um apontamento manuscrito que consta na carta em apreço a 2.888\$00) Vide carta do "Corriere della Sera" ao " Camarada" de 2/11/1961. PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

<sup>650</sup> Vide João Paulo Paiva Boléo e Carlos Bandeira Pinheiro, *Das conferências do Casino à Filosofia de ponta*, Lisboa, Bedeteca de Lisboa, 2000, p. 103

<sup>651</sup> Outra das figuras marcantes neste ressurgimento humorístico será Carlos Roque, que virá a trabalhar nas revistas francesas "Tintin" e "Spirou" nos anos 70, que publicaria uma longa aventura depois reunida em álbum "O cruzeiro do caranguejo" que é indiscutivelmente um dos melhores exemplos portugueses da lição da BD franco-belga com singular eficácia e personalidade e que permanece um dos mais divertidos e conseguidos álbuns da BD portuguesa" vide João Paulo Paiva Boléo e Carlos Bandeira Pinheiro, *Das conferências do Casino à Filosofia de ponta*, [...] p. 103. Carlos Roque enviará muitos dos seus trabalhos para o "Camarada" da Bélgica onde entretanto se havia instalado. vide PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*, Cx. 5670 Carta de Carlos Roque a Alberto Parreira de 17/4/1964. E, como vimos, teve intervenção junto de André Franquin a propósito da concepção da capa do álbum " O Feiticeiro de Vila Nova de Milfundos".

<sup>652</sup> Vide PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*, Diário de Vendas ( 1957-1965)livro 728

Por outro lado é um facto que em matéria de regularização de pagamentos a fornecedores estrangeiros ( p.ex Le Lombard, Dupuis, Ediciones Valencianas, Il Giornalino , etc.) os atrasos eram comuns suscitando sempre reclamações da parte dessas entidades<sup>653</sup>.

Nada de novo. Como vimos também a 1ª série de o “ Camarada” teria terminado, a fazer fé no seu responsável gráfico , porque as “ dificuldades económicas eram as maiores”<sup>654</sup>.

Por outro lado o projecto editorial nunca se definiu em função do estrato etário para onde se dirigia. Ter conteúdos para crianças ou privilegiar os adolescentes , cada vez mais entusiasmados com as bandas desenhadas ? Relatos pedagógicos e históricos ou aventuras ? Como dizia em leitor em 1963 : " mais histórias aos quadrinhos" porque o "Camarada assim como está nem é para meninos de escola nem para meninos de liceu. Os da escola gostam de coisas mais simples os do liceu gostam de mais aventuras"<sup>655</sup>

#### 5.3.4. " Pisca-Pisca" (1968-1970)

Após um interregno de alguns anos a Mocidade Portuguesa retomou o propósito de " instruir divertindo " lançando um magazine mensal " de 52 páginas a que deu o nome de "Pisca-Pisca". O primeiro número saiu em Janeiro de 1968, com 52 páginas a 4 cores e preço de 7\$50 e publicar-se-á sem interrupções até Dezembro de 1970, finando-se no número 33. A publicação tinha como Directores Álvaro Parreira<sup>656</sup>, Sub Directora , Olga Alves , Editor , Marcello de Moraes e José Antunes foi o responsável gráfico da revista. Os objectivos da publicação que se destinava às crianças " na última fase da infância e aos pré-adolescentes" ( 8-14 anos)<sup>657</sup>. A revista cuidava da imagem " que devia agir, para os

<sup>653</sup> Por exemplo em carta de 30/5/963 Les Éditions du Lombard assinalam que existe uma factura de 1961 que ainda não foi paga e mais tarde a 6/7/1965 de que a dívida para com a Editora atinge já 27.500 francos belgas " nous nous permetons d'insister tout particulièrement afin que le transfert de cette somme soit effectuer sans autre retard" . ANTT. *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670. Há contudo indícios de que a Mocidade Portuguesa acabou sempre por regularizar estes valores , até porque voltaria a negociar com algumas destas entidades a propósito da revista “Pisca-Pisca”.

<sup>654</sup> Importa também ter presente o universo de rapazes destinatários das publicações da MP : " A Mocidade chegou a enquadrar cerca de três quartos dos estudantes dos liceus, escolas técnicas e colégios do litoral ( uns 30 mil filiados) mas pouco saiu desse meio" Rui Ramos ( coordenador), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p. 637 .

<sup>655</sup> Carta de um leitor ( Aveiro, 23/8/1963), PT/ANTT, *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5670

<sup>656</sup> Álvaro Martins Parreira , fez boa parte da sua carreira na Organização Nacional da Mocidade Portuguesa como Inspector e professor da Escola Central Nacional de Graduados. Autor do livro editado pela Mocidade Portuguesa " Manual de Topografia", Lisboa, *Mocidade Portuguesa*, 1954

<sup>657</sup> Vide PT/ANTT, *Mocidade Portuguesa*. Cx. 5675 . Circular anexa a carta de divulgação do " Pisca-Pisca" 6/12/1968

mais novos como motivo de interesse que desperta a curiosidade e fixa a atenção , fazendo possivelmente surgir neles o desejo de querer saber o que as imagens representam e contam". Por isso " se criaram rubricas pela pequena extensão simplicidade dos assuntos abordados, possam despertar-lhes o interesse, sem se fatigar na sua actividade de leitores incipientes ". Assim pretendeu-se ainda que o " pequeno leitor possa projectar interesses efectivos ( ...) ao desejo de construir e participar , por actos e opiniões no mundo dos adultos" . Daí que assumindo uma orientação didáctica e formativa pretendia tornar-se um auxiliar" dos professores , especialmente aqueles que tem exercido a sua missão nos meios rurais mais desfavorecidos e onde portanto escasseiam as possibilidades de obter material didáctico actualizado e onde os próprios contactos pessoais e a consequente troca de impressões se mostram difíceis deixando o mestre encerrado no saber adquirido, sem possibilidades de esclarecimento e renovação"<sup>658</sup>. A revista teria pois como finalidade ser a "consultora e conselheira" dos seus leitores emparceirando com o professor e a família na acção esclarecedora de dúvidas, inquietações e mistérios das crianças e jovens. A isso somava-se um propósito mais global de fornecer um " sólido conceito de unidade da Nação repartida por vários continentes" , dando a conhecer por textos e imagens as realidades das paisagens e culturas " da terra metropolitana como das províncias ultramarinas"<sup>659</sup>.

No fundo a orientação e finalidades da revista não eram muito diferentes das suas antecessoras : ligação à escola e ao ensino, como necessário complemento da acção do mestre , conselheira das Família e visão imperial do Estado português , que em tempo de guerra , não poderia esquecer a sua dimensão multicontinental.

A publicação , na sua fase de divulgação, tratou de se dar a conhecer junto das escolas e em concreto dos Centros escolares dinamizados pela Mocidade Portuguesa , pedindo aos Directores que " a apresentem aos alunos" que a " afixem em destaque nas montas e vitrines" que promovam a sua venda e que " recomendem aos srs. professores e encarregados de educação"<sup>660</sup>.

Especificamente aos professores pedia-se que se " afixasse numa dependência da Escola Primária ou noutro local público condigno " o cartaz de propaganda do Pisca-Pisca. Sugeria-se mesmo, não podendo ser enviado gratuitamente que se organizassem " pequenos grupos de leitores que poderão repartir entre si o custo da assinatura semestral:

---

<sup>658</sup> Vide, *idem*, *ibidem*

<sup>659</sup> Vide *idem*, *ibidem*

<sup>660</sup> Vide PT/ANTT. *Mocidade Portuguesa*, Cx. 5675 .Carta circular aos Directores dos Centros Escolares da MP, 1970

40\$00. Assim um grupo de 8 alunos, o encargo individual será apenas de Esc. 5\$00 por semestre"<sup>661</sup>

Afirmava mesmo ser um " mensário juvenil recomendado pelo Ministério da Educação Nacional"<sup>662</sup> e no seu esforço de se aproximar dos meios rurais alegava que a revista já era oferecida a 1000 bibliotecas escolares por oferta da Direcção Geral do Ensino Primário.

Como vimos antes com a revista " Camarada" a divulgação e fidelização dos leitores se era importante não o era menos uma adesão em termos de assinaturas que tivesse alguma expressão financeira considerando que a maior parte dos exemplares eram oferecidos aos eventuais interessados de forma gratuita. Nem sempre com sucesso .

Mas talvez mais do que com o "Camarada" ou com as restantes publicações da MP o "Pisca Pisca" apostou em meios modernos meios de divulgação e procurou a sustentação financeira para as despesas que tinha.

Recorreu às empresas de publicidade e marketing e tratou de gizar um plano que considerasse a publicidade paga como fonte fundamental de receitas <sup>663</sup>.

Um dos anunciantes fiéis , já do tempo do Camarada era a Sociedade Nacional ( Nestlé) de Produtos Lácteos

A revista não deixou de procurar divulgar a sua próxima saída, pelos meios institucionais à sua disposição ou seja os canais próprio da MP. Mas efectuou publicidade paga nos grandes jornais diários quer no seu arranque em 1968 quer um ano depois numa campanha de relançamento na época das férias no Diário Popular ou no Comércio do Porto , entre outros <sup>664</sup>.

José Antunes, Carlos Alberto , José Ruy, José Garcês, Zé Manuel , Artur Correia ou Eugénio Silva, todos eles velhos conhecidos de o " Camarada" , foram desenhadores portugueses que colaboraram na revista. Mas a maioria das " história de quadrinhos" voltaram a ser dos heróis da BD franco-belga, que na altura progredia em Portugal junto dos jovens de forma galopante com a revista "TinTin" . Num caso porém o Pisca-Pisca

<sup>661</sup> Vide PT/ANTT, *Mocidade Portuguesa* cx. 5675 . Circular de Janeiro de 1969

<sup>662</sup> Vide PT/ANTT, *Mocidade Portuguesa*, cx. 5675 . Circular de Janeiro de 1969

<sup>663</sup> A tabela de publicidade do "Pisca-Pisca" era a seguinte por página a cores : contra.capa : 5000\$00, verso da capa ou contra-capa: 4.500\$00 e página interior: 3000 \$00; apesar de tudo inferior à revista que poderia considerar-se concorrente e que acabando de sair se tornaria num caso de sucesso , a revista Tintin :verso da capa e contra.capa: 6000\$00; página a cores: 5.000 \$00. Note-se que o TinTin era semanário e anunciava uma tiragem de 25.000 ex e o Pisca-Pisca mensário e tirava à volta de 15.000 ex. vide PT/ANTT, *Mocidade Portuguesa*, Cx. 5675 Tabelas de Publicidade do Pisca-Pisca e do TinTin e Ofício do Chefe do Departamento Comercial ( Rui Santos) que alude a uma tiragem do nº 27 ( 1970) de 14.950 exemplares

<sup>664</sup> Vide PT/ANTT, *Mocidade Portuguesa* Cx. 5675

ficou para a história. Foi nesta publicação que se estreou entre nós uma das mais divertidas criações de René Goscinny, o genial inventor de Astérix, as aventuras do " O Califa e o Grão Vizir".

Contudo o contexto em que esta terceira tentativa editorial da MP nasce é a da transição do salazarismo para o caetanismo e sobretudo de aplicação da reforma da MP por parte do Ministro da Educação Galvão Teles que debilitou em grande parte a presença da estrutura com dinamizadora das actividades circum escolares nas escolas e liceus. Aliás a vida do “ Pisca Pisca” , que escapa ao período cronológico desta investigação, é apenas convocada para assinalar a continuidade da estratégia da MP que nesta época se mostra definitivamente rendida aos méritos das “ histórias em quadrinhos” .

### **5.3.5. O contributo da MP na criação de uma "escola portuguesa de BD"**

São vários os desenhadores e argumentistas portugueses que colaboraram nas publicações periódicas da MP e da MPF, como vimos. De realçar o grupo de desenhadores e argumentistas que contribuíram para a 1ª série do “Camarada” e que em alguns casos se mantiveram na 2ª série e bem assim no “Pisca-Pisca”. Esse grupo de desenhadores constituiu um escol de qualidade e que depois colaborará em outras publicações , podendo a justo título falar-se de uma escola portuguesa de BD. É seguro que, muitos desses desenhadores, alguns ainda vivos e activos hoje, são o que de melhor Portugal sempre produziu na “ nona arte” : E.T. Coelho, José Garcez, José Ruy, Vitor Péon, Carlos Alberto, Artur Correia , entre outros. A esmagadora maioria deles acabou por se especializar no género histórico, raros sendo os que enveredaram por outros registo. Isso deve-se , parece não existirem dúvidas , às encomendas que recebiam por parte das edições da MP . E mesmo as suas colaborações em outras publicações são também de natureza histórica. Embora aí tenha prevalecido o ambiente criado nos anos 50 pelas Comissões especializadas para a Censura infanto-juvenil A vivência da sua profissão no Portugal dos anos 40, 50 ou 60 acabaram por moldar o trabalho realizado . Mas essas obras estão longe de poderem ser etiquetados como traduzindo uma mitologia salazarista.

Seguem certamente o conhecimento histórico dos manuais escolares e dos compêndios históricos da época e procuram valorizar as virtudes dos heróis da história pátria em registos aventureiros que encerram sempre uma mensagem moral. Mas nisso não se distinguem de todas as outras " aventuras históricas" que , por exemplo, em França na sequência da acção da CSC e do ambiente protecionista , prevaleceram nos anos 50.

Do lado da Mocidade Portuguesa Feminina regista-se também um fenómeno interessante. O surgimento , pioneiro e pelo visto único, de uma pequeno grupo de desenhadoras que alimentaram durante várias décadas as " histórias em quadrinhos" da "Lusitas/ Fagulha" . Num universo de criadores de BD tão rarefeito como era o existente durante o Estado Novo, e para mais numa actividade tão resistente à presença das mulheres , as percursos de Maria Alice e Maria Tereza Andrade Santos , de Guida Ottolini, Maria Antónia Cabral ou de Maria Teresa Andrade Santos, não deixa de impressionar. Acresce a qualidade do seu desenho e dos respectivos argumentos.

Ocorre perguntar se entre os que constituíram esta escola de BD portuguesa, a que a MP e MPF recorreu, como vimos , alguém alimentava ilusões quanto à natureza do regime político que lhes encomendava e pagava os trabalhos.

Um dos casos mais significativos é o de José Garçês que desde 1949 , na 1ª série do "Camarada" , até às vésperas do 25 de Abril de 1974 na "Fagulha" deixou dezenas de histórias em quadrinhos e ilustrações da mais diversa natureza em todas as publicações das duas organizações<sup>665</sup>

Segundo refere " apresentou sempre as histórias que queria e que nunca teve censura. Tirando uma excepção. Na revista Fagulha, publicada a partir de 1958, José Garçês criou a personagem feminina Fathma, mas a diretora recusou-se a publicar um desenho em que a mulher aparecia de bruços. "Dizia que não era conveniente, não era bonito e eu tive de alterar o desenho, porque nessa altura era uma coisa terrível!" , disse<sup>666</sup>

Boa parte dos trabalhos de Garçês nas revistas da MP são de índole histórica. Contudo as que foram publicadas nas suas congéneres femininas encontramos " narrativas antropomórficas infantis e com desenho cómico" no que são consideradas algumas das mais delicadas e originais realizações "<sup>667</sup>

---

<sup>665</sup> Vide a referência completa dos referidos trabalhos em Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *José Garçês, [...]*p. 83-85

<sup>666</sup> Vide Observador, 9/4/2016 in <http://observador.pt/2016/04/09/jose-garces-setenta-anos-dedicados-bd-ineditos-editar/> ( consultado em 26/4/2016)

<sup>667</sup> Vide Leonardo de Sá, " Fases Diversas" in Leonardo de Sá e António Dias de Deus, *José Garçês[...]*pp. 9 e 11



Outro caso é o de Eduardo Teixeira Coelho. Tendo começado no “Mosquito”, onde deixou a sua principal produção, colaborou com a MP, mas logo em 1954 ausentou-se de Portugal para vir a trabalhar em França, curiosamente para uma revista infanto-juvenil ligada ao Partido Comunista francês a “Vaillant”. A sua decisão migratória não terá tido qualquer fundamento político, mas apenas profissional, procurando melhores condições para o seu trabalho<sup>668</sup>.

José Ruy Pinto confirma a versão de Garçês. Onde trabalhou ninguém o censurou. E propôs sempre os seus argumentos e desenhos, sem contestação, criando livremente as suas histórias. Mas diz “éramos todos do contra”<sup>669</sup>. Talvez não pretendesse referir-se, nesse juízo, a todos os que colaboraram nas revistas da MP e da MPF. Júlio Gil, por exemplo, nunca duvidou do credo salazarista e dos valores que presidiam à organização onde laborou durante quase toda a sua vida. Para todos porém parece que terá vigorado um jogo de soma múltipla. Os desenhadores que encontravam a possibilidade de divulgar os seus trabalhos e ganhar a vida e a MP que recorrendo aos desenhadores portugueses cumpria a meta “nacionalista” de fazer revistas 100% portuguesas. Para isso, é claro, os desenhadores sabiam bem quais os temas a escolher: entre heróis à imagem de Nuno Álvares Pereira ou Vasco da Gama e imitações de Flash Gordon ou do Super-Homem, não restariam grandes dúvidas...

#### 5.4. Conclusão

Do excuro percorrido é possível concluir em relação a vários dos aspectos aflorados no presente capítulo, o seguinte: a) um atenuado proselitismo doutrinário veiculado pelas revistas da MP; b) a valorização das “histórias em quadrinhos” na estratégia da MP; c) o contributo da MP na criação de uma escola portuguesa de Banda Desenhada; d) o muito discreto papel da Censura infanto-juvenil.

Há quem sustente que as revistas da MP (e a análise tem em conta quer as revistas da MP quer as da MPF) “ao contrário do que seria de esperar de revistas apadrinhadas por uma organização que procurava captar e mentalizar os jovens portugueses” revelaram pouco proselitismo sendo que “o aspecto doutrinário só muito tenuemente se

---

<sup>668</sup> Entrevista a José Ruy Pinto, 27/5/2015

<sup>669</sup> Entrevista a José Ruy Pinto, 27/5/2015

descortina"<sup>670</sup> nas suas páginas. Restam as " histórias em quadrados" e essas porque exclusivamente da responsabilidade de desenhadores e argumentistas portugueses , eram invariavelmente sobre temas históricos ou humorísticos. Também as há realistas ( o policial o Rapto do Volfrâmio de Marcelo Morais ou " Audaz o Cow-boy Justiceiro" de Vítor Péon , ambas no Camarada) mas são excepções.

Supomos que a apreciação, com a qual genericamente concordamos , merece ser matizada. Desde logo não podemos deixar de considerar as épocas históricas em que cada uma das revistas foi publicada. Ou no caso da Lusitas/ Fagulha a sua peregrinação por quase 40 anos. As particularidades, em geral , do tempo histórico e nele das vicissitudes políticas , económicas , sociais e culturais das Mocidades e do Estado Novo projectam-se claramente nos conteúdos das publicações. Assim se há momentos de evidente e reforçada ênfase nos princípios doutrinários estado- novistas, o fim dos anos 40 e anos 50 são disso exemplo, já nos anos 60 ou 70 o aspecto doutrinário é realmente ténue. As três publicações da MP , que se sucederam no tempo e que vimos foram enfraquecendo o seu sinal doutrinário, até praticamente desaparecer nos anos 70. Se a 1ª série do "Camarada" procurava veicular nas suas ficções e nas histórias em quadrinhos os valores do nacionalismo, do cristianismo , do império multirracial e do corporativismo , fazendo-o contudo de forma diluída num misto de aventura e divertimento, já a 2ª série do "Camarada" e a revista "Pisca-Pisca" , praticamente esquecem o proselitismo doutrinário, transformando-se em publicações infanto-juvenis que procuram concorrer com o " Mundo de Aventuras" , o "Cavaleiro Andante", o "TinTin" ou o "Falcão". É o momento da abertura às BDs estrangeiras, sobretudo às da escola franco-belga e de forma menos significativa, às oriundas de Itália e Espanha. Todas elas de inspiração católica e politicamente conservadoras é certo, mas a anos luz de qualquer ideário político totalitário .

Assim, em resumo, não se pode negar a presença dos mitos salazaristas associados aos dogmas da lusitanidade/ nacionalismo, cristianismo, família e em menor grau do corporativismo, nos jornais da MP. A sua presença é muito mais evidente nos relatos ficcionados e nos textos históricos e praticamente desaparece nas " histórias em quadrinhos". Acontece, como vimos, que as bandas desenhadas vão ganhando cada vez mais espaço nas referidas publicações. Parece claro, pela leitura do correio dos leitores existente nos arquivos, que adesão dos jovens a esse meio de expressão assim o terá

---

<sup>670</sup> Vide António Dias de Deus , *Os comics em Portugal* [...]p. 202.

determinado. E esse aspecto doutrinário é também muito mais visível na 1ª série do “Camarada” diluindo-se progressivamente ao longo dos anos e praticamente desaparecendo na fase final do “Camarada” ( 2ª série) e no “Pisca-Pisca”.

Após a análise que acabámos de fazer é forçoso constatar que a política de captação e doutrinação dos jovens para o ideário do Estado Novo, através das publicações da Mocidade Portuguesa não ostracizou , antes recorreu às " histórias em quadrinhos ". Sinal de que o regime tinha óbvia consciência da popularidade e eficácia desse meio de expressão e das capacidades criativas que oferecia. Convirá recordar que os anos 50 e 60 representam, nesse particular , o momento de grande afirmação da BD como fenómeno de cultura popular na Europa depois de o ter sido já nos anos 30 e 40 nos EUA. Mas simultaneamente é o momento de todos os pânicos, em que ditaduras e democracias empreendem o mais significativo esforço para policiar as revistas de BD. Esse fenómeno nasce nos EUA com a criação do "Comics Code" e da "Comics Code Authority" e atravessa o Atlântico chegando a quase todos os países europeus. Portugal não escapa a este movimento criando as estruturas censórias para a literatura infanto-juvenil nos anos 50. Nesse ponto, a natureza do regime político salazarista não introduz nenhum factor de radical diferenciação em relação a idênticos fenómenos em regimes democráticos ( vejamos França ou Grã-Bretanha). Mas enquanto que esse cerco se apertou não deixou o regime através das suas estruturas de educação e propaganda junto dos jovens de formular a diferença entre a importância do meio e o seu conteúdo. Ou seja , os bons conteúdos seriam certamente potenciados com a utilização de um meio que se relevava cada vez mais popular entre os jovens portugueses.

O projecto de conceber uma revista infanto-juvenil só com autores portugueses é a palavra de ordem de Júlio Gil quando congemma com Baltazar Rebelo de Sousa a 1ª série de o Camarada em 1947. A sintonia " avant la lettre" com as preocupações nacionalistas de quem pretende " aporuguesar" todas as histórias para crianças e jovens , como depois ficará em letra de forma já nos anos 50, por obra da Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores, é total. Mas para isso a Mocidade Portuguesa necessitava de reunir à sua volta o melhor dos argumentistas e sobretudo desenhadores portugueses bem sabendo que eles não abundavam e os poucos que luziam real valor desenhavam para a concorrência. Apesar disso, o projecto ganhou asas e afirmou-se durante cerca de 4 anos na primeira encarnação da revista “Camarada”. Chegará isso para se falar de uma escola de BD portuguesa ? Em certo sentido a expressão ganha peso quando verificamos que um ano depois, em 1952, o mesmo Júlio Gil junta um lote de desenhadores de grande nível na

I Exposição de Ilustradores de Lisboa. Muitos colaboraram no "Camarada" mas tinham também no "currículo" passagens pelo "Mosquito", "Diabrete" ou "Mundo de Aventuras". A verdade é que quase todos os que figuram nessa exposição se tornarão nomes de referência da BD portuguesa nos anos 50, 60 e 70 e até aos nossos dias, a maioria em Portugal mas alguns também no estrangeiro : Eduardo Teixeira Coelho, José Garcez, José Ruy, Vítor Péon, ou Fernando Bento. É claro que este momento se tornará irrepetível. A 2ª série do "Camarada" não consegue já reunir a exclusividade de uma lusa colaboração o mesmo acontecendo com o "Pisca-Pisca". Mas não deixa um e outro dos projectos de acolher a criatividade de muitos jovens que depois se afirmarão, alguns já depois do 25 de Abril : Carlos Roque, Artur Correia, José Antunes, Carlos Alberto, Eugénio Silva ou Ricardo Neto. Nesse sentido pois a designação de escola portuguesa de BD não será incorrecta. Controvertida certamente é identificação dos traços fundamentais desta apregoada "escola". Um ponto é seguro: a temática histórica prevalece em quase todos esses autores. E essa é certamente a herança mais visível que a Mocidade Portuguesa deixou a estes criadores. Mas se faz sentido falar de uma "linha clara" na BD portuguesa ela pode ser encontrada nas desenhadoras da "Lusitas / Fagulha" até 1974 : também aí se criou e manteve durante décadas uma "banda desenhada feminina" portuguesa que infelizmente não teve qualquer réplica nos anos subsequentes. Saber se o Estado censurou o próprio Estado e, neste caso concreto, se as publicações periódicas infanto-juvenis da MP e da MPF, por brotarem do seio da estrutura política administrativa do Estado Novo se libertaram do policiamento criado nos anos 50 para esse tipo de literatura, força a uma resposta cautelosa. Não há sinais de uma actuação expressa direccionada aos conteúdos das revistas e jornais. Mas por outro lado sempre se poderá dizer que as publicações das Mocidades não deixam de cumprir as orientações fixadas nas Instruções para a Literatura Infantil e as posteriores recomendações da CLEM, algumas mesmo "avant la lettre". Acautelar o apreço pelas "pessoas e pela Pátria portuguesa" evitar "estabelecer confusões ou erros de cultura ou provocar quaisquer perturbações da sensibilidade moral da criança", "nacionalizar as histórias em quadrinhos", garantir que a "transmissão dos conhecimentos científicos ou históricos" que não devem ser "errados ou inconvenientes" ou proibir de "ridicularizar ou diminuir as ideias morais ou os princípios religiosos, desvirtuando os sentimentos e caricaturando figuras, imagens ou símbolos nobres tais como individualidades históricas veneráveis, anjos e quaisquer símbolos patrióticos ou sagrados" são programas comuns entre as publicações da Mocidade Portuguesa e a Censura.

Mas a este tema regressaremos mais desenvolvidamente no último capítulo.



## Capítulo 6

### O momento da especialização censória infanto-juvenil

#### 6. Introdução: o momento da especialização censória

O momento em que o Estado Novo desperta para o “ grande medo” das “histórias em quadrinhos” como factor potencialmente dissolvente da juventude portuguesa corresponde ao objecto central deste trabalho. Poderíamos apropriadamente qualificá-lo como o “ momento da especialização censória no Estado Novo” no sentido em que se trata de um “ momento moralizador” , que não se reduz a um único e específico acidente histórico-temporal mas que atravessa cerca de duas décadas com maior ou menor visibilidade e eficácia. Mas em certo sentido este “ momento histórico” é muito mais amplo já que nos surge em épocas distintas e em zonas geográficas muito diversas. Desde os “ penny dreadfuls” vitorianos<sup>671</sup>, aos “ horror comics” dos anos 50 do século XX , passando pelas iniciativas mais ou menos bizarras como o movimento de “ bowdlerização” no início do sec. XIX iniciado pelo médico Thomas Bowdler que entendia para protecção de crianças e mulheres, entretanto chegados à leitura, dever expurgar-se das obras literárias as passagens imorais, continuando pelo Código Hays impulsionado pela indústria cinematográfica americana, e tudo o que se prende com o pavor da “desmoralização” dos menores e da “ delinquência juvenil” a ela associada, o fenómeno navega durante séculos e chega mesmo aos dias de hoje, com os novos medos associados à “internet”. Nesse sentido pedimos de empréstimo a expressão a J.G.A Pocock quando este a propósito da viagem do “ republicanismo atlântico” do renascimento aos alvares da

---

<sup>671</sup> Vide entre muitos sobre os “ penny dreadfuls” na Grã-Bretanha e em geral sobre a História cultural da literatura infanto-juvenil britânica Robert J. Kirkpatrick, *From the Penny Dreadful to the Haarpenny Dreadfuller: A bibliographic History of the Boy's Periodical in Britain , 1762-1950*, 2013; Charles Ferral e Anna Jackson, *Juvenile Literature and British Society 1850-1950: The Age of Adolescence*, 2009, Kelly Boyd, *Manliness of the Boys Periodical in Britain : A cultural History, 1855-1940*, 2002; Troy Boone, *Youth of Darkest England, Working-Class Children at the Heart of Victorian Empire*, 2005; John Springhall, *Youth Popular Culture and Moral Panics: Penny Gaffs to Gansta Rap*, 1999;

revolução americana fala de “ momento maquiavélico”<sup>672</sup> . O “ momento” é assim uma “continuum” historiográfico que pode percorrer uma pista cronológica de décadas ou de séculos. O nosso “ momento”, comparado com o “ pocockiano” se é bem mais modesto no seu contexto histórico não deixa de ter uma escala verdadeiramente planetária no momento em que chega a Portugal. Vimos essa dimensão internacional no precedente capítulo 3 e veremos agora em que condições ele se repercute no Portugal salazarista. Para esse efeito estudaremos as origens da campanha anti-“comics”, com a divulgação das “Instruções sobre Literatura Infantil” e a criação da primeira e embrionária comissão censória , a Comissão Especial para a Literatura Infanto-Juvenil, de estatuto precário e composição sofisticada , depois a sua transformação na funcionalizada Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores que haverá de durar até ao fim da Ditadura . A sua existência até 1968 pode dividir-se em dois períodos : o primeiro, que corresponde essencialmente ao mandato de Serras e Silva, marcadamente activo na definição e aplicação de uma estratégica censória de intimidação das publicações nacionais e de repressão das estrangeiras e um segundo período a partir de 1957 , coincidente com a presidência de Fernanda de Castro, em que o agravamento da desilusão desta quanto às funções que aceitou exercer acompanha o progressivo silêncio e irrelevância da Comissão até 1968, que por essa razão será fortemente posta em causa por uma parte do regime . Não deixaremos contudo de dar o devido destaque ao pensamento e à vida de três personalidades que dão corpo ao projecto censório e que contribuem decisivamente para a estratégia de combate à “desmoralização da juventude” ameaçada pela invasão americana” das “ histórias em quadrinhos”. São eles Edmundo Curvelo, Serras e Silva e

---

<sup>672</sup> O " momento maquiavélico" enquanto conceito histórico e conceptual procura "introduzir o factor tempo nas formas verbais em que se expressa a história do pensamento" vide Eloy Garcia, "Estudio preliminar", J.G.A. Pocock *El Momento Maquiavélico*, trad. castelhana, Madrid, Tecnos, 2ª ed. 2008. p. 12 . Vide J.G.A Pocock, *The Machiavellian Moment, Florentine Political Thought and Republican Atlantic Tradition*, With a New afterword by the author edition, 2ª ed. Princeton University Press, 2003 ( primeira edição 1975), pp.vii-ix. Em texto mais recente Pocock regressa ao conceito e ao título da sua obra : " O Momento Maquiavélico responde à pergunta sobre o que acontece quando uma linguagem de discurso persiste e é reutilizada numa situação histórica , ou contexto , que é diferente daquela em que previamente tinha assumido a sua configuração . O meu livro tenta descrever o modo como os textos de Maquiavel , bem como as implicações da sua linguagem , foram usados por uns e atacados por outros , primeiramente na Inglaterra do século XVII e depois na América e Inglaterra do século XVIII" vide J.G.A. Pocock. " Foundations and Moments" in *Rethinking the Foundations of Modern Political Thought* , Annabel Brett , James Tully e Holly Hamilton-Blealkey, eds, Cambridge , Cambridge University Press, 2006, p. 40. Também Ricardo Leite Pinto, *O “Momento Maquiavélico” da Teoria Constitucional norte-americana. Republicanismo, História, Teoria Política e Constituição*. 2ª ed. Lisboa. Universidade Lusíada Editora, 2010, pp. 9-12 e 46-51 . Como se constata o significado do " o momento republicano" ou " humanista cívico " , tal como é conceptualizado por Pocock, remete-nos essencialmente para a História das " linguagens políticas".



Francisco Moreira das Neves. Dos três o que mais nos ocupará será Edmundo Curvelo. Por três razões simples : por ser o autor das “ Instruções para a Literatura Infantil “, por se ter criado uma intrigante memória histórica de “opositor ao Estado Novo” que os dados agora conhecidos parecem desmentir e por ser hoje considerado uma das mais relevantes personalidades da Filosofia em Portugal. Acresce que a aproximação à vida pública de Curvelo, na CELIJ e na Universidade de Lisboa, é um bom caso para testar alguns dos paradigmas do relacionamento entre a memória histórica e as estratégias de esquecimento. Mas Serras e Silva e Moreira das Neves também merecem particular atenção, o primeiro por ter sido amigo pessoal de Salazar e ter pensamento próprio sobre as tarefas moralizadoras do Estado na educação dos jovens e o segundo, sem embargo da relevância que lhe possa ser dada como representante da Igreja Católica na CLEM e como personalidade muito próxima do Cardeal Cerejeira , por ter sido o “censor-mor”, tal o volume e o significado da sua actividade na Comissão.

### **6.1. O enquadramento legal, institucional e político da Censura no Estado Novo e a censura infanto-juvenil**

Os condicionamentos à imprensa surgem imediatamente após o 28 de Maio de 1926, pela aprovação de uma lei de imprensa que curiosamente se manterá em vigor , com alterações , até 1972<sup>673</sup>, já em pleno consulado marcelista. Tratava-se do Decreto nº 12.008 de 2 de Agosto de 1926 ( que por seu lado havia alterado o inicial Decreto nº 11.839 de 5 de Julho de 1926 ). Ainda que o Decreto nº 12.008 tenha sido invocado pelos serviços de censura no exercício da sua actividade a verdade é que o referido diploma não previa expressamente a censura prévia embora introduzisse condicionamentos vários, uns de natureza preventiva outros repressiva, designadamente uma moldura penal mais gravosa para os delitos de imprensa<sup>674</sup>. Na verdade só em 1933 e após a aprovação da Constituição de 1933 é formalizado um modelo complexo de censura prévia incluindo o regime de autorização administrativa quanto à constituição de empresas editoriais e jornalísticas e bem assim se institucionalizou uma máquina administrativa afecta à censura. Tal

---

<sup>673</sup> Vide José Tengarrinha, “ Imprensa”. António Barreto e Maria Filomena Mónica, coord. *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, vol. 8 [...] p. 245

<sup>674</sup> Vide Cândido de Azevedo, *A censura de Salazar e Caetano*, [...] pp. 346-348.

decorreu essencialmente dos Decretos-Lei nº 22469 de 11 /4/1933 e do Decreto- Lei nº 26 589 de 14/5/1936.

O primeiro dos diplomas é essencial porque marca o regime jurídico no quadro do qual praticamente até ao fim do Estado Novo se exerceu a Censura. E em particular é sob esse regime legal que as questões específicas da censura às publicações infanto-juvenis se vão desenvolver, sem prejuízo das especificidades desse controlo.

O Decreto-Lei nº 22.469 começa por afirmar " que continuam sujeitas a censura prévia as publicações periódicas definidas na lei de imprensa e bem assim as folhas volantes , folhetos, cartazes e outras publicações sempre que em qualquer delas se versem assuntos de carácter político e social ". Como escreve Cândido de Azevedo este diploma " mais do que regulamentar a censura(...) procurou " legitimar a prática da censura prévia que vinha sendo exercida desde Junho de 1926"<sup>675</sup>. A institucionalização da Censura determinou também que a sua tutela fosse transferida do Ministério da Guerra para o Ministério do Interior<sup>676</sup>.

O Decreto-Lei nº 22.469 contém duas normas relevantes quanto aos fundamentos e sentido da prática censória . Diz-se no art. 3º que " a censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça , a moral, a boa administração e o bem comum e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade". E no art. 6º estipula-se que " as comissões encarregadas da censura não poderão alterar o texto censurado com aditamentos ou substituições devendo limitar-se a eliminar os trechos ou passagens reputados inconvenientes de harmonia com o disposto no artigo 3º ".

O outro diploma, o Decreto-Lei nº 26.589, acrescentava ao mecanismo da censura prévia o regime jurídico de autorização também prévia quanto à publicação de novo periódico. No seu art. 2º estipulava-se que " nenhuma publicação periódica ou não, mas sujeita ao regime de censura prévia poderá ser fundada sem que seja reconhecida a idoneidade intelectual e moral dos responsáveis da publicação e sem que tenha sido feita prova suficiente dos meios financeiros da respectiva empresa. Entender-se-á que os não possui a

---

<sup>675</sup> Vide Cândido de Azevedo *A Censura de Salazar e Caetano*,[...] p. 352.

<sup>676</sup> O facto da tutela dos serviços de censura ter nascido durante a Ditadura Militar no quadro dos serviços do Ministério da Guerra explicará em parte que os funcionários dos respectivos serviços fossem predominantemente recrutados entre os oficiais do exército, em regra reformados. Vide o exaustivo tratamento deste tema em Joaquim Cardoso Gomes, *Os militares e a Censura. A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo* [...]

empresa que por meio de depósito, fiança ou aval bancário não preste garantia suficiente dos salários e ordenados ou correspondentes despesas de colaboração, composição , revisão e impressão por um período de seis meses".

O regime assim referido contemplava um mecanismo de recurso das decisões dos censores a encaminhar para os Governadores dos Distritos com excepção de Lisboa e Porto. Nestes casos o destinatário dos recursos, eram, em Lisboa o “ Director-geral dos serviços de censura, o governador civil” ou " uma pessoa idónea que o Governo nomeará" e no Porto o presidente da respectiva comissão de censura, o Governador Civil e por uma " pessoa idónea a nomear pelo Governo". Informa Cândido de Azevedo que " que foram sempre em número diminuto ao longo dos anos os casos em que a Censura alterou as suas decisões nesta matéria"<sup>677</sup>.

Mas a pergunta que se impõe é se a raridade na utilização do mecanismo de recurso, não teria que ver com a sua ineficácia prática e por essa razão não acabaria por se ver substituída por mecanismos informais de resolução dos casos mais complexos. Veremos que no caso da censura infanto-juvenil foi esta última a estratégia seguida.

No essencial é este o regime geral que está em vigor no período objecto do nosso estudo ( 1950-1968). E quer a prática da censura prévia quer também o regime de autorização prévia não deixavam de se projectar de forma muito particular nos avatares a que as publicações periódicas ficaram sujeitas, a começar desde logo na escolhas dos responsáveis editoriais.

Do ponto de vista do enquadramento político e institucional a Censura que correspondia formalmente a uma Direcção Geral com sede em Lisboa e a estruturas desconcentradas nos distritos, passou a partir de 1933 a depender do Ministro do Interior. Assinala Ana Cabrera, citando Salgado Zenha que , a criação da Direcção Geral dos Serviços de Censura corresponde " à criação de um organismo de carácter permanente e estável com, cunho de um autêntico departamento ministerial"<sup>678</sup>. Essa configuração não se alterou quando em 1940 , com criação do Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação que reunia os responsáveis do Secretariado da Propaganda Nacional , dos serviços de Censura e da Emissora Nacional de Radiodifusão sob a presidência do Presidente do Conselho, este passou do ponto de vista formal a controlar esse Gabinete e por arrastamento os serviços de Censura. Em 1944 com a extinção do Secretariado da

---

<sup>677</sup> Vide Cândido de Azevedo, *Mutiladas e Proibidas*, [...] p. 50 .

<sup>678</sup> Vide Ana Cabrera, *Marcello Caetano, Poder e Imprensa*[...]p. 28

Propaganda é criado o Secretariado Nacional da Informação<sup>679</sup> na dependência da Presidência do Conselho, acabando os serviços de Censura de ficarem na directa dependência daquele.

É essa a configuração administrativa que preside , sem alterações sensíveis, ao período em estudo.

Contudo sabemos que, pela natureza do regime político salazarista , e se bem que existisse uma preocupação formal no enquadramento jurídico das suas actuações, é manifesta a plasticidade das soluções legais e a evidência das intervenções personalizadas dos titulares do poder político a começar pelo chefe do Governo.

Cândido de Azevedo é muito incisivo ao afirmar que independentemente da estrutura jurídico-formal existente " a censura e a sua actuação são , a partir de então controladas de forma absoluta por Salazar"<sup>680</sup>. Ou seja a criação do SNI, em 1944 , no qual são integrados os serviços de Censura, colocam estes na dependência directa da Presidência do Conselho. E na realidade é o próprio Presidente do Conselho quem o determina ao afirmar " os serviços de censura dependem exclusivamente da Presidência do Conselho e não recebem ordens de qualquer outra departamento do Estado"<sup>681</sup> .

---

<sup>679</sup> Vide Jorge Ramos do Ó, " Secretariado de Propaganda Nacional (SPN);Secretariado Nacional da Informação , Cultura Popular e Turismo (SNI) Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT)" . Fernando Rosas e J. M . Brandão de Brito, dir. *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II[...].p. 893 -896.

<sup>680</sup> Vide Cândido de Azevedo, *Mutiladas e Proibidas*, [...].p. 51. O que não impedia , como sustenta João Medina que Salazar sempre "se absteve de louvar demasiado" a Censura. vide João Medina " O Ditador" in João Medina ( dir.) *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. XII, *O Estado Novo-I*, s.l. Círculo de Leitores, 1984 , p. 115. Ver também no mesmo sentido Joaquim Cardoso Gomes, " Álvaro Salvação Barreto: oficial e censor do salazarismo". *Media& Jornalismo*, nº 9, 2006, p- 62 e António Costa Pinto " O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945). *Análise Social*, vol. XXXV, 157, 2001, p.1056-1057 . Na realidade a troca de correspondência entre Salazar e Marcelo Caetano evidencia a decisiva tutela do primeiro sobre os serviços de Censura designadamente sobre Armando Larcher . vide José Freire Antunes, *Salazar e Caetano, Cartas Secretas, 1932-1968*, Lisboa,Círculo de Leitores, 1993, pp. 270-274

<sup>681</sup> Citado em Cândido de Azevedo, *Mutiladas e Proibidas*, [...].p. 51. Também Joaquim Cardoso Gomes " Os censores do 25 de Abril" [...] p. 10, refere que Salazar controlava pessoalmente a censura. Na verdade alguns casos confirmam essa ideia. No decurso da presente investigação deparámos com documentação que parecem confirmar a referida tese .Por exemplo, em Junho de 1961 o jornal " Os Ridículos" - dirigido por Rebelo da Silva e que se publicava , sem significativas interrupções desde os tempos da I República - após uma sucessão de episódios censórios que atacaram em crescendo o jornal, viu a capa da edição de 10 de Junho ( dia de Sto António) integralmente censurada. Tratava-se de um desenho de Violante em que um Santo António desconsolado dizia ao Menino " Vês meu menino! Este ano da maneira que os homens estão não há milagres possíveis! ". A censura terá cortado o desenho porque " na figura de Santo António transparece a intenção - pasmai oh Céus- de reproduzir o perfil e as mãos de Vossa Excelência" , como em carta muito crítica para a Censura desabafa o Director do jornal ao próprio Presidente do Conselho. E solicita a que " a publicação da gravura seja autorizada". Salazar despacha : " À Censura. Deixar publicar" ( 15/VI/ 61) vide PT/ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 731 ( Processo nº 1000 " Os Ridículos).

Apesar de tudo a intervenção da tutela mais imediata da censura ,a do Ministro da Presidência, não pode deixar de ser considerada. Com essa precisa designação ocuparam o cargo entre 1950 e 1955 Costa Leite ( Lumbrales) , depois Marcelo Caetano entre 1955 e 1958 e finalmente Pedro Teotónio Pereira ( 1958-1961). Com a designação de Ministro de Estado Adjunto do Presidente do Conselho, ocuparam o cargo Correia de Oliveira ( 1961-1965) e Mota Veiga( 1965-1968)<sup>682</sup>

Do ponto de vista das chefias que ficarão à frente dos respectivos serviços, destaca-se pela sua longevidade no cargo e pelo especial perfil, a figura de António Ferro<sup>683</sup> ,que será director do Secretariado de Propaganda desde 1933 a 1944 e posteriormente no sucedâneo Secretariado de Informação Nacional manter-se-á como director até 1950 . António Eça de Queiroz exercerá fugazmente a título interino a chefia do S.N.I. em 1950 após o que será nomeado José Manuel Costa<sup>684</sup> que exercerá o cargo até 1955. Seguir-se-ão Eduardo Brazão( 1955-1958) e César Moreira Baptista (1958-1968).

À frente da Censura<sup>685</sup> , em período cronológico decisivo para o objecto do nosso estudo , encontrava-se o coronel Armando das Neves Larcher " um militar com perfil académico típico pois além do curso de Infantaria da Escola de Guerra era licenciado em Filosofia e Farmácia pela Universidade de Coimbra, antigo professor do Colégio Militar(...) "<sup>686</sup>. Armando Larcher , que substituirá o Tenente-Coronel Álvaro Salvação Barreto primeiro Director da Censura, exercerá o seu mandato de " censor mor" até 1959<sup>687</sup>. Como subdirectores ou directores adjuntos do mandato de Larcher, foram nomeados o Capitão Silva Dias ( (1947-1953) , Coronel David dos Santos ( 1953-1957) e o António Neves Martinha (1957-1961). Após Armando Larcher exercerão o cargo várias personalidades por curtíssimos mandatos , a saber José Fernando Quesada Pastor ( até ao final de 1959), Eduardo Homem Gouveia de Sousa ( desde o início de 1960 a 31/12/1960), Guilherme

---

<sup>682</sup> Para a identificação e datas de nomeação e exoneração dos membros do Governo seguimos o Anexo " Orgânica Governamental". Fernando Rosas e J.M Brandão de Brito, *Dicionário do Estado Novo*, vol.II [...] pp.1021 e ss. Vide também Alberto Laplaine Guimarães, Bernardo Dinis de Ayala, Manuel Pinto Machado e Miguel Félix António, *Os Governos da República, 1910-2010*, Lisboa, Edição dos Autores, 2011.

<sup>683</sup> Vide sobre António Ferro, entre outros, Margarida Acciaiuoli, *António Ferro, A vertigem da Palavra*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2013

<sup>684</sup> " (...) político que gozou da maior confiança de Salazar como o assinalam outros elevados cargos que exerceu no aparelho hierárquico do salazarismo, como o de director do governamental Diário da Manhã ou de chefe de Gabinete do Presidente do Conselho" Jacinto Baptista " À procura do espírito na política do espírito do Estado Novo" in João Medina( dirigida) *História de Portugal dos tempos pré históricos aos nossos dias* , vol. XIII, *O Estado Novo - II*, Clube Internacional do Livro , Espanha, 1984, p. 91.

<sup>685</sup> Vide Joaquim Cardoso Gomes, *Os censores do 25 de Abril*, [...]p. 21

<sup>686</sup> Vide Joaquim Cardoso Gomes, *Os censores do 25 de Abril*, [...] p. 12 .

<sup>687</sup> Vide Joaquim Cardoso Gomes, *Os censores do 25 de Abril*, [...]p. 21.

Lourenço Pinheiro ( 14/12/1960 e 26/6/1961) . Finalmente só a 26/6/1961 António Neves Martinha que tinha sido até aí, nos mandatos Larcher ( em parte), Quesada Pastor, Gouveia de Sousa e Lourenço Pinheiro, subdirector da Censura, toma posse como Director dos Serviços de Censura onde se manterá até 15/8/1965. Após um mandato de cerca de 4 anos, seguir-se-á novo período de mandatos curtos, exercidos por Rui Edmundo Araújo Vasconcelos Pereira e Alvim<sup>688</sup> ( 15/9/1965 a 7/2/1966 ) e José Araújo Martins de Sousa Nazaré ( 7/2/1966 a 26/9/1968). Com a chegada de Marcelo Caetano a chefe do Governo António Neves Martinha exercerá de novo , embora por escassos seis meses , as funções de Director Geral de Censura.

Importa ver de que modo as chefias políticas e administrativas que se sucederam no tempo , quer no plano governativo, quer no do SNI quer no da Direcção dos Serviços de Censura especificamente, se projectaram na acção das comissões infanto-juvenis.

A concepção que preside à função da Censura no Estado Novo e que antes afluíramos, não suscita grandes dúvidas , sendo fundamental enquadrá-la à luz da ideia de " opinião publica" e do papel da imprensa" não só de acordo com o texto da Constituição de 1933 como sobretudo na lógica de modelo " absolutista segundo o qual o Príncipe não depende da opinião pública, não devendo por isso segui-la mas dirigi-la e esclarecê-la " <sup>689</sup> . Assim, a "opinião pública " é considerada como instituição política de apoio ao Governo , de acordo com a Constituição de 1933, devendo aquele dirigi-la e mobilizá-la em defesa do interesse nacional mas também contra os interesses estrangeiros e os inimigos internos a eles ligados. A imprensa tinha função de carácter público ( art. 21º da Constituição de 1933) o que levaria à prática de certas obrigações de carácter político na formação da opinião pública. É nessa lógica que encontra fundamento a ideia do " silêncio culpososo" relativamente aos órgãos que não divulgavam expressamente as mensagens de apoio ao Governo.

A concepção da censura e a sua justificação no esquema do Estado Novo ( e em rigor de todas as ditaduras com contornos similares) decorria da natureza da imprensa como “ instituição nacional”. Para responder a essa missão a única solução era alinhar a imprensa e o poder político de forma de tal forma estreita que à censura cabia eliminar tudo o que

---

<sup>688</sup> Joaquim Cardoso Gomes assinala que embora Rui Alvim tenha protagonizado “a mais curta e desastrosa direcção da censura por parte de um civil nos anos 60” a sua nomeação não deixou de favorecer “ o reforço de elementos da direita radical no aparelho da censura ao nível da Direcção e particularmente na Comissão de Censura de Lisboa” vide *Os censores do 25 de Abril*, [...]p. 16

<sup>689</sup> Vide José Barreto " Censura" *Dicionário da História de Portugal ( suplemento)*, vol. VII [...] p. 275.

não conviesse ao poder político e obrigar a publicar tudo o que esse mesmo poder político pretendesse<sup>690</sup>.

É neste contexto que a Censura actuava não só através dos conhecidos cortes prévios na imprensa , mas também na retenção e suspensão de artigos, nas proibições de livros , dos periódicos estrangeiros , nos filmes , peça de teatro, na publicidade , enfim uma actuação que ira muito mais além das "facetas mais conhecidas( ou menos desconhecidas) do cidadão comum"<sup>691</sup>.

Na realidade entendendo o jornalismo como um actividade ao serviço do Estado , os corolários eram difíceis de afastar: o periódico é um instrumento de acção política e o jornalista “ mais um trabalhador da Administração ainda que o seu salário seja pago por uma empresa privada”<sup>692</sup>.

Dáí que os destinatários da censura se identifiquem com facilidade : desde logo os cidadãos leitores a quem se deve proteger da comunicação e depois os próprios governantes que encontram na censura “ um pedestal para o seu trabalho e os seus projectos”<sup>693</sup>

Mas para além das actividades especificamente censórias a estrutura política da ditadura procurava também controlar em momento prévio a fidelidade política dos homens e mulheres que criavam jornais e revistas . Era o que resultava expressamente do art. 2º do Decreto-Lei nº 26.589 de 14/5/1936.

Ou seja, o processo de licenciamento de novas publicações periódicas, a criação de empresa editoriais e a nomeação de directores e outros responsáveis nas empresas jornalísticas, pautava-se por um escrutínio político prévio . Os processos eram complexos e exigiam o acordo da Direcção dos Serviços de Censura e a intervenção da política política( PIDE / DGS) para apurar do " nihil obstat" que remetia para a verificação da "idoneidade intelectual e moral" , ou seja para a fidelidade política ao regime ou , pelo menos, para uma certa neutralidade.

---

<sup>690</sup> Vide Justino Sinova, *La Censura de prensa durante el franquismo*[...]p. 32

<sup>691</sup> Vide José Barreto " Censura" *Dicionário da História de Portugal ( suplemento)*, vol. VII [...], p. 276.

<sup>692</sup> Vide Justino Sinova . *La censura de Prensa durante el franquismo*[...]p. 17

<sup>693</sup> Vide Justino Sinova . *La censura de Prensa durante el franquismo*[...]p. 34

## **6.2. Nas origens da Campanha anti-“comics” em Portugal : as “Instruções sobre Literatura Infantil” e a Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil ( 1950-1952) <sup>694</sup>**

Durante todo o ano de 1950 terá germinado na mente de Armando Larcher , Director dos Serviços de Censura , no cargo desde 1 de Abril de 1944, a ideia de consagrar um sistema que pudesse fiscalizar as publicações periódicas infanto-juvenis e em geral toda a literatura e espectáculos infanto-juvenis. Vimos antes que as mudanças legais que vão colocar a estrutura censória na dependência directa da Presidência do Conselho por via do Secretariado Nacional de Informação , da Cultura Popular e dos Espectáculos , tiveram como propósito colocar a Emissora Nacional , a Inspecção Geral dos Espectáculos o Turismo e o controlo da imprensa sob a mesma entidade<sup>695</sup> . Essa é ainda uma obra de António Ferro que se manterá na direcção do SNI até Janeiro de 1950. Contudo, nada aponta para uma especial preocupação de Ferro relativamente às publicações periódicas infanto-juvenis. A sua “ política do espírito” nunca deu particular importância a essa realidade para além de vagos afloramentos a propósito da “ cultura popular”. Parece pois mais crível que as preocupações de Larcher tenham ganho alento apenas com a chegada do novo Ministro. Armando Larcher terá tido então condições favoráveis a essa inovação com a posse de João Pinto da Costa Leite ( Lumbrals) como Ministro da Presidência em Agosto desse ano de 1950. O colega coimbrão de Salazar, doutorado em Ciências Jurídico-Económicas e que havia sido Ministro das Finanças, sucedendo a Salazar nessa pasta, durante dez anos , assumiu na reorganização governamental de 50 um papel fundamental como braço direito e fiel do chefe do Governo<sup>696</sup>. Lumbrals era um académico de peso e teorizador do corporativismo, adepto de uma governação

---

<sup>694</sup> Algumas das conclusões relativas aos pontos 6.2 e 6.3 do presente trabalho resultaram de trabalho de pesquisa no âmbito dos seminários de investigação e orientação do Curso de Doutoramento(2014-2017) e foram parcialmente publicadas , vide Ricardo Leite Pinto, “ Salazar contra “ Superman”. Banda Desenhada e Censura durante o Estado Novo: o caso das publicações periódicas infanto-juvenis e o papel da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil e da Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores(1950-1956)” *História , Revista da FLUP*, IV Série, Volume 6, 2016,pp.289-321

<sup>695</sup> Subjacente a essa reestruturação estava também uma relevante questão semântica: com o aproximar do fim da guerra certas palavras que haviam ajudado a consolidar as ditaduras passaram a ser evitadas, uma delas a palavra “propaganda”, Vide Margarida Acciaiuoli, *António Ferro [...]*p. 226

<sup>696</sup> “ Monárquico , pertencia à ala mais conservadora do Regime, homem de confiança e braço direito de Oliveira Salazar durante mais de 20 anos que esteve no governo e (...) 40 anos de vida política activa” . vide Fernanda Rollo, “ João Pinto da Costa Leite (Lumbrals)” Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira, coord. *Os Presidentes do Parlamento Português . vol. III Estado Novo (1935-1974)*. Lisboa, Assembleia da República, 2015, p.314



musculada<sup>697</sup>. As alterações na Direcção do SNI traduziram-se na pontual e transitória substituição de Ferro por António Eça de Queiroz. Apenas em Março de 1951 é designado José Manuel Costa , licenciado simultaneamente em Letras e Direito pela Universidade de Lisboa e que se manterá no cargo até 1955. Costa integrou desde cedo o quadro de colaboradores de Salazar de quem chegou a ser chefe de gabinete em 1944<sup>698</sup>. Foi eleito deputado em várias legislaturas( desde 1942 na III, VII, VIII e IX) . Após a sua saída do SNI foi Director do jornal oficial do regime “ Diário da Manhã”entre 1956 e 1959<sup>699</sup>.

A novidade de um Ministro da Presidência, pese embora o alcance político- administrativo da medida , não deve fazer esquecer que a sua capacidade de decisão estava em larga medida circunscrita à amplíssima esfera de intervenção do chefe do Governo. Daí que seria inédito que o impulso censório que nasce em 1950 passasse ao lado de Oliveira Salazar. Contudo não há menor referência da parte dos seus mais exaustivos biógrafos<sup>700</sup> que o tema tenha estado nas suas preocupações , o tenha discutido com alguém ou tenha sido objecto das cada vez mais espaçadas reuniões do Conselho de Ministros<sup>701</sup>, quer no

---

<sup>697</sup> Costa Leite deixou a pasta das Finanças para assumir o Ministério da Presidência, de que foi o primeiro titular na remodelação levada a cabo em 2 de Agosto de 1950. Fernanda Rollo assinala a relevância desta inovação institucional e o seu significado político : " Conforme as alterações então introduzidas na estrutura orgânica do Governo foram criados dois postos ministeriais na Presidência do Conselho : ministros da Presidência e da Defesa Nacional (...). " De acordo com a nova orgânica e o diploma que a criou cabia ao ministro da Presidência competência cumulativa com o presidente do Conselho para despachar todos os assuntos relativos a serviços dependentes da Presidência além de promover a execução das decisões do Conselho de Ministros respeitantes a mais de um departamento ministerial . Além do mais na extensão do poder do novo ministro cabia a incumbência por delegação do presidente do Conselho de despachar quaisquer assuntos da sua competência legal e coordenar a acção de vários ministérios. Em termos institucionais ficavam sobre a tutela da Presidência do Conselho , o Supremo Tribunal Administrativo, o Secretariado Nacional da Informação , Cultura Popular e Turismo, a Emissora Nacional de Radiodifusão, o Instituto Nacional de Estatística , a Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa e o Fundo de Fomento Nacional " vide Fernanda Rollo , " João Pinto da Costa Leite (Lumbrales)" Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira, coord. *Os presidentes do Parlamento Português . vol. III Estado Novo (1935-1974)*. Lisboa, Assembleia da República, 2015, p. 324.

<sup>698</sup> Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. XVII, 2ª parte, Lisboa, Editorial Verbo, 2007, p. 292

<sup>699</sup> Vide Luis Trindade" Costa, José Manuel da, " Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, dir. *Dicionário Biográfico Parlamentar, vol I, 1935-1974*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2004, p. 471

<sup>700</sup> Vide por todos Franco Nogueira, *Salazar, volume IV , O Ataque, 1945-1958*, Coimbra, Atlântida Editora, 1980 . pp. 135-227 , que refere , com abundância de pormenores as preocupações do Chefe do Governo com a adesão à OTAN, a querela com a União Indiana, a recomposição do Gabinete ( com a criação do Ministério da Presidência), a proximidade das eleições presidenciais ou o estado de saúde de Carmona. O mesmo se diga dos trabalhos historiográficos que sem descurar os aspectos mais globais não deixam de identificar à escala microscópica o dia a dia do chefe do governo. Vide também Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal . vol XV , Da II Guerra à morte do Marechal Carmona*, Lisboa , Editorial Verbo , 2003, pp.218-229

<sup>701</sup> Em meados de 1950 " arreiga-se a convicção de que é pouco profícuo o trabalho do Conselho em plenário", vide Franco Nogueira, *Salazar, volume IV[...]* p. 208

ano de 1950 ou mesmo antes, em 1949<sup>702</sup>. Resta contudo uma referência factual relevante : de acordo com a indicação fornecida por Edmundo Curvelo, que será Vice Presidente da CELIJ, as "Instruções sobre Literatura Juvenil " mereceram a " total aprovação de Sua Excelência o Presidente do Conselho"<sup>703</sup>

Não oferecerá grandes dúvidas que o momento inicial da especialização censória , assim apelidamos a aprovação das Instruções e a posse da CELIJ, resulta do ambiente internacional de verdadeira psicose contra a “banda desenhada” que percorre o mundo desde o fim dos anos 40, e que , em traços gerais, avaliámos antes. Ecos dessa extraordinária onda terão chegado certamente a Portugal das mais diversas maneiras e pelas mais diversas vozes . Mas a verdade é que também razões especificamente internas terão levada a essa decisão. O surgimento entre nós de forma massiva de revistas brasileiras pela via da importação com traduções das personagens dos “comics” norte-americanos a que se seguiu , pela mão da Agência Portuguesa de Revistas a criação do semanário “Mundo de Aventuras”, terão sido os eventos catalisadores .

O sistema de controlo das publicações periódicas em vigor desde 1926 e consolidado em 1933 não deixava escapar nenhuma publicação, quer fossem dirigidas a menores quer a adultos, quer fossem nacionais quer de proveniência estrangeira. Vários são os registos que confirmam a prática da censura prévia , aplicável tanto à imprensa infanto-juvenil como à restante imprensa generalista<sup>704</sup>. Nenhuma diferença existia, designadamente era o mesmo pessoal político que exercia essa função indistintamente. Ou seja o mesmo coronel que avaliava as provas do “Diário de Lisboa” fazia o mesmo com as de “ O Mosquito”.

---

<sup>702</sup> No exaustivo levantamento cronológico levado a cabo por Fernando de Castro Brandão, *Oliveira Salazar, Uma Cronologia*, Lisboa, Prefácio , 2010 , p. 323 , identifica-se no ano de 1950 uma única referência, no dia 15 de Novembro : " Com Marcello Caetano: " assuntos de censura". Dos Conselhos de Ministros realizados não há também qualquer indicação quanto a terem sido discutidas matérias relativas à censura infanto-juvenil. idem, *ibidem*, pp.313-325 e 599.

<sup>703</sup> Vide Relatório de Vieira de Almeida propondo ao Conselho Escolar da Faculdade de Letras a nomeação de Edmundo Curvelo . *Processo Individual de Edmundo Curvelo*, Reitoria da Universidade de Lisboa

<sup>704</sup> Relata José Ruy Pinto : “ As revistas já estavam em fase de impressão quando um estafeta se deslocava à censura com um exemplar para ser apreciado. Muitas vezes estava a máquina a imprimir enquanto aguardavam a resposta da censura. Uma testemunha da época , Américo Coelho , actual colecionador, lembra-se de se dirigir à redacção de “ O Mosquito” no Bairro Alto à espera do último número , ter pago os \$50 do exemplar quando vem lá dentro um responsável tira-lhe o jornal da mão a pretexto de que não tinha ainda vindo a resposta da censura.” Entrevista a José Ruy Pinto, 28/5/2015. Outra referência é nos relatada por José Augusto Roussado Pinto, na altura, em 1945, jovem Director de “O Pluto” : " Tinha 18 anos , fazia o "Pluto" e naquela segunda feira quando fui à Direcção dos Serviços de Censura buscar as provas do jornal e saber se havia algum corte a fazer..." " Notas de 30 Anos de Banda Desenhada" *Jornal do Cuto*, 17 de Setembro de 1975, Ano 3, nº 111, [...].

Por outro lado, desde o início do ano de 1950 que haviam sido definidos critérios para que as publicações infanto-juvenis pudessem compaginar-se com a sua função de acordo com as orientações da Direcção dos Serviços de Censura e bem assim divulgada uma lista de publicações infantis estrangeiras interditas de circular no país. Por ofício de 14/3/1950 dirigido ao presidente do Grémio Nacional de Editores e Livreiros a Direcção dos Serviços de Censura dá a conhecer a interdição de circulação de revistas “ cuja execução material não corresponde às exigências da higiene visual e bem assim a que faz a exaltação do crime, do banditismo, da violência, do sonho, do ódio e apresentam sob uma forma favorável quaisquer actos qualificados como crimes ou de natureza a desmoralizar a criança” e acrescenta “ o que os próprios jornalistas brasileiros condenaram no seu recente congresso “ pela sua acção deformadora e dissolvente da mentalidade infanto-juvenil denunciando ainda o carácter e acção desnacionalizantes dessa literatura importada em sua quase totalidade e que está levando à anulação e difusão do folclore, da história e das figuras marcantes, dos construtores da nacionalidade e os nossos heróis e mártires, pensadores e artistas- ao mesmo tempo que os preços de dumping de verdadeira invasão e corrupção ideológica da nossa pátria, condenam ao ostracismo os artistas nacionais especialmente no caso das histórias em quadrinhos”<sup>705</sup> . Em novo ofício datado de 29 de Abril do mesmo ano a Direcção dos Serviços de Censura remeteu ao Grémio uma lista de publicações interditas de circular . Será por ventura a primeira grande lista de interdições quanto a publicações infanto-juvenis elaborada pelos serviços de censura ainda antes da fase da especialização censória<sup>706</sup>. Aí constam um alargado número de publicações proibidas de circular a partir de 1 de Maio de 1950 oriundas do México, Estados Unidos, Brasil, França, Bélgica , Inglaterra e Espanha . Desde os “Jungle Comics”” Captain Marvel” ou “ Real Life Comics” oriundos dos EUA passando pelos “ Gibi”, “ Globo Juvenil”, “ O Lobinho” ou “ Superman” do Brasil até “Super Pulgarcito” ou “ TBO” de Espanha a lista é exaustiva. E é apesar de tudo radical, sobretudo quando comparada com a actuação das Comissões especializadas criadas posteriormente. Não

---

<sup>705</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*. Arquivador .Censura . Correspondência ( 1950-1952) Carta de 14/3/1950, da Direcção dos Serviços de Censura dirigida ao Presidente do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, Ofício confidencial nº 448/RE.

<sup>706</sup> Vide PT/ SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*, Arquivador .Censura . Correspondência ( 1950-1952). Carta e anexo de 29/4/1950 da Direcção dos Serviços de Censura para o Presidente do Grémio Nacional de Editores e Livreiros. Ofício confidencial 653/RE

deixa de surpreender a proibição por exemplo do “Tintin”, de “Spirou” ou de “Pierrot”<sup>707</sup>, todas elas de cunho francófono ou mesmo a espanhola “TBO”. Todas essas revistas, designadamente as de origem francófona, nasceram e mantinham-se à época com características conservadoras, marcadas pelo espírito escutista e pela mensagem católica, fiéis aos valores tradicionais da Família. Mas mesmo a histórica “TBO” percorria nos anos 50 a senda do humor infantil sob o traço de Urda, Muntanola, Sabatés, Tinez, Coll e tantos outros que marcaram várias gerações de jovens amantes dos “tebeos”, sem que a censura franquista a incomodasse<sup>708</sup> como vimos. Se os editores brasileiros, por exemplo, não deixaram de denunciar as limitações à importação por parte de Portugal das suas revistas, e fizeram-nos várias vezes ao longo dos anos 50, como veremos, o mesmo acontecendo com um ou outro editor norte-americano, que não deixou de protestar pela proibição de circulação das suas revistas<sup>709</sup>, tal não aconteceu com outros países. É por isso de assinalar, até pela natureza excepcional da reacção de Raymond Leblanc, patrão das Éditions du Lombard ao ver proibido o seu “Tintin”(ainda que na edição francesa que no essencial emulava a edição belga) para mais num país com tantas ligações ao famoso jornalista que dava nome à publicação.

Tratou-se de um primeiro contacto dos vários que resultaram do relacionamento do Estado Novo com o universo da revista “Tintin”, editada justamente pelas Editions du Lombard. Só que enquanto esse contacto assentou em considerações censórias outros houve desenvolvidos pelo Estado Novo em sentido diametralmente oposto. Vimos já que no fim dos anos 50 e nos anos 60 a Mocidade Portuguesa estabelecerá pontes com as Editions du Lombard para poder publicar na sua revista “Camarada” as aventuras de Quick et Flupk criadas por Hergé.

Ora um dos pontos altos do relacionamento de Hergé com Portugal, em concreto pela via da sua mais conhecida personagem, tem que ver com a publicação em Portugal das aventuras de Tintin. O primeiro país estrangeiro e a primeira língua não francesa onde o

---

<sup>707</sup> No caso de “Pierrot”, revista publicada desde 1920 pelas Editions Montsouris, as objecções da censura têm que ver com os aspectos gráficos. Esclarece a Direcção dos Serviços de Censura : “Satisfazendo o pedido telefónico de V.Exa informo que a revista “Pierrot” foi proibida de circular no País desde 30 de Abril último, por não obedecer a normas consideradas indispensáveis nos textos, gravuras e aspecto gráfico a que devem estar sujeitas as publicações infantis” Vide PT/SGPCM/GMCS *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministro. Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*. Arquivador .Censura . Correspondência ( 1950-1952). Carta da Direcção dos Serviços de Censura ao Chefe da Repartição de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 30/8/1950.

<sup>708</sup> Vide Antonio Guiral, *100 anos de TBO [...]*p. 84-91

<sup>709</sup> Vide PT/ ANTT . *Arquivo Álvaro Saraiva*, informação sobre a reclamação apresentada pela “Classic Illustrated”, Álvaro Saraiva, 1/7/1954

popular herói se estreou em 1936 . Deve-se a Adolfo Simões Muller e sobretudo ao Padre Abel Varzim<sup>710</sup> tal episódio<sup>711</sup>.

Dezena e meia de anos depois e na sequência da lista acima referida Raymond Leblanc por carta de 1/8/1950 reclamou junto da Direcção dos Serviços de Censura portugueses do facto da revista ter sido interdita de entrar em Portugal : “ ficamos ainda mais espantados dado que o nosso jornal é seguido e recomendado por todos os meios de ensino belgas e estrangeiros”<sup>712</sup>( Documento P)

Em resposta o Director dos Serviços de Censura, Coronel Armando Larcher remete um resumo ( em português) de algumas normas a que deve obedecer a Literatura Infantil e conclui dizendo que " como no arquivo destes serviços não se encontra exemplar algum do vosso jornal não podemos precisar os motivos da sua proibição, que podemos admitir seja devido a lapso, dado o elevado número de exemplares submetidos à apreciação destes serviços. Neste termos poderá V.Exa dignar-se enviar-nos um exemplar a fim de ser revista a decisão tomada"<sup>713</sup>.

---

<sup>710</sup> Padre Abel Varzim ( 1902-1964) doutorou-se em Ciência Política na Universidade de Lovaina na Bélgica, tendo, nos anos 30 criado amizade com o Padre Norbert Walez, director do diário católico "Le Soir", onde as aventuras de TinTin se estrearam. Conheceu Hergé e de regresso a Portugal correspondeu-se com ele sugerindo a Adolfo Simões Muller a publicação das aventuras do repórter. Teve ampla intervenção na vida social , política e religiosa portuguesa nos anos 40 e 50, inicialmente próximo do ideário do Estado Novo, tendo sido eleito deputado à Assembleia Nacional ( 1938-1942) para depois se afastar, criando a Liga Operária Católica e vivendo os últimos da sua vida vigiado pela PIDE.

<sup>711</sup> Os leitores portugueses acompanharam as aventuras de Tintin, no "Papagaio" ( de 1936 a 1948) , depois no "Diabrete" ( 1949-1951 ) no "Cavaleiro Andante" ( 1953- 1961), no "Foguetão" ( 1961) e no "Zorro" ( 1963-1964) todas elas dirigidas por Adolfo Simões Muller. Recorde-se que TinTin , que começou a ser publicado no "Petit Vingtième" a 10 de Janeiro de 1929, concretiza a primeira incursão numa língua que não o francês, justamente em Portugal e para a mais a cores , o que não ocorria na versão original à época. Aliás, durante a ocupação alemã da Bélgica as aventuras de TinTin continuavam a publicar-se no semanário infantil "O Papagaio"( 1935-1949). O nº 53 de 16 de Abril de 1936, marca o início da série entre nós com a aventura "TimTim na América do Norte" . As aventuras de "TinTin" , da sua cadela RonRom( Milú) , do capitão Rosa( Haddock) e do Professor Pintadinho ( Tornesol) prolongam-se em mais oito aventuras publicadas no jornal dirigido por Adolfo Simões Muller. Durante a guerra Hergé pedirá aos responsáveis da revista portuguesa , em concreto a Adolfo Simões Muller que lhe enviassem pequenas encomendas de virtualhas bem como ao seu irmão Paul prisioneiro na Alemanha desde o início da guerra. " Acabámos de receber um pacote de açúcar , chocolate e sobretudo que alegria, toucinho e duas deliciosas salsichas que posso garantir nos deram o maior dos prazeres" ( carta de 5/7/1941 de Hergé a Adolfo Simões Muller) . De outras vezes serão sardinhas, biscoitos, café ou luxo supremo, cigarros algo que o desenhador dificilmente dispensa" Vide Benoit Peteers, *Hergé, cit.* p. 158 e José Azevedo e Menezes, *O Papagaio, Um Estudo do que foi uma grande revista infantil portuguesa*, Damaia, Bonecos Rebeldes. 2013, 4ª ed. rev. e corr. Sobre Hergé e Portugal vide Pierre Assouline, *Hergé*, Paris, Plon, 1996 p. 196

<sup>712</sup> Vide Biblioteca Municipal de Abrantes António Botto , *Espólio Edmundo Curvelo*, Cx. 12

<sup>713</sup> Vide Biblioteca Municipal de Abrantes António Botto, *Espólio Edmundo Curvelo*. Cx. 12 Carta do Director dos Serviços de censura ao Director das Editions du Lombard" de 11/8/1950

A resposta não demorou e vale a pena ser reproduzida pelo que revela das concepções que presidiam à revista “Tintin” :

“ Estudámos em pormenor a regulamentação portuguesa no que diz respeito à imprensa em geral e à imprensa juvenil em particular. Não podemos fazer outra coisa que não aplaudir as medidas que tomaram para proteger os leitores do vosso país. Permitimo-nos contudo assegurar-vos uma vez mais que uma censura rigorosa vigia atentamente os textos e os desenhos que aparecem em “TinTin”. Supomos que será suficiente para vos convencer lerem os nossos editoriais da página 2 e estamos convencidos que admitirão connosco que sob o pretexto de evitar os maus exemplos e as cenas repreensíveis não podemos proibir uma acção saudável numa revista destinada à juventude. Por outro lado aproveitamos para vos assinalar que os nossos assinantes escrevem-nos para nos afirmar o estupor pelas medidas tomadas contra TINTIN” <sup>714</sup> ( Documento Q) .

Não deixa de ser curiosa esta troca epistolar, sobretudo porque Armando Larcher parece ignorar terem os seus próprios serviços, quatro meses antes, colocado a revista no “índice”. Se é verdade que a revista deixou de figurar no "index" das publicações proibidas , não é menos verdade que não se pode dizer com segurança que ficou ao abrigo de qualquer diatribe censória como o comprova a interdição de um número anos depois . Tratou-se do nº 29 de 21/7/1954 da edição belga<sup>715</sup>. Não sabemos as razões para tal proibição , mas compulsando a referida revista , não andaremos longe da verdade se dissermos que o olho crítico dos censores terá ficado assustado com o destaque dado nas páginas centrais, um magnífico desenho a duas páginas , destacando os pormenores técnicos do " Sovietski Soyuz " " o maior coraçado do mundo" um campeão dos mares da União Soviética" ! <sup>716</sup> . Aliás, este episódio, a que regressaremos no capítulo seguinte, simboliza um raríssimo momento de intervenção das estruturas censórias no contexto da política internacional e da guerra fria nos anos 50.

Não deixa de ser irónica - e até que ponto sincera? - a preocupação de Raymond Leblanc, um medalhado resistente ao fascismo e ao nazismo<sup>717</sup>, ao manifestar o seu acordo com as

<sup>714</sup> Vide Biblioteca Municipal de Abrantes António Botto. *Espólio Edmundo Curvelo*, Cx. 12, carta de Raymond Leblanc ao Director dos Serviços de Censura, de 18/8/1950.

<sup>715</sup> Vide PT/ANTT, *Arquivo Salazar*. PC. 73, Direcção dos Serviços de Censura, Boletim do registo dos principais cortes efectuados nos jornais, Boletim 23/54 de 31/7/1954.

<sup>716</sup> Vide *Tintin*, edição belga, 9 éme année, nº 29 de 21/7/1954, pp.10 e 11

<sup>717</sup> Vide a biografia de referência , Jacques Pessis, *Raymond Leblanc, le magicien de nos enfances*, Paris , Fallois, 2006

regras censórias de um regime considerado como fascista , mas a verdade é que cinco anos após a sua estreia, a revista “TinTin” vivia justamente o seu momento pujante de afirmação internacional com uma difusão internacional sem precedentes <sup>718</sup>.

Na carta de Armando Larcher a Raymond Leblanc o primeiro indica um conjunto de princípios em versão resumida sob a designação genérica de “normas” aplicáveis às publicações infanto-juvenis. Esse resumo epistolográfico reproduz sem qualquer alteração significativa aquelas que virão a ser as “Instruções sobre Literatura Infantil “ aprovadas e editadas pela Direcção dos Serviços de Censura e que sob a forma de opúsculo foram distribuídas em data exacta não determinada mas provavelmente no mês de Setembro de 1950<sup>719</sup>.

Aliás, se bem interpretadas algumas das considerações da carta acima citada da Direcção dos Serviços de Censura ao Presidente do Grémio de Editores e Livreiros e que constitui o pano de fundo para a lista de proibições, avança já com alguns critérios que constarão das “Instruções”. E sobretudo ao utilizar a expressão “ jornais e revistas que apresentam sob uma forma favorável quaisquer actos qualificados como crimes ou de natureza a desmoralizar a criança” ecoa de forma muito viva as disposições do art. 2º Lei francesa de 1949 sobre publicações infanto-juvenis quando estas também aludem concretamente a “ apresentar sob forma favorável “ todos os actos considerados crimes ou delitos ou de natureza a desmoralizar a criança. Não é certamente por mero acaso que as autoridades censórias portuguesas reproduzem estes dois enunciados semânticos ( que em França tanta polémica suscitaram) para estabelecer critérios quanto ao que deve ser evitado na literatura infanto-juvenil. É difícil não ver aí o conhecimento da lei francesa . Em outras circunstâncias deste momento censório veremos as afinidades e os empréstimos argumentativos à realidade gaulesa.

Embora os membros da CELIJ só tomem posse em Dezembro de 1950 e as "Instruções" datem de meados deste ano a verdade é que as várias publicações existentes no mercado dão conta de que " segundo informações da mais fidedigna origem as publicações infantis e juvenis vão em breve ficar sujeitas a um conjunto de preceitos actualmente em estudo

---

<sup>718</sup> Vide Dominique Maricq, *Le Journal TinTin, [...] p. 38*

<sup>719</sup> Adolfo Simões Muller elabora uns “ comentários” datados de 18 de Setembro de 1950 nos quais refere terem sido as “ Instruções “ “recentemente tornadas públicas”. Vide Biblioteca Municipal de Abrantes António Botto. *Espólio Edmundo Curvelo*, Cx. 12, “ Alguns Comentários a propósito das “instruções” da Direcção dos Serviços de Censura acerca da edição e circulação das publicações de literatura infantil” Adolfo Simões Mueller,p.1

que tendem a imprimir-lhes as características adequadas ao público para que se destinam "

720

"O Diabrete" publicação de origem católica que tinha como director o não menos católico e salazarista Adolfo Simões Muller, foi uma das primeiras publicações a sentir os novos "ares" censórios. Acresce que , nesta data " O Diabrete" se aproximava do seu último número , que ocorreria em fins de 1951 , dando lugar, como vimos ao " Cavaleiro Andante" numa solução de continuidade quase absoluta, congeminada pela editora , a Empresa Nacional de Publicidade, mantendo-se inclusive o mesmo Director.

Ora o Diabrete é notificado por ofício de 5 de Fevereiro de 1950 pela Direcção dos Serviços de Censura do seguinte :

" Verificando-se que no jornal infantil da mui diga direcção de V.Exa se publicam contos e desenhos considerados menos aconselháveis para a leitura das crianças , como sejam relatos de assassínios ou desenhos de aventuras que podem impressionar inconvenientemente os seus pequenos leitores encarrega-se o Ex.mo Director de solicitar a V.Exa se digne submeter à censura prévia os assuntos que o jornal Diabrete pretenda publicar"<sup>721</sup>

Em resposta o Director do " Diabrete" Adolfo Simões Muller , evidenciando particular proximidade com o Coronel Larcher , Director dos Serviços de Censura afirma que :

"... de acordo com a conversa que tive com V.Exa tenho a honra de comunicar que já dei as devidas ordens para que sejam enviadas a esses serviços para censura prévia todos os assuntos a inserir no Diabrete que se me afigurem susceptíveis de qualquer reparo . Aliás como disse a V.Exa a selecção dos textos e desenhos destinados a este jornal é feita sempre com o maior cuidado eliminando-se como V.Exa teve ocasião de verificar os aspectos e pormenores que por ventura possam impressionar inconveniente a mente dos jovens leitores. Procurei portanto acertar o meu critério com as determinações emanadas desses serviços na certeza de que todos nos propomos o mesmo objectivo : proporcionar às crianças leitura adequada , amena e sã.

Conforme porém ponderei com V.Exa afigura-se-me indispensável para a eficácia da benemérita campanha em tão boa hora empreendida pelos Serviços de Censura e para que ela não reverta apenas em prejuízo dos jornais portugueses que assim

---

<sup>720</sup> Vide *Mundo de Aventuras* de 3/2/1950 p. 3 .

<sup>721</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro") Ofício de 3 de Fevereiro de 1950 dirigido ao Director do "Diabrete".



veriam diminuídas a sua venda e a sua acção que se atente nas publicações estrangeiras da especialidade que se vendem largamente em Portugal -na sua maioria em língua portuguesa , se é que portuguesa se lhe pode chamar- e cujos textos e ilustrações são quási sempre condenáveis pela nossa moral. Certo de que V.Exa compreenderá , para além do meu acato respeitoso das ponderadas determinações do seu ofício , o meu melhor desejo de cooperação, permite-me lembrar-lhe a sua amável concessão em referência ao primeiro número do " Diabrete" submetido a esse regime de censura prévia e que será o nº 698 visto que os anteriores já estarem impressos"<sup>722</sup>

E por aqui se encerra este episódio prenunciador das alterações que o regime de censura às publicações infanto-juvenis iria sofrer a curto prazo.

O passo decisivo será a divulgação das “ Instruções” e a instalação e funcionamento da estrutura administrativa nela prevista.

Ainda que sem indicação de autoria as “Instruções” foram elaboradas por Edmundo Curvelo, filósofo de formação e à época professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Quer a autoria quer depois a sua participação na primeira das Comissões especializadas para a Literatura Infanto-juvenil não deixam de surpreender . Por um lado Edmundo Curvelo é a personalidade mais improvável de todo o grupo que forma a primeira comissão. Para um inadvertido ou desinformado observador contemporâneo como poderia Curvelo ser o autor da “ bíblia” censória infanto-juvenil ( e membro integrante da futura estrutura censória) se havia sido sempre opositor ao Estado Novo? Por outro lado fica por saber em que medida o seu pensamento forjou integralmente as referidas regras ou se não terá prevalecido um outro entendimento ainda por interposta autoria e em qualquer caso qual o seu papel no desenlace final.

Para já registre-se que Curvelo era próximo de Armando Larcher que o terá aconselhado junto do Ministro da Presidência Costa Leite ( Lumbrals) para a tarefa de elaboração de um projecto de “Instruções sobre Literatura Infantil” e mais tarde para integrar a CELIJ . Costa Leite ( Lumbrals) era , insista-se, uma das figuras políticas de maior proximidade com Salazar e considerado um dos " radicais" do regime<sup>723</sup>. Larcher admirava Curvelo pelo trabalho deste na criação e funcionamento do Gabinete de Psicologia no Colégio

---

<sup>722</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro") . Carta do Director do " Diabrete" ao Director dos Serviços de Censura, de 8 de Fevereiro de 1950.

<sup>723</sup> Vide Helena Matos , *Salazar, vol.II. A propaganda*, Lisboa, Temas & Debates, 2003, p. 248 que salienta a " germanofilia" de Costa Leite ( Lumbrals) enquanto dirigente da Mocidade Portuguesa.

Militar<sup>724</sup>, quando aí exerceu funções docentes. No espólio de Curvelo constam cartões pessoais de Larcher acompanhando a troca de projectos e ante-projectos de um eventual decreto e de instruções sobre a Literatura Infantil e Juvenil que testemunham tal relação. Aí se reporta o tratamento amistoso de Larcher para com Curvelo : " grato reconhecimento" e " grande amigo" são expressões utilizadas<sup>725</sup>.

É curioso verificar que Curvelo invoca a vários títulos e em diversos contextos a autoria das " Instruções "<sup>726</sup>. Mais mesmo, não deixa , ele e os seus Amigos de , em certos momentos destacarem o facto do " relatório que apresentou ter tido " a honra de merecer a total aprovação de S.Exa o Presidente do Conselho e de S.Exa o Ministro da Presidência "

<sup>727</sup>.

No espólio de Curvelo encontramos vários documentos relacionados com a temática da Literatura Infanto-juvenil. Um documento com o título “ Direcção dos Serviços de Censura/Literatura Juvenil”, outro intitulado “ Projecto de Decreto sobre Literatura Infantil e Juvenil” e outro ainda com a designação de “Projecto de Decreto/ Comissão para a Cultura da Juventude”. Este último é o único datado: Julho de 1951.Contudo só o

---

<sup>724</sup> Vide Carta de António Moraes e Cunha Rodrigues publicada a 4 /12/1974 no Jornal de Abrantes, reproduzida em Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013 p. 372

<sup>725</sup> Vide Biblioteca Municipal de Abrantes António Boto, *Espólio Edmundo Curvelo , Caixa 12, Pasta C 1203 e Pasta C 1204*

<sup>726</sup> No espólio de Edmundo Curvelo existem vários documentos alusivos aos trabalhos preparatórios do texto . Entre eles destaca-se um projecto de Decreto sobre Literatura Infantil e Juvenil , da sua autoria, e uma versão da Direcção dos Serviços de Censura sobre o mesmo tema remetida pelo seu director Armando Larcher com base no projecto de Curvelo e que sofre ainda alterações manuscritas de Edmundo Curvelo. Biblioteca Municipal de Abrantes António Boto, *Espólio Edmundo Curvelo - Caixa 12- Pasta C 1203 e Pasta C 1204*. Mas o próprio Edmundo Curvelo confirma a autoria do documento quer na primeira reunião da Comissão para a Literatura Infantil e Juvenil realizada a 16/12/1950 - vide *Espólio Edmundo Curvelo, Caixa 12, Pasta C 1201, Livro de Actas da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil*, quer em Relatório entregue na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vide Augusto J. Franco de Oliveira, *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho (1947-1953) e outros inéditos*. Vol. 1, *Cadernos de Filosofia da Ciência*. Lisboa: CFCUL, 2005 , p. 174. quer ainda em carta de Edmundo Curvelo ao Director da Faculdade de Letras de 23/5/1953 , Reitoria da Universidade de Lisboa, *Processo Individual de Edmundo Carvalho Curvelo*. Idêntica referência surge no Relatório de Vieira de Almeida propondo ao Conselho Escolar da Faculdade de Letras de Lisboa a nomeação de Edmundo Curvelo para professor do quadro . Reitoria da Universidade de Lisboa, *Processo Individual de Edmundo de Carvalho Curvelo*. A obra de referência sobre a vida e obra de Edmundo Curvelo é a tese de doutoramento de José António Alves, *Logificação da Psicologia. O itinerário Intelectual de Edmundo Curvelo sobre a Mente, a Lógica e a Filosofia*. Tese de Doutoramento em Filosofia. Especialidade de Filosofia da Mente. Universidade do Minho, Instituto de Letras e Ciências Humanas, 2015, policopiado , que investigou e inventariou o espólio do filósofo e que é taxativo : “ Curvelo redigiu para os serviços de censura as Instruções sobre Literatura Infantil” p. 256.

<sup>727</sup> Vide Relatório de Vieira de Almeida propondo ao Conselho Escolar da Faculdade de Letras a nomeação de Edmundo Curvelo . *Processo Individual de Edmundo Curvelo*, Reitoria da Universidade de Lisboa

primeiro constitui fonte das “ Instruções para a Literatura Infantil”. Os restantes podem quanto muito constituir elementos auxiliares para o estudo das origens do Decreto Lei nº 38964 de 27/10/1952, sobre a assistência a espectáculos públicos por menores e que veio a consagrar legalmente a CLEM. A eles voltaremos no ponto seguinte.

Do confronto entre a versão definitiva das Instruções tal como foram publicadas (Documento R) e o projecto de Curvelo, com as alterações manuscritas pelo próprio( Documento S) ) as diferenças são pouco significativas e reconduzem-se a questões de forma e não de conteúdo. Há contudo dois aspectos relevantes : a ) o projecto no seu art. 10º explicita que a Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil criada para zelar pelo cumprimento da doutrina do “ presente diploma” funcionará “ na dependência directa da Presidência do Conselho enquanto que a versão final omite a dependência hierárquica da Comissão e , b) por outro lado, o projecto , pelo menos numa versão inicial , incluiria no art. 10º , um parágrafo com indicação concreta dos membros da Comissão. Na verdade , no documento em apreço, esse parágrafo é suprimido e a versão final respeita essa alteração e não contém a indicação dos membros da Comissão que só serão nomeados mais tarde, por despacho de Costa Leite de 11 de Novembro de 1950 tendo sido empossados a 15 de Dezembro.

As " Instruções sobre Literatura Infantil " foram publicadas em brochura autónoma sob a chancela da Direcção dos Serviços de Censura em 1950<sup>728</sup>. Como se disse foram elaboradas por Edmundo Curvelo em meados de 1950, mas tal autoria, segundo o próprio, se foi exclusiva quanto “espírito da obra “ teve o auxílio quanto aos “aspectos tipográficos” de outras duas personalidades , Luís Moita, especialista em artes gráficas, que viria a fazer parte da CELIJ e Lopes de Andrade , professor de Oftalmologia<sup>729</sup> . Como já vimos , algumas das publicações infanto-juvenis fizeram-se eco da intenção do Governo e dos serviços de censura em enquadrar as publicações infanto-juvenis de forma diversa das restantes publicações e a própria documentação consultada evidencia que em Janeiro/ Fevereiro de 1950 os serviços de Censura centram a sua análise " nos contos e desenhos menos aconselháveis para as crianças" dando a entender a proximidade da mudança que se concretizará depois. Não admira que assim seja até porque virão a participar na Comissão prevista nas Instruções os directores dos dois maiores semanários

---

<sup>728</sup> Vide Direcção dos Serviços de Censura, *Instruções sobre Literatura Infantil*[...]

<sup>729</sup> Vide Acta nº1 de 16/12/1950 da CELIJ . Biblioteca Municipal de Abrantes António Boto, *Espólio Edmundo Curvelo, Caixa 12, Pasta C 1201, Livro de Actas da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil*

juvenis da época, " Mundo de Aventuras" e " Diabrete" respectivamente José de Oliveira Cosme e Adolfo Simões Muller <sup>730</sup> .

As " Instruções sobre Literatura Infantil" não são em rigor apenas destinadas aos "infantes" mas antes enquadram os jovens em dois grupos : "infantis" para idades não superiores a 12 anos e "juvenis" superiores a essa idade. Tratam um pouco de tudo, com relevo para os aspectos gráficos sem descurar as questões de conteúdo.

As considerações introdutórias procuraram retratar o panorama da imprensa juvenil em Portugal no início da década de 50 parecendo fazerem-se eco das preocupações, que já vimos e que eram comuns a outros países como os EUA, a França ou a Espanha. E acrescentam-lhe um programa doutrinário destinado a proteger a " saúde moral " dos jovens num misto de paternalismo salazarista e de pedagogia cristã.

O panorama das publicações nacionais e estrangeiras destinados aos jovens afigurava-se assustador segundo o autor das Instruções . Lê-se no texto : " usam e abusam de histórias de terror ,violência e sadismo , fomentando pessimismo acerca da condição humana; estão redigidas em linguagem que principalmente devido à influência de certas maneiras de narrar, frequentes em literaturas estrangeiras cria ou desenvolve o hábito do calão abastardando o idioma nacional(...) são impressos de modo a porem em perigo a higiene dos olhos e contribuem negativamente para educação artísticas dos leitores; não apresentam os requisitos morais e psicológicos mínimos pois não tomam em consideração ou aproveitam incorrectamente os centros de interesse próprios de cada idade" <sup>731</sup> Ora " os jornais e revistas com semelhante orientação são hoje universalmente considerados responsáveis pela criminalidade infantil e juvenil" .

---

<sup>730</sup> Uma carta da Agência Portuguesa de Revistas de 11/8/56 dirigida à Direcção dos Serviços de Censura em que se elencam dados biográficos de José de Oliveira Cosme , para efeito da sua nomeação como Director do " Condor Popular" escreve-se o seguinte: " Redactor, por honroso convite do Sr. Presidente dos Serviços de Censura do Decreto sobre a Literatura Infantil e Juvenil actualmente em vigor sem exigência de qualquer remuneração" vide PT/ ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 562. " Condor Popular" . A referência não se reporta às Instruções mas sim ao Decreto-Lei nº 38964 de 27 de Outubro de 1952 que estabeleceu o regime jurídico da assistência a espectáculos públicos por menores e definiu a composição e competências da CLEM. Por seu lado Adolfo Simões Muller em entrevista já após o 25 de Abril refere, entre outros aspectos, que as "Instruções " teriam sido escritas, pelo menos em parte, pelo José de Oliveira Cosme director de um jornal da especialidade e portanto insuspeito, no seu natural desejo de defender os jornais que fazia". Diz ainda que a sua nomeação para a Comissão se deveu ao seguinte : " a Empresa do "Diário de Notícias" entendeu por uma questão de prestígio , se o director de uma revista concorrente o " Mundo de Aventuras" dirigido pelo Cosme tinha lugar nessa Comissão não se podia negar outro ao director do " Diabrete". Vide " Um construtor de sonhos chamado Adolfo S. Muller " Entrevista de Carlos Gonçalves . *Correio da Manhã* de 16/1/1982, Suplemento "Correio da Banda Desenhada", nº 78( 2ª ano), pp.29-30

<sup>731</sup> Vide Direcção dos Serviços de Censura, *Instruções sobre Literatura Infantil*[...], p. 1.

Apela depois à necessidade em envolver os pais e os responsáveis das publicações nesta missão de evitar os desvios , os primeiros seleccionando " conscienciosamente as publicações que adquiram" os segundos " excluindo espontaneamente as narrativas que apresentem sob aspectos favorável o banditismo , o ódio ou qualquer acto moral ou legalmente classificado como criminoso " <sup>732</sup>. Depois o autor das " Instruções" entra pelo caminho da pedagogia e recorda o que é possível fazer para responder aos anseios das crianças e jovens . Lembra que " existem contos, lendas de heróis e fábulas amplamente aproveitáveis para a leitura as crianças", que existe " um género poético infantil precioso para cultivar" " um teatro infantil que responde às necessidades lúdicas motrizes e dramáticas da criança", que " sem transformar a História de Portugal em apologia perpétua é possível em narrativas infantis e sem trair a verdade abordá-la com espírito de simpatia, procurando nela o que é de natureza a unir os portugueses e não a dividi-los , sendo nós suficientemente ditosos porque é fácil nela encontrar episódios edificantes", lembra também que na fase " da discordância, da insatisfação, da ansia de aventuras (...) a agressividade, o espírito lutador, o animo de oposição, o inconformismo, o misticismo, a energia de que o jovem está pletórico podem ser útil e eficazmente canalizados e disciplinados com a ajuda de episódios biográficos de sábios, de heróis e de santos" , e lembra as " narrativas de onde seja banida a crença em destino cego , fatalista, contra o qual todo o esforço é inútil, crença responsável pela criação de sentimentos de irresponsabilidade incompatíveis com aspectos éticos da vida " .

É de acordo com esta orientações que " serão banidos dos livros e jornais as histórias cheias de personagens macabros, onde se ensinam processo de matar e ludibriar a polícia " e se solicita a colaboração dos responsáveis das publicações porque o " fruto de instruções desta natureza resulta mais de colaboração do que de imposição" , para " em vez de cegamente preferirem colaboração estranha aproveitem os escritores e artistas portugueses"<sup>733</sup>

As instruções na sua parte normativa dividem-se em dois grupos, as que se referem às publicações infantis e as que dizem respeito às juvenis, sendo que as publicações devem mencionar obrigatoriamente a que categoria pertencem " em tipo saliente e em local bem visível" ( art. 3 ° & 3) .

As publicações infantis ou juvenis só podem ser postas à venda após prévio parecer favorável da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil que é criada nos

<sup>732</sup> Vide Direcção dos Serviços de Censura, *Instruções sobre Literatura Infantil*[...]p. 1 .

<sup>733</sup> Vide Direcção dos Serviços de Censura, *Instruções sobre Literatura Infantil*[...], p. 3 .

termos do art. 10º e que tem como função fundamental " zelar pela cumprimento da doutrina do presente diploma".

As regras que procuram assegurar a " higiene visual" aplicam-se tanto às publicações infantis como juvenis, ainda que sensivelmente mais rigorosas para as primeiras . Trata-se de um autêntico compêndio de regras gráficas, de duvidosa fundamentação técnica , diga-se, e até de considerações de natureza estética cujos contornos ideológicos são por vezes evidentes : " as cores complementares darão boa visibilidade"" fatiga menos o verde, é mais fatigante o vermelho" " fica vedado o emprego de papéis brilhantes ou transparentes e outrossim o emprego de papéis de cor, excepto creme"" ficam sujeitos a "apreensão todos os exemplares postos à venda cujo aspecto gráfico revele deficiências de certa monta resultante de falhas de tipos, má qualidade de tintas, excesso ou falta de quantidade destas, classe inferior de papel". Chegava mesmo ao pormenor de identificar os tipos e corpos de letras, as entrelinhas, o usos das gravuras e filetes, a disposição das " histórias em quadrinhos" que "não poderão ter legendas um corpo inferior a 10 e se forem desenhadas não serão inferiores a 12 ". E até se definia o exacto modelo de composição ( o "story board") de cada sequência impondo-se que "cada cena deve ser isolada da seguinte por limites rectangulares bem visíveis formados por duplo traço fino; a separação dos dois traços não deve ser inferior a dois milímetros".( art. 4º &1º) .

Claro está que aos olhos de um observador contemporâneo nenhuma destas limitações gráficas faria sentido, à luz de um simples critério técnico- para não falar no criativo-, independentemente mesmo dos aspectos ideológicos. Mas eram estas as instruções em 1950 destinadas a velar pela " higiene visual " dos nossos jovens.

Acrescentava-se depois uma imposição destinada a proteger a criação de autores nacionais : " Sempre que uma publicação periódica portuguesa infantil ou juvenil inclua colaboração estrangeira a colaboração nacional quer de texto quer de ilustração não poderá ser inferior em cada número a 75 % respectivamente do texto e da ilustração totais" ( art. 6º) .

Aditava-se ainda uma regra relativa à propriedade e à direcção das publicações que só podia ser permitida a " indivíduos de nacionalidade portuguesa que pelo seu porte moral e pelas suas habilitações literárias ou obra realizada de reconhecido apreço possam ser considerados plenamente aptos para o efeito" ( art. 8ª)

Quanto aos aspectos doutrinários estabeleciam-se duas tabelas de proibições. No que dizia respeito às publicações infantis ( art. 4ª) :

" a) Omissão total de descrição de cenas ou actos de terror ou violência, homicídios, suicídios, torturas ou execuções de penas de morte, salvo quando em narrativas históricas

e excepcionalmente a reconhecida utilidade de evidenciar a verdade dos factos tal a possa justificar; b) supressão de toda a matéria em que figurem engenhos mortíferos ainda quando com carácter de informação quanto aos progressos da Ciência nesse campo, salvo o disposto na alínea anterior; c) abstenção de decisões de assaltos , roubos, burlas ou fraudes susceptíveis de desmoralizar o leitor ou de lhe provocar pela forma como são consumados qualquer sentimento de admiração por inteligências votadas à prática do mal ; d) exclusão de monstros, deformidades físicas ou morais susceptíveis de aterrorizar os leitores; e) exclusão de matéria licenciosa ou pornográfica”.

Quanto às publicações juvenis( art. 5º):

" a) não são permitidas as histórias , contos ou novelas ilustradas ou não quer de viagens quer de aventuras quer de carácter policial que não se abstenham de violência excessiva , de terror ou de um modo geral sangrentas; ressalvam-se os casos de carácter histórico nas condições exaradas na al. a) do art. 4º ; b) quando quadros de tal espécie figurem nas matrizes de histórias ou outros artigos de histórias de importação preconiza-se a substituição dos desenhos respectivos por textos explicativos das cenas suprimidas com a latitude apenas necessária para restabelecer a ligação interrompida ; c) apenas são consentidos os chamados " Problemas Policiais" quando encarados como simples passatempos e sob condição de não especularem com descrições minuciosas de mortes por assassinio, suicídio ou desastre. Nas referências a furtos , assaltos , fraudes, etc, omitir-se-á a descrição pormenorizada dos processos usados pelos delinquentes sempre que de tal possam advir conhecimentos ou simples sugestões para a prática de actos iguais ou semelhantes"

Deve dizer-se que as " Instruções sobre Literatura Infantil" não se traduziram num diploma com força de lei, nem sequer assumiram a forma de um acto normativo( regulamento, despacho, resolução). O documento não foi aliás publicado na folha oficial, na altura designada de “ Diário do Governo”, o que sempre teria de acontecer se o regime entendesse estar perante um acto com força de lei ou natureza regulamentar. Em rigor sabemos apenas que as “ Instruções” são provenientes da Direcção dos Serviços de Censura, aparentemente impondo-se pela simples circunstância factual de provirem de um órgão de Estado com amplos poderes na estrutura do aparelho político salazarista. A própria CELIJ não tem assento legal, não se define a sua composição e são muito vagas as suas competências. A circunstância não deixa de ser anódina, dado que dois anos depois será aprovado, aí sim , sob forma de Decreto-Lei, um modelo destinado a regular a

assistência dos menores aos espectáculos e simultaneamente se aprova uma Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores que substituirá a CELIJ .

Sendo certo que no Estado Novo ,por força da sua natureza autoritária , as relações de força e poder se exerciam, muitas vezes, de forma espontânea e sem cobertura legal ou em manifesta contravenção da lei, quando esta existia, a verdade é que sempre houve uma preocupação legalista que procurava dar um certo formalismo jurídico às decisões políticas<sup>734</sup> . Esta visão nominal do Direito, que começava logo na interpretação e aplicação da Constituição de 1933, não permite explicar satisfatoriamente esta primeira fase ( até 1952) do regime de policiamento das publicações periódicas infanto-juvenis.

Mas talvez permita explicar dois dos aspectos que acima salientámos como relevantes confrontando os trabalhos preparatórios da autoria de Edmundo Curvelo e a versão final. Na verdade, uma manifesta ambiguidade jurídica quanto à natureza das “Instruções” seria sempre incompatível com formal afectação hierárquica da Comissão “na dependência da Presidência do Conselho “- e mais ainda com a designação dos seus membros no referido documento , o qual , como vimos força jurídica alguma possuía. Disso aliás se queixará o Presidente da CELIJ , Serras e Silva, constatando o “limbo” em que a Comissão funcionava e na verdade funcionou durante cerca de dois anos : “ Peço licença para insistir na necessidade da publicação dos dois diplomas: o do cinema porque o país espera-o com justificada ansiedade; e o da institucionalização da Comissão para que sejamos gente: com direitos e obrigações, com função”<sup>735</sup>

Aparentemente este vazio legal gerava uma outra e bem mais aguda consequência : a da ausência de verbas do Orçamento do Estado não só para as despesas de funcionamento da Comissão como para a própria retribuição dos seus membros. O Presidente da CELIJ queixava-se ao Ministro da Presidência , meio ano após a posse : “O que temos feito , Senhor Ministro, revela boa vontade e mais que isso mostra sacrifício de pessoas que são

---

<sup>734</sup> Vide António Araujo, *A Lei de Salazar*, Lisboa, Tenacitas, 2007 que ilustra , com abundância de pormenores, a propósito dos trabalhos preparatórios da Constituição de 1933 , o cuidado colocado pelo Chefe do Governo nas questões da técnica legislativa, alterando, emendando e corrigindo várias versões do texto que viria a constituir a Lei Fundamental do Estado Novo. Importa contudo não ignorar que, como nota Vital Moreira " o sistema político do Salazarismo tal como se configurou historicamente não se reflecte integralmente na Constituição formal", pelo que é legítimo falar de uma " constituição real do Salazarismo" que encontra suporte na doutrina de Salazar e na prática política. vide Vital Moreira , " O sistema jurídico constitucional do " Estado Novo".João Medina, *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias. vol XII O Estado Novo [...]* pp. 159-160

<sup>735</sup> Vide PT/ SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*, Arquivador .Censura . Correspondência ( 1950-1952) , Carta do Presidente da Comissão Especial para a Literatura Infantil para o Ministro da Presidência, 8/8/1951



obrigadas a tirar às suas tarefas habituais tempo e esforço de que por enquanto não houve nenhuma remuneração”<sup>736</sup>

E quem eram estas “ pessoas obrigadas a tirar às suas tarefas habituais tempo e esforço”? Por despacho 11 de Dezembro de 1950, publicado no Diário do Governo , II série , nº 282 de 30/12/1950 , o Ministro da Presidência nomeou para a CELIJ<sup>737</sup>, como Presidente o Doutor João Serras e Silva, como Vice-Presidentes , o Doutor Edmundo Curvelo e o Dr. Américo Cortês Pinto<sup>738</sup> e como Vogais, D. Noémia Cruz<sup>739</sup>, Dr. Eduardo Antonino Pestana<sup>740</sup>, José de Oliveira Cosme , Adolfo Simões Muller e Luís Moita<sup>741</sup>. A proposta

<sup>736</sup> Vide PT/ SGPCM/GMCS *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social, Censura . Correspondência ( 1950-1952) Carta do , Carta do Presidente da Comissão Especial para a Literatura Infantil para o Ministro da Presidência, 15/6/1951*

<sup>737</sup> A grafia correcta é " Comissão Especial sobre Literatura Infantil e Juvenil" tal como surge nos trabalhos preparatórios das Instruções sobre Literatura Infantil da autoria de Edmundo Curvelo, na versão final destas Instruções publicadas em meados de 1950 - *Instruções sobre Literatura Infantil* ( Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1950), e bem assim no despacho de nomeação das personalidades que integraram a primeira Comissão - *Diário do Governo*, II série, nº 282, 15/12/1950. Contudo ,certamente por lapso, a grafia que surge no preâmbulo do Decreto Lei nº 38964 de 27 de Outubro de 1952 é a de " Comissão para a Literatura Infantil e Juvenil".

<sup>738</sup> Américo Cortês Pinto (1896-1979) era licenciado em medicina pela Faculdade de Medicina de Coimbra , exerceu funções de Inspector da Saúde escolar e de director de serviços sociais do Instituto de Reumatologia. Foi vice-presidente da Associação dos Médicos Católicos. Desenvolveu uma intensa actividade intelectual sendo autor de vários livros de poesia, de história e de arte. Foi galardoado com o prémio nacional de poesia Antero de Quental e com o prémio nacional Alexandre Herculano ( estudos históricos) . Do ponto de vista político exerceu vários cargos , Vice Presidente da Comissão Distrital de Leiria da União Nacional , vereador da Câmara Municipal de Lisboa e deputado ininterruptamente entre 1949 e 1961 nas V, VI e VI Legislaturas . Nessa qualidade deu relevo sobretudo às questões culturais. Monárquico defendeu na revisão constitucional de 1951, com Cancela de Abreu, João Ameal e Caetano Beirão, a restauração do regime deposto com a I República .Na revisão de 1959, na sequência da eleição presidencial do ano anterior retoma a questão. Vide Edmundo Alves, " Pinto, Américo Cortês Pinto". Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, dir. *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974 vol.II ( M-Z) ,* Lisboa , Instituto de Ciências Sociais e Assembleia da República., 2005, pp. 358-359 .

<sup>739</sup> Professora do Ensino Secundário. No contexto da formação da Comissão o dado mais curioso era o de estar casada com Edmundo Curvelo.

<sup>740</sup> Eduardo Antonino Pestana ( 1891- 1963) era Advogado e Professor Liceal ( Pedro Nunes) . Formou-se em Filologia Clássica e Direito , foi director dos Serviços do Ensino Secundário (1930-1934) e dirigiu o “Diário da Manhã” (1931-1932) " Impressionou pela inteligência , espírito crítico, humanismo cristão, integridade de character e pelo entusiasmo e sensibilidade com que estudava os assuntos do seu interesse- música , o esperanto, Gil Vicente, a língua e a cultura portuguesa- que tratou em trabalhos dispersos" vide Fernando de Mello Moser" Pestana( Eduardo)" *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Edição Século XXI, vol. 22,Lisboa, São Paulo, Editorial Verbo, 2002, p. 918

<sup>741</sup> Tudo indica tratar-se de Luíz de Jesus Moita (n.1894) Industrial de tipografia, que foi Director do Anuário Comercial de Portugal ( 1926-1941) . Como Presidente do Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura (1940-1942) integrou a Câmara Corporativa em representação das indústrias gráficas . Foi Deputado na II Legislatura ( 1940-1942). Escreveu sobre as questões da indústria gráfica e os problemas do Grémio a que presidiu e bem assim sobre temas culturais e património artístico, onde se destaca uma série de conferencias proferidas na Emissora Nacional publicadas em livro, *O Fado canção de vencidos*, Oito palestras na Emissora Nacional, Lisboa, 1936, nas quais sustentou o ponto de vista de que o Fado " Na sua tristeza e desgraça na sua lamúria melódica é o expoente de um povo que sofre" apelando à " Mocidade Portuguesa" que " no seu entusiasmo viril

relativa às personalidades a nomear havia sido apresentada ao Ministro da Presidência por Armando Larcher a 3 de Outubro de 1950 <sup>742</sup> (Documento T ) mas da mesma não constavam os nomes de Américo Cortês Pinto e Adolfo Simões Muller, que são propostos pelo próprio Ministro<sup>743</sup> (Documento U ) .

Como se disse antes quer José de Oliveira Cosme , quer Adolfo Simões Muller eram directores de revistas infanto-juvenis, respectivamente do “ Mundo de Aventuras” e do “Diabrete”, à época as duas publicações infanto-juvenis de maior circulação. Simões Muller cerca de 30 anos depois e já após o 25 de Abril de 1974 alega que a sua escolha foi apenas ditada pela exigência da empresa editora do “ Diabrete”, Empresa Nacional de Publicidade ficar em pé de igualdade com o concorrente “ Mundo de Aventuras” , cujo director tinha lugar na Comissão<sup>744</sup> .

O que não encontra explicação é a ausência de um representante de “ O Mosquito”, uma outra publicação infanto-juvenil que concorria com as restantes e que possuía além do mais pergaminhos históricos inegáveis, como vimos . Tratou-se efectivamente de uma discriminação . Ainda que longe dos seus tempos áureos e já em fase de manifesto declínio o jornal era uma referência histórica e marcara uma época. Em 1950 Raul Correia conduzia sozinho a aventura que havia iniciado em 1936 e não deixou de reagir . Em resposta a um leitor na secção “Correio do Mosquito” de 17 de Fevereiro de 1951 pode ler-se : “Agradecemos o teu belo entusiasmo, querido amigo mas o caso não é assim tão grande que seja preciso pores a tua invicta espada ao serviço da nossa justiça. Temos a notícia a que te referes, e embora estranhando que entre os vogais da Comissão figurem

---

" combata o fado. Vide Rita Figueiras, " Moita, Luís de Jesus". Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, dir. *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol.II ( M-Z)[...] p. 148

<sup>742</sup> Vide , PT/ SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*. Arquivador .Censura . Correspondência ( 1950-1952) Ofício confidencial nº 1412 da Direcção dos Serviços de Censura ( Armando Larcher) ao Secretário do Gabinete do Ministro da Presidência, 3/10/1950 . A proposta originária apresentada por Armando Larcher os membros eram identificados da forma que segue: “Presidente : Doutor João Serras e Silva, antigo Professor Catedrático da Faculdade de Medicina e Director Geral da Saúde Escolar ; Vice-Presidente : Doutor Edmundo Curvelo, Professor de Filosofia da Faculdade de Letras e Instituto de Orientação Profissional; Vogais: D. Noémia Cruz, Professora da Escola D. Maria I; Dr. Eduardo Antonino Pestana, Advogado e Professor do Liceu Pedro Nunes; José de Oliveira Cosme, Director do Jornal “ Mundo de Aventuras”, Luís Moita , publicicista e técnico gráfico” , vide PT/ SGPCM/GMCS *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*. Arquivador .Censura . Correspondência ( 1950-1952) . Ofício confidencial nº 1412 da Direcção dos Serviços de Censura ( Armando Larcher) ao Secretário do Gabinete do Ministro da Presidência, 3/10/1950

<sup>743</sup> Vide PT/ SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*, Arquivador .Censura . Correspondência ( 1950-1952) Carta Ofício confidencial nº 86 do Secretário do gabinete do Ministro da Presidência ao Director dos Serviços de Censura, 13/11/1950

<sup>744</sup> Vide *Correio da Manhã*, 16/1/1982, cit. p. 30

duas pessoas directamente interessadas no assunto, com exclusão de uma terceira que assim fica em condições especiais de desvantagem, não cremos que isso nos traga qualquer espécie de consequências desagradáveis. De resto usando de uma prerrogativa que é comum a todos os portugueses fizemos notar o facto a quem pode solucionar a anomalia, respeitosamente como é nosso dever, mas firme e desassombradamente como é nosso direito. Decerto nos não interessa figurar também na Comissão – para o que seguramente nos faltam méritos- mas cumpre-nos fazer o possível para que seja reconhecido e respeitado um passado que não é de ontem que tem já quinze anos de existência e que, por outro lado, tem sido construído a poder de esforço pessoal sem outro apoio ou ajuda além dos que recebemos dos nossos leitores “<sup>745</sup>.

Não deixa de ser irónico que o representante da BD clássica e confessado inimigo das “narrativas americanas” tenha sido excluído da Comissão enquanto o seu confrade dos “melhores desenhadores americanos” para ela tenha sido convidado <sup>746</sup>. A verdade é que o seu companheiro de jornalismo infantil, Cardoso Lopes havia partido para o Brasil nas condições que vimos antes. E também ele levando consigo a glória de um jornalismo infanto-juvenil que havia marcado uma geração. O facto é que as referências do jornalismo infanto-juvenil português e que para mais partilhavam da ideia de que as “histórias de super homem são um atentado à inteligência” ficaram afastados da estratégia moralizadora do Estado Novo. Provavelmente porque o Estado Novo já deles não precisava. Um ausente do país e outro em vias de desistir das “histórias em quadrinhos”. O perigo vinha de outro lado. E para melhor o controlar nada como o associar à estratégia. Isso pode explicar a integração de Oliveira Cosme na CELIJ.

Contudo Adolfo Simões Muller, por força das suas funções como Director do bi-semanário “Diabrete” reagiu à publicação das “Instruções” numa exposição dirigida a Armando Larcher logo a 18 de Setembro de 1950(Documento V) ). O propósito da exposição é o de manifestar, por um lado, a sua discordância em relação a determinados aspectos concretos do texto, sem prejuízo de manifestar a “absoluta concordância com as

---

<sup>745</sup> Vide *O Mosquito*, nº 1216, 17/2/1951.

<sup>746</sup> Vide António Martinó de Azevedo Coutinho, *BD e Censura, Legislações*, inédito, onde se dá conta da polémica entre o “Mundo de Aventuras” e o “Mosquito”. Este último contestando o anúncio do jornal da Agência Portuguesa de Revistas que falava em “primeira e única revista em Portugal, em moldes essencialmente americanos” dizia: “Estamos convencidos de que as narrativas baseadas em jornais americanos – ou se o preferires os jornais baseados em narrativas americanas- não são aconselháveis... nem uma escolha muito cuidadosa. As histórias género super homens parecem-nos uma ofensa à inteligência de quem as lê “ Vide *O Mosquito*, nº 1124, 1/4/1950. Uma frase que bem poderia ter sido subscrita por qualquer dos membros da CELIJ e mais tarde da CLEM.

intenções do douto documento”<sup>747</sup> e , por outro lado, acautelar a edição, sem percalços, dos números vindouros do “Diabrete” dado que em nota anexa ao comentário refere que se encontra “ já totalmente elaborado o número 761 do Diabrete a publicar no dia 14 de Outubro p.f.” e indica quais os “ materiais “ adquiridos e em publicação, referindo os títulos, os autores e o tempo aproximado de publicação. O documento é essencialmente uma defesa da adequação “avant la lettre” do “O Diabrete” ao espírito e à letra das Instruções:

“ O que se condena – e muito justamente repito- nestas instruções nunca foi praticado pelo jornal da minha direcção. Houve sim uma ou outra concessão a preferências possivelmente menos atendíveis dos jovens leitores, mas mesmo essas, sem qualquer gravidade aliás, se têm de atribuir apenas à necessidade de os captar afastando-os de leituras mais perniciosas que nunca lhes foram infelizmente vedadas. Fui eu quem em conversa com o Ex.mo Sr. Subdirector dos Serviços de Censura , chamou precisamente a atenção para certos jornais estrangeiros que circulavam livremente no nosso país e que não só eram realmente o veículo de ideias nefastas que se podem responsabilizar pela criminalidade infantil e juvenil , como – refiro-me agora a publicações brasileiras da especialidade- contribuíram para abastardar a nossa língua “ . E acrescenta : “ Não me cabe a autoridade para falar em nome das restantes publicações infantis portuguesas. Mas devo declarar como observador atento que , de uma maneira geral, essa imprensa é da mais digna do mundo. Alguns dos nossos jornais têm recusado histórias que aparecem no jornal espanhol “ Chicos” publicado no entanto” com aprovação eclesiástica”. O mesmo se dá com séries do TinTin um dos mais sérios órgãos belgas da especialidade. Por mim posso dizer que muitas vezes suprimi cenas inteiras em “copyrights” como o das aventuras de Tarzan, que não deixam de aparecer na íntegra nos maiores jornais do mundo. E, frequentemente, os desenhadores portugueses do “ Diabrete” tiveram de vestir as heroínas dessas histórias”<sup>748</sup>.

Na segunda parte da exposição Simões Muller chama a atenção para vários aspectos quer da parte gráfica quer de conteúdo das “Instruções” que segundo ele deverão ser alteradas

---

<sup>747</sup> Vide “Alguns Comentários a propósito das “instruções” da Direcção dos Serviços de Censura acerca da edição e circulação das publicações de literatura infantil”, Adolfo Simões Muller, Director do “ Diabrete”, 18/9/1950. Biblioteca Municipal de Abrantes António Boto, *Espólio Edmundo Curvelo*, Caixa 12, Pasta C 1201

<sup>748</sup> Vide “Alguns Comentários a propósito das “instruções” da Direcção dos Serviços de Censura acerca da edição e circulação das publicações de literatura infantil”, Adolfo Simões Muller, Director do “ Diabrete”, 18/9/1950 , pp. 2 e 3 . Biblioteca Municipal de Abrantes António Boto, *Espólio Edmundo Curvelo*, Caixa 12, Pasta C 1201

ou aditadas. Vale a pena reproduzir o essencial dessas observações na justa medida em que traduzem o retrato rigoroso das preocupações de um responsável de uma publicação com curso corrente perante os efeitos resultantes da aplicação “qua tale” das Instruções. Quanto à parte gráfica Muller sustenta que “ os corpos e os entrelinhados sugeridos nas Instruções ocupam mais espaço sem que tornem os textos mais legíveis do que os adoptados pelo “ Diabrete” e que “ a linha de composição de cinco milímetros- mínimo usado normalmente pelo “Diabrete” não é menos aconselhável para a higiene visual do que a de seis centímetros agora preconizada”. Quanto à colaboração estrangeira, cuja redução como vimos estava nas preocupações das “Instruções”, Simões Muller limita-se a fazer contas: “ seria também de desejar-em princípio –que os jornais infantis portugueses fossem inteiramente escritos e ilustrados por portugueses. Infelizmente não possuímos escritores e artistas da especialidade com categoria e em número suficiente para se conseguir tal objectivo, nem para satisfazer sequer a percentagem fixada nas Instruções (...) É preciso ainda considerar que os originais , mesmo inferiores , custam muito mais caro do que os copyrights”, as traduções e as adaptações. Um jornal de dezasseis páginas pode importar actualmente em oitocentos escudos, à razão de cinquenta escudos por página de colaboração literária ou artística. Se se ficar em 25% o máximo de colaboração estrangeira aquele custo duplicará pelo menos , o que irá dificultar a vida das publicações –o que não é decerto o que se deseja”<sup>749</sup>

Outro ponto criticado por Simões Muller foi o da distinção formulada nas Instruções entre jornais infantis e jornais juvenis : “ as condições do mercado português e as circunstâncias de natureza económica, lembradas nas Instruções dificilmente permitirão que seja exequível a vida das publicações divididas perante o seu já reduzido público (...) A levar-se por diante tal disposição correr-se-á o risco de todos os jornais escolherem o mesmo tipo de classificação e serem adquiridos depois sem distinção de idades pelos habituais leitores “ . E numa referência ao concorrente “ Mundo de Aventuras” concluía: “ Já ultimamente se verificou que uma publicação da especialidade adoptou a designação de “ semanário juvenil para maiores de 17 anos” , o que garantindo a impunidade, não afasta os compradores infantis...”<sup>750</sup>

---

<sup>749</sup> Vide Alguns Comentários a propósito das “instruções” da Direcção dos Serviços de Censura acerca da edição e circulação das publicações de literatura infantil”, Adolfo Simões Muller, Director do “ Diabrete”, 18/9/1950 , pp. 4 e 5 . Biblioteca Municipal de Abrantes António Boto, *Espólio Edmundo Curvelo, Caixa 12, Pasta C 1201*

<sup>750</sup> Vide Alguns Comentários a propósito das “instruções” da Direcção dos Serviços de Censura acerca da edição e circulação das publicações de literatura infantil”, Adolfo Simões Muller, Director do “

Outro ponto analisado na exposição do director do “Diabrete” e futuro membro da CELIJ é o que se prende com as referências excludentes constantes das Instruções aos “ engenhos mortíferos” e “ monstros e deformidades físicas”. Mais uma vez Simões Muller tem como referência o jornal por si dirigido chamando a atenção para a generalização proibitiva constante das Instruções : “ Não me parece que a inclusão de armas nos textos ou nos desenhos aliás dispensável seja totalmente de condenar. Não lembrarei já que um número do Diabrete aparece uma espingarda que faz cair um coco duma árvore na cabeça duma personagem; que noutro um tiro de canhão permite vencer o obstáculo oferecido pelos gelos a um explorador; e que num terceiro , um príncipe encantado vence com uma espada um dragão flamejante... há entidades altamente responsáveis que julgam que na hora actual um excessivo pacifismo pode ser contraproducente, condenando as crianças a um brusco e terrível despertar . Assim o entende a Mocidade Portuguesa que não afastou do seu programa a instrução do manejo de armas. Quanto aos “ monstros e deformidades físicas” também dispensáveis, não creio necessário votá-las a completo ostracismo. As páginas clássicas da literatura infantil andam cheias de gigantes e bruxas, gnomos e dragões . Os Grimm , os Perrault, os Andersen serão assim excluídos em Portugal da Literatura Infantil ? Aliás , generalizando as minhas observações , não hesito em afirmar que poucas obras primas da considerada literatura infantil conseguiriam caber no âmbito fixado pelas “ instruções”. Julio Verne e Mark Twain, A “ Ilha do Coral “ ou Robinson Crusoe” as “ Viagens de Gulliver” e “ As mil e uma noites” –devidamente simplificadas- os romances de cavalaria e episódios como “Os Doze de Inglaterra” ou o “ Gigante Adamastor” e as próprias histórias tradicionais , com o João Ratão “ cozido e assado num caldeirão” , que durante gerações têm feito, sem contribuir para a criminalidade infantil , a alegria e a felicidade de milhões de crianças – teriam de ser postos de lado, ou deturpados e mutilados inutilmente, ao suprimirem-lhes nas suas páginas espadas e lanças, tiros e “ monstros” , a sua imaginação construtiva e a sua virilidade saudável. Armas e monstros ? Por que não ? O que importa é que as armas conduzam à vitória dos nobres ideais ; e que aos monstros se oponha, num contraste evidente, a beleza e a bondade”<sup>751</sup> . E conclui a sua exposição com um conjunto de sugestões de alterações das “Instruções “ , entre elas : “

---

Diabrete”, 18/9/1950 , p.6 . Biblioteca Municipal de Abrantes António Boto, *Espólio Edmundo Curvelo, Caixa 12, Pasta C 1201*

<sup>751</sup> Vide Alguns Comentários a propósito das “instruções” da Direcção dos Serviços de Censura acerca da edição e circulação das publicações de literatura infantil”, Adolfo Simões Muller, Director do “ Diabrete”, 18/9/1950 , p.6 e 7 . Biblioteca Municipal de Abrantes António Boto, *Espólio Edmundo Curvelo, Caixa 12, Pasta C 1201*

e elevar para 50% , pelo menos a percentagem autorizada de colaboração estrangeiras” ; Não tornar obrigatória a divisão dos jornais em duas categorias, mas aconselhá-la apenas; “ não por tanta rigidez na determinação dos corpos e da medida das linhas de composição , fixando somente regras gerais de higiene visual”; “ admitir excepções no que se refere a “ engenhos mortíferos” e “ monstros e deformidades físicas”” conceder um regime transitório que permita o escoamento tão rápido quanto possível de materiais já adquiridos que não se coadunem inteiramente com o espírito e a letra das “instruções” , sem que no entanto constituam qualquer risco para os leitores”<sup>752</sup>

Acerca das observações e sugestões de Simões Muller não há qualquer registo posterior. Larcher não reagiu e as “Instruções” não sofreram qualquer alteração. Contudo não é de excluir a hipótese da crítica ao texto das “ Instruções” ter motivado a alteração de última hora na composição da CELIJ que assinalámos antes . O sinal de contrariedade expresso por Simões Muller terá pesado no acerto final da composição da Comissão. Em certo sentido a sua “petição” terá alertado Costa Leite para a singularidade em não ter na Comissão o director do “Diabrete” quando já lá estava o do “ Mundo de Aventuras”. E se ao fim e ao cabo uma das ideias fundamentais das Instruções e da acção da futura Comissão assentava “ na colaboração dos responsáveis das publicações porque o " fruto de instruções desta natureza resulta mais de colaboração do que de imposição" tal filosofia ajustar-se-ia melhor a um modelo em que os responsáveis das principais publicações integrassem a Comissão, sobretudo aqueles que, como Simões Muller , se tinham mostrado, ainda que em privado, mais avessos a certas soluções plasmadas nas Instruções.

A referida Comissão tomou posse a 15 de Dezembro no Palácio de São Bento e na presença do Ministro da Presidência. Usaram da palavra na ocasião o Ministro e o Presidente da Comissão Serras e Silva. Do resumo das intervenções de ambos que o “ Mundo de Aventuras” publicou salienta-se da parte de Costa Leite a necessidade em evitar a má literatura susceptível de influir na formação moral dos jovens e a atenção que deve ser dada aos espectáculos públicos e em particular ao cinema. Já Serras e Silva salientou que “ tendo exercido durante 33 anos o professorado da higiene , na Direcção da Saúde escolar sentia estar a Comissão visto ser ela uma organização de fins de higiene , de higiene moral “ observando ainda a carência de livros para as crianças “ julgando

---

<sup>752</sup> Alguns Comentários a propósito das “instruções” da Direcção dos Serviços de Censura acerca da edição e circulação das publicações de literatura infantil”, Adolfo Simões Muller, Director do “ Diabrete”, 18/9/1950 , p.8, 9 e 10 . Biblioteca Municipal de Abrantes António Boto, *Espólio Edmundo Curvelo, Caixa 12, Pasta C 1201*

interessante e útil que se fomentasse o aparecimento de pequenas edições de feição apropriada na qual se focassem por exemplo, figuras salientes da história pátria”<sup>753</sup>.

A divulgação das Instruções e a notícia da designação dos membros do CELIJ suscitou reacções ambivalentes. Se os meios politicamente afectos ao Estado Novo acolheram com regozijo a iniciativa <sup>754</sup> mais cautelosa e sobretudo mais preocupada foi a reacção do Grémio Nacional de Editores e Livreiros, na altura presidido por António Maria Pereira. A reacção deste último é sobretudo motivada por razões de ordem técnica e financeira. Ou seja, saber se as alterações gráficas impostas pelas “Instruções” se aplicariam às publicações, designadamente os livros, já encadernados ou brochados o que significaria refundi-los “conforme o rigor das instruções” ou se, pelo contrário nesses casos se adoptariam “critérios de tolerância”. E em segundo lugar saber se as numerosas e populares colecções infanto-juvenis existentes, tais como as de Julio Verne ou Salgari ou “as modernas colecções da Empresa Majora”, em relação às quais “nunca se levantou qualquer reclamação” se podem “continuar a publicação livremente embora nem sempre obedeçam às novas exigências de tipo, de gravuras, etc” <sup>755</sup> A resposta da Comissão que acabava de ser empossada foi positiva num caso e negativa no outro. Quanto à primeira das questões ou seja quanto aos livros publicados anteriormente ao conhecimento das Instruções sobre Literatura Infantil “podem vender-se os exemplares existentes até nova edição”. Quanto aos livros a publicar, “todos” deverão “obedecer às condições expressas tanto no que diz respeito à sua essência literária como às condições gráficas”<sup>756</sup> Este tipo de decisão, aparentemente conciliadora, ilustra bem o funcionamento da CELIJ durante os seus dois anos de vida. Na verdade as reuniões da Comissão inicialmente com a presença de Armando Larcher enquanto Director dos Serviços de Censura, retratam a dificuldade em encontrar uma linha de rumo coerente de actuação e em definir o modo dessa actuação. Por um lado a indefinição legal da estrutura e a ausência de verbas para as suas actividades deixavam os comissários em sobressalto. Por outro e desde cedo se

---

<sup>753</sup> Vide *Mundo de Aventuras*, nº 72, p. 7

<sup>754</sup> É o caso da intervenção do Deputado Marques Teixeira que saúda a solução preconizada quanto ao controlo da literatura e dos espectáculos públicos e felicita o seu colega Cortês Pinto por ter sido designado para a CELIJ. Vide *Diário das Sessões*, nº 62, V Legislatura, 13/12/1950, pp. 155-156

<sup>755</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*. Arquivador. Censura. Correspondência (1950-1952). Carta do Presidente da Direcção do Grémio de Editores e Livreiros, António Maria Pereira ao Director dos Serviços de Censura, 8/11/1950

<sup>756</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*, Arquivador. Censura. Correspondência (1950-1952). Carta do Presidente da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil ao Presidente do Grémio dos Editores e Livreiros, 26/12/1950



perceberam as dúvidas quanto à aplicação do conteúdo das Instruções, sobretudo quanto às suas regras gráficas que chegaram a suscitar polémica no seio da Comissão. Um dos membros Cortês Pinto referiu que as Instruções “dão lugar a incertezas, pois a designação de corpos para regular o tamanho das letras pode dar lugar a graves incongruências”. E acrescentava que as divergências entre “o tamanho da letra e o corpo dos tipos , que uma letra de corpo 12 de determinado tipo pode ser inferior a uma de corpo 10 de tipo diferente”, por outro lado “a entrelinhagem e o espaçamento influem de tal modo no aspecto da grandeza da letra que dão lugar a notáveis ilusões ópticas por diferenças de condições visuais”<sup>757</sup> Na reunião seguinte o mesmo comissário veio sustentar que “ as normas referentes à cor e constantes das Instruções lhe parecem insuficientes para elucidação de tipógrafos”<sup>758</sup> , pelo que se propôs estudar especialmente o problema da cor e da letra por forma a apresentar conclusões a serem discutidas e a serem tomadas em conta na alteração da redacção das Instruções<sup>759</sup>. A questão orçamental também ocupou boa parte das preocupações da Comissão. Alguns dias após a sua posse o Presidente da Comissão remeteu um ofício ao Ministro da Presidência referindo que ” a verba de 500 contos(...) inscrita no Orçamento do Ministério da Educação Nacional para 1950 com o fim de prover às despesas com as bibliotecas a fundar junto de escolas primárias não teve aplicação e por isso julgo que corre o risco de desaparecer no próximo Orçamento” pelo solicita que tal verba possa aparecer no Orçamento de 1951 para ocorrer aos encargos com realizações da Comissão.<sup>760</sup> Embora a CELIJ não tivesse competências expressas na matéria pretendia com essa verba fundar bibliotecas nos centros rurais(“10 ou 15 no primeiro ano”) editar livros para jovens e é claro, prover-se de um secretariado adequado

---

<sup>757</sup> Vide Acta nº1 de 16/12/1950 da CELIJ . Biblioteca Municipal de Abrantes António Botto. *Espólio Edmundo Curvelo*.Caixa 12. Pasta 1C 1201. Livro de Actas da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil

<sup>758</sup> Vide Acta nº2 de 23/12/1950 da CELIJ . Biblioteca Municipal de Abrantes António Botto. *Espólio Edmundo Curvelo*.Caixa 12. Pasta 1C 1201. Livro de Actas da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil

<sup>759</sup> Vide Acta nº3 de 3/1/1951 da CELIJ . Biblioteca Municipal de Abrantes António Botto. *Espólio Edmundo Curvelo*.Caixa 12. Pasta 1C 1201. Livro de Actas da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil. É provável que este estudo que Cortês Pinto se propôs realizar seja o mesmo que consta no espólio de Álvaro Saraiva , não assinado e não datado , intitulado “ Literatura Infantil e Juvenil” que é essencialmente um estudo sobre regras gráficas. Vide PT/ANTT. *Arquivo Álvaro Saraiva*. Estudo “ Literatura Infantil e Juvenil”, 17 pp. s.d.

<sup>760</sup> Vide Carta de João Serras e Silva para o Ministro da Presidência , com carimbo de entrada no Gabinete do Ministro de 23/12/1950 PT/ANTT. *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*.

às suas actividades<sup>761</sup>. Costa Leite não acolheu a proposta de Serras e Silva em nome da Comissão alegando que “ já não há tempo para ser considerado”. Mas admite que “ Oportunamente se estudará a possibilidade de pedido de crédito especial”<sup>762</sup>. A verdade é que meio ano após a posse da Comissão queixava-se Serras e Silva ao Ministro de que tudo estava na mesma quanto à “questão da verba” o que “ tem impedido a Comissão de levar mais longe os seus estudos concretamente : não temos uma revista da especialidade, não temos um livro, não temos um catálogo de fitas”<sup>763</sup>. Em rigor o problema da verba só terá ficado resolvido quando formalmente se criou , através de instrumento legislativo adequado a herdeira da Comissão Especial , a CLEM.

A actividade da CELIJ flutuou entre um certo devaneio especulativo entre os seus membros na definição de uma linha de actuação coerente e efectiva e uma preocupação de particular fundamentação das suas opiniões como reflexo da auto-referenciação da Comissão como instrumento de uma campanha moralizadora na literatura infantil.

Exemplo disso mesmo é a posição crítica que assumirá da filosofia criativa de Walt Disney e do seu universo de animais falantes. Um deles, de seu nome “Dumbo”, veio ao crivo da Comissão para efeito de emissão de parecer quando à viabilidade de uma colecção de livros infantis como esse nome. Encarregue de emitir o respectivo parecer Américo Cortês Pinto sustentou que “ encontra razões para se opor terminantemente á publicação da colecção em português” concluindo que a “ obra de nenhum modo convém à criança considerando-a desnacionalizadora”<sup>764</sup>. No mesmo sentido outro membro da Comissão Edmundo Curvelo opina que a obra de Disney é “para adultos e não obra para crianças”<sup>765</sup>. Em resultado do parecer a Comissão aprovou a proibição da colecção em português embora permitisse que a mesma circulasse em língua estrangeira.

Outro exemplo da actuação da CELIJ prende-se com o processo da revista “O Gafanhoto” , projecto inicial de Cardoso Lopes um dos criadores do mais famoso jornal infanto-

---

<sup>761</sup> Vide intervenção de Eduardo Pestana na reunião de 23/12/1950 . Acta nº 2 de 23/12/1950 da CELIJ . Biblioteca Municipal de Abrantes António Botto. *Espólio Edmundo Curvelo*.Caixa 12. Pasta 1C 1201. Livro de Actas da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil

<sup>762</sup> Despacho de J.P. Costa Leite , Ministro da Presidência , de 26/12/1959 comunicado em ofício de 2/1/1951 ao presidente da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil PT/ANTT. *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*.

<sup>763</sup> Carta de Serras e Silva ao Ministro da Presidência, 15/6/1951 Vide PT/ SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*, Arquivador .Censura . Correspondência ( 1950-1952)

<sup>764</sup> Vide Sessão de 17/1/1951 . Acta nº 5 de 17/1/1951 , Biblioteca Municipal de Abrantes António Botto. *Espólio Edmundo Curvelo*.Caixa 12. Pasta 1C 1201. Livro de Actas da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil.

<sup>765</sup> Vide *idem* Biblioteca Municipal de Abrantes António Botto. *Espólio Edmundo Curvelo*.Caixa 12. Pasta 1C 1201. Livro de Actas da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil.

juvenil português “ O Mosquito”, como vimos antes, mas que na fase em que é solicitada a intervenção da Comissão já havia mudado de mãos. Estava em causa a pretensão do novo proprietário do título , João Mendes, em obter autorização para continuar a publicação do “Gafanhoto” nos “mesmos termos” , ou seja seguindo no essencial a linha gráfica e o conteúdo do “ Gafanhoto “ Cardoso Lopes<sup>766</sup> . O novo proprietário enfatizou mesmo esse aspecto junto da Direcção dos Serviços de Censura. Ou seja alegou que o jornal havia sido suspenso por não ter prestado prova da sua idoneidade financeira mas que “não houve nos números publicados matéria condenável nem qualquer obstáculo de ordem política “ e que se tratará de “continuação de obra já encetada e que não mereceu reparos desses Serviços nos seus 72 números já publicados, feita à base do mesmo material”<sup>767</sup> .Propõe-se assim “recomeçar” com uma tiragem de 2500 exemplares por número. A resposta da CELIJ veio a ser dada por Edmundo Curvelo dando execução à deliberação tomada na reunião de 17/1/1951 : “ a revista não poderá ser publicada a não ser que se submeta às normas das Instruções e para isso deverá modificar inteiramente o seu aspecto”<sup>768</sup> .

Esta deliberação , na aparência pouco significativa, traduz do nosso ponto de vista um dos sinais mais significativos da emergência do novo modelo censório e da introdução de um novo paradigma na definição do que não deveriam ser as publicações periódicas infanto-juvenis portuguesas. Mais do que a proibição de um simples e modesto jornalinho para crianças o veto ao “Gafanhoto” constitui a crítica do paradigma “ Mosquito” como periódico juvenil . Mas esta decisão ganha ainda mais expressão se nos recordarmos que o Director do ainda existente “ Mosquito “, e verdadeiramente o criador literário do jornal de Banda Desenhada em Portugal, Raul Correia, não ter sido convidado para as fileiras da CELIJ, por contraposição com a presença de Adolfo Simões Muller e José de Oliveira Cosme. Em duas penadas estavam consumadas as exéquias da época de ouro da BD periódica portuguesa ( anos 30 e 40)pelo afastamento de dois dos seus mais proeminentes inventores. Que ela própria não tenha conseguido resistir à avalanche americana de um

<sup>766</sup> Vide Requerimento de João Mendes dirigida ao Director dos Serviços de Censura de 1/8/1950 . PT/ ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 700. Processo nº 664

<sup>767</sup> Vide Carta de João Mendes à Direcção dos Serviços de Censura , 1/8/1950. PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 700. Processo nº 664

<sup>768</sup> Vide Acta nº 5 da reunião de 17/1/1951 , Biblioteca Municipal de Abrantes António Botto. *Espólio Edmundo Curvelo*.Caixa 12. Pasta 1C 1201. Livro de Actas da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil e Ofício da Direcção dos Serviços de Censura dirigida ao Presidente da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil de 17/1/1951 e despacho manuscrito de Edmundo Curvelo do mesmo dia PT/ ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 700. Processo nº 664

lado e ao universo franco-belga do outro, não apaga a relevância do “momento censório infanto-juvenil” no seu ocaso.

Boa parte dos cerca de dois anos de vida da CELIJ são consumidos na preparação de projectos legislativos tendentes a institucionalizar e a dar corpo legal ao momento da especialização censória, quer através de um projecto sobre cinema infantil e escolar <sup>769</sup>, quer de outro sobre a “institucionalização da Comissão” quer ainda sobre Literatura Infantil e Juvenil ( “ que passará a chamar-se Literatura para Menores” segundo escreve Serras e Silva<sup>770</sup> ) todos enviados ao Ministro da Presidência. Em carta datada de 8 de Agosto de 1951 <sup>771</sup>, João Serras e Silva dava conta do andamento dos trabalhos e das suas preocupações quanto à indefinição em que vivia a Comissão a que presidia:

“ Peço licença para enviar a V.Exa nova redacção –com menos imperfeições–dos dois projectos de decreto: 1) o que visa a institucionalização da Comissão para a Cultura da Juventude( designação que , por indicação de V.Exa vai substituir a designação “ Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil “ muito longa e incómoda de pronunciar-se ; 2) o que regula o cinema e demais espectáculos destinados a crianças” (...) quero mais informar a V,Exa que os outros dois projectos de lei ( literatura infantil e bibliotecas populares) apesar dos respectivos estudos estarem muito adiantados, não estão ainda de modo a poder-se enviar a V.Exa os respectivos projectos de decreto. De resto julgo que não se perde nada com a demora(...) O que tem pressa é a publicação dos dois decretos cujos projectos vão juntos: o que institucionaliza a comissão e o que resolve a questão do cinema. Os outros dois irão a seu tempo; com certeza entre Outubro e Dezembro do corrente ano. (...)Julgo poder afirmar que a Comissão a que V.Exa me cometeu a presidência muito poderá fazer e muito fará no sentido da renovação moral da mocidade. Estamos dispostos a trabalhar contamos que o Governo nos faculte os meios indispensáveis. Qualquer dia eu e os demais membros da comissão saímos para férias; e

---

<sup>769</sup> Vide Ofício de Serras e Silva dirigido ao Ministro da Presidência datado de 15/6/ 1951 onde se alude a ter sido apresentado “um projecto de lei sobre cinema infantil e escolar” PT/ SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*. Arquivador .Censura . Correspondência ( 1950-1952)

<sup>770</sup> Vide Carta de Serras e Silva ao Ministro da Presidência , 11/7/1951, onde ainda se alude a um “ projecto de decreto sobre Bibliotecas post-escolares” que “ estará pronto dentro de dias”, PT/ SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*. Arquivador .Censura . Correspondência ( 1950-1952)

<sup>771</sup> Vide carta de João Serras e Silva ( Presidente da Comissão Especial para a Literatura Infanto-Juvenil) para o Ministro da Presidência, 8/8/1951. PT/ SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros.Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*. Arquivador .Censura . Correspondência ( 1950-1952)

é durante esse período que decorrerão os acontecimentos políticos dependentes da eleição presidencial. É natural que durante esse espaço V.Exa de pouco tempo possa dispor para pensar nestas coisas; mas seria excelente que o mês de Outubro que marca o regresso de toda a gente ao trabalho, nos desse já publicados os dois decretos acima referidos. No entanto V.Exa resolverá o que entender por melhor” .

Desses vários projectos conhecemos três : “ Projecto de Decreto sobre Espectáculos para Menores” , “ Projecto de Decreto sobre Literatura Infantil e Juvenil” e “ Projecto de Decreto Comissão para a Cultura da Juventude”. Todos se encontram no espólio de Edmundo Curvelo<sup>772</sup> e tudo indica corresponderem aos documentos referidos na troca de correspondência entre Serras e Silva e Costa Leite ( Lumbrals) em Junho e Julho de 1951. Contudo, se quanto às “Instruções sobre Literatura Infantil “ , como vimos antes, a sua paternidade está identificada, ou seja o autor foi Edmundo Curvelo, sobre os restantes documentos nada pode com segurança concluir-se. É provável que o seu autor tenha sido também Edmundo Curvelo , considerando a proximidade do estilo e algumas afinidades de conteúdo com as “ Instruções”. Mas a verdade é que aquela que será a versão definitiva do diploma sobre Espectáculos para Menores e que dará origem à entidade que substituirá a CELIJ, o Decreto Lei nº 38.964 de 27/10/ 1952, afasta-se claramente dos projectos antes referidos. O que sabemos é da decisão de Costa Leite em elaborar um novo projecto de diploma regulador da assistência de menores a espectáculos em meados de 1952<sup>773</sup> que viria a transformar-se no referido Decreto Lei. Adiante analisaremos essas diferenças, no que comportam de decisões políticas quanto ao modelo que acabou por ficar consagrado e que no essencial vigorou até 1968.

Entretanto do ponto de vista da sua actuação substantiva como instrumento de “moralização da mocidade” a CELIJ vai procurando definir algumas orientações tanto quanto possível ao pé da letra das “ Instruções” . Uma das primeiríssimas decisões é relatada pelo próprio Presidente Serras e Silva. A propósito de uma solicitação da Livraria Clássica que pretendia a tradução e publicação de dois romances franceses a saber “ Sir Jerry et les Philipines “ de H. Giraud e “ L’Étoile et le Dectective” de Henriette

---

<sup>772</sup> Vide Biblioteca Municipal de Abrantes António Botto. *Espólio Edmundo Curvelo*.Caixa 12.

<sup>773</sup> Armando Larcher remete a Serras e Silva “ a título confidencial” e por solicitação do Ministro da Presidência , três exemplares do “ projecto de diploma regulador da assistência de menores a espectáculos públicos” solicitando “ o seu autorizado parecer sobre o assunto”. Carta/ Ofício confidencial nº 984, Director dos Serviços de Censura ( Armando Larcher) ao “Presidente da Comissão Especial da Literatura Infantil” , 21/7/1952. PT/ SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*. Arquivador. Censura . Correspondência ( 1950-1952)

Robitaille, Serras e Silva não se opõe “ embora estes lhes mereçam alguma reserva sob o valor educativo, como por exemplo quando na primeira obra citada, algumas crianças intervêm em funções detectivescas que as levam, aliás com boas intenções a recorrer a mentiras e embustes”<sup>774</sup> .Também logo em Janeiro de 1951 as primeiras publicações do universo Disney são proibidas de circular em coerência com a orientação da CELIJ<sup>775</sup> .

Antes de prosseguirmos importa, contudo , não ignorarmos o contributo de duas das personalidades que estarão na raiz da campanha “anti-comics” entre nós. Se é certo que o ambiente internacional e as concretas condições políticas e culturais portuguesas ajudaram à concretização do momento censório infanto-juvenil, não é menos relevante, como vimos , sabermos que as “Instruções” tiveram um autor concreto e que o Presidente da Comissão sempre teve pensamento próprio e original na matéria.

#### **6.2.1. Edmundo Curvelo: a verosimilhança e a moralidade nas histórias para crianças**

A presença de Edmundo Curvelo nesta discussão decorre fundamentalmente da sua comprovada e confessada autoria das " Instruções para a Literatura Infantil" de que fizemos já referência. Voltamos ao tema porque a questão não se resolve de forma simples. Por um lado Edmundo Curvelo é a personalidade mais intrigante e mais improvável de todo o grupo que forma a primeira comissão . Intrigante porque o percurso académico de Curvelo e a esmagadora maioria da sua produção escrita estiveram sempre ligadas à Filosofia e em rigor só se lhe conhece um texto sobre “ Literatura Infantil”. Improvável porque Curvelo partilhava fortes amizades com intelectuais claramente oposicionistas como eram os casos de Vieira de Almeida e Joaquim de Carvalho e havia subscrito o manifesto de escritores, artistas e cientistas a favor do Movimento de Unidade

---

<sup>774</sup> Vide Carta de Dr. Serras e Silva ( Presidente da Comissão) ao Gerente da Livraria Clássica Editora, 12/1/1951. PT/ SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros.Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*, Arquivador.Censura . Correspondência ( 1950-1952) .

<sup>775</sup> Vide Ofício 96/E Confidencial da Direcção dos Serviços de Censura para o Director da Polícia Internacional e Defesa do Estado , 18/1/1951 informando que “ foram proibidas de circular no País “ entre outras “ Walt Disney’s Donald Duck in Dangerous Disguise”. PT/ SGPCM/GMCS.*Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*, Arquivador. Censura . Correspondência ( 1950-1952) .

Democrática ( MUD) por ocasião das eleições de 1945<sup>776</sup>. Estes factos ajudaram a edificar uma memória de oposicionista ao Estado Novo.

A sua aceitação em integrar uma estrutura censória do Estado Novo , para mais pela mão de Armando Larcher , chefe incontestado da Censura, suscita interrogações. Procuraremos dar resposta a estas questões centrando as linhas que se seguem no curto período que vai de 1949 até à morte de Curvelo em 1954. Importa indagar do percurso académico e político e das ideias em matéria de literatura infantil deste " génio português" como lhe chamam Manuel Curado e José António Alves<sup>777</sup> o que permite confrontar a memória que chegou aos nossos dias com algumas evidências históricas.

Edmundo de Carvalho Curvelo , nasceu em Arronches em 1913 e faleceu prematuramente em Lisboa em 1954 , com 40 anos.

Para alguns pode ser considerado como " um dos maiores filósofos portugueses do séc. XX e um dos mais criativos filósofos de sempre"<sup>778</sup> E contudo foi votado durante largos anos ao " esquecimento junto do grande público"<sup>779</sup>.

Foi professor liceal e universitário e exerceu funções no Instituto de Orientação Profissional . Destacou-se entre outros aspectos como filósofo , tendo realizado o Doutoramento em Filosofia 1948 na Faculdade de Letras de Lisboa , casa em que, como assistente deu aulas de 1947 até falecer. A sua tese versa o tema " Multiplicidades Lógicas Discretas". O pensamento de Curvelo partindo da Filosofia desenvolve-se pela Lógica, pela Matemática e pela Psicologia. Dizem os seus estudiosos que o " objectivo do pensamento filosófico de Curvelo era o de atribuir à Psicologia o estatuto nobre de uma ciência com a dignidade das outras "<sup>780</sup> . Ora não só Curvelo é hoje considerado " como um dos maiores filósofos de sempre" <sup>781</sup> como na sua curta vida a sua " obra conseguiu rapidamente o reconhecimento internacional de alguns dos grandes filósofos da época " e que tal reconhecimento não se tratou apenas de " apreciações encomiásticas de circunstância mas de apreço efectivo pela obra de Curvelo por parte dos autores

---

<sup>776</sup> Vide José António Alves, *Logificação da Psicologia. O itinerário Intelectual de Edmundo Curvelo sobre a Mente, a Lógica e a Filosofia [...]*p. 257

<sup>777</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra

<sup>778</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 12

<sup>779</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)[...]* p. 15

<sup>780</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)[...]*p. 9

<sup>781</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954) [...]*, p. 11

estrangeiros" <sup>782</sup> nos quais se contam os grandes nomes da Filosofia da época como Alonzo Crunch, Stephen Kiss, Wiliard Van Ormand Quine , Raymond Bayer e René Poirier.

Contudo salientam os mesmos comentadores " há que reconhecer que tirando os especialistas do seu tempo ( Vieira de Almeida, Joaquim de Carvalho, Delfim Santos, M.S. Lourenço) as suas publicações não conseguiram uma grande recepção por parte do público culto". E acrescentam " esta situação é enigmática precisamente porque Curvelo foi um autor muito preocupado com divulgação dos seus textos" <sup>783</sup>. Admitem contudo que uma das razões " para explicar esse enigma talvez se encontrem na morte trágica e precoce que impossibilitou a continuação das diligências editoriais para uma projecção ainda maior do seu pensamento".

Este enigma tem sido analisado por alguns autores que procuram encontrar explicações . Uma delas decorre da sua originalidade, que teria dificultado uma maior recepção assim como a dificuldade em ser etiquetado. Escreve Norberto Cunha : " Num país em geral indiferente- quando não agressivo - para a produção filosófica endógena e complacente para os oráculos de além fronteiras, não surpreende que apenas alguns se tenham dado conta da originalidade e fulgurância do seu pensamento. Raros então, raros ainda hoje " E acrescenta : " Curvelo não encaixava em nenhuma prateleira não era facilmente etiquetável ; e com uma agravante era rigoroso, claro e profundo, utilizando a linguagem como um bisturi, operando sobre questões onde era pioneiro e quase único" <sup>784</sup>.

Que os seus textos eram de uma complexidade e profundidade mesmo para os especialistas parece claro. A simbologia lógica e matemática a que recorria com abundância e de que a suas obras são exemplos, afastaria leitores menos prevenidos e levou mesmo Joaquim de Carvalho como director da Revista Filosófica <sup>785</sup> a solicitar a Curvelo que reduzisse ao mínimo o simbolismo a utilizar em artigo a publicar na revista " afim de não afugentar leitores para um projecto que estava a começar" <sup>786</sup> E , dizem os comentadores : " Talvez seja esta a razão " mais do que qualquer outra que ajuda a

<sup>782</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)[....]* p. 13

<sup>783</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)[...]* , p. 13

<sup>784</sup> Vide Norberto Cunha, " A ética como ciência natural em Edmundo Curvelo" *Revista Portuguesa de Filosofia*, 48:2 (1992), p. 161

<sup>785</sup> Vide José António Alves ,Joaquim de Carvalho e a Revista Filosófica. *Delfim Santos Studies*.2. Arquivo Delfim Santos,Lisboa, pp. 88-108 disponível em [www.academia.edu/13409882/Joaquim\\_de\\_Carvalho\\_e\\_a\\_Revista\\_Filosofica](http://www.academia.edu/13409882/Joaquim_de_Carvalho_e_a_Revista_Filosofica)

<sup>786</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)[...]* p. 14



explicar o relativo esquecimento junto do grande público a que a obra do autor foi votada quando comparada com outras da cultura portuguesa e do pensamento em língua portuguesa".

Por outro lado é patente que Edmundo Curvelo foi apadrinhado e manteve também excelentes relações pessoais quer com Joaquim de Carvalho, académico da Universidade de Coimbra, quer com Vieira de Almeida, da Faculdade de Letras de Lisboa. Ambos reconhecidos oposicionistas ao Estado Novo pese embora as divergentes inspirações ideológicas, já que enquanto Joaquim de Carvalho se posicionaria como um liberal republicano, Vieira de Almeida ter-se-ia mantido fiel ao integralismo da sua juventude evoluindo nos anos 40 para "posições monárquico-constitucionalistas"<sup>787</sup>

Ora, recentemente, um pequeno núcleo de especialistas tem mantido vivo o interesse por Curvelo. Entre eles estão José António Alves - que concluiu recentemente uma tese de doutoramento sobre a sua obra e que é o trabalho de referência para a sua vida e obra - Manuel Curado e Augusto Franco de Oliveira. Dos últimos anos data também a publicação das suas obras completas bem como de várias inéditos e correspondência.<sup>788</sup>

O simples facto dos actuais comentadores e biógrafos de Edmundo Curvelo se ocuparem com relativa ênfase do "enigma de um filósofo rigoroso", associando-a à obscuridade e à quase nula recepção da sua vida e obra nos últimos 50 anos<sup>789</sup>, merece ponderação. Acresce que, a memória que dele nos foi deixada quer por Serras e Silva, presidente da CELIJ e colega de Curvelo na referida comissão, em elogio fúnebre após o falecimento, quer pelo seu irmão Joaquim Curvelo, 20 anos depois, depoimentos que não poderiam ser mais contrastantes, acentuam o referido "enigma" quer da perspectiva das suas concepções políticas quer da sua carreira académica.

A aproximação a este tema pode fazer-se, julgamos nós, pela via de uma proposta metodológica historiográfica que considere, por um lado a "memória" e a sua relação com a História, por outro a fronteira entre a memória objecto da História e a memória efectiva de indivíduos ou comunidades e finalmente as estratégias de esquecimento, ou seja "os usos e abuso do esquecimento" ou como classifica Catroga a "ars oblivionis

---

<sup>787</sup> Vide João Bonifácio Serra, "Almeida, Francisco Vieira de". Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, dir. *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, [...] p.37

<sup>788</sup> Vide Edmundo Curvelo, *Obras Completas*, Organização de Manuel Curado e José António Alves, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013

<sup>789</sup> Antes da investigação de José António Alves apenas em 1998 com a publicação da História do Pensamento Filosófico português coordenada por Pedro Calafate, se pode considerar ter sido dado à estampa o ensaio mais profundo sobre o pensamento do autor. Vide Pedro Calafate, dir. *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. V. Tomo II, Lisboa, Caminho, 2000, pp. 345 e ss.

mais programada"<sup>790</sup> . Por outro lado Curvelo , à semelhança de muitos professores , cientistas ou escritores que viveram e agiram durante o Estado Novo , pode ser enquadrado na categoria ampla de " intelectual" . Ora a abordagem da vida e obra dos intelectuais no contexto dos regimes totalitários ou ditatoriais tem merecido um específico tratamento historiográfico . Tomaremos em conta algumas dessas aproximações .

A primeira, a vantagem em utilizar um modelo específico de análise que permita entender melhor as estratégias de esquecimento ou a realidade do silêncio/ invisibilidade . É o que tentaremos adoptando a proposta de Alexandra Laignel-Lavastine a propósito de Cioran, Eliade e Ionesco<sup>791</sup>

E finalmente se é verdade que a aproximação historiográfica à temática dos intelectuais vs. regimes totalitários não deve prescindir do " horizonte ético" de que fala Habermas<sup>792</sup> a propósito do Holocausto, também deve evitar a apelidada a " ideologia historiográfica"<sup>793</sup> que traduz à sua maneira um "abuso político do passado".

Para abordarmos a vida e obra de Edmundo Curvelo estão , felizmente , disponíveis várias fontes.

Em primeiro lugar da correspondência de Edmundo Curvelo com as personalidades académicas nacionais e internacionais da época. São os casos da troca de correspondência com Joaquim de Carvalho, Delfim Santos , Alonzo Church , Stephen Kiss , entre outros . São também as cartas de Joaquim de Carvalho com Vieira de Almeida ou Rebelo Gonçalves com referências a Edmundo Curvelo. E são também as cartas entre Edmundo Curvelo e a esposa Noémia Cruz . A quase totalidade desta correspondência está publicada<sup>794</sup> . A restante consta do espólio de Edmundo Curvelo depositado na Biblioteca António Botto em Abrantes e trata-se de correspondência trocada com a esposa, que

---

<sup>790</sup> Vide Fernando Catroga, *Os passos do Homem como restolho do tempo, Memória e Fim da História*, Coimbra, Almedina, 2009, p.54

<sup>791</sup> Vide Alexandra Laignel-Lavastine, *Cioran, Eliade Ionesco L'oubli du fascisme*, Paris , PUF, 2002 , pp. 518-519

<sup>792</sup> Vide J. Habermas " De l'usage public de l'histoire" *Devant l'histoire. Les documents de la controverse sur la singularité des juifs par le régime nazi*, Paris, CERF, 1988, p. 207

<sup>793</sup> Luis Reis Torgal " O fascismo nunca existiu" Estudo sobre as representações de Salazar " .Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo, coord. *Estados Autoritários e totalitários e suas representações , Propaganda , Ideologia, Historiografia e Memória*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 22

<sup>794</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954 )* [...] pp. 303- 356 e Augusto Franco Oliveira , *op. cit.* pp. 69-150. Ver também José António Alves, A correspondência filosófica de Edmundo Curvelo: a relevância da década de 1940 para a renovação da filosofia em Portugal. *Actas das III Jornadas Internacionais dos Jovens Investigadores em Filosofia.Krisis*, 2001, p.33 e ss disponível em [http://www.delfimsantos.org/textos/JAAAlves\\_correspondencia\\_de\\_Curvelo\\_2012.pdf](http://www.delfimsantos.org/textos/JAAAlves_correspondencia_de_Curvelo_2012.pdf)

Manuel Curado e José António Alves no livro antes citado decidiram não publicar alegando o respeito pelo " dever ético de não intromissão na vida particular do autor" .

Ao dispor do historiador para tentar penetrar para além das memórias e testemunhos que ficaram sobre a vida de Curvelo estão várias outras fontes. Como se disse antes, a existência de um espólio de Curvelo depositado na Biblioteca de Abrantes e devidamente inventariado, em exaustivo trabalho de José António Alves , acessível ao público é um dado muito significativo. E não menos importante é o facto da sua Biblioteca composta por mais de 3500 livros se ter mantido intacta e disponível ao público , por força da doação efectuada pelo seu Pai ao Instituto de Orientação Psicológica ( atualmente encontra-se depositada na Biblioteca da Reitoria da Universidade de Lisboa) . Está ainda acessível o processo Individual de docente ( Faculdade de Letras de Lisboa ) também depositado na Reitoria da Universidade de Lisboa.

As interrogações são evidentes e à medida que nos aproximamos das fontes que permitem o acesso à sua vida e obra o enigma oferece outros contornos.

A propósito da sua morte escreve Augusto Franco de Oliveira: " Morreu em Lisboa com 40 anos de idade a 13 de Janeiro de 1954. As circunstâncias da morte não são claras existindo relatos contraditórios- suicídio dizem uns, assassinato referem outros ora por razões académicas ora por razões políticas. Em todo o caos a causa da morte terá sido asfixia por gaz doméstico, no último apartamento que ocupou na Rua do Telhal nº72 - 4º Dto em Lisboa"<sup>795</sup>

E na verdade é isso que o relatório da autópsia em arquivo no Instituto de Medicina Legal refere : intoxicação com monóxido de carbono.<sup>796</sup>

Poder-se-ia atribuir estas perplexidades à especulação própria que quase sempre ocorre após um falecimento nas invulgares circunstâncias ocorridas com Curvelo se bem que longe de serem raras à época.

Contudo existem várias circunstâncias que contribuem para isso de forma determinante.

Desde logo o elogio fúnebre que João Serras e Silva, Presidente da CELIJ e personalidade muito próxima de Salazar, publicou no Diário Popular a 18 de Janeiro de 1954 " Peço a palavra . Edmundo Curvelo"<sup>797</sup>.

---

<sup>795</sup> Vide Augusto Franco Oliveira, *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho( 1947-1953) e outros inéditos*, Cadernos de Filosofia das Ciências CFCUL , Lisboa, 2005, p.19

<sup>796</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)* [...].p. 353

<sup>797</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)* [...], p. 363 e ss

O elogio fúnebre começa desde logo por salientar que " foi perseguido e caluniado unicamente porque as faculdades que Deus lhe deu faziam sombra e barragem a ambiciosas sem valor. E diz : " Como professor Curvelo tinha prestígio extraordinário entre os estudantes que tanto no Liceu como na Faculdade frequentavam as suas aulas, só pela atracção do professor. Isso criava-lhe inimizades de que ele se desculpava e sofria. Quando na Faculdade de Letras de Lisboa se lhe abriu o curso assaz árido da Lógica Matemática disse que não suportava faltas na sua aula, o que fez dizer a alguns colegas que assim teria a casa deserta. A estes respondeu " Fraco professor seria eu se precisasse de faltas para ter alunos" Os alunos vieram e tantos que foram necessárias novas cadeiras" E mais adiante dizia Serras e Silva : " Quantas vezes o ouvi exprimir a sua amargura por ver que lhe negavam a probidade. Não era só o dano o mal que lhe faziam com a torpeza que contra ele urdia, era como ele dizia não acreditarem na sua honra, Há três anos foi nomeado para uma Comissão de que também fiz parte e onde trabalhou seriamente para estabelecer os lineamentos do programa e viu-se logo a maledicência levantar a cabeça. A um dos membros dessa comissão vieram dizer que era uma indignidade a entrada de Curvelo. Tinha graves defeitos e o acusador afirmava que traria os documentos comprovativos desses defeitos. Esse membro da comissão não conhecia a esse tempo Curvelo e veio exprimir o seu receio de termos ali um comunista"

E ainda : " Em maio último a Faculdade de Letras deu-lhe o prazo de 45 dias para apresentar a dissertação do concurso. Trabalhou em cheio ou como se diz em inglês em "full time" e apresentou-a no prazo e com ideias originais. O tempo veio e o concurso nunca se abriu"

E mais : " Sofria com a injustiça mas não a repelia com a irritação. Era manso com os maus que o caluniavam. Uma vez foi o materialismo histórico de que o acusaram materialismo de que a alta filosofia que ele professava o fazia rir. É certo que foi no princípio da sua carreira um espírito liberal mas estava-se aproximando muito da igreja, mesmo muito, e os amigos não achavam impossível que viesse a acabar num convento".

Ou seja a memória que Serras e Silva pretendeu legar para a posteridade de Edmundo Curvelo é clara : um homem excepcional perseguido na Universidade pelas suas qualidades intelectuais e pedagógicas e pelas suas ideias originais e que para mais tendo começado por ser " liberal" se aproximava cada vez mais das ideias da Igreja a ponto de se admitir " acabar num convento". Convirá dizer que as ideias da Igreja aqui propugnadas

por Serras e Silva não são outras que não as de um catolicismo conservador, pastoreado por Gonçalves Cerejeira, na linha do ultramontanismo conciliar<sup>798</sup>.

O enigma da sua morte foi décadas depois, e já após o 25 de Abril, reforçado pelo seu irmão Joaquim Curvelo que em texto recordatório revela alguns outros aspectos da sua vida, mas que se coloca no polo oposto do registo de Serras e Silva<sup>799</sup>.

Sustenta que " politicamente não concordava com o regime salazarista" e que " em Abrantes foi preso duas vezes. Uma que foram buscar a sua casa em Lisboa e ficámos sem saber dele durante vários dias e outra quando a pedido da Direcção do Montepio Abrantino fazia uma palestra no próprio Montepio".

Relata depois o que terá acontecido no dia do seu falecimento : " Porque é que quando eu cheguei a sua casa a sua secretária na sua biblioteca tinha sido revistada ? Porque é que atrás da banheira onde ele faleceu estava a calça da parede e um buraco na parede que ia dar a cano do gaz ? Porque é que na sua casa estavam os agentes da PIDE e logo que eu entrei me deitaram a mão e me perguntaram onde estão os papéis? Porque é que depois de muitos empurrões me levaram ameaçando-me depois que perderia o emprego se dissesse alguma coisa ? Só eu sei o que passei nas longas 6 horas numa sala que julgo ser uma dependência da Maria Cardoso. E ainda porque o proibiam de sair do País sempre que tinha um convite do estrangeiro ? "

Ou seja o que o irmão de Curvelo pretende com o seu testemunho memorial é acentuar o oposicionismo político do filósofo que se teria mantido sem interrupções até ao seu brusco falecimento, oposicionismo esse que foi causa de incómodos, atropelos e perseguições por parte da polícia política .

Qual destas duas memórias é confirmada pela História : a de um Curvelo convertido a um catolicismo integrista, censor zeloso das publicações infanto-juvenis ou a de um oposicionista impedido de prosseguir na Universidade pelo seu anti-salazarismo ? Ou será que as fontes históricas, no ponto em que se encontra a sua investigação, não permitem validar nem uma nem outras das " memórias" limitando-se a deixar vagas hipóteses insusceptíveis de serem confirmadas ?

A verdade é que a memória prevalecente que chegou aos nossos dias foi essencialmente a que veio a ser deixada pelo irmão de Curvelo.

---

<sup>798</sup> Vide Ernesto Castro Leal " Silva, João Serras e " . António Nóvoa , dir. *Dicionário de Educadores Portugueses* , Porto, ASA, 2003, p.1318

<sup>799</sup> Vide Artigo de Joaquim Curvelo publicado no Jornal de Abrantes de 3/5/1975

O registo dos seus contemporâneos é desde logo muito lisonjeiro. Alguns meses depois da sua trágica morte Rebelo Gonçalves em carta a Joaquim de Carvalho expressa-se : " O nosso amigo Curvelo foi, de facto rapaz de grande talento e nobre carácter e por isso choro a sua perda juntamente com V.Exa e outros amigos comuns" <sup>800</sup>.

Mas o enigma permanece e adensa-se se aprofundarmos a análise das fontes disponíveis . Ao relativo esquecimento da sua vida e obra somam-se agora aspectos confusos e aparentemente inexplicados da sua vida académica e de um envolvimento ou apadrinhamentos políticos insuspeitados .

Confrontados com o estranho elogio fúnebre de Serras e Silva e com o ainda mais intrigante depoimento do seu irmão importa aprofundar a investigação procurando aceder a outras fontes que se mostrem acessíveis. O lastro histórico documental que a esse propósito se pode acompanhar ficou já referido . Recordemos a correspondência de Edmundo Curvelo com as personalidades académicas nacionais e internacionais da época. E ainda as cartas entre Edmundo Curvelo e a esposa Nôemia Cruz . Como dissemos já parte desta correspondência está publicada<sup>801</sup>. A restante consta do espólio de Edmundo Curvelo depositado na Biblioteca de Abrantes. Parte da correspondência não publicada foi trocada com a esposa, que Manuel Curado e José António Alves no livro antes citado decidiram não publicar alegando o respeito pelo " dever ético de não intromissão na vida particular do autor" e ainda outra correspondência que os referidos compiladores decidiram não publicar.

Edmundo Curvelo casou a 31 de Agosto de 1940 com Noémia Cruz, ele com 26 anos e ela com 25, e ter-se-ão separado " posteriormente a 1950 , talvez um pouco antes de janeiro de 1954 altura da morte de Curvelo". E escrevem ainda os autores : " Não se conhecem as razões para esta separação nem se sabe se existe relação causal entre a separação e a morte de Curvelo. O que é facto é que Noémia Cruz se casou de novo em 18 de Outubro de 1957 com Álvaro José de Carvalho Ferreira da Silva, em Lisboa, tendo-se separado judicialmente em 1964 e divorciado em 1976. Em 1994 foi interdita por anomalia psíquica . Faleceu a 11 de Abril de 1995 em Lisboa, na Freguesia de Santa Maria de Belém"<sup>802</sup>.

---

<sup>800</sup> Vide Carta de 31/11/54 in Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954) [...]*, p. 353

<sup>801</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954) [...]* pp. 303- 356 e Augusto Franco Oliveira , *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho [...]* pp. 69-150

<sup>802</sup> Vide Augusto Franco Oliveira , *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho [...]*, p. 50

A verdade é que " depois da separação Curvelo não voltou a publicar qualquer outro texto. Este é um sinal importante da influência que a esposa exerceu sobre o filósofo"<sup>803</sup>. Aliás muitos dos artigos de divulgação filosófica e psicológica de Curvelo são ilustrados por Noémia Cruz.

Um dos aspectos curiosos, e cujo contexto histórico também está longe de estar esclarecido , é o nomeação de Noémia Cruz para a CELIJ no mesmo despacho do Ministro da Presidência em que Curvelo é escolhido na qualidade de um dos Vice-Presidentes. Noémia Cruz era professora do Liceu D. Maria II. Não se conhece qualquer intervenção sua no contexto da CELIJ . Das escassas actas que chegaram ao nosso conhecimento não existe qualquer registo da então ainda esposa de Curvelo, se bem que seja dada como presente em quase todas as reuniões. E não transitará , tal como Curvelo, para a CLEM.

Ao dispor pois do historiador para tentar penetrar para além das memórias que ficaram sobre a vida de Curvelo estão várias fontes. E algumas delas parecem contrariar claramente a memória que o irmão de Curvelo deixou.

É o caso das informações reunidas pela polícia política. Curiosamente ainda que Curvelo tenha assinado o manifesto dos intelectuais a favor do MUD em 1945<sup>804</sup> tal não consta sequer dos ficheiros da PIDE.

Na verdade o registo da PIDE arquivado na Torre do Tombo, cujo último apontamento data de 1947 , refere : " Tem bom porte moral, nada constando em seu desabono político"<sup>805</sup>.

Na mesma linha poderia invocar-se o caso da declaração de conformidade com a ordem política e constitucional de 1933, que efectivamente Curvelo assinou por ocasião da apresentação da sua tese de Doutoramento na Faculdade de Letras<sup>806</sup> . Embora aqui o argumento seja substancialmente mais frágil. É que a formalização de tal documento , por muito que ofendesse os princípios e consciência de quem era opositor do regime, era obrigatória para quem quisesse assumir funções públicas<sup>807</sup>. E embora alguns se tivessem

---

<sup>803</sup> Edmundo Curvelo, *Obras Completas*, [...] "Introdução," p. 11

<sup>804</sup> Vide "República" , 10 de Novembro de 1945, p. 4

<sup>805</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954) [...] p. 58*

<sup>806</sup> Vide Declaração datada de 12/7/1947 Processo do Docente Edmundo de Carvalho Curvelo/ Reitoria da Universidade de Lisboa " Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933 com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas"

<sup>807</sup> Decorria do preceituado do Decreto-lei nº 27003 de 14/8/1936 que " para admissão a concurso, nomeação efectiva ou interina, assalariamento, recondução, promoção ou acesso. Comissão de serviço,

recusado a assiná-la<sup>808</sup> no que se traduziu na impossibilidade em exercerem actividades docentes, a verdade é que não é possível desse comprometimento concluir sem mais pela adesão à doutrina do Estado Novo.

Manuel Curado e José António Alves acrescentam ainda que o conteúdo do espólio é claro- e nós pudemos confirmar- que até 1953 Curvelo recebia convites das mais altas instâncias do regime incluindo do Presidente do Conselho" tendo o cuidado de guardar cuidadosamente"<sup>809</sup> . E que : " nunca teria colaborado no Colégio Militar ou com o Ministério da Guerra se houvesse sombra de dúvida sobre a sua idoneidade política de apoiante do regime constitucional de 1933".

Um outro elemento que merece ser convocado para esta discussão será a Biblioteca pessoal de Curvelo, que pode ser estudada na Biblioteca da Reitoria da Universidade de Lisboa. A sua consulta poderá ajudar-nos a perceber das leituras e dos interesses intelectuais do seu possuidor e eventualmente construir um padrão de orientações ideológicas e políticas . Sobretudo se as obras contiveram anotações e reflexões do próprio. Não é contudo o caso. Só encontramos um livro com anotações de Curvelo : o "Tratado Lógico-Filosófico" de Wittgenstein, na edição bilingue inglês e alemão. E quanto ao resto as expectativas saíram defraudadas. Trata-se de uma biblioteca muito completa do ponto de vista das ciências filosóficas, da lógica matemática e da psicologia , atestando o domínio dessas matérias e a sua actualidade ( obras em língua inglesa, francesa e alemã) mas escassa do ponto de vista das obras políticas , quer dos clássicos quer de estudos contemporâneos. E ninguém pode razoavelmente concluir o que quer que

---

concessão de diuturnidades e transferência voluntária em relação aos lugares de Estado e serviços autónomos bem como nos corpos e corporações administrativas é exigido o seguinte documento com assinatura reconhecida: " Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933 com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas" . De alguma forma o referido compromisso de fidelidade ao regime era o corolário de um diploma anterior - Decreto-lei nº 25317 de 13/5 /1935 de acordo com o qual a pena de demissão se aplicaria a todos os funcionários ou empregados, civis ou militares que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política ou não dêem garantia de cooperar com os fins superiores do Estado". Foi ao abrigo deste último diploma que o Conselho de Ministros em 1935 demitiu trinta e cinco personalidades civis e militares entre elas os Professores Sílvia Lima e Aurélio Quintanilha.

<sup>808</sup> Por exemplo António Aniceto Monteiro recusou-se a assinar a referida declaração no seu regresso de Paris em 1936, com o que lhe foi cancelada a Bolsa de Estudo facultada pelo Instituto de Alta Cultura e em consequência se viu impossibilitado de prosseguir na carreira universitária , vide Jorge Rezende " Sobre as perseguições a cientistas durante o Estado Novo". *Vértice* , nº 166, pp. 59-89

<sup>809</sup> Vide Convite para o 25º aniversário da " entrada de Salazar para o Governo" remetida pela Comissão Concelhia da União Nacional , 21/4/1953 .Biblioteca Municipal António Botto Abrantes. *Espólio Edmundo Curvelo Caixa 01. C0101*.



seja pela presença de uma edição de " O Capital" de Karl Marx ao lado da" Doutrina do Fascismo" de Mussolini ...

E menos ainda pela existência de obras dos nossos neo-realistas, como Alves Redol ou Ferreira de Castro, ao lado de Eça ou Junqueiro ... A não ser uma preocupação intelectual e cultural universalista.

Ou seja parece que, neste ponto, a memória que terá sido legada propositada ou inconscientemente aos vindouros de um Edmundo Curvelo opositor ao Estado Novo e inimigo de Salazar parece contrariada pela investigação histórica.

Resta analisar o percurso universitário, iniciado antes de Curvelo ser nomeado para a CELIJ e continuado já na pendência dessas funções .

O que sabemos do percurso universitário de Edmundo Curvelo para iluminarmos a memória de Serras e Silva que sobre ele é taxativo ao dizer que " foi perseguido e caluniado" ?

Parece claro que Edmundo Curvelo suscitava a amizade e a admiração de muitos dos seus contemporâneos, designadamente de um grupo de personalidades de referência na História da Cultura Portuguesa , académicos de renome na Filosofia, na História, na Filologia, na Psicologia, alguns professores universitários, como Vieira de Almeida, Joaquim de Carvalho, Delfim Santos entre outros .

Duas dessas personalidades foram de facto, tanto quanto o registo documental o indicia, amigos fidelíssimos : Vieira de Almeida e Joaquim de Carvalho.

Edmundo Curvelo tinha em Vieira de Almeida um amigo sincero. As referências a longo da correspondência com Joaquim de Carvalho são elucidativas , designadamente uma carta escrita menos de três meses antes de falecer, em que a propósito do amparo dos Amigos aquando de uma intervenção cirúrgica a que foi sujeito no mês de Agosto de 1953 refere : " O Vieira de Almeida não me deixou um só momento, e foi ao ponto de me ler peças de teatro ...para me distrair. Assim lhe quero eu " <sup>810</sup>

Quer Vieira de Almeida , quer Joaquim de Carvalho , quaisquer que fossem na realidade as suas profundas convicções ideológicas e políticas eram opositores de Salazar e manifestaram publicamente ao longo das suas vidas tal oposição. Joaquim de Carvalho, ao invés de outros professores universitários, nunca foi demitido<sup>811</sup> mas a verdade é que se

---

<sup>810</sup> Vide Carta de Edmundo Curvelo a Joaquim e Carvalho , 13/10/1953, Augusto Franco Oliveira, *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho [...]*pp. 134-135

<sup>811</sup> Sobre a perseguição salazarista aos professores universitários e em geral aos " intelectuais" , ver entre outros , Nídia Gregório " Subversão e repressão na Universidade no início do Estado Novo " in Nídia Gregório e outros, *Ideologia , Cultura e mentalidade no Estado Novo. Ensaio sobre a*

tratava , com Sílvio Lima , por exemplo “ ambos republicanos ou seja demo-liberais com posições contrárias ao salazarismo”<sup>812</sup> . Escreve Luís Reis Torgal : “ Joaquim de Carvalho que fora colega de Salazar na Universidade e que ele quisera abater por via indirecta extinguindo a Imprensa da Universidade de que era director”<sup>813</sup> . Contudo o posicionamento crítico de Joaquim de Carvalho sempre foi claro. O regime a que ele apelidava de " nacional-seminarismo" era assim retratado no que dizia respeito ao ambiente que se vivia na sua Faculdade de Letras de Coimbra :

" Ambiente da Faculdade por 1950 e seguintes. O ambiente tornou-se clerical. Não era só o número de padres e de freiras com os seus hábitos; era sobretudo a transformação da mentalidade. O silêncio dos corredores, a compostura obediente, as reverências dos professores, a sensação da existência de uma fiscalização sempre presente, o anonimato espiritual, a indiferença a tudo o que cá fora se discute e apaixona. Seminário e convento. Neste ambiente a formação da mocidade não podia deixar de gerar seres mutilados e insignificantes”<sup>814</sup>

Também Vieira de Almeida se assumiu , talvez de forma ainda mais sistemática , como um adversário do regime de Salazar. Inclusive, como se sabe, veio a ser preso conjuntamente com António Sérgio, Jaime Cortesão e Azevedo Gomes, na sequência do apoio à candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República em 1958.

E é patente que Vieira de Almeida tinha de Mattos Romão director da Faculdade de Letras de Lisboa , à data da passagem de Curvelo pela mesma, uma opinião muito pouco simpática . Escreve a Joaquim de Carvalho : " Já sabe que o Mattos Romão " decano nos psicólogos" - eu diria psicólogo do cano- anda agora a fazer indirectamente auto-reclamos ridículos na imprensa ? O homem é inconsolavelmente burro! " <sup>815</sup>

Desde logo importa registar que a propósito da referência de Serras e Silva às injustiças académicas e ao facto de Curvelo ter elaborado uma tese para concurso e o "concurso nunca veio, nunca se abriu" o Director da Faculdade de Letras de então Goncalves

---

*Universidade de Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992. Luís Reis Torgal “ Estado Novo e vigilância policial na Universidade . Os casos de Sílvio Lima e Joaquim Ferreira Gomes” in *Ensaio em Homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Coimbra, Núcleo de Análise e Intervenção Educacional da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1998 e Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra*. Coimbra. Minerva 1999,

<sup>812</sup> Vide Luis Reis Torgal “ Um homem humilde, mas livre na sua investigação. Sílvio Lima e a sua correspondência no processo da PIDE/DGS” . *Estudos em Homenagem a José Francisco Marques*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, p. 482

<sup>813</sup> Vide Luis Reis Torgal “ Um homem humilde, mas livre na sua investigação. Sílvio Lima e a sua correspondência no processo da PIDE/DGS”[...], p. 477

<sup>814</sup> Vide Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo*,[....]pp. 179- 180

<sup>815</sup> Vide Augusto Franco de Oliveira, *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho* [...]. p. 146

Rodrigues, e logo no dia seguinte <sup>816</sup> à publicação no *Diário Popular* do texto daquele que nega a existência de qualquer tese que tenha dado entrada na Universidade. Acrescenta que o concurso para professor extraordinário do Grupo de Ciências Filosóficas e outro igual do Grupo de Ciências Pedagógicas foram efectivamente promovidos , contactando-se previamente os dois únicos candidatos da Faculdade habilitados a concorrer ( presumindo-se ser um deles Edmundo Curvelo) , os quais responderam que estavam aptos a satisfazer as condições legais que incluía a apresentação de tese . Contudo só depois de superiormente autorizada a abertura do concurso são afixados editais que determinam o prazo entre 60 e 90 dias para se requerer a admissão a concurso. Ora , informa o Director da Faculdade, " a abertura do concurso ainda não foi superiormente autorizada. E evidente portanto que à Faculdade não competia fixar qualquer prazo ao Doutor Edmundo Curvelo; nem há nela conhecimento oficial ou extra-oficial da entrega de qualquer tese na Reitoria da Universidade"<sup>817</sup>

Ora segundo informa António Franco Oliveira<sup>818</sup> em pesquisa realizada na Reitoria da Universidade de Lisboa, em Setembro de 2004, a referida tese não terá sido efectivamente publicada nem entregue. Também Manuel Curado e José António Alves referem que " não há notícia deste texto na Biblioteca da Reitoria da Universidade de Lisboa e também não há notícia dele no espólio de Curvelo depositado na Biblioteca Municipal António Botto em Abrantes"<sup>819</sup> . Também nós confirmámos em um e outros dos locais essa informação.

Contudo em carta de Vieira de Almeida a Curvelo há a seguinte indicação : " A sua última obra será publicada e trará certamente a lista bibliográfica elucidativa e por si só , da intensidade do trabalho realizado" . Será esta a tese - que tem o título de "Decisão e Invariância" - para professor extraordinário , interroga-se o mesmo Autor.

Ora a correspondência de Edmundo Curvelo e Joaquim de Carvalho do ano de 1953 parece oferecer algumas pistas para este enigma . Em carta de 4 de Março desse ano Edmundo Curvelo diz " Acabo de ser informado pelo Director da Faculdade que dentro de dias será posta a concurso a vaga de extraordinário efectivo existente e de que as provas se realizarão 45 dias depois- portanto ainda dentro do presente ano lectivo". E mais adiante,

---

<sup>816</sup> Vide carta publicada no *Diário Popular* , 19/1/ 1954

<sup>817</sup> Vide Augusto Franco Oliveira , *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho [...]*,pp. 139-140

<sup>818</sup> Vide Augusto Franco Oliveira , *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho [...]* p. 24

<sup>819</sup> Vide, Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)* [...] *op.cit.* p. 19

após varias considerações a que regressaremos adiante : " estarei presente" " a principal dificuldade será conseguir que a tipografia a tenha impressa dentro do prazo"

E em carta posterior, já citada <sup>820</sup>, refere que procurará Joaquim de Carvalho em Coimbra ou na Figueira da Foz e " conversaremos a respeito de muita coisa. Talvez possa levar-lhe também um exemplar da minha Tese" .

Assim parece que a referida Tese estaria já escrita e provavelmente impressa , o que era aliás exigido para poder cumprir os requisitos do concurso.

Parece ter base factual a explicação oferecida pelo Director da Faculdade de Letras quanto à decisão de abertura do concurso e da pendência quanto à autorização ministerial- recorde-se que em tempos de ausência de autonomia financeira das Universidades como foram os do salazarismo qualquer decisão concursal ou contratual dependia de autorização do Ministro da tutela-. Contudo a correspondência com Joaquim de Carvalho assinalada a manifesta incomodidade quanto a um conjunto de " coincidências " associadas ao concurso.

Data de 1950 a intenção de Curvelo de se apresentar a concurso para uma posição de docente que lhe conferisse estabilidade. A contratação como segundo assistente e depois como primeiro assistente, mesmo já após a concretização do seu Doutoramento, eram por natureza precários. Assim a carta a Joaquim de Carvalho datada de 6 de Fevereiro de 1950 Curvelo confessa, " Agora uma novidade que por enquanto não deve ter publicidade: eu vou requerer o concurso para agregação. É tudo quanto posso fazer, visto que não tenho vaga na secção de Filosofia. Mas diz-me o Vieira de Almeida que isso abrirá uma perspectiva e eu confio nele que é bom amigo. Devo ter a tese pronta na Páscoa e requererei as provas imediatamente " <sup>821</sup>. Uma semana depois alega que " está a trabalhar na tese com toda a intensidade que as aulas e o serviço no instituto me permitem" <sup>822</sup>.

A verdade é que dois anos depois desta correspondência tudo continuava na mesma . Ou seja, a situação contratual de Curvelo não se alterou. Mas ao que parece contudo alguma coisa terá mudado.

Em vez do concurso para agregado parece que , ao que tudo indica por sugestão de Vieira de Almeida, se coloca a hipótese de uma iniciativa do Conselho Escolar da Faculdade de

---

<sup>820</sup> Carta de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho de 13/10/1953 Augusto Franco Oliveira, *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho* [...]p. 135

<sup>821</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)* [...]p. 322

<sup>822</sup> Vide carta de Curvelo a Joaquim de Carvalho, 11/2/1959 in Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)* [...]p. 323

Letras para a contratação definitiva de Curvelo. Mas essa nova estratégia não estaria isenta de escolhos. A 1 de Maio de 1952 escreve a Joaquim de Carvalho : " A minha entrada para o quadro da Faculdade não sei quando será, nem como será nem sequer se será. Observo manobras tão maquiavélicas que não sei se a paciência e poder dos amigos que tão dedicada e generosamente creem na minha boa vontade de estudioso e honestidade profissional resistirão"<sup>823</sup> . E uma semana depois : " Aqui na Faculdade tudo se está encaminhar segundo um plano que não o que os amigos, particularmente o Vieira de Almeida, desejariam para mim. No entanto não aceito o desânimo"<sup>824</sup>

E em Novembro de 1952 : " O Vieira de Almeida quer propor no próximo Conselho a minha nomeação para vaga de Extraordinário Efectivo existente, mas se esse projecto for impedido não deixarei é claro de me apresentar a concurso ( se o houver) apesar das espantosas manobras que a " outra parte" está efectuando. Só terei o grande desgosto se , a haver concurso, não o contar a si ( Joaquim de Carvalho) entre os membros do júri. A sua ausência , aliás, seria o triunfo no tal jogo de manobras da outra parte"<sup>825</sup>

Ora esta última hipótese não surtiu efeito. Na verdade há registo da proposta de Vieira de Almeida<sup>826</sup> em Conselho Escolar para a nomeação de Curvelo para a vaga de Extraordinário Efectivo, mas aparentemente sem sucesso. O documento é assaz impressivo dos esforços de Vieira de Almeida em auxiliar Curvelo, não lhe regateando elogios quanto aos seus méritos científicos , académicos e profissionais. Escreve a concluir um relatório de 10 páginas o seguinte :

" A obra já realizada pelo Dr. Edmundo Curvelo não tem paralelo nem de longe com o que em Portugal costuma alcunhar-se de filosofia. Só com a orientação que ele segue poderão esperar-se resultados de importância em vários domínios , especialmente no da epistemologia e teoria do conhecimento até agora quase sempre por amadorismo ou juízo prévio"<sup>827</sup>

---

<sup>823</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)* [...]p. 327

<sup>824</sup>Vide carta de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho de 15/5/1952 in Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)* [...], p. 328

<sup>825</sup> Vide carta de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho, de 9/11/1952 in Manuel Curado e José António Alves. *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)* [...] p. 330

<sup>826</sup> Vide Relatório de Vieira de Almeida propondo ao Conselho Escolar da Faculdade de Letras a nomeação de Edmundo Curvelo[...]. *Processo Individual de Edmundo de Carvalho Curvelo*. Reitoria da Universidade de Lisboa.

<sup>827</sup> Vide Relatório de Vieira de Almeida propondo ao Conselho Escolar da Faculdade de Letras a nomeação de Edmundo Curvelo[...] p. 10 *Processo Individual de Edmundo de Carvalho Curvelo*. Reitoria da Universidade de Lisboa

Após o insucesso desta diligência de Vieira de Almeida, Curvelo aguarda então pela abertura de concurso para a vaga de extraordinário.

Em carta de 4 de Março de 1953 escreve que finalmente foi informado pelo Director de Faculdade que a vaga para Extraordinário iria ser posta a concurso " parece que a carroça principia caminhar e isso naturalmente dá-me ânimo." Mas acrescenta :

" Há todavia dois factores que se conjugam com isto e eu não sei até que ponto a coincidência é casual ou propositada. O concurso esteve para ser aberto no princípio do ano com sabe em época em que o meu Amigo Prof. Joaquim de Carvalho estaria ausente no Brasil e o nosso Vieira de Almeida estaria afastado do serviço. Quando lá se soube que o Prof. Joaquim de Carvalho não ira ao Brasil começou a dizer-se que ainda era cedo para se pensar no concurso e o plano foi posto de lado quando a situação do nosso Vieira de Almeida ficou solucionada e o Prof. Mattos Romão adoeceu. Agora o prof. Mattos Romão está restabelecido e diz-se que o prof. Joaquim de Carvalho irá para o Brasil em Abril . Surge então novamente a ideia do concurso, que se efectuará precisamente durante a sua ausência. Eu não quero interpretar os factos injustamente mas foi isto que aconteceu e está acontecendo: a alteração das datas corresponde a esta ou aquela constituição do Júri . Seja como for eu estarei presente e esforçar-me-ei por dar razão aos Amigos que me têm manifestado a sua confiança"<sup>828</sup>

Importa recordar que Joaquim de Carvalho e Vieira de Almeida foram a arguentes da tese de Doutoramento de Curvelo e que ambos, como a troca epistolar o confirma, tinham por ele amizade e consideração intelectual . Joaquim de Carvalho convidou Curvelo para escrever na Revista Filosófica que dirigiu e para editar na Atlântida de Coimbra de que era responsável editorial solicitações recebidas com muito agrado .

Aliás Vieira de Almeida já antes deste episódio do concurso empenhou-se de forma directa na progressão da carreira académica de Curvelo. A propósito da marcação das provas públicas de doutoramento Vieira de Almeida em carta a Joaquim de Carvalho refere " apesar da dificuldade em consegui-lo( ...) conseguiu-se a fixação "<sup>829</sup>. No processo de docente de Edmundo Curvelo é patente a demora na marcação das provas. Curvelo requereu a prestação de provas e entregou a tese a 20/3/1947 e apenas em Dezembro de 1948, quase dois anos depois as concretizou<sup>830</sup> .

---

<sup>828</sup> Vide carta de 4 /3/1953 de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho, Augusto Franco de Oliveira, *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho [...]*,p. 132

<sup>829</sup> Vide carta de Vieira de Almeida a Joaquim de Carvalho de 23/4/1948, Manuel Curado e José Manuel Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954) [...]*. pp. . 352

<sup>830</sup> Vide *Processo individual de Edmundo Carvalho Curvelo* , Reitoria da Universidade de Lisboa

Um outro registo documental suscita algumas interrogações e que talvez clarifiquem os queixumes de Serras e Silva.

Na verdade no processo individual como docente da Faculdade de Letras<sup>831</sup> evidencia-se que a 21 de Maio de 1953 o Reitor da Universidade de Lisboa " a fim de satisfazer o determinado pelo Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes " solicita " com a máxima urgência" " quais os alunos que frequentam os trabalhos de seminário a cargo do primeiro -assistente Edmundo Curvelo". Em resposta este escreve ao Director da Faculdade no dia 25 de Maio uma longa carta onde justifica a pedagogia utilizada e nela a defesa da elasticidade do horário " afim de que seja ele a submeter-se às necessidades dos alunos e não o contrário " dando a indicação dos nomes dos alunos que " mais assiduamente têm trabalhado comigo". Mas conclui: " A única razão porque a minha resposta não se limita à enumeração dos nomes dos alunos (...) foi e estranheza tenho de confessá-lo a mesma pergunta me causou. Não sei que pensar de ela mormente se me lembro da similitude desta situação com outra passada onde a asa negra da calúnia pairou dolorosamente sobre mim e que graças a Deus foi afastada por quem tinha autoridade para afastar"<sup>832</sup> .

Contudo Edmundo Curvelo nesta mesma carta não deixa de referir que os seus princípios formativos e educativos juntando dois artigos que escreveu " recentemente " para o jornal Novidades e um exemplar das " Instruções sobre a Literatura Infantil " que redigi para a Direcção dos Serviços de Censura e que tiveram a honra de aprovação de Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho. É de acordo com estas directrizes que presto assistência aos jovens que me são confiados"

Ou seja da análise deste conjunto disperso de elementos, parece inegável que o percurso académico de Curvelo não correu como o próprio gostaria e que por esta ou aquela razão quer a marcação das provas de Doutoramento quer a sua contratação para o quadro sofreram consideráveis atrasos, nunca chegando esta última, aliás , a concretizar-se .

Mas haverá fundamento para o desabafo de Serras e Silva quando este fala da calúnia e perseguição ?

É verdade que Curvelo se considerava perseguido " pela outra parte" e que esta terá empregue manobras e calúnias para o denegrir. Não sabemos contudo- e se calhar nunca saberemos- qual o verdadeiro fundamento de tal estado de espírito.

---

<sup>831</sup> Vide *Processo individual de Edmundo Carvalho Curvelo* , Reitoria da Universidade de Lisboa

<sup>832</sup> Vide carta de Edmundo Curvelo ao Director da Faculdade de Letras de 23/5/1953 *Processo Individual de Edmundo Carvalho Curvelo*, Reitoria da Universidade de Lisboa

Também é inegável que Vieira de Almeida foi amigo e protector de Curvelo. Foi por sua intervenção que a Faculdade o contratou ainda sem doutoramento, foi sem dúvida pelo seu empenho que o Doutoramento acabou por se concretizar, sem que conseguisse, apesar disso evitar vários adiamentos e tudo fez para o contratar para o quadro como professor Extraordinário.

O mesmo se pode dizer de Joaquim de Carvalho. O filósofo da Universidade de Coimbra deu sempre a mão a Curvelo, abrindo-lhe as portas da sua prestigiada Revista Filosófica, convidando-o para publicar textos seus ou traduções suas na Biblioteca Filosófica da Atlântida –Livraria Editora e, em geral, acolhendo sempre as suas pretensões editoriais.

Um outro aspecto tem que ver com a vaga repressiva que com a demissão da Universidade a 15 de Junho de 1947 de um conjunto de professores, a quase totalidade deles da Universidade Técnica e da Universidade Clássica de Lisboa. Já antes em 1946 no fim do Ministério de Caeiro da Mata, haviam sido demitidos Bento de Jesus Caraça e Mário Azevedo Gomes<sup>833</sup>. Ora nesta leva repressiva a Faculdade de Letras de Lisboa também foi atingida pela demissão da então assistente Andrée Crabé Rocha casada com Adolfo Rocha, ou Miguel Torga<sup>834</sup>.

Ora não deixa de ser surpreendente que não exista na troca de correspondência conhecida entre Edmundo Curvelo e os seus pares qualquer alusão a estas ocorrências, - nem à demissão de André Rocha nem à dos restantes docentes. Estes acontecimentos mais a mais por se desenrolarem um pouco por todas as Universidade do país e também na Faculdade onde Curvelo acabava de ser contratado, dificilmente poderiam ter deixado de causar viva impressão. Aliás, mais do que isso a referida correspondência é notavelmente "apolítica". A custo se encontra qualquer referência à vida política do país e, contudo, a mesma foi particularmente agitada nos finais dos anos 40 e inícios de 50. Recordar-se-á a campanha eleitoral para Presidente da República de 1948, como a candidatura depois retirada de Norton de Matos e também as de 1951, após o falecimento de Óscar Carmona, como todo o tropel de avatares associados às candidaturas de Quintão Meireles e

---

<sup>833</sup> Vide Luis Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo*, cit. p. 178; sobre o caso específico da demissão dos docentes da Faculdade de Ciências de Lisboa, Manuel Valadares, Aurélio Marques da Silva e Armando Gibert, Torre da Assunção e Flávio Resende, vide Ana Simões, Ana Carneiro, Maria Paula Diogo, Luís Miguel Carolino e Teresa Salomé Mota, *Uma história da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa( 1911-1974)*, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2013, pp.125 e ss

<sup>834</sup> Vide Luís Reis Torgal, " Estado Novo e Vigilância Policial na Universidade . Os casos de Sílvia Lima e Joaquim Ferreira Gomes", *Ensaio em Homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Coimbra, Núcleo de Análise e Intervenção Educacional da Faculdade de Psicologia e Ciências da educação da Universidade de Coimbra, 1998, p. 92



sobretudo de Ruy Luis Gomes. E mesmo as eleições legislativas de 1949 e 1953, ainda que muito menos relevantes do ponto de vista quer do regime quer da oposição, não merecem qualquer referência na troca de correspondência que analisámos.

É um facto que o Estado Novo manteve em relação à Universidade uma constante vigilância . E se bem que a maioria dos docentes apoiasse o regime " havia alguns de convicções republicanas ( leia-se demoliberais) que de forma directa ou indirecta poderiam exercer uma acção política entre colegas e estudantes contribuindo assim para uma eventual afirmação da sua consciência oposicionista"<sup>835</sup>

Ora Joaquim de Carvalho e Vieira de Almeida estavam nesta situação. Contudo não parece ter sido a " consciência oposicionista" de Curvelo, que aliás é duvidoso ter -se manifestado pelos menos no período em que leccionou na Faculdade de Letras , que esteve na raiz dos seus avatares académicos.

E a verdade é que como escrevem Manuel Curado e José António Alves : " Apesar da carreira universitária de Curvelo não ter sido tão rápida quanto se poderia esperar do seu currículo escolar e académico é um facto que não foi prejudicada como a de Sílvio Lima e de tantos outros oposicionistas declarados do regime"<sup>836</sup>

O caso de Edmundo Curvelo , embora tenha algumas particularidades , não é muito diverso de outras situações típicas da historiografia que lida com os regimes autoritários/ditatoriais e neles , do papel dos intelectuais<sup>837</sup> , quer sejam professores, escritores ou cientistas. Essas situações confrontam-se com várias especificidades metodológicas .

Do ponto de vista metodológico temos desde logo a dificuldade do acesso às fontes e sobretudo da sua interpretação . Não só as fontes são escassas , por terem sido desaparecido ou por não serem acessíveis, como a sua leitura oferece escolhos assinaláveis . Uma fonte documental , por exemplo, nascida em ambiente ditatorial é tudo menos clara e transparente. As condições de opacidade do regime político ajudam a construir um registo equívoco e falseado do lastro documental que permanece. Esse registo é por natureza manipulável e abre campo a verdadeiras batalhas ideológicas <sup>838</sup>.

---

<sup>835</sup> Vide Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo, Ensaios de História Política e Cultural*, vol I, Coimbra , Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 408.

<sup>836</sup> Vide Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo, Ensaios de História Política e Cultural*, vol I, [...]p. 58

<sup>837</sup> Aqui tomada a expressão em sentido amplo, vide Enzo Traverso, *Ou sont passés les intellectuels ?* Paris, 2013, pp. 24-25

<sup>838</sup> Essas fracturas operam quase sempre no terreno da " história ideológica " ou da " ideologia historiográfica" como Luís Reis Torgal, por exemplo, qualifica o estudo de Jaime Nogueira Pinto sobre Salazar - *António de Oliveira Salazar, O outro retrato*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007 , vide Luis Reis Torgal " O fascismo nunca existiu" Estudo sobre as representações de Salazar " .Luís Reis Torgal e

Como diz Catroga “ Também a historiografia – que nasceu sob o signo da memória- apesar de querer falar em nome da razão se edifica voluntaria ou involuntariamente sobre silêncios e recalcamientos, como a história da história tem sobejamente demonstrado”<sup>839</sup>

Algumas das aproximações históricas a intelectuais , professores ou cientistas perseguidos durante o Estado Novo têm suscitado larga polémica. A essa polémica não estão ausentes considerações de natureza ideológica. O caso recente do matemático António Aniceto Monteiro<sup>840</sup> e do seu tratamento historiográfico quer por Jorge Buescu<sup>841</sup> quer por Ana Simões e outros <sup>842</sup> , que mereceu acerba crítica de Jorge Rezende<sup>843</sup> ilustra o que se vem dizendo . Enquanto os primeiros sustentam que António Aniceto Simões se auto-exilou e que “ foram os seus pares que o rejeitaram e a modernização que representava” o segundo sustenta que tal tese não tem fundamento histórico e acentua que a perseguição se deveu a razões políticas dado que o matemático era um convicto anti-salazarista.

De certo modo e fazendo uma similitude com as biografias que assumem um pressuposto marcadamente ideológico e que portanto acabam por ficar remetidas para o campo da " ideologia historiográfica", a memória de Curvelo como oposicionista militante, à imagem de Aurélio Quintanilha e António Valadares , só por "estratégia de esquecimento" encontraria explicação.

Chegados este ponto é de constatar que a memória de Edmundo Curvelo que sob a forma de depoimento nos deixaram quer Serras e Silva nos dias seguintes ao seu falecimento , quer do irmão Joaquim Curvelo vinte anos depois, correspondem sem dúvida ao paradigma da subjectividade que tão bem identificado é por Enzo Traverso : " A memória é eminentemente subjectiva. Fica ancorada aos factos a que assistimos, dos quais fomos testemunhas, ou mesmo actores e às impressões que deixaram no nosso espírito. A memória é qualitativa, singular, pouco preocupada com comparações , com a contextualização ou com generalizações. Quem a transporta não necessita de prestar provas. O relato do passado prestado por uma testemunha- sempre que não seja um

---

Heloísa Paulo, coord. *Estados Autoritários e totalitários e suas representações , Propaganda , Ideologia, Historiografia e Memória*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 22

<sup>839</sup> Vide Fernando Catroga, *Os passos do Homem como restolho do tempo, Memória e fim do fim da História*, Coimbra, Almedina, 2009, p. 43

<sup>840</sup> Vide Luís Saraiva, " Antónjo Aniceto Monteiro( 1907-1980) " *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática*, Número Especial, 1993, p. 5

<sup>841</sup> Vide Jorge Buescu, *A Matemática em Portugal : uma questão de educação*, Lisboa, FFMS, 2012

<sup>842</sup> Vide Ana Simões, Ana Carneiro, Maria Paula Diogo, Luís Miguel Carolino e Teresa Salomé Mota, *Uma história da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1911-1974) ,* Edições FCUL, Lisboa, 2013

<sup>843</sup> Vide Jorge Rezende “ Sobre as perseguições a cientistas durante o Estado Novo”. *Vértice* , nº 166, pp. 59-89

mentiroso consciente- sempre será a sua verdade, ou seja a imagem do passado em si deposto. Pelo seu carácter subjectivo a memória nunca é cristalizada; mais se parece com um estaleiro aberto em contínua operação"<sup>844</sup>

E é por isso que no caso concreto não podemos transformar a singularidade das memórias que sob Curvelo os seus contemporâneos formaram e nos legaram " num prisma normativo da escrita da sua história". Ou como escreve Sérgio Campos Matos " a história põe à prova a memória na medida em que se constitui num discurso crítico que assenta em exigências de prova documental e rigor heurístico e hermenêutico"<sup>845</sup>

De alguma forma foi isso que tentámos fazer ao invocar as fontes à nossa disposição para tentar dar resposta ao enigma do silenciamento e da quase invisibilidade de Edmundo Curvelo. Uma quase invisibilidade que apenas nos deixava surpreender duas sombras contraditórias : o anti-salazarista que era ao mesmo tempo censor infanto-juvenil . Uma tentativa de olhar exterior sobre os acontecimentos, longe da lógica memorialista que pressupõe uma certa proximidade com os factos. Ainda Enzo Traverso : " A sua ( do historiador) tarefa consiste muito mais na inscrição dessa singularidade da experiência vivida num contexto histórico global , tentando esclarecer as causas, as condições, as estruturas, a dinâmica do conjunto. Isto significa aprender com a memória depois de a passar pelo crivo de uma verificação objectiva empírica, documental e factual, assinalando se necessário for as suas contradições e armadilhas"<sup>846</sup>

O como sustenta Catroga o historiador tem então “de ser lobo dos seus fantasmas e do ser ausente que ele pretende fazer reviver. E esta inevitável condicionalidade convida-o a pôr sob suspeita a memória transmitida e a ter uma salutar dúvida metódica perante a transparência ontológica do narrado”<sup>847</sup>

Contudo ultrapassado o paradigma da subjectividade da memória, somos confrontados, à luz das fontes que procurámos recensear , com uma estratégia ambivalente que pode reconduzir-se , é uma hipótese, a um dos modelos específicos de relacionamento dos intelectuais com o seu passado em regimes totalitários. Os casos de Céline<sup>848</sup>, Brasilach<sup>849</sup>,

---

<sup>844</sup> Vide Enzo Traverso, *O passado, modos de usar*, [...]pp. 22-23

<sup>845</sup> Sérgio Campos Matos, " História , Memória e Ficção: que fronteiras ? " *História da Historiografia* nº 17 , Abril 2015 p.417

<sup>846</sup> Vide, *O passado, modos de usar*, [...]p. 27

<sup>847</sup> Vide Fernando Catroga, *Os passos do Homem como restolho do tempo, Memória e fim do fim da História*, Coimbra, Almedina, 2009, p. 53

<sup>848</sup> Vide Rossel- Kirschen, *Céline et le grand Mensonge*, Paris, Mil et une nuits, 2004

<sup>849</sup> Vide Alice Kaplan, *Intelligence avec l'ennemi*, Paris, Folio , 2001

Martin Heidegger<sup>850</sup>, Cioran, Eliade ou Ionesco<sup>851</sup>, são alguns dos que , no crivo dos historiadores , comungam nas auto-justificações, nos silêncios, nas estratégias de esquecimento, na invisibilidade selectiva. Estratégias promovidas pelos próprios ou levadas a cabo pelos fiéis amigos ou "compagnons de route" .

Os modelos reconduzem -se aos seguintes :

- a) a “dissimulação” de acordo com a qual a reescritura de si próprio é acompanhada pela arte da camuflagem ( caso de Eliade) ;
- b) a “oscilação” de acordo com a qual o discurso circula entre a rejeição do passado e a dificuldade em confrontá-lo( caso de Cioran) ;
- c) a “substituição”, de acordo com a estratégia de substituir um inimigo por outro da mesma dimensão : a afirmação de uma coerência anti-comunista que assentaria numa lógica anti-totalitária mas que omite as filiações ostensivamente fascizantes( caso de Ionescu) ;

O caso de Curvelo dificilmente se poderia integrar sem mais em qualquer das três categorias. Desde logo porque ao não ter sobrevivido ao fim do regime autoritário de Salazar e Caetano nunca estaria em condições de ser o actor da sua própria transfiguração, como nos três casos assinalados se verificou. Quando muito a existir silenciamento, esquecimento ou camuflagem ela proviria dos seus contemporâneos ou de quem se prestasse, como ( mau) historiador à prática do abuso político do passado.

E se é verdade, como vimos, que uma certa e muito esmaecida memória " oposicionista " de Curvelo não tem caução histórica, e aí poderíamos ser tentados a falar em "dissimulação" , não há evidências de que a invisibilidade da obra ( e da vida) de Curvelo tenham resultado de uma qualquer "arte do esquecimento programado ".

Resta dar resposta à segunda questão com que introduzimos esta resumida digressão pela vida de Curvelo : que indícios se recolhem dos seus escritos e em geral do seu pensamento, que o pudessem habilitar a poder ser o Autor das “ Instruções para a Literatura Infantil “?

A escolha para essa tarefa partiu ,tudo o indica, de Armando Larcher que admirava Curvelo pelo trabalho deste na criação e funcionamento do Gabinete de Psicologia no Colégio Militar<sup>852</sup>, quando aí exerceu funções docentes.

---

<sup>850</sup> Vide Victor Farías , *Heidegger e o Nazismo*, Lisboa, Caminho, 1990

<sup>851</sup> Vide Alexandra Laignel-Lavastine, *Cioran, Eliade Ionesco L'oubli du fascisme*,[...] pp. 518-519

<sup>852</sup> Vide Carta de António Moraes e Cunha Rodrigues publicada a 4 /12/1974 no Jornal de Abrantes, reproduzida em Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954) [...]*. p. 372

Como se sabe das muitas páginas que Curvelo escreveu e publicou , e escreveu e publicou abundantemente, quase todas são sobre Filosofia, Psicologia e Lógica. Contudo o principal biógrafo do nosso censor identificou no seu espólio um pequeno texto intitulado “Literatura Infantil”. O único que sobre o tema se conhece. Segundo José António Alves existem manifestas afinidades entre as ideias desse manuscrito e aquilo em que se consubstanciam as principais linhas de força das “ Instruções” : “ as ideias inscritas no Preâmbulo do documento não são cópia fiel das ideias que se inscrevem no manuscrito existente no espólio do autor (...) porém, não divergem no espírito “<sup>853</sup> .

A esse dado acrescentaremos nós um outro relevante. É que a consulta da Biblioteca de Curvelo permite concluir que o filósofo esteve atento às mais relevantes discussões internacionais sobre a protecção da criança e aquilo que nessa matéria estava na ordem do dia por parte das grandes organizações internacionais.

Na realidade de 12 a 16 de Abril de 1952 realiza-se em Viena , sob os auspícios da ONU, a “Conference Internationale de Défense de L’Enfance” , que reúne cerca de 500 delegados de 64 países incluindo os EUA e a URSS e debruça-se entre outros temas da influência da literatura , da imprensa , do cinema e das artes sob o desenvolvimento cultural e moral das crianças e dos jovens. Constitui um ponto da ordem de trabalhos com base num relatório elaborado por Grosskurth , representante da Alemanha Ocidental <sup>854</sup>

Esse relatório acentua os efeitos nefastos dos "comics" para os jovens nos EUA , que se tornaram objecto de importações para a Europa " cerca de 6 milhões de exemplares difundidos em França todos os meses e nesse contexto assinala o aumento galopante da criminalidade juvenil nos EUA, em França e na Alemanha : " Na Baviera um inquérito provou que de 525 jovens delinquentes 200 resultam de más leituras". Ora o que é certo é que este tipo de referências não poderiam deixar de ser lidas por Edmundo Curvelo, que se mostrava atento e estudioso aos problemas da criminalidade juvenil<sup>855</sup>

Contudo a fonte próxima que talvez permita sistematizar algumas ideias do filósofo sobre o tema é um manuscrito depositado no seu espólio intitulado " Literatura Infantil". Trata-

---

<sup>853</sup> Vide José António Alves, *Logificação da Psicologia [...]* pp. 256-257

<sup>854</sup> Vide *Enfance*, (*Psychologie, Pedagogie, Neuro-Psychiatrie , Sociologie*), Mai-Juin, 1952, nº 3, Paris, pp. 268 e ss.

<sup>855</sup> Os 3 primeiros números da revista *Enfance* constam da *Biblioteca pessoal de Edmundo Curvelo - Biblioteca da Reitoria da Universidade de Lisboa*- assim como dela constam várias obras sobre delinquência juvenil, p.ex. A.E. James, *Juvenile Delinquency and the Law*, Penguin Books., New York, 1945, ou Cyril Burt, *The Young Delinquent*, University of London Press, Kent, 1945

se de um pequeno ensaio literariamente cuidado em “registo metafórico”<sup>856</sup>, o que nem sempre facilita a sua interpretação, em que se expõe as suas concepções sobre a literatura infantil<sup>857</sup>.

Curvelo começa por sinalizar a importância da distinção entre uma história para crianças e uma história para adultos. Enquanto que o adulto distingue o que é real do que é ficcional, tal não acontece com as crianças que reconhecem desde logo na história que lêem a realidade: o ficcional é real. “A história é a mensagem da vida que não vive mas que sabe que há de saber”. Daí que a primeira preocupação de Curvelo resida na verosimilhança: “a projecção real do tema é fundamental à fundação da Arte em si”. Mas esta ideia de “simulação de uma realidade futura possível” na obra literária para crianças, não exclui o maravilhoso “porque através do maravilhoso fixam-se os símbolos que constituem a realidade das pessoas e dos povos”<sup>858</sup>.

A segunda ideia reside na “moralidade da história”. Para exemplificar Curvelo recorre à fábula da cigarra e da formiga, embora adoptando um ponto de vista diverso do comum: “como pode a formiga mandar dançar a quem está a cair de fome?” Se é verdade que a cigarra não trabalha no Verão, não o é menos o facto da formiga não agradecer o sol de Verão. A moralidade deve funcionar pela positiva e não pela negativa. Neste caso concreto a moralidade estará na cooperação entre todos e não na recriminação entre quem cumpre funções diferentes.

A terceira ideia tem que ver com a mensagem a transmitir aos autores das histórias para crianças: “infantil” não significa “facilidade”. A história não deve ceder ao facilitismo só para se tornar agradável. A criança há-de fazer um esforço para decifrar o conteúdo, da mesma forma que se exige dela trabalho para o crescimento pessoal. O educador ou o professor podem ajudar a criança mas ela haverá que fazer o percurso pelo seu caminho pessoal<sup>859</sup>.

Finalmente o livro de infância há de ter belas imagens ( “sem gravuras é como uma noite sem lua”). Mas as imagens não deverão ser excessivas e substituir a imaginação da

---

<sup>856</sup> Vide José António Alves, *Logificação da Psicologia O itinerário Intelectual de Edmundo Curvelo sobre a Mente, a Lógica e a Filosofia [...]* p. 253

<sup>857</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954) [...]* p. 123-128

<sup>858</sup> Vide José António Alves, *Logificação da Psicologia O itinerário Intelectual de Edmundo Curvelo sobre a Mente, a Lógica e a Filosofia [...]* p. 253

<sup>859</sup> Vide José António Alves, *Logificação da Psicologia O itinerário Intelectual de Edmundo Curvelo sobre a Mente, a Lógica e a Filosofia [...]* p. 254

criança. E conclui dizendo que a literatura infantil não é de tema fácil : primitiva sim , de sentimento poético mas não fácil.<sup>860</sup>

José António Alves sustenta que estas ideias “ estão próximas das ideias gerais do filósofo alentejano sobre a educação dos jovens: critérios e finalidades, instrução e aprendizagem, criatividade e trabalho, rigor e seriedade, ordem e harmonia, vontade e meios”<sup>861</sup>. Supomos que podemos ir um pouco mais além e sugerir que algumas destas reflexões ecoam alguns dos grandes temas da cruzada “ anti-comics” que é comum a muitos países na década de 50 e que desponta em Portugal.

Um dos tópicos mais interessantes é a ideia de que sendo importante a ilustração ela não deverá ser de tal forma intensa ou frequente que enfraqueça a imaginação da criança. Nesta frase vai todo um programa contrário às “ histórias em quadrinhos”. Em rigor o que Curvelo sustenta, como a CSC francesa o fará aliás , é a de o mal está justamente no excesso de imagens. O alvo é a estrutura narrativa das bandas desenhadas que se revelam intrinsecamente negativas para os jovens na medida em que os afastam das “ boas leituras” de que o paradigma será o livro contendo romances, novelas ou contos. Curvelo terá aliás a oportunidade de se pronunciar numa das primeiras reuniões da CELIJ sobre o universo Disney concluindo que o mesmo “ não é para crianças”, como vimos. Há nesta valoração uma crítica implícita ao “excesso de imagens” não tanto porque adormecem a fantasia mas porque exorbitam os sentidos.

O segundo tópico em que Curvelo parece ter bebido na doutrinação da CSC francesa é o da “verosimilhança”. A falta de verosimilhança, vimos antes, é o argumento central e recorrente para vetar as “ histórias em quadrinhos” que divulgam relatos de “ ficção científica “ e em geral que recorrem aos “ super-heróis”.

Mas desta sumária conclusão, legitimada pela análise do único texto de Curvelo expressamente consagrado à Literatura Infantil, não decorre que o “ código” dos censores infanto-juvenis seja repositório apenas das suas ideias . Será necessário lermos e interpretarmos alguns escritos de Serras e Silva, a escolha de Larcher e Costa Leite para Presidente da CELIJ, para obtermos um retrato mais amplo e esclarecedor.

Uma particular atenção ao percurso de vida de Curvelo e sobretudo sobre o seu posicionamento político , no contexto desta investigação, justifica-se, cremos nós, pela sua qualidade de autor das “ Instruções para a Literatura Infantil” e pela eventual

---

<sup>860</sup> Vide Manuel Curado e José António Alves, Manuel Curado e José António Alves, *Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954) [...]*p. 128

<sup>861</sup> Vide José António Alves, *Logificação da Psicologia O itinerário Intelectual de Edmundo Curvelo sobre a Mente, a Lógica e a Filosofia [...]* p. 255

participação, que a ter-se concretizado acabou por ser pouco ou nada decisiva é certo, naquilo que podemos qualificar como “ trabalhos preparatórios “ do Decreto Lei nº 38 964 de 27/10/1952 , que constituiu o quadro legal básico de funcionamento da futura CLEM até 1968.

A verdade é que a sua intervenção como censor está longe de ser abundante. Em rigor apenas a identificámos duas tomadas de posição nessa qualidade. O primeiro caso , referimo-lo antes , encontra-se no processo da revista “ O Gafanhoto” em momento pós Cardoso Lopes. No início de 1951 a recém formada Comissão Especial para Literatura Infantil e Juvenil , presidida por João Serras e Silva , é chamada a pronunciar -se a convite do Director dos Serviços de Censura sobre o destino de " O Gafanhoto". Encarregar-se-á de responder o Vice-Presidente da Comissão, Edmundo Curvelo,: "em face da documentação junto a Comissão nada tem a opor à autorização pedida para o prosseguimento da publicação do jornal O Gafanhoto desde que se submeta às disposições em vigor sobre publicações do género, o que não se verifica de modo algum com o exemplar junto"<sup>862</sup>.

O segundo caso respeita à apreciação prévia de um livro infantil da Editorial Majora intitulado “ Ratãozinho Marotinho” em que Curvelo não encontra objecções “ nem quanto ao texto nem quanto aos desenhos” em informação datada de 29 de Maio de 1952<sup>863</sup>

Ou seja Curvelo terá sido menos censor e mais consultor já que o essencial da sua actividade parece ter-se centrado nos referidos trabalhos preparatórios documentados no seu espólio. E não será de colocar de parte a hipótese das suas obrigações universitárias e sobretudo a sua angustiosa pretensão em aceder ao quadro da Faculdade de Letras pela via da contratação como professor extraordinário, diligências que decorrem justamente no ano de 1952, como vimos , tenham entorpecido de forma significativa a sua participação nas actividades censórias da CELIJ. O certo é que o seu nome não constará da lista de membros que iniciarão funções como censores da CLEM em princípios de 1953, ao contrário de outros como Cortês Pinto , Eduardo Antonino Pestana e Serras e Silva , que transitará como Presidente de uma comissão para a outra.

---

<sup>862</sup> Vide Ofício da Direcção dos Serviços de Censura dirigida ao presidente da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil de 17/1/1951 e despacho manuscrito assinado por Edmundo Curvelo do mesmo dia. PT/ANTT. *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 700. Proc. nº 664

<sup>863</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex –Gabinete dos Meios de Comunicação Social*. Arquivador .Processos de livros infantis. Processos vários ( 1956-1965) Editorial Majora.



### **6.2.2. João Serras e Silva e o combate ao “modo de vida americano”: da higiene do corpo e da alma à " invasão dos bárbaros"**

João Serras e Silva na época da assunção de funções como Presidente da CELIJ era já um ancião com a respeitável idade de 82 anos. E o mais curioso é que se havia jubilado em 1938 ,mantendo após isso uma vitalidade extraordinária como o comprovam as obras que foi publicando sobre os mais variados temas .Nascido em 1868, obteve a sua graduação na Faculdade de Medicina de Coimbra e os restantes graus académicos na mesma Universidade . Dedicou-se depois à leccionação e à prática da medicina sem deixar de publicar regularmente deixando uma assinalável bibliografia sobre temas de Medicina mas sobretudo sobre Saúde Escolar, Higiene e Pedagogia. Chegou mesmo, como veremos, a aproximar-se da escrita de ficção .Como escreve um biógrafo, em separata memorialista publicada por ocasião da sua morte : " Depois de aposentado foi ainda procurador à Câmara Corporativa. Como professor jubilado da Faculdade de Medicina de Coimbra tinha deixado atrás uma obra notável . Desde a sua dissertação de licenciatura em 1897 sobre " Alcoolismo" passando ainda no mesmo ano sobre a dissertação inaugural para doutoramento sobre " A hereditariedade da sífilis" , até a trabalhos sobre a Higiene, Epidemiologia e Medicina Sanitária, cadeiras que regeu em Coimbra. Mas cedo se dedicou a escrever sobre Educação e Pedagogia a que certamente não terão sido alheios os seus estudos pioneiros sobre Higiene do corpo e da alma. " Problemas sanitários , assuntos médico-legais, de climatologia médica, de bromatologia, bacteriologia, epidemiologia, educação física, pedagogia, sociologia experimental, história, beneficência, religião, política, etc tudo o Dr. Serras e Silva versou em livros, opúsculos, artigos de revistas e jornais , em conferencias e lições na Universidade de Coimbra em associações , em júris escolares. em comissões, em congressos na Câmara Corporativa, onde quer que o seu esforço a sua inteligência, a sua dedicação o seu bom senso o chamavam a intervir"<sup>864</sup>

Do ponto de vista político mostrou-se sempre fiel ao regime do Estado Novo. Fidelidade que decorria também da amizade pessoal que manteve com Oliveira Salazar e o Cardeal Cerejeira. Essa amizade, se bem que a distância geracional fosse grande- Salazar era mais

---

<sup>864</sup> Vide Fernando Correia da Silva ( Director do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge) , *O doutor Serras e Silva e a pedagogia do Exemplo*, separata de " O Médico" nº 251, 1956, Porto, Tipografia Sequeira, Lda, pp.34

novo 21 anos- , é um traço distintivo da sua relação com o regime salazarista. Ainda que nunca tivesse exercido cargos políticos de relevo, limitou-se a ser Director Geral e membro da Câmara Corporativa, a sua ligação com o Chefe de Governo foi sempre muito próxima<sup>865</sup>. Não só intelectualmente como afectivamente. As origens residem no convívio conimbricense nos anos 20 em casa de Serras e Silva , ponto de encontro da intelectualidade conservadora de Coimbra . "(...) O lar modelo do Dr. Serras e Silva, lar cristão em toda a acepção da palavra" assim lhe chamava Fernando Correia da Silva. E continua : " A casa do Dr. Serras e Silva veio a tornar-se o lugar de reunião de intelectuais de Coimbra(...)" "Passaram por casa do Dr. Serras e Silva homens de valor como Raimundo Mota, Mendes dos Remédios, Garcia de Vasconcelos, Machado Vilela, Lopes da Fonseca, Oliveira Salazar, Gonçalves Cerejeira, Mendes dos Santos, Pacheco de Amorim, Rocha Brito, Ferrand de Almeida, Beleza dos Santos, Águedo de Oliveira, José Alberto dos Reis, Trindade Salgueiro , Castro Meireles, Pereira dos Reis entre muitos outros. O senhor Cardeal Patriarca foi capelão de sua casa, acarinhando sempre ali o seu filho. (...) O Senhor Presidente do Conselho teve sempre lá o acolhimento que se tem na casa paterna. Muitas notabilidades estrangeiras passaram por aquela casa não como visitas cerimoniais mas como convívio profundo. Citaremos Léon Poincard, Padre Leseur, Paul Descamps, o Padre Matéo, o Padre Jpugla e o Padre Marie Étienne"<sup>866</sup>

Charles Lepierre que conviveu com Serras e Silva testemunha a proximidade com Salazar e Cerejeira : " De facto o Doutor Oliveira Salazar já se interessava pela Ciência Social quando frequentava o seminário de Viseu: Apesar da diferença de idade de mais de vinte anos o Dr. Oliveira Salazar e o Dr. Serras e Silva são amigos íntimos e a casa que em Coimbra residia o Dr. Serras e Silva foi testemunha muda das conversas sempre elevadas que ambos tinham de companhia com outros estudiosos espíritos da elite como o actual Cardeal Patriarca S. Eminência D.Manuel Goncalves Cerejeira. Estes dois homens superiores o Dr. Oliveira Salazar e o Dr. Serras e Silva um jurista e outro médico com formação filosófica e critério moral idênticos ambos profundamente católicos não podiam deixar de comungar nos mesmos

---

<sup>865</sup> A propósito da publicação entre nós do livro de Christine Garnier sobre Salazar, matéria que este último discutiu longamente em várias epístolas com Marcello Mathias, surge a referência a Serras e Silva em carta datada de 31/1/1952- vide Marcello Mathias, *Correspondência Marcello Mathias/Salazar, 1947/1968*, prefácio do Prof. Veríssimo Serrão, Lisboa, Difel, 1984 p.200 - o que não deixa de evidenciar grande proximidade entre ambos em matéria que o chefe do Governo entendia ter de ser vista " à luz provinciana da nossa terra com as suas mesquinharias ,ciumeiras, ditos , graças, ataques políticos e outras coisas do género" ( Carta de Salazar a Marcello Mathias de 6/3/1952) . Vide Marcello Mathias, *Correspondência Marcello Mathias/ Salazar, 1947/1968* [...] p. 213.

<sup>866</sup> Vide Fernando Correia da Silva *O doutor Serras e Silva e a pedagogia do Exemplo*[...]pp. 32-33

ideais e sonhar em métodos iguais para a resolução dos problemas sociais e da direcção dos povos"<sup>867</sup>

A proximidade entre ambos traduzia uma dimensão política que não pode ser ignorada . No processo que levou à aprovação da Constituição de 1933, Salazar assume um papel decisivo , não só como autor material mas sobretudo como tendo chamado a si o produto final, controlando todos os passos<sup>868</sup>. Mas quando entende colher a opinião política sobre o projecto , inicialmente elaborado por Quirino de Jesus mas por ele profundamente remodelado, recorre a uma número muito reduzido de fiéis amigos: Fezas Vital , sobretudo, Mário de Figueiredo, , José Alberto dos Reis e Serras e Silva<sup>869</sup>

A actividade de Serras e Silva como censor de publicações infantis e juvenis é ignorada pelos seus contemporâneos e de todos os amigos e colaboradores que sobre ele escrevem , mesmo por ocasião do seu falecimento . Todos eles se centram , de forma elogiosa, no seu labor como educador e pedagogo . E mesmo hoje, essa particularidade, tardia embora, do percurso de Serras e Silva, não é referenciada. Na verdade Serras e Silva passou à História como Educador e Pedagogo. Nesse sentido Ernesto Castro Leal caracteriza o seu pensamento da seguinte forma : " O ideário pedagógico de Serras e Silva inscreveu-se no sociologismo católico de uma educação de valores com vista a formar a mentalidade ( pensar a vida) e o carácter ( agir socialmente) dos jovens. Seguiu Descamps quanto às três competências fundamentais para que o processo educativo deve habilitar : aprender uma técnica e aprender uma lei moral e aprender a extensibilidade das necessidades"<sup>870</sup>.

Muitas destas concepções quanto à Saúde Escolar serão postas em prática quando exerceu as funções de Director Geral da Saúde Escolar . Nessa qualidade foi responsável pela elaboração de vários diplomas que remodelaram os serviços médico escolares ( p.ex. o Dec.Lei nº 22751 de 28/6/1933) . Essas concepções evidenciam-se , por exemplo, no relatório do ano 1934-1935 sobre a Saúde Escolar, no qual se dá conta dos dois fundamentais pressupostos da sua política na matéria : primeiro , a " impossibilidade de cuidar do corpo sem tratar da higiene da alma" e a segunda " uma visão mais total da saúde escolar, dentro e fora da escolar"<sup>871</sup>.

Um dos pontos nucleares da sua pedagogia é a afirmação reiterada de que as preocupações com a saúde do corpo estão intimamente ligadas às da saúde da alma: " Reduzir os cuidados

---

<sup>867</sup> Vide Charles Lepierre, " O professor Serras e Silva cientista e Homem de Acção" in *Doutor Serras e Silva, cit.* p. 49

<sup>868</sup> Vide António Araújo, *A Lei de Salazar* [...] p. 79

<sup>869</sup> Vide Franco Nogueira, *Salazar, Estudo biográfico*, vol.II , Coimbra, [s.d.] p. 185

<sup>870</sup> Vide Ernesto Castro Leal " Silva, João Serras e " in António Nóvoa, dir. *Dicionário de educadores portugueses*, Edições Asa, Porto, 2003 , p. 1318

<sup>871</sup> Vide Ernesto Castro Leal " Silva, João Serras e [...], p. 1319

higiénicos à saúde do corpo seria o mesmo que tratar só daquilo que temos de comum com as bestas"<sup>872</sup>

Marcelo Caetano no seu registo memorialístico dá nota da influência do pensamento e acção de Serras e Silva nos anos 40, se bem que em tom crítico : " No próprio domínio da educação física havia muito a fazer : O ministério da Instrução adotara uma " doutrina portuguesa" de educação física da autoria de médico Weiss de Oliveira e patrocinada por homens da envergadura do Prof. Serras e Silva cuja filosofia assentava numa formação , com base na ginástica respiratória , eminentemente estática. E era o que se praticava nas escolas"<sup>873</sup>

Ora é justamente por esta via, consultando as opiniões defendidas nos anos 30, 40 e 50 por Serras e Silva que se surpreende um filão doutrinário que o liga ao modelo censório que as Instruções para a Literatura Infantil codificaram anos depois. O papel da saúde mental , o cuidado com a higiene do espírito, a educação , a energia e a força de vontade são as bases para criar o autêntico " cidadão do Estado Novo". Para isso é necessário cuidar das leituras dos jovens, não só quanto ao conteúdo como também quanto à forma . Por exemplo , as preocupações de "higiene visual" patentes nas Instruções para Literatura Infantil não podem deixar de se filiar neste pensamento. No papel da vontade como forma de afastar as influências " mórbidas" entre os jovens concentra Serras e Silva, a dada altura, o essencial da sua argumentação . Escreve:" Transportemos ao domínio moral este método e veremos que aí da mesma maneira se pode fazer a higiene pelo afastamento das causas mórbidas, isto é das solicitações imorais e deletérias para o espírito e ainda pelo aumento da resistência espiritual da resistência moral à causa das doenças morais. Fazendo " Higiene Moral" eu devo afastar-me de todas as causas que perturbam o espírito, actuando sobre a inteligência, a sensibilidade , a vontade e principalmente *sobre a vontade* ." E continua : " As extremas cautelas, o isolamento dão uma segurança ilusória se paralelamente se não prepara a resistência conveniente pelo desenvolvimento das energias morais. Esta doutrina não quer dizer evidentemente que eu queira que as crianças devam abandonar-se. É conveniente sem dúvida que até a uma certa idade elas sejam subtraídas à maior parte dos agentes ou das causas mórbidas perturbadoras do espírito . "<sup>874</sup>Em prefácio a uma obra muito popular na época entre os meios escolares, Serras e Silva acentua o papel da vontade como primeira pedra no edifício

---

<sup>872</sup> Vide Serras e Silva, *A Higiene do Corpo e da Alma*, Separata dos " Anais Azevedos" vol. II, num. 3.) Sociedade industrial Farmacêutica Laboratorios Azevedos, Lisboa, s.d. p. 6

<sup>873</sup> Vide Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ªed. Lisboa, Verbo, p. 109

<sup>874</sup> Vide Serras e Silva" Uma conferência no Liceu Normal : Higiene Moral" in *O Doutor Serras e Silva, Subsídios para o estudo da sua vida e da sua obra , Homenagem dum grupo de amigos e colaboradores por motivo da sua jubilação* , Lisboa, 1939, p. 132

moral e de carácter dos cidadãos : " Ser forte de vontade é a primeira condição da moral e do carácter. Sem esta base sem uma vontade forte todo o edifício moral desabarà ao sopro da primeira tempestade. Fazamos homens primeiro que tudo. " A nossa incúria em cultivar e desenvolver a vontade é verdadeiramente criminosa. "<sup>875</sup> (...) " os elementos internos-ideal decisão e acção estão muito bem achados e bem expostos. O ideal é o norte , ou a bússola para orientar o esforço, a atitude do espírito da disposição da alma, favorável ao esforço , a decisão é o querer; o exercício quotidiano a acção " " Como há uma ginástica para tonificar os músculos entorpecidos há também uma ginástica para tonificar uma vontade anémica"<sup>876</sup>.

E mesmo quando contrapõe as virtudes do exercício físico no contexto do olimpismo nunca baixa a guarda quanto à " disciplina mental" . Sustenta que a educação física é uma ciência , não é uma convenção ou " manobras de ginástica exterior"<sup>877</sup>, que é uso incluir nela muita coisa de valor desigual incluindo os jogos desportivos e que estes são incapazes de formar o carácter moral e de criar a disciplina social. Não é o desporto que por si que educa moralmente, é a pessoa que comanda e nada será feito se esta for incapaz de exercer uma acção moral " Analisa a conhecida frase de Pierre de Coubertin em defesa do olimpismo : " o carácter não se forma pelo espírito , forma-se sobretudo pelo corpo". Defende que não terá sido essa a intenção do autor " foi outra espécie de carácter que ele quiz falar "<sup>878</sup>. Neste trabalho cita Gustave Le Bon quando este sustenta que a civilização dos povos assenta num pequeno número de ideias que são as raízes por onde passa a seiva que alimenta as instituições <sup>879</sup> Isto para defender a afirmação de que os portugueses precisam de ideias claras- e a educação física é uma ciência e não uma rotina- já que o português é inteligente mas falta-lhe a disciplina mental. <sup>880</sup> Mesmo num contexto teórico diverso e que se prende com a conciliação dos preceitos da doutrina da Igreja - e Serras e Silva era católico- com a Higiene do corpo , a presença de outras dimensões da " Higiene" desta feita na sua dimensão social , são enfatizadas. Rebate a ideia de que a doutrina católica seria contrária à higiene . Assim , dir-se-ia que o catolicismo desprezaria a limpeza, aprovaria mortificações contrárias à saúde , violaria as leis naturais ( pugnando pela castidade), diminuindo a liberdade intelectual e

---

<sup>875</sup> Vide Carta Prefácio do Doutor Serras e Silva, director geral da Saúde Escolar, in Trindade Salgueiro, *O papel da Vontade na Educação*, 3ª ed. Coimbra, Tipográfica Gráfica de Coimbra, 1936, p. 9

<sup>876</sup> Vide Carta Prefácio do Doutor Serras e Silva, director geral da Saúde Escolar[...], p. 10

<sup>877</sup> Vide Prof. Serras e Silva, *Ideias Fundamentais de Saúde Escolar*, Lisboa, 1938, suplemento ao nº 15 da Revista Saúde Escolar, p. 42 enquanto Director Geral da Saúde Escolar

<sup>878</sup> Vide Prof. Serras e Silva, *Ideias Fundamentais de Saúde Escolar*, [...] p. 41

<sup>879</sup> Vide Prof. Serras e Silva, *Ideias Fundamentais de Saúde Escolar*[...], p. 3

<sup>880</sup> Vide Prof. Serras e Silva, *Ideias Fundamentais de Saúde Escolar*[...]p. 4

elevando a humildade e a obediência à categoria de virtudes<sup>881</sup>. Responde Serras e Silva:" Recomendando a virtude da humildade e numa certa medida a obediência o Catolicismo não faz somente honra higiénica, de higiene individual, faz ao mesmo tempo higiene social porque concorre para a disciplina e ordem da sociedade. Com efeito o orgulho e inveja que dele procede são dois flagelos das sociedades modernas que debaixo do nome - direitos sociais ou antes violência de apetites , criam a indisciplina e o caos, de que não sairemos sem regresso às virtudes antigas "<sup>882</sup>Finalmente importa citar uma obra mais tardia, publicada quando Serras e Silva exercia já as funções de Presidente da CLEM. Nesse texto volta a acentuar o papel da vontade : " A formação moral é o fim mais importante a atingir pela escola primária. Para obter esta formação tudo será combinado de maneira que brinquedos, leituras, conversas lições, sirvam de assunto e motivo para construir o carácter" " Esta ideia é fundamental e domina ou deve dominar tudo na escola- formar o carácter, formar a vontade que é a base do carácter" <sup>883</sup>Mas tudo deve ser concretizado para que a criança "se não enfastie, para que aquelas recebam com agrado a alimentação do espírito"<sup>884</sup>. Chama porém a atenção para a ausência de livros adequados que ajudem a formar os jovens portugueses , por exemplo, no que diz respeito à História de Portugal : " Não temos a literatura infantil e juvenil de que carecemos mas temos a esperança de que, dentro de décadas essa literatura comece a aparecer" " Um pequeno de dez ou onze anos não ficará a saber um pouco de história pátria pela memorização dos compêndios; mas ficará iniciado se lesse alguns volumes bem feitos sobre certa épocas e certos acontecimentos"<sup>885</sup> " Não temos em Portugal o que os outros países têm livros escritos em forma de conto ou de romance de aventuras nos quais se mencione os atributos geográficos de cada região, em volta de dois turistas que correm o país (...) "<sup>886</sup> E concluía que " a criação da literatura infantil e juvenil deveria merecer mais atenção a quem superintende nestas questões (...) porque o pão do espírito deve ser sadio e alimentício como o do corpo, mormente tratando-se de crianças"<sup>887</sup>Neste modelo de potenciação da vontade , Serras e Silva não afasta mesmo um aspecto sensível no contexto da Educação salazarista, os chamados " castigos corporais" : " É preciso, por exemplo , primeiro vencer a dor. Isso é uma questão de educação" " Era o costume dos espartanos. A criança

<sup>881</sup> Vide Serras e Silva, *Catolicismo e Higiene*, Lisboa, 1938 ( lido no Congresso dos Médicos Católicos Portugueses em Coimbra em 26 de Maio de 1918 ), p. 4

<sup>882</sup> Vide Serras e Silva, *Catolicismo e Higiene*, [...]p, 37

<sup>883</sup> Vide Serras e Silva, *Ideias Fundamentais sobre a Escola Primária*, Coimbra, Coimbra Editora, 1952, p. 28

<sup>884</sup> Vide Serras e Silva, *Ideias Fundamentais sobre a Escola Primária* [...]p. 30

<sup>885</sup> Vide Serras e Silva, *Ideias Fundamentais sobre a Escola Primária* [...], p. 37

<sup>886</sup> Vide Serras e Silva, *Ideias Fundamentais sobre a Escola Primária* [...], pp. 38-39

<sup>887</sup> Vide Serras e Silva, *Ideias Fundamentais sobre a Escola Primária* [...]p. 84

espartana era educada por forma a dominar a sua dor" " Esse prazer de dominar-se a si próprio, vencer os impulsos e os reflexos dominando os apetites é que é a força de vontade"<sup>888</sup>. A dor ajuda a potenciar a força de vontade mas esta necessita da ajuda do " médico"- e aqui podemos substituir o " médico" pelo " censor" - para garantir a " higiene moral . Sustenta Serras e Silva : " Chegamos a esta conclusão : o sacrifício, a dor sofrida com boa cara, a dureza da vida, o ascetismo, dão energia de vontade e força de carácter: A palavra de Nietzsche viver perigosamente foi adaptada por Mussolini : o fascismo é o horror da vida cómoda. Se contrariarmos o instinto não é por sistema é por calculo para o dominarmos e sujeitarmos á razão. O médico faz higiene moral não só quando promove afastamento das causas mórbidas- as leituras aliciantes, dissolventes e libertinas; os espectáculos eróticos , provocantes ou equívocos, as companhias viciantes dadas ao álcool , ao jogo e ao deboche- mas também quando solicita o aluno exercícios dos quais a vontade sai mais forte e mais capaz de o manter no campo da honra e do dever"<sup>889</sup> Em higiene moral devemos afastar as causas mórbidas(...) : as más leituras, más companhias, maus espectáculos e maus hábitos de moleza"<sup>890</sup>.

Vimos antes como as Instruções sobre Literatura Infantil e as recomendações da CLEM aconselhavam o exemplo dos "sábios , heróis e santos" da História Pátria , como modelo aconselhado das " histórias em quadrinhos". Isso mesmo Serras e Silva preconizava no contexto das suas políticas de Saúde Escolar. Por exemplo nos programas de concursos para Médicos escolares , aprovado pelo Decreto nº 22.752 de 28/6/1933 há um capítulo sobre higiene moral onde se refere que um dos meios de formar o carácter é " biografia de homens superiores"<sup>891</sup> Ou como o próprio Serras e Silva proclamou na sua última lição no Liceu de Castelo Branco : " Habituai-vos a estudar e aprender as lições das grandes almas"<sup>892</sup> Finalmente importa dar conta da visão de Serras e Silva da sociedade do seu tempo e do modo como encarava as ameaças representadas pelos novos modos de vida e convivência, os novos

---

<sup>888</sup> Vide Serras e Silva, *Ideias Fundamentais sobre a Escola Primária* [...]p. 136

<sup>889</sup> Vide Serras e Silva, " A higiene moral na escola" in *O Doutor Serras e Silva, Subsídios para o estudo da sua vida e da sua obra , Homenagem dum grupo de amigos e colaboradores por motivo da sua jubilação* [...]p. 152-153

<sup>890</sup> Vide Serras e Silva, "Reforma dos Serviços de Saúde escolar " in *Doutor Serras e Silva, Subsídios para o estudo da sua vida e da sua obra , Homenagem dum grupo de amigos e colaboradores por motivo da sua jubilação* [...] .p. 167

<sup>891</sup> Vide Serras e Silva, "Reforma dos Serviços de Saúde escolar " in *Doutor Serras e Silva, Subsídios para o estudo da sua vida e da sua obra , Homenagem dum grupo de amigos e colaboradores por motivo da sua jubilação* [...], p. 176

<sup>892</sup> Vide Serras e Silva, "Reforma dos Serviços de Saúde escolar " in *Doutor Serras e Silva, Subsídios para o estudo da sua vida e da sua obra , Homenagem dum grupo de amigos e colaboradores por motivo da sua jubilação* [...]p. 201

meios de comunicação e expressão, os novos valores que a sociedade portuguesa dos pós II Guerra Mundial começava lentamente a assimilar . Entre essas ameaças estavam as modas " americanas" que surgiam através do cinema, da dança , da literatura ou das " histórias em quadrinhos". Esse entendimento colhe-se em obras que ficam na fronteira do relato ficcionado e da reportagem jornalística , como são os casos de " História de uma rapariga moderna " ou do prefácio ao romance de Maria Amália de Fonseca " Quando a vida é Primavera" e outras de natureza didáctica e de larga divulgação, que recorrem a uma linguagem simples e directa, como " Cartas a uma Mãe" ou " Condições da Felicidade".

Muito populares à época , as "Cartas a uma mãe", escritas durante um ano e dirigidas a " uma senhora que ao tempo era mãe de quatro filhos e hoje tem a bonita soma de nove"<sup>893</sup> são um verdadeiro compêndio sobre as responsabilidades maternas : o bebé , o número de filhos, a " nursery" , os brinquedos infantis, a formação intelectual, a disciplina, os valores, etc. Aí se sustenta, que a técnica para formar um ideal , para fazer nascer no adolescente o espírito de serviço passa por instalar a abnegação cívica. O que não é novidade por confronto com as ideias pedagógicas que vinham sustentando. O que talvez seja novo é o conselho para que se afaste dos jovens as leituras dos relatos de guerra, que não ajudam muito a essa abnegação cívica <sup>894</sup>. Sinal prematuro da censura às aventuras de guerra americanas que o "Mundo de Aventuras" popularizará nos anos 50 ? Em outro ensaio, Serras e Silva analisa as necessidades humanas que levam um ser humano a atingir a felicidade : necessidades materiais , necessidades morais, necessidades afectivas, necessidades sociais , necessidades intelectuais, médicas e higiénicas, psicológicas, estéticas e religiosas. Conclui que um dos "maiores alimentos da felicidade e á vitória sobre as coisas, sobre os homens e sobre nós mesmos "<sup>895</sup> Por exemplo, entre as necessidades estéticas depois de falar de várias manifestações artísticas alude à dança . Ainda que reconheça os seus méritos alerta para os perigos da dança moderna " que tem pouca arte e ainda menos moral; falta-lhe ritmo, não tem elegância é acompanhada de música selvagem e ruidosa e não se presta à graça gentil não direi de um minuete mas da valsa a três tempos que fez as delicias da mocidade de há 40 anos"<sup>896</sup>. Na dança moderna, "um dia cai o pano porque em certo baile à embriaguez da dança veio juntar-se o vapor do álcool que se eleva das pequenas taças do traiçoeiro cocktail e nem

---

<sup>893</sup> Vide Dr.Serras e Silva, *Questões de Educação, Cartas a uma mãe*, Porto, Editorial Ibérica, 1949, p. V

<sup>894</sup> Vide Dr.Serras e Silva, *Questões de Educação, Cartas a uma mãe*, [...]p. 219

<sup>895</sup> Vide Doutor Serras e Silva, *Condições da Felicidade*, Prefácio de sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca, Lisboa União Gráfica , 1943, p. 247

<sup>896</sup> Vide Doutor Serras e Silva, *Condições da Felicidade* [...]p. 204



por alta noite desaparece. No dia seguinte há mais uma desgraça no mundo"<sup>897</sup>. E conclui : " É de rezear que o caminho em que vamos seja mais a descer do que a subir- a telefonia vai matar o piano que era ainda o refúgio de meninas da boa sociedade. Com o piano ir-se-ão muitas coisas mais . Fica o romance policial ... como indicador da mentalidade nova"<sup>898</sup>A mentalidade nova é tudo o que Serras e Silva abominava. Razão pela qual não regateava elogios a uma estreia literária , o romance de Maria Amália Fonseca, intitulado " Quando a vida é primavera" ( Diário de Mariana) : " Não é obra de escola nem realista nem romântica, mas tem a realidade e a poesia; não tomou a realidade toda, como se fazia há 50 anos, carregando sobretudo no lado infecto, nem tão pouco divagou pelos mundos incertos e inconsistentes de pura fantasia. Escolheu joeirou e pôs de tudo um pouco. Não fez criações fantásticas , absurdas , inverosímeis, nem copou a realidade em simples fotografia . Fez o retrato da vida de família não de uma família observada mas de uma família da sua criação, composta de elementos de várias origens" <sup>899</sup>. Porque é assim que se faz arte. Já os gregos não reproduziam o corpo humano, tiravam a fisionomia de um, o vigor do braço de outro, e tudo reunido como diz Taine dá-nos o homem não como ele é mas como deveria ser. O romance tem o sabor dos romances de Júlio Dinis: "Mariana faz lembrar a Morgadinha dos Canaviais e toda a ambiência familiar e o sabor da simplicidade e pureza que encerram os romances de Júlio Dinis"<sup>900</sup>. E que mal faz não mostrar o drama humano ? como se o Mundo fosse só composto de monstros e tempestades. Trata-se pois do modelo que Serras e Silva aprecia e que está nos antípodas do que o Portugal do seu tempo apresentava aos olhos de todos , segundo o seu ponto de vista : " Esta obra apresenta a reacção , o protesto , contra a onda de paganismo invasor , lançada pelo cinema, pela dança e pelo nudismo com a linguagem decadente que pôs a moda ao espírito grosseiro e as maneiras de cabaret"<sup>901</sup> Conclui Serras e Silva que se trata de um livro que " consegue elevar-nos acima das misérias correntes exibidas nos cinemas, na rua , nas praias , por toda a parte"<sup>902</sup>Ao lermos estas considerações sobre o " lado infecto" e os "mundos incertos e inconsistentes de pura fantasia" dificilmente deixaremos de os associar às orientações fixadas CLEM e que antes reproduzimos... Finalmente Serras e Silva identifica muito claramente a origem do " lado infecto" que leva à ausência de moral e de religião e à dissolução dos costumes : as " fitas americanas" . Esta verdadeira "invasão dos

<sup>897</sup> Vide Doutor Serras e Silva, *Condições da Felicidade* [...]p. 205

<sup>898</sup> Vide Doutor Serras e Silva, *Condições da Felicidade* [...]p. 216

<sup>899</sup> Vide Maria Amália Fonseca, *Quando a Vida é Primavera*( *Diário de Mariana*), Prefácio de Serras e Silva , Lisboa, União Gráfica, s.d. p. 4

<sup>900</sup> Vide Maria Amália Fonseca, *Quando a Vida é Primavera*( *Diário de Mariana* [...]p. 6

<sup>901</sup> Vide Maria Amália Fonseca, *Quando a Vida é Primavera*( *Diário de Mariana*[...], p. 5

<sup>902</sup> Vide Maria Amália Fonseca, *Quando a Vida é Primavera*( *Diário de Mariana*[...], p. 11

bárbaros" pode ilustrar-se com o que pode considerar-se, para o nosso propósito, a mais curiosa obra de Serras e Silva. Trata-se de uma obra com alguns elementos ficcionados , mas que o Autor garante assentar numa história real construída com base em relatos de uma leitora das crónicas que Serras e Silva escrevia então para o "Diário Popular" . É no fundo o relato da vida de uma jovem rapariga , que tendo optado pelos " maus caminhos" ou seja por tudo o que o " modernismo" propõe de " desvario de comportamentos" e de "libertinagem dissoluta" e que acaba na maior tristeza pessoal" . Um destino que pode ser evitado, sustenta Serras e Silva se " com força de vontade" se domarem os instintos mais " baixos" próprios de uma época de "dissolução moral" e de ausência de religião. Uma época " moderna" que transforma as " tradicionais raparigas" portuguesas em " raparigas modernas".

É o julgamento desse modernismo em tudo o que tem de causas do desvario dos comportamentos dos jovens do seu tempo que está na base da " História de uma Rapariga Moderna". Ora uma dessas causas são justamente as " fitas americanas", como se disse.

Vale a pena reproduzir na íntegra a passagem que procura comprovar os malefícios do cinema americano na formação dos nossos jovens. Aliás, o perigo moral dos que veem fitas americanas é igual aos " que se desnudam na praia ou dançam o swing" . Ora a rapariga de que Serras e Silva se serve para relatar a história da sua vida com base no relato que esta lhe terá feito, confessa que " (...) gostava das fitas que se amoldavam à minha maneira de viver ( o que é natural) e recordo-me de que procurava copiar atitudes e imitar as vidas livres que nelas viam (..) os americanos esses sim mostravam ser normal aquilo que eu sentia ser a boa camaradagem e eram os que mais copiava, como representativos de uma maneira moderna de viver de uma rapariga que como eu só desejava liberdade de movimentos sem se preocupar com os preconceitos atrasados dos portugueses". É verdade que estas fitas americanas são feitas muitas vezes para ganhar dinheiro explorando o vício, a sensualidade ou escândalo sem reboço e sem pudor. Um jornal expõe a teoria dos filmes que dão dinheiro (...) A notícia é dada por um autor inglês sir Richard Livingstone, no seu livre Educação para um mundo à deriva, que comenta a degradação de uma sociedade que saboreia tais divertimentos e fala deles sem vergonha usando as frases típicas do "strip-tease" e do "sex-appeal" . Decididamente a fita cinematográfica degenerada, gananciosa, libertina, representa no aspecto moral a invasão dos bárbaros e o regresso à vida selvagem que as músicas e o nudismo

auxiliam a seu lado"<sup>903</sup> Estas observações sobre o cinema compreendem-se no contexto daquilo que ele chama o "modernismo torpe pela ausência de moral e religião"<sup>904</sup>.

Não parecerá exagerado ver neste pânico das "fitas americanas" e da afirmação de um certo antiamericanismo cultural no pensamento de Serras e Silva, uma fio condutor que levará a Censura, ou seja, a CELIJ por ele presidida, a alimentar uma campanha, justamente, contra as "histórias americanas".

Ora, sem embargo das influências que seguramente virão de outros meios, designadamente da Igreja Católica, que mais tarde veio a ter relevante presença na CLEM, através do Padre Moreira das Neves, as concepções educativas e pedagógicas fundamentais que se evidenciam dos principais documentos teóricos e normativos que enquadram o policiamento da Banda Desenhada em Portugal nos anos 50, designadamente as Instruções sobre Literatura Infantil, aproximam-se do pensamento de Serras e Silva, tal como este o expôs em variadíssimas obras.

Um dos pontos nucleares da sua pedagogia, como vimos, é a afirmação reiterada de que as preocupações com a saúde do corpo estão intimamente ligadas às da saúde da alma: "Reduzir os cuidados higiénicos à saúde do corpo seria o mesmo que tratar só daquilo que temos de comum com as bestas". Ora é justamente por esta via, consultando as opiniões defendidas nos anos 30, 40 e 50 por Serras e Silva, que se surpreende um pensamento que o liga ao modelo censório que as Instruções para a Literatura Infantil codificaram anos depois. O papel da higiene do espírito, da educação, da energia e força de vontade são decisivos para criar o autêntico "cidadão do Estado Novo". Para isso é necessário cuidar das leituras dos jovens, não só quanto ao conteúdo como também quanto à forma. Por exemplo, as preocupações de "higiene visual" patentes nas "Instruções para Literatura Infantil" não podem deixar de se filiar neste pensamento. Um dos aspectos mais curiosos da sua concepção prende-se com os efeitos nefastos causados nos jovens portugueses de certas formas de cultura popular oriundas dos EUA. Para além de um modo de vida "libertino" propício ao "vício, à sensualidade e ao escândalo", Serras e Silva identifica a fonte desse "modo de vida moderno" com as "fitas americanas". Este antiamericanismo cultural no pensamento de Serras e Silva, pode ajudar a explicar algumas dimensões da campanha da CLEM por ele presidida.

---

<sup>903</sup> Vide Serras e Silva, *História de uma rapariga moderna*, Coimbra, Coimbra Editora, s.d.[1945] pp.8-10

<sup>904</sup> Vide Serras e Silva, *História de uma rapariga moderna* [...]p. 130

### **6.3. A Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores ( CLEM) : as suas origens, o seu enquadramento legal e a sua composição ao longo dos anos(1953-1968)**

O limbo jurídico em que a CELIJ vivia, sem verbas para as suas actividades, sem remuneração aos seus colaboradores e sobretudo sem um quadro legal que lhe permitisse uma actuação eficaz<sup>905</sup>, suscitou, como vimos, queixas do seu Presidente Serras e Silva junto do Ministro da Presidência . O Ministro Costa Leite( Lumbrales) ou o Director dos Serviços de Censura Armando Larcher, ou provavelmente ambos, terão sugerido que a Comissão trabalhasse em várias propostas legislativas destinadas a dar solução ao problema. As áreas a cobrir seriam , a primeira , a da legislação relativa à assistência de espectáculos para menores , matéria que havia sido tratada em termos de princípios gerais pela Lei nº 1974 de 16/2/1939 mas que nunca havia sido posta em prática, a segunda, a da formalização legal da Comissão existente, eventualmente com outro nome e outra composição, mas sempre tendo por referência a CELIJ, e finalmente um diploma que consagrasse os princípios gerais e as regras concretas a que deveriam sujeitar-se as publicações , periódicas ou não, nacionais ou estrangeiras, destinadas ao público infanto-juvenil . Este dois últimos diplomas visavam desdobrar as regras constantes das “ Instruções sobre Literatura Infantil” em dois documentos: um especificamente quanto à parte substantiva do tema ( princípios de conteúdo e regras gráficas das publicações ) e outro quanto às questões orgânicas e funcionais da Comissão encarregue de fiscalizar os referidos princípios e regras. Sabemos que os três diplomas foram elaborados pela Comissão e entregues ainda no ano de 1951 ao Ministro da Presidência. Mas a verdade é que o Ministro Costa Leite( Lumbrales) adoptará outro modelo que se afastará em definitivo dos projectos antes identificados e que constam do espólio de Edmundo Curvelo. Também aqui as fontes consultadas não permitem saber se e qual o envolvimento do Chefe do Governo nesta alteração legislativa<sup>906</sup> .Aparentemente o autor da

---

<sup>905</sup> Para a actividade da Comissão, que deveria ter uma palavra a dizer quanto aos espectáculos de cinema e teatro para crianças e jovens, tornava-se necessário que os seus membros pudessem aceder aos teatros e cinemas onde tais espectáculos decorriam. Aparentemente o estatuto dos membros da Comissão não lhes permitia isso, razão pela qual Serras e Silva solicita ao Ministro da Presidência “ que seja fornecido a cada um dos seus membros um cartão que lhe permita a requisição de lugar em qualquer sala de espectáculo nas mesmas condições em que ele é conferido aos membros da Comissão de Censura da Inspeção Geral de Espectáculos”. Carta do Presidente da CELIJ ao Ministro da Presidência, 21/3/1951. Vide PT/ SGPCM/GMCS *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*. Arquivador. Censura. Correspondência( 1950-1952)

<sup>906</sup> Franco Nogueira refere que 1952 se passa ,para Salazar, entre a controvérsia "feminina" acerca do livro de Christine Garnier , a preparação do Plano de Fomento e a discussão " com os seus conselheiros

versão definitiva e que veio a ser escolhida para diploma legal terá sido José de Oliveira Cosme. A fonte histórica é frágil, mas não pode ser ignorada. Na verdade é o próprio director do “ Mundo de Aventuras” a arrogar-se o papel de “ redactor” do Decreto-Lei nº 38.964. É o que resulta de uma carta da “Agência Portuguesa de Revistas” de 11/8/56 dirigida à Direcção dos Serviços de Censura em que se elencam dados biográficos de José de Oliveira Cosme , para efeito da sua nomeação como Director do " Condor Popular" e onde se escreve a dado passo o seguinte: " Redactor, por honroso convite do Sr. Presidente dos Serviços de Censura do Decreto sobre a Literatura Infantil e Juvenil actualmente em vigor sem exigência de qualquer remuneração"<sup>907</sup>

O Decreto –Lei nº 38 964 de 27/10/1952 regulará no essencial a admissão dos menores aos espectáculos públicos ( teatro, cinema, variedades e outros congéneres), prevendo várias tipologias classificatórias, obrigações para entidade que exploram os espectáculos e a definição de infracções penais . E para fiscalizar e enquadrar toda a matéria consagra dois órgãos : a Comissão de Censura aos Espectáculos que já funcionava no âmbito da Inspecção dos Espectáculos, mas que surge reformulada na sua composição, e a Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, junto dos serviços de Censura à imprensa “ em continuação e desenvolvimento da experiência feita com a Comissão de Literatura Infantil e Juvenil “, como se explica no preâmbulo do diploma. As orientações substantivas limitam-se ao disposto no art. 4º quando aí se indica que “ serão classificados para adultos os espectáculos que embora obedecendo às condições mínimas exigidas para a sua autorização pela Comissão de Censura aos Espectáculos , possam ser prejudiciais à formação espiritual e ao desenvolvimento moral e intelectual da juventude ou possam excitar perigosamente a sua sensibilidade e imaginação, despertar-lhe instintos maus ou doentios, corromper ou amedrontar pelas suas sugestões , exercer acção nociva sobre o carácter ou sugerir-lhe noções erradas sobre os conceitos fundamentais da vida e os factos da história”. O que desta solução decorre é claramente o abandono de um quadro jurídico-formal que viesse a enquadrar a literatura infanto-juvenil . Nesse aspecto a solução afasta-se ainda mais de um dos projectos apresentados pela CELIJ justamente sobre a Literatura Infantil e Juvenil constantes do espólio de Edmundo Curvelo e que já fizemos referência. Este último projecto constitui uma tentativa de passar para a letra da lei as “ Instruções sobre Literatura Infantil”. Reproduz boa parte das regras de fundo a que

---

políticos " da revisão constitucional , enquanto " na vida colectiva dos portugueses no termo daquele ano de 1952 tudo parece decorrer com a *habitualidade* almejada por Salazar " vide *Salazar, vol. IV, [...] p. 271*

<sup>907</sup> Vide PT/ ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 562. " Condor Popular" .

as publicações deviam obedecer quanto à proibição de cenas de violência, assaltos ou monstros, e acrescenta muitas outras regras gráficas quer quanto à forma da letra, dimensão da letra, densidade da composição, dimensões das linhas, entrelinhas, espaços interverbais, cores, etc.

Ora dado que o novo regime jurídico atribuía competência à CLEM para dar parecer prévio a todas as publicações periódicas ou não , nacionais ou estrangeiras , declaradamente destinadas a menores ou que como tal possam ser reputadas, fica sem se saber do destino das “Instruções sobre Literatura Infantil”, a partir da entrada em vigor do Decreto Lei nº 38 964 que ficou fixado para 1 de Janeiro de 1953. Na realidade este diploma não alude sequer às “ Instruções” e por maioria de razão não as mantêm em vigor nem as revoga. E como poderia fazê-lo se elas não existiam juridicamente ?

Mas as perguntas mantêm-se . Continuaram as “ Instruções” a servir de “código” da censura infanto-juvenil ? Foram degradadas para um papel meramente indicativo ? Ou pura e simplesmente deixaram de ter qualquer relevância? Só a análise da prática da CLEM permitirá dar resposta a estas questões e elas voltaremos.

Para já vejamos o essencial do regime jurídico aprovado pelo Decreto-Lei nº 38964 quanto à composição e competências da CLEM .

Recorde-se que a CLEM , herdeira da CELIJ, iniciou as suas funções no contexto da aprovação do Decreto-Lei nº 38 964 de 27/10/1952 e terminou as suas actividades já depois do 25 de Abril de 1974 quando é extinta ( em conjunto com a Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos) pela Junta de Salvação Nacional pelo Dec.Lei nº 199/74 de 14/5. Uma instituição que sobrevive durante 22 anos e atravessa três décadas no regime político corporativo , acabando por ser extinta no imediato pós 25 de Abril através de diploma que expressamente o contempla , não pode considerar-se uma realidade menor, quer do ponto de vista jurídico, quer político quer sobretudo histórico. A sua existência esteve sujeita a 4 diplomas legais , a saber, o já citado Dec.lei 38.964, sob a tutela de Costa Leite ( Lumbrals) como Ministro da Presidência, que a cria e define as suas competências originárias, o Dec.Lei nº 41.051 de 1/4/1957 que altera a sua composição e as competências, sob a influência de Marcelo Caetano, enquanto Ministro da Presidência de Salazar , o Decreto -Lei nº 48.686 de 15/11/1968 que cria, define e organiza a nova Secretaria de Estado da Informação e Turismo nela integrando a CLEM e que reflecte a chegada ao poder de Marcelo Caetano , como Presidente do Conselho e César Moreira Baptista como Secretário de Estado da Informação e Turismo e finalmente o Dec.Lei nº 263/71 de 18/6 que reformula o regime jurídico dos espectáculos públicos e que incide na composição e competências da CLEM. Como se disse

antes o essencial dos diplomas aqui referidos respeita à temática da assistência de menores a espectáculos públicos e à classificação dos referidos espectáculos. Daí que mais relevante nesse contexto acabasse por ser a Comissão de Censura aos Espectáculos mais tarde designada por Comissão de Exames e Classificação de Espectáculos . Contudo a influência directa da CLEM nessa Comissão que decidia da classificação de espectáculos resultava do facto de na sua composição se registar a presenças de membros designados daquela, dois no diploma de 1952 e quatro nos diplomas posteriores.

A composição da CLEM fixada no diploma de 1952 não diferia muito da sua antecessora CELIJ : um presidente nomeado pela Presidência do Conselho e cinco vogais , dois dos quais escolhidos também pela Presidência do Conselho sendo um escolhido entre " especialistas em artes gráficas" , um representante da Igreja Católica, um designado pelo Ministro da Justiça e um pelo Ministro da Educação Nacional. Contudo no diploma de 1957 a composição é substancialmente ampliada : um presidente nomeado pela Presidência do Conselho e oito vogais , prevendo-se ainda a existência de um secretário exercida por um funcionário de outros serviços dependentes da Presidência do Conselho , designado por despacho ministerial por proposta do Presidente da Comissão ( art. 26º do Dec.Lei nº 41.051) . Os oito assinalados vogais eram indicados da seguinte forma : quatro pela Presidência do Conselho , um dos quais de " reconhecida competência em artes gráficas", um representante da Igreja Católica, um designado pelo Ministro da Justiça , um pelo Ministro da Educação Nacional e um representante da Obra das Mães da Educação Nacional<sup>908</sup>, designado pelo Ministro da Educação Nacional. Significativa é contudo a limitação de mandato( art. 25º) já que os membros passaram a ser designados por períodos de 3 anos, embora ilimitadamente renováveis. A CLEM funcionava junto dos serviços da Censura e tinha as seguintes atribuições de acordo com a o diploma de 1952 :

- a) proceder aos estudos e inquéritos convenientes à orientação dos espectáculos para crianças;

---

<sup>908</sup> A Obra das Mães da Educação Nacional (OMEN) , no contexto da qual a Mocidade Portuguesa Feminina nasceu, foi criada pelo Decreto-Lei nº 26.893 de 15/8/1936 por iniciativa do Ministro da Educação Carneiro Pacheco , seguramente inspirado em modelos similares existentes na Itália fascista. Criada na dependência da Junta Nacional de Educação tinha por objectivos “ estimular a acção educativa da família” , “ assegurar a cooperação entre esta e a escola” e “preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais”. Vide Simon Kuin “ Obra das Mães pela Educação Nacional( OMEN) ”. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Coord. *Dicionário da História de Portugal* , Suplemento, vol. 8[...] p.623 e Irene Flunser Pimentel “ Obra das Mães para a Educação Nacional( OMEN)” . Fernando Rosas e J.M Brandão de Brito, *Dicionário do Estado Novo*, vol II [...] pp. 675 e 676

- b) dar o seu parecer às Comissões de Censura aos Espectáculos e de Censura à Imprensa sobre tudo o que respeita à influência daquelas actividades sobre a formação moral e cívica da juventude;
- c) propor ao Governo com base nos estudos e inquéritos realizados tudo o que interesse à conveniente orientação da literatura para menores e ao desenvolvimento e orientação de bibliotecas e centros de leitura que lhes sejam especialmente destinados;
- d) dar prévio parecer favorável a todas as publicações periódicas ou não, nacionais ou estrangeiras, declaradamente destinadas à infância ou à adolescência ou que pelo seu aspecto ou conteúdo possam ser como tal reputadas - que ficavam sujeitas às disposições dos Decretos n.ºs 22469 de 11/4/1933 e 26589 de 14/4/1936 - e não podiam ser postas à venda sem o parecer favorável da CLEM. As infracções ao disposto no artigo 19º, que previa a prévia autorização da venda das publicações por parte da CLEM eram punidas com " multa progressiva até 10.000\$00 ou encerramento temporário dos estabelecimentos da empresa responsável"( art. 19º & único) .

Este diploma de 1952 sofre algumas alterações em 1957 após o falecimento de Serras e Silva e na transição para a nova presidência da CLEM atribuída a Fernanda de Castro.

Assim, o diploma de 1957 alarga pontualmente as competências antes referidas acrescentando, de mais significativo, a promoção a realização de espectáculos para crianças, com carácter de regularidade nas cidades e vilas do país " onde a exploração dessa modalidade se mostre viável", em colaboração com a União de Grémios dos Espectáculos e Grémios integrados. As restantes alterações são de pormenor, e respeitam à formalização da participação de alguns dos seus elementos na Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos, que já se encontrava consagrada no diploma anterior. O restante prendia-se com a consagração da organização de uma Biblioteca de Consulta sobre os assuntos cujo estudo e orientação lhe eram confiados e bem assim prover à assinatura das revistas da especialidade que entender necessárias.

Por seu lado o regime sancionatório é alterado também em 1957. Consagrava-se a competência de autorização prévia em relação às publicações periódicas ou não nacionais ou estrangeiras destinadas à infância e adolescência ou que pelo seu aspecto ou conteúdo como tal possam ser reputadas, acrescentando-se contudo a previsão de poder sujeitar a idêntico regime, sempre que a CLEM assim o determinasse, as publicações nacionais ou estrangeiras destinadas à reprodução de imagens relativas a filmes ou peças de teatro( art. 24º &1) . A previsão normativa de tal norma está seguramente ligada ao surgimento de publicações dedicadas ao cinema que começaram no fim dos anos 50 a ter significativo



impacto junto dos jovens . A moldura sancionatória mudou também. As infrações ao disposto no art. 24º eram punidas com multa até 5.000\$00 susceptível de ser elevada ao dobro em caso de reincidência. Em segunda reincidência poderia a publicação “ser temporariamente suspensa ou encerrados por períodos não superiores a três meses os estabelecimentos das empresas responsáveis pela sua venda em Portugal, conforme a publicação for portuguesa ou estrangeira “.

Vejam agora a sequência das designações e exonerações dos membros da CLEM até 1968 ou melhor até à entrada em vigor do Dec. Lei nº 48686, de acordo com as indicações constantes do Diário do Governo, onde os respectivos despachos eram obrigatoriamente publicados. Este último diploma coincide no essencial com a reformulação orgânica governamental introduzida pelo Governo de Marcello Caetano com a criação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

A primeira composição da CLEM é formalizada por portaria de Oliveira Salazar publicada no II série do Diário de Governo de 14/1/1953 que designa João Serras e Silva como Presidente e como Vogais, António Cortês Pinto, Eduardo Antonino Pestana, Francisco Moreira das Neves, Álvaro Dias Saraiva<sup>909</sup> e José Gomes Branco<sup>910</sup> . Pese embora o documento não esclareça em que qualidade institucional foram nomeados os vogais , parece seguro que Francisco Moreira das Neves era o representante da Igreja Católica, Álvaro Saraiva terá sido designado pelo Ministro da Justiça e José Gomes Branco, pelo Ministro da Educação Nacional. Por seu lado os membros escolhidos pela Presidência do Conselho terão sido Américo Cortês Pinto e Eduardo Antonino Pestana, sendo que este último surge referenciado como " especialista em artes gráficas"<sup>911</sup>. Esta composição manter-se-á inalterada até à reformulação legal da CLEM operada em 1957.

---

<sup>909</sup> Álvaro Dias Saraiva nasceu no Porto em 1919 acabando por se deslocar para Lisboa para tirar o curso de Direito. Desde cedo que começou a trabalhar no Serviço Tutelar de Menores do Ministério da Justiça especializando-se na temática do apoio à infância. Em 1958 foi trabalhar para a Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela, no Lobito, Angola, como diretor do serviço de pessoal tendo regressado posteriormente a Lisboa .

<sup>910</sup> José Gomes Branco( 1906-1988) , Licenciou-se em Filologia Clássica foi leitor de português na Universidade de Roma até 1943 tendo recebido o grau de Doutor pela mesma Universidade. Lecionou na Universidade de Letras de Madrid a cadeira de Cultura Portuguesa(1944-1946) . professor efectivo do Liceu Passos Manuel exerceu o cargo de secretário adjunto do Instituto de Alta Cultura . Em 1955 foi designado chefe de Gabinete do Ministro da Educação . Foi Inspector Geral do Ministério da Educação Nacional em 1972 desempenhando també funções na Junta Nacional de Educação. Vide Ilídio Rocha,coord. *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* , vol IV, Lisboa , Publicações Europa América, 1997, pp. 254-255

<sup>911</sup> Em rigor Eduardo Antonino Pestana ( 1891- 1963) era Advogado e Professor Liceal ( Pedro Nunes), como vimos antes .

Por comparação com a composição da CELIJ o que mais se evidencia é a não recondução de Edmundo Curvelo e da sua esposa Noémia Cruz e bem assim a ausência de responsáveis editoriais de publicações infanto-juvenis , quer dos que haviam feito parte da CELIJ, Adolfo Simões Muller e José de Oliveira Cosme quer de quaisquer outros. Supomos existirem boas razões que permitem explicar uma e outra das soluções . Adiante voltaremos ao tema.

No quadro do novo diploma sobre a matéria aprovado em 1957 são designados os membros da CLEM por portaria do Ministro da Presidência Marcello Caetano( DG, II série, nº 164, 16/7/1957) . A Presidente escolhida é Fernanda de Castro Quadros Ferro, viúva, à época, de António Ferro, e os 8 vogais são assim designados: a) pela Presidência do Conselho , Américo Cortês Pinto, Eduardo Antonino Pestana, Luís Terry<sup>912</sup> e Alberto Augusto Pimenta Fernandes;b) Pela Igreja Católica, Francisco Moreira das Neves;c) pelo Ministro da Justiça, Álvaro Dias Saraiva;d) pelo Ministro da Educação Nacional, José Gomes Branco;e) pela Obra das Mães pela Educação Nacional , Mafalda de Castro Vaz Pinto<sup>913</sup> .

A composição da CLEM desde esta sua segunda reencarnação até ao fim do consulado salazarista manterá alguma estabilidade. Fernanda de Castro será sucessivamente reconduzida, até 1969 como Presidente <sup>914</sup>e daí até ao 25 de Abril como Vice-presidente. E isto porque a partir da reforma marcelista de 1968, Decreto Lei nº 48686 de 15/11/1968, o Presidente da CLEM passou a ser por inerência o Director Geral da Cultura Popular e Espectáculos ( art. 37º) enquanto que o Presidente da CLEM à data da entrada

---

<sup>912</sup> Tudo indica tratar-se José Luís Diogo Terry de Sousa Pinto, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra que iniciou carreira como professor do Liceu Passos Manuel em Lisboa chegando a reitor do Liceu de Cabo Verde e mais tarde professor metodólogo dando aulas no Liceu Pedro Nunes. Falece em 1960 e nesta data " está destacado em comissão de serviço no Ministério da Educação Nacional . Vide Claudia Castelo " Terry de Sousa Pinto, José Luís Diogo". António Nóvoa, dir. *Dicionário de Educadores Portugueses*[...] pp. 1376-1377

<sup>913</sup> Vide Maria Reynolds de Sousa " Mafalda Ermelinda de Castro de Vasconcelos de Sá Pereira e Almeida" João Esteves e Zília de Castro Osório, dir. Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone, coord. *Feminae Dicionário Contemporâneo*, Comissão para a Igualdade de Género, Lisboa, 2013, pp. 480-482 . Mafalda Castro ( 1906-1987), como usava assinar a sua obra literária era filha do poeta Eugénio de Castro e da sua mulher Brígida Augusta Corrêa Portal. " Pelas origens e casamento relacionava-se com os círculos do CADC e o Integralismo Lusitano" . Foi dirigente da Obras das Mães pela Educação Nacional e escritora, deixando uma significativa produção literária em particular para crianças.

<sup>914</sup> Vide *Diário do Governo*, II série, nº 179 de 2/8/1960, Portaria do Ministro da Presidência Pedro Theotónio Pereira; *Diário do Governo*, II série, nº 189, 12/8/1963 Portaria do Sub-Secretário de Estado da Presidência do Conselho; *Diário do Governo*, II série, nº 199 de 27/8/1966 do Portaria do Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho e *Diário do Governo*, II série, nº 188, de 12/8/1969 Portaria do Secretário de Estado da Informação e Turismo , César Moreira Baptista .

em vigor do referido diploma passaria a exercer funções de Vice-Presidente <sup>915</sup>. Reconduzidos serão também Moreira das Neves, José Gomes Branco e Mafalda Vaz Pinto. Todos estes se manterão ininterruptamente em funções até 25 de Abril de 1974<sup>916</sup>. O percurso dos restantes membros da Comissão é mais irregular o que torna difícil seguir o rasto de todos os que a compuseram. Da pesquisa realizada parece resultar que em vários períodos do seu funcionamento a CLEM não terá funcionado com a plenitude dos seus membros designados.

Em 1960 são nomeados Luís Augusto Sampaio Forjaz Trigueiros e José Júlio Pereira Cordeiro Blanco<sup>917</sup>. Também nesse mesmo ano Manuel José de Almeida Braamcamp Sobral é designado para a CLEM mas acaba por efectuar apenas um mandato, e boa parte dele afecto à Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos, que termina em 1963. Em 1963 é reconduzido José Júlio Pereira Cordeiro Blanco embora este apenas por cerca de mês e meio <sup>918</sup>. No mesmo ano de 1963 é nomeado Clemente Rogeiro, a única personalidade de todas as que integraram as comissões em estudo que ascenderam a um cargo governamental (como Ministro no último governo de Marcelo Caetano), que acaba por ser reconduzido em 1966 mantendo-se em funções até ao fim de 1968<sup>919</sup>. Ainda em 1963 é nomeado José António Guerreiro de Sousa Barriga, que vê o seu mandato reconduzido sucessivamente até ao 25 de Abril assim como Albano Enes Dias que é reconduzido sucessivamente até 1972. Em 1966 estreia-se na Comissão José Paulo de Carvalho Batalha Ribeiro, que cessa o mandato em 1969. Em 1969 é nomeado José Alves Cortês, reconduzido em 1972. E em 1972 é nomeado em representação da Corporação de Imprensa e Artes Gráficas, Benjamim José Goncalves<sup>920</sup>.

---

<sup>915</sup> A reforma de 1971- Decreto Lei nº 263/71 de 18/6 -, relativa à autorização e frequência de espectáculos públicos por menores altera a configuração e competências da CLEM em alguns aspectos. Assim mantém a mesma configuração quanto ao Presidente da CLEM, que é por inerência o Director Geral da Cultura Popular e Espectáculos mas prevê que o Vice-Presidente seja nomeado pelo Secretário de Estado da Informação e Turismo. A estrutura passa a ter 11 membros, passando a prever-se, entre outros, um representante da Corporação de Imprensa e Artes Gráficas( art. 29º).

<sup>916</sup> Vide sucessivamente as Portarias publicadas no *Diário do Governo*, II, nº 164 de 16/7/1957, *Diário do Governo*, II, nº 179 de 2/8/1960, *Diário do Governo*, II, nº 189, de 12/8/1963, *Diário do Governo*, II, nº 199 de 27/8/1966, *Diário do Governo*, II, nº 188, de 12/8/1969, *Diário do Governo*, II, nº 200 de 27/8/1969 e *Diário do Governo*, II, nº 175, de 28/7/1972

<sup>917</sup> Vide *Diário do Governo*, II nº 186 de 10/8/1960

<sup>918</sup> Vide *Diário do Governo*, II nº 208 de 4/9/1963, para a sua recondução e *Diário do Governo*, II, nº 255 30/10/1963 para a exoneração.

<sup>919</sup> Despacho do Secretário de Estado da Informação e Turismo de 30/12/1968. Vide PT/SGPCM/GMCS. *Presidência do Conselho de Ministros*. *Arquivo do ex- Gabinete do Meios de Comunicação Social*. Pasta.Despachos .Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos.

<sup>920</sup> Vide *Diário do Governo*, II, nº 137 de 14/6/1972

Deve salientar-se que algumas destas personalidades não exercerão funções efectivas no policiamento das publicações periódicas infanto-juvenis . Isto porque ao serem designadas enquanto membros da CLEM para a Comissão de Censura aos Espectáculos que a partir de 1957 se transmudou em Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos, a sua ligação à censura das “ histórias em quadrinhos” ou à da restante literatura infantil acaba por não ter qualquer expressão . Dos processos analisados e na justa medida em que foi possível decifrar caligrafias e identificar nomes os de Luis Forjaz Trigueiros, Mafalda de Castro Vaz Pinto, José Julio Cordeiro Blanco, Albano Enes Dias, Clemente Rogeiro, Alberto Augusto Pimenta Fernandes, Luís Terry ou Manuel Brancamp Sobral não constam. O que significa, como se intui, que o essencial da produção censória se concentra em meia dúzia de nomes : Moreira das Neves, Álvaro Saraiva , Cortês Pinto, Antonino Pestana , José Gomes Branco e um ou outro mais que não foi possível identificar.

O que deve desde logo realçar-se na transição da CELIJ para a CLEM é o abandono da solução original em incorporar na estrutura os responsáveis editoriais das publicações infanto-juvenis, como assinalámos . Contudo Adolfo Simões Muller , em entrevista já no pós 25 de Abril refere que fez parte da Comissão durante “alguns meses”<sup>921</sup> e não há em boa verdade registo da sua intervenção enquanto membro da Comissão para além do 1<sup>a</sup> semestre de 1951. O mesmo se passa com Oliveira Cosme, embora este alegue ter sido o autor do Decreto Lei nº 38964, como vimos . Ou seja tudo indica que os directores do “Cavaleiro Andante” e do “Mundo de Aventuras” se terão progressivamente desligado da CELIJ. O que terá levado a isso é do domínio das simples conjecturas . Uma delas será a da constatação da inutilidade da sua presença quer porque as margens de actuação se foram restringindo quer porque nenhuma vantagem significativa resultava para as respectivas casas editoras e respectivas publicações da referida presença.

Para esta última conclusão concorrem alguns casos concretos que se mostram documentados. Os únicos aliás em que Adolfo Simões Muller enquanto Director do então “ Cavaleiro Andante” teve de lidar ainda que de forma aparente com o mesmo Adolfo Simões Muller enquanto membro da CELIJ. É certo que os diálogos se travaram entre o Director do “Cavaleiro Andante” e a estrutura administrativa da Direcção dos Serviços de Censura, sem aparente intervenção da CELIJ, mas ninguém poderia ignorar que Muller havia sido nomeado e se mantinha como vogal daquela Comissão.

---

<sup>921</sup> Vide *Correio da Manhã*, cit. , 16/1/1982, p. 30

Um das situações documentada teve que ver com a preterição das formalidades legais para o anúncio de um " concurso" que havia sido proibido pela Censura alegando esta que a lei proibía " sorteios, concursos, lotarias ou outras operações de que resultem ganhos dependentes da sorte"<sup>922</sup>. Adolfo Simões Muller alega que os nºs 27 e 28 da revista já estavam impressos quando recebeu a cominação dos serviços de censura " lamentando a infração involuntária" e anunciando que aguardava a resposta do Senhor Ministro do Interior a propósito de tal matéria<sup>923</sup>.

Mais substanciais contudo , porque sinalizam a intervenção da CELIJ de forma intensa, são as intervenções que se identificam a seguir .

O primeiro dos conflitos prende-se com a proibição , em Julho de 1952 de um suplemento " infantil" o " Pajem" que o “Cavaleiro Andante” tinha começado a publicar. A decisão é recebida com surpresa e Adolfo Simões Muller interroga a Censura das razões da interdição<sup>924</sup> Em resposta o Subdirector dos Serviços de Censura pergunta " quando foi autorizada por estes serviços a nova publicação " Pajem" que sob a forma de suplemento a Empresa Nacional de Publicidade editou".

O Diretor da revista argumenta que : " O Pajem não é uma nova publicação. É uma continuação do Cavaleiro Andante apresentada sob a forma de suplemento tal como as construções e as folhas ilustradas com motivos desportivos. Não houve autorização para sair com esta folha suplementar nem ela foi solicitada visto ser, com a devida vénia, desnecessária"<sup>925</sup>

Mas a resposta da Censura invoca as orientações das " Instruções sobre Literatura Infantil" que estavam em vigor há dois anos .

Escreve o Subdirector dos Serviços de Censura:

" O Exmo Director encarrega-me de informar V.Exa em resposta aos ofícios de 14 e 15 deste mês que não vê motivo para a surpresa de V.Exa porquanto a Empresa Nacional de Publicidade no seu requerimento de 5 de Dezembro de 1951 compromete-se a apresentar o " Cavaleiro Andante" como semanário juvenil (

<sup>922</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro"). Ofício datado de 28 de Junho de 1952 dirigido ao Director do " Cavaleiro Andante".

<sup>923</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* . Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro"). Carta de resposta de Adolfo Simões Muller de 9 de Julho de 1952.

<sup>924</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro"). Carta do Director do " Cavaleiro Andante" ao Director dos Serviços de Censura de 11 de Julho de 1952.

<sup>925</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro"). Carta de 15 de Julho de 1952.

sublinhado no original)\_ou seja nos termos do & 2º do art. 3º das Instruções sobre Literatura Infantil uma publicação destinada a leitores de idades superiores a 12 anos.

Agora sofismando as disposições constantes das mesmas Instruções " Cavaleiro Andante" intercala abusivamente uma publicação infantil com título características , portanto diferentes e estes Serviços não podem permitir"<sup>926</sup>

Claro está que o desenlace da situação dificilmente poderia ser outro que não aquele que dias depois Adolfo Simões Muller propõe :

" ... confirmando a conversa que tive com V.Exa no dia 19 p.p. apresso-me a comunicar a V.Exa que a partir do nº 32 inclusive o Cavaleiro Andante -vistos os dois números precedentes se encontrarem já impressos. deixará de figurar na folha solta a designação " suplemento infantil" que será eliminada também de todas as referências publicitárias . O Pajem será assim um simples secção de uma semanário juvenil. Certo que V.Exa reconheceu que não houve da minha parte o menor propósito de iludir as "Instruções sobre Literatura Infantil" que sempre tenho procurado cumprir tanto mais que me integro em absoluto no espírito que as ditou (...) " <sup>927</sup>

Se houve ou não intenção de iludir as " Instruções para a Literatura Infantil" não sabemos. A verdade é que degradar a classificação etária do Cavaleiro Andante de "juvenil" para "infantil" a propósito de um simples suplemento seria expô-lo a limitações e condicionantes bem mais gravosas , quase todas incompatíveis com as "histórias em quadrados" que vinha publicando e que queria, seguramente, continuar a publicar .

E por estes casos se indicia que a presença de Adolfo Simões Muller na CELIJ dificilmente se poderia compatibilizar com a responsabilidade editorial de uma publicação que estava sujeitas às determinações da Censura (onde a referida CELIJ se inseria como órgão consultivo). Idênticas razões valeriam para a presença de Oliveira Cosme na mesma Comissão . Supomos que essa terá sido a razão pela qual a sua sucedânea abandonou a mal sucedida experiência de juntar no mesmo órgão censores e censurados.

---

<sup>926</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro").Ofício datado de 16 de Julho de 1952 dirigido ao Director do " Cavaleiro Andante".

<sup>927</sup> Vide PT/ ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro").Carta dirigida ao Director dos Serviços de Censura de 21 de Julho de 1952.

Já quanto à não recondução de Edmundo Curvelo ( e com menor significado da sua esposa Noémia Cruz que por esta época já dele se teria separado como vimos) supomos que não andaremos longe da verdade se dissermos que a sua carreira universitária se terá sobreposto a tudo o resto, nela concentrando todos os seus esforços. Como antes vimos do esboço biográfico de Curvelo, os anos de 1952 e 1953 serão particularmente intensos no seu afã em conseguir uma nomeação extraordinária na Faculdade de Letras , sendo plausível que a continuação de funções na CLEM, se bem que lhe pudesse conferir alguma cobertura política , não facilitasse esse desiderato.

### **6.3.1. A presidência de Serras e Silva e o apogeu da Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores (1953-1956)**

A experiência informal da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil terá aconselhado a transição para uma estrutura de constituição e funcionamento formal. Foi o que aconteceu com a publicação do Decreto Lei nº 38964 de 27 de Outubro de 1952. Este diploma visava responder ao problema da regulamentação da assistência a espectáculos públicos de menores . A emergência do cinema como manifestação cada vez mais popular obrigava a reformular o acesso aos espectáculos em função da idade e redefinir as funções da já existente Comissão de Censura aos Espectáculos, Paralelamente dava-se existência legal à Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, reivindicando-se expressamente no preâmbulo do diploma legal " a continuação e desenvolvimento da experiência feita pela Comissão de Literatura Infantil e Juvenil , que tem funcionado junto dos serviços de censura à Imprensa...".

Como vimos no essencial as personalidades que compunham a CELIJ transitaram para a nova CLEM. Decisiva foi contudo a manutenção do Presidente Serras e Silva, um homem com ideias muito próprias sobre a educação e pedagogia das crianças e adolescentes. Mas não menos importante foi a chegada à Comissão de três novos membros : Moreira das Neves, J.Soares Branco e Álvaro Saraiva. O essencial das tarefas censórias e sobretudo a orientação estratégica da comissão assentará nestas personalidades.

A nova CLEM actuará não só pelo controlo preventivo e repressivo dos conteúdos das publicações como pela aprovação de instruções divulgadas junto dos jornais e revistas, sendo a mais conhecida a Circular de 18 de Outubro de 1955

Outra novidade, e ela é relevante no contexto da sua actuação futura, tem que ver com a sua intervenção a título de censura prévia. Isso mesmo se previa no art. 19º quando se estipulava que "todas as publicações periódicas ou não, nacionais ou estrangeiras declaradamente destinadas à infância ou à adolescência ou que pelo seu aspecto e conteúdo possam como tal ser reputadas ficarão por esse facto sujeitas às disposições dos Decretos nºs 22469 de 11 de Abril de 1933 e 26 589 de 14 de Maio de 1936 e não poderão ser postas à venda se o prévio parecer favorável da Comissão de Literatura e Espectáculos de Menores". Essa era uma competência que não estava atribuída à inicial CELIJ, nem se evidencia que, mesmo não estando prevista, aquela a tivesse exercido de forma sistemática.

Os diplomas referidos eram a base legal para o regime de censura prévia à imprensa que vinha desde os alvares do Estado Novo, como vimos. E se bem que as publicações infanto-juvenis sempre tivessem tido estado sujeitas à Censura prévia, consagrava-se agora uma intervenção prévia vinculativa da CLEM que lhe conferia no complexo de poderes das estruturas censórias do regime um papel decisivo.

Papel esse que a CLEM nunca deixará de exercer de forma determinante, modulando as suas intervenções de acordo com critérios nem sempre apreensíveis, mas que permitiram um efectivo controlo das publicações, como veremos.

Uma das primeiras e mais relevantes iniciativas da CLEM foi, dissemo-lo antes, elaborar e enviar a todas as publicações juvenis uma circular contendo instruções<sup>928</sup> sobre as histórias de ficção importadas, visando essencialmente acautelar o apreço pelas "pessoas e pela Pátria portuguesa" e evitar "estabelecer confusões ou erros de cultura ou provocar quaisquer perturbações da sensibilidade moral da criança".

A faculdade de aprovar instruções e circulares era genericamente reconhecida à CLEM como órgão administrativo do Estado. Mas a questão mais delicada tinha que ver com o estatuto das "Instruções" de 1950. O Decreto Lei 38.964 não lhe fazia qualquer referência. Sabemos que o documento não tinha qualquer valor jurídico, limitando-se a fazer valer um peso doutrinário puramente simbólico, se bem que na medida em que fosse aplicado na

---

<sup>928</sup> Vide Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, Circular nº 284 de 18 de Outubro de 1955, "Enviada a todos os jornais infantis e juvenis à excepção Titã e Flecha" Casa Comum.org. disponível em [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_152516](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_152516).



prática cresceria em relevância. A extinção da CELIJ deixou as Instruções num verdadeiro limbo. Talvez por isso a CLEM se visse compelida a fixar determinadas orientações pela via de circulares que fazia chegar aos editores, directores e distribuidores . Teve contudo o cuidado de não “ legislar” em sentido contrário ao das “Instruções” limitando-se a complementar e actualizar certas soluções. E nisso mostrou uma certa deferência pelo informal e frágil estatuto das “ Instruções”

Enquanto que as instruções de 1950, como vimos, visaram sobretudo as " cenas de violência, excessiva, de terror ou de um modo geral sangrentas" e bem assim assumir numa lógica proteccionista que a produção nacional dos conteúdos , textos ou ilustrações, tenham que representar 75% do total das publicações, agora o que se pretende é " nacionalizar as histórias em quadrinhos". Assim as personagens estrangeiras , que " se impõe à admiração da criança pela sua inteligência, espírito de iniciativa, de arrojo e de aventura e pelo exemplo de uma boa conduta moral" devem ter nomes portugueses. As aventuras terão que passar-se " em terras portuguesas da Metrópole, das Ilhas ou em qualquer dos continentes ou em regiões que já pertenceram à Nação, quando se descrevem episódios em tempos da nossa soberania ou em regiões onde existem grandes núcleos de portugueses". Só assim não será quando se trate de viagens, de explorações ou de aventuras efectuadas pelos portugueses" e poderão " ter personagens estrangeiros quando se trate de narrativas históricas referentes a qualquer nação e que ofereçam interesse educativo". Mas neste último caso " não poder inserir mais de duas histórias de cada género em cada número".

Depois existem disposições que visam acautelar a "transmissão dos conhecimentos científicos ou históricos" que não devem ser " errados ou inconvenientes" e a formação literária dos pequenos leitores" proibindo-se " a deformação gramatical de concordância ou sintaxe" .Significativa ainda uma referência à proibição de " ridicularizar ou diminuir as ideias morais ou os princípios religiosos, desvirtuando os sentimentos e caricaturando figuras, imagens ou símbolos nobres tais como individualidades históricas veneráveis, anjos e quaisquer símbolos patrióticos ou sagrados".

Finalmente uma determinação final estipula que são permitidas " histórias de ficção e mesmo histórias maravilhosas tanto do agrado das crianças" mas "são irradiadas as histórias de super homens em que perigosamente se confundem os limites entre as realidades e as possibilidades humanas ao contrário do que se passa nos contos maravilhosos nos quais o espírito da criança normal sente intuitivamente uma diferenciação mais ou menos nítida entre o natural e o sobrenatural"

Outro dos aspectos , em parte comum a todas as outras publicações periódicas , mas que ganhou relevo com a acção da CLEM prendeu-se com a verificação dos requisitos de identificação civil, residência e registo criminal e bem assim a idoneidade literária e moral dos propostos directores e editores. Mas acrescia um outro ponto bem mais importante , o da fidelidade política ao regime das referidas personalidades ou melhor , porque esse era o ponto fundamental, a inexistência de informações capazes de porem em dúvida tal fidelidade. É isso que explica a exigência de um " nihil obstat" por parte da PIDE, que tratava de informar individualizadamente sobre cada nome proposto para director e editor <sup>929</sup>.

O período que vai de 1953 a 1957 representa o apogeu da acção da CLEM. O essencial das estratégias censórias que correspondem ao modelo de policiamento das publicações infanto-juvenis em Portugal podem encontrar-se no mandato de Serras e Silva. As temáticas dos super-heróis “ explorada sob as mais diversas formas em inúmeras publicações(...) que caracterizam esta espécie de semi-deus e que em nada a recomendam como figura central de aventuras destinadas a recrear crianças e jovens” ou do super-animal “ por exemplo Tarzan(...) uma variante do Super Homem - um Super Animal como lhe têm chamado e com razão - cujas absurdas aventuras decorrem em regra entre povos ultra estranhos e animas exóticos ou espécies já desaparecidas, aventuras essas em que os autores se habituaram a dar largas a uma imaginação que por vezes se afigura delirante”<sup>930</sup> estão bem documentadas nesta fase.

Na baliza temporal a que corresponde a presidência de Serras e Silva , editaram-se em Portugal Continental várias revistas infanto-juvenis. Como antes se deu nota a imprensa infanto-juvenil , desde cedo privilegiou as histórias em " banda desenhada" e o mercado português cedo conviveu com o que de mais inovador se produzia no estrangeiro ( o caso mais paradigmático, serão as aventuras de TinTin). A periodização, a traços largos , que antes utilizámos ajudar-nos-á agora a referenciar as publicações marcantes deste período. Assim são de destacar nesse período as revistas "Mundo de Aventuras" e "Cavaleiro Andante". A primeira lançada pela Agência Portuguesa de Revistas e a segunda pela Empresa Nacional de Publicidade. Contudo a Agência Portuguesa de Revistas traz

---

<sup>929</sup> Por vezes a informação era complementada pelos dados solicitados pela Direcção dos Serviços de Censura aos Governos Cívicos que por seu lado inquiriam as Comissões Distritais da "União Nacional". Vide PT/ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 709 ( Proc. nº 730 " Reportagem").

<sup>930</sup> Vide Parecer de Álvaro Saraiva de 6/8/1953 aprovado pela CLEM no mesmo dia, vide PT/ANTT *Arquivo Álvaro Dias Saraiva*.

consigo todo um universo de publicações inéditas entre nós por forma a capitalizar as importações de “comics” norte-americanos da King Features Syndicate. Pequenos formatos de bolso em fascículos semanais e grandes formatos com sugestivas capas coloridas invadem os quiosques e conquistam a atenção dos jovens.

Paralelamente "O Mosquito" e o seu concorrente “Diabrete”, vivem os seus últimos anos, terminando o primeiro em 1953 e o segundo em 1951 enquanto alguns projectos editoriais tentam fugazmente consolidar-se , mas sem sucesso com são os casos do "Titã" , da "Flecha" , do " Valente " e de " O Pimpão" . Por seu lado as publicações juvenis expressamente ligadas ao regime como é o caso do "Camarada" vivem um período conturbado, como vimos em capítulo anterior . A sua primeira série saiu a 1 de Dezembro de 1947 dirigida por Baltazar Rebello de Sousa e tendo como chefe de redacção António Manuel Couto Viana. Mas acabou prematuramente no início de 1951<sup>931</sup>. Contudo, como vimos , os insucessos editoriais da MP não significaram o abandono de uma estratégia activa de “ moralização “ da juventude que valorizou sempre as “ histórias em quadrinhos”. Justamente no preciso momento em que a CELIJ desconfiava das “histórias em quadrinhos” e exercia a sua acção intimidatória junto das revistas nacionais e estrangeiras a Mocidade Portuguesa promovia uma exposição de “ histórias em quadrinhos” com o que melhor existia entre os desenhadores portugueses.

Por outro lado as importações de revistas brasileiras, norte-americanas, francesas, mexicanas e espanholas passaram a estar sob escrutínio severo da CLEM. As proibições abrangem , entre outros, as personagens "Capitão Marvel" , " Capitão Z" , "Superman" ou "Tarzan" , as revistas "Meu Romance", "Cinderela", "Film Fun" , "Ai Mocinho" "O Lobinho" ou mesmo os “ animais de Walt Disney”<sup>932 933</sup>

---

<sup>931</sup> Vide Carlos Pessoa, *Roteiro Breve da Banda Desenhada em Portugal. Da Picaresca Viagem à pior banda do mundo*, Lisboa, CTT Correios de Portugal SA, 2005, p. 45 .

<sup>932</sup> Vide António Dias de Deus, *Comics em Portugal [...]* p. 236 . A verdade é que quando a Agência Portuguesa de Revistas " como representante para a Península Ibérica de "Walt Disney Productions" " e dado que lhes teria sido " oferecida a exclusiva representação para Portugal da reprodução dos desenhos infantis, mundialmente popularizados destinados a uma publicação semanal" tratou de obter a " aquiescência" dos serviços de Censura para tal efeito recebeu como resposta " que o parecer da Ex.ma Comissão para a Literatura infantil e Juvenil acerca das revistas infantis de Walt Disney , foi desfavorável à distribuição das referidas revistas, principalmente por considerar os desenhos de animais de Walt Disney prejudiciais à formação intelectual e afectiva da criança , parecer com o qual o Ex.mo Director destes Serviços concorda" vide PT/ ANTT. *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços Censura* Cx. 518 ( Processo nº 12) . Carta da Agência Portuguesa de Revista ao Director dos Serviços de Censura de 15 de Outubro de 1952 e resposta deste de 21 de Outubro de 1952. Na carta da Agência Portuguesa de Revistas consta um despacho manuscrito na vertical que se presume do Director dos Serviços de Censura : " Comuniquem-se o parecer da Comissão E. para a Lit. In. e que em tempo comunicado á Helena ( ...)" Assinatura ilegível . Contudo alguns anos depois, a resistência censória terá sido vencida dado que a revista " Rato Mickey" ainda que por escassos 4

### 6.3.2. A relevância de Monsenhor Moreira das Neves : evitar nas crianças a “ morfinomania sensorial e mental”

Mas nem todas as publicações, sobretudo as portuguesas, ficaram ,com a mesma intensidade, sob o radar censório. Algumas ficaram desde cedo sobre uma mais apertada fiscalização da CLEM.

Se existe uma estratégia ou se quiser uma orientação programática que domine a acção da CLEM nos anos 50 , para além das actuações isoladas dos seus membros, e que lhe dê um sentido global, ela vem da pena de Moreira das Neves. É ele , independentemente das “ Instruções sobre Literatura Infantil” ou das circulares de 1955, quem define desde cedo o campo e o modo de actuação da CLEM. E a maioria das concretas informações censórias são da sua lavra, pelo menos durante toda a década de 50.

Importa assim dar nota biográfica de Moreira das Neves , que no despacho de nomeação de 1953 vem antecedido da designação de “Padre” e no de 1957 de “ Monsenhor”<sup>934</sup>. Francisco Moreira das Neves (1906-1992) , padre católico, ordenado em 1929 , foi chefe de redacção do diário católico "Novidades" (1934-1974)<sup>935</sup> e destacou-se entre outras iniciativas como escritor e dinamizador da Obra do Ardina. Muito ligado ao Cardeal Cerejeira, " cuja pomba litúrgica e o estilo principesco " atingem o apogeu na década de 50,<sup>936</sup> foi seu biógrafo e compilador dos escritos de Coimbra<sup>937</sup> . Desde cedo se dedicou ao apostolado infantil, mas a sua obra é muito diversificada , sobretudo na poesia( infantil, popular, religiosa <sup>938</sup> ) mas também no ensaio sobre temas histórico-religiosos<sup>939</sup>. Foi

---

meses foi publicada pela Agência Portuguesa de Revistas , sob direcção de José de Oliveira Cosme, Vide A.J. Ferreira , *O Jornal Infantil Português Ilustrado*, nº 10, 1955- 1961 ( policopiado), [s.l][s.d.],p. 9.

<sup>933</sup> Vide PT/ANTT, *Arquivo Oliveira Salazar*. Pc. 73

<sup>934</sup> Em 1954, por ocasião das suas Bodas de Prata sacerdotais Pio XII distinguiu-o com o título de Monsenhor na categoria de Camareiro Secreto de Sua Santidade. Vide AAVV, Padre Moreira das Neves, *50 anos de jornalismo*. Lisboa, Rádio Renascença, 1984, p. 36

<sup>935</sup> Vide José Maria Almeida, *Subsídios para a História do Jornal " Novidades"* , Prefácio do Padre Moreira das Neves, Lisboa, Rádio Renascença; AAVV, Padre Moreira das Neves, *50 anos de jornalismo*. Lisboa, Rádio Renascença, 1984 .No " Novidades" criaria o suplemento " Letras e artes" " um dos melhores suplementos culturais que a imprensa portuguesa conheceu " AAVV, Padre Moreira das Neves, *50 anos de jornalismo*.[...] p.19 .

<sup>936</sup> Vide Rita de Almeida Carvalho, *António de Oliveira Salazar, Manuel Goncalves Cerejeira, correspondência, 1928-1968*, Lisboa, Temas & Debates , Círculo de Leitores, 2010, p 29s

<sup>937</sup> Vide Moreira das Neves, *O cardeal Cerejeira , Patriarca de Lisboa*, Lisboa, Editorial Pro domo, 1948 ; Moreira das Neves, *O cardeal Cerejeira, e o tempo presente*, Lisboa, Panorama, [s.d.]

<sup>938</sup> Vide Moreira das Neves e Armando Leça, *Leal Conselheiro Infantil*, Porto, Domingos Barreira, 1940; Moreira das Neves, *Mendigo de deus , Poemas do sofrimento e da graça*, Lisboa, Edições Gama , 1944; Moreira das Neves, *Monólogo de um soldado húngaro*, [s.l.][s.d]

ainda co-fundador da Rádio Renascença e director da União Gráfica, ambas ligadas à Igreja Católica<sup>940</sup>.

Salazarista convicto ficou encarregue da oração fúnebre por ocasião do falecimento de Oliveira Salazar<sup>941</sup>. E enquanto censor das " histórias em quadrinhos" não deixou de escrever argumentos para " histórias em quadrinhos", curiosamente editadas pelas mesmas empresas que o próprio havia criticado por publicarem conteúdos sem " uma só nota de elevação"<sup>942</sup>

Nas suas múltiplas facetas " jornalista, poeta, ensaísta, orador , conferencista", a que acrescentaríamos " censor" terá sido coerente com a concepção que defendia de que o Padre não pode confinar-se à Igreja e deve marcar presença no meio e na sociedade onde vive<sup>943</sup>. E na realidade , de acordo com o testemunho de quem com ele lidou o seu arreigado salazarismo não o impediu de " sendo uma personalidade naturalmente comunicativa" sempre terá evidenciado um sentido ecuménico da sua presença e modo de ser o que " sempre lhe mereceu a felicidade e alegria de poder privar com homens de todos os quadrantes sociais, culturais, políticos e religiosos"<sup>944</sup> Entre os que com ele privaram ao longo dos anos estão Correia de Oliveira , Hernani Cidade, António Sérgio, José Régio , Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro entre outros . Por ocasião dos seus 50 anos de jornalismo o perfil biográfico que lhe foi traçado, em 1984 e que conta com escritos de Fernando Namora, Pacheco de Andrade , Natércia Freire, João Bigotte Chorão, Adelino Alves ou Adolfo Simões Muller ( de quem era compadre) salienta mesmo que Moreira das Neves " que nasceu com a intuição do jornalismo" foi decerto um dos primeiros "padres progressistas" entre nós tomando o progressismo o sentido mais nobre e positivo de ideias arejadas , sempre expressas com sinceridade e beleza formal"<sup>945</sup>

Ao contrário de Edmundo Curvelo ou Serras e Silva não existe em Moreira das Neves , pela obra publicada, um fio condutor que permita identificar um pensamento próprio em

---

<sup>939</sup> Vide Moreira das Neves, *O Grupo dos cinco, Dramas espirituais*, 2ª ed. refundida Lisboa, Rei dos Livros, 1989 ou *Guerra Junqueiro, O Homem e a Morte*, Porto, Domingos Barreira Editor, 1942.

<sup>940</sup> Vide João Bigotte Chorão, "Francisco Moreira das Neves", *Enciclopédia Verbo Luso-brasileira de Cultura, Edição Século XX*, vol. 20, ( Lisboa/ São Paulo : Editorial Verbo, 2001 ) 1343 .

<sup>941</sup> Moreira das Neves, *Na morte do Presidente Salazar , Oração Fúnebre no Mosteiro dos Jerónimos* , Lisboa, 1970 ;

<sup>942</sup> Vide *Nossa Senhora Mãe de Cristo*, Prólogo e Legendas de P. Moreira das Neves, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, 1957; *Vida de Jesus*, Legendas do Padre Moreira das Neves, Lisboa, Cavaleiro Andante, 1956

<sup>943</sup> Vide Moreira das Neves, *Guerra Junqueiro, O Homem e a Morte*, [...]p. 19

<sup>944</sup> Vide AAVV, Padre Moreira das Neves, *50 anos de jornalismo*[...] p. 29

<sup>945</sup> Vide AAVV, Padre Moreira das Neves, *50 anos de jornalismo*[...]p.31

matéria de literatura infantil ou sequer sobre temas da Educação<sup>946</sup>. É certo que na sua obra literária encontramos temas infantis e juvenis, mas daí não resulta uma visão sistematizada sobre o tema.

Na nota biográfica que já citámos salienta-se que " as crianças foram uma das suas paixões mais delicadas e mais quentes" e que para elas escreveu poemas e fundou com Maria Luísa Ressano Garcia a " Obra do Ardina" <sup>947</sup> Mas a verdade é que a referida nota biográfica que procura ser o mais exaustiva possível não tem uma única referência sobre a sua passagem pela censura infanto-juvenil.

E contudo a sua acção nessa matéria é relevante como veremos e não certamente pelas " ideias arejadas " que defendeu. O certo é que isso não o impediu de actuar com eficácia e relativa coerência alinhando nos seus pareceres censórios um conjunto de argumentos que corporizam um discurso moralizador perfeitamente a par com o que ocorria em França ou Espanha. Talvez que a sua "intuição jornalística" e o seu "espírito ecuménico" tenham ajudado.

Importa pois dar a conhecer um relatório elaborado em 25 de Novembro de 1953, ou seja quase um ano depois da posse dos membros da Comissão, sobre “ revistas infantis”( Documento W ) <sup>948</sup>. Trata-se uma espécie de balanço da actividade da CLEM ao fim de uma ano de vida e ao mesmo tempo de ponto da situação quanto ao mercado editorial dos jornais infanto-juvenis nacionais e estrangeiros . Escrito no tom sombrio com que Moreira das Neves vê a sua função, começa por confessar que “ alguns meses de leitura de revistas infantis estrangeiras e portuguesas” o deixaram “ desoladamente impressionado”. Ou seja, se é verdade que , a nível internacional e nacional nunca se terá escrito tanto para idades infantis , não é menos verdade que jamais “ como agora se envenenou e deformou a criança” . Começa depois por analisar as revistas estrangeiras, oriundas da “ França, Bélgica, Espanha, Itália, Brasil México, Uruguai e Argentina”, concluindo que “ quase todas oferecem inconvenientes e algumas são nitidamente más”. Apesar de tudo reconhece que as melhores são as europeias das quais destaca o “ Tin-Tin” da Bélgica , todo impresso em rotogravura , é do melhor que se pode indicar” e uma “ revista italiana, creio que publicada pelos Salesianos que é também muito boa graficamente e óptima na

---

<sup>946</sup> Para além das reflexões de sentido comum quanto aos efeitos das boas e más leituras : “ Se os maus livros e os maus jornais podem fazer criminosos, os bons podem fazer santos”. Vide, Biblioteca João Paulo II. Universidade Católica. *Arquivo Moreira das Neves*. Caixa 1. Manuscrito sem data sobre “ A eficácia da pregação dos bons livros”

<sup>947</sup> Vide AAVV, Padre Moreira das Neves, *50 anos de jornalismo*[...]p. 33

<sup>948</sup> Vide PT/ANTT/ *Arquivo Álvaro Dias Saraiva*. Relatório “ Sobre revistas Infantis”,25/11/1953

sua orientação”<sup>949</sup>. E acrescenta “ as piores são as brasileiras e as mexicanas”. Estas, segundo ele não têm uma “ única página construtiva” : “ parece que o mundo das crianças é apenas o mundo do crime, do gangsterismo, da violência agressiva, das sinistras aventuras e das fantasias patológicas; ou então o mundo dos paraísos artificiais sem qualquer relação com a verdade , a história , a vida. Atende-se mais à excitação da imaginação infantil do que à sua formação. Daqui a preferência das crianças pelas revistas que as excitam. Como a excitação é constante também será constante a insatisfação . Desta maneira se cria o estado de uma espécie de morfinomania sensorial e mental . Ao fim e ao cabo o que se verifica é que a quase totalidade das revistas infantis não visa a formação humana da criança, mas à sua desumanização, reduzindo-a a mero objecto de exploração comercial” E conclui, nesta parte do seu relatório : “ Na exploração sistemática , organizada da inocência infantil , há sempre qualquer coisa de prostituição horrorosa e degradante”. Analisa depois a realidade das revistas infantis portuguesas. As únicas que são determinadas “ por um alto sentido das realidades morais , espirituais e patrióticas “ são a “ Lusitas da Mocidade Portuguesa Feminina, tecnicamente razoável ,mas dirigida a um meio especial, e algumas publicações dos organismos da Acção Católica ou de congregações religiosas também para meios restritos e de apresentação gráfica de ordinário deficiente por falta de recursos materiais”. Analisa depois “ as revistas de grande tiragem e conhecidas de todo o país(...) o Cavaleiro Andante e o Mundo de Aventuras”. “ O Cavaleiro Andante tem como director Adolfo Simões Muller, digno de todos os louvores pela sua obra já extensa e de alto nível pedagógico com vista a educar a infância e a juventude da nossa Terra. A revista reflecte naturalmente o seu pensamento e a sua visão dos problemas infantis. Sente-se porém que o ilustre escritor não trabalha com absoluta liberdade. Daí a revista não corresponder sempre ao que haveria a esperar de quem a dirige. A parte directa ou indirectamente formativa reduz-se a pouco, desenrolando-se a quase totalidade das páginas das histórias aos quadrinhos sobre temas estranhos, meramente provocadores de fantasia, sem qualquer relação com a vida e os seus valores autênticos , predominando cenas de violência, de guerra de aventuras exóticas, em que a habilidade costuma substituir a virtude e a brutalidade o sentido dos rasgos heróicos. Algumas vezes tem publicado gravuras de artistas ou de mulheres desportivas em trajes e atitudes difíceis de aceitar sem reparo”. Mas se apreciação do “Cavaleiro Andante” ,

---

<sup>949</sup> A referência “ à revista italiana” deverá ser ao semanário "Il Vitorioso" publicado entre 1937 e 1966 por iniciativa da "Azione Catolica. Teve grande sucesso, chegando a vender cerca de 200.000 exemplares por semana, se bem que beneficiando da ampla rede de distribuição da própria Igreja Católica.

parece pressupor que o director está subordinado à pressão dos proprietários das revistas” dominados exclusivamente pela tentação dos grandes lucros”, já o juízo sobre o “Mundo de Aventuras” é mais severo. Começa logo por afirmar : “ Muito pior é o Mundo de Aventuras”. Inferior no papel e na impressão abusa de todos os processos contraindicados. Há números em que não aparece uma só nota de elevação e pública histórias e desenhos que têm sido razão para se impedir a vulgarização em Portugal de numerosas revistas estrangeiras. Por exemplo o rocambolismo do super-homem muito em voga nas revistas norte e sul americanas(...) nas suas páginas se têm anunciado publicações absolutamente nefastas às crianças, porque nefastas até a gente adulta”.

Boa parte das maleitas de que padeceriam quer o “Cavaleiro Andante” quer o “Mundo de Aventuras”, atribui-as Moreira das Neves ao facto dessas revistas viverem principalmente de colaboração estrangeira : “ esta estandardização da literatura infantil actua sem dúvida poderosamente na mentalidade das nossas crianças, arrastadas para ambientes de subversão intelectual e moral e retraídas ao melhor contacto com a geografia, a história, as tradições e o ar da Terra onde nasceram. Com semelhantes tendências poder-se-ão fazer ágeis salteadores , arrombadores de portas de castelos e cofres misteriosos, mas com certeza não se fazem homens e muito menos homens portugueses”.

Efectuado o diagnóstico Moreira das Neves ensaia algumas recomendações. Desde logo constata não existirem em Portugal - “ povo desarmado e desprevenido”- elementos de consulta e orientação que aconselhem os pais e educadores quanto às leituras das crianças. Cita a abundância de tais elementos em França – “ a La Revue des Livres , fundada em Paris pelo Padre Bethléem, “ Romans à lire et à proscrire” do mesmo autor<sup>950</sup> e o “Répertoire alphabétique de 13.000 auteurs do jesuíta Padre Sagehomme”, na Bélgica “ La Revue des Auteurs et des livres e Literature de Jeunesse” , em Espanha , onde se realizou “ de 8 a 25 de Março 1951 uma exposição de bibliotecas infantis promovida pela Associação Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Arqueólogos, de onde saiu o Catálogo critico de libros infantiles” e que “ já em 1945 o Consejo Superior de Mujeres de Accion Católica, que sustenta o Gabinete de Lectura Santa Teresa de Jesus publicou o catálogo critico de Libros para Ninos como publicou o Catalogo de la exposicion de libros

---

<sup>950</sup> Moreira das Neves citará este livro, que é uma referência na literatura para crianças entre os meios católicos conservadores franceses do início do sec. XX , em algumas das suas decisões censórias . Vide Informação datada de 17/8/1954 sobre a revista infantil espanhola “ Cássicos nº 5 Agosto de 1953. PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social* .Censura . Revistas Infantis. Números Proibidos. Proc. nº 137 “ Clássicos”



para ninos efectuada no Natal de 1951”. E refere também ter-se fundada em Florença “ na última primavera” o Servizio Italiano de Collegamento e d’informazione Litteratura infantile Internazionale, com o fim de dar a conhecer no estrangeiro as obras mais importantes da literatura destinadas às crianças e aos adolescentes “ . Refere ainda a 5ª sessão da UNESCO onde “ ficou resolvido promover a recolha de documentação sobre os meios utilizados nos vários países para proteger a infância contra influências indesejáveis que podem ser exercidas pela imprensa, rádio e cinema e para melhorar particularmente a imprensa e a lierturas infantis”. E remata : “ Em português conheço apenas o interessante trabalho “Jornais para crianças” do dr. J. Correia da Silva com palavras prévias do Dr. Vítor Fontes publicado na revista “A criança Portuguesa” ( ano IX-1949-1950)”.

É neste contexto que Moreira das Neves reconhecendo “ o movimento que se verifica em todo o mundo à roda da criança” que a missão da CLEM é proteger em todos os domínios a infância portuguesa” quer reprimindo toda e qualquer exploração da inocência” quer “ proporcionando-lhe recurso de desenvolvimento da sua delicada natureza em formação”. Historia depois os esforços iniciais da CLEM , designadamente uma reunião com os directores de algumas revistas a convite de Serras e Silva onde este lhes terá transmitido algumas “ normas de interesse fundamental” e que “ todos se comprometeram a respeitá-las , reconhecidos pelo acto de confiança que neles se fazia”. Contudo “ não parece que até hoje se tenha conseguido o que se desejava”. Propõe assim que “ dentro do melhor espírito de colaboração “ se avance para soluções mais exigentes. Soluções que se não chegarem os meios persuasórios compreendam o cumprimento da lei de forma repressiva. Adverte mesmo : “ proponho que para já se chame a atenção dos directores das nossas revistas infantis para o compromisso que tomaram e que terão de realizar, sob pena das revistas terem de ser censuradas antes da publicação”. Sugere um modelo de rubricas que deveria ser seguido pelos nossos editores:

- “a) uma página destinada à actualidade , aos acontecimentos importantes do mundo , interessando principalmente á civilização;
- b) um romance de acordo com os interesses infantis;
- c) um conto ou uma narração tirada do folclore ou da tradição popular de qualquer país;
- d) um bom poema ou reprodução de uma obra de arte;
- e) uma páginas recreativa englobando imagens cómicas e jogos para desenvolver a actividade mental;

- f) biografias de personagens importantes, abordando principalmente a sua infância;
- g) uma revista histórica e geográfica mostrando os diferentes aspectos e evolução da vida infantil ;
- h) temas sobre : o homem e o trabalho; as profissões, a vida e os costumes dos diferentes países , animais e plantas, as invenções e as descobertas;
- i) uma páginas para as crianças, publicando cartas, escritos, contos, desenhos etc. produzido por elas “

E acrescenta que este esquema poderá ser adaptado às condições da vida portuguesa, porque “ temos história, temos heróis, temos tradição”. E “ nada perderão as revistas se no meio dos quadradinhos geométricos que enchem páginas e páginas de aventuras subterrâneas de extravagâncias mais ou menos existencialistas ou de vertigens interplanetárias, inserirem alguns trechos de prosa instrutiva e alegre e alguns desenhos em que não entrem punhais de assassinos nem astúcias de ladrões . As crianças só se habituarão aos venenos se não lhes derem o pão da pureza e da verdade , da beleza e do amor”.

Moreira das Neves refere ainda que as páginas infantis dos jornais portugueses nem todas primam pelos cuidados a ter com as crianças e conclui apelando à colaboração das autoridades e dos organismos de educação na tarefa de velar “ pela inofensividade da literatura infantil “. Confessa que a Comissão de que é vogal, “sozinha, pouco será capaz de realizar” . Todo um programa que a CLEM tentará levar a cabo , desde logo dirigindo a sua atenção para as publicações da “Agência Portuguesa de Revistas” . Não sem que as restantes tenham também sido alvo de reparos ainda que pontuais.

### **6.3.3. Adolfo Simões Muller e o " Cavaleiro Andante" ( 1952- 1960) : um equilíbrio precário**

O sucedâneo do "Diabrete", o semanário " Cavaleiro Andante", dirigido por Adolfo Simões Muller não ficaria de fora do radar da CLEM. As fontes a que tivemos acesso confirmam-no. Mas também confirmam que por comparação com o concorrente " Mundo de Aventuras" e das restantes publicações juvenis da Agência Portuguesa de Revistas, o policiamento da revista da Empresa Nacional de Publicidade é mais ténue.

Provavelmente porque o zelo de Adolfo Simões Muller - notório simpatizante do regime e , como vimos, membro com José de Oliveira Cosme da CELIJ - em garantir a fidelidade das BDs que publicava com as suas concepções ( e as do regime) , terá chegado ao ponto de truncar as sequências das séries e alterar a estrutura narrativa.

Na verdade é o próprio, enquanto director do " Diabrete" , como vimos antes , a tranquilizar os serviços de Censura ao garantir que tratava de eliminar nas histórias a publicar "os aspectos e pormenores que por ventura possam impressionar inconveniente a mente dos jovens leitores".

A documentação no ANTT relativa às publicações da Empresa Nacional de Publicidade é escassíssima e os arquivos do que é hoje a empresa proprietária do "Diário de Notícias" e que seria suposto terem a seu cargo esse espólio nada têm sobre a matéria <sup>951</sup>.

Mas a verdade é que o "Cavaleiro Andante" não escapou ao zelo censório e à intervenção da CLEM. Alguns exemplos ilustram o que se afirma.

Um dos aspectos a que o Cavaleiro Andante não escapou foi o das exigências gráficas de modo a preservar a " higiene visual". O nº 103 de 15 de Dezembro de 1953 é objecto de reparo quanto " ao tamanho de letra usado nas diversas secções"<sup>952</sup> e algumas meses depois - a 4 de Maio de 1954- a revista é avisada de que tencionando " apresentar gravuras com o processo de três dimensões" o não deverá fazer " por motivo de higiene visual"<sup>953</sup>

Entretanto o regime de censura prévia tendo começado a funcionar produziu os seus efeitos. A documentação existente no ANTT regista a avaliação pela CLEM de várias " histórias em quadrinhos".

Um dos casos reporta-se à iniciativa em publicar as " adaptações ilustradas " Búfalo Bill " e " O Pirata" ( extraído da obra de Walter Scott) " e que Adolfo Simões Muller coloca à

---

<sup>951</sup> Informação transmitida pela Divisão de Arquivo e Documentação da Controlinveste por " mail" datado de 30 /12/2014 .

<sup>952</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro"). Ofício de 2 de Janeiro de 1954.

<sup>953</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro"). Ofício de 4 de Março de 1954 dirigido ao Director do "Cavaleiro Andante".

consideração da Censura <sup>954</sup> . Alguns dias depois o censor Moreira das Neves informa que " não têm inconveniente de maior sobretudo O Pirata extraído da obra de Walter Scott. Chame-se a atenção do adaptador para atenuar algumas cenas de Buffalo Bill " <sup>955</sup>

Outro episódio ocorre a 30 de Julho de 1954 . Desta feita é o Administrador da Empresa Nacional de Publicidade a assinar um ofício em que solicita da CLEM o seu parecer sobre a " edição em português das publicações " Straight Arrow " e " Durango Kid", expurgadas de qualquer pormenor menos aconselhável " <sup>956</sup>

A resposta da CLEM aprovada na sua reunião de 10 de Agosto é taxativa:

" Sou de parecer que se comunique à empresa interessada que a edição em português das publicações referidas só oferece inconvenientes " <sup>957</sup>

Convirá dizer que as referidas aventuras, passadas em ambiente de oeste americano, como muito movimento e alguma violência, enquadravam-se melhor na linha editorial do "Mundo de Aventuras". Na verdade o feroz índio comanche "Straight Arrow" " e duro cowboy "Durango Kid", populares heróis dos "comics strips" norte americanos dos anos 50 estavam justamente no alvo das preocupações censórias da CLEM. Assim nem com convenientes expurgos de "pormenores menos aconselháveis" a sua publicação seria possível...

Um outro incidente que foi possível identificar, prendeu-se com outra publicação próxima do semanário " Cavaleiro Andante" e que se intitulava " Álbum do Cavaleiro Andante" de periodicidade mensal e que publicava bandas desenhadas completas. É apesar de tudo um episódio menor.

A 19 de Abril de 1956 a Direcção dos Serviços de Censura notifica o director da publicação para que " se digne providenciar no sentido de que no próximo número da revista "Álbum do Cavaleiro Andante" seja dado cumprimento ao determinado no art. 4º

---

<sup>954</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços Censura* Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro").Carta de 7 de Julho de 1954.

<sup>955</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços Censura* Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro"). Informação de P. Moreira das Neves aprovada em reunião da CLEPM de 13 de Julho de 1954 ( O Presidente Serras e Silva).

<sup>956</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços Censura* Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro").Carta dirigida ao Director dos Serviços de Censura pelo Administrador da Empresa Nacional de Publicidade 30 de Julho de 1954.

<sup>957</sup> Vide PT/ANTT, / *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços Censura* Cx. 731( processo 1014/4-I " Zorro"). Informação manuscrita com assinatura elegível no ofício da Empresa Nacional de Publicidade referido antes . Carimbo da CLEM referindo a aprovação em reunião de 10 de Agosto de 1954 . Assinatura de Serras e Silva.

da Lei de Imprensa"<sup>958</sup> ou seja à exigência das identificações obrigatórias ( director, editor, proprietário e impressora) no alto da primeira página. Em resposta Adolfo Simões Muller informa que " por lapso do paginador que muito lamento , as indicações de inserção obrigatória ao alto da primeira página saíram na parte inferior no nº 23 do Álbum do Cavaleiro Andante" e conclui solicitando o " o obséquio de me relevar esta falta cuja repetição se deverá evitar com as recomendações que já fiz a esse respeito"<sup>959</sup>

Ainda nesse mesmo ano a administração da Empresa Nacional de Publicidade solicita autorização para ser apresentada pelo Cavaleiro Andante uma " edição juvenil semelhante à coleção " Told in Pictures" " juntando para o efeito três exemplares das histórias que pretendia publicar . Recorde-se que para além da revista semanal o " Cavaleiro Andante " editava álbuns , sem periodicidade definida , com aventuras completas. Do processo censório não constam os referidos exemplares pelo que não sabemos em rigor quais as histórias a que se reporta o ofício da ENP. Contudo a resposta da CLEM permite concluir que se tratava das histórias " Robin Hood" "The Adventures of Rob Roy" e " The Last of the Barrons " , que " são autorizadas sem inconvenientes"<sup>960</sup>

#### **6.3.4. Os constrangimentos criados às publicações da Agência Portuguesa de Revistas : "Mundo de Aventuras" , “Colecção Audácia”, “Condor”, “Condor Popular”, “ Colecção Grilo”e ” Colecção Tigre”**

O " Mundo de Aventuras " e as restantes publicações de natureza juvenil que surgiram na sua órbita ( "Colecção Audácia", "Colecção Condor", "Guerra", "Espaço", "Policial", etc) na década de 50 são inseparáveis da empresa que as concebeu e editou a " Agência Portuguesa de Revistas"(APR) . No capítulo 4 tivemos já oportunidade de assinalar as características únicas desta iniciativa empresarial que traduz sem dúvida um dos casos de

---

<sup>958</sup> Vide PT/ANTT / *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços Censura*. Cx. 730. " Álbum do Cavaleiro Andante" . Ofício da Direcção dos Serviços de Censura de 19 de Abril de 1956.

<sup>959</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços Censura* Cx. 730. " Álbum do Cavaleiro Andante". Carta de Adolfo Simões Muller ao Director dos Serviços de Censura, não datada.

<sup>960</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços Censura* Cx. 730 " Álbum do Cavaleiro Andante" . Carta do " Administrador da Empresa Nacional de Publicidade" ao Presidente da CLEM de 29/5/1956 , despacho manuscrito no mesma carta de 18/6/1956 ( assinatura ilegível) e ofício de resposta da Direcção dos Serviços de Censura de 19/6/1956 para o Administrador da ENP.

estudo mais bem sucedidos em Portugal do mundo editorial entre os anos 50 e 70 . Vejamos agora do complexo relacionamento entre as várias publicações do grupo e as estruturas censórias infanto-juvenis .

A revista infanto-juvenil cabeça de cartaz do grupo começou por se apresentar em formato de jornal tablóide assim permanecendo até perto de concluir o seu primeiro ano de vida . A 25 de Maio de 1949 a APR solicitou autorização aos serviços de censura para publicar uma revista infantil construída “ somente por histórias desenhadas” e indicou como Director e simultaneamente Editor Mário de Aguiar um dos sócios da empresa editora<sup>961</sup> . A Censura fixou como garantia nos termos do art. 2º do Decreto 26.589 de 14 /5/1936 o valor de 40.000\$00, valor alto para a época. O montante veio a ser concretizado através de garantia bancária passada pelo Banco Português do Continente e Ilhas SARL . Contudo em meados de 1950 a garantia bancária foi reduzida para 14.000\$00 a pedido da APR. A revista saiu para as bancas em Setembro de 1949 . No fim desse mesmo ano o projecto correria o risco de fechar portas dado o insucesso de vendas . A Agência Portuguesa de Revistas veio então propor que a revista mudasse de categoria quanto à sua natureza : de revista infantil se transmudasse em juvenil<sup>962</sup>. Essa mudança permitiria alcançar novos públicos sem que se alterasse substancialmente o conteúdo da publicação de acordo com o projecto inicial : “ só histórias desenhadas”. A Censura negará a pretendida alteração. Contudo alguns dias depois , em fins de Dezembro de 1949, o editor veio propor a substituição do Director inicialmente indicado, Mário de Aguiar “ cujos afazeres não lhe permitem continuar no desempenho das suas funções”,

---

<sup>961</sup> No requerimento inicial Mário de Aguiar declara “ pôr toda a minha vontade na selecção dos contos a inserir no “ Mundo de Aventuras” de modo a serem bastantes instrutivos, educativos e moraes. Publicarei o mais possível os feitos dos nossos Grandes heróis, acompanhados das respectivas “ imagens” elucidativos dos actos consumados. Estarei sempre ao dispor da Digma. Direcção de Censura para exteriorizar em “ O Mundo de Aventuras” qualquer ideia que por ventura possa vir a ter” vide PT/ ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 742 . Processo nº 14/I.” Mundo de Aventuras”. Requerimento de Mário de Aguiar como representante de Aguiar & Dias Lda, dirigido ao Director dos Serviços de Censura, datado de 25/5/1949

<sup>962</sup> Em requerimento datado de 17/12/1949 a APR refere que “ verificando que a referida publicação( “O Mundo de Aventuras”) inicialmente destinada a inserir apenas, historias por imagens, representa um insucesso comercial, com avultados prejuízos que houve que suportar, motivados pelo facto de o publico exigir maior percentagem de leitura, resolveu tentar que tais prejuízos se amenizassem , passando a inserir além das referidas histórias contos e anedotas, curiosidades e passatempos de molde a satisfazer o maior número possível de leitores. Assim vem a referida Firma solicitar a V.Exa se digne autorizar que o character da publicação “ O Mundo de Aventuras” passe de infantil para juvenil ficando apto a inserir artigos ( sempre como é óbvio submetidos à prévia aprovação desses serviços de Censura) destinados a leitores que não devam considerar-se propriamente crianças” . PT/ ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 742 . Processo nº 14/I,” Mundo de Aventuras” Requerimento da Agência Portuguesa de Revistas dirigido ao Director dos Serviços de Censura datado de 17/12/1949.

mantendo-se contudo como Editor José de Oliveira Cosme “ cuja competência e idoneidade, que se supõe bem provadas e notórias(...) são de molde, segundo se espera , a obterem a aprovação de V.Exa “ . Nesse mesmo documento solicitava Mário de Aguiar que “ dada a orientação que o novo Director se propõe imprimir ao referido semanário, tendente a interessar público adulto solicita esta firma para a legalização deste novo aspecto literário da publicação que esta cesse de considerar-se infantil e passe a admitir-se destinada a adultos, podendo assim inserir-se toda a matéria correspondente a esta classe de leitores, que o novo Director salvaguarda de antemão, de qualquer dúvida ou suspeita , quanto à doutrina do seu conteúdo”<sup>963</sup> ( Documento X). Supreendentemente tendo em vista que a alteração, sem dúvida menos radical de “publicação infantil” para “publicação juvenil” havia sido indeferida menos de uma semana antes, desta feita a pretensão é acolhida. Ou seja “O Mundo de Aventuras” poderia transmutar-se em “revista para adultos” além do mais porque o novo Director que é também aprovado , constituirá “ salvaguarda” adequada dos novos conteúdos. Parece evidente pelo que resulta da consulta e interpretação dos documentos referenciados que a figura de José de Oliveira Cosme não foi indiferente à decisão da Censura . E não será exagerado concluir, pela sucessão dos acontecimentos que vimos registando , que a mudança de atitude da Censura, neste caso concreto, esteve ligada à mudança do Director da revista. Adiante reforçaremos esse entendimento.

Recorde-se que esta alteração formal quanto aos destinatários do jornal não havia passado sem a crítica de Adolfo Simões Muller por ocasião da exposição que remeteu a Armando Larcher sobre o conteúdo das “ Instruções sobre Literatura Infantil” como antes fizemos referência.

Contudo se José Oliveira Cosme era bem visto aos olhos da Censura não era certamente o “ revolucionário” que o Mundo de Aventuras necessitava para a transformar no sucesso de vendas que viria a ser . A partir do nº 45 Augusto Dias convida Roussado Pinto um jovem com experiência de jornais infantis , como vimos já, para colaborar na Agência e será este que dará à publicação um novo fôlego : “ a partir do nº 45 transformara-a do formato gigante para um formato cómodo, tirara-a da rotativa e passara-a a "offset" ”<sup>964</sup> .

---

<sup>963</sup> Vide Requerimento da APR datado de 22/12/1949 dirigido ao Director dos Serviços de Censura e o despacho “ Deferido” . PT/ ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 742 . Processo nº 14/I,” Mundo de Aventuras”

<sup>964</sup> Vide José Augusto Roussado Pinto, "Notas de 30 anos de Banda Desenhada", *Jornal do Cuto*, Ano 3 nº124 de 17/12/1975, p. 34 . Roussado Pinto segundo o próprio relata terá sido o principal responsável pelas decisões editoriais , pelo menos até 1954, sendo certo que formalmente foi "redactor principal" entre o nº 124 e o 270. Contudo o Director da revista durante esse período foi José de

Com esta alteração os custos reduziram-se já que a revista se bem que tenha aumentado o número de páginas de 12 para 16 reduziu para metade do formato e a impressão de duas páginas em quadricromia foi substituída por 4 páginas a uma cor.

Um dos principais aspectos da nova publicação, de acordo com o projecto inicial e a que Roussado Pinto conferiu maior dinâmica, foi a divulgação em grande escala da banda desenhada norte-americana, que até então havia tido uma muito tímida presença nas publicações juvenis.

Outro dos aspectos e de não pouca relevância, como vamos ver, foi o de se assumir como uma verdadeira revista de “banda desenhada” com um conteúdo quase exclusivamente preenchido com “histórias em quadrinhos”. Esse ponto merece destaque por comparação com o que até então vinha acontecendo. Quer “O Mosquito”, quer o “Diabrete”, publicações já em declínio quando o “Mundo de Aventuras” é publicado e todas as outras que nasceram nos anos 30 ou no início dos anos 40, não deram à banda desenhada a importância e sobretudo a dimensão que ela havia ganho já nos EUA ou em alguns países europeus. Duas ou três histórias ilustradas em continuação completavam os textos mais ou menos ficcionais( policiais, "far west," aventuras), os passatempos, as curiosidades científicas ou lúdicas e as construções de armar.

Mas o aspecto mais inovador e é por isso que é “sobretudo lembrado como o jornal que publicou no nosso país por vezes sem o cuidado devido mas de um modo duradouro e sistemático os chamados “newspapers comics”, isto é as bandas desenhadas oriundas dos jornais norte-americanos sobretudo ligados ao King Features Syndicate”<sup>965</sup>. As “histórias em quadrados” que aparecem nos números inaugurais da revista são nas suas designações originais: “Steve Canyon” de Milton Cannif, “Rip Kirby” por Alex Raymond, “Rick Bradford” por William Ritt e Clarence Gray, “Barney Baxter” por Frank Miller, “Dick’s Adventures in Dreamland” por Neil O’Keeffe e Max Trell, “Alley Oop” por V.T Hamlin, “Captain Easy” por Leslie Turner, “Johnny Hazard” por Frank Robbins e Flash Gordon por MacRaboy. Outros heróis se seguirão nos anos subsequentes.

Ainda que de forma pontual os desenhadores portugueses também contribuíram com várias histórias e heróis, sendo de destacar a colaboração desde logo no número inaugural

---

Oliveira Cosme. Vide Roussado Pinto “O “Mundo de Aventuras” e as suas quatro fases” *Jornal do Cuto*, Ano 2, nº 72, 18/11/1972, p. 22.

<sup>965</sup> Vide Carlos Bandeira Pinheiro( org.) *Mundo de Aventuras: Bibliografia Ilustrada das Bandas Desenhadas de Autores Portugueses( 1949-1987)*, Lisboa, Estudos de Aventura Gráfica 1, 1999, p. 5.



de Carlos Alberto ( com o pseudónimo de Augusto Barbosa) e sobretudo, mais tarde de Vítor Péon<sup>966</sup>, Eduardo Teixeira Coelho e José Antunes.

A revista que nasceu para o público infantil , como vimos , passou a ostentar a partir do nº 45 a indicação " semanário juvenil para maiores de 17 anos". Talvez que essa alteração talvez se pretendesse subtrair a revista do olhar mais crítico dos censores que tolerariam melhor a rudeza , agressividade ou a violência das aventuras desenhadas quando dirigidas aos jovens adultos do que às crianças ou adolescentes.

A verdade é que a publicação acabou em fins de 1951 por regressar ao qualificativo de " semanário juvenil".

Um dos aspectos relevantes do controlo político das publicações infanto-juvenis, e das restantes publicações periódicas , decorria da intervenção directa do regime no condicionamento das escolhas dos responsáveis editoriais. José Oliveira Cosme é disso exemplo. Vimos antes as condições da sua designação como director do Mundo de Aventuras a partir do seu número 21. Manter-se-á nessas funções até ao fim da 1ª série da revista a 25/6/1959 nº 511 ora como Director Responsável, ora como Director Literário ora simplesmente como Director. A fidelidade política de José Oliveira Cosme não suscitava dúvidas ao regime, " organizador das matinés infantis do semanário Senhor Doutor no Cinema São Luís muitas das quais com assistência e o beneplácito do falecido presidente Generalíssimo Carmona e sua Esposa" , " organizador a convite da União Nacional de vários programas de propaganda nacionalista em Rádio Clube Português" durante o período eleitoral de 1945" ou seja " Nunca se dedicou à Política mas sempre serviu os interesses do Estado Novo, quando directa ou indirectamente para tal foi convidado"<sup>967</sup> . É claro que esta última referência teria em vista recordar ter sido José

---

<sup>966</sup> “ As primeiras BDs de Vítor Péon para o "Mundo de Aventuras" foram episódios da História de Portugal como a Batalha do Salado , A reconquista de Angola aos holandeses e a tomada de Silves aos Mouros. No nº 62 aconteceu a memorável criação de Tomahawk Tom , herói que com argumento do co-criador Edgar Caygill ( pseudónimo de Roussado Pinto) ou do próprio Péon iria incendiar a imaginação dos jovens leitores do Mundo de Aventuras durante alguns anos“ e mais adiante “ Pela presença frequente nas duas séries do Mundo de Aventuras pela popularidade que gozava junto dos leitores e pela qualidade, ainda que irregular das suas BDs Vítor Péon bem pode ser considerado como o desenhador português que melhor representa o Mundo de Aventuras” vide Carlos Bandeira Pinheiro, *Mundo de Aventuras: Bibliografia Ilustrada das Bandas Desenhadas de Autores Portugueses( 1949-1987)*,[...]p. 9

<sup>967</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 562 “ Condor Popular” Proc. nº 6-I , Carta datada de 11/8/56 da Agência Portuguesa de Revista dirigida ao Director dos Serviços de Censura a propor José de Oliveira e Cosme como director e editor da revista "Condor-Popular".Aí se acrescenta o seguinte quanto à “ folha de serviços” e à “idoneidade moral e intelectual” de Oliveira Cosme: “ Mais de 22 anos de atividades ininterruptas aos microfones do Rádio Clube Português durante os quais desempenhou os cargos de Chefe dos Serviços de produção e de Publicidade da referida estação e ainda os de redactor e locutor do seu

Oliveira e Cosme, segundo as suas próprias palavras , como se disse antes, " redactor do Decreto Sobre Literatura Infantil e Juvenil actualmente em vigor" e membro da " primeira comissão de Literatura Infantil e Juvenil da qual fez parte durante todo o tempo da sua vigência". E se este registo abonatório o aconselharia para o cargo a verdade é que a sua escolha como director do “Mundo de Aventuras” , teve outro e mais profundo alcance : foi a condição para a mesma ser autorizada.

Isso mesmo decorre da documentação constante do processo da revista existente no ANTT . Um episódio pouco claro mas revelador das cumplicidades existentes entre a Censura e alguns responsáveis editoriais. No referido processo encontra-se incorporada uma carta da administração da Agência Portuguesa de Revistas dirigida a José de Oliveira e Cosme datada de 22/8/1950 na qual se comunica que " em virtude dos últimos apuramentos feitos , torna-se indispensável procedermos a um reajustamento das despesas que estávamos fazendo com as revistas Mundo de Aventuras e X Magazine . Nesta conformidade, revolvemos passar atribuir-lhe para o Mundo de Aventuras 400\$00 e X Magazine 350\$00."<sup>968</sup>. Alguma clarificação das razões da existência desta carta no processo da Direcção Geral dos Serviços de Censura , surgem no próprio documento e nos que se seguem. Na referida carta alguém anotou a lápis " Recebia 1000\$00 e 750\$00" e mais abaixo "Mário de Aguiar deve ter sido o promotor da redução por se mostrar descontente com a colaboração que O.Cosme dá à Censura..."( Documento Y) . E numa informação dactilografada e assinada constante de documento anexo escreve-se o seguinte :

" Oliveira Cosme veio á Direcção mostrar a carta que recebeu da Agência proprietária dos jornais Mundo de Aventuras e X Magazine em que laconicamente lhe comunica a profunda redução dos seus vencimentos no cargo de director das referidas publicações o que julga ser intencional visto que as revistas terem certa prosperidade. Pretendia saber se alguma coisa havia sido tratada pela Agência junto da Censura. Informei-o que a Censura nada sabia e as revistas tinham sido autorizadas sob condição de Oliveira Cosme ser seu director. Se por acaso se

---

Rádio Jornal nomeadamente durante a Guerra Civil de Espanha em que merecer os encómios públicos por parte do sr. Major Jorge Botelho Moniz, Presidente da Direcção do referido posto emissor; Redactor do extinto semanário infantil “ ABCzinho” e um dos redactores fundamentais do semanário infantil “O Senhor Doutor”; Folha criminal absolutamente limpa; situação política sem mácula; chefe de família exemplar, casado religiosamente e com dois filhos menores a seu cargo, também batizados pela Igreja”

<sup>968</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 742, carta da Agência Portuguesa de Revistas a José Oliveira e Cosme de 22/8/1950.

verificar a sua demissão o Director da Censura procederá conforme julgar mais conveniente"<sup>969</sup>.( Documento Z)

Este pequeno episódio prova até que ponto ia a directa influência da Censura na escolha dos Directores das publicações das revistas. Não sabemos se José de Oliveira Cosme manteve as suas remunerações ou as viu efectivamente reduzidas. O que sabemos é que se manteve Director do "Mundo de Aventuras" e de outras publicações do grupo por mais dez anos até falecer . Mas também sabemos que a sua presença à frente do "Mundo de Aventuras" não lhe evitou dissabores com a CLEM que não deixaram de se projectar em múltiplos aspectos gráficos e de conteúdo do semanário<sup>970</sup>.

Dos casos identificados salientamos os seguintes dois. Um de natureza gráfica, tendente a dar cumprimento ao catálogo de impressão em que boa parte das “Instruções sobre Literatura Infantil” se transformaram e outra de conteúdo que visou justamente atacar o essencial das bandas desenhadas que marcaram de modo distintivos o surgimento do “Mundo de Aventuras” como veículo dos "comics" norte -americanos.

Em princípios de Janeiro de 1954 coincidindo com os nºs 230, 231 e 232 do "Mundo de Aventuras" a CLEM assinala " o uso de letra inconveniente pelo tamanho" chamando-se a atenção do " responsável da publicação ao qual se recomendou o uso do corpo indicado nas instruções para a Literatura Juvenil"<sup>971</sup>( Documentos AA e AA.1) Claro está que a ameaça de suspensão da revista como decorrência do desrespeito desta cominação assumia no caso vertente proporções agravadas . Como se sabe estas publicações semanais estavam compostas e algumas já impressas com algumas semanas de antecedência. Em rigor na

---

<sup>969</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 742, Informação dactilografada em papel sem qualquer timbre , datada de 23/8/1950 com assinatura ilegível.

<sup>970</sup> Logo em 1952 enquanto Director e Editor da revista " Risota" , outro produto da Agência Portuguesa de Revistas, José de Oliveira Cosme viu aquela publicação ser suspensa pela Direcção dos Serviços de Censura, logo no primeiro número , que não hesitou em qualificá-la como uma " dolorosa demonstração de mau gosto, mediocridade, insuficiência , de falta de noção do verdadeiro e sadio humorismo" . Todavia após a resposta de José de Oliveira Cosme que alega " não lhe ter sido possível acompanhar até à sua saída como desejaria a última revisão de provas de textos e gravuras" e que invoca o seu " passado de escritor probo e dignificante e de trabalhador fiel e desinteressado na Causa Nacionalista" e portanto " digno de toda a confiança do Estado Novo" solicitando " o levantamento condicional da suspensão que impende, muito justamente aliás, sobre a mencionada revista " Risota" , a Direcção dos Serviços de Censura acolhe condicionalmente a peticionada a suspensão não sem que expresse a José de Oliveira Cosme " a probidade jornalística a quem esta Direcção presta homenagem " Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 5 ( Processo nº 792 " Risota") .

<sup>971</sup> Vide PT/ ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 742 . Processo nº 14/I " Mundo de Aventuras" .Ofício dos Serviços de Censura ao Director do jornal " Mundo de Aventuras" de 2/1/1954 e apontamento manuscrito com data de 8/1/1954 inserido em carta da APR ao Director dos Serviços de Censura de 6/1/1952.

data da edição e venda de um determinado número vários outros ( até quatro) já se encontravam compostos aguardando apenas a remessa das provas à Censura o que acontecia apenas com as da edição da respectiva semana. O que significaria que a tentativa de respeitar com total rigor os ditames gráficos da Censura levaria a inutilizar várias chapas ou provas prontas a imprimir com enormes prejuízos<sup>972</sup>. Outra proibição técnica e gráfica reportava-se " às gravuras com processo denominados três dimensões" <sup>973</sup> Um outro episódio ocorrido em fins de 1954 e princípios de 1955 ilustra bem as preocupações " oftalmológicas" da CLEM e as bizarras soluções gráficas a que as publicações para menores se sujeitavam. Desta feita a Agência Portuguesa de Revistas preparou-se para lançar em fins de 1954 um " Álbum do Mundo de Aventuras" que constituía um número especial do semanário. Por razões não clarificadas o referido número não foi sujeito a censura prévia se bem que a CLEM o tivesse reclamado. A publicação, já imprensa, apresentava segundo a opinião da CLEM soluções gráficas que " representam por parte dos editores uma indiferença condenável pela saúde visual do público infantil" <sup>974</sup>. A solução encontrada , proposta pela APR e aceite pela CLEM<sup>975</sup> com base num parecer de Antonino Pestana (Documento AB) foi : " acompanhar todos os exemplares do álbum de uma separata -cujo modelo juntamos também - em cuja primeira página se daria ao público a explicação que vai impressa- sujeita a todas as alterações que V.Exa ordenarem - e nas páginas seguintes se repetiria todo o textos das legendas, nas proporções legalmente autorizadas" <sup>976</sup>.( Documento AC) Não será difícil imaginar a perplexidade com que os leitores terão recebido o " Álbum do Mundo de Aventuras" acompanhado das legendas em separata. De tal forma que o episódio bem pode entrar na galeria dos episódios mais bizarros da censura infanto-juvenil. A ele regressaremos no capítulo seguinte.

---

<sup>972</sup> O que motivava sempre um processo de regateio da APR junto da Censura para a "benevolência" desta em relação aos números já compostos. Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 742 . Carta da APR ao Director dos Serviços de Censura de 6/1/1950 solicitando que os n.ºs 230, 231 e 232 possam ser impressos e vendidos sem as alterações de tipo de letra impostos pela Censura .

<sup>973</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* . Cx. 742, Ofício da CLEM para o Director do Mundo de Aventuras de 5/3/1954.

<sup>974</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 742, Informação da Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores, de 21/12/1954.

<sup>975</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 742. Carta da Direcção dos Serviços de Censura a Aguiar & Dias Lda, de 5 de Janeiro de 1955

<sup>976</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 742, Carta da APR à CLEM de 28 de Dezembro de 1954.

Cerca de ano e meio depois , mais exactamente a 3 de Maio de 1956 os serviços da Censura remetem à firma Aguiar & Dias um ofício no qual se lê o seguinte :

" Encarrega-me o Ex.mo Director de comunicar a V.Exa que em conformidade com a proposta da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores , respeitante à publicação " Mundo de Aventuras" essa empresa deverá submeter à apreciação daquela Comissão no prazo de 5 dias , os textos completos das seguintes histórias : " Luís Ciclone" " Capitão Relâmpago" " Trovão e os Piratas" " Ruben Quirino" " Mandraque" " Capitão Fiuza" e " João Tempestade""<sup>977</sup>

Esta iniciativa tem por origem uma informação da CLEM aprovada na sua sessão de 2/5/1956 na qual se refere que : “ O nível geral das histórias publicadas pela revista “ Mundo de Aventuras” continua a ser francamente mau . Em todas elas são exaltados sentimentos de violência, retratados baixos motivos , focados casos de banditismo e perversidade sem contrastes de verdadeira bondade. Algumas das intrigas relatadas são também em si mesmas inconvenientes para crianças” <sup>978</sup>

Importa situar esta intervenção. Por um lado nem todos os " heróis" são visados pela preocupação censória: ficam de fora " Gil do Oeste" " Cavaleiro Ruivo" e " Corisco o Vaqueiro".

Por outro , os referidos personagens- as " histórias" na expressão da CLEM- haviam começado um novo ciclo um mês antes, mais exactamente no nº 347 do " Mundo de Aventuras" de 5 de Abril de 1956. Tal constituía um procedimento comum na imprensa juvenil da época , divulgado sempre com antecedência e particular destaque: a renovação das aventuras que em grupos de 4 ou 5 terminavam no mesmo número para que no seguinte se renovasse a revista com novas histórias dos mesmos ou outros " heróis".

Em Maio de 1956 a publicação afirmava-se -se junto dos jovens portugueses justamente pela popularidade que esses heróis e as suas aventuras granjeavam junto deles . Embora Roussado Pinto há cerca de dois anos tivesse saído da revista, para lançar outros projectos o certo é que ela, sempre com a formal direcção de José de Oliveira Cosme se manteve fiel à mesma linha editorial assente em importações em grandes doses de " histórias" do outro lado do Atlântico. Um dos raros exemplares arquivado no respectivo processo

---

<sup>977</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 742, Ofício da Direcção dos Serviços de Censura a Aguiar & Dias Ltd <sup>a</sup> de 3 de Maio de 1956.

<sup>978</sup> Vide PT/ ANTT / *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Direcção* Cx. 742, Proc. nº 14-I “ Mundo de Aventuras” . Informação da CLEM aprovado em reunião do dia 2/5/1956 , assinatura “pelo presidente” de Cortês Pinto

censório e correspondente a este período comprova-o bem (“Mundo de Aventuras” nº 351 de 3/5/1956-( Documento AD)

Em resposta ao supracitado ofício o sócio Mário de Aguiar escreveu ao Director da Censura. Vale a pena reproduzir o texto na íntegra pelo que revela da natureza das relações da imprensa juvenil , e em concreto o "Mundo de Aventuras", com a estrutura da Censura no período em análise :

" Respondendo ao ofício de V.Exa nº 546 de 3 do corrente cumpre-nos informar que o sócio desta firma o sr. Mário de Aguiar já teve ensejo de se avistar com a Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores a quem explicou verbalmente as razões que ora ratificamos por escrito e que levaram a solicitar a dispensa de apreciação dos textos completos as histórias em questão.

Está o " Mundo de Aventuras" a publicá-los à medida que os seus episódios lhe são enviados dos paízes de origem, onde a sua apresentação se faz simultaneamente. Esta preocupação de actualidade não seria para considerar se não se encontrassem à venda no mercado numerosas revistas brasileiras- muitas em péssimo estado de higiene mormente nos alfarrabistas das ruas que inserem geralmente as mesmas histórias. Só andando a par com a sua publicação na origem nos é possível apresentá-las em primeira mão com o inerente interesse por parte dos seus leitores. Se é certo que por este processo não podemos prever o conteúdo das histórias completas não é menos certo que temos o maior escrúpulo em adaptá-las episódio por episódio ao espírito do Decreto em vigor sobre Literatura Infantil e Juvenil precisamente elaborado pelo Director do "Mundo de Aventuras" por honroso convite do Exmo Director dos Serviços de Censura. Assim podemos garantir absolutamente a obediência ao referido decreto o que não significa que nos furtemos às indicações e reparos da Ex.ma Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores, que serão imediatamente tomadas em consideração, porquanto só nos move o desejo de honestamente ganhar a vida dentro das normas da Lei "<sup>979</sup>

Este documento valida a ideia de que as séries publicadas o eram ao mesmo tempo que nos EUA , e por aí se entende a particularidade de entre nós se iniciarem a meio da

---

<sup>979</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 742, Carta da Agência Portuguesa de Revistas ao Director dos Serviços de Censura datada de 8 de Maio de 1956.

aventura e sobretudo diz muito sobre a particular triangulação entre a Agência Portuguesa de Revistas, o Director do semanário José de Oliveira Cosme e a CLEM.

Em despacho manuscrito apostado na citada carta da Agência Portuguesa de Revistas e que depois se pode ler dactilografado, Álvaro Saraiva, um dos censores, notifica do seguinte :

" Admite-se a impossibilidade da empresa apresentar o texto integral das histórias em publicação.

Como porém foi aqui dito pelo sócio da mesma Sr. Mário de Aguiar que tem sempre original para três ou quatro números a publicar convirá que os seja apresentado o texto desse original para a próxima sessão.

Deverá também a empresa indicar a data em que deve terminar a publicação das histórias que mereceram as reservas da Comissão não devendo publicar outras histórias de teor semelhante sem o prévio parecer da mesma Comissão"<sup>980</sup>.

A 22 de Maio de 1956 a Agência Portuguesa de Revistas desta vez em carta assinada pelo Director do "Mundo de Aventuras" José de Oliveira Cosme remete à CLEM " dois episódios de cada uma das histórias" solicitadas e produz considerações que reproduzimos :

" Entendido que, uma vez terminadas estas histórias não serão publicadas outras de teor semelhante sem prévio parecer de V.Exas. Cumpre-me comunicar a propósito que já estou a diligenciar que a sua substituição se faça por outras de carácter diferente ainda que de interesse e acção: assim mesmo enviarei oportunamente essas novas histórias à apreciação de V.Exas antes de começar a publicação.

Como V.Exas poderão verificar pelos episódios juntos não só os desenhos como as legendas sofrem profundas alterações impostas por mim, chegando muitas vezes a verificar-se cortes completos de molde a que sejam salvaguardados os possíveis inconvenientes de ordem moral e educativa.

Um favor me atrevo a solicitar a V.Exas:

Dado que estou a procurar por todas as formas substituir as histórias presentes por outras mais em harmonia com os desejos da Comissão- sujeitando-se a empresa editora a graves prejuízos pois muito material já encomendado e pago antecipadamente será inutilizado - muito agradeço se possível que os cortes e as

---

<sup>980</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 742 Manuscrito na carta citada na nota anterior assinado por Álvaro Saraiva e com data de 15/5/1956 e transcrição do mesmo em folha anexa.

alterações agora a executar - se os houver- não constituam óbices de monta a embargar a publicação normal da revista. Muito grato me declaro desde já.

E ocorre sugerir : Porque não exige essa Comissão , dos nossos fornecedores de histórias a obrigatoriedade de lhe submeter todo o material a apreciação antes de nos ser oferecido ? Assim já não duvidaríamos- em presença de um carimbo " aprovado" - da aceitação que teriam as histórias por parte de V.Exas e evitar-se-iam prejuízos de tempo e dinheiro, quase sempre muito apreciáveis.

São nossos fornecedores habituais e mais importantes :

Fernando Maia Henrique

Rua da Trindade , 15 - 2º Esq Lisboa

Julio Dias da Silva

Rua da Assunção, 7- 4º Lisboa

Resta-me acrescentar que continuarei a usar de toda a minha boa-vontade no sentido de agir de harmonia com os desejos dessa Comissão, rogando o obséquio de me transmitirem sempre todas as indicações oportunas e necessárias para tal efeito"<sup>981</sup> .

Não sabemos se as sugestões contidas nesta carta foram seguidas , mas o que sabemos, porque está documentado , é que o censor encarregue pela CLEM para a tarefa de apreciar as " histórias", que assina J. Gomes Branco avaliou os episódios dos nºs 361 e 362 relativos às aventuras de " Ruben Quirino"" Luis Ciclone"" João Tempestade" e "Trovão e os Piratas"- dos restantes também solicitados não há rasto arquivístico- com a expressão comum a todos eles " Tolerável"<sup>982</sup>. Com isso ter-se-ão evitado, pelo menos nessas duas semanas de venda do Mundo de Aventuras " prejuízos de tempo e dinheiro quase sempre muito apreciáveis " .

E sabemos também, porque bastará compulsar o Mundo de Aventuras a partir de meados de 1956, que as novas orientações propugnadas pela CLEM começaram a

---

<sup>981</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 742 Carta da Agência Portuguesa de Revistas assinada por José de Oliveira e Cosme, dirigida à Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores datada de 22 de Maio de 1956.

<sup>982</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 742 , quatro folhas da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, contendo em cada uma delas a informação manuscrita " Tolerável" , assinadas por "J. Gomes Branco" com um carimbo da Comissão de Literatura e Espectáculos para Crianças onde se indica que " este parecer foi aprovado em reunião do dia 5\_VI-56" e outro carimbo da Direcção dos Serviços de Censura que indica " Autorizado" em 5/6/1956 "O Director" .



produzir os seus efeitos no conteúdo da revista <sup>983</sup>. A promessa de José de Oliveira Cosme de substituir as histórias de que a CLEM não gostava por " outras de carácter diferente " veio lentamente a modificar a revista . Em carta datada de 17 de Julho de 1956 o Director do Mundo de Aventuras fazia o balanço :

" Dentro do plano de total remodelação progressiva que estou a imprimir ao semanário juvenil " Mundo de Aventuras" em harmonia com o meu compromisso com V.Exa tenho em preparação uma série de estampas coloridas e envernizadas d " Vultos e Monumentos" nacionais que constituem outras tantas adivinhas de fácil solução . Autor das respectivas legendas em versos simples despretensiosos, cujas parselhas finais encerram as decifrações não me considero imune de possíveis erros e inexactidões , ainda que involuntários, motivo por que rogo a V.Exas o favor da sua apreciação bem como das correcções que julgarem indispensáveis , o que desde já muito agradeço.

Mais me apraz comunicar que ainda de acordo como mesmo plano de remodelação as histórias que mereceram reservas de V.Exas serão encurtadas , quanto possível a fim de se antecipar a sua terminação. Para as substituir estão já a preparar-se novelas de carácter histórico desenhadas por dois dos melhores ilustradores portugueses do género<sup>984</sup>.

Também a partir de 9 de Agosto próximo o " Mundo de Aventuras" apresentará uma página de texto, inteiramente dedicada a temas culturais e recreativos nomeadamente: pequenas biografias, resenhas históricas e religiosas, excertos literários, conselhos, etc. " <sup>985</sup> (Documento AE)

No topo desta missiva os serviços da Censura apuseram o seu " Autorizado" com a data de 24 de Julho de 1956.

O " Mundo de Aventuras" jamais recuperaria do seu fulgor inicial iniciando uma penosa caminhada quer do ponto de vista gráfico quer de conteúdo, quer sobretudo na diminuição da sua circulação que o levaria a encerrar a sua 1ª série em 1959. O que depois se seguiu já nada teve que ver com as " histórias americanas " que de episódio a episódio chegavam

---

<sup>983</sup> De par com a preocupação em exibir a fidelidade ao regime, como por exemplo no nº354 de 24 de Maio de 1956 , ao distribuir uma separata alusiva aos 30 anos do 28 de Maio com " as figuras máximas que representam esse período do ressurgimento português " efeméride a que o " Mundo de Aventuras" se associa " gostosa e espontâneamente".

<sup>984</sup> Referência a " Geraldo Sem Pavor" de José Antunes, com início no nº 369 de 6 de Setembro de 1956 e " O Santo Condestável" de Carlos Alberto iniciada no nº 374 de 11 de Outubro de 1956.

<sup>985</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 742, carta datada de 17 de Julho de 1956 de José de Oliveira Cosme dirigida à Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores.

todas às mãos de muitos jovens . E parece meridianamente comprovado que para esse resultado a pegada da CLEM se fez sentir .

O "Mundo de Aventuras" e as restantes publicações juvenis da Agência Portuguesa de Revistas foram as mais atingidas pelas novas orientações da Censura e pelo funcionamento da CLEM durante a presidência de Serras e Silva.

Escreve António Dias de Deus : " A aplicação do regulamento desencadeou uma situação nova no jornalismo infantil português. O Mundo de Aventuras viu reduzido em alto grau a capacidade de transcrever integralmente os "comics" americanos dado que estes não eram exclusivamente juvenis. Algumas das séries foram pura e simplesmente afastadas. A Censura prévia ou seja os auto-cortes que os editores infligiam às vinhetas e aos textos afim de poderem furar as malhas do regulamento, resultaram ridículos, obtusos, ignóbeis mesmo"<sup>986</sup> . E continua : " Tivemos borrões a tapar coxas e seios, borrões a dissimular outro tipo de armas , pistolas que desapareciam por artes mágicas, pares voluptuosamente enlaçados que se beijavam à distância , com as cabeças desarticuladas e pateticamente afastadas"<sup>987</sup>. António Dias de Deus na obra que citamos refere que " não se podem estabelecer com precisão os desmandos provocados pela Agência Portuguesa de Revistas no afã de evitar os prejuízos de uma proibição. Todo o aspecto gráfico se tornou caricatural . Os balões encheram-se fraseado pomposo moralizador até à náusea. O hábito de mutilar os desenhos por necessidade degenerou na mutilação arbitrária por incompetência profissional. O final da 2ª fase do Mundo de Aventuras bem como a 3ª fase do 463 ao 511( 17 de Julho de 1958 a 25 de Junho de 1959) exibem o progressivo desgaste da inteligência e do grafismo"<sup>988</sup>

Alguns exemplos destes episódios têm sido sinalizados . É caso do popular herói "Cisco Kid" desenhado por José Luís Salinas que na versão portuguesa , publicada no "Mundo de Aventuras" , quando comparada com o original, se apresenta com as armas suprimidas e nessa precipitação sem braços, sem mãos e demais particularidades anatómicas ...<sup>989</sup>. Outros exemplos evidenciam-se do confronto entre o original de "Flash Gordon" desenhado por Dan Barry e o publicado , por exemplo no nº 183 do Mundo de Aventuras de 1954 : " Tapam-se ( por vezes com desajeitados borrões) coxas, decotes e

---

<sup>986</sup> Vide *Comics em Portugal* [...]p. 234

<sup>987</sup> Vide *Comics em Portugal* [...], p. 234

<sup>988</sup> Vide *Comics em Portugal* [...]p. 234

<sup>989</sup> Vide Carlos Goncalves " A censura e a Banda Desenhada em Portugal " in *Boletim do Clube Português de Banda Desenhada* nº 21 de Novembro de 1979, pp. 12-15.

ombros femininos - e até os chifres do Diabo não vá o dito tecê-las"<sup>990</sup>. Este último caso talvez seja o exemplo mais ostensivo de uma sistemática intervenção de auto-mutilação , razão pela qual no capítulo seguinte a ele voltaremos de forma mais detida.

Não há, contudo, nenhuma evidência de que estas intervenções tenham sido resultado da acção directa da CLEM. Pelo contrário , à luz da documentação disponível e que vimos revelando , as intervenções resultavam de actuações directas e expressas dos directores das publicações. Esta prática representou em última análise o triunfo em toda a linha da estratégia da CLEM . Importa recordar que a orientação das " Instruções sobre Literatura Infantil" no seu afã de associar ao policiamento da revistas os seus Directores convidava-os expressamente à " supressão dos desenhos".

Ainda que o “ Mundo de Aventuras” constituísse a publicação de referência da Agência Portuguesa de Revistas para o público infanto-juvenil não deixou aquela firma de diversificar os seus produtos lançando-se na publicação de edições em formato reduzido editadas em fascículos um pouco à imagem dos “ petit formats” franceses que na mesma época fizeram sucesso na Gália. O modelo fazia prevalecer sob forma de fascículos a continuidade de 4 ou 5 histórias em cada número , todas ou quase todas de origem norte-americana, a que se juntava o preço reduzido – em alguns casos imbatível mesmo, como os 20 centavos da “Colecção Grilo”- possível pela fraca qualidade do papel , as impressões monocromáticas e a reduzida dimensão ( uma única folha com duas dobras para um total de 4 páginas). As respectivas publicações multiplicaram-se nos anos 50. Referimo-nos a “Colecção Audácia”, “Colecção Grilo”, “Colecção Condor” e “Condor Popular”. E não tiveram vida fácil, a maior parte delas com arranques prematuros , suspensões e mesmo proibições e em geral muito vigiadas pela CLEM. Nem sempre é fácil reconstituir o percurso de tais publicações, designadamente as datas reais de publicação e circulação no mercado<sup>991</sup> .

Um dos exemplos paradigmáticos da atitude dos nossos censores infanto-juvenis para com esta nova realidade editorial foi a argumentação utilizada para suspender uma das versões da “ Colecção Grilo”<sup>992</sup> que tinha entretanto começado a circular a coberto da ideia de que

---

<sup>990</sup> Vide Joaquim Vieira, *Portugal Século XX, Crónica em Imagens 1950-1960*, [...]pp. 145-147.

<sup>991</sup> As referidas publicações não eram datadas . Seguimos as indicações que constam de A.J.Ferreira, *O Jornal Infantil Português Ilustrado*[...] 1949-1954 e 1955- 1961

<sup>992</sup> " Colecção Grilo" bi-semanal, 17x13 cm ,início provável em 31/3/1956 e fim no nº 64 em data não identificada. A.J.Ferreira, *O Jornal Infantil Português Ilustrado, 1955-1961* [...]p. 13 Uma versão de “ O Grilo” quinzenário infantil apresentada em 1952 foi indeferida pela Censura . No requerimento inicial a APR apresenta uma maquete da revista com a particularidade de apresentar a capa e uma das páginas de uma aventura intitulada “Viriato , O primeiro lusitano” ilustradas por Vítor Péon . Vide

tratando-se de “ fascículos” não deveriam prevalecer as exigências censórias quanto às publicações periódicas infanto-juvenis . Lê-se na informação da CLEM : “Esta publicação pela circunstância de se compor de quadrinhos e outras assume a forma de “ publicação destinada à infância” pelo que está sujeita à jurisdição desta Comissão em virtude do disposto no art. 19º do Decreto lei nº 38964. Tendo saído a público fora da obediência às normas legais( esta colecção é o double face duma outra chamada AUDÁCIA) pretende a firma empresária dar-lhe foros de legalidade, propondo nome para Director e Editor. Em primeiro lugar é necessário fazer-se prova da idoneidade moral e literária do editor e do director, o que esqueceu à firma requerente. Em 2º lugar a publicação em causa não obedece às condições constantes das instruções desta Comissão de 18 de Outubro de 1955 nem às normas que subsequentemente se publicaram. Acresce que nem ao menos tem a dignidade física de qualquer revista. Não conhecemos nenhuma revista que seja apenas uma folha. A empresa chama-lhe também fascículo. Fascículo de que obra? Também fascículo não é. A publicação em referência cabe muito bem num livro escolar ; e de fácil aquisição em virtude do preço , constitui uma tentação à desatenção dos alunos nas aulas, pelo que tal qual se apresenta não merece permissão para publicar-se “<sup>993</sup>. A Direcção dos Censura acompanhará o parecer da CLEM , como habitualmente, e a revista ficou proibida a partir de 11/7/1956. O último número publicado foi o nº 44.

A “ Colecção Audácia”<sup>994</sup> parece ter percorrido a mesma via sacra da sua gémea “Colecção Grilo”, mas com um resultado final mais animador. Aliás, começou por se sujeitar às prévias verificações censórias como fascículos semanais que se arrumavam em volumes. E há registo do acompanhamento da série desde 1953 por parte da CLEM. Obras de José Luís Salinas, aventuras de “Mandrake”, “Tim Tyler” ou “Jonhy Hazard” são propostas para publicação. Em geral recebem pareceres positivos com algumas excepções . Por exemplo a aventura “ Mandrake e os monstros” é comentado por Moreira das Neves : “ Apenas tolerável. O editor deve evitar histórias deste género “monstruoso” que é pelo menos de mau gosto”<sup>995</sup> . Mais tarde em 1956, após interrupção da sua

---

PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 718.

<sup>993</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 728 Proc. nº 403 “ Colecção Grilo”. Informação de Antonino Pestana aprovada em reunião da CLEM de 10/7/1956.

<sup>994</sup> Vide A.J. Ferreira, *O Jornal infantil português ilustrado, 1949-1954*[...]p. 47 . “ Colecção Audácia” formato 22x15 cm. semanal, Início 12/1/1954 e fim 19/2/1957 no nº 32 do 5º volume

<sup>995</sup> Vide PT/SGPCM/ CMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*. Arquivador. “ Comissão para a Literatura e

publicação , a “Audácia” é analisada na perspectiva da candidatura a semanário infantil, tendo que cumprir com as exigências que a CLEM lhe impõe como nova publicação , quer quanto à idoneidade do director e editor, quer quanto à garantia bancária a prestar. A CLEM intima a APR a cumprir o disposto na al. VII do nº 2 da Circular de 18/10/1955 da referida Comissão alegando que no exemplar colocado à sua disposição não reconhece o cumprimento de tais requisitos. Trata-se , como vimos, de fazer prevalecer as temáticas nacionais-católicas da História de Portugal . Em resposta a APR acolhe a recomendação : “ Julgamos nosso dever informar V.Exa de que nos comprometemos a publicar de futuro entre algumas histórias de procedência estrangeira absolutamente inofensivas á moral , outras de carácter instrutivo e patriótico exaltando os feitos gloriosos de santos e heróis portugueses, dando por essa forma uma feição didáctica a esta nossa publicação”<sup>996</sup>

Finalmente o mensário “Colecção Condor” e o semanário “ Condor Popular” , assentes ambas na mesma filosofia fascicular, estrearam-se após o “Mundo de Aventuras” em 1951 e 1955 respectivamente e viveram em permanente controvérsia com a CLEM. No caso da “Colecção Condor”<sup>997</sup>, uma espécie de versão de luxo do “Mundo de Aventuras”, quer pela número de páginas quer pelo preço ( 2\$50) , mas que publicava essencialmente as mesmas importações de “ comics” norte-americanos, com a única diferença de que cada número comportava apenas histórias completas, o zelo censório envolveu quase todas as dimensões de actuação da CLEM e ainda a apreensão de exemplares em circulação pelas tabacarias, quiosques e livrarias do país. Registem-se as principais ocorrências , naturalmente sustentadas em informações dos membros da CLEM , aprovadas em reuniões desta e que , em todos os casos e sem excepção, mereceram a concordância da Direcção dos Serviços de Censura.

As hostilidades inauguram com o nº 32 de Dezembro de 1953 em que numa apreciação global Moreira das Neves alerta o editor de que a publicação “ deve melhorar a sua orientação num sentido pedagógico que se integre no espírito da lei reguladora da Literatura infantil ”<sup>998</sup>. No número seguinte de Janeiro de 1954 uma das proposta histórias

---

Espectáculos para Menores”. Parecer de Moreira das Neves de 15/3/1955 aprovado em reunião da CLEM de 15/3/1955

<sup>996</sup> Vide Carta da Gerência da Agência Portuguesa de Revista( assinatura ilegível) ao Director dos Serviços de Censura datada de 10/8/1956. Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 699 Processo nº 851 “ Colecção Audácia”

<sup>997</sup> Vide A.J, Ferreira, *O jornal infantil português Ilustrado, 1949-1954[...]* p. 25. Dimensão 22x15 cm. Iniciou-se a 1/4/1951 e terminou a 13/7/1956.

<sup>998</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* . Pasta Direcção dos Serviços de Censura . “ Colecção

, a adaptação portuguesa de “The Sword and the Calendar” é proibida enquanto que “ Vingador Solitário” e “ Sargento da Polícia Montada Canadiana” autorizadas se bem que com a indicação de que “ pertencem a um género a que esta comissão tem reconhecido certos inconvenientes”. A proibição de “ The Sword and the Calendar” é justificada nos seguintes termos : “ embora na adaptação portuguesa tenham procurado emprestar-lhe um carácter moralizador que o original inglês não comporta, o certo é que , na essência, o que se nos depara é isto : a luta desigual entre um homem dissoluto e sem escrúpulos , mas talvez em vias de regeneração, e outro ambicioso, perverso e altamente astucioso. Que este último leve a melhor como sucede com o original ou morra em luta com o primeiro que por sua vez morre também tal como resulta do arranjo feito pelos adaptadores portugueses, não altera substancialmente o carácter desedificante da novela”<sup>999</sup>.

No nº 34 uma das histórias “ A Varinha mágica” é proibida “ visto que pode induzir as crianças a acreditarem em artes de magia e em aparições (...) geradas pelo sentimento de culpa”<sup>1000</sup>. No nº35 os censores nada encontram quanto ao conteúdo mas suscitam-se “ reservas quanto ao corpo da composição por ser demasiado pequeno” ainda que excepcionalmente se autorize a publicação <sup>1001</sup>. No nº 36 volta a suscitar-se a questão do tamanho do corpo das legendas e textos e formula-se uma recomendação geral : “ escolher assuntos de cujos leitores resulte alguma utilidade para os leitores”<sup>1002</sup>.

O nº 40 de Julho de 1954 é objecto de uma extensa apreciação que incide sobre questões de natureza gramatical e erros de tradução . Vale a pena reproduzir a informação da CLEM cuja autoria infelizmente não surge identificada : “ É impossível conceder autorização sem que sejam corrigidos os numerosos erros destas traduções e da gramática da redacção. Tanto no “ Segredo de Ravillac” como em “ Os donos do Yemen” estes erros consistem sobretudo em faltas de concordância por vezes chocantes e indesculpáveis, no que respeita às pessoas gramaticais. “ É preciso que encontres e dar-

---

Condor” . Informação de Moreira das Neves datada de 10/12/1953 aprovada em reunião da CLEM do mesmo dia.

<sup>999</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* . Pasta Direcção dos Serviços de Censura . “ Colecção Condor”. Informação da CLEM de 27/12/1953 ( *ass.ilegível*)

<sup>1000</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Pasta Direcção dos Serviços de Censura . “ Colecção Condor”.Informação da CLEM datada de 30/1/1954( *ass. ilegível*)

<sup>1001</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Pasta Direcção dos Serviços de Censura . “ Colecção Condor”.Informação da CLEM datada de 9/3/1954 , J. Gomes Branco.

<sup>1002</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Pasta Direcção dos Serviços de Censura . “ Colecção Condor”.Informação da CLEM datada de 25/3/1954 aprovada no mesmo dia. J. Gomes Branco

lhe-eis” (pag.1) “ Podereis ver. Será a tua última viagem”( pag. 13) e outros erros semelhantes , são inadmissíveis e particularmente perniciosos em literatura infantil e juvenil. Também se não pode admitir “ interceder a quem de direito” (pag. 9). Vários erros vão apontados e corrigidos nas provas. Por seu lado a tradução á letra do francês dá disparates que se não podem autorizar. Assim “ quelqu’un a pag. 14 não pode ser traduzido por “ qualquer um “. Neste sítio só se pode traduzir por “ alguém”. O navio que fugia roncando “ comme se levait le soleil” não se traduz por “ roncando como se levantasse o sol” , mas sim “ enquanto se levantava o sol”.” Mon Père” nos casos em que se emprega não se traduz por “ Meu pai” , mas sim por “ Meu padre”. Outras imperfeições não anotadas à margem das provas, entre as quais “ essence” que neste lugar significa “ gasolina” e não essência que em português quer dizer outra coisa”<sup>1003</sup>

O episódio seguinte é mais grave já que se reconduz à apreensão da revista nº 44 de Fevereiro de 1955 . Segundo se deduz da informação da CLEM a referida publicação para além de conter “ matéria censurável”, que contudo se não identifica , não terá sido sujeita a censura prévia. O passo seguintes nestas condições obtida a concordância da Direcção dos Serviços de Censura quanto à decisão de apreensão da publicação, seria a notificação das autoridades policiais , normalmente a PIDE , para que junto dos locais onde a revista pudesse encontrar-se à venda proceder à sua apreensão. Assim ocorreu com a PIDE a remeter à Direcção dos Serviços de Censura vários exemplares apreendidos em livrarias e quiosques do país inteiro <sup>1004</sup>( Documento AF))

O último exemplo deste activo policiamento da CLEM a uma das publicações do universo da APR é nos dado pela censura ao nº 52 de Outubro de 1955 do periódico “Colecção Condor” . As objecções respeitam a :

“ pag. 3 –gravura aterrorizante absolutamente de condenar em publicações juvenis;

pag.15 –expressão de índole inteiramente estranha à nossa língua e expressões semelhantes a pag. 29;

pág. 17- designação em inglês ( sheriff’s office) que figura numa tabuleta;

---

<sup>1003</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Pasta. Direcção dos Serviços de Censura . “ Colecção Condor”. Informação da CLEM aprovada em reunião de 27/7/1954

<sup>1004</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Pasta. Direcção dos Serviços de Censura . “ Colecção Condor”. Ofício Confidencial nº 1448-S.R datado de 12/3/1955 no qual a PIDE informa o Director dos Serviços de Censura de exemplares apreendidos em várias livrarias de Lisboa.

págs. 22 e 23 – gravuras excessivamente pequenas”<sup>1005</sup>.

Também a “ Condor Popular” ou “ Colecção Condor Popular”<sup>1006</sup>, outra iniciativa de pequeno formato em modo de fascículos é severamente policiada pela CLEM. O compêndio de recomendações e proibições que já havia sido utilizado nas restantes publicações volta aqui a ser utilizado. Não admira já que no essencial a origem das “ histórias em quadrinhos” deste “ pequeno formato” é a mesma : “King Features Syndicate”. Assim , a par da acentuação da campanha de nacionalização ou aporuguesamento das personagens é dado especial relevo ao tema da “ violência”. Na análise da “Colecção Condor” nº 7 ( 3º vol) Moreira das Neves impõe a substituição dos nomes estrangeiros pelos portugueses<sup>1007</sup> e no número seguinte Cortês Pinto é ainda mais explícito : “ Previna-se a empresa de que se deverá emendar o nome de Pedro Nunez por Pedro Nunes nos números que seguirem. Também Gomez deve ser substituída por Gomes. Não se compreende que nem mesmo no Brasil não haja portugueses para figurar nos contos”<sup>1008</sup>. Alguns números posteriores como os nºs 9 e 10 são proibidos. O fundamento é “ histórias de gangsters com personagens demasiado violentas e descrição de ambientes de crime e jogo “<sup>1009</sup>.

A conclusão do vogal da CLEM é a de que perante o comportamento da direcção da revista “ Condor” esta passe “ imediatamente ao regime de censura prévia”. Solução aliás preconizada por Moreira das Neves, no Relatório de 1953, para todas as publicações infanto-juvenis, embora tendo como indistigado alvo as iniciativas editoriais da Agência Portuguesa de Revistas . Na verdade e ao que resulta de um ofício da Direcção dos Serviços de Censura dirigido a Aguiar & Dias Lda, datado de 28 de Julho de 1954 a revista terá a dada altura beneficiado de um regime mais generoso tendo ficado isenta de

---

<sup>1005</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*. Pasta .Direcção dos Serviços de Censura . “ Colecção Condor”. Informação datada de 17/10/1955( ass. ilegível) aprovada em reunião do mesmo dia da CLEM,

<sup>1006</sup> A designação da Direcção dos Serviços de Censura e da CLEM é a de “ Condor Popular” mas a revista ostentava na capa, pelo menos no seu início, a designação “ Colecção Condor Popular”. Cada número tinha 32 páginas e dimensão 15x11 cm . iniciou-se a 6/1/1955 e terminou a 1/4/1972. Vide A.J Ferreira , *O Jornal Infantil português Ilustrado , 1955-1961 [...] p. 3*

<sup>1007</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* .Pasta .Direcção dos Serviços de Censura. “ Condor Popular” Informação datada de 7/6/1955 aprovada em reunião da CLEM do mesmo dia .

<sup>1008</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* .Pasta .Direcção dos Serviços de Censura. “ Condor Popular”. Informação de 7/6/1955 .

<sup>1009</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* .Pasta. Direcção dos Serviços de Censura. “ Condor Popular” Informação datada de 2/11/1955 aprovada em reunião da CLEM do mesmo dia.



censura prévia<sup>1010</sup> . Importa contudo recordar que estas quatro publicações , a saber “ Colecção Grilo”, “ Colecção Audácia”” Colecção Condor “ e Condor Popular”, terão, num momento inicial, tentado escapar às exigência do Decreto Lei nº 22.469 de 11/4/1933 e do Decreto Lei 26.589 de 14/5/1936 ambos aplicáveis por força do art. 19º do Decreto Lei 38964 de 27/10/1952. Ou seja, fugirem a uma vigilância mais apertada , designadamente a “ censura prévia” , a pretexto de se auto-intitularem “ fascículos”. Essa designação estava associada a outras características : a numeração das revistas não era contínua de modo que um certo número de fascículos constituía um volume , não indicavam a periodicidade e tão pouco a data( dia , semana ou mês da sua publicação). Ou seja a APR terá tentado fazer circular as referidas revistas como publicações não periódicas e para dessa forma escaparem aos requisitos legais designadamente a indicação de director e editor que merecessem a confiança da Censura sob a forma eufemística de “ idoneidade literária”, terem a necessária garantia bancária e um plano apresentada pela Direcção com indicação “ do que tem em mente com a sua publicação”. Recorde-se que essa estratégia foi empreendida com sucesso nos anos 60 a propósito de “ O Mosquito” dirigido por José Ruy Pinto . E na realidade a CLEM a data altura, já no ano de 1956 decide propor à Direcção dos Serviços de Censura a suspensão da “ Condor”, “ Condor Popular” , “ Colecção Audácia” e “Colecção Grilo”, iniciativa que é aceite por aquela<sup>1011</sup> . O propósito era muito claro . Dar resposta às dúvidas que se iam somando na CLEM e que o vogal J. Gomes Branco enuncia a propósito do “Condor Popular” : “ dada a continuidade da Colecção parece tratar-se duma publicação periódica. Terá a respectiva autorização ? “<sup>1012</sup> A suspensão concretizou-se por alguns meses , por forma a que a APR se visse forçada a legalizar as publicações , de acordo com o rótulo “ revistas periódicas infantis” caso prendesse continuar a editá-las . Isto pese embora a Agência Portuguesa de Revistas tivesse reiteradamente protestado “ pelos vários e grandes prejuízos “ solicitando

---

<sup>1010</sup> É o que parece resultar do teor do referido ofício “ o Ex.mo Presidente da Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores encarrega-me de solicitar a V.Exa se digne enviar a esta Direcção um exemplar de cada número a sair da Colecção Condor” Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Pasta .Direcção dos Serviços de Censura . “ Colecção Condor” .

<sup>1011</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Pasta. Direcção dos Serviços de Censura . “ Colecção Condor”. Ofício da Direcção dos Serviços de Censura datado de 3/7/1956 dirigido a Aguiar & Dias

<sup>1012</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* .Pasta .Direcção dos Serviços de Censura. “ Condor Popular” Informação da CLEM, datada de 26/6/1956 sobre “ Condor Popular” 8º vol. Nºs 9 e 10. Vide também PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 562. Processo nº6/I “ Condor Popular”

“ a publicação das mesmas” até o caso ficar regularizado, até porque, insiste Mário de Aguiar , “ não deixam de ser livros em fascículos”<sup>1013</sup> Mas a verdade é que apenas uma única destas revistas sobreviveu à intervenção da CLEM/ Censura . Assim a “Colecção Condor” não viria mais a ser publicada sendo o seu último número de 1956<sup>1014</sup>, o mesmo aconteceu com Colecção Grilo” que edita em 1956 o seu último número e a “Colecção Audácia” “ terminaria os seus dias em 1957. Só o “ Condor Popular” retomou a sua publicação em Janeiro de 1957 e publicou-se , com algum sucesso, até 1972 ( nº 10 do vol. 88) mantendo o seu tradicional formato de 15x11 cm .

Em compensação uma outra publicação da Agência Portuguesa de Revistas fez o seu percurso sem grandes contrariedades censórias , a “Colecção Tigre”. O seu nº 1 saiu em Abril de 1955 e o último número ( nº 96) terminou em Julho de 1963 . Tratava-se de um mensário com capa em quadricromia, com 64 páginas e ao preço de 4\$00. Publicou histórias completas e caracterizou-se por capas graficamente cuidados, algumas da autoria de desenhadores portugueses . Filipe Figueiredo , por exemplo, desenhou as capas dos primeiros 7 números. Há com esta publicação uma particularidade. O seu nº 3 exibia na capa a aventura de Flash Gordon “ O País do Esquecimento”. Acontece termos localizado nos Arquivos a “ maqueta” da referida história , a informação da CLEM sobre a mesma e o despacho final da Direcção dos Serviços de Censura . A história é proibida com o seguinte fundamento : “ história de uma fantasia absurda . Inconvenientes para menores. Merecem reservas também certas imagens mais sugestivas”<sup>1015</sup>. Acontece que o referido número está disponível na Biblioteca Nacional tudo levando a crer ter entrado no circuito comercial. O que terá acontecido ? Não sabemos. É apenas possível dar nota de que algumas edições proibidas num primeiro momento pela CLEM, sobretudo nos anos 50, acabaram por ser reeditadas mais tarde nos anos 60. Será este um dos casos ?

Por ora importa concluir que as publicações da APR estiveram efectivamente no centro da tempestade censória nos anos 50 . Sobre elas se exerceu uma estratégia de intimidação que fez estragos significativos. O que não significa que outras também não o sentissem, mas apesar de tudo de forma bem mais ligeira como vamos ver .

---

<sup>1013</sup> Vide PT/SGPCM/ GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*. Pasta. Direcção dos Serviços de Censura. “ Condor Popular”. Carta de Mário de Aguiar em nome da APR datada de 9/7/1956 dirigida ao Director dos Serviços de Censura

<sup>1014</sup> A.J. Ferreira refere que o último número é o 61 e a data de depósito na Biblioteca Nacional é 13/7/1956. vide *O Jornal Infantil português Ilustrado, 1949-1954[...]* p. 25

<sup>1015</sup> Vide PT/ANTT. *Secretariado Nacional da Informação/ Inspeção Geral das Actividades Culturais*. ND 789. Livros Infantis. Proc, nº 464. Informação da CLEM ( ass.ilegível) . Aprovado em reunião da CLEM de 7/11/1955 . Direcção dos Serviços de Censura. Proibido, 8/11/1955

### **6.3.5. Os " pequenos independentes " : Titã ( 1954-1955), " Flecha" ( 1954-1955) " Pimpão" ( 1955) e Valente ( 1956-1957))**

Enquanto que o “Mundo de Aventuras” se aproximava da tempestade censória, como vimos antes, do mesmo passo que se tornava um fenómeno de vendas e um sucesso empresarial, o responsável desse mesmo sucesso – que se traduziu , no fundo, em dar a conhecer aos jovens portugueses as emocionantes aventuras das BDs norte-americanas da época- Roussado Pinto decide sair da Agência Portuguesa de Revistas e, trazendo consigo Vítor Péon , lança-se em novos projectos editoriais o principal deles o semanário juvenil “Titã”<sup>1016</sup> a que se seguiu com uma delonga de escassas semanas a revista “ Flecha” . Um ano depois Roussado Pinto lançar-se-á em mais uma frustrada tentativa , a revista “ Valente” ( 1956), enquanto que será também nesse ano que verá a luz do dia o também efémero “ Pimpão”.

A estas publicações , por serem o resultado de isolados e pequenos projectos empresariais, em confronto com a poderosa Agência Portuguesa de Revistas e a não menos poderosa Empresa Nacional de Publicidade, deu-lhes António Dias de Deus a designação de “ pequenos independentes”<sup>1017</sup>

A curta vida destas publicações nas suas relações com a Censura está apesar de tudo relativamente bem documentada e complementa com riqueza de incidentes o paradigma da actuação da CLEM na época que vimos analisando.

O 1º número da revista Titã tem a data de 12 de Outubro de 1954( embora não se saiba se foi essa a data do início da sua efectiva circulação nas bancas) , com 12 páginas , dimensão de 245x 345 mm - próxima do semanário infantil "Senhor Doutor" que havia surgido 20 anos antes- e pelo preço de 2\$00. Os seus proprietários eram a Fomento de Publicações Lda<sup>1018</sup> com sede na Rua Capelo 26 -2º em Lisboa, onde também se localizava a Redacção e a Administração. O seu primeiro Director foi José da Costa

---

<sup>1016</sup> Vide Ricardo Leite Pinto, “ Titã , Uma aventura gráfica singular”. *Boletim do Clube Português de Banda Desenhada*, nº 143 , Fevereiro, 2017, pp.6-18

<sup>1017</sup> Vide António Dias de Deus, *Os “ comics “ em Portugal [...]*. p. 215.

<sup>1018</sup> A Empresa editou a revista Titã, a sua parceira Flecha, e anda muitos outros coleccionáveis em livros, separatas e opúsculos .

Pessoa ( Vinhais), o Editor responsável António Feio<sup>1019</sup> e o redactor principal Roussado Pinto. Contudo a partir do Nº 6 e até ao fim da revista , no nº 42 de 10 de Agosto de 1955, o Director passou a ser definitivamente Roussado Pinto.

Não se conhecem as razões da substituição na Direcção da revista nem tão pouco porque não assumiu desde logo Roussado Pinto a sua formal direcção. Na realidade o projecto do semanário havia sido por ele idealizado , para o qual chamou como colaborador Vítor Péon, seu companheiro das mesmas lides desde o tempo de “O Pluto” em 1945 e seu colega no “ Mundo de Aventuras” como vimos antes. É provável que o nome de José da Costa Pessoa( Vinhais) abrisse mais portas junto da Censura e da CLEM. Mas não há qualquer prova nesse sentido.

A verdade é que o processo de lançamento da revista é conturbado. A formalização administrativa da autorização da revista dá entrada nos serviços de censura a 30 de Setembro de 1954<sup>1020</sup>, mas a 12 de Outubro José da Costa Pessoa ( Vinhais) em carta dirigida à CLEPM dá conta do seguinte :

“ A sociedade editorial Fomento de Publicações Ld, que publica o quinzenário “Portugal Ilustrado” deseja iniciar a publicação e distribuição de algumas publicações juvenis.

Encontra-se já impressa uma denominada Titã e em preparação mais duas “ Flecha” , que sairá em breve e “ Selecções Juvenis” que sairá em Novembro próximo.

Estamos certos que se integram no pensamento dessa Ex.mª Comissão e todos os que trabalham nesta organização desejam fervorosamente prestar um serviço à Nação procurando interessar os adolescentes nos altos valores do espírito e da nossa história.

Desejamos por isso trabalhar o mais possível dentro do pensamento de V.Exa.

No entanto foi publicado o 1º número do Titã sem que essa Comissão se pronunciasse quanto ao título, lapso involuntário e pelo qual pedimos desculpas.

---

<sup>1019</sup>“ António Mendes Lopes Feio que assina literariamente António Feio”. Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 ( Processo nº 795 “ Titã”) Requerimento dirigido ao Director dos Serviços de Censura por António Feio declarando que “não é editor de qualquer outra publicação” datado de 14 de Outubro de 1954 .

<sup>1020</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 , Processo nº 795 “ Titã”. Requerimento de autorização do título junto dos serviços de censura apresentado pela Fomento de Publicações Lda. De 30 de Setembro de 1954.

Esperando que tais publicações mereçam a aprovação ...”<sup>1021</sup>

Alguns dias depois em nova carta dirigida à CLEM José da Costa Pessoa identifica as intenções da nova publicação e elabora uma espécie de programa de acção. Vale e pena reproduzir alguns passos da mesma :

“ É nossa intenção ao editarmos a “Titã” criar em Portugal um jornal juvenil diferente no aspecto e até na orientação.

No aspecto recorrendo a um sistema de impressão que mais garante um belo aspecto gráfico, utilizando para tal paginação larga não reduzindo os desenhos dando uma melhor forma de prosa.

Na orientação criar pela primeira vez em Portugal um jornal que não se subordine à mediocridade temática das histórias americanas que vêm impressionando negativamente a juventude apaixonada desta género de publicações. Assim

- se por um lado colocámos inteiramente de parte as histórias americanas, de sentido especulativo por inconveniente à psicologia juvenil,

- por outro procurámos adquirir histórias em países onde existe censura católica ( Espanha, França, Bélgica) garantindo desta maneira histórias de interesse e simultaneamente brancas para as tendências imaginativas e fantasiosas das crianças,

Além disso estamos a organizar um corpo de colaboradores nacionais que acabe com a total subordinação das nossas publicações aos padrões estrangeiros”

E conclui:

“ Definidas as directrizes da publicação e sendo nosso desejo não nos afastarmos da ética que regula os serviços dessa Comissão, solicitamos de V.Exas a isenção de Censura prévia para o “Titã” a exemplo do que acontece com publicações similares , pelas dificuldades e prejuízos que tal facto acarreta à saída e vida da publicação”<sup>1022</sup>

Se bem que o teor das preocupações dos responsáveis da nova revista faça sentido à luz do que se sabe ter ocorrido no "Mundo de Aventuras" o destino desta última pretensão “ a

<sup>1021</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 . Processo nº 795 “ Titã”.Carta em papel timbrado da Fomento de Publicações Lda, assinada por José da Costa Vinhais dirigida à CLEM datada de 12 de Outubro de 1954.

<sup>1022</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 Processo nº 795 “ Titã” Carta da Fomento de Publicações Lda assinada por José da Costa Pessoa ( Vinhais) dirigida ao presidente da CLEM datada de 19 de Outubro de 1954.

isenção da censura prévia “ não é claro. Na verdade parece que num primeiro momento a CLEM terá autorizada a publicação da Titã “ sem censura prévia confiando na aceitação das directrizes que verbalmente foram dadas aos seus Directores”<sup>1023</sup> mas a verdade é que no ofício que remete à Editora Fomento de Publicações autorizando a publicação do semanário informa que “ o referido semanário fica sujeito a censura prévia da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores” <sup>1024</sup>.

Parece contudo, pelas referências epistolográficas posteriores que a revista ficou sujeita a regime de “censura posterior”<sup>1025</sup>

Como quer que seja , com ou sem censura prévia, o certo é que o "Titã" será objecto de várias intervenções censórias como vamos ver. Curiosamente e ao invés de que acontecia com o “ Mundo de Aventuras” não existem reparos expressos quanto ao conteúdo das “ histórias em quadrinhos” ( sem embargo das indicações quanto a aspectos gráficos) mas sim quanto a textos de natureza religiosa...

Vimos antes a propósito do “Mundo de Aventuras” que uma das expressões de condicionamento censório, resultava dos vários procedimentos prévios de natureza administrativa, política e financeira que rodeavam a constituição das empresas editoriais e jornalísticas e a decisão de criar e divulgar um periódico juvenil ou infantil. Um deles prendia-se com as exigências de idoneidade “ moral, intelectual, cultural e políticas “ quer do director quer do editor da anunciada publicação. No caso vertente se é certo que o primeiro Director da publicação, José da Costa Pessoa ( Vinhais) não suscitou reparos ou exigência complementares já o mesmo não aconteceu com o seu substituto José Augusto Roussado Pinto. Para além dos habituais certificados de nascimento, de habilitações literárias, do atestado de residência e do sempre decisivo certificado da PIDE ( para os efeitos previstos no Dec.Lei nº 23317) onde na coluna da " Informação" se aguardava

---

<sup>1023</sup> Vide PT/ANTT.*Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 Processo nº 795 “ Titã” Informação da CLEM manuscrita com carimbo de Aprovação em reunião do dia 25(?) de Outubro de 1954.

<sup>1024</sup> Vide PT/ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 .Processo nº 795 “ Titã” Ofício datado de 23 de Outubro de 1954 do Secretário da Direcção dos Serviços de Censura ao Gerente de “ Fomento de Publicações Lda”. O referido ofício contém um carimbo na vertical que diz o seguinte : Entregar dois exemplares na Direcção dos Serviços de Censura . no mesmo dia em que puser em circulação”.

<sup>1025</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 Processo nº 795 “ Titã”. Ver carta dos serviços de censura datada de 25 de Novembro de 1954 dirigida ao Director da revista Titã na qual se refere dever o mesmo “ enviar à Ex.ma Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores , 2 exemplares da revista juvenil Titã , por cada número que sair , para censura posterior e arquivo” .

pelo carimbo " PIDE nada consta em seu desabono"<sup>1026</sup> o candidato a director juntou dezena e meia de recortes de artigos escritos para a imprensa ( que vão da política internacional " Nós e o senhor Nehru" , à reportagem social " Trapeiros" até ao relato histórico" Res no Verba") . Certamente para garantir a " idoneidade literária" ( posto que o mesmo só possuía o 2º grau do ensino primário elementar <sup>1027</sup>) do proposto novo Director mas também a sua "idoneidade moral " , o que, apesar de tudo não parece ter sido necessário no contexto da designação de José de Oliveira Cosme no " Mundo de Aventuras".

A 6 de Novembro de 1954 “ foi deferido o requerimento solicitando autorização para o Sr. José Augusto Roussado Pinto passar a exercer as funções da revista Titã em substituição do Sr. José da Costa Pessoa ( Vinhais)”<sup>1028</sup>

O registo possível permite afirmar que as intervenções censórias foram bem mais modestas do que no concorrente " Mundo de Aventuras". E não admira que assim tivesse sido dado que o projecto da revista visava expressamente afastar-se das " histórias em quadrados" americanas. E na realidade assim aconteceu , como vimos antes no capítulo 4.

Algumas advertências quanto ao corpo de letra utilizado em certas paginações ou em certos títulos são o que se regista de mais significativo<sup>1029</sup>.

Assim em parecer subscrito por J. Gomes Branco a CLEM dá parecer desfavorável ao " tipo empregado nas páginas 6 e 9 do número 10 "<sup>1030</sup>( Documento AG) e mais tarde em

---

<sup>1026</sup> Vide a título exemplificativo a ficha da PIDE de José Augusto Roussado Pinto para os efeitos previstos no Dec.Lei nº25 317 " fundação de uma publicação intitulada " Jornal do Cuto" de 13/2/1971. PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 610 " Jornal do Cuto"

<sup>1027</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado da Informação Nacional / Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 699 Certidão de habilitações literárias de José Augusto Roussado Pinto datada 6 de Maio de 1954 .

<sup>1028</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 Processo nºs 795 “ Titã”. Ofício do Secretário dos serviços de censura a Fomento de Publicações Lda, datada de 6 de Novembro de 1954.

<sup>1029</sup> Regista-se, outrossim , uma cominação por parte da Censura para o cumprimento do art. 4º da Lei de Imprensa, ou seja quanto à inserção em página adequada do nome do director, editor, proprietário e estabelecimento onde é impresso, que suscita da empresa proprietária a seguinte reacção : " como as capas são feitas em grupos de oito torna-se difícil manter o cabeçalho na 2ª página , pelo que pedimos nos seja dada autorização para o inserirmos na 3ª página". Em resposta a Direcção dos Serviços de Censura " autoriza a inserção do cabeçalho na 3ª página a título excepcional e provisório em vista as razões de ordem técnica apresentadas por V.Exa mas logo que seja possível alterar, isto é quando for impresso o seguinte grupo de capas espera-se que V.Exas insiram o cabeçalho nos termos do art. 4º da Lei de Imprensa" Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 ( Processo nº 795 “ Titã”). Carta da Fomento de Publicações de 25 de Março de 1955 e resposta da Direcção dos Serviços de Censura de 26 de Março de 1955.

Maio de 1955 o mesmo censor determina que " Não devem as palavras " Dan Dare" ter o relevo que lhes tem sido dado nos últimos números" mais acrescentando que " esta determinação deve ser cumprida a partir do próximo número"<sup>1031</sup>. Em um e outro dos casos tratar-se-ia de dar cumprimento às "Instruções sobre Literatura Infantil" de 1950, particularmente minuciosa em torno das questões gráficas, como vimos . Fica contudo por analisar , e nas conclusões regressaremos ao tema, da coerência destas intervenções censórias e mesmo a sua rigorosa adequação às normas que ela própria deveria fazer cumprir...

É contudo curioso verificar que com as objecções e dificuldades técnicas que estas intervenções sempre colocavam às revistas acabam sempre por ser ultrapassadas.

Em um e outro dos casos com mais ou menos dilação a ordem censória não deixou de cumprir-se , ainda que a "Fomento de Publicações" tenha alegado que, quanto ao relevo das palavras " Dan Dare" , " as capas executadas em rotogravura e fora do corpo do jornal são feitas em séries de maneira que neste momento estão prontas até à nº 36. No entanto a partir do nº 37 respeitaremos em absoluto a advertência que nos foi feita por V.Exa "<sup>1032</sup>. E na realidade o intrépido piloto espacial - seguramente uma das mais populares personagens da revista - que se manteve com grande destaque na capa da revista desde o nº 25 desaparece subitamente no nº 37, dando lugar a um mais discreto Lucky Logan ! Aliás o próprio aspecto gráfico da primeira página muda radicalmente a partir desse número.

Mas um outro aspecto de bem maior relevo na intervenção censória da CLEM junto do "Titã" deve ser analisado e teve que ver com matéria religiosa.

Na verdade e de acordo com o projecto inicial a revista para além das bandas desenhadas tratou de dar a temas da história cristã alguma importância. Nesse aspecto existe uma radical diferença entre de um lado o “Mundo de Aventuras” da sua primeira fase ( até

---

<sup>1030</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 Processo nºs 795 “ Titã” Parecer da CLEPM aprovado na reunião de 14 de Dezembro de 1954. Trata-se de legendas em " balões " relativas uma BD e ao conto de Roussado Pinto intitulado " Histórias que a rua esconde- O rapaz sentado no molhe" ( ver Documento AH) Exemplar junto ao respectivo processo censório.

<sup>1031</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 Processo nº 795 “ Titã”. Parecer aprovado na reunião de 24 de Maio de 1955, reportando à revista " Titã " nºs 31 de 18/5/1955.

<sup>1032</sup> Vide PT/ ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 Processo nº 795 “ Titã”. Carta de 26 de Maio de 1955 da Fomento de Publicações à Direcção dos Serviços de Censura. Deve salientar-se que em resposta a Direcção dos Serviços de Censura limita-se a indicar que " o Ex.mo Director dos Serviços de Censura não pode alterar a decisão tomada pela Exma Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores" , ofício de 27 de Maio de 1955.



1955 ) e as restantes publicações quer sejam o "Cavaleiro Andante" quer o "Titã". Enquanto estes últimos em maior ou menor grau destacam o papel da religião cristã e dão relevo a aspectos da história religiosa ( Bíblia, vidas de santos, efemérides) nas suas páginas, no que se aproximam marcadamente de algumas das preocupações da CLEM e dos dogmas salazaristas , o "Mundo de Aventuras" da fase identificada projecta um marcado e ostensivo laicismo.

Ora o semanário "Titã" decidiu publicar em episódios ilustrados vários relatos bíblicos começando no Antigo Testamento. Não sendo uma novidade absoluta em revistas juvenis não deixava de ser um empreendimento pouco comum sobretudo em face da dimensão dos textos e das ilustrações , e que se prolongou por muitos números da revista ( desde o nº 8 até ao nº 25) . A série foi uma importação franco-belga constituindo um todo com desenhos acompanhados de textos. Será de supor ter sido a tradução/ adaptação dos textos realizada por Roussado Pinto.

A CLEM decidiu a 9 de Março de 1955 que " de futuro qualquer história de carácter religioso a publicar pelo semanário, fica sujeita a censura prévia"<sup>1033</sup>. Em resposta a gerência da Fomento de Publicações Lda informou que " a única história religiosa que temos em publicação, " A Bíblia" já está impressa até ao número 23 do Titã e será previamente enviada à Censura a partir do nº 24" <sup>1034</sup>. E assim aconteceu quando dias depois é enviado para censura prévia o "texto da história " A Bíblia" a ser publicado nos nºs 24, 25 e 26". Sobre esse ofício o censor Moreira das Neves despacha " Pode imprimir-se " o que será aprovado em reunião de 22 de Fevereiro de 1955"<sup>1035</sup>( Documento AI) ) .

Fica sem se saber em rigor as razões da preocupação da CLEM relativamente aos textos de carácter religioso publicados pela revista. Lido o texto objecto de censura conclui-se que se trata de um relato factual de um dos mais sugestivos episódios do Antigo Testamento, a travessia do Mar Vermelho por Moisés e o seu povo. Mas o verdadeiro fundamento das preocupações da CLEM evidencia-se no contexto de

---

<sup>1033</sup> Vide PT/ ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 Processo nº 795 " Titã". Ofício do Secretário da Direcção de Serviços de Censura dirigida ao Director do Semanário Titã a 9 de Março de 1955.

<sup>1034</sup> Vide PT/ ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 Processo nº 795 " Titã" Carta da Fomento Publicações à Direcção dos Serviços de Censura datada de 12 de Março de 1955.

<sup>1035</sup> Vide PT/ ANTT *Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 546 Processo nºs 795 " Titã" Ofício de Fomento de Publicações à Direcção dos Serviços de Censura que tem em anexo 6 páginas do texto " A Biblia". Sobre esse ofício constam os carimbos da CLEM e da Direcção dos Serviços de Censura com informação de " Autorizado"..

uma intervenção similar em outra revista do mesmo proprietário e com o mesmo Director , o semanário “Flecha”.

Antes, porém, uma breve referência à publicação. Em rigor tratava-se de uma versão da revista "Titã" mais económica e com características bem mais modestas : a um preço de \$70 com 12 páginas e uma dimensão de metade da sua irmã maior.

No processo de autorização junto da CLEM consta a informação , similar à da "Titã" : " A Comissão informa que considera de autorizar a publicação da revista "Flecha" sem censura prévia confiando na aceitação das directrizes que verbalmente foram dadas aos seus Directores"<sup>1036</sup>. A revista iniciou a sua publicação a 21 de Outubro de 1954 e no essencial seguiu a política editorial da "Titã". Um misto de histórias britânicas e de aventuras franco-belgas ( "Clorofila", "Dan Cooper" e "Barelli"), seguramente aquisições realizadas em conjunto para ambas as publicações por parte da Fomento de Publicações . Contudo em ofício datado de 9 de Março de 1955 a Direcção dos Serviços de Censura informa o Director do Semanário “Flecha “ do seguinte :

" ...tendo a Ex.ma Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores verificado que a história de Moisés é de base racionalista e contrária aos ensinamentos bíblicos , determina que de futuro, qualquer história de carácter religioso a publicar por esse semanário fique sujeito a censura prévia"<sup>1037</sup>.

Na data em que a CLEM assinala esta preocupação a " história de Moisés" já havia concluído<sup>1038</sup>. Mas por aqui se explica a intervenção da Comissão no semanário "Titã, concretizada aliás na mesma data : o receio da apresentação de histórias religiosas de " base racionalista".

Na verdade o Censor que chama a si estas duas intervenções que comentamos é justamente Moreira das Neves.

Do conjunto de publicações desta época que foi possível analisar e que genericamente apelidámos de " pequenos independentes" a única que não foi da iniciativa de José Augusto Roussado Pinto foi " O Pimpão"<sup>1039</sup> . Tratou-se de uma publicação efémera tendo

---

<sup>1036</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 546 Processo nº 794" Flecha " . Parecer aprovado na reunião da CLEM de 19 de Outubro de 1954.

<sup>1037</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 546 Processo nº 794" Flecha " . Ofício da Direcção dos Serviços de Censura ao Director do Semanário Flecha de 9 de Março de 1955.

<sup>1038</sup> Vide PT/ ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de / Censura*. Cx. 546 Processo nº 794" Flecha " . Ofício de resposta da Fomento de Publicações à Direcção dos Serviços de Censura datada de 12 de Março de 1955.

<sup>1039</sup> Vide A.J. Ferreira, " O Pimpão " , *O Jornal infantil português ilustrado*, vol. 10 [...]pp. 10-11.

iniciado a sua publicação em Abril de 1955 e terminado 4 meses depois em Agosto desse mesmo ano. A dirigi-lo constava o nome de Maria das Dores Nascimento Silva e como proprietário José Rosa Rodrigues.

A colaboração é maioritariamente nacional sendo de destacar as aventuras desenhadas por José Manuel Soares e Eduardo Teixeira Coelho. Mas a revista explora o texto mais do que a imagem com vários contos, relatos históricos , curiosidades científicas e comentários de estilo paternalista dirigidos aos jovens<sup>1040</sup>.

O seu processo de constituição no confronto com a Censura não divergiu substancialmente das restantes publicações que já analisámos.

Assim ao pedido inicial de autorização para o nascimento de " O Pimpão" , a CLEM em parecer redigido pelo seu Presidente Serras e Silva sustenta o seguinte :

" Em principio nada tem esta Comissão a opor à publicação de uma revista juvenil que tem o título " O Pimpão"; Parece-lhe porém que deveriam ser tomadas as convenientes providências para que a nova revista não só não nada traga que possa prejudicar os seus possíveis leitores com venha a concorrer para a sua boa formação. Nesse sentido sugere a Comissão que ao proprietário e ao director da revista seja enviada a a circular anexa com o pedido de declararem se estão dispostos a seguir a orientação e as normas nele estabelecidas. Só depois de tomar conhecimento da resposta esta Comissão poderá dar o seu último parecer sobre o requerimento da publicação "<sup>1041</sup>

Contudo, sendo certo que proprietário e directora da revista juntaram ao processo declarações formais de que aceitam seguir as " orientações e normas" da circular referenciada pelo Director da CLEM<sup>1042</sup> a verdade é que tal formalismo se revelou insuficiente para confortar a decisão final da Comissão. Isso explica que por parecer aprovado dias depois a CLEM tenha solicitado a comparência da " requerente" , directora da revista , que " apresentará o texto dactilografado de dois números da projectada

---

<sup>1040</sup> Vide Sousa Santos e António Amaral "O Pimpão" Sousa Santos, coord. *História da BD Publicada em Portugal, 2ª parte*[...]p. 23

<sup>1041</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 746, Processo nº 826 " O Pimpão" Parecer aprovado na sessão da CLEM de 8 de Fevereiro de 1955.

<sup>1042</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 746, Processo nº 826 " O Pimpão" Declarações de José Rosa Rodrigues e Maria das Dores Nascimento Silva ambas de 11 de Fevereiro de 1955.

revista, plano geral a seguir, títulos das secções normais e outros elementos que possam elucidar a Comissão quanto ao nível da publicação"<sup>1043</sup>

E foi só após essa diligência que em sessão de 12 de Abril de 1955 em parecer redigido por Moreira das Neves a CLEM decide que " examinado o plano dos dois primeiros números da projectada revista "Pimpão" a Comissão é de parecer de quem em princípio é autorizada. O primeiro número deverá porém ser submetido em provas à censura desta Comissão"<sup>1044</sup>

A revista , como de disse, terá curta vida e não há registo no processo de intervenções censórias complementares. Contudo é de assinalar , os particulares cuidados postos pela CLEM no processo de nascimento da publicação em estudo.

Num ponto ainda " O Pimpão" releva para o nosso estudo. Justamente quando havia já deixado de surgir nas bancas ele releva também para a análise da actuação da Censura enquanto decisivo instrumento de pressão política na vida comercial e empresarial do mundo dos jornais e revistas. Não se trata de uma particularidade das publicações periódicas juvenis, é certo, mas é trazido aqui à colação nesse contexto e a título exemplificativo. É que um dos requisitos da proposta de criação de um novo título obrigava a que os proprietários do título constituíssem uma garantia bancária à Ordem da Direcção dos Serviços de Censura , que garantisse cobertura financeira aos gastos previsíveis com a nova publicação quer quanto aos custos gráficos de produção quer das remunerações dos colaboradores( incluindo direitos de autor) , por um período de seis meses da data do início da publicação. Uma medida inserida numa orientação de protecção estatal típico desta fase do salazarismo visando a estabilidades as relações económico -laborais pela verificação de um mínimo de capacidade económico-financeira de quem se aventurava pelo campo da imprensa. O certo é que confirmado o insucesso comercial da aventura editorial esperar-se-ia que os mecanismos habituais da regulação da actividade comercial e na insuficiência destes a justiça resolvessem o que haveria a resolver ... Assim seria com efeito num regime democrático e liberal. Mas não no Estado Novo. O caso vertente dá-nos um exemplo. Uma das firmas que terá executado trabalhos gráficos para o proprietário de " O Pimpão" queixa-se de que este lhe terá ficado a dever "

---

<sup>1043</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação. Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 746 Processo nº 826 " O Pimpão" . Informação/ parecer aprovado na reunião da CLEM de 15 de Fevereiro de 1955.

<sup>1044</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 746, Processo nº 826 " O Pimpão" . Parecer manuscrito de Moreira das Neves aprovado na reunião da CLEPM de 12 de Abril de 1955 .

10.773\$00 (...) proveniente de vários trabalhos de gravura". E alerta desde logo o Director dos Serviços de Censura " esperando dever a V.Exa o favor da vossa comunicação para o caso de ser necessário qualquer requerimento para o seu recebimento "<sup>1045</sup>. A referida firma acabou, alguns meses depois, por requerer formalmente a intervenção da Censura acreditando no " bom êxito nas providências de V.Exa no sentido da referida cobrança". A Censura notificou o proprietário de " O Pimpão" para se pronunciar sob pena de nada fazendo dar-se como provado o crédito do requerente e pagar-se o valor em disputa por meio " da caução desse jornal à ordem da Direcção dos Serviços de Censura"<sup>1046</sup>A verdade é que 5 dias depois a empresa alegadamente credora do proprietário de " O Pimpão" vem informar o Director dos Serviços de Censura de " que ficaram saldadas todas as nossas contas pelo que desistimos da petição feita"<sup>1047</sup>

À rapidez com que a situação foi resolvida não terá sido certamente indiferente a intervenção dos serviços de Censura , naturalmente potenciada pela sua particular inserção no aparelho político do regime<sup>1048</sup>.

Finalmente a última das aventuras gráficas de José Augusto Roussado Pinto nos anos 50 foi o " jornal juvenil ilustrado " Valente". Inspirado provavelmente nas designações que se tornaram populares em França por esta época entre as publicações juvenis onde competiam os católicos " Coeurs Vaillants" e " Ames Vaillants" contra o comunista " Vaillant", o nosso " Valente " será sol de pouca dura publicando-se entre 3/12/1956 e 27/3/1957. Tratou-se de mais uma tentativa para disputar o terreno ocupado já pelo "Mundo de Aventuras" e o "Cavaleiro Andante". Vale a pena, como sinal do complexo

---

<sup>1045</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 746, Processo nº 826 " O Pimpão" . Carta do gerente da Foto-Indústria Lda, de 6 de Janeiro de 1956 que começa logo por referir " constando-nos que o jornal infantil " O Pimpão" vai acabar... " .

<sup>1046</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 746, Processo nº 826 " O Pimpão" . Ofício de 14 de Maio de 1956 da Direcção dos Serviços de Censura a José Rosa Rodrigues.

<sup>1047</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 746, Processo nº 826 " O Pimpão" . Carta do gerente da Foto-Indústria Lda ao Director dos Serviços de Censura de 19 de Maio de 1956.

<sup>1048</sup> Acresce a draconiana possibilidade da Censura suspender pura e simplesmente uma publicação que não regularizasse dívidas para com as tipografias. Vide o caso exemplificativo da " Revista Algarvia", um mensário regionalista suspenso em Junho de 1950 por não regularizar uma dívida para com a Tipografia Nascimento & Macedo , se bem que o director da publicação alegasse a pendência de " uma resolução judiciária" Vide PT/ ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 709 Processo nº 731 " " Revista Algarvia".O sistema de autorização prévia de novas publicações , pela exigência de pesadas cauções, é outra realidade que está associada a este tema, dado que a Censura utilizou esse procedimento para dificultar a criação de empresas editoriais e jornalísticas. vide José Barreto, " Censura" *Dicionário de História de Portugal ( Suplemento)* , vol. VII [...] p. 277.

contexto ideológico em que todas estas publicações pretendiam afirmar-se e da acentuação da deriva repressiva da CLEM , divulgar a declaração de intenções de José Augusto Roussado Pinto ao propor aos serviços da Censura, como " proprietário, director e editor" do semanário "Valente" :

" Este jornal seria feito segundo as melhores normas que orientam estas publicações :

1. Aspecto limpo sem grandes manchas de cor, de forma a não prejudicar o sentido visual dos rapazes;
2. Tipos de letra de fácil leitura;
3. Histórias sem violências especulativas e seleccionadas segundo dentro do espírito da nossa juventude, evitando originais que pelo enredo ou concepção estejam fora do âmbito latino;
4. histórias que pela sua fantasia ( não) possam adular a acção das coisas e acontecimentos que formam o mundo juvenil;
5. orientação de sentido construtivo visando o enaltecimento da Pátria, da religião católica, os deveres cívicos;
6. impressão a cores normais para evitar contrastes perniciosos à visão;
7. abundância de histórias humorísticas de forma desenvolver o sentido de optimismo da juventude;
8. ilustrações correctas quanto à execução , evitando modernismos, que deformam as expressões reais"<sup>1049</sup>

Como se disse, o semanário " Valente " não resistiu quatro meses sequer. Queixava-se amargamente Roussado Pinto ao Director dos serviços de Censura : " Sobre a suspensão do jornal " Valente" do qual sou Director e Proprietário informo que foi motivada em virtude de estar a sofrer prejuízo. Como expuz oportunamente tentei apresentar um jornal sem histórias americanas, sem futebol em separatas ou suplementos, mais dentro das características que possam "formar " a juventude, incluindo construções de armar, histórias sem legendas ( balões) , aventuras de sentido europeu, conselhos, etc, mas está

---

<sup>1049</sup> Vide PT/ ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 699 . Processo nº 857 " Valente" Requerimento de José Augusto Roussado Pinto datado de 2 de Novembro de 1956 dirigido ao Director dos Serviços de Censura.

provado que tais intenções não receberam o aplauso dos rapazes que logo o puzeram de parte"<sup>1050</sup> (Documento AJ)

Mas o que o Director do extinto semanário "Valente" pretendia verdadeiramente transmitir à Censura e à CLEM era outra coisa : jornais ao gosto da CLEM não recebem o "aplausos dos rapazes"...

### 6.3.6. O caso das “ Selecções Juvenis”

Para encerrarmos o período cronológico coincidente com a presidência de Serras e Silva e que representa a fase mais activa da CLEM damos conta de um episódio que resume à saciedade a filosofia que presidiu a este período. A dada altura a "Fomento de Publicações" avançou com um projecto que nunca chegou a ver a luz do dia e que a vingar seria certamente original : um diário de carácter juvenil.

O projecto , apresentado à Censura em 2 de Dezembro de 1954, apresentava-se contemporâneo do "Titã" e da "Flecha" e propunha como Director o mesmo José Augusto Roussado Pinto. Juntava-se inclusive uma maqueta gráfica do nº1 , desenhada a lápis – (Documento AK) -É provável que tenha sido concebida por Vítor Péon, o qual , como vimos, se associou desde o início aos projectos juvenis da "Fomento de Publicações".

Não deixa de ser significativa a reacção ao projecto por parte da CLEM , porque , no fundo, mais do que em qualquer outro caso visto até agora , revela a sua verdadeira o essencial da sua estratégia censória .

A resposta da CLEPM assinada pelo seu Presidente, Serras e Silva, é taxativa e fulminante :

"...a publicação dum diário infantil teria o inconveniente de tornar diária a perturbação , semanal, que as revista infantis em geral causam no espírito das criança das escolas e que é reconhecida por todos os que ensinam.

A proibição da publicação diária não se entende apenas com a revista que ora se pretende publicar mas com todas qualquer que seja a sua procedência"<sup>1051</sup>( Documento AL )

---

<sup>1050</sup> Vide PT/ ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 699 Processo nº 857 "Valente". Carta de José Augusto Roussado Pinto ao Director dos Serviços de Censura datada de 5 de Julho de 1957.

Insatisfeita a "Fomento de Publicações" voltou a insistir propondo o alargamento da periodicidade de diária para trissemanal . A resposta não se alterou :

" Não convém publicar revistas infantis mais de uma vez por semana, mas que as existentes melhorem o seu conteúdo em ordem à formação do público infantil "<sup>1052</sup>

### **6.3.7. As publicações estrangeiras sob escrutínio severo**

Se é possível formular um balanço dos seis primeiros anos de vida das Comissões de censura especializadas infanto-juvenis e que coincidem com o mandato de Serras e Silva ele há de sempre conduzir a uma conclusão : foram os anos de maior intensidade das actuações de policiamento e controlo da imprensa infanto-juvenil afectando todas elas mas com particular relevo as da editora Agência Portuguesa de Revistas. Nestas , como vimos a acção repressiva da CLEM terá levado ao desaparecimento de alguns títulos e à alteração profunda do conteúdo dos sobreviventes. Contudo se compararmos a intervenção censória nas publicações portuguesas com aquela que se desenrolou com as revistas estrangeiras , haverá que reconhecer ter sido ela mais discreta nas primeiras e muito mais aguda nas últimas. Mas não surpreende que assim tenha sido à luz da estratégia da CLEM. Recorde-se que Moreira das Neves , por várias ocasiões , sempre se recusou a colocar em pé de igualdade as duas realidades. No relatório de 1953 nota que as revistas estrangeiras “ quase todas oferecem inconvenientes e algumas são nitidamente más” enquanto que as portuguesas não merecem juízo global tão crítico, se bem que quer o “Mundo de Aventuras” quer o “Cavaleiro Andante” não escapem à diatribe. E em actuações censórias concretas os membros da CLEM proibem em publicações estrangeiras o que se permitia

---

<sup>1051</sup> Vide PT/ ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx 698 " Selecções Juvenis" . Informação assinada por Serras e Silva que apresenta um despacho manuscrito no topo " Indeferido em conformidade com o parecer emitido pela CLEM esclarecendo-se que a proibição da publicação diária não se entende apenas com a revista que ora se pretende publicar mas com todas qualquer que seja a sua procedência" 3/1/55 ( assinatura ilegível) .

<sup>1052</sup> Vide PT/ ANTT *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 698 " Selecções Juvenis" . Informação manuscrita datada de 1/2/55 " Pelo Presidente da Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores" ( assinatura ilegível) aposta no requerimento da Fomento de Publicações de 20 de Janeiro de 1955.



em publicações portuguesas “ que gozam de mais ampla liberdade de expressão” <sup>1053</sup> dando a entender a existência de um critério mais benevolente para os editores nacionais. A verdade é que tal discrepância é evidente em alguns casos paradigmáticos. Se é certo que “ Batman”, “ Marvel” ou “Superman” se mostram ausentes quer em publicações nacionais quer estrangeiras até 1959 “ Tarzan” mantém-se activo no “Mundo de Aventuras” em 1954 no preciso momento em que edições francesas do homem das selvas são proibidas. E com base em razões objecto de especial teorização por parte da CLEM. Em qualquer caso veremos no capítulo final dedicada às estratégias censórias as concretas orientações tomadas pelos censores da CLEM sobre as publicações estrangeiras e que contributo elas poderiam ter na matéria .

Em qualquer caso da consulta de cerca de 150 processos relativos a revistas infantis ou juvenis estrangeiras proibidas , e que incluem essencialmente publicações do Brasil, França, EUA, México e Reino Unido<sup>1054</sup>, resulta que a esmagadora maioria da documentação reporta-se ao espaço temporal que vai de 1953 a 1956 e em muito menor quantidade alcança o ano de 1959<sup>1055</sup>.

Por outro lado a maioria das publicações infanto-juvenis importadas eram do Brasil o que bem se compreende atendendo à língua e aos destinatários .

Em meados dos anos 60 falava-se de “ meio milhão”<sup>1056</sup> de revistas brasileiras para jovens a entrarem em Portugal todos os meses. O número é insusceptível de verificação, mas é

---

<sup>1053</sup> Vide informação da CLEM com ass. ilegível de 18/10/1955 sobre “ O Globo Juvenil Mensal, nº 176 Setembro de 1955 PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Censura. Revistas infantis . Números Proibidos, Proc. nº 138 “ O Globo Juvenil Mensal”

<sup>1054</sup> De todas essas publicações parece terem sido as brasileiras as mais vigiadas, o que bem se compreende dada a identidade linguística. Em ofício datado de 13/9/1956 a distribuidora portuense “Livraria Latina Editora”, importadora das publicações editadas no Brasil pela “Rio Gráfica Editora” e “ Editora Brasil América” lamentava-se junto da Direcção dos Serviços de Censura de “ que “ a quase totalidade das revistas brasileiras que distribuimos em Portugal está subordinada ao regime de censura prévia”. PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*. Pasta . Ofícios Editoras.

<sup>1055</sup> Aliás a única intervenção documentada de Fernanda de Castro no processo censório de uma revista infanto-juvenil reporta-se à permissão da circulação da edição brasileira de “ Marvel” em Março de 1959 . Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*. Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Proc. nº142 “ Marvel Magazine”. Em Janeiro de 1959 a Direcção dos Serviços de Censura informava os distribuidores de revistas estrangeiras “ que foi levantada a interdição das revistas infantis “ Edgar Rice Burroughs-Tarzan” e “Superman”, que estavam interditas em qualquer língua”Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* . Pasta. Ofícios Editoras. Carta do Secretário da Direcção dos Serviços de Censura de 21/1/1959 ao Gerente da Livraria Latina no Porto.

<sup>1056</sup> Vide intervenção do Deputado Júlio Evangelista, *Diário das Sessões*, VIII Legislatura, nº 90 de 6 de Abril, Sessão nº 90 de 5/4/1963 pp. 2289-2290

inegável que esse sempre foi um tema que acompanhou quer a origem quer o auge quer depois o declínio do nosso momento censório infanto-juvenil .

As preocupações eram comuns quer aos censores e responsáveis das revistas portuguesas quer aos exportadores brasileiros e seus parceiros importadores portugueses mas por razões completamente opostas.

É nesse contexto se explicam as regulares manifestações de desagrado dos editores brasileiros junto das entidades diplomáticas portuguesas a esse propósito . Logo em 1951 a Direcção dos Serviços de Censura respondeu ao Director geral dos Negócios Políticos e Administração Interna do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros informando que “ alguns números de publicações de natureza infantil ou juvenil , designadamente o “Pato Donald”, “O Novo Gibi, “ Novo-O Globo Juvenil” Gibi Mensal”, “Biriba Mensal” , “ Robinson” e “ Shazan” têm sido proibidos , por parecer da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil, em obediência ao diploma aprovado pela Presidência do Conselho que junto tenho a honra de enviar a V.Exa”<sup>1057</sup> Três anos mais tarde a questão volta a colocar-se e uma vez mais a Direcção dos Serviços de Censura procura afastar o labéu de que o fundamento para a interdição das revistas brasileiras teria que ver com o facto de virem do Brasil : “ Estão de facto impedidos de circular no nosso país jornais e revistas brasileiros não por serem editados no Brasil ou pela sua atitude de agressividade para com o nosso País mas por serem tão somente abrangidos pelos preceitos legais “ acrescentando que “ A Censura proíbe a circulação de quaisquer publicações quer sejam editadas em Portugal quer no Brasil ou em qualquer outro país” que contribuam “ para a devastação da saúde física e moral da juventude”. E dá ainda nota de que as publicações infantis e juvenis que não mereceram o parecer favorável da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores o foram com base em critérios que levaram no Brasil o III Congresso de Jornalistas brasileiros a pronunciar-se, acerca das mesmas revistas , contra “ o carácter e a acção desnacionalizantes dessa literatura importada na sua quase totalidade e que está levando à anulação a difusão do folclore , da história e vida das figuras marcantes dos construtores da nacionalidade e dos nossos heróis e mártires , pensadores e artistas- ao mesmo tempo que os preços de “ dumping” de verdadeira invasão e corrupção ideológica da nossa pátria, condenaram ao ostracismo os artistas nacionais, especialmente

---

<sup>1057</sup> PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Arquivador . Censura . Correspondência ( 1950-1952) Exposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a Proibição em Portugal de jornais e revistas brasileiras. Carta do Director dos Serviços de Censura ao Director Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna, 1000/RE: Confidencial, 13/8/1951

no caso das histórias aos quadrinhos”<sup>1058</sup>. O momento é significativo já que se vivia no Brasil um momento de tensão contra os editores de “gibis” que vinha crescendo desde 1950 e que , liderada por educadores, padres, políticos e imprensa tinha como alvo as revistas editadas pela Ebal ou pelo Globo em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Uma campanha que suscitou amplo debate , várias propostas legislativas nos Parlamentos estaduais e no Senado pela nacionalização das revistas em quadrinhos e códigos de regulação interna à semelhança do “ Comics Code” americano. Ora eram justamente essas as mesmíssimas revistas exportadas para Portugal .

Dir-se-á que a acentuação censória entre 1950 e 1957 confirma os chamados “ anos de chumbo” , assim catalogados por corresponderem a uma das fases em que o Estado Novo retoma “ um certo arreganho político e ideológico”<sup>1059</sup> muito motivado pela fraqueza da oposição política debilitada pela ofensiva policial de 1949. O discurso “ anticomunista, corporativista , católico, nacionalista, ultramontano reaparecia em força na revisão constitucional aprovada em 1951 , nos Congresso da União Nacional nas falas da Assembleia Nacional”<sup>1060</sup> . É pois num ambiente de reafirmação do credo salazarista que a censura infanto-juvenil se sente particularmente à vontade , para mais escutando os ecos da campanha internacional que sobretudo no primeiro quinquénio da década de 50 ganha asas. O alinhamento político dos membros da CLEM nos anos 50 é claramente o da ultra direita do regime. E mesmo quando Salazar abre aos reformistas em 1955 convidando Marcelo Caetano para Ministro da Presidência a composição da CLEM não se altera. Na verdade só em 1957 Marcelo terá oportunidade de nomear a “ liberal” Fernanda de Castro para a Chefia da CLEM. Uma escolha que partirá de Salazar como veremos mas que Caetano deverá ter acolhido de bom grado.

#### **6.4. A presidência de Fernanda de Castro e o ocaso da CLEM ( 1957-1968)**

---

<sup>1058</sup> PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Pasta. Direcção dos Serviços de Censura. Exposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a Proibição em Portugal de jornais e revistas brasileiras. Carta do Director Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Of. 164 Confidencial. 11/2/1954

<sup>1059</sup> Vide Fernando Rosas “ O Estado Novo” *História de Portugal*(dir. José Matoso) sétimo volume[...] p. 503

<sup>1060</sup> Vide Fernando Rosas “ O Estado Novo” *História de Portugal* [...]p. 503

As últimas intervenções de Serras e Silva na qualidade de Presidente da CLEPM datam de Junho de 1955<sup>1061</sup>. As reuniões subsequentes são presididas em substituição do Presidente pelos vários vogais. Uma vez é Soares Branco, outra Moreira das Neves, outra ainda Antonino Pestana. Doente Serras e Silva praticamente não sairá de casa até falecer em Abril de 1956<sup>1062</sup>. Na sua residência da Rua Rosa Araújo, 16 -1º Dto em Lisboa “ não deixava de se interessar pelos trabalhos em curso e a cada passo pedia exemplares das revistas infantis portuguesas para as observar”<sup>1063</sup> Mal se soube do seu falecimento o Cardeal Patriarca e o Presidente do Conselho foram dos primeiros a dirigir-se à residência de Serras e Silva, tendo também comparecido no dia seguinte no funeral no Cemitério do Alto de São João <sup>1064</sup>. Não admira que assim tenha sido já que o relacionamento entre os três era muito chegado.

Com o falecimento do antigo Director Geral da Saúde Escolar, crítico dos “modos de vida modernos” e um dos principais inspiradores da cartilha pela qual a CLEM e já antes a CELIJ havia actuado durante 6 anos abriu-se um novo capítulo na história da instituição. Muito menos documentado é certo mas ainda assim possível de se acompanhar até aos alvares do marcelismo no fim da década de 60. No cargo sucederá a Serras e Silva uma mulher Fernanda de Castro o que no contexto dos dirigentes políticos no salazarismo constitui uma raridade. E mais de que uma questão de sexo, é sobretudo o perfil cultural da nova escolha que introduz a mais curiosa e interessante das contraposições. Se Serras e Silva é o exemplo perfeito, até do ponto de vista geracional, do “ultramontanismo” político, social e cultural típico do sec. XIX interpretado à luz da orientação religiosa de Pio IX, Fernanda de Castro é o oposto. Uma mulher que vive e convive com o “modernismo” do início do sec. XX, arejada do ponto de vistas das suas ideias e até no

---

<sup>1061</sup> Deliberações da CLEM de 7 de Junho de 1955 assinadas por Serras e Silva. Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Censura. Revistas infantis .Números Proibidos, Proc. nº142 “Marvel Magazine”

<sup>1062</sup> Serras e Silva morre a 8 de Abril de 1956 vide Fernando de Castro Brandão, *António de Oliveira Salazar. Uma cronologia*. Lisboa, Prefácio, 2011. p. 394

<sup>1063</sup> Vide *Novidades*, 9 de Abril de 1956, p.

<sup>1064</sup> Vide *Novidades*, 10 de abril de 1956, p.

modo como viveu a família e o casamento. Enquanto Serras e Silva nos anos 20 privava nos meios conservadores da intelectualidade coimbrã com Mendes dos Remédios , Goncalves Cerejeira , León Poincard e Paul Descamps, Fernanda de Castro convive em Paris, na mesma década com Picabia, Paul Poiret ou Eric Satie . E mais tarde fizeram parte das suas relações pessoais personalidades tão variadas como Fernando Pessoa, Almada Negreiros , Leitão de Barros, José Gomes Ferreira, Ary dos Santos, Natália Correia, Pirandello, François Mauriac ou Mircea Eliade<sup>1065</sup>

A verdade é que, como veremos, Fernanda de Castro será uma presidente ausente e a Comissão continuará a funcionar sem a sua presença durante a década de 60 a um ritmo marcadamente mais espaçado<sup>1066</sup> e sobretudo menos actuante. Mas não será tanto a ausência da Presidente que mudará o paradigma de actuação desta estrutura censória. Por um lado, como referimos antes, o panorama da Banda Desenhada no mundo e por reflexo também em Portugal , entra numa nova fase nos anos 60 marcadamente mais aberta e tolerante ultrapassada a fase do “grande pavor” , incorporando novos temas e novos autores e progredindo no caminho de uma maior aceitação entre pais e educadores. Essa mudança, que de alguma forma cria as condições para uma lenta legitimação cultural da Banda Desenhada, faz-se sentir não apenas em Portugal mas também nos países que tomámos por referência nesta temática, a saber os EUA, França, Reino Unido e Espanha. Em todos eles os anos 60 marcam a emergência de novas mentalidades, novos modos de relacionamento, novas sociabilidades, novas culturas alimentadas também por alterações científicas, demográficas e urbanas. Por outro lado faz-se sentir entre nós o “ar dos tempos” de par com as novas prioridades políticas do Estado Novo, a modernização na sociedade portuguesa e a ascensão de uma burguesia urbana culta e viajada<sup>1067</sup>. Um dos

---

<sup>1065</sup> Vide Jorge Ramos do Ó, “ Ferro, Maria Fernanda Teles de Castro e Quadros” *Dicionário de História do Estado Novo, vol I [...]*, p. 358. Vide também Sara Marques Pereira " Maria Fernanda Teles de Castro e Quadros Ferro". Zília de Castro Ósorio e João Esteves. dir. António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone, coord. *Dicionário no Feminino( séculos XIX e XX)* . Lisboa, Livros Horizonte,2005, pp.670-671

<sup>1066</sup> O ritmo das sessões da CLEM que nos anos 50 foi semanal parece ter sofrido significativas abrandamentos nos anos 60. Por exemplo, entre a sessão nº 26 de 18/10/1960 e a sessão seguinte datada de 28/3/1961 decorreram mais de 5 meses. Vide informações relativas a publicações que “ tiveram parecer desfavorável” nas reuniões da CLEM ( reuniões nºs 1 a 30 de 16/2/1960 a 26/4/1961) PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Arquivador. Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores.

<sup>1067</sup> Essas mudanças , muitas delas em trajecto que vem do imediato pós guerra - aquilo a que se Fernando Rosas apelida de " mudanças invisíveis do pós guerra" - mas que se acentuam nos anos 60 , são mudanças estruturais , com vários níveis de análise ( demográfico, económico, financeiro , legal e cultural) que acompanham , em alguns casos em contraciclo, mudanças também no ambiente político nacional e internacional e que desembocam no declínio político do Salazarismo. Vide Fernando Rosas,

aspectos que maior repercussão tratará aos hábitos de consumo dos menores e às suas práticas de lazer será o surgimento e rápida evolução da televisão<sup>1068</sup>. Tudo isso levará a CLEM a um estatuto de quase irrelevância no que concerne às publicações periódicas infanto-juvenis à medida que a década de 60 avança. Mas não sem que os sectores mais conservadores do regime reajam a tal estado de coisas.

#### **6.4.1. A desilusão de Fernanda de Castro : “ Folhear revistas na sua maioria bastante más”**

Entre o falecimento de Serras e Silva e o de António Ferro decorreram apenas sete meses. O criador da “política do espírito” faleceu a 11/11/1956. A relação entre os dois factos está no convite dirigido à viúva de Ferro, a escritora Fernanda de Castro . Um convite improvável . E que Fernanda de Castro não hesitou em relatar com um tom de ingenuidade tal como a sua memória o registou. Após o falecimento de António Ferro a situação financeira da viúva não terá ficado particularmente favorável. A própria confessa-o : “ quando o meu marido morreu fiquei sem nada, nada! Nessa altura não havia pensões nem reformas!”<sup>1069</sup>

É verdade que Salazar tinha disso consciência e não deixou de providenciar até encontrar uma solução que atenuasse esse constrangimento<sup>1070</sup>. Lembrou-se que Fernanda de Castro havia sido a dinamizadora dos Parques Infantis e encarregou o Ministro do Interior de lhe anunciar que entendia natural que passasse a ter uma remuneração justa por esse trabalho, até aí prestado sem compensação alguma. Fernanda de Castro reagiu declinando a proposta : “ Não é orgulho senhor ministro, mas imaginei e criei esta obra com tanto amor, tão desinteressadamente , que me repugna a ideia de associar dinheiro, remuneração , ao

---

"O Estado Novo", José Matoso, dir. *História de Portugal*, Sétimo volume [...] pp. 419 e ss; Vide sobre o desenvolvimento económico entre 1958- 1973 , Américo Ramos dos Santos, "Abertura e Bloqueamento da economia portuguesa" António Reis , dir. *Portugal Contemporâneo*, vol.V,[...] pp. 109 e ss. Vide também Rui Ramos, coord. *História de Portugal* [...] p. 691 e ss que salienta algumas significativas alterações do ponto de vista da cultura popular : " a rádio , a televisão, a escola primária e o serviço militar começaram a forjar uma " cultura popular " inter-regional e interclassista como não existia até então" . idem , *ibidem*, p. 692

<sup>1068</sup> " Inaugurada a 7 de Março de 1957 a Radiotelevisão portuguesa (RTP) triplicou o seu número de horas de emissão entre 1960 e 1970 e conseguiu cobrir 95% do território nacional em 1967. " Vide Rui Ramos, coord. *História de Portugal*[...]p. 692

<sup>1069</sup> Vide Mafalda Ferro e Rita Ferro, *Retrato de Família, Fernanda de Castro, António Ferro* , António Quadros, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999,p. 37

<sup>1070</sup> O ano de 1957 é politicamente significativo e pronunciador das crises dos anos subsequentes: a questão colonial avivada pela posição da União Indiana , as movimentações oposicionistas em vista das presidenciais de 58 e sobretudo a dúvida que Salazar ainda não havia resolvido : Craveiro Lopes convirá ou não que seja reeleito? vide Franco Nogueira, *Salazar*,vol IV[...] p. 486

que até agora só foi devoção.(...) Se por acaso aparecer outra coisa para que me sinta competente, aceitarei muito reconhecida”<sup>1071</sup>. E na verdade, poucas semanas após esta conversa, apareceu “outra coisa”: um convite para a Presidência da CLEM. Como foi formulado e aceite esse convite apenas sabemos o que Fernanda de Castro nos relata:

“ Salazar( ...) escreveu-me uma carta (...) Recebi de facto essa carta, que ainda hoje conservo<sup>1072</sup>, mas a caligrafia de Salazar era de tal modo diabólica que não percebi absolutamente nada do que ele tinha escrito. Nada é ligeiramente exagerado pois de facto consegui decifrar estas palavras : “ Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores”. Por uma palavra aqui ou ali percebi que se tratava de um convite mas a verdade é que não entendi para quê. Entre tantas palavras “ Literatura e Espectáculos para Menores” faziam-se supor que se tratava de qualquer coisa que forçosamente me interessava, pois espectáculos e crianças eram coisas que estavam na minha corda. Apressei-me a aceitar e a agradecer a Salazar e ao ministro respectivo que já não sei como me pôs em contacto com a tal comissão. Fiquei muito admirada quando soube que seria eu a sua presidente”<sup>1073</sup>

A nomeação de Fernanda de Castro é formalizada em 27/4/1957 por Marcello Caetano , Ministro da Presidência desde 1955, embora a respectiva Portaria só venha a ser publicada em Diário do Governo de 16/7/1957 . Com Fernanda de Castro são nomeados como novos membros da Comissão Luís Terry, Alberto Augusto Pimenta Fernandes e Mafalda de Castro Vaz Pinto. Os dois primeiros pela Presidência do Conselho e a última pela Obras das Mães para a Educação Nacional. Mantêm-se em funções, respectivamente designados pela Presidência do Conselho, Américo Cortês Pinto e Eduardo Antonino Pestana, pela Igreja Católica, Monsenhor Moreira da Neves , pelo Ministério da Justiça Álvaro Dias Saraiva e pelo Ministério da Educação Nacional , José Gomes Branco. Saliente-se que Álvaro Dias Saraiva, Américo Cortês Pinto e Eduardo Antonino Pestana vinham já da primitiva Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil criada em 1950.

Recorde-se que estas nomeações se operam após a publicação do novo regime jurídico da CLEM , o Dec.Lei nº 41.051 de 1/4/1957 , que vimos antes. Aliás, a quase coincidência temporal entre as nomeações e a publicação do diploma encontra explicação na

---

<sup>1071</sup> Vide Fernanda de Castro, *Ao fim da Memória*, II volume , 1939-1987, Lisboa, Editorial Verbo , 1988, p.139

<sup>1072</sup> Não descobrimos a referida carta no Arquivo de Fernanda de Castro depositado na Fundação António Quadros.

<sup>1073</sup> Vide Fernanda de Castro, *Ao fim da Memória*, II volume [...] p.139

necessidade em ajustar o quadro legal em sintonia com a nomeação de nova Presidente e novos membros.

A escolha de Fernanda de Castro não é ilógica quer do ponto de vista político quer da adequação do perfil ao cargo. Do ponto de vista político Fernanda de Castro não deixava de ser a “viúva de António Ferro” por muito injusta que fosse esta apreciação. Na verdade e como alguns casais da cultura e das artes ambos marido e mulher valiam isoladamente enquanto tal. Fernanda de Castro nunca se secundarizou perante António Ferro e assumiu um protagonismo cultural e artístico relevante. Mas a verdade é que politicamente a sua escolha ainda que para um órgão menor da estrutura política do Estado Novo não podia deixar de ser identificada como um acto de consideração política e respeito para com António Ferro, quando estavam ainda bem presentes as suas cerimónias fúnebres.

Em 1958 Fernanda de Castro haveria de escrever um curioso opúsculo cujo título é toda uma atitude em relação ao Estado Novo " Nem com a Política nem com a Propaganda mas apenas com a Alma e a Sensibilidade"<sup>1074</sup> no qual elogiando Salazar o faz de um ponto de vista original , ou seja " com um sentimento de agradecimento feminino e maternal" pelo homem " solitário" que acabara com a anarquia da I República , liquidara a dívida externa e recuperara a grandeza da Nação portuguesa<sup>1075</sup>

Por outro lado a escolha não terá sido do desagrado do Ministro da Presidência Marcello Caetano, que era quem nomeava e exonerava os membros da CLEM<sup>1076</sup>. Talvez a encarasse como um sinal de renovação política, tanto por ser uma mulher, como por ser uma mulher culta, viajada e com capacidade de trabalho. Esta atitude é compatível com a tese de que Caetano era visto na década de 50 como o futuro do regime<sup>1077</sup> e sobretudo com a imagem ,que terá construído, de " moderno" " e às vezes até mesmo de " liberal" quando comparado com os duros , a velha guarda atrasada, ligada ao salazarismo e às correntes mais à direita"<sup>1078</sup>. O certo porém é que Caetano ainda que sob uma linguagem

---

<sup>1074</sup> Vide O depoimento de Fernanda Quadros, ... *Nem com a Política nem com a propaganda mas apenas com a alma e a sensibilidade* [s.l.] , 1958

<sup>1075</sup> Vide Sara Marques Pereira " Maria Fernanda Teles de Castro e Quadros Ferro"[...].p. 670

<sup>1076</sup> Apesar de Marcello ter deixado um registo amargo do seu relacionamento com Salazar, enquanto exerceu as funções de Ministro da Presidência " funções pouco interessantes" onde era " frequentemente circuitado" vide Marcello Caetano, *As minhas memórias*[...].p. 459- a verdade é que " a influência de Marcello tornou-se considerável face ao estatuto público de delfim" vide Luís Menezes Leitão, *Marcello Caetano, Um destino*, Lisboa, Quetzal,2014, p. 361

<sup>1077</sup> Vide Filipe Ribeiro de Menezes, Salazar, *Uma biografia política*, 3ª ed. Lisboa . D. Quixote, 2009 pp. 444-445. Vasco Pulido Valente realça que entre 1955 e 1958 Marcello teria uma " firme reputação de esquerda". vide Marcello Caetano, *As desventuras da razão*, Lisboa, Gótica,2002, p. 40

<sup>1078</sup> Vide Francisco Carlos Palomanes Martinho, *Marcello Caetano , Uma Biografia, 1906-1980*, Lisboa , Objectiva, 2006, p. 316.



aparentemente mais " liberal" não deixava na década de 50 de valorizar a vigilância prévia da " veracidade da informação e a honestidade da apresentação" para evitar " o mercado negro da opinião pública"<sup>1079</sup>

Do ponto de vista das competências artísticas e da experiência de Fernanda Quadros é inegável da sua vasta produção literária um particular apego à literatura infantil onde ganhou inclusive vários prémios<sup>1080</sup> a abonaria para ocupar o lugar . Não é possível ignorar que Fernanda de Castro à data da escolha para presidir à CLEM revelava manifestas aptidões ao cargo , não só pelas suas inúmeras actividades que tinham os “menores” em particular as crianças como destinatários, designadamente os Parques Infantis de Lisboa destinados às crianças necessitadas <sup>1081</sup>, bem como pela sua produção

---

<sup>1079</sup> Vide Marcello Caetano , *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965, pp. 32-33, que reúne textos de 1956 e 1957. Caetano não mudará muito de opinião quanto à Censura, já que, mesmo em 1973, embora admitindo as vantagens de "uma imprensa não sujeita a exame prévio" não deixa de recuperar o tema da "informação verdadeira e objectiva" para validar a manutenção da censura vide António Alçada Baptista, *Conversas com Marcello Caetano*, Lisboa, Moraes Editores, 1973, pp.184-193. A mesma ideia de garantir a "verdade" e evitar a "calúnia", preside à concepção de uma censura limitada ao "indispensável" expandida por Salazar nas conhecidas entrevistas a Ferro nos primórdios do Estado Novo vide António Ferro, *Salazar o Homem e a Obra*, Lisboa, Fernando Pereira editor, 1982 (reedição de "Salazar, O Homem e a sua obra por António Ferro", completada com os prefácios às edições espanhola, inglesa e francesa), pp.93-96

<sup>1080</sup> Vide Mafalda Ferro e Rita Ferro, *Retrato de Família, Fernanda de Castro, António Ferro, António Quadros*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp.90-93. Vide também Sara Marques Pereira "Maria Fernanda Teles de Castro e Quadros Ferro"[...] p. 670 que refere "Romancista, poetisa e conferencista começou a sua obra pedagógica(...) escrevendo romances e contos infantis dos quais se destacam "Mariazinha em África" com mais de cinco edições, a "Princesa dos Sete Castelos" com quatro edições, "Fim de Semana na Gorongoza". "As novas aventuras de Mariazinha" etc. todos eles atingindo sucesso notável, encantando as gerações mais novas e servindo para criar um sentimento muito forte de africanidade pois muitas destas histórias têm como cenário África que sem dúvida fascinou a autora quando pela primeira vez lá foi ainda jovem na companhia dos pais "

<sup>1081</sup> Na verdade Fernanda de Castro se bem que tenha colaborado com António Ferro em algumas das grandes exposições e eventos do Estado Novo, como a Exposição Internacional de Paris ( 1937) a Exposição Internacional de Nova Iorque e São Francisco( 1939) e a Exposição do Mundo Português ( 1940) ficará sobretudo conhecida pela criação e desenvolvimento dos Parques Infantis Portugueses. O primeiro parque infantil português situado no tabuleiro inferior do Jardim de São Pedro de Alcântara nasceu em 1933 com o apoio financeiro de Ricardo Espírito Santo num espaço cedido pela Câmara Municipal de Lisboa. Outros se seguiram, que ainda hoje existem, como o Parque do Campo Grande, das Necessidades ou de Alcântara. Eram frequentados por crianças pobres dos 3 aos 10 anos. Os parques infantis que no seu início não tiveram apoio financeiro do Estado, acabaram por ser por este apoiados embora sempre com uma significativa contribuição particular. Mais tarde Fernanda de Castro envolver-se-á na criação da "Colmeia" uma escola de Artes e Ofícios onde as crianças mais velhas se preparavam para um determinado ofício podendo vender os produtos por elas criadas e sobretudo o projecto de ensino artístico "Pássaro Azul" onde "um grupo seleccionado de 100 crianças pertencentes ao Parque das Necessidades e ao de Alcântara aprendiam música,canto coral mímica bailado teatro desenho, declamação tendo como professoras os grandes nomes artísticos de Eunice Munoz, Carmen Dolores, Nina Marques Pereira, Sarah Afonso, Inês Guerreiro, Arminda Correia, Julia de Almendra, Maria Germana Tanger, Ana Máscolo e Águeda de Sena". vide Sara Marques Pereira "Maria Fernanda Teles de Castro e Quadros Ferro"[...].p. 671

literária nascida nos anos 20 e que integrava contos, poemas e teatro para crianças, pelo conjunto da qual viria a ganhar o Grande prémio Gulbenkian para a Literatura Infantil.

Mas cedo Fernanda de Castro se desiludiu se é que alguma vez esteve iludida .Escreve ela nas suas Memórias, no único registo que temos em discurso directo da actividade da Comissão :

“ As reuniões desta Comissão tinham lugar no Palácio Foz numa sala do SNI e fiquei agradavelmente surpreendida ao ser apresentada aos membros que a constituíam: Mafalda de Castro Vaz Pinto, filha do grande poeta Eugénio de Castro, Monsenhor Moreira das Neves, o Dr. Américo Cortez Pinto o Dr. Antonino Pestana e alguns outros ainda. Simplesmente a finalidade desta comissão não era de todo a que eu imaginara. O seu objectivo não era criar e organizar espectáculos , nem sequer orientá-los mas impedir que se pusessem a circular revistas ou jornais infantis impróprios para a finalidade a que destinavam . E de qualquer maneira evitar espectáculos anti-pedagógicos. Competia-nos também fomentar tudo o que já existisse para divertir e educar o mundo infantil e juvenil. Mas fomentar o quê? Não havia espectáculos regulares para crianças( teatro infantil, teatro de fantoches, por exemplo, nem revistas de nível razoável, nem sequer um jornal para adolescentes). Eu chegava de novo cheia de entusiasmo com muitas ideias a bailar na minha imaginação tendo ficado muito desapontada como o pouco ou nenhum trabalho que o regulamento nos permitia. A certa altura num momento de entusiasmo elaborei um programa que li a todos os membros da comissão , na esperança de ser compreendida e aprovada nas minhas intenções .Ouviram-me com muita atenção com muita simpatia mas de todos os lados vinham baldes de água fria .” Não é do regulamento, não podemos sair do que diz o decreto já publicado no Diário do Governo de tantos de tal, “dura lex, sed lex”etc. Resumindo : o meu papel consistia em folhear revistas na sua maioria bastante más, ler dois ou três livros por mês e pôr-lhes uma destas indicações : “aprovado, reprovado, tolerável, apenas tolerável”, etc. E depois assinar ou rubricar esses pareceres , que não eram dados só por mim, mas por qualquer membro do júri.”

E continua Fernanda de Castro :

“As reuniões uma vez por semana estavam marcadas para as três da tarde. Dava-se porém o caso do Monsenhor Moreira das Neves , trabalhador infatigável que almoçava perto do SNI chegar sempre às duas em ponto de modo que quando os outros apareciam incluindo eu por mais pontuais que fôssemos encontrávamos quase todo o trabalho já feito, restando-me apenas o dever de assinar tudo e nem sequer de assinar de rubricar. Ao fim de poucas semanas percebi perfeitamente que este trabalho não me convinha nem me

interessava. Pesavam-na na consciência os 3000\$00 que me davam todos os meses por este trabalho “exaustivo”(...) Estava pois bastante desanimada mas por outro lado não queria pedir a minha demissão pois temia ferir Salazar que tão solícito se mostrara, preocupando-se comigo e com a minha situação pouco brilhante”<sup>1082</sup>

A comunicação que Fernanda de Castro terá feito aos seus Colegas e que alude nas Memórias pode bem ser o documento que se encontra no seu Espólio intitulado “ O Drama da Juventude suas causas e efeitos”<sup>1083</sup> Aí a viúva de António Ferro traça um retrato da juventude da sua época, concluindo que o seu “ drama” está na “ onda de materialismo que invadiu o mundo” e que rouba espaço à poesia e à espiritualidade. A juventude vive um drama que nasce logo na infância. Porque é na infância que a teoria materialista começa a fazer os seus estragos. A criança precisa de harmonia e amor e isso não se compadece com “escolas higienicamente perfeitas” “ campos de desporto providos de todos os confortos” ou “ jardins de infância modelares”. Ora ao proclamar esses bens esquecem os aspectos psíquico, espiritual e até moral. “Jardins de infância, ginásios, piscinas, campos de desportos... porque não ? Mas a Casa? A Família? O Amor? “

Porque se todos os bens materiais e os avanços científicos bastassem, não existira “ desordem, desequilíbrio, a instabilidade psíquica, as taras , a criminalidade juvenil”. E todos estes aumentam “ na razão directa do desenvolvimento do chamado progresso”. Por tudo isso e “ por inspiração de sua Excelência o Ministro da Presidência a Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores apresenta um programa de acção “ cuja superior finalidade é provocar por todos os meios ao seu alcance- imprensa, rádio, televisão- um movimento de opinião pública a favor da Criança, prólogo de uma campanha nacional que terá por fim chamar para o primeiro plano da consciência da Nação todos os problemas da Criança – menino de Hoje homem de Amanhã”.

Seguidamente Fernanda de Castro propõe aos seus Colegas da Comissão um programa de acção imediata que entre outros aspectos contemplava o seguinte :

“

- 1- Campanha na Imprensa de Lisboa e das províncias Metropolitanas e Ultramarinas a favor da Infância e da Juventude, através de artigos de escritores e pedagogos de irrepreensível ética e de comprovável mérito literário.

---

<sup>1082</sup> Vide Fernanda de Castro, *Ao fim da Memória*, II volume[...] pp. 139-141

<sup>1083</sup> Vide “O Drama da Juventude , causas e efeitos” Pela Presidente Fernanda de Castro,[s.d.] vide PT/FAQ/AFC .*Fundação António Quadros/Arquivo Fernanda de Castro*

- 2- Organização de uma série de palestras na Emissora Nacional e nas principais emissoras particulares , Rádio Clube Português e Rádio Renascença.
- 3- Organização de uma série de entrevistas na RadioTelevisão portuguesa.
- 4- Organização de subcomissões em todas as capitais de distrito, sendo automaticamente os Governadores Civis os presidentes destas subcomissões.
- 5- Utilizar a valiosa colaboração de Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação Nacional no sentido de ordenar que os Professores dos Liceus, das Escolas Técnicas e do Magistério Primário digam aos seus alunos, em data a combinar, algumas palavras sobre o alcance a finalidade da Campanha.
- 6- Solicitar que o Episcopado português inculque aos Padres da Freguesia a realização de pequenas alocuções sobre o significado da Campanha , nos domingos nesta abrangidos.
- 7- Uma grande exposição do Livro Infantil, a repetir se possível todos os anos.
- 8- Organização de uma série de espectáculos para crianças em colaboração com o SNI com os Municípios, a Rádio, a Televisão, etc.”

Na prossecução desta campanha Fernanda de Castro acentuava o “ papel primordial da Imprensa” desde sempre estimada na sua “múltipla missão de orientadora da opinião pública”<sup>1084</sup>. Ao invés do que Fernando de Castro dá a entender nas suas memórias , se este foi o “programa” que leu aos restantes comissários , ele era em tudo compatível com as competências legais da CLEM . Na verdade o art. 22º do Decreto Lei nº 41051 estipulava que a ela competia “ promover a realização de espectáculos para crianças de harmonia com o disposto no art. 23º e propor ao Governo as medidas que considerar oportunas para fomento deste género de espectáculos “. No art. 23º referia-se que a Comissão em colaboração com a União de Grémios dos Espectáculos e grémios integrados fomentará a realização de espectáculos para crianças , com carácter de regularidade nas cidades e vilas do País onde a exploração desta modalidade se mostre viável”. E em geral a Comissão tinha competências para proceder a estudos e inquéritos quer sobre espectáculos para crianças quer sobre a literatura para menores, propondo ao Governo as medidas adequadas( art. 22º als. a), d) e e) ). Questão diversa seria a de saber se os restantes membros da Comissão e em última análise o Governo acolheria de bom grado um maior dinamismo da Comissão que até então não havia ensaiado nada que se parecesse com as propostas de Fernanda de Castro e que se havia limitado a carimbar no

---

<sup>1084</sup> Vide “O Drama da Juventude , causas e efeitos” Pela Presidente Fernanda de Castro,[s.d.] p.p.4-5 in PT/ FAQ/AFC *Fundação António Quadros/Arquivo Fernanda de Castro*

essencial com o “ aprovado” ou “ não aprovado” as publicações e as obras que chegavam às suas mesas de trabalho.

Com os anos, Fernanda de Castro acentuará a sua aversão ao trabalho na Comissão: “ Decididamente eu não queria continuar a “ trabalhar” na Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores(...) E o caso é que não podia ser útil nesse trabalho que me aborrecia sem proveito para ninguém . Além disso eu descobrira demasiado tarde que o meu trabalho era uma espécie de censura-uma censura aliás que não me repugnava nada pois se tratava de evitar às crianças desenhos terríficos, textos de péssima qualidade e até o tamanho dos caracteres, muitas vezes impróprios com que as revistas eram impressas”<sup>1085</sup>

A dada altura, conta ainda nas suas Memórias , solicitou a César Moreira Baptista , na ocasião Director do SNI que para poder organizar o I Festival do Algarve, em 1964 que a dispensasse de assistir às reuniões da Comissão , entre Maio e Outubro. Ao que Moreira Batista lhe responde : “ Com isso pode contar desde já . Nada mais natural . Como seria possível organizar em Lisboa um Festival do Algarve? “<sup>1086</sup> E é a última referência memorialística ao seu passado como membro da CLEM.

A verdade é que Fernanda de Castro ainda que cada vez mais longe das tarefas de Presidente da Comissão nunca apresentou a sua demissão ou foi demitida. Como vimos será reconduzida, por várias vezes até 1968 como Presidente e após essa data, mais exactamente em 1969<sup>1087</sup>, no início do marcelismo e por força da entrada em vigor do Decreto-lei nº 48686, como Vice-Presidente, assim se mantendo nessa função até 25 de Abril de 1974<sup>1088</sup>. Em rigor até à data em que por força legal a Comissão foi extinta já depois da “revolução dos cravos”.

---

<sup>1085</sup> Vide Fernanda de Castro, *Ao fim da Memória*, II volume , 1939-1987, Lisboa, Editorial Verbo , 1988, p. 178

<sup>1086</sup> Vide Fernanda de Castro, *Ao fim da Memória*, II volume [...], p. 197-198

<sup>1087</sup> Vide Carta do Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Informação e Turismo, Gerales Cardoso para Fernanda de Castro Quadros Ferro, 2/1/1969 : “ O Senhor Secretário de Estado louva ainda V.Exa, com o maior prazer, pela forma como desempenhou tão difíceis funções e pede-me para manifestar o desejo de que no exercício do novo cargo V.Exa possa continuar a prestar uma colaboração igualmente útil” . PT/SGPCM/GMCS *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* . Pasta . Despachos Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos.

<sup>1088</sup> O mandato de Fernanda de Castro é renovado cinco vezes até ao 25 de Abril : a) Portaria do Ministro da Presidência, *Diário do Governo*, II, nº 179, 2/8/1960; b) Portaria do Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, *Diário do Governo* , II, nº 189, 12/8/1963; c) Portaria do Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho , *Diário do Governo* nº 199, 27/8/1966; d) Portaria do Secretário de Estado da Informação e Turismo, *Diário do Governo*, II, nº 188, 12/8/1969; e) Despacho do Secretário de Estado da Informação e Turismo, *Diário do Governo* , II, nº 175, 28/7/1972

Em todo esse extenso período Fernanda de Castro acabou por dar cada vez menos presença à CLEM e dedicar-se a inúmeras outras actividades de natureza cultural ou social , como a Festas da Cidade de Lisboa na Presidência de Salvação Barreto na CML, para além de recitais de poesia e conferências em Lourenço Marques, traduções de peças de Teatro, Criação do Teatro de Câmara António Ferro a gestão dos Parques Infantis, o Festival do Algarve, com duas sucessivas edições em 1964 e 1965 e bem assim a produção literária<sup>1089</sup>.

As referências encontradas registam de forma dispersa e rarefeita a presença de Fernanda de Castro nos trabalhos da Comissão. Alguns registos como Presidente da CLEM nos anos 50 e um ou outro parecer no início dos anos 60<sup>1090</sup>.

Não sabemos a razão pela qual ainda que manifestamente desagradada das funções que exercia na Comissão nunca terá pedido a demissão. Há registo de uma tentativa de solicitar a demissão no final de 1963. A essa situação alude Monsenhor Moreira das Neves em carta que lhe dirige :

“ A senhora D<sup>a</sup>. Fernanda não pede nada a demissão de que falou(...) São várias as razões para que se conserve no lugar onde a colocaram. Mas bastará uma para se deter (...) Falo da estatura de todos os membros da Comissão. O incidente de agora visto a frio não tem

---

<sup>1089</sup> Vide Mafalda Ferro e Rita Ferro, *Retrato de Família, Fernanda de Castro, António Ferro, António Quadros*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 70-77

<sup>1090</sup> A título exemplificativo , assina na qualidade de Presidente da CLEM a aprovação do parecer favorável à circulação da revista brasileira “ Marvel Magazine” tomada em reunião daquela Comissão em data não especificada , mas que se presume ser em Março de 1959 e confirmada pela Direcção dos Serviços de Censura a 24/3/1959. Note-se que a revista estava interdita de circular desde 22/2/1956 . Vide PT/SGPCM/GMCS *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* . Censura. Revistas Infantis. Números proibidos. Proc. Nº 142. “Marvel Magazine” , Revista Infantil Brasileira, Preside à sessão da CLEM do dia 18/4/1961 onde é apreciado e aprovado, entre outros , o conto infantil “ Vento da primavera” ( Novelização de Mário Costa) vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Arquivador . Contos para aprovação . Avaliza na qualidade de Presidente a aprovação de parecer favorável em reunião da CLEM de 20/3/1963 à publicação “O Pequeno Dr. Pérochon” ” de Claire Gauithier traduzido por Salomé Almeida a editar por João de Almeida Fraga Lamares vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Arquivador. Processos Livros Infantis. Processos vários (1956-1965).Livraria Civilização e na mesma qualidade assina a aprovação do parecer favorável à edição de “ As férias de Ana “ de Anne Brailard a editar pela Editorial Infantil Majora na reunião da CLEM de 30/12/1964 vide , PT/SGPCM/GMCS *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*. Arquivador.Processos Livros Infantis. Processos vários (1956-1965). Pasta “Editorial Infantil Majora”.

qualquer importância (...) Se a título de desabafo fizer o requerimento em que pensou passe-me para as minhas mãos. Confie em mim”<sup>1091</sup>.

Não se sabe o que terá ocorrido. É provável que a intenção da Presidente da CLEM pudesse estar relacionada como a intervenção na Assembleia Nacional de Júlio Evangelista que a seguir damos nota<sup>1092</sup>. Na verdade aquela intervenção constituiu em toda a linha um ataque à ineficácia da CLEM no cumprimento das suas atribuições legais na lógica censória do Estado Novo . O certo é que Fernanda de Castro continuou no exercício das funções o que na prática significava nenhuma função efectivamente exercidas.

#### **6.4.2. O ataque vindo do interior do regime : o “ abandono em que vivemos neste sector da Educação Nacional”**

No início dos anos 60 algumas figuras secundárias do regime , com epicentro na Assembleia Nacional , deram sinal ostensivo da desarticulação ou mesmo ausência da política censória quanto à literatura infanto-juvenil .

É possível sentir a evolução dessas vozes críticas pelo eco que tiveram na Assembleia Nacional. Se bem que este órgão , pela natureza das suas atribuições e sobretudo pela origem social, geográfica e política dos seus membros, tivesse sido as mais das vezes uma câmara de ressonância do círculo político próximo do presidente do Conselho não deixa de algum modo de reflectir o jogo de poderes entre as várias correntes “estadonovistas”<sup>1093</sup>. Se por ocasião da nomeação de Fernanda de Castro em 1957 o tom é ainda de condescendência a até de elogio pelo trabalho realizado com elogios à “ memória

---

<sup>1091</sup> Vide PT/FAQ/AFC *Fundação António Quadros, Arquivo Fernanda de Castro* , 01-001.0284-000-011 Fundo AFC Cx.22 Correspondência. Carta de Moreira das Neves a Fernanda de Castro, 13/11/1963

<sup>1092</sup> Alguns documentos constantes do *Arquivo Monsenhor Moreira das Neves*, existente no Centro Cultural do Patriarcado em Lisboa , sobretudo recortes de jornais da época que registam pontos de vista críticos da acção da CLEM indiciam que Moreira das Neves acompanhou com interesse o ambiente na altura criado , mas não permitem retirar mais qualquer outra ilacção.

<sup>1093</sup> Sobre a Assembleia Nacional e a sua composição vide José Manuel Tavares Castilho,, *A Assembleia Nacional (1934-1974)* (Tese de doutoramento). Lisboa : Departamento de História do ISCTE, 2008 disponível em Repositório do ISCTE : <http://hdl.handle.net/10071/1159>. No sentido da Assembleia Nacional ter " carácter legislativo mitigado, serviu o poder instituído , conformando-se a posição secundária a que este a relegou e abdicou das prerrogativas que teoricamente lhe eram cometidas numa atitude de obediência ao homem forte do regime que o manteve refém da sua vontade" vide Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira , coord. *Os Presidentes do Parlamento Português. Volume III Estado Novo ( 1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República , 2015, p. 16

do Prof. Serras e Silva, grande apóstolo da causa da educação <sup>1094</sup> os anos 60 e em concreto as VIII e IX Legislaturas registam cada vez mais vozes críticas.

A primeira vaga contestatória nasceu de uma intervenção do Deputado Júlio Evangelista, subdirector do órgão católico “A Voz”<sup>1095</sup>, e político próximo de Marcello Caetano<sup>1096</sup>, com quem compartilhou escritório de advocacia, no que foi acompanhado pela direcção da Mocidade Portuguesa, cujo comissário nacional Leopoldino de Almeida dando eco às preocupações de Evangelista promoveu a organização da exposição intitulada “Juventude Ameaçada”.

A designação da exposição decorria em linha directa de uma intervenção produzida por Júlio Evangelista enquanto Deputado eleito na VIII Legislatura ( 1961-1965) que durante a 2ª sessão legislativa( 1962/1963) pretendeu chamar a atenção para os perigos resultantes da divulgação da literatura estrangeira infantil e juvenil <sup>1097</sup>.

O “grito de alarme” de Júlio Evangelista começa com a seguinte imagem :

“ Quando uma criança pega, por exemplo, numa faca bem afiada, não falta logo quem se apresse a tirar-lha, *para* evitar qualquer percalço ou ferimento desastrado. Mas se a mesma criança deita mão de uma revista imprópria *para* a sua idade, quem se levanta *para* lhe acudir?! Ora, neste momento, em todo o País, cerca de 500 000 crianças estão nestas condições. Ameaçadas, portanto, de morte moral e intelectual. Lêem e relêem avidamente publicações e revistas, na sua maior parte do tipo «em quadradinhos», que não foram concebidas em atenção às suas exigências espirituais, e sim às exigências materiais dos editores “

<sup>1094</sup> Vide intervenção do Deputado Marques Teixeira *Diário das Sessões*, VI Legislatura, nº 178, de 17/1/1957, sessão de 16/1/1957, p. 236.

<sup>1095</sup> Vide Alberto A. Abreu." Júlio Evangelista . Breve Percurso Biográfico" *AAVV In Memoriam Júlio Evangelista*, Junta da Freguesia da Meadela, Viana do Castelo, 2013, p. 67

<sup>1096</sup> Júlio Evangelista, nasceu em 1927, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, tendo iniciado a sua carreira como Advogado no escritório de Marcelo Caetano a convite deste. Foi subdirector do diário conservador e católico "A Voz" em 1961. Como deputado à Assembleia Nacional foi eleito pelo círculo de Viana do Castelo em 1957 e reeleito por cinco consecutivas legislaturas pelo mesmo círculo. Foi ainda vogal da Junta Central da Legião Portuguesa e da Comissão Distrital da União Nacional e Viana do Castelo. vide Rita Borges " Evangelista, Júlio Alberto da Costa" Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, dir. *Dicionário Biográfico Parlamentar*,( 1935-1974).vol. I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2004, p. 572. Algumas das suas intervenções parlamentares sobre temas de Educação e Juventude foram publicadas em livro vide Júlio Evangelista, *Planeamento Educativo e Formação da Juventude*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1964

<sup>1097</sup> Vide intervenção do Deputado Júlio Evangelista, *Diário das Sessões*, VIII Legislatura, nº 90 de 6 de Abril, Sessão nº 90 de 5/4/1963 pp. 2289-2290



*E continua o Deputado eleito pela União Nacional :*

“ A lei portuguesa determina que as publicações nacionais e estrangeiras, declaradamente destinadas à infância ou adolescência, ou que, pelo seu aspecto ou conteúdo, possam como tal ser reputadas, estão sujeitas às disposições dos Decretos n.ºs 22 469, de 11 de Abril de 1933, e 26 589, de 14 de Maio de 1936, *enão* poderão ser postas à venda sem prévio parecer favorável da Comissão de *Literatura e Espectáculos para Menores*, conforme preceitua o Decreto-Lei n.º 38 964, de 27 de Outubro de 1952. O certo é, porém, que, todos os dias, as livrarias e tabacarias exibem novas e cada vez mais sugestivas capas. Trata-se, sobretudo, de revistas brasileiras. De todas, supomos, *não* há uma só cujo *acesso* ao nosso mercado *esteja*, em rigor, permitido - porque *não* há uma só que pratique a ortografia oficial, obrigatória *para* todas as publicações que circulem no nosso país. Decerto a ortografia é o que tem menos importância. Mas as expressões impróprias, a redacção, o calão, o termo grosseiro e até as maneiras de dizer desconhecidas entre nós?! Como exemplo, uma revista, *ao acaso*: o n.º 8 do Carequinha e Fred (Risos) (Editora La Selva, S. Paulo). Em 34 escassas páginas, com cerca de 300 legendas no total, nada menos de 94 (uma *terça* parte!) contêm palavras e expressões erradas ou inconvenientes, do género das que vou transcrever: Irral Sempre contando papo!, Duclar, Puxa falei bonito, Sujeira da grossa, etc. Na contracapa, «novas proezas da garota atómica Lili (Risos) (mensalmente em todas as bancas)», e ainda um sugestivo anúncio de livros de uma colecção que o leitor (a criança ou o adolescente!) pode adquirir ... pagando depois! Entre -outros: A Técnica do Amor, ACiência das Carícias, A Hora Sexual, Mártires da Virgindade, Dinâmica Matrimonial ...”

E conclui :

“ O alarme foi dado há anos e dele se têm feito eco a imprensa diária e algumas revistas de cultura. Elucidativa nota de uma revista abre com esta epígrafe: «Cerca de meio milhão de más revistas brasileiras invade mensalmente o nosso país!» O Diário de Lisboa publicou recentemente uma série de artigos com o título geral «Diz-me o que lê, dir-te-ei quem és», onde acentua que «a avidez da gente moça apoderar-se de tudo que lhe apresentam, preto e branco, .em

«pretoguês» e português, contanto que tenha estampas, cada vez mais estampas, e uma certa forma de expressão lisonjeira do gosto do inato, do tumulto e do insólito». E ainda: «Faz-se sentir entre nós a necessidade de uma grande e bem orientada editorial exclusivamente infantil que abranja todo o género de produções para crianças». E este, realmente, o problema no seu nó. Que temos, em Portugal, que possa fazer frente à invasão em massa dos supermen e dos westerns? Quase todas as nossas revistas infantis ou juvenis têm sido condenadas a viver efemeramente e a morrer, apesar de, em maior ou menor grau, haverem condescendido com o gosto do público e incluído, até, colaboração estrangeira. Têm desistido quase todas!»

Considerando que a tarefa de “ fazer frente aos supermen e aos westerns “ competia , no contexto legal em vigor à época , à CLEM, esta intervenção não podia deixar de ser interpretada como uma violenta crítica aquela Comissão. Mais de um ano depois a situação continuava idêntica ou pior , na opinião de alguns sectores do regime, razão pela qual se justificava um novo grito de alerta .O objectivo da Exposição , que decorreu no Palácio Foz, de 26 de Novembro a 5 de Dezembro de 1964, era justamente o de chamar a atenção dos Pais e educadores quanto às leituras destinadas aos jovens e “ pedir o cumprimento do Decreto Lei nº 45051 que no seu artigo 24 se refere à necessidade para efeito de venda do prévio parecer favorável da Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores” como se lia no Boletim da Mocidade Portuguesa<sup>1098</sup> . E acrescentava que “ a exposição deixa bem nítida a ideia de abandono em que vivemos neste sector da Educação Nacional onde tão facilmente se desfaz o trabalho árduo dos educadores , no sentido de Formar o carácter e de desenvolver a personalidade sem os quais não pode haver verdadeiro progresso, nem verdadeira Civilização”<sup>1099</sup> .

Mais incisivo é o editorial do situacionista e católico “A Voz” de 25 de Novembro de 1964 :

“ Vende-se o crime , por tuta e meia, ao preço duma esmola. E nenhum dos vendilhões , inconscientes e irresponsáveis traz no peito o clássico letreiro “ PARA ADULTOS”. O crime em contrabando , entra sorrateiro nas alfandegas e correios,

<sup>1098</sup> Vide *Boletim MP*, vol I , nº4, 1965, p. 27

<sup>1099</sup> Vide *idem, ibidem*, p. 27

onde camionetas quase diariamente, o carregam para as editoras e armazéns do País. Visite-se , em certos dias( como já o fizemos para melhor denunciar) o Pátio das Galés onde são lançadas as encomendas chegadas da América Latina. Se o acaso permitir ( e é natural! ) alguns volumes esbarrondam-se . Que mostram ? Revistas e mais revistas, publicações sem conta, nem senso, nem Censura , cremos nós. Depois são carregadas em camionetas a maior parte com destino a uma das nossas conhecidas editoras , à *consignação*. Não é fácil à editora dizer que as não vendem ou não foram autorizadas e da América Latina vem proposta para que as publicações sejam adquiridas a peso. A editora compra-as a esse preço e distribui-as mais tarde , por tabacarias e botequins. Cerca de meio milhão de más revistas brasileiras invade mensalmente o País” – afirmou-se à anos em “ Tempo Presente”. Actualmente a soma talvez tenha duplicado. É assim que por todos os cantos e esquinas, num estendal se vêem revistas aos quadrinhos de mulheres nuas ou seminuas com histórias de pasmar e envergonhar o mais precavido” . E mais à frente “ a desnacionalização dos costumes, pela morbidez dos textos e a desvernacularização da Língua pelo chorrilho de erros ortográficos – como o Dr. Júlio Evangelista acentuou na Assembleia Nacional. De boa ou má fé ou por desconhecimento não importa. E nenhum pai nenhum educador se pode gabar de que o seu menino não guarda sobre os compêndios escolares a revista “ Can-Can” adquirida nos envelopes surpresa da Editorial Íbis ou a “ Noturno” com um romanesco amor de cordel emprestada pelo colega de carteira do Liceu. As nossas crianças sofrem de liberdade excesso de liberdade. Porque conforme escreveu Matilde Rosa Araújo “ a desorientação é grande tanto no que se edita como no que se compra”. A tal literatura juvenil é o alimento dos homens de amanhã. Tal como os alimentos deve ser fiscalizada . Na testa dos vendilhões , na testa das tabacarias deve colocar-se um letreiro : PARA ADULTOS com sérias reservas. E deve cumprir-se. A lei existe para ser executada.”<sup>1100</sup>

O editorialista conclui dizendo que a exposição do Palácio Foz põe em relevo a “Força X”, uma organização internacional dirigida pelo “ comunismo” que viveria da exploração do “sexo , de livros pornográficos, escravatura branca e estupefacientes” e que estaria por detrás da massiva importação de revistas estrangeiras .

---

<sup>1100</sup> Vide *A Voz* , Ano XXXVIII, Nº 13464, 26/11/1964, p. 1

A extensão da citação permite-nos constatar que um dos alvos da denúncia do órgão católico é dirigida, se bem que de forma indirecta à CLEM desde logo porque não estaria a exercer as competências definidas na lei e em geral porque competindo-lhe a prévia averiguação dos conteúdos das publicações periódicas nacionais ou estrangeiras não estaria a exercer a sua missão de forma eficaz. Ou seja e como dá a entender o editorialista de “ A Voz”: onde está a Censura ?

#### **6.4.3. A Assembleia Nacional como palco da campanha contra a CLEM : “Tantas vezes tem vindo a público este grito de alarme e afinal tudo continua na mesma “**

É inegável que durante os anos 60 e até ao fim do consulado salazarista a CLEM constituiu uma das instituições mais criticadas pelos próprios adeptos do regime dentro do complexo institucional e jurídico da censura e que viam nela um sinal de manifesta ineficiência para as funções para que havia sido criada. Não é de excluir que para esse retrato tenha contribuído a ausência da sua Presidente que , como vimos, cedo se desiluiu do cargo e passou a dedicar mais atenção a outras actividades .

No início de 1964, no contexto de um aviso prévio sobre a temática da educação, uma das raras figuras regimentais que permitia à Assembleia Nacional formular recomendações à acção do Governo, após discussão de determinada área governativa o Deputado Elísio Pimenta questiona-se sobre o que fazer para actuar contra o que perverte o gosto “ pelas coisas belas do nosso país. E responde : “ Oriente-se o folclore , fiscalize-se a rádio, sobretudo essa espécie de rádio publicitária, de inconcebível mau gosto , tão perniciosa como essa outra praga dos tempos modernos, em liberdade incondicional do nosso país, e que são os altifalantes; afaste-se do cinema e da televisão as fitas de crimes , em que a brutalidade da polícia emparceira com a dos criminosos e que são talvez o espelho da vida do país que as produz: proceda-se à repressão da venda das tristemente conhecidas histórias de quadrinhos com super-homens e mau português”<sup>1101</sup>

Quase dois anos depois o tom crítico relativamente à realidade das publicações periódicas infanto-juvenis e sobretudo quanto à ineficácia ou ausência de medidas tomadas pela

---

<sup>1101</sup> Vide *Diário das Sessões* , nº 122, VII Legislatura, 30/1/1964, p.3027

CLEM aumenta . O Deputado Manuel Braancamp Sobral<sup>1102</sup>, que durante toda a IX Legislatura assumirá um papel predominante na discussão da política de educação, ao abrigo da figura regimental do aviso prévio e também das perguntas ao Governo, chama a atenção para o tema :

“ Embora possa assinalar-se nalguns sectores responsáveis mais clara consciência da situação e comecem a esboçar-se ideias e iniciativas ( e algumas particulares de muito valor) no sentido de alimentar a produção e divulgação da boa literatura para jovens é tão acentuado o desnível entre a má e a boa literatura à disposição da juventude que quase podemos dizer que o Estado ainda não começou na prática a obra de capital importância que neste sector tem de realizar. Tem quase dez anos o Decreto Lei nº 41051 no qual se criou a Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores que incluía na sua competência proceder ao estudo de à realização de inquéritos sobre a orientação a imprimir à leitura para menores e o desenvolvimento e orientação de bibliotecas e centros de leitura especialmente destinados aos mesmos menores propondo ao Governo medidas adequadas. Creio bem que nestes dois últimos lustros teria havido tempo para realizar neste sector algo de valor mas só o Governo poderá esclarecer-nos das razões que obstaram à realização do trabalho do trabalho preconizado na lei e do qual se foi realizado senão vêem resultados. Esta mesma Comissão tem por obrigação apreciar todas as publicações periódicas ou não, nacionais ou estrangeiras declaradamente destinadas à infância e à adolescência, ou que pelo seu aspecto ou conteúdo possam como tal ser reputadas e sem o seu parecer favorável não podem ser postas à venda. Seria curioso inventariar as publicações que se venderam sem autorização da Comissão por não lhe terem sido enviadas para apreciação e o volume das multas cobradas por estas faltas cometidas durante os dez anos decorridos. Acresce que misturadas com estas publicações outras há também ilegalmente e livremente à venda à disposição de menores e maiores cujo conteúdo erótico ou pornográfico estimula os mais baixos instintos do jovem e do jovem adulto. Tantas vezes tem vindo a público este grito de alarme e afinal tudo continua

---

<sup>1102</sup> Manuel Braancamp Sobral, licenciado em Matemáticas, havia sido membro da CLEM durante 3 anos ( 1960-1963) embora afecto à Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos . Foi Deputado na IX Legislatura ( 1965 -1969) e exerceu vários cargos políticos no contexto da Mocidade Portuguesa desde a sua fundação Comandante do Centro Escolar n.º 27 (Liceu Passos Manuel); Dirigente do Centro Universitário de Lisboa; leccionou na Escola Central de Graduados; Secretário Inspector e membro do Conselho Consultivo (1946-1951). Em 1945, fundou a Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa, sendo seu Presidente entre 1948 e 1965, vide Paula Gonçalves, " Sobral, Manuel José de Almeida Braancamp" . Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, dir. *Dicionário Biográfico Parlamentar*,( 1935-1974).vol.II [...]pp. 630-631

na mesma . Em quadradinhos mais pequenos ou maiores, por módica quantia se obtém por toda a parte as histórias mais indecorosas e indecentes que podem imaginar-se”<sup>1103</sup>

Nos dias seguinte subirão à tribuna vários Deputados que , embora não tão explícitos nas acusações à CLEM e ao Governo nesta matéria , não deixam de assinalar a ineficácia das políticas . É o caso de Hirondino Fernandes<sup>1104</sup>:

“ Há pouco mais de uns dez anos o Governo estabelecia uma Comissão de Literatura e Espectáculos de Menores- Decreto nº 41051- que para além de outros encargos tinha o de orientar as leituras dos jovens. Ela apreciaria todas publicações periódicas ou não, nacionais ou estrangeiras declaradamente destinadas à infância e adolescência e sem o seu o seu parecer favorável não poderiam ser postas à venda, como acentuou o autor do ilustre aviso prévio em debate. Não se evita assim inteiramente o mal como se compreende porque o que essencialmente importava era secar a raiz e essa lá anda tentando alcançar a superfície atenua-se porém grandemente impedindo-o de produzir e dar novos frutos . O caso está todo em cumprir-se o que superiormente se encontra estabelecido. E tem-se feito? . De modo algum porque o livro sai, espalha-se como no Outono a folha ao vento e depois é que surge a respectiva acção policial(...) pois que se cumpra escrupulosamente o Decreto nº 41051 por um lado e pelo outro que os portugueses conscientes (...) se mantenham em permanente vigília e em alerta constante”<sup>1105</sup> .

Foi também o caso de Araújo Novo<sup>1106</sup> que a dada altura refere :

“Anda por aí a correr mundo uma literatura infantil pouco menos que tola. Ela enche e toma de assalto a imaginação das camadas mais jovens com um sem

---

<sup>1103</sup> Vide *Diário das Sessões*, nº 52, IX Legislatura, 17/12/1966, p.941

<sup>1104</sup> Hirondino Fernandes, nasceu em 1931 em Bragança , formou -se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e iniciou a sua carreira profissional como professor do ensino técnico . Dedicou-se aos estudos de Antropologia e Etnografia sobre os quais publicou vários trabalhos com especial incidência sobre temas da sua terra natal, Bragança. Foi deputado na IX Legislatura , vogal da Comissão Distrital de Bragança da União Nacional e teve papel activo na imprensa da Mocidade Portuguesa. Vide Paula Goncalves" Fernandes, Hirondino da Paixão". Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, dir. *Dicionário Biográfico Parlamentar*,( 1935-1974).vol .I [...] p. 587

<sup>1105</sup> Vide *Diário das Sessões* nº 55, IX Legislatura, 13/1/1967, p.997

<sup>1106</sup> Araújo Novo nasceu em 1917 e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Esteve ligado aos círculos católicos da Cidade Universitária como secretario do CADC e administrador da revista "Estudos". Foi presidente da Câmara de Viana do Castelo e membro da Câmara Corporativa na VI Legislatura na secção Autarquias Locais . Nas VII e IX Legislaturas da Assembleia Nacional foi eleito pelo círculo de Viana do Castelo não terminando o último mandato porque foi entretanto nomeados Governador civil de Viana do Castelo. vide Marta Duarte" Novo, José Goncalves Araújo " Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, dir. *Dicionário Biográfico Parlamentar*,( 1935-1974).vol .II [...] pp. 238-239

número de publicações em que abundam quadradinhos e mais quadradinhos onde nada de construtivo se encontra, historietas inverosímeis, heróis mais do que fantasiosos, textos sem cuidado e sem sentido, bonecos e mais bonecos, eis o alimento espiritual de milhares e milhares de jovens cuja receptividade admirável bem podia ser aproveitada para lhes encher a alma com autênticos valores que os entusiasmassem primeiro e lhes criariam a devoção necessária para os imitar e procurar seguir no futuro”<sup>1107</sup>.

O debate conclui com a aprovação de uma moção onde entre outros pontos se consagraram os seguintes : “ 8º Que se fomentem a boa literatura as bibliotecas e os espectáculos, bem como os programas de rádio e televisão destinados à juventude em harmonia com a alta função que desempenham como meios de educação popular ; 11º Que se considere indispensável a criação de uma entidade que estude os problemas específicos da juventude e promova a convergência de todos os esforços dos organismos estatais, movimentos e organizações juvenis, oficiais e particulares, com audiência e representação das associações de pais com vista a propor ao Governo as medidas concretas de uma política de juventude”<sup>1108</sup>

A moção veio a ser aprovada na Assembleia Nacional e se bem que o Diário das Sessões não esclareça qual a maioria de aprovação a simples adopção do texto , nas condições de exercício do poder por parte do aerópago salazarista e em vista da sua escassíssima competência fiscalizadora da actividade do Governo não pode deixar de ter um significado político. O conteúdo dos pontos 8º e 11º da moção tinham como destinatário óbvio a CLEM. Em rigor a ela competia , para além das funções censórias, as acções de fomento da boa literatura e os estudos com vista a propor ao Governo medidas concretas. Na verdade o que aí se exigia era a sua substituição por uma outra entidade que , pelo menos no campo das acção e dos estudos da literatura infanto-juvenil fizesse o que a Comissão não teria conseguido fazer.

Cerca de um ano depois da aprovação desta moção o mesmo Deputado Braamcamp Sobral apresentou uma série de perguntas ao Governo sobre a temática da literatura infanto-juvenil . Algumas delas prendem-se expressamente com as competências da CLEM , a saber :

“ Que disposições foram tomadas pelo Governo, desde 25 de Janeiro de 1967 até à presente data, tendo em vista:

<sup>1107</sup> Vide *Diário das Sessões* ,nº 60,IX Legislatura , 21/1/1967, p. 1087

<sup>1108</sup> Vide *Diário das Sessões* , nº 62, IX Legislatura, 26/1/1967, p.1138

- 1.º A criação e difusão em larga escala de boa literatura para jovens?
- 2.º A eficiente actuação da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, nos termos do Decreto-Lei n.º 41 051, e a adaptação dos seus processos de trabalho às exigências actuais?
- 3.º A criação de uma entidade que estude os problemas específicos da juventude, conforme se preconizou no n.º 11 da moção aprovada na sessão desta assembleia realizada em 25 de Janeiro de 1967?

Lisboa, 25 de Janeiro de 1968. - O Deputado, Manuel José d'Almeida Braamcamp Sobral.”<sup>1109</sup>

Como resultava do questionário apresentado por Braamcamp Sobral o que estava em causa era saber da atitude do Governo em sede de política de juventude e em concreto quanto à literatura infanto-juvenil passado um ano da aprovação da moção que antes referimos. Em concreto é questionado o Governo, entre outros aspectos, acerca da eficiência da actuação da CLEM. Isto significaria que a apontada ineficácia e progressiva irrelevância da Comissão para a função para a qual fora criada, se mantinha ou se teria agravado.

A resposta do Governo no que concerne à CLEM e à coerência das actuações censórias é um exercício confuso de linguagem política com uma mensagem clara: nada haveria a mudar .

- “ 2.º Tem o Governo sempre considerado, no plano que lhe é próprio, os problemas relacionados com o exercício das atribuições legais confiadas à Comissão de *Literatura e Espectáculos para Menores*, cuja estrutura e modo de intervenção se tem por agora entendido conveniente manter. A eficácia das instituições oportunamente criadas e dos métodos adoptados no seu funcionamento se afigura dever-se em boa parte que os problemas sociais que integram as atribuições da mesma Comissão não revestam em todo o caso entre nós o mesmo grau de agudeza que se lhes assinala em muitos países. Mas a melhoria possível dos seus meios de acção é objecto de estudo.
- 3.º Integrados os serviços em causa, ao menos na sua maior parte, no mesmo departamento do Governo, são-lhes definidos sempre critérios fundamentais de

---

<sup>1109</sup> Vide , *Diário das Sessões*, nº 135, IX Legislatura , 14/2/1968, p. 2426



actuação comuns.

Rigorosamente não se põe, portanto, um problema de harmonia de critérios. Mas a harmonização das actividades dos vários órgãos e a fidelidade aos critérios comuns no exercício das suas atribuições específicas são asseguradas, não apenas no plano antes referido, mas também por frequentes contactos entre os seus responsáveis e mediante as necessárias reuniões de trabalho.” “Quanto à criação de uma entidade para estudar as questões ligadas aos jovens o Governo deu a entender ser ela desnecessária ao fazer o exaustivo elenco das entidades já existentes e que realizam o “estudo dos problemas específicos da juventude” <sup>1110</sup>

Ou seja a política da juventude bastava-se e continuaria a bastar-se com a orientação do Ministro da Educação Nacional, o concurso do Subsecretário de Estado da Juventude e ao nível administrativo as funções da Junta Nacional de Educação( onde aliás o Presidente da CLEM tinha assento). Alguns meses depois destes acontecimentos Salazar ficaria impossibilidade de continuar a exercer as suas funções após a inopinada queda no Estoril. Marcello Caetano suceder-lhe-á e se num primeiro momento pouco ou nada modificará nas funções e composição da CLEM , limitando-se a consagrar que a presidência da CLEM passará a ser por inerência do Director Geral da Cultura Popular e Espectáculos, passando o anterior Presidente a exercer funções de Vice-presidente, tudo isto por força da extinção do Secretariado Nacional da Informação , Cultura Popular e Turismo e a criação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo onde a CLEPM ficou inserida ( Decreto-Lei nº 48686 de 15/11/68) já mais tarde ,em 1971 , no diploma relativo à classificação de espectáculos e divertimentos públicos, alarga a sua composição e amplia as suas competências. Mas essas são contas de outro rosário, que não cabem já nos limites cronológicos deste estudo. Não se trata, como é fácil constatar , de uma simples limitação cronológica. Ela representa uma significativa alteração na dinâmica política do Estado Novo, traduzindo a ascensão ao poder do antigo Ministro da Presidência de Salazar e, no que foi apelidado de “ marcelismo”, um esforço de reorientação do lugar da imprensa e da censura no regime. Ora e recuando um pouco, se se mostra facilmente delimitado o campo de actuação da primitiva CELIJ e da sua sucessora CLEM, durante a presidência de Serras e Silva, num breve período de 6 anos que começa em 1950 e acaba em 1956 , o mesmo não se pode dizer da fase seguinte com a presidência de Fernanda Castro que se prolonga por cerca de 11 anos , no limite do período cronológico que analisamos. É que

---

<sup>1110</sup> Vide *Diário das Sessões* nº 135, IX Legislatura , 14/2/1968 , p.2427-2428

Serras e Silva lidar sempre com o mesmo Director dos Serviços de Censura, esse “militar com um perfil atípico”<sup>1111</sup> Coronel Armando Jorge das Neves Larcher e apenas com dois Sub-directores ou Directores Adjuntos respectivamente o Capitão José Silva Dias e Coronel David dos Santos. Do ponto de vista do Governo os Ministros que tutelaram a presidência do Conselho nesse período, onde o Secretariado Nacional de Informação/ Direcção dos Serviços de Censura se incluía, foram João Lumbrales ( 1950-1955) e Marcello Caetano ( 1955-1958) e os Ministros da Educação , Pires de Lima (1947-1955) e Francisco Leite Pinto( 1955-1961). Uma relativa estabilidade no mando político da censura e a personalidade e o empenho de Serras e Silva , convicto das suas ideias e do seu papel de censor, permitiram maior eficácia na estratégia censória . Por outro lado se entre 1950 e 1956 se mantêm vivos os ecos internacionais das campanhas moralizadores a partir daí passam a ser raros .

Já Fernanda de Castro ocupou o cargo no contexto em que se sucederam à frente da Censura sete Directores , a saber Armando Larcher ( até 1959) , José Fernando Quesada Pastor ( alguns meses em 1959), Eduardo Homem Gouveia e Sousa( 1960), Guilherme Lourenço Pinheiro ( os primeiros seis meses de 1961) António Neves Martinha( 1961-1965) Rui Alvim ( 1965-1966) e José Araújo Sousa Nazaré( 1966-1968) , este último o derradeiro responsável da Censura antes do consulado marcelista. Do ponto de vista dos Ministros com a tutela da Presidência do Conselho e o SNI ocuparam a pasta como Ministros da Presidência, Marcelo Caetano e Pedro Teotónio Pereira e depois como Ministros de Estado Adjunto do Presidente do Conselho Gonçalo Correia de Oliveira e António Motta Veiga . Ou seja o mandato de Fernanda de Castro cruza-se com vários titulares políticos e convive com múltiplas personalidades com tutela , directa ou indirecta da Comissão a que presidia . E se bem que a CLEM sempre tenha actuado, pelo que foi possível documentar, com autonomia em relação à Direcção dos Serviços de Censura e , o que é mais relevante, tendo esta acatado sempre as suas informações , a verdade é que a sua acção não poderia ficar alheia às orientações do Presidente do Conselho e descendo na escada hierárquica, do Ministro da Presidência ( mais tarde Ministro de Estado Adjunto) , do Director do SNI e do chefe da Censura.

---

<sup>1111</sup> Vide Joaquim Cardoso Gomes, “ Os censores do 25 de Abril[...], p. 12

A nível político global três acontecimentos se sucedem no mandato de Fernanda de Castro : o chamado “ terramoto delgadista”<sup>1112</sup> em 1958, o início da guerra colonial em 1961 e as crises académicas de 1962. Todos esses acontecimentos obrigam o regime a reforçar o controlo da imprensa e dos espectáculos. Sabemos que ao nível da estrutura censória geral António Neves Martinha veio a ser chamado por Marcello Caetano para director adjunto da Censura em 1957, tornando-se no primeiro civil a ocupar tal posto e após um período em que se sucedem na chefia por escassos períodos José Fernando Quesada Pastor, Eduardo Homem de Gouveia e Sousa e Guilherme Lourenço Pinheiro, o mesmo Martinha sobe a Director onde permanecerá entre 1961 e 1965. A ele se deve a renovação organizativa da Censura com um “ maior e mais rápido alargamento do quadro de censores”<sup>1113</sup>, com a entrada de censores civis mais novos e a “ entrada de reforço de coronéis no aparelho ocupando a quase totalidade das chefias intermédias(...) e que está na origem da memória da “coronelização” da censura concretizada na década de 60”<sup>1114</sup>. Sucede a Martinha, Rui Alvim conhecido pelas suas ligações aos meios nacionalistas revolucionários<sup>1115</sup> e que terá favorecido a admissão no aparelho da censura de elementos da direita radical, mas cuja presença no cargo é fugaz, cerca de seis meses. Será substituído por José de Sousa Nazaré que permanecerá até à posse de Marcello Caetano. Em qualquer caso o tom da política censória neste período se não terá sido o de um estreitamento dos critérios censórios, da maior vigilância e de reforço da actuação da estrutura administrativa é seguro que não registou qualquer tentativa liberalizadora<sup>1116</sup>. Recorde-se que data de Fevereiro de 1966 o desabafo de Salazar relatado por Franco Nogueira: “ Neste País, apenas o chefe do Governo está isento de Censura. Todos os demais, incluindo os Ministros lhe estão subordinados”<sup>1117</sup>- a verdade é que não parece que tal tenha tido qualquer reflexo no funcionamento da CLEM. Pelo contrário, tudo indica que ao longo do mandato de Fernanda de Castro no consulado salazarista ou seja até 1968, a sua actuação se tornou menos efectiva e menos presente no esforço de evitar a invasão dos quadradinhos estrangeiros e de saber o que publicavam as portuguesas, que basicamente ignorou.

---

<sup>1112</sup> Vide Fernando Rosas, “ O Estado Novo(1926-1974)”. *História de Portugal*, vol.VII., direcção de José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, 1994,p.523

<sup>1113</sup> Vide Joaquim Cardoso Gomes, “ Os censores do 25 de Abril [...]p.14

<sup>1114</sup> Vide Joaquim Cardoso Gomes, “ Os censores do 25 de Abril [...]p. 15

<sup>1115</sup> Vide R. Marchi, *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo(1959-1974)*. Lisboa. Texto Editores, 2009, p. 138-143

<sup>1116</sup> Vide Rui Ramos, coord. *História de Portugal*[...] p. 694

<sup>1117</sup> Vide Franco Nogueira, *Um Político confessa-se. Diário, 1960-68*, Porto, Edições Civilização, 1986, p. 164

A confirmar-se esta interpretação teríamos registado , neste particular, um movimento histórico absolutamente oposto no seu sentido global aquele que vimos ter-se registado em Espanha. Ou seja enquanto em Espanha a ascensão de Fraga Iribarne à pasta da Informação correspondeu ao período de maior intensidade censória quanto às publicações infanto-juvenis, num período que vai de 1964 até ao fim da ditadura franquista , por cá ocorreu o inverso registando-se , sensivelmente, no mesmo lapso temporal um período de maior abertura .

## 6.5 . Conclusão

Não há registo de intervenção da CLEM em qualquer das publicações periódicas infanto-juvenis portuguesas que surgem nos anos 60 . Parece viver-se um período de crise nas revistas de “ banda desenhada” em Portugal em parte contrabalançado pela edição de álbuns com aventuras completas. As raras publicações a editarem-se de novo, como “ O Falcão( 1958-1960) e o “Zorro”( 1962-1966) não parecem ter sido incomodadas pela CLEM o mesmo acontecendo com o “ Mundo de Aventuras” a viver então a sua 3ª vida, em formato reduzido , periodicidade semanal e aventuras completas. A estratégia censória quer da CELIJ quer da CLEM , analisada na perspectiva dos temas recorrentes abordados nas suas decisões e do ambiente internacional de alarme e policiamento quanto às publicações infanto-juvenis e nelas das “ histórias em quadrinhos”, permite confirmar o que antes dissemos no esboço cronológico quanto ao “ momento censório infanto – juvenil” entre nós. Ou seja que ele se modifica de forma substancial a partir de 1957, quase desaparecendo , com a presença/ ausência de Fernanda de Castro como Presidente da CLEM. Na verdade as fontes disponíveis para o propósito do presente estudo apenas indiciariamente o confirmam, o que pode ser um elogio metodológico aos instrumentos da micro-história, se mais tarde outro fôlego o confirmar . Por ora o sentido da validade de tal asserção decorre desde logo da análise quantitativa possível de realizar quanto ao olhar dos censores em relação a algumas publicações em toda a década de 50.

Tomemos como referência a edição brasileira da revista “ Zorro” . A publicação que tinha como personagem principal o cavaleiro negro mascarado é um bom exemplo dado que foi objecto de várias intervenções censórias subordinadas quase sempre ao tópico da “ violência”. Tratava-se de um dos títulos de maior sucesso no Brasil, editada pela EBAL (

Editora Brasil América) fundada e dirigida pelo judeu de origem russa Adolfo Aizen, com uma circulação de cerca de 150 mil exemplares por número <sup>1118</sup>. Beneficiando , tal como muitas outras personagens da BD, da popularidade cinematográfica de Zorro, a revista era distribuída em Portugal desde o seu nº1 de 1954 por dois distribuidores : Helena A. Lima em Lisboa e Livraria Latina Editora no Porto . Em 74 números entre 1954 e 1959 , apenas oito são interditados de venda em Portugal e todos eles com fundamentos similares : “ apenas violência sem nada de útil”<sup>1119</sup> “ cenas de banditismo e lições de arrombamento de cofres”<sup>1120</sup>. Contudo todas intervenções censórias ocorreram entre de 1954 e 1956<sup>1121</sup>. Depois disso a revista é autorizada a circular em Portugal sem qualquer constrangimento. Outro caso caso é o da revista brasileira “ Possante” , que pode filiar-se na categoria do “ western comics” , a qual foi objecto de apreciações censórias quer por ser considerada para crianças e incluir publicidade sobre outra revista com “ histórias de amor “<sup>1122</sup> quer porque inclui o método de impressão de “ três dimensões” <sup>1123</sup> que a CLEM condenava por fazer perigar a higiene visual . A última destas intervenções foi em 1955. Daí até 1960 todos os 55 números da revista foram autorizados a circular em Portugal. E desse ano não há registos.

Mas os exemplos que permitem sustentar, com bons argumentos , a inflexão da estratégia da CLEM a partir dos anos 60 foi o fim da interdição de “ Superman”, “Batman”, “ Marvel” e “ Tarzan”<sup>1124</sup>. Essas quatro publicações, e sobretudo as personagens de

---

<sup>1118</sup> Vide Gonçalo Junior, *A Guerra dos Gibis*, [...] p. 288

<sup>1119</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos Processo nº 109. Revista Infantil Brasileira “ Zorro”, Parecer sob o nº 8 de Outubro de 1954, Ass.ilegível, 29/11/1954 . Aprovado em reunião da CLEM 29/11/1954, O Presidente Serras e Silva

<sup>1120</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos Processo nº 109. Revista Infantil Brasileira “ Zorro”. Parecer sob o nº 10 Dezembro de 1954, ass. ilegível. 21/12/1954. Aprovado em reunião da CLEM 21/12/1954, O Presidente Serras e Silva

<sup>1121</sup> PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos Processo nº 109. Revista Infantil Brasileira “ Zorro”. Ficha de números presentes à Censura . Título “Zorro”. Primeira entrada nº 1 de Março 1954 última entrada nº 47 Janeiro 1958

<sup>1122</sup> PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos Processo nº 149 revista infantil brasileira “ Possante” Parecer sobre nº 30 de Julho de 1955. J.Gomes Branco. 19/7/1955 . Aprovado em reunião da CLEM , s.d. pelo Presidente A. Cortês Pinto

<sup>1123</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos Processo nº 149 revista infantil brasileira “ Possante”. Parecer sobre o nº 11 Dezembro de 1954. Ass. Ilegível. 25/10/1954 . Aprovado em reunião da CLEM , 25/10/1954 Pelo Presidente A. Cortês Pinto

<sup>1124</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*. Revistas estrangeiras. Números Proibidos, Proc. nº142 “ Marvel Magazine”. Permissão da circulação da edição brasileira de “ Marvel” tomada em reunião da

referência de cada uma simbolizavam parte substancial do argumentário crítico da CLEM no que tange aos “super-heróis” cujos paradigmas eram justamente “Superman”, “Batman” e “Marvel” e a essa versão de “super-animal” que dava pelo nome de “Tarzan”. Como veremos no capítulo seguinte boa parte do edifício estratégico construído pela CLEM para lutar contra a “desmoralização” do jovens foi construído em torno desse preciso tema . O silenciamento de tal estratégia sem uma palavra justificativa apenas poderia significar uma radical alteração no modo como os censores passaram a ver a sua função. E isso justamente, coincidiu com a Presidência de Fernanda de Castro.

Mas o silêncio da estratégia não teve parceiros inocentes. Um deles é sem dúvida o início da legitimação cultural das " histórias em quadrinhos" .Esse fenómeno inicia-se no fim dos anos 50 e atravessa os anos 60, um pouco por todo o lado, como vimos no capítulo 2 . Ou seja o consumo de publicações periódicas infanto-juvenis e nelas de aventuras em bandas desenhadas, no modelo que acabou por prevalecer nos anos 60, da escola franco-belga, deixou , aos olhos do Estado Novo de constituir um perigo moral para os jovens portugueses.

---

CLEM em data não especificada , mas que se presume ser em Março de 1959 e confirmada pela Direcção dos Serviços de Censura a 24/3/1959 . Em Janeiro de 1959 a Direcção dos Serviços de Censura informava os distribuidores de revistas estrangeiras “ que foi levantada a interdição das revistas infantis “ Edgar Rice Burroughs-Tarzan” e “Superman”, que estavam interditas em qualquer língua”. Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* . Revistas infantis. Números proibidos. Carta do Secretário da Direcção dos Serviços de Censura de 21/1/1959 ao Gerente da Livraria Latina no Porto.Quanto a “ Batman” vide PT/SGPCM/ *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 118 . “ Bat Man” . Ofício confidencial 267 da Direcção dos Serviços de Censura ao Director da Polícia internacional e de Defesa do Estado, 20/2/1959 “ Tenho a honra de informar V.Exa de que foi levantada a interdição da revista infantil brasileira intitulada “ Bat Man” tendo já sido autorizada a circular no País o nº 71 de Janeiro de 1959 da mesma revista”

## Capítulo 7

### **Estratégias censórias e procedimentos de controlo: as orientações, os temas , as práticas e as ritualizações numa perspectiva comparada**

#### **7. Introdução**

Nem sempre os estudos sobre a censura conseguem encontrar o seu verdadeiro objecto. E quando o encontram ele reconduz-se aos cortes realizados em certo texto, ao rol de livros queimados ou a uma listagem de obras proibidas num qualquer índice<sup>1125</sup>. Talvez essa dificuldade seja mais evidente na censura política à imprensa generalista onde a ausência de orientação global ou de uma estratégia , por incompleta, imperfeita ou incoerente que seja, deixa apenas ver como a ponta do “iceberg” os tais cortes ou os títulos proibidos. O que neste capítulo se propõe é justamente o inverso. Olhar para as censuras como objectos , na medida em que se traduzem em textos, mais ou menos densos, mais ou menos telegráficos, mas que podem ser estudados , quer na sua arrumação em áreas temáticas, quer na fidelidade ou infidelidade a uma estratégia pré-definida pelos códigos (e pelo poder político) , quer mesmo na sua coerência ou incoerência internas. E esse estudo deve fazer-se tendo em consideração a dimensão comparativa que nos é fornecida pelo facto da realidade portuguesa ser a particular expressão de um fenómeno planetário .

O facto de conseguirmos arrumar as censuras em determinados temas não nos deve alarmar se ainda assim não conseguirmos definir a censura . Parece sensato não tentar responder à pergunta por onde poderia ter começado este trabalho : o que é a censura? Qualquer tentativa de resposta será sempre insatisfatória. Uma definição muito rígida levar-nos-ia a analisá-la como “ um fenómeno autónomo que opera em todo o lado da mesma forma qualquer que seja o contexto”<sup>1126</sup> . E por aí encaminhados seria sempre possível concluir que certas informações de Moreira das Neves não seriam bem censura . Mas uma tentativa de alargar o conceito a todo o tipo de constrangimentos, numa definição tão abrangente que vá das leis de protecção de menores face a informática , ao controlo da velocidade por radares ou às classificações etárias dos filmes, banaliza a

---

<sup>1125</sup> Vide Rui Tavares , *O Censor Iluminado*[...]p. 561

<sup>1126</sup> Vide Robert Darnton, *De la Censure*[...] p. 11

palavra censura. E em boa verdade “ considerar que ela existe em todo o lado é dizer que ela não se exerce em lado nenhum apagando-se sem pertinência toda a distinção “<sup>1127</sup> .

Mais avisado será , para tentarmos perceber historicamente o que foi a censura infanto-juvenil no Estado Novo, ignorar definições e entrar em diálogo com os censores de modo a procurar responder a duas questões : como trabalhavam e como viam o seu trabalho. Felizmente, no caso vertente, podemos falar com eles através dos documentos que nos deixaram . Analisar as centenas de documentos elaborados pelos nossos censores, para perceber o que diziam deve exigir um pouco da atitude dos antropólogos quando estudam civilizações diferentes e afastadas daquelas em que vivemos e acreditamos. Ou seja a nossa adesão à liberdade de expressão não nos deve impedir de estudar a censura e a repressão. Como diz Robert Darnton, cabe ao leitor avaliar se a argumentação está ferida de subjectividade<sup>1128</sup>.

Eis pois o caderno de encargos das linhas que se seguem. Estudar a actuação das Comissões pelas suas concretas decisões censórias, arrumando-as tematicamente e ao mesmo tempo comparando-as com idênticas temáticas tal como foram abordadas nas décadas de 50 e 60 nos EUA, na França , no Reino Unido e na Espanha e que em parte sinalizámos no capítulo 3. O cardápio é extenso mas para lá chegar importa começar por identificar o modo de funcionamento das Comissões, o estatuto dos censores e a natureza das decisões censórias.

### **7.1. O funcionamento e a competência das Comissões infanto-juvenis : a ausência do “lápis azul”**

A CLEM começou por reunir semanalmente para depois espaçar as suas reuniões e já nos anos 60 ficar sem reunir por vários meses. De início as fundamentações para decisões censórias, ou seja os “pareceres” , “informações” ou “relatórios”, posto que assim eram indistintamente designados, constavam de impresso próprio com o texto dactilografado elaborada pelo censor relator , a que se somava o carimbo da decisão colegial da Comissão, rubricado pelo ou pela Presidente e mais outro da Direcção dos Serviços de Censura, sempre concordante . Mas passados poucos anos a Comissão abandonou tal procedimento e os pareceres passaram a ser manuscritos e muitas vezes no verso dos

---

<sup>1127</sup> Vide Robert Darnton, *De la Censure*[...]p. 290

<sup>1128</sup> Vide Robert Darnton, *De la Censure*[...]p. 15



próprios verbetes das empresas distribuidoras das publicações periódicas infanto-juvenis que por essa via as remetiam à censura.

Os censores infanto-juvenis parece terem ignorado o “ lápis azul” <sup>1129</sup> . Não há indicações nas fontes consultadas de utilização deste simbólico instrumento, tão comum entre os “ coronéis” de serviço, na prática da censura sobre a imprensa generalista. E contudo, como vimos ( Documento A) , os censores espanhóis não hesitavam em marcar, riscar e sublinhar as ilustrações e as legendas nos “ tebeos” que lhes caíam na mesa para “ lectura previa”. Não deixavam de elaborar a respectiva informação fundamentada, mas o verdadeiro sentido do seu juízo crítico só se alcança com plenitude olhando e procurando interpretar esses aparentemente indisciplinados círculos e sublinhados. A geometria e a intensidade dessas marcações são mais esclarecedoras do que os “ informes” que invariavelmente mereciam o “ visto bueno” do Padre Jesus Maria Vazquez.

Entre nós ficaram apenas textos, uns em estilo telegráfico, outros mais extensos e em certas matérias pareceres de natureza quase jurisprudencial que fixavam uma orientação a seguir. Como se a dignidade que os censores a si próprios atribuíam no exercício da sua função moralizadora do jornalismo infanto-juvenil fosse incompatível com o “ lápis azul”. Em todos os casos estudados nunca a CLEM reunida colegialmente deixou de concordar com a fundamentação e proposta de decisão do Relator.

Não sabemos como eram designados os relatores . Se eram escolhidos consoante algum critério de especialização censória, por exemplo. Mas sabemos que entre os membros da CLEM mais activos , o destaque será sem dúvida para Francisco Moreira das Neves , mas J. Gomes Branco , Eduardo Antonino Pestana, Álvira Saraiva ou Cortês Pinto deixaram cada um deles um número relevante de pareceres elaborados. É provável que o “ trabalhador infatigável” que Fernanda de Castro descobriu em Moreira das Neves em 1957, tivesse antecedentes e o seu particular método de trabalho viesse já do início da Comissão : como almoçava perto do SNI chegava sempre às duas em ponto de modo que quando os outros apareciam encontravam quase tudo já feito, restando ao Presidente o dever de rubricar tudo.

A indicação expressa da decisão colegial da CLEM resultava de um carimbo , aposto no parecer ou informação do censor designado para a leitura, com os seguintes dizeres:

**“ Presidência do Conselho  
Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores**

---

<sup>1129</sup> Sobre o simbolismo do “ censor estatal de manga de alpaca e lápis azul” vide José Barreto” Censura” António Barreto e Maria Filomena Mónica, *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento A/E ,vol.VII[...]p. 283

**Este parecer foi aprovado na reunião do dia....de.... de 19....  
Lisboa,.... de..... de 19...  
O Presidente”**

O espaços em branco eram preenchidos de forma manuscrita e a assinatura por baixo da palavra “ Presidente” quando não era a de Serras e Silva ou Fernanda de Castro, consoante o momento cronológico, cujas assinaturas ou rubricas facilmente se identificam, acabavam por ser de outros membros da Comissão, nem sempre identificados , que cuidavam de indicar “ pelo Presidente”. Por seu lado a Direcção dos Serviços de Censura, quando era o caso, ou seja quando o parecer da CLEM traduzia uma opinião definitiva sobre certa publicação, certo texto ou certa “ história em quadrinhos” , também através de carimbo aposto na mesma informação ou parecer acompanhava o sentido da opinião da CLEM com as expressões : “interdito”, “proibido” ou “autorizado”. Assim, por exemplo :

**“Direcção dos Serviços de Censura  
Proibido  
Em.... de .....de 19...  
O Director”**

Contudo e como resulta das fontes a que tivemos acesso nem sempre este último carimbo acompanhava a opinião do censor e a decisão final da CLEM. Em alguns casos, raros é certo, a decisão final da Direcção dos Serviços de Censura é desconhecida. Mas como não se localizou nenhuma situação de desconformidade entre a opinião da Comissão censória e decisão final do “ ministério” da Censura, é de presumir que nos pouquíssimos casos em que está ausente o carimbo final a pauta de decisão não se tenha alterado. Nos restantes casos, que são quase todos, o juízo sobre o destino final do objecto censurado raras vezes surge assinado ou rubricado e quando isso ocorre a caligrafia é indecifrável . Veja-se um exemplo da multiplicidade de carimbos e textos manuscritos que se concentram no verso de uma reduzida nota de encomenda do importador a propósito da interdição da versão brasileira de “ Batman” ( ver documento AM).

Parece resultar do contexto em que as várias decisões se produzem, sem que se possa avançar com segurança para uma teoria dos actos censórios, que a diferença entre “ interdito” e “ proibido” é essencialmente de objecto e tempo. Ou seja o “ interdito” compreendia a impossibilidade de certo título poder circular a título definitivo enquanto tal decisão não viesse a ser alterada. O “ proibido” reporta-se a números isolados de certa publicação ou a conteúdos específicos apreciados pela CLEM, que em regra implicavam proibições totais . Já a expressão “ autorizado” traduzia a opinião favorável ou pelo menos

não totalmente desfavorável da CLEM ( por vezes com recurso à expressão “ tolerável”) mas também, no caso de conteúdos concretos , a situações onde a CLEM autorizava sob condição dos responsáveis das publicações efectuarem correcções ou alterações ( por exemplo correcções ortográficas ou gramaticais, alterações dos nomes das personagens pela via do “aportuguesamento “ dos personagens, etc ) .

A palavra final quanto à autorização ou proibição era da Direcção dos Serviços de Censura o que bem se compreende dado que nos termos da lei – arts. 18º al.b) e 19º do Decreto Lei nº 38964 e arts. 22º al.c) e 24º do Decreto Lei 41051 – a CLEM funcionava na órbita da Direcção dos Serviços de Censura e em concreto da Censura à Imprensa. Contudo a letra da lei – art. 19º do Decreto Lei nº 38964 e art. 24º do Decreto Lei nº 41051 – estipulava que “ todas as publicações periódicas ou não, nacionais ou estrangeiras, declaradamente destinadas à infância ou à adolescência ou que pelo seu aspecto ou conteúdo possam como tal ser reputadas(...) não poderão ser postas à venda sem o prévio parecer favorável da Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores”. Isso explica que em caso algum , dos que chegaram ao nosso conhecimento, a Direcção dos Serviços de Censura tenha manifestada discordância das decisões da CELIJ ou da CLEM ou que a elas se tenha substituído na sua função censória quanto aos periódicos infanto-juvenis. E ainda que formalmente fosse o carimbo de “ interdito” “ proibido” ou “ autorizado” da Direcção dos Serviços de Censura o acto administrativo final que selava o destino da publicação ou do concreto conteúdo, a verdade é que a decisão substantiva era sempre da CLEM funcionando colegialmente. Aliás isso mesmo se pode constatar pela identificação constante dos boletins periódicos da Direcção dos Serviços de Censura que procuravam resumir os “ principais cortes efectuados nos jornais” e que após a indicação dos cortes censórios na imprensa periódica diária ou semanal e da indicação da proibição de jornais ou revistas estrangeiras , encerravam invariavelmente com a seguinte listagem: “ Revistas infantis proibidas de circular no País por ter sido julgada inconveniente a sua divulgação pela Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores”<sup>1130</sup>. Estes relatórios de periodicidade semanal eram elaborados pelos Serviços de Censura e assinados pelo seu Director ou Director Adjunto e tinham natureza “ confidencial”. Um dos destinatários dos referidos Boletins seria Oliveira Salazar. Sabemos da supervisão pessoal dos serviços de Censura por parte do

---

<sup>1130</sup> Vide a título exemplificativo entre muitos PT/ANTT/ *Arquivo Salazar*, PC. 73, Direcção dos Serviços de Censura, Boletim dos Registos dos Principais Cortes efectuados nos jornais, nº 6/53 , Lisboa, 9 de Fevereiro de 1953. Confidencial

Chefe do Governo pelo que a leitura dos Boletins periódicos de cortes seria prática normal . E se assim foi Salazar não podia deixar de saber, por exemplo, da interdição de “Superman” ou de “Tarzan”<sup>1131</sup> e mais tarde do fim da referida interdição<sup>1132</sup>.

Como se sabe, a indicação expressa , em regra na primeira página, de que a publicação estava sujeita a censura prevaleceu desde 1926 e manteve-se até à introdução do chamado “ exame prévio” onde tal referência desapareceu, já em pleno marcelismo. Isso quanto aos jornais diários e demais publicações periódicas para adultos . Contudo nas publicações infanto-juvenis, com excepção de um breve período entre 1950 e 1952 , coincidindo com o surgimento e acção da CELIJ onde junto à ficha técnica surgiu “ Visado pela Comissão de Censura” em quase todos os números, a referência desapareceu por completo. Mas no âmbito dos livros infantis constata-se uma outra realidade. Nos anos 50 a generalidade dos livros infantis, como são disso exemplo as colecções da Editorial Infantil Majora, passaram a inserir nas páginas interiores a frase “ Visado pela Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores”. Tal procedimento ganha significado pelo relevo dado à CLEM no funcionamento da estrutura censória que assim procurava exercer uma função de validação formal dos conteúdos da publicação . Uma espécie de selo de garantia da qualidade e certificação do conteúdo moral ( e mais mediatamente político) da obra.

Um outro aspecto do funcionamento das Comissões especializadas que vimos acompanhando prende-se com a real efectividade da censura prévia. Ou seja, saber se na prática, a determinação legal que efectivamente atribuía à CLEM uma obrigatória intervenção autorizante de natureza preventiva para permitir a venda das publicações – arts. 19º e 24º dos Decretos antes citados- foi sempre cumprida. Terão existido algumas excepções. Identificámos o caso da revista “Flecha ” que veio a ficar dispensada logo à partida da censura prévia “ confiando na aceitação das directrizes que verbalmente foram dadas aos Directores <sup>1133</sup>. E também no mesmo caso , alguns meses depois, essa liberalidade veio a ser , ainda que parcelarmente, revertida, a avaliar pela troca de correspondência entre a CLEM e a direcção da revista . Tudo a propósito de um episódio

---

<sup>1131</sup> O Boletim nº 47/53 de 4/11/1953 informa da proibição definitiva “ em qualquer língua” de “Superman” e “Edgar Rice Burroughs Tarzan”. Vide PT/ANTT/ *Arquivo Salazar* . PC. Nº 73

<sup>1132</sup> Os momentos de contacto de Salazar com a política de censura infanto-juvenil que se mostram documentados são escassos : concordância com o texto das “ Instruções sobre Literatura Infantil” e escolha de Fernanda de Castro para presidir a CLEM em 1957.

<sup>1133</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 546 . Processo nº 794 “ Flecha”. Ofício do Director dos Serviços de Censura ao Director do semanário “Flecha”, 9/3/1955.

censório em torno de um relato do Antigo Testamento que redundou na obrigação: “ no futuro , qualquer história de carácter religioso (...) fique sujeito a censura prévia” <sup>1134</sup>.

No caso mais significativo de policiamento censório , o das publicações da Agência Portuguesa de Revistas, nos anos 50, a estratégia da ameaça da censura prévia funcionou com grande desenvoltura . As publicações suspeitas para a CLEM eram ameaçadas de ficarem sujeitas aos regime de “censura prévia” e em regra a concretização da ameaça verificava-se. O inverso ocorria também. Publicações que começam por ser alvo de tal procedimento preventivo e que solicitavam a alteração do estatuto alegando “ bom comportamento” . Por exemplo a edição inglesa “ Mickey Mouse Weekly” importada por Gonçalo W. de Vasconcelos, vê o seu estatuto alterado a pedido do importador que alega “ nunca ter havido impedimentos para a venda da revista em Portuga” , ponto de vista que a CLEM acolhe<sup>1135</sup> .

Os censores avaliavam as publicações de diversos pontos de vista , quer quanto à forma quer quanto ao conteúdo . E permitiam-se mesmo considerações de natureza literária em relação aos textos que tinham de analisar<sup>1136</sup>. Bem como formulavam juízos críticos quanto às imagens ou a sequência das ilustrações nas histórias em quadrinhos.

Todas as revistas infanto-juvenis publicadas entre nós no período cronológico em estudo terão passado pelos olhos dos censores antes ou depois da sua circulação comercial . E mesmo as publicações do regime, como o “ Camarada” ou a “Fagulha” não escaparam a esse regime, embora se admita que aí possa ter existido menor zelo no acompanhamento. O mesmo se diga dos livros para jovens. Embora esse não seja o tema deste trabalho a verdade é que alguns dos títulos que são clássicos da literatura infantil e juvenil de todo o mundo , escritos por Júlio Verne<sup>1137</sup> , Mark Twain, Daniel Defoe , R.L. Stevenson ou Enid Blyton passaram pela CLEM. E também toda a literatura infantil de autores

---

<sup>1134</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 546 . Processo nº 794 “ Flecha”. Parecer da CLEM aprovado em reunião de 19/19/1954

<sup>1135</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*. Censura . Revistas Infantis . Números proibidos, Carta de Goncalo W. de Vasconcelos à CLEM datada de 8/6/1957 e resposta do Director dos Serviços de Censura de 12/6/1957, dispensando de censura prévia a revista inglesa “ Mickey Mouse Weekly “ mas deve ser mandado sempre um número aquela Comissão depois de ser posto à venda”

<sup>1136</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação / Arquivo do Instituto de Gestão das Actividades Culturais*, 2ª incorporação, ND 789. Processo Livro Infantil nº 3 “ Aventuras na Selva” Maria José de Carvalho e Silva, Livraria Progredior, Porto, Parecer de E. Antonino Pestana : “ É de recomendar apenas um pouco mais de atenção na pontuação. Em vez da expressão “ meios estremunhados” “ logo no princípio, seria preferível a expressão “ meio estreminhados”.

<sup>1137</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Censura, Processo livros infantis nº 650 “ Júlio Verne, Viagem ao Centro da Terra, Parecer favorável do Padre Moreira das Neves, 23/10/1956. Direcção dos Serviços de Censura “Autorizado”, 23/10/1956.

nacionais não escapou a tal política como foram os casos dos livros infantis de Sophia de Mello Breyner Andresen que já depois do 25 de Abril fizeram parte do Plano Nacional de Leitura como “ A menina do Mar” <sup>1138</sup> a “ Fada Oriana” ou o “Cavaleiro da Dinamarca”. Sempre com parecer favorável acrescente-se.

Mais duvidoso é saber se a CLEM também teve actuação nas “ histórias em quadrinhos” publicadas na imprensa diária ou semanal, sob a forma dos tradicionais “ strips” . Já quanto à intervenção nos suplementos infantis dos mesmíssimos diários ou semanários, alguns deles de grande projecção e popularidade como a “ Nau Catrineta” do “Diário de Notícias” e o “Pim Pam Pum” de “ O Século” restam poucas dúvidas <sup>1139</sup> . Por exemplo , o suplemento infanto-juvenil da revista “ Modas e Bordados” intitulado “ Joaninha” , propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia e dirigido por Etelvina Lopes de Almeida, é chamado a atenção em Março de 1954 nestes termos : “ Levo ao conhecimento de V.Exa que esta Comissão resolveu proibir as gravuras com o processo denominado de “três dimensões “. Aproveito a oportunidade para comunicar que deve V.Exa ouvir esta Comissão quando desejar alterar as normas que habitualmente segue nessa revista, quer quanto à redacção quer quanto à parte técnica”<sup>1140</sup>

A questão veio a ser debatida em 1954 mas com um resultado pouco claro de que não sabemos , por ausência de fontes, o desfecho . Importa contudo dar nota desse episódio. Em Março de 1954 o Diário de Notícias iniciou a publicação em “ quadrinhos” da biografia da principal heroína do romance “ Dama das Camélias” de Alexandre Dumas Filho . No entendimento da CLEM tratava-se de uma publicação “ muitíssimo inconveniente sob o aspecto moral, independentemente da idade dos leitores. É do pior que se pode ler. Trata-se de literatura pornográfica com a agravante da sugestão de figuras aliciantes. Mas é horrível que se faça disso leitura para crianças, aproveitando o livre

---

<sup>1138</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Censura, Processo Livros infantis nº 1222, Sophia de Mello Breyner Andresen, “A menina do Mar”, Editorial Aster, Parecer favorável , assinatura ilegível , 24/1/1962

<sup>1139</sup> O mesmo se passava quanto à intervenção da CLEM no nascimento de suplementos ou páginas infantis de jornais ou revistas que está documentada . Vide PT/ ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 730 em que o quinzenário de Moura “ A Planície” solicita e é-lhe concedida pela CLEM autorização para a criação de uma página infantil com a designação de “ Nós As Crianças” . O despacho autorizante refere : “ Autorizado devendo submeter as provas da página a censura prévia”. Assinatura ilegível, 3/6/1957

<sup>1140</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 742. Ofício do Presidente da CLEM ao Director da revista “ Joaninha” de 4/3/1954

transito da imprensa diária destinada ao grande público”<sup>1141</sup>. Contudo a CLEM mostrou-se embaraçada quanto ao modo de proceder por forma impedir a continuidade de tal publicação. Em carta ao Ministro da Presidência pergunta se pode exercer censura prévia “coordenando (...) essa intervenção com os serviços de censura à Imprensa”. O Ministro solicita um parecer à Direcção dos Serviços de Censura. Esta desenvolve a teoria de que existe uma diferença significativa entre histórias em quadrinhos para crianças e histórias em quadrinhos para adultos, revelando aliás conhecimento do que ocorria nos EUA. Alude às “comic stories” criadas nos EUA “com a sua produção mensal superior a 18.000.000 de exemplares, correspondentes a 120 comics diferentes” e na sua variedade que “vão desde aventuras de Texas Jack” à “edição do Macbeth de Shakespeare”. Umas destinadas a crianças e outras a adultos. E sustenta mesmo que existe uma fundamental diferença entre ambas : “nas histórias das revistas infantis as ilustrações e a prosa integram-se na mesma acção como elementos solidários e inseparáveis. As ilustrações constituem o elemento estrutural das histórias, a prosa ajuda a interpretá-las. Em literatura- género “comic story”- para adultos como se verificou na Dama das Camélias publicada no Diário de Notícias, as ilustrações desempenham o papel de quebrar a monotonia gráfica da página; o papel principal pertence à prosa”<sup>1142</sup>. E quanto à questão concreta colocada, acrescenta que “a primeira comissão de Literatura Infantil foi criada para intervir em todas as actividades da imprensa que, de qualquer modo possam ser prejudiciais à infância e adolescência e esse fim encontrava-se previsto nas instruções da primeira comissão e no projecto do Decreto 38.964 “.Ora constituindo-se a CLEM como herdeira daquela primeira comissão, Armando Larcher sustenta que todas as atribuições da antiga comissão transitaram para a nova, razão pela qual não vê como negar a possibilidade desta actuar em tudo o que que diga respeito aos menores mesmo que o meio seja a imprensa de grande audiência ou para adultos. Sugere contudo um mecanismo de acção que poderia consistir em “a Comissão solicita a atenção da Direcção Geral dos Serviços de Censura para a literatura que lhe pareça inconveniente aos interesses morais dos menores, qualquer que seja a natureza da publicação em que ela apareça e o Director

<sup>1141</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 529 . Carta do Presidente da CLEM Serras e Silva dirigida ao Ministro da Presidência, 25/3/1954.

<sup>1142</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação. Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 529 Informação assinada por Armando Larcher, 3/4/1954, com o despacho de “Concordo” aposto pelo Ministro da Presidência de 21/4/1954 e carta do Chefe de Gabinete do Ministro da Presidência de 26/4/1954 ao Presidente da CLEM dando conhecimento da conclusão da citada informação “que mereceu despacho de concordância de Sua Excelência o Ministro da Presidência”.

dos Serviços de Censura acordar com o Presidente da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores a maneira de adoptar medidas mais adequadas atinentes ao fim em vista.” Se bem que Costa Leite ( Lumbrals) tenha concordado com a solução não sabemos se foi ou não posta em prática . Uma coisa é certa , a versão desenhada da “ Dama das Camélias” continuou a ser publicada .

Nenhuma das comissões especializadas elaborou, tanto quanto é do nosso conhecimento, uma tipificação das revistas ou jornais e neles das histórias publicadas , designadamente das “histórias em quadrinhos”. Essa tipificação veio a ser informalmente estabelecida nos EUA à medida em que foram surgindo e diversificando os diversos tipos de “ comics”. Passou assim a falar-se em “ funny comics”, “ science fiction/ fantasy comics”, “crime comics”, “horror comics”” superhero comics”” western comics” “ war comics” “ educacional comics” ou “romance comics”. Ainda hoje tal tipologia, sem embargo da sua infixidez, é utilizada nos estudos académicos. Em França a CSC tratou logo no seu primeiro relatório de identificar os principais tipos de narrativas com que lidava, a saber : género policial, aventura, super-homem, “western”, relato histórico , guerra e séries infantis propriamente ditas <sup>1143</sup>. Mais tarde confrontada com novas realidades acrescentou à lista os “ relatos de horror”<sup>1144</sup> , as revistas para “teen agers” , “ presse de coeur” ou de erotismo precoce”<sup>1145</sup> , as “ revistas negras”<sup>1146</sup> e os periódicos “ bêtes et méchants”<sup>1147</sup>. E claro acrescentava-se a estas categorias as “revistas pornográficas e licenciosas” que também faziam parte do catálogo de publicações a fiscalizar, embora já não no contexto do art. 2º da Lei de 16/7/1949 mas do seu art. 14º que visava justamente proteger as

---

<sup>1143</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence au cours de l'année 1950*, Paris, Melun, Imprimerie Administrative, 1952, p. 14 -15

<sup>1144</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence , 1955 , policopiado, p. 23 . ANF/CAC. Archives Nationales de France / Centre des Archives Contemporains*. Premier Ministre ; Service Juridique et technique de l'information ; Direction de Développement des médias/ 19920181/1

<sup>1145</sup> Vide *Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a L'Enfance et a L'Adolescence, 1963, policopiado, pp.5-6 ANF/ CAC. Archives Nationales de France Centre des Archives Contemporains*. Premier Ministre ; Service Juridique et technique de l'information ; Direction de Développement des médias/ 19920181/1

<sup>1146</sup> “Revues noires”, ou seja “ onde o crime se mistura com o sadismo e o erotismo é considerado na forma mais baixa” vide *Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a L'Enfance et a L'Adolescence, 1958, Paris, Melun, Imprimerie Administrative, p. 23 ANF/ CAC. Archives Nationales de France . Centre des Archives Contemporains*. Premier Ministre ; Service Juridique et technique de l'information ; Direction de Développement des médias/ 19920181/1

<sup>1147</sup> Vide *Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a L'Enfance et a L'Adolescence, 1963, policopiado, pp. 21-22. ANF/ CAC. Archives Nationales de France Centre des Archives Comtemporains*. Premier Ministre ; Service Juridique et technique de l'information ; Direction de Développement des médias/ 19920181/1



crianças de “ todas as publicações de qualquer natureza que apresentem perigo para as crianças em razão do seu carácter licencioso ou pornográfico” <sup>1148</sup> . Ora a verdade é que a CELIJ e CLEM lidaram com todo o tipo de revistas ou histórias em quadrinhos antes assinaladas, portuguesas e estrangeiras. Algumas vezes hesitando quanto à sua verdadeira natureza. Ou seja, sem saber à partida se se tratava de publicações para adultos ou para crianças, quando o aspecto correspondia ao tipo de uma revista infanto-juvenil mas o conteúdo claramente o ultrapassava.

Recorde-se que o paradigma imperante nos anos 50 e 60 era de que as “ histórias em quadrinhos”, sobretudo as publicadas em revistas ou jornais próprios , se destinavam a menores ou no limite a jovens adultos. Ao contrário dos “ strips” publicados na imprensa generalista que podendo orientar-se para os menores, sobretudo nos suplementos infantis de fim de semana , não deixavam também de se dirigir aos adultos.

Deve dizer-se que apesar do trabalho de censura prévia da CELIJ e da CLEM , que nos anos 50 foi intenso, o número de publicações proibidas é muito inferior ao das que são autorizadas. Não é possível , por falta de fontes, formular um juízo definitivo nessa matéria. Mas os dados existentes levam a essa conclusão.

Pese embora quer as “Instruções” quer a legislação que enquadrou posteriormente a CLEM expressamente consagassem a obrigatoriedade da censura prévia para todas as publicações infanto-juvenis nacionais ou estrangeiras sabemos que o procedimento adoptado em alguns casos nem sempre foi esse. Parece que algumas publicações nacionais escapado ao controlo prévio , pelo menos em determinados momentos da sua história. Um caso , pelo menos, não veio a ser comprovadamente objecto de controlo prévio. O da 2ª série de “ O Mosquito”, já nos anos 60 e que estudámos antes.

As revistas proibidas de circular e que por qualquer razão chegavam aos pontos de venda eram em regra apreendidas por indicação da Direcção dos Serviços de Censura encarregando-se dessa operação material a Polícia Internacional de Defesa do Estado<sup>1149</sup>.

---

<sup>1148</sup> Vide a título exemplificativo *Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a L'Enfance et a L'Adolescence*, 1958, Paris, Melun, Imprimerie Administrative, p. 18 ANF/ CAC. *Archives Nationales de France Centre des Archives Contemporaines*. Premier Ministre ; Service Juridique et technique de l'information ; Direction de Développement des médias/ 19920181/1

<sup>1149</sup> Vide PT/SGPCM/*Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 168 . “Capitão Marvel Magazine”. Ofício Confidencial nº 183-S-R- da PIDE dirigido ao Director dos Serviços de Censura , 10/1/1957 “ Tenho a honra de enviar a V.Exa cinco exemplares do nº 12 respeitantes a Novembro/ Dezembro do ano findo, da revista infantil brasileira “ Capitão Marvel Magazine” , que se encontra proibida de circular, apreendidos por esta Polícia na cidade de Ponta Delgada, respectivamente três exemplares da “ Papelaria Neves” de Nóbrega e Raposo Lda e os

A utilização da PIDE para essa função não constitui novidade no contexto das suas competências . A apreensão de livros proibidos também era função sua. A utilização da PIDE para esse propósito poderá estar associada à maior facilidade na execução da operação, por comparação com a PSP ou a GNR, ou à circunstância de que a venda de revistas proibidas constituir crime o qual poderia desde logo ser referenciado para efeito de elaboração do respectivo auto.

Pese embora os censores tivessem à sua disposição instruções e regras que eles próprios aprovaram, não deixaram nunca de ter as suas “bíblias”. Uma delas , referência da literatura cristã e manual de consulta obrigatório do bom educador católico era o livro de Louis Bethléem “ Romans a lire et romans a proscrire”<sup>1150</sup>. Moreira das Neves não deixa de a ele recorrer como argumento de autoridade. Como neste caso por exemplo ( Revista brasileira “Clássicos” nº 5 de agosto de 1955) : “ Absolutamente impróprio para crianças., “ Jane Eyre ou mémoires d’une institutrice, qui eut um succès prodigieux: Shirley, Villette etc. offrent de sérieux dangers, em raison de leur immoralité inconsciente et profonde( Louis Bethleem, Romans a lire et romans a proscrire, 1932, pág. 232). Não deve circular”<sup>1151</sup>.

Os nossos censores infanto-juvenis nem sempre foram coerentes . Nem sempre as decisões sobre as mesmas personagens em revistas diferentes coincidiam . Por exemplo, a edição americana da revista “Tarzan” terá sido autorizada a circular enquanto que a edição mexicana com o mesmo herói foi proibida<sup>1152</sup> . Não espanta que assim tenha acontecido. O sistema administrativo posto em funcionamento com a intervenção de um relator para cada publicação, a aparente desvalorização do papel da CLEM quando reunida colegialmente e sobretudo a progressiva desvalorização das “Instruções” remetidas para um limbo pouco ou nada vinculante e a sua não substituição por novas regras que se

---

restantes na Papelaria Ambar de Ernesto Soares de Freitas Sucessores Lda. sitas no Largo João Francisco Cabral , naquela cidade”, assinatura ilegível.

<sup>1150</sup> Vide Louis Bethleem *Romans a Lire Et Romans a Proscrire; Essai de Classification Au Point de Vue Moral Des Principaux Romans Et Romanciers de Notre Epoque (1800-1914) Avec Notes Et Indications pratique*, 2017. Ver sobre a Louis Bethléem [Jean-Yves Mollier](#), *La Mise au pas des écrivains : l'impossible mission de l'abbé Bethléem au xxe siècle*, Fayard, 2014.

<sup>1151</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social Censura*. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 137, revista infantil brasileira “ Clássicos. Parecer ao nº 5 Agosto 1953 , 17/8/195 de Moreira das Neves. Aprovado em reunião da CLEM, 17/8/1954, o presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura “ Proibido”, 17/8/1954.

<sup>1152</sup> Vide Informação de Álvaro Saraiva de 6/8/1953 onde procura justificar a contradição com a o conteúdo da edição mexicana “ sensivelmente mais grave do que a edição americana”. PT/ANTT/ *Arquivo Álvaro Dias Saraiva*.

impusessem de forma imperativa no trabalho dos censores terá dado origem a algumas flutuações interpretativas. Há contudo, no essencial , um esforço de afinação de critérios e de aplicação dos mesmos de forma relativamente estável . É verdade que a CLEM mudou de critérios a determinada altura do seu percurso e mais do que mudar de critérios parece ter desvalorizado o seu papel. Sinalizam esse “ aggiornamento” o levantamento da interdição a três dos mais paradigmáticos “ super-heróis” como “ Superman” , “Batman” e “Capitão Marvel “ no fim dos anos 50.

Diferente é o tratamento , que parece ter sido diferenciado, entre as publicações nacionais e as estrangeiras, com claro benefício para as primeiras. A CLEM chega a falar de maior “ liberdade de expressão” para as publicações nacionais. Contudo haverá que analisar esta circunstâncias de forma cautelosa e sobretudo contextualizada. Num regime autoritário, como qualificamos o regime salazarista, não há lugar a graduações quanto à liberdade de expressão. Ela pura e simplesmente não existe. A criação de um sistema de controle prévio ou “a posteriori” de natureza político-administrativo para domesticar gostos e preferências e acautelar pretensos prejuízos na formação dos jovens portugueses por via das suas leituras não é compatível com maior ou menor liberdade de expressão. Diferente é a consideração de que o sistema procurou dar a ideia de que respeitava a relativa autonomia editorial das empresas, todas privadas , divulgadoras da literatura infanto-juvenil. Na aparência assim foi. Mas apenas porque tentou modelar o sistema na lógica da auto-censura o que na realidade conseguiu. Ou seja , embora faltem estudos definitivos e conclusivos quanto aos outros tipos de censura , na imprensa generalista, no teatro, na rádio, na televisão, no mundo da edição livreira, o que se sabe permite dizer que a censura infanto-juvenil das publicações periódicas foi mais discreta , mais subtil e mais informada, por um lado e por outro menos intensa na sua acção, por comparação com os restantes tipos de censura.

A prova dos factos poderá ajudar a consolidar a nossa aproximação : nenhuma das personagens que constituem património histórico indiscutível da BD mundial deixaram de se publicar , de forma definitiva, em Portugal nos anos 50 e 60. É certo que muitos deles sofreram incontáveis atentados no desenho, no texto e no próprio argumento, com alterações mais ou menos profundas nas sequências narrativas . Mas no dia 25 de Abril não havia personagens, histórias ou autores de BD significativos quer do universo dos “ comics” quer da escola franco-belga, na gaveta.

Os diplomas legais que disciplinaram a actividade da CLEM durante o período em análise , a saber os Decretos Lei nºs 38.984 de 27/10/1952 e 41.051 de 1/4/1957 previam sanções

para certos comportamentos considerados ilícitos. Por seu lado, o documento intitulado “Instruções sobre Literatura Infantil” que de alguma forma deveria funcionar como o quadro normativo para o funcionamento da CELIJ, embora sem verdadeiramente constituir um diploma legal, como vimos, também estipulava no seu art. 9º um único tipo de sanção : penas de “ multa progressiva até 10.000\$00 ou encerramento temporário da empresa responsável sem prejuízo de serem abrangidos por outras penalidades constantes da legislação existente” para quem importasse para venda ou distribuição gratuita publicações estrangeiras e a exportação de publicações portuguesas que contrariassem a doutrina “do presente diploma”.

No caso da CLEM as sanções inspiraram-se nas soluções previstas nas “Instruções” alargando substancialmente os eventuais ilícitos. Assim fixaram-se como sanções pecuniárias “ penas de multa progressiva até 10.000\$00 “ ou em alternativa “ encerramento temporário dos estabelecimentos da empresa responsável” no diploma de 1952 , enquanto no diploma de 1957, as infrações passaram a ser punidas com multa até 5.000\$00 susceptível de ser elevada ao dobro em caso de reincidência “ e em “ segunda reincidência poderá a publicação ser suspensa temporariamente ou encerrados por períodos não superiores a três meses os estabelecimentos das empresas responsáveis pela sua venda, consoante a publicação for portuguesa ou estrangeira”. Este quadro sancionatório poderia aplicar-se a quem pusesse à venda sem o “ prévio parecer favorável “ da CLEM as revistas nacionais ou estrangeiras , periódicas ou não “ declaradamente destinadas à infância ou à juventude ou que pelo seu aspecto ou conteúdo possam como tal ser reputadas” . Mas como por força dos art. 19º do Decreto Lei nº 38.964 de 1952 e do art.24º do Decreto Lei 41.051 de 1957 passaram a aplicar-se às publicações infanto-juvenis, periódicas ou não , portuguesas ou estrangeiras, as regras resultantes de dois anteriores diplomas generalistas , o Decreto-Lei nº 22.469 de 11/4/1933( que manteve a censura prévia para as publicações definidas na lei de imprensa) e o Decreto-lei nº 26.589 de 14/5/1936 ( que estabelecia entre outros aspectos o regime de controlo político dos “ responsáveis da publicação” ) também a violação destas obrigações legais ficavam sujeitas às sanções acima identificadas. O que se traduziu num regime processual e substantivo misto. Por um lado as transgressões ao Decreto-Lei 26.589 regiam-se por um modelo de procedimento administrativo com as sanções a serem aplicadas pela Direcção dos Serviços de Censura com a última palavra a pertencer , por via de recurso, e apenas em certos casos, ao Ministro da tutela , enquanto que o regime dos Decretos Lei 38.964 e 41.051 consagrava uma moldura sancionatória que se

aparentava ao que hoje se designa por regime contra-ordenacional afastando-se da tutela penal, sendo que o julgamento e a instrução das infrações competia aos “ tribunais de menores”.

Em qualquer caso não há registo, nas fontes que pudemos consultar , de terem sido aplicadas algumas destas sanções a qualquer publicação periódica infanto-juvenil . Sem embargo, foram frequentes as apreensões das publicações que escaparam ao controle prévio ou que, tendo entrado em circulação comercial, foram depois proibidas. Mas o facto de, aparentemente , não terem sido aplicadas formalmente sanções pecuniárias, suspensões de publicações ou encerramentos de estabelecimentos , não significou que esse não tenha sido na realidade o resultado prático das acções ou omissões censórias da CLEM.

Parece razoavelmente documentado o processo que levou à suspensão provisória e posterior desaparecimento de algumas publicações da Agência Portuguesa de Revistas. São os casos das revistas “ Condor”, “ Colecção Audácia” e “ Colecção Grilo” todas elas suspensas em 1956 por indicação directa da Censura , sob parecer da CLEM, e que não reaparecerão. Vimos também o acosso a que o “ Mundo de Aventuras” foi sujeito , a que nem as “ profundas alterações “ nos “ desenhos e legendas” impostas pelo Director José Oliveira e Costa salvaram de se manter fiel ao seu propósito inicial de divulgar só “ histórias americanas” , o que o levou a perder identidade e audiência. O mesmo se diga do esforço de Roussado Pinto, justamente o introdutor das “ histórias americanas” em 1952 no Mundo de Aventuras e que em 1957 confessava amarguradamente perante o cadáver do seu último projecto infanto-juvenil a revista “ Valente” : “ tentei apresentar um jornal sem histórias americanas(...) mais dentro das características que possam “ formar” a juventude(...) mas está provado que tais intenções não receberam o aplauso dos rapazes que logo o puzeram de parte”. Todos estes casos são na prática equivalentes, senão mais graves nas suas consequências, às suspensões, encerramentos ou multas previstas na lei. Publicações que suspendem a sua publicação , ainda que temporária, e que acabam por encerrar , acarretam prejuízos financeiros em toda a cadeia humana e empresarial por detrás das publicações infanto-juvenis : autores, tipógrafos, distribuidores, livreiros . E se essas seriam sempre as circunstâncias normais de um mercado concorrencial assente na livre oferta e procura, elas tornavam-se bem mais complexas num mercado regulado em parte pelo poder político e que nele assume um protagonismo próprio pela via das estruturas censórias.

A verdade é que qualquer intervenção substantiva da CLEM não deixava de provocar um prejuízo económico na vida das empresas. Tropeçámos em alguns desses casos pelo que seria impossível neste balanço ignorá-los. Mas seriam certamente muitos mais os que o silêncio escondeu. É o insuspeito Adolfo Simões Muller que em face das novas “Instruções sobre Literatura Infantil” estava sobretudo preocupado com as séries e materiais que já havia adquirido para o “Diabrete” solicitando “um regime transitório que permita o escoamento tão rápido quanto possível de materiais já adquiridos que não se coadunem inteiramente com o espírito e letra das instruções”, é o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros que pela pena de António Maria Pereira, que se interroga se os Júlio Verne e os Salgari ou as “modernas colecções da empresa Majora” em relação às quais “nunca se levantou qualquer restrição” se podem continuar a publicar porque muitas estão impressas e à venda nas livrarias, é Mário de Aguiar um dos donos da Agência Portuguesa de Revistas a perguntar se terá de inutilizar “várias chapas prontas a imprimir com enormes prejuízos” só para que o “Mundo de Aventuras” se adeque ao tipo de letra imposto pela censura, é, enfim, o director da mesma revista José de Oliveira Cosme a confessar junto da CLEM que “vai substituir as histórias presentes por outras, mais em harmonia aos desejos da Comissão” não deixando de recordar que com isso sujeitará a “empresa editora a graves prejuízos pois muito material já encomendado e pago antecipadamente será inutilizado”. Ou seja cada uma das micro-histórias que antes assinalámos estão recheadas de queixumes dos directores e dos editores pelo prejuízo económico-financeiro em que se traduziam as intervenções da CLEM.

## 7.2. O estatuto dos censores

Na sua obra sobre a censura pombalina, Rui Tavares regista que a lenta “funcionarização” da censura em Portugal não deixa de ser pioneira<sup>1153</sup>. Em certo sentido o estatuto dos censores da CELIJ e da CLEM confirma esse perfil de “funcionarização”. Ainda que a nomeação dos censores tenha sido de natureza política competindo inicialmente ao Presidente do Conselho, depois ao Ministro da Presidência e mais tarde ao Secretário de Estado da Informação e Turismo a livre escolha dos membros, quer pela via da nomeação

---

<sup>1153</sup> Vide Rui Tavares, *O Censor Iluminado*[...]. p. 116

“ex-novo” quer pela recondução no cargo, os censores não eram funcionários públicos mas não deixavam de ser considerados “agentes administrativos” de acordo com a teoria administrativista e a lei em vigor<sup>1154</sup>.

Há uma diferença significativa entre o estatuto dos membros da CELIJ e da CLEM e os restantes censores da imprensa política e generalista. Esta última tem sido estudada na lógica da sua acentuada militarização herdada do interregno militar ( 1926-1933) e nesse sentido “ dando corpo ao estereótipo dos “ coronéis da censura” que perdurará até ao 25 de Abril”<sup>1155</sup>. Convirá esclarecer que não se trata apenas de um estereótipo . O pessoal da Censura à data do 25 de Abril, que reflecte o recrutamento civil dos anos 70, é ainda maioritariamente composto por militares. Na verdade, nos anos 50 e 60 a Censura assenta nos coronéis que ocupam a quase totalidade das chefias intermédias e verifica-se a “ persistência de um núcleo residual de capitães e subalternos, quase todos com um grande historial da Censura”<sup>1156</sup>. O recrutamento de civis é ainda raro. Apenas no marcelismo se verificará a entrada de censores civis com uma acrescida qualificação do ponto de vista cultural . Mas essa questão havia já sido abordada no final dos anos 50 por Armando Larcher em relatório enviado ao Ministro da Presidência Marcello Caetano, a que este em vias de abandonar o seu cargo ministerial não deu sequência. A memória de Larcher referia que se “ em 1926 se justificava a acção apenas repressiva e exercida só por oficiais do exército “ terá agora de se ajustar às novas realidades porque “ os problema sociais são outros e outros os inimigos ; por isso há que actualizar a equipagem” . A actualização passava pela alteração do sistema de recrutamento dos censores por forma a seleccionar censores com mais habilitações literárias e culturais “ já que a preparação literária dos oficiais do exército ( ...) tem-se revelado, salvo as naturais excepções , bastante deficiente na interpretação, no julgamento e na selecção dos textos”. Proporá assim um novo modelo de recrutamento que dê reposta à exigente leitura de publicações nacionais e estrangeiras de toda a ordem o que “ implica possuir além do conhecimento de línguas, cultura humanística e capacidade de rápido discernimento para distinguir o principal do

---

<sup>1154</sup> A esmagadora maioria dos membros da CLEM , eram simultaneamente funcionários públicos. Contudo a sua actividade enquanto membros da comissão era remunerada. Fernanda de Castro refere nas suas memórias auferir 3000\$00 por mês, como vimos antes . E na realidade esse era o valor da “ remuneração mensal fixa” dos vogais da CLEM pelo menos em 1971. Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social. Censura . Despachos da Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos . Informação do Secretário Geral da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, A. Caetano de Carvalho datada de 5/7/1971 ao Secretário de Estado da Informação e Turismo.*

<sup>1155</sup> Vide Joaquim Cardoso Gomes, *Os censores do 25 de Abril* “[...] p. 28

<sup>1156</sup> Vide Joaquim Cardoso Gomes, *Os censores do 25 de Abril* “[...]p. 15

acessório” por forma a evitar” coisas desagradáveis e inconvenientes com naturais reflexos no prestígio do regime”.<sup>1157</sup> Sugere mesmo a criação de Serviço de Leitura chefiado por Antonino Pestana, licenciado em Letras e Direito, antigo director do “Diário da Manhã” e que era, na época , vogal da CLEM .

A proposta de Larcher para os serviços da Censura parece ter tido acolhimento “avant la lettre” na composição da CELIJ e da CLEM para as quais foram recrutados “ indivíduos que à sua formação nacionalista e cristã” juntavam “cultura sociológica e filosófica”. Na verdade é bem diversa a composição das Comissões especializadas infanto-juvenis por comparação com a Direcção dos Serviços de Censura composta com os “ coronéis da censura” “ muito estúpidos que não compreendiam as próprias instruções que tinham”<sup>1158</sup> Como , aliás, diferente também será a composição da Comissão de Censura ao Teatro e Cinema de 1945 e depois a Comissão de Censura aos Espectáculos a partir de 1953 e a Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos depois de 1957 onde têm assento vários membros da CLEM. Como já assinalámos a Comissão de Censura aos Espectáculos compreendia como vogais dois membros da CLEM designados pela Presidência do Conselho de acordo com o art. 16º do Decreto-Lei nº 38964 de 27/10/1952. Mais tarde por força do art. 19º do Decreto lei 41051 de 1/4/1957 a referida Comissão passará a designar-se de Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos e incluirá quatro membros da CLEM. Na vigência da Comissão de Censura aos Espectáculos os dois membros serão Álvaro Saraiva e Américo Cortês Pinto entre 1953 e 1957 e a partir daí e até 1968 , pelo menos , os quatro membros da CLEM afectos à Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos serão os mesmos Álvaro Saraiva e Américo Cortês Pinto a que se somam Mafalda de Castro Vaz Pinto e Luís Terry<sup>1159</sup>, a que se soma pontualmente entre 1961 e 1963 Manuel Braamcamp Sobral. A circulação do pessoal político entre as várias estruturas censórias vem sendo assinalado. Não só os mesmos elementos

---

<sup>1157</sup> Vide Relatório de Armando Larcher “ Alguns Apontamentos sobre a imprensa e os serviços de censura” 20/3/1958 PT/ANTT. *Arquivo Oliveira Salazar* PC nº 56 , Pasta 34) , citado por Joaquim Cardoso Gomes *Os censores do 25 de Abril* [...] p. 12

<sup>1158</sup> Vide Adelino Cardoso “ Coronéis armados de lápis azuis” *Público*, 27/4/2005. A visão maniqueísta da censura “ como repressão grosseira exercida por burocratas ignorantes” não é certamente o melhor ponto de partida para compreender a sua complexidade que em regra exigia talento e formação . vide Robert Darnton, *De la Censure*, [...] p. 293

<sup>1159</sup> Vide Ana Cabrera “ *Censura e Estratégias Censurantes na sociedade contemporânea*” [...] pp.39,50 e 62



partilhavam as mesmas estruturas como circulavam entre as estruturas de censura à imprensa, a comissão de censura aos espectáculos e a CLEM<sup>1160</sup>

A diferença reside obviamente no estatuto profissional, cultural e mesmo político dos seus membros. É certo que apenas um dos membros da CLEM exercerá posteriormente um cargo político relevante ( Clemente Rogeiro, membro da CLEM a partir de 1960 e que será em 1973 Ministro da Saúde de Marcello Caetano) . Mas a presença de professores universitários ( Serras e Silva e Edmundo Curvelo), licenciados em Direito, Medicina ou em Letras ( Soares Branco, Antonino Pestana, Álvaro Saraiva, Cortês Pinto) personalidades de destaque da vida cultural como Mafalda de Castro Vaz Pinto , e até um membro de relevo na Igreja Católica próximo do Cardeal Cerejeira como Moreira das Neves , entre outros, conferiam à Comissão, a par de um indiscutível “pedigree” nacionalista, um estatuto sofisticado e uma aura de preparação técnica e cultural.

### **7.3 . A natureza da censura infanto-juvenil: o horror à confusão**

A juridificação da censura salazarista e dos seus labirintos institucionais permite-nos identificar o conceito e a sua natureza. Recapitule-se o que sobre este ponto se referiu. Quando a Constituição de 1933 no seu art. 20º relativo à “ Opinião Pública” a qualifica como “ elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum” , abre caminho a uma estratégia que visa evitar a divulgação de ideias, opiniões, factos que coloquem em causa o regime. A censura nasce pois como defesa do regime e desde logo do seu principal protagonista o chefe do Governo , e sustenta-se na ideia de fragilidade da opinião pública, indefesa e sempre permeável às más influências. O Decreto Lei nº 22469 de 11 /4/1933 , contemporâneo da Constituição , consagrava a única regra que explicitamente poderia ser invocada como densificadora do conceito de censura, reproduzindo aliás muito do texto constitucional sobre “Opinião Pública” :

---

<sup>1160</sup> Vide Joaquim Cardoso Gomes *Os censores do 25 de Abril*, [...]p. 13 que assinala : “ Os drs. Bento Garcia Domingues, Simão Lopes Goncalves e Rui Alvim tiveram desempenho inicial na censura aos espectáculos passando depois para a censura à imprensa. Os drs. Fernando Quesada Pastor , António Neves Martinha e José Maria Alves fizeram o percurso inverso. Um militar o coronel de Cavalaria Joviano Alcísio Chaves Ramos iniciou a carreira de censor como delegado da censura em Évora (1955-1958) com patente de capitão e foi nomeado censor de espectáculos em 1972-74”

“ Art. 3º A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade , a justiça, a moral , a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade” .

A criação da Direcção Geral dos Serviços de Censura com uma dimensão de “autêntico departamento ministerial” embora com “a décima parte” dos membros da PIDE/DGS <sup>1161</sup> nunca foi acompanhada de um esforço de teorização que pudesse servir de referência nas decisões interventivas e as libertasse da arbitrariedade e da subjectividade com que podem ser caracterizadas. Falamos é claro da censura política com acção na imprensa , na rádio e mais tarde na televisão. Na ausência de normas objetivas os censores actuavam de forma arbitrária e casuística, umas vezes impulsionados pelas orientações dos seus superiores hierárquicos ( e até do próprio Chefe do Governo) outras confiando no seu instinto político<sup>1162</sup>. Ora a referida arbitrariedade parece ter-se atenuado, embora não suprimido, na censura ao Cinema e ao Teatro, duas outras áreas de especialização censória que aliás se cruzam a vários títulos com os periódicos infanto-juvenis. A Comissão de Censura ao Teatro e ao Cinema é criada em 1945 por força do Decreto Lei nº 34590 de 11/5/1945 e a ela preside o espírito que havia presidido à criação do SNI “ orientação e estímulo e coordenação de todas as actividades que se destinem a elevar o nível moral e intelectual do povo português e a exaltar e valorizar a sua individualidade nacional”<sup>1163</sup>. Mas mesmo aí a arbitrariedade é frequente.

Ora haverá que reconhecer que existiu um esforço na censura infanto-juvenil para que a actuação dos censores tivesse referentes escritos formais que deveriam servir como “códigos”. O principal deles as “ Instruções sobre Literatura Infantil” mas também as Circulares de 1955. Importa, pois, formular um balanço quanto ao modo como os referidos códigos foram( ou não) utilizados . É um facto que poucas vezes as decisões censórias invocam um fundamento formal . Mas quando o fazem remetem para as “ Instruções”. Raras vezes é certo. A ponto de podermos dizer , sem receio de errar , que o Abade Bethléem, citado por Moreira das Neves , é uma autoridade ao mesmo nível das Instruções . Mas seria historicamente errado não reconhecer e identificar um esforço de

---

<sup>1161</sup> Vide Joaquim Cardoso Gomes “ *Os censores do 25 de Abril*”[...] p. 7

<sup>1162</sup> Vide Ana Cabrera , “ *A censura ao teatro no período marcelista*”[...]p. 32

<sup>1163</sup> Vide Ana Cabrera “ *Censura e estratégias censurantes na sociedade contemporânea*”[...] p. 30

elaboração de uma “jurisprudência” ( casos dos “super-heróis”, ou de “Tarzan”, da “higiene visual” por exemplo) que no geral foi seguida.

Outro aspecto a ponderar prende-se com o conteúdo da decisão censória. Como notámos ela pode assumir uma perspectiva puramente negativa ( “está proibido”, “não pode circular”, “o tipo de letra é inconveniente”) ou positiva( sugestões de obras ou conteúdos, alterações de títulos, correcções ortográficas e gramaticais ) . Na sua maioria as decisões negativas da CLEM proíbem a circulação das publicações e em menor número impõe alterações( de ortografia , de corpo dos textos, de dimensão de algum elemento gráfico) como condição para poderem circular. Mas raríssimas vezes , pelo menos de forma expressa , apontam para diferentes soluções gráficas ou para narrativas diversas e alternativas. Dir-se-á que a lei o proibia. Na verdade o art. 5º do Decreto-Lei nº 22.469 de 11/4/1936 estipulava que “ as comissões de censura não poderão alterar o texto censurado com aditamentos ou substituições, devendo limitar-se a eliminar os trechos ou passagens reputadas inconvenientes(...)” . E o referido diploma aplicava-se à acção da CLEM. Mas já a vários títulos se viu que o formalismo legal salazarista era compatível com práticas contrárias à lei , pelo que nada impediria uma actuação substantivamente mais interveniente por parte dos membros da CLEM. Supomos que a razão terá sido bem mais prosaica : a definição de um padrão de jornalismo infanto-juvenil ao gosto do Estado Novo, nos anos 50, resultava com clareza das considerações introdutórias patentes nas “ Instruções sobre Literatura Infantil” elaboradas por Edmundo Curvelo, que eram do conhecimento de todos os editores, directores e autores. Tendo esses parâmetros moralizadores por referência , aos censores competia, e terão assumido essa orientação, limitarem-se a sinalizar tudo o que deles se afastava, sem necessidade de proporem “narrativas alternativas”. Ao fim e ao cabo um exercício de contenção ajuizado tanto mais que na estratégia censória haveria lugar para que a Mocidade Portuguesa através dos seus jornais fosse o exemplo de “uma revista infantil perfeita, ou quase perfeita , que cumprisse o programa educativo da Mocidade Portuguesa” como defendia Couto Viana.

Um dos aspectos que merece interpretação cautelosa é a utilização, relativamente frequente , da expressão “ tolerável” em decisões censórias infanto-juvenis . Por exemplo, vimos antes que na análise de algumas aventuras americanas do “Mundo de Aventuras” que foi esse o parecer da CLEM. Recorde-se que o censor encarregue da tarefa de apreciar as referidas " histórias", J. Gomes Branco avaliou os episódios dos nºs 361 e 362 relativos às aventuras de " Ruben Quirino"" Luis Ciclone"" João Tempestade" e "Trovão e

os Piratas” com a expressão comum a todos eles “Tolerável”<sup>1164</sup>. A expressão poderia significar à luz das nossas actuais pré-compreensões, que associam a expressão “tolerância” à defesa das ideias contrárias às nossas mesmo que achemos serem elas erradas. Mas não foi isso, parece-nos, o que o censor pretendeu dizer. Pelo contrário o seu “tolerável” está do lado negativo. A origem do verbo tolerar remete-nos para sentidos afins a “aturar” ou “suportar”. O que o censor quis tornar explícito foi basicamente : o que li é mau e só a contragosto aceito que se publique. Este exemplo remete-nos para uma questão metodológica importante que é a da interpretação dos documentos históricos e da linguagem histórica no tempo. Os momentos censórios como aquele que aqui estudamos são quase sempre momentos anti-liberais e anti-pluralistas. E as palavras ou os conceitos iluminam-se quando interpretadas no seu exacto contexto histórico. A explicação do tempo histórico exige esse esforço metodológico que ganhou nos últimos anos um impulso decisivo com a História dos Conceitos<sup>1165</sup>. Não se trata tanto de “levar os documentos a sério” ou de os “levar à letra”<sup>1166</sup>, sendo certo que ambas as tarefas não são necessariamente incompatíveis, mas de interrogar os documentos no seu ambiente histórico. Os “toleráveis” com que tropeçamos em várias opiniões da CLEM não são um sinal de abertura. São antes um sinal de fechamento, sempre à espreita de um momento posterior em que se as “aventuras” apenas toleráveis aguardam a pena capital.

O problema seguinte tem que ver com a eficácia da censura. O sistema, mesmo na sua fase mais actuante que identificámos com a presidência de Serras e Silva era eficaz? Eficácia será aqui equacionada como a virtualidade de controlar e verificar o maior número de publicações por comparação com o sistema anterior em que não existia especialização censória. Em última análise é um problema de aplicação da lei que criou o sistema. A lei previa a censura de tudo o que fossem publicações nacionais ou estrangeiras infanto-juvenis. E essa censura teria de ser prévia. Ou como a lei se expressava, antes de “circular” e chegar às mãos dos leitores. Por outro lado, a decisão final estava nas mãos

---

<sup>1164</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 742, quatro impressos da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, contendo em cada uma delas a informação manuscrita “Tolerável”, assinadas por “J. Gomes Branco” com um carimbo da Comissão de Literatura e Espectáculos para Crianças onde se indica que “este parecer foi aprovado em reunião do dia 5\_VI-56” e outro carimbo da Direcção dos Serviços de Censura que indica “Autorizado” em 5/6/1956 “O Director”.

<sup>1165</sup> Vide Melvin Richter, *The History of Political and Social Concepts. A critical introduction*. Nova Iorque. Oxford University Press, 1995

<sup>1166</sup> Vide Rui Tavares, *O Censor iluminado*[...] p. 619

da Direcção dos Serviços de Censura , e naturalmente, atendendo à natureza do regime , de quem dependia politicamente a mesma, ou seja do ministro da Presidência e sempre em qualquer caso do Chefe do Governo. Para dar corpo à resposta verificámos não ter existido nenhum caso ( dos que naturalmente permitiram validação pelas fontes consultadas) em que a Censura desacompanhou a opinião da CELIJ e a CLEM. Por outro lado os circuitos de circulação e distribuição comercial das publicações nacionais e estrangeiras estavam bem identificados no Portugal salazarista. Por último a eficácia da execução de uma decisão de proibição e eventual apreensão das publicações, pela via das várias polícias e especialmente pela PIDE, não pode ser contestada. Ou seja, restam poucas dúvidas que a eficácia do sistema censório infanto-juvenil melhorou consideravelmente por comparação com o sistema anterior ( 1926-1950). Diferente é a questão de saber se essa eficácia alcançou o patamar almejado pelos defensores da moralização da imprensa infanto-juvenil de acordo com o seu projecto inicial. Ou seja se constituiu um projecto politicamente bem sucedido no quadro as preocupações estratégicas do Estado Novo.

Uma dessas preocupações era evitar a confusão. Não nos esqueçamos que a palavra censura decorre da ideia de contagem - o censo- das palavras e dos seus sentidos. Com essa tarefa de depuração o censor separaria o verdadeiro do falso e com isso eliminaria a confusão , sempre perniciosa. Quando os censores falam de histórias ou “leituras inúteis” procuram afirmar um sentido útil da leitura e visam expurgar da leitura o que não enriquece , o que não acrescenta, o que não moraliza. A leitura sem esse sentido gera confusão, perturbação e desordem. É esse horror ao caos que comanda a urgência do nosso ( e dos restantes<sup>1167</sup>) momento censório infanto-juvenil. Um bom exemplo do que vem de dizer-se é a opinião de Serras e Silva, sobre a tentativa de criar um diário infantil por parte da Fomento de Publicações em 1955 :

“...a publicação dum diário infantil teria o inconveniente de tornar diária a perturbação , semanal, que as revista infantis em geral causam no espírito das criança das escolas e que é reconhecida por todos os que ensinam” .

O horror à confusão através da multiplicação de “ histórias em quadrinhos” seria potenciar a perturbação das mentes juvenis. Uma expansão sem fronteiras , sem pontos de referência, levaria à dificuldade em escolher, ajuizar, formular o bom critério .

---

<sup>1167</sup> Por exemplo a censura franquista abunda nos “ argumentos confusos” “ contextos confusos” “ superstições e confusionismos” “ equívocos e ambíguos” “ confusionismo da história”. Vide entre muitos AGA. Archivo General de la Administracion. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Direccion General de Prensa*. Caixa 57302 . Informação “ Lectura previa” da CEPIJ em 6/2/1973 da revista “Batman” nº 675,edição mexicana

Do mesmo modo quando perante uma das versões da revista “Batman” o censor escreve que “ esta revista encerra apenas cenas de violência (...) além disso nada encerra de útil <sup>1168</sup>, ou perante a revista infantil brasileira “ O Pequeno Sheriff” diz : “ Violência, dissimulação , crimes. Nem sombra de qualquer utilidade” <sup>1169</sup> o que pretende salientar é que mal está justamente na “inutilidade”. A distração que essas “ histórias em quadrinhos” provocam nos jovens criam neles a confusão. E nada pior ,para o censor ,do que a confusão. O cidadão confundido é o cidadão derrotado. O caos que dele se apodera é o germe da destruição. E essa destruição começa no cidadão, passa para a família e atinge o Governo. Tal como uma sociedade confundida cai na anarquia , também a família confundida se desfaz<sup>1170</sup>. E tratando da “protecção dos menores” , humanos ainda imperfeitos à espera de serem “ educados” os critérios da utilidade e do combate à confusão estão em quase todos os tópicos que a seguir analizaremos. Os super-heróis que “ soltam gritos guturais” , o homem da selva com as suas “ aventuras absurdas”, os relatos de ficção científica com os seus “ conhecimentos científicos errados ou inconvenientes” , “ a introspecção mórbida” dos “ romance comics”, a própria técnica da banda desenhada, com desenhos que se sucedem a desenhos, com pouco ou nenhum texto e que afastam das crianças o trabalho intelectual deixando tudo ao “cuidado de impressões sensoriais” , enfim as próprias vinhetas de tamanhos desiguais, tudo isso contribui para desorientar a criança ou seja criar nela “confusão”. Eis porque a identificarmos numa frase a verdadeira natureza dos actos censórios infanto-juvenis seria esta : “ horror à confusão”.

---

<sup>1168</sup> Vide PT/SGPCM /GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* . Revistas infantis. números proibidos. Processo nº118. Revista infantil brasileira “Batman”. Informação da CLEM sobre “Batman” nº 20, Outubro de 1954, ass. ilegível. Direcção dos Serviços de Censura, “Proibido”, 2/12/1954.

<sup>1169</sup> Vide PT/SGPCM /GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Revistas infantis. números proibidos. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 127. Revista infantil brasileira “ O Pequeno Sheriff” . Informação da CLEM de 9/11/1954 sobre o nº 68 de 19/8/1954( ass. ilegível). Aprovado em reunião da CLEM de 9/11/1954, Direcção dos Serviços de Censura.”Proibido”, 9/11/1954

<sup>1170</sup> A discussão da “ utilidade” como critério censório e da “ confusão” como paradigma instrumental da actividade da Real Mesa pombalina são abordadas por Rui Tavares. *O Censor Iluminado[...]* pp. 397 e ss e 575 e ss. E não deixa de ser interessante verificar a recuperação por parte censura salazarista infanto-juvenil da esmagadora maioria destes bordões e nos mesmíssimos termos 200 anos depois : “ a utilidade é o metro padrão de toda a actividade intelectual digna desse nome e por virtude disso digna da luz pública também “ e “ percebia-se porque os censores perseguiram estreneamente os livros inúteis(...) podiam ser pela distracção que provocavam aos leitores o que de caminho nos permite entender porque é a confusão é a categoria tão abominada pelos censores”

#### **7.4 . O controlo político-económico das publicações**

As publicações periódicas infanto-juvenis não estavam desobrigadas de cumprir um conjunto de exigências legais no momento da fundação. Elas eram exactamente iguais aos das restantes publicações periódicas fossem elas de carácter generalista fossem de certa especialidade. A verificação desses requisitos competia à Direcção dos Serviços de Censura obrigando-se contudo a um duplo circuito que permitia à CLEM opinar sobre aspectos formais e de fundo no momento constitutivo do novo periódico. Essas exigências permitiam verificar os requisitos de não oposição expressa ao regime político, a idoneidade moral e a robustez financeira dos responsáveis editoriais nele se incluindo naturalmente do editor . Nesse sentido falamos de controlo político-económico das publicações .

Os diplomas que regulavam a actividade da CLEM no período em estudo, os vários vezes citados Decretos Lei 38 964 e 41 051 estipulavam , respectivamente nos arts. 19º e 24º , que “ todas as publicações , periódicas ou não, nacionais ou estrangeiras declaradamente destinadas à infância ou à adolescência ou que pelo seu aspecto ou conteúdo possam como tal ser reputadas ficarão por esse facto sujeitas às disposições dos Decretos Leis nºs 22469 de 11 de abril de 1933 e 26589 de 14 de Maio de 1936 (...) . Os diplomas referenciados constituíam o essencial do edifício normativo que sustentava e organizava a censura salazarista. O primeiro continha a definição , historicamente referenciada das finalidades da censura - “ impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social . Enquanto que o segundo, no seu art. 2º estipulava que “ nenhuma publicação periódica ou não mas sujeita por lei ao regime de censura prévia, poderá ser fundada e sem que seja reconhecida a idoneidade intelectual e moral dos responsáveis da publicação e sem que tenha sido feita prova suficiente dos meios financeiros da respectiva empresa. Entender-se-á que os não possui a empresa que, por meio de depósito , fiança ou aval bancário, não preste a garantia suficiente dos salários e ordenados ou correspondentes despesas de colaboração , composição, revisão e impressão, durante o prazo de seis meses. “ O mesmo diploma previa ainda que “ A Direcção dos Serviços de Censura pode opor-se ao uso de qualquer denominação de jornal , boletim , revista ou outra publicação que possa induzir o público em erro acerca das doutrinas sociais e políticas ali habitualmente defendidas” ( art. 5º) e “ ficam sujeitas a autorização as mudanças de título das publicações periódicas” ( art. 6º) .

Mas para além da sujeição a essas normas as publicações periódicas infanto-juvenis também estavam obrigadas a respeitar as disposições da lei de imprensa ( Decreto nº 12008 de 2/8/1926) .

O processo de autorização relativamente a todas as publicações periódicas e por maioria de razão para uma publicação periódica infanto-juvenil exigia a junção de pelo menos os seguintes documentos: a) declaração de exclusividade do editor; b) certidão do registo do título para efeitos de propriedade literária , científica e artística; c) requerimento formal de autorização de publicação com indicação do proprietário, editor e director; d) documentos comprovativos da idoneidade intelectual que em regra se traduziam em certificados de habilitações e/ou junção de obras já publicadas ( livros ou artigos) e) resumo do projecto editorial ; f) certificado de registo criminal f) depósito, fiança ou aval bancário à ordem da Direcção dos Serviços de Censura como garantia dos salários e ordenados ou correspondentes despesas de colaboração , composição, revisão e impressão, durante o prazo de seis meses. Por seu lado a Direcção dos Serviços de Censura solicitava da PIDE a informação relativa à fidelidade política do candidato a Director da publicação. A exigência articulava-se com o Decreto Lei 25.317 de 13/5/1935 – que estabelecia logo no seu art. 1º a demissão, reforma ou aposentação dos funcionários ou empregados , civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política ou não deem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado- e em regra traduzia-se em uma das seguintes informações : “ Nada consta em seu desabono” ou “ Não oferece garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado “. Neste ultimo caso as informações poderiam contudo ser mais precisas , normalmente manuscritas : “ É elemento de formação e actividade comunista” ou “ é elemento desafecto às instituições políticas vigentes “<sup>1171</sup>por exemplo. Mas o processo poderia não se bastar com estas informações e em caso de dúvidas quanto à fidelidade política dos candidatos a responsáveis da publicação era frequente a consulta à Legião Portuguesa<sup>1172</sup> , aos Governos Cívicos e mesmo aos Presidentes das Câmaras Municipais.

---

<sup>1171</sup> Vide PT/ ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Processo de criação da revista “ Cruzeiro”, 1954

<sup>1172</sup> Por exemplo e relativamente à indicação de José Manuel Maria Pimentel de Figueiredo Simões de Sousa para Director do jornal humorístico “ Riso Mundial”( 1947-1948) , enquanto a PIDE informava ( ofício 18/6/1947) de que “ nada consta em desabono” o Comando Geral da Legião Portuguesa em carta assinada pelo Capitão António Augusto dos Santos dirigida ao Director dos Serviços de Censura , sustentava que “ é elemento desafecto à situação” ( carta 23/5/1947) . Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 713



Vimos antes ao traçar a trajectória da actuação da CLEM nos anos 50 que está identificada claramente uma situação , e muito relevante no contexto do momento censório infanto-juvenil que vimos acompanhando , em que a escolha em substituição de um concreto Director foi determinante para que a referida publicação continuasse a sair semanalmente. Falamos de José de Oliveira Cosme e do “ Mundo de Aventuras”. Recuperem-se para este ponto os dados essenciais desse episódio.

José Oliveira Cosme assumiu a direcção do “Mundo de Aventuras” a partir do seu número 21 mantendo-se até ao fim da 1ª série da revista até 25/6/1959 nº 511 ora como Director Responsável, ora como Director Literário ora simplesmente como Director. Mas a sua utilidade como Director das restantes publicações do grupo foi manifesta. Quando se tratou de legalizar as publicações satélites do Mundo de Aventuras, “ Coleção Grilo”, Colecção Audácia” “ Condor” e “ Condor Popular” as propostas iniciais do editor esbarraram nas dúvidas censórias . Por exemplo a APR propôs como director e editor do mensário “ Condor” Carlos Bento dos Santos Neves” “SANTOS NEVES” , alegando ser “ desde o primeiro número o único tradutor e autor da referida publicação”. Contudo a CLEM não aceitou o nome indicado e a Direcção dos Serviços de Censura acabou por exigir a prova da idoneidade intelectual e moral “ do nome proposto”<sup>1173</sup>. Tal não veio a ser concretizado dado que a revista não voltou a ver a luz do dia. Contudo na única dessas 4 publicações que renasceu e teve continuidade a “ Condor Popular” o editor e director proposto e aceite pela CLEM foi o mesmíssimo Oliveira Cosme cuja fidelidade política não suscitava dúvidas ao regime, como vimos.

Talvez se justifique avançar aqui uma análise comparativa entre o regime jurídico e a prática da censura no franquismo e o caso português, que ajudará a melhor enquadrar a função do Director das publicações periódicas infanto-juvenis entre nós. Um dos aspectos mais perplexizantes da lei de imprensa de Serano Surer de 1938 era a de que “ os jornalistas ficaram na prática convertidos em funcionários do Estado com a singularidade de receberem o seu salário de uma empresa privada”<sup>1174</sup>. A concepção totalitária da imprensa no regime franquista transformava o director num funcionário e a sua função ao serviço do Estado, quando não do próprio “caudilho”. Por exemplo , a cessação de funções do director não decorria de qualquer causa jurídico laboral mas apenas de razões políticas ( a sua permanência era nociva para os interesses do Estado”. Há efectivamente algumas

---

<sup>1173</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 728, Processo “ Condor”

<sup>1174</sup> Vide Justino Sinova, *La Censura de Prensa durante el franquismo[...]* p. 40

similitudes com o regime português sem os extremos totalitários da solução e da prática franquista. A verificação da idoneidade moral e intelectual era um expediente para avaliar a solidez política-ideológica do director e do editor, responsável por obedecer e pôr em prática as orientações e recomendações da Censura ou acatar as suas proibições.

O que em todos os casos a CLEM exigia, para além da verificação de conformidade de todos os elementos referidos, era a presença física dos responsáveis das novas publicações. Essa reunião tornava-se fundamental para que o parecer positivo pudesse ser formulado e bem assim se decidisse da dispensa ou obrigatoriedade da censura prévia.

Veja-se a título ilustrativo o caso do jornal infantil o “Pimpão” que em meados de 1955 viu a luz do dia, embora por escasso tempo. Após a entrega dos documentos antes assinalados a CLEM antes de se pronunciar notifica Director e Editor nos seguintes termos: “ A requerente deverá comparecer perante a Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores a quem apresentará o texto dactilografado de dois números da projectada revista, plano geral a seguir, títulos das secções normais e outros elementos que possam elucidar a Comissão quanto ao nível da publicação”<sup>1175</sup>. Cerca de dois meses depois vem o despacho final : “ Examinado o plano dos dois primeiros números da projectada revista “Pimpão” a Comissão é de parecer que em princípio poderá ser autorizada. O primeiro número deverá, porém se submetido em provas à Censura desta Comissão”<sup>1176</sup>.

Esse parece ter sido o modo preferencial de funcionamento com a imprensa infanto-juvenil portuguesa. Como assinalámos antes as revistas editadas pela Fomento de Publicações “ Flecha “ e “ Titã” ficaram isentas de censura prévia, pelo menos num primeiro momento , confiando a CLEM “ na aceitação das directrizes que verbalmente foram dadas aos seus Directores”<sup>1177</sup>.

Um dos aspectos que muitos dos editores não dispensavam na hora de propor um novo projecto editorial era, em conjunto com outros documentos, a apresentação de uma maquete do jornal ou revista. O projecto era em geral pouco cuidado, elaborado superficialmente, com indicação apenas das secções e um ou outro desenho ou história

---

<sup>1175</sup> Vide PT/ANTT / *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura.*, Cx. 746 “ O Pimpão” . Informação de P.Moreira das Neves de 15/2/1955 aprovada em reunião da CLEM de 15/2/1955. O Presidente Serras e Silva

<sup>1176</sup> Vide PT/ANTT / *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura.* Cx. 746 “ O Pimpão” . Parecer aprovado na reunião da CLEM de 12/4/1955. P. Moreira das Neves.

<sup>1177</sup> Vide PT/ANTT / *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura.*, Cx. 546.Processo nº 795 “ Titã”. Informação da CLEM manuscrita . ass. ilegível. Aprovada em reunião de 25/19/1954.

em quadrinhos. Um dos casos mais curiosos e que ilustra o que dizemos é a proposta de um jornal infantil a editar pela Sociedade Victra Desportiva , como suplemento do jornal desportivo “ A Bola”, " dirigido por oposicionistas desde 1945"<sup>1178</sup>. Para directores do projecto estavam designados os também responsáveis do desportivo a saber Cândido de Oliveira e Ribeiro dos Reis. O projecto “ de índole didáctica e recreativa e que excluiria tudo o que pudesse suscitar na mocidade quaisquer sentimentos inferiores pela renúncia á publicação de aventuras desde que não tenham um sentido exclusivamente desportivo e de culto”<sup>1179</sup>. Juntavam uma maquete do novo periódico embora nesta se intitulasse “ A bola de trapos” (Documento AN ) . A CLEM só responderá em Fevereiro de 1953 , nada opondo aos nomes sugeridos para Directores e formulando as seguintes considerações : não deve conter nada sobre boxe ou qualquer desporto brutal; deverá tratar de assuntos lúdicos além da bola,” mais próprios para idade infantil” e que cada número dedique algum espaço a assuntos de finalidade moral : a solidariedade , o espírito de equipa, a vontade de servir o próximo , o respeito pelos velhos o horror à mentira . Com estas normas (...) é de permitir-se a publicação da Bola Infantil”<sup>1180</sup>. Não há registo, das pesquisas que realizámos da publicação de qualquer jornal intitulado “ A Bola Infantil ” quer como suplemento quer como publicação autónoma do conhecido jornal desportivo. O projecto terá ficado pelo caminho.

A garantia apresentada pelos editores e proprietários das publicações tinham como objectivo a verificação da chamada idoneidade financeira, como resultava da letra da lei. Mas mais do que isso era uma poderosa arma que os credores tinham à sua disposição para saldarem dívidas relacionadas com os projectos editoriais. Não se tratava de uma imposição específica para as publicações infanto-juvenis como vimos. E certamente não resultou de considerações ligadas ao controlo político das publicações , embora possa ter sido usada nesse sentido. Não andaremos longe da verdade se dissermos que a razão de ser decorria de uma lógica protecionista, reguladora e intervencionista do Estado Novo no

---

<sup>1178</sup> Vide Daniel Melo " Cultura" António Costa Pinto e Nuno Goncalves Monteiro, dir. *História Contemporânea de Portugal, volume 4 [...]* p. 184

<sup>1179</sup> Vide PT/ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 718. Proc. nº 192 “ A Bola Infantil” . Requerimento da Sociedade Victra Desportiva datado de 22/10/1952 assinado por Ribeiro dos Reis e Vicente de Mello

<sup>1180</sup> Vide PT/ANTT. *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura. Arqu.* Cx. 718. Proc. nº 192 “ A Bola Infantil”. Informação s.d. da CLEM, elaborada por Antonino Pestana e assinada também por Serras e Silva , como presidente da Comissão

campo da economia e do mercado<sup>1181</sup>. Ou seja o Estado entendia não poder ficar indiferente às condições de viabilidade financeira de uma iniciativa empresarial privada do mesmo modo que procurava acautelar em caso de insucesso ou ruptura comercial nas relações entre particulares as expectativas dos contratantes lesados, quer no plano do direito comercial quer no plano do direito laboral . Neste contexto e em caso de conflito entre os proprietários / editores e os reclamantes de créditos a Censura funcionava como se de um verdadeiro tribunal se tratasse<sup>1182</sup>.

---

<sup>1181</sup> Sobre a visão do Estado Novo relativamente às relações económicas privadas nos anos 30 vide Fernando Rosas. *O Estado Novo(1926-1974). História de Portugal* , José Matoso, dir. Sétimo Volume, [...].p. 251 e ss.

<sup>1182</sup> Estão documentados vários casos de intervenção da Direcção dos Serviços de Censura na reclamação de créditos por parte de colaboradores de empresas jornalísticas . Um dos casos refere-se à reclamação de créditos por parte de vários autores, em concreto os caricaturistas Mário Norton e Trillo y Blanco e o colaborador literário Pedro Homero, em relação à revista humorística “Riso Mundial”(cuja primeira série foi publicada entre 26/7/1947 e 25/3/1948 e que está disponível em versão integral em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RisoMundial/RisoMundial.htm>) propriedade de Jerónimo Pintéus de Sousa. Mário Norton (1911-1967) , um caricaturista que havia colaborado em vários números do jornal decide a dada altura cessar a colaboração no mesmo remetendo uma carta a Jerónimo Pintéus de Sousa a solicitar a devolução dos originais e informando que iria enviar recibo de toda a “colaboração atrasada” relativa a 11 números . Entretanto ,o jornal deixou de se publicar e Mário Norton reclamou para a Direcção dos Serviços de Censura, juntando recortes da sua colaboração e um recibo com os valores discriminados por cada desenho perfazendo o total de 1.575\$00. A Censura, por sua vez, notificou o proprietário do jornal e Pintéus de Sousa respondeu nestes termos : “ Cumpro informar que o jornal Riso Mundial não é devedor do Senhor Mário Norton de qualquer importância por colaboração literária e artística. Esse senhor pediu ao signatário autorização, que lhe foi dada, para publicar prosa e bonecos no jornal a fim de conquistar publicidade para o seu nome sem qualquer encargo para a Administração”( carta de 15/7/1948). Em resposta a Direcção dos Serviços de Censura através de ofício assinado pelo Subdirector , Capitão José da Silva Dias alegou que : “ quanto ao crédito reclamado por Mário Norton provou este senhor que a sua colaboração literária e artística foi publicado no “ Riso Mundial”; contestando V.Exa aquele crédito afirma que essa colaboração era gratuita(...) pelo que se torna necessária prova, documental ou testemunhal, de que Mário Norton solicitou a publicação no “Riso Mundial” de “ prosa e bonecos” afim de conquistar publicidade para o seu nome sem qualquer encargo para a Administração” (...) Sem essa prova considerar-se-á remunerada a colaboração de Mário Norton e como tal impor-se-á o respectivo pagamento, para liquidação completa desse assunto”. A rematar o ofício Silva Dias reclamou de Pintéus de Sousa um acordo com o credor para liquidação dos créditos que reclama ou os “que resultarem do acordo” ( Carta de 19/7/1948). O proprietário do jornal “Riso Mundial” não terá conseguido comprovar o que havia alegado para se libertar da dívida perante Mário Norton , razão pela qual a Censura concluiu da seguinte forma : “ Por parte destes serviços instou-se junto do proprietário e editor do “ Riso Mundial” Sr. Jerónimo Pintéus de Sousa , para que liquidasse as dívidas em referência voluntariamente, para se evitar a liquidação coersiva ordenada por estes serviços de Censura servindo-se do aval dos banqueiros “ Piano Pereira & Cª” na importância de 12.000\$00 prestada a favor do “ Riso Mundial” e à ordem da D.D. Censura para os efeitos do artigo 2º do Decreto 26.589 (...) Passado o prazo de 30 dias sem que o Sr. Jerónimo Pintéus de Sousa se dignasse satisfazer o que lhe foi indicado no ofício nº 925 de 19 de Julho findo, parece não haver mais diligências a promover estando assim esgotados todos os meios suasórios para que o proprietário e editor do “ Riso Mundial” se entendesse directamente com os seus credores a fim destes virem a levantar a reclamação dos seus créditos. Como isto não foi conseguido e provando-se que os créditos reclamados existem de facto submete-se o assunto à apreciação do Ex.mo Director destes serviços de Censura para que se digne ordenar a liquidação das dívidas referidas à responsabilidade do “Riso Mundial” por meio do aval bancário à ordem da Ex.ma Direcção” ( informação de 20/8/1949 do Chefe de Contencioso da Direcção

Mais uma vez “ O Pimpão “ pode servir de exemplo. O projecto foi um insucesso de público e certamente económico. Ao fim de 2 meses acabou. Ora, uma das empresas contratadas para trabalhos de composição gráfica da revista dirigiu-se directamente à Censura, formalizando em requerimento a reclamação de uma dívida de pouco mais de 10.000\$00 do proprietário do jornal por trabalhos de gravura. De imediato a Direcção dos Serviços de Censura notificou o proprietário do jornal “ para dizer o se lhe oferecer sobre o assunto impugnando no prazo de cinco dias o crédito do requerente sob pena de não o fazendo dar-se como provada a razão do pedido procedendo-se imediatamente à sua liquidação por meio de caução desse jornal à ordem dos Serviços da Censura”<sup>1183</sup>. Alguns dias depois a empresa reclamante da dívida vem informar os serviços de Censura de que “ficaram saldadas todas as nossas contas pelo que desistimos da participação feita” <sup>1184</sup>

## **7.5 . O “super –homem” como “exaltação do sub-homem” : “as mais das vezes limita-se a soltar gritos guturais”**

A personagem do “ super-homem” que tanta inquietação causava em Wertham e não menos preocupação entre os pedagogos e educadores franceses não mereceria expressa referência nas “Instruções sobre Literatura Infantil “ , sem embargo de logo no início dos anos 50 alguns dos super-heróis em versões importadas terem sido proibidos. Contudo só na Circular de 1955 é que a questão é abordada expressamente para se dizer que “ serão irradiadas as histórias de super-homens em que perigosamente se confundem os limites

---

dos Serviços de Censura). Nesse mesmo dia o Director dos Serviços Censura despachou concordando com a informação e mandou proceder à liquidação dos débitos por via do citado aval bancário. Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 713

<sup>1183</sup> Vide PT/ANTT / *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 746 “ O Pimpão” . Carta do Director dos Serviços de Censura a José Rosa Rodrigues Proprietário do jornal “ O Pimpão”, 14/5/1956

<sup>1184</sup> Vide PT/ANTT / *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 746 “ O Pimpão”. Carta do Gerente da Foto-Indústria Lda. ao Director dos Serviços de Censura, 19/5/1956

entre as realidades e as possibilidades humanas”<sup>1185</sup> Na mesma ocasião em ofício enviado aos directores das revistas portuguesas é reforçada a proibição : “ Eliminar todas as fantasias de tipo super-homem, gravemente deformadores das mentalidades em evolução”<sup>1186</sup>. Antes da teorização formulada quanto aos perigos das aventuras dos super-heróis e já na vigência da acção da CELIJ as aventuras do “superhomem” tinham livre curso nas publicações periódicas infanto-juvenis. A revista das “ histórias americanas” começou a publicar “Assim Nasceu o Superhomem” no seu nº 125 de 3/1/1952. Foi pois necessária a teorização de dois dos membros da CLEM sobre os receios e os perigos de tal literatura gráfica para que o passo seguinte , o da proibição, viesse a ser dado.

Num relatório , aparentemente discutido no âmbito da CLEM, e que citámos já, o Padre Moreira das Neves ao comparar as aventuras publicadas nas duas principais revistas infanto-juvenis portuguesas dos anos 50 , “ O Mundo de Aventuras” e o “ Cavaleiro Andante” , caustica particularmente as publicadas no "Mundo de Aventuras" tendo por referência as aventuras do “ Super-Homem” . Reproduza-se, de novo , a seguinte passagem :

"(...) o rocambolismo do super-homem muito em voga nas revistas norte e sul americanas e que mais não é do que a exaltação do sub-homem ou do homem mecanizado e aproximado ao animal na ferocidade das suas actividades lúdicas.  
„<sup>1187</sup>

Outra expressão deste ponto de vista , desta feita de forma ainda mais ostensiva , pode ver-se numa deliberação aprovada pela CLEM, a propósito da proibição da edição americana da Revista "Tarzan". Na apreciação do assunto o relator do processo Álvaro Saraiva analisa a personagem de " Tarzan " por comparação com a do "Super Homem” nos seguintes termos :

" Assim por exemplo quanto à figura do "Super Homem" explorada sob as mais diversas formas em inúmeras publicações foram definidos certos traços dominantes que caracterizam esta espécie de semi-deus e que em nada a recomendam como figura central de aventuras destinadas a recrear crianças e jovens. O " Super-Homem" é um indivíduo que fisicamente se caracteriza por uma

---

<sup>1185</sup> Vide *Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores*, Circular nº 284, 18 de Outubro de 1955.

<sup>1186</sup> Vide *Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores*, Carta para os Directores das revistas infanto-juvenis portuguesas, 1955.

<sup>1187</sup> Vide Relatório do Padre Moreira das Neves " Sobre Revistas Infantis" de 25/11/1953. PT/ANTT Arquivo Álvaro Dias Saraiva

elevada estatura e grande desproporção entre a cabeça e os membros - estreiteza de capacidade craniana e fronte fugidia em contraste com os braços e pernas muito desenvolvidos. Isto é , a criança deverá aperceber-se logo à primeira vista que o Super Homem domina os acontecimentos e os outros homens exclusivamente pela força física. Certos críticos pretendem até ter notado nessa figura a revelação de uma tendência regressiva voluntária que se traduziria pela assimilação do Super Homem a uma animal superior de inteligência pouco mais desenvolvida que a do gorila. Aliás o comportamento do Super Homem apreciado através das aventuras em que toma parte parece confirmar inteiramente essa impressão. O Super Homem só intervém em casos simples em que predominam instintos inferiores : a luta e a desordem. Termina quase sempre por eliminar os adversários e a sua linguagem resume-se em regra à emissão de gritos inarticulados. De vez em quando pronuncia certas frases breves ( em linguagem quase sempre incorrecta) mas as mais das vezes limita-se a soltar gritos guturais. Tarzan é uma variante do Super Homem - um Super Animal como lhe tem chamado e com razão - cujas absurdas aventuras decorrem em regra entre povos ultra estranhos e animais exóticos ou espécies já desaparecidas, aventuras essas em que os autores se habituaram a dar largas a uma imaginação que por vezes se afigura delirante"<sup>1188</sup>

As muitas variantes do “ Super Homem” todas de proveniência norte-americana não deixaram de ser objecto do mesmo tipo de considerações. O “ homem de borracha” “ uma espécie de Super-Homem que, mercê do material de que é feito, resiste a todas as provas e executa as mais incríveis proezas. É mais um exemplo da actual tendência da literatura infantil de criar um tipo de heróis inteiramente desumanizados, nos quais as crianças não podem encontrar aquelas qualidades e atributos que é desejável se habituem a admirar”<sup>1189</sup> Idêntico ocorre com a revista “Capitão Marvel” : “Histórias de super-homem. Com todos os inconvenientes que lhe são próprios”<sup>1190</sup>, com outra versão brasileira das aventuras do

---

<sup>1188</sup> Vide Parecer de Álvaro Saraiva de 6/8/1953 aprovado pela CELPM no mesmo dia, vide PT/ANTT *Arquivo Álvaro Dias Saraiva*

<sup>1189</sup> Vide PT/ANTT, *Arquivo Álvaro Dias Saraiva*, Parecer de 9/9/1953 sobre a revista brasileira “ O Lobinho” nº 144, Junho de 1953,

<sup>1190</sup> Vide PT/SGPCM/ *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 168, “ Capitão Marvel Magazine”. Revista infantil brasileira. Parecer de Moreira das Neves, 13/11/1956. Aprovado em reunião da CLEM , sem data , ass.ilegível . Direcção dos Serviços de Censura , “ Proibido” , 13/11/1956.

Capitão Marvel intitulada “ Shazam ”<sup>1191</sup> : “ Cenas de Super Homem. Excesso de violência. Gravuras inconvenientes”<sup>1192</sup> ou ainda com a revista brasileira “ Biriba” cuja personagem principal detinha poderes extraordinários: “ Histórias excessivamente violentas em que a figura do herói é do tipo “ super-homem” com tudo o que ele comporta de estupidez e primitivismo grosseiro”<sup>1193</sup>

Uma dessas publicações, justamente uma terceira publicação brasileira dedicada ao Capitão Marvel , intitulada “ Marvel Magazine” chega mesmo a ser proibida definitivamente : “ Aventuras absurdas do tipo super-homem cheias de episódios de violência e terror excessivos. É de proibir a circulação da revista a título definitivo”<sup>1194</sup>. Sendo certo que a interdição acabará por ser levantada em 1959<sup>1195</sup>, já em plena presidência de Fernanda de Castro, como vimos, não deixa tal decisão de marcar um tempo e modo de actuação da CLEM a relevar para o nosso estudo.

O mesmo ocorreu com a versão brasileira de “ Batman”. A sua interdição definitiva ocorre em 1956 através de um sucinto parecer de Moreira das Neves : “ Uma história de “ super-homem” cenas de extrema violência e de terror ( 1 caixão, etc...). É de condenar para

---

<sup>1191</sup> A revista “Shazam!” , lançada por Roberto Marinho fundador das Edições Globo em finais de 1948 , “ trazia como protagonista o “Capitão Marvel”, um super-herói tão forte quanto o “Super-Homem”.O lançamento da nova revista foi sugerido a Marinho por Alfredo Machado , que se encantara com as aventuras da Família Marvel um dos muitos quadrinhos da Fawcett Publications que a Record distribuía no Brasil em vez de usar o nome “ marvel” no título, Machado propôs a palavra mágica “ Shazam!” de maior apelo comercial. E acertou mais uma vez. O termo passou a funcionar como a senha a levar o público a um universo mágico de aventuras e era repetido pelas crianças nas brincadeiras” vide Goncalo Junior, *A Guerra dos Gibis* [...] pp. 161-162

<sup>1192</sup> Vide PT/SGPCM/ *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº171. “ Biriba-Shazan Magazine” revista infantil brasileira. Parecer do Padre Moreira das Neves sobre o nº 75 de Maio /Junho 1955 , 19/7/1955. Aprovado em reunião da CLEM, 19/6/1955, pelo Presidente, Cortês Pinto . Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 20/7/1955.

<sup>1193</sup> Vide PT/SGPCM/ *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 141 Biriba Mensal, revista infantil brasileira. Parecer sob o nº 56 de Julho de 1954 Assinatura ilegível, 27/8/1954 . Aprovado em reunião da CLEM 31/8/1954 . O Presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 1/9/1954

<sup>1194</sup> Vide PT/SGPCM/ *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº V nº 142 . “ Marvel Magazine. Revista infantil brasileira. Parecer sobre o nº 13 Dez/ Jan. 1956. 21/2/1956. Ass. Ilegível. Aprovado em reunião da CLEM de 21/2/1956. Pelo Presidente J. Gomes Branco. Direcção dos Serviços de Censura, “ Interdito”, 22/2/1956

<sup>1195</sup> Vide PT/SGPCM/ *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 142 . Marvel Magazine”. Revista Infantil brasileira. . Parecer sobre o nº 32, Fev.Març. 1959. “ Tolerável” , J. Gomes Branco. Aprovado em reunião da CLEM ( sem data) O Presidente Fernanda de Castro. Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”, 24/3/1959.



sempre atendendo às razões expostas em vários números anteriores”<sup>1196</sup>. Mais tarde, no mandato de Fernanda de Castro , em 1959 a interdição será levantada<sup>1197</sup>.

Ainda que Wertham na sua cruzada anti-“comics” nos EUA não tenha dado especial relevância à personagem criada por Jerry Siegel e Joe Schuster em 1938 por comparação com outras, não deixou de falar de um “superman complex” quando no seu depoimento na Sub-Comissão do Senado para a Delinquência Juvenil, em 1954, referiu as “ fantasias de prazer sádico em ver outros serem punidos uma e outra vez enquanto o próprio se mantém imune”<sup>1198</sup> típicas das aventuras do super herói.

Mas talvez seja no debate francês a propósito da “invasão de comics americanos” e do reflexo protecionista que se seguiu que será possível identificar pontos de contacto com a estratégia portuguesa.

Haverá contudo que proceder com cautela nessa comparação atentas as diferenças profundas de contexto político . Nos anos anteriores à II Guerra Mundial a publicação das aventuras de “Superman” e de outras personagens como “Mandrake”, “Brick Bradford” , “Tarzan” ou mesmo “Mickey” são recebidas no contexto da má influência dos “comics” americanos suscitada sobretudo por personalidades próximas do Partido Comunista Francês. E simultaneamente pelo receio da propaganda fascista italiana junto da mesma juventude, alimentada pelas publicações de Cino del Duca. O exemplo mais significativo pela repercussão que teve foi o opúsculo do comunista George Sadoul também director do semanário infanto-juvenil “ Mon Camarade”, intitulado “ Ce qui lisent vos enfants”<sup>1199</sup>. O mesmo tom quanto aos heróis do outro lado do Atlântico manter-se-á após a II Guerra Mundial, desta feita acusados de uma faceta totalitária : “ Ao lado do gangster rei do crime, eis Tarzan rei do músculo, Mandrake rei da magia e o mais forte de todos , “Superman” ( o “sobrehomem” de Nietzsche recentemente adoptado pela América) e que simboliza bem o orgulho desmesurado do capitalismo atómico. O monstruoso , o

---

<sup>1196</sup> Vide PT/SGPCM/ *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 118 “ Bat Man” revista infantil brasileira e mexicana. Parecer de Moreira das Neves, 1/2/1955. Aprovado em reunião da CLEM 1/2/1955 Pelo Presidente. Assinatura ilegível. Direcção dos Serviços de Censura, “Interdito”, 2/2/1955

<sup>1197</sup> Vide PT/SGPCM/ *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 118 . “ Bat Man” . Ofício confidencial 267 da Direcção dos Serviços de Censura ao Director da Polícia internacional e de Defesa do Estado, 20/2/1959 “ Tenho a honra de informar V.Exa de que foi levantada a interdição da revista infantil brasileira intitulada “ Bat Man” tendo já sido autorizada a circular no País o nº 71 de Janeiro de 1959 da mesma revista”

<sup>1198</sup> Vide Amy Kyste Nyberg, *Seal of Approval* [...] p. 60

<sup>1199</sup> Vide Georges Sadoul . *Ce qui lisent vos Enfants*, Paris, Bureau D Éditions, 1938

sobrehumano, assim exaltados contribuem para criar uma mística do “chef” uma espécie de religiosidade primitiva que deforma o gosto natural das aventuras numa idade particularmente influenciável”<sup>1200</sup>. Em 1948 o Ministro da Educação francês inaugurou uma exposição em Paris visando a protecção dos desenhadores franceses contra as modas americanas. O relato da exposição acentua os traços mais negativos das publicações e das aventuras que são acusados de corromper a juventude francesa : “ Eis os heróis que são oferecidos como modelos para a juventude ; gangsters fazendo caretas e Superman(...) Eis o culto da violência , da bomba, do revolver e da metralhadora(...) Eis falsa ciência com as suas antecipações exageradas que vão ao ponto de negar a existência de leis físicas; Eis as deformações da língua francesa( ...) o abuso das onomatopeias (...) “kronk” urra o gorila gigante, “ Bang” faz o punho que se esmaga na cara “ Thumps! ... Grunch” rugem os brutos”<sup>1201</sup>.

Ora quando a Comissão francesa é chamada a pronunciar-se sobre os “ surhomme” é também a lembrança do nazismo que nela perpassa. A maior parte dos seus membros ficaria marcada pela II Guerra Mundial e pelos horrores do nazismo<sup>1202</sup>. As sequelas de tal situação perdurarão por mais de 10 anos. Poderes extraterrestres que não respeitam a realidade mas aviltam as leis físicas e humanas são mal vistos pelos comissários<sup>1203</sup> Toda a representação deformada da humanidade é condenada. Tal ponto de vista é bem expresso em sucessivos relatórios da CSC. Logo em 1950 se faz a crítica da inverosimilhança física, biológica e moral de certas personagens “ sobre humanas” : “ Não é apenas sobre o terreno físico ou biológico que a inverosimilhança ultrapassa os seus direitos na imprensa infantil é também no terreno moral. Se tentarmos desnudar um relato das suas peripécias adventícias para analisar o comportamento das personagens apercebemo-nos que a sua psicologia não é apenas rudimentar mas absolutamente inverosímil e mesmo inconcebível. Escapa ao sentimento de perigo e aceita com inconsciência riscos desmesurados. Fazem prova de um desconhecimento radical dos valores morais. São inacessíveis à piedade (...) são especializados em actividades que não

---

<sup>1200</sup> Vide Armand Monjo, “ L’offensive du dólar contre les cervaux d’enfants “ *L’Humanité*, 25 Outubro 1947, p. 4 apud Thierry Crépin, *Haro sur le Ganster* [...]p. 253

<sup>1201</sup> Vide Armand Monjo “ Les enfants français continuent à frequenter chaque jeudi les gansters et les pin-up girls ” *L’Humanité*, 26 maio 1948, p. 4 apud Thierry Crépin, *Haro sur le Ganster*[...] p. 262

<sup>1202</sup> A revista de Jean Paul Sartre “ Les Temps Modernes” incluía em 1949 a tradução de um artigo de Gershon Legman “ The Psychopatology of the Comics” no qual se acusava “ Superman “ de ser anti-semita. Curiosamente Sartre apesar de mostrar hostilidade perante os “comics” confessaria na sua autobiografia ter-se sentido em jovem cativado por eles , Jean Paul Sartre, *Les Mots*, Paris, Galimard, 1964, pp. 57-58. Vide Ignacio Fernandez Sarasola, *Las Lecturas peligrosas*[...]pp. 243-244

<sup>1203</sup> Vide Anne Cretois, *L’Encadrement de la Presse pour la Jeunesse*[...] p. 104 e 109

têm nenhuma relação com as actividades normais do homem do grau de civilização aquela que na aparência se ligam. Numa palavra não são “humanos”. Estes “superman” são seres absolutamente fictícios, buscando na realidade humana traços superficiais. A inverosimilhança moral vai a par com a inverosimilhança física e biológica: cada uma depende das duas outras e as chama”. Conclui assim a CSC : “ Sendo a moral um conjunto de regras práticas de comportamento humano pode dizer-se que tudo o tende a afastar o indivíduo do quadro normal do seu comportamento pode ser considerado como de natureza a desmoralizá-lo no sentido amplo do termo”<sup>1204</sup> . Esta precisão tornar-se-á decisiva para colocar as aventuras de “super-heróis” sob a alçada do art. 2º da Lei de 16/7/1949 que falava justamente de conteúdos susceptíveis de desmoralizar as crianças e os jovens.

O tema da verosimilhança, que aqui deliberadamente se aprofundou, ecoa as preocupações de Edmundo Curvelo a propósito das histórias para crianças. Também ele no único texto que se lhe conhece sobre a literatura infantil, e ainda que não se referindo expressamente à temática dos “super-heróis”, considera que a primeira preocupação da história para crianças resida na verosimilhança: “a projecção real do tema é fundamental à fundação da Arte em si”.

Em França esta orientação mantém-se ao longo dos anos embora enquadrada sob o tema das ameaças à dignidade humana. No relatório de 1963 a CSC alude a que os super-heróis com poderes extraterrestres atentam contra a noção de dignidade eminente da pessoa humana<sup>1205</sup>.

E é também a dimensão de aviltamento da dignidade humana que resulta da teoria do “hércules microcéfalo” aliás aplicada tanto aos super heróis como a “Tarzan”. Na medida em que as capacidades físicas são superlativadas, os problemas a resolver tornam-se mais fáceis o que significa um adormecimento das faculdades mentais. A anatomia dos personagens está na proporção inversa do seu psiquismo : “a bestialidade do tipo se afirma em múltiplos detalhes: o “superman” ou o homem macaco, após um triunfo sobre

---

<sup>1204</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à l'enfance et à l'adolescence au cours de l'année 1950*, Paris, Melun, Imprimerie Administrative, 1952, p. 28

<sup>1205</sup> Vide *Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à l'enfance et à l'adolescence 1963 (policopiado)* p. 5 ANF/CAC. Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporaines. Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1

os seus adversários , lançam um grito de vitória inarticulado que não podem deixar de proceder de um instinto puramente animal”<sup>1206</sup>

Em Espanha também os “super-heróis” tiveram uma difícil e complexa relação com a censura franquista. Contudo apenas nos anos 60 , após a chegada de Fraga Iribarne à pasta da Informação e Turismo se fez sentir o alerta , mantendo-se tal política repressiva bem entrados já nos anos 70. Como vimos, em 1964 a Comissão de censura espanhola infanto-juvenil, a CIPIJ, proibiu a importação e venda das publicações que contivessem aventuras de “Superman” e “Batman”.

Uma das principais notas da rejeição “anti-comics” em Espanha, embora tardiamente por comparação com outros países , andou associada à ausência de realismo nos “ tebeos” ou se se quisesse o excesso de fantasia, aspectos que sintomaticamente se exibiam em excesso justamente nos “ super-heróis”. Mas a crítica assentava num pressuposto religioso de cunho católico e nesse sentido tratou-se de um argumentário afastado do que vimos existir em França ou nos EUA: “ Superman não podia voar mas os anjos podiam-no fazer; Mandrake não podia assombrar com as suas genialidades mágicas, mas um personagem religioso podia deslumbrar com os seus milagres”<sup>1207</sup>. Ou seja a presença dos super-heróis poderia sugerir na mente dos menores uma “equiparação aos seres celestiais”<sup>1208</sup>

A moral cristã presente nesta crítica aos super-heróis parece evidenciar-se da produção teórica dos anos 60 e que é assim resumida por Fernandez Sarasola:“ Frente ao herói hiperbólico , dotado de poderes especiais os críticos propunham heróis realistas e afastados de qualquer elemento de divindade. De facto os super-heróis não eram na realidade heróis porque não eram susceptíveis de imitação. Os super-homens não representavam um modelo e isso por um duplo motivo: o mais óbvio eram as suas próprias capacidades fantásticas, impossíveis de emular, mas também a impossibilidade de adjectivar como heróis a personagens que ou não resultavam compatíveis com o sexo do leitor ( qualquer super-herói para uma menina) ou multiplicavam defeitos como a amoralidade ou a falta de sociabilidade( personagens independentes, sem ligações familiares e frequentemente fracassados)”<sup>1209</sup>.

---

<sup>1206</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence au cours de l'année 1950 [...]* , p. 24

<sup>1207</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La Legislación de las historietas em España[...]* p. 162

<sup>1208</sup> Vide César Sánchez Ortiz, *La Censura em tebeos e historietas[...]*p. 179

<sup>1209</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La Legislación de las historietas em España[...]*p. 162

Por aqui se vê qual o modelo de personagem de “ tebeos” pretendido pelos pedagogos na Espanha franquista : heróis diferentes para ambos os sexos , de recta formação moral e impecável trajectória familiar.

Nos anos 70 a censura espanhola continuava a acompanhar o voo do super-herói nestes termos: “ estimamos que se exagerou o alcance deste super homem nos comics americanos , que nada tem que ver com o super homem nietzschiano e não é mais do que uma versão do génio infantil à escala adolescente (...) é pois um herói perfeitamente asséptico sem implicações socializantes”<sup>1210</sup>. Tal valoração do super-herói, claramente mais condescendente, não deixava contudo de deixar cair sobre a personagem um olhar vigilante que se manteve até à ao fim da autarcia em 1975. Vimos antes algumas manifestações censórias dos super-heróis na fase do “ comic orientado” na vigência da Lei de Imprensa de Fraga Iribarne . Ainda em 1972 se acentuava nas aventuras do Superman alguns dos seus temas “ a trama confusa que acentua em geral a tendência mitificadora do protagonista através do exercício de superpoderes , para além de que resulta equívoca para leitores não formados a discrição do que poderia chamar-se de “transplante de faculdades anímicas” por via técnico científica e na admissão expressa de um “ mundo paralelo” em que todos e cada um dos homens vive na Terra”<sup>1211</sup>

## **7.6. O mito de Tarzan : um super animal em “absurdas aventuras”**

Como vimos, um dos alvos da CLEM , pelo menos nos anos 50, foi a manifesta oposição às aventuras de “Tarzan” acusadas de serem más leituras para os jovens. O encarniçamento dos membros da Comissão contra o "homem das selvas" reflecte-se sobretudo na proibição da importação de revistas francesas mas estende-se também às traduções portuguesas. Curiosamente a figura de “Tarzan” criada, como sabemos no início do sec. XX pelo escritor norte-americano Edgar Rice Burroughs e que cedo se tornou um fenómeno de popularidade , não sofreu críticas no contexto da erupção “anti-comics” liderada por Frederic Wertham, nem tão pouco se assinalam na Grã Bretanha quaisquer

---

<sup>1210</sup> Vide César Sánchez Ortiz, *La Censura em tebeos e historietas*[...]p. 180

<sup>1211</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administracion. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Direccion General de Prensa. Caixa 57319* . Informação “ lectura previa” da CILIJ do dia 23/5/1972 da revista Superman nº 868, edição mexicana

particulares vetos à publicação das suas aventuras. O mesmo não ocorre em Espanha, como tivemos oportunidade de sinalizar, onde as críticas à personagem acentuam “referências diversas à escravatura”; “emoções, sentimentos e outras faculdades humanas atribuídas a animais irracionais; ou “tónica de exibicionismo físico em ilustrações”. Contudo trata-se de um fenómeno tardio, do início dos anos 70, se bem que corresponda ao paradigma evolutivo da censura aos “tebeos” no país vizinho.

Mas nada se compara com o que ocorreu na França entre os anos 30 e anos 60. Neste país e de modo acentuado, as aventuras de “Tarzan” e as revistas com o mesmo nome, foram objecto de um consistente e continuado ataque crítico que chega mesmo a provocar a suspensão da publicação com o mesmo nome, realidade que no contexto francófono foi raríssimo. No capítulo relativo ao ambiente internacional demos nota da estratégia de cerco por parte da CSC às publicações de Cino del Duca que publicavam as aventuras do “rei da selva”.

Que tal ataque se tenha traduzido numa das múltiplas vertentes em que o anti-americanismo se fez sentir em terras gaulesas não apaga a natureza específica do argumentário utilizado pelos críticos. Vamos ver que mesmo antes da criação da CSC as representações ilustradas em formato de BD de Tarzan são o alvo dominante quer dos grupos conservadores ligados à Igreja Católica quer dos autores com evidentes ligações ao Partido Comunista francês. E sobretudo não deixa de ser muito interessante que a fundamentação utilizada quer por Álvaro Saraiva quer por Moreira das Neves para criticarem as aventuras de “Tarzan” se aproxima e em certos casos quase reproduz aquela que em França por essa altura se fazia ouvir.

Um dos pontos de particular pesquisa quer nos Arquivos portugueses quer franceses quer espanhóis foi justamente saber de contactos entre as várias estruturas censórias ou entre os censores propriamente ditos. Ou, pelo menos, de troca de correspondência que permitisse saber da partilha de informação, doutrina, opinião ou experiências. Nada encontramos. Ficámos com a ideia que as três estruturas censórias (admitindo que assim também podemos apelidar a francesa) trabalharam de forma absolutamente isolada umas em relação às outras, tendo contudo como objectos das suas actividades as mesmas publicações( em alguns casos literalmente) ou personagens, decidido da mesma maneira, com os mesmos fundamentos e chegado às mesmas conclusões. Mas não espanta que assim possa ter sido. A natureza humana, num contexto histórico, social, cultural e civilizacional similar ainda que em espaços geográficos diferentes tende a reagir de forma muito idêntica aos mesmos estímulos. Por outro lado importa não esquecer como vimos

no capítulo 3 que a circulação de ideias nesta temática dificilmente passaria ao lado de Portugal. E se Edmundo Curvelo tinha na sua Biblioteca informação actualizada sobre os perigos da banda desenhada na formação dos menores, não é de excluir que tal ocorresse também com Moreira das Neves, Álvaro Saraiva ou Cortês Pinto .

Em Parecer datado de 1953 aprovado pela CLEM em resposta a um pedido de esclarecimento de uma empresa de distribuição norte-americana que havia visto a revista “Tarzan” proibida de circular em Portugal , o relator do parecer Álvaro Saraiva compara o " Super Homem" com Tarzan nos termos que reproduzimos antes <sup>1212</sup>.

Antes de chegar à Banda desenhada as aventuras de Tarzan saltaram dos fascículos “The All Story” onde Burroughs publicou em 1912 o primeiro relato “ Tarzan of the Apes” para o cinema em 1918. O jovem órfão do casal aristocrata Greystoke que naufraga junto à costa africana e que será recolhido e educado pela gorila fêmea Kala só chega à BD em 1928 na Grã Bretanha e nos EUA desenhado por Hal Foster . Ao longo dos anos dezenas de outros desenhadores e argumentistas darão sequência ao mito Tarzan.

Em França mesmo antes da publicação da Lei de 1949 várias instituições e personalidades criticaram a divulgação junto dos jovens das aventuras de “Tarzan”. Tal era o caso da “Ligue Française pour le rélevement de la Moralité Publique” que nos anos 30 manteve uma acção diversificada de formação da opinião pública e de combate à suposta imoralidade quer ela viesse do cinema, das publicações periódicas ou se desenrolasse nos locais de trabalho. A sua actuação dirigia-se também contra o alcoolismo, a prostituição, o proxenetismo e o aborto. No fundo a luta contra aquilo que se designava como " doenças" sociais. Um dos seus combates dirigiu-se contra a desmoralização da juventude através das publicações periódicas reclamando a adopção de uma lei que pudesse controlar a referida imprensa <sup>1213</sup> Em que medida tais jornais se tornaram perigosos para os jovens na visão da Liga ? Os mesmos " concorrem para o nivelamento da juventude por padrões medíocres(...)o herói tornado popular por esses jornais é Tarzan, um semi-selvagem, que tem mais de animal do que de homem(...) as ilustrações que o acompanham são feias: nenhuma beleza no desenho nenhuma poesia no texto <sup>1214</sup>.

No mesmo registo embora fazendo prevalecer nas suas apreciações um pano de fundo ideológico distinto estão os escritos do intelectual e militante comunista George Sadoul,

---

<sup>1212</sup> Vide Parecer de Álvaro Saraiva de 6/8/1953 aprovado pela CLEM no mesmo dia PT/ANTT. *Arquivo Álvaro Dias Saraiva.*

<sup>1213</sup> Vide Daniel Parker e C. Renaudy, *La Démoralisation de la Jeunesse para les Publications Périodiques*, Paris, Cartel d’action Morale, 1944

<sup>1214</sup> Vide Parker e Renaudy, *La Démoralisation...* “[...]. p. 11

também director da publicação “Mon Camarade” , próxima do Partido Comunista Francês. Um dos seus ensaios de referência que estará na origem da Lei de 1949 é o livro “ Ce que lisent vos enfants” <sup>1215</sup>. A obra de Sadoul tem um sentido claramente proteccionista e visa condenar a nefasta influência norte-americana na imprensa juvenil em França. Os seus alvos são os heróis , os autores e as empresas que do outro lado do Atlântico alimentam o consumo de periódicos juvenis . Começa naturalmente por denunciar o sucesso empresarial e os métodos de Walt Disney e o seu mais conhecido personagem à época “Mickey”, mas analisa outras personagens de BD norte americanas como “Tarzan”, “Mandrake” ou “Brick Bradford”. Analisa sobretudo os métodos de produção da realização dessas aventuras quando comparadas com o que ocorre na Europa e os métodos dos “ americanos para conquistar os mercados estrangeiros”. E após a análise de alguns dos mais famosos heróis da BD norte americana da época acaba por concluir que a juventude francesa tem de ser protegida dos “ apelos à morte, ao erotismo e à escravidão” que segundo ele seriam o resultado dos “trusts” estrangeiros ( americanos) <sup>1216</sup>.

A mesma nota impressiva, desde logo pelo título, é nos dada por Jean Pihan ( sob o pseudónimo de Gabriel Venaissain) e Gabriel Soumille. “ La Presse enfantine(...) au royaume de Tarzan”<sup>1217</sup>. O texto começa assim : “ O urso de peluche é o grande vencido deste século(...) os heróis utilizam a espingarda. A nossa civilização é uma civilização da imagem. As crianças crescem envolvidas de pais , educadores e presentes : e de imagens. Como adormecem à noite e acordam de manhã ? Entre os lençóis mas também entre imagens. É bem conhecido que muitas crianças lêem 4 ou 5 revistas ilustradas cada semana, mergulhando nessa leitura até altas horas da noite. Terão seguramente a retina cheia de cores vermelhas e verdes e o coração cheio de heróis, tigres e revolvers... Qual é o homem de quem se fala com mais admiração no mundo ? Truman, Staline, Fausto Coppi, Fernandel, Picasso, Schweitzer ? Não calculam, é Tarzan, herói das revistas ilustradas do mundo inteiro. Se as crianças votassem Tarzan seria o presidente do parlamento mundial de que muitos falam sem contudo o realizar. Que digo eu ? Ele seria ditador.” <sup>1218</sup>

---

<sup>1215</sup> Vide Georges Sadoul, *Ce que lisent vos enfants, La presse enfantine en France, son histoire, son évolution , son influence*, Paris, Bureau d’Editions , 1938

<sup>1216</sup> Vide George Sadoul. *Ce que lisent..., [...]*p. 55

<sup>1217</sup> Vide Gabriel Venaissain e Gabriel Soumille, *La Presse Enfantine, Les Surhommes, les gansters, les bagarres, les comics le Petit Commerce, au Royaume de Tarzan*, Lyon, Librairie des Editions ouvrières, 1952

<sup>1218</sup> Vide Gabriel Venaissain e Gabriel Soumill, *La Presse Enfantine[...]*,p. 3



Para estes autores “Tarzan” estava presente em todo o lado desmoralizando os jovens. Os outros heróis como “Dynamic”, o “Fantasma de Bengala”, “Targa” são “todos irmãos gémeos de Tarzan, caracterizados por se lançarem de árvore a árvore e de um telhado a outro sem o menor esforço. Símbolos de toda a potência e da onisciência postas ao serviço da justiça . Vê-se aqui claramente o que pretendem ser estes personagens; seres que participam na divindade ( uma divindade semanal) , substituindo-a”.<sup>1219</sup>

O panfleto analisa a imprensa infantil e juvenil em 1952 arrumando-a em várias categorias a saber : publicações sem tom cristão mas de excelente conteúdo , como por exemplo “TinTin”, publicações que não terão outro propósito que não o de distrair, como “Spirou” ,” Zorro” ou “Fillette”, publicações de tendência política ou ideológica não católica , como a comunista “Vaillant” e publicações anti-educativas a desaconselhar, como Tarzan. Sobre este diz-se : “ Homem macaco é a força brutal exaltada, tipo de homem primitivo ”<sup>1220</sup>

Uma das críticas de que Tarzan se tornou exemplo foi a do racismo. Na medida em que Tarzan é um super homem caracterizado pela sua força extraordinária daqui decorre que pertence a uma raça superior. E assim explora as raças inferiores. “ No mundo dirigido pelo “sobrehomem “estabelece-se uma confusão sistemática entre o Negro e o macaco”(…) Mas tal alarga-se aos árabes, aos chineses e a outras raças que não a branca apresentando-se sempre aqueles com aspectos brutais e selvagens destinada a acomodar a realidade à das raças inferiores<sup>1221</sup>.

A revista “ Droit et Liberté” que teve na raiz o movimento de resistência à ocupação alemã “ Mouvement National Contre le Racisme” assumiu claramente este ponto de vista denunciando o modo como nas aventuras de Tarzan a população negra era apresentada: vilões submissos e selvagens seguidores do rei da selva<sup>1222</sup>. O próprio Jean Paul Sartre entrou nesta discussão escrevendo um artigo para a mesma revista sob o pseudónimo de Monique Danja, onde criticava os exemplos facultados pelos “comics” aos jovens onde avultava “ um mundo de negros idólatras, onde Tarzan é rei, e onde nada resiste ao poder do Deus branco”<sup>1223</sup>

---

<sup>1219</sup> Vide Gabriel Venaissan e Gabriel Soumille, *La Presse Enfantine*[...]p. 5 e 6

<sup>1220</sup> Vide Gabriel Venaissan e Gabriel Soumille, *La Presse Enfantine*,[....] .p. 35

<sup>1221</sup> Vide R. Dubois “ La Loi du 16 Juillet 1949”, *Enfance*, tome 6, nº 5 1953, pp. 445-446

<sup>1222</sup> Vide “ Tarzan, Mandrake et les lyncheurs de nègres” *Droit et Liberté*, nº 94, 6 Novembre 1951, p. 1

<sup>1223</sup> Vide “ Commission Centrale de l’enfance :Tarzan et Superman, ennemis des gosses”, *Droit et Liberté*, nº 18, 15 Décembre 1948, p. 10. Vide também Ignacio Fernandez Sarasola,” *Las Lecturas Peligrosas*” [...],p. 243

Sendo “Tarzan” na sua versão ilustrada uma importação americana essa importação trouxe também um estilo de narração. A questão não se circunscreve ,como é óbvio, ao homem das selvas mas pode por maioria de razão aplicar-se a ele. Fala-se então na " colonização completa da imprensa infantil pelas bandas de origem estrangeira" ou seja pelo " estilo americano de histórias em bandas"<sup>1224</sup>. Entende-se por isso não só a utilização das técnicas gerais de composição da história com recurso a uma gramática cinematográfica no emprego dos planos e das sequências, simplificação do desenho, estilização das personagens, selecção das imagens violentas, mas também da estrutura da história( personagem herói, dicotomia entre bons e maus, etc.) .

Estas técnicas e esta gramática são colocadas à disposição de um personagem-herói que reúne ao mesmo tempo as qualidades do aristocrata de raça branca ( nascimento ilustre e nobreza de carácter) e as virtudes da força bruta. Ninguém lhe resiste : leões, cães selvagens, hordas guerreiras. E tudo isso sem que deixe de ser natural a exibição e a demonstração da sua força física. Contudo “Tarzan” é também um "corpo de gorila" no que é considerado um fenómeno de anatomia : " sempre se comentou a sua microcefalia, cabeça pequena, corpo enorme". Mas Tarzan é um herói mistificador símbolo da força física , do bestial. E sobretudo movimenta-se em locais estranhos. O Tarzan de meados dos anos 50 publicado em França, evolui em contextos diversos consoante os argumentistas e criadores que dele se encarregaram . E todos esses contextos intrigam os críticos franceses que os valoram negativamente. Quer o “Tarzan” senhor da Selva, deus dos animais que reconhecem a sua lei, quer o “Tarzan” dos exploradores que em ambientes típicos de África combate os traficantes brancos ou os sábios perversos , quer ainda o “Tarzan” das cidades míticas que de um momento para o outro mergulha nas profundezas da terra para defrontar os homens serpentes ou os homens crocodilos, todos eles se reconduzem a um moralismo estreito, primitivo e conservador que presuppõe a lei de talião como elemento fundamental: o que tu me fizeres faço-te. Ora tudo isto permite validar a ideia de que esta "literatura desenhada" iminentemente imobilista não foi concebida na sua origem para crianças ou jovens adolescentes mas para uma população indiferenciada de todas as idades e condições<sup>1225</sup>.

---

<sup>1224</sup> Vide Pierre Fouillhé, *Journaux d'Enfants Journaux pour rire*, Colection Les enfants et les hommes, Lyon, Centre d'activités pédagogiques, 1955, p. 46

<sup>1225</sup> Vide Pierre Fouillhé, *Journaux d'Enfants*[...], pp. 56-58. Deve notar-se que este ensaio procura constituir-se como uma análise cientificamente fundada , oriunda do campo da psicologia e da pedagogia, das influências da BD nos jovens. O autor , um respeitado investigador filiado no CNRS( estrutura estatal que enquadrava e enquadrava ainda hoje a investigação científica em França) ainda que chamando a atenção para a natureza conservadora e pouco inovadora desta literatura em imagens e em

Contudo o acontecimento que seguramente acabou por ter maior repercussão pública no combate ao mito de “Tarzan” foi a actuação da CSC francesa que levou ao fim do semanário com o mesmo nome em 1953 mantendo-se apenas uma edição mensal de histórias completas que terminou contudo em 1954 como vimos no capítulo 3 .

A Comissão desde as suas primeiras reuniões transformou “Tarzan” no seu inimigo nº 1 no que foi acompanhada pela comunicação social e pela opinião pública que fizeram das aventuras desenhadas inicialmente por Hal Foster e depois por Burne Hogarth a referência negativa de todas as publicações juvenis indesejáveis<sup>1226</sup>.

O discurso da Comissão centrou-se nos tópicos que vinham já desde os anos 40 sendo discutidos na opinião pública e que resumimos antes. Por um lado a propensão de Tarzan para a violência e a força bruta muscular é um exemplo de "superanimalidade" aliás bem evidenciada pelo seu grito inarticulado após cada vitória. Depois a Comissão não encontrava razões para tolerar a nudez da personagem, apresentada para mais numa dimensão de exagero muscular que acentuava ainda mais a sua animalidade/bestialidade.

A desistência de Cino del Duca, que acompanhámos antes , pode ser interpretada de forma estratégica. Retirou Tarzan das bancas mas manteve e criou outras revistas infanto-juvenis recheadas de aventuras "americanas"<sup>1227</sup>. E não deixou nunca de defender o seu herói. Fê-lo logo em 1950 no contexto dos primeiros assaltos da CSC, como vimos , e voltou a fazê-lo no momento da desistência.

Assim no último número da 1ª série, de 3/5/1952 a direcção da revista sobre o título de " Adeus a Tarzan" defende-se da acusação de corromper a juventude desafiando quem possa encontrar nas aventuras do “homem da selva” publicadas pela revista algo que a colocasse em rota de colisão com o famigerado art. 2º da Lei de 1949. Acrescenta:

" Consideramos Tarzan como um homem honesto , leal, corajoso, justo, inatacável. Estamos convencidos que é necessário dar a conhecer a sua História que traria uma contribuição à formação de uma juventude calma e forte. A juventude que leu as aventuras de Buffalo Bill e as de Julio Verne não é uma juventude criminosa. As aventuras de Tarzan participam elas também na educação física e moral dos jovens do nosso país. Aliás

---

concreto da figura de Tarzan sempre contestou a relação entre os "comic books" e a delinquência juvenil. Nesse sentido pode ler-se como a resposta francesa às interpretações de Fredric Wertham .

<sup>1226</sup> As aventuras de Tarzan publicadas em França por esta época eram da autoria dos citados Harold Foster e Burne Hogarth mas também , entre outros, de Rex Mason, John Letti, Paul Reinman, Bob Lubbers, Sy e Dan Barry. Vide Michel Deni, "Le Tarzan d'après guerre ", *Le Collectionneur de Bande Dessinée*, nº s 91 e 92 , Verão e Inverno , 2000

<sup>1227</sup> É essa a interpretação de Thierry Crépin que assinala a quebra de vendas do semanário quando confrontado com outro título da mesma casa editora " L Intrépide" . vide *Haro Sur le ganster*[...] p. 367

estamos longe de ser os únicos a defender o nosso ponto de vista. Os álbuns de Tarzan são actualmente recomendados pela Revista dos Autores e dos Livros de Bruxelas, que é destinada a esclarecer os directores das Bibliotecas sobre os valores morais e técnicos dos livros. E que dizer de um artigo aparecido no Daily Mail de Londres que assinalada o aparecimento de Tarzan na URRS ? Acontece que Tarzan é lido em todo o mundo excepto em França" <sup>1228</sup>

Não será exactamente assim porque no extremo ocidental da Europa os jovens portugueses também não podiam ler as bandas desenhadas do homem da selva .

Ora se o caso Tarzan tem uma específica ressonância francesa a verdade é que alguns dos seus ecos não puderam deixar de chegar a Portugal. A dimensão francesa deve ser vista no contexto do esforço ( e das contradições) da reconstrução pós II Guerra Mundial. Mais do que contrariar a invasão dos “comics” norte-americanos e “Tarzan” poderia ser entendido como paradigmático dessa realidade, o debate francês revelava o perigo do " homem-macaco" minar os esforços da reforma da juventude francesa à luz de princípios como a civilidade, a moralidade e a comunidade. A própria civilização ocidental personificada pela França Livre que havia derrotado o nazismo, era posta em causa pela mais ignóbil representação do irracional, do não civilizado, da força bruta no fundo a encarnação de um mundo pré civilizado <sup>1229</sup>.

Serão aparentemente razões idênticas, que não têm sequer em conta o contexto específico do regime salazarista, que levarão a CLEM a recusar as aventuras de “Tarzan” em Portugal . Ou pelo menos a opor-se à venda , justamente, da sua versão francesa- a mesma que em França foi objecto da perseguição da Comissão- já que ,como veremos, se revelará tolerante nas suas encarnações lusas. As Éditions Mondiales editaram após a II Guerra Mundial o semanário “Tarzan” em duas séries. A primeira do nº1 de 19/9/1946 ao nº 293 de 3 de Maio de 1952. É neste último número da I série que é inserido uma vibrante defesa da compatibilidade dos valores de Tarzan com os que deveriam ser estimulados na juventude francesa, como vimos. Mas Cino Del Duca regressará com uma segunda série semanal de apenas 31 números e de curta vida 28/3/1953 e 24/10/1953 . Ora as publicações que serão objecto da análise da nossa CLEM respeitam a alguns números da “Colecção Tarzan” entre Outubro de 1954 e Setembro de 1955. Por esta

---

<sup>1228</sup> Vide “Tarzan”, nº 293 de 3/5/1952 p. 3 . Vide também sobre a história da revista “Tarzan” (semanal) Michel Deni, " Le Tarzan d'après guerre ( première et deuxième série) , *Le Collectionneur de bandes Dessinées*, nº 91 ( Verão 2000) e nº 92 ( Hiver 2000)

<sup>1229</sup> Nesse sentido vide Richard I. Jobs " Tarzan under Attack : Youth . Comics and Cultural Reconstruction in Postwar France" in *French Historical Studies*, vol. 26, Nº 4 ( Fall 2003), pp. 711-714

altura a publicação tinha uma periodicidade irregular. Alguns números representam uma presença mensal outros bi-mensal outros ainda trimestral .O último número desta sequência é de Agosto de 1956.

Logo em parecer de 26/10/1954 a Comissão pronunciando-se sobre o nº 7 da revista sustenta que : " Dada a orientação geral que esta Comissão estabeleceu relativamente às aventuras de Tarzan afigura-se que não é de autorizar a publicação"<sup>1230</sup> . Certamente que o relator identificava a opinião da Comissão acerca do Relatório que sobre a matéria Álvaro Saraiva havia escrito um ano antes e que já referenciámos. Os nºs 8, 9, 10, 13 e 14 são todos eles condenados com argumentos uniformes : " apresenta literatura filiada nas teorias (...) do homem da selva"<sup>1231</sup>, " glorificação do homem da selva" <sup>1232</sup>" violência sem qualquer utilidade"<sup>1233</sup> e " é absolutamente deseducativa a glorificação do homem das selvas com as sua aventuras absurdas"<sup>1234</sup>.

Independentemente da concepção global que preside a estas decisões importa sinalizar ainda que a título exemplificativo o conteúdo das aventuras de Tarzan proibidas pela Censura portuguesa. Podemos tomar como referência da revista nº 13(Documento AO ) objecto da opinião taxativa de Moreira das Neves<sup>1235</sup>( Documento AP ) . A versão

---

<sup>1230</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social* Censura.Revistas infantis. Números proibidos. "Tarzan" revista infantil francesa. Processo nº 147 . Parecer de Eduardo Antonino Pestana de 26/10/1954. Aprovado em reunião da CLEM de 26/10/1954. Pelo Presidente Cortês Pinto. Direcção dos Serviços de Censura, " Proibido", 27/10/1954.

<sup>1231</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social* . Censura. Revistas infantis. Números proibidos. "Tarzan" revista infantil francesa. Processo nº 147 . Parecer de Eduardo Antonino Pestana de 3/5/1955. Aprovado em reunião da CLEM de 3/5/1955, O Presidente Serras e Silva.

<sup>1232</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social* Censura .Revistas infantis. Números proibidos. "Tarzan" revista infantil francesa. Processo nº 147 . Parecer de Eduardo Antonino Pestana de 15/2/1955 Aprovado em reunião da CLEM de 15/2/1955, O Presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, " Proibido",15/2/1955.

<sup>1233</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social* . Censura .Revistas infantis. Números proibidos. "Tarzan" revista infantil francesa. Processo nº 147 . Parecer de Eduardo Antonino Pestana de 18/1/1955. Aprovado em reunião da CLEM de 18/1/1955, O Presidente Serras e Silva.

<sup>1234</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social* Censura. Revistas infantis. Números proibidos. "Tarzan" revista infantil francesa. Processo nº 147 . Parecer de Padre Moreira das Neves de 27/9/1955. Aprovado em reunião da CLEM de 27/9/1955, O Presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, " Proibido",27/9/1955.

<sup>1235</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social*. Censura. Revistas infantis. Números proibidos. "Tarzan" revista infantil francesa. Processo nº 147 . Parecer de P. Moreira das Neves de 19/7/1955. Aprovada em reunião da CLEM de 19/7/1955. Carimbo de " Proibido" Direcção dos Serviços de Censura. 20/7/1955

publicada na revista francesa , vendida pela United Features Syndicate não identifica o desenhador e argumentista. Supomos que o desenho é do artista norte-americano Bob Lubbers ( 1922-2017)que animou a série de 1950 a 1964<sup>1236</sup> com argumentos de Dick van Buren. Trata-se de um encadeamento de várias aventuras com argumento relativamente simples e linear e muita acção em todas as páginas. Numa primeira história “Tarzan” trata de pela força física matar um casal de leões que se tinha constituído, por artes de feitiçaria, numa ameaça para uma tribo negra e numa segunda, um grupo de personagens ligadas ao cinema , realizadores e actores, são surpreendidos em plena selva e raptados por uma tribo negra acabando por ser salvos por Tarzan, após várias manifestações de destreza e força física. É um facto que perpassa em toda a aventura um registo de superioridade do homem branco sobre animais e homens ( negros) ferozes, graficamente representados estes últimos de forma grosseira. Mas o que predomina são as violentas cenas de acção entre o “ super animal”, como lhe chama Alvaro Saraiva e os animais selvagens que acabam invariavelmente eliminados por aquele. De permeio a personagem transporta uma jovem actriz de cinema de liana em liana, num registo que replica as imagens cinematográficas de “Tarzan e Jane”.

Importa dizer que os jovens portugueses leram pela primeira vez uma aventura de “Tarzan” , desenhada por Rex Mason nas páginas do “Diabrete” em 1941 e que várias foram as capas na década de 40 algumas da autoria de Burne Hogarth que o semanário da ENP dedicou ao homem da selva. Isso não espanta já que o momento censório que aqui analisamos surge justamente para filtrar a alegada má literatura infanto-juvenil que no passado ( anos 40 ) teria penalizado a juventude portuguesa.

E só aparentemente surpreende que enquanto a CLEM proibia a Livraria Bertrand de vender as edições francesas de “Tarzan” , ignorasse as aventuras do nosso herói que continuavam a ser publicadas nas páginas do “Mundo de Aventuras”, quer nas do “Cavaleiro Andante” .

É que, como vimos, o critério para apreciar os conteúdos das publicações nacionais é bem mais tolerante do que aquele que é utilizada para as revistas estrangeiras, sejam elas de proveniência francesa ou brasileira. Isso mesmo se depreende de um dos pareceres a propósito de uma das publicações de referência brasileiras publicada pelas edições de Roberto Marinho “ O Globo Juvenil Mensal”. Diz-se a propósito de um número em

---

<sup>1236</sup> Vide Patrick Gaumer, *Dictionnaire Mondiale de la BD[...]* “ Tarzan” p. 827

Outubro de 1955 . “ Violências em demasia. Cenas terroristas. Até parece um das revistas nacionais, que gozam de mais ampla liberdade de expressão”<sup>1237</sup> .

### **7.7. Os “ romance comics” e o erotismo precoce: “ livre camaradagem entre rapazes e raparigas no estilo a que o cinema americano de há muito nos vem habituando”**

Em meados dos anos 50 chegou às mãos dos membros da CLEM um tipo novo de revistas aparentemente dirigidas ao público-infanto juvenil. Tratava-se de publicações com histórias em Banda Desenhada, mas também contos e reportagens fotográficas cujos temas centrais giravam em torno de romances e histórias de amor . Se bem que o público alvo fossem os adolescentes o conteúdo das publicações e sobretudo as suas ilustrações , designadamente as capas, levavam a que a os membros da CLEM as recusassem por serem dirigidas a adultos. Na realidade tratava-se de um fenómeno editorial novo em Portugal , oriundo essencialmente dos Estados Unidos, onde o género nasceu e foi ganhando cada vez mais peso. Nos EUA constituíram uma resposta aos “ crime comics” que praticamente desapareceram após a introdução do “Comics Code”.

Mas também surgiram publicações do Brasil e de França com essas características, sendo as brasileiras no essencial traduções das suas congéneres americanas. O fenómeno das revistas para “teen-agers” sobretudo raparigas- os “romance comics”- batia à porta das jovens portuguesas por via da importação de tais publicações , com todos os problemas de alegada desmoralização da juventude associados e com a particularidade de que aqui estarem em causa modos “ modernos” de relacionamento entre rapazes e raparigas por completo afastados da concepção do Presidente da CLEM Serras e Silva , como vimos.

Revistas como “ Hi-School Romance”<sup>1238</sup>, “First Romance Magazine”<sup>1239</sup>, True Bride to be Romances,<sup>1240</sup> First Love Illustrated”<sup>1241</sup> “ Secrets of Love and Marriage”<sup>1242</sup> Brides

---

<sup>1237</sup> Vide PT /SGPCM/GMCS / *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Ex-Gabinete para os Meios da Comunicação Social*. Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 138 Revista infantil brasileira “ O Globo Juvenil Mensal”. Parecer sob o nºe 176 de Setembro de 1955, datado de 18/10/1955.Assinatura ilegível. Aprovado em reunião da CLEM ( s.d) , Pelo Presidente , A. Cortês Pinto . Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”,19/19/1955.

<sup>1238</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº 202

in Love"<sup>1243</sup> " Romantic Story"<sup>1244</sup> " Love Tales"<sup>1245</sup> " My own Romance"<sup>1246</sup> e " Love Romances"<sup>1247</sup> inserem-se na categoria de "romance comics" e mereceram todas parecer negativo por parte da CLEM.

O mesmo com as seguintes publicações importadas do Brasil : " Selecções de Idílio" "Romance em quadradinhos", "Princesinha" ou "Pequenina". Das publicações francesas há notícia da proibição de um número de "Fillete" e de vários de "Sylvie", ambas susceptíveis de serem integradas nessa categoria de " romance comics"

O fundamento invocado é muitas vezes o não serem revistas para menores ou serem-no apenas para adultos. Nas " Selecções de Idílio" o parecer sustenta : " Não deve ser permitida a circulação : menos conveniente para os leitores a que destina . Basta a capa"<sup>1248</sup>. Igual argumento é utilizado na revista " Pequenina" <sup>1249</sup> e na revista " Romance em Quadradinhos" <sup>1250</sup>.

Em outros casos porém está bem identificada a razão da proibição . A revista brasileira " Cowboy Romântico" que no essencial era uma tradução de idêntica publicação americana, vê a circulação de vários dos seus números proibida em 1955 e 1956 . As observações

---

<sup>1239</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº 205

<sup>1240</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº 206

<sup>1241</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº 208. Revista interdita de circular em Portugal por decisão de 29/5/1956

<sup>1242</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº241

<sup>1243</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº 245

<sup>1244</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº250

<sup>1245</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº251

<sup>1246</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº257

<sup>1247</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº258

<sup>1248</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº 201. Parecer manuscrito . assinatura ilegível 17/4/1956

<sup>1249</sup> Vide PT/ANTT/ - *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº229 . " Não é leitura própria para menores. Voto desfavorável. " J. Gomes Branco. 2/5/1955

<sup>1250</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº225. " história cacterizadamente para adultos. É de proibir a circulação" assinatura ilegível . 15/9/1957. Aprovado em reunião da CLEM , sem indicação de data, com a assinatura de Fernanda de Castro.



apontam para as " gravuras demasiado sugestivas de nítida intenção sensual"<sup>1251</sup> ou " absolutamente impróprio para menores por causa das cenas amorosas" <sup>1252</sup>,

Na revista " I Love you" é também o Padre Moreira das Neves quem assinala " cenas impróprias para menores"<sup>1253</sup>. E quanto a "TV Teens" o juízo é ainda mais rigoroso. " Simplesmente indecente, deve tornar-se definitiva a proibição"<sup>1254</sup>. Na mesma linha a revista "First Romance Magazine" é proibida quer " pelas sugestões sensuais que contém" sendo que algumas delas seriam evidenciadas pela " simples inspecção das figuras"<sup>1255</sup>

A revista "Love Romances" cuja importação foi proposta em 1957, foi objecto das seguintes apreciações : " parecer desfavorável á circulação dado que as gravuras são inconvenientes para a educação dos jovens leitores" <sup>1256</sup> e " é de proibir a circulação: basta percorrer com os olhos as figuras para concluir-se que a revista pertence ao género ( ...) do indesejável nas mãos do público a que se destina"<sup>1257</sup> . A revista " A date with Millie" também do mesmo ano de 1957 é recusada quer porque publica "temas e gravuras gravemente inconvenientes para menores"<sup>1258</sup> , quer porque inclui " histórias de intenção

---

<sup>1251</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Ex-Gabinete para os Meios da Comunicação Social* Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Revista infantil " Cowboy Romântico". Processo nº 172 . Revista de Junho de 1956, Parecer de 31/7/1956, assinatura ilegível, Aprovado em reunião da CLEM de 31/7/1956. Direcção dos Serviços de Censura, " Proibido", 31/7/1956

<sup>1252</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Ex-Gabinete para os Meios da Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Revista infantil " Cowboy Romântico". Processo nº172 . Revista nº 2 Agosto de 1955. Parecer de Moreira das Neves , 30/8/1955, aprovado em sessão do mesmo dia da CLEM. pelo Presidente António Cortês Pinto. Direcção dos Serviços de Censura, " Proibido", 31/8/1955.

<sup>1253</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Ex-Gabinete para os Meios da Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Revista infantil americana "I Love You", Processo nº 176. Parecer de P.Moreira das Neves, 2/1/1957 sobre o nº 13 da revista. Direcção dos Serviços de Censura, " Proibido", 2/1/1957

<sup>1254</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Ex-Gabinete para os Meios da Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Revista infantil americana "TV Teens". Processo nº 180. Parecer 3/8/1955. assinatura ilegível . Aprovado em reunião da CLEM do mesmo dia. Pelo Presidente Moreira das Neves. Direcção dos Serviços de Censura, " Proibido", 3/8/1955.

<sup>1255</sup> Vide pareceres de 4/4/1956 . ass. ilegível do nº 40 de "First Romance Magazine" de Junho 1956 e 26/6/1956 , ass. ilegível , sob o nº 41 de Agosto 1956 in PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspecção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação, ND 790. Processo nº 205 . "First Romance Magazine" revista infantil americana

<sup>1256</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspecção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação . ND 790 Proc. nº 258 " Love Romances" revista infantil americana, Parecer sob o nº 67 Maio 1957. Parecer J. Gomes Branco

<sup>1257</sup> Vide Parecer de 16/4/1957, assinatura ilegível , aprovado em reunião da CLEM de 16/4/1957 , revista " Love Romances nº 68 Junho 1957 in PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspecção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação ND 790

<sup>1258</sup> Vide parece de P. Moreira das Neves de 6/3/1957 in PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspecção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação ND 790 . Processo nº 253 " A date with Millie" nº5 Maio de 1957

sensual e gravuras demasiado sugestivas" <sup>1259</sup> . Em alguns casos a apreciação é mais explícita : " Imprópria para menores. Excessos de nudismo, beijos, etc. " <sup>1260</sup>

Um caso curioso relativamente a este tipo de publicações ocorreu com a revista brasileira " O Idílio"<sup>1261</sup> . A publicação foi desde cedo proibida, no fim dos anos 40 e início de 1950, pela Direcção dos Serviços de Censura e ainda antes de terem sido criadas as Comissões especializadas . No exercício da CELIJ esta manteve-se proibida com a indicação " prosa com muito erotismo"<sup>1262</sup>. Depois , já em pleno funcionamento da CLEM a revista acaba por ser interdita a 9/4/1954 até que a interdição é levantada formalmente a 10/3/1959. É um dos poucos casos em que está documentada a inicial interdição e o fim da mesma interdição cinco anos depois. Mas para chegar a essa interdição a CLEM tentou criar doutrina na matéria . Em parecer de 30/7/1953 sustenta-se o seguinte<sup>1263</sup>:

" Pequenas histórias de amor contadas em imagens que nenhum interesse oferece para crianças e que serão , por outro lado extremamente inconvenientes quando lidas por adolescentes. O amor concebido (...) atracção física , liberdades excessivas entre rapazes e raparigas, romances de amor iniciados em bailes, levandades, são as principais características das histórias com a agravante das imagens apresentarem só por si sugestões inconvenientes de natureza moral. Além do que fica dito a revista contém ainda outros factores de dissolução moral para que se deva chamar a atenção como por exemplo ( ...) consultório para casos sentimentais em que rapazes e raparigas expõe os seus problemas amorosos , contando por vezes particularidades nada recomendáveis e bem assim uma secção de anúncios de namoro por correspondência e sob pseudónimo" .

---

<sup>1259</sup> Vide Parecer de 16/4/1957 ass. ilegível in PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação ND 790 . Processo nº 253 " A date with Millie" nº6 Junho de 1957

<sup>1260</sup> Vide Parecer de P. Moreira das Neves de 15/1/1957 revista " Brides in Love" nº 3 Abril 1957 in PT/ANTT/ *Secretariado Nacional da Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais* 2ª incorporação ND 790 . Processo nº 245 " Brides in Love" revista infantil americana.

<sup>1261</sup> O primeiro número da revista "O Idílio" saiu em Setembro de 1948 uma iniciativa da EBAL de Adolfo Aizen, e que com outra publicação chamada Edição Maravilhosa " tiveram aceitação dos leitores acima do esperado" vide Goncalo Junior, *A Guerra dos Gibis*, [...].p. 158.

<sup>1262</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Ex-Gabinete para os Meios da Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Revista Infantil Brasileira "O Idílio" Proc. nº181. Parecer de Eduardo Antonino Pestana de 23/1/1952. No documento informa-se que " todos os números desta revista presentes a Censura antes de existir a Comissão para Literatura Infantil e Juvenil foram proibidos".

<sup>1263</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Ex-Gabinete para os Meios da Comunicação Social*. Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Revista infantil "O Idílio", Processo nº 181. Informação . Assinatura Ilegível . Aprovado em sessão da CLEM de 30/7/1953, Serras e Silva , O Presidente

Esta jurisprudência , com mais ou menos acrescentos ou supressões, prevaleceu nas decisões da CLEM<sup>1264</sup> quando confrontada com os “ romance comics” originais, ou seja importados dos EUA, ou com as suas versões brasileiras ou francesas. O padrão é similar “histórias que se afiguram sem interesse para crianças, todas elas baseadas na camaradagem um tanto livre de rapazes e raparigas que é comum nos Estados Unidos. Os desenhos representam, por vezes, uma rapariga em trajes bastantes sumários e com as formas postas excessivamente em relevo”<sup>1265</sup> . Esse particular relacionamento entre rapazes e raparigas é “ perigoso para a saúde moral da nossa juventude já muito influenciada pelos padrões de costumes impostos pelos filmes oriundos daquele país. Por outro lado as gravuras merecem também sérios reparos, pois ali os corpos femininos são desenhados sempre de forma a fazer realçar as curvas naturais, particularmente os seios”<sup>1266</sup>( Documento AQ ).Ou seja : “ Livre camaradagem entre rapazes e raparigas no estilo a que o cinema americano de há muito nos vem habituando; namoros, ciúmes e desenhos excessivamente provocantes por vezes”<sup>1267</sup>

Num dos casos o censor ilustrou o que considerava a “ falta de escrúpulos em recorrer a pormenores de natureza sensual como meio de excitar e atrair jovens leitores”: “ A pág. 20 é apresentada uma gravura representando um dectective particular no seu gabinete com a respectiva secretária sentada nos joelhos. E como se a imagem só por si não fosse suficientemente sugestiva esclarecem-na com as seguintes legendas que reproduzo textualmente : “ Eu falava de negócios com a minha secretária Didi Dawson quando alguém bateu à porta...” Ela : “ Ora , diacho! Justamente quando estava tão bom! Ele:

---

<sup>1264</sup> Esta orientações não se afastam do paradigma salazarista quanto ao " casamento" , ao " namoro" e em geral quanto ao papel da mulher na sociedade. Os traços essenciais desse paradigma que acentuava a concepção católica do matrimónio, a passividade e ao mesmo tempo a " passionalidade " feminina, o enquadramento matrimonial da sexualidade , a feminilidade púdica e recatada , o discurso médico e sanitário e a pedagogia moralista subjazem ao discurso censório da CLEM. Vide Paulo Ginote, " A vitória do conservadorismo puritano na literatura de educação sexual e formação conjugal" , António Reis, dir.*Portugal Contemporâneo( 1926-1958)* volume IV, Lisboa , Publicações Alfa, pp. 361 e ss e Ana Paula Alão" As práticas afectivas" António Reis,dir. *Portugal Contemporâneo( 1926-1958)* volume IV[...]pp. 377 e ss.

<sup>1265</sup> Vide PT/ANTT, *Arquivo Álvaro Saraiva*, Parecer de Álvaro Saraiva sobre a revista “Suzie Comics”nº 92 , 1953, datado de 21/5/1953

<sup>1266</sup> Vide PT/ANTT, *Arquivo Álvaro Saraiva*, Parecer de Álvaro Saraiva sobre a revista “ Mortie” ( número não identificado mas de meados de 1953) 25/6/1953.

<sup>1267</sup> Vide PT/ANTT, *Arquivo Álvaro Saraiva*, Parecer de Álvaro Saraiva sobre a revista “ Laugh comics nº 57 , 1953, 21/5/1953

Primeiro os negócios , meu bem... Depois continuamos onde paramos! “É pois de proibir a circulação”<sup>1268</sup>

A revista francesa “Fillete” não era propriamente representativa da categoria de revistas para “teen agers”. Era antes uma publicação para raparigas no quadro do espírito católico e representativa das publicações com essa matriz. Contudo Eduardo Antonino Pestana o comissário da CLEM encarregue da apreciação entendeu que “ basta a capa para condenar a revista”<sup>1269</sup>. O que nos mostra a capa , uma jovem professora que tem como alunos pequenos animais campestres , não seria só por si suficiente para condenar a publicação . Já o teor da algumas bandas desenhadas, cujos temas se centram maioritariamente nos romances entre adolescentes , poderiam sem dúvida alarmar os censores.

O surgimento da categoria dos “ romance comics” está relacionada com a tentativa dos editores norte-americanos , por um lado em contraporem aos muito fustigados “crime comics” e “horror comics” um novo tipo de aventuras que se afastasse do registo de violência e de guerra que estava no centro da campanha “anti-comics” e por outro que pudesse agradar aos jovens leitores femininos. O sucesso foi imediato e no início dos anos 50 circulavam 148 títulos de 26 editores<sup>1270</sup>. Se bem que as críticas a este novo tipo de publicação tenham sido bem mais moderadas do que em relação a outros modelos, Wertham não os ignorou . Ainda que a principal preocupação com o psiquiatra de origem alemã fosse a violência não deixou de dar importância às questões da raça e do género. É quanto a este último aspecto que Wertham chama à colacção os “ romance comics” na justa medida em que neles as mulheres se apresentam normalmente como vítimas, sofrendo violência psicológica a qual se traduz em regra na humilhação do género feminino. A conclusão de Wertham é a de que os “ love comics “ fazem mal na esfera do gosto, estética, ética e relações humanas. Os enredos são estereotipados, banais,vulgares. Enquanto que nos “ crime comics” a situação é a de rapaz encontra rapariga , rapaz bate

---

<sup>1268</sup> Vide PT/ANTT, *Arquivo Álvaro Saraiva*, Parecer de Álvaro Saraiva sobre a revista brasileira “ O Lobinho” nº 144 Junho 1953, 9/9/1953. Ver sobre a revista “ O Lobinho” Gonçalo Junior. *A Guerra dos Gibis*[...]p. 188

<sup>1269</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Ex-Gabinete para os Meios da Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Revista infantil francesa “Fillete”. Processo nº 162. Parecer de Eduardo Antonino Pestana de 26/4/1955, aprovado na reunião do mesmo dia da CLEM. Assinatura de João Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”,27/4/1955

<sup>1270</sup> Vide Joe Sergi “ Tales from the Code : You’ve lost that loving feeling” , disponível em <http://cbldf.org/2013/02/tales-from-the-code-youve-lost-that-loving-feeling-the-rise-and-fall-of-romance-comics/>( consultado em 2/4/2018)

na rapariga, nos “ love comics” é rapaz encontra a rapariga, rapaz engana a rapariga- ou vice-versa”<sup>1271</sup>

Como se deu conta antes o essencial das 41 disposições do “Comics Code” aprovado em 1954 lidava com dois tópicos fundamentais : violência e horror. Contudo na sua parte C continha um capítulo intitulado “ Casamento e Sexo” que poderia considerar-se dirigido para os “romance comics” .<sup>1272</sup>

O declínio deste tipo de publicações nos Estados Unidos ocorre em meados da década de 50 e não terá directamente que ver com a aplicação do “Comics Code”. Ao invés dos “ horror “ e “crime comics” que efectivamente desapareceram por directa influência do “Comics Code”, ou seja por decisão da própria indústria , esse não terá sido o caso dos “ romance comics” que claudicaram pela redução da procura e excesso de oferta do próprio mercado. Ora as publicações norte-americanas que chegam à mesa dos nossos censores, a partir de 1953 e até 1957 correspondem já a uma fase de acentuado declínio no mercado americano dos “ romance comics”. O mesmo não acontece com as publicações brasileiras e francesas.

Ao invés do que ocorreu nos EUA, a problemática dos “ romance comics” só começou a ganhar importância para a Comissão francesa no fim dos anos 50. No relatório dos trabalhos da Comissão publicado em 1955 há uma sucinta referência nas conclusões à chamada “ presse de coeur” - imprensa do coração- a qual pelo seu conteúdo se afigura perigoso para a juventude por efeito “ de um atmosfera fáctica de grande indigência intelectual a que se junta uma excessiva sentimentalidade e uma pintura da existência que reduz as relações entre os rapazes e as raparigas ao único objectivo da sedução amorosa”<sup>1273</sup> . Contudo estas considerações decorrem da competência que a Comissão tinha para analisar as publicações de conteúdo pornográfico de modo a determinar a sua proibição . As revistas do coração não eram , nesse contexto, revistas de Banda Desenhada para jovens, mas revistas de especialidade para adultos, as quais não sendo pornográficas não deixavam , uma vez nas mãos dos jovens, de revelarem aqueles inconvenientes. Só nos anos 60 é que a questão é abordada de forma expressa sob a designação de revistas

---

<sup>1271</sup> Vide Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval*[...],p. 95

<sup>1272</sup> Vide Comics Magazine Association of America. *Comics Code*, 1954 in Amy Kiste Nyberg, *Seal of Approval*[...]. p. 168

<sup>1273</sup> Vide ANF/ CAC Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporaines. *Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias . 19920181/2 . Compte-Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de Controle des Publications destinées a L'Enfance et a L'adolescence*, 1955 , policopiado, p. 23

ditas para "Teen-Agers". O relatório de 1963 da CSC consagra-lhe um ponto específico sob a égide " novos tipos de revistas"<sup>1274</sup>.

As revistas ditas para "Teen-Agers" se bem que dirigidas a jovens entre 13 e 19 anos acabam por ser lidas por um público com idade superior a 20 anos " circunstância que inflecte o seu género de forma não apropriada a menores". As referidas revistas apresentam características comuns, a saber : " exaltação sem freio da canção na moda ou o culto ditirâmico da vedeta do dia, cultivando o gosto por uma vida fácil e desprovida de regras". Acresce que alimentam também através de rubricas de correspondência ou de pequenos anúncios mecanismos os quais " convidam os rapazes e as raparigas a determinadas frequências que a partir do " twist" ou do " madison" etc. são capazes de degenerar em exercícios menos anódinos". Outros aspectos a considerar criticamente são os chamados "clubes" , sem quaisquer preocupações culturais, os quais acabam por convidar os leitores a pagar quotas ou a comprar discos e assim a efectuar despesas incompatíveis com a modéstias de recursos dos adolescentes. Ao lado das revistas ditas para "Teen-Agers" a CSC analisa ainda a chamadas revistas tipo " presse de couer" ou na designação anglo-saxónica " romance comics". Ainda que não as considere propriamente eróticas " sem embargo de certas ilustrações duvidosas" entende que as mesmas são susceptíveis de provocar , assentes em histórias viradas exclusivamente para os idílios e os amores contrariados, a uma fixação prematura sobre a sexualidade no espírito das jovens leitoras. Por outro lado apresentam os problemas da vida de uma forma falsa e encorajam o gosto pela facilidade. As acções das personagens procedem raramente da reflexão e são sobretudo inspiradas pelo destino . Repete-se o apelo a uma falsa sensibilidade, a uma pseudo moral onde, se o vício é punido a virtude não é recompensada, que não pela riqueza e os sinais exteriores do sucesso ( roupas, jóias, grandes automóveis, objectos luxuosos) . Nenhuma alusão é feita à vida social, profissional, económica e cívica. Em suma essas revistas "constituem uma preparação e um treino à leitura da " imprensa do coração" para adultos, ao seu " bovarysme", à sua introspecção mórbida, aos seus sonhos vagos, aos seus complexos de frustração e ao terror de um quotidiano monótono"<sup>1275</sup>. Assim a CSC recomendava em 1963 que os editores suprimissem os

---

<sup>1274</sup> Vide ANF/ CAC Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains. *Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1. Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à L'Enfance et à L'Adolescence*, 1963, policopiado, pp. 5 e 6

<sup>1275</sup> Vide ANF/ CAC Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains. *Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias.*

desenhos " langorosos" e alternassem os relatos sobre temas sentimentais com outros de natureza histórica, cómica ou documental, por forma a " romper com o ambiente mais ou menos perturbador e obsessivo que as efabulações analisadas se arriscam a criar ou manter" . Nesse quadro cabem também as preocupações com as revistas que alimentam um erotismo precoce, designadamente as que se ocupam das relações entre rapazes e raparigas no estilo de " pesca ao rapaz", em ambiente de " flirts", brincadeiras duvidosas, sub entendidos condenáveis e ilustrações ousadas. Estas publicações, geralmente de origem norte-americana, ainda que destinadas a adultos, apresentam-se na sua aparência exterior como destinadas aos menores o que acentua a sua perigosidade". Daí que no mesmo relatório que acompanhamos a CSC dê conta de que recomendou aos editores a modificação do aspecto exterior das revistas para que nenhuma confusão se possa gerar quanto aos destinatários <sup>1276</sup>.

Estas conclusões são o resultado de um trabalho mais vasto levado a cabo por uma Sub-Comissão encarregue de estudar os problemas colocados pelos "romance comics" que entregou o seu relatório em 1962. O ponto de partida do estudo foi a constatação quanto ao impacto significativo e crescente da imprensa feminina e nela do espaço concedido " às coisas do amor, ao sentimentalismo, à habitação a uma moral fácil"<sup>1277</sup> destinado a criar um clima pernicioso de erotismo larvar e de incitação ao "bovarysme". A leitura por parte das menores deste tipo de literatura levará à fixação prematura na sexualidade e ao desenvolvimento do erotismo precoce. " Muitas educadoras chamam à atenção em muitas liceus e escolas, que o comportamento de uma rapariga de 13, 14 , 16 anos que até agora não colocava nenhum problema , modificou-se bruscamente : falta de atenção, sonhos, deveres não realizados, tentativas de escapar ao controle parental, fixação de forma absoluta a um camarada... Quando se procura a causa , buscamos naturalmente e com razão os primeiros fenómenos fisiológicos da puberdade que perturbam profundamente as raparigas captando a sua atenção para a sua diferença dos rapazes... mas acabamos muito frequentemente em que as preocupações nascem do consumo das revistas para adultos ( e

---

19920181/1 *Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à L'Enfance et à L'Adolescence*, 1963, policopiado, p. 6

<sup>1276</sup> Vide ANF/ CAC Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains. *Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1 Compte Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à L'Enfance et à L'Adolescence*, 1963, policopiado, p. 7

<sup>1277</sup> Vide ANF/CAC Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains. *Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1 Rapport de la sous-commission chargée d'étudier les problèmes posés par les publications pour la jeunesse apparentées à la presse de couer*, policopiado, 1962, p. 2 . Vide Anne Cretois, *L'Encadrement de La presse pour la Jeunesse para la Commission[...]* pp.158-166

da visão de certos filmes que ultrapassam o obstáculo da censura) "<sup>1278</sup> . Estas publicações apresentam-se recheadas de bandas desenhadas e a sub comissão identifica as seguintes : “Sissi” ( do editor Artima) , “Scotch” ( edi-Europ) “Sylvie” ( Artima) e “Roses Blanches” ( Artima) . Todas elas apresentam raparigas sofisticadas " de bocas carnudas e peito provocante", sendo que as mais graves nesse campo são a “Sissi” e “Scotch” e as menos acentuadas as outras duas.

Como vimos, a CLEM preocupou-se com este tipo de publicações tendo proibido no essencial as revistas de origem norte-americana e as brasileiras que mais não eram do que versões traduzidas daquelas. Fora desse universo apenas duas publicações francesas mereceram a tenção dos censores, sendo certo contudo que a sua actuação dependia das intenções dos distribuidores quanto às revistas que pretendiam importar para vender em Portugal, as revista “Fillette” e a “Sylvie”. Da primeira apenas um número veio a ser proibido com a justificação de que " basta a capa para condenar a revista"<sup>1279</sup> De notar que a publicação “Fillette” editado pela Societé des Publications Parisienne criada pelos irmãos Offenstad , cujos pais, judeus da Baviera, se fixaram em Paris no fim do sec. XIX,<sup>1280</sup> era uma das mais antigas publicações infanto-juvenis, e uma das primeiras em França a incluir sistematicamente bandas desenhadas, nascida em 1909 . O número objecto de análise pela CLEM correspondia à ultima fase de vida da revista, iniciada após a II Guerra Mundial e que viria a terminar em 1964 . Nesta fase a publicação afirmava-se como um jornal para raparigas aderindo ao estilo " romance comics" que começava a ganhar adeptos em França.<sup>1281</sup> Não era contudo uma publicação que assimilasse todas as características desse tipo procurando conciliar as historietas de namoro com as aventuras históricas e os conselhos educativos para as jovens leitoras. Apesar de tudo a formação moral conservadora dos irmãos Offenstad não permitiria outra coisa. E tanto assim foi que a publicação e o respectivo editor não foram incomodados em França pela CSC. Mas a verdade é que as capas da “Fillette” nos anos 50 , normalmente representando uma jovem adolescente vestida à moda ( por vezes com calças) e simbolizando a irreverência e

<sup>1278</sup> Vide ANF/CAC Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains. *Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1 Rapport de la sous-commission chargée d'étudier les problèmes posés par les publications pour la jeunesse apparentés a la presse de couer*, policopiado, 1962, p. 5

<sup>1279</sup> Parecer acerca do nº 557 da revista “Fillette”, datado de 26/4/1955 , assinatura ilegível, aprovado em reunião da CLEPM do mesmo dia. Serras e Silva Presidente, Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 27/4/1955. vide SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Ex-Gabinete para os Meios da Comunicação Social* . Censura. Revistas Infantis. Números proibidos .Fillette, revista infantil francesa, Proc. nº 162.

<sup>1280</sup> Vide Thierry Crépin, Haro sur le Ganster...cit, pp. 27-28

<sup>1281</sup> Vide Michel Deni, " Fillette" in *Coleccionneur de Bandes Dessinnées*, nº 90, Hiver, 1999/2000



independência, muito similares às do “romance comics” terão assustado os nossos censores.

Ora uma das revistas que a CLEM proibiu, pelo menos quanto aos seus primeiros números foi justamente “Sylvie” do Editor francês Artima. As apreciações da CLEM incidiram sobre os primeiros 4 números e incidem sobre o aspecto gráfico: “A disposição irregular de muitas das gravuras que por vezes se confundem umas com as outras, formando uma única mancha de imagem e legendas, leva-nos a propor que não seja autorizada a circulação da revista”<sup>1282</sup>. Em outro parecer diz-se que: “A parte gráfica da literatura que acompanha os quadrinhos desaconselha a circulação pois é de leitura insuportável para qualquer leitor, quanto mais para crianças”<sup>1283</sup>. A sociedade Artima nasceu em 1941 e veio a ser transformada em sociedade de responsabilidade limitada em 1947, tendo iniciado a sua actividade publicando contos e álbuns para crianças antes de se lançar nas publicações periódicas ilustradas para jovens, a maior parte delas no estilo de histórias completas em pequeno formato. Entre elas as de maior sucesso foram “Audax” e “Dynamic” que também serão objecto de atenção por parte da nossa CLEM. A revista “Sylvie” foi uma tentativa mal sucedida de “meter o pé no mercado da imprensa infantil feminina” terminando ao fim de 12 números em Abril de 1955<sup>1284</sup>. Desde muito cedo que a Artima veio a ser objecto da atenção por parte da CSC a qual se prolongou com altos e baixos ao longo dos anos 50<sup>1285</sup>, acabando já nos anos 60 por se acentuar<sup>1286</sup>. Temos registo de o editor ter sido convocado pelo secretariado da Comissão, um procedimento

---

<sup>1282</sup> Parecer da CLEM acerca de Sylvie nº 3 de Julho 1954, assinatura ilegível, 20/7/1954, aprovado na reunião de 20/7/1954 da CLEM, O presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “Proibido”, 21/7/1954. Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Ex-Gabinete para os Meios da Comunicação Social* Censura.Revistas infantis. Números proibidos. Sylvie revista infantil francesa, proc. nº 121.

<sup>1283</sup> Vide Parecer acerca de “Sylvie” nº 1, assinatura ilegível, 27/5/1954, aprovada em sessão da CLEPM de 27/5/1954, O presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “Proibido”, 27/5/1954. PT/SGPCM/GMCS *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Ex-Gabinete para os Meios da Comunicação Social*, Revistas infantis. Números proibidos. “Sylvie”, revista infantil francesa, proc. nº 121

<sup>1284</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro sur le Ganster[...]* p. 358

<sup>1285</sup> Vide por exemplo a Acta da 13ª sessão da Comissão de 12/6/1952 in ANF/CAC Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporaines. Premier Ministre. Service juridique et technique de l’information. Direction du développement des médias. 90020181/2

<sup>1286</sup> Vide *Rapport de la Sous-Commission Artima, 1962*, ANF/ CAC Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporaines. Premier Ministre. Service juridique et technique de l’information. Direction du développement des médias. 19920181/1. O objecto deste relatório, que tem por objecto as revistas então publicadas, “Big Boss”, “Sideral”, “SOS”, “Vigor”, “Meteor”, “Tarou”, “Choc” e “Flash”, nenhuma delas para o público feminino e são contundentes: aventuras apresentando violência, banditismo, ódio e mentira sobre uma perspectiva favorável e propondo procedimentos judiciais contra as referidas publicações.

habitual do organismo francês no quadro da sua política de persuasão<sup>1287</sup> no fundo muito similar ao seguido entre nós pela CLEM. Ignora-se o conteúdo desse encontro mas o que se sabe é que a revista “Sylvie” acabou pouco tempo depois e o seu Editor Emile Keirsbilk em carta enviada à CSC a 10/2/1955 acusa-a de ter contribuído para o fim da revista e de não lhe ter sido permitido lutar contra a “ presse de coeur” com armas iguais <sup>1288</sup>.

Embora a proibição lusa decorra, em primeira linha dos inconvenientes do “ aspecto gráfico”<sup>1289</sup> a verdade é que à nossa CLEM não agradaria certamente o tom e a forma desta publicação francesa, claramente inspirada nos “ romance comics” norte americanos. Uma sucinta verificação de alguns conteúdos do nº 4 do “ petit format” da publicação proibida entre nós permite constatar o que dizemos (Documento AR ) . O espaço reservado à BD é significativo, cerca de 70% do total da revista, e nela predominam as aventuras de encontros e desencontros entre rapazes e raparigas em ambientes festivos, de férias na praia ou na neve, todos invariavelmente ligadas à conquista amorosa ou ao seu insucesso. Se os argumentos são simples, directos , em que as personagens não têm passado nem enquadramento, os desenhos das jovens personagens femininas retratam as modas dos jovens burgueses urbanos dos anos 50.

E não deixa de ser irónico que enquanto em França o “ mensuel illustré de la jeune fille” começava a ficar na mira dos inimigos do “ erotismo precoce” em Portugal a sentença já estava dada e a circulação proibida, ainda que , na aparência com uma diferente fundamentação.

Dois dos temas que são tratados de forma conexa ao do erotismo precoce são, por um lado , as imagens femininas e a representação da mulher e por outro a apresentação de cenas amorosas ou de índole sexual . Existem registos de uma e outra das situações que importa situar. As intervenções expressas dos nossos censores infanto-juvenis atingem as publicações estrangeiras . Já quanto às publicações portuguesas, do que é possível

---

<sup>1287</sup> Vide ANF/CAC Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains. Premier Ministre. *Service juridique et technique de l’information. Direction du développement des médias. 19920181/1 . Rapport de la sous-commission chargée d’étudier les problèmes posés par les publications pour la jeunesse apparentées à la presse de coeur, policopiado, 1962,19920181/1* Acta da 24ª sessão de 28/10/1954, p 8 sob proposta do Comissão M. Gaultier “ convocação do Editor ao Secretariado ” por causa da revista “Sylvie”.

<sup>1288</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro sur le Ganster*[...] p. 361

<sup>1289</sup> Vide Parecer de J. Gomes Branco, de 24/8/1954 sob o nº4 de “Sylvie”, Agosto de 1954. Parecer aprovado em reunião da Comissão de 24/8/1954.,O Presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 25/8/1954 PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Ex-Gabinete para os Meios da Comunicação Social* Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Sylvie, Revista infantil francesa, Processo nº121.

reportar, decorrerão de actos de auto-censura. Vejamos umas e outras recordando antes o que as instruções e recomendações diziam na matéria.

A prova de que os doutrinadores do nosso momento censório estavam longe de imaginar da ameaça dos “ romance comics” reside no facto do tema estar ausente quer das Instruções quer das posteriores circulares. Consagra-se uma referência nas Instruções à “ exclusão de matéria licenciosa ou pornográfica” ( art. 4º al.e) mas é manifesto que o alcance da previsão não pretenderia atingir as publicações que agora analisamos. De qualquer forma é por apelo à denúncia de imagens “ lascivas” que alguns exclusões se vão operando neste domínio. E é também nessa linha que algumas vinhetas com personagens femininas são objecto de intervenções manipuladoras : “ no caso dos decotes das mulheres eram estes subidos e as que pousassem nuas eram imediatamente vestidas. As saias curtas eram descidas e qualquer perna , braço ou colo desnudado, tinha de ser retocado de modo a evitar-se tal situação”<sup>1290</sup> Neste último caso não existe qualquer registo documental que referencie a concreta determinação censória. Tudo indica assim que estamos perante actos de auto-censura, alguns eventualmente sugeridos pelos membros da CLEM, mediante indicações verbais , na decorrência da política de acompanhamento directo e presencial das decisões dos responsáveis das publicações . Adiante ilustraremos alguns destes casos.

### **7.8. Disney : “ obra para adultos não para crianças”**

Numa das primeiras reuniões da CELIJ no início de 1951 a propósito da iniciativa de uma editora de dar início a uma colecção inspirada nas personagens de Walt Disney e que propunha intitular-se “ Dumbo” os comissários enredaram-se numa discussão a propósito do alcance e significado dessa obra e se ela era para crianças. Não sabemos a opinião de todos os membros , mas ficou claro que Cortês Pinto e Edmundo Curvelo entendiam que a mesma era para adultos e não para crianças. Qual o verdadeiro fundamento e significado de tal ponto de vista ? Importa recordar que a obra de Disney, cujos sucessos cinematográficos desde os anos 30 e 40 se vinham impondo como um verdadeiro revolucionário do cinema de animação, não sofria quaisquer objecções em França, onde

---

<sup>1290</sup> Vide Carlos Goncalves , “ *BD Portuguesa- A censura-Para a história da Banda Desenhada Portuguesa*”[...] p. 10

pelo contrário o “ Journal du Mickey” jamais constituiu um problema para a CSC , e passou ao lado da campanha de Wertham nos EUA. Contudo em Espanha, como vimos, o homem forte da CIPIJ , o dominicano José Maria Vasquez teorizou largamente nos anos 60 sobre o “universo animal” de Walt Disney sustentando que se tratava de “ de desenhos animados à margem dos esquemas mentais para crianças”<sup>1291</sup>.

Entre nós e no início dos anos 50 algumas revistas com o nome e personagens criados por Walt Disney foram proibidos . São os casos de “ Walt Disney’s Mickey Mouse” , “ Walt Disney Comics”<sup>1292</sup> ou “Bugs Bunny”. Em relação à proibição desta última escreve Álvaro Saraiva “ O género habitual das histórias nos desenhos animados do tipo Walt Disney . Animais que se conduzem como seres humanos perfeitamente loucos, figuras humanas horripelantemente caricaturais, anedotas sem nexos e nenhuma ideia ou desenho susceptível de recrear os jovens leitores sem lhes estragar o gosto ou prejudicar a imaginação” <sup>1293</sup>

Mas as razões de fundo que levam a CLEM a rejeitar as personagens de Walt Disney tornam-se mais claras a propósito da classificação etária que foi necessário definir pela Comissão de Censura aos Espectáculos, a que alguns membros da Comissão faziam parte , da adaptação de Walt Disney do romance de Lewis Carroll , “Alice no País das Maravilhas”. Escreve Álvaro Saraiva ao fundamentar as suas objecções à adaptação em BD da mesma obra cuja edição na revista “ Classic Illustrated” era proposta importar para Portugal : “ Recentemente o meu Ilustre Colega Dr. Américo Cortês Pinto e eu próprio reservámos para indivíduos com mais de treze anos um filme de Walt Disney baseado nesta obra e subordinado ao mesmo título , filme esse que havia sido submetido à Comissão de Censura aos Espectáculos com o propósito de ser classificado para crianças. As razões que determinaram a nossa decisão e que constam do processo daquela película, foram se bem me recorde a existência de imagens e sequências inteiras susceptíveis de impressionarem excessivamente os espectadores infantis , pelas figuras grotescas e disformes apresentadas, pelas estranhas e desconcertantes contrastes de planos e das proporções das figuras , intensidade do colorido, velocidade de movimentação dos

---

<sup>1291</sup> Vide Vicent Sanchis, *Tebeos Mutilados, La Censura Franquista contra la editorial Bruguera*,[...]p. 107

<sup>1292</sup> Vide PT/SGPM / GMCS *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Ex-Gabinete para os Meios da Comunicação Social* .Pasta. Ofícios Editoras. Carta da Administração da Livraria Bertrand à direcção dos Serviços de Censura, 29/6/1953 onde se referem a proibição de “Walt Disney ´s Mickey Mouse nº 31 Junho/ Julho de 1953 e Walt Disney Comics nº 9 de Junho 1953

<sup>1293</sup> Vide PT/ANTT/ *Arquivo Álvaro Dias Saraiva*. Parecer de Álvaro Saraiva, datado de 25/6/1953 sobre a revista americana “ Bugs Bunny” ( sem data mas seguramente de 1953).

desenhos, etc. Os mesmos inconvenientes se não verificam com as gravuras desta revista; no entanto estas são ainda susceptíveis de impressionar crianças muito pequenas e por essa razão afigura-se melhor não autorizar a circulação da revista”<sup>1294</sup>

Ou seja , as razões pelas quais na história do cinema de animação infanto-juvenil aqueles filmes de Walt Disney foram considerados pioneiros eram as mesmas que levavam os membros da CLEM a vetar a leitura aos jovens portugueses das bandas desenhadas concebidas nos estúdios da Disney .

Aliás a própria CLEM não deixa de identificar os “ bons” desenhos por contraste com os maus, nos quais se incluíam os de Walt Disney. Na apreciação de um conto infantil de Gabriel Ferrão, prolixo autor de histórias infantis da Majora, intitulado “ Patinhos , Pintainhos e outros Bichinhos”o censor de serviço escreve: “ Esta publicação oferece vantagens sobre as milhentas publicações do género que invadem o nosso mercado; é a apresentação de animais de forma reconhecível, sem deixar de ser expressiva; os desenhos não são deseducativos de gosto, como sucede com os desenhos da maioria das revistas infantis”<sup>1295</sup>. No fundo , tal como as antecipações científicas que apresentavam uma realidade deformada ou uma realidade puramente imaginada, ambas perigosas para a sensibilidade das crianças, também a representação dos animais deveria aproximar-se tanto quanto possível da sua natural irracionalidade e não, como acontecia com Walt Disney, antropomorfizar os Miceys, os Donalds, os Dumbos transformando-os em humanos ( ainda por cima sociais e marginais) com aspecto de animais .

Esta orientação sofreu contudo uma significativa inflexão ao longo dos anos. Não foi necessário esperar muito para que a CLEM fechasse os olhos ao universo Disney permitindo a edição da revista “ Rato Mickey” iniciativa da Agência Portuguesa de Revistas . A 26 de Agosto de 1955 o “ Rato Mickey” passou a oferecer as histórias com personagens de Walt Disney publicadas nos EUA pela editora Dell. Entre elas estavam as hoje clássicas aventuras desenhadas por Carl Barks e Paul Murry. Foi porém uma iniciativa votada ao insucesso. Ao fim de quatro meses, depois de passar da edição

---

<sup>1294</sup> Vide PT/ANTT/ *Arquivo Álvaro Dias Saraiva*. Informação relativa a uma carta do Presidente da “ Classics Illustrated” dirigida ao Adido Principal da Embaixada dos Estados Unidos da América em Portugal em que este “ manifesta grande estranheza pelo facto da Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores ter imposto a proibição da entrada em Portugal de alguns números da série “ Classics Illustrated” publicada por aquela empresa a qual, diz , foi criada como meio de combater a inundação de revistas de terror, crime e sexualidade que enchiam as estantes dos Estados Unidos e Canadá”. Álvaro Saraiva, 1/7/1954.

<sup>1295</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação. Arquivo do Inspeção Geral das Actividades Económicas*, 2ª incorporação ND 789. Processo nº 19 “ Editora Infantil Majora. Parecer de Antonino Pestana sobre o livro de Gabriel Ferrão “ Patinhos, Pintainhos e Outros Bichinhos”, 18/6/1953

semanal para quinzenal, fechou as portas, pulicando o último número. Para a história fica o registo de ter sido a primeira revista de BD portuguesa exclusivamente dedicada às criações de Walt Disney<sup>1296</sup>.

### 7.9. Os perigos da americanização

Chegados a este ponto e analisadas as estratégias de combate aos “super-heróis”, ao homem macaco, aos “romance comics” e ao antropomorfismo animal de Disney, é possível ter uma visão de conjunto sobre o tema do “anti-americanismo”, que como vimos, inspirava as preocupações de Serras e Silva enquanto presidente da CELIJ e da CLEM.

Em primeiro lugar como em muitos outros aspectos desta investigação a realidade portuguesa aproximou-se de muitos episódios ocorridos em outros países. Embora em contextos diversos o receio do modo de vida americano- e em concreto do consumo de BDs- foi referenciado em França, na Espanha ou no Reino Unido. E embora o debate se tenha alinhado por critérios diversos nos países referidos, numa mistura de anti-modernismo, protecção económico, nacionalismo e pacifismo vale a pena diferenciar as várias colorações anti-americanas.

No caso do Reino Unido vimos que ao ataque aos “american type comics” para além de uma fachada institucional era audível a voz do Partido Comunista. Peter Mauger um professor e membro do partido escreveu um panfleto em 1952 onde sustentava que os “comics” americanos deveriam ser banidos não tanto por serem perturbadores para as mentes das crianças mas por promoverem valores corruptos e padrões de vida e comportamento falsos. Para além de espalharem pelo mundo o “american way of life” promovem a crueldade, glorificam o poder, sendo que o exemplo mais evidente é o “superman” encorajando o escapismo e a fuga aos problemas do dia a dia e promovem fantasias futuristas “todas fascistas no carácter e na concepção de sociedades governadas por um ditador benevolente, ou por mau ditador que no fim é vencido e morto horrivelmente, não por ser um “dictator” mas por ser um mau ditador”<sup>1297</sup> Acresce, continua Mauger, que “as lições que são constantemente reiteradas são que a natureza

---

<sup>1296</sup> Vide Jorge Magalhães, “O Império Editorial da Agência Portuguesa de Revistas”, Sousa Santos, coord. *História da BD publicada em Portugal, 2ª parte*[...]p. 36

<sup>1297</sup> Vide Martin Baker, *A Haunt of Fears*, [...]p. 24

humana é agressiva e sem piedade, mesmo do lado da justiça” sendo que o que na vida é mais desejável são as qualidades que os heróis possuem , o poder. A abordagem dos comunistas britânicos, que através de organizações de professores, educadores e pais alimentaram uma campanha virulenta anti-“comics”, iniciar-se-á no registo ideológico do anti-imperialismo americano e mudará nas vésperas da aprovação do Children Act , para uma lógica de guerra e paz, perturbação das mentes das crianças e de objecção moral. Daí que na campanha britânica, importa recordar, tudo se inicia num veto aos “ american style comics” , aliás quase todos eles impressos na Grã-Bretanha através de matrizes vindas dos EUA, para concluir num combate aos “ horror comics” . A campanha gerada em termos de histeria colectiva de acordo com a qual se instala o pânico em relação a um “media” popular acusado, sem a menor prova, de causar efeitos negativos nos seus leitores<sup>1298</sup> nasce essencialmente de uma parte da uma opinião pública conotada com a esquerda ou com as forças progressivas que consideravam um perigo para a paz a infiltração no modo de vida britânico das indesejáveis influências americanas corporizadas nos seus “comics”<sup>1299</sup>.

Já em França um anti-americanismo nasce em dois tempos, embora uma linha de continuidade possa detectar-se entre ambos. Nos anos 30 uma vaga xenófoba anti-semita e anti-americana é adoptada pelos católicos e pelos meios conservadores para denunciar a invasão cultural americana patente na imprensa infantil e muito centrada na hostilidade ao “Journal du Mickey” e à personagem de Walt Disney<sup>1300</sup>. Mas é a segunda fase que nos interessa. Após a II Guerra Mundial são os educadores laicos e comunistas, no contexto da Guerra fria , que promovem uma vigorosa campanha contra os “ comics” norte-americanos. “Não deixaremos corromper a nossa juventude com as bandas ilustradas feitas na USA” escrevem os educadores de serviço<sup>1301</sup>. Trata-se aliás de uma crítica que não difere substancialmente da que é dirigida a Hollywood, como símbolo de outro produto da cultura de massa norte-americana, o cinema. Contudo parece que a tónica anti-americana em França nas vésperas da aprovação da Lei de 1949 não é tanto a questão ideológica ou sequer moral, mas mais prosaicamente uma ameaça económica. Os dois principais importadores de material americano Paul Winkler e Cino del Duca são acusados de arruinar os profissionais franceses de banda desenhada pela importação de materiais americanos a preços muito baixos. A contestação dirige-se assim ao mercado da banda

---

<sup>1298</sup> Vide James Chapman, *British Comics, A Cultural History*[...] p. 46

<sup>1299</sup> Vide Martin Baker, *A Haunt of Fears*[...] p. 27

<sup>1300</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro sur le Ganster*, [...] p.214-224

<sup>1301</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro sur le Ganster*[...] p. 225

desenhada pela crítica do sistema de distribuição desses “ comics. Os importadores são assim acusados de revender em França a preços baixos séries largamente pagas e amortizadas no território nacional. Trata-se da temática da concorrência desleal dos Estados Unidos no centro da retórica anti-americana nas vésperas da aprovação da lei moralizadora de 1949. Um discurso que na vigência da referida lei se vai lentamente dissipar, dando lugar a um catálogo de alertas a não ultrapassar . Por um lado a perspectiva ideológica deixa de ter protagonistas , por outro o americanismo acaba por se diluir na cultura francesa na transição dos anos 50 para os de 60. Simultaneamente a escola franco-belga de BD ganhou verdadeira carta de alforria e acrescida popularidade o que relegou os “ comics” norte-americanos para segundo plano.

Entre nós a posição anti-americana exemplarmente sustentada por Serras e Silva tem também terreno para prosperar. Na verdade um dos pontos a não esquecer é que a tradição da direita portuguesa, e designadamente da direita autoritária personificada no salazarismo, sempre foi anti-americana. Não admira pois a adesão ao credo anti-americano e logo quanto a um dos seus mais identificáveis produtos culturais como foram e são os “ comics”. Escreve Jaime Nogueira Pinto, por referência aos anos 60 do sec. XX : “ A tradição da direita portuguesa era anti-americana. Por um lado por causa da experiência ultramarina nos primeiros anos sessenta , por outro na base mais profunda e filosófica de que a América encarnava o optimismo igualitário na sua quinta essência: o reino do dinheiro, do culto das massas e dos homens comuns, a cultura da Ilustração-pragmática, racionalista, cientista e optimista – levada ao seu extremo”<sup>1302</sup>

**7.10 . O combate à “ desnacionalização” : “ que as crianças portuguesas sejam cultivadas não como cidadãos do Mundo, em preparação , mas como crianças portuguesas que mais tarde já não serão crianças mas continuarão a ser portugueses”**

---

<sup>1302</sup> Vide Jaime Nogueira Pinto, *A Direita e as Direitas*, Lisboa, Difel, 1996,p. XV



Vimos antes que quer as Instruções sobre Literatura Infantil de 1950 quer as Instruções da CLEM de 1955 acentuam um dos vectores ideológicos do Estado Novo, a óptica nacionalista , ou seja a defesa da Pátria e dos valores imperiais da portugalidade com que o autoritarismo salazarista se identificou. Contudo, do primeiro para o segundo documento há uma significativa alteração. Este último <sup>1303</sup> alude às histórias de ficção importadas, visando essencialmente acautelar o apreço pelas "pessoas e pela Pátria portuguesa" e evitar " estabelecer confusões ou erros de cultura ou provocar quaisquer perturbações da sensibilidade moral da criança". Enquanto que as instruções de 1950, visavam sobretudo as " cenas de violência, excessiva, de terror ou de um modo geral sangrentas" e bem assim assumir numa lógica proteccionista que a produção nacional dos conteúdos , textos ou ilustrações, tenham que representar 75% do total das publicações, agora o que se pretende é " nacionalizar as histórias em quadrinhos". Assim as personagens estrangeiras , que " se impõe à admiração da criança pela sua inteligência, espírito de iniciativa, de arrojo e de aventura e pelo exemplo de uma boa conduta moral" devem ter nomes portugueses. As aventuras terão que passar-se " em terras portuguesas da Metrópole, das Ilhas ou em qualquer dos continentes ou em regiões que já pertenceram à Nação, quando se descrevem episódios em tempos da nossa soberania ou em regiões onde existem grandes núcleos de portugueses". Só assim não será quando se trate de viagens, de explorações ou de aventuras efectuadas pelos portugueses" e poderão " ter personagens estrangeiros quando se trate de narrativas históricas referentes a qualquer nação e que ofereçam interesse educativo". Mas neste último caso " não poder inserir mais de duas histórias de cada género em cada número".

Nessa dimensão “ideológica” da censura suficientemente ampla para recortar e incluir várias perspectivas, importa seleccionar o modo como os censores infanto-juvenis idealizavam a literatura para os menores. Algumas dessas dimensões passavam pela nacionalização das personagens e das histórias , pela proibição dos “ estrangeirismos” e pela fidelidade aos princípios do Estado Novo.

O aportuguesamento das personagens estrangeiros não foi introduzido com a Censura infanto-juvenil .Dos anos 30 e 40 vêm vários exemplos : Weary Willie e Tired Tim por Serafim e Malacueco, Lieutenant Daring e Jolly Roger por Pedro Lemos Tenente e Manel Dez réis de Gente, de Quick e Flupke por Trovão e Relâmpago ou Katzenjammer Kids por Necas e Tonecas, apenas para referir algumas das personagens publicadas no

---

<sup>1303</sup> Vide Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, *Circular n° 284*, [...]

“Mosquito” e no “Diabrete”. E são bem conhecidos os nomes pelos quais foram batizados entre nós alguns dos personagens de Hergé aquando da sua publicação nos anos 30 no semanário “O Papagaio” sob a égide de Adolfo Simões Muller. Se a grafia “TinTin” se trasmudou em “TimTim” mais imaginativas foram os re-baptismos do cão que acompanha o jornalista, de Milou em Ron-Ron, do Capitão Hadock em Capitão Rosa ou do Professor Tournesol em Professor Pintadinho. E é claro que o “TinTin no Congo” foi transformado em “TimTim em Angola”<sup>1304</sup>. O director da revista justificou a sua opção quase 50 anos depois da seguinte forma: “troquei os nomes de várias personagens do Tim-Tim com o consentimento dos editores e de outras histórias, não em obediência a quaisquer instruções de qualquer censura, mas porque sempre achei disparatado dar a ler aos compradores dos nossos jornais nomes que eles, muitas vezes, nem compreendem. Na adaptação do Tintin, comecei por substituir este nome por Tim-Tim. Na verdade, ou se lê o nome à francesa, ou então está mal escrito à portuguesa”<sup>1305</sup>.

Mas diferentes foram as razões que nos anos 50 levaram a esse aportuguesamento. Não tanto uma questão de critério literário ou até de preocupação didáctica-pedagógica mas de orientação político-ideológica. É claro que as preocupações em evitar os estrangeirismos linguísticos <sup>1306</sup> também existiram, mas o essencial era envolver os jovens numa realidade tanto quanto possível portuguesa. O critério funcionou para todo o tipo de literatura infanto-juvenil, quer para os livros quer para as publicações periódicas<sup>1307</sup>. Mas será nestas últimas que os aportuguesamentos de nomes abundaram e sobretudo na precipitação de tentar fazer tudo e o oposto, sem critério e sem lógica, que os exemplos mais caricatos se registaram. A publicação portuguesa que esteve no centro do furacão

---

<sup>1304</sup> Vide Carlos Seco, *Adolfo Simões Muller, Príncipe da Literatura Infanto-Juvenil*, Dissertação de Mestrado em Didáctica da Língua Portuguesa apresentado na Escola Superior de Educação de Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, 2012, p. 38 disponível em [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12257/1/CARLOS\\_SECO.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12257/1/CARLOS_SECO.pdf)

<sup>1305</sup> Vide Entrevista de Adolfo Simões Muller ao *Correio da Manhã* de 16/1/1982 [...] p. 30

<sup>1306</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais*. 2ª Incorporação ND 789. Parecer de Moreira das Neves sobre o livro “Uma aventura na Selva” de Júlio Machado Santos: “*Toilette* e *madame* não são palavras portuguesas e é dispensável o seu emprego. Vale a pena defender a pureza da língua, a pureza das crianças”. 16/7/1953. Aprovado em reunião da CLEM de 16/7/1953.

<sup>1307</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais*. 2ª Incorporação ND 789. Parecer de P. Moreira das Neves sobre o livro “Kamala o Leão Assassino” de Van Frost. “Deverão substituir-se por nomes portugueses os nomes estrangeiros” (7/6/1955). Aprovado em reunião da CLEM de 7/6/1955. Presidente Serras e Silva e Parecer de P. Moreira das Neves sobre o livro “O segredo de Moon Creek” de Kurt Nielson “autoriza-se na condição de mudar o título para português e bem assim os nomes porque são designados os demais personagens e os animais” (2/11/1955). Aprovado em reunião da CLEM 2/11/1955. Pelo Presidente A. Cortês Pinto

nacionalizador foi o “ Mundo de Aventuras”. Vimos antes que terá sido a publicação mais castigada pela acção censória vendo-se forçada alterar significativamente a sua linha editorial. Nessa apreciação global não terá sido a onomástica dos personagens a principal causa para tal resultado. A verdade é que de uma semana para a outra ( nº 347 de 5 de Abril de 1956) todas as suas séries em continuação surgem com nomes portugueses : Gil Oeste, Trovão e os Piratas, João Tempestade , Luís Ciclone, Cisco o Mexicano, Corisco o Vaqueiro, Capitão Relâmpago, Cavaleiro Ruivo e Ruben Quirino. Mais tarde surge D. Enigma, Brigue Forte, Luís Euripo e Rui Capazo . Para além disso grande parte dessas personagens agora rebaptizadas iniciava novas aventuras.

Mas existe um pormenor que coincide com este episódio e que merece ser registado a benefício de futuro inventário . O aportuguesamento do nome das personagens , como decorria das instruções censórias- ainda que nem sempre tenha sido cumprido à risca<sup>1308</sup>- sofreu , ainda que fugazmente , uma estranha reconfiguração : no nº 349 de 19 de Abril de 1956 os cabeçalhos com as designações dos " heróis" fizeram-se acompanhar ( em letras muito reduzidas ) do nome original<sup>1309</sup> . A modificação manteve-se com alguma irregularidade acabando por desaparecer 3 meses depois . É claro que a alteração- um pouco caricata reconheça-se- revelaria , para um público minimamente atento, a existência uma determinada orientação censória que havia sido seguida durante largo tempo e que agora se exibia sem subterfúgio. E nesse sentido preciso , admitindo que a novidade tenha sido determinada ou permitida pela CLEM- e disso não existe a menor prova- constituiria uma excepção à consabida política censória de fazer de si própria assunto tabu " suprimindo as alusões mesmo anódinas da sua actuação"<sup>1310</sup> . Este caso a que podemos adicionar outros de diferente conteúdo mas cuja natureza é a mesma, ou seja, simular que a censura não existia ou que interferia o menos possível, não deixa de constituir a exigência mais odiosa a que os jornalistas infanto-juvenis estavam obrigados.

---

<sup>1308</sup> Tudo indica que o aportuguesamento dos nomes das personagens estrangeiras, como resultava da circular nº 284 de 18 de Outubro de 1955 da CLEM , tenha tido antecedentes. Ou seja , não é de excluir que essa fosse já, desde o início dos anos 50, uma recomendação da CELIJ ainda que nunca formalizada. Isso explica o aportuguesamento de "Big Ben Bolt" para Luís Euripo , por exemplo, em aventuras publicada no " Mundo de Aventuras" no início dos anos 50.

<sup>1309</sup> "Gil do Oeste"( nome original: Géne Autry", Ruben Quirino( nome original : Rib Kirby), " Mandrake ( Nome original : Mandrake); "Corisco , O Vaqueiro" ( nome original : Hopalong Cassidy), "Capitão Relâmpago" ( nome original : Flash Gordon) ; "Cavaleiro Ruivo"( Nome original: Red Ryder) , "Cisco o Mexicano" ( nome original: Cisco Kid) , "Luís Ciclone" ( Nome original : Luís Ciclón) ; "Capitão Fiúza"( Nome original : Nick Halliday) , "Trovão e os Piratas" ( Nome original : Terry); "João Tempestade" ( Nome original : Johnny Hazard) .

<sup>1310</sup> Vide José Barreto " Censura" *Dicionário da História de Portugal , Suplemento* , vol. VII [...] p. 276.

Como escreve Justino Sinova a propósito da censura franquista : “ os jornalistas deviam obedecer sem hesitações e além disso mostrar-se contentes. A manipulação da imprensa não podia ser perfeita se aos incautos leitores lhes chegava a suspeita de que tudo o que liam os seus olhos estava ordenado, havia sido autorizado pelo poder político”<sup>1311</sup>.

Nesse campo talvez o exemplo mais grotesco da actuação de José Oliveira Cosme enquanto “Director do Mundo de Aventuras” e ex- membro da CELIJ , tenha sido a capa das “ Selecções do Mundo de Aventuras” ( nº 4 de 1961) onde se pode ler em letras destacadas “ Tim Tyler em Piratas do Deserto” e no canto inferior direito da mesma capa : “ Por lapso de que pedimos desculpa aos nossos leitores o nome do herói desta história foi alterado para Tim e Pepe” . A questão de fundo quanto ao aportuguesamento das personagens e histórias reflecte o insucesso da primitiva orientação patente nas Instruções quando estas impõem 75% de produção nacional , “ quer de texto quer de ilustração” . Tal nunca ocorreu em nenhuma das publicações periódicas infanto-juvenis dos anos 50 e 60, com excepção das que foram editadas sobre a responsabilidade da Mocidade Portuguesa. E tal registo é patente quer na vigência das Instruções, quer posteriormente à luz da Circular de 1955, que surge justamente , quanto a esse propósito, para tentar colmatar aquele insucesso. Uma análise estatística, ainda que por amostragem, das histórias e páginas de “ O Mundo de Aventuras” de 1950 - data da posse da CELIJ - até à data em que a revista muda substancialmente de figurino em meados de 1959 permitem facilmente confirmar o fracasso da política dos 75%: as histórias estrangeiras povoam as páginas da revista em percentagens que oscilam entre os 80 % e os 90 % ! <sup>1312</sup>( ver Anexo I)

Em termos comparados o país e o regime que mais próximo do nosso andou quanto à nacionalização de personagens terá sido a Espanha franquista : “ o filtro da censura requeria( ...) a espanholização dos heróis dos “tebeos” e das suas circunstâncias. Assim por exemplo Dick Fulmine foi conhecido pelos nossos jovens como Juan Centella; Flash Gordon perdeu o “h” do seu nome e apelido de origem anglo-saxão para ser desde então Flas, muito mais castelhano; e o Dr.Zarkov abandonou a sua origem russa para passar a ser Zarro” <sup>1313</sup> . E até mesmo a edição mexicana do Príncipe Valente veio a ser proibida em 1968 por ter erros de espanhol sendo que as “ deficiências idiomáticas , ao revestir da

---

<sup>1311</sup> Vide Justina Sinova. *La Censura de prensa durante el franquismo*[...]p. 162

<sup>1312</sup> Vide António Martinó de Azevedo Coutinho , *BD e Censura , Legislações* [...]pp. 21 e 22 .

<sup>1313</sup> Vide César Sánchez Ortiz, *La Censura em tebeos e historietas*[...]p. 172

gravidade deste caso se convertem num poderoso factor anti educativo das crianças leitoras”<sup>1314</sup>

Um outro aspecto curioso, se bem que isolado , decorre da interdição de uma revista francesa “ Dynamic Toni Cyclone”( nº 17 de 1954) igual a muitas publicações “ petit format” que na altura chegaram a Portugal, com base no seguinte argumento: “ parece inconveniente que decorridos tantos anos sobre o termo da última grande guerra e numa altura em que os estudos realizados e sobretudo a serenidade dos espíritos procuram analisar com mais justiça o papel de cada país então beligerante se permite a narrativa de histórias destinadas a crianças e jovens em que os alemães são apresentados sistematicamente de forma antipática ou designados por nomes deprimentes” <sup>1315</sup> A história que procura relatar um episódio da II Guerra Mundial coloca em confronto a coragem do exército francês e a cobardia dos alemães. Terá o censor esquecido que os destinatários da revista eram os jovens franceses e não os portugueses ou terá sido um sinal de germanofilia e portanto de simpatia pelos derrotados da II Guerra ?

É que, justamente, em França a preocupação por essa época era justamente a oposta. O debate instaurou-se logo nos anos 50 com a publicação daquilo que ficou conhecido como “ presse de l’horreur” caracterizada por versões em “ quadrinhos” de relatos sádicos e de horror que tinham como pano de fundo a II Guerra Mundial. O tipo de publicações remetia para a previsão legal das publicações licenciosas ou pornográficas e suscitou desde logo a indignação dos patriotas e resistentes pela forma aviltante como o seu sacrifício, aqueles que tinham sofrido torturas e deportações, era apresentado. A questão suscitou mesmo um relatório específico que consta em anexo ao “ Compte rendu” de 1955<sup>1316</sup> . Mas durante toda a década de 50 e mesmo na de 60 os relatos que envolviam acontecimentos reais ou ficcionados na II Guerra Mundial suscitavam grande melindre na CSC . Embora salvaguardando a autonomia política de cada publicação infanto-juvenil a

---

<sup>1314</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administracion. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Direccion General de Prensa. Caixa 57320* Informação da Secção de Publicaciones Juveniles y Infantiles da Direccion Genberal de Prensa sobre “ El Principe Valiente” nº 13 , 16/7/1969

<sup>1315</sup> Vide PT/SGPCM/ *Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*, Censura .Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 102, revista infantil francesa.”Dynamic Toni Cyclone” Parecer 24/3/1954 assinatura ilegível. Aprovado em reunião da CLEM de 25/3/1954, O presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”,26/3/1954.

<sup>1316</sup> Vide “ Rapport relatif aux ouvrages caractérisés par des récits de cruautés sadiques ayant pour cadre la Guerre de 1939-1945” , Anexe I au *Compte Rendu des travaux de la Comission de Surveillance et de controle des publications destinées a l’enfance et a l’adolescence , 1955 , policopiado*, ANF/CAC. Archives Nationales de France. Centre des Archives Contemporains. *Premier Ministre ; Service Juridique et techinique de l’information ; Direction de Développement des médias/ 19920181/1*

CSC começava por salientar que seria lamentável que eles se transformassem em órgãos de propaganda . E acentua, assinalando aliás o protesto da “ Federação Nacional dos Deportados e Internados resistentes” que “ em se colocando apenas no terreno da consciência moral é necessário condenar como próprio a desmoralizar a juventude as bandas desenhadas que no quadro da II Guerra Mundial exaltam a “glória da Wermacht” e as virtudes dos soldados alemães<sup>1317</sup>.

A verdade é que em tempos de guerra fria a bipolaridade passou a ser outra. De um lado o Ocidente e do outro a União Soviética. Não parece que esse debate tenha cruzado as preocupações das CELIJ ou da CLEM que apenas de forma muito incidental o aflorou. E ainda assim a nossa conclusão cai no domínio das hipóteses por ausência de provas concludentes. Já antes fizemos referência à situação mas voltamos a ela . A relativa amenidade com a que a banda- desenhada franco-belga foi acolhida , designadamente sua mais relevante publicação , a versão belga ou francesa da revista “ Tintin” , para além da repressão que pontualmente sofreu nas vésperas da aprovação das “ Instruções” registou apenas outro percalço. O nº 29 de 21/7/1954 da edição belga da revista TinTin foi proibido<sup>1318</sup>. Sabemos da proibição pelo Boletim de Registo de cortes, mas infelizmente não tivemos acesso à informação censória por parte da CLEM. Ou seja sabemos as razões para tal proibição , mas compulsando a referida revista , não andaremos longe da verdade se dissermos que o olho crítico dos censores terá ficado assustado com o destaque dado nas páginas centrais, um magnífico desenho a duas páginas , destacando os pormenores técnicos do " Sovietski Soyuz" " o maior couraçado do mundo" um campeão dos mares da União Soviética" !<sup>1319</sup>. A confirmar-se a nossa dedução tratar-se-ia do único exemplo de anti-sovietismo, no contexto da guerra fria , na actuação da CLEM.

---

<sup>1317</sup> *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence, 1963,policopiado p. 5. ANF/CAC Archives Nationales de France Centre des Archives Contemporains. Premier Ministre ; Service Juridique et technique de l'information ; Direction de Développement des médias/ 19920181/1*

<sup>1318</sup> Vide PT/ANTT, *Arquivo Salazar*. PC. 73, Direcção dos Serviços de Censura, Boletim do registo dos principais cortes efectuados nos jornais, Boletim 23/54 de 31/7/1954.

<sup>1319</sup> Vide *Tintin* , edição belga, 9 éme année, nº 29 de 21/7/1954 , pp.10 e 11

### **7.11 . As mensagens propagandísticas e moralizadoras**

Como tivemos oportunidade de assinalar algumas publicações da Agência Portuguesa de Revistas como o “ Mundo de Aventuras” e a “ Colecção Audácia” encheram-se a data altura de mensagens propagandísticas ou simplesmente moralizadoras. Começam em 1952 ainda na vigência da CELIJ e prolongam-se até 1957. As mensagens normalmente não mais de que uma linha no fim das páginas em caixa separada, limitadas algumas por parênteses curvos, tinham conteúdos que se podem arrumar em três categorias : luta contra o analfabetismo, conteúdo moral dos “ quadrinhos” e máximas moralizantes , umas de origem popular outras de construção ideológica nacional-cristã ou “estadonovista”. As primeiras surgem no “ Mundo de Aventuras “ em 1953 e 1954 e procuram acompanhar a campanha contra o analfabetismo que o Governo levava a cabo. “ Se hoje não aprenderes a ler , a amanhã não saberás e depois sentirás vergonha de ti próprio”, “ ensina os teus irmãos mais novos a ler e auxiliarás a campanha contra o analfabetismo”” Auxilia a campanha contra o analfabetismo ! Ensina os teus irmãos a ler! Praticarás uma acção digna”. O segundo tipo de mensagens procura justificar a presença de histórias de ficção científica na revista com sistemáticos apelos à realidade. A propósito de aventuras em que figuram como heróis “ Flash Gordon” ou “ Brick Bradford pode ler –se : “ Todos os acontecimentos desta história não passam de pura ficção” “ Esta história é fantástica e como tal deve ser lida “ ou “ Estas aventuras tal como os livros de Júlio Verne não passam de pura fantasia”. Estas mensagens misturam-se a dada altura com verdadeiros apelos a uma moralidade imanente das “ histórias em quadrinhos”: “ procura sempre nas Histórias em quadrinhos o fundo moral que encerram”” Nas histórias em quadrinhos há sempre um fundo moral no qual deves pensar” “ Procura nas histórias em quadrados o exemplo da Dignidade , do Bem e da Justiça” “ Nas histórias em quadrinhos existe um fundo moral no qual deves meditar, Bom Amigo”. Deve aliás dizer-se que no início de 1952 as notas editoriais do “ Mundo de Aventuras” eram quase sempre para justificar a “ a moralidade das histórias em quadrinhos ou de determinados personagens . Assim e a título exemplificativo vejam-se as referências constantes dos nºs 127 e 128 de 17 e 24 de Janeiro de 1952 : “ ... Além disso as “ H.aos Q” são sempre concebidas com a preocupação do fundo moral. Os conflitos que tratam giram sempre à volta do bem e do mal. No fim procura-se sempre demonstrar ao leitor que por muito que o Mal esteja servido, o Bem , a justiça é sempre superior e nada o pode vencer” . O editorial parece uma resposta às preocupações da CELIJ, recém instalada e muito atenta a tudo o que crie entre as crianças

a “admiração por inteligências votadas à prática do mal”. E no outro editorial parece também uma justificação ou uma defesa do “superhomem” “avant la lettre” no momento em que Álvaro Saraiva e Moreira das Neves se preparavam para teorizar acerca dos perigos da “exaltação do sub-homem”. Escreve-se aí : “ Ora esse homem ( o Superhomem) não podia ser vulgar. Foi a razão porque Boring o fez descer de um planeta desconhecido. Depois pô-lo ao serviço do Bem e da Justiça e ei-lo a combater o Mal: desta maneira o Superhomem, que no fundo nada mais é do que a condensação da invencibilidade policial, mostra bem aos seus leitores de todo o mundo que o mal não compensa, pois a justiça é poderosa, está sempre atenta e nada lhe poderá escapar, mais cedo ou mais tarde”<sup>1320</sup> . Que esta argumentação não colheu junto da CLEM, já o sabemos. O superhomem ( e outros super-heróis) será objecto de específica acção de apagamento sobretudo nas versões importadas.

E finalmente o terceiro tipo de mensagens , o mais extenso e variado ocupa os roda-pés dos fascículos da “ Colecção Audácia” do seu primeiro ano de vida , desaparecendo depois. Aí se apresenta um verdadeiro catálogo de máximas nacionalistas, cristãs ou populares, sobre a escola , a família, os amigos, os animais, a vida , a casa , a pátria etc.

<sup>1321</sup> A revista em fascículos , finda prematuramente, exhibia em roda-pé frases ou máximas de conteúdo nacionalista, alguns de inspiração popular e em qualquer caso simbolizando os mandamentos do Estado Novo : Deus , Pátria e Família. De um único número <sup>1322</sup>: “ Honra Portugal e honrarás a tua família e o teu nome” “ ser português deve ser o maior orgulho da tua vida”” respeita a bandeira de Portugal porque ela é o símbolo da tua pátria”, “ Não consintas que falem mal da tua pátria “ “ morrer pela pátria é morte sagrada” e a única frase que escapa a este tom visa proteger uma das histórias em continuação “ “ As aventuras de Roldan são pura fantasia e como tal devem ser lidas”. Recorde-se que Roldan é a designação de Flash Gordon . Mas em outros números podem ler-se as seguintes mensagens: “ o poder do rico está nos beneficiados e não no tesouro” “ Mais vale pão seco e alegria do que gritos e ralhos” “ “ Toda a acção merece castigo assim como toda a boa acção merece recompensa. Os maus serão sempre infelizes e detestados enquanto os bons além da recompensa de Deus , terão a estima e consideração de todos os seus conhecidos” “ Em tua casa o teu Pai é o chefe e como tal deves respeitá-lo” “ A

---

<sup>1320</sup> Vide *Mundo de Aventuras*, nº 128 , 24/1/1952 p. 2

<sup>1321</sup> Em Espanha chamavam-se a estes destaques , normalmente publicados nas primeiras páginas dos jornais por ordem da Censura e por esta concebidos e impostos aos directores, “ entrefilets”. Vide Justino Sinova, *La censura de Prensa durante el franquismo[...]* p. 136

<sup>1322</sup> Vide *Colecção Audácia*, vol I, Fasc. 24 ( provavelmente de Junho de 1954)



obediência é cumprir prontamente as ordens dos nossos pais, superiores ou autoridades. Eles velam por nós e sabem portanto o que é útil e o que tem de ser feito. Nunca discutas. É obediente quem tem dignidade”. Como vimos e em sede de literatura periódica infanto-juvenil a consigna sofreu resistência: a discussão foi farta e o acatamento renitente.

Num ponto porém as conclusões não são pacíficas. Terá a multiplicação destes vários tipos de mensagens nascido de determinação expressa da Censura ou pelo contrário terá sido ela uma forma de reacção dos jornais e revistas de modo a tentar evitar algum excesso de rigor da CELIJ e da CLEM ? Não sabemos. Contudo, se nenhuma fonte nos empurra de forma clara para a primeira conclusão, não é menos verdade que a prática da CLEM em confiar nas “instruções dadas verbalmente aos directores das revistas” abre caminho para todas as respostas. A verdade é que a referida prática não evitou dissabores aos dois jornais que mais as publicaram “Mundo de Aventuras” e “Colecção Audácia”, tendo este último interrompido a sua publicação em 1957 por directa intervenção da CLEM como vimos.

#### **7.12 . Temas religiosos : o combate à perspectiva racionalista**

Se bem a lermos e interpretarmos, quer a nota introdutória quer o articulado das “Instruções sobre a Literatura Infantil” não têm qualquer referência à religião ou a aspectos relacionados com a Igreja Católica. Dir-se-á que o seu Autor, e sabemos que foi Edmundo Curvelo, procurou alhear-se da temática religiosa que no contexto do Estado Novo seria a da Igreja Católica e não outra. O seu perfil terá para isso contribuído. E a verdade é que a composição da primeira Comissão censória saída das Instruções não acolhe nenhum representante da Igreja Católica. Já o mesmo não se passa com o Dec.Lei nº 38 964 onde se consagrava na composição da futura CLEM, entre outros, um representante da Igreja Católica. Esse representante como sabemos foi Moreira das Neves e por lá se manteve até ao fim da existência da Comissão já depois do 25 de Abril. É sabida da proximidade entre a Igreja Católica e o Estado Novo, quer pelas ligações pessoais entre o Cardeal Cerejeira e Salazar, quer pela orientação ideológica do regime quer sobretudo, do ponto de vista institucional, pela celebração da Concordata de 1940. A

presença de representantes da Igreja Católica nas estruturas do Estado , por auto-designação ou por escolha dos órgãos ou membros do poder político, resguarda-nos de qualquer surpresa ao lermos a composição da CLEM. Mas não desvaloriza a designação do concreto censor escolhido. Como já vimos Moreira das Neves não é um prelado menor, pelo contrário, é uma personalidade com peso eclesial próxima do então Cardeal Patriarca Gonçalves Cerejeira <sup>1323</sup>, de quem foi o mais completo biógrafo e é antes de tudo isso um jornalista e homem de letras com obra publicada e prestígio consolidado.

Aliás o seu peso na CLEM e mesmo fora dela , como vimos já, é inegável. Um episódio confirma essa ideia.

A Editorial Majora que manteve durante muitos anos uma intensa actividade editorial infanto-juvenil e que se iniciou sensivelmente na mesma época em que nasceu a CELIJ não deixou nunca de remeter todas as suas obras a editar para efeito de visto prévio às Comissões que aqui analisamos. Tal procedimento não comportava excepções , sendo certo que a sua actividade editorial foi sujeita a constrangimentos vários por via das decisões da CLEM , constrangimentos que em regra sempre ultrapassou com sucesso. A dada altura, porém, pretendeu editar uma versão da Avé Maria para crianças com ilustrações de Laura Costa. E dirigiu-se ao Director dos Serviços de Censura : “ informamos (...) que o referido livro já foi visto por sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo do Porto, tendo já dado a aprovação. Assim muito gratos ficaríamos a V.Exa se tivesse a gentileza de nos informar se se torna necessário que o mesmo livro seja enviado a esses serviços para a devida aprovação” . A Direcção dos Serviços de Censura remeteu a carta à CLEM a qual respondeu por intermédio de Moreira das Neves: “ A aprovação do Senhor Bispo do Porto só diz respeito à doutrina e à moral mas há outros problemas a considerar. Nenhuma publicação se deve dispensar de vir à Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores”<sup>1324</sup>. Por ocasião desta ocorrência o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes exercia com plenos poderes o seu múnus espiritual no contexto da hierarquia eclesiástica portuguesa. Só dois anos depois virá a ser afastado pelo regime político acabando por se exilar. Isto indicia o relativo peso político e institucional de Moreira das Neves , enquanto representante da Igreja Católica

<sup>1323</sup> Vide Luis Salgado de Matos, *Cardeal Cerejeira*, Lisboa, Lisboa, Gradiva, 2018

<sup>1324</sup> Vide PT/SGPCM/*Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*, Censura. Ofícios Editoras. Editorial Infantil Majora. Carta da Editorial Infantil Majora ( ass. ilegível). 12/5/1956 ao Director dos Serviços de Censura. Na mesma carta consta o parecer manuscrito do Padre Moreira das Neves. Carimbo de aprovação em reunião da CLEM 15/5/1957 , Pelo Presidente ass. ilegível

na estrutura da Censura , certamente apoiado pelo Ministro da Presidência numa atitude a que o próprio Salazar não seria alheio.

Não admira portanto que no documento regulamentar de 1955 a CLEPM tenha acrescentado um ponto 5º com a seguinte redacção : “ Não se poderão atingir , diminuir ou ridicularizar as ideias morais ou os princípios religiosos , desvirtuarão os sentimentos e caricaturando figuras, imagens ou símbolos nobres tais como individualidades históricas veneráveis, anjos e quaisquer símbolos patrióticos ou sagrados”<sup>1325</sup>

Uma formulação necessariamente ampla que Moreira das Neves irá utilizar para escrutinar tudo o que lhe parece afastar-se da cartilha estritamente católica ou que ameace por em causa a educação e formação cristã dos jovens portugueses.

Alguns exemplos . A revista mexicana “ Cuentos Walt Disney” apresentava-se como uma versão em língua castelhana das aventuras e histórias produzidos pelos estúdios norte americanos do criador de Mickey. Em uma dessas edições ilustrava-se o Natal em tons pagãos com poucas ou nenhuma referências religiosas. Pronunciou-se Moreira das Neves nos seguintes termos : “ Portugal só conhece o Natal cristão. Neste volume não aparece sequer uma sombra de Cristo. Considero-o perigoso e deseducativo. É de proibir a circulação” <sup>1326</sup>

Outro caso resulta da importação da revista mexicana “ El Conejo de la Suerte” a qual chegou a Portugal com um número especial dedicado ao Natal “ Navidade Alegre”. A edição em apreço é a mesma com o Nº 10/XII, embora certamente por lapso tenha sido remetido à CLEM em duas datas diversas, Novembro e Dezembro de 1955. O censor Moreira das Neves não hesita porém em pronunciar-se mais do que uma vez sobre o mesmo tema . Da primeira vez escreve: “ Um número extraordinário do Natal, sem qualquer alusão ao Natal verdadeiro, que é também o Natal português é deseducativo para as crianças da nossa terra. Não deve circular”<sup>1327</sup>. Na segunda reafirma a sua doutrina : “ este número pretende ser consagrado ao Natal, mas é um Natal que nada tem a ver com

---

<sup>1325</sup> Vide Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores, Circular nº 284, Lisboa, 18 de Outubro de 1955

<sup>1326</sup> Vide PT/SGPCM/ *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*, Censura, Revistas infantis. Números proibidos Processo nº 146, Revista infantil mexicana, “ Cuentos Walt Disney” Extra Dezembro 1955. Parecer de 13/9/1955 de P. Moreira das Neves. Aprovado em reunião da CLEM, 13/9/1955 Pelo Presidente Cortez Pinto. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 13/9/1955.

<sup>1327</sup> Vide PT/SGPCM/ *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*, Censura. Revistas infantis. Números proibidos, Processo nº 155 “ El Conejo de la Suerte” revista infantil mexicana. Informação de Moreira das Neves de 15/11/1955. Aprovado em reunião da CLEM de 15/11/1955. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido” 18/11/1955

Cristo, a respeito do qual não tem uma única referência. Além de anti-histórico, considero-o anti-pedagógico e ainda contra a tradição portuguesa de sempre. Proponho que não seja aprovado”<sup>1328</sup>

Um outro caso , já antes afluído, merece ser convocado de novo, neste contexto. Tratou – se da publicação em episódios ilustrados de vários relatos bíblicos com início no Antigo Testamento , episódios esses de importação belga, na revista “ Flecha” um semanário editado pela Fomento de Publicações . A dada altura a revista a quem tinha sido dada a permissão de publicação sem sujeição a censura prévia é notificada em ofício datado de 9 de Março de “ que a história de Moisés é de base racionalista e contrária aos ensinamentos bíblicos ”<sup>1329</sup> .

O texto sobre " Moisés" surge publicado nos nºs 13 e 14 da revista datados de 3 e 10 de Fevereiro de 1955, respectivamente . Embora fiel ao relato bíblico , afasta-se claramente da visão mística ou espiritual que a vulgata católica lhe emprestava , e não deixa mesmo de enquadrar a figura de Moisés no contexto histórico , discutindo a opinião de alguns " historiadores" que "crêem que Moisés viveu no tempo do faraó Ikhnaton ". Terá sido essa a principal inquietação do Censor , no caso Moreira das Neves : o relevo da dimensão histórica da figura de Moisés poderia perturbar a perspectiva espiritual exigida a uma "boa formação católica" dos jovens portugueses !

Idênticas preocupações são visíveis em Espanha no quadro da censura franquista sobretudo nos anos 60 . Por exemplo a importação da revista mexicana “ Historias del Cristianismo” que visava , em banda desenhada, reproduzir alguma dos temas bíblicos é acompanhada atentamente pela censura . Alguns números são proibidos de circular, como é caso do que alude ao Apocalipse alegando-se que “ resulta do número em referência especialmente censurável para menores, tanto pela perspectiva não suficientemente clara dos textos quanto pelo cutivo do sensacionalismo em várias passagens gráficas”<sup>1330</sup>

---

<sup>1328</sup> Vide PT/SGPCM/ *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*, Censura, Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 155 “ El Conejo de la Suerte” revista infantil mexicana. Informação de Moreira das Neves. 14/12/1955. Aprovado em reunião da CLEM de 14/12/1955. Direcção dos Serviços de Censura, “Proibido”, 15/12/1955

<sup>1329</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 546 ( Processo nº 794" Flecha " ) . Ofício da Direcção dos Serviços de Censura ao Director do Semanário Flecha de 9 de Março de 1955.

<sup>1330</sup> Vide AGA. Archivo General de la Administracion. Alcalá de Henares. *Ministerio de Informacion y Turismo. Direccion General de Prensa*. Caixa 57320 decisão do Director General de Prensa, de 27/10/1966 acerca da autorização de circulação da revista mexicana “ Historias do Cristianismo” nº 13

### **7.13 . A “higiene visual” : “ o tipo é tão miúdo que mal se consegue ler”**

Sobre a referência genérica ao tema da “ higiene visual” , na lógica da higiene do corpo e da alma, tão caro a Serras e Silva, consideramos as orientações de natureza gráfica constantes das “Instruções” . Recorde-se que aí se proibiam o entrelinhado inferior a dois pontos, o emprego de tipos inferiores ao “corpo 10” e o uso de tintas de cor na impressão da escrita. Mas mais : “ nas chamadas histórias aos quadrinhos cada cena deve ser isolada por limites rectangulares bem visíveis formados por duplo traço fino...” e “ sempe que títulos ou legendas sejam desenhados, em substituição de caracteres tipográficos não deve a fantasia artística sobrepujar a preocupação de fácil legibilidade...” e ainda “ nas composições cromáticas ter-se-á em vista que as cores espectrais de comprimento de onda muito diferenciado são as que produzem fenómenos de contraste intenso(...) fátiga menos o verde , é mais fatigante o vermelho”. Segunda confessa Edmundo Curvelo o autor das “Instruções” as disposições de natureza gráfica terão sido elaboradas com o apoio dos “ consultores” Luís Moita, especialista de artes gráficas e membro da CELIJ e do Prof. Doutor Lopes de Andrade, oftalmologista da Faculdade de Medicina de Lisboa. E a verdade é que se as regras gráficas das Instruções eram já de si dificilmente compagináveis com a concepção e produção das publicações nacionais e praticamente impossíveis de respeitar nas publicações estrangeiras, bem mais complexo seria se o “projecto de decreto sobre literatura infantil” a que nos referimos antes e que veio a ser entregue ao Ministro Costa Leite por ocasião dos trabalhos de preparação da legislação que veio dar origem à CLEM , tivesse sido aprovado. Esse, como vimos .tudo disciplinava desde os espaços inter verbais , aos desenhos , às cores , à forma da letra, à densidade da composição , até à pasta de papel a empregar na impressão das revistas e jornais. Não era já a liberdade criativa que desaparecia mas a imposição de um modelo gráfico único e previamente formatado .

Em rigor porém as regras gráficas resultantes das Instruções mais do que uma pauta de apreciação a utilizar pelos censores eram uma espécie de carta branca onde cabiam todo o tipo de apreciações quanto ao “ aspecto gráfico” da publicação. Mais do que preocupações de salvaguarda da sanidade visual dos menores o que estava quase sempre em causa era a

possibilidade de impor um critério subjectivo sobre o “ aspecto “ das publicações ou de algumas das suas páginas ou histórias. Aliás se são várias as decisões genéricas de veto em razão do “aspecto gráfico” poucas são as que concretamente se fundamentam no emprego errado do caracteres tipográficos .

Deve salientar-se que nos alvares da campanha anti-comics nos EUA , ainda nos anos 40, tomou corpo a ideia, suportada em testes e investigação científica de que os “ comics” eram maus para os olhos das crianças. Dois especialistas do campo dos estudos pedagógicos e educativos Matthew Luckiesh e Frank K. Moss conduziram um estudo com base em 24 revistas de BD e concluíram que todas falhavam os testes de visibilidade. As legendas eram de tamanho muito reduzido, a qualidade do papel das publicações era mau, as letras eram muitas vezes impressas sob fundos coloridos e os textos nos balões não tinham espaço suficiente para se tornarem legíveis . A conclusão dos dois Autores foi a de que os “ comics books” constituíam um retrocesso na salvaguarda da saúde visual das crianças<sup>1331</sup>.

Mas igualmente em França no contexto da aplicação da Lei de 16/7/1949 as preocupações com a legibilidade dos textos, a paginação ou má qualidade da impressão são evidentes. Atente-se na recomendação da CSC em 1955 <sup>1332</sup>:“ Em relação à apresentação, é aconselhável recomendar maior atenção e cuidado . Acontece frequentemente que a ortografia erra, que a impressão apresenta os piores defeitos (ainda mais evidente quando os caracteres são muito pequenos) ou que a aparência geral é dolorosa para a vista, como é o caso quando são utilizadas cores violentas aplicadas a desenhos que produzem deformações excessivas ”

São vários os exemplos da intervenção censória neste muito específico tema. De referenciar entre as publicações periódicas portuguesas “O Mundo de Aventuras” que foi alvo de várias censuras relacionadas com o “ tamanho da letra”. Uma delas , como sabemos, será resolvida de uma forma no mínimo original.

Ocorreu quando a Agência Portuguesa de Revistas se preparou para lançar em fins de 1954 um " Álbum do Mundo de Aventuras" que constituía um número especial do semanário. A CLEM oficiou a Agência Portuguesa de Revistas nos seguintes termos :

---

<sup>1331</sup> Vide Matthew Luckiesh e Frank K. Moss, “ Legibility in Comic Books” . *Sight-Saving Review*, nº 12, 1942, pp. 19-24 apud Amy Kiste Nyberg , *Seal of Approval* [...]p. 11

<sup>1332</sup> Vide ANF/ CAC Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporaines. *Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias . 199201181/2. Compte-Rendu des Travaux de La Commission de Surveillance et de Controle des Publications destinées a L'Enfance et a L'adolescence*, 1955 , policopiado, p. 8

" Em 7 de Dezembro corrente a Agência Portuguesa de Revistas pediu à Ex.ma Direcção da Censura autorização para publicar um número especial do semanário Mundo de Aventuras com o nome " Álbum do Mundo de Aventuras".

No dia 15 do mesmo mês foi-lhe comunicada oficialmente que deveria submeter as respectiva provas a censura prévia.

A Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores que tomara a iniciativa d sugerir à Ex.Ma Comissão de Censura a censura prévia encontra-se hoje perante o facto consumado da publicação do referido álbum levada a efeito sem que se tivesse verificado a condição sugerida e imposta e pelo que ou terá de considerar a infracção da ordem emitida pela Comissão de Censura com as respectivas consequências -apreensão e multa- ou tomar uma medida de emergência aconselhada pela circunstância de se tratar de primeira infracção.

A comissão resolveu adoptar a segunda solução; e nesta ordem de ideias é de parecer que só se permita a circulação do exemplar presente depois de substituídas convenientemente as pgs. 38,39,40,41,63,66,67,68,70,72,73,74,75 e 76.

Os inconvenientes gráficos destas pgs. são evidentes e representam por parte dos editores uma indiferença condenável pela saúde visual do público infantil. Outras razões apresentaria o álbum que tornariam a sua leitura menos aconselhável ; mas limitamo-nos ao aspecto gráfico"<sup>1333</sup>

Em resposta a Agência Portuguesa de Revistas alega que " por erro de cálculo nas reduções das legendas de várias páginas do referido álbum o tipo de letra inicialmente de dimensões correntes e bem legíveis - como V.Exa poderão certificar-se pelos originais que juntamos-sofreu tal diminuição que tornou a sua leitura quase impossível " E para solução , por forma a que a edição da publicação se não perdesse de todo, sugere o seguinte : " crê esta empresa que seria solução razoável conciliando os seus interesses e o dos leitores acompanhar todos os exemplares do álbum de uma separata -cujo modelo juntamos também - em cuja primeira página se daria ao público a explicação que vai impressa-sujeita a todas as alterações que V.,Exa ordenarem - e nas páginas seguintes se repetiria todo o textos das legendas, nas proporções legalmente autorizadas "<sup>1334</sup>.

A Censura encerra este episódio da seguinte forma :

---

<sup>1333</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 742, Informação da Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores, de 21/12/1954.

<sup>1334</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx. 742, Carta da APR à CLEM de 28 de Dezembro de 1954.

" O Ex.mo Sr Director encarrega-me de comunicar a V.Exa que a Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores aceita o alvitre apresentado pela empresa proprietária do Mundo de Aventuras relativamente à publicação do texto das páginas censuradas em letra de tipo conveniente apenas como medida de emergência e porque a nova publicação do texto pode remediar os males visados com a Censura.

A mesma Ex.ma Comissão aproveita a oportunidade para manifestar o desejo de que a mesma Empresa se esforce por meter-se dentro das normas oralmente expressas pelo Ex.mo Presidente e que só mereceram a concordância dessa Empresa como de todas as congéneres. Se este desejo da Comissão não for realizado , não poderá queixar-se a Empresa do " Mundo de Aventuras" da intervenção mais rigorosa que se verifique no futuro" <sup>1335</sup>

E é assim que o número de Natal de 1954 de “O Mundo de Aventuras” é posto à venda “ acompanhado de um caderno suplementar de dimensão mais reduzida, onde contivesse apenas o texto impresso na medida regulamentar”<sup>1336</sup> . Aliás a referida separata em texto introdutório dava nota desta solução : “ Devido a erro de calculo nas eduções das legendas as páginas ...deste álbum , falta que somos os primeiros a reconhecer e a lamentar e só explicável pela acumulação de trabalho que normalmente , nesta quadra do ano se verifica numa empresa editorial com o movimento da nossa , o tipo de letra inicialmente de dimensões correntes e bem legíveis sofreu diminuição tal que se encontra quase impossível de ler. Atendendo , porém a que uma reedição é particamente inviável num louvável espírito de compreensão com as dificuldades inerentes ao nosso meio editorial dignou-se a Ex.ma Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores autorizar a título excepcional que este álbum fosse posto à venda , depois de adoptada a única solução que se afigurou conciliatória : a repetição neste suplemento dos textos da referidas legendas agora nas proporções que, de princípio lhes destinámos. Da involuntária falta , apresentamos as nossas desculpas. “ <sup>1337</sup>

Mais vagas mas igualmente terminantes são as opiniões da CLEM sobre algumas publicações estrangeiras. O alvo principal são um conjunto de títulos infanto-juvenis franceses genericamente englobados na categoria de “ récits complets” e “ formats de

---

<sup>1335</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*, Cx. 742, Carta da Direcção dos Serviços de Censura a Aguiar & Dias Lda a 5 de Janeiro de 1955.

<sup>1336</sup> Vide António Martinó de Azevedo Coutinho, *BD e Censura Legislações*, inédito,

<sup>1337</sup> Vide “O Mundo de Aventuras” , Especial , Natal, 1954, Caderno suplementar



poche”. Em um deles Moreira das Neves é taxativo : “ Em numerosas páginas o tipo é tão miúdo que mal se consegue ler. Gravemente prejudicial à vista . Não deve circular”<sup>1338</sup> Estas publicações caracterizam-se pela sua dimensão reduzida( 13x18 cm), daí a expressão “ formato de bolso” e regra geral não publicam histórias em continuação mas sim aventuras completas. Curiosamente estas publicações, serão sujeitas a uma particular vigilância no seu país de origem por parte da Comissão francesa para o Controle e Vigilância das publicações infantis<sup>1339</sup>. A razão do cerco prendia-se com a ideia da CSC de que o estilo das publicações, por publicarem aventuras completas, concentravam e potenciavam os elementos mais perigosos para as crianças. Estavam em causa um conjunto de editores que emergiram no fim dos anos 40 e princípio de 50 nas cidades francesas de Lyon e Tourcoing, como a Librairie Moderne, a SAGE, Éditions du Siécle, Aventures et Voyages, Lug ou Artima. Pequenos editores que se confrontam com os gigantes da edição infanto-juvenil da altura Cino del Duca ou Paul Winkler em França e Raymond Leblanc e Charles Dupuis na Bélgica. Os nossos censores criticam o aspecto gráfico mas também acentuam o “ género violento de algumas histórias” em revistas como “Tex”, “Plutos”, “Plutos presente Rodeo” editada pelas Editions Lug, “Brik Yak” das Editions Aventures et Voyages , “Ardan Tim l’Audace” , “Audax”, “Bill Tornade” e “Sylvie” das Editions Artima.

As Editions Lug são constituídas no fim do Verão de 1950 na cidade francesa de Lyon e entre 1950 e 1954 lançam sete publicações : “Plutos” em Setembro de 1950, “Plutos presente Rodeo” em Setembro de 1951 “ Suplement à Pluto” em Dezembro de 1951, “Tex” em Abril de 1952, “Pipo” em Setembro de 1952 e “Fox e Pampa” em Setembro de 1954 . Com excepção da última que se tratava de uma publicação humorística todas as outras continham histórias de “cow boys” ou seja “ westerns”<sup>1340</sup> . A maior parte dessas revistas em formato de bolso ( 18x24) contêm essencialmente séries italianas compradas a editores transalpinos e alcançam assinalável sucesso entre os jovens franceses<sup>1341</sup> . A mais

---

<sup>1338</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura, Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 153, revista infantil francesa “ Zappy”, Parecer de Padre Moreira das Neves, 5/4/1955, aprovado em reunião da CLEM 5/4/1955 , O Presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 5/4/1955.

<sup>1339</sup> Vide Thierry Crépin., *Haro sur le ganster*[...], pp.348-362. Ver também ANF/CAC Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains. 199201181/1. *Compte-Rendu des Travaux de La Comission de Surveillance et de Controle des Publications destinées a L’Enfance et a L’adolescence*, 1955 , policopiado,

<sup>1340</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro sur le Ganster*,[...] p. 356

<sup>1341</sup> Vide G. Thomassian , *Encyclopédie des bandes dessinées de petit format*. Tome 2, Lug, Paris , Librairie Fantasmak, 1995, p. 9

famosa das séries será provavelmente as aventuras do “cow boy” italiano <sup>1342</sup>Tex Willer que integravam o essencial da revista “Tex”. “Plutos” era a designação de um herói mascarado também de origem italiana. Até nós chegaram fontes que ilustram a censura a várias números das revistas “Tex”, “Plutos” e “Plutos presente Rodeo”. São os casos das revistas nº 24 e 25 de “Tex” de Março e Abril de 1954 . No primeiro caso o censor sustenta que : “ A má apresentação gráfica da revista e principalmente o carácter excessivamente violento e nada edificante das histórias narradas em que por vezes a personalidade do herói deixa muito a desejar sob o ponto de vista moral levam-me a propor que seja proibida a circulação de publicação ”<sup>1343</sup> e no segundo formula idêntico juízo “ Dada a má qualidade das gravuras e o género violento de algumas histórias aqui narradas sou de parecer que deve ser proibida a circulação da revista”<sup>1344</sup>. Já quanto à revista “Plutos”, em que estiveram em análise os nºs 43 e 44 de Março e Abril de 1954 e bem assim a “Plutos presente Rodeo” nºs 32 e 33 , o juízo foi também o da “ péssima apresentação gráfica” e bem assim a natureza violenta das histórias<sup>1345</sup>. Num caso porém reduz-se a crítica à apresentação gráfica acrescentando-se que “é inconveniente à vista das crianças”<sup>1346</sup> e em outro refere-se o seguinte . “ A falta de espaço suficiente entre as palavras torna a leitura prejudicial à saúde da vista dos jovens leitores”<sup>1347</sup> , no que se transforma na indicação mais rigorosa quanto ao sentido exacto da opinião da CLEM.

---

<sup>1342</sup> Tex Willer é ainda hoje objecto de um particular culto entre os amantes da BD continuando a editar-se em várias línguas e versões . Vide Victor Cypowyj, “ Les avatars de Tex” *Cahiers de Bande Dessinée* , nº 66, Hiver-Printemps, 1991.

<sup>1343</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura, Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 101 , revista infantil francesa Tex, Parecer de 24/3/1954 , assinatura ilegível , aprovado em reunião da CLEM de 25/3/1954, O Presidente Serras e Silva Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”,26/3/1954.

<sup>1344</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura, Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 101 , revista infantil francesa “Tex” Parecer de 21/4/1954 , assinatura ilegível, aprovado em reunião da CLEM de 21/4/1954 O Presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 23/4/1954

<sup>1345</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura, Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 104 , revista infantil francesa “Plutos” e Proc. Nº 108 revista infantil francesa “ Plutos presente Rodeo” .

<sup>1346</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura, Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 104 , revista infantil francesa “Plutos” Parecer de 29/4/1954 acerca da revista “Plutos nº 44, Abril de 1954, Assinatura ilegível, aprovado em reunião do CLEM , [s.d.] O Presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”,29/4/1954

<sup>1347</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura, Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 108, Revista infantil francesa “ Plutos Presente Rodeo” nº 34 , Parecer de 14/6/1954 , assinatura ilegível Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”,16/6/1954.

Nestes casos estamos perante legendas desenhadas em balões e não em caracteres tipográficos , como ocorrida na generalidade das publicações portuguesas que se publicavam à época . Talvez esse fosse a incompatibilidade assinalada pelos censores. Reforçada aliás pela apresentação das pranchas , em alguns casos com 5 linhas de imagens ( quadrados) , o que torna as densas em imagem e sobretudo em texto.

Uma outra publicação que chegou à mesa da CLEM foi “ Brik Yak”. Em causa os seus nºs 67 e 68 de Abril e Maio de 1954. Tratava-se também de um “ petit format” ( 18x24 cm) que adoptou uma periodicidade mensal e oferecia 36 páginas de aventuras em BD . O conteúdo alterna relatos de “ cow-boys” e índios, relatos fantasistas em África e aventuras fantásticas nas quais se incluem homens répteis, amazonas, gigantes refugiados em cavernas e até egípcios antigos subitamente transportados para o sec. XX. A CLEM acentua a “ péssima apresentação gráfica” <sup>1348</sup> e a “ má qualidade das gravuras”<sup>1349</sup>. Na verdade o estilo gráfico da publicação aproxima-se de todas as outras “ petit format” com aventuras completas que vimos acompanhando. Tratava-se de uma publicação editada pela Les Editions Aventures et Voyages sediadas na cidade francesa de Lyon. Ao invés das publicações das Editions Lug que assentaram o seu projecto nas importações de histórias italianas, as Aventures et Voyages optaram por confiar os desenhos a jovens desenhadores da cidade de Lyon como Guy Lebron, Roibert Rocca e Maurice Besseyrias e ao mais experimentado Jean Cézard enquanto que os argumentos e diálogos ficaram por conta de Marcel Navarro, acionista da sociedade e que era também director da publicação<sup>1350</sup>

Bastará compulsar algumas destas publicações para verificar o pouco cuidado gráfico , a fraca qualidade do papel e as deficiências de impressão, sobretudo quando comparadas com outras publicações infanto-juvenis que se publicavam então como o “TinTin”, “Spirou”, “ Bayard” ou “ Coeurs Vaillant”.

As restantes revistas , a saber “Ardan Tim l’Audace” , “Audax, Bill Tornade “ e “ Sylvie” eram editadas pelas Editions Artima, criadas após a II Guerra Mundial na cidade

---

<sup>1348</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura, Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 103 . Revista Infantil francesa “ Brik Yak” , parecer sobre o nº 68 de Maio 1954 , datado de 20/5/1954 , assinatura ilegível, aprovado em reunião da CLEM de 20/5/1954, O Presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”,20/5/1954

<sup>1349</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* . Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 103 . Revista Infantil francesa “ Brik Yak”, parecer sobre o nº 67 de Abril de 1954, assinatura ilegível , 29/4/1954, aprovado em reunião da CLEPM de 29/4/1954, ass. O presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”,29/4/1954

<sup>1350</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro sur le Ganster[...]* pp. 354-356. Ver também G.Thomassian “ Yak dans ses aventures” *Hop!* , nº 75, 2ª trimestre 1997, p. 32

francesa de Tourcoing. Inicialmente vocacionada para os contos e álbuns infantis acabou por se especializar na imprensa infanto-juvenil lançando dezenas de títulos que cobrem os temas mais populares entre os jovens franceses : policial , “western”, ficção científica e aventuras na selva<sup>1351</sup>. E tentou mesmo , embora sem sucesso, implantar-se no campo da imprensa juvenil feminina com a revista “Sylvie”, de curta duração.

Esta última será mesmo proibida de circular entre nós desde o nº1 como vimos já no ponto relativo aos “ romance comics” onde esta publicação claramente se filia. Aqui reforce-se a ideia que sem embargo daquela ser uma das razões para a interdição da revista a verdade é que o que a CLEM criticou expressamente foi : " A disposição irregular de muitas das gravuras que por vezes se confundem umas com as outras, formando uma única mancha de imagem e legendas, leva-nos a propor que não seja autorizada a circulação da revista”<sup>1352</sup> .

Outras das revistas do grupo “ Audax, Bill Tornade” , dava expressão às aventuras passadas do “Far west” com a personagem Bill Tornade, mais um nome de sonoridade anglo-saxónica embora desenhado por franceses . O critério para proibir a circulação da revista em Portugal foi por um lado o “ carácter violento das histórias” e por outro a “ má qualidade das gravuras”<sup>1353</sup>

Idêntico critério foi invocado para proibir a revista do mesmo editor “ Ardan Tim L’Audace” : “ Dados os inconvenientes de ordem gráfica- gravuras muito próximas umas das outras destacando-se mal e formando quase que uma mancha- proponho que não seja autorizada a circulação da revista”<sup>1354</sup>. O nº 26 de Abril de 1954 objecto desta apreciação serve de exemplo para podermos apreciar o critério da CLEM. Há contudo um aspecto que se prende com esta publicação que merece ser referido. A personagem principal da revista “Ardan” eram Tim L’Audace um verdadeiro émulo de Tarzan que cedo foi contestado

---

<sup>1351</sup> Vide Thierry Crépin , *Haro sur le Ganster*[...] , pp. 357-361

<sup>1352</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*. Censura Revistas infantis. Números proibidos..revista infantil francesa, “Sylvie” , Proc. nº 121, Parecer da CLEM acerca de Sylvie nº 3 de Julho 1954 assinatura ilegível, 20/7/1954 , aprovado na reunião de 20/7/1954 da CLEM , O Presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”,21/7/1954

<sup>1353</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social*. Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 107 , revista infantil francesa “ Audax, Bill Tornade”. Parecer sobre o nº 18, Abril 1954 de, 29/4/1954 assinatura ilegível . Aprovado em reunião da CLEPM de 29/5/1954. O presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 29/4/1954

<sup>1354</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* Censura, Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 106 Revista infantil francesa “ Ardan Tim L’Audace”, Parecer de 22/4/1954 sob a revista nº 26 de Abril 1954, aprovado em reunião da CLEPM 22/4/1954, O presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”,23/4/1954

pela Comissão francesa, em obediência ao juízo crítico que fazia da personagem de Burroghs como um “ hércules microcéfalo” . Juízo esse partilhado pela CLEM como vimos antes . Tudo indicaria assim que o veto da revista “Ardan”, para além dos aspectos gráficos , devesse ser consubstanciado pela objecção aos heróis “ tipo Tarzan”. Tal não ocorre. Poderá tratar-se de um mero lapso em vista dos antecedentes nem sempre coerentes e nem sempre rigorosos quanto à actividade da CLEM. Mas talvez a razão seja outra. O mensário das Edições Artima entrou na mira da Comissão francesa mal foi posto à venda em 1952<sup>1355</sup> . Avisado o director da publicação , Emile Keirsbilk, este tratou, num gradual exercício de auto-censura, e por forma a garantir a continuidade da publicação em transformar a personagem e o ambiente em que se move por forma a afastá-lo do modelo das aventuras de Tarzan. Tal é bem visível se compararmos as capas da revistas, todas elas dedicadas à referida personagem , até ao nº6 ( 1952 ) e as restantes daí para a frente . Se até aí vemos Tim l’Audace de cabelos longos e usando uma simples tanga a fugir de um grupo de negros primitivos armados de lanças e zagaias e revestidos de pinturas assustadoras daí para a frente apresenta-se o nosso herói como um explorador europeu onde a musculatura é apenas sugerida<sup>1356</sup>. Se bem que o conteúdo das aventuras remeta para a selva africana a verdade é que a alteração visual sofrida pelo personagem é de tal forma significativa que dificilmente se poderá falar de plágio de Tarzan. Ora acontece que são justamente estes últimos os exemplares, já com a personagem alterada, que chegam à apreciação da CLEM no ano de 1954. Talvez resida aí a omissão da CLEM que se limita a assinalar a má qualidade das gravuras.

A expressão “ má qualidade das gravuras” remete , também , temo-lo admitido, para uma evidente má qualidade da apresentação gráfica das publicações , quer da perspectiva da impressão quer mesmo do desenho e da construção cénica das aventuras , próprias da 9ª Arte. Para isso e pelo menos no que tange às publicações da Artima existe uma explicação. Dois dos desenhadores contratados pela Artima nos anos 50 , Raoul Giordan e Bob Leguay que desenhavam entre muitas outras histórias as de Tim L’Audace, recordam as muito modestas remunerações do seu trabalho, o volume gigantesco do seu trabalho semanal e as muito precárias condições para a realização das histórias. Raoul Giordan recorda mesmo que enviava todas as semanas cerca de 35 a 50 pranchas para

---

<sup>1355</sup> Vide ANF/CAC Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains. Premier Ministre. *Service juridique et technique de l’information. Direction du développement des médias 19920181/1 . Procés Verbaux des reunions de la Comission de Surveillance et de controle des publications destinées a l’enfance et à l’adolescence* . Acta da Sessão de 12/6/1952

<sup>1356</sup> Vide Thierry Crépin, *Haro sur le Ganster[...]* p. 359

várias publicações da Editora . A modéstia da remuneração levava-os a uma cadência de trabalho que punha em causa a qualidade das pranchas . Giordan, por exemplo, ilustrava dois fascículos por mês de uma das séries da Editora o que significava perto de 600 desenhos e duas capas! As personagens eram vagamente esboçadas através de uma silhueta sem qualquer originalidade ou fantasia . Nem sequer “desenhava a lápis alguns dos desenhos”<sup>1357</sup> . A mesma memória é nos transmitida por Bob Leguay que desenhava também muitas aventuras de Tim L’Audace : uma cadência de trabalho infernal , dois fascículos por mês e respectivas capas, com o que não era sequer possível qualquer preocupação com a qualidade da obra <sup>1358</sup>

Contudo se bem que estas publicações do universo editorial francês tenham sido o alvo preferido da CLEM não deixa de ser significativo que a histórica revista TBO (Documento A S) fundada em 1918 e que deu origem à designação castelhana, hoje utilizada , que identifica as publicações com histórias em BD , justamente “tebeos”, tenha também sido causticada pelo “ aspecto gráfico” <sup>1359</sup>

#### **7.14. “Evitar histórias de banditismo ou de conflitos sociais”: não ao crime, à violência e ao conflito social e racial**

Apregoando a “ harmonia das diferenças” as “Instruções” desde logo condenaram a violência, os engenhos mortíferos, os assaltos e fraudes , os monstros ou as deformidades susceptíveis de atemorizar os leitores. Mas ao lado da proibição do banditismo estava

<sup>1357</sup> Vide Louis Cance, “ Dossier Giordan”, *Hop!* , nº 70, 1ª trimestre 1996, p. 41

<sup>1358</sup> Vide Louis Cance, “ Dossier Leguay” *Hop!* Nº 50, 3ª trimestre, 1991, p. 41

<sup>1359</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura, Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 122, Revista Infantil Espanhola “TBO”, Parecer sobre os nºs 59,60,61 e 62 da “TBO” “ Não é de permitir por causa do aspecto gráfico de algumas páginas. Esclareço que a expressão aspecto gráfico refere-se ao corpo demasiado pequeno de difícil leitura de alguns tipos usados” ( J. Gomes Branco, 16/X/1954. Aprovado em reunião da CLEPM de 25/10/1954 ) ( Documentos AT e AU) . Do mesmo modo as revistas “Hipo Monito y Fifi” nº 1 e “ La Risa” nº 5, ambas espanholas são interditas de circular. Vide quanto à primeira o parecer do Padre Moreira das Neves, datado de 5/5/1954 , “ Graficamente péssima para os olhos das crianças. Não deve circular” PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura, Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 115 . Revista infantil espanhola “ Hipo Monito y Fifi” . Parecer aprovado em sessão da CLEPM de 6/5/1954 e quanto à revista “ La Risa” “ Graficamente péssima” (Padre Moreira das Neves, 5/5/1954 aprovada em sessão da CLEPM de 6/5/1954) PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura, Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 116. Revista infantil espanhola “ La Risa”

também a recusa dos “ conflitos sociais , que no nosso País nunca assumiram , felizmente o aspecto cruento e dramático que noutros têm apresentado ou apresentam”<sup>1360</sup>. Se as condenações das violências e crimes, como fundamento para a censura são frequentes, mais raras são as observações críticas quanto aos conflitos sociais.

A questão racial colocava-se de forma subliminar em muitos relatos de ficção científica ou que decorriam na selva africana. Por exemplo, a proibição da revista americana “ Jungle Jim” nº 565 de 1954 assentava no seguinte : “ Este nº encerra apenas cenas de violência de mais a mais entre gentes de raça diferente com o esmagamento da raça inferior pela afirmação da sua superioridade pelas armas mais perfeitas que possuem” <sup>1361</sup>

Nos anos 50 a referencia política e jurídica às “ colónias” tornou-se incómoda. No pós II Guerra Mundial vira iniciar-se o grande processo descolonizador em África sob o impulso das Nações Unidas que envolveu as grandes potências europeias. Mantendo-se afastado de tal orientação Salazar não deixou de cuidar , com a discrição habitual, de realizar uma operação de cosmética na Constituição de 1933 e suprimiu as “ colónias” trocando-as por umas mais inócuas “províncias ultramarinas”. De um passo suprimiu-se o acto Colonial com que teriam terminado as colónias , deixando os portugueses de ser colonizadores. Essa exigência não podia deixar de ensinar-se às crianças : “ Não indicar com os termos colónias os territórios ultramarinos” <sup>1362</sup>

O conflito aqui esboçado é de ordem racial mas também ele não está ausente das preocupações da CLEM. Como o não esteve em França onde a questão do preconceito racial veio à superfície várias vezes . Em outro parecer sobre a revista de ficção científica “ Titanes Planetários” o censor da CLEM escreve : “ Um casal de gente branca vai para outro planeta e aí é presa por gente natural da região de face igual à dos símios. Os brancos é que passam a ser animais selvagens. Acho que a leitura deste número levanta no espírito das crianças problemas insustentáveis”<sup>1363</sup>. O que aqui interpela a censura, nesta

---

<sup>1360</sup> Vide *Instruções sobre Literatura Infantil [...]* p. 5

<sup>1361</sup> Vide PT/SGPCM/ *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social, Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 123 . revista infantil americana “ Jungle Jim “ nº 565 .Parecer aprovado pela CLEM Assinatura ilegível , 11/6/1954 .Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 14/6/1954*

<sup>1362</sup> Vide Carta do Secretário da Direcção dos Serviços de Censura ao Gerente da Livraria Editora Figueirinhas de 14/5/1957 a propósito do livro infantil “ O senhor sabe tudo e os seus dois amores “ de Isaura Correia Santos , onde se reproduz o parecer da CLEM sobre o referido livro in PT/SGPCM/ *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros .Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social, Censura, Ofícios Editoras.*

<sup>1363</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social , Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 120 , revista infantil mexicana “ Titanes Planetários” , Parecer aprovado pela CLEM sobre*

versão do tema clássico de Pierre Boule do “ Planeta dos Macacos” é a inversão de papéis entre o animal racional e irracional , que introduz um factor de desestabilização e questiona as verdades imutáveis da ciência , suscitando novas interrogações aos jovens.

A questão racial foi objecto de particular atenção pela CSC francesa quer nos anos 50 quer nos anos 60. O preconceito étnico é clara e veemente denunciado. Não só a França se orgulhava de uma “comunidade de língua” pluracial espalhada por vários continentes, mantendo, como se sabe e até aos anos 60, vários territórios africanos com estatuto colonial como se orgulhava das suas tradições históricas em matéria de igualdade racial reafirmadas no fim da II Guerra Mundial com a Constituição de 1946 e com a adesão à Declaração Universal dos Direitos do Homem e aos restantes Pactos internacionais sobre direitos fundamentais. Logo em 1950 no primeiro relatório da CSC a propósito das aventuras acerca das explorações ou guerras coloniais acentuava-se que “ as personagens que pertencem aos povos indígenas dos territórios extra-metropolitanos são sistematicamente acusados de indignidades morais como a perfídia e a crueldade ou são apresentados como destinados a suportar todos os rigores que podem ser aplicados pelos mais fortes”. E conclui . “ Os relatos coloniais não devem compreender nenhum episódio

que seja de natureza a afectar os jovens ou os originários da União Francesa de qualquer território de onde seja originário, nem de modo a fazer perder ao jovem leitor metropolitano o sentimento de solidariedade humana que deve sentir em relação aos membros da mesma comunidade”<sup>1364</sup>

Mas nos anos 60 a preocupação manteve-se, já não com a referência aos “ relatos coloniais” mas de uma maneira mais ampla aludindo aos preconceitos raciais : “ (...) constata-se que se não encontra na imprensa infantil antissemitismo caracterizado , contudo os amarelos e sobretudo os japoneses são frequentemente apresentados como pérfidos e cruéis enquanto que os negros são apresentados tanto como selvagens como “naïfs” e pueris. Os caracteres raciais estão comumente apresentados de forma deformada e mesmo caricaturados” no desenho . É desagradável que nos relatos de antecipação os “ habitantes” de outros planetas sejam sistematicamente rebaixados pela intriga ou pela imagem. Ora estes processos correm o risco de persuadir os leitores menores da

---

o nº 25, “El mundo de los gorilas” ass. ilegível ,4/10/1955 Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”,4/10/1955

<sup>1364</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence au cours de l'année 1950, Paris, p. 26*



superioridade da raça branca e de concorrer assim à sobrevivência de um racismo latente particularmente perigoso “<sup>1365</sup>

Não são contudo as questões raciais ou os conflitos sociais que ocupam o essencial das preocupações das estruturas censórias que vimos estudando. A violência, o crime , o horror, as cenas de guerra, os assaltos, a pena de morte, as fraudes, os monstros e por aí fora são as situações expressamente tipificadas nas Instruções e que voltam a estar nas preocupações na circular de 1955. Os próprios problemas policiais devem desligar-se de qualquer especulação sobre as mortes por assassinio, suicídio ou acidente e limitar-se aos “ simples passatempos”. Da apreciação concretizada dos processos de censura às publicações periódicas infanto-juvenis a maioria das interdições ou das sugestões de alteração prende-se com “ crimes e violências” , embora possam estar associadas outras razões para o veto ( super heróis ou relatos de antecipação) <sup>1366</sup>. Outras são

---

<sup>1365</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence*, policopiado , 1963, p. 4 in ANF/CAC. Archives Nationales de France Centre des Archives Contemporains/ Justice; Direction de la protection judiciaire de la jeunesse; Sous-direction de l'action éducative et des affaires judiciaires ; Bureau des affaires judiciaires et de la legislation / 199102258/159

<sup>1366</sup> Vide entre outros PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 153. Revista infantil francesa “ Zappy” . Parecer sobre o nº 13 da revista de Abril de 1955 “ É de proibir a circulação : cenas de violência e nada de educativo ou instrutivo” ( ass. ilegível) 7/12/1954. Aprovado em reunião da CLEM 7/6/1954. O presidente Serras e Silva; PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 158. Revista infantil Mexicana “ Aventura”. Parecer sobre a revista nº 17 de 10/5/1955. “ É de proibir a circulação. Cenas de crimes e violências” assinatura ilegível 29/3/1955. Aprovado em reunião da CLEM de 29/3/1955. Pelo Presidente P. Moreira das Neves; Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 9/12/1954. PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº160 . Revista Infantil brasileira “ Seleccões Juvenis” . Parecer sobre o nº 32 de Março 1955” Cenas de violência e gravuras inconvenientes” P. Moreira das Neves, 12/4/1955. Aprovado em reunião da CLEM ( sem data). O Presidente Serras e Silva Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 13/4/1955; PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 184 . Revista infantil brasileira “Gibi Mensal”. Parecer sobre a revista nº 189, Dezembro 1956 : “ Pelas características de violência das histórias(...) julgo de proibir a revista”. Assinatura ilegível. 19/2/1957. Aprovado em reunião da CLEM de 19/2/1957 . carimbo sem assinatura, Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 20/2/1957 ; PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 277 Revista infantil americana “ Jesse James” . Parecer sobre o nº 26 Fevereiro / Março 1956 “ É de proibir a circulação do presente número : lições de extrema violência”, assinatura ilegível , 17/1/1956, Aprovado em reunião a CLEM de 17/1/1956. Assinatura ilegível ; PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº193 . Revista infantil americana. “ Wild Frontier”. Parecer sobre o vol. 1 nº 3 . Março de 1956” Deve impedir-se a circulação. Violências em demasia . “ , assinatura ilegível. 24/1/1956, aprovado em reunião da CLEM 24/1/1956 assinatura ilegível . Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 24/1/1956 PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de*

particularmente explícitas no fundamento da interdição. “ Parecer desfavorável, porque não interessa às crianças como se praticam roubos”<sup>1367</sup> Em outros casos o comentário do censor assume natureza pedagógica : “ parecer desfavorável pela colaboração que, ludibriado por um bandido, uma criança presta a um criminoso”<sup>1368</sup> Ou indicam exactamente a página onde está a violência concreta : “ Não é de permitir a circulação : é ver a cena do alto da pag. 6” . <sup>1369</sup> . A cena censurada que motiva a proibição da revista francesa “Junior” , por sinal constante de uma história do oeste apresentada em formato de “ foto-novela” é a de uma acção de detenção por parte de soldados da cavalaria

---

*Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura, Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 196. Revista infantil americana “ Jim Bowie” .Parecer sobre a revista nº 17 Agosto de 1956. . Parecer “ O carácter excessivamente violento das histórias publicadas e os inconvenientes de ordem moral de alguns anúncios levam-me a propor a proibição da revista” assinatura ilegível, 15/5/1956 . Aprovado em reunião da CLEM 15/5/1956 . Pelo presidente P. Moreira das Neves . Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 15/5/1956 PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 109 . Revista Juvenil Brasileira “Zorro”. Parecer sobre o nº 3 Maio de 1954. “ Parecer desfavorável. Cenas de violência que não julgo concorrerem para a boa formação dos jovens leitores” J. Soares Branco. 11/10/1954. Aprovado em reunião da CLEM de 12/10/1954 pelo Presidente , assinatura ilegível . Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 13/10/1954; PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos .Processo nº 126 . Revista infantil brasileira “ Reis do Faroeste”. Parecer sobre o nº 26 de Julho de 1955 “ Não deve permitir-se a circulação : historietas sem graça nenhuma e pejadas de estúpidas cenas de violência” ass. ilegível, 5/7/1955. Aprovado em reunião da CLEM de 5/7/1955 . Pelo presidente J. Gomes Branco; PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros . Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos Processo nº 138. Revista Juvenil brasileira “ O Globo Juvenil Mensal” . Parecer sob o nº 181 Fevereiro 1956. “ É de proibir a circulação: violências em excesso , capazes de impressionar inconvenientemente os leitores a que se destina” assinatura ilegível, 2/5/1956. Aprovado em reunião CLEM , 2/5/1956, Pelo Presidente Cortês Pinto; Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 3/5/1956 PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros . Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos Processo nº 140 . Revista infantil brasileira “ Cavaleiro Negro” . Parecer sobre o nº 39 de Novembro de 1955 “ É de proibir-se a circulação : histórias de demasiada violência e de sugestões perigosas, cenas de “apaches” com os seus golpes de traição, de cilada e de assassinios, etc” , 22/11/1955, assinatura ilegível. Aprovado em reunião da CLEM de 22/11/1955 . Pelo Presidente P. Moreira das Neves. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 24/11/1955

<sup>1367</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros . Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos Processo nº 185. Revista infantil brasileira “ Mandrake magazine” . Parecer sobre a revista nº 18 Fev. Março 1956 de J. Gomes Branco 27/3/1956, Aprovado em reunião da CLEM de 27/3/1956, assinatura ilegível . Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 28/3/1956

<sup>1368</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros . Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos Processo nº 156 “Xuxá” revista infantil brasileira. Informação de José Gomes Branco, 26/12/1954 . Direcção dos Serviços de Censura. “Proibido”, 27/12/1954

<sup>1369</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros . Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos Processo nº 119. Revista infantil francesa “ Junior” . Parecer sobre o nº 29 de 1955. Ass. Ilegível 9/3/1955 . Aprovado em reunião da CLEM de 8/3/1955. O presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 9/3/1955

americana de um grupo de nativos índios. Recorde-se que o tema da violência é central nos momentos censórios americanos, franceses ou espanhóis. Mais do que todos os outros temas a violência, nas suas facetas física e psicológica, e por arrastamento os “crime comics” e os “horror comics”, são os perigos fundamentais nas “histórias em quadrinhos” quer porque pervertem as frágeis mentes dos menores quer porque são a principal causa da “criminalidade juvenil”. Quanto a esse aspecto não existe qualquer dúvida.

Em França todos os relatórios da CSC produzidos no período aqui em estudo ( 1950-1968) dão à questão da “violência” uma atenção primordial.

Logo em 1950 se comparam as “intrigas tecidas com perfídia, de crueldade, de indignidades morais várias” com a chamada literatura “negra”. O facto de tal literatura ter sucesso entre os adultos não autoriza a impô-la às crianças. Na verdade tal literatura e tais aventuras desenhadas inspiram o pessimismo. “É intolerável que uma criança seja levada a representar a existência como passada a lutar contra as intrigas criminais, a conjurar os perigos extremos a lutar sem parar contra a mentira, a iniquidade e o egoísmo sem encontrar nunca o repouso da verdade e da justiça na probidade e na afeição”<sup>1370</sup> Ora este tipo de histórias levam a um dilema no comportamento dos jovens: ou bem que a criança fica em definitivo consternada perante as perspectivas de futuro que lhe são apresentadas e fica desmoralizada no sentido em que o termo é utilizado no art. 2º da Lei de 16/7/1949 ou aceita sem reservas esse futuro e adapta-se desejoso de entrar no jogo caso em que a desmoralização vive paredes meias com a criminalidade<sup>1371</sup>. Cinco anos depois o balanço continuava negativo quanto ao tema da violência: “a muitas personagens falta humanidade; nenhuma emoção nenhum sentimento neles se manifesta. Os heróis evoluem numa atmosfera fictícia e desconcertante que não os liga a nenhum meio social. Continuam a obedecer a uma necessidade incessante de violência e de actividade desordenada. A falta de serenidade, a ausência de humanidade verdadeira, o excesso de brutalidade são geradores de um clima irreal e mórbido, onde se discerne mesmo por vezes uma tendência sádica”<sup>1372</sup>.

---

<sup>1370</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence*, 1950, Paris, Melun, Imprimerie Administrative 1952, p. 22

<sup>1371</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence*, 1950, Paris, Melun, Imprimerie Administrative 1952, p. 22

<sup>1372</sup> *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence*, 1955, policopiado, p. 7. ANF/ CAC. Archives Nationales de France Centre des Archives Contemporaines. Premier Ministre ; Service Juridique et technique de l'information ; Direction de Developement des médias/ 19920181/1

No relatório de 1958 de par com medidas pedagógicas por forma a ajudar a formar especialistas da imprensa infantil o CSC levou a cabo um inquérito solicitado ao Instituto de Psicologia da Universidade de Paris para determinar de forma tão concreta quanto possível quais os “limites toleráveis da representação figurada da violência”. Por via de um inquérito procurou determinar se a violência, tal como se apresentava em certos desenhos das publicações infanto-juvenis era susceptível de deixar traços no comportamento das crianças e em caso afirmativo identificar em concreto esses traços. Tudo isso de forma “ rigorosamente científica”<sup>1373</sup> afastando qualquer “pseudo objectividade”.

O inquérito que teve como amostra 630 rapazes e 380 raparigas, todos menores , da região parisiense e consistiu em apresentar às crianças seis desenhos retirados de publicações infantis em curso solicitando depois com base nos mesmos que elaborassem uma história. Convencionou-se que seria considerado violenta toda a história em que as personagens fizessem uso de armas e de brutalidades contra os seus semelhantes ou que conduzissem à morte de pelo menos uma das personagens . Os inquiridores constataram que os relatos apresentados envolviam um número impressionante de armas de todo o tipo e o recurso à violência aumentava nitidamente com a idade. A diferença de sexo também desempenhava um papel com as raparigas a revelarem uma imaginação mais rica que conduzia a que as suas representações de violência resvassem para um certo sadismo. As histórias revelavam um perfeito conhecimento da actualidade e dos progressos técnicos no campo das armas de destruição. Mesmo nos casos em que as brutalidades eram pouco significativas o ambiente das histórias era pesado e “ revela uma espécie de intoxicação pela violência” . O mais grave, continua o relatório, é que a “ violência parece ser tida como um fim em si e que a vida humana parece ter pouco valor. Muitas histórias contêm um luxo de detalhes sobre a forma como morrem as personagens” . A CSC conclui que os resultados do relatório devem ser lidos de forma temperada como primeiras indicações , e salienta que não é possível concluir nada sobre se, por haver lido histórias violentas , as crianças transportam essa violência para a vida real. Em qualquer caso a CSC conclui que é preocupante o emprego excessivo da violência para a imaginação juvenil e para a sua psicologia e que em conformidade “ a imprensa tem uma parte da responsabilidade no

---

<sup>1373</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence* , Paris, Melun , Imprimerie Administrative, 1958, p. 11 . ANF/CAC. Archives Nationales de France Centre des Archives Contemporaines. *Premier Ministre ; Service Juridique et technique de l'information ; Direction de Developement des médias/ 19920181/1*

estado de espírito constatado nas crianças e que as publicações infantis de má qualidade se arriscam a ser uma das causas de intoxicação pela violência demonstrada nos relatos inventados “<sup>1374</sup>

Em 1963 o tema da violência volta a merecer atenção da CSC a qual organiza uma sub-comissão para estudar os problemas da influência da violência na mentalidade infantil. Dos trabalhos dessa sub-comissão resulta a utilidade em regressar aos inquéritos de 1957 à luz da evolução social e política de França e das estatísticas internacionais sobre a delinquência juvenil. Cerca de seis anos depois a CSC continua preocupada com a contaminação das imaginação juvenil por uma violência ainda mais inquietante do ponto de vista qualitativo do que quantitativo: “são sobretudo a natureza, o clima e a diversidade dessa violência que , traduzindo uma impregnação profunda não pode deixar de ser preocupante “<sup>1375</sup> E embora admitindo que à data em que o inquérito se realizou , em 1957, o ambiente social e político francês vivia em verdadeira atmosfera de guerra ( crise da IV República, conflitos coloniais, etc.) considera que os dados recentes quanto à delinquência juvenil em muitos países em particular nos EUA , no que tange especialmente aos delitos violentos convida a acrescida cautelas na vigilância das publicações infanto-juvenis na medida em que “ o papel do educador, não é o de condescender mas de guiar o gosto das crianças “<sup>1376</sup>.

É pois da perspectiva do educador, tal qual a CSC se via , que nos anos 60 a questão da violência nas “ histórias em quadrinhos” continuava a ser encarada em França em estreita ligação à criminalidade juvenil .

Como vimos antes foi a percepção de que os “ comic books” se traduziam em ameaça à lei e à ordem e não apenas numa má influência na educação das crianças e adolescentes que constituiu o verdadeiro “ turning point” no contexto americano. Essa mudança deu azo à intervenção dos órgãos legislativos dos Estados ao proibirem alguns tipos de “ comics”,

---

<sup>1374</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence* , Paris, Melun , Imprimerie Administrative, 1958, p. 12-13 . ANF/CAC. Archives Nationales de France Centre des Archives Contemporains. *Premier Ministre ; Service Juridique et technique de l'information ; Direction de Developement des médias/ 19920181/1*

<sup>1375</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence* , 1963 , policopiado, p.10 . ANF/CAC Archives Nationales de France Centre des Archives Contemporains. *Premier Ministre ; Service Juridique et technique de l'information ; Direction de Developement des médias/ 19920181/1*

<sup>1376</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence* , 1963 , policopiado, p.11 . ANF/CAC Archives Nationales de France Centre des Archives Contemporains. *Premier Ministre ; Service Juridique et technique de l'information ; Direction de Developement des médias/ 19920181/1*

abriu caminho às investigações e audições do Senado e no fim validou a auto-regulação como resposta à referida ameaça.

Regressando a Portugal não parece que a estratégia da CLEM , na fase mais intensa da sua actividade, tenha necessitado do argumento da criminalidade juvenil para policiar de forma intensa as publicações estrangeiras importadas , designadamente as brasileiras.

Entre nós não são conhecidas situações similares às que ocorreram nos EUA, no Brasil<sup>1377</sup> ou em França em que jovens criminosos são ao mesmo tempo leitores compulsivos de “ comics” , o que permitiu uma ligação fácil entre as duas realidades. Aí como sabemos os “ comics” não constituíram apenas uma ameaça às crianças, mas também um problema de segurança e justiça. Ora entre nós as observações da CLEM a propósito da “ violência excessiva” presente em certas histórias parecem sobretudo direccionadas para proteger a autoridade paternal na educação dos filhos, ou seja salvaguardar a prevalência da Família como polo central na política educativa do Estado Novo. É nesse sentido também que deve ser interpretado o policiamento exercido sobre tudo o que veicule os modos de vida americanos, sobretudo no relacionamento entre rapazes e raparigas, particularmente divulgados pelo cinema, mas que afloravam nos chamados “ romance comics”.

Recorde-se que o tópico da violência estava desde logo considerado nas “ Instruções” e veio a ser aprofundado nas Circulares de 1955. Emoras os dados estatísticos da criminalidade juvenil não devam ser ignorados ao discutirmos esta questão<sup>1378</sup>, estamos em crer que a explicação para a não invocação desse argumento, quer nos documentos orientadores quer nos concretos actos censórios , encontra afinidades com idênticas razões que estão presentes na ditadura franquista num caso evidente de contaminação transfronteiriça. A dificuldade da ditadura franquista admitir publicamente a existência de uma vaga alarmante de criminalidade juvenil, ligada ao fenómeno dos “ tebeos” , como

---

<sup>1377</sup> Vide Gonçalo Junior, *A Guerra dos Gibis*[...] , pp. 213-216

<sup>1378</sup> A estatística da criminalidade juvenil constituía um capítulo da mais geral "Estatística Judiciária" a cargo do Instituto Nacional de Estatística que desde 1936 se esforçou por publicar anualmente uma compilação de resultados estatísticos nessa temática. Contudo nos anos de 1943, 1945-1947 e 1949 tais volumes não foram editados o que sobremaneira diminui o interesse de uma leitura comparativa dos dados , justamente por serem as referências temporais imediatamente anteriores ao momento censório infanto-juvenil. De qualquer forma uma apreciação ainda que sumária das estatísticas de 1948, 1950, 1951,1952, 1953 e 1954 ( ver Anexo II ) e que têm por referência as tabelas que reflectem os julgamentos em Tribunais de Tutoria de Infância com indicação dos processos envolvendo o total de menores julgados ( decompostos pelo sexo, a idade e a instrução ) , não permitem concluir pela verificação de qualquer tendência de acréscimo ou decréscimo da criminalidade infanto-juvenil nos anos em referência. A comparação para ser rigorosa exigiria naturalmente um cruzamento demográfico. Em qualquer caso a população jovem na década de 50 manteve-se estável em cerca de 39,1% da população , vide José Matoso, dir. *História de Portugal, Sétimo volume*[...] p. 419.

tivemos oportunidade de ver , levou-a a recusar essa associação quando foi chegado o momento de teorizar a matéria e definir regras. Não será de afastar ter sido essa também a razão para o silenciamento da matéria no contexto português . O Estado Novo não estaria particularmente interessado em trazer para a opinião pública algo que aos seus olhos não existia. As “ Instruções sobre a Literatura Infantil aludem vagamente ao tema referindo que “ os jornais e revistas com semelhante orientação são hoje universalmente considerados responsáveis pela criminalidade infantil e juvenil” sem formular qualquer referência explícita à realidade portuguesa<sup>1379</sup>. E mesmo quando Moreira das Neves procura aproximar-se do tema da criminalidade juvenil e é o único a dele se aproximar a alusão é sempre vaga, figurada, literária quase: “ esta standardização da literatura infantil actual sem dúvida poderosamente na mentalidade das nossas crianças, arrastadas para ambientes de subversão intelectual e moral e retraídas ao melhor contacto com a geografia, a história, as tradições e o ar da Terra onde nasceram. Com semelhantes tendências poder-se-ão fazer ágeis salteadores , arrombadores de portas de castelos e cofres misteriosos, mas com certeza não se fazem homens e muito menos homens portugueses”<sup>1380</sup>

#### 7.15. “ Não abusar do sistema de ilustrações em quadrinhos”

No fim de 1955, na sequência da sua circular nº 284 de 18 de Outubro, em que se procurou combater aquilo que considerava a “ desnacionalização” da literatura jornalística infanto-juvenil, a CLEM colocou o acento tónico naquela que em rigor sempre terá sido a grande preocupação do Estado Novo na década de 50 : a banda desenhada ou como se dizia as “ histórias em quadrinhos”. Mais do que qualquer outro aspecto nas leituras dos nossos jovens o verdadeiro perigo residia nessa forma de expressão artística e gráfica. Lê-se no ponto IV dessa carta :” Não abusar do sistema de ilustrações em quadrinhos, cada vez mais reprovados por pedagogos de incontestável autoridade( contra tal sistema se iniciou há tempos na imprensa de Londres vigorosa campanha e já , no Relatório

<sup>1379</sup> Vide Direcção dos Serviços de Censura, *Instruções para a Literatura Infantil*[...] , p. 1.

<sup>1380</sup> Vide PT/ANTT/ *Arquivo Álvaro Saraiva*. Relatório “ Sobre revistas Infantis”,25/11/1953

Intencional da Defesa da Criança efectuado em Viena em 1952, observava Vítor Lafite , referindo-se às histórias em quadrinhos sobre temas cómicos de mau gosto , cenas de crime ou de violência: “ Estimulam a sensibilidade e abafam a faculdade crítica . Pervertem, falseiam e envenenam o espírito das crianças. Criam falsos heróis e glorificam a brutalidade”<sup>1381</sup>

A campanha britânica a que alude a carta é certamente o episódio que relatámos sobre os “ Horror Comics”na Grã Bretanha enquanto que a referência ao Congresso da Defesa da Criança não é outra que não a que resulta das preocupações de Edmundo Curvelo ao assinar a revista “Enfance”. Na verdade os homens que vão ser encarregues de compor a Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil não poderiam deixar de estar atentos a essa realidade.

As imagens, muito mais que os textos , são os veículos mais perigosos para a personalidade das crianças, deixando uma marca indelével. Por essa razão muitas das decisões das Comissões limitam-se a afirmar : “ basta a capa”. Isso é sobretudo frequente nos apelidados “ romance comics” onde as representações gráficas das personagens do sexo feminino escandalizam os censores, mas também em outras temáticas como o crime, “westerns” ou guerra. Uma bom exemplo do que vimos dizendo é a decisão de interditar a venda entre nós da revista brasileira “ Quem foi ? ” , editada no Rio de Janeiro pela EBAL. A revista cuja primeira série foi publicada entre 1950 e 1958 tratava sob forma ilustrada de crimes reais ou fictícios ,estes últimos baseados em romances de conhecidos autores como Ellery Queen ou Conan Doyle<sup>1382</sup>. Numa das primeiras apreciações a CELIJ sob a pena de Eduardo Antonino Pestana sustentou o seguinte : “ A narrativa não oferecerá inconveniente para ser lida por pessoas de idade juvenil.Porém não é a leitura que há considerar . A capa tem uma figura manifestamente inconveniente, pelo que não é de circular” . A figura ilustra um dos romances de Georges Simenon, “ O cão amarelo” e a capa é alusiva a esse tema. Ainda que a revista indicasse na sua capa ser para “ maiores de 17 anos” a verdade é que tinha um aspecto de revista para crianças. Anos mais tarde

---

<sup>1381</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* .Pasta . Direcção dos Serviços de Censura. Minuta de Carta de 1955 a dirigir aos Directores e editores das revistas infanto-juvenis portuguesas.

<sup>1382</sup> Vide Goncalo Junior, *A Guerra dos Gibis[...]* pp. 258 que refere que nessa época , justamente no final de 1954 , o criador da EBAL acossado pela crítica contrária à BD, aprovou uns “mandamentos das histórias em quadrinhos” inspirados no “Comics Code” americano , que regulando a auto-censura tiveram especial efectividade na revista “Quem foi?” cujo material era essencialmente importado da Grã Bretanha.



continuará interdita e basicamente pelas referências às ilustrações da capa “ Os actos de banditismo e a fotografia da capa não aconselham a publicação”<sup>1383</sup>.

Mas talvez a expressão mais acabada deste autêntico pavor pela Banda Desenhada, por parte dos membros da CELIJ e da CLEM nos anos 50 – e não necessariamente de todos os adeptos do regime, como vimos, a propósito das publicações da Mocidade Portuguesa-foi o desabafo de Serras e Silva quando confrontado com a proposta da Fomento de Publicações de criar um “ diário juvenil” em 1954 ao responder que “ publicação dum diário infantil teria o inconveniente de tornar diária a perturbação , semanal, que as revista infantis em geral causam no espírito das criança das escolas e que é reconhecida por todos os que ensinam. ”<sup>1384</sup>

A discussão que aqui ecoa não é, longe disso , especificamente portuguesa. Vimos antes que a emergência dos “ comic books” em outros pontos do globo nos anos 30 e 40 suscitou vivas reacções sobretudo de educadores, psicólogos, alguns académicos e membros do poder político ou de Igrejas . Da mesma forma que décadas antes, mais exactamente no sec.XIX , as “ penny dreadful” ou as “dime novels” alimentaram campanhas das “ sociedades contra o vício” e já no sec. XX o cinema também suscitou idênticos problemas de auto-regulação. Importa avaliar de que modo a expressão portuguesa a este fenómeno nos anos 50 pode ser identificada e valorada. Em primeiro lugar deve chamar-se a atenção de que ela não é uma expressão tardia, como se um tradicional “ atraso” português se manifestasse aqui. É uma reacção contemporânea a idênticos surtos nos E.U.A. , em França ou na Grã Bretanha . E partilha de muitos pontos de vista abundantemente referenciados nesses países, o que nos leva a colocar a hipótese , sem provas definitivas é certo, de que os nossos censores terão lido alguma da literatura produzida nesses países sobre o tema.

Serão três as dimensões que do nosso ponto de vista subjazem à ideia de que as “ histórias em quadrinhos” são intrinsecamente más e prejudicam a formação das crianças. A primeira e mais importante reconduz-se a uma reacção tipicamente elitista à cultura popular . A ideia de que as histórias em quadrinhos eram produtos inferiores, realizados

---

<sup>1383</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Censura. Revistas infantis. Números proibidos Processo nº 112 , revista brasileira” Quem Foi ?, nº 51 de Junho de 1954, J. Parecer de J. Gomes Branco, aprovado em reunião da CLEM de 28/9/1954 , O Presidente Serras e Silva. Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”,29/9/1954

<sup>1384</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura*. Cx 698 “ Selecções Juvenis” . Informação assinada por Serras e Silva que apresenta um despacho manuscrito no topo “ Indeferido em conformidade com o parecer emitido pela CELM 3/1/55 ( assinatura ilegível).

rapidamente, em condições de fraca qualidade , baratos e distribuídos massivamente, com um único propósito do lucro. Remetidas assim para o nebuloso domínio da cultura popular jamais poderiam tornar-se adequadas para a formação dos jovens . Em segundo lugar os nossos censores confrontam as “ histórias em quadrinhos” com uma percepção manifestamente equívoca , considerando-as um tipo diferente de literatura para crianças com desenhos a mais e texto a menos. Ao pensarem assim desvalorizaram o novo meio confrontando-o sempre com a antiga e boa literatura que só poderia nascer do texto escrito. Ignoraram que a BD não era apenas um meio diferente da categoria mais ampla da literatura infanto-juvenil mas uma nova forma de expressão-mais tarde catalogada como uma forma de Arte- que conjuga desenho e texto de uma forma única e nesse sentido muito mais próxima do cinema do que da simples literatura ou do desenho. Nesse sentido, os nossos censores , representativos da geração nascida no fim do século XIX e princípio do século XX ao ignorarem a nova e específica linguagem os adultos mostravam-se renitentes em entendê-la. O conflito a propósito da banda desenhada não deixa de ser, neste contexto, um conflito geracional<sup>1385</sup>. Tal como ocorreu nos EUA , com a campanha “anti-comics”, também entre nós, a avaliar pelos pareceres emitidos pela CLEM, os nossos censores pareciam não entender porque é que os jovens em vez de persistirem em ler revistas de “quadrinhos”, cuja valia literária ou artística era para eles nula , não ocupavam o tempo em actividades produtivas para o seu desenvolvimento mental e físico. Este entendimento é perfilhado pela CSC francesa quando logo no seu primeiro relatório em 1950 discute os perigos da eliminação progressiva do texto nos periódicos infanto-juvenis : “ A imprensa infantil de hoje parece tender à eliminação progressiva do texto em favor da imagem. Esta desenvolve-se numa série contínua que abraça a totalidade da acção, enquanto que o texto se encontra contido nos limites estreitos de uma legenda (...) em estilo directo inscrito diante da boca do personagem que os profere. Ainda, em certos casos não se trata mesmo de algum discurso ou de palavras articuladas; podemos ver páginas inteiras de certas publicações destinadas à representação detalhada de violências sublinhadas unicamente por interjeições ou onomatopeias: estas tanto sugerem os esforços dos combatentes , como o trajecto dos projecteis como o barulho dos golpes no corpo. A leitura de um jornal para crianças à maneira antiga era um trabalho de espírito ; o sentido crítico do leitor era solicitado assim como a imaginação. A leitura de um jornal para crianças moderno não comporta qualquer actividade intelectual; a imagem faz tudo ,

---

<sup>1385</sup> Vide neste sentido Amy Kyste Niberg, *Seal of Approval*[...]p. 5

esta “ leitura” consiste no abandono progressivo às impressões sensoriais que exercem uma sugestão violenta e eliminam todo o controlo crítico. Quanto à imaginação o campo está-lhe fechado pela representação concreta da totalidade das cenas relatadas”<sup>1386</sup>

Não poderíamos ter libelo mais certo contra as “ histórias em quadrinhos”. Não são já os temas e o seu tratamento que estão em causa mas sim o próprio meio que é questionado. E não deixa de ser interessante notar que este ponto de vista se manterá durante toda década de 50 , pese embora a cada vez maior divulgação da BD e a sua progressiva consolidação e sofisticação técnica. No seu relatório de 1958 a CSC ainda critica as publicações que apelida de “ monolíticas” ou seja que só contém bandas desenhadas , com isso chamando a atenção de que a sua jurisprudência quanto à valorização do texto por confronto com a imagem se mantém válida <sup>1387</sup>

Esse verdadeiro pânico do “ desenho”, instrumento de imediata e não intermediada ameaça à frágil psicologia dos menores, ficou também registado no “ momento britânico” mais exactamente no debate parlamentar que deu lugar ao Children and Young Persons Harmful Publications Act de 1955. Na defesa do projecto Lloyd George , Home Secretary defendeu em debate parlamentar que o diploma tinha como objecto “ histórias contadas em imagens” tendo resistido a alargar o tipo legal ao material escrito: as versões ilustradas era muito mais concentradas na tradução do horror <sup>1388</sup>.

Em Espanha pese embora o debate teórico tenha surgido mais tarde, nos anos 60, como vimos, são idênticas as críticas que assentam na profunda desconfiança quanto ao modelo narrativo das “ historietas”. Já porque a leitura continuada dos “ guiões gráficos” fomentava o analfabetismo afastando as “ boas leituras”, já porque estando mal impressos- o que ocasionava defeitos visuais- o “excesso de desenhos que os caracterizava apenas era admissível para crianças mais pequenas que não soubessem ler. Uma vez que soubessem ler os desenhos transformava-se numa muleta inaceitável”<sup>1389</sup>.

---

<sup>1386</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à l'enfance et à l'adolescence au cours de l'année 1950*, Paris, Melun, Imprimerie Administrative, 1952, p. 29

<sup>1387</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées à l'enfance et à l'adolescence*, 1958, Paris, Melun , Imprimerie Administrative, 1958, p. 9

<sup>1388</sup> Vide Martin Baker, *A Haunt of Fears*[...]p. 39

<sup>1389</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, *La legislación sobre la historieta en España* [...]p. 159. Associada a esta crítica vinha a rejeição do próprio texto que acompanhava o desenho : erros sintáticos e gramaticais, excesso de onomatopeias, mau hábito de utilizar “ estrangeirismos”. Até o facto das vinhetas se apresentarem com tamanhos diferentes contribuía para desorientar as crianças. Vide idem , *ibidem* .

Escusado será dizer que toda esta bateria crítica ignorava ou esquecia deliberadamente, porque não a sujeitava a debate , as características próprias da BD com um código próprio em que se combina texto e desenho.

Aliás convirá recuperar aqui uma nótula histórica que remonta ao sec. XIX que talvez permita conceptualizar e ilustrar melhor este pavor do desenho. Dissemos já que , confrontados com um novo meio de comunicação onde o texto perdia para as imagens, já que estas se apresentavam como um instrumento de dominação da psique, sobretudo nas crianças, os teóricos do momento censório aos “comics” chegavam a pôr em causa que aqueles pudessem na verdade ser objecto de protecção em sede de liberdade de imprensa, à semelhança dos textos escritos. Ora esse debate ocorreu , embora em contexto ligeiramente diverso, no sec. XIX francês com a caricatura e as ilustrações . Aí começou por se sustentar que o artigo 8<sup>a</sup> da Carta Constitucional de 1814 que reconhecia a liberdade de imprensa não se aplicava às caricaturas e ilustrações dado que estas “não são um meio para manifestar opinião”. Este ponto de vista acabou mesmo por prevalecer na Lei de Imprensa de 1835 que consagrou um capítulo ao uso de desenhos, gravações, litografias e emblemas sujeitando-os a censura prévia com base no entendimento de que as ilustrações escapavam ao âmbito de protecção constitucional da liberdade de imprensa. Ou seja as ilustrações eram “ opinião convertidas em actos” não beneficiando da referida protecção. Mas como do mesmo modo a sua potencialidade infractora era muito maior e mais imediata na opinião pública “ ao gravar-se na mente com maior facilidade que os textos” seria ilusório qualquer controlo repressivo, razão pela qual se justificaria o controlo preventivo.<sup>1390</sup>

Ora não se exigirá grande esforço interpretativo para concluir que a censura aos “comics” , considerando a sua especificidade como fórmula criativa e de expressão que privilegia a imagem e os recursos gráficos , busca os seus antecedentes mais ou menos longínquos nas reacções à caricatura e à ilustração .

#### **7.16. “Não poderão ministrar-se às crianças conhecimentos científicos (...) errados ou inconvenientes”**

---

<sup>1390</sup> Vide Ignacio Fernández Sarasola, “ Las lecturas perigosas. Bandes dessinées , libertad de prensa y derechos de los menores em Francia( 1930-1960)”. *Derechos y Libertades*. Nº 26, II Época, Enero 2012, pp.232-236

A questão aqui aflorada , embora possa subsumir-se à retórica do combate às “ histórias de super homens” tem um outro alcance e reporta-se às aventuras de ficção científica , de antecipação científica ou como mais prosaicamente a CLEM lhes chamava “ aventuras inter-planetárias” . Tratou-se de um tema debatido no contexto da realidade francesa dos anos 50 e merece aqui ser tratado com autonomia.

Os relatos de antecipação científica que abrem a porta a mundos imaginários cedo entraram na preocupação dos comissários franceses. Menos por causa da violência e dos ambientes assustadores que eles reproduziam mas sobretudo pelo receio em projectar a imaginação infantil para um universo absolutamente fictício : “ a literatura infantil implica derrogações da ordem do real e do possível. Mas essas derrogações não devem conduzir ao que não deixaria de ser , no sentido próprio do termo, uma divagação; fora dos relatos deliberadamente fabulosos eles devem ficar nos limites de uma transposição medida, observando um certo paralelismo com a realidade e acabando por a reintegrar ( ...) a antecipação só faz sentido justamente onde permaneça digna de considerar-se científica. Assim como Julio Verne não antecipava sobre o desenvolvimento da ciência que em prolongando as aquisições actuais , a imaginação dos autores de ficção infantil se exoneram muito frequentemente do respeito pelos dados científicos e improvisam deliberadamente os meios adoptados à necessidades de relatos fantasmagóricos sem se preocupar de ligar esses meios a uma rubrica científica qualquer. Ora as aquisições da ciência acumulam-se actualmente com abundância e uma rapidez extrema. Resulta que o jovem leitor é exposto a dar crédito às piores extravagâncias à míngua de possuir um mínimo de formação científica que lhe permita distinguir entre certezas e hipóteses, entre as conquistas recentes e as conjecturas fantasistas. Nestas condições o leitor inclinar-se-á a desinteressar-se do ensino científico sério que lhe parecerá ultrapassado e vetusto”

<sup>1391</sup> Também aqui a CSC manteve uma assinalável coerência ao longo dos anos acompanhando os relatos de ficção científica já nos anos 60 com idênticas observações : “ Acrescem os climas alucinantes e sobretudo os absurdos científicos capazes de falsear os conhecimentos dos leitores no domínio da ciência. Pode resultar para os jovens alunos uma verdadeira perversão do sentido científico que se arrisca a projectar nos seus estudos”<sup>1392</sup>

---

<sup>1391</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence au cours de l'année 1950*, Paris, Melun, Imprimerie Administrative, 1952, p. 27

<sup>1392</sup> Vide *Compte Rendu des travaux de la Commission de Surveillance et de controle des publications destinées a l'enfance et a l'adolescence* . 1963, p. 5 ANF/CAC. Archives Nationales de France/

Parece ser este também o sentido das orientações e da prática seguidas em Portugal pela CLEM. A questão não teve tratamento ex professo nas Instruções de 1950, mas a circular de 1955 introduz justamente um ponto em que refere : “ 3º Não poderão ministrar-se às crianças conhecimentos científicos ou históricos errados ou inconvenientes” <sup>1393</sup>

Um exemplo da aplicação desta orientação pode ver-se no fundamento para a proibição de circulação da revista mexicana “ Domingos Alegres” de Julho de 1955 assenta na seguinte consideração : “<sup>1394</sup>Fantasia interplanetária , talvez prejudiciais à imaginação da criança”

### 7.17. Auto-censura

Como vimos , muitas das manifestações externas da desconformidade entre as histórias originais e o que foi publicado em Portugal no período considerado , não estão identificadas como decorrendo de decisões das estruturas da censura. Estão neste caso a generalidade dos casos recenseados por Carlos Gonçalves e a que nos referimos já <sup>1395</sup>. E também os que se exibem no álbum iconográfico de Joaquim Vieira , em parte idênticos aos assinalados por Carlos Gonçalves <sup>1396</sup>. Todas têm origem no “ Mundo de Aventuras” e é possível identificar a alteração confrontando as histórias publicadas nos anos 50 com as mesmas histórias publicadas nos anos 70 , por exemplo, no “Jornal do Cuto”.

Ora a questão que se coloca é saber do relevo da auto-censura em todo este procedimento. As provas que acumulamos parecem convergir na ideia de que a auto-censura teve um relevo bem mais significativo do que à partida se suporia.

---

Centre des Archives Contemporaines. *Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Direction du développement des médias. 19920181/1*

<sup>1393</sup> Vide *Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores*, Circular nº 284, 18 de Outubro de 1955. Ponto 3º

<sup>1394</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS, *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete dos Meios de Comunicação Social* , Revistas infantis. Números proibidos. Processo nº 144 . “ Domingos Alegres” revista infantil mexicana. Parecer sobre o nº 69 de 24/7/1955 . Ass. Ilegível . Aprovado em reunião da CLEM de 5/7/1955 . Pelo Presidente J.Soares Branco . Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, sem data.

<sup>1395</sup> Vide Carlos Gonçalves, “ BD Portuguesa , A Censura- Para a história da Banda Desenhada Portuguesa” in *História* Ano IX nº 102 Novembro de 1987, pp. 4-19 e “ A Banda Desenhada também teve Censura” in *Correio da Manhã* , 21/11/1981, p. 33 e ss e ainda “ A censura e a Banda Desenhada em Portugal ” in *Boletim do Clube Português de Banda Desenhada* nº 21 de Novembro de 1979, pp. 12-15.

<sup>1396</sup> Vide Joaquim Vieira, *Portugal Século XX, Crónica em Imagens 1950-1960*, [...]pp. 145-147.

Um dos casos que os estudiosos na matéria identificam como verdadeira e impiedosa auto-mutilação do original é o da aventura de Flash Gordon intitulada em português “ A caminho de Júpiter” e no original “ The City of Ice”. A aventura percorreu diariamente as páginas da imprensa norte-americana entre 18/2/1952 e 14/6/1952, no total de 102 “strips” ou episódios e correspondeu a um dos primeiros trabalhos de recuperação do personagem pela pena de Dan Barry<sup>1397</sup> e com argumento de Harvey Kurtzman nos anos 50 . O projecto visou relançar, em registo realista e adulto, o piloto interplanetário, sempre acompanhado do jovem Ray e da namorada Dale Arden.

Em Portugal a aventura estreou-se no “Mundo de Aventuras” no seu nº 160 de 7/9/1952 e terminou no nº 188 de 19/3/1953. Tratou-se de uma importação via King Features Syndicate que assegurava nos EUA a venda para o estrangeiro da série. O confronto com o original<sup>1398</sup> revela um impressionante número de alterações , desde logo a supressão de várias vinhetas que comprometem a lisibilidade e a coerência da sequência narrativa, a que acrescem profundas intervenções no desenho . Não deixa de ser interessante constatar que tendo a aventura sido publicada na vigência de funções das duas comissões especializadas, primeiro a CELIJ até fins de 1952 e depois a CLEM que é nomeada em princípios de 1953 , quase todas as alterações se verificam depois da entrada em funcionamento desta última , designadamente a partir do nº 180 de 22/1/1953. As alterações visaram fundamentalmente:

- a) “ vestir” a personagem feminina principal (Documentos AV e AV.1)
- b) eliminar cenas românticas ou sensuais entre Flash Gordon e Dale Arden (A Documentos AW e AW.1)
- c) atenuar o aspecto diabólico do povo de Tártarus e do seu rei Lúcifer (Documentos AY e AY.1)
- d) alterar a sequência narrativa suprimindo vinhetas com ilustrações mais violentas com isso apressando o final da história (Documentos AZ e AZ.1 )

Mas se dúvidas existissem quanto à dimensão e persistência das práticas de auto-censura , elas rapidamente de dissipariam perante a leitura de carta do Director do “ Mundo de Aventuras”, José de Oliveira Cosme, dirigida à CLEM a 22 de Maio de 1956, a que já

---

<sup>1397</sup> Dan Barry ( 1923-1997) , desenhador e cenarista norte americano, com extensa colaboração na DC Comics e na King Features Syndicates activo desde os anos 40 até aos anos 90 , colaborou como colorista na série “ Tarzan” desenhada nos anos 40 por Burne Hogarth, mas a sua obra mais conhecida e valorizada terão sido os daily strips e mais tarde as pranchas dominicais de Flash Gordon. Vide Patrick Gaumier, *Dictionnaire Mondial de la BD*[...] p. 57

<sup>1398</sup> Vide Dan Barry , *Flash Gordon , Dailies, volume I- The City of Ice*, London, Titan Comics, 2016, pp. 47-80

fizemos referência e no qual afirma taxativamente : “Como V.Exas poderão verificar pelos episódios juntos não só os desenhos como as legendas sofrem profundas alterações impostas por mim, chegando muitas vezes a verificar-se cortes completos de molde a que sejam salvaguardados os possíveis inconvenientes de ordem moral e educativa.”<sup>1399</sup>

Não deve passar em claro que no processo de auto-censura, seja em Portugal seja nos outros países de analisámos, a gigantesca sombra da desconsideração do direito de autor não era o menor dos males. Ainda que o estatuto do criador de banda desenhada, desenhador ou argumentista, estivesse nos anos 50 e 60 muito afastado do que é hoje, prevaleceu quase sempre uma atitude de desrespeito da sua obra. Em boa verdade o que verdadeiramente interessava numa “ história em quadrinhos” na perspectiva do editor e de muitos directores era mais o seu valor comunicativo. O valor artístico que lhes outorgava era praticamente nulo o que levava a que nulo também fosse o respeito dos seus criadores

1400

### **7.17 . O Estado Novo fiscaliza o Estado Novo : a censura às publicações periódicas infanto-juvenis da MP e da MPF**

A pergunta que encabeça este ponto é a seguinte : será que o Estado fiscalizava o próprio Estado ? E em caso afirmativo como e em que condições .

Vimos antes que as publicações periódicas infanto-juvenis da MP e da MPF, nasceram e viveram no contexto de uma missão muito específica, divulgar e sustentar junto das crianças e jovens determinados padrões ideológicos e culturais do Estado Novo. Mas ao traduzirem-se em publicações do próprio Estado, será que escaparam à intervenção

---

<sup>1399</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 742 Carta da Agência Portuguesa de Revistas assinada por José de Oliveira e Cosme, dirigida à Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores datada de 22 de Maio de 1956.

<sup>1400</sup> Vide César Sanchez Ortiz, *La censura em tebeos e historietas*[...]p. 170 que acrescenta : “ Se se tratava de comics estadunidenses cuja versão original estava em regra proibida por apresentar personagens com poderes mais próprios dos deuses que de heróis os “ retoques faziam-se sem escrúpulos reeditando produtos americanos de antes da Guerra Civil retocados uma e outra vez para corresponder às exigências da censura”( citando Viviane Alary, “ La historieta em Espana: del presente al pasado” in Antonio Ballesteros Y Claude Duée , eds. *Cuatro Lecciones sobre el comic*. Cuenca, Universidade Castilla La Mancha, 2000, p 48)



prévia ou à “ posteriori “das estruturas da Censura, e em particular das Comissões que nos anos 50 foram criadas para analisar este tipo de publicações , a CELIJ e a CLEM ?

A censura à literatura e aos espectáculos infanto-juvenis apresenta características assaz distintas da censura à imprensa , em geral , e também da censura aos espectáculos, à rádio ou à televisão não direccionados para o público infantil e juvenil.

A censura no Estado Novo deve ser analisada na perspectiva da sua política de informação . Na verdade, era em nome da defesa da “ opinião pública” que ela se justificava, à luz aliás do que dispunha o art. 20 ° da Constituição de 1933 que considerava a opinião pública como elemento fundamental da política e administração do país atribuindo ao Estado a incumbência de “defendê-la de todos os factores que a desorientam contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum “ . E se numa primeira leitura tal desiderato se bastaria com uma postura “ passivizante e redutora de conflitos sociais”<sup>1401</sup>o facto de , logo em 1940, os serviços de censura passarem a estar integrados no Secretariado Nacional de Informação , depois em 1944 Secretariado de Informação e Cultura Popular, sob a dependência do Ministro do Interior e na prática sob a tutela da Presidência do Conselho, colocaram em directa ligação os “ serviços de repressão dos de inculcação ideológica do regime”<sup>1402</sup>

Como escreve Manuel Braga da Cruz, com o qual concordamos : “ os dois grandes propósitos da política informativa do regime foram, por um lado calar os discordantes e silenciar a oposição pela censura e por outro lado moldar e enquadrar à medida do Estado Novo pela propaganda ( depois pelo Turismo) uma opinião pública nacional ( e mais tarde internacional) apoiante e conformista”<sup>1403</sup>

Estas duas vertentes da política de informação e em concreto a utilização dos mecanismos censórios do Estado Novo, coexistiram ao longo dos anos. Mas parece que no balanço global terá prevalecido uma atitude mais defensiva e menos directiva<sup>1404</sup>. Ou seja, a censura funcionou menos para modelar a opinião pública e promover as mensagens ideológicas do regime e mais, com intuito repressivo, para calar as vozes contrárias ao regime ( mesmo advindas de personalidades ou grupos do próprio regime) e em geral

---

<sup>1401</sup> Vide Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, [...] p. 79

<sup>1402</sup> Vide Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo* [...]p. 80

<sup>1403</sup> Vide Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo* [...]p. 80

<sup>1404</sup> António de Oliveira Salazar confessaria que a censura “ era uma instituição defeituosa, injusta, por vezes sujeita ao livre arbítrio dos censores, às variantes do seu temperamento, às consequências do mau humor” mas entende que é um correctivo necessário para evitar as críticas à governação , que não podem tolerar-se por se traduzirem num inexistente “ direito à calúnia”, vide António Ferro, *Salazar, O Homem e a sua Obra*, Lisboa, ENP, 1933, pp. 46-49

manter a paz social e a contenção nas populações <sup>1405</sup> . Com a chegada ao Poder de Marcelo Caetano o regime da política de informação sofre uma ligeira inflexão na tentativa de uma maior proximidade ao público dedicando o novo chefe do Governo uma particular atenção à opinião pública ( de que as “ Conversas em Família” ficarão como o registo mais visível) . Contudo “tratou-se efectivamente de uma alteração táctica , para enfrentar os efeitos da crescente oposição interna e isolamento internacional do regime)”. Mas a política de censura, pese embora alterações semânticas ( “exame prévio” em vez de censura, na letra da nova Lei de Imprensa caetanista) manteve-se no essencial idêntica.

Ora se a censura geral à imprensa se apresenta com o tom “repressivo” que assinalamos, alimentada por considerações mais imediatamente políticas ( poder/ oposição) ou societárias ( paz/ alarme social) , já a censura à literatura infanto-juvenil não pode deixar de ter em conta as políticas de educação e de juventude do Estado Novo<sup>1406</sup> por força dos destinatários das publicações que estão na mira dos censores.

Ora a Censura, enquanto estrutura jurídico-política ou enquanto instituição, é ela própria um elemento que deve ser considerado na análise tipológica do regime político salazarista <sup>1407</sup> .

E é absolutamente incontroverso que muitas publicações afectas ao regime, jornais e revistas, foram objecto dos ditames censórios e estavam sujeitas ao procedimento usual <sup>1408</sup> . Um dos casos mais significativos é o do “ Diário da Manhã” intitulado “ Órgão da

---

<sup>1405</sup> Falta um estudo exaustivo e completo do funcionamento da Censura no Estado Novo , mas as investigações parcelares e temáticas que mergulham nos arquivos fazendo o levantamento das práticas censórias , parecem confirmar essa ideia . Vide a título exemplificativo Isabel Forte, *A censura de Salazar no Jornal de Notícias: da actuação da Comissão de Censura do Porto no Jornal de Notícias durante o governo de António de Oliveira Salazar*, Coimbra, Edições Minerva Coimbra, 2000

<sup>1406</sup> E nesse sentido não será despidendo salientar que o projecto educativo salazarista, de que as Mocidades Portuguesas em articulação com as Escolas, serão instrumentos, passava pela “ desarticulação da ideologia educacional republicana e a consolidação da trilogia ideológica Deus, Pátria, Família” , ou seja da metáfora da “criança como planta em crescimento” em favor da noção da criança como objecto a ser moldado a uma ordem pré estabelecida” vide Stephen R. Stoer e Helena Costa G. Araújo ; “ A contribuição da Educação para a formação do Estado Novo : continuidade e rupturas” in AAVV. *O Estado Novo, Das origens à Autarcia, 1926-1959*, vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 127 e 141

<sup>1407</sup> “ A censura conservou até final forte carácter casuístico e discricionário, prescindindo de forma ostensiva do quadro regulamentar ou menosprezando-o na prática. Conjuntamente com a polícia política a censura constituiu um dos maiores focos do poder propriamente ditatorial (...) do regime ditatorial” José Barreto “ Censura”, António Barreto e Maria Filomena Mónica( coord). *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, vol. 7, cit. p. 275

<sup>1408</sup> Jaime Nogueira Pinto enquanto Director da revista “Política” já no consulado de Marcello Caetano testemunha essa realidade, tendo sido essa publicação , e já antes outras de conteúdo “ nacional-revolucionário”, objecto de múltiplas actuações censórias. Vide Jaime Nogueira Pinto, *O fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril. Os Anos do Fim* , 2ª edição , Lisboa, Difel , 1995 , pp. 279 , 283 e 284. Os arquivos da Censura ilustram vários casos de censura em órgãos afectos ao regime , alguns

União Nacional” que praticamente desde a sua fundação em 1931 até se ter transformado em “Época” em 1971 registou um número significativo de condenações , sob forma de penas pecuniárias, por ter incumprido determinações da Censura <sup>1409</sup>.

Jaime Nogueira Pinto, que lidou enquanto jornalista com a acção da Censura, salienta que " os censores não primavam nem pela inteligência , nem pela cultura, nem pela subtilidade ou discernimento"<sup>1410</sup>. A sua base de recrutamento, militares fiéis ao regime desde sempre , vindos de postos subalternos do Exército, tenentes, capitães maiores. Já nos espectáculos a apreciação era mais qualificada e reinava aí uma lógica de compensações : apertava-se na política e alargava-se nos costumes<sup>1411</sup>

Aliás , como sustenta o mesmo Autor a cultura da Europa e dos EUA eram dominantes em Portugal nos últimos anos de Salazar ( anos 60 ) <sup>1412</sup>. Isto de alguma forma permite contextualizar as opções da 2ª Série de O Camarada quando se dá guarida à BD franco-belga, como vimos.

Ora as publicações infanto-juvenis da MP e da MPF estavam submetidas à fiscalização prévia censória . Era isso que claramente decorria da letra da lei , quer no regime anterior à criação da especialização censória para a Literatura para menores, quer, por maioria de razão, depois dela , com a criação da CELIJ e da CLEM ( art. 19º do Decreto Lei nº 38 964 de 27/10), como vimos . Contudo sabendo da natureza potencialmente semântica do direito no regime salazarista , importa ver se na realidade tal aconteceu e como .

---

deles com o estatuto de oficiosos como “A Voz” ou o “Diário da Manhã” . Vide José Barreto " Censura" *Dicionário da História de Portugal , Suplemento*, vol VII[...] p. 277

<sup>1409</sup> O processo censório relativo ao “ Diário da Manhã” identifica inúmeras situações . Por exemplo : “ Punido com multa de 400\$00 por ter publicado no seu nº 7064 de 20/1/1951 no relato da chegada do Primeiro Ministro da Rodésia matéria considerada inoportuna, apesar de avisado por oficiais destes serviços”; “ Punido com multa de 300\$00 por ter publicado no jornal do dia 21 do corrente mês(Julho 1952) o telegrama da agência ANI nº 49 , embora suspensos por estes serviços em 19 e lembrada a sua suspensão em 20, ao redactor de serviços do mesmo jornal”; “ Punido com multa de 500\$00 por no seu número de 19/10/1955 e no discurso do Ex. mo Reitor da Universidade Clássica na cerimónia da abertura solene do novo ano lectivo, não ter feito o corte na matéria que em cumprimento de instruções do Governo da Nação deveria ter sido eliminada”” Publicou no seu número 8755 de 26 do corrente( Outubro 1955) 7ª página a notícia “ Futebol –Foi suspensa a interdição do ampo do Sporting de Braga” sem que a tivesse submetido a censura prévia, não obstante a indicação destes serviços de que a matéria não podia ser publicada” . O mesmo arquivo regista várias situações em que a Direcção dos Serviços de Censura confronta os Directores do jornal ao longo dos anos ( Barradas de Oliveira,Manuel Múrias, José Manuel Costa, etc.) de incumprimento das orientações por ela emanadas e sobretudo de que “ as provas não estão dispensadas de censura prévia” até para não colocar em “desigualdade” os “ outros diários” Vide PT/SGPCM/GMCS.*Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros/ Arquivo do Gabinete dos Meios de Comunicação Social* . Direcção dos Serviços de Censura. Processo nº 167 . “ Diário da Manhã”

<sup>1410</sup> Vide Jaime Nogueira Pinto, *António de Oliveira Salazar , O Outro retrato*, Lisboa, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, p. 209

<sup>1411</sup> Videm idem, ibidem

<sup>1412</sup> Vide idem, *ibidem*, p. 210

E aparentemente , ao menos do ponto de vista formal as referidas publicações estiveram sobre o olhar vigilante da Direcção dos Serviços de Censura e mais tarde da CLEM.

É certo que ao longo da vida das referidas publicações não foram poucos os equívocos. Ou seja as responsáveis das publicações e referimo-nos aqui especificamente às da MPF, balancearam entre uma atitude de aparente surpresa quando a Censura decidiu chamar a atenção para determinados aspectos da forma e conteúdo das publicações e o imediato acatamento de tais determinações.

Logo em 1940 por ocasião do lançamento do Boletim da MPF a Directora Maria Joana Mendes Leal em carta ao Director dos Serviços de Censura <sup>1413</sup> refere que antes e começar " fui informar-me à Direcção dos Serviços de Censura das obrigações que contraímos e disseram-nos que estávamos dispensadas de " censura " e que só era necessário enviar 2 números do 1º exemplar ". A Censura elimina qualquer dúvida dizendo que é obrigatório remeter 2 exemplares de qualquer número a publicar e dos já publicados.

E quando 3 anos depois a MPF se propõe lançar o jornal infantil " Lusitas" já terá o cuidado de formalizar a permissão de publicação aos serviços de Censura em ofício assinado pela própria comissária nacional Maria Guardiola<sup>1414</sup>. O mesmo acontecerá quando em 1952 a MPF pretende lançar o jornal universitário "Ad Lucem" o qual carecerá também da autorização prévia. Contudo este ficará " dispensado da censura prévia" devendo no entanto enviar um exemplar de cada número publicado<sup>1415</sup>.

Por estes anos já estavam em funcionamento a CLEM que não deixa de fazer valer os seus pontos de vista quanto a aspectos gráficos das publicações. Por exemplo em 1954 chama a atenção do seguinte: " seria conveniente que não fosse usado na composição corpo pequeno como, por exemplo o usado no artigo " A Júlia e os seus dois vizinhos"<sup>1416</sup>.

---

<sup>1413</sup> Vide PT/ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* , Cx. 689 Carta da Directora do Boletim da MPF ao Director dos Serviços de Censura de 4/1/1940

<sup>1414</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 689 Carta da Comissária Nacional Maria Guardiola ao Director dos Serviços de Censura, com o despacho de " autorizado" deste , de 3/3/1943

<sup>1415</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 689 . Carta da Direcção dos Serviços de Censura à Diectora do Centro Universitário Feminino de Lisboa de 30/7/1952

<sup>1416</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 689. Carta da Direcção dos Serviços de censura à Directora da "Lusitas" de 2/2/1954

Nesse mesmo ano a “Lusitas” é chamada atenção para não publicar gravuras com o processo chamado de " três dimensões" e que quando a revista desejar alterar as normas que segue na revista deverá ouvir a CLEM.<sup>1417</sup>

O mesmo acontece com a revista “Menina e Moça” que é notificada para dar cumprimento aos preceitos relativos à chamada " higiene visual" que impunha um determinado alinhamento gráfico quanto ao tamanho/ corpo das letras, tal como dispunham os 4º e 5º das Instruções para a Literatura Infantil<sup>1418</sup> ou quanto á proibição do processo " três dimensões"<sup>1419</sup>. Da mesma forma quando as Instruções de 21 de Maio de 1955 são aprovadas as quais determinam um conjunto de regras substantivas quanto aos conteúdos das publicações periódicas infanto-juvenis<sup>1420</sup>, a " Menina e Moça" é disso formalmente notificada<sup>1421</sup> pelo que não restam dúvidas de que a acção e as orientações da Censura infanto-juvenil incidiam sobre as publicações do Estado.

E quando em 1958, a MPF decide alterar a sua publicação infantil mudando o nome de “Lusitas” para “Fagulha” sem comunicar nada à Censura esta logo se apressa a chamar a atenção para a " manifesta contravenção com o disposto no art. 24º do Dec. Lei 41051 de 1/4/1957" desse comportamento . E não bastou que a Directora da publicação se desculpasse alegando que " a nossa publicação “Fagulha” não é mais do que a continuação da revista infantil “Lusitas” que mudou de nome"<sup>1422</sup> para que tudo ficasse sanado. Haveria ainda que dar cumprimento ao art. 4º da Lei de Imprensa ou seja na primeira página inserir o nome do director, editor , proprietário e a indicação da sede da administração do periódico e do local da impressão, o que a “Fagulha” naturalmente acabou por cumprir.

---

<sup>1417</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 689 Carta do Presidente da CLEPM à Directora da Lusitas de 5/3/1954

<sup>1418</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 738 , carta da Direcção dos Serviços de Censura à Directora da “Menina e Moça”, de 2/7/1954

<sup>1419</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 738 carta da Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores ao Director da "Menina e Moça", de 5/3/1954. Nesta carta chama-se ainda a atenção da Direcção da "Menina e Moça" de que " deve V.Exa ouvir esta Comissão quando desejar alterar as normas que habitualmente segue essa revista, quer quanto à redacção quer quanto à parte técnica"

<sup>1420</sup> Vide *Instruções para a Literatura Infantil*, Lisboa, 1950 e Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores, Circular nº 284 de 18 de Outubro de 1955, " Enviada a todos os jornais infantis e juvenis à excepção Titã e Flecha" Casa Comum.org. disponível em [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_152516](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_152516).

<sup>1421</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 738 .Carta da CLEPM para o Director da " Menina e Moça" de 11/1/1956

<sup>1422</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 689. Carta de Maria Alice Andrade Santos, Directora do jornal “Fagulha” ao Director dos Serviços de Censura de 26/2/1958

Poder-se-á deduzir que as fontes disponíveis não apontam para o exercício de juízo censório quanto ao conteúdo das revistas. Na verdade em um dos casos vimos até que a publicação ficaria " dispensada da censura prévia".

Em qualquer caso haverá que ser cauteloso nestas conclusões considerando a rarefacção das fontes nesta matéria .

Um caso porém ilustra bem a capacidade para a CLEM impor os seus pontos de vista, ou as suas idiossincrasias , mesmo perante projectos nascidos no centro ideológico do Estado Novo .

A dada altura a MPF decide publicar um periódico destinados às alunas das Escolas Técnicas e decide atribuir-lhe o nome de " Rampa". Sujeito ao escrutínio da CLEM, o relator do processo será Moreira das Neves. A decisão da CLEM com base no parecer de Moreira das Neves é favorável à publicação da revista, contudo não deixa de alertar : " A Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores nada tem opor sobre o aspecto moral à publicação da projectada revista " RAMPA". Considera porém o título muito perigoso. Di-lo a própria experiência . Aliás a Rampa tanto diz subida como diz descida. Nada vale portanto como símbolo. Rampa dá fatalmente para a troça"<sup>1423</sup>.

E a verdade é que alguns meses depois e antes da revista sair a sua Directora Aida Cardigos, comunica à Censura a alteração do nome da revista " que será "Mãos Dadas" e não "Rampa " como de princípio se projectara "<sup>1424</sup>

### **7.19. A literatura infanto-juvenil de natureza não periódica**

Embora não constitua objecto de estudo do presente trabalho convirá dar nota, ainda que de forma superficial e em benefício de futuro inventário, da actuação da CLEM em matéria de controlo das publicações não periódicas , ou seja de livros infantis e juvenis.

Nesse inventário caberá seguramente cruzar estes dados como os que resultam do levantamento feito pelos estudos de " cultura popular no salazarismo" orientados nesta

---

<sup>1423</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 94 carta da Direcção dos Serviços de Censura à Comissária Nacional da Mocidade Portuguesa de 5/4/1961

<sup>1424</sup> Vide PT/ANTT *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura* Cx. 94 . Carta de Aida Cardigos , directora da revista Mãos Dadas para a Direcção dos Serviços de Censura , 13/10/1961

parte para a identificação das " bibliotecas rurais" , das "bibliotecas corporativas" ou das " bibliotecas populares" propostas pelo SNI <sup>1425</sup>.

Esse registo permitirá completar, confirmando ou infirmando, os padrões de intervenção observados nos pontos anteriores. Desde logo os arquivos consultados<sup>1426</sup> revelam uma realidade parcialmente distinta daquela observada nas publicações periódicas. Por um lado a esmagadora maioria dos processos consultados conclui com a permissão da obra a publicar sem qualquer sugestão de supressão ou alteração. Apenas um grupo de livros relativamente reduzido é objecto de intervenção censórias que levam à proibição ou à formulação de alterações ou supressões. É a este último grupo que daremos atenção, referindo desde já e como proposta inicial que o essencial das decisões analisadas não altera o padrão de fundamentação que vimos e antes o reforça.

Uma das funções que a dado momento absorvem os censores da CLEM é a de verdadeiros revisores gramaticais e ortográficos. E embora possa estranhar-se que os escritores ou candidatos a isso dessem erros de português de facto assim acontecia. São frequentes os comentários “ é de recomendar um pouco mais de atenção à pontuação”<sup>1427</sup>. “ permiti-me riscar alguns termos, substituir 2 ou 3 expressões” <sup>1428</sup>, toilette e madame não são palavras portuguesas e é dispensável o seu emprego”<sup>1429</sup> “ a autora emprega várias vezes o termo “ lobazana” com o sentido de lobo grande. É palavra que não vem registada nos dicionários nem no vocabulário da Academia”<sup>1430</sup>, prosa deficiente”<sup>1431</sup>, português bastante

---

<sup>1425</sup> Vide Daniel Melo, *Salazarismo e Cultura Popular*, [...]/pp. 132-163 e 258-264 onde as publicações periódicas infanto-juvenis parece não terem entrada ( com provável excepção dos jornais da MP e da MPF) .

<sup>1426</sup> Foram dois os arquivos consultados e que reúnem cerca de um milhar de processos relativos a livros infantis apreciados pela CLEM. O processo mais antigo tem o nº 1 e data de Fevereiro de 1953 e o mais recente o nº 1319 e é de Julho de 1965. Vide ANTT, *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspecção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis procs. 1-500 e PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios da Comunicação Social*. Oficinas Editoras. Livros Infantis.

<sup>1427</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspecção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis. Proc. nº 6 “ Aventuras na Selva” de Maria José de Carvalho e Silva . Informação de Antonino Pestana, 16/4/1953. Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”. 17/4/1953 ;

<sup>1428</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspecção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis. Proc. nº 18 “ Tourada no México, Olé” Júlio Machado Sanches , informação de Antonino Pestana 11/6/1953 Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado com cortes”, 12/6/1953”;

<sup>1429</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspecção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis. Proc. nº 20 “Uma aventura na Selva” Júlio Machado Sanches, Informação de Padre Moreira das Neves, 16/7/1953. Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”, 17/7/1953.

<sup>1430</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspecção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis. Proc. nº 49 “ O cabritinho descuidado” Dora Santiago.

descuidado”<sup>1432</sup>” muito mal redigido”<sup>1433</sup>” faltam virgulas em quase todas as páginas”<sup>1434</sup>” deve substituir-se as palavras “ ós pois” da pag. 3 por “ depois” visto que o conto se destina a crianças não se podem usar estas formas sónicas de escrita e formas populares de alteração de formas correctas das palavras”<sup>1435</sup>.

O aportuguesamento é também tópico a respeitar: “Pinocchio” por Pinóquio por exemplo<sup>1436</sup>.

Em alguns casos a CLEM aplaude a obra, quase sempre do ponto de vista moral – “ conteúdo moral louvável, linguagem e conceitos simples fáceis de entender”<sup>1437</sup>, “ é interessante a história até sob o aspecto moral”<sup>1438</sup>” livrinho redigido em linguagem que eles ( crianças) compreendem( ...) tudo constituindo um exemplo das mais simpáticas virtudes humanas, que se traduzem na defesa dos fracos, mesmo contando com a

---

Editorial Infantil Majora. Informação do Padre Moreira das Neves 111/3/1954 Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”,11/3/1954

<sup>1431</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. *Livros Infantis*. Proc. nº 52 “ O Menino que nasceu num fole” Costa Barreto. Informação do Padre Moreira das Neves, 25/3/1954. Aprovada pela CLEM a 25/3/1954. O presidente Serras e Silva . Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”,26/3/1954

<sup>1432</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. *Livros Infantis*. Proc. nº 54 “ O castelo da Maldição” Fernando Pires de Lima. Editorial Infantil Majora. Informação do Padre Moreira das Neves, 8/4/1954 Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”,8/4/1954

<sup>1433</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. *Livros Infantis*. Proc. nº 117 “ Pão de pataco aviador” Henriqueta da Conceição, Informação de Alvaro Saraiva.20/7/1954 Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”,28/7/1954.

<sup>1434</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios da Comunicação Social* .Censura . *Livros Infantis*. Proc. nº 574 “ A rosita do Mercado” Gabriel Ferrão. Agência Portuguesa de Revistas, Informação do Padre Moreira das Neves, 17/4/1956 Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”,17/4/1956

<sup>1435</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios da Comunicação Social* Censura . *Livros Infantis*. Proc. nº 788 “ Cada mergulhão um carneirão” Costa Barreto Editorial Infantil Majora. Informação de Cortês Pinto 11/3/1958. Aprovado em reunião do mesmo dia com ass. Fernanda de Castro Presidente.

<sup>1436</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete dos Meios da Comunicação Social* Censura . *Livros Infantis*, Proc. nº 565 “ Pinóquio joga a bola” José Rosado. João Romano Torres. Informação de J. Gomes Branco de 20/3/1956. . Também relativamente a “ Pinóquio entre os Pinguins” de José Rosado, a Direcção dos Serviços de Censura informa que “ Segundo parecer da Ex.ma Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores é de autorizar a publicação desde que se altere a palavra “Pinocchio” para a forma portuguesa” 22/3/1956 vide PT/AHJRT/JRT/ *Arquivo Romano Torres,Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Pasta “ Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores”.

<sup>1437</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. *Livros Infantis*. Proc. nº 7 “ Dois Alegres Brincalhões” Editorial Infantil Majora. Informação de Álvaro Saraiva, 23/4/1953 Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”,24/4/1953

<sup>1438</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. *Livros Infantis*. Proc. nº 9 “ As sandálias de Ouro” de Olimpio de Abreu. Livraria Clássica Editora, Informação de Padre Moreira das Neves, 23/4/1953 Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”,27/4/1953



ingratidão destes e no socorro aos que se encontram em dificuldades”<sup>1439</sup> “ aproveitamento de um conto portanto uma peça de literatura popular para uma lição da melhor moral às crianças(...) a nossa literatura popular é um manancial muito rico ainda por explorar”<sup>1440</sup>, conto (...) além de interessar as crianças leva-as a tirar a conclusão moral de que não devem gabar-se das suas qualidades e considerar-se mais inteligentes do que as outras e ainda que mesmo inteligente precisam de instruir-se estudando muito se quiserem subir e elevar-se acima da sua condição social”<sup>1441</sup> “ conto moral , que faz realizar a maior das virtudes que é a caridade para com os inimigos, pagando o mal com o bem”<sup>1442</sup>.

Mas alguns clássicos da literatura infantil são proibidos, ainda que anos depois venham a ser autorizados. Por exemplo o clássico “ Viagens Maravilhosas de Sindbad o Marinheiro” a pretexto de se tratarem de “ uma história de viagens malucas; sem nexos e com terrorismo por vezes”<sup>1443</sup>. “ Ali Bá Bá e os 40 ladrões também dado que se trata de “ conto complicado : com assassinatos e sem uma lição moral sensível” <sup>1444</sup>.

Em outros casos as orientações quanto aos costumes prevalecem. Assim o livro “ Genoveva de Brabante” de Antonio Guardiola recebe parecer negativo “ dado que parte principal do entrecho anda à volta duma tentativa de adultério”<sup>1445</sup>. Ou por constituírem desvio ou ameaças à religião católica : no conto “ Os dois Corcundinhas” da Editorial

---

<sup>1439</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis. Proc. nº 21 “ História maravilhosa de um boneco de neve” Leyguarda Ferreira, Romano Torres, Informação de Antonino Pestana Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”, 29/7/1953

<sup>1440</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis. Proc. nº 43 “ O príncipe urso” de Fernando de Castro Pires de Lima. Editorial Infantil Majora. Informação de Antonino Pestana. 17/2/1954 Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”, 19/2/1954

<sup>1441</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Inspeção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis. Proc. nº 72 “ Sua Excelência o Chimpanzé” Noel de Arriaga, Livraria Clássica Editora. Informação de Antonino Pestana, 26/5/1954 .

<sup>1442</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis. Proc. nº 105 “ A lição do Jorge” Fernando Alves de Sousa. Informação de Antonino Pestana. 28/6/1954 Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”, 6/7/1954

<sup>1443</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis. Proc. nº 25. “ Viagens Maravilhosas de Sindbad o Marinheiro” Leyguarda Ferreira, Romano Torres. Informação de Antonino Pestana de 10 /7/1953. Aprovado em reunião da CLEM do mesmo dia . Despacho de proibição da Direcção dos Serviços de Censura 29/7/1953.

<sup>1444</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis. Proc. nº 94 “ Ali Bá Bá e os 40 ladrões” Henriqueta da Conceição. Informação de Antonino Pestana, 26/6/1954; Direcção dos Serviços de Censura, “ Proibido”, 7/7/1954

<sup>1445</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspeção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis. Proc. Nº 123 “ Genoveva de Brabante” Antonio Guardiola. Informação de Gomes Branco 2/8/1954 Direcção dos Serviços de Censura, “ Autorizado”, 18/7/1954

Majora adaptado por João Sereno aconselha-se a alteração da parte em que “ se tenha imaginado a intervenção de bruxas para a cura do primeiro corcunda tanto mais que aquelas se revelam inimigas do Nosso Senhor”<sup>1446</sup>.

Uma das particularidades da acção da CLEM passou também por analisar a estreia em Portugal das obras de Enid Blyton, quer inicialmente as “Aventuras dos Cinco”, em 1955 quer depois em 1963 as “Aventuras dos Sete” e de “Nodi”. A então desconhecida entre nós escritora britânica apresentava-se em versões traduzidas para português editadas pela Empresa Nacional de Publicidade. A CLEM não formula qualquer critica às “ Aventuras dos Cinco” e pelo contrário um dos seus membros Antonino Pestana escreve mesmo que : “ Enid Blyton autora do livro aqui referido ( “Five on the Hike Together) bem como dos outros oito livros sobre os quais se pede parecer é quem dá o nome e dirige a simpática revista Enid’s Blyton Magazine que sempre tenho classificado de boa e recomendável leitura; julgo por isso que todos os volumes agora presentes serão de aprovar”<sup>1447</sup>

## 8.20. Conclusão

A análise da estratégia censória , tal como a estudámos nas linhas antecedentes, assentou sobretudo nas publicações estrangeiras importadas . Não foi uma opção metodológica. Decorreu das fontes disponíveis. Na verdade o veto censório foi muito mais intenso nesse universo por comparação com os periódicos portugueses. Mas essa constatação histórica permitiu outro fôlego de conceptualização das estratégias e práticas da CELIJ e da CLEM . No fundo foi como se os censores portugueses se colocassem no centro do mundo e como o guarda que vigia os presos na torre central do seu "panopticon" , observassem o que o jornalismo infanto-juvenil planetário publicava. E nesse exercício teriam que utilizar não apenas um monóculo doméstico mas principalmente lentes universais. Eis porque em muitas dimensões da sua actvidade o censor português é simbolicamente um censor universal.

---

<sup>1446</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspecção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis. Proc. nº 156 “ Os dois corcundinhas” adaptação de João Sereno. Editorial Infantil Majora. Informação de Alvaro Saraiva de 6/9/1954, aprovado em reunião da CLEM 7/10/1954.

<sup>1447</sup> Vide PT/ANTT/ *Secretariado Nacional de Informação/ Arquivo da Inspecção Geral das Actividades Culturais*, ND 789. Livros Infantis. Proc. nº 383 “ Five on the Hike Together” Enid Blyton, Informação de Antonino Pestana de 12/7/1955 aprovada em reunião da CLEM do mesmo dia . Pelo Presidente Antonino Pestana

Entre as publicações estrangeiras policiadas encontramos revistas e jornais infanto-juvenis do Brasil , EUA, Reino Unido, França, Bélgica , México e Espanha, de todas as categorias : dos “horror comics” aos “romance comics” passando pelos super-heróis. Com excepção das interdições por períodos prolongados, cujos casos identificámos já e que correspondem a “ Tarzan”, “ Superman”, “Batman” e “Marvel ”, as três primeiras referentes a publicações em qualquer língua e a última apenas em português dado tratar-se de uma edição apenas com origem e circulação no Brasil, todas os restantes casos estudados correspondem a proibições de números isolados. Destes importaria saber qual a exacta dimensão dos vetos censórios, por forma a avaliarmos da verdadeira expressão prática da estratégia da CELIJ e da CLEM . Os resultados obtidos devem ser interpretados com reserva. As fontes disponíveis permitiram-nos identificar a acção produzida sobre meia dúzia de publicações e todos reportando ao panorama censório dos anos 50 . Ou seja, para apurarmos numa sequência de publicações com periodicidade semanal ou mensal os números que foram autorizados ou proibidos, é mister consultar as listas de “ Números presentes a Censura” . Tais listas apenas se encontram disponíveis em 7 títulos, a saber : “Zorro” ( Brasil) “ Reis do Faroeste” ( Brasil) “ O Pequeno Sheriff” ( Brasil)” Domingos Alegres” ( México) “ Cuentos de Walt Disney” ( México) “ Mindinho”( Brasil) e “ Possante” ( Brasil) . Contudo só cinco desses títulos permitem algum juízo comparativo porque as referidas listas coincidem no mesmo período cronológico da acção censória, com início em 1953 , data do início de funções da CLEM e conclusão em 1960. Todas estas publicações incluem “histórias em quadrinhos” de diferentes características( western, crime, super-heróis, etc.) ou seja nenhuma delas era mono-temática, embora pudesse dar particular destaque a um determinado personagem como seria o caso de “ Zorro”. A revista “ Possante “, de periodicidade mensal, em 71 números presentes à Censura sofreu 2 proibições , em 1953 e 1955<sup>1448</sup>. A revista “ Mindinho” em 100 números foi objecto de uma única proibição em 1955<sup>1449</sup> . A revista “Zorro” em 74 números viu a sua circulação impedida em 8 casos, entre 1954 e 1956<sup>1450</sup>. A “ Reis do Faroeste” em 75 números foi vetada em 8 casos , sendo que sete dessas proibições

<sup>1448</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social. Censura. Revistas Infantis. Números Proibidos* . Proc. nº 149. Revista infantil brasileira “ Possante” . Lista de Números presentes a Censura.

<sup>1449</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social. Censura. Revistas Infantis. Números Proibidos* Proc. nº 173. Revista infantil brasileira “ Mindinho” . Lista de Números presentes a Censura.

<sup>1450</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social. Censura. Revistas Infantis. Números Proibidos* Proc. nº 109. Revista infantil brasileira “ Zorro” . Lista de Números presentes a Censura.

ocorreram entre 1954 e 1956 e apenas uma em 1958<sup>1451</sup>. E finalmente "Cuentos de Walt Disney" em 76 números viu apenas dois deles proibidos em 1954 e 1955<sup>1452</sup>. A avaliar por estes dados, que nos indicam que só excepcionalmente dois títulos foram objecto de proibições no período considerado em cerca de 10% dos seus números e os restantes em percentagens ínfimas, seríamos levados a concluir que nas publicações estrangeiras que chegavam aos nossos jovens por via de importação os resultados práticos da acção censória foram absolutamente residuais. Importa, contudo, não esquecer as reservas antes assinaladas, quanto à dimensão da amostra.

Mas, como julgamos ter ficado demonstrado nas linhas antecedentes, não é tanto a dimensão quantitativa que releva na análise da estratégia censória. Em boa verdade nunca saberemos quantas crianças e adolescentes portugueses ficaram impedidos de ler "Superman" ou "Batman" nas versões brasileiras, entre 1956 e 1959. Mas não parece que isso seja determinante. Relevantes são as razões porque os censores entendia proibir essas leituras.

---

<sup>1451</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social. Censura. Revistas Infantis. Números Proibidos* Proc. nº 126. Revista infantil brasileira "Reis do Faroeste". Lista de Números presentes a Censura.

<sup>1452</sup> Vide PT/SGPCM/GMCS. *Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social. Censura. Revistas Infantis. Números Proibidos* Proc. nº 146. Revista infantil mexicana "Cuentos Walt Disney". Lista de Números presentes a Censura.



## Capítulo 8

### Conclusões

Neste capítulo importa assinalar , desde logo, de forma resumida e seguindo um critério essencialmente cronológico , as conclusões parcelares a que se chegou nos vários capítulos anteriores. Mas também , num momento complementar , formular algumas hipóteses explicativas para as principais interrogações que justificaram a presente investigação e que de início formulámos.

Assim :

- a) as preocupações do Estado Novo relativamente às publicações periódicas de natureza infanto-juvenil nascem no fim dos anos 40 e acompanham idênticas preocupações que surgem um pouco por todo o Mundo e muito particularmente nos Estados Unidos da América , no Reino Unido , na França e em Espanha, quanto aos perigos que o consumo das " histórias em quadrinhos" , que constituíam o essencial dessas publicações , provocariam na formação psicológica e moral dos seus jovens leitores ;
- b) essa específica problemática nasceu nas democracias- datam de fins dos anos 40 as primeiras medidas contra os " comics" nos E.U.A.- e a forma como os vários países promoveram campanhas moralizadoras e instituíram mecanismos de policiamento, repressão , controlo ou censura das publicações revela aspectos distintos mas muitos aspectos comuns.
- c) enquanto que a temática da “ delinquência juvenil “ parece ter sido central na campanha norte-americana , e em muito menor grau na França, ela esteve praticamente ausente nos restantes países. Ao invés, em todas as outras realidades que não a americana, há uma motivação explícita que é justamente a “ invasão americana” nuns casos por razões de protecionismo económico , como na França, de preconceito ideológico-cultural como no Reino Unido, ou de moralismo doutrinarío como no franquismo .
- d) por outro lado as estruturas de controlo postas em prática pelo poder político nos vários países divergem em pontos significativos: auto-regulação nos EUA, “judicialização” no Reino Unido , “ administrativização “ em França e censura prévia em Espanha;

- e) não deixa de ser surpreendente constatar a afinidade de muitas estratégias censórias e sobretudo a identidade de alguns “ discursos moralizadores” mesmo entre democracias e ditaduras.
- f) na resenha sobre a história do jornalismo infanto-juvenil e nele das publicações periódicas mais relevantes entre os anos 40 e 60 é possível identificar um particular ambiente com manifesta relevância para explicarmos o alcance e os limites das estratégias censórias postas em prática entre nós a partir de 1950.
- g) entre outros aspectos constatou-se a facilidade com que, perante séries estrangeiras e para além das exigências censórias ou dos receios auto-censórios, se adaptavam ou alteravam os textos , os desenhos, as designações e as sequências dos originais o que demonstra a irrelevância dos direitos autorais e a desvalorização do trabalho criativo com a inevitável degradação dos conteúdos originais;
- h) mas também que o sucesso comercial não era independente da portabilidade das publicações e que esta poderia ajudar a uma estratégia de resistência do jornalismo infanto-juvenil às campanhas moralizadoras.
- i) do ponto vista da evolução histórica, após uma década ( anos 40) marcada de forma indiscutível pelo paradigma do jornal infanto-juvenil português “ O Mosquito”, assistiu-se à emergência dos “ comics “ americanos pela mão do “ Mundo de Aventuras” no primeiro quinquénio dos anos 50 os quais concorreram com as aventuras de importação da escola franco-belga;
- j) a contraposição entre o jornalismo infanto-juvenil clássico protagonizado pelo “ Mosquito”, marcado no conteúdo e na forma pela “inocência”, a “ tranquilidade” e a “ ordem” e a emergência do “ risco”, da “ velocidade” da “ confusão” trazidas pela vertigem dos “ comics” do outro lado do Atlântico, colocaram o Estado Novo na contingência de ter de improvisar uma resposta que acentuasse a deslegitimação da banda desenhada.
- k) essa resposta suporia um certo grau de articulação com as publicações estatais, ou seja da Mocidade Portuguesa, mas o estudo do universo dessas publicações nos anos 50 e 60 permitiu constatar o seguinte : a) um atenuado proselitismo doutrinário veiculado pelas revistas da MP ; b) a valorização das “ histórias em quadrinhos” na estratégia da MP ; c) o contributo da MP na criação de uma alegada escola portuguesa de Banda Desenhada; .

- l) o momento da especialização censória infanto-juvenil foi arquitectado a dois tempos : uma campanha moralizadora vigorosa e estrategicamente orientada contra as “ aventuras americanas” com tradução portuguesa e contra as importações brasileiras, americanas ou francesas e um discreto apoio ao jornalismo infanto-juvenil que privilegiava a narrativa do escutismo católico de "Tintin" e restantes parceiros francófonos.
- m) essa campanha teve início em 1950 com a divulgação das " Instruções sobre Literatura Infantil” que previam a criação de uma Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil (CELIJ) encarregue de velar por essas instruções ;
- n) a referida CELIJ foi efectivamente instituída em finais de 1950 tendo sido substituída em 1952 pela Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores( CLEM);
- o) fizeram parte da CELIJ João Serras e Silva, como Presidente, Edmundo Curvelo e Armando Cortês Pinto, como Vice Presidentes, Adolfo Simões Muller, José de Oliveira Cosme, Eduardo Antonino Pestana, Noémia Cruz e Luís Moita, como Vogais, sendo certo que, por sua vez, a CLEM manteve o mesmo Presidente, Serras e Silva, mas renovou a maioria dos seus membros, sendo que a incorporação mais significativa pela relevância das suas intervenções foi a do Padre Moreira das Neves em representação da Igreja Católica;
- p) as "Instruções" continham prescrições de natureza gráfica destinadas a salvaguardar a " higiene visual e criativa" dos jovens e um conjunto de proibições muito amplas que visam eliminar " o terror , a violência e o sadismo " , presentes nas publicações infanto-juvenis nacionais e estrangeiras à venda em Portugal ;
- q) tratava-se , apesar disso, de uma solução anómala , porquanto as " Instruções" não eram normas jurídicas assumindo uma função meramente indicativa, sem prejuízo de se terem constituído em pauta de conduta da Censura pelo menos na fase inicial de funcionamento da CELIJ ;
- r) o conteúdo das referidas “Instruções” reflectia o pensamento e os ideários em matéria de educação e literatura infanto-juvenil de João Serras e Silva e de Edmundo Curvelo, que foi aliás o autor do documento ;
- s) João Serras e Silva, Presidente da CELIJ e depois da CLEM até falecer em 1956, personalidade próxima de Oliveira Salazar e do Cardeal Cerejeira, foi o doutrinador da teoria da “ higiene visual, moral e física “no quadro mais amplo



“da formação das crianças e jovens portugueses em vista do “ homem novo” salazarista “;

- t) Edmundo Curvelo, filósofo com abundante obra publicada na área da Lógica e professor da Faculdade de Letras de Lisboa, de quem ficou uma memória de opositor do Estado Novo, que a realidade historiográfica parece desmentir , encarregou-se da redacção das Instruções, acolhendo as ideias de Serras e Silva a que adicionou preocupações de natureza moralizadora nos conteúdos das publicações infantis e juvenis;
- u) por seu lado o Padre Moreira das Neves, que só ingressará em 1952 na CLEM, acrescentará no exercício da actividade dos censores infanto-juvenis uma absorvente preocupação contra a “invasão dos bárbaros” representada pela cultura popular norte-americana, veiculada pelo cinema, pela música e pelos “ comics” ;
- v) a Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores assume competências mais alargadas no cumprimento das citadas " Instruções" a que vai aditando algumas novas orientações sob forma de circulares ( a mais simbólica a do aportuguesamento das aventuras estrangeiras , quer dos nomes dos " heróis" quer dos locais onde aqueles se movimentam ) ;
- w) a incorporação dos Directores das principais revistas da época " Mundo de Aventuras " e " Cavaleiro Andante" na primitiva CELIJ , parece ter correspondido ao desiderato , aliás expresso nas " Instruções", de obter a colaboração dos responsáveis das revistas na implementação das novas orientações ;
- x) a actuação da CLEM , que registou a sua fase mais relevante durante a presidência de Serras e Silva ( 1952-1956), parece ter-se pautado por uma actuação discreta , mais persuasiva/intimidatória do que repressiva , como o evidenciam os casos estudados, confiando sobretudo na capacidade dos Directores das publicações de acatarem as suas orientações e corrigirem ou alterarem as linhas editoriais quando tal se tornava necessário .
- y) em qualquer caso, as decisões da CLEPM sempre foram soberanas , constituindo a última palavra na matéria, sendo certo que a Direcção dos Serviços de Censura jamais contrariou as deliberações da referida Comissão, fazendo mesmo questão de sublinhar " que não pode alterar as decisões da Comissão ";

- z) na verdade, e em larga medida- de acordo com as evidências recolhidas - a aplicação das orientações contidas nas " Instruções sobre Literatura Infantil" , nas circulares posteriores e nas decisões concretas da CLEM resultaram sobretudo da acção dos responsáveis das publicações que transformaram a auto-censura ( aconselhada de resto nas " Instruções") na sua pauta normal de conduta ;
- aa) as " Instruções sobre Literatura Infantil" e as regras posteriores em sede de disposições gráficas e de conteúdo foram em muitos casos meramente nominais, ou seja, estiveram longe de terem sido cumpridas, como aconteceu de forma muito evidente na exigência de 75% de colaboração portuguesa ;
- bb) o mesmo se diga, em concreto, das regras contidas na Circular nº 384 da CLEM emitida em 1955 , na parte relativa ao aportuguesamento das personagens e situações das histórias a publicar , cujo acatamento esteve longe de se verificar .
- cc) mas comprova-se, apesar disso, que todas as publicações infanto-juvenis analisadas foram, em maior ou menor grau, quer em aspectos gráficos quer de conteúdo, objecto de intervenções censórias com particular destaque para o " Mundo de Aventuras " , sobretudo entre 1952 e 1956 momento em que se transformou na publicação mais sistematicamente policiada;
- dd) e contudo , tudo indica que a escolha de José de Oliveira Cosme, discreto salazarista , como Director da revista, não mereceu apenas o beneplácito da Direcção dos Serviços de Censura -o que ocorria com todos os responsáveis editoriais- mas foi uma verdadeira condição para a circulação do “ Mundo de Aventuras” ;
- ee) ao ter prevalecido uma orientação muito clara contra as " histórias americanas", parece razoavelmente documentado que o principal alvo da Censura foram as aventuras em " comic strips" importadas dos E.U.A. , sobretudo publicadas pelo " Mundo de Aventuras" e pelas restantes publicações satélites da Agência Portuguesa de Revistas " Colecção Grilo", "Colecção Audácia", " Colecção Condor", “ Condor Popular” ( ou “Colecção Condor Popular”)e " Colecção Tigre";
- ff) o resultado dessa estratégia foi a progressiva descaracterização do "Mundo de Aventuras" em relação ao seu projeto inicial e a cessação da publicação da " Colecção Grilo", da "Colecção Audácia" e da " Colecção Condor"

- gg) mas ao que parece as " histórias americanas" seriam sinónimo de maior sucesso editorial entre os jovens portugueses a fazer fé no desabafo do Director do " Valente ", ao justificar perante a Censura o encerramento daquela revista , alegando que as "aventuras de sentido europeu", " não receberam o aplauso dos rapazes que logo o puzeram de parte" ;
- hh) Em 1957 , a convite de Salazar , assume a Presidência da CLEM Fernanda de Castro , viúva de António Ferro, que rapidamente se desilude com as funções que havia aceite ;
- ii) Contudo manter-se-á em funções até à dissolução da CLEM já depois do 25 de Abril, sem prejuízo da multiplicação das críticas nos anos 60 oriundas de dentro do regime e cujo palco principal foi a Assembleia Nacional;
- jj) não há registo de intervenção da CLEM em qualquer das publicações periódicas infanto-juvenis portuguesas que surgem nos anos 60 , vivendo-se um período de crise nas revistas de “ banda desenhada” em Portugal em parte contrabalançado pela edição de álbuns.
- kk) A estratégia censória da CLEM , analisada na perspectiva dos temas recorrentes abordados nas suas decisões e do ambiente internacional de alarme e policiamento quanto às publicações infanto-juvenis e nelas das “ histórias em quadrinhos” modifica-se de forma substancial a partir de 1957, quase desaparecendo , com a presença/ ausência de Fernanda de Castro como Presidente da CLEM.
- ll) mas essa mudança é também o reflexo do “ar dos tempos”, com novas práticas culturais , novos hábitos entre os jovens( onde a televisão passa a disputar a ocupação dos tempos livres) , mudanças nas estratégias editoriais infanto-juvenis ( álbuns que substituem as publicações periódicas) e sobretudo o início da legitimação cultural da Banda Desenhada.

Um esforço de sistematização e teorização dos actos censórios produzidos ao longo de 18 anos pelas Comissões especializadas infanto-juvenis, com especial ênfase nos anos 50 , corre o risco de ser um gesto inglório se esquecermos o contexto internacional. Insistimos neste ponto já que é ele, mais do que qualquer outro, que nos poderá ajudar a encontrar um sentido para este “ fragmento de história perdida” do Estado Novo. Para lá chegarmos o contributo do “ microscópio” histórico pareceu-nos útil como ponto de partida e de acordo com o que expusemos no capítulo 2 .Na verdade, as vantagens da redução da

escala da observação, do paradigma indiciário e sobretudo do próprio modo de interrogarmos as fontes, sem nunca deixarmos de assinalar as limitações destas técnicas e a necessidade de recurso a uma visão complementar generalizadora , parecem ter conduzido a investigação para o terreno dos micro-momentos históricos que ganham particular densidade quando vistos de perto ( como a divulgação das “ Instruções sobre Literatura Infantil”, I Exposição dos Ilustradores Portugueses ou troca de correspondência entre a Mocidade Portuguesa e André Franquin) e das personagens historicamente secundárias que se tornam subitamente determinantes quando observadas no exercício regular das suas actividades ( Edmundo Curvelo, Serras e Silva, Moreira das Neves, Júlio Gil, Adolfo Simões Muller, José de Oliveira Cosme e tantos outros) . Mas se por aqui nos quedássemos ficaria apesar de tudo um retrato incompleto e em certos aspectos pouco compreensível do momento em que na História da Cultura Popular portuguesa dos anos 50 do século XX as “ histórias em quadrinhos” ficaram na mira do Estado Novo. Faltaria certamente contar a outra parte da realidade : como é que não deixaram de lhe resistir e no fim prevalecer.

Talvez se deva começar justamente por recordar o desafio colocado de início. A identificação das estratégias censórias pela sinalização das orientações, dos temas, das práticas e das ritualizações dos membros das Comissões exigiu que entrássemos em diálogo com os censores de modo a procurar responder a duas questões : como trabalhavam e como viam o seu trabalho. Não sendo possível o recurso neste ponto concreto à história oral valeram-nos os documentos- informações, pareceres, relatórios, cartas-. Haverá sempre quem diga que se trata de documentos de baixa densidade, que é um modo, como vimos, de desqualificar a investigação arquivística. No caso, interrogámos os documentos à luz de um contexto internacional. Esse exercício terá aumentado a importância dos documentos. Na verdade o contexto internacional ou a perspectiva comparada explica muito melhor o nosso só aparentemente isolado momento censório. Foi o que tentámos fazer. Neste caso o microscópio foi inútil. Do que necessitámos foi de uma gigantesca tela onde se pudessem projectar o que faziam no mesmo instante e em espaços geográficos afastados, censores espanhóis , ingleses , franceses, americanos e portugueses . Isso permitiu surpreender Serras e Silva horrorizado com “ a livre camaradagem entre rapazes e raparigas ao estilo do cinema americano” proibindo o “ romance comic” francês “ Sylvie” no preciso momento em que em França a mesmíssima revista entrava na mira da sua Comissão não menos horrorizada com “ erotismo precoce”. Ou localizar Moreira das Neves proibindo as “ absurdas e

deseducativas aventuras do homem da selva” na versão francesa importada de “Tarzan” no mesmo momento em que em Paris a mesmíssima revista e o mesmo personagem eram o exemplo para a CSC de “total nocividade”. Ou ainda, em outro contexto, identificar o pioneiro entusiasmo da Mocidade Portuguesa na realização da I Exposição de Ilustradores Portugueses, em 1952 e mais de dez anos depois a sua não menos entusiástica adesão às aventuras de Spirou e companheiros, e em geral à escola franco-belga de BD, em contraciclo com tudo o que as Comissões de censura propugnavam à época.

Mas nestes exemplos é de novo a estratégia micro-histórica como estratégia de conhecimento que nos auxilia. Ou seja e tomando em consideração a interrogação inicial acerca da “normal exception” : como é que a banal rotina dos actos de um censor ao longo de anos nos pode dar um padrão histórico válido ? Na justa medida em que tais actos, que só podem ser surpreendidos quando vistos de perto se transformam, com o recuo da lente, num padrão cultural amplo e historicamente reconhecível <sup>1453</sup>. De alguma forma quando Moreira das Neves censura “Superman” por ser a exaltação do “sub-homem ou do homem mecanizado” ecoa, sem provavelmente disso ter tido conhecimento ( porque nada o indicia ), a teoria do “hércules microcéfalo” sustentada pelos seus colegas censores em França ou em Espanha . E isso é um padrão macro-histórico útil para a compreendermos e explicarmos a estratégia censória do Estado Novo.

Vimos, também que a aparente incoerência da actividade dos censores infanto-juvenis, todos com eles alardeando “cultura filosófica e sociológica” e “formação nacionalista e cristã”, não correspondia à realidade . Pelo contrário, existiu um esforço bem sucedido dos censores para que a sua actuação tivesse referentes formais - “Instruções sobre Literatura Infantil” e Circulares posteriores-que deveriam servir como “códigos”. E quando tal não aconteceu, as práticas e as ritualizações substituíram esse estatuto formal . Desde logo nas ritualizações dos procedimentos de condicionamento através de directrizes que eram dadas verbalmente aos proprietários e directores das publicações. Essa prática levou ao recurso à auto-censura que supomos ter alcançado uma importância significativa. Mas o que também nos demonstram os concretos actos censórios e os seus fundamentos, é desde logo uma pauta de orientações comuns à imprensa portuguesa e à imprensa importada. E depois uma exigência muito maior quanto a esta última, que certamente não podia ser gerida com base no “acatamento das determinações verbais que

---

<sup>1453</sup> Micro-história e macro-história não se excluem e a primeira não pode afastar formas de generalização e de abstracção que auxiliem na busca de indicadores de tendências mais gerais. Vide A.H. Oliveira Marques, “*História genealógica do homem comum*”[...], p. 185

foram transmitidas pessoalmente” aos responsáveis das publicações. Ou seja, e pedindo de empréstimo um critério que vimos poder utilizar-se, com vantagem, para a realidade francesa, a estratégia portuguesa balanceou entre a “ intimidação” para as publicações nacionais e a “ repressão” para as internacionais. Mas se essa foi a estratégia, os temas e argumentos concretos que a alimentaram não deixaram de ser muito idênticos , como pequenas e subtis diferenças ditadas pelo natureza do regime político , daqueles que circulavam no resto do Mundo e que vimos em concreto nos EUA, no Reino Unido, na França ou na Espanha. A saber, a crítica ao super-homem com exaltação do sub-homem, a condenação de “Tarzan” como mito do super-animal , o medo do “erotismo precoce” representado na “ livre camaradagem entre rapazes e raparigas” patente nos “ romance comics”, o combate à desnacionalização , as preocupações com a higiene visual , o receio da violência e dos conflitos sociais, o combate ao racionalismo nos temas católicos e em geral a “inverosimilhança” em todas as histórias para crianças, como discutia Edmundo Curvelo, mas especialmente nas aventuras de ficção científica. Mas o verdadeiro inimigo do censor português e o que talvez possa densificar melhor a natureza do seu acto foi o “horror à confusão “. A campanha moralizadora em França, nos EUA, em Espanha mas também em Portugal, cedo associou a ideia de “ inutilidade“ à leitura de histórias em quadrinhos. Uma “inutilidade” que só poderia causar “ confusionismo” nas crianças e por essa via provocar o mais elevado grau de “desmoralização “.

Os super-heróis que “ soltam gritos guturais” , o homem da selva com as suas “ aventuras absurdas”, os relatos de ficção científica com os seus “ conhecimentos científicos errados ou inconvenientes” , “ a introspecção mórbida” dos “ romance comics”, as interpretações históricas dos personagens bíblicos, tudo isso é “ inútil” e é “ confuso “. E ainda o é mais dada a especificidade das técnicas da banda desenhada, com a sua estrutura narrativa, com desenhos que se sucedem a desenhos, vinhetas de tamanhos desiguais, com pouco ou nenhum texto , que afastariam as crianças do trabalho intelectual deixando tudo ao “cuidado de impressões sensoriais” como se queixavam os censores.

O sucesso ou insucesso desta estratégia não pode avaliar-se, como se disse antes, apenas pelo universo de publicações vigiadas. As publicações importadas foram objecto de medidas de interdição ou proibição substancialmente mais amplas , intensas e numerosas do que as publicações portuguesas. A CLEM chegou mesmo a invocar uma “ maior liberdade de expressão” para as publicações nacionais.

E a estatística diz-nos que só excepcionalmente dois títulos importados , as brasileiras " Zorro" e " Reis do Faroeste", foram objecto de proibições no período considerado em cerca de 10% dos seus números e os restantes em percentagens ínfimas.

Ora a eficácia de uma estratégia censória não se mede apenas, e muitas vezes não se mede sequer, pelo número concreto de publicações proibidas ou interditas ou pelo número daqueles que ficam impedidos de ler. Admiti-lo seria afastarmo-nos do critério que vimos seguindo quanto ao método e ao objecto da presente investigação. Não podemos esquecer o efeito intimidatório das decisões da CLEM transmitidas pela Direcção dos Serviços de Censura junto dos importadores de publicações estrangeiras que tendo conhecimento dos critérios que vinham sendo definidos certamente se absteriam de importar outros títulos de características similares ou afins dos que vinham sendo censurados. Este efeito colateral não pode deixar de ser considerado e não pode ser excluído como um dos mais eficazes instrumentos indirectos da estratégia censória. A conclusão a que se chega é confirmada pela política de intimidação que foi seguida quanto às publicações nacionais. As indicações dadas pessoalmente aos responsáveis das revistas traduziam-se regra geral no “convite”, como ocorreu com o caso exemplificativo do “ Mundo de Aventuras em 1956, a “ substituir nas histórias presentes por outras mais em harmonia com os desejos da Comissão”.

A concluir importa dizer que a actuação das Comissões junto das publicações estrangeiras, por mais ampla que possa ter sido, chocaria sempre com a verdadeira dimensão desse fenómeno. Não temos números que o possam fundamentar com rigor mas não andaremos longe da verdade se dissermos que a barreira linguística limitaria de forma acentuada a circulação de tais publicações.

A excepção seriam as revistas brasileiras, pela identidade linguística, é claro, mas sobretudo por acabarem por ser vendidas a preços muito mais convidativos que as publicações nacionais no circuito dos alfarrabistas . Aliás, recorde-se , são sobretudo as revistas brasileiras , entre todas as publicações estrangeiras , que estão na primeira linha dos argumentos que dão início ao nosso momento censório . E serão também elas o pretexto que provocará a reacção nos meios mais conservadores do regime já nos anos 60 , quando Fernanda de Castro se desilude com a CLEM . Moreira das Neves no seu relatório de 1953 não hesita em classificar as revistas brasileiras (e as mexicanas) como as “ piores”: “ Não têm uma única página construtiva”. Mas os próprios editores portugueses foram os primeiros a assinalar os malefícios das revistas brasileiras. Em 1956 um dos proprietários da Agência Portuguesa de Revistas Mário de Aguiar queixava-se à Censura

das “ numerosas revistas brasileiras muitos em péssimo estado de higiene mormente nos alfarrabistas” e que inserem as mesmas histórias que as portuguesas. E finalmente Julio Evangelista alertava em 1963 que “ meio milhão de más revistas brasileiras invade mensalmente o nosso país”. E a católica “A Voz “ um ano depois, no contexto da exposição “ Juventude Ameaçada” dizia mesmo que “ a soma talvez tenha duplicado”.

Resta saber o resultado da estratégia de “ intimidação “ seguida pela CLEM quanto às publicações portuguesas. Num ponto o insucesso foi total : na tentativa de nacionalizar as “ histórias em quadrinhos” fazendo apelo à inserção de um mínimo de 75% de “ colaboração nacional”em cada número . E a razão de tal insucesso foi desde cedo exposta por Adolfo Simões Muller quando ainda em 1950 desabafava com Armando Larcher acerca das “Instruções sobre Literatura Infantil” : “ infelizmente não possuímos escritores e artistas da especialidade com categoria e em número suficiente “ e mesmo se os tivéssemos “ os originais custam muito mais caro que os copyrights”. Tivemos oportunidade de o comprovar com um caso de estudo, a 2ª série de " O Mosquito" que nos permitiu ver a economia do jornalismo infanto-juvenil. E se é certo que as publicações da Mocidade Portuguesa tentaram cumprir esse desiderato mesmo essas não deixaram de ter dificuldades. Em rigor apenas a “Lusitas/ Fagulha”da Mocidade Portuguesa Femina cumpriu a 100% a indicação nacionalista. Recorde-se que Couto Viana não deixava de anotar que essa exigência, a da colaboração nacional , ameaçava contribuir para o fim da 1ª série do “Camarada”. E se contabilizarmos bem a 2ª série do “ Camarada”, já a caminho da completa adesão à BD franco-belga nos anos 60, estará sempre longe dessa fasquia acolhendo cada vez mais material francês, espanhol e italiano.

Mas se quisermos olhar para a realidade de outra perspectiva sempre se poderá dizer que a tentativa de nacionalizar as revistas infanto-juvenis por via de decreto, por um lado, e o projecto de José Gil e Baltazar Rebelo de Sousa de realizar uma revista só com autores portugueses, por outro,animou o reduzido mercado de desenhadores portugueses dos anos 40 e 50, muitos deles com uma sólida formação na Escola António Arroio, que foram chamados a colaborar com maior frequência . Aquilo a que se convencionou chamar a geração de oiro da BD portuguesa , que incluem nomes como Eduardo Teixeira Coelho, José Ruy Pinto, José Garcez, Vítor Peón , Meco , Fernando Silva, José Manuel Soares, Carlos Alberto, Jaime Cortez, Artur Correia, entre outros, começou a afirmar-se por essa altura. Muitos deles participaram na I Exposição de Ilustradores Portugueses, promovida pela MP em 1952 e quase todos acabaram por fazer vida profissional em Portugal. Não admira por isso que a sua obra se encontre espalhada pelo “ Mundo de



Aventuras”, “ Cavaleiro Andante”, “ Mosquito” ou Diabrete” mas também pela 1º e 2º séries de “ Camarada” e da “Lusitas/ Fagulha”. Saber contudo esse grupo de notáveis desenhadores deu origem a uma “ escola de BD portuguesa” é mais discutível. O facto de nos trabalhos de quase todos eles terem prevalecido as temáticas históricas não é , por si só, indicativo da criação de “uma escola”. Quando muito indicia a presença de uma condicionante ao trabalho criativo criada justamente pela estratégia censória das Comissões infanto-juvenis que neste aspecto beneficiou de uma estratégia concordante das publicações da Mocidade Portuguesa.

Vimos que a prática da intimidação funcionou de forma acentuada no caso das publicações juvenis da Agência Portuguesa de Revistas que sofreram o maior acosso. Se é certo que nenhuma das publicações foi formalmente proibida , todas elas sofreram significativos condicionamentos que levaram num caso à descaracterização do projecto inicial da revista (“ Mundo de Aventuras”) e em três outros casos à súbita cessação da publicação ( “Colecção Condor”, “Colecção Grilo” e “Colecção Audácia”). Os restantes jornais estudados evidenciam o zelo dos censores quanto aos conteúdos mas também o esforço dos responsáveis das revistas em agradar aos censores . Mas nem uma nem a outra das atitudes terão sido responsáveis pelo insucesso das publicações.

Todas esta estratégia parece terem-se esgotado cronologicamente nos anos 50. Na década de 60 e até 1968 não há registo de qualquer intervenção censória junto das poucas e efémeras publicações portuguesas que viram a luz do dia. Em compensação há vivos sinais de problemas com as publicações estrangeiras importadas, designadamente as brasileiras( “cerca de meio milhão” por mês) , o que foi pretexto para que certos sectores do regime tivessem criticado a inactividade da CLEM na matéria.

Resta explicar as razões porque o “ momento censório” infanto-juvenil direccionado para as publicações periódicas, acabou por ter no Estado Novo, entre estratégias de “ intimidação” e de “ repressão” uma expressão contida que não impediu a gradual afirmação cultural da Banda Desenhada nos anos 60 e sobretudo nos anos 70 ainda durante o caetanismo e após o 25 de Abril. Ou seja uma estratégia, que pese embora todos os actos de repressão, de condicionamento ou de polícia não ofuscou, embora a tenha empalidecido, o “ esplendor da banda desenhada”. Recordemos que um dos pressupostos identificáveis da estratégia censória portuguesa acompanhava muitas das críticas à BD que discutimos no capítulo introdutório , da “ iconofobia” à deslegitimação cultural e académica.

Ora , por um lado, na estratégia censória, a deslegitimação das “ histórias em quadrinhos” só poderia obter total sucesso se viesse acompanhada da ausência do reconhecimento cultural por parte de todas as entidades estatais. Ocorre que o Estado Novo, na fase estudada, não funcionou a uma voz, deixando sempre campo para que, em contraciclo , se promovesse o reconhecimento cultural da 9ª Arte. Exemplos claros disso são a I Exposição de Ilustradores Portugueses em 1952 e em geral toda a orientação da Mocidade Portuguesa nos anos 50 e 60 quanto às publicações infanto-juvenis. A evolução que estudámos do “Camarada” nas suas duas fases e do “Pisca Pisca” permite confirmar a presença da BD em doses cada vez mais expressivas ao longo dos anos, a ponto de a dada altura pouco diferenciar uma publicação juvenil da Mocidade Portuguesa de outra da Empresa Nacional de Publicidade. Mesmo relativamente à 1ª série do “ Camarada”, aquela em que o projecto da Mocidade Portuguesa de só publicar autores nacionais e não abusar das “ histórias em quadrinhos” mais perto ficou do modelo ideal propugnado pela regime, tornou-se inevitável transigir com o “ gosto da maioria” que gostava de aventuras “ menos pacifistas” admitindo até “ cenas de pugilato” e “ armas de fogo”, como confessava o seu Director Couto Viana. O que de alguma forma significava a aceitação das “ aventuras americanas” e com essa aceitação mais um degrau na legitimação da banda desenhada.

E não espanta que assim tenha sido dado que, na 2ª série da revista, no fim dos anos 50, muitas das importações de BD franco-belga eram requisitadas indistintamente pelo “ Cavaleiro Andantes” e pelo “ Camarada” , como vimos, assim como eram comuns às referidas publicações muitos dos desenhadores portugueses.

Por outro lado pequenas e discretas engenharias alimentaram formas subtis de resistência da sociedade civil perante o programa estatal. É um facto que , mesmo na fase mais activa da campanha moralizadora, pais, professores e censores não conseguiram impedir a entrada de "Condores " ou "Grilos " nas nossas escolas. Ora aí foi a questão da portabilidade, simbolicamente ilustrada pelos insucessos da 1ª fase do " Mundo de Aventuras" e do " Foguetão", que funcionou como estratégia decisiva. Uma questão que não ficou fora do radar dos censores, como vimos, mas que estranhamente não teve qualquer sequência.

O destino do momento censório que aqui recuperámos – e que pela sua natureza poderá sempre renascer em outros contextos geográficos e temporais- não foi muito diferente do que se verificou no resto do Mundo e sobretudo nos países que estudámos . Tal como não

foi diferente o progressivo reconhecimento cultural da BD a que se juntou a sua lenta mas gradual valorização académica e historiográfica .

## **Fontes e Bibliografia**

### **Fontes**

#### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

PT/ANTT/SNI-DSC Arquivo do Secretariado Nacional de Informação/ Divisão dos Serviços de Censura

PT /TT/SNI.DSC/9/14-1 Cx. 742 - Processo nº 14/I " Mundo de Aventuras"  
PT/TT/SNI-DSC/20/83 Cx. 690" Mundo de Aventuras"  
PT/TT/SNI-DSC/22/404-56 Cx. 728"Condor"  
PT/TT/SNI-DSC/9/6-1 Cx. 562" Condor Popular"  
PT/SNI-DSC/9/1007 Cx. 730" Álbum Cavaleiro Andante"  
PT/TT/SNI-DSC/22/240 Cx. 698" Selecções Juvenis"  
PT/TT/SNI-DSC/9/857 Cx. 699( Processo nº 857) " Valente"  
PT/TT/SNI-DSC/9/795 Cx. 546 ( Processo nº 795) "Titã"  
PT/TT/SNI-DSC /9/851 Cx. 699"Colecção Audácia"  
PT/TT/SNI-DSC/9/795 Cx. 546 ( Processo nº 794) " Flecha "  
PT/TT/SNI-DSC/22/240 Cx. 698 "Selecções Juvenis"  
PT/TT/SNI-DSC/9/826 Cx. 746 ( Processo nº 826) " O Pimpão"  
PT/TT/SNI-DSC/10/12-53 Cx. 518( Processo nº 12) " Agência Portuguesa de Revistas"  
PT/TT/SNI-DSC/9/795 Cx. 546 ( Processo nº 792) " Risota"  
PT/SNI-DSC/22/527 Cx. 610" Jornal do Cuto"  
PT/TT/SNI-DSC/9/730 ,Cx. 709 ( Proc. nº 730 " Reportagem"  
PT/ANTT/SNI-DSC/9/1014 . Cx. 731 ( Processo nº 1014/4-I " Zorro")"Diabrete"

PT/TT/SNI-DSC /9/823 Cx. 746 ( Processo nº 823 " Senhor Doutor" )  
PT/TT/SNI-DSC/9/1000 Cx. 731 ( Processo nº 1000 " Os Ridículos")  
PT/TT/SNI/DSC. Cx. 700 .( Proc.ºs nºs 664 e 665) “ O Gafanhoto”  
/TT/SNI/DSC Cx. 730( proc. Nº 41) “ Careta” PT  
PT/TT/SNI-DSC. Cx. 730 Proc. Nº 97“ Bomba Humorística”  
PT/TT/SNI-DSC. Cx. 730“ A Planície”  
PT/TT/SNI-DSC. Cx. 730. Proc. Nº 12-I“ João Ratão”  
PT/TT/SNI-DSC Cx. 695“ Fantastic- revista brasileira”  
PT/TT/SNI-DSC. Cx. 410 “ Sr. Senhor, revista brasileira”  
PT/TT/SNI-DSC. Cxs. 529, 643, 656  
PT/TT/SNI-DSC cx. 546 “Estúdio”  
PT/TT/SNI-DSC / 1-1/7 Cx. 529 "Relatórios semanais. Censura”  
PT/TT/SNI-DSC Cx. 746“ Actualidades”  
PT/TT/SNI-DSC. Cx. 718“ A Bola Infantil”  
PT/TT/SNI-DSC Cx. 788 Proc. 162“ O Grilo”  
PT/TT/SNI-DSC Cx. 696 Proc. Nº 782“ Chacaréu”  
PT/TT/SNI-DSC Cx. 519“ Can-Can”  
PT/TT/SNI-DSC Cx. 709“ Papagaio”  
PT/TT/SNI-DSC Cx. 738“ Fagulha”  
PT/TT/SNI –DSC Cx. 738 Proc. 13/i) “ Menina e Moça”

#### PT /ANTT/ Arquivo da Mocidade Portuguesa

Cx. 1858 mc. 1  
Cx. 1842 mc.1  
Cx. 1737 mc.1  
3235 mc.3  
Liv. 728  
Cx. 1011 mc. 11  
Cx. 4314 mc. 2  
Cx. 5663 mc. 1  
Cx. 5682  
Cx. 5666  
Cx. 5675  
Cx. 5670

#### PT/ANTT/AOS Arquivo Oliveira Salazar

AOS/Pc. 73 cx. 690 pt. 1  
AOS/PC 57 Cx. 689

#### PT/ANTT/ Arquivo Álvaro Dias Saraiva

PT/ANTT/SNI-IGAC Arquivo Secretariado Nacional de Informação/ Inspeção Geral das Actividades Culturais- 2ª incorporação.  
ND 789 Processos de livros infantis . Procºs 1-519

ND 790 Processos de números proibidos de revistas infantis estrangeiras , Procºs 201 - 258

**PT/SGPCM/GMCS Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo do ex-Gabinete para os Meios de Comunicação Social.**

Pasta. “Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores”( 1960-1961)

Arquivador. “ Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores"

Pasta. Direcção dos Serviços de Censura

Arquivador . Censura . Correspondência ( 1950-1952)

Pasta . Ofícios Editoras

Arquivador . Contos para aprovação

Arquivador. Processos de livros infantis. Processos vários ( 1956-1965)

Arquivador. Censura . Revistas infantis. Números proibidos . Processos n.ºs 101-151 e 152-200

Pasta. Despachos Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos

Pasta.Direcção dos Serviços de Censura .Proc. nº 115“ O Mundo Ri"

Pasta.Direcção dos Serviços de Censura .Proc. nº 167 “ Diário da Manhã”

**PT/AHJRT/JRT/Arquivo Romano Torres. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.**

Pasta “Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores”

PT/AHJRT/JRT/C/01-02/012

**Arquivo Moreira das Neves. Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa**

**Arquivo Moreira das Neves. Biblioteca João Paulo II. Universidade Católica Portuguesa. 3 caixas**

**PT/FAQ/AFC/Fundação António Quadros. Arquivo Fernanda de Castro.**

PT/FAQ/AFC/01/001/0428/0005- 2 cartões de Salazar para Fernanda de Castro

PT/FAQ/AFC/01/001/0713/0001-Carta de José Gomes Branco para Fernanda de Castro

PT/FAQ/AFC/01/001/0284/000.011- Carta de Moreira das Neves para Fernanda de Castro

PT/FAQ/AFC/03/000- Fundo AFC-Caixa 03G-“ O Drama da Juventude, suas causas e efeitos”

**Espólio Edmundo Curvelo/ Biblioteca Municipal de Abrantes, António Boto-**

Caixa 1- Correspondência

Caixa 12 -Comissões

**Biblioteca Edmundo Curvelo- Biblioteca da Reitoria da Universidade de Lisboa**

## **Processo individual do Docente Edmundo Curvelo, Reitoria da Universidade de Lisboa**

### **Casa Comum Org. projecto desenvolvido pela Fundação Mário Soares**

Arquivo João Soares Louro

Disponível em <http://casacomum.org/cc/>

### **ANF/CAC Archives Nationales de France/ Centre des Archives Contemporains.**

Justice.Direction de la protection judiciaire de la jeunesse. Bureau des affaires judiciaires et de la législation. 19910258/159, 19910258/160 e 19910258/162

Direction de la protection judiciaire de la jeunesse. Bureau des affaires judiciaires et de la législation. Commission de surveillance et de controle des publications destinées à l'enfance et à l'adolescence.20040085/7 e 20040085/8.

Premier Ministre. Service juridique et technique de l'information. Directuon du développement des médias. 19920181/1 e 199201181/2.

Justice. Diréction des affaires criminelles et des grâces. 19950317/28

### **Archivo General de la Administración Civil / Alcalá de Henares**

Ministerio de Cultura y Turismo. Dirección Geral de Prensa.

Fundo 03/049.021

Signatura topográfica 72/13.108-13.112

Caixas : 57302, 57303, 57304, 57306, 57307, 57316, 57317, 57319, 57320

### **Publicações Periódicas infanto-juvenis<sup>1454</sup>**

Portuguesas

" O Mosquito " ( 1936-1953)

"Diabrete" ( 1941-1951)

"Camarada" , 1ª série( 1947-1951)

"Lusitas" ( 1943-1957)

"Fagulha" ( 1957-1974)

" O Gafanhoto" ( 1948-1949)

"Mundo de Aventuras" ( 1949-1959 )

"Cavaleiro Andante"( 1952-1961)

"Titã"( 1954- 1955)

"Flecha"(1954-1955)

"Valente" ( 1956-1957)

"Colecção Audácia"( 1954-1957)

---

<sup>1454</sup> As datas remetem para os períodos temporais objecto de consulta e não para a vigência das publicações

“Rato Mickey” ( 1955)  
“O Pimpão ( 1955)  
“Colecção Condor”( 1951-1956)  
“Condor Popular” ou “ Colecção Condor Popular( 1955-1972)  
“Colecção Audácia”( 1953-1957)  
“Colecção Tigre”( 1955-1963)  
“Colecção Grilo( 1956-?)  
“Camarada” , 2ª série (1957-1965)  
“ O Falcão” ( 1958-1960)  
“ Colecção O Mosquito”( 1960-1961)  
“ O Foguetão” ( 1961)  
“Zorro”(1962-1964)  
“Pisca-Pisca” ( 1968-1970)

#### Francesas

“Tex” ( 1952)  
“Super Boy”( 1954)  
Mireille (1953)  
“Brik-Yak”( 1950-1954)  
“Fillete”(1955)  
“Dakota”( 1954)  
“Zappy”(1954)  
“Sylvie” (1954)  
“Junior” ( 1954 e 1955)  
“Ardan Tim L’Audace“ ( 1954)  
“Plutos” (1954)  
“Plutos Presente Rodeo” (1954)  
“Dynamic Toni Cyclone” (1954)  
“ Rodéo”(1954)  
“Audax Bill Tornade”(1954)  
“Tarzan Collection”( 1955)

#### Espanholas

“TBO”(1954)

#### Americanas

“ I Love you” (1957)  
“ TV Teens”( 1955)  
“ A Date with Millie”( 1957)  
"First Romance Magazine" (1956)  
" Brides in Love" (1957)  
" Love Romances"(1957)  
" Mortie"(1953)

#### Brasileiras

“ O Idílio”( 1952-1954)  
“ Possante”(1955)  
“ Zorro” (1955)



“ Capitão Marvel Magazine”(1956, 1957 e 1959)  
“ Batman”(1954-1955)  
“ Clássicos” ( 1955)  
“ O Pequeno Sheriff” ( 1954)  
“ O Globo Juvenil Mensal”(1955-1956)  
“ Selecções Idílio”(1956)  
“ Cowboy Romântico”( 1955-1956)  
“ Mandrake Magazine”( 1956)

**Outras fontes impressas :**

Direcção dos Serviços de Censura,  
*Instruções sobre a Literatura Infantil*, Lisboa, ENP, 1950

*I Congresso da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa*, realizado em Lisboa, de 21 a 28 de Maio de 1939, Discursos, Teses, Discussões e Conclusões , Lisboa, s.d.( 1939)

*II Congresso Nacional da Mocidade Portuguesa*, Lisboa, 1956,

*Normas Gerais de Funcionamento dos órgãos e serviços da Mocidade Portuguesa*, s.l./s.d. ( 1962)

**Entrevistas , depoimentos e memórias inéditas**

**José Ruy Pinto**

Entrevistas 28/5/2015 e 8/6/2015

Depoimentos escritos 9/6/2015, 5/7/2015, 22/4/2018, 30/4/2018

Memória do que vivi e de quem comigo partilhou a vivência profissional ( inédito)

## **Bibliografia :**

AAVV

*Hergé*, Catálogo da Exposição ( Grand Palais, Paris), [s.l.] Editions Moulinsart, 2016

AAVV

*Padre Moreira das Neves, 50 anos de Jornalismo*, Lisboa, Rádio Renascença, 1984

ACCIAIUOLI, Margarida

*António Ferro, A vertigem da Palavra*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2013

ALEXANDRE ,Valentim

*O Roubo das Almas: Salazar, a Igreja e os totalitarismos*, Lisboa, Dom Quixote, 2006;

ALVES, Edmundo

" Pinto, Américo Cortês Pinto". Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, dir. *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974 vol.II ( M-Z)* , Lisboa , Instituto de Ciências Sociais e Assembleia da República,, 2005, pp. 358-359 .

ALVES, José António.

A correspondência filosófica de Edmundo Curvelo: a relevância da década de 1940 para a renovação da filosofia em Portugal. *Actas das III Jornadas Internacionais dos Jovens Investigadores em Filosofia. Krisis*, 2001, p.33 e ss

ALVES, José António

*Logificação da Psicologia. O itinerário Intelectual de Edmundo Curvelo sobre a Mente, a Lógica e a Filosofia.* Tese de Doutoramento em Filosofia. Especialidade de Filosofia da Mente. Universidade do Minho, Instituto de Letras e Ciências Humanas, 2015, policopiado

ANTONUTTI, Isabelle

*Cino del Duca, De Tarzan à Nous Deux itinéraire d'un patron de presse*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2012

ANTUNES, José Freire

*Salazar e Caetano, Cartas Secretas, 1932-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993,

ARAÚJO, António

*A Lei de Salazar*, Lisboa, Tenacitas, 2007

ARNDT, Richard J.

“ Tales from the Code. How the Comics Code Authority Changed Comics Books- Literally- from 1954 to 2011 “ *Alter Ego*, nº 105, Oct. 2

ASSOULINE Pierre,

*Hergé*, Paris, Plon, 1996

AZEVEDO, Cândido de

*Mutiladas e Proibidas: para a história da Censura Literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Lisboa, Caminho, 1997

AZEVEDO, Cândido de

*A censura de Salazar e Caetano : Imprensa, teatro, televisão, radiodifusão, livro*, Lisboa, Caminho, 1999

BAKER, M.

*Comics : Ideology, power and critics*, Manchester, Manchester University Press, 1989

BAKER, M.

*Haunt of Fears, The Strange History of the British Horror Comics Campaign*, Mississippi, University Press of Mississippi, 1992

BARBAS, Manuela de Sousa

*Mocidade Portuguesa Feminina(1937-1945)*. Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, ISCTE, 1998( policopiado)

BARRETO, José

" Censura" in António Barreto e Maria Filomena Mónica ( orgs.) *Dicionário da História de Portugal, Suplemento* vol. 7 A/E , Porto, Figueirinhas, 1999. pp. 275-284 ;

BELL, David A.

" Total History and Microhistory: The French and Italian Paradigms" in *A Companion to Western Historical Thought*, Lloyd Kramer & Sarah Maz.eds. , Blackwell, 2002, pp.262-27

BOLÉO , João Paiva

" Uma tira exemplar de Steve Canyon ou de como se "traduz" banda desenhada". *Aventura Gráfica*, nº 17, 2ª série, Suplemento do "Jornal de Arganil" , nº 3625, 28/5/1998, pp. I - IV

BOLÉO, João Paulo Paiva

*E tudo Fernando Bento Sonhou*, Amadora CNBDI, , 2010,

BOLÉO, João Paulo Paiva e PINHEIRO, Carlos Bandejas

*A Banda Desenhada Portuguesa, 1914-1945*, Catálogo, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997

BOLÉO, João Paulo Paiva e PINHEIRO, Carlos Bandeira

*Das Conferências do Casino à filosofia de ponta : percurso histórico da banda desenhada portuguesa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2000

BONIFÁCIO, Maria de Fátima,

" Historiografia do Estado Novo", in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coordenadores). *Dicionário de História de Portugal*, 8ª vol. Suplemento F/O, Porto, Figueirinhas, 1999, pp.187-198;

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão,

*A Mocidade Portuguesa Feminina em face da juventude actual*, s.l. / s.d. [ 1963]

BURKE, Peter , ed.

*Formas de Hacer Historia*, 2ª ed. Madrid, Alianza Editorial, 2014

CABRERA ,Ana,

*Marcello Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006;

CABRERA, Ana

"A censura ao teatro no período marcelista" in *Media & jornalismo* , nº12 , 2008, pp. 27-58

CABRERA, Ana , coord.

*Censura Nunca Mais ! A censura ao Teatro e ao cinema no Estado Novo* , Lisboa, Aletheia Editora, 2013

CÁDIMA, Francisco Rui

Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa, Lisboa, Editorial Presença, 1996

CAETANO , Marcello,

*A missão dos Dirigentes, Reflexões e Directivas sobre a Mocidade Portuguesa*, , 4ª edição, Serviço de Publicações da Mocidade Portuguesa, Lisboa, 1966

CALAFATE, Pedro, dir. *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. V , 2ª Parte, Lisboa, Caminho, 2000

CALDAS, Manuel , org.

*O Mosquito : de como Nasceu e Viveu*, Edições Emecê, Porto, 1993

CALVINO, Italo  
*Romanzi e racconti*. Milão, Mondadori, 2010

CARVALHO, Arons de  
*A Censura à imprensa na época marcelista*, Coimbra Edições Minerva, 1999

CARVALHO, Rita de Almeida,  
*António de Oliveira Salazar, Manuel Goncalves Cerejeira, correspondência, 1928-1968*, Lisboa, Temas & Debates , Círculo de Leitores, 2010

CARVALHO ,Rómulo de,  
*História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 5ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011

CASTRO, Fernanda de  
*Ao fim da Memória*, II volume , 1939-1987, Lisboa, Editorial Verbo , 1988

CATROGA, Fernando . *Os passos do Homem como restolho do tempo, Memória e fim do fim da História*, Coimbra, Almedina, 2009

CERRILLO, Pedro C.  
“ Presentación”. Pedro C. Cerrillo e Maria Victoria Sotomayor, *Censuras e LIJ em el siglo XX( em Espana e 7 países latino-americanos*. Cuenca, Eddiciones de la Universidad Castilla-La Mancha, 2016, pp.11-12

CHAPMAN, James  
*British Comics a Cultural History*, London Reaktion Books, 2011

CHORÃO, João Bigotte  
"Francisco Moreira das Neves", *Enciclopédia Verbo Luso-brasileira de Cultura, Edição Século XX*, vol. 20, Lisboa/ São Paulo ,Editorial Verbo, 2001 , p. 1343 .

COETZE, J.M.  
*Giving Offense, Essays on Censorship*, Chicago, London, The University of Chicago Press

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO DO FASCISMO  
*A política de informação no regime fascista*, 2 vols. Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1980

COSTA ,Carlos ed.  
*O Mosquito, 60º Aniversário*, Lisboa, Edições Época de Ouro, 1996 e

COSTA, Carlos ed.  
*O Mosquito, Aventuras e Curiosidades*, Lisboa, Edições Época de Ouro, 1997 e

COSTA ,Carlos ed.

Um século de Banda Desenhada Portuguesa, Lisboa, Edições Época de Ouro, 1998

COUTINHO ,António Martinó de Azevedo,  
*BD e Censura , Legislações ( policopiado)[s.l.][s.d.]*

CRÉPIN ,Thiery,  
“*Haro sur le Ganster !*”*La moralisation de la presse infantine 1934-1954*. Paris, CNRS Editions, 2001,

CRÉPIN ,Thierry e CRÉTOIS ,Anne  
“L’Encadrement de presse enfantine para la Comission de surveillance et de controle des publications destinées à l’enfance et à l’adolescence ( 1950-1952)” *Quaderni* nº44, Printemps 2001, pp. 77-88

CRÉPIN, Thierry e CRÉTOIS, Anne  
“La presse et la loi de 1949, entre censure et autocensure” *Le Temps des Médias*, 2003/1 (nº1) pp. 55-64.

CRÉTOIS , Anne,  
*L’encadrement de la presse pour la jeunesse par la Comission de surveillance et de controle des publications destinées à l’enfance et à l’adolescence(1955-1962)*, mémoire de maitrise Université Paris I.Panthéon Sorbonne, 2000

CRÉTOIS , Anne  
*L’encadrement des publications par la Comission de surveillance et de controle des publications destinées à l’enfance et à l’adolescence( 1950-1974)*, mémoire de DEA, Université Paris I-Panthéon Sourbonne, 2002

CRONIN, Brian,  
*Was Superman a Spy ?* , New York , A Plume Book, 2009

CRUZ , Jose de Matos  
" Rip Kirby Anatomia de um Detective" in *Mundo de Aventuras* nº 47 V série 22/8/1974 pp. 30-31

CRUZ, Manuel Braga da,  
*As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Editorial Presença, GIS, Lisboa, 1980,

CRUZ ,Manuel Braga da  
*O partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, Lisboa, 1988;

CURADO, Manuel e ALVES , José António,  
*Um génio Português. Edmundo Curvelo ( 1913-1954)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013

CURVELO, Edmundo .  
*Obras Completas*, Organização de Manuel Curado e José António Alves , Lisboa , Fundação Calouste Gulbenkian, 2013

DARNTON, Robert

*De la Censure. Essai d'histoire comparée*, Paris, Editions Galimard, 2014

DAYEZ, Hugues

*Le Duel TinTin-Spirou, Dix-Sept témoignages qui donnent un éclairage passionnant sur l'histoire du neuvième art*, Bruxelas, Editions Luc Pire, 1997

DELISLE, Philipe

*Petite Histoire Politique de la BD Belge de langue Française*, Paris, Karthala, 2016,

DEUS, António Dias

*Os Comics em Portugal: Uma História da Banda Desenhada*, Lisboa, Cotovia, Bedeteca, 1997

DEUS, António Dias de

*O lapso Lúcido*, policopiado [s.l.][s.d.].

FARGE, Sylvain

" BD et dictature : Vater und Sogn, soumission à la censure ou révolte discrète ? " *Germanica*, 47, 2010, pp. 37-50

FERNÁNDEZ, Francisco Pérez

" Psiquiatria y censura del comic estadounidense. Frederic Wertham y la seducción del inocente" . *Revista de Historia de la Psicología*, vol. 30, nºs 2 -3 ( Junio-Septiembre). 2009, pp.301-309

FERREIRA, A.J.

*O jornal infantil português Ilustrado 1874-1975*, 2ª ed. Lisboa, [s.n.] 1998

FERREIRA, A.J.

*O ficheiro da BD Portuguesa*, 2 vols. , edição do Autor, policopiado,[s.l.][s.d.]

FERREIRA, A.J.

*O Jornal Infantil português Ilustrado*, 10 volumes, Lisboa, Edição do autor ( policopiada,)[s.l.] [s.d.]

FERRO, António

*Salazar o Homem e a Obra*, Lisboa, Fernando Pereira editor, 1982 ( reedição de "Salazar, O Homem e a sua obra por António Ferro", completada com os prefácios às edições espanhola, inglesa e francesa)

FERRO, João Pedro

*História da Banda Desenhada Infantil Portuguesa*, das origens ao ABCzinho, Lisboa, Editorial Presença, 1987

FERRO, Mafalda e FERRO, Rita

*Retrato de Família, Fernanda de Castro, António Ferro, António Quadros*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999

FONSECA, Maria Amália

*Quando a Vida é Primavera( Diário de Mariana)*, Prefácio de Serras e Silva , Lisboa, União Gráfica, s.d.

FONTES, Paulo F. de Oliveira

*Elites católicas em Portugal : o papel da Acção Católica(1940-1961)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

FORTE, Isabel

*A Censura de Salazar no Jornal de Notícias: da actuação da Comissão de Censura do porto No Jornal de Notícias durante o governo de António de Oliveira Salazar*, Coimbra, Edições Minerva Coimbra, 2000

FRANÇA, José Augusto

*Rafael Bordallo Pinheiro, O português Tal e Qual*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007

FRANÇA, José Augusto

*A Arte em Portugal no Séc. XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009

FRANCO, Graça

*A censura à imprensa ( 1820-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993

GABILLIET, Jean-Paul

" Le Comics Code : La Bande dessinée américaine sous surveillance" in Thierry Crépin e Thierry Groensteen , eds. " *On tue à chaque page!*" *La Loi de 1949 sur les publications destinées à la jeunesse*", Editions du Temps, Musée de la Bande Dessinée, Paris , 1999,pp. 199-210

GABILLIET, Jean-Paul

" La criminalization des "Crime comics": le Canada et la Grande-Bretagne " Thierry Crépin e Thierry Groensteen, " *On tue a chaque page!*" *La Loi de 1949 sur les publications destinées à la jeunesse*, Paris, Editions du Temps , Musée de la Bande dessinée, 1999,pp. 189-198

GABILLIET, Jean Paul

*Of comics and men, A cultural history of American Comic Books*, University Press of Mississippi, 2010

GAUMER, Patrick

*Dictionnaire Mondiale de la BD*, Paris, Larousse, 2010

GOMES ,Joaquim Cardoso

*Os militares e a Censura, A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo ( 1926-1945)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006;

GOMES , Joaquim Cardoso

" Os censores do 25 de Abril : o pessoal político da censura à imprensa" *Jornalismo e Jornalistas*, nº 57, Jan/ Jun 2014, pp.6-34.;

GONCALVES, Carlos



" A censura e a Banda Desenhada em Portugal" *Boletim do Clube Português de Banda Desenhada*, nº 21, Novembro de 1979, pp. 12-15 *Boletim do Clube Português da Banda Desenhada*, recolha dos nºs 1 a 25 ( 1977-1980), policopiado[s.l.][s.d.]

GONCALVES, Carlos

" BD Portuguesa , A Censura- Para a história da Banda Desenhada Portuguesa" *in História* Ano IX nº 102 Novembro de 1987, pp. 4-19

GINZBURG, Carlo

" Microhistory: Two or Three Things That I Know about it" *Critical Inquiry*, 20, Autumn , 1993, pp. 10-35.

GINZBURG, Carlo

*À distance. Neuf essais sur le point de vue en histoire*, Paris, Gallimard, 2001,

GINZBURG, Carlo

*Le fil, et les traces. Vrai faux fictif*, Paris, Verdier, 2010

GINZBURG, Carlo

*Mythes, emblèmes , traces.Morphologie et histoire*, Paris, Verdier, 2010.

GINZBURG, Carlo, CASTELNUOVO, Enrico e PONI, Carlo,

*A Micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel, 1991

GOFF, Jacques Le e outros dir.

*A Nova História*, Coimbra, Almedina, 1990

GROENSTEEN ,Thierry

*Un Object culturelle non identifié*,Paris, Éditions de L'an 2, 2006

GROENSTEEN, Thierry

*La Bande Dessinée mode d'emploi*. Liège, Les Impressions Nouvelles, 2007

GROENSTEEN, Thierry

*La Bande Dessinée au Tournant*,[s.l.] Les Impressions Nouvelles, 2017

GUIMARÃES ,Alberto Laplaine e outros

*Os Governos da República, 1910-2010*, Lisboa, Edição dos Autores, 2011.

GUIRAL, Antonio

*El universo de Ibanez, Dele 13 Rue del Percebe a Rompetechos*, Barcelona, Ediciones B, 2009

HABERMAS, J.

" De l'usage public de l'histoire" *Devant l'histoire. Les documents de la controverse sur la singularité des juifs par le régime nazi*, Paris, CERF, 1988

HADJU , David

*The ten-cent plague: the Great Comic- Book Scare and How it Changed America*, New York , Picador, 2008

HORN ,Maurice, ed.

*The World Encyclopedia of Comics*,[ s.l.],Avom 1977

JENNEQUIN, Jean Paul e JOUBERT, Bernard

" Superhéros contre supercenseurs" . *9ème Art*. Janvier 1999, pp. 38-41

JETTÉ, Marc

*Censure et Bande dessinée américaine*, Quebec,Montréal, Roussan,1997

JOBS ,Richard I.

" Tarzan under Attack : Youth . Comics and Cultural Reconstruction in Postwar France" *in French Historical Studies*, vol. 26, Nº 4 ( Fall 2003), pp. 711-714

JOUBERT, Bernard

" Refouillez la censure", *Les Cahiers de la BD*, nº 88, Mars, 1990, pp.52-57

JOUBERT, Bernard

" Elvifrance" *Le Collectionneur de Bandes Dessinées*, nº 78, Automne 1995,pp.10-15.

JOUBERT, Bernard

*Histoires de Censure. Anthologie Érotique*, Paris, La Musardine, 2006

JOUBERT ,Bernard e Frémion, Yves,

*Images Interdites*, Syros, 1999

JUNIOR ,Gonçalo

*A Guerra dos Gibis, A formação do Mercado editorial brasileiro e censura aos quadrinhos*, São Paulo, Companhia das Letras,2004

KUIN, Simon

" Mocidade Portuguesa" in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M, Brandão de Brito, vol .II , Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 607-609

KUIN, Simon

" Mocidade Portuguesa" in *Dicionário da História de Portugal*. dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Suplemento , vol. 8 , Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 499-501

LAIGNEL-LAVASTINE, Alexandra

*Cioran, Eliade Ionesco L'oubli du fascisme*, Paris , PUF, 2002

LAMEIRAS, João Miguel

"Vítor Péon " in *BDJornal*, nº 28, Outubro de 2011, pp.10 e ss. ;

LEAL, Ernesto Castro

*Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos. 1999

LEAL , Ernesto Castro

" Silva, João Serras e " in António Nóvoa, dir. *Dicionário de educadores portugueses*, Edições Asa, Porto, 2003 , p. 1318

LEITÃO, Luís Menezes

*Marcello Caetano, Um destino*, Lisboa, Quetzal, 2014

LENT, John ed.

*Pulp Dreams: International Dimensions of the Postwar Anti-comics Campaign*, Fairleigh Dickinson University Press, 1999

LEPORE, Jill

*The Secret History of Wonder Woman* , New York, Alfred A. Knopf, 2014

LEVI , Giovanni

" Sobre Microhistoria" , Peter Burke ( ed.). *Formas de Hacer Historia*, 2ª ed. Madrid, Alianza Editorial, 2014, p. 139 e ss.

LEVI, Giovanni

"On Microhistory" . in *New Perspectives on Historical writing*, Peter Burke ( ed.) , Pennsylvannia, Pennsylvannia University Press , 1991

LUCENA , Manuel de

*O Regime salazarista e a sua evolução*, Matosinhos, 1995;

LUCENA, Manuel de

" António de Oliveira Salazar", in António Barreto e Maria Filomena Mónica ( coordenadores) , *Dicionário de História de Portugal* , , vol.9 Suplemento P/Z, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 283 -390 ;

MAGALHÃES, Jorge

" O império Editorial da Agência Portuguesa de Revistas" in Sousa Santos ( coordenador editorial), *História da BD Publicada em Portugal*, 1ª parte, Lisboa, Editora Época de Ouro, 1955

MAGNUSSON, Sigurdur e SZIJARTO, M. Istvan

*What is Microhistory ? Theory and practice*. London, Routledge, 2013

MANGUEL, Alberto

*Una Historia de la lectura*, Madrid, Alianza, 1998

MARQUES, A.H. de Oliveira

" História genealógica do homem comum : micro-história ou macro-história? " . *Revista da Faculdade de Letras. História. Universidade do Porto*. III série, vol.4 2003, pp. 173-186

MATOS, Álvaro Costa de

" Adolfo Simões Muller, Jornalista" *Jornalismo e Jornalistas*, nº 40, Out/ Dez 2009 p. 52-65

MATOS, Álvaro Costa e BRAGA, Pedro Bebianio

" Jornalismo Gráfico e Censura no Estado Novo. Uma aproximação ao problema a partir do bissemanário humorístico " Os Rídiculos" in *Jornalismo e Jornalistas*, Abril/ Junho , 2009, pp. 50-65

MATOS ,Helena

*Salazar, vol. 1 , A construção dos mitos, vol. 2 A propaganda. ,* Lisboa, Temas & Debates, 2003 e 2004;

MARCHI , Ricardo

*Império, Nação , Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)* Lisboa, Texto Editores, 2009,

MARICQ, Dominique

*Le Journal TinTin les Coulise d'une aventure*, [s.l.]Editions Moulinsart, 2006

MARTÍN, Antonio

*Apuntes para una Historia de los tebeos*, Barcelona, Glenat España, 2011

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes

*Marcelo Caetano , Uma Biografia, 1906-1980*, Lisboa , Objectiva, 2006

MATOS, Sérgio Campos

" História , Memória e Ficção: que fronteiras ? " *História da Historiografia* nº 17 Abril 2015 pp.414-426

MATOS, Sérgio Campos

*Historiografia e Memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Faculdade de Letras de Lisboa. Edições Colibri. Lisboa. 1997.

MEDINA, João

*Salazar e os fascistas*, Lisboa, 1979;

MEDINA, João. dir.

*História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vols. XII ( Estado Novo I) e vol. XIII ( Estado Novo II), Clube Internacional do Livro, s.l., 1984

MEDINA, João, dir.

*História Contemporânea de Portugal . Ditadura: O “Estado Novo” do 28 de Maio ao Movimento dos Capitães*, Tomo II, Camarate, Amigos do Livro Editores,1985

MELO, Daniel

*Salazarismo e Cultura Popular ( 1935-1958)*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001

MENEZES, Filipe Ribeiro de

*Salazar, Uma biografia política*, 3ª ed. Lisboa . D. Quixote, 2009

MENEZES, José de Azevedo e

*O Papagaio, Um Estudo do que foi uma grande revista infantil portuguesa*, Damaia, Bonecos Rebeldes. 2013, 4ª ed. rev. e corr.

MENEZES, José de Azevedo e

*O Grande camaradão de todos os sábados.* Lisboa, Bonecos Rebeldes 2010

MÉON, Jean-Mathieu

" L'illégitimité de la bande dessinée et son institutionalisation: le rôle de la loi du 16 Juillet 1949". *Hermès*, 54. 2009,pp. 45-50

MOSER, Fernando de Mello

" Pestana( Eduardo)" *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Edição Século XXI, vol. 22,Lisboa, São Paulo, Editorial Verbo, 2002, p. 918

MUIR, E. & RUGGIERO, G . dir.

*Microhistory and the lost people of Europe*, John Hopkins University Press, Baltimore, 1991

NEVES, José ,org.

*Quem faz a História*, Lisboa, Tinta da China, 2016,

NOGUEIRA, Franco

*Salazar, vol. IV, O Ataque (1945-1958) ,vol. V ,A resistência( 1958-1964) vol.VI, O último combate(1964-1970)*, Porto, Livraria Civilização Editora,1980,1984 e 1985

NOGUEIRA, Franco

*Um Político confessa-se. Diário, 1960-68*, Porto, Edições Civilização, 1986

NYBERG ,Amy Kiste

*Seal of Approval, The history of the Comics Code*, The University Press of Mississippi , 1998

Ó, Jorge Ramos do

" Censura" in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito ,dir. *Dicionário de História do Estado Novo* , vol .II , Venda Nova, Bertrand Editora, 1996 .pp.139-141

OLIVEIRA, Augusto Franco,

*Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho( 1947-1953) e outros inéditos*, Cadernos de Filosofia das Ciências CFCUL , Lisboa, 2005

ORY, Pascal

" L'Enfance stalinienne".Natacha Dioujeva e François George, orgs. *Staline à Paris*, Paris, Editions Ramsay,1982,pp. 201-217

ORY, Pascal

" Mickey go home! La désaméricanisation de la bande dessinée( 1945-1950) . Thierry Crépin e Thierry Groensteen ( dir.) " *On tue à chaque page*" , Editions du Temps, Musée de la Bande Dessinée, 1999, pp. 71-86

ORY, Pascal,

*Le Petit Nazi Illustré. Vie et survie du Téméraire*, Paris, Nautilus,2002

PAINE, Stanley G.

*Em defesa de Espanha, Desmontando mitos y leyendas negras*, Barcelona, Espasa, 2017

PEETERS , Benoit

*Hergé, Filho de Tintin*, Lisboa, Verbo, 2007,

PEREIRA, Sara Marques

" Maria Fernanda Teles de Castro e Quadros Ferro". Zília de Castro Ósorio e João Esteves. dir. António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone, coord. *Dicionário no Feminino( séculos XIX e XX)* . Lisboa, Livros Horizonte,2005, pp.670-671

PESSOA, Carlos

*Roteiro Breve da Banda Desenhada em Portugal: da Picaresca Viagem à pior banda do mundo*, Lisboa, CTT Correios, 2005

PIMENTEL, Irene Flunser

"Mocidade Portuguesa Feminina" *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, vol .II , Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 609-611

PIMENTEL, Irene Flunser

" A mocidade Portuguesa Feminina nos primeiros dez Anos de vida (1937-47) in *Penélope*, 19-20, 1998, pp. 161-187,

PIMENTEL, Irene Flunser

" Mocidade Portuguesa Feminina" " in *Dicionário da História de Portugal*. dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Suplemento , vol. 8 , Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 501-503

PIMENTEL, Irene Flunser

*História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas & Debates, 2001

PINHEIRO , Carlos Bandeira , org.

*Mundo de Aventuras: Bibliografia Ilustrada das Bandas Desenhadas de Autores Portugueses( 1949-1987)*, Lisboa, Estudos de Aventura Gráfica 1, 1999

PINTO ,António Costa

*Os camisas azuis e Salazar : Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*, 2ª ed. Lisboa, Edições 70, 2016;

PINTO, António Costa e MONTEIRO, Nuno Gonçalves,dir.

*História Contemporânea de Portugal*, 5 vols. Lisboa, Objectiva,2012-2015

PINTO , Jaime Nogueira

*O fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril. Os Anos do Fim* , 2ª edição , Lisboa, Difel , 1995

PINTO , Jaime Nogueira

*António de Oliveira Salazar: o outro retrato*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007,

PINTO, José Augusto Roussado

" ... E assim nasceu " Tomahawk Tom" in *Mundo de Aventuras*, nº 64 19/12/1974, pp. 20-21

PINTO, José Augusto Roussado

" Qual o futuro dos desenhadores de histórias aos quadradinhos em Portugal ? in *Boletim do Clube Português de Banda Desenhada* nº 8 , 1978, p. 9.

PINTO, José Augusto Roussado

" O " Mundo de Aventuras" e as suas quatro fases" *Jornal do Cuto*, Ano 2, nº 72, , 18/11/1972, p. 22.

RUY , José

" Tiotónio , Meu Amigo" in Sousa Santos, ed. *História da BD publicada em Portugal*, 1ª parte, Lisboa, Época de Ouro, 1995, pp. 46-51.

PINTO, Ricardo Leite

*O "Momento Maquiavélico" da Teoria Constitucional norte-americana. Republicanismo, História, Teoria Política e Constituição.* 2ª ed. Lisboa. Universidade Lusíada Editora, 2010

PINTO ,Ricardo Leite

" Salazar contra " Superman". Banda Desenhada e Censura durante o Estado Novo: o caso das publicações periódicas infanto-juvenis e o papel da Comissão Especial para a Literatura Infantil e Juvenil e da Comissão da Literatura e Espectáculos para Menores(1950-1956)" *História , Revista da FLUP*, IV Série, Volume 6, 2016,pp.289-321

PINTO, Ricardo Leite

" Titã , Uma aventura gráfica singular". *Boletim do Clube Português de Banda Desenhada*, nº 143 , Fevereiro, 2017, p.12

PIQUARD, Michéle

" La Loi du 16 Juillet et production de livres et albums pour la jeunesse" Annie Renonciat, org. *L'Image pour enfants: pratiques, normes , discours( France et Pays francophones, XVI e –XX e siècles)*. La Licorne. UFR Langue Littératures Poitiers. Maison des Sciences de l'homme et de la Société, , 2003, pp.219-235

PORCEL ,Pedro

" La historieta española de 1951 a 1970" *Arbor. Ciência, Pensamiento y Cultura*, CLXXXVII, Extra, 2011, pp.129-158

PRINCÍPE, C.

*Os segredos da Censura*, 3º ed. Lisboa , Editorial Caminho, 1999

PROENÇA , António Tavares

*A Censura durante o " Estado Novo" e a sua execução : A imprensa periódica na região tradicional, histórica e cultural da " Beira Baixa" segundo os documentos existentes no Arquivo da Censura*, Dissertação de Mestrado, FCSH/UNL, 1992 , Lisboa ( policopiado)

QUEIROZ, Maria Inês Pires Soares da Costa

*A Mocidade Portuguesa na "Era dos Fascismos". O enquadramento da Juventude no Estado Novo(1936-1945)*. Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,2008 ( policopiado)

QUINTELA , Helena

*A revista Lusitas e a ideologia do Estado Novo*, dissertação de Mestrado em Teoria da Arte, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, Lisboa, 2004, policopiado, 3 volumes

RAMOS, Rui

" Os intelectuais e Estado Novo" in António Barreto e Maria Filomena Mónica( coord.) , *Dicionário de História de Portugal, Porto, Figuerinhas* , vol. 8 , Suplemento F/O, Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 181-289.

RAMOS ,Rui coord.

, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009

RECUENCO ,Eloísa Santos

" Legislación y documentación" , *Censura y LIJ em el siglo XX(en Espana y 7 países latino-americanos*. Edição de Pedro C. Cerrillo Y M<sup>a</sup> Victoria Sotomayor, Cuenca, Ediciones Universidade Castilla-La Mancha, 2016, pp.39-52

REVEL, Jaques

" Microstoria" in *Historiographies, concepts et débats* , Christian Delacroix, François Dosset, Patrick Garcia e Nicolas Offenstadt, dir. Paris , Gallimard, T.I, 2010, pp.529-534

REVEL, Jacques,dir.

*Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*, EHESS/ Gallimard, Seuil, 1996

REZENDE , Jorge "Sobre as perseguições a cientistas durante o Estado Novo". *Vértice* , nº 166, pp. 59-89

RODRIGUES, Manuel

*O cidadão do Estado Novo*, Edição da União Nacional , s.l. 1935

ROSAS, Fernando

" O Estado Novo( 1926-1974) , José Mattoso( direcção) *História de Portugal* , 7º volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994;

ROSAS ,Fernando e BRITO, J.M. Brandão, dir.

*Dicionário de História do Estado Novo* , 2 vols. Venda Nova, Bertrand Editora, 1996



ROSAS, Fernando

" Salazar" in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito ( Orgs.) , *Dicionário do Estado Novo*. II volume, Lisboa, Bertrand, 1996, pp. 861-876;

ROSAS, Fernando

" O marcelismo ou a falência da política de transição do Estado Novo" in J.M. Brandão de Brito, ( org. ) *Do marcelismo ao fim do Império*, Lisboa, 1999, pp. 15-59;

ROSAS , Fernando

" O salazarismo e o homem novo: ensaios sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo" *Análise Social*, vol. XXV, 2001, pp. 1031-1054

ROSAS, Fernando

*Salazar e o Poder, A Arte de Saber durar*, Lisboa, Tinta da China, 2015;

ROSAS , Fernando e OLIVEIRA , Pedro Aires de ( orgs.)

*A Transição Falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo ( 1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

SÁ, Cristina Manuela Branco Fernandes

*A Banda Desenhada: Uma linguagem narrativa ao Serviço do Ensino do português ( Língua Materna)* . Tese doutoramento em Didáctica na Universidade de Aveiro, 1995, policopiado, 3 vols.

SÁ, Leonardo de

*Raphael Bordallo Pinheiro : Aos Quadrinhos* , Catálogo da Exposição, Lisboa, Bedeteca de Lisboa, 1996.

SÁ, Leonardo de

*Tiotónio: Uma Vida aos Quadrinhos*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2008

SÁ, Leonardo de

*Dicionário Universal de Banda Desenhada, Pequeno Léxico disléxico*, Caldas da Rainha, Pedra no Charco, 2010.

SÁ, Leonardo de e DEUS, António Dias de

*E.T. Coelho ; A Arte e a Vida*, Edições Época de Ouro, Amadora, CNBDI, 1998

SÁ, Leonardo de e DEUS, António Dias

*Cavaleiro Andante*, Edições Época de Ouro/Editorial Notícias, 1999

SÁ , Leonardo de e DEUS , António Dias de

*Dicionário de Autores de Banda Desenhada e Cartoon em Portugal*, Nonarte, Cadernos do Centro Nacional de Banda Desenhada e Imagem, Edições Época de Ouro, Costa da Caparica , 1999

SÁ Leonardo de e DEUS, António Dias de

*José Ruy, Riscos ao Natural*, Lisboa, Âncora Editora, 2001.

SÁ, Leonardo de e DEUS, António Dias

*José Garçês as fases diversas*, Costa da Caparica, Época de Ouro, 2002

SADOUL , Numa

*Tintin et moi, Entretiens avec Hergé*, Paris, Casterman,2000

SAMPAIO, Maria de Lurdes Morgado

*História Crítica do género policial em Portugal ( 1870-1970): Transfusões e transferências*, Porto; Faculdade de Letras, ed. de Autor, 2007

SANCHIS, Vicent,

*Tebeos Mutilados, La Censura Franquista contra la editorial Bruguera*, Barcelona, Ediciones B, 2010

SANCHIS, Vicent,

*Franco contra Flash Gordon*, Valencia, Tres i quatre S.L. , 2009

SANCHIS, Josep Vicent,

*Els assassins d'El Capitán Trueno. La censura de les publicacions infantils i juvenils durant el franquisme. Estudi de l'evolució del marc legal e del seu impacte em els contiguts publicats(1936-1982)*. Tese de Doutoramento em Comunicação e Relações Internacionais .Universitat Ramón Lull, Barcelona, 2016

SANTOS, Sousa , consultor editorial

*História da BD publicada em Portugal*, 1ºvol. Lisboa, Edições Época de Ouro, 1995, 2º vol, Vila Real de Santo António, Edições Época de Ouro, 1996

SARASOLA, Ignacio Fernandez

” Las lecturas peligrosas. Bandes dessinées , Libertad de prensa y derechos de los Menores em Francia( 1930-1960) *Derechos Y Libertades*, Nº 26, II época, Enero 2012,pp. 231-260

SARASOLA, Ignacio Fernandez

*La Legislación sobre Historieta em Espana* , 2ª edición revisada,Sevilha , ACT Ediciones, 2017

SARASOLA, Ignacio Fernandez

“ Viñetas truncadas. El control sobre las historietas durante el franquismo”, *International Journal of Iberian Studies*, Volume 30, Number 1, 1 March 2017,pp. 41-57

SAVAGE JR., William W.

*Comics Books and America, 1945-1954*, University of Oklahoma Press, 1990

SCHMITTER , Philipe

*Portugal do autoritarismo à democracia*, Lisboa, 1999;

SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. Oliveira

*Nova História de Portugal. Portugal e o Estado Novo*, vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992

SILVA, João Serras e

*A Higiene do Corpo e da Alma*, Separata dos "Anais Azevedos" vol. II, num. 3.) Sociedade industrial Farmacêutica Laboratórios Azevedos, Lisboa, s.d.

SILVA, João Serras e

Carta Prefácio, in Trindade Salgueiro, *O papel da Vontade na Educação*, 3ª ed. Coimbra, Tipografia Gráfica de Coimbra, 1936,

SILVA, João Serras e

*Ideias Fundamentais de Saúde Escolar*, Lisboa, 1938, suplemento ao nº 15 da Revista Saúde Escolar

SILVA, João Serras e

*Catolicismo e Higiene*, Lisboa, 1938 ( lido no Congresso dos Médicos Católicos Portugueses em Coimbra em 26 de Maio de 1918 ),

SILVA, João Serras e

" Uma conferência no Liceu Normal : Higiene Moral" in *O Doutor Serras e Silva, Subsídios para o estudo da sua vida e da sua obra, Homenagem dum grupo de amigos e colaboradores por motivo da sua jubilação*, Lisboa, 1939, p. 132

SILVA, João Serras e

*Condições da Felicidade*, Prefácio de sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca, Lisboa União Gráfica, 1943

SILVA, João Serras e

*História de uma rapariga moderna*, Coimbra, Coimbra Editora, s.d.[1945]

SILVA, João Serras e

*Questões de Educação, Cartas a uma mãe*, Porto, Editorial Ibérica, 1949,

SILVA, João Serras e

*Ideias Fundamentais sobre a Escola Primária*, Coimbra, Coimbra Editora, 1952,

SILVA, Fernando Correia da

( Director do Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge) , *O doutor Serras e Silva e a pedagogia do Exemplo*, separata de " O Médico" nº 251, 1956, Porto, Tipografia Sequeira

SIMÕES, Ana e outros

*Uma história da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa( 1911-1974)*, Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2013,

SINOVA, Justino

*La Censura de Prensa durante el franquismo*, Madrid, Espasa Calpe, 1989

SMOLDEREN ,Thierry

" Graphic Novel/ roman graphique: la construction d'un nouveau genre littéraire"  
*Neuvième Art*, N° 12, Jan. 2006, pp. 11-18

SOUSA, Fernando de e PEREIRA, Conceição Meireles , coord.

*Os Presidentes do Parlamento Português. Volume III Estado Novo ( 1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República , 2015

SOUSA , Baltazar Rebelo de

*A Chama da Mocidade* , Lisboa, Serviço de Publicações da Mocidade Portuguesa, 1958

SOUSA, Marcelo Rebelo de

Batalzar Rebelo de Sousa, Fotobiografia, Venda Nova, Bertrand Editora,1999

STAEBLER, Christian

“ La Grande aventure de la BD, Les années 1950: la bande dessinée morale et pour les enfants. Chapitre 3 ”. *Les Cahiers de la BD*, nº3 Avr-Juin 2018, pp.I-XIV

STOER, Stephen R. e ARAÚJO, Helena Costa G.

“ A contribuição da Educação para a formação do Estado Novo : continuidade e rupturas”  
in AAVV. *O Estado Novo, Das origens à Autarcia, 1926-1959*, vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1987

STOREY , John

*Cultural Theory and Popular Culture: an introduction*, 4ª ed. Essex. Pearson Education, 2005

STRAUSS, Leo

*Persecution and the Art of Writing*, Chicago, London, The University of Chicago Press, 1988( 1ª ed. 1952)

STRINATI, Domic

*An introduction to theories of popular culture*, London, Routledge, 1995

TAVARES, Rui

*O censor Iluminado, Ensaio sobre o Pombalismo e a revolução cultural do Século XVIII*, Lisboa, Tinta da China, 2018

TILLEY, Carol L.

" Seducing the innocent: Frederic Wertham and The Falsification that Helped Condemn Comics"*Information & Culture: A journal of History* 47(2012) : 383-413

TORGAL, Luís Reis

" Sobre a História do Estado Novo: Fontes, Bibliografia, áreas de abordagem e problemas metodológicos" in *Revista de História das Ideias*, vo. 14, 1992, pp. 529-554;

TORGAL ,Luís Reis

" Estado Novo e Vigilância Policial na Universidade . Os casos de Sílvio Lima e Joaquim Ferreira Gomes", *Ensaio em Homenagem a Joaquim Ferreira Gomes*, Coimbra, Núcleo

de Análise e Intervenção Educacional da Faculdade de Psicologia e Ciências da educação da Universidade de Coimbra, 1998

TORGAL, Luís Reis

*A Universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra.* Coimbra. Minerva 1999

TORGAL , Luís Reis

"Um homem humilde, mas livre na sua investigação. Sílvio Lima e a sua correspondência no processo da PIDE/DGS" . *Estudos em Homenagem a José Francisco Marques*, , vol. I , Porto , Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000

TORGAL ,Luis Reis

" O fascismo nunca existiu" Estudo sobre as representações de Salazar " .Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo, coord. *Estados Autoritários e totalitários e suas representações , Propaganda , Ideologia, Historiografia e Memória*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008

TORGAL, Luís Reis

*Estados Novos, Estado Novo, Ensaios de História Política e Cultural*, vol I, Coimbra , Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009

TORGAL, Luís Reis, coord.

*O Cinema sob o olhar de Salazar*, Maia, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011

TRAVERSO, Enzo

*Ou sont passés les intellectuels ?* Paris, 2013

TRAVERSO, Enzo

*Le Passé, Mode d'emploi*, Paris, Fabrique, 2005

VAINFAS , Ronaldo

*Micro-história Os protagonistas anónimos da história*, Rio de Janeiro, Campus, 2002,

VALENTE, Vasco Pulido

Marcello Caetano, *As desventuras da razão*, Lisboa, Gótica,2002

VENTURA, António

*O Imaginário seareiro, Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989

VENTURA, António

«A oposição ao Estado Novo», Parte II, «Resistências ao regime ditatorial» in João Medina (dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIII, Alfragide, Ediclube, s. d. [1993], pp. 146-205

VIEIRA, Joaquim

*Portugal no Século XX Crónica em Imagens 1950-1960*, s.l. Círculo de Leitores , 2000

WERTHAM , Frederic

A Censura e as Publicações Periódicas Infanto-Juvenis no Estado Novo : o papel da Comissão Especial para Literatura Infantil e Juvenil e da Comissão para a Literatura e Espectáculos para Menores( 1950-1968)

*The Seduction of the Innocent* revised edition, ,[s.l.] Main Road Books, 2004

ZINK, Rui

*Literatura Gráfica, A Banda Desenhada Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Celta, 2000